



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1964 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1964

CÁMARA DE COMERCIO	
SANTO DOMINGO, D. R.	
CREDITO	600,00
Banco Nacional	
27-10-64. 64/2243	

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Págs.	Págs.
<p>1 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o texto da Convenção relativa à troca Internacional de Publicações adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua décima sessão, celebrada em Paris, de 4 de novembro a 5 de dezembro de 1958 — Publicada no D. O. de 31 de março de 1964 3</p> <p>4.319 — Cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana — Publicado no D. O. de 20 de março de 1964 3</p> <p>4.320 — Lei de 17 de março de 1964 — Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal — Publicada no D. O. de 23 de março de 1964 5</p>	<p>dos arts. 330 e 334 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares) — Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1964 19</p> <p>4.292 — Lei de 12 de dezembro de 1963 — Prorroga, até 30 de junho de 1964, a vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores. — Retificada no D. O. de 6 de janeiro de 1964 20</p> <p>4.295 — Lei de 16 de dezembro de 1963 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício de 1964 — Retificada no D.O. de 31 de janeiro de 1964 20</p> <p>4.297 — Lei de 23 de dezembro de 1963 — Dispõe sobre a aposentadoria e pensões de Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões para ex-Combatentes e seus dependentes — Publicada no D.O. de 14 de janeiro de 1964 20</p> <p>4.298 — Lei de 23 de dezembro de 1963 — Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1964 22</p> <p>4.299 — Lei de 23 de dezembro de 1963 — Altera o Decreto-</p>
<p>ÍNDICE DO APENSO</p>	
<p>4.286 — Lei de 3 de dezembro de 1963 — Proíbe a distribuição do saldos das autarquias aos seus funcionários — Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1964 — Retificada no D. O. de 20 de março de 1964 19</p> <p>4.288 — Lei de 3 de dezembro de 1963 — Altera a redação</p>	

	Págs.		Págs.
lei nº 915, de 1 de dezembro de 1938, retificado pelo Decreto-lei nº 1.061, de 20 de janeiro de 1939, que dispõe sobre o imposto de vendas e consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação e dá outras providências — Publicada no D.O. de 10 de janeiro de 1964	22	Retificada no D. O. de 16 de janeiro de 1964	24
4.301 — Lei de 28 de dezembro de 1963 — Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1964 — Retificada no D. O. de 9 de janeiro de 1964	23	4.306 — Lei de 23 de dezembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para o fim que especifica — Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1964 — Retificada no D.O. Superior de Agricultura de D. O. de 14 de janeiro de 1964	25
4.302 — Lei de 23 de dezembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 16.100.000,00 (dezesesseis milhões e cem mil cruzeiros), destinado a atender às despesas de qualquer natureza, decorrentes das Comemorações do Sesquicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras — Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1964	23	4.307 — Lei de 23 de dezembro de 1963 — Federaliza a Escola Superior de Aricultura de Lavras (ESAL) e dá outras providências — Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1964	25
4.303 — Lei de 23 de dezembro de 1963 — Altera o art. 2.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951 — Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1964	23	4.308 — Lei de 23 de dezembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros) em favor da Prefeitura Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina e um crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para ocorrer aos prejuízos causados pelas enchentes verificada no Estado do Rio Grande do Sul — Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1964 — Retificada no D. O. de 14 de janeiro de 1964	26
4.304 — Lei de 23 de dezembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros) para o prosseguimento das obras do Aeroporto de Corumbá — Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1964	24	4.309 — Lei de 23 de dezembro de 1963 — Provê sobre a rescisão de concessão dos portos do Rio Grande do Sul, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1964 — Retificada no D. O. de 16 de janeiro de 1964	27
4.305 — Lei de 28 de dezembro de 1963 — Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais destinados aos programas e projetos vinculados ao Ponto IV, do Governo dos Estados Unidos da América do Norte — Publicada no D.O. de 14 de janeiro de 1964 —		4.310 — Lei de 23 de dezembro de 1963 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), para execução de obras e ser-	

Págs.		Págs.
	viços da Adutora do Rio das Velhas, em Belo Horizonte — Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1964	28
4.311	— Lei de 23 de dezembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), para construção de rede de abastecimento d'água ^a , em cidades do Estado de Santa Catarina — Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1964 — Retificada no D. O. de 14 de janeiro de 1964	29
4.312	— Lei de 23 de dezembro de 1963 — Concede a pensão mensal de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) à Sra. Anna de Oliveira Almeida Gonsalves, viúva do Professor Archimedes de Siqueira Gonsalves, viúva do Professor Archimedes de Siqueira Gonsalves — Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1964	29
4.313	— Lei de 23 de dezembro de 1963 — Dá nova discriminação às rodovias BR-55 e BR-66, do Plano Rodoviário Nacional — Publicada no D.O. de 14 de janeiro de 1964 ..	30
4.314	— Lei de 23 de dezembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), a fim de atender às populações do Médio Superior do São Francisco no Estado de Minas Gerais, atingidas por inundações — Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1964	30
4.315	— Lei de 23 de dezembro de 1963 — Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Telefônica de Minas Gerais — Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1964 — Reproduzida nos D. O. de 14 e 16 de janeiro de 1964	30
4.316	— Lei de 23 de dezembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 600.000.00,00 (seiscentos milhões de cruzeiros, em favor do Estado da Guanabara, destinado aos festejos comemorativos do quadricentenário da Cidade do Rio de Janeiro, a realizar-se em 1965 — Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1964	31
4.317	— Lei de 23 de dezembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros) a fim de atender aos agricultores e entidades dos municípios atingidos por violento temporal e cruva de granizo, no Rio Grande do Sul — Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1964	31
4.318	— (*) Lei de 23 de dezembro de 1963 — Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1964 — Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1964 — Retificada nos D. O. de 13 e 31 de janeiro de 1964	32

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1964, foram publicados no "Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, n.º I, da Constituição (Federal) e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 1, DE 1964

Aprova o texto da Convenção relativa à troca Internacional de Publicações adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua décima sessão, celebrada em Paris, de 4 de novembro a 5 de dezembro de 1958.

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção relativa à troca Internacional de Publicações adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua décima sessão, celebrada em Paris, de 4 de novembro a 5 de dezembro de 1958.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de março de 1964. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 4.319 — DE 16 DE MARÇO DE 1964

Cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Art. 2º O C.D.D.P.H. será integrado pelos seguintes membros: Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Professor Catedrático de Direito Constitucional de uma das Faculdades Federais, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Presidente da Associação Brasileira de Educação, Líderes da Maioria e da Minoria na Câmara dos Deputados e no Senado.

§ 1º O Professor Catedrático de Direito Constitucional será indicado pelos demais membros do Conselho em sua primeira reunião.

§ 2º A Presidência do Conselho caberá ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores e o Vice-Presidente será eleito pela maioria dos membros do Conselho.

Art. 3º Os membros do CDDPH e o secretário que for designado pelo Ministro da Justiça receberão o *jeton* de presença de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) por sessão, até o máximo de quatro sessões mensais.

Art. 4º Compete ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana:

1º promover inquéritos, investigações e estudos acerca da eficácia das normas asseguradoras dos direitos da pessoa humana, inscritos na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem (1948) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);

2º promover a divulgação do conteúdo e da significação de cada um dos direitos da pessoa humana mediante conferências e debates em universidades, escolas, clubes, associações de classe e sindicatos e por meio da imprensa, do rádio, da televisão, do teatro, de livros e folhetos;

3º promover nas áreas que apresentem maiores índices de violação dos direitos humanos:

a) a realização de inquéritos para investigar as suas causas e sugerir medidas tendentes a assegurar a plenitude do gozo daqueles direitos;

b) campanha de esclarecimento e divulgação;

4º promover inquéritos e investigações nas áreas onde tenham ocorrido fraudes eleitorais de maiores proporções, para o fim de sugerir as medidas capazes de esconder de vícios os pleitos futuros;

5º promover a realização de cursos diretos ou por correspondência que concorram, para o aperfeiçoamento dos serviços policiais, no que concerne ao respeito dos direitos da pessoa humana;

6º promover entendimentos com os governos dos Estados e Territórios cujas autoridades administrativas ou policiais se revelem, no todo ou em parte, incapazes de assegurar a proteção dos direitos da pessoa humana para o fim de cooperar com os mesmos na reforma dos respectivos serviços e na melhor preparação profissional e cívica dos elementos que os compõem;

7º promover entendimentos com os governos estaduais e municipais e com a direção de entidades autárquicas e de serviços autônomos, que estejam por motivos políticos, coagindo ou perseguindo seus servidores, por qualquer meio, inclusive transferências, remoções e demissões; a fim de que tais abusos de poder não se consumem ou sejam, afinal, anulados;

8º recomendar ao Governo Federal e aos dos Estados e Territórios a eliminação do quadro dos seus serviços civis e militares, de todos os seus agentes que se revelem reincidentes na prática de atos violadores dos direitos da pessoa humana;

9º recomendar o aperfeiçoamento dos serviços de polícia técnica dos Estados e Territórios de modo possibilitar a comprovação da autoria dos delitos por meio de provas indiciárias;

10. recomendar ao Governo Federal a prestação de ajuda financeira aos Estados que não disponham de recursos para a reorganização de seus serviços policiais, civis e militares, no que concerne à preparação profissional e cívica dos seus integrantes, tendo em vista a conciliação entre o exercício daquelas funções e o respeito aos direitos da pessoa humana;

11. estudar e propor ao Poder Executivo a organização de uma divisão ministerial, integrada também por órgãos regionais, para a eficiente proteção dos direitos da pessoa humana;

12. estudar o aperfeiçoamento da legislação administrativa, penal, civil, processual e trabalhista, de modo a permitir a eficaz repressão das violações dos direitos da pessoa humana por parte de particulares ou de servidores públicos;

13. receber representações que contenham denúncias de violações dos direitos da pessoa humana, apurar sua procedência e tomar providências capazes de fazer cessar os abusos dos particulares ou das autoridades por eles responsáveis.

Art. 5º O C.D.D.P.H. cooperará com a Organização das Nações Unidas no que concerne à iniciativa e à execução de medidas que visem a assegurar o efetivo respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

Art. 6º No exercício das atribuições que lhes são conferidas por esta lei, poderão o C.D.D.P.H. e as Comissões de Inquérito por ele instituídas determinar as diligências que reputarem necessárias e tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, inquirir teste-

munhas, requisitar às repartições públicas informações e documentos e transportar-se aos lugares onde se fizer mister sua presença.

Art. 7º As testemunhas serão intimadas de acordo com as normas estabelecidas no Código de Processo Penal.

Parágrafo único. Em caso de não comparecimento de testemunha sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao Juiz Criminal da localidade em que resida ou se encontre, na forma do art. 218 do Código de Processo Penal.

Art. 8º Constitui crime:

I — Impedir ou tentar impedir, mediante violência, ameaças ou assuasdas, o regular funcionamento do C.D.D.P.H. ou de Comissão de Inquérito por ele instituída ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

Pena — a do art. 329 do Código Penal.

II — Fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou interprete perante o C.D.D.P.H. ou Comissão de Inquérito por ele instituída.

Pena — a do art. 342 do Código Penal.

Art. 9º No Orçamento da União será incluída, anualmente, a verba de Cr\$ 10.000.000.00 (dez milhões de cruzeiros), para atender às despesas de qualquer natureza do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Art. 10. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de março de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema,

LEI Nº 4.320 — DE 17 DE
MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

TÍTULO I

DA LEI DE ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obe-

decidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

§ 1º. Integrarão a Lei de Orçamento:

I — Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II — Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº 1;

III — Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV — Quadro das dotações por órgãos do Governo e da administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I — Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II — Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nºs 6 a 9;

III — Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

Art. 3º. A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive

as de operações de crédito autoriza-
das em lei.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 4º. A Lei de Orçamento com-
preenderá todas as despesas próprias
dos órgãos do Governo e da adminis-
tração centralizada, ou que, por in-
termediação deles se devam realizar, ob-
servado o disposto no artigo 2º.

Art. 5º. A Lei de Orçamento não
consignará dotações globais destina-
das a atender indistintamente a des-
pesas de pessoal, material, serviços,
de terceiros, transferências ou qual-
quer outras, ressalvado o disposto no
artigo 2º e seu parágrafo único.

Art. 6º. Todas as receitas e despesas
constarão da Lei de Orçamento pe-
los seus totais, vedadas quaisquer de-
duções.

§ 1º. As cotas de receitas que uma
entidade pública deva transferir a
outra incluir-se-ão, como despesa, no
orçamento da entidade obrigada à
transferência e, como receita, no or-
çamento da que as deva receber.

§ 2º. VETADO.

Art. 7º. A Lei de Orçamento pode-
rá conter autorização ao Executivo
para:

I — Abrir créditos suplementares
até determinada importância, (VETADO).

II — Realizar em qualquer mês do
exercício financeiro, operações de
crédito por antecipação da receita,
para atender a insuficiências de
caixa.

§ 1º. Em casos de deficit, a Lei de
Orçamento indicará as fontes de re-
cursos que o Poder Executivo fica
autorizado a utilizar para atender à
sua cobertura.

§ 2º. O produto estimado de opera-
ções de crédito e de alienação de
bens imóveis somente se incluirá na
receita quando umas e outras forem
especificamente autorizadas pelo Po-
der Legislativo em forma que juridi-
camente possibilite ao Poder Executi-
vo realizá-las no exercício.

§ 3º. A autorização legislativa a que
se refere o parágrafo anterior, no to-
cante a operações de crédito, poderá
constar da própria Lei de Orçamento.

Art. 8º. A discriminação da receita
geral e da despesa de cada órgão do
Governo ou unidade administrativa,
a que se refere o artigo 2º, § 1º, in-
cisos III e IV, obedecerá à forma do
Anexo nº 2.

§ 1º. Os itens da discriminação da
receita e da despesa, mencionados

nos artigos 11, § 4º, e 13, serão iden-
tificados por números de código de-
cimal, na forma dos Anexos ns. 3 e
4.

§ 2º. Completarão os números do
código decimal referido no parágra-
fo anterior os algarismos caracteriza-
dores da classificação funcional da
despesa, conforme estabelece o Anexo
nº 5.

§ 3º. O código geral estabelecido
nesta lei não prejudicará a adoção de
códigos locais.

CAPÍTULO II

DA RECEITA

Art. 9º. VETADO.

Art. 10. VETADO.

Art. 11. A receita classificar-se-á
nas seguintes categorias econômicas:
Receitas Correntes e Receitas de Ca-
pital.

§ 1º. São Receitas Correntes as re-
ceitas tributária, patrimonial, indus-
trial e diversas e, ainda as provenien-
tes de recursos financeiros recebidos
de outras pessoas de direito público
ou privado, quando destinadas a
atender despesas classificáveis em
Despesas Correntes.

§ 2º. São Receitas de Capital as pro-
venientes da realização de recursos
financeiros oriundos de constituição
de dívidas; da conversão em espécie,
de bens e direitos; os recursos recebi-
dos de outras pessoas de direito pú-
blico ou privado destinados a atender
despesas classificáveis em Despesas
de Capital e, ainda, o superavit do
Orçamento Corrente.

§ 3º. O superavit do Orçamento
Corrente resultante do balanceamen-
to dos totais das receitas e despesas
correntes, apurado na demonstração
a que se refere o Anexo nº 1, não
constituirá item da receita orçamen-
tária.

§ 4º. A classificação da receita por
fontes obedecerá ao seguinte esque-
ma:

RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária

Impostos

Taxas

Contribuições de Melhoria

Receita Patrimonial

Receitas Imobiliárias

Receitas de Valores Mobiliários

Participações e Dividendos

Outras Receitas Patrimoniais

Receita Industrial

Receita de Serviços Industriais
Outras Receitas Industriais

Transferências Correntes

Receitas Diversas

Multas
Contribuições
Cobrança da Dívida Ativa,
Outras Receitas Diversas

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito
Alienação de Bens Móveis e Imó-
veis
Amortização de Empréstimos Con-
cedidos

Transferências de Capital
Outras Receitas de Capital

CAPÍTULO III

DA DESPESA

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio
Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Transferências de Capital

§ 1º Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

§ 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

I — subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;

II — subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

§ 4º Classificam-se como Investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

§ 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:

I — aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

II — aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

III — constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

§ 6º São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

Art. 13. Observadas as categorias econômicas do art. 12, a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de governo, obedecerá ao seguinte esquema:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Pessoal Civil
Pessoal Militar
Material de Consumo
Serviços de Terceiros
Encargos Diversos

Transferências Correntes

Subvenções Sociais
Subvenções Econômicas
Inativos

Pensionistas
Salário Família e Abono Familiar
Juros da Dívida Pública
Contribuições de Previdência Social
Diversas Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Obras Públicas
Serviços em Regime de Programação Especial
Equipamentos e Instalações
Material Permanente
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais ou Agrícolas.

Inversões Financeiras

Aquisição de Imóveis

Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras.
Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento.
Constituição de Fundos Rotativos
Concessão de Empréstimos
Diversas Inversões Financeiras

Transferências de Capital

Amortização da Dívida Pública
Auxílios para Obras Públicas
Auxílios para Equipamentos e Instalações.
Auxílios para Inversões Financeiras
Outras Contribuições.

Art. 14. Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços (VETADO) a que serão consignadas dotações próprias.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, serão consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.

Art. 15. Na Lei de Orçamento a discriminação da despesa far-se-á, (VETADO) por elementos.

§ 1.º VETADO.

§ 2.º Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos.

Seção I

Das Despesas Correntes

Subseção única

Das Transferências Correntes

I) Das Subvenções Sociais

Art. 16. Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções sociais

visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada, aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.

Parágrafo único. O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecendo os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

Art. 17. Somente à instituição cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização serão concedidas subvenções.

II) Das Subvenções Econômicas

Art. 18. A cobertura dos deficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas, expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. Consideram-se, igualmente, como subvenções econômicas:

a) as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais;

b) as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Art. 19. A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.

Seção II

Das Despesas de Capital

Subseção Primeira

Dos Investimentos

Art. 20. Os investimentos serão discriminados na Lei de Orçamento segundo os projetos de obras e de outras aplicações.

Parágrafo único. Os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa poderão ser custeadas por dotações globais, classificadas entre as Despesas de Capital.

Subseção Segunda

Das Transferências de Capital

Art. 21. A Lei de Orçamento não consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às transferências de capital à conta de fundos especiais ou dotações sob regime excepcional de aplicação.

TÍTULO II

Da Proposta Orçamentária

CAPÍTULO I

Conteúdo e Forma da Proposta Orçamentária

Art. 22. A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á de:

I — Mensagem, que conterá: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômico-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

II — Projeto de Lei de Orçamento;

III — Tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

- a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;
- b) A receita prevista para o exercício em que se elaborou a proposta;
- c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
- d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
- e) A despesa fixada para o exercício em que se elaborou a proposta; e
- f) A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta;

IV — Especificação dos programas especiais de trabalho, custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e

dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

Parágrafo único — Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

CAPÍTULO II

DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Seção Primeira

Das Previsões Plurianais

Art. 23. As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo, um triênio.

Parágrafo único. O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital será anualmente reajustado acrescentando-se-lhe as previsões de mais um ano, de modo a assegurar o projeção contínua dos períodos.

Art. 24. O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital abrangerá:

I — as despesas e, como couber, também as receitas previstas em planos especiais aprovados em lei e destinados a atender a regiões ou a setores da administração ou da economia;

II — as despesas à conta de fundos especiais e, como couber, as receitas que os constituam;

III — em anexos, as despesas de capital das entidades referidas no Título X desta lei, com indicação das respectivas receitas, par as quais forem previstas transferências de capital.

Art. 25. Os programas constantes do Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital sempre que possível serão correlacionados a metas objetivas em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

Parágrafo único. Consideram-se metas os resultados que se pretendem obter com a realização de cada programa.

Art. 26. A proposta orçamentária conterá o programa anual atualização dos investimentos inversões financeiras e transferências previstos no Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital.

Seção Segunda

Das Previsões Anuais

Art. 27. As propostas parciais de orçamento guardarão estrita conformidade com a política econômico-financeira, o programa anual de trabalho do Governo e, quando fixado, o limite global máximo para o orçamento de cada unidade administrativa.

Art. 28. As propostas parciais das unidades administrativas, organizadas em formulário próprio, serão acompanhadas de:

I — tabelas explicativas da despesa, sob a forma estabelecida no artigo 22, inciso III, letra d; e, e f;

II — justificação pormenorizada de cada dotação solicitada, com a indicação dos atos de aprovação de projetos e orçamentos de obras públicas, para cujo início ou prosseguimento ela se destina.

Art. 29. Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base à estimativa da receita, na proposta orçamentária.

Parágrafo único. Quando houver órgão central de orçamento, essas demonstrações ser-lhe-ão remetidas mensalmente.

Art. 30. A estimativa da receita terá por base as demonstrações a que se refere o artigo anterior, à arrecadação dos três últimos exercícios, pelo menos, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.

Art. 31. As propostas orçamentárias parciais serão revistas e coordenadas na proposta geral, considerando-se a receita estimada e as novas circunstâncias.

TÍTULO III

Da elaboração da Lei de Orçamento

Art. 32. Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

Art. 33. Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a:

a) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexistência da proposta;

b) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

c) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;

d) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

TÍTULO IV

Do Exercício Financeiro

Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I — as receitas nêle arrecadadas;

II — as despesas nêle legalmente empenhadas.

Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Parágrafo único. Os empenhos que correm a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos a conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Art. 38. Reverte a dotação a importância de despesa anulada no exercício; quando a anulação ocorrer após o encerramento deste, considerar-se-á receita do ano em que se efetivar.

Art. 39. As importâncias relativas a tributos, multas e créditos da Fazenda Pública, lançados mas não cobrados ou não recolhidos no exercício de origem, constituem Dívida Ativa a partir da data da sua inscrição.

Parágrafo único. As importâncias dos tributos e demais rendas não sujeitas a lançamentos ou não lançadas, serão escrituradas como receita do exercício em que forem arrecadadas,

nas respectivas rubricas orçamentárias, desde que até o ato do recebimento não tenham sido inscritas como Dívida Ativa.

TÍTULO V

DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 40. São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I — suplementares, os destinados ao reforço de dotação orçamentária;

II — especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III — extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. VETADO.

§ 1.º VETADO.

I — VETADO.

II — VETADO.

III — VETADO.

IV — VETADO.

§ 2.º VETADO.

§ 3.º VETADO.

§ 4.º VETADO.

Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que dêles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos salvo expressa disposição legal; em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde fôr possível.

TÍTULO VI

DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

Da Programação da Despesa

Art. 47. Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada

unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

Art. 48. A fixação das cotas a que se refere o artigo anterior atenderá aos seguintes objetivos:

a) assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa anual de trabalho;

b) manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

Art. 49. A programação da despesa orçamentária, para efeito do disposto no artigo anterior, levará em conta os créditos adicionais e as operações extra-orçamentárias.

Art. 50. As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.

CAPÍTULO II

Da Receita

Art. 51. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem previa autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

Art. 52. São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

Art. 53. O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

Art. 54. Não será admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.

Art. 55. Os agentes da arrecadação devem fornecer recibos das importâncias que arrecadarem.

§ 1.º VETADO.

§ 2.º. Os recibos serão fornecidos em uma única via.

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Art. 57. (VETADO) serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas

arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.

CAPÍTULO III

Da Despesa

Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente (VETADO) de implemento de condição.

Art. 59. O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º. Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.

§ 2º. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

§ 3º. É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º. Essa verificação tem por fim apurar:

I — a origem e o objeto do que se deve pagar;

II — a importância exata a pagar;

III — a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I — o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II — a nota de empenho;

III — os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade com-

petente, determinando que a despesa seja paga.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 65. O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídas, por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.

Art. 66. As dotações atribuídas às diversos unidades orçamentárias poderão, quando expressamente determinado na Lei de Orçamento, ser movimentadas por órgãos centrais de administração geral.

Parágrafo único. É permitida a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal, de uma para outra unidade orçamentária, quando considerada indispensável a movimentação de pessoal, dentro das tabelas ou quadros comuns às unidades interessadas, e que se realize em obediência à legislação específica.

Art. 67. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Artigo 69. Não se fará adiantamento a servidor em alcance (VETADO).

Artigo 70. A aquisição de material, o fornecimento e a adjudicação de obras e serviços serão regulados em lei, respeitado o princípio da concorrência.

TÍTULO VII

DOS FUNDOS ESPECIAIS

Artigo 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Artigo 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação

consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Artigo 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Artigo 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

TÍTULO VIII

DO CONTRÔLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

- I — a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;
- II — a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;
- III — o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

CAPÍTULO II

Do Controle Interno

Artigo 76. O Poder Executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o artigo 75, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Artigo 77. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.

Artigo 78. Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.

Artigo 79. Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária, ou a outro indicado na legislação, ca-

berá o controle estabelecido no inciso III do artigo 75.

Parágrafo único. Esse controle far-se-á, quando for o caso, em termos de unidades de medida, previamente estabelecidas para cada atividade.

Artigo 80. Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.

CAPÍTULO III

DO CONTRÔLE EXTERNO

Artigo 81. O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.

Artigo 82. O Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis orgânicas dos Municípios.

§ 1º. As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

§ 2º. Quando, no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitir parecer.

TÍTULO IX

DA CONTABILIDADE

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos, quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

Art. 84. Resservada a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos será realizada ou superintendida pelos serviços de contabilidade.

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a per-

mitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 86. A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.

Art. 87. Haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte.

Art. 88. Os débitos e créditos serão escriturados com individualização do devedor ou do credor e especificação da natureza, importância e data do vencimento, quando fixada.

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial.

CAPÍTULO II

Da Contabilidade Orçamentária e Financeira

Art. 90. A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.

Art. 91. O registro contábil da receita e da despesa far-se-á de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos créditos adicionais.

Art. 92. A dívida flutuante compreende:

- I — os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- II — os serviços da dívida a pagar;
- III — os depósitos;
- IV — os débitos de tesouraria.

Parágrafo único. O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Art. 93. Todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão também objeto de registro, individualização e controle contábil.

CAPÍTULO III

Da Contabilidade Patrimonial e Industrial

Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

Art. 95. A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

Art. 97. Para fins orçamentários e determinação dos devedores, far-se-á o registro contábil das receitas patrimoniais, fiscalizando-se sua efetivação.

Art. 98. VETADO.

Parágrafo único. A dívida fundada será escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.

Artigo 99. Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autarquia, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum.

Artigo 100. As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.

CAPÍTULO IV

Dos Balanços

Artigo 101. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 1, 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 16 e 17.

Artigo 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Artigo 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferirem para o exercício seguinte.

Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita, extra-orçamentária para, compençar sua inclusão na despesa orçamentária.

Artigo 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Artigo 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I — O Ativo Financeiro;
- II — O Ativo Permanente;
- III — O Passivo Financeiro;
- IV — O Passivo Permanente;
- V — O Saldo Patrimonial;
- VI — As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Artigo 106. A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá às normas seguintes:

- I) Os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão,

quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço;

- II) os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção;
- III) os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras;

§ 1º Os valores em espécie, assim como os débitos e créditos, quando em moeda estrangeira, deverão figurar ao lado das correspondentes importâncias em moeda nacional.

§ 2º As variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie serão levadas à conta patrimonial.

§ 3º Poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis.

TÍTULO X

Das Autarquias e Outras Entidades

Artigo 107. As entidades autárquicas ou paraestatais, inclusive de previdência social ou investidas de delegação para arrecadação de contribuições parafiscais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal terão seus orçamentos aprovados por decreto do Poder Executivo, salvo se disposição legal expressa determinar que o sejam pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Compreendem-se nesta disposição as empresas com autonomia financeira e administrativa cujo capital pertencer, integralmente, ao Poder Público.

Artigo 108. Os orçamentos das entidades referidas no artigo anterior vincular-se-ão ao orçamento da União dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, pela inclusão:

- I) como receita, salvo disposição legal em contrário, do saldo positivo previsto entre os totais das receitas e despesas;
- II) como subvenção econômica, na receita do orçamento da beneficiária, salvo disposição legal em contrário, do saldo negativo previsto entre os totais das receitas e despesas.

§ 1º Os investimentos ou inversões financeiros da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, realizados por intermédio das entidades aludidas no artigo anterior, serão classificados como receita de capital des-

tas e despesa de transferência de capital daqueles.

§ 2º As previsões para depreciação serão computadas para efeito de apuração do saldo líquido das mencionadas entidades.

Artigo 109. Os orçamentos e balanços das entidades compreendidas no artigo 107 serão publicados como complemento dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal a que estejam vinculados.

Artigo 110. Os orçamentos e balanços das entidades já referidas obedecerão aos padrões e normas instituídas por esta lei, ajustados às respectivas peculiaridades.

Parágrafo único. Dentro do prazo que a legislação fixar, os balanços serão remetidos ao órgão central de contabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para fins de incorporação dos resultados, salvo disposição legal em contrário.

TÍTULO XI

Disposições Finais

Artigo 111. O Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, além de outras apurações, para fins estatísticos, de interesse nacional, organizará e publicará o balanço consolidado das contas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários.

§ 1º Os quadros referidos neste artigo terão a estrutura do Anexo número 1.

§ 2º O quadro baseado nos orçamentos será publicado até o último dia do primeiro semestre do próprio exercício e o baseado nos balanços até o último dia do segundo semestre do exercício imediato àquele a que se referirem.

Artigo 112. Para cumprimento do disposto no artigo precedente, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal remeterão ao mencionado órgão, até 30 de abril, os orçamentos do exercício, e até 30 de

junho, os balanços do exercício anterior.

Parágrafo único. O pagamento, pela União, de auxílio ou contribuição a Estados, Municípios ou Distrito Federal, cuja concessão não decorra de imperativo constitucional, dependerá de prova do atendimento ao que se determina neste artigo.

Artigo 113. Para fiel e uniforme aplicação das presentes normas, o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda atenderá a consultas, coligirá elementos, promoverá o intercâmbio de dados informativos, expedirá recomendações técnicas, quando solicitadas, e atualizará sempre que julgar conveniente, os anexos que integram a presente lei.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, poderão ser promovidas, quando necessário, conferências ou reuniões técnicas, com a participação de representantes das entidades abrangidas por estas normas.

Artigo 114. Os efeitos desta lei são contados a partir de 1 de janeiro de 1964.

Artigo 115. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 17 de março de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurgma

Sylvio Borges de Souza Motta

Jair Ribeiro

João Augusto de Araújo Castro

Waldyr Ramos Borges

Expedito Machado

Oswaldo Costa Lima Filho

Júlio Furquim Sambaquy

Amaury Silva

Anysio Botelho

Wilson Fadul

Antonio Oliveira Brito

Egídio Michaelson

Receita	Cr\$	Cr\$	Despesa	Cr\$	Cr\$
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
Receita Tributária			Despesas de Custeio		
Receita Patrimonial			Transferências Correntes		
Receita Industrial					
Transferências Correntes			Superavit (Se ocorrer)		
Receitas Diversas			Total		
Deficit (Se ocorrer)					
Total					
Superavit do orçamento corrente (Se for o caso)			Deficit do orçamento corrente (Se for o caso)		
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
Alienação de Bens Móveis e Imóveis			Investimentos		
Amortização de Empréstimos Concedidos			Inversões Financeiras		
Transferências de Capital			Transferências de Capital		
Operações de Crédito:					
Autorizadas (ou realizadas)			Superavit (do orçamento ou sua execução) ..		
Para cobertura do Deficit			Total		
Total					

RESUMO

	Receitas	Despesas
Receitas e Despesas Correntes		
Receitas e Despesas de Capital		
Superavit (ou Deficit)		
Totais		

CÓDIGOS		ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	PARCELAS		Total
Local	Geral		Cr\$	Cr\$	Cr\$

D E S P E S A

CÓDIGOS		ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	PARCELAS		Total Cr\$
Local	Geral		Cr\$	Cr\$	

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

- 1.0.0.00 — *Receitas Correntes.*
 1.1.0.00 — *Receita Tributária.*
 1.1.1.00 — *Impostos:*
 1.1.1.11 — Imposto de Importação e afins.
 1.1.1.12 — Imposto de Consumo.
 1.1.1.13 — Imposto de Renda.
 1.1.1.14 — Imposto de Selo e afins.
 1.1.1.15 — Imposto Único s/Energia Elétrica.
 1.1.1.16 — Imposto Único s/Combustíveis e Lubrificantes.
 1.1.1.17 — Imposto s/Minérios.
 1.1.1.18 — Imposto s/Transmissão de Propriedade "Causa Mortis".
 1.1.1.19 — Imposto s/Vendas e Consignações.
 1.1.1.20 — Imposto s/Exportação.
 1.1.1.21 — Imposto Territorial.
 1.1.1.22 — Imposto s/Transmissão de Propriedade Imóvel "Inter Vivos".
 1.1.1.23 — Imposto Predial.
 1.1.1.24 — Imposto de Licença.
 1.1.1.25 — Imposto s/Indústrias e Profissões.
 1.1.1.26 — Imposto s/Diversões Públicas.

 1.1.1.99 — Outros impostos.
 1.1.2.00 — *Taxas:*
 1.1.2.11 — Taxas de Estatística.
 1.1.2.12 — Taxas de Expediente e Emolumentos.
 1.1.2.13 — Taxas e Custas Judiciais.
 1.1.2.14 — Taxas de Segurança Pública.
 1.1.2.15 — Taxas de Serviços de Trânsito.
 1.1.2.16 — Taxas de Assistência Social.
 1.1.2.17 — Taxas Rodoviárias.
 1.1.2.18 — Taxas de Pedágio.
 1.1.2.19 — Taxas de Limpeza Pública.
 1.1.2.20 — Taxas de Saneamento.
 1.1.2.21 — Taxas de Aferição de Pesos e Medidas.
 1.1.2.22 — Taxas de Viagem.
 1.1.2.23 — Taxas de Defesa Sanitária, Vegetal e Animal.
 1.1.2.24 — Taxas de Fiscalização e Classificação de Produtos.
 1.1.2.25 — Taxas de Previdência Social.
 1.1.2.26 — Taxas de Defesa e Fomento da Produção.
 1.1.2.27 — Taxas de Serviços Diversos.

 1.1.2.99 — Outras taxas.
 1.1.3.00 — *Contribuições de Melhoria.*
 1.2.0.00 — *Receita Patrimonial*
 1.2.1.00 — *Receitas Imobiliárias.*
 1.2.2.00 — *Receitas de Valores Mobiliários.*
 1.2.3.00 — *Participações e Dividendos.*
 1.2.4.00 — *Outras Receitas Patrimoniais.*
 1.3.0.00 — *Receita Industrial:*
 1.3.1.00 — *Receitas de Empresas Públicas.*
 1.3.2.00 — *Receitas de Serviços Públicos.*
 1.4.0.00 — *Transferências Correntes.*
 1.4.1.00 — *Cota-parte do Imposto de Renda.*
 1.4.2.00 — *Cota-parte do Imposto de Consumo.*
 1.4.3.00 — *Cota-parte de Impostos Estaduais.*
 1.4.4.00 — *Cota-parte dos Impostos Concorrentes.*
 1.4.5.00 — *Cota-parte do Imposto s/Combustíveis e Lubrificantes.*
 1.4.6.00 — *Cota-parte do Imposto s/Minérios.*
 1.4.7.00 — *Cota-parte do Imposto s/Energia Elétrica.*
 1.4.8.00 — *Contribuições da União.*
 1.4.9.00 — *Contribuições dos Estados.*
 1.4.10.00 — *Contribuições dos Municípios.*
 1.4.11.00 — *Contribuições Diversas.*
 1.5.0.00 — *Receitas Diversas:*
 1.5.1.00 — *Multas.*
 1.5.2.00 — *Cobrança da Dívida Ativa.*
 1.5.3.00 — *Invenções e Restituições.*
 1.5.4.00 — *Outras Receitas Diversas.*
 2.0.0.00 — *RECEITAS DE CAPITAL:*
 2.1.0.00 — *Operações de Crédito.*
 2.2.0.00 — *A alienação de Bens Móveis e Imóveis.*
 2.3.0.00 — *Amortização de Empréstimos Concedidos.*
 2.4.0.00 — *Transferências de Capital.*
 2.4.1.00 — *Auxílios da União.*
 2.4.2.00 — *Auxílios dos Estados.*
 2.4.3.00 — *Auxílios dos Municípios.*
 2.4.4.00 — *Auxílios Diversos.*
 2.5.0.00 — *Outras Receitas de Capital.*

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

PELAS CATEGORIAS ECONÔMICAS

3.0.0.0 — *DESPESAS CORRENTES:*

- 3.1.0.0 — *Despesas de Custeio.*
 3.1.1.0 — *Pessoal.*
 3.1.1.1 — *Pessoal Civil.*
 3.1.1.2 — *Pessoal Militar.*
 3.1.2.0 — *Materiais de Consumo.*
 3.1.3.0 — *Serviços de Terceiros.*
 3.1.4.0 — *Encargos Diversos.*

3.1.5.0 — *Despesas de Exercícios Anteriores.*

- 3.2.0.0 — *Transferências Correntes.*
 3.2.1.0 — *Subvenções Sociais:*
 3.2.1.1 — *Instituições Internacionais.*
 3.2.1.2 — *Instituições Federais.*
 3.2.1.3 — *Instituições Estaduais.*
 3.2.1.4 — *Instituições Municipais.*
 3.2.1.5 — *Instituições Privadas.*
 3.2.2.0 — *Subvenções Econômicas:*
 3.2.2.1 — *Empresas Federais.*
 3.2.2.2 — *Empresas Estaduais.*
 3.2.2.3 — *Empresas Municipais.*
 3.2.2.4 — *Empresas Privadas.*
 3.2.2.5 — *Sociedades de Economia Mista.*
 3.2.3.0 — *Inativos:*
 3.2.4.0 — *Pensionistas.*
 3.2.5.0 — *Salário-Família.*
 3.2.6.0 — *Abono Familiar.*
 3.2.7.0 — *Juros da Dívida Pública.*
 3.2.7.1 — *Fundada Interna.*
 3.2.7.2 — *Fundada Externa.*
 3.2.7.3 — *Flutuante.*
 3.2.7.4 — *Diversos.*
 3.2.8.0 — *Contribuições de Previdência Social;*
 3.2.9.0 — *Diversas Transferências Correntes.*
 3.2.9.1 — *Entidades Internacionais.*
 3.2.9.2 — *Entidades Federais.*
 3.2.9.3 — *Entidades Estaduais.*
 3.2.9.4 — *Entidades Municipais.*
 4.0.0.0 — *DESPESAS DE CAPITAL*
 4.1.0.0 — *Investimentos:*
 4.1.1.0 — *Obras Públicas:*
 4.1.1.1 — *Estudos e Projetos.*
 4.1.1.2 — *Início de Obras.*
 4.1.1.3 — *Prosseguimento e Conclusão de Obras.*
 4.1.1.4 — *Instalações e Equipamentos para Obras.*
 4.1.1.5 — *Construção de Edifícios Públicos.*
 4.1.2.0 — *Equipamentos e Instalações:*
 4.1.2.1 — *Máquinas, motores e aparelhos.*
 4.1.2.2 — *Locomotivas, automotriz e vagões.*
 4.1.2.3 — *Tratores e equipamentos rodoviários e agrícolas.*
 4.1.2.4 — *Automóveis, autocaminhões e outros veículos de tração mecânica.*
 4.1.2.5 — *Aeronaves.*
 4.1.2.6 — *Embarcações.*
 4.1.2.7 — *Diversos Equipamentos e Instalações.*
 4.1.3.0 — *Materiais Permanentes:*
 4.1.4.0 — *Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas.*
 4.2.0.0 — *Inversões Financeiras:*
 4.2.1.0 — *Aquisição de Imóveis.*
 4.2.2.0 — *Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras.*
 4.2.3.0 — *Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento.*
 4.2.4.0 — *Constituição de Fundos Rotativos.*
 4.2.5.0 — *Concessão de Empréstimos.*
 4.2.6.0 — *Diversas Inversões Financeiras.*
 4.3.0.0 — *Transferências de Capital.*
 4.3.1.0 — *Amortização da Dívida Pública.*
 4.3.1.1 — *Fundada Interna.*
 4.3.1.2 — *Fundada Externa.*
 4.3.2.0 — *Auxílios para Obras Públicas.*
 4.3.2.1 — *Entidades Federais.*
 4.3.2.2 — *Entidades Estaduais.*
 4.3.2.3 — *Entidades Municipais.*
 4.3.2.4 — *Entidades Privadas.*
 4.3.3.0 — *Auxílios para Equipamentos e Instalações:*
 4.3.3.1 — *Entidades Federais.*
 4.3.3.2 — *Entidades Estaduais.*
 4.3.3.3 — *Entidades Municipais.*
 4.3.3.4 — *Entidades Privadas.*
 4.3.4.0 — *Auxílios para Inversões Financeiras:*
 4.3.4.1 — *Entidades Federais.*
 4.3.4.2 — *Entidades Estaduais.*
 4.3.4.3 — *Entidades Municipais.*
 4.3.4.4 — *Entidades Privadas.*
 4.3.5.0 — *Contribuições Diversas:*
 4.3.5.1 — *Entidades Federais.*
 4.3.5.2 — *Entidades Estaduais.*
 4.3.5.3 — *Entidades Municipais.*
 4.3.5.4 — *Entidades Privadas.*

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÕES

0 — *Governo e Administração Geral*

- 0 — *Administração*
 1 — *Poder Legislativo*

- 2 - Poder Judiciário
- 3 - Poder Executivo
- 4 - Defesa Nacional
- 5 - Polícia e Segurança
- 6 - Relações Exteriores
- 7 - Planejamento, Pesquisa e Assistência Técnica
- 8 - Serviços Geográficos e Estatísticos
- 9 - Diversos

1 - Encargos Gerais

- 0 - Administração
- 1 - Dívida Fundada Interna
- 2 - Dívida Fundada Externa
- 3 - Dívida Flutuante
- 4 - Financiamentos Governamentais
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 - Diversos

2 - Recursos Naturais e Agropecuária

- 0 - Administração
- 1 - Levantamento e Defesa de Recursos
- 2 - Produção Mineral
- 3 - Produção Vegetal
- 4 - Produção Animal
- 5 - Caça e Pesca
- 6 - Imigração e Colonização
- 7 - Orientação e Pesquisa
- 8 - Mecanização
- 9 - Diversos

3 - Energia

- 0 - Administração
- 1 - Carvão
- 2 - Petróleo e Gás Natural
- 3 - Energia Elétrica
- 4 - Energia Nuclear
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 - Diversos

4 - Transportes e Comunicações

- 0 - Administração
- 1 - Transporte Ferroviário
- 2 - Transporte Rodoviário
- 3 - Transporte Aeroviário
- 4 - Transporte por Dutos
- 5 - Transporte Urbano
- 6 - Navegação Marítima e Interior
- 7 - Comunicações
- 8 -
- 9 - Diversos

5 - Indústria e Comércio

- 0 - Administração
- 1 - Indústrias Metalúrgicas
- 2 - Indústrias de Transformação de Minerais não Metálicos
- 3 - Indústria Mecânica Pesada
- 4 - Indústria Química
- 5 - Indústria de Produtos Alimentares
- 6 - Comércio Interno e Externo
- 7 - Armazéns, Silos e Frigoríficos
- 8 - Abastecimento Urbano
- 9 - Diversos

6 - Educação e Cultura

- 0 - Administração
- 1 - Ensino Primário
- 2 - Ensino Médio - Secundário
- 3 - Ensino Médio - Técnico Profissional
- 4 - Ensino Superior
- 5 - Ensino e Cultura Artística
- 6 - Educação Física e Desportos
- 7 - Pesquisas, Orientação e Difusão Cultural
- 8 - Patrimônio Artístico e Histórico
- 9 - Diversos

7 - Saúde

- 0 - Administração
- 1 - Assistência Médico-Hospitalar
- 2 - Assistência Médico-Ambulatorial e Domiciliar
- 3 - Assistência à Maternidade e à Infância
- 4 - Profilaxia de Moléstias Infecto-Contagiosas
- 5 - Higiene
- 6 - Erradicação de Endemias
- 7 - Saneamento
- 8 - Pesquisas, Fiscalização e Educação Sanitária
- 9 - Diversos

8 - Trabalho, Previdência e Assistência Social

- 0 - Administração
- 1 - Previdência Social
- 2 - Inativos e Pensionistas
- 3 - Salário-Família e Abono Familiar
- 4 - Assistência a Menores
- 5 - Assistência a Desvalidos e Indigentes
- 6 - Assistência a Incapazes e Deficientes
- 7 - Assistência a Silvícolas
- 8 - Proteção ao Trabalho
- 9 - Diversos

9 - Habitação e Serviços Urbanos

- 0 - Administração
- 1 - Habitação Popular
- 2 - Serviços de Água e Esgotos
- 3 - Limpeza Pública
- 4 - Iluminação Pública
- 5 - Ruas e Praças Públicas
- 6 - Parques e Jardins
- 7 - Mercados, Feiras e Matadouros
- 8 - Cemitérios
- 9 - Diversos

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA PELAS FUNÇÕES SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Funções e Sub-Funções	Despesas Correntes			Despesas de Capital				Total
	Cr\$			Cr\$				Geral
	Custeio.	Transf. Correntes	Total	Investimentos	Transf. de Capital	Inversões Financeiras	Total	
Governo e Administração Geral								
Administração								
Poder Legislativo								
Poder Judiciário								
Encargos Gerais								
Administração								
Dívida Fundada Interna								
Total								

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA PELAS CATEGORIAS ECONOMICAS SEGUNDO AS FUNÇÕES

(Anexo nº 7)

CATEGORIAS ECONOMICAS	Governo e Admin. Geral	Encargos Gerais	Recursos Naturais e Agropecuária	Energia	Transportes e Comunicações	Indústria e Comércio	Educação e Cultura	Saúde	Trabalho, Previd. e Assistência Social	Habitacão e Serviços Urbanos	TOTAL GERAL Cr\$
DESPESAS CORRENTES											
<i>Despesas de Custeio</i>											
Pessoal											
Material											
.....											
Soma das Desp. de Custeio											
<i>Transferências Correntes</i>											
Subvenções Sociais											
Subvenções Econômicas											
.....											
Soma das Transf. Correntes											
Soma das Desp. Correntes											
DESPESAS DE CAPITAL											
<i>Investimentos</i>											
Obras Públicas											
Equip. e Instalações											
.....											
Soma dos Investimentos											
Soma das Desp. de Capital											
TOTAL											

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA PELAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECO (Anexo nº 8) NÔMICAS

Unidades Orçamentárias	Despesas Correntes Cr\$			Despesas de Capital Cr\$				Total
	Custeio	Transf. Correntes	Total	Investi- mentos	Transf. de Capital	Inversões Financel- ras	Total	Geral Cr\$
Subtotal								
Subtotal								
Subtotal								
Total								

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA PELAS

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS SEGUNDO AS FUNÇÕES

(Anexo nº 9)

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Governo e Admin. Geral	Encargos Gerais	Recursos Naturais e Agropecuária	Energia	Transportes e Comunicações	Indústria e Comércio	Educação e Cultura	Saúde	Trabalho, Previd. e Assistência Social	Habitacão e Serviços Urbanos	TOTAL GERAL Cr\$
Subtotal											
Subtotal											
Subtotal											
Subtotal											
TOTAL											

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

(Anexo nº 10)

Ítulos	Orçada Cr\$	Arrecadada Cr\$	Diferenças (Cr\$)	
			Para mais	Para menos
RECEITAS CORRENTES				
Receita Tributária				
Impostos:				
...				
...				
...				
Taxas:				
...				
...				
...				
Contribuição de Melhoria				
Soma				
RECEITA PATRIMONIAL				
...				
...				
...				
Soma				
...				
...				
Soma das Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
...				
...				
Soma das Receitas de Capital				
Total				

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

(Anexo nº 11)

TÍTULOS	Autorizada (Cr\$)			Realizada Cr\$	Diferenças Cr\$
	Créditos Orça- mentários e Su- plementares	Créditos Espe- ciais e Extra- ordinários	Total		
Orgão "A"					
(Por Categorias Econômicas)					
.....					
.....					
Soma					
Orgão "B"					
.....					
.....					
Soma					
.....					
TOTAL					

BALANÇO ORÇAMENTARIO

(Anexo nº 12)

R E C E I T A				D E S P E S A			
TTULOS	Previsão Cr\$	Execução Cr\$	Diferenças Cr\$	TTULOS	Fixação Cr\$	Execução Cr\$	Diferenças Cr\$
Receitas Correntes				Créditos Orçamentários e Suple- mentares			
Receita Tributária				Créditos Especiais			
Receita Patrimonial				Créditos Extraordinários			
Receita Industrial							
Transferências Correntes							
Receitas Diversas							
Receitas de Capital							
Soma				Soma			
Dejeitos				Supravitais			
TOTAL				TOTAL			

RECEITA				DESPESA			
títulos	CR\$	CR\$	CR\$	títulos	CR\$	CR\$	CR\$
ORÇAMENTARIA				ORÇAMENTARIA			
<i>Receitas Correntes</i>				Governo e Administração-Geral			
Receita Tributária				Encargos Gerais			
Receita Patrimonial				Recursos Naturais e Agropecuária			
Receita Industrial				Energia			
Transferências Correntes				Transportes e Comunicações			
Receitas Diversas				Indústria e Comércio			
				Educação e Cultura			
<i>Receita de Capital</i>				Saúde			
				Trabalho, Previdência e Assistência Social			
EXTRA-ORÇAMENTARIA				Habituação e Serviços Urbanos			
Restos a Pagar (Contrapartida de despesas a pagar)				EXTRA-ORÇAMENTARIA			
Serviço da Dívida a Pagar (contrapartida)				Restos a Pagar (Pagamento no exercício)			
Depósitos				Serviço da Dívida a Pagar (pagamento)			
Outras Operações				Depósitos			
				Outras Operações			
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDOS PARA O EXERCÍCIO SE- GUINTE			
Disponível:				Disponível:			
Caixa				Caixa			
Bancos e Correspondentes				Bancos e Correspondentes			
Exatotes				Exatotes			
Vinculada em C/C Bancárias				Vinculada em C/C Bancárias			
TOTAL				TOTAL			

BALANÇO PATRIMONIAL

(Anexo nº 14)

A T I V O				P A S S I V O			
TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$	TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Disponíveis				Restos a Pagar :			
Caixa						
Bancos e Correspondentes				Serviços da Dívida a Pagar			
Exatores				Depósitos			
Vinculado em C/C Bancárias :				Debitos de Tesouraria			
.....				PASSIVO PERMANENTE			
Realizável				Dívida Fundada Interna:			
.....				Em Títulos			
ATIVO PERMANENTE				Por Contratos			
Bens Móveis				Dívida Fundada Externa :			
Bens Imóveis				Em Títulos			
Bens de Natureza Industrial				Por Contratos			
Créditos				Diversos :			
Valores						
Diversos :				Soma do Passivo Real			
.....				SALDO PATRIMONIAL			
Soma do Ativo Real				Ativo Real Líquido			
SALDO PATRIMONIAL				Soma			
Passivo Real Descoberto				PASSIVO COMPENSADO			
Soma				Contrapartida Valores em poder de			
ATIVO COMPENSADO				Terceiros :			
Valores em Poder de Terceiros :						
.....				Contrapartida de Valores de Terceiros			
Valores de Terceiros :						
.....				Contrapartida Valores Noms Emitidos:			
Valores Nominais Emitidos :						
.....				Diversos :			
Diversos :						
.....				TOTAL-GERAL			
TOTAL-GERAL							

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

(Anexo nº 15)

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$	TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
RECEITA ORÇAMENTARIA				DESPESA ORÇAMENTARIA			
<i>Receitas Correntes</i>				<i>Despesas Correntes</i>			
Receita Tributária				Despesas de Custeio			
Receita Patrimonial				Transferências Correntes			
Receita Industrial				<i>Despesas de Capital</i>			
Transferências Correntes				Investimentos			
Receitas Diversas				Inversões Financeiras			
<i>Receitas de Capital</i>				Transferências de Capital			
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
Aquisição de Bens Móveis				Cobrança da Dívida Ativa			
Construção e Aquisição de Bens Imóveis				Alienação de Bens Móveis			
Construção e Aquisição de Bens de Natureza Industrial				Alienação de Bens Imóveis			
Aquisição de Títulos e Valores				Alienação de Bens de Nat. Industrial			
Empréstimos Concedidos				Alienação de Títulos e Valores			
Diversas				Empréstimos Tomados			
Total				Recebimento de Créditos			
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				Diversas			
Inscrição da Dívida Ativa				Total			
Inscrição de Outros Créditos				INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
Incorporação de Bens (doações, legados, etc.)				Cancelamento da Dívida Ativa			
Cancelamento de Dívidas Passivas				Encampação de Dívidas Passivas			
Diversas				Diversas			
Total das Variações Ativas				Total das Variações Passivas			
RESULTADO PATRIMONIAL				RESULTADO PATRIMONIAL			
Deficit Verificado (se for o caso)				Superavit verificado (se for o caso)			
TOTAL GERAL				TOTAL GERAL			

Анзю № 16

Observação : Adotar a mesma demonstração para a Dívida Externa, criando colunas auxiliares para o registro da dívida em moeda estrangeira.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUJUANTE

(Anexo nº 17)

TÍTULOS	Saldo do exercício anterior (Cr\$)	Movimento no Exercício			Saldo para o exercício seguinte (Cr\$)
		Inscrição	Cr\$	Baixa	
Restos a Pagar					
...					
Subtotal					
Serviço da Dívida a Pagar					
...					
Subtotal					
Depósitos					
...					
Subtotal					
Débitos de Resurto					
...					
Subtotal					
TOTAL					

APENSO

No "Apenso dos volumes da Coleção das Leis figurarão:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 4.286 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1963

Proíbe a distribuição dos saldos das autarquias aos seus funcionários.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Nenhum Instituto de Previdência, inclusive o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, poderá distribuir, a qualquer título, entre seus funcionários, os saldos verificados durante o exercício e considerados com lucro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 3 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Amaury Silva

LEI Nº 4.288 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1963

Altera a redação dos arts. 330 e 334, da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Os artigos 330 e 334, da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares) passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 330. Ao oficial, aspirante a oficial, guarda-marinha, subtenente, suboficial, sargento, cabo e taifeiro da ativa, da reserva remunerada ou reformado é permitido consignar em folha de pagamento a importância necessária à satisfação de compromissos assumidos com as instituições designadas no art. 334, par. os fins previstos na alínea “b” inciso I, e nas alíneas “a”, “b”, “c” e “e”, do inciso III, do art. 327, deste Código.

Art. 334 Podem ser consignatários:

I — Organizações oficiais;

II — Associações de classe;

1) Clube dos Taifeiros da Aeronáutica e congêneres da Marinha.

III — Particulares.”

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 3 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Sylvio Borges de Souza Motta

Jair Ribeiro

Angsio Botelho

LEI Nº 4.292 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1963

Prorroga, até 30 de junho de 1964, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores.

Página 10.956 — 3ª coluna.

Na ementa, onde se lê:

Prorroga, até 30 de junho de 1944...

Leia-se:

Prorroga, até 30 de junho de 1964 ...

LEI Nº 4.295 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1963

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício de 1964

(Publicada no Suplemento nº 247 do *Diário Oficial* de 27 de dezembro de 1963.)

Na página 246, na 2ª coluna, na Subconsignação 2.1.01 — Auxílios, onde se lê: 3) Fundação Universidade de Brasília (Lei 3.998, de 15 de dezembro de 1961) 361.628 — Leia-se: 3) Fundação Universidade de Brasília (Lei 3.998, de 15 de dezembro de 1961) 1.361.628.

LEI Nº 4.297 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Dispõe sobre a aposentadoria e pensões de Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões para Ex-Combatentes e seus dependentes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Será concedida, após 25 anos de serviço, a aposentadoria sob a forma de renda mensal vitalícia, igual à média do salário integral realmente percebido, durante os 12 meses anteriores à respectiva concessão, ao segurado ex-combatente, de qualquer Instituto de Aposentadoria e Pensões ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, com qualquer idade, que tenha servido, como convocado ou não, no teatro de operações da Itália — no período de 1944-1945 — ou que

tenha integrado a Força Aérea Brasileira ou a Marinha de Guerra ou a Marinha Mercante e tendo nestas últimas participado de combates e patrulhamento.

§ 1º Os segurados, ex-combatentes, que desejarem beneficiar-se dessa aposentadoria, deverão requerê-la, para contribuírem até o limite do salário que perceberem e que venham a perceber. Essa aposentadoria só poderá ser concedida após decorridos 36 meses de contribuições sobre o salário integral.

§ 2º Será computado, como tempo de serviço integral, para efeito de aposentadoria, o período em que o segurado esteve convocado para o serviço militar durante o conflito mundial de 1939-1945.

Art. 2º O ex-combatente, aposentado de Instituto de Aposentadoria e Pensões ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, terá seus proventos reajustados ao salário integral, na base dos

salários atuais e futuros, de idêntico cargo, classe, função ou categoria da atividade a que pertencia ou na impossibilidade dessa atualização, na base dos aumentos que seu salário integral teria, se permanecesse em atividade, em consequência de todos os dissídios coletivos ou acordos entre empregados e empregadores posteriores à sua aposentadoria. Tal reajuste também se dará todas as vezes que ocorrerem aumentos salariais, consequentes a dissídios coletivos ou a acordo entre empregados e empregadores, que poderiam beneficiar ao segurado se em atividade.

Art. 3º Se falecer o ex-combatente segurado de Instituto de Aposentadoria e Pensões ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, aposentado ou não, será concedida, ao conjunto de seus dependentes, pensão mensal, reversível, de valor total igual a 70% (setenta por cento) do salário integral realmente percebido pelo segurado e na seguinte ordem de preferência:

a) metade à viúva, e a outra metade, repartidamente, aos filhos de qualquer condição, se varões — enquanto menores não emancipados, interditados ou inválidos — se mulheres, enquanto solteiras, incluindo-se o filho póstumo;

b) não deixando viúva, terão direito à pensão integral os filhos mencionados na letra a deste artigo;

c) se não houver filhos caberá a pensão integral à viúva;

d) à companheira, desde que com o segurado tenha convivido maritalmente por prazo não inferior a 5 anos e até a data de seu óbito;

e) se não deixar viúva, companheira, nem filho, caberá a pensão à mãe viúva, solteira, ou desquitada, que estivesse sob a dependência econômica do segurado;

f) se nas condições da letra anterior deixar pai, ou pai e mãe que vivessem às suas expensas, estando aquele invalidado ou valetudinário, a pensão lhe será concedida, ou a ambos, repartidamente;

g) os irmãos, desde que estivessem sob a dependência econômica do contribuinte e, se varões, enquanto menores não emancipados, interditos ou totalmente inválidos e, se mulheres

quando solteiras, viúvas ou desquitadas;

h) em qualquer época as filhas viúvas, casadas ou desquitadas, reconhecidamente privadas de recursos para sua manutenção, serão equiparadas aos filhos ou filhas indicados na letra a deste artigo e com eles concorrerão à pensão;

i) o desquite somente prejudicará o direito à pensão quando a sentença for condenatória ao cônjuge beneficiário.

Art. 4º Enquanto existir um dos dependentes mencionados no art. 3º, o valor total da pensão será igual a 70% (setenta por cento) do salário integral realmente percebido pelo segurado e a reversão dessa pensão entre os dependentes se fará nos seguintes casos:

a) da viúva, em partes iguais, para os filhos do contribuinte mesmo de diversos matrimônios, por morte ou qualquer outro motivo que a faça perder a respectiva quota;

b) de um filho para outro, ou outros já pensionistas, por morte, por emancipação do varão, ou por casamento de qualquer destes;

c) sendo um só filho ou restando apenas um, a reversão se dará para a viúva do contribuinte;

d) entre os pais do contribuinte, por morte de um deles.

Parágrafo único. Das pensões sujeitas à reversão, será descontada mensalmente uma taxa de 7% sobre o seu valor.

Art. 5º O valor total das pensões será reajustado a 70% do salário integral que perceberia o segurado na base dos salários atuais e futuros, da mesma forma que o disposto no artigo 2º.

Art. 6º Os dependentes de ex-combatente, já falecidos, que poderiam ser beneficiados pelo art. 1º desta lei, passarão a receber suas pensões de acordo com os arts. 4º e 5º desta lei.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Amaury Silva

LEI Nº 4.298 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1963

Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' transformado em cargo de provimento em comissão, símbolo PJ-3, a função gratificada de Secretário do Presidente.

Art. 2º E' transformado em cargo isolado, de provimento efetivo, símbolo PJ-5, o cargo de Taquígrafo, atualmente de carreira e símbolos PJ-5 e PJ-6.

Art. 3º Fica restabelecido, na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o cargo de Auditor Fiscal, símbolo PJ-1, isolado de provimento em comissão, que será exercido por bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Art. 4º Poderão ser nomeados para os cargos de Secretário da Presidência e Auditor Fiscal pessoas estranhas ao quadro da Secretaria, se no mesmo não se encontrarem elementos capacitados para exercê-los.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

LEI Nº 4.299 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Altera o Decreto-lei nº 915, de 1 de dezembro de 1938, retificado pelo Decreto-lei nº 1.061, de 20 de janeiro de 1939, que dispõe sobre o imposto de vendas e consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O imposto sobre vendas e consignações, a que se refere o artigo 19, nº IV, da Constituição Federal, é devido no lugar em que se efetuar a operação.

§ 1º Considera-se lugar da operação aquele onde se encontrar a mercadoria na ocasião da venda ou consigna-

ção. Quando o objeto do contrato for produto agrícola, pecuário ou extrativo, sobre a operação de venda ou consignação para fora do Estado, incidirá a tributação do Estado em que foi produzida a coisa vendida ou consignada.

§ 2º No caso de venda ou consignação de produtos agrícolas, pecuários ou extrativos destinados à exportação para o exterior, o imposto será devido exclusivamente ao Estado de que se originarem, mesmo que tais produtos sofram, no Estado de que forem exportados, beneficiamento, liga ou manipulação que lhes não altere a natureza.

Art. 2º Ficam revogados os Decretos-leis ns. 915, de 1 de dezembro de 1938 e 1.061, de 20 de janeiro de 1939.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Nei Neves Galvão

LEI N.º 4.301 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1963

Altera o art. 60, do preâmbulo do Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 60, preâmbulo, do Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 60 Os Ministros do Superior Tribunal Militar terão dois meses de férias, que gozarão cumulativamente, nos meses determinados pelo Regimento Interno.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142ª da Independência e 75ª da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

LEI N.º 4.302 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 16.100.000,00 (dezesesseis milhões e cem mil cruzeiros) destinado a atender às despesas de qualquer natureza, decorrentes das Comemorações do Sesquicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 16.100.000,00 (dezesesseis milhões e cem mil cruzeiros) destinado a atender às despesas de qualquer natureza, decorrentes das Comemorações do Sesquicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142ª da Independência e 75ª da República.

JOÃO GOULART

Jair Ribeiro

Ney Neves Galvão

LEI N.º 4.303 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Altera o art. 2º da Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Suprimido o seu parágrafo único, passa a vigorar com a redação e disposições seguintes o art. 2º da Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951, alterada pela Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962:

“Art. 2º A garantia de preços instituída na presente lei é estabelecida, exclusivamente, em favor dos produtores ou de suas cooperativas.

§ 1º Até 31 de dezembro de 1965, as operações de que trata a alínea b do art. 3º, poderão ser realizadas com beneficiadores de produtos resultantes das atividades agrícola, pecuária ou extrativa que hajam assegurado ao produtor o preço mínimo fixado de acôrdo com esta Lei.

§ 2º Nos financiamentos com opção de venda à CFP efetuados aos beneficiadores referidos no § 1º, os adiantamentos máximos permissíveis — respeitado o limite de 80% previsto no art. 7º — serão fixados pelo Plenário da CFP, tendo em conta a capacidade de beneficiamento por eles

posta à disposição dos produtores ou de suas cooperativas com garantia a estes de plena liberdade de colocação dos produtos e subprodutos resultantes do benefício.

§3º Excepcionalmente, poderão ser realizadas, no prazo aludido no § 1º, também com terceiros as operações de que cogita a alínea a do art. 3º comprovado o pagamento do preço mínimo ao produtor."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Ney Neves Galvão

Oswaldo Lima Filho

Egydio Michaelsen

LEI Nº 4.304 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros) para o prosseguimento das obras do Aeroporto de Corumbá.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, através do Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), para prosseguimento das obras do Aeroporto Internacional de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Ayrisio Botelho

Ney Neves Galvão

LEI Nº 4.305 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais destinados aos programas e projetos vinculados ao Ponto IV, do Governo dos Estados Unidos da América do Norte.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os créditos orçamentários e adicionais concedidos a qualquer Ministério ou órgão subordinado à Presidência da República, para atender à participação do Governo Federal nos programas e projetos previstos no Acórdo bilateral firmado entre os representantes do Ponto IV, do Governo dos Estados Unidos da América do Norte, e os do Governo Brasileiro, nos termos dos Acórdos Básicos sobre Cooperação Técnica e de Programas de Serviços Técnicos Especiais, aprovados pelo Congresso Nacional, serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas, distribuídos ao Tesouro Nacional e depositados no Banco do Brasil S.A., em parcelas trimestrais, em conta especial aberta ao Ministério ou órgão subordinado à Presidência da República, e a ser movimentado pelo respectivo Ministro ou dirigente dos mencionados órgãos.

Art. 2º A utilização dos créditos referidos no art. 1º desta lei deverá ser feita em consonância com o que houver sido pactuado no Acórdo ou Projeto respectivo, firmado pelos representantes de ambos os Governos, e previamente registrado pelo Tribunal de Contas (art. 42, inciso XIV, da Lei nº 830-1949).

Parágrafo único. Os saldos dos recursos não aplicados, até 31 de dezembro, serão transferidos para o exercício seguinte e terão a vigência estabelecida no § 3º do art. 173, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 3º A comprovação financeira das despesas realizadas no exercício anterior, para execução dos programas e projetos do Ponto IV, acompanhada dos documentos comprobatórios das despesas realizadas, será feita perante os Ministros de Estado e diri-

gentes dos órgãos subordinados ao Presidente da República.

Parágrafo único. Examinadas e julgadas as contas por estas autoridades, deverão constituir, em seguida objeto de circunstanciado relatório, instruído com quadros e tabelas demonstrativas das despesas realizadas, o qual será encaminhado, até 30 de março de cada ano, ao Presidente da República, por intermédio do Escritório Técnico da Representação Brasileira junto ao Ponto IV.

Art. 4º Até 30 de junho de cada ano, o Presidente da República, em relatório final, dará contas, ao Tribunal de Contas, das operações realizadas no exercício antecedente, com a aplicação do regime especial instituído por esta lei.

Art. 5º O Tribunal de Contas procederá ao exame das operações do Ponto IV em face do relatório final a que se refere o artigo anterior.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

Sylvio Borges de Souza Motta

Jair Ribeiro

João Augusto de Araújo Castro

Ney Galvão

Oswaldo Lima Filho

Júlio Furquim Sambaquy

Amaury Silva

Anysio Botelho

Wilson Fadul

Antônio Oliveira Brito

Egydio Michaelsen

Expedito Machado

LEI Nº 4.306 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fa-

zenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas de qualquer natureza com a instalação e funcionamento do Conselho Nacional de Telecomunicações e de seus órgãos subordinados, sediados nos Estados.

Art. 2º O crédito de que trata esta lei será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Ney Neves Galvão

LEI Nº 4.307 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Federaliza a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a federalizar a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), no Município de Lavras, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A União assumirá a responsabilidade da Unidade escolar referida no artigo anterior, incorporando ao seu patrimônio, mediante acórdão, todos os seus bens, ou parte deles, livres e desembaraçados, que atualmente integram o patrimônio daquele estabelecimento escolar de propriedade do Instituto Gammom.

Art. 3º O Ministério da Educação e Cultura nomeará uma Comissão de representantes da União para, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta lei, realizar o acórdão referido no artigo anterior com o proprietário da Escola Superior de Agricultura de Lavras.

Art. 4º Fica a União igualmente responsável pela manutenção da Escola e provimento de seu pessoal em cargos federais, devendo contar em favor deste e para todos os efeitos o

tempo de serviço anteriormente prestado à Escola, desde que devidamente comprovado pelos meios legais competentes.

Art. 5º A transferência tornar-se-á efetiva mediante escritura pública, da qual constarão a descrição e avaliação dos bens arrolados e a relação dos servidores a serem aproveitados após registro no Tribunal de Contas da União.

Art. 6º. Passará a integrar o patrimônio da Escola a Subestação Experimental de Lavras, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas com todo acervo que integra o seu patrimônio, bem como o Centro de Treinamento de Tratoristas da Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário.

Art. 7º A Escola Superior de Agricultura de Lavras ficará subordinada à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 8º Ficam criados no Quadro do Pessoal, Parte Permanente do Ministério da Educação e Cultura:

- 1 cargo isolado de Diretor, padrão 6-C;
- 20 cargos de Catedráticos;
- 2 cargos de Assistente de Ensino Superior, nível 17.
- 1 Secretário, função gratificada;
- 1 Chefe de Portaria, função gratificada.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura o número de cargos e funções gratificadas necessários ao enquadramento do pessoal, que, regularmente admitido, preste serviço à Escola.

§ 2º Na criação dos cargos e no enquadramento do pessoal, serão observadas as nomenclaturas e demais normas estabelecidas pela Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, e os níveis de vencimentos constantes da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1962.

§ 3º Dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência desta lei, o Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional as tabelas e a relação nominal do pessoal aproveitado nas formas dos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Art. 9º Para o cumprimento do disposto nesta lei, é autorizada a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de ... Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para a Escola Superior de

Agricultura de Lavras, sendo Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) para pessoal e Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) para instalações, manutenção e encargos diversos.

Art. 10. Anualmente, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a União incluirá no seu Orçamento a começar em 1963, a verba de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) para a construção dos edifícios e equipamentos da Escola.

Art. 11. No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente lei, a Congregação da Escola submeterá o Projeto de seu Regimento ao Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Até a aprovação do Regimento, a Escola Superior de Agricultura de Lavras, reger-se-á pelo Regimento da Escola Nacional de Agronomia no que couber.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142ª da Independência e 75ª da República.

JOÃO GOULART

Ney Neves Galvão

Júlio Furquim Sampaqui

LEI Nº 4.398 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), em favor da Prefeitura Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina e um crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para acorrer aos prejuízos causados pelas enchentes verificadas no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros) para fazer face aos pre-

juízos com a calamidade pública que se abateu sobre o Município de Piratuba, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Igualmente é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para acorrer aos prejuízos causados pelas enchentes verificadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º. O crédito a que se refere o artigo primeiro será aplicado pela Prefeitura de Piratuba, através do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem.

Parágrafo único. Do crédito referido no parágrafo único do artigo 1º, a importância de Cr\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de cruzeiros) será entregue ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para atendimento das regiões flageladas aqui não mencionadas, entregando-se os restantes Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros) com a mesma finalidade, às Prefeituras dos Municípios adiante enumerados, através da seguinte distribuição:

Pelotas — Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros);

Bagé — Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros);

Taguari — Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros);

São Lourenço do Sul —
Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros);

Uruguaiana — Cr\$ 50.000.000,00 —
(cinquenta milhões de cruzeiros);

Alegrete — Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros);

Jaguarão — Cr\$ 50.000.000,00 —
(cinquenta milhões de cruzeiros);

Arróio Grande — Cr\$ 50.000.000,00 —
(cinquenta milhões de cruzeiros);

Dom Pedrito — Cr\$ 50.000.000,00 —
(cinquenta milhões de cruzeiros);

Quarai — Cr\$ 50.000.000,00 —
(cinquenta milhões de cruzeiros);

São Borja — Cr\$ 50.000.000,00 —
(cinquenta milhões de cruzeiros);

Pedro Osório — Cr\$ 50.000.000,00 —
(cinquenta milhões de cruzeiros);

Itaqui — Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros);

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Ney Neves Galvão

LEI Nº 4.309 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963.

Provê sobre a rescisão de concessão dos portos do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a rescindir, de pleno direito, e para todos os efeitos, o contrato de concessão celebrado com o Estado do Rio Grande do Sul, para exploração dos Portos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, nos termos desta lei.

§ 1º A partir da data do decreto executivo que declarar extinto o contrato, a exploração comercial e aduaneira dos portos referidos passará, nas suas atuais atividades, a ser exercida pela União, através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, utilizando todas as instalações portuárias e hidroviárias a eles vinculadas, inclusive as da Barra do Rio Grande, e operando nos serviços de conservação dos molhes e canais dragagem e balizamento dos rios e lagoas.

§ 2º O decreto, de que trata o parágrafo anterior, designará desde logo o administrador provisório dos serviços transferidos.

Art. 2º O Estado do Rio Grande do Sul será indenizado em moeda corrente, do valor atualmente correspondente ao aparelhamento, obras, terrenos, instalações diversas e demais bens que constituem o acervo do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, o qual passará, mediante escritura pública, em plena propriedade, ao domínio da União, uma vez satisfeito o pagamento do preço verificado.

§ 1º Para o fim de se proceder a apuração do valor dos bens, obras e

serviços a serem transferidos à União, será designada, dentro de trinta dias, uma comissão de avaliação, constituída de um representante da União, nomeado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, um representante do Estado, nomeado pelo Governador, e um representante do Tribunal de Contas da União, os quais apresentarão o respectivo laudo a cada autoridade-designante, dentro do prazo de seis meses, prorrogáveis por arbitrio e entendimento dos dois Governos.

§ 2º Em caso de serem ultrapassados os prazos estabelecidos ou de recusa de qualquer das pessoas de direito público em atender ao disposto nesta lei, sem se verificar a apuração prevista dos valores de avaliação, a parte prejudicada poderá recorrer ao arbitramento judicial *ad-perpetuum memoriam*, para a cobertura jurídica de seus direitos, em eventual ação própria.

§ 3º Na hipótese de que trata a parte final do parágrafo anterior, ou, em qualquer caso, havendo entendimento entre os dois Governos, o valor da indenização devida ao Estado, poderá ser encontrado, para efeito de liquidação, com os créditos válidos da União, suas autarquias ou entidades de economia mista, em virtude de operações de financiamento, adiantamentos ou suprimentos de créditos e recursos, a qualquer título e seja qual for o seu fundamento legal.

Art. 3º No prazo de 30 (trinta) dias, da vigência do ato de rescisão, o Presidente da República baixará decreto estruturando a organização e a administração dos portos e serviços transferidos à exploração e execução da União.

Parágrafo único. Se a forma de estruturação adotada for a autárquica, na forma do parágrafo 1º do art. 26 da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, a sua Administração ficará desde já autorizada a aceitar para a composição da respectiva receita, a contribuição do produto da taxa de transporte que lhe seja atribuída, de acordo com a lei local, pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4º O pessoal a serviço, nesta data, do DEPRC, passará a ser por efeito do decreto a que se refere o parágrafo 1º do art. 1º, incorporado ao sistema de classificação de cargos e funções do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, sem pre-

juízo dos direitos e vantagens que lhes são atualmente assegurados, nos termos do Parágrafo único do art. 21 da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963.

§ 1º Ao pessoal de que trata o artigo fica assegurado o direito de optar, dentro de sessenta dias, perante o Diretor Geral do CNPVN, pela situação de servidor estadual, continuando no exercício de suas funções, a critério do Estado, na qualidade de pessoal cedido.

§ 2º É vedada a qualquer título a transferência de servidores para outros portos, fora do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial, em favor do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), para atender às despesas, no presente e no próximo exercício, com a execução do disposto nesta lei, devendo o mesmo ser automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142ª da Independência e 75ª da República.

JOÃO GOULART

Ney Neves Galvão

Expedito Machado

LEI Nº 4.310 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), para execução de obras e serviços da Adutora do Rio das Velhas, em Belo Horizonte.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), destinado a incrementar a marcha de execução das obras e serviços da Adutora do Rio das Velhas, para o abastecimento de água à cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Ney Neves Galvão

Expedito Machado

LEI Nº 4.311 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 885.000.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), para construção de rede de abastecimento d'água, em cidades do Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, a cargo da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, o crédito especial de Cr\$ 885.000.000,00, destinado à construção de rede de abastecimento d'água, na seguinte proporção:

	Cr\$
Joaçaba e Herval d'Oeste	60 000.000,00
Porto União e União da Vitória	70 000.000,00
Caçador	50 000.000,00
Chapecó	50.000.000,00
Videira	40 000.000,00
Xanxerê	40.000.000,00
Campos Novos	40.000.000,00
Dionísio Cerqueira e Barracão	40 000.000,00
Concórdia	30 000.000,00
Capinzal e Ouro	30.000.000,00
Xaxim	30 000.000,00
São Miguel d'Oeste....	30.000.000,00

Tangará	20.000.000,00
Seara	20 000.000,00
Piratuba	20 000.000,00
São Lourenço d'Oeste..	15.000.000,00
Palmitos	15.000.000,00
Mondai	15 000.000,00
Itapiranga	15.000.000,00
Maravilha	15.000.000,00
Cunha Porã	15.000.000,00
São Carlos	15.000.000,00
Fraiburgo	15.000.000,00
Água Doce	10.000.000,00

Rio das Antas, Salto Veloso, Abelardo Luz, Palma Sola, São José do Cedro, Descanso, Ibicaré, Campo Eré, Itá, Pinheiro Preto, Fachinal dos Guedes, Quilombo, Coronel Freitas, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Anchieta, Aguas de Chapeco, Caxambu do Sul, Ponte Serrada, Ipumirim, Ipira, Piratuba, Marari, Arroio Trinta, Matos Costa, Irineópolis, Herval Velho, Catanduvas do Sul, Jaborá, Irani, Treze Tilias, Modêlo, Saudades, Pinhalzinho, São Domingos e Galvão	185 000.000,00
--	----------------

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART.

Ney Neves Galvão.

LEI Nº 4.312 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Concede a pensão mensal de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) à Sra. Anna de Oliveira Almeida Gonsalves, viúva do Professor Archimedes de Siqueira Gonsalves.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' concedida à Senhora Anna de Oliveira Almeida Gonsal-

ves, viúva do Professor Archimedes de Siqueira Gonsalves, a pensão mensal de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

Art. 2º. A presente pensão não poderá ser acumulada com qualquer outra importância, a qualquer título recebida dos cofres públicos, autárquicos ou de sociedade de economia mista.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
Ney Neves Galvão

LEI Nº 4.313 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

*Da nova discriminação às rodovias
BR-55 e BR-66, do Plano Rodoviário
Nacional.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A BR-55 e a BR-66, do Plano Rodoviário Nacional — Lei número 2.975, de 27 de novembro de 1956 — passam a ter a seguinte discriminação:

“BR-55 — São Paulo — Belo Horizonte — Itabira — Desembargador Drumond — Coronel Fabriciano — Governador Valadares.

BR-66 — Aracaju — Parapiranga — Ribeira do Pombal — Tucano — Santa Luz — Noventa — Capela — Mairi — Mundo Novo — Utinga — Seabra — Ibitiara — Macaúbas — Bom Jesus da Lapa — Sítio da Abadia — Brasília”.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
Expedito Machado

LEI Nº 4.314 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), a fim de atender às populações do Médio Superior do São Francisco, no Estado de Minas Gerais, atingidas por inundações.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), a fim de socorrer as populações do Médio Superior do São Francisco, atingidas pelas inundações consequentes do último período chuvoso.

Art. 2º Os recursos decorrentes do crédito especial serão aplicados, por intermédio dos órgãos técnicos da Comissão do Vale do São Francisco, em benefício exclusivo da região atingida pelas inundações, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A Comissão do Vale do São Francisco prestará contas, no prazo de um ano, dos dinheiros recebidos, assim como, de sua aplicação.

Art. 3º Será dada prioridade aos socorros de caráter imediato tais como restauração de habitações e fornecimento de semente e ferramentas para renovação das lavouras perdidas.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República

JOÃO GOULART
Ney Neves Galvão

(*) LEI Nº 4.315 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1963

Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Telefônica de Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo

para os materiais constantes das licenças números:

DG-60-5.381-5.817, DG-60-5.382-5.818,
 DG-60-5.383-5.819, DG-60-5.384-5.820,
 DG-60-5.385-5.821, DG-60-5.386-5.822,
 DG-60-5.387-5.823, DG-60-5.388-5.824,
 DG-60-5.389-5.825, DG-60-5.390-5.826,
 DG-60-5.393-5.827, DG-60-5.344-5.807,
 DG-60-5.345-5.808, DG-60-5.346-5.809,
 DG-60-5.347-5.810, DG-60-5.348-5.811,
 DG-60-5.349-5.812, DG-60-5.350-5.813,
 DG-60-5.351-5.814, DG-60-5.352-5.815,
 DG-60-5.353-5.816, emitidas pela Car-
 teira de Comércio Exterior, importa-
 dos pela Companhia Telefônica de
 Minas Gerais.

Art. 2º O favor concedido não abrange a taxa de despacho aduaneiro, nem o material com similar nacional.

Art. 3º Para fazer jus aos favores previstos nesta lei a empresa beneficiária da isenção deverá emitir ações preferenciais sem direito a voto, rendendo juros de seis por cento (6%) ao ano, resgatável pelo seu valor nominal após o prazo de cinco (5) anos, no valor correspondente ao imposto que deixar de ser recolhido e que deverão constituir o pagamento à União Federal.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Ney Galvão

LEI Nº 4.316 — DE 23 DE
 DEZEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros), em favor do Estado da Guanabara, destinado aos festejos comemorativos do quadricentenário da Cidade do Rio de Janeiro, a realizar-se em 1965.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de

Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros), em favor do Estado da Guanabara, destinado a auxiliar os festejos comemorativos do quadricentenário da Cidade do Rio de Janeiro, em 1965.

Art. 2º O referido crédito será empregado na organização das sociedades civicas e culturais, congressos, impressão de obras alusivas à efeméride, destinando-se parte às obras públicas indispensáveis.

Art. 3º Fica o Governo da Guanabara com o encargo de organizar caravanas de estudantes, dos diversos Estados e Territórios, a fim de que participem das comemorações civicas, em estímulo aos sentimentos de brasilidade.

Art. 4º Ao Estado da Guanabara cabe, também, a montagem de uma peça teatral, em praça pública, que relembra os principais fatos patrióticos ocorridos durante os duzentos anos em que foi Capital do País.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Ney Galvão.

LEI Nº 4.317 — DE 23 DE
 DEZEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros) a fim de atender aos agricultores e entidades dos municípios atingidos por violento temporal e chuva de granizo, no Rio Grande do Sul.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros) durante três exercícios financeiros consecutivos, a fim de atender aos agricultores e entidades dos municípios atingidos

por violento temporal e chuva de granizo nos últimos dias do mês de dezembro de 1961, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º O crédito de que trata esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, à disposição das Prefeituras Municipais a seguir especificadas, obedecida a seguinte proporção:

	Cr\$
Farroupilha	25.000.000,00
Garibaldi	20.000.000,00
Bento Gonçalves	15.000.000,00
Carlos Barbosa	15.000.000,00
Mussum	10.000.000,00
Antônio Prado	10.000.000,00
Caxias do Sul	7.000.000,00
Lajeado	5.000.000,00
Viaçutos	5.000.000,00
São Jerônimo	5.000.000,00
Nova Prata	2.000.000,00
Veranópolis	2.000.000,00
Encantado	2.000.000,00
Guaporé	2.000.000,00

Art. 3º O crédito aberto por esta lei será utilizado no pagamento de

indenização às pessoas e entidades atingidas pelo temporal, na proporção do auxílio global recebido pelo município, mediante levantamento dos prejuízos, que será procedido, obrigatoriamente, por comissão composta, no mínimo, de uma autoridade federal, um representante do Prefeito e um membro de entidade representativa da agricultura, da indústria ou do comércio local.

Parágrafo único. Os pagamentos das indenizações a que se refere este artigo ficarão a cargo das Prefeituras Municipais que prestarão contas, posteriormente, ao Tribunal de Contas da União, através da Divisão do Orçamento do Ministério da Agricultura, do auxílio recebido.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Ney Galvão

Oswaldo Lima Filho

(*) LEI Nº 4.318, DE 23 DEZEMBRO DE 1963

Orga a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1964
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Receita do Distrito Federal para o exercício de 1964 é orçada em Cr\$ 47.058.933.000,00 (quarenta e sete bilhões, cinqüenta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil cruzeiros) de acordo com a especificação abaixo e quadros anexos:

RECEITAS CORRENTES

Renda Tributária

	Cr\$
Impostos	1.251.500.000,00
Taxas	103.110.000,00
Contribuição de melhoria	10.000,00
Renda Patrimonial	15.220.000,00
Renda Industrial	11.500.000,00
Transferências Correntes	23.087.033.000,00
Rendas Diversas	110.600.000,00

Total das Receitas Correntes 24.558.973.000,00

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito	500.000.000,00
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	20.000,00
Transferências de Capital	22.000.000.000,00
Total da Receita de Capital	22.500.020.000,00
Total Geral da Receita	47.058.993.000,00

Art. 2º A Despesa do Distrito Federal é fixada em Cr\$ 57.058.993.000,00 (quarenta e sete bilhões, cinqüenta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil cruzeiros) — distribuída pelas unidades administrativas abaixo especificadas e discriminadas em anexo:

	Cr\$
Gabinete do Prefeito	45.352.000,00
Comissão de Inventivo à Iniciativa Privada	88.782.000,00
Conselho de Planejamento	3.180.000,00
Assessoria de Planejamento	46.602.000,00
Consultoria Jurídica	1.906.000,00
Procuradoria Geral	6.493.000,00
Secretaria Geral de Administração	12.417.906.000,00
Secretaria Geral de Saúde	2.675.094.000,00
SSuperintendência Geral de Agricultura	2.934.648.000,00
Superintendência Geral de Assistência e Serviço Social	997.800.000,00
Superintendência Geral de Economia	997.735.000,00
Superintendência Geral de Educação e Cultura	2.109.529.000,00
Superintendência Geral da Fazenda	22.753.888.000,00
Superintendência Geral de Segurança e Interior	1.064.931.000,00
Departamento de Estradas de Rodagem	713.380.000,00
Departamento de Turismo e Recreação	47.135.000,00
Tribunal de Contas	175.232.000,00
Total da Despesa	47.058.993.000,00

Art. 3º Fazem parte integrante da presente lei os anexos que acompanham, especificando a Receita e discriminando as Despesas.

Art. 4º Fica o Prefeito expressamente autorizado a:

I — realizar operações de crédito por antecipação da Receita até o limite de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros).

II — abrir os créditos suplementares e especiais que se fizerem necessários até 20% (vinte por cento) da Receita Tributária orçada, mediante Decreto e de acordo com o disposto no Decreto-lei Federal número 2.416, de 17 de julho de 1940.

III — firmar com a União convênio para a administração e cobrança dos tributos previstos na presente lei.

Art. 5º A Receita a que se refere a presente lei será arrecadada de acordo com a Lei [191], de 24 de dezembro de 1962 (Código Tributário do Distrito Federal).

Art. 6º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1964, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1963; 132º da Independência e 75 da República.

JOÃO GOULART

(*) Os anexos integrantes desta lei vêm publicados em suplemento ao D. O. de 9-1-1964 e retificado no de 31-1-1964.

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos volumes I e II, de 1964, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos.

EMENTÁRIO

A

A PIRATININGA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS E ACIDENTES DO TRABALHO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da A Piratininga Companhia Nacional de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho, inclusive aumento do capital social.

Decreto. nº 53.492 — de 27 de janeiro de 1964.

ABUSO DO PODER ECONÓMICO

Altera dispositivos do Decreto número 52.025, de 20 de maio de 1963.

Decreto nº 53.647 — de 28 de fevereiro de 1964.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Altera dispositivos do Decreto número pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 16.100.000,00 (dezesesseis milhões e cem mil cruzeiros) destinado a atender às despesas de qualquer natureza, decorrentes das Comemorações do Sesquicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras.

Lei nº 4.302 — de 23 de dezembro de 1963.

ACÓRDOS

Fixa normas para a celebração de acordos entre a União e os Estados, destinados a regular a contribuição financeira do Governo Federal para o pagamento dos membros da Magistratura e do Ministério Público estaduais.

Decreto nº 53.342 — de 24 de dezembro de 1963.

— *Altera dispositivo do Decreto número 43.935, de 3 de julho de 1953.*

Decreto nº 53.378 — de 31 de dezembro de 1963.

— *Promulga o Acôrdio de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica Brasil-Bulgária.*

Decreto nº 53.401 — de 9 de janeiro de 1964.

— *Promulga o Acôrdio para o Estabelecimento em Caráter Permanente de um Instituto Latino-Americano de Treinamento e Pesquisas Florestais.*

Decreto nº 53.606 — de 25 de fevereiro de 1964.

ACOSTA IRMÃOS LTDA.

Concede à Acosta Irmãos Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.462 — de 21 de janeiro de 1964.

AÇUDES

Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências.

Decreto nº 53.700 — de 13 de março de 1964.

AERONAUTICA

Fixa o número mínimo de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 53.336 — de 23 de dezembro de 1963.

— *Aprova Regulamento da Pagadoria dos Inativos e Pensionistas da Aeronáutica.*

Decreto nº 53.473 — de 23 de janeiro de 1964.

— *Modifica funções privativas dos diferentes Postos e Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto nº 53.510 — de 29 de janeiro de 1964.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto nº 53.511 — de 29 de janeiro de 1964.

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para 1º semestre de 1964, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.614 — de 26 de fevereiro de 1964.

— *Aprova a Tabela de Fixação dos Complementos à ração comum, para a Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.617 — de 26 de fevereiro de 1964.

— *Organiza, na Força Aérea Brasileira, a Brigada Aérea.*

Decreto nº 53.618 — de 26 de fevereiro de 1964.

— *Altera o artigo 29 do Regulamento de Investigação de Acidentes Aeronáuticos, aprovado pelo Decreto número 24.749, de 5 de abril de 1948.*

Decreto nº 53.663 — de 5 de março de 1964.

— *Aprova o Regulamento do Curso de Proteção ao Voo.*

Decreto nº 53.665 — de 5 de março de 1964.

— *Altera a redação do Artigo 3º do Decreto nº 34.701, de 26 de novembro de 1953, que organizou o Centro Técnico da Aeronáutica.*

Ver, também, Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 54.679 — de 12 de março de 1964.

AEROPORTOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros) para o prosseguimento das obras do Aeroporto de Corumbá.

Lei nº 4.304 — de 23 de dezembro de 1963.

AGALMATOLITO

Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Ruy Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de ferro e manganês, no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.149 — de 20 de janeiro de 1964.

AGENCIA NACIONAL

Transfere da lotação permanente do Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o da Agência Nacional do mesmo Ministério um claro de Taquígrafo.

Decreto nº 53.366 — de 31 de dezembro de 1963.

AGENTES FISCAIS DO IMPOSTO DE CONSUMO

Aprova as novas razões percentuais para efeito de cálculo da parte variável da remuneração dos Agentes Fiscais do Imposto de Consumo.

Decreto nº 53.518 — de 31 de janeiro de 1964.

AGUA MARINHA

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Carvalho a pesquisar águas marinhas no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.254 — de 13 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Evalt Maquart a pesquisar água ma-*

rinha no município de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 53.255 — de 13 de dezembro de 1963.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Delfino Schenkel Alves a pesquisar água mineral no município de Garça, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.237 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Oscar Schneider a lavar água mineral no município de Rio Claro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.244 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rozendo Serapião de Souza Filho a lavar água mineral, no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 53.296 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Barbosa a lavar água mineral no município de Londrina, Estado do Paraná.*

Decreto nº 53.306 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Bartholomei a pesquisar água mineral, no município de Pinhal, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.414 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Acendino Cypriano da Silva a pesquisar água mineral no município de Mutum, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.601 — de 25 de fevereiro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Durval Miltão de Araújo a pesquisar água mineral no município de Salgado, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 53.821 — de 24 de março de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Girardeli a lavar água mineral no município de Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.823 — de 24 de março de 1964.

ÁGUAS PÚBLICAS

Declara públicas, de uso comum, as águas de diversos cursos d'água.

Ver, também, o nome do Estado a cujo domínio se submetem.

Decreto nº 52.860 — de 18 de novembro de 1963.

ALGODÃO

Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Especial de Fomento e Defesa da Economia Algodoeira, provenientes da arrecadação da quota instituída pelo item VIII da Instrução nº 239, de 22-4-63, da SUMOC.

Decreto nº 53.791 — de 20 de março de 1964.

ALUGUÉIS

Aprova as normas para a execução do Decreto nº 53.702, de 14-3-1964, que tabela os aluguéis de imóveis.

Decreto nº 53.845 — de 25 de março de 1964.

ALUGUÉIS DE IMÓVEIS

Tabela os aluguéis de imóveis, no território nacional, e dá outras providências.

Decreto nº 53.702 — de 14 de março de 1964.

AMENDOIM

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de amendoim da seca da safra de 1963-64.

Decreto nº 53.645 — de 28 de fevereiro de 1964.

ANUIDADES ESCOLARES

Estabelece normas para a fixação das anuidades escolares para 1964 e dá outras providências.

Decreto nº 53.551 — de 6 de fevereiro de 1964.

APATITA

Autoriza Serrana S. A. de Mineração a pesquisar apatita no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.176 — de 11 de dezembro de 1963.

APOSENTADORIA ESPECIAL

Dispõe sobre a aposentadoria especial instituída pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Decreto nº 53.831 — de 25 de março de 1964.

AREIA

Autoriza Representações Mineração Cidade do Aço Ltda. a pesquisar caulim e areia no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.333 — de 23 de dezembro de 1963.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza Indústrias Reunidas Vidrobrás Ltda. a pesquisar areia quartzosa, no município de Descalvado, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.169 — de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Angelo Pianaro a lavar areia quartzosa no município de Campo Largo, Estado do Paraná.*

Decreto nº 53.206 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leopoldo Gonçalves Guimarães Júnior a pesquisar areia quartzosa no município de Queluz, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.290 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raphael de Oliveira Pirajá a pesquisar areia quartzosa, no município de Mongagua, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.298 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Lira a lavar areia quartzosa no município de Itahaem, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.297 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza cidadã brasileira Selma Rosa Corradini a pesquisar Areia Quartzosa e Argila, no município de Descalvado, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.300 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Renova o Decreto nº 46.297, de 29 de junho de 1959.*

Decreto nº 53.811 — de 23 de março de 1964.

ARGILA

Autoriza Mineração Curral del Rey Ltda. a pesquisar minério de ferro, manganês, bauxita e argila no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.164 — de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza a empresa de mineração Lavras Santo Amaro Ltda., a pesquisar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.175 — de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gregório de Moura Teles Santiago a pesquisar argila no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.190 — de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza a Mineração Triângulo Limitada a pesquisar argila, caulim e feldspato, no município de Tapiraí, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.190 — de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Armando Angelim a lavar quartzito, argila e minério de ferro no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.208 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.230 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso no Município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.231, de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar cal-*

cário, argila, xisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.232 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leslie Melville Clemence a pesquisar argila no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.236 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Manoel Bicudo Ferraz a pesquisar argila no município de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.260 — de 13 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Walter Hermann Windlin a pesquisar argila no município de Jundiá, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.280 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza a cidadã brasileira Selma Rosa Corradini a pesquisar areia quartzosa e argila no município de Descalvado, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.300 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza a cidadã brasileira Gabrielle Haralyi a pesquisar caulim e argila no município de Santo André, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.302 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Torna sem efeito o Decreto número 53.164, de 11 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 53.497 — de 27 de janeiro de 1964.

— *Renova o Decreto nº 46.297, de 29 de junho de 1959.*

Decreto nº 53.811 — de 23 de março de 1964.

— *Autoriza Mineração Geral do Nordeste S. A. a pesquisar argila e caulim no Município de Cabo, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 53.813 — de 23 de março de 1964.

ARMADA

Altera o art. 58 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto nº 53.383 — de 31 de dezembro de 1963.

— *Altera a Ordenança Geral para o Serviço da Armada.*

Decreto nº 53.384 — de 31 de dezembro de 1963.

ARMAZÊNS E SILOS

Ver, também, Marinha e Ministério da Marinha.

Altera dispositivo do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 23.255, de 27-6-1947.

Decreto nº 53.667 — de 5 de março de 1964.

ATLETAS

Dispõe sobre a profissão de atleta de futebol, disciplina sua participação nas partidas e dá outras providências.

Decreto nº 53.820 — de 24 de março de 1964.

AUTARQUIAS

Proíbe a distribuição dos saldos das autarquias aos seus funcionários.

Lei nº 4.286 — de 3 de dezembro de 1963.

— *Dispõe sobre série de classes especializadas de autarquias vinculadas ao Ministério de Viação e Obras Públicas e dá outras providências.*

Decreto nº 53.413, de 17 de janeiro de 1964.

— *Estabelece normas para importações realizadas por entidades públicas e órgãos assemelhados.*

Decreto nº 53.539 — de 5 de fevereiro de 1964.

— *Dispõe sobre a gratificação natalina dos servidores das autarquias sob a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 53.557 — de 7 de fevereiro de 1964.

— Institui Comissão para proceder a exame do cálculo de vencimentos e vantagens dos Membros da Magistratura do Ministério Público Federal, do Serviço Jurídico da União e dos Autárquicos.

Decreto nº 53.662 — de 4 de março de 1964.

... Cria Comissão Interministerial encarregada de examinar a situação econômico-financeira das autarquias e sociedades de economia mista.

Decreto nº 53.803 — de 23 de março de 1964.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Aprova o regulamento para subvenção das linhas aéreas internacionais operadas por empresas brasileiras.

Decreto nº 53.385 — de 31 de dezembro de 1963.

— Institui a Comissão Executiva de Auxílio às Vítimas das Enchentes no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.561 — de 18 de fevereiro de 1964.

— Dispõe sobre a aplicação de taxa prevista no art. 12 da Lei nº 4.200, de 5 de fevereiro de 1963 e dá outras providências.

Decreto nº 55.573 — de 20 de fevereiro de 1964.

— Institui a Comissão Executiva de Auxílio às vítimas das Enchentes no Estado de Goiás.

Decreto nº 53.640 — de 28 de fevereiro de 1964.

— Institui a Comissão Executiva de Auxílio às Vítimas das Enchentes no Estado do Pará.

Decreto nº 53.676 — de 10 de março de 1964.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), em favor da Prefeitura Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina e um crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para acorrer aos prejuízos causados pelas enchentes verificadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.308 — de 23 de dezembro de 1963.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros) a fim de atender aos agricultores e entidades dos municípios atingidos por violento temporal e chuva de granizo, no Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.317 — de 23 de dezembro de 1963.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), a fim de atender às populações do Médio Superior do São Francisco, no Estado de Minas Gerais, atingidas por inundações.

Lei nº 4.314 — de 23 de dezembro de 1963.

B

BANCO DE CRÉDITO REAL DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Prorroga, por mais de 10 (dez) anos, o prazo de autorização para funcionar, do Banco de Crédito Real do Rio Grande do Sul S. A., com sede em Porto Alegre (RS).

Decreto nº 53.061 — de 3 de dezembro de 1963.

BANCO DO BRASIL S.A.

Designa o Banco do Brasil S. A., para atuar, por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, como organismo nacional capacitado a exercer atribuições e funções relacionadas com o financiamento, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, às exportações de bens de capital e dá outras providências.

Decreto nº 53.521 — de 3 de fevereiro de 1964.

— Estabelece a coordenação das instituições federais de crédito; cria, junto ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, a Comissão Nacional de Crédito Rural e dá outras providências.

Decreto nº 53.801 — de 23 de março de 1964.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Estabelece a coordenação das instituições federais de crédito; cria, junto ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, a Comissão Nacional de Crédito Rural e dá outras providências.

Decreto nº 53.801 — de 23 de março de 1964.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Estabelece a coordenação das instituições federais de crédito; cria, junto ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, a Comissão Nacional de Crédito Rural e dá outras providências.

Decreto nº 53.801 — de 23 de março de 1964.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a constituir penhor industrial a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 52.866 — de 19 de novembro de 1963.

— *Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a subcrever, por conta do Fundo Nacional de Investimentos, ações ordinárias da Empresa Brasileira de Telecomunicações.*

Decreto nº 53.763 — de 20 de março de 1964.

— *Estabelece a coordenação das instituições federais de crédito; cria, junto ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, a Comissão Nacional de Crédito Rural e dá outras providências.*

Decreto nº 53.801 — de 23 de março de 1964.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Designa o Banco do Brasil S. A. para atuar, por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, como organismo nacional capacitado a exercer atribuições e funções relacionadas com o financiamento, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, às exportações de bens de capital e dá outras providências.

Decreto nº 53.521 — de 3 de fevereiro de 1964.

BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA LIMITED

Concede à sociedade estrangeira Bank of London & South America Limited autorização para aumentar o seu capital.

Decreto nº 53.515 — de 30 de janeiro de 1964.

BAUXITA

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.158 — de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza Mineração Curral del Rey Ltda. a pesquisar minério de ferro, manganês, bauxita e argila no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.164 — de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.197 — de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Almiro de Lima Pedreira a pesquisar bauxita, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.203 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim de Castro a pesquisar bauxita, no município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.259 — de 13 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.212 — de 12 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Arnoldi Pedrozo a pesquisar bauxita, no município de Alemquer — Estado do Pará.

Decreto nº 52.307 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza Minex S. A. Empresa de Mineração a pesquisar bauxita no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.424 — de 20 de janeiro de 1964.

Declara caduco o Decreto nº 26.462, de 11 de março de 1949.

Decreto nº 53.431 — de 20 de janeiro de 1964.

Torna sem efeito o Decreto número 53.164, de 11 de dezembro de 1963.

Decreto nº 53.497 — de 27 de janeiro de 1964.

BAUXITA SANTA RITA LIMITADA

Concede à Bauxita Santa Rita Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.433 — de 20 de janeiro de 1964.

BIBLIOTECONOMIA

Reconhece a Escola de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas.

Decreto nº 53.508 — de 29 de janeiro de 1964.

BORBOREMA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Borborema Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 53.915 — de 23 de novembro de 1963.

BRASÍLIA

Autoriza o Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 43.285, de 25 de

fevereiro de 1958, a ceder à Caixa Econômica Federal de Brasília, as unidades habitacionais por si adquiridas ou construídas na Nova Capital.

Decreto nº 53.708 — de 17 de março de 1964.

BRASLUSITANA — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Concede à Braslusitana Companhia Nacional de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 53.724 — de 18 de março de 1964.

C

CACAU

Autoriza o Ministro da Fazenda a assinar Convênio entre a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPHAC) e o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas de Organizações dos Estados Americanos (IICA).

Decreto nº 53.772 — de 20 de março de 1964.

CAFEICULTURA

Dispõe sobre o funcionamento do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA).

Decreto nº 53.641 — de 28 de fevereiro de 1964.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Espírito Santo e dá outras providências.

Decreto nº 53.332 — de 19 de dezembro de 1963.

Autoriza o Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 43.285, de 25 de fevereiro de 1958, a ceder à Caixa Econômica Federal de Brasília as unidades habitacionais por si adquiridas ou construídas na Nova Capital.

Decreto nº 53.708 — de 17 de março de 1964.

Estabelece a coordenação das instituições federais de crédito; cria, junto ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, a Comissão Nacional de Crédito Rural e dá outras providências.

Decreto nº 53.801 — de 23 de março de 1964.

CAIXAS RODOVIÁRIAS FEDERAIS

Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências.

Decreto nº 53.700 — de 13 de março de 1964.

CALÇADOS

Institui no Ministério da Indústria e Comércio o Grupo Executivo das Indústrias de Calçados (GECAL) e dá outras providências.

Decreto nº 53.586 — de 21 de fevereiro de 1964.

CALCÁRIO

Retifica e ratifica consolidando os Decretos ns. 45.737, 45.738 e 45.739, todos de 6 de abril de 1959.

Decreto nº 52.922 — de 25 de novembro de 1963.

Retifica o art. 1º do Decreto número 2.202, de 22 de janeiro de 1963.

Decreto nº 53.130 — de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza a Madre Júlio da Imaculada do Divino Infante, como administradora do Asilo São Luis da Serra da Piedade, a pesquisar calcário, minério de ferro e manganês, no município de Caeté, e sediado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.166 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia de Mineração Rio Acima a lavar calcário, do-

lomite e mármore, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.182 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Brasília a pesquisar calcário, no município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.

Decreto nº 53.183 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Mannesmann Mineração S. A. a pesquisar calcário, no município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.194 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Paulista COSIPA, a pesquisar calcário, no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.222 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Ferraz dos Santos a pesquisar calcário no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.228 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso no município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.230 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.231 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.232 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José Matias Py Moraes Sarmento a pesquisar calcário no município de São Je-

rônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.261 — de 13 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro João Corrêa Pinto a pesquisar calcário no município de Campos de Jordão, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.262 — de 13 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Pezes Pereira a pesquisar calcário no município de Campos, Estado do Rio.

Decreto nº 53.266 — de 13 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro Fonseca Filho a pesquisar calcário, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.271 — de 13 de dezembro de 1963.

CALCITA

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Oliveira Borges a pesquisar calcita e mármore no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 53.270 — de 13 de dezembro de 1963.

CAMPANHA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ESCOLAS DA COMUNIDADE

Institui a Campanha Nacional de Desenvolvimento das Escolas da Comunidade.

Decreto nº 53.533 — de 5 de fevereiro de 1964.

CAPITAL ESTRANGEIRO

Regulamenta a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 53.451 — de 20 de janeiro de 1964.

CARVÃO MINERAL

Autoriza a Companhia Carbonífera Minas de Butiá a pesquisar carvão

mineral, no município de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.160 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Carbonífera Criciúma Limitada a lavar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 53.185 — de 11 de dezembro de 1963.

CASSITERITA

Autoriza a Mineração Rio das Mortes S. A. a pesquisar ouro e cassiterita, no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 53.157 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza Mineração Bico D'Arara S. A. a lavar cassiterita no município de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 53.177 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Aguiar a pesquisar cassiterita, no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 53.267 — de 13 de dezembro de 1963.

Autoriza a Mineração Nacional Mina Sociedade Anônima, a pesquisar cassiterita no município de São Tiago, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.422 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro René Andraus a pesquisar cassiterita nos municípios de Camapuã, Camussu, Boqueirão e Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.436 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Aguiar a pesquisar cassiterita, no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 53.709 — de 17 de março de 1964.

Autoriza Macisa — Mineração da Amazônia, Comércio e Indústria S.A. a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 53.710 — de 17 de março de 1964.

Autoriza a Macisa — Mineração da Amazônia, Comércio e Indústria S.A. a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 53.711 — de 17 de março de 1964.

Autoriza Macisa — Mineração da Amazônia, Comércio e Indústria S.A. a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 53.712 — de 17 de março de 1964.

Autoriza Macisa — Mineração da Amazônia, Comércio e Indústria S.A. a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 53.713 — de 17 de março de 1964.

Autoriza Macisa — Mineração da Amazônia, Comércio e Indústria Sociedade Anônima a pesquisar cassiterita no município Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 53.714 — de 17 de março de 1964.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Raimundo de Almeida a pesquisar feldspato, caulim e mica no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.805 — de 4 de dezembro de 1962.

Autoriza Empresa de Caulim Ltda. a pesquisar caulim no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.174 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Mineração Triângulo Limitada a pesquisar argila, caulim e feldspato, no município de Tapiraí, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.186 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Faria a pesquisar quartzo, feldspato e caulim, no município de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.216 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza Berlino Zabeu & Irmãos Limitada, a lavar caulim, no município de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.220 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Mareo Kudamatsu a lavar caulim no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.283 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Fellet a pesquisar caulim, no município de Santana do Deserto, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.291 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza a cidadã brasileira Gabrielle Haralyi a pesquisar caulim e argila no município de Santo André, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.302 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Hermenegildo Espinosa Casado a pesquisar caulim e feldspato, no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.308 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza Representações Mineração Cidade do Aço Ltda. a pesquisar caulim e areia no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.333 — de 23 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Mitugui Kira a pesquisar caulim, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.425 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque Lacerda a pesquisar caulim no município de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.

Decreto nº 53.459 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Victor Belfort Arantes Filho a lavar caulim no município de Peçari, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.677 — de 11 de março de 1964.

Autoriza Mineração Geral do Nordeste S. A. a pesquisar argila e caulim no município de Cabo, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 53.813 — de 23 de março de 1964.

CAVALO NACIONAL

Aprova o Regimento da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional.

Decreto nº 53.534 — de 5 de fevereiro de 1964.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S. A.

Autoriza Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a constituir hipoteca em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 53.357 — de 27 de dezembro de 1963.

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a operações de crédito no exterior, a serem realizadas pela Centrais Elétricas de Goiás S. A.

Decreto nº 53.471 — de 22 de janeiro de 1964.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PIAUÍ S. A. (CEPISA)

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Centrais Elétricas do Piauí S. A. (CEPISA).

Decreto nº 52.944 — de 26 de novembro de 1963.

CERÂMICA TOGNI LTDA.

Concede a Cerâmica Togni Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.432 — de 20 de janeiro de 1964.

CHUMBO

Autoriza o cidadão brasileiro Bolivar Sant'Anna Batista a pesquisar minério de chumbo no município de Santo Sé, Estado da Bahia.

Decreto nº 53.150 — de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia Mercantil e Industrial Ingá a pesquisar zinco, chumbo e cobre, no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.193 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Empresa de Mineração Paqueiro Ltda. a lavar minério de chumbo, no município de Adrianópolis, Estado do Paraná.

Decreto nº 53.229 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Maurício Mascarenhas Junqueira a pesquisar minérios de chumbo e zinco no município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 53.235 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Hamilton Borges de Souza a pesquisar minério de chumbo, no município de Adrianópolis, Estado do Paraná.

Decreto nº 53.310 — de 16 de dezembro de 1963.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Aprova o sistema de Classificação de Cargos do Território Federal do Amapá e dá outras providências.

Decreto nº 52.488 — de 20 de setembro de 1963.

Aprova o sistema de Classificação de Cargos do Território Federal de Roraima e dá outras providências.

Decreto nº 52.902 — de 21 de novembro de 1963.

Aprova o Sistema de Classificação de Cargos e de Remuneração da SUDENE.

Decreto nº 53.671 — de 9 de março de 1964.

Retifica o sistema de classificação de cargos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Decreto nº 51.162, de 7 de agosto de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 53.680 — de 12 de março de 1964.

Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, aprovado pelo Decreto nº 51.350, de 23 de

novembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 53.727. — de 18 de março de 1964.

COBRE

Autoriza a Companhia Mercantil e Industrial Ingá a pesquisar zinco, chumbo e cobre, no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.193. — de 11 de dezembro de 1963.

CODEP

Ver: Commissariado de Defesa da Economia Popular.

CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR

Lei nº 4.301. — de 23 de dezembro de 1963.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Altera a redação dos arts. 330 e 334 da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Lei nº 4.288, de 3 de dezembro de 1963.

COFAP — *Ver: Comissão Federal de Abastecimento e Preços.*

COLÉGIOS MILITARES

Autoriza o Ministro da Guerra a mandar matricular em um dos Colégios Militares, como aluno gratuito, um neto do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Decreto nº 43.533, de 27 de fevereiro de 1964.

COLÉGIO PEDRO II

Altera o Regimento do Colégio Pedro II, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 53.555, de 7 de fevereiro de 1964.

COMÉRCIO E PAGAMENTOS

Promulga o Acórdão de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica Brasil-Bulgária.

Decreto nº 53.491, de 9 de janeiro de 1964.

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

Cria Comissão Interministerial para o fim que especifica.

Decreto nº 53.500, de 28 de janeiro de 1964.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE

Altera dispositivo do Decreto número 43.935, de 3 de julho de 1953.

Decreto nº 53.378, de 31 de dezembro de 1963.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), a fim de atender às populações do Médio Superior do São Francisco, no Estado de Minas Gerais, atingidas por inundações.

Lei nº 4.314, de 23 de dezembro de 1963.

Torna sem efeito o Decreto número 52.379, de 19 de agosto de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 53.410, de 17 de janeiro de 1964.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO DE PREÇOS

Fixa data para extinção da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) e dá outras providências.

Decreto nº 53.430, de 21 de janeiro de 1964.

Retifica o Decreto nº 52.316, de 1º de agosto de 1963.

Decreto nº 53.656, de 4 de março de 1964.

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

Altera o Decreto nº 49.130, de 20 de outubro de 1960.

Decreto nº 53.706, de 17 de março de 1964.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN)

Autoriza a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a criar uma sociedade subsidiária e subscrever a maioria de suas ações.

Decreto nº 53.735, de 18 de março de 1964.

COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO (COPLAN)

Autoriza o Banco do Brasil S. A. a levar a crédito da Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN) os recursos provenientes da aplicação dos Decretos nº 50.359, de 17 de março de 1961 e nº 50.889, de 1º de julho de 1961.

Decreto nº 53.542, de 6 de fevereiro de 1964.

Altera os Decretos ns. 51.132, de 5 de agosto de 1961, alterado pelo Decreto nº 154, de 17 de novembro de 1961, e 52.448, de 3 de setembro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 53.560, de 18 de fevereiro de 1964.

COMISSÃO TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO SINDICAL

Altera a redação do artigo 9º e parágrafo único do Decreto número 51.011, de 24 de julho de 1961.

Decreto nº 53.874, de 30 de março de 1964.

Aprova o enquadramento das funções e empregos de Comissão Técnica de Orientação Sindical e dá outras providências.

Decreto nº 53.371, de 31 de dezembro de 1963.

COMISSARIADO DE DEFESA DA ECONOMIA POPULAR

Cria o Comissariado de Defesa da Economia Popular e dá outras providências.

Decreto nº 53.673, de 11 de março de 1964.

Aprova as normas para a execução do Decreto nº 53.702, de 14-3-1964, que tabela os aluguéis de imóveis.

Decreto nº 53.845, de 25 de março de 1964.

COMISSÕES

Cria no Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) a Comissão de Estudos dos Rios e Canais Interiores Navegáveis (CERCIN).

Decreto nº 53.374, de 31 de dezembro de 1963.

Cria Comissão Interministerial para o fim que especifica.

Decreto nº 53.500, de 28 de janeiro de 1964.

Cria Comissão Especial.

Decreto nº 53.523, de 5 de fevereiro de 1964.

Modifica a Comissão Nacional de Assistência Técnica.

Decreto nº 53.526, de 4 de fevereiro de 1964.

Dispõe sobre a execução e fiscalização dos convênios referentes ao Plano Trienal de Educação e sobre norma para elaboração dos planos de aplicação dos recursos respectivos.

Decreto nº 53.521, de 5 de fevereiro de 1964.

Aprova o Regimento da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional.

Decreto nº 53.534, de 5 de fevereiro de 1964.

Estabelece normas para importações realizadas por entidades públicas e órgãos assemelhados.

Decreto nº 53.539, de 5 de fevereiro de 1964.

Determina providências para a comemoração do centenário de morte de Antônio Gonçalves Dias.

Decreto nº 53.579, de 21 de fevereiro de 1964.

Institui a Comissão Executiva de Auxílio às vítimas das Enchentes no Estado de Goiás.

Decreto nº 53.640, de 20 de fevereiro de 1964.

Institui a Comissão Executiva de Auxílio às Vítimas das Enchentes no Estado do Pará.

Decreto nº 53.676, de 10 de março de 1964.

Estabelece a coordenação das instituições federais de crédito; cria, junto ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, a Comissão Nacional de Crédito Rural e dá outras providências.

Decreto nº 53.801, de 23 de março de 1964.

Cria Comissão Interministerial encarregada de examinar a situação econômico-financeira das autarquias e sociedades de economia mista.

Decreto nº 53.803, de 23 de março de 1964.

COMPANHIA ADRIÁTICA DE SEGUROS

Concede à Companhia Adriática de Seguros autorização para aumentar seu capital, no país.

Decreto nº 1.932, de 20 de dezembro de 1962.

COMPANHIA ALIANÇA RIO-GRANDENSE DE SEGUROS GERAIS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Aliança Rio-Grandense de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 53.346, de 26 de dezembro de 1963.

COMPANHIA AMERICANA DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Americana de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 53.349, de 26 de dezembro de 1963.

COMPANHIA COLONIAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Colonial de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 25.914, de 22 de novembro de 1963.

COMPANHIA COMERCIAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Comercial

de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 53.624, de 27 de fevereiro de 1964.

COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Internacional de Seguros.

Decreto nº 52.715, de 21 de outubro de 1963.

COMPANHIA DE MATERIAIS NUCLEARES DO BRASIL — COMANBRA

Autoriza a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEN), a criar uma sociedade subsidiária e subseqüer a maioria de suas ações.

Decreto nº 53.735, de 18 de março de 1964.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Estende os benefícios do Decreto número 52.701, de 18 de outubro de 1963, ao pessoal da Companhia de Navegação do São Francisco.

Decreto nº 53.514, de 30 de janeiro de 1964.

COMPANHIA DE SEGUROS AMÉRICA DO SUL

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros América do Sul, relativa ao aumento dos honorários da Diretoria.

Decreto nº 53.547 — de 6 de fevereiro de 1964.

COMPANHIA DE SEGUROS ARGOS FLUMINENSE

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Argos Fluminense, relativas ao aumento do capital social e extensão das operações ao Ramo-Vida.

Decreto nº 53.622 — de 27 de fevereiro de 1964.

COMPANHIA DE SEGUROS LUSO-BRASILEIRA

Concede à Companhia de Seguros Luso-Brasileira autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 53.722 — de 18 de março de 1964.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES LLOYD SUL AMERICANO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Lloyd Sul Americano, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 53.731 — de 18 de março de 1964.

COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA PREVIDÊNCIA DO SUL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros de Vida Previdência do Sul, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 52.776 — de 29 de outubro de 1963.

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE GOIÁS

Concede à Companhia de Seguros do Estado de Goiás autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 52.689 — de 18 de outubro de 1963.

COMPANHIA HIDRO-ELETRICA DO SÃO FRANCISCO

Autoriza a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco a constituir penhor industrial a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 52.866 — de 19 de novembro de 1963.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a empréstimos a serem contratados pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Decreto nº 53.587 — de 21 de fevereiro de 1964.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Aprova a relação nominal dos empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil a que se refere o art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 53.331 — de 19 de dezembro de 1963.

CONCESSÕES (RESCISÃO)

Provê sobre a rescisão de concessão dos portos do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Lei nº 4.309 — de 23 de dezembro de 1963.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro Julio Capua a pesquisar conchas calcárias no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 53.265 — de 13 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Julio Capua a pesquisar conchas calcárias no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 53.268 — de 13 de dezembro de 1963.

— *Autoriza Industrial Extrativa Araruama S. A. a pesquisar conchas calcárias no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 53.421 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Martin Francisco Braz Neto a pesquisar conchas calcárias no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 53.458 — de 20 de janeiro de 1964.

CONDECORAÇÕES

Altera os arts. 2º, 4º e 5º do Decreto nº 42.112, de 20 de agosto de 1957.

Decreto nº 53.777 — de 20 de março de 1964.

— *Suprime o art. 5º do Decreto nº 42.111, de 20 de agosto de 1957.*

Decreto nº 53.778 — de 20 de março de 1964.

— *Altera o art. 4º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 16.368, de 16 de agosto de 1944, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.467 — de 22 de janeiro de 1964.

CONFEDERAÇÃO AMERICANA DOS BANCÁRIOS

Autoriza a CONTEC a filiar-se à Confederação Americana dos Bancários.

Decreto nº 53.591 — de 25 de fevereiro de 1964.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Reconhece a Confederação Nacional da Agricultura.

Decreto nº 53.516 — de 31 de janeiro de 1964.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CRÉDITO

Autoriza a CONTEC a filiar-se à Confederação Americana dos Bancários.

Decreto nº 53.591 — de 25 de fevereiro de 1964.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA

Reconhece a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Decreto nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964.

CONFERENTES DE CARGA E DESCARGA

Da nova redação aos arts. 4º e 6º do Decreto nº 34.453, de 4 de novembro de 1953.

Decreto nº 53.816, de 23 de março de 1964.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DA DEFESA ECONÔMICA

Dispõe sobre a gratificação a que se refere o parágrafo único do ar-

tigo 121 do Decreto nº 52.425, de 20 de maio de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 53.483, de 24 de janeiro de 1964.

— *Dispõe sobre a distribuição de créditos orçamentários atribuídas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.*

Decreto nº 53.648, de 28 de fevereiro de 1964.

— *Aprova o Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.*

Decreto nº 53.670, de 9 de março de 1964.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

Cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Aprova o Regimento do Conselho Federal de Educação.

Decreto nº 52.617, de 7 de outubro de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE FOLCLORE

Dispõe sobre a composição do Conselho Nacional de Folclore.

Decreto nº 53.747, de 19 de março de 1964.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Retifica o Decreto nº 51.544, de 31 de agosto de 1962, que aprovou o enquadramento das funções e empregos do Conselho Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Decreto nº 53.728, de 18 de março de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA SALARIAL

Acréscena dispositivos ao Decreto nº 52.275, de 17 de julho de 1963, que institui o Conselho Nacional de

Política Salarial e das outras providências.

Decreto nº 53.010, de 27 de novembro de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Lei nº 4.306, de 23 de novembro de 1963.

CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO

Transfere para o Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e Comércio os servidores do Conselho do Desenvolvimento que menciona.

Decreto nº 53.529, de 4 de fevereiro de 1964.

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA

Estabelece as anuidades e taxas a que se refere a Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956.

Decreto nº 53.718, de 17 de março de 1964.

CONSERVADOR DE CARGA E DESCARGA

Dá nova redação aos arts. 4º e 6º do Decreto nº 42.466, de 14 de outubro de 1957.

Decreto nº 53.817, de 23 de março de 1964.

CONSTRUÇÕES NAVAIS

Aprova o Plano de Construções Navais para o biênio 1964-1965 e das outras providências.

Decreto nº 53.461, de 21 de janeiro de 1964.

CONSULADOS

Ver: Ministério das Relações Exteriores.

CONVENÇÕES

Aprova o texto da Convenção relativa à troca internacional de publicações adotadas pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua décima sessão, celebrada em Paris, de 4 de novembro a 5 de dezembro de 1958.

Decreto Legislativo nº 1, de 1964.

CONVENIOS

Dispõe sobre a execução e fiscalização dos convênios referentes ao Plano Trienal de Educação, e sobre norma para elaboração dos planos de aplicação dos recursos respectivos.

Decreto nº 53.531, de 5 de fevereiro de 1964.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a assinar convênio entre a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Caçueira (CEPLAC) e o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas de Organizações dos Estados Americanos (IICA).*

Decreto nº 53.772, de 20 de março de 1964.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA

Promulga o Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica Brasil-Bulgária.

Decreto nº 53.401, de 9 de janeiro de 1964.

COOPERATIVAS RURAIS

Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Especial de Fomento e Defesa da Economia Algodoeira, proveniente da arrecadação da cota instituída pelo item VIII da Instrução nº 239, de 22 de abril de 1963, da

SUMOC.

Decreto nº 53.791, de 20 de março de 1964.

CRÉDITO RURAL

Estabelece a coordenação das instituições federais de crédito; cria, junto ao Conselho da Superintendên-

cia da Moeda e do Crédito, a Comissão Nacional de Crédito Rural e dá outras providências.

Decreto nº 53.801, de 23 de março de 1964.

CROMO

Autoriza Chromium Mineração S.A. a pesquisar minério de cromo, no Município de Piuí, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.161, de 11 de dezembro de 1963.

CURSOS

Dispõe sobre doação de imóvel que menciona, em Piripiri, no Estado de Piauí.

Decreto nº 53.355, de 27 de dezembro de 1963.

— Concede o reconhecimento do curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola Auxiliar de Enfermagem "Antonina Neves".

Decreto nº 53.409, de 16 de janeiro de 1964.

— Concede reconhecimento a cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.477, de 23 de janeiro de 1964.

— Concede reconhecimento a curso.
Decreto nº 53.486, de 24 de janeiro de 1964.

D

DECRETOS INSUBSISTENTES

Torna insubsistente o Decreto número 1.132, de 15 de junho de 1962.

Decreto nº 53.382, de 31 de dezembro de 1963.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto nº 53.405, de 14 de janeiro de 1964.

— Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto nº 53.658, de 4 de março de 1964.

— Revoga o parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 53.403, de 10 de janeiro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 53.781, de 20 de março de 1964.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Quadro do Pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto nº 51.907, de 19 de abril de 1963.

— Exclui dos efeitos do Decreto nº 53.076, de 4 de dezembro de 1963, os cargos e respectivos ocupantes indicados no Anexo que com este baixa, e dá outras providências.

Decreto nº 53.507, de 28 de janeiro de 1964.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS

Aprova o Regimento da Agência do Departamento Federal de Compras em São Paulo.

Decreto nº 53.783, de 20 de março de 1964.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aprova alterações do Regulamento Geral do D.F.S.P., pelo Decreto nº 37.008, de 8 de março de 1955.

Decreto nº 53.590, de 24 de fevereiro de 1964.

— Cria, no Departamento Federal de Segurança Pública, um quartel policial, na Ilha das Flores.

Decreto nº 53.844, de 25 de março de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Transforma a Divisão Jurídica do D.N.E.P. em Procuradoria Judicial (P.J.), e dá outras providências.

Decreto nº 53.463, de 21 de janeiro de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terra situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.067, de 3 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, faixa de domínio necessária à construção de trechos da Rodovia BR-35.

Decreto nº 53.593, de 25 de fevereiro de 1964.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 53.595, de 25 de fevereiro de 1964.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Biguagu, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 53.597 — De 25 de fevereiro de 1964.

Retifica o sistema de classificação de cargos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Decreto nº 51.162, de 7 de agosto de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 53.680 — De 12 de março de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÉCAS

Aprova o Quadro do Pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e dá outras providências.

Decreto nº 52.638 — De 8 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento de Obras Contra as Secas, área de terreno na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 53.064 — De 3 de dezembro de 1963.

— Aprova usina hidrelétrica instalada no açude público de Pentecoste, Estado do Ceará, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 53.109 — De 10 de dezembro de 1963.

— Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a instalar uma usina hidrelétrica a jusante do açude General Sampaio, município de Canindé, Estado do Ceará.

Decreto nº 53.416 — De 20 de janeiro de 1964.

— Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a instalar uma usina hidrelétrica.

Decreto nº 53.417 — De 20 de janeiro de 1964.

— Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a instalar uma usina hidrelétrica, a jusante do açude público de Jacurici, município de Itiúba, Estado da Bahia.

Decreto nº 53.423 — De 20 de janeiro de 1964.

— Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a instalar uma central hidrelétrica no açude Aires de Sousa, no Estado do Ceará.

Decreto nº 53.594 — De 25 de fevereiro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o trecho Itauzeira-Canto do Buriti (entre as estações 0 a 548 e 548 a 1.903 + 0,86), da Rodovia Vereda Grande — Itauzeira-Canto do Buriti-São Raimundo Nonato, para construção, no Nordeste, do referido trecho.

Decreto nº 53.608 — De 26 de fevereiro de 1964.

— Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 52.637 — De 8 de outubro de 1963.

— Altera o Anexo III do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 53.672 — De 9 de março de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno no Município de Pentecoste, Estado do Ceará, para a instalação do Instituto de Pesquisas.*

Decreto nº 53.780 — De 23 de março de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Altera o Quadro do Departamento Nacional de Obras de Saneamento na parte correspondente ao Anexo I, do Decreto nº 51.676, de 22 de janeiro de 1963.

Decreto nº 53.541 — De 6 de fevereiro de 1963.

Autoriza comunidade de serviços entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública relativos a estudos, projetos e construção de serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários no país.

Decreto nº 53.726 — De 18 de março de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Cria no Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, (DNFVN), a Comissão de Estudos dos Rios e Canais Interiores Navegáveis (CERCIN).

Decreto nº 53.374 — De 31 de dezembro de 1963.

— *Estende ao pessoal marítimo e naval do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis o disposto nos contratos coletivos de trabalho em vigor.*

Decreto nº 53.804 — De 23 de março de 1964.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, pelo Departamento de Obras Contra as Secas, área de terreno na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 53.064 — De 3 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departa-*

mento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terra situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.067 — De 3 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão, em favor da Petróleo Brasileiro S. A., Petrobrás, terras situadas no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.074 — De 4 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terras, situadas nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, necessárias à construção da Central Hidrelétrica do Funil, no rio Paraíba do Sul.*

Decreto nº 53.317 — de 17 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, e destinado à instalação e funcionamento da Escola Técnica de Comércio, mantida pela Fundação Visconde de Cayru.*

Decreto nº 53.323 — de 18 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, bens que constituem o patrimônio da Fundação Gaffrée e Guinle, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 53.335 — de 23 de dezembro de 1963.

— *Retifica o dispositivo do Decreto nº 52.900, de 21 de novembro de 1963, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.402 — de 9 de janeiro de 1964.

— *Declara de interesse social, para fins de desapropriação, áreas de terra situada em Cachoeira de Macacu e Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 53.404 — de 13 de fevereiro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás,*

terras situadas nos Municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Gravatá, Estêo e Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.411 — de 17 de janeiro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, terras situadas no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 53.412 — de 17 de janeiro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que indica, na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.482 — de 24 de janeiro de 1964.

— Declara de interesse social, para fins de desapropriação, as áreas de terras situadas nos Municípios de Piuí e Capitólio, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto nº 53.498 — de 27 de janeiro de 1964.

— Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte da área "Ribeirão Manso", situada no distrito de terras da Fazenda — "Pedrões" ou de Canoeiros, Município de São Gonçalo do Abaeté, à margem da Rodovia Federal Belo Horizonte-Brasília, e dá outras providências.

Decreto nº 53.499 — de 27 de janeiro de 1964.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, situado na efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo e destinado à instalação e funcionamento da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho daquela cidade.

Decreto nº 53.503 — de 28 de janeiro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel destinado à Universidade do Ceará.

Decreto nº 53.536 — de 5 de fevereiro de 1964.

— Declara de utilidade pública para o fim de desapropriação, as ações da

Material Ferroviário S. A. — MAFERSA.

Decreto nº 53.576 — de 21 de fevereiro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, faixa de domínio necessária à construção de trechos da Rodovia BR-35.

Decreto nº 53.593 — de 25 de fevereiro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 53.595 — de 25 de fevereiro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 53.597 — de 25 de fevereiro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o trecho Itaucira-Canto do Buriti (entre as estações 0 a 543 e 543 a 1.903 + 0,86), da Rodovia Vereda Grande-Itaucira-Canto do Buriti-São Raimundo Nonato, para construção, no Nordeste, do referido trecho.

Decreto nº 53.603 — de 26 de fevereiro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, terrenos que menciona em Salvador, Estado da Bahia e dá outras providências.

Decreto nº 53.613 — de 26 de fevereiro de 1964.

— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação dos imóveis que menciona, situados na cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, necessários ao funcionamento da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 53.634 — de 28 de fevereiro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, o prédio residencial, sito na Avenida Epitácio Pessoa nº 2.447, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Decreto nº 53.637 — de 28 de fevereiro de 1964.

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, a Fazenda "Maryland", "Maryland", "Marilândia" ou "Tocaia", e vários lotes da Fazenda "Caicoba" ou "Padre João", sitos na zona rural da Vila Inhonitrim, distrito de Magé, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto nº 53.650 — de 2 de março de 1964.

Altera dispositivo do Decreto número 52.900, de 21 de novembro de 1963, modificado pelo de nº 53.402, de 9 de janeiro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 53.684 — de 13 de março de 1964.

Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente, inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências.

Decreto nº 53.700 — de 13 de março de 1964.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, em caráter de urgência, as ações das companhias permissionárias do refino de petróleo.

Decreto nº 53.701 — de 13 de março de 1964.

Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, imóveis situados no Estado da Bahia, necessários à pesquisa e lavra de petróleo.

Decreto nº 53.733 — de 18 de março de 1964.

Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro

S.A. — PETROBRAS, imóveis situados no Estado da Bahia, necessários à pesquisa e lavra de petróleo.

Decreto nº 53.734 — de 18 de março de 1964.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno no Município de Pentecoste, Estado do Ceará, para a instalação do Instituto de Pesquisas.

Decreto nº 53.780 — de 23 de março de 1964.

Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas de terras situadas no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 53.830 — de 24 de março de 1964.

Declara de interesse social, para fins de desapropriação a área de terras "Engenho Serra", sitas no Município de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco, e dá outras

Decreto nº 53.871 — de 30 de março de 1964.

DESPORTOS

Dispõe sobre a execução do Plano Diretor de Educação Física e dos Desportos.

Decreto nº 53.741 — de 19 de março de 1964.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Rômulo Cruz Franchini a pesquisar diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.619 — de 22 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Duarte a pesquisar diamantes, no município de Turmalinas, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.206 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza a cidadã brasileira Maria Margarida da Costa Santos a pesquisar diamante no município de Diamantina Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.286 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza Mineração Pato do Brasil Ltda. a pesquisar diamantes no município de Gilbués, Estado do Piauí.

Decreto n.º 53.439 — de 29 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Ruy Teixeira Leite a pesquisar diamantes no município de Andaraí, Estado da Bahia.

Decreto n.º 53.800 — de 23 de março de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro José Trindade a pesquisar diamantes no município de Alto Paraquai, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 53.808 — de 23 de março de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Pinto Ribas a pesquisar diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.814 — de 23 de março de 1964.

DIA DO ENGENHEIRO DE SANEAMENTO

Instituto o "Dia do Engenheiro de Saneamento".

Decreto n.º 53.697 — de 13 de março de 1964.

DIORITO

Autoriza o cidadão brasileiro Enrico Guarneri a pesquisar Diorito, Gabro e Granito, no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 53.256 — de 13 de dezembro de 1963.

DIREITO DO MAR

Modifica o art. 4.º do Decreto número 52.052, de 24 de maio de 1963, que cria no Ministério das Relações Exteriores, Comissão encarregada de estudar a política do Brasil em matéria de Direito do Mar.

Decreto n.º 53.609 — de 26 de fevereiro de 1964.

Institui o Prêmio Nacional do Disco.

Decreto n.º 53.588 — de 24 de fevereiro de 1964.

DISTRITO FEDERAL

Orça a Receita e Fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício de 1964.

Lei n.º 4.138 — de 23 de dezembro de 1963. — Retificado.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei n.º 4.320 — de 17 de março de 1964.

Dispõe sobre as funções do Conselho Superior e da Corregedoria do Ministério Público do Distrito Federal.

Decreto n.º 53.387 — de 31 de dezembro de 1963.

Dispõe sobre as atribuições administrativas do Procurador-Geral do Distrito Federal.

Decreto n.º 53.388 — de 31 de dezembro de 1963.

Cria funções gratificadas na Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Decreto n.º 53.389 — de 31 de dezembro de 1963.

DOAÇÕES

Dispõe sobre doação de imóvel que menciona, em Piripiri, no Estado do Piauí.

Decreto n.º 53.355 — de 27 de dezembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 53.359 — de 27 de dezembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona.

Decreto n.º 53.519 — de 31 de janeiro de 1964.

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno onde será executada a perfuração de um poço profundo na

Fazenda Babilônia, município de Irecê, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 53.535 — de 5 de fevereiro de 1964.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel localizado em Anápolis — GO, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n.º 53.566 — de 19 de fevereiro de 1964.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel, para uso da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Decreto n.º 53.779 — de 20 de março de 1964.

Retifica o Decreto n.º 51.190, de 11 de agosto de 1961.

Decreto n.º 53.788 — de 20 de março de 1964.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Athos Fontes Ferreira a lavrar dolomita no município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.849 — de 18 de novembro de 1963.

Autoriza a empresa de mineração Magnesita S.A. a pesquisar dolomita, no município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 53.159 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia de Mineração Rio Acima a lavrar calcário, dolomita e mármore, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.182 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Athos Fontes Ferreira a lavrar dolomita no município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 53.186 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Floriano Peixoto Soeiro de Carvalho a pesquisar dolomita no município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 53.187 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Faria Ribeiro a pesquisar minério de ferro e dolomita no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.191 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza São Carlos Minérios S.A. a pesquisar minérios de ferro, de manganês, dolomita e outro no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.428 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Vinícios Vallaçares Vasconcellos a pesquisar dolomita, minérios de ferro e de manganês no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.609 — de 25 de fevereiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Gonzaga de Araújo Lobo a pesquisar dolomita no município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 53.827 — de 24 de março de 1964.

E

EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Aprova as Normas do Projeto e Métodos de Execução de Serviço, a Discriminação Orçamentária para obras de edifícios públicos e das outras providências.

Decreto n.º 52.147 — de 25 de junho de 1963.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Aprova o texto da Convenção relativa à troca Internacional de Publicações adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua décima sessão, celebrada em Paris, de 4 de novembro a 5 de dezembro de 1958.

Decreto Legislativo n.º 1, de 1964.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Dispõe sobre a execução do Plano Diretor de Educação Física e dos Desportos.

Decreto n.º 53.741 — de 18 de março de 1964.

ELETRÔNICA

Aprova o Regulamento do Núcleo de Parque de Eletrônica.

Decreto n.º 53.472 — de 23 de janeiro de 1964.

ELIZABETH ARDEN (SOUTH AMERICA) INC.

Concede à sociedade anônima "Elizabeth Arden (South America) Inc.", autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 52.895 — de 21 de novembro de 1963.

EMBAIXADAS

— Ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EMCASA — EMPRESA DE MINERAÇÃO DE CALCÁRIO DE SANTA CATARINA S.A.

Concede à "Emcasa" — Empresa de Mineração de Calcário de Santa Catarina S.A. autorização para constituir-se como empresa de mineração.

Decreto n.º 53.105 — de 10 de dezembro de 1963.

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES

Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a subscrever, por conta do Fundo Nacional de Investimentos, ações ordinárias da Empresa Brasileira de Telecomunicações.

Decreto n.º 53.763 — de 20 de março de 1964.

ENTIDADES PÚBLICAS

Estabelece normas para importações realizadas por entidades públicas e órgãos assemelhados.

Decreto n.º 53.539 — de 5 de fevereiro de 1964.

EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a empréstimo no exterior a ser reali-

zado pela Rede Ferroviária Federal S.A.

Decreto n.º 53.504 — de 28 de janeiro de 1964.

Altera o artigo 1.º do Decreto número 52.870, de 19 de novembro de 1962, que autoriza o Ministro da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a empréstimo a ser realizado pela Rede Ferroviária Federal S.A.

Decreto n.º 53.505 — de 28 de janeiro de 1964.

ENERGIA ELÉTRICA

Amplia a zona de concessão da Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.134 — de 10 de dezembro de 1963.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz Santa Clara.

Decreto n.º 52.563 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — concessão para distribuir energia elétrica, no município de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná.

Decreto n.º 52.590 — de 1 de outubro de 1963.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Luziânia a construir uma linha de transmissão e rede de distribuição.

Decreto n.º 52.591 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga a Irmãos Agibert e Cia. Ltda. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do desnível Salto Rio dos Patos, existente no Rio dos Patos, Município de Prudentópolis, Estado do Paraná.

Decreto n.º 52.597 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga à PASTAMEC S.A. Indústria e Comércio concessão para o aproveitamento do desnível do rio Chopim.

Decreto n.º 52.599 — de 1 de outubro de 1963.

Autoriza a Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo a construir linhas de transmissão.

Decreto n.º 52.610 — de 2 de outubro de 1963.

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 52.619 — de 7 de outubro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Salmourão concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.765 — de 25 de outubro de 1963.

Transfere da Empresa Força e Luz Candeense S.A. para o Município de Candéas a concessão para produzir e distribuir energia elétrica em seu território.

Decreto n.º 52.600 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga ao Governo do Estado do Pará concessão para distribuir energia elétrica no Município de Santarém, no Estado do Pará.

Decreto n.º 52.726 — de 22 de outubro de 1963.

Transfere de Augusto Martini para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.763 — de 25 de outubro de 1963.

Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica de Minas Gerais a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.934 — de 26 de novembro de 1963.

Outorga ao Município de Anhangá concessão para distribuição de energia elétrica.

Decreto n.º 52.938 — de 26 de novembro de 1963.

Outorga ao Município de Monte São concessão para distribuir energia elétrica no referido Município, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.946 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) a ampliar seu sistema de transmissão.

Decreto n.º 52.964 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.977 — de 27 de novembro de 1963.

Aprova usina hidrelétrica instalada no açude público de Pentecoste, Estado do Ceará, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto n.º 53.109 — de 10 de dezembro de 1963.

Outorga a Centrais Elétricas do Rio das Contas S.A. concessão para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios de Ilhéus, Itabuna e Uruçuca, no Estado da Bahia e dá outras providências.

Decreto n.º 53.126 — de 10 de dezembro de 1963.

Outorga à Companhia de Eletrificação do Centro-Norte do Ceará concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 53.127 — de 10 de dezembro de 1963.

Outorga ao Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 53.133 — de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A. a construir linha de transmissão e subestações abaixadoras.

Decreto n.º 53.156 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará — CE-NORTE — a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 53.163 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Empresa Sul Brasileira de Electricidade S.A. a ampliar suas instalações de produção de energia

elétrica, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 53.165 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza construção de linha de transmissão para suprir a energia elétrica as localidades de São Martinho d'Oeste e Jatobá, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 53.168 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S.A. (CELG) a ampliar seu sistema de transmissão.

Decreto n.º 53.172 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A. a construir linha de transmissão, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 53.199 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A. a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 53.215 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia Mineira de Eletricidade a alterar instalações de transmissão de energia elétrica.

Decreto n.º 53.219 — de 12 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública diversas áreas de terras, situadas nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, necessárias à construção da Central Hidrelétrica do Funil, no rio Paraíba do Sul.

Decreto n.º 53.317 — de 17 de dezembro de 1963.

Autoriza o Estado de Goiás a encampar as concessões do serviço de energia elétrica nos municípios de Ipameri e Urutai.

Decreto n.º 53.319 — de 18 de dezembro de 1963.

Transfere de Ribeiro Parada S.A. Indústria de Papel e Papelão à Indústrias Salto Pintado Ltda., a concessão para o aproveitamento da queda d'água denominada Salto Pinta-

do, município de Pôrto União, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 53.415 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a instalar uma usina hidrelétrica a jusante do açude General Sampaio, município de Canindé, Estado do Ceará.

Decreto n.º 53.416 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a instalar uma usina hidrelétrica.

Decreto n.º 53.417 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S.A. a utilizar linha de transmissão.

Decreto n.º 53.418 — de 20 de janeiro de 1964.

Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para o aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto n.º 53.410 — de 20 de janeiro de 1964.

Retifica o artigo v.º do Decreto n.º 47.501, de 28 de dezembro de 1959.

Decreto n.º 53.420 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a instalar uma sãa hidroelétrica, a jusante do açude público de Jacurici, município de Itiúba, Estado da Bahia.

Decreto n.º 53.423 — de 20 de janeiro de 1964.

Transfere da Sociedade Força e Luz Araujense Limitada para a Prefeitura Municipal de Araújos, Estado de Minas Gerais, a concessão para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica no município ...

Decreto n.º 53.441 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza a cessão, em comodato, da usina termelétrica de Votuporanga e demais instalações e dá outras providências.

Decreto n.º 53.443 — de 20 de janeiro de 1964.

Outorga concessão ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo para distribuir energia elétrica em diversos municípios do Estado de São Paulo.

Outorga a Centrais Elétricas do Rio das Contas S.A. concessão para distribuir energia elétrica no município de Coaraci.

Decreto n.º 53.454 — de 2 de janeiro de 1964.

Transfere da Prefeitura Municipal de Itabira para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a concessão para distribuição de energia elétrica.

Decreto n.º 53.455 — de 20 de janeiro de 1964.

Transfere de Rafael de Fuccio para a Prefeitura Municipal de Simonésia, Estado de Minas Gerais, a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no município de Simonésia.

Decreto n.º 53.456 — de 20 de janeiro de 1964.

Outorga à Prefeitura Municipal de Simonésia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Santo Antônio, existente no rio São Simão, município de Simonésia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.457 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a instalar uma central hidroelétrica no açude Ayres de Souza, no Estado do Ceará.

Decreto n.º 53.594 — de 25 de fevereiro de 1964.

Transfere concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 53.750 — de 19 de março de 1964.

Transfere do Município de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 53.751 — de 19 de março de 1964.

Transfere ao Município de Botelhos, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 53.752 — de 19 de março de 1964.

Transfere para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 53.733 — de 19 de março de 1964.

Transfere da Prefeitura Municipal de Camaquã para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para produzir e distribuir energia elétrica e autoriza a referida Comissão a ampliar suas instalações naquele Município.

Decreto n.º 53.754 — de 19 de março de 1964.

Restringe a zona de concessão do Município de Anicuns, Estado de Goiás, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.755 — de 19 de março de 1964.

Declara a cessação dos serviços de energia elétrica no município de Uruburetama, Estado do Ceará, e outorga a respectiva concessão à Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará.

Decreto n.º 53.756 — de 19 de março de 1964.

Revoga o Decreto n.º 649, de 7 de março de 1962, que outorgou concessão à Hidrelétrica do Rio Dove S. A.

Decreto n.º 53.757 — de 19 de março de 1964.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica.

Decreto n.º 53.759 — de 19 de março de 1964.

Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica autorização de estudos para o aproveitamento de fontes de energia hidráulica, existentes no rio Chopim e seus afluentes, no Estado do Paraná.

Decreto n.º 53.764 — de 20 de março de 1964.

Outorga ao Município de Clevelandia concessão para aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto n.º 53.765 — de 20 de março de 1964.

Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica no Município de Santa Terezinha, Estado da Bahia, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.766 — de 20 de março de 1964.

Outorga à Companhia Força e Luz Santa Clara concessão para aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto n.º 53.767 — de 20 de março de 1964.

Outorga a Centrais de Minas Gerais S.A. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Conquista, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.768 — de 20 de março de 1964.

Outorga à Prefeitura Municipal de Nova Roma concessão para aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto n.º 53.769 — de 20 de março de 1964.

Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível denominado Salto Grande, no município de Pato Branco, Estado do Paraná.

Decreto n.º 53.770 — de 29 de março de 1964.

Amplia a zona de concessão da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte, pela inclusão de vários municípios do Estado.

Decreto n.º 53.771 — de 20 de março de 1964.

Transfere do Governo do Estado do Paraná para a Companhia Força e Luz do Paraná, a concessão para distribuir energia elétrica no distrito-sede do município de Araucária, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.792 — de 20 de março de 1964.

Outorga ao Município de Itapetuba concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 53.793 — de 23 de março de 1964.

Outorga ao Município de Uaupés concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 53.794 — de 23 de março de 1964.

Outorga à Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe S.A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 53.795 — de 23 de março de 1964.

ENSINO MÉDIO

Institui classes de 6.ª série primária, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.532 — de 5 de fevereiro de 1964.

Concede o direito de lecionar no 1.º ciclo das escolas de nível médio aos alunos das 1.ª e 2.ª séries das Faculdades de Filosofia.

Decreto n.º 53.582 — de 21 de fevereiro de 1964.

ENSINO PRIMÁRIO

Dispõe sobre o ensino primário gratuito a ser prestado pelas empresas industriais, comerciais e agrícolas em que trabalhem mais de cem pessoas, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.453 — de 20 de janeiro de 1964.

Dispõe sobre a suplementação de vencimentos de professores primários estaduais e municipais.

Decreto n.º 53.470 — de 22 de janeiro de 1964.

Institui classes de 6.ª série primária, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.532 — De 5 de fevereiro de 1964.

ENSINO SECUNDÁRIO

Institui a Campanha Nacional de Desenvolvimento das Escolas da Comunidade.

Decreto n.º 53.533 — de 5 de fevereiro de 1964.

ENSINO SUPERIOR

Dispõe sobre a duplicação de matriculas no primeiro ano das escolas superiores.

Decreto n.º 53.642 — de 28 de fevereiro de 1964.

ESCOLAS

Federaliza a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), e dá outras providências.

Lei n.º 4.307 — de 23 de dezembro de 1963.

Aprova o Quadro de Pessoal da Escola Técnica do Recife, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.766 — de 25 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, e destinado à instalação e funcionamento da Escola Técnica de Comércio, mantida pela Fundação Visconde de Cayru.

Decreto n.º 53.323 — de 18 de dezembro de 1963.

Concede autorização para o funcionamento da Escola de Engenharia de Lins, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 53.484 — de 24 de janeiro de 1964.

Aprova, para execução da Lei número 4.085, de 3 de julho de 1962, o Regimento da Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.530 — de 5 de fevereiro de 1964.

Estabelece normas para a fixação das anuidades escolares para 1964, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.551 — de 6 de fevereiro de 1964.

Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agro-técnicas.

Decreto n.º 53.558 — de 13 de fevereiro de 1964.

Aprova o Quadro de Pessoal da Escola Industrial Deodoro da Fonseca, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.719 — de 18 de março de 1964.

Concede reconhecimento ao Conservatório Musical Pio XII, de Bauru, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 53.748 — de 19 de março de 1964.

ESTADO DE GOIÁS

Autoriza o Estado de Goiás a encampar as concessões do serviço de energia elétrica nos municípios de Ipameri e Urutai.

Decreto n.º 53.319 — de 18 de dezembro de 1963.

Retifica o Decreto n.º 51.190, de 11 de agosto, de 1961.

Decreto n.º 53.788 — de 20 de março de 1964.

ESTADO DA GUANABARA

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros), em favor do Estado da Guanabara, destinado aos festejos comemorativos do quadricentenário da Cidade do Rio de Janeiro, a realizar-se em 1965.

Lei n.º 4.316 — de 23 de dezembro de 1963.

Prorroga, por mais 30 dias, o prazo estabelecido no artigo 4.º, § 2.º, do Decreto número 52.694, de 15 de outubro de 1963, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.406 — de 14 de janeiro de 1964.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), para execução de obras e serviços da Adutora do Rio das Velhas, em Belo Horizonte.

Lei n.º 4.310 — de 23 de dezembro de 1963.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o

crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), a fim de atender às populações do Médio Superior do São Francisco, no Estado de Minas Gerais, atingidas por inundações.

Lei nº 4.314 — de 23 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica de Minas Gerais a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 52.934 — de 26 de novembro de 1963.

— *Institui a Comissão Executiva de Auxílio às vítimas das enchentes do Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.561 — de 18 de fevereiro de 1964.

ESTADO DO PARÁ

Outorga ao Governo do Estado do Pará, concessão para distribuir energia elétrica no Município de Santarém, no Estado do Pará.

Decreto nº 52.726 — de 22 de outubro de 1963.

ESTADO DO PARANÁ

Transfere, do Governo do Estado do Paraná para a Companhia Fôrça e Luz do Paraná, a concessão para distribuir energia elétrica no distrito-sede do Município de Araucária, e dá outras providências.

Decreto nº 53.792 — de 20 de março de 1964.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto nº 52.619 — de 7 de outubro de 1963.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Camaquã para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para produzir e distribuir energia elétrica e autoriza a referida Comissão a ampliar suas instalações naquele Município.*

Decreto nº 53.754 — de 19 de março de 1964.

— *Transfere de Augusto Martini, para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 52.763 — de 25 de outubro de 1963.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 385.000.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), para construção de rede de abastecimento d'água, em cidades do Estado de Santa Catarina.

Lei nº 4.311 — de 23 de dezembro de 1963.

ESTADO DE SÃO PAULO

Outorga concessão ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo para distribuir energia elétrica em diversos municípios do Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.444 — de 20 de janeiro de 1964.

ESTADOS

Altera o Decreto-lei nº 915, de 1 de dezembro de 1938, retificado pelo Decreto-lei nº 1.061, de 20 de janeiro de 1939, que dispõe sobre o imposto de vendas e consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação e dá outras providências.

Lei nº 4.209 — de 23 de dezembro de 1963.

— *Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.*

Lei nº 4.320 — de 17 de março de 1964.

EX-COMBATENTES

Dispõe sobre a aposentadoria e pensões de Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões para ex-Combatentes e seus dependentes.

Lei nº 4.297 — de 23 de dezembro de 1963.

EXÉRCITO

Fixa a distribuição em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos oficiais do Exército a vigorar a partir de 24 de dezembro de 1963.

Decreto nº 53.343 — de 25 de dezembro de 1963.

— *Altera os artigos 6º, 10 e 11 do Regulamento da Diretoria do Patrimônio do Exército, aprovado pelo Decreto nº 48.230, de 16 de maio de 1960.*

Decreto nº 53.476 — de 23 de janeiro de 1964.

— *Altera o item 54 do art. 32, Capítulo VI, do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto nº 3.251, de 9 de novembro de 1938.*

Decreto nº 53.478 — de 23 de janeiro de 1964.

— *Dá nova redação à letra b do artigo nº 22 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.*

Decreto nº 53.479 — de 23 de janeiro de 1964.

— *Dá a denominação histórica de Batalhão Marechal Zenóbio da Costa ao 1º Btl P.E.*

Decreto nº 53.563 — de 19 de fevereiro de 1964.

— *Fixa o número de vagas para a coia compulsória no Exército, em cada quadro e posto.*

Decreto nº 53.564 — de 19 de fevereiro de 1964.

— *Cria a Policlínica Militar de Porto Alegre e dá outras providências.*

Decreto nº 53.565, de 19 de fevereiro de 1964.

— *Organização das Forças Terrestres e dos Órgãos Territoriais em tempo de paz.*

Decreto nº 53.567, de 19 de fevereiro de 1964.

— *Modifica o Estandarte da 1ª Companhia de Comunicação (Companhia Barão de Capanema) criado pelo Decreto nº 36.150, de 6 de setembro de 1954.*

Decreto nº 53.610, de 26 de fevereiro de 1964.

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para 1º semestre de 1964, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.614, de 26 de fevereiro de 1964.

— *Aprova a Tabela de Fixação dos Complementos à ração comum, para o Exército, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.616, de 26 de fevereiro de 1964.

— *Cria o Centro de Instrução de Guerra na Selva, com sede em Manaus (AM), subordinado ao Grupoamento de Elementos de Fronteira.*

Decreto nº 53.649, de 2 de março de 1964.

— *Dá nova estrutura e redação ao art. 28 do Decreto nº 42.251, de 6 de setembro de 1957, que regulamentou a Lei nº 3.222, de 21 de julho de 1957.*

Decreto nº 53.761, de 19 de março de 1964.

— *Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército, aprovado pelo Decreto nº 41.475, de 8 de maio de 1957 (Alteração).*

Decreto nº 53.762, de 19 de março de 1964.

EXPORTAÇÕES

Designa o Banco do Brasil S.A. para atuar, por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, como organismo nacional capacitado a exercer atribuições e funções relacionadas com o financiamento, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, às exportações de bens de capital e dá outras providências.

Decreto nº 53.521, de 3 de fevereiro de 1964.

F

FACULDADES

Dispõe sobre a denominação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei, de São Leopoldo.

Decreto nº 53.173, de 11 de dezembro de 1963.

— *Altera a denominação de estabelecimento de ensino.*

Decreto nº 53.485, de 24 de janeiro de 1964.

— *Cria o Quadro Especial de Funcionários da Faculdade de Direito de Sergipe e dá outras providências.*

Decreto nº 53.544, de 6 de fevereiro de 1964.

— *Dispõe sobre a duplicação de matrículas no primeiro ano das escolas superiores.*

Decreto nº 53.642, de 28 de fevereiro de 1964.

Ver, também, Cursos, Escolas e Universidades.

FACULDADES DE FILOSOFIA

Concede o direito de lecionar no 1º ciclo das escolas de nível médio aos alunos da 1ª e 2ª séries das Faculdades de Filosofia.

Decreto nº 53.582, de 21 de fevereiro de 1964.

FEIJÃO

Fixa o preço básico mínimo para o financiamento ou aquisição de feijão produzido no Nordeste do País, do gênero "macaçar" ou "de corda", para o ano agrícola de 1964.

Decreto nº 53.646, de 28 de fevereiro de 1964.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Raimundo de Almeida a pesquisar feldspato, caulim e mica no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.805, de 4 de dezembro de 1962.

feldspato e caulim, no município de Ltda, a pesquisar feldspato, no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 53.178, de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza a Mineração Triângulo Limitada a pesquisar argila, caulim e feldspato, no município de Tapirai, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.196, de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Faria a pesquisar quartzo, feldspato e caulim, no município de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.216, de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ogdias de Oliveira a pesquisar feldspato e quartzo no município de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 53.218, de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Clemente Bortolotti a lavar feldspato no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.226 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Virgílio Ferreira de Castro a pesquisar vermiculita, mica e feldspato, no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.247 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Miguel Motta a pesquisar quartzo e feldspato, no município de Amparo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.288, de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Aldo Russo a pesquisar feldspato, no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.292 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Rodrigues de Moraes a pesquisar feldspato e quartzo no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.301 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Hermenegildo Espinosa Casado a pesquisar caulim e feldspato no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.308, de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia de Mineração Rosicler a lavar feldspato, no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 53.599 — de 25 de fevereiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Gonçalves Guimarães a pesquisar feldspato no município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 53.798 — de 23 de março de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Lázaro de Souza Moraes a pesquisar feldspato e quartzo no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.799 — de 23 de março de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Hugo Ferraz Pôrto a pesquisar feldspato no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 53.805 — de 23 de março de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Delalibera a pesquisar feldspato no município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

FERIADO BANCÁRIO

Decreto nº 53.875 — de 31 de março de 1964.

FERRO

Dispõe sobre feriado bancário.

Decreto nº 53.130 — de 10 de dezembro de 1963.

Retifica o art. 1º do Decreto nº 22 de janeiro de 1963.

Decreto nº 53.162 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia Minas da Jangada S. A. a pesquisar minério de ferro nos municípios de Brumadinho e Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.164 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza Mineração Curral del Rey Ltda. a pesquisar minério de ferro, manganês, bauxita e argila no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.452, de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza a Madre Júlia da Imaculada do Divino Infante, como administradora do Asilo São Luiz da Serra da Piedade, a pesquisar calcário, minério de ferro e manganês, no município de Caeté, e sediado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.166 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza Chaves, Fumo & Cia. Limitada a pesquisar minério de ferro no município de Moeda, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.171 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia Minas da Jangada S. A. a pesquisar minério de ferro no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.184 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Crispim Alves Magalhães a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Pintagui, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.189 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Faria Ribeiro a pesquisar minério de ferro e dolomita no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.191 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Alfenio Teixeira Branco a pesquisar minérios de ferro e de manganês no município de Caiapônia, Estado de Goiás.

Decreto nº 53.207 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Armando Angelim a lavar quartzo, argila e minério de ferro no muni-

cípio de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.208 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Amaro Lanari Guatimosim a pesquisar minério de ferro no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.209 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o Siderúrgica Oeste de Minas S. A. — SOMISA — a pesquisar minério de ferro no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.221 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza a cidadã brasileira Carolinã Alzira Dibino Cesar a pesquisar minério de ferro no município de Santo Antônio, Estado da Bahia.

Decreto nº 53.223 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Cesar Fonseca e Silva a pesquisar minério de ferro no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.224 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Diogo Bethônico a pesquisar minério de ferro no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.233 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Crispim Alves Magalhães a pesquisar minério de ferro e manganês, no município de Pequi, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.243 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Felix Soares a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 53.253 — de 13 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José Magalhães Lima a lavrar minério de ferro, no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.272 — de 15 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Washington Lopes Gomes a pesquisar minério de ferro no município de Coimbra, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.281 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Marcio Rezende Lima a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.287 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Armando Newlands a pesquisar minério de ferro no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.288 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Pacifico Homem Neto a pesquisar minério de ferro no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.298 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Zanon Sobrinho a pesquisar minério de ferro no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.295 — de 16 de dezembro de 1963.

Renova o Decreto nº 48.211, de 13 de maio de 1960.

Decreto nº 53.427 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza São Carlos Minérios S.A. a pesquisar minérios de ferro, de manganês, dolomita e ouro no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.428 — de 20 de janeiro de 1964.

Renova o Decreto nº 48.564, de 21 de julho de 1960.

Decreto nº 53.435 — de 21 de janeiro de 1964.

Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a lavrar minério de ferro, no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.445 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Anselmo Santalena a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.448 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Ruy Viciente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de ferro e manganês, no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.449 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Lyo de Moraes a pesquisar quartzo e minério de ferro, no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.450 — de 20 de janeiro de 1964.

Torna sem efeito o Decreto número 53.164, de 11 de dezembro de 1963.

Decreto nº 53.497 — de 27 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Vinícios Valladares Vasconcellos a pesquisar dolomita, minérios de ferro e de manganês no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.600 — de 25 de fevereiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Cândido Ribeiro a pesquisar minério de ferro no município de Corceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.807 — de 23 de março de 1964.

FERROVIAS

Altera o artigo 1º do Decreto número 53.152, de 10 de dezembro de 1963.

Decreto nº 53.537 — de 5 de fevereiro de 1964.

Retifica a Portaria nº 395, de 4 de junho de 1962, do Ministério da Viação e Obras Públicas, que aprovou o enquadramento definitivo dos cargos e funções da Estrada de Ferro Santa Catarina e dá outras providências.

Decreto nº 53.870 — de 30 de março de 1964.

Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e acudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências.

Decreto nº 53.700 — de 13 de março de 1964.

FOLCLORE

Dispõe sobre a composição do Conselho Nacional de Folclore.

Decreto nº 53.747 — de 19 de março de 1964.

FORÇA E LUZ DE CHAPECÓ S. A.

Autoriza Força e Luz de Chapecó S. A. a dar em garantia os bens constitutivos do seu patrimônio.

Decreto nº 53.167 — de 11 de dezembro de 1963.

FORD MOTOR DO BRAZIL S.A.

Concede à Ford Motor do Brasil S.A. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 53.058 — de 2 de dezembro de 1963.

FOSFORITA

Autoriza Fosforita Olinda S. A. Fasa — A lavrar fosforita no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 53.195 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia de Tecidos Paulista a lavrar fosforita, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 53.426 — de 20 de janeiro de 1964.

FUNAI

Torna sem efeito o Decreto número 53.704 de 16 de março de 1964.

Decreto nº 53.846 — de 25 de março de 1964.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Dispõe sobre a lotação dos cargos de agente fiscal do imposto de renda e dá outras providências.

Decreto nº 53.403 — de 10 de janeiro de 1963.

Dispõe sobre o Regulamento de Promoção dos funcionários públicos civis da União.

Decreto nº 53.480 — de 23 de janeiro de 1964.

Regulamenta a transferência e a remoção dos funcionários públicos civis da União.

Decreto nº 53.481 — de 23 de janeiro de 1964.

Dispõe sobre a gratificação a que se refere o parágrafo único do artigo 121 do Decreto nº 52.025, de 20 de maio de 1963 e dá outras providências.

Decreto nº 53.483 — de 24 de janeiro de 1964.

Aprova as novas razões percentuais para efeito de cálculo da parte variável da remuneração dos Agentes Fiscais do Imposto de Consumo.

Decreto nº 53.518 — de 31 de janeiro de 1964.

Modifica a redação do Artigo 1º do Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961.

Decreto nº 58.651 — de 3 de março de 1964.

— Institui Comissão para proceder a exame da situação salarial dos servidores públicos civis da União e sugerir novos valores para os níveis dos vencimentos de cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas.

Decreto nº 53.673, de 9 de março de 1964.

— Dispõe sobre a aplicação do artigo 23 do Decreto nº 53.480, no Ministério das Relações Exteriores.

Decreto nº 53.674, de 10 de março de 1964.

— Estende as vantagens do Decreto nº 47.053, de 20 de outubro de 1959, aos servidores civis subordinados à Diretoria de Hidrografia e Navegação e ao Centro de Reparos Al-

mirante Moraes Rêgo (Departamento de Obras e Reparos e Departamento de Sinalização Náutica), do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto nº 53.698, de 13 de março de 1964.

— Revoga o parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 53.403, de 10 de janeiro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 53.781, de 20 de março de 1964.

— Autoriza o Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 43.285, de 25 de fevereiro de 1958, a ceder à Caixa Econômica Federal de Brasília, as unidades habitacionais por si adquiridas ou construídas na Nova Capital.

Decreto nº 53.708, de 17 de março de 1964.

FUNÇÕES DE CARATER OU INTERESSE MILITAR

Considera de interesse militar o Curso do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Decreto nº 53.487, de 24 de janeiro de 1964.

FUNÇÕES DE CARATER DE INTERESSE MILITAR

Considera de interesse militar o cargo de Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional.

Decreto nº 53.632, de 27 de fevereiro de 1964.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Altera o Decreto nº 51.644, de 26 de dezembro de 1962, a fim de incluir funções gratificadas na 1.ª Subprocuradoria Geral da República.

Decreto nº 53.360, de 27 de dezembro de 1963.

— Dispõe sobre funções gratificadas do Instituto Osvaldo Cruz.

Decreto nº 53.488, de 24 de janeiro de 1964.

— Inclui funções gratificadas no Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 53.559, de 18 de fevereiro de 1964.

— Altera o Decreto nº 52.904, de 21 de novembro de 1963, e cria novas funções gratificadas.

Decreto nº 53.570, de 20 de fevereiro de 1964.

— Inclui funções gratificadas no Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

Decreto nº 53.664, de 5 de março de 1964.

— Altera o Quadro do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e dá outras providências.

Decreto nº 53.705, de 17 de março de 1964.

— Altera denominações de funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.

Decreto nº 53.729, de 19 de março de 1964.

— Cria funções gratificadas no Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto nº 53.774, de 20 de março de 1964.

— Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com lotação no Arquivo Nacional.

Decreto nº 53.843, de 25 de março de 1964.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Estabelece a coordenação das instituições federais de crédito; cria, junto ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, a Comissão Nacional de Crédito Rural e dá outras providências.

Decreto nº 53.801, de 23 de março de 1964.

FUNDAÇÃO GRAFFÉE-GUINLE

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, bens que constituem o patrimônio da Funda-

ção Graffée Guinle, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 53.335, de 23 de dezembro de 1963.

FUNDAÇÃO SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

Autoriza comunidade de serviços entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública relativos a estudos, projetos e construção de serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários no País.

Decreto nº 53.726, de 18 de março de 1964.

FUNDAÇÕES

Institui a Fundação Universidade do Amazonas.

Decreto nº 53.699, de 13 de março de 1964.

FUNDO FEDERAL AGROPECUARIO

Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Especial de Fomento e Defesa da Economia Algodoeira, provenientes da arrecadação da quota instituída pelo item VIII da Instrução nº 239, de 22-4-63, da SUMOC.

Decreto nº 53.791 — de 20 de março de 1964.

FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTOS

Aprova o Regulamento do Fundo Nacional de Investimentos (FUNAI), instituído pelo artigo 74 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 53.704 — de 16 de março de 1964.

Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a subscrever, por conta do Fundo Nacional de Investimentos, ações ordinárias da Empresa Brasileira de Telecomunicações.

Decreto nº 53.763 — de 20 de março de 1964.

Torna sem efeito o Decreto número 53.704, de 16 de março de 1964.

Decreto nº 53.846 — de 25 de março de 1964.

FUNDO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Aprova o Regulamento do Fundo Nacional de Telecomunicações.

Decreto n.º 53.352 — de 25 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Enrico Guarnieri a pesquisar Diorito, Gabro e Granito, no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 53.256 — de 13 de dezembro de 1963.

Renova o Decreto n.º 49.409, de 2 de dezembro de 1960.

Decreto n.º 53.758 — de 19 de março de 1960.

Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Junior, a pesquisar galeno, no Município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

G**GIPSITA**

Autoriza o cidadão brasileiro Clóvis Ramalho Ribeiro Dantas a pesquisar gipsita no município de Bodocó, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 53.225 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza Metais de Goiás S/A — METACO, a pesquisar gipsita, no Município de Filadélfia, Estado de Goiás.

Decreto n.º 53.796 — de 23 de março de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Haroldo Barreto Bernardes a pesquisar quartzo e gneiss, no município de Rezende, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 53.239 — de 12 de dezembro de 1963.

GONÇALVES DIAS

Determina providências para a comemoração do centenário de morte de Antônio Gonçalves Dias.

Decreto n.º 53.579 — de 21 de fevereiro de 1964.

GRAÇA

Concede graça a sentenciados pela forma que menciona.

Decreto n.º 53.338 — de 23 de dezembro de 1963.

GRAFITA

Autoriza a cidadã brasileira Ana Cambraia Diniz a pesquisar grafita no município de Oliveira, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.825 — de 24 de março de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Norberto Baracuh a pesquisar grafite, quartzo e mica, no município de Peixe, Estado de Goiás.

Decreto n.º 53.284 — de 16 de dezembro de 1963.

GRATIFICAÇÃO NATALINA

Dispõe sobre o pagamento de gratificação natalina aos servidores dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Decreto n.º 53.506 — de 28 de janeiro de 1964.

Dispõe sobre a gratificação natalina dos servidores das autarquias sob a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto n.º 53.557, de 7 de fevereiro de 1964.

GRUPO DE TRABALHO

Autoriza o Grupo de Trabalho criado pelo Decreto n.º 43.285, de 25 de fevereiro de 1958, a ceder à Caixa Econômica Federal de Brasília, as unidades habitacionais por si adquiridas ou construídas na Nova Capital.

Decreto n.º 53.708 — de 17 de março de 1964.

GRUPOS EXECUTIVOS

Institui no Ministério da Indústria e Comércio o Grupo Executivo da Indústria Têxtil (GETEC) e dá outras providências.

Decreto n.º 53.585 — de 21 de fevereiro de 1964.

Institui, no Ministério da Indústria e Comércio o Grupo Executivo da Indústria de Calçados (GECAL) e dá outras providências.

Decreto nº 53.586 — de 21 de fevereiro de 1964.

— *Dispõe sobre o funcionamento do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA).*

Decreto nº 53.641, de 28 de fevereiro de 1964.

GRUPOS DE TRABALHO

Constitui Grupo de Trabalho para estudar a situação e coordenação de atividades das residências universitárias brasileiras no exterior.

Decreto nº 53.581, de 21 de fevereiro de 1964.

— *Constitui no Ministério da Agricultura Grupo de Trabalho para elaborar Plano Regional para coordenação e fomento agropecuário na região do Vale do Rio Doce e dá outras providências.*

Decreto nº 53.675, de 10 de março de 1964.

— *Cria Grupo de Trabalho para elaboração de estudos preliminares visando a implantação da Fábrica Nacional de Inseticidas, no Município de Igaraçu, Estado de Pernambuco, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.681, de 12 de março de 1964.

H

HIDRARGILITA

Autoriza o cidadão brasileiro Jair Rodrigues Pereira a pesquisar hidrargilita, no Município de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.274, de 13 de dezembro de 1963.

HORA DE VERÃO

Revoga o Decreto nº 53.071, de 3 de dezembro de 1963.

Decreto nº 53.604, de 25 de fevereiro de 1964.

IMIGRAÇÃO

Complementa o Decreto nº 51.716, de 15 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 53.611, de 26 de fevereiro de 1964.

IMPORTAÇÕES

Dispõe sobre a importação de petróleo e derivados, nos termos dos arts. 1º e 2º do Decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938, e do art. 3º da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Decreto nº 53.337, de 23 de dezembro de 1963.

— *Estabelece normas para importações realizadas por entidades públicas e órgãos assemelhados.*

Decreto nº 53.539, de 5 de fevereiro de 1964.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8.351.484.593,40 (oito bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, quatrocentos e noventa e três cruzeiros e quarenta centavos) para o fim que especifica.

Decreto nº 53.790, de 20 de março de 1964.

IMPÓSTO DE RENDA

Regulamenta o art. 46 da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Decreto nº 53.787, de 20 de março de 1964.

IMPÓSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

Altera o Decreto-lei nº 915, de 1 de dezembro de 1938, retificado pelo Decreto-lei nº 1.061, de 20 de janeiro de 1939, que dispõe sobre o imposto de vendas e consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação e dá outras providências.

Lei nº 4.299, de 23 de dezembro de 1963.

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Aprova relação de medicamentos essenciais para os fins previstos no Decreto nº 52.471, de 1963 e dispõe sobre a aquisição de medicamentos pela Administração Pública Federal.

Decreto nº 53.612, de 26 de fevereiro de 1964.

INDÚSTRIA TEXTIL

Institui no Ministério da Indústria e Comércio o Grupo Executivo da Indústria Têxtil (GETEC) e dá outras providências.

Decreto nº 53.585, de 21 de fevereiro de 1964.

INDÚSTRIAS QUÍMICAS

Estabelece as anuidades e taxas a que se refere a Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956.

Decreto nº 53.718, de 17 de março de 1964.

INSETICIDAS

Cria Grupo de Trabalho para elaboração de estudos preliminares visando a implantação da Fábrica Nacional de Inseticidas, no Município de Igarapé, Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Decreto nº 53.681, de 12 de março de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIARIOS

Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, aprovado pelo Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961, e dá outras providências.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Inclui em Parte Especial, nos Quadros de Pessoal do Conselho Nacional de Estatística e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o pessoal abrangido pelas Leis nú-

meros 3.967, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 53.562, de 19 de fevereiro de 1964.

— Retifica o enquadramento de cargos e funções no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo em vista os Processos ns. 1.657-63 e 150-64, da Comissão de Classificação de Cargos.

Decreto nº 53.605, de 25 de fevereiro de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Altera o Decreto nº 51.500, de 8 de junho de 1962, que determina a instalação de uma delegacia regional do I.A.P.F.E.S.P. no Estado de Mato Grosso, com sede em Cuiabá.

Decreto nº 53.607, de 25 de fevereiro de 1964.

INSTITUTO DE PESQUISAS RODOVIÁRIAS

Altera o Decreto nº 46.544, de 5 de agosto de 1959.

Decreto nº 53.474 — de 23 de janeiro de 1964.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Altera o Quadro do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e dá outras providências.

Decreto nº 53.407 — de 15 de janeiro de 1964.

— Amplia o Quadro da Administração Central e Órgãos Locais do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

Decreto nº 53.552 — de 6 de janeiro de 1964.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO (IPASE)

Altera o Quadro do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e dá outras providências.

Decreto nº 53.592 — de 25 de fevereiro de 1964.

— *Altera o Quadro do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e dá outras providências.*

Decreto nº 53.705 — de 17 de março de 1964.

— *Retifica o Quad. de Pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto nº 53.717 — de 17 de março de 1964.

— *Dispõe sobre a contribuição compulsória dos diplomatas para o IPASE e dá outras providências.*

Decreto nº 53.742 — de 18 de março de 1964.

— *Altera o Quadro do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e dá outras providências.*

Decreto nº 53.872 — de 30 de março de 1964.

— *Altera o Quadro do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e dá outras providências.*

Decreto nº 53.873 — de 30 de março de 1964.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS

Autoriza o Ministro da Fazenda a assinar Convênio entre a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas de Organizações dos Estados Americanos (IICA).

Decreto nº 53.772 — de 20 de março de 1964.

INSTITUTO OSVALDO CRUZ

Dispõe sobre funções gratificadas do Instituto Oswaldo Cruz.

Decreto nº 53.488 — de 24 de janeiro de 1964.

INSTITUTO TECNOLÓGICO DA AERONÁUTICA

Considera de interesse militar o Curso do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Decreto nº 53.487 — de 24 de janeiro de 1964.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Dispõe sobre a aposentadoria e pensões de Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões para Ex-Combatentes e seus dependentes.

Lei nº 4.297 — de 23 de dezembro de 1963.

— *Dispõe sobre o pagamento de gratificação natalina aos servidores dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do Serviço de Alimentação da Previdência Social.*

Decreto nº 53.506 — de 28 de janeiro de 1964.

— *Dispõe sobre a aposentadoria especial instituída pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1900.*

Decreto nº 53.831 — de 25 de março de 1964.

INTERAMERICANA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Interamericana Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 52.894 — de 21 de novembro de 1960.

ISENÇÕES

Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Telefônica de Minas Gerais.

Lei nº 4.315 — de 23 de dezembro de 1963.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SALVADOR S. A., de Salvador (Ba.).*

Decreto nº 52.685 — de 13 de março de 1964.

— *Cancela benefício de isenção de quaisquer taxas e impostos federais relativos a importação de equipamento consignado à empresa "Cóco Alimentar de Alagoas S. A.", de Maceió (AL).*

Decreto nº 53.636 — de 3 de março de 1964.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de qualquer taxas e impostos federais a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descrito, e consignado à empresa "Companhia Manufatura de Tecidos do Norte (Fábrica Tacaruna), de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 53.687 — de 13 de março de 1964.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à Companhia Eletro-Metalúrgica do Brasil (NORLAR), de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 53.688 — de 13 de março de 1964.

Prorroga vigência do Decreto número 51.143, de 4 de agosto de 1961.

Decreto nº 53.689 — de 13 de março de 1964.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Exportadora Machado Araújo Ltda.", de Fortaleza (Ce.).

Decreto nº 53.690 — de 13 de março de 1964.

Prorroga vigência do Decreto número 193, de 20 de novembro de 1961.

Decreto nº 53.691 — de 13 de março de 1964.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia Brasileira de Estruturas Metálicas — CIBRESME", de Recife, Pe.

Decreto nº 53.692 — de 13 de março de 1964.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignado à "Nordeste Industrial S. A. — NORDISA", de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 53.693 — de 13 de março de 1964.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo sem similar nacional registrado, neste descrito e consignado à empresa "Cotonifício Capibaribe S.A." de Recife (Pe.).

Decreto nº 53.694 — de 13 de março de 1964.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descrito e consignado à "Fábrica de Sacos Montanha Ltda.", de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 53.695 — de 13 de março de 1964.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Campanha Agro Fabril Mercantil", de Recife, Estado de Pernambuco".

Decreto nº 53.696 — de 13 de março de 1964.

ITALBRAS — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Italbras — Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 52.801 — de 5 de novembro de 1963.

J

J. WALTER THOMPSON COMPANY DO BRASIL

Concede à sociedade anônima J. Walter Thompson Company do Brasil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 53.626 — de 27 de fevereiro de 1964.

JARAGUÁ COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Jaraguá Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 53.347 — de 26 de dezembro de 1963.

L

LAURO MÜLLER

Institui a Medalha Comemorativa do primeiro centenário do nascimento de Lauro Müller.

Decreto nº 53.568 — de 20 de fevereiro de 1964.

LEI DO INQUELINATO

Prorroga, até 30 de junho de 1964, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores.

Lei nº 4.292 — de 12 de dezembro de 1963.

LIVROS DIDÁTICOS

Dispõe sobre edição de livros didáticos, dando outras providências.

Decreto nº 53.583 — de 21 de fevereiro de 1964.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Prorroga, até 30 de junho de 1964, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores.

Tabela os aluguéis de imóveis, no território nacional, e dá outras providências.

Decreto nº 53.702 — de 14 de março de 1964.

Aprova as normas para a execução do Decreto nº 52.702, de 14-3-1964, que tabela os aluguéis de imóveis.

Decreto nº 53.845 — de 25 de março de 1964.

LUTO OFICIAL

Declara luto oficial em todo País, em sinal de pesar pelo falecimento de Sua Majestade Paulo I, Rei dos Hellenos.

Decreto nº 53.669 — de 6 de março de 1964.

M

MADEPINHO SEGURADORA S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Madepinho Seguradora Sociedade Anônima.

Decreto nº 52.762 — de 25 de outubro de 1963.

MAGISTRADOS

Institui Comissão para proceder a exame do cálculo de vencimentos e vantagens dos Membros da Magistratura do Ministério Público Federal do Jurídico da União e dos Autárquicos.

Decreto nº 53.662 — de 4 de março de 1964.

MANGANÊS

Retifica o art. 1.º do Decreto número 2.202, de 22 de janeiro de 1963. Autárquias.

Decreto nº 53.130, de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza Mineração Curral del Rey Ltda., a pesquisas minério de ferro, manganês, bauxita e argila no mu-

nicipio de Nova Lima, Estado.

Decreto n.º 53.164 — de 11 de dezembro de 1964.

Autoriza a Madre Júlia da Imaculada do Divino Infante, como administradora do Asilo São Luiz da Serra da Piedade, a pesquisar calcário, minério de ferro e manganês, no município de Caeté, e sediado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.166 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Crispim Alves Magalhães a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.189 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ribeiro de Andrade a pesquisar minério de manganês no município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 53.204 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Alfeu Teixeira Branco a pesquisar minérios de ferro e de manganês no município de Catapônia, Estado de Goiás.

Decreto n.º 53.207 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José Luiz de Oliveira Sobrinho a pesquisar minério de manganês, no município de Pequi, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.217 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Felix Soares a pesquisar minério de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 53.253 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José da Silva Marques a pesquisar minério de manganês no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.

Decreto n.º 53.269 — de 13 de dezembro de 1963.

Autoriza a cidadã brasileira Maria Quintão Pena a pesquisar minério de manganês, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.276 — de 13 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Márcio Rezende Lima a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.287 — de 13 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Emanuel de Souza Lima a lavrar minério de manganês no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.386 — de 26 de dezembro de 1963.

Autoriza São Carlos Minérios Sociedade Anônima, a pesquisar minérios de ferro, de manganês, dolomita e ouro no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.428 — de 31 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Arselmo Santalena a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Itauna, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.448 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Ruy Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.449 — de 20 de janeiro de 1964.

Torna sem efeito o Decreto número 53.164, de 11 de dezembro de 1963.

Decreto n.º 53.497 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro de Carvalho a pesquisar minério de manganês, no município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.598 — de 27 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Minicius Valladares Vasconcellos a pesquisar dolomita, minérios de ferro e de manganês no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.600 — de 25 de fevereiro de 1964.

MARINHA

Altera o Regulamento para os Centros de Instrução da Marinha.

Decreto nº 53.390 — de 6 de janeiro de 1964.

Dispõe sobre a remuneração, no exterior, devida aos Cabos-Engenheiros e 1ª Classe Cursados da Marinha de Guerra.

Decreto nº 53.391 — de 6 de janeiro de 1964.

Prorroga decreto que reduz temporariamente dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 53.392 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Diretoria de Engenharia da Marinha.

Decreto nº 53.393 — de 6 de janeiro de 1964.

Dispõe sobre as comissões que podem ser exercidas por Almirante-de-Esquadra.

Decreto nº 53.394 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para o Comando Naval de Brasília.

Decreto nº 53.395 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Diretoria de Saúde da Marinha.

Decreto nº 53.396 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Diretoria de Intendência da Marinha.

Decreto nº 53.397 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Diretoria do Pessoal da Marinha.

Decreto nº 53.398 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Secretaria-Geral da Marinha.

Decreto nº 53.399 — de 6 de janeiro de 1964.

Altera dispositivos do Regulamento de Promoções da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 53.466 — de 22 de janeiro de 1964.

Altera o artigo 4º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 16.368, de 16 de agosto de 1944, e dá outras providências.

Decreto nº 53.467 — de 22 de janeiro de 1964.

Dispensa, até 31 de dezembro de 1964, exigências constantes do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 53.468 — de 22 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Secretaria-Geral da Marinha.

Decreto nº 53.469 — de 22 de janeiro de 1964.

Altera o Regulamento para o Colégio Naval.

Decreto nº 53.494 — de 27 de janeiro de 1964.

Altera o art. 82, alínea a), do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 53.495 — de 27 de janeiro de 1964.

Altera o Regulamento para os Centros de Controle de Estoque.

Decreto nº 53.496 — de 27 de janeiro de 1964.

Altera o § 2º do artigo 13 do Regulamento aprovado pelo decreto nº 47.973, de 2 de abril de 1960.

Decreto nº 53.574 — de 21 de fevereiro de 1964.

Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para 1º semestre de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 53.614 — de 26 de fevereiro de 1964.

Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à razão comum, para a Marinha, e dá outras providências.

Decreto nº 53.615 — de 26 de fevereiro de 1964.

Extingue a Estação Rádio Salinas de Margarida.

Decreto n.º 53.638 — de 23 de fevereiro de 1964.

Altera o Regulamento para a Estação Rádio da Marinha, no Rio de Janeiro.

Decreto n.º 53.639 — de 28 de fevereiro de 1964.

Estende as vantagens do Decreto número 47.053, de 20 de outubro de 1959, aos servidores civis subordinados à Diretoria de Hidrografia e Navegação e ao Centro de Reparos Almirante Moraes Rêgo (Departamento de Obras e Reparos e Departamento de Sinalização Náutica), do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.698 — de 13 de março de 1964.

Cria o Centro de Instrução de Marítimos "Almirante Graça Aranha".

Decreto n.º 53.775 — de 20 de março de 1964.

Altera temporariamente, até 31 de dezembro de 1966, o artigo 16, inciso V do Capítulo IV do Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante, aprovado pelo Decreto número 1.424, de 28 de setembro de 1962.

Decreto n.º 53.776 — de 20 de março de 1964.

Altera os artigos 2.º, 4.º e 5.º, do Decreto número 42.112, de 20 de agosto de 1957.

Decreto n.º 53.777 — de 20 de março de 1964.

Suprime o artigo 5.º, do Decreto número 42.111, de 20 de agosto de 1957.

Decreto n.º 53.778 — de 20 de março de 1964.

VER, TAMBÉM, MINISTÉRIO DA MARINHA E ARMADA.

MARINHA DE GUERRA DA ITÁLIA.

Concede à Marinha de Guerra da Itália o Prêmio "Marinha do Brasil".

Decreto n.º 53.620 — de 26 de fevereiro de 1964.

MARMORE

Autoriza a firma Andréa Salvini & Cia. Ltda., a pesquisar mármore no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 53.170 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia de Mineração Rio Acima a lavar calcário, dolomita e mármore, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.182 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Oliveira Borges a pesquisar calcita e mármore no Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 53.270 — de 13 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Henry John Romero Sanson a pesquisar mármore no município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 53.309 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco José de Melo a pesquisar mármore no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.304 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Henry John Romero Sanson a pesquisar mármore no município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 53.311 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza SAMBRA S. A. Mármorez Brasileiros a lavar mármore no município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Decreto n.º 53.437 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Guilherme de Freitas Jobá a pesquisar mármore no município de Joazeiro, Estado da Bahia.

Decreto n.º 53.528 — de 4 de fevereiro de 1964.

MATERIAL (AQUISIÇÃO)

Suspende, provisoriamente, a aquisição de material permanente e de consumo para o serviço público, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.202 — de 11 de dezembro de 1963.

MATERIAL FERROVIÁRIO S. A. — MAFERSA.

Declara de utilidade pública, para o fim de desapropriação, as ações da Material Ferroviário S. A. — MAFERSA.

Decreto n.º 53.576 — de 21 de fevereiro de 1964.

MEDALHAS

Institui a Medalha Comemorativa do primeiro centenário do nascimento de Lauro Müller.

Decreto n.º 53.568 — de 20 de fevereiro de 1964.

MEDICAMENTOS

Dispõe sobre a uniformização e controle dos preços de venda de medicamentos em todas as capitais de Estados e Territórios Federais.

Decreto n.º 53.584 — de 21 de fevereiro de 1964.

Aprova relação de medicamentos essenciais para os fins previstos no Decreto n.º 52.471, de 1963, e dispõe sobre a aquisição de medicamentos pela Administração Pública Federal.

Decreto n.º 53.612 — de 26 de fevereiro de 1964.

METAIS DE MINAS GERAIS S. A. — METAMIG

Concede a Metais de Minas Gerais S. A. — "METAMIG", autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 53.539 — de 24 de fevereiro de 1964.

METEOROLOGIA

Dá nova redação aos artigos 2.º e 3.º do Regimento do Serviço de Me-

teorologia do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 53.491 — de 27 de janeiro de 1964.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Raimundo de Almeida a pesquisar feldspato, caulim e mica no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 1.809 — de 4 de dezembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Nacle Habib a pesquisar quartzo, pedras coradas e mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.188 — de 21 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Xavier de Araújo Lima a pesquisar mica, no município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.192 — de 11 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Rodrigues Coelho a pesquisar mica no município de Poté, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.210 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José Menezes de Oliveira a pesquisar mica e pedras semipreciosas no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.245 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José Neves Ferreira a pesquisar quartzo e mica no município de Santa Maria do Guacuí, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.246 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Virgílio Ferreira de Castro a pesquisar vermiculita, mica e feldspato, no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.247 — de 12 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Matias de Souza a pesquisar quartzo e mica no município de Coaraci, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.279 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Norberto Baracuhj a pesquisar grafite, quartzo e mica no município de Peixe, Estado de Goiás.

Decreto n.º 53.284 — de 16 de dezembro de 1963.

Anula o Decreto número 42.105, de 19 de agosto de 1957.

Decreto n.º 53.438 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Maclovis Murilo Lopes, a pesquisar mica, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.447 — de 20 de janeiro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro José Pinto dos Santos a pesquisar quartzo e mica no município de Santa Maria do Suaçu, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.602 — de 25 de fevereiro de 1964.

Renova o Decreto número 46.476, de 20 de julho de 1959.

Decreto n.º 53.824 — de 24 de março de 1964.

MILITARES

Altera a redação dos artigos 330 e 334, da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Lei n.º 4.288 — de 3 de dezembro de 1963.

MINERAÇÃO ALVO MÁRMORE LIMPIADA.

Concede a Indústria Mineração Alvo Mármore Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 53.810 — de 23 de março de 1964.

MINERAÇÃO SERRA DO CURRAL S. A.

Concede a Mineração Serra do Curral S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 53.442 — de 20 de janeiro de 1964.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros) para o prosseguimento das obras do Aeroporto de Corumbá.

Lei n.º 4.304 — de 23 de dezembro de 1963.

Aprova o Regulamento do Núcleo de Parque de Eletrônica.

Decreto n.º 53.472 — de 23 de janeiro de 1964.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, terrenos que mencionam, em Salvador, Estado da Bahia, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.613 — de 26 de fevereiro de 1964.

Inclui funções gratificadas no Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.664 — de 5 de março de 1964.

Equipara Cursos da Escola de Especialistas de Aeronáutica e da antiga Escola Técnica de Aviação.

Decreto n.º 53.736 — de 18 de março de 1964.

VER, TAMBÉM, AERONÁUTICA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros) a fim de atender aos agricultores e entidades dos municípios atingidos por violento temporal e chuva de granizo, no Rio Grande do Sul.

Lei n.º 4.317 — de 23 de dezembro de 1963.

Dá nova redacção aos artigos 2.º e 3.º do Regimento do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 53.491 — de 27 de janeiro de 1964.

Modifica dispositivos do Decreto número 52.339, de 9 de agosto de 1963.

Decreto n.º 53.513 — de 29 de janeiro de 1964.

Aprova o Regimento do Departamento Económico do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 52.663 — de 11 de outubro de 1963.

Transfere a sede da Fazenda Federal de Criação de Catu, no Estado da Bahia, do Departamento de Promoção Agropecuária para a área ocupada pelo Posto Agropecuário de Entre Rios e cria o Colégio Agrícola de Catu.

Decreto n.º 53.666 — de 5 de março de 1964.

Constitui, no Ministério da Agricultura Grupo de Trabalho para elaborar Plano Regional para coordenação e fomento agropecuário na região do Vale do Rio Doce, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.675 — de 10 de março de 1964.

Cria funções gratificadas no Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.774 — de 20 de março de 1964.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.465 — de 21 de janeiro de 1964.

Aprova o novo Regimento do Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n.º 53.556 — de 7 de fevereiro de 1964.

Inclui funções gratificadas no Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.559 — de 18 de fevereiro de 1964.

Institui Prêmios Nacionais de Cultura.

Decreto n.º 53.580 — de 21 de fevereiro de 1964.

Dispõe sobre edição de livros didáticos, dando outras providências.

Decreto n.º 53.583 — de 21 de fevereiro de 1964.

Cria funções na antiga Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Educação e Cultura, em cumprimento de decisão judicial passada em julgado, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.636 — de 28 de fevereiro de 1964.

Aprova o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.794 — de 31 de outubro de 1963.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Lei nº 4.306 — de 23 de dezembro de 1963.

Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 53.379 — de 31 de dezembro de 1963.

Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 53.380 — de 31 de dezembro de 1963.

Suprime cargo extinto.

Decreto nº 53.773 — de 20 de março de 1964.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros)

para atender à integralização de ações da Siderúrgica de Santa Catarina S. A.

Decreto n.º 53.577 — de 21 de fevereiro de 1964.

Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Decreto n.º 53.806 — de 23 de março de 1964.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 16.100.000,00 (dezesseis milhões e cem mil cruzeiros) destinado a atender às despesas de qualquer natureza, decorrentes das Comemorações do Sesquicentário da Academia Militar das Agulhas Negras.

Lei n.º 4.302 — de 23 de dezembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel localizado em Anápolis — GO, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n.º 53.566 — de 19 de fevereiro de 1964.

Autoriza o Ministro da Guerra a mandar matricular em um dos Colégios Militares, como aluno gratuito, um neto do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Decreto n.º 53.633 — de 27 de fevereiro de 1964.

Ver, também, Exército.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Transfere para o Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e Comércio, os servidores do Conselho do Desenvolvimento que menciona.

Decreto n.º 53.529 — de 4 de fevereiro de 1964.

Institui no Ministério da Indústria e Comércio o Grupo Executivo da Indústria Têxtil (GEITEC) e dá outras providências.

Decreto n.º 53.585 — de 21 de fevereiro de 1964.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Altera o Decreto n.º 51.629, de 19 de dezembro de 1962 e dá outras providências.

Decreto n.º 52.767 — de 25 de outubro de 1963

Transfere da lotação permanente do Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o da Agência Nacional do mesmo Ministério um claro de Taquegrafo.

Decreto n.º 53.366 — de 31 de dezembro de 1963.

Transfere, sem aumento de despesa, um cargo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Quadro de Pessoal da Secretaria do Ministério Público Federal do mesmo Ministério.

Decreto n.º 53.367 — de 31 de dezembro de 1963.

Transfere, sem aumento de despesa, um cargo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Quadro de Pessoal da Secretaria do Ministério Público Federal do mesmo Ministério.

Decreto n.º 53.369 — de 31 de dezembro de 1963.

Transfere, sem aumento de despesa, cargo de Desenhista, classe A, nível 12, do Grupo Ocupacional P-1001 — Desenho e Cartografia, do Território Federal do Amapá para o idêntico Quadro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n.º 53.502 — de 28 de janeiro de 1964.

Altera o Decreto n.º 52.903, de 21 de novembro de 1963, que aprovou o novo regimento do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n.º 53.569, de 20 de fevereiro de 1964.

Altera o Decreto n.º 52.904, de 21 de novembro de 1963 e cria novas funções gratificadas.

Decreto n.º 53.570, de 20 de fevereiro de 1964.

Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com lotação no Arquivo Nacional.

Decreto nº 53.843 — de 25 de março de 1964.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, o prédio residencial na Avenida Epitácio Pessoa nº 2.447, na cida de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Decreto nº 53.637 — de 28 de fevereiro de 1964.

Autoriza o Ministério da Marinha a complementar os vencimentos dos servidores que exerçam categorias congêneres às pertencentes às autarquias.

Decreto nº 53.703 — de 16 de março de 1964.

Ver, também, Armada e Marinha.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Cria Comissão Especial.

Decreto nº 53.523 — de 8 de fevereiro de 1964.

Autoriza o Ministério das Minas e Energia, por intermédio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, a adquirir imóvel no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.654 — de 4 de março de 1964.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a adquirir imóvel no Estado do Rio Grande de Sul, necessário ao Ministério das Minas e Energia.

Decreto nº 53.655 — de 4 de março de 1964.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Cria no Ministério das Relações Exteriores o Serviço de Conservação do Patrimônio.

Decreto nº 53.375 — de 31 de dezembro de 1963

Altera dispositivo do Decreto nº 43.935, de 3 de julho de 1958.

Decreto nº 53.378 — de 31 de dezembro de 1958.

Modifica a jurisdição sobre a Embaixada em Bamaco e dá outras providências.

Decreto nº 53.512 — de 29 de janeiro de 1964.

Modifica a Comissão Nacional de Assistência Técnica.

Decreto nº 53.521 — de 4 de fevereiro de 1964.

Cria o Consulado-Geral em Assunção.

Decreto nº 53.524 — de 4 de fevereiro de 1964

Eleva o Consulado em Vigo à categoria de Consulado-Geral.

Decreto nº 53.525 — de 4 de fevereiro de 1964.

Modifica o Regulamento da Comissão Nacional de Assistência Técnica.

Decreto nº 53.527 — de 4 de fevereiro de 1964.

Complementa o Decreto número 24.113, de 12 de abril de 1934, e dá outras providências.

Decreto nº 53.757 — de 21 de fevereiro de 1964.

Modifica o art 4º do Decreto nº 52.052, de 24 de maio de 1963, que cria no Ministério das Relações Exteriores, Comissão encarregada de estudar a política do Brasil em matéria de Direito do Mar.

Decreto nº 53.609 — de 26 de fevereiro de 1964.

Complementa o Decreto número 51.716, de 15 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 53.611 — de 26 de fevereiro de 1964.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Extinção do Conselho honorário do Brasil em Nice, França.

Decreto nº 53.657 — de 4 de fevereiro de 1964.

Extingue o Consulado Honorário do Brasil em Horta, Portugal.

Decreto nº 53.659 — de 4 de março de 1964.

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação Diplomática do Brasil junto ao Governo Jordânia.*

Decreto nº 53.660 — de 4 de março de 1964.

— *Cria funções gratificadas na Nova Zelândia.*

Decreto nº 53.661 — de 4 de março de 1964.

— *Dispõe sobre a aplicação do artigo 23 do Decreto nº 53.480, no Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 53.674, de 10 de março de 1964.

— *Eleva-se à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil junto ao Governo da Islândia, com sede em Oslo.*

Decreto nº 53.707, de 17 de março de 1964.

— *Complementa o Decreto número 52.687, de 14 de outubro de 1963.*

Decreto nº 53.744, de 18 de março de 1964.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Retifica a Tabela Numérica Especial de Mensalistas do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto número 49.346, de 26 de novembro de 1960, e dá outras providências.

Decreto nº 53.318, de 17 de dezembro de 1963.

— *Altera denominações de funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.*

Decreto nº 53.729, de 18 de março de 1964.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), para execução de obras e serviços da Aduana do Rio das Velhas, em Belo Horizonte.

Lei nº 4.310, de 23 de dezembro de 1963.

— *Dispõe sobre série de classes especializadas de autarquias vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.*

Decreto nº 53.413, de 17 de janeiro de 1964.

— *Dispõe sobre a gratificação natalina dos servidores das autarquias sob a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 53.557, de 7 de fevereiro de 1964.

— *Retifica a Portaria nº 395, de 4 de junho de 1962 do Ministério da Viação e Obras Públicas, que aprovou o enquadramento definitivo dos cargos e funções da Estrada de Ferro Santa Catarina e dá outras providências.*

Decreto nº 53.870, de 30 de março de 1964.

MINISTÉRIO PÚBLICO (DISTRITO FEDERAL)

Dispõe sobre as funções do Conselho Superior e da Corregedoria do Ministério Público do Distrito Federal.

Decreto nº 53.387, de 31 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Dispõe sobre as atribuições administrativas do Procurador-Geral do Distrito Federal.

Decreto nº 53.388, de 31 de dezembro de 1963.

8.351.484.593,40 (oito bilhões, trezen-Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Decreto nº 53.389, de 31 de dezembro de 1963.

— *Fixa normas para a celebração de acordos entre a União e os Estados, destinados a regular a contribuição financeira do Governo Federal para o pagamento dos membros da Magistratura e do Ministério Público estaduais.*

Decreto nº 53.342, de 24 de dezembro de 1963.

— *Transfere, sem aumento de despesas, um cargo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios para o Quadro de*

Pessoal da Secretaria do Ministério Público Federal do mesmo Ministério.

Decreto nº 53.367, de 31 de dezembro de 1963.

— *Transfere, sem aumento de despesa, um cargo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Quadro de Pessoal da Secretaria do Ministério Público Federal do mesmo Ministério.*

Decreto nº 53.369, de 31 de dezembro de 1963.

— *Altera o parágrafo único do art. 15 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 40.359, de 16 de novembro de 1956, com a redação dada pelo Decreto nº 2.030, de 14 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 53.540, de 5 de fevereiro de 1964.

— *Institui Comissão para proceder a exame do cálculo de vencimentos e vantagens dos Membros da Magistratura do Ministério Público Federal, do Serviço Jurídico da União e dos Autárquicos.*

Decreto nº 53.662, de 4 de março de 1964.

— *Regulamenta o disposto no artigo 3º da Lei nº 4.291, de 12 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 53.668, de 6 de março de 1964.

MINISTÉRIOS

Exclui dos efeitos do Decreto número 53.076, de 4 de dezembro de 1963 os cargos e respectivos ocupantes indicados no Anexo que com este baixa, e dá outras providências.

Decreto nº 53.507, de 23 de janeiro de 1964.

MUNICÍPIOS

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.351.484.593,40 (oto bilhões, trezen-

tos e cinquenta e um milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil quinhentos e noventa e três cruzeiros e quarenta centavos) para o fim que especifica.

Decreto nº 53.790 — de 20 de março de 1964.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à sociedade Belmonte Navegação Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 1.217 — de 22 de junho de 1962.

— *Concede a Serviços Marítimos Camuyrano S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 53.548 — de 6 de fevereiro de 1964.

— *Concede à Companhia de Navegação Santos (NASA) autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 59.549 — de 6 de fevereiro de 1964.

— *Concede à Companhia de Navegação "Norsul" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 53.550 — de 6 de fevereiro de 1964.

— *Concede à Sociedade Navegação Mercantil S.A. — NAVEM autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 53.619 — de 26 de fevereiro de 1964.

NORDESTE

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Comercial e Industrial de Salvador S.A.", de Salvador (Ba).*

Decreto nº 53.685 — de 13 de março de 1964.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descrito, e consignado à empresa "Companhia Manufatura de Tecidos do Norte (Fábrica Tacaruna), de Recife Estado de Pernambuco.

Decreto nº 53.687 — de 13 de março de 1964.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à Companhia Eletro-Metalúrgica do Brasil (NORLAR), de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 53.688 — de 13 de março de 1964.

— Prorroga vigência do Decreto número 51.143, de 4 de agosto de 1961.

Decreto nº 53.689 — de 31 de março de 1964.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Exportadora Machado Araújo Ltda.", de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 53.690 — de 13 de março de 1964.

— Prorroga vigência do Decreto nº 193, de 20 de novembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia Brasileira de Estruturas Metálicas — CIBRESME", de Recife, Pe.

Decreto nº 53.692 — de 13 de março de 1964.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e

impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignado à "Nordeste Industrial S.A. — NORDISA", de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 53.693 — de 13 de março de 1964.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descrito e consignado à empresa "Cotonifício Capibari-be S. A." de Recife (Pe).

Decreto nº 53.694 — de 13 de março de 1964.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descrito e consignado à "Fábrica de Sacos Montanha Ltda.", de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 53.695 — de 13 de março de 1964.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia Agro Fabril Mercantil", de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 52.696 — de 13 de março de 1964.

NOVACAP — Ver: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

NUCLEOS COLONIAIS

— Cria o Núcleo Colonial de Andradá em terras situadas nos Municípios de Cascavel, Catanduvas e Laranjeiras no Sul, no Estado do Paraná.

Decreto nº 53.652 — de 3 de março de 1964.

O

OPERAÇÃO DE CRÉDITO NO EXTERIOR

— Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Na-

conal, a operações de crédito no exterior, a serem realizadas pela Centrais Elétricas de Goiás S.A.

Decreto nº 53.471 — de 23 de janeiro de 1964.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício de 1964.

Lei nº 4.295 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Constitui Grupo Coordenador da Proposta Orçamentária da União para 1965, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.815 — de 23 de março de 1964.

ORÇAMENTO SPÚBLICOS

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei nº 4.320 — de 17 de março de 1964.

OURO

Autoriza a Mineração Rio das Mortes S. A. a pesquisar ouro e cassiterita, no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 53.157 — de 17 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Minamoto a pesquisar ouro no município de Eldorado, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.282 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza São Carlos Minérios S. A. a pesquisar minérios de ferro, de manganês, dolomita e ouro no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.428 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Alves de Macedo Soares a pesquisar minério de ouro no município de Dianópolis, Estado de Goiás.*

Decreto nº 53.440 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Jr., a pesquisar aluviões auríferos, no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.*

Decreto nº 53.797 — de 23 de março de 1964.

P

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação do imóvel, para uso da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Decreto nº 53.779 — de 20 de março de 1964.

PAULO I — REI DOS HELENOS

Declara luto oficial em todo o País, em sinal de pesar pelo falecimento de Sua Magestade Paulo I, Rei dos Helenos.

Decreto nº 53.669 — de 6 de março de 1964.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Nacle Habib a pesquisar quartzo, pedras coradas e mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.188 — de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Coelho da Silva Neto a pesquisar pedras coradas, no município de Colatina, no Estado do Espírito Santos.*

Decreto nº 53.211 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Hugo Zeimer a pesquisar quartzo e padras coradas no município de Jordânia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.238 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bernardo de Almeida Júnior a pesquisar pedras coradas no município de Nanuque, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.257 — de 13 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ideu Van Der Maas a pesquisar pedras coradas, no município de Carlos Chagas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.303 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Levindo Alves Carajão a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.446 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Romeu Bamberg a pesquisar pedras coradas no município de Carlos Chagas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.812 — de 23 de março de 1964.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Silvio Brandão Borges a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 52.503 — de 27 de setembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tertulino Ferreira Martins, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 52.516 — de 27 de setembro de 1963.

— *Autoriza Jesus Leite a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 52.518 — de 27 de setembro de 1963.

— *Autoriza a Empresa Mina da Boa Vista S. A., a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 52.656 — de 10 de outubro de 1963.

— *Autoriza Aurelino Teixeira Nunes a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 52.658 — de 10 de outubro de 1963.

— *Autoriza a Empresa Acaiaça EMAC S. A., estabelecida em Diamantina, Estado de Minas Gerais, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 52.786 — de 30 de outubro de 1963.

— *Autoriza a firma Diamantes Industriais Roder Ltda., a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 52.885 — de 2 de novembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Castro Teixeira a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 53.400 — de 9 de janeiro de 1964.

— *Autoriza a firma Steiner Jóias Ltda., a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 53.783 — de 30 de março de 1964.

PEDRAS SEMI-PRECIOSAS

Autoriza o cidadão brasileiro José Menezes de Oliveira a pesquisar mica e pedras semi-preciosas no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.245 — de 12 de dezembro de 1963.

PENSÕES

Concede a pensão mensal de Cr\$... 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) à Senhora Anna de Oliveira Almeida Gonçalves, viúva do Professor Archimedes de Siqueira Gonçalves.

Lei nº 4.312 — de 23 de dezembro de 1963.

PESQUISAS FLORESTAIS

Promulga o Acórdão para o Estabelecimento em Caráter Permanente de um Instituto Latino-Americano de Treinamento e Pesquisas Florestais.

Decreto nº 53.606 — de 25 de fevereiro de 1964.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.

— PETROBRÁS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. Petrobrás, terras situadas no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.074 — de 4 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão, em favor da Pe-*

tróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, terras situadas nos municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Gravataí, Esteio e Canôas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.411, — de 17 de janeiro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, terras situadas no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 53.412 — de 17 de janeiro de 1964.

— *Cria Comissão Especial.*

Decreto nº 53.523 — de 8 de fevereiro de 1964.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor do Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, em caráter de urgência, as ações das companhias permissionárias, do refino de petróleo.*

Decreto nº 53.701 — de 13 de março de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, imóveis situados no Estado da Bahia, necessários à pesquisas e lavra de petróleo.*

Decreto nº 53.733 — de 15 de março de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, imóveis situados no Estado da Bahia, necessários à pesquisas e lavra de petróleo.*

Decreto nº 53.734 — de 18 de março de 1964.

PETRÓLEO E DERIVADOS

Dispõe sobre a importação de petróleo e derivados, nos termos dos artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938, e do art. 3º da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Decreto nº 53.337 — de 23 de dezembro de 1963.

PLANO DE CONTENÇÃO DE DESPESAS

Ministério da Fazenda. Especial do Plano de Contenção de Despesas a dotação que especifica.

Decreto nº 53.361 — de 27 de dezembro de 1963.

— *Estabelece normas para o Plano de Contenção das Despesas Públicas, no exercício de 1964.*

Decreto nº 53.538 — de 5 de fevereiro de 1964.

PLANO PREFERENCIAL DE EXTENÇÃO DA REDE FERROVIÁRIA

Ver: Ferrovias.

PLANO QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS

Altera a redação do art. 2º e seu parágrafo, do Decreto nº 50.685, de 31 de maio de 1961.

Decreto nº 53.334 — de 23 de dezembro de 1963.

PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre a execução e fiscalização dos convênios referentes ao Plano Trienal de Educação e sobre norma para elaboração dos planos de aplicação dos recursos respectivos.

Decreto nº 53.531 — de 5 de fevereiro de 1964.

PODER ECONÓMICO

Altera dispositivos do Decreto número 52.025, de 20 de maio de 1963.

Decreto nº 53.647 — de 28 de fevereiro de 1964.

PODER JUDICIÁRIO

Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Lei nº 4.298 — de 23 de dezembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.359 — de 27 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, e destinado à instalação e funcionamento da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho daquela cidade.

Decreto nº 53.503 — de 28 de janeiro de 1964.

POLÍTICA SALARIAL

Acrescenta dispositivos ao Decreto nº 52.275, de 17 de julho de 1963, que institui o Conselho Nacional de Política Salarial e dá outras providências.

Decreto nº 53.010 — de 27 de novembro de 1963.

PONTO IV

Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais destinados aos programas e projetos vinculados ao Ponto IV, do Governo dos Estados Unidos da América do Norte.

Lei nº 4.305 — de 23 de dezembro de 1963.

PORTOS

Provê sobre a rescisão de concessão dos portos do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Lei nº 4.309 — de 23 de dezembro de 1963.

PREÇOS MÍNIMOS

Altera o art. 2º da Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Lei nº 4.303 — de 23 de dezembro de 1963.

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de amendoim da seca da safra de 1963-64

Decreto nº 53.645 — de 28 de fevereiro de 1964.

Fixa o preço básico mínimo para o financiamento ou aquisição de feijão produzido no Nordeste do País, do gênero "macaçar" ou "de corda", para o ano agrícola de 1964.

Decreto nº 53.646 — de 28 de fevereiro de 1964.

PREFEITURAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), em favor da Prefeitura Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina e um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para ocorrer aos prejuízos causados pelas enchentes verificadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.308 — de 23 de dezembro de 1963.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Luziânia a construir uma linha de transmissão e rede de distribuição.

Decreto nº 52.591 — de 1 de outubro de 1963.

Transfere da Empresa Força e Luz Candeense S. A., para o Município de Candeias a concessão para produzir e distribuir energia elétrica em território.

Decreto nº 52.600 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Salmourão concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 52.765 — de 25 de outubro de 1963.

Outorga ao Município de Anhangá concessão para distribuição de energia elétrica.

Decreto nº 52.938 — de 26 de novembro de 1963.

Outorga ao Município de Monte São concessão para distribuir energia elétrica no referido Município, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.946 — de 26 de novembro de 1963.

Outorga ao Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 53.133 — de 10 de dezembro de 1963.

Amplia a zona de concessão da Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Decreto nº 53.134 — de 10 de dezembro de 1963.

— *Transfere da Sociedade Fôrça e Luz Araujense Limitada para a Prefeitura Municipal de Araújos, Estado de Minas Gerais, a concessão para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica no município.*

Decreto nº 53.441 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Itabira para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuição de energia elétrica.*

Decreto nº 53.455 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Transfere de Rafael de Fuccio para a Prefeitura Municipal de Simonésia, Estado de Minas Gerais, a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no município de Simonésia.*

Decreto nº 53.456 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Simonésia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Santo Antônio, existente no rio São Simão, município de Simonésia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.457 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Transfere concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 53.750 — de 19 de março de 1964.

— *Transfere ao Município de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 53.751 — de 19 de março de 1964.

— *Transfere do Município de Botelhos, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 53.752 — de 19 de março de 1964.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Camaquã para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para produ-*

zir e distribuir energia elétrica e autoriza à referida Comissão a ampliar suas instalações naquele Município.

Decreto nº 53.754 — de 19 de março de 1964.

— *Restringe a zona de concessão do Município de Anicuns, Estado de Goiás, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.755 — de 19 de março de 1964.

— *Outorga do Município de Clevelândia concessão para aproveitamento de energia hidráulica.*

Decreto nº 53.765 — de 20 de março de 1964.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Nova Roma, concessão para aproveitamento de energia hidráulica.*

Decreto nº 53.769 — de 20 de março de 1964.

— *Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível denominado Salto Grande, no município de Pato Branco, Estado do Paraná.*

Decreto nº 53.770 — de 20 de março de 1964.

— *Amplia a zona de concessão da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte, pela inclusão de vários municípios do Estado.*

Decreto nº 53.771 — de 20 de março de 1964.

— *Outorga ao Município de Itapeçu concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 53.793 — de 23 de março de 1964.

— *Outorga ao Município de Uaupés concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 53.794 — de 23 de março de 1964.

PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE

Institui o "Prêmio de Produtividade", a ser concedido aos produtores rurais pela Comissão de Financiamento da Produção.

Decreto nº 53.802 — de 23 de março de 1964.

PRÊMIO "MARINHA DO BRASIL"

Concede à Marinha de Guerra da Itália o Prêmio "Marinha do Brasil".

Decreto nº 53.620 — de 23 de fevereiro de 1964.

PRÊMIO NACIONAL DO DISCO

Institui o Prêmio Nacional do Disco.

Decreto nº 53.588 — de 24 de fevereiro de 1964.

PRÊMIOS NACIONAIS DE CULTURA

Institui Prêmios Nacionais de Cultura.

Decreto nº 53.580 — de 21 de fevereiro de 1964.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Altera os Decretos ns. 51.152, de 5 de agosto de 1961, alterado pelo Decreto nº 154, de 17 de novembro de 1961, e 52.446, de 3 de setembro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 53.560, de 18 de fevereiro de 1964.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Retifica, nas partes que menciona, o Regulamento do Conselho Superior da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 694, de 14 de março de 1962.

Decreto nº 53.356 — de 27 de dezembro de 1963.

PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Dispõe sobre a uniformização e controle dos preços de venda de medicamentos em todas as capitais de Estados e Territórios Federais.

Decreto nº 53.584 — de 21 de fevereiro de 1964.

PROFESSORES

Dispõe sobre a suplementação de vencimentos de professores primários estaduais e municipais.

Decreto nº 53.470 — de 22 de janeiro de 1964.

PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Edu-

cação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 53.465 — de 21 de janeiro de 1964.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Constitui Grupo Coordenador da Proposta Orçamentária da União para 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 53.815 — de 23 de março de 1964.

PSICÓLOGOS

Regulamenta a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre o profissão de psicólogo.

Decreto nº 53.464 — de 21 de janeiro de 1964.

Q

QUARTZITO

Autoriza o cidadão brasileiro Clovis Scipilliti a pesquisar quartzo, no Município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.227 — de 12 de dezembro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Haroldo Barretto Bernardes a pesquisar quartzo e gneiss, no Município de Rezende, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 53.239 — de 12 de dezembro de 1963.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Armando Angelim a lavar quartzo, argila e minério de ferro, no Município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.208 — de 12 de dezembro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Faria a pesquisar quartzo, feldspato e caulim, no Município de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.216 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Og Dias de Oliveira a pesquisar feldspato e quartzo no Município de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 53.218 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Hugo Ziemer a pesquisar quartzo e pedras coradas no Município de Jordânia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.238 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Neves Ferreira a pesquisar quartzo e mica no Município de Santa Maria do Guagui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.246 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Mathias de Souza a pesquisar quartzo e mica no Município de Coroaci, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.279 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Norberto Baracuh y a pesquisar grafite, quartzo e mica, no Município de Peize, Estado de Goiás.*

Decreto nº 53.284 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Miguel Matta a pesquisar quartzo e feldspato, no Município de Amparo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.289 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Augusto Faccio a pesquisar quartzo no Município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.294 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Rodrigues de Moraes a pesquisar feldspato e quartzo no Município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.301 — de 16 de dezembro de 1963.

— *Declara caduco o Decreto número 9.257, de 16 de abril de 1942.*

Decreto nº 53.429 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Declara caduco o Decreto número 9.258, de 16 de abril de 1942.*

Decreto nº 53.430 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Anula o Decreto nº 42.106, de 19 de agosto de 1957.*

Decreto nº 53.438 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leandro Alves Carajá a pesquisar quartzo e pedras coradas, no Município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.446 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Ruy Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de ferro e manganês, no Município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.149 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Lyo de Moraes a pesquisar quartzo e minério de ferro, no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.450 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pinto dos Santos a pesquisar quartzo e mica no Município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.602 — de 25 de fevereiro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lázaro de Souza Moraes a pesquisar feldspato e quartzo no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.798 — de 23 de março de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Almir Moraes a pesquisar quartzo no Município de Marabá, Estado do Pará.*

Decreto nº 53.828 — de 24 de março de 1964.

QUÍMICOS

Estabelece as anuidades e taxas a que se refere a Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956.

Decreto nº 53.718 — de 17 de março de 1964.

R

RADIODIFUSÃO

Aprova o novo Regimento do Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 53.555 — de 7 de fevereiro de 1964.

RÁDIO DIFUSORA CAMBARÁ S.A.

Torna insubsistente o Decreto número 44.311, de 11 de agosto de 1958.

Decreto nº 53.571 — de 20 de fevereiro de 1964.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a empréstimo no exterior, a ser realizado pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

Decreto nº 53.504 — de 28 de janeiro de 1964.

— *Altera o artigo 1º do Decreto nº 52.870, de 19 de novembro de 1962, que autoriza o Ministro da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a empréstimo a ser realizado pela Rede Ferroviária Federal S. A.*

Decreto nº 53.505 — de 28 de janeiro de 1964.

REDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

Retifica relação que acompanhou o Decreto nº 51.866, de 26 de março de 1963, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções da Rede Ferroviária do Nordeste e deu outras providências.

Decreto nº 53.596 — de 25 de fevereiro de 1964.

REFINAÇÕES DE MILHO BRAZIL

Concede à sociedade anônima Refinações de Milho Brazil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 53.621 — de 27 de fevereiro de 1964.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento do Conselho Federal de Educação.

Decreto nº 52.617 — de 7 de outubro de 1963.

— *Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.*

Decreto nº 52.637 — de 14 de outubro de 1963.

— *Modifica dispositivos do Decreto nº 52.339, de 9 de agosto de 1963.*

Decreto nº 53.513 — de 29 de janeiro de 1964.

— *Aprova, para execução da Lei nº 4.085, de 3 de julho de 1962, o Regimento da Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.530 — de 5 de fevereiro de 1964.

— *Aprova o Regimento da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalinho Nacional.*

Decreto nº 53.534 — de 5 de fevereiro de 1964.

— *Altera o Regimento do Colégio Pedro II do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 53.555 — de 7 de fevereiro de 1964.

— *Aprova o novo Regimento do Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 53.556, de 7 de fevereiro de 1964.

— *Altera o Decreto nº 52.903, de 21 de novembro de 1963, que aprovou o novo Regimento do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto nº 53.569, de 20 de fevereiro de 1964.

— *Aprova o Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.*

Decreto nº 53.670 — de 9 de março de 1964.

REGULAMENTO GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dispõe sobre a aposentadoria especial instituída pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Decreto nº 53.831 — de 25 de março de 1964.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.663 — de 11 de outubro de 1963.

Aprova o Regulamento do Fundo Nacional de Telecomunicações.

Decreto nº 53.352 — de 26 de dezembro de 1963.

Retifica, nas partes que menciona, o Regulamento do Conselho Superior da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 694, de 14 de março de 1962.

Decreto nº 53.356 — de 27 de dezembro de 1963.

Altera o art. 58 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto nº 53.383 — de 31 de dezembro de 1963.

Aprova o regulamento para subvenção das linhas aéreas internacionais operadas por empresas brasileiras.

Decreto nº 53.385 — de 31 de dezembro de 1963.

Altera o Regulamento para os Centros de Instrução da Marinha.

Decreto nº 53.390 — de 6 de janeiro de 1964.

Prorroga decreto que reduz temporariamente dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 53.392 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Diretoria de Engenharia da Marinha.

Decreto nº 53.393 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para o Comando Naval de Brasília.

Decreto nº 53.395 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Diretoria de Saúde da Marinha.

Decreto nº 53.396 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Diretoria de Intendência da Marinha.

Decreto nº 53.397 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Diretoria do Pessoal da Marinha.

Decreto nº 53.398 — de 6 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Secretaria-Geral da Marinha.

Decreto nº 53.399 — de 6 de janeiro de 1964.

Altera dispositivos do Regulamento de Promoções da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 53.466 — de 22 de janeiro de 1964.

Dispensa, até 31 de dezembro de 1964, exigências constantes do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 53.468, de 22 de janeiro de 1964.

Alteração do Regulamento para a Secretaria-Geral da Marinha.

Decreto nº 53.469 — de 22 de janeiro de 1964.

Aprova o Regulamento do Núcleo de Parque de Eletrônica.

Decreto nº 53.472, de 23 de janeiro de 1964.

Aprova Regulamento da Pagadoria dos Inativos e Pensionistas da Aeronáutica.

Decreto nº 53.473, de 23 de janeiro de 1964.

— Altera os arts. 6.º 10 e 11 do Regulamento da Diretoria do Patrimônio do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 48.230, de 16 de maio de 1960.

Decreto n.º 53.476, de 23 de janeiro de 1964.

— Altera o item 54 do art. 32, Capítulo VI, do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251 de 9 de novembro de 1938.

Decreto n.º 53.478, de 23 de janeiro de 1964.

— Dá nova redação à letra "b" do art. 22 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.

Decreto n.º 53.479, de 23 de janeiro de 1964.

— Dispõe sobre o Regulamento de Promoção dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Decreto n.º 53.480, de 23 de janeiro de 1964.

— Dá nova redação aos arts. 2.º e 3.º do Regimento do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 53.491, de 27 de janeiro de 1964.

— Altera o art. 82, alínea "a", do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha, aprovado pelo Decreto n.º 42.808, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto n.º 53.495, de 27 de janeiro de 1964.

— Altera o Regulamento para os Centros de Controle de Estoques.

Decreto n.º 53.496, de 27 de janeiro de 1964.

— Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Decreto n.º 53.511, de 29 de janeiro de 1964.

— Modifica o Regulamento da Comissão Nacional de Assistência Técnica.

Decreto n.º 53.527, de 4 de fevereiro de 1964.

— Altera o parágrafo único do artigo 15 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 40.359, de 16 de novembro de 1956, com a redação dada pelo Decreto n.º 2.030, de 14 de janeiro de 1963.

Decreto n.º 53.540, de 5 de fevereiro de 1964.

— Aprova alterações do Regulamento Geral do D.F.S.S., aprovado pelo Decreto n.º 37.008, de 8-3-1955.

Decreto n.º 53.590, de 24 de fevereiro de 1964.

— Altera o Regulamento para Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro.

Decreto n.º 53.639, de 28 de fevereiro de 1964.

— Altera dispositivos do Decreto n.º 52.025, de 20 de maio de 1963.

Decreto n.º 53.647, de 28 de fevereiro de 1964.

— Altera o art. 29 do Regulamento de Investigação de Acidentes Aeronáuticos, aprovado pelo Decreto número 24.749, de 5 de abril de 1948.

Decreto n.º 53.663, de 5 de março de 1964.

— Aprova o Regulamento do Curso de Proteção ao Voo.

Decreto n.º 53.665, de 5 de março de 1964.

— Aprova o Regulamento do Fundo Nacional de Investigação (FUNAI), instituído pelo art. 74 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

— Altera temporariamente, até 31 de dezembro de 1966, o art. 16, inciso V do Capítulo IV do Regulamento, para as Escolas de Marinha Mercante, aprovado pelo Decreto n.º 1.424, de 26 de setembro de 1962.

Decreto n.º 53.776, de 20 de março de 1964.

REGULAMENTOS

Aprova o Regimento da Agência do Departamento Federal de Compras em São Paulo.

Decreto n.º 53.789 — de 20 de março de 1964.

REMESSA DE LUCROS

Regulamenta a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 53.451 — de 20 de janeiro de 1964.

REMESSA DE VALORES PARA O EXTERIOR

Regulamenta a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 53.451 — de 20 de janeiro de 1964.

RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS

Constitui Grupo de Trabalho para estudar a situação e coordenação de atividades das residências universitárias brasileiras no exterior.

Decreto nº 53.581 — de 21 de fevereiro de 1964.

RODOVIAS

Dá nova discriminação às rodovias BR-55 e BR-36, do Plano Rodoviário Nacional.

Lei nº 4.313 — de 23 de dezembro de 1962.

— *Altera a redação do artigo 2º e seu parágrafo do Decreto número 50.685, de 31 de maio de 1961.*

Decreto nº 53.334 — de 23 de dezembro de 1963.

S

S. A. FORÇA E LUZ, SANTOS DUMONT

Autoriza a S. A. Força e Luz, Santos Dumont, a vender imóvel em Juiz de Fora — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.213 — de 12 de dezembro de 1963.

SALÁRIO-MÍNIMO

Reestrutura as Regiões e Sub-regiões de Salário-mínimo; altera a tabela aprovada pelo Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 53.578 — de 21 de fevereiro de 1964.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dispõe sobre o pagamento de gratificação natalina dos servidores dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Decreto nº 53.506 — de 28 de janeiro de 1964.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções de que trata o Decreto nº 52.257-A, de 15 de julho de 1964.*

Decreto nº 53.715 — de 17 de março de 1963.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Cria no Serviço de Navegação da Bacia do Prata, a carreira de Procurador, e dá outras providências.

Decreto nº 53.509 — de 29 de janeiro de 1964.

SERVIÇO MILITAR

Documento comprobatório de quitação com o Serviço Militar. — Acréscimo ao art. 1º do Decreto número 34.380, de 27 de outubro de 1953.

Decreto nº 53.475 — de 23 de janeiro de 1964.

SERVIÇO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS

Aprova a Tabela do Pessoal Temporário do Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), para o exercício de 1964.

Decreto nº 53.353 — de 27 de dezembro de 1963.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Suspende, provisoriamente, a aquisição de material permanente e de consumo para o serviço público, e dá outras providências.

Decreto nº 53.202 — de 11 de dezembro de 1963.

— *Prorroga, por mais trinta dias, o prazo estabelecido no art. 4º, parágrafo segundo do Decreto nº 52.694,*

de 15 de outubro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 53.406 — de 14 de janeiro de 1964.

— *Aprova relação de medicamentos essenciais para os fins previstos no Decreto nº 52.471, de 1963, e dispõe sobre a aquisição de medicamentos pela Administração Pública Federal.*

Decreto nº 53.612 — de 26 de fevereiro de 1964.

— *Modifica a redação do artigo 1º do Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961.*

Decreto nº 53.651 — de 3 de março de 1964.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 53.785, — de 20 de março de 1964.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS — Ver: Telefones

SERVIDÃO

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, ou instituição de servidão, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, terras situadas no Município de Betim — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.074 — de 4 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, terras situadas nos municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Gravataí, Esteio e Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 53.411, de 17 de janeiro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, imóveis situados no Estado da Bahia, necessários à pesquisa e lavra de petróleo.*

Decreto nº 53.733, de 18 de março de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, imóveis situados no Estado da Bahia, necessários à pesquisa e lavra de petróleo.*

Decreto nº 53.734, de 18 de março de 1964.

SIDERÚRGICA DE SANTA CATARINA S.A.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) para atender à integralização de ações da Siderúrgica de Santa Catarina S.A.

Decreto nº 53.577, de 21 de fevereiro de 1964.

SILOS — Ver Armazéns e Silos.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS GERAIS LLOYD INDUSTRIAL SUL AMERICANO

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Sociedade Anônima de Seguros Gerais Lloyd Industrial Sul Americano, inclusive aumento de capital social.

Decreto nº 53.730, de 18 de março de 1964.

SOCIEDADE RADIO DIFUSORA "A VOZ DA AMAZÔNIA" LIMITADA

Declara caduca a concessão outorgada pelo Decreto nº 45.524, de 3 de março de 1959.

Decreto nº 53.572, de 20 de fevereiro de 1964.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Estabelece normas para importações realizadas por entidades públicas e órgãos assemelhados.

Decreto nº 53.539, de 5 de fevereiro de 1964.

— *Cria Comissão Interministerial encarregada de examinar a situação econômico-financeira das autarquias e sociedades de economia mista.*

Decreto nº 53.803, de 23 de março de 1964.

SOCIÓLOGO

Modifica a redação do art. 1º do Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961.

Decreto nº 53.651, de 3 de março de 1964.

SODALITA

Fica autorizada Mineração Comércio e Indústria Novo Horizonte Limitada a pesquisar sodalita no município de Itabuna, Estado da Bahia.

Decreto nº 53.155, de 11 de dezembro de 1963.

SUL AMÉRICA — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 53.408, de 16 de janeiro de 1964.

SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Companhia de Seguros, inclusive aumento de honorários da Diretoria.

Decreto nº 53.720, de 18 de março de 1964.

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍTICA AGRÁRIA

Retifica o disposto no Decreto número 52.900, de 21 de novembro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 54.402, de 9 de janeiro de 1964.

— Declara de interesse social, para fins de desapropriação, áreas de terra situada em Cachoeira de Macacu e Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 53.404, de 13 de fevereiro de 1964.

— Declara de interesse social, para fins de desapropriação, as áreas de terras situadas nos Municípios de Pium-í e Capitólio, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto nº 53.498, de 27 de janeiro de 1964.

— Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte da área de terras da Fazenda "Pedrões" ou "Ribeirão Manso", situada no distrito de Canceiros, Município de São Gonçalo de Abaeté, à margem da Rodovia Federal Belo Horizonte-Brasília, e dá outras providências.

Decreto nº 53.499, de 27 de janeiro de 1964.

— Declara de interesse social, para fins de desapropriação, a Fazenda "Mariland", "Maryland", "Marilândia" ou "Tocaia", e vários lotes da Fazenda "Caloaba" ou "Padre João", sítos na zona rural da Vila Inhomirim, distrito de Magé, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto nº 53.650, de 2 de março de 1964.

— Altera dispositivo do decreto nº 52.900, de 21 de novembro de 1963, modificado pelo de nº 53.402, de 9 de janeiro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 53.684, de 13 de março de 1964.

— Declara de interesse social, para fins de desapropriação as áreas de terras situadas no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 53.830, de 24 de março de 1964.

— Declara de interesse social, para fins de desapropriação a área de terras "Engenho Serra" sítas no Município de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Decreto nº 53.871 — de 30 de março de 1964.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Retifica o Decreto nº 40.785, de 21 de janeiro de 1957, que dispõe sobre funções extranumerário-mensalista para o enquadramento de pessoal da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, por força do art. 1º da Lei nº 2.904, de 8 de outubro de 1956, combinado

com o art. 6º § 2º da Lei nº 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.

Decreto nº 53.809 — de 23 de março de 1964.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Aprova o Sistema de Classificação de Cargos e de Remuneração do SUDENE.

Decreto nº 53.671 — de 9 de março de 1964.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO

Exclui dos efeitos do Decreto número 53.076, de 4 de dezembro de 1963 os cargos e respectivos ocupantes indicados no Anexo que com este baixa, e dá outras providências.

Decreto nº 53.507 — de 28 de janeiro de 1964.

T

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS INTERNACIONAIS

Dispõe sobre a aplicação de taxa prevista no art. 12 da Lei nº 4.200 de 5 de fevereiro de 1963 e dá outras providências.

Decreto nº 55.573 — de 20 de fevereiro de 1964.

TELEFONES

Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Telefônica de Minas Gerais.

Lei nº 4.315 — de 23 de dezembro de 1963.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 51.921 — de 26 de abril de 1963.

— Autoriza estrangeiro a adquirir, em regime de ocupação, o terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 53.075 — de 4 de dezembro de 1963.

— Autoriza pessoa jurídica estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de Marinha que menciona, no Estado da Bahia.

Decreto nº 53.358 — de 27 de dezembro de 1963.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Aprova o sistema de Classificação de Cargos do Território Federal do Amapá e dá outras providências.

Decreto nº 52.488 — de 20 de setembro de 1963.

— Transfere, sem aumento de despesa, cargo de Desenhista, classe A, nível 12, do Grupo Ocupacional P-1001 — Desenho e Cartografia, do Território Federal do Amapá para o idêntico Quadro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 53.502 — de 28 de janeiro de 1964.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

Aprova o sistema de Classificação de Cargos do Território Federal de Roraima e dá outras providências.

Decreto nº 52.902 — de 21 de novembro de 1963.

TRANSPORTE AÉREO

Aprova o regulamento para subvenção das linhas aéreas internacionais operadas por empresas brasileiras.

Decreto nº 53.385 — de 31 de dezembro de 1963.

— Dispõe sobre a aplicação de taxa prevista no art. 12 da Lei nº 4.200 de 5 de fevereiro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 55.573 — de 20 de fevereiro de 1964.

TRATADOS

Dispõe sobre a execução do resultado da terceira série anual de negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevideu.

Decreto nº 53.543 — de 6 de fevereiro de 1964.

— *Altera a redação do Artigo 4º do Decreto nº 1.248, de 25 de junho de 1962, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.545 — de 6 de fevereiro de 1964.

TRIGO E DERIVADOS

Autoriza o Banco do Brasil S. A. a levar a crédito da Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN) os recursos provenientes da aplicação dos Decretos nº 50.359, de 18 de março de 1961 e nº 50.889, de 1º de julho de 1961.

Decreto nº 53.542 — de 6 de fevereiro de 1964.

U

UNIVERSIDADES

Autoriza a Universidade Federal de São Paulo a criar e instalar cursos preuniversitários e dá outras providências.

Decreto nº 53.372 — de 31 de dezembro de 1963.

— *Designa os membros que devem integrar o Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo e dá outras providências.*

Decreto nº 53.373 — de 31 de dezembro de 1963.

— *Dispõe sobre o Quadro do Pessoal da Universidade Rural do Brasil e dá outras providências.*

Decreto nº 53.377 — de 31 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que indica, na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 53.482 — de 24 de janeiro de 1964.

— *Reconhece a Escola de Biblioteconomia da Universidade de Campinas.*

Decreto nº 53.508 — de 29 de janeiro de 1964.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Goiás.*

Decreto nº 53.522 — de 3 de janeiro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel destinado à Universidade, do Ceará.*

Decreto nº 53.536 — de 5 de fevereiro de 1964.

— *Retifica o Quadro do Pessoal da Universidade do Pará.*

Decreto nº 53.553 — de 7 de fevereiro de 1964.

— *Retifica o Quadro do Pessoal da Universidade de Juiz de Fora e dá outras providências.*

Decreto nº 53.554 — de 7 de fevereiro de 1964.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação dos imóveis que menciona, situados na cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, necessários ao funcionamento da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 53.634 — de 28 de fevereiro de 1964.

— *Dispõe sobre criação de cargos de Tesoureiro nos órgãos que especifica.*

Decreto nº 53.644 — de 28 de fevereiro de 1964.

— *Institui a Fundação Universidade do Amazonas.*

Decreto nº 53.699 — de 13 de fevereiro de 1964.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 53.743 — de 18 de março de 1964.

— *Dispõe sobre a aplicação dos artigos 20 e 21 da Lei nº 2.998, de 15 de dezembro de 1961.*

Decreto nº 53.819 — de 24 de março de 1964.

— *Estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.*

Decreto nº 4.220 — de 17 de março de 1964.

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Xavantes, com sede em Xavantes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.648 — de 10 de outubro de 1963.

— *Declara de utilidade pública a Comunidade Franciscana da Bahia, com sede em Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto nº 52.752 — de 24 de outubro de 1963.

— *Declara de utilidade pública a Sociedade Civil "Casas de Educação", com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 52.874 — de 20 de novembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública a Sociedade de Literatura e Beneficência, com sede em Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 52.906 — de 22 de novembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública o Instituto São Pio XI, com sede em Siderópolis, Rota de Santa Catarina.*

Decreto nº 52.907 — de 22 de novembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública a "Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, com sede na capital do Estado de São Paulo.*

Decreto nº 52.908 — de 22 de novembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública o Instituto de Formação Doméstica e Social Campineiro, com sede em Campinas, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 52.910 — de 22 de novembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública a Policlínica Antônio Aguirre, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo.*

— *Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.345 — de 26 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública a Sociedade Meridional de Educação — SOME — com sede em Passo Fundo, do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 53.370 — de 31 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública a "União Sul-Brasileira de Igreja Adventista do Sétimo Dia", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.376 — de 31 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública a "Sociedade Civil Irmãs de Santa Cruz", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.381 — de 31 de dezembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Educação e Cultura, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.489 — de 24 de janeiro de 1964.

— *Exclui dos efeitos do Decreto nº 52.415, de 28 de agosto de 1963, a sociedade que menciona.*

Decreto nº 53.631 — de 27 de fevereiro de 1964.

V

VALE DO RIO DOCE

Constitui no Ministério da Agricultura Grupo de Trabalho para elaborar Plano Regional, para coordenação

nação e fomento agropecuário na região do Vale do Rio Doce e das outras providências.

Decreto nº 53.675 — de 10 de março de 1964.

VENDAS E CONSIGNAÇÕES

Altera o Decreto-lei nº 915, de 1 de dezembro de 1938, retificado pelo Decreto-lei nº 1.061, de 20 de janeiro de 1939, que dispõe sobre o imposto de vendas e consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação e dá outras providências.

Lei nº 4.299 — de 23 de dezembro de 1963.

VERA CRUZ COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Vera Cruz Companhia Brasileira de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 53.348 — de 26 de dezembro de 1963.

VERMICULITA

Autoriza o cidadão brasileiro Virgílio Ferreira de Castro a pesquisar vermiculita, mica e feldspato, no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.247 — de 12 de dezembro de 1963.

X

XISTO ARGILOSO

Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso, no município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.230 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar*

calcário, argila e xisto argiloso, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.231 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.232 — de 12 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Larocca a lavrar xisto argiloso no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 53.299 — de 16 de dezembro de 1963.

Z

ZINCO

Autoriza a Companhia Mercantil e Industrial Ingá a pesquisar zinco, chumbo e cobre, no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.193 — de 11 de dezembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Maurício Mascarenhas Junqueira a pesquisar minérios de chumbo e zinco no município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.*

Decreto nº 53.235 — de 12 de dezembro de 1963.

ZONA DE LIVRE COMÉRCIO

Dispõe sobre a execução do resultado da terceira série anual de negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevidéu.

Decreto nº 53.543 — de 6 de fevereiro de 1964.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1964 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1964

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATO INSTITUCIONAL	Págs.		Págs.
Ato Institucional, de 9 de abril de 1964	3	9 — Ato — Dispõe sobre o artigo 8º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 — Publicado no D. O. de 14 de abril de 1964	11
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 48%;"> <h3 style="margin: 0;">ATOS DO COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO</h3> <ol style="list-style-type: none"> 1 — Ato — Suspende direitos políticos — Publicado no D. O. de 10 de abril de 1964 5 2 — Ato — Cassa mandados legislativos — Publicado no D. O. de 10 de abril de 1964 ... 6 3 — Ato — Transferência para a reserva de oficiais das Forças Armadas — Publicado no D. O. de 11 de abril de 1964 7 4 — Ato — Suspende direitos políticos — Publicado no D. O. de 14 de abril de 1964 . 9 5 — Ato — Suspende direitos políticos — Publicado no D. O. de 14 de abril de 1964 ... 10 6 — Ato — Transferência para a reserva de oficiais das Forças Armadas — Publicado no D. O. de 14 de abril de 1964 10 7 — Ato — Transferência para a reserva de oficiais das Forças Armadas — Publicado no D. O. de 14 de abril de 1964 10 8 — Ato — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> </div> <div style="width: 48%;"> <h3 style="margin: 0;">EMENDAS CONSTITUCIONAIS</h3> <ol style="list-style-type: none"> 7 — Emenda Constitucional, de 1964 — Suspende, provisoriamente e em parte, a vigência do art. 141, § 34, da Constituição — Publicada no D. O. de 22 de maio de 1964 13 8 — Emenda Constitucional, de 1964 — Altera a data referida no art. 87, nº XVI, da Constituição — Publicada no D. O. de 22 de maio de 1964 13 <h3 style="margin: 0;">DECRETOS LEGISLATIVOS</h3> <ol style="list-style-type: none"> 2 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova as convenções de ns. 115 e 116 adotadas pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em suas 44ª e 45ª sessões, realizadas, respectivamente, a 1º de junho de 1960 e 26 de junho de 1961, na cidade de Genebra — Publicado no D. O. de 8 de abril de 1964 15 3 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acordo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo </div> </div>			

	Págs.		Págs.
Brasil e vários países americanos, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962 — Publicado no D. O. de 8 de abril de 1964	15	10 — Decreto Legislativo de 1964 — Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País — Publicado no D. O. de 4 de junho de 1964	17
4 — Decreto Legislativo, de 1964 — Aprova o Acôrdio Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, aos 12 de março de 1962 — Publicado no D. O. de 8 de abril de 1964	15	11 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o "Convênio de Tráfego Fronteiriço" firmado pelo Brasil e a Bolívia, na cidade de La Paz, a 29 de março de 1958 — Publicado no D. O. de 10 de junho de 1964	12
5 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961 — Publicado no D. O. de 8 de abril de 1964	16	12 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, a 23 de janeiro de 1961 — Publicado no D. O. de 19 de junho de 1964	18
6 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdio Básico de Cooperação Técnica, entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Bonn, a 30 de novembro de 1963 — Publicado no D. O. de 12 de maio de 1964	16	13 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Tratado de Extradição entre o Brasil e os Estados Unidos da América e o respectivo Protocolo Adicional — Publicado no D. O. de 19 de junho de 1964	18
7 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova a "Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil em 21 de dezembro de 1950, por ocasião da Conferência Plenipotenciária Internacional, realizada, em Genebra, Suíça" — Publicado no D. O. de 26 de maio de 1964	16	14 — Decreto Legislativo de 1964 — Ratifica o Protocolo de Prorrogação do Acôrdio Internacional do Açúcar de 1958, assinado na Conferência das Nações Unidas sobre o Açúcar — Publicado no D. O. de 22 de junho de 1964	19
8 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdio Cultural entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1958 — Publicado no D. O. de 4 de junho de 1964	17	15 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o "Acôrdio sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Colômbia", assinado em Bogotá, em 25 de maio de 1958 — Publicado no D. O. de 26 de junho de 1964	19
9 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos em Belém do Pará, e o Engenheiro Civil Luiz Alves — Publicado no D. O. de 4 de junho de 1964	17	16 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova os Estatutos do Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais, criado por Resolução da IX Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizada em 1956. — Publicado no D. O. de 2 de julho de 1964	19
		17 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdio de Tu-	

Págs.		Págs.
	rismo entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960. — Publicado no D. O. de 2 de julho de 1964	20
	LEIS	
4.321	— Lei de 7 de abril de 1964 — Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e Vice-Presidente da República. — Publicado no D. O. de 8 de abril de 1964	20
4.322	— Lei de 7 de abril de 1964 — Dispõe sobre atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros. — Publicada no D. O. de 9 de abril de 1964	21
4.323	— Lei de 11 de abril de 1964 — Cria a Escola Agrotécnica "Antônio Versiani Athayde", no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 13 de abril de 1964 ..	22
4.324	— Lei de 14 de abril de 1964 — Institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 15 de abril de 1964	23
4.325	— Lei de 16 de abril de 1964 — Reverte ao Serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 20 de abril de 1964	27
4.326	— Lei de 26 de abril de 1964 — Estabelece prazo para o provimento de cargos públicos. — Publicada no D. O. de 27 de abril de 1964	28
4.327	— Lei de 30 de abril de 1964 — Promove a General-de-Exército o General-de-Divisão Olímpio Mourão Filho, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 30 de abril de 1964	28
4.328	— Lei de 30 de abril de 1964 — Institui o novo Cód-	
	digo de Vencimentos dos Militares. — Publicada no D. O. de 30 de abril de 1964 — Retificada no D. O. de 3 de junho de 1964	29
4.329	— Lei de 30 de abril de 1964 — Dispõe sobre o prazo para declaração do Imposto de Renda e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 30 de abril de 1964	62
4.330	— Lei de 1º de junho de 1964 — Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. — Publicada no D. O. de 3 de junho de 1964 — Retificada no D. O. de 15 de junho de 1964 — Retificada no D. O. de 19 de junho de 1964	62
4.331	— Lei de 1 de junho de 1964 — Dispõe sobre a aquisição, por Governos estrangeiros, no Distrito Federal, de imóveis necessários à residência dos agentes diplomáticos das respectivas Missões Diplomáticas. — Publicada no D. O. de 4 de junho de 1964 — Retificada no D. O. de 15 de junho de 1964	66
4.332	— Lei de 1 de junho de 1964 — Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Associação Obras Sociais Irmã Dulce. — Publicado no D. O. de 4 de junho de 1964	63
4.333	— Lei de 1 de junho de 1964 — Acrescenta um parágrafo ao artigo 853, do Código de Processo Civil. — Publicada no D. O. de 4 de junho de 1964	67
4.334	— Lei de 1 de junho de 1964 — Autoriza permuta de imóveis entre a União e o Estado do Maranhão. — Publicada no D. O. de 4 de junho de 1964	67
4.335	— Lei de 1º de junho de 1964 — Altera o art. 870 do Código do Processo Civil. — Publicada no D. O. de 4 de junho de 1964	67

	Págs.		Págs.
4.336 — Lei de 1º de junho de 1964 — Altera dispositivos do Código do Processo Penal. — Publicada no D. O. de 4 de junho de 1964	68	4.341 — Lei de 13 de junho de 1964 — Cria o Serviço Nacional de Informações. — Publicada no D. O. de 15 de junho de 1964. — Retificada no D. O. de 16 de junho de 1964	71
4.337 — Lei de 1º de junho de 1964 — Regula a declaração de inconstitucionalidade para os efeitos do artigo 7º nº VII, da Constituição Federal. — Publicada no D. O. de 4 de junho de 1964	68	4.343 — Lei de 15 de junho de 1964 — Modifica a Lei número 909, de 8 de novembro de 1949, elevando o valor do selo postal adicional, emitido em benefício de lázaros e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 19 de junho de 1964	72
4.338 — Lei de 1º de junho de 1964 — Fixa o dia 25 de maio como a data comemorativa do trabalhador rural. — Publicada no D. O. de 4 de junho de 1964	69	4.343 — Lei — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	73
4.339 — Lei de 5 de junho de 1964 — Altera o art. 1º da Lei nº 2.586, de 5 de setembro de 1955, que reestrutura o Quadro de Oficiais-Interdentes do Exército, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 17 de junho de 1964	69	4.344 — Lei de 21 de junho de 1964 — Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 23 de junho de 1964	73
4.340 — Lei de 13 de junho de 1964 — Regula a execução do art. 3º da Lei nº 458, de 29 de outubro de 1948, que dispõe sobre a extensão de vantagens do montepio militar. — Publicada no D. O. de 15 de junho de 1964. — Reproduzida nos D. O. de 16 e 17 de junho de 1964 — Retificada no D. O. de 23 de junho de 1964	70	4.345 — Lei de 26 de junho de 1964 — Institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 26 de junho de 1964 — Republicada no D. O. de 29 de junho de 1964	73
		4.346 — Lei de 26 de junho de 1964 — Prorroga até 30 de setembro de 1964, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950. — Publicada no D. O. de 26 de junho de 1964	82

INDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
4.320 — Lei de 17 de março de 1964 — Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. — Retificada no D. O. de 9 de abril de 1964 ..	85	mantidas pelo Congresso Nacional ao Projeto que se transformou na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. — Publicada no D. O. de 5 de maio de 1964 — Retificada no D. O. de 3 de junho de 1964	85
4.320 — Lei de 17 de março de 1964 — Partes vetadas pelo Presidente da República e			

Figuram neste volume o Ato Institucional, os Atos Comando Supremo da Revolução, as Emendas Constitucionais, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no segundo trimestre de 1964, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATO INSTITUCIONAL (A)

Art. 1º São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste ato.

Art. 2º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º Se não for obtido o *quorum* na primeira votação, outra realizar-se-á, no mesmo dia, sendo considerado eleito quem obtiver maioria simples de votos; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 2º Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades.

Art. 3º O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Parágrafo único. Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo máximo de dez (10) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 4º O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

Parágrafo único. O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em trinta (30) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

Art. 5º Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.

Art. 6º O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de trinta (30) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de quarenta e oito (48) horas.

Art. 7º Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou, ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito Municipal.

§ 3º Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Art. 8º Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

Art. 9º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, será realizada em 3 de outubro de 1965.

Art. 10. No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluindo a apreciação judicial desses atos.

Parágrafo único. Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de sessenta (60) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.

Art. 11. O presente Ato vigora desde a sua data até 31 de janeiro de 1966; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, GB, 9 de abril de 1964. — Gen Ex Arthur da Costa e Silva. — Ten Brig Francisco de Assis Correia de Mello. — Vice Alm Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

ATOS DO COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO

ATO Nº 1 — SUSPENDE DIREITOS POLÍTICOS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos dos seguintes cidadãos:

1. Luiz Carlos Prestes
2. João Belchior Marques Goulart
3. Janio da Silva Quadros
4. Miguel Arrais de Alencar
5. Darci Ribeiro
6. Raul Riff
7. Waldir Pires
8. Gen. R/1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite
9. Gen. R/1 Sampson da Nóbrega Sampaio
10. Leonel de Moura Brizola
11. Clodsmith Riani
12. Clodomir Moraes
13. Hercules Correa dos Reis
14. Dante Pelacani
15. Oswaldo Pacheco da Silva
16. Samuel Weiner
17. Santos Vahls
18. Lincoln Cordeiro Oest
19. Heber Maranhão
20. José Campelo Filho
21. Desembargador Osni Duarte Pereira
22. Ministro José de Aguiar Dias
23. Francisco Mangabeira
24. Jesus Soares Pereira
25. Hugo Regis dos Reis
26. Jairo José Farias
27. José Jofily
28. Celso Furtado
29. Marechal R/1 Osvaldo Ferreira Alves
30. Josué de Castro
31. João Pinheiro Neto
32. Antonio Garcia Filho
33. Djalma Maranhão
34. Huberto Menezes Pinheiro
35. Ubaldino Santos
36. Raphael Martinelli
37. Raimundo Castelo de Souza
38. Rubens Pinho Teixeira
39. Felipe Ramos Rodrigues
40. Alvaro Ventura
41. Antonio Pereira Netto
42. João Batista Gomes
43. Ademar Latrilha
44. Feliciano Honorato Wanderley
45. Othon Canedo Lopes
46. Paulo de Santana
47. Luiz Hugo Guimarães
48. Luiz Viegas da Mota Lima
49. Severino Schnaipp
50. Meçando Rachid
51. Newton Oliveira
52. Demistóclides Baptista
53. Roberto Morena
54. Benedicto Cerqueira
55. Humberto Melo Bastos
56. Hermes Caires de Brito
57. Aluisio Palhano Pedreira Ferreira
58. Salvador Romano Lossaco
59. Olympio Fernandes de Mello
60. Waldir Gomes dos Santos
61. Amauri Silva
62. Almino Monteiro Alvares Afonso
63. José Guimarães Neiva Moreira
64. Clovis Ferro Costa
65. Silvio Leopoldo de Macambira Braga
66. Adahil Barreto Cavalcante
67. Abelardo de Araujo Jurema
68. Arthur Lima Cavalcante
69. Francisco Julião
70. José Lamartine Tavora
71. Murilo Costa Rego
72. Pelopidas Silveira
73. Barros Barreto
74. Waldemar Alves
75. Henrique Cordeiro Oest
76. Fernando de Santa Ana
77. Helio Vitor Ramos
78. João Doria
79. Mario Soares Lima
80. Ramon de Oliveira Netto
81. Luiz Fernando Bocayuva Cunha
82. Luiz Gonzaga de Paiva Muniz
83. Adão Pereira Nunes
84. Elcy Angelo Coutinho Dutra

- | | |
|---|---|
| 85. Marco Antonio | 92. Rubens Paiva |
| 86. Max da Costa Santos | 93. Paulo de Tarso Santos |
| 87. Roland Cavalcante Albuquerque Corbisier | 94. Moysés Lupion |
| 88. Sergio Nunes de Magalhães Junior | 95. Milton Garcia Dutra |
| 89. José Aparecido de Oliveira | 96. Ney Ortiz Borges |
| 90. Plinio Soares de Arruda Sam-paio | 97. Paulo Minearoni |
| 91. José Antonio Rogé Ferreira | 98. Armando Temperani Pereira |
| | 99. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo |
| | 100. José Anselmo dos Santos |

Rio de Janeiro, GB. 10 de abril de 1964. — *Arthur da Costa e Silva*, General-de-Exército. — *Francisco de Assis Correia de Mello*, Tenente-Brigadeiro. — *Augusto Hamann Rademaker Grunewald*, Vice-Almirante.

ATO Nº 2 — CASSA MANDATOS LEGISLATIVOS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do Art. 10 do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, cassar os mandatos dos seguintes membros do Congresso Nacional:

- | | |
|---|----------------------|
| 1) Amauri Silva | PTB — Paraná |
| 2) Almino Monteiro Alvares Afonso | PTB — Amazonas |
| 3) José Guimarães Neiva Moreira | PSP — Maranhão |
| 4) Clovis Ferro Costa | UDN — Pará |
| 5) Silvio Leopoldo de Macambira Braga ... | PSP — Pará |
| 6) Adahil Barreto Cavalcante | PTB — Ceará |
| 7) Abelardo de Araújo Jurema | PSD — Paraíba |
| 8) Arthur Lima Cavalcante | PTE — Pernambuco |
| 9) Francisco Julião | PSB — Pernambuco |
| 10) José Lamartine Távora | PTB — Pernambuco |
| 11) Murilo Costa Rêgo | PTB — Pernambuco |
| 12) Waldemar Alves | PST — Pernambuco |
| 13) Pelopidas Silveira (Suplente) | — Pernambuco |
| 14) Barros Barreto (Suplente) | — Pernambuco |
| 15) Henrique Cordeiro Oest | PSP — Alagoas |
| 16) Fernando de Sant'Ana | PSD — Bahia |
| 17) João Dória | PDC — Bahia |
| 18) Mário Soares Lima | PSB — Bahia |
| 19) Ramon de Oliveira Neto | PTB — Espírito Santo |
| 20) Luiz Fernando Bocayuva Cunha | PTB — Rio de Janeiro |
| 21) Demistóclides Batista | PST — Rio de Janeiro |
| 22) Luiz Gonzaga de Paiva Muniz | PTB — Rio de Janeiro |
| 23) Adão Pereira Nunes | PSP — Rio de Janeiro |
| 24) Benedicto Cerqueira | PTB — Guanabara |
| 25) Eloy Angelo Coutinho Dutra | PTB — Guanabara |
| 26) Antônio Garcia Filho | PTB — Guanabara |
| 27) Marco Antônio | PST — Guanabara |
| 28) Max da Costa Santos | PSB — Guanabara |
| 29) Roland Cavalcante Albuquerque Corbisier | PTB — Guanabara |
| 30) Sérgio Nunes de Magalhães Júnior | PTB — Guanabara |
| 31) Leonel de Moura Brizola | PTB — Guanabara |

32) José Aparecido de Oliveira	UDN — Minas Gerais
33) Flmrio Soares de Arruda Sampaio	PDC — São Paulo
34) José Antônio Rogé Ferreira	PTB — São Paulo
35) Paulo de Tarso Santos	PDC — São Paulo
36) Moysés Lupton	PSD — Paraná
37) Paulo Mincaroni	PTB — Rio G. do Sul
38) Armando Temperani Pereira	PTB — Rio G. do Sul
39) Salvador Romano Lossaco	— São Paulo
40) Gáberito Mestrinho de Medeiros Raposo .	PTB — Roraima

Rio de Janeiro, GB., 10 de abril de 1964. — *Arthur da Costa e Silva*, General-de-Exercito. — *Francisco de Assis Correia de Mello*, Tenente-Brigadeiro. — *Augusto Hamann Rademaker Grunewald*, Vice-Almirante.

**ATO N.º 3 — TRANSFERÊNCIA
PARA A RESERVA DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS**

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do § 1.º do artigo 7.º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, transferir para a Reserva os seguintes Oficiais das Forças Armadas:

EXERCITO

- 1) Gen-Div Ladario Pereira Telles
- 2) Gen-Div Oromar Osório
- 3) Gen-Bda Arnaldo Augusto da Matta
- 4) Gen-Bda Euryale de Jesus Zerbine
- 5) Gen-Bda Albino Silva
- 6) Gen-Bda Anfrísio da Rocha Lima
- 7) Gen-Bda Luiz Tavares da Cunha Mello
- 8) Gen-Bda Chrysantho de Miranda Figueiredo
- 9) Gen-Bda Napoleão Nobre
- 10) Gen-Bda Alfredo Pinheiro Soares Filho
- 11) Gen-Bda Argemiro de Assis Brasil
- 12) Gen-Bda Nairo Villanova Madeira
- 13) Gen-Bda Ottomar Soares de Lima
- 14) Cel Inf Humberto Freire de Andrade
- 15) Ten-Cel Cav Kardec Leme
- 16) Ten-Cel Art Donato Ferreira Machado
- 17) Cel Eng Jarbas Ferreira Souza
- 18) Cel Inf Lauro Almeida Bandeira de Mello

- 19) Ten-Cel T Dagoberto Rodrigues
- 20) Ten-Cel Cav José Niepce da Silva Filho
- 21) Maj Art Fernando Ryff Correia Lima
- 22) Ten-Cel Inf QEM Waldemar Dantas Borges
- 23) Ten-Cel Cav Danilo Marques Paiva
- 24) Ten-Cel Cav Anacir Marques Ferreira de Abreu
- 25) Ten-Cel Inf Joaquim Ignácio Baptista Cardoso
- 26) Ten-Cel Cav Joaquim Louzada Marianne
- 27) Maj T E Cranger Cavalheiro de Oliveira
- 28) Ten-Cel Inf Hermano Póvoa de Mattos
- 29) Ten-Cel Inf Miguel Alfredo Arraes de Alencar
- 30) Maj Com Hugo Amorim de Lima
- 31) Ten-Cel Art Cândido Manoel Ribeiro
- 32) Ten-Cel Inf T Renato Riedel Osório de Fina
- 33) Ten-Cel Cav Paulo Eugenio Pinto Guedes
- 34) Ten-Cel Cav T Marcello Pires Cerveira Júnior
- 35) Cel Art Jefferson Cardim de Alencar Osório
- 36) Cel Cav Francisco Guedes Machado
- 37) Ten-Cel Inf Oswaldo Nunes
- 38) Maj Cav Augusto Mazzlotti de Freitas
- 39) Cap Cav Aécio Kauffmann Colombo da Silva
- 40) Ten-Cel Inf Carlos Gomes Vilela
- 41) Cap Art Eduardo Chuahy

- 42) Cap Farm Paulo Galvão Duarte Simões
- 43) Ten-Cel Inf Humberto Molinaro
- 44) Maj Inf Ademar Cirilo da Silva
- 45) 1.º Ten MB Benito Rodrigues
- 46) Maj Méd Elpidio Jeronymo da Silva Paranhos
- 47) Cel Inf Ernesto Pompeu Vidal
- 48) Ten-Cel Vet Franklin Bitencourt de Almeida
- 49) 1.º Ten QOE MM Geraldino Maronês
- 50) Maj Vet Gibson Macedo
- 51) 1.º Ten QAO Hector Araújo
- 52) Maj Cav Joaquim Pires Cerveira
- 53) Cap Eng T José Pires Cerveira
- 54) Cel Inf Lamartine Coutinho Correia de Oliveira
- 55) Maj Inf Lauro Garcia Carneiro
- 56) Ten-Cel Eng T Lidenor de Melo Mota
- 57) Ten-Cel Inf Manoel Ignácio de Souza Júnior
- 58) Ten-Cel Inf Manoel Musa Filho
- 59) Maj Méd Moacyr Pereira Lima
- 60) 1.º Ten QOE MM Pedro de Araújo Yung-Tay
- 61) Cap Art Plínio Deus Fernandes
- 62) Ten-Cel Cav T Ruy Codevilla Rocha
- 63) Cap Eng Tarcísio de Frota Leite
- 64) Ten-Cel Inf Wankes de Aragão Araújo
- 65) Ten-Cel Inf Eter Newton
- 66) Ten-Cel Inf Alberto Firmo de Almeida
- 67) Maj Art Renato da Costa Braga
- 68) Ten-Cel Inf João Evangelista Mendes da Rocha
- 69) Cel Cav Carlos Alberto de Abreu Rocha
- 70) Ten-Cel Art Carlos Molinari Cairolí
- 71) Ten-Cel Art Abelardo de Alvaranga Mafra
- 72) Maj Art Sebastião Nunes Cavassoni
- 73) Ten-Cel Inf Giordano Rodrigues Mocheil
- 74) Cel Eng João Guerreiro Brito
- 75) Maj Inf Araken Domingues da Costa
- 76) Cap Art Pedro Paulo de Albuquerque Suzano
- 77) Ten-Cel Inf Nicolau José de Seixas
- 3) Contra-Almirante José Luiz de Araújo Goyano
- 4) Contra-Almirante Fuzileiro Naval Washington Frazão Braga
- 5) Contra-Almirante Alexandre Fausto Alves de Souza
- 6) Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo Silveira Werneck
- 7) Capitão-de-Mar-e-Guerra Júlio Cesar de Sá Carvalho
- 8) Capitão-de-Mar-e-Guerra Vanius de Miranda Nogueira
- 9) Capitão-de-Mar-e-Guerra Intendente de Marinha Renê Magarinos Torres
- 10) Capitão-de-Fragata Gabriel Skinner Filho
- 11) Capitão-de-Fragata Píndaro Cardim de Alencar Osório
- 12) Capitão-de-Fragata Thales Fleury de Godoy
- 13) Capitão-de-Fragata Intendente de Marinha Marcio de Albuquerque Suzano
- 14) Capitão-de-Fragata Fuzileiro Naval Luiz Fernando Ladeira Leite Velho

AERONAUTICA

- 1) Major Brigadeiro-do-Ar Francisco Teixeira
- 2) Brigadeiro Engenheiro Dirceu de Paiva Guimarães
- 3) Brigadeiro-do-Ar Ricardo Nicoll
- 4) Cel Av Adhemar Scaffa de Azevedo Falcão
- 5) Cel Av Antônio Batista Neiva de Figueiredo Filho
- 6) Cel Av Fausto Amélio da Silveira Gerpe
- 7) Cel Av Priamo Ferreira de Souza
- 8) Cel Av Carlos Alberto Martins Alvarez
- 9) Cel Av Ruy Barbosa Moreira Lima
- 10) Cel Av Afonso Ferreira Lima
- 11) Cel Av Fortunato Câmara de Oliveira
- 12) Ten-Cel Av Francisco Alfredo Gouveia Horcades
- 13) Ten-Cel Av Fernando Durval de Lacerda
- 14) Ten-Cel Esp Met Emanuel Nicoll
- 15) Ten-Cel Av Ary Saião Caldeira Bastos Filho
- 16) Ten-Cel Av Mathias Bailiú
- 17) Ten-Cel Int Joaquim Gouveia de Albuquerque
- 18) Ten-Cel-Av Paulo Malta Rezende
- 19) Ten-Cel-Av Paulo Soares Machado

MARINHA

- 1) Almirante-de-Esquadra Pedro Paulo de Araújo Suzano
- 2) Vice-Almirante Fuzileiro Naval Cândido da Costa Aragão

- | | |
|---|--|
| 20) Ten-Cel-Av Odair Fernandes Aguiar | 28) Cap-Eng Reserva 2ª classe convocado Lupércio Uruguay de Carvalho Malta |
| 21) Ten-Cel-Av Carlos Alberto da Fonseca | 29) Cap-Av Alfredo Ribeiro Daudt |
| 22) Ten-Cel-Av Otacilio Lupi | 30) Cap-Av Hugo Hartz |
| 23) Ten-Cel-Av Helio de Castro Alves Anísio | 31) 1º Ten Esp Av Avelino Iost |
| 24) Ten-Cel-Ax Oscar Ferreira Sousa | |
| 25) Ten-Cel-Av Clybas Egidio da Silva | Rio de Janeiro, Guanabara, 11 de abril de 1964. — Gen Ex Arthur da Costa e Silva — Ten-Brig Francisco de Assis Correia de Mello — Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald. |
| 26) Cap-Av Luzio Pinheiro de Miranda | |
| 27) Cap-Med Aer Lauro Amorim Moura | |

ATO Nº 4 — SUSPENDE DIREITOS POLÍTICOS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do Art. 10, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os Direitos Políticos dos seguintes cidadãos:

- | | |
|---|--|
| 1) Gen.-Bda. Euryale de Jesus Zerbin | 22) Major Inf. Ademar Cirilo da Silva |
| 2) Gen.-Bda. Luiz Tavares da Cunha Mello | 23) Alm.-Esq. Pedro Paulo de Araújo Suzano |
| 3) Gen.-Bda. Chrysantho de Miranda Figueiredo | 24) Alm. FN Cândido da Costa Araújo |
| 4) Gen.-BDA Argemiro de Assis Brasil | 25) Almirante José Luiz de Araújo Goyano |
| 5) Cel. Eng. Jarbas Ferreira de Souza | 26) Alm. FN Washington Frazão Braga |
| 6) Cel. Inf. Lauro Almeida Bandeira de Mello | 27) Almirante Alexandre Fausto Alves de Souza |
| 7) Cel. Inf. Humberto Freire de Andrade | 28) Brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos |
| 8) Cel.-Art. Jefferson Cardim de Alencar Osório | 29) Brigadeiro Francisco Teixeira |
| 9) Ten.-Cel. Cav. Kardeck Leme | 30) Brigadeiro Ricardo Nicoll |
| 10) Ten.-Cel. Cav. Anacir Marques Ferreira de Abreu | 31) Coronel-Av. Adhemar Scaffa de Azevedo Falcão |
| 11) Ten.-Cel. Art. Donato Ferreira Machado | 32) Coronel-Av. Priamo Ferreira de Souza |
| 12) Ten.-Cel. Inf. Joaquim Inácio Baptista Cardoso | 33) Coronel-Av. Fortunato Câmara de Oliveira |
| 13) Ten.-Cel. Inf. Hermanno Povoá de Mattos | 34) Coronel-Av. Carlos Alberto Martins Alvarez |
| 14) Ten.-Cel. "T" Dagoberto Rodrigues | 35) Ten.-Cel.-Av. Fernando Durval Lacerda |
| 15) Ten.-Cel. Cav. José Niepce da Silva Filho | 36) Capitão-Av. Alfredo Ribeiro Daudt |
| 16) Ten.-Cel. Cav. Paulo Eugênio Pinto Guedes | 37) Waldemar Darós |
| 17) Ten.-Cel. Inf. Humberto Molinaro | 38) Walter Pecoits |
| 18) Ten.-Cel. Art. Carlos Molinari Cairol | 39) João Simões |
| 19) Ten.-Cel. Inf. Nicolau José de Seixas | 40) Basílio Abud |
| 20) Ten.-Cel. QME Alberto Goulart Paes Filho | 41) Moisés Santiago Pimentel |
| 21) Major QME Theodoro Hildebrando Garcia | 42) Armando Maia |
| | 43) José Pedroso Teixeira da Silva |
| | 44) Luiz Portela de Carvalho |
| | 45) Alberico Tavares de Moraes |
| | 46) Júlio Sambaqui |
| | 47) Marino Rodrigues dos Santos |

- | | |
|--|---|
| 48) Pedro de Arbues Martins Alva-
rez | 56) Paulo Alberto Monteiro de Bar-
ros |
| 49) Gregório Bezerra | 57) Ib Teixeira |
| 50) Miguel Leuzi | 58) José Saldanha da Gama Coelho
Pinto |
| 51) Nelson Werneck Sodré | 59) José Gomes Talarico |
| 52) Ivan Ramos Ribeiro | 60) Walfeno Cunha Barbosa |
| 53) Alberto Guerreiro Ramos | 61) João Batista de Paula |
| 54) Múcio Ataíde | 62) Waldemar Viana Carvalho |
| 55) Sinval Palmeira Vieira | |

Rio de Janeiro, Guanabara, 13 de abril de 1964. — Gen-Ex. *Arthur da Costa e Silva* — Ten-Brig. *Francisco de Assis Correia de Mello* — Vice-Alm. *Augusto Hamann Rademaker Grunewald*.

ATO Nº 5 — SUSPENDE DIREITOS POLÍTICOS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do Art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos dos seguintes cidadãos:

- | | |
|-------------------------|------------------------------------|
| 1) Franklin de Oliveira | 4) Gumerindo Cabral de Vasconcelos |
| 2) Edmar Morel | 5) Enio Silveira |
| 3) Osvaldo Costa | |

Rio de Janeiro, Guanabara, 13 de abril de 1964: — Gen-Ex *Arthur da Costa e Silva*. — Ten-Brig. *Francisco de Assis Correia de Mello*. — Vice-Alm. *Augusto Hamann Rademaker Grunewald*.

ATO Nº 6 — TRANSFERENCIA PARA A RESERVA DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do § 1º do Artigo 7 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, transferir para a Reserva os seguintes Oficiais das Forças Armadas:

EXÉRCITO

- | | |
|--|---|
| 1) Cel Art Ubiratan Miranda | 4) Ten-Cel Cav Raul de Araujo Alves Caraubá |
| 2) Cel Art João de Moura Dias | 5) Ten-Cel Cav Cyro Labarthe Alves |
| 3) Cel Art Celso Freire de Alencar Araripe | 6) Maj Cav Alcino Silva da Silva |
| | 7) 1º Ten QOE Atílio Donini |

Rio de Janeiro, Guanabara, 13 de abril de 1964. — Gen-Ex *Arthur da Costa e Silva*. — Ten-Brig. *Francisco de Assis Correia de Mello*. — Vice-Alm. *Augusto Hamann Rademaker Grunewald*.

ATO Nº 7 — TRANSFERENCIA PARA A RESERVA DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do § 1º do Artigo 7 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, transferir para a Reserva os seguintes Oficiais das Forças Armadas:

AERONÁUTICA

- | | |
|---|---|
| 1) Major-Brig-do-Ar Anysio Botelho | 4) Tenente-Coronel-Aviador Maurício Martins Seidl |
| 2) Coronel-Aviador Eng. Fernando Caggiano Hall | 5) Tenente-Coronel-Aviador Maurício Eugênio do Nascimento Silva |
| 3) Tenente-Coronel-Aviador Carlos Jorge Miranda | 6) Major-Aviador Walter Humberto Monte |
| | 7) Major-Aviador Leo Afonso Sobral |

- | | |
|--|--|
| 8) Major-Intendente Aer Amandio Ribeiro de Magalhães | 13) Capitão Esp Arm Ony Magalhães Machado |
| 9) Major-Intendente Aer Helio Fernandes Avila | 14) 1º Tenente-Aviador Renato Arantes Tinoco |
| 10) Major Ig Gaspar Caetano da Silva | 15) 1º Tenente-Aviador Roberto Julião Pereira de Baére |
| 11) Capitão-Intendente Aer Alcyr Cândido de Almeida | 16) 1º Tenente-Aviador Silvino Romero Pereira Martins |
| 12) Capitão Esp Arm Tertuliano Rocha Filho | 17) 1º Tenente Administração Odilário Brasil |

Rio de Janeiro, Guanabara, 12 de abril de 1964. — Gen-Ex *Arthur da Costa e Silva*. — Ten-Brig *Francisco de Assis Correia de Mello*. — Vice-Alm *Augusto Hamann Rademaker Grunewald*.

ATO Nº 9 — DISPÕE SOBRE O ART. 8º DO ATO INSTITUCIONAL DE 9 DE ABRIL DE 1964

O Comando Supremo da Revolução,

Considerando o imperativo de facilitar, no interesse da Justiça, a apuração da responsabilidade pelo crime contra o Estado ou seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, ou atos de Guerra Revolucionária, a que se refere o Artigo 3º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, resolve:

Art. 1º Os Encarregados de Inquéritos e de Processos, para a apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, ou de atos de Guerra Revolucionária, poderão, sem prejuízo de suas atribuições já previstas em Lei:

A) Delegar a servidores da sua confiança todas as atribuições que lhe competem, para a realização de Diligências ou Investigações, que se tornem necessárias, em qualquer ponto do Território Nacional;

B) Requisitar quaisquer Inquéritos ou Sindicâncias em curso, ou já concluídos, pertinentes à matéria a investigar, ou sob investigação.

Art. 2º O presente Ato entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, Guanabara, 14 de abril de 1964. — Gen-Ex *Arthur da Costa e Silva*. — Ten-Brig *Francisco de Assis Correia de Mello*. — Vice-Alm *Augusto Hamann Rademaker Grunewald*.

PORTARIA Nº 1

O Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandos em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica:

Considerando que a destinação das Forças Armadas, nos termos da Constituição, é defender a Pátria e garantir os Poderes Constitucionais, a Lei e a Ordem;

Considerando as atividades subversivas desenvolvidas por indivíduos, grupos e organizações no País;

Considerando que tais atividades têm base em ideologia contrária ao Regime Democrático e estão, no seu conjunto, subordinadas a planos;

Considerando que a atitude das Forças Armadas, no cumprimento de sua missão Constitucional, fez abortar tais planos, mas não eliminou, por completo, os focos nem apurou responsabilidades;

Considerando fatos públicos e notórios trazidos ao conhecimento do povo brasileiro, através da Imprensa falada, escrita e televisionada;

Considerando, enfim, a existência inequívoca de um clima subversivo, de caráter nitidamente comunista, resolve:

A) Determinar a abertura de Inquérito Policial Militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social;

B) O Inquérito acima deverá apurar também as atividades exercidas pelos elementos citados no Ofício número 170, de 5 de abril de 1964, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado da Guanabara;

C) Designar encarregado dêsse Inquérito o Exmo. Sr. General-de-Divisão Estevão Taurino de Resende Neto, que, assim, fica investido de todos os poderes legais e regulamentares, para o fim em tela.

Rio de Janeiro, Guanabara, 14 de abril de 1964. *Gen-Ex Arthur da Costa e Silva — Ten-Brig Francisco de Assis Correia de Mello — Vice-Alm Augusto Hamann Rademaker Grunewald.*

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL

N.º 7, DE 1964

Suspende, provisoriamente, e em parte, a vigência do artigo 141, § 34, da Constituição.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do artigo 3.º do Ato Institucional e artigo 217, § 4.º, da Constituição, a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. A vigência do parágrafo 34 do artigo 141 da Constituição Federal, na parte em que exige a prévia autorização orçamentária para a cobrança de tributo em cada exercício, fica suspensa até 31 de dezembro de 1964.

Brasília, em 22 de maio de 1964.

A MESA DO SENADO FEDERAL

Auro de Moura Andrade

Presidente

Camilo Nogueira da Gama

Vice-Presidente

Dinarte Mariz

1.º Secretário

Gilberto Marinho

2.º Secretário

Cattete Pinheiro

3.º Secretário em exercício

Guido Mondin

4.º Secretário em exercício

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ranieri Mazzilli

Presidente

Afonso Celso

Vice-Presidente

Lenoir Vargas

2.º Vice-Presidente

José Bonifácio

1.º Secretário

Henrique La Rocque

2.º Secretário

Aniz Badra

3.º Secretário

Dirceu Cardoso

4.º Secretário em exercício

EMENDA CONSTITUCIONAL

N.º 8, DE 1964

Altera a data referida no artigo 87, n.º XVI, da Constituição.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do artigo 3.º do Ato Institucional e artigo 217, § 4.º, da Constituição, a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 87, número XVI, da Constituição, passa

a vigorar com a seguinte redacção:

"Art. 87. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

XVI -- Enviar à Câmara dos Deputados, até 31 de julho de cada ano, a proposta do orçamento."

Brasília, em 22 de maio de 1964.

A MESA DO SENADO FEDERAL

Auro de Moura Andrade
 Presidente

Camilo Nogueira da Gama
 Vice-Presidente

Dinarte Mariz
 1.º Secretário

Gilberto Marinho
 2.º Secretário

Cattete Pinheiro

3.º Secretário em exercício

Guido Monclin

4.º Secretário em exercício

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ranieri Mazzilli
 Presidente

Afonso Celso
 Vice-Presidente

Lenoir Vargas
 2.º Vice-Presidente

José Bonifácio
 1.º Secretário

Henrique La Rocque
 2.º Secretário

Aniz Badra
 3.º Secretário

Dirceu Cardoso
 4.º Secretário em exercício

DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, n.º I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 2, DE 1964

Aprova as convenções de números 115 e 116 adotadas pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em suas 44.ª e 45.ª sessões, realizadas, respectivamente, a 1º de junho de 1960 e 26 de junho de 1961, na cidade de Genebra.

Art. 1.º São aprovadas as seguintes convenções adotadas pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

— N.º 115, votada na 44.ª Sessão, a 1º de junho de 1960, em Genebra, e destinada à proteção dos trabalhadores contra as radiações ionizantes.

— N.º 116, aprovada na 45.ª Sessão, a 26 de junho de 1961, na mesma, as disposições relativas ao preparo dos relatórios sobre a aplicação das Conferências em suas trinta e duas primeiras Sessões com o fim de unificar as disposições relativas ao preparo dos relatórios sobre a aplicação das Convenções, pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de abril de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, n.º I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 3, DE 1964

Aprova o Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países americanos, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962.

Art. 1.º É aprovado o Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países americanos, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de abril de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, n.º I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 4, DE 1964

Aprova o Acórdão Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, aos 12 de março de 1962.

Art. 1.º É aprovado o Acórdão Básico de Cooperação Técnica entre

os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, aos 12 de março de 1962.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de abril de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, n.º I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 5, DE 1964

Aprova a Convenção Única sobre entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961.

Art. 1.º É aprovada a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de abril de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, n.º I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 6, DE 1964

Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica, entre o

Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Bonn, a 30 de novembro de 1963.

Art. 1.º É aprovado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Bonn, a 30 de novembro de 1963.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de maio de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, n.º I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 7, DE 1964

Aprova a "Convenção Internacional de Telecomunicações", firmada pelo Brasil em 21 de dezembro de 1950, por ocasião da Conferência Plenipotenciária Internacional, realizada em Genebra, Suíça.

Art. 1.º É aprovada a "Convenção Internacional de Telecomunicações", firmada pelo Brasil, em 21 de dezembro de 1950, por ocasião da Conferência Plenipotenciária Internacional, realizada em Genebra, Suíça.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1964

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

Aprova o Acôrdo Cultural entre o Govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República Italiana, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1958.

Art. 1º É aprovado o Acôrdo Cultural entre o Govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República Italiana, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1958.

Art. 2º Este Decreto Legislativo, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de junho de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos de art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos em Belém do Pará, e o Engenheiro Civil Luiz Alves.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União de 5 de novembro de 1954, denegatório de registro a contrato celebrado aos 20 de novembro de 1953 entre o Departamento dos Correios e Telégrafos (Diretoria Regional do Pará) e o Engenheiro Civil Luiz Alves, para reparos e limpeza do prédio-sede daquela Diretoria Regional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de junho de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº VII, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1964

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País.

Art. 1º É o Vice-Presidente da República, Sr. José Maria Alkmim, autorizado a ausentar-se do País pelo prazo de 30 (trinta) dias, a fim de dar assistência a um filho, enfermo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Senado Federal 3 de junho de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1964

Aprova o "Convênio de Tráfico Fronteiriço firmado pelo Brasil e a Bolívia, na cidade de La Paz, a 29 de março de 1958".

Art. 1º É aprovado o Convênio de Tráfico Fronteiriço firmado pelo Brasil e a Bolívia, na cidade de La Paz, a 29 de março de 1958.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de junho de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1964

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, a 23 de janeiro de 1961.

Art. 1º É aprovado o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado na cidade do Rio de Janeiro, a 23 de janeiro de 1961.

Art. 2º Este decreto-legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de junho de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1964

Aprova o Tratado de Extradicação entre o Brasil e os Estados Unidos da América e o respectivo Protocolo Adicional.

Art. 1º São aprovados o Tratado de Extradicação entre o Brasil e os Estados Unidos da América e o respectivo Protocolo Adicional, assinados na cidade do Rio de Janeiro aquele em 13 de janeiro de 1961 e este em 18 de junho de 1962.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de junho de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 14, de 1964

Ratifica o Protocolo de Prorrogação do Acôrdo Internacional do Açúcar de 1958, assinado na Conferência das Nações Unidas sobre o Açúcar.

Art. 1º E' ratificado o Protocolo de Prorrogação do Acôrdo Internacional do Açúcar, de 1958, assinado na Conferência das Nações Unidas sobre o Açúcar, realizada em Londres, em julho de 1953.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 19 de junho de 1964. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1964

Aprova o "Acôrdo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Colômbia", assinado em Bogotá, em 25 de maio de 1958.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdo sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 25 de maio de 1958.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 25 de junho de 1964. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 16, DE 1964

Aprova os Estatutos do Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais, criado por Resolução da IX Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizada em 1956.

Art. 1º São aprovados os Estatutos do "Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais", criado em Resolução da IX Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — (UNESCO) — realizada em 1956.

Art. 2º Este decreto-legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1º de julho de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO-LEGISLATIVO

Nº 17, DE 1964

Aprova o Acôrdo de Turismo entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960.

Art. 1º. É aprovado o Acôrdo de Turismo entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960.

Art. 2º Este decreto-legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1º de julho de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

LEI Nº 4.327 — DE 7 DE ABRIL DE 1964

Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e Vice-Presidente da República.

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República na segunda metade do período presidencial, far-se-á eleição pelo Congresso Nacional, para ambos os cargos.

Art. 2º Para essa eleição, o Congresso Nacional será convocado por quem se encontre no exercício da Presidência do Senado, mediante edital publicado no *Diário do Congresso Nacional*, com a antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, e do qual deverá constar a data e hora da sessão.

Art. 3º A sessão, sob a direção da Mesa do Senado Federal, será aberta na hora marcada e, logo que se verificar a presença da maioria dos Congressistas, iniciar-se-á a chamada para a votação.

Parágrafo único. A sessão não deixará de ser aberta nem será suspensa, por falta de *quorum*, devendo prosseguir até que este se verifique, vote, pelo menos, a mencionada maioria e termine o processo de votação, com a proclamação dos eleitos.

Art. 4º A eleição processar-se-á mediante voto secreto e em escrutínios distintos, o primeiro, para Presidente, e o outro, para Vice-Presidente.

Art. 5º Observar-se-á na votação o seguinte:

- a) as cédulas poderão ser impressas ou datilografadas e conterão apenas a designação da eleição e o nome do candidato;
- b) o Congressista chamado receberá uma sobrecarta opaca, ingressará em gabinete indepassável e colocará na sobrecarta a cédula de sua escolha;
- c) ao sair do gabinete exibirá para a Mesa a sobrecarta fechada e, verificando-se ser a mesma que lhe foi entregue, a depositará na urna.

§ 1º Antes de aberta a urna poderá votar qualquer membro do Congresso que não o haja feito quando chamado.

§ 2º As sobrecartas distribuídas deverão ser rigorosamente uniformes.

§ 3º Concluída a chamada e havendo votado a maioria absoluta dos Congressistas, a Mesa, na presença de um Senador e de um Deputado, convidados para escrutinadores, procederá à apuração.

§ 4º O Presidente da Mesa abrirá a sobrecarta e lerá cada cédula, cabendo aos secretários e escrutinadores a contagem e anotação dos votos lidos.

§ 5º Considerar-se-á eleito o candidato que alcançar o voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

§ 6º Não sendo obtida a maioria absoluta, por qualquer dos candidatos, repetir-se-á o escrutínio.

§ 7º Se, após dois escrutínios, nenhum candidato alcançar a maioria absoluta dos sufrágios, considerar-se-á eleito aquele que, no terceiro, obtiver a maioria dos votos apurados e, no caso de empate, o mais idoso.

§ 8º Proclamado o resultado da eleição suspender-se-á imediatamente a sessão pelo tempo necessário a que se lavre a respectiva ata, a qual, reabertos os trabalhos, será submetida à aprovação dos Congressistas, independentemente de *quorum*.

§ 9º A ata da sessão da eleição registrará os nomes dos Congressistas que votaram e os dos que deixaram de votar.

§ 10. Antes de encerrados os trabalhos o Presidente da Mesa convocará o Congresso Nacional a fim de receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República na forma do art. 41, item III, da Constituição Federal.

Art. 6º Somente da matéria da eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República se poderá tratar na sessão a ela destinada.

Art. 7º Nos casos omissos, observar-se-á o disposto no Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 7 de abril de 1964. 143º da Independência e 76º da República.

RANIERI MAZZILLI

Luiz Antônio da Gama e Silva

Proj. 1902/64

LEI Nº 4.322 — DE 7 DE ABRIL DE 1964

Dispõe sobre atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art. 70, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo, da Constituição, a seguinte lei:

Art. 1º As autoridades de Polícia cabe fiscalizar e conceder ingresso em território nacional aos estrangeiros, portadores de visto consular ou de documento comprobatório de sua permanência legal no País. Cabe-lhes, igualmente, opor os impedimentos de ordem política e aqueles suscitados pelo Serviço de Saúde.

Art. 2º Em caso de impedimento a autoridade de polícia anotará o fato na ficha consular de qualificação, no passaporte ou em documento equivalente, que ficará retido.

Parágrafo único. O impedimento suscitado pelo Serviço de Saúde não será levantado sem sua autorização escrita.

Art. 3º Ao estrangeiro em viagem de turismo será exigido apenas o documento comprobatório de sua permanência legal no País, a que se refere o art. 1º desta lei, podendo ser-lhe concedido o prazo de permanência de 6 (seis) meses no território nacional, prorrogável por igual prazo.

Art. 4º A autoridade de Polícia providenciará a identificação, no ato da inspeção do estrangeiro classificado como permanente;

I — que não possuir ficha consular de qualificação;

II — que fôr objeto de desembarque condicional.

Art. 5º As autoridades de Polícia cabe conhecer das infrações do disposto na legislação em vigor, no que concerne à entrada e permanência do estrangeiro no Brasil.

Art. 6º O Comandante ou agente autorizado de embarcação ou aeronave que entrar ou sair do território nacional, apresentará às autoridades de visita uma via da lista de passageiros e de tripulantes, observados os modelos estabelecidos em regulamento.

§ 1º Será fornecida uma via da lista de passageiros que desembarcarem às autoridades de Saúde, Polícia e Alfândega; e em se tratando de aeronave, mais uma via às da Aeronáutica.

§ 2º Quando houver estrangeiros sob o regime de imigração dirigida, a autoridade de Polícia providenciará mais uma via da lista desses passageiros, a qual será entregue ao funcionário do órgão competente encarregado do recebimento e encaminhamento dos mesmos.

Art. 7º As autoridades de Polícia cabe conceder aos estrangeiros o visto de saída do território nacional, obedecidas as exigências da legislação em vigor.

Art. 8º As empresas de navegação aérea e marítima que executarem serviços internacionais de passageiros, suas filiais, ou agências, deverão registrar-se na Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, para os efeitos legais, sem prejuízo das obrigações que lhes couber no órgão competente, quanto ao transporte de imigrantes.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 7 de abril de 1964; 143º da Independência e 78º da República.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Proj. 2722/153

LEI Nº 4.322 — DE 11 DE ABRIL DE 1964

Cria a Escola Agrotécnica "Antônio Versiani Athayde", no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada, no Ministério da Agricultura, a Escola Agrotécnica "Antônio Versiani Athayde" com sede em Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos no Decreto-lei nº 9.813, de 20 de agosto de 1946 — Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 2º Para atender às despesas com a construção da Escola criada na presente Lei, os Orçamentos da República, a partir de 1962, consignarão verba específica mínima de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. A partir da instalação da Escola a verba referida neste artigo será consignada à sua manutenção.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de abril de 1964; 143ª da Independência e 76ª da República.

RANIERI MAZZILLI

Arnaldo Sussekind

Otávio Gouveia de Bulhões

Projeto nº 2184/64

LEI Nº 4.324 — DE 14 DE ABRIL DE 1964

Institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Haverá na Capital da República um Conselho Federal de Odontologia e em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal, um Conselho Regional de Odontologia, denominado segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal.

Art. 2º O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia ora instituídos constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e têm por finalidade a supervisão da ética profissional em toda a República, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

Art. 3º O Conselho Federal de Odontologia compor-se-á de 9 (nove) membros e outros tantos suplentes, todos de nacionalidade brasileira, com mandato trienal, eleitos por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos em assembléia dos delegados dos Conselhos Regionais.

Art. 4º São atribuições do Conselho Federal:

- a) organizar o seu regimento interno;
- b) aprovar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais;
- c) eleger o presidente e o secretário-geral do Conselho;
- d) votar e alterar o Código de Deontologia Odontológica, ouvidos os Conselhos Regionais.
- e) promover quaisquer diligências ou verificações relativas ao funcionamento dos Conselhos de Odontologia, nos Estados ou Territórios e Distrito Federal, e adotar, quando necessário, providências convenientes a bem da sua eficiência e regularidade, inclusive a designação de diretoria provisória;
- f) propor ao Governo Federal a emenda ou alteração do Regulamento desta Lei;
- g) expedir as instruções necessárias ao bom funcionamento dos Conselhos Regionais;
- h) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- i) em grau de recursos por provocação dos Conselhos Regionais ou de qualquer interessado, deliberar sobre admissão de membros aos Conselhos Regionais e sobre penalidades impostas aos mesmos pelos referidos Conselhos;

f) proclamar os resultados das eleições, para os membros dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal a terem exercício no triênio subsequente;

l) aplicar aos membros dos Conselhos Regionais, e aos próprios, as penalidades que couberem pelas faltas praticadas no exercício de seu mandato;

m) aprovar o orçamento anual próprio e dos Conselhos Regionais;

n) aprovar, anualmente, as contas próprias e as dos Conselhos Regionais;

Art. 5º O mandato dos membros do Conselho Federal de Odontologia será meramente honorífico, exigida como requisito para eleição a qualidade de cirurgião-dentista devidamente legalizado.

Art. 6º Na primeira reunião ordinária do Conselho Federal será eleita a sua diretoria composta de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, na forma do registro.

Art. 7º Ao Presidente do Conselho Federal compete:

Presidir as sessões do Conselho Federal, representá-lo judicial e extrajudicialmente, velar pelo decore e pela independência dos Conselhos de Odontologia e pelo livre exercício legal dos direitos de seus membros.

Art. 8º A renda do Conselho Federal será constituída de:

a) 20% da totalidade do imposto sindical pago pelos cirurgiões-dentistas;

b) Um terço das anuidades cobradas pelos Conselhos Regionais;

c) Um terço da taxa de expedição das carteiras profissionais;

d) Um terço das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais;

e) doações e legados;

f) subvenções oficiais;

g) bens e valores adquiridos.

Art. 9º Os Conselhos Regionais serão instalados em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal, sendo compostos de 5 (cinco) membros e outros tantos suplentes, com mandato bienal eleitos em votação secreta, por maioria absoluta de votos dos cirurgiões-dentistas inscritos na respectiva região.

Parágrafo único. O mandato dos membros dos Conselhos Regionais será meramente honorífico exigida como requisito para eleição a qualidade de cirurgião-dentista devidamente legalizado, de nacionalidade brasileira.

Art. 10. A diretoria de cada Conselho Regional compor-se-á de presidente, secretário e tesoureiro, eleitos na primeira reunião ordinária do Conselho.

Art. 11. Aos Conselhos Regionais compete:

a) deliberar sobre inscrição e cancelamento, em seus quadros, de profissionais registrados, na forma desta lei.

b) fiscalizar o exercício da profissão, em harmonia com os órgãos sanitários competentes;

c) deliberar sobre assuntos atinentes à ética profissional, impondo a seus infratores as devidas penalidades;

d) organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal;

e) sugerir ao Conselho Federal as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional;

f) eleger um delegado-eleitor para a assembleia referida no art. 3º;

g) dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais, com recurso suspensivo para o Conselho Federal;

h) expedir carteiras profissionais;

i) promover por todos os meios ao seu alcance o perfeito desempenho técnico e moral de odontologia, da profissão e dos que a exercem;

j) publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;

k) exercer os atos de jurisdição que por lei lhes sejam cometidos;

l) designar um representante em cada município de sua jurisdição;

m) submeter à aprovação do Conselho Federal o orçamento e as contas anuais.

Art. 12. A renda dos Conselhos Regionais será constituída de:

- a) taxa de inscrição;
- b) dois terços da taxa de expedição de carteiras profissionais;
- c) dois terços da anuidade paga pelos membros inscritos no Conselho;
- d) dois terços das multas aplicadas;
- e) doações e legados;
- f) subvenções oficiais;
- g) bens e valores adquiridos.

Art. 13. Os cirurgiões-dentistas só poderão exercer legalmente a odontologia após o registro de seus diplomas na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia do Ministério da Saúde, no Departamento Estadual de Saúde e de sua inscrição no Conselho Regional de Odontologia sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 14. Aos profissionais registrados de acordo com essa lei será entregue uma carteira profissional que os habilitará ao exercício da odontologia.

§ 1º No caso em que o profissional tiver que exercer, temporariamente a odontologia em outra jurisdição apresentará sua carteira para ser visada pelo Presidente do Conselho Regional desta jurisdição.

§ 2º Se o cirurgião-dentista inscrito no Conselho Regional de um Estado passar a exercer, de modo permanente atividade em outra região, assim se entendendo o exercício da profissão por mais de noventa dias, na nova jurisdição, ficará obrigado a requerer inscrição secundária no quadro respectivo ou para ele se transferir, sujeito, em ambos os casos à ação do Conselho em cuja jurisdição estiver em exercício.

§ 3º Quando deixar temporária ou definitivamente, de exercer atividade profissional, o profissional restituirá a carteira ao Conselho onde estiver inscrito.

§ 4º No prontuário do cirurgião-dentista serão feitas quaisquer anotações referentes à atividade profissional, inclusive elogios e penalidades.

Art. 15. A carteira profissional de que trata o artigo anterior valerá como documento de identidade e terá fé pública.

Art. 16. Todo aquele que, mediante anúncios, placa, cartões ou outros meios quaisquer se propuser ao exercício da odontologia fica sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão, se não estiver devidamente registrado.

Art. 17. O poder disciplinar de aplicar penalidades aos cirurgiões-dentistas compete ao Conselho Regional em que estavam inscritos ao tempo do fato punível.

Parágrafo único. A jurisdição disciplinar estabelecida neste artigo não derroga a jurisdição comum quando o fato constitua crime punido em lei.

Art. 18. As penas disciplinares aplicáveis pelos Conselhos Regionais aos cirurgiões-dentistas inscritos são as seguintes:

- a) advertência confidencial, em aviso reservado;
- b) censura confidencial, em aviso reservado;
- c) censura pública, em publicação oficial;
- d) suspensão do exercício profissional até 30 dias;
- e) cassação do exercício profissional, "ad referendum" do Conselho Federal.

§ 1º Salvo os casos de gravidade manifesta que exijam aplicação imediata da penalidade mais grave, a imposição das penas obedecerá à graduação deste artigo.

§ 2º Em matéria disciplinar, o Conselho Regional deliberará, de ofício ou em consequência de representação de autoridade, de qualquer membro, ou de pessoa estranha ao Conselho, interessada no caso.

§ 3º A deliberação do Conselho precederá sempre audiência do acusado, sendo-lhe dado defensor no caso de não ser encontrado, ou fôr revel.

§ 4º Da imposição de qualquer penalidade, caberá recurso, no prazo de 30 dias, contados da ciência para o Conselho Federal, sem efeito suspensivo, salvo nos casos das alíneas d e e, em que o efeito será suspensivo.

§ 5º Além do recurso previsto no parágrafo anterior, não caberá qualquer outro de natureza administrativa, salvo aos interessados a via judiciária para as ações que forem devidas.

§ 6º As denúncias contra membros dos Conselhos Regionais só serão recebidas quando devidamente assinadas e acompanhadas de indicação de elementos comprobatórios do alegado.

Art. 19. Constituem a assembleia geral de cada Conselho Regional os cirurgiões-dentistas inscritos, que se acham no pleno gozo de seus direitos e tenham aí a sede principal de sua atividade profissional.

Parágrafo único. A assembleia geral será dirigida pelo presidente do Conselho Regional respectivo.

Art. 20. A Assembleia compete:

I — ouvir a leitura e discutir o relatório e contas da diretoria. Para esse fim se reunirá, ao menos, uma vez por ano, sendo nos casos em que se tenha de realizar a eleição do Conselho Regional de 30 a 45 dias antes da data fixada para essa eleição;

II — autorizar a alienação de imóveis do patrimônio do Conselho;

III — fixar ou alterar as taxas de contribuições cobradas pelo Conselho pelos serviços praticados;

IV — deliberar sobre as questões ou consultas submetidas à sua decisão pelo Conselho ou pela diretoria;

V — eleger um delegado e um suplente para eleição dos membros e suplentes do Conselho Federal.

Art. 21. A assembleia geral, em primeira convocação, reunir-se-á com a maioria absoluta de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de membros presentes.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Art. 22. O voto é pessoal e obrigatório em toda eleição, salvo doença ou ausência comprovada plenamente.

§ 1º Por falta injustificada à eleição, incorrerá o membro do Conselho na multa de Cr\$ 200,00, dobrada na reincidência.

§ 2º Os cirurgiões-dentistas que se encontrarem fora da sede das eleições, por ocasião destas, poderão dar seu voto em dupla sobrecarta, opaca, fechada e remetida pelo correio sob registro, por ofício, com firma reconhecida, ao Presidente do Conselho Regional.

§ 3º Serão computadas as cédulas recebidas, com as formalidades do parágrafo precedente, até o momento de encerrar-se a votação. A sobrecarta maior será aberta pelo Presidente do Conselho, que depositará uma sobrecarta menor na urna, sem violar o segredo do voto.

§ 4º As eleições serão anunciadas no órgão oficial e em jornal de grande circulação, com 30 dias de antecedência.

§ 5º As eleições serão feitas por escrutínio secreto, perante o Conselho, podendo, quando haja mais de duzentos votantes, determinarem-se locais diversos para recebimento dos votos, permanecendo, nesse caso, em cada local, dois profissionais designados pelo Conselho.

§ 6º Em cada eleição os votos serão recebidos durante seis horas contínuas pelo menos.

Art. 23. A inscrição dos profissionais já registrados nos órgãos de saúde pública na data da presente lei será feita independente de apresentação de diplomas, mediante prova do registro na repartição competente.

Art. 24. O pessoal a serviço do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais será regido pela legislação trabalhista e inscrito, para efeito da previdência social, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Art. 25. Dentro de 30 (trinta) dias da expedição da presente lei, a Federação Nacional dos Odontologistas, ouvido o Ministério do Trabalho e Previdência Social enviará ao Ministério da Saúde, para referendar uma lista contendo os nomes de 9 (nove) membros efetivos e 9 (nove) suplentes para constituírem o Conselho Federal de Odontologia provisório.

§ 1º O Conselho Federal provisório terá o mandato de 12 meses da data da sua instalação, incumbindo-lhe designar os Conselhos Regionais provisórios, orientar a eleição dos Conselhos Regionais e sua instalação e providenciar a eleição dos membros do primeiro Conselho Federal de Odontologia.

§ 2º Ao Conselho Federal provisório caberá, ainda, providenciar os recursos financeiros para sua instalação, prestando contas de sua gestão ao Conselho Federal que se lhe seguir.

Art. 26. O Poder Executivo providenciará a entrega, ao Conselho Federal de Odontologia provisório, de 40% da totalidade do imposto sindical, pago pelos cirurgiões-dentistas, no corrente exercício a fim de que sejam empregados na instalação do mesmo Conselho e dos Conselhos Regionais.

Art. 27. Os Conselhos Regionais provisórios, a que se refere o art. 25, organizarão a tabela de emolumentos devidos pelos inscritos, submetendo-a à aprovação do Conselho Federal.

Art. 28. Enquanto não for elaborado e aprovado pelo Conselho Federal de Odontologia, ouvidos os Conselhos Regionais, o Código de Odontologia Odontológica, vigorará o aprovado pelo Conselho Deliberativo Nacional da União Odontológica Brasileira no VI Congresso Odontológico Brasileiro.

Art. 29. O Poder Executivo tomará medidas para a instalação condigna dos Conselhos de Odontologia no Distrito Federal e nas capitais dos Estados e Territórios, tanto quanto possível em edifícios públicos.

Art. 30. O Conselho Federal de Odontologia elaborará o projeto de regulamentação desta lei apresentando-o por intermédio do Ministério da Saúde, à aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 31. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

RANIERI MAZZILLI

Vasco da Cunha

Arnaldo Sussekind

Proc/ 2286/60

LEI Nº 4.325 — DE 16 DE ABRIL DE 1964

Reverte ao Serviço Ativo do Exército o Tenente Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art 70, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo, de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo, da Constituição, a seguinte lei:

Art. 1º Reverte ao serviço ativo o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, transferido à inatividade remunerada com 21 anos, 4 meses e 25 dias, de efetivo serviço, fundado em lei aplicável aos que contam mais de 25 anos de serviço efetivo, dependendo porém, a referida reversão da vaga existente nos quadros.

Art. 2º A presente lei não dá direitos a vencimentos atrasados em consequência da insubsistência do Decreto que transferiu o citado oficial à inatividade remunerada sem o tempo de serviço exigido em lei e sem motivos legais que o justifiquem.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de abril de 1964, 143º da Independência e 76º da República.

Proj. 3408/61

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.326 — DE 26 DE ABRIL DE 1964

Estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º, do art. 70 da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1º Verificada vaga em cargo público regularmente criado em lei, o respectivo provimento será feito, por ato do Presidente da República, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Será dispensada a nomeação se o Presidente da República, no mesmo prazo, enviar mensagem ao Congresso Nacional com projeto de extinção do cargo por desnecessário.

Art. 2º Se o provimento depender de indicação de outro órgão, ou de concurso, o prazo referido no artigo anterior contar-se-á da data em que for entregue ao Presidente da República a indicação ou o resultado do concurso, com a habilitação ou classificação dos candidatos.

Parágrafo único. Ficará suspenso o curso do prazo, até final decisão, se houver recurso administrativo contra a regularidade da indicação, ou do concurso.

Art. 3º Se a vaga se verificar em cargo cujo provimento dependa de prévia aprovação do Senado (Constituição, art. 63, nº I), o nome proposto será encaminhado pelo Presidente da República àquela Casa do Congresso Nacional no prazo previsto no artigo primeiro.

Art. 4º Comunicado ao Presidente da República o pronunciamento do Senado, se este for favorável, será de 10 (dez) dias o prazo para nomeação, se for contrário, começará a correr novo prazo de 30 (trinta) dias para a mensagem com a proposta de outro nome.

Art. 5º Aplica-se esta lei, no que couber, às autoridades que tenham competência constitucional para prover cargos públicos.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de abril de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Proj. 2182/60

LEI Nº 4.327 — DE 30 DE ABRIL DE 1964

Promove a General-de-Exército o General-de-Divisão Olímpio Mourão Filho, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Será promovido a General-de-Exército, independente de vaga, o General-de-Divisão Olímpio Mourão Filho, sem prejuízo da que decorreria de sua transferência para a reserva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

Proj. 1904/64

LEI Nº 4.328 — DE 30 DE ABRIL DE 1964

Instituto o novo Código de Vencimentos dos Militares

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

PART E GERAL

TÍTULO ÚNICO

Disposições Preliminares

Art. 1º Este Código regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Art. 2º Para os efeitos deste Código são adotadas as seguintes definições:

a) Cargo, Função ou Comissão — é o conjunto de atribuições definidas por lei, regulamento ou ato ministerial e cometidas, em caráter permanente ou não, ao militar;

b) Encargo — é a missão ou atribuição de serviço cometida a um militar;

c) Assunção de Cargo Função ou Comissão — é o ato pelo qual o militar fica investido da capacidade legal para exercer as atribuições que, respectivamente, lhe correspondam;

d) Exercício de Cargo, Função ou Comissão — é a execução das atribuições que, respectivamente, lhes caibam em virtude de disposições legais, regulamentares ou baixadas por ato ministerial;

e) Organização Militar — (OM) — é a denominação genérica dada a corpo, repartição estabelecimento navio, órgão, base, parque, arsenal ou qualquer outra unidade tática, administrativa ou operativa de uma Força Armada;

f) Sede — no País — é todo o território do município, ou dos municípios vizinhos quando ligados por freqüentes meios de transporte, dentro do qual se localizam as instalações de uma Organização Militar considerada; — no exterior — é todo o território do país estrangeiro em que o militar estiver servindo, exceto nas comissões exercidas a bordo, quando a sede será o navio;

g) Comandante — é a denominação genérica dada ao militar mais graduado ou mais antigo de cada Organização Militar correspondendo, assim, àquela de Diretor, Chefe, Comandante ou outra denominação que tenha ou venha a ter aquela que for por ela responsável; e

h) Missão Executiva — é a que se refere ao cumprimento de ordens específicas dos Comandos Direções ou Chefias.

PART E PRIMEIRA

Do Militar em Atividade no País em Tempo de Paz

TÍTULO I

Dos Vencimentos

Art. 3º Vencimentos ou vencimento é o quantitativo em dinheiro devido ao militar em serviço ativo.

Parágrafo único. Os vencimentos compreendem:

a) Sólido;

b) Gratificações.

CAPÍTULO I

Do Sólido

Art. 4º Sólido é a parte básica do vencimento correspondente ao posto ou graduação do militar da ativa e a este atribuído de acordo com a Tabela de Sólido em vigor.

Parágrafo único. O Sólido do militar é irredutível, não está sujeito a penhora, seqüestro ou arresto, senão nos casos e pela forma regulada neste Código.

Art. 5º O direito ao sólido devido ao militar começa a partir da data:

- a) do Decreto de promoção, do ato de convocação ou designação para o serviço ativo, para o oficial;
- b) do ato da declaração ou de convocação para o serviço ativo, para o aspirante a oficial ou guarda-marinha;
- c) do ato da promoção ou nomeação, para subtenente ou suboficial;
- d) do ato da promoção, da classificação, ou do engajamento para as demais praças;
- e) da incorporação nas Forças Armadas, após a apresentação, para os convocados e voluntários;
- f) da apresentação à organização competente do respectivo Ministério, quando a nomeação inicial decorrer de habilitação em concurso;
- g) do ato da matrícula, para os alunos de Escolas Preparatórias, de Formação de Sargentos, de Formação de Oficiais e suas congêneres, bem como para os aprendizes-marinheiros.

Parágrafo único. Excetuam-se das condições deste artigo, os casos em que o ato tenha caráter retroativo, quando será devido o sólido a partir da data expressamente declarada no ato.

Art. 6º Cessa o direito do militar ao sólido, na data:

- a) do óbito;
- b) em que deixe efetivamente o exercício da atividade por:
 - 1) desconvocação, licenciamento, baixa, demissão voluntária, dispensa do serviço ativo ou das funções da atividade;
 - 2) exclusão, expulsão ou perda de posto e patente;
 - 3) nomeação para Ministro do Superior Tribunal Militar;
 - 4) transferência para a reserva remunerada ou reforma.

Art. 7º Suspende-se temporariamente o direito do militar ao sólido, quando:

- a) em licença para tratar de interesse particular;
- b) em licença para o exercício de atividade técnica de sua especialidade em organização civil;
- c) em licença para exercer função ou atividade estranha ao serviço militar;
- d) no exercício do mandato de cargo eletivo de natureza política;
- e) no período de deserção;
- f) no período em que não estiver em efetivo exercício de cargo, função ou comissão previstas para as Forças Armadas e ocupar função não qualificada pelo Poder Executivo como de interesse militar.

Art. 8º Perceberá o sólido o militar:

- a) no cumprimento de pena igual ou menor de 2 (dois) anos, decorrente de sentença;
- b) quando em licença, por período superior a 6 (seis) meses, para tratamento de saúde de pessoa da família;
- c) quando preso ou detido em consequência de inquérito, processo com prejuízo do serviço ou quando agregar sujeito a processo no foro militar ou à disposição da Justiça Civil;
- d) quando excedidos os prazos legais ou regulamentares de afastamento do serviço;

- e) quando afastado das funções por incompatibilidade profissional ou moral, conforme previsto no Estatuto dos Militares;
- f) no período de ausência não justificada;
- g) quando em licença para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos por conta própria.

Art. 9.º O soldo do militar considerado desaparecido ou extraviado em caso de calamidade pública ou no desempenho de qualquer serviço será paga aos herdeiros que teriam direito à sua pensão militar.

§ 1.º No caso previsto neste artigo, ao fim de 6 (seis) meses far-se-á habilitação dos herdeiros na forma da lei, cessando o pagamento do soldo.

§ 2.º Na hipótese do reaparecimento do militar após o prazo de 6 (seis) meses, caber-lhe-á o pagamento da diferença entre o soldo e a pensão recebida pelos herdeiros, como se tivesse permanecido em serviço, a partir do dia imediato ao término daquele prazo.

Art. 10. O militar no desempenho de cargo, comissão ou função atribuída privativamente a posto ou graduação superior à sua, perceberá o soldo correspondente a esse posto ou graduação.

§ 1.º Quando na substituição prevista neste artigo, o cargo, função ou comissão for atribuída a mais de um posto, caberá ao substituto — se de posto ou graduação inferior aos estabelecidos — soldo correspondente ao menor dos mesmos.

§ 2.º Para os efeitos do disposto no presente artigo prevalecerão os postos e graduações correspondentes aos cargos, funções ou comissões estabelecidos em leis, regulamentos, regimentos, e, na falta destes, nos quadros de efetivo ou lotação.

§ 3.º Aplicam-se às substituições decorrentes de outras os mesmos dispositivos referentes à substituição inicial que as determinou.

§ 4.º O disposto neste artigo não se aplica nas substituições:

- a) por motivo de férias até 45 (quarenta e cinco) dias;
- b) por motivo de gala, nójo, e outras dispensas, até 30 (trinta) dias;
- c) de oficiais professores pertencentes ao quadro do magistério militar.

Art. 11. O militar continuará com direito ao soldo do seu posto ou graduação:

- a) quando exercer cargo, função ou comissão atribuído indiferentemente a dois ou mais postos ou graduação e possuir qualquer destes postos ou graduações;
- b) quando ficar adido a qualquer Organização Militar, com ou sem especificação de motivos;
- c) quando em gozo de férias, repouso aéreo, dispensa do serviço ou em virtude de gala, nójo trânsito e instalação;
- d) quando em gozo de licença-prémio ou quando exercer função militar ou de interesse militar a juízo do Governo Federal, não prevista na organização da respectiva Força Armada, no país ou no estrangeiro;
- e) quando na ativa pertencer ao Magistério Militar;
- f) quando hospitalizado, ou em licença para tratamento da própria saúde, até 2 (dois) anos;
- g) quando em licença, até 6 (seis) meses, para tratamento de saúde de pessoa da família;
- h) em todos os demais casos não previstos nos arts. 6.º e 7.º deste Código.

CAPÍTULO II

Das gratificações

Art. 12. Gratificações são as partes do vencimento atribuídas ao militar, em decorrência da natureza e das condições com que se desobriga das suas atividades profissionais, bem como do tempo de efetivo serviço por ele prestado.

Art. 13. O militar pelo efetivo exercício de suas funções, fará jus às Gratificações seguintes:

- a) Gratificação de Tempo de Serviço;
- b) Gratificação de Função Militar;
- c) Gratificação de Localidade Especial.

Art. 14. Para fins de concessão das Gratificações, tomar-se-á por base o valor do soldo do posto ou graduação que efetivamente possuía o militar, e não o correspondente a funções eventualmente desempenhadas.

§ 1º Não terão direito às Gratificações os militares enquadrados nos artigos 6º e 7º deste Código.

§ 2º O militar enquadrado no artigo 8º fará jus às Gratificações cujo direito à percepção lhe tenha sido assegurado em caráter permanente.

§ 3º O militar enquadrado no artigo 11 continuará percebendo as gratificações a que vinha fazendo jus, exceto o enquadrado na alínea d) do mesmo artigo, o qual não perceberá a gratificação de Função Militar de categoria "B".

§ 4º O militar que, por sentença passada em julgado, fôr declarado livre de culpa em crime que lhe tenha sido imputado, terá direito às gratificações que deixou de receber no período da prisão ou detenção.

§ 5º De indulto, perdão ou livramento condicional não decorre o direito a qualquer pagamento.

Seção I

Da Gratificação de Tempo de Serviço

Art. 15. A Gratificação de Tempo de Serviço é devida ao militar por quinquênio de efetivo serviço prestado.

Art. 16. Ao completar um, dois, três, quatro, cinco, seis e sete quinquênios de efetivo serviço o militar fará jus à Gratificação de Tempo de Serviço de valor respectivamente igual a cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco por cento do soldo do seu posto ou graduação.

§ 1º O direito a esta gratificação começa no dia imediato àquele em que o militar completar o quinquênio considerado, reconhecido mediante publicação em Boletim das Diretorias do Pessoal ou da Organização Militar, conforme fôr determinado em cada Força Armada.

§ 2º Para a apuração do tempo de efetivo serviço será computado o espaço de tempo contado dia a dia, a partir da data em que o militar, a qualquer título, passou a receber vencimentos militares, deduzidos os períodos não computáveis na forma do Estatuto dos Militares e desprezados os acréscimos previstos para a inatividade pela legislação vigente, exceto o tempo dobrado de serviço de campanha que é considerado de efetivo serviço.

§ 3º Os oficiais admitidos nas Forças Armadas por concurso, para o qual é exigido curso universitário, contarão como tempo de serviço para efeito deste Capítulo, o número de anos correspondentes à duração dos respectivos cursos acadêmicos, desde que não haja superposição com tempo de serviço anteriormente computado.

Seção II

Da Gratificação de Função Militar

Art. 17. A Gratificação de Função Militar é atribuída ao militar pelo efetivo desempenho das atividades específicas de sua Arma, Serviço, Corpo ou Quadro, na forma do estabelecido nesta Seção.

Parágrafo único. A Gratificação de que trata este artigo é classificada em três categorias: A, B e C.

Art. 18. A Gratificação de Função Militar de Categoria A é devida ao militar pelo efetivo exercício de tempo integral de cargo, função ou comissão prevista para as Forças Armadas, bem como por ter que se sujeitar

a regime de trabalho incompatível com o exercício de qualquer outra actividade pública ou privada e o valor corresponde ao soldo do posto ou graduação efectiva.

Parágrafo único. Quando o militar estiver sem função em decorrência da falta desta em sua Arma, Serviço, Corpo ou Quadro, ou por força de circunstâncias independentes de sua vontade, ser-lhe-á atribuída a Gratificação de que trata este artigo.

Art. 19. A Gratificação de Função Militar de Categoria B, cujo valor é de 10% (dez por cento) do soldo do posto ou graduação, é devida ao militar quando em exercício de funções nas seguintes situações:

- a) servindo em corpo de tropa e bases;
- b) embarcado em navio da Armada ou guarnecendo navio mercante;
- c) servindo em Hospitais e Arsenal, Parques, Estabelecimentos, Fábricas, Depósitos, funcionando em regime industrial ou com horário especial de trabalho;
- d) em função de docência, ensino ou instrução em Escola, Colégio, Instituto, Curso ou Centro de Ensino ou Instrução das Forças Armadas;
- e) em levantamentos topográficos, geográficos, hidrográficos, oceanográficos, manutenção de faróis e construção de rodovias ou ferrovias, determinados pela Diretoria ou Serviço competente;
- f) em efetivo exercício de funções de Estado-Maior ou de Técnico.

§ 1º Os Ministros Militares especificarão as Organizações Militares e estabelecerão as condições que enquadram o militar nas disposições deste artigo.

§ 2º Ao militar que se enquadre simultaneamente em mais de uma das actividades discriminadas neste artigo, somente será abonada a gratificação correspondente a uma delas.

Art. 20. A Gratificação de Função Militar de Categoria C, cujo valor corresponde a 40% (quarenta por cento) do posto ou graduação, é atribuída ao militar no efectivo exercício de funções ou no desempenho de actividades nos serviços especiais abaixo discriminados:

- a) Voo — em aeronave militar, como tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aereo ou fotogrametrista, cumprindo missão, Plano de Provas ou programa de exercícios determinados por autoridade competente;
- b) Salto — com para-quedas, de aeronave militar em voo, em cumprimento de missão ou programa de exercícios determinados por autoridade competente;
- c) Submarino — no exercício de funções regulamentares a bordo de submarino;
- d) Mergulho — em escafandro ou com aparelho, no cumprimento de missão ou programa de exercícios de escafandria ou mergulho, determinados por autoridade competente.

§ 1º A um mesmo militar somente será abonada a gratificação correspondente a um dos serviços especiais de que trata este artigo, sendo vedada a acumulação resultante de possível desempenho simultâneo de actividades pertencentes a mais de um deles.

§ 2º Em qualquer hipótese o valor da gratificação de que trata este artigo não poderá ser inferior à atribuída ao cabo engajado.

Art. 21. A Gratificação de Função Militar de Categoria C é devida ao militar:

- a) durante os estágios de aprendizagem dos respectivos serviços especiais, a partir da data:
 - 1) do primeiro exercício de voo em aeronave militar;
 - 2) do primeiro salto em para-quedas, de aeronave militar em voo;
 - 3) da primeira imersão em submarino;
 - 4) do primeiro mergulho em escafandro ou com aparelho;
- b) do serviço especial de voo, no período subsequente ao cumprimento do Plano de Provas;

c) pertencente aos serviços especiais de salto, de submarino ou de mergulho: durante o período em que estiver servindo em Organização Militar específica do setor considerado, e desde que cumpra as missões ou Planos de Provas para ela estabelecidos;

§ 1º Não perderá o direito à percepção dessa gratificação o militar que a ela fizer jus:

— quando hospitalizado ou licenciado para tratamento de saúde em consequência de acidente, de enfermidade ou de moléstia contraída em serviço ou dele decorrente;

— quando se afastar da Organização Militar para realizar curso ou estágio de especialização ou de aperfeiçoamento de serviço de voo, de salto, de submarino ou de mergulho.

§ 2º O aluno de Escola de Formação de Oficiais recrutado entre praças, que já tenha assegurado o direito à percepção da Gratificação do art. 20, continuará a fazer jus, até o desligamento da Escola, à Gratificação que percebia por ocasião da matrícula.

Art. 22. O Ministro de cada Pasta Militar estabelecerá para o serviço especial considerado, as missões e os Planos de Provas que definirão os requisitos mínimos a que deve o militar satisfazer para que lhe seja assegurado o direito à percepção da Gratificação de Categoria C.

§ 1º Para os efeitos de abono da Gratificação, a que se refere este artigo, somente serão considerados os voos, saltos, imersões e mergulhos realizados por ordem de autoridade competente e devidamente homologados.

§ 2º Os voos realizados em aeronaves civis, por militares da Força Aérea Brasileira, para o cumprimento de missões específicas de "História de Aeronaves Civis" e "Verificação de Proficiência de Pilotos Civis", serão considerados para o efeito das provas relativas ao Serviço de voo e percepção da gratificação correspondente, quando expressamente determinados por autoridade competente.

Art. 23. O Plano de Provas correspondente a cada serviço especial, baixado por ato do Ministro de cada Pasta Militar, regulará:

- a duração do período de provas;
- o número mínimo de saltos, de horas de voo, de imersão ou de mergulho, a serem cumpridos em cada período;
- a forma, as condições e a maneira de calcular e homologar os exercícios realizados;
- o processo de reconhecimento de direito à percepção da Gratificação de Categoria C.

Art. 24. Suspende-se o pagamento da gratificação de Função Militar de Categoria C ao militar que tiver incorrido em infração da disciplina exigida para suas atividades especiais, na forma do Regulamento Disciplinar respectivo.

Art. 25. É assegurado ao militar que tenha feito jus à Gratificação de Função Militar de Categoria C o pagamento definitivo dessa gratificação, por cotas correspondentes aos anos de efetivo desempenho da atividade especial considerada, na forma do disposto nos parágrafos seguintes:

§ 1º O direito à percepção de cada cota é adquirido ao fim de um ano de atividade no setor especial considerado, desde que o militar cumpra os requisitos mínimos fixados no Plano de Provas respectivo.

§ 2º O valor de cada cota é igual a 1/10 (um décimo) da gratificação integral correspondente ao soldo do posto ou graduação do militar ao terminar o último período em que tenha executado o Plano de Provas.

§ 3º O valor das cotas sofrerá os reajustamentos decorrentes das mudanças da Tabela de Soldo.

§ 4º Para fins deste artigo, o número de cotas abonadas a um mesmo militar não poderá exceder de 10 (dez).

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica ao militar que faça jus ao pagamento desta Gratificação em seu valor integral, na forma dos artigos 20 e 21.

Art. 26. A Gratificação de Função Militar de Categoria C, devida aos militares compreendidos no art. 20, será computada para fins de incorporação aos proventos da inatividade por cotas correspondentes aos períodos efetivamente cumpridos e calculados na forma do art. 25.

Art. 27. O militar enquadrado no art. 18 e que não satisfaça as condições previstas para o abono de gratificação de Categoria C, quando realizar vôos em objeto de serviço, por ordem de autoridade competente, fará jus a essa gratificação, calculada pela metade do seu valor no período subsequente àquele em que houver realizado um total de hora igual à metade do estabelecido para os militares de que trata a letra a) do art. 20.

Parágrafo único. Para fins de incorporação aos proventos da inatividade, os tempos de vôo de que trata este artigo serão registrados em cadernetas próprias ou nos assentamentos do militar, conforme fôr determinado em cada Ministério.

Art. 28. O militar enquadrado no artigo anterior terá direito à incorporação a seus proventos da inatividade de um número de cotas da Gratificação de Função Militar de Categoria C igual ao quociente obtido pela seguinte divisão:

— dividendo: o número de horas totalizadas como é determinado no parágrafo único do art. 27;

— divisor: o número de horas de vôo que tenha sido estabelecido como exigência mínima no Plano de Provas em vigor quando cumprir sua última atividade de vôo;

— quociente: o número de cotas a que tem direito para incorporação de conformidade com o art. 27, sendo desprezado o que exceder de 10 (dez) cotas.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, as frações iguais ou superiores a cinco décimos serão arredondadas para a unidade e as inferiores àquele limite serão desprezadas.

Art. 29. As Gratificações de Função Militar previstas nesta Seção poderão ser acumuladas, desde que satisfeitas as exigências estabelecidas para cada Categoria.

Seção III

Da Gratificação de Localidade Especial

Art. 30. A Gratificação de Localidade Especial é a atribuída ao militar pela permanência em localidade de precárias condições de vida e de salubridade, inóspitas e situadas em regiões fronteiriças, litorâneas, oceânicas ou regiões mediterrâneas do Território Nacional.

Art. 31. A Gratificação de Localidade Especial é classificada em duas categorias:

- A — correspondente a 40% (quarenta por cento) do soldo do militar;
- B — correspondente a 20% (vinte por cento) do soldo do militar.

Art. 32. O Poder Executivo, em decreto comum às Forças Armadas, determinará as localidades a que serão aplicadas as disposições desta Seção, para as duas categorias, sendo que para as da Categoria A serão observadas mais as circunstâncias de precariedade de meios de acesso e de comunicações.

Art. 33. Por ato dos Ministros das Pastas Militares serão enquadrados nas disposições desta Seção os militares que forem cumprir, nas localidades especificadas na forma do artigo anterior, missões ou comissões de caráter transitório.

Art. 34. O direito à percepção da Gratificação de que trata esta Seção começa no dia da chegada do militar à localidade especial e termina na data da sua partida.

Parágrafo único. Mantém-se o direito do militar à Gratificação de Localidade Especial quando afastado de sua localidade por motivo de serviço, férias, licença de não de gala, de dispensa do serviço, ou quando hospitalizado ou licenciado por motivo de acidente em serviço ou de moléstia adquirida em consequência da inospitalidade da região.

TÍTULO II

Das Indenizações

Art. 35. Indenização é o quantitativo em dinheiro ou a prestação de serviços devidos ao militar ou a seus dependentes declarados, além dos vencimentos, para atender às despesas decorrentes de obrigações impostas pelo desempenho do cargo, função, comissão ou missão que lhe fôr atribuída.

§ 1º As indenizações compreendem:

- a) Diárias;
- b) Ajuda de custo;
- c) Transporte;
- d) Representação.

§ 2º Para fins de cálculo das indenizações tomar-se-á por base o valor do soldo do posto ou graduação que o militar efetivamente possui.

CAPÍTULO I

Das diárias

Art. 36. Diárias são indenizações destinadas a atender às despesas extraordinárias da alimentação e pousada e serão devidas ao militar durante o período de seu afastamento efetivo, por motivo de serviço, de sua Organização Militar.

§ 1º As indenizações de que trata este artigo compreendem a Diária de Alimentação e a Diária de Pousada.

§ 2º A Diária de Alimentação será devida inclusive nos dias de partida e de chegada do militar à sede.

Art. 37. O valor da Diária de Alimentação é igual a um dia de soldo:

- a) de General-de-Exército, para os Oficiais Gerais;
- b) de Coronel, para os Oficiais Superiores;
- c) de Capitão, para os Capitães, Capitães-Tenentes e Oficiais Subalternos;
- d) de Subtenente, para os Subtenentes, Suboficiais e Sargentos;
- e) de Cabo engajado, para as praças inferiores a 3º Sargento.

Art. 38. O valor da Diária de Pousada é igual ao valor atribuído à Diária de Alimentação.

Art. 39. Compete ao Comandante da Organização Militar providenciar o pagamento das diárias a que fizer jus o militar e, sempre que fôr julgado necessário, se para isso houver meios, deverá concedê-las adiantadamente para posterior ajuste de contas por ocasião do primeiro pagamento de vencimentos que se verificar após o regresso à Organização Militar, condicionando-se o adiantamento à reserva dos recursos orçamentários próprios nos órgãos competentes.

Art. 40. Não serão abonadas as diárias:

- a) nos dias de viagem, quando no custo da passagem estiver compreendida a alimentação e o alojamento;
- b) durante o afastamento da Organização Militar por menos de 8 (oito) horas;
- c) cumulativamente com a ajuda de custo, exceto quando, nos dias de viagem, por qualquer meio de transporte em que a alimentação não esteja compreendida no custo das passagens;

d) quando fôr assegurada ao militar a alimentação em espécie pela Organização Militar a que pertence.

Art. 41. O militar designado para serviço que obrigue a permanência de duração continuada de 24 (vinte e quatro) horas e não fôr alimentado por conta do Estado, fará jus à Diária de Alimentação, mesmo que o serviço seja cumprido na sede.

Art. 42. No caso de falecimento do militar, os seus herdeiros não restituirão as diárias porventura recebidas como adiantamento na forma deste Capítulo.

Art. 43. Os Ministros Militares baixarão instruções regulando as condições e o valor da indenização a ser feita à Organização Militar pelo militar que nela se alojar ou se alimentar, quando em trânsito ou em serviço na localidade.

Art. 44. A receita decorrente da aplicação do artigo anterior será contabilizada sob o título "Hospedagem" e se destinará ao custeio das despesas com a manutenção e melhoramento das instalações e serviços de alojamento e rancho da Organização Militar considerada.

CAPÍTULO II

Da Ajuda de Custo

Art. 45. A ajuda de custo é a indenização concedida ao militar para o custeio de despesas de viagem, mudança e instalação — exceto as de transporte propriamente dito, tratadas no Capítulo III — quando, por conveniência do serviço, fôr nomeado, designado, classificado, transferido, matriculado em escolas, centro de instrução ou curso, mandado servir ou estagiar, em nova comissão, e ainda, quando deslocado por efeito de mudança da sede de sua Organização Militar.

Parágrafo único. A indenização de que trata este artigo será paga adiantadamente, condicionada à reserva de recursos orçamentários próprios nos órgãos competentes dos respectivos Ministérios.

Art. 46. O militar terá direito a ajuda de custo toda vez que, designado para comissão de duração superior a 3 (três) meses, mudar de sede com obrigação de transferir sua residência.

Art. 47. O valor da ajuda de custo devida ao militar será de:

a) um mês de soldo do posto ou graduação — quando viajar sem a sua família;

b) dois meses de soldo do posto ou graduação — quando viajar acompanhado da família ou quando não possa se fazer acompanhar da família e tenha que providenciar a mudança do domicílio civil desta.

Parágrafo único. O militar movimentado para uma Localidade Especial definida na conformidade de artigo 32 terá direito, na ida, e mais 50% (cinquenta por cento) do soldo do seu posto ou graduação, além da ajuda de custo normal que lhe fôr devida.

Art. 48. A declaração de que será ou não acompanhado da família, feita pelo militar, sob sua responsabilidade, valerá como prova para a concessão da ajuda de custo.

§ 1.º Para efeito dessa disposição, será considerado o que constar da declaração de família existente na organização competente.

§ 2.º A família do militar poderá viajar a partir de 30 (trinta) dias antes e até 9 (nove) meses depois do seu deslocamento.

Art. 49. Não terá direito a ajuda de custo o militar:

a) movimentado por interesse próprio, operações de guerra ou manutenção da ordem pública;

b) destigado de curso ou escola por falta de aproveitamento ou trancamento voluntário de matrícula.

Art. 50. O militar restituirá a ajuda de custo que houver recebido nas formas e circunstâncias abaixo:

- a) integralmente e de uma só vez — quando deixar de seguir destino a seu pedido;
- b) pela metade do valor recebido e de uma só vez — quando, até seis meses após ter seguido para a nova comissão, desta fôr dispensado a pedido, réquerer licença ou exoneração;
- c) pela metade do valor, mediante desconto pela décima parte do soldo — quando não seguir para a nova comissão por motivo independente de sua vontade;
- d) pela metade do valor recebido de acôrdo com a letra "b", art. 47, desde que sua família não viaje no prazo estabelecido no parágrafo 2.º do art. 48, mediante desconto em uma só vez.

§ 1.º Não se enquadra nas disposições da letra b a licença para tratamento da própria saúde.

§ 2.º O militar que estiver sujeito a desconto para fins de restituição de ajuda de custo e adquirir direito a nova, liquidará integralmente o débito no ato do recebimento desta última.

Art. 51. Na concessão da ajuda de custo, para efeito de cálculo de seu valor, determinação do exercício financeiro, estado civil e Tabela em vigor, tomar-se-á como base a data do ajuste de contas.

Parágrafo único. Se o militar fôr promovido contando antiguidade de data anterior à do pagamento da ajuda de custo, fará jus à diferença entre esta e a que teria direito no pôsto ou graduação atingido pela promoção.

Art. 52. A ajuda de custo não será restituída pelo militar ou seus herdeiros:

- a) quando após ter seguido destino, fôr mandado regressar;
- b) quando ocorrer o falecimento do militar mesmo antes de seguir destino.

CAPÍTULO III

Do Transporte

Art. 53. Transporte é o direito que tem o militar e sua família, ou distintamente — o militar ou sua família — ao fornecimento de passagens e ao transporte da respectiva bagagem por conta do Estado, nas condições dêste Capítulo.

Art. 54. O militar da ativa terá direito ao transporte quando tiver de efetuar deslocamentos fora de sede de sua Organização Militar, nos seguintes casos:

- a) transferência, classificação, nomeação ou designação para nova comissão;
- b) matrícula ou estágio em escola, curso ou centro de instrução militar;
- c) deslocamento no interesse da Justiça ou da disciplina;
- d) baixa a organização hospitalar, ou alta desta, em virtude de prescrição médica competente, ou ainda, realização de inspeção de saúde;
- e) concurso para o ingresso em Escolas, Cursos ou Centros de Formação, Especialização, Aperfeiçoamento ou Atualização;
- f) outros deslocamentos, em objeto de serviço, decorrentes do desempenho da função militar.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se ao militar da reserva quando estagiário, convocado para o serviço ativo, ou nomeado para exercer função na atividade.

Art. 55. A praça licenciada do serviço ativo ou desincorporado e o convocado julgado fisicamente incapaz terão direito ao fornecimento de passagens, dentro do território nacional, para a localidade onde forem residir após sua liberação do serviço.

Art. 56. Nas condições estabelecidas pelo artigo 54, quando a permanência na nova comissão ou situação for superior a 6 (seis) meses o militar terá direito ao transporte para as pessoas de sua família, cujos dependentes, desde que a natureza da missão que vai cumprir permita o seu acompanhamento.

§ 1.º O militar casado, amparado por este artigo terá, ainda, direito ao transporte de 1 (um) empregado doméstico.

§ 2.º O direito ao transporte referido neste artigo inclui o transporte de bagagem, de militar e sua família, do domicílio de origem ao domicílio de destino.

Art. 57. Para efeito de concessão de transporte, consideram-se pessoas da família do militar, os seus dependentes, desde que vivam às suas expensas sob o mesmo teto e quando expressamente declarado:

- a) esposa;
- b) as filhas, enteadas, irmãs, cunhadas ou sobrinhas, desde que solteiras, viúvas, separadas ou desquitadas;
- c) os filhos, tutelados, enteados, irmãos, cunhados e sobrinhos, quando menores ou inválidos;
- d) a mãe e a sogra, desde que viúvas, solteiras, separadas ou desquitadas;
- e) os avós e os pais, quando inválidos;
- f) os netos órfãos, se menores ou inválidos;
- g) a pessoa que viva sob sua exclusiva dependência econômica no mínimo há cinco anos.

§ 1.º As pessoas da família do militar com direito a passagem por conta do Estado que não puderem acompanhá-lo na mesma viagem, por qualquer motivo, poderão fazê-lo a partir de 30 (trinta) dias antes até 9 (nove) meses depois da movimentação, desde que tenha sido feita pelo militar por elas responsável a necessária declaração à autoridade competente, para requisitar o transporte.

§ 2.º A família do militar que falecer em serviço ativo terá direito dentro de 6 (seis) meses após o óbito, ao transporte para a localidade, no território nacional, em que fixar residência.

Art. 58. O militar da ativa transferido para a reserva remunerada ou reformado terá direito ao transporte, dentro do território nacional, para a localidade onde fixará residência e receberá seus proventos.

§ 1.º Aplicam-se ao militar amparado por este artigo as disposições dos artigos 56 e 57.

§ 2.º O direito de que trata este artigo prescreve após decorridos 6 (seis) meses a contar da data em que deixar as funções da atividade.

Art. 59. O Poder Executivo regulamentará em decreto, de aplicação comum às Forças Armadas, a execução do disposto neste Capítulo, fixando as normas referentes à utilização dos meios de transportes terrestres, marítimos, fluviais ou aéreos, limites de peso e de volume, bem como os sistemas de pagamento ou indenizações, regimes especiais de adiantamentos, processamento das requisições e seus modelos, prestações de contas e demais pormenores administrativos.

CAPÍTULO IV

Da Representação

Art. 60. A indenização de Representação destina-se a atender às despesas extraordinárias decorrentes de compromissos de ordem social, diplomática ou profissional, inerentes ao bom desempenho e apresentação pessoal de determinados cargos, funções ou comissões.

Art. 61. A indenização de Representação é devida ao militar no efetivo exercício dos cargos, funções ou comissões abaixo especificados, nos valores correspondentes:

- I — de 15% (quinze por cento) do soldo do posto:
- a) Ministro de Pasta Militar;

- b) Função atribuída a Oficial General;
- c) Oficial do Gabinete Militar da Presidência da República, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e do Estado-Maior das Forças Armadas;
- d) Chefe do Estado-Maior de Grande Unidade, de Esquadra ou Força Naval, de Zona Aérea, de Região Militar e de Distrito Naval;
- e) Oficial servindo em Gabinete de Ministro de Pasta Militar;
- f) Comandante de Organização Militar com autonomia administrativa, cujo comando é atribuído a Oficial Superior.

II — de 10% (dez por cento) do sôdo do pòsto ou gradação:

- a) Chefe de Gabinete de Organização Militar cujo comando seja privativo de Oficial General;
- b) Assistente, Assistente-Secretário e Ajudante de Ordens;
- c) Comandante de Organização Militar com autonomia administrativa cujo Comando é atribuído a Capitão, Capitão-Tenente ou Oficial Subalterno;
- d) O militar embarcado em navio ou aeronave em viagem de representação ou de instrução por término de curso das Escolas de Formação de Oficiais da Ativa, quando o direito à representação for expressamente declarado em ato do Ministro da Pasta Militar;
- e) Praça servindo no Gabinete Militar da Presidência da República, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, no Estado Maior das Forças Armadas e no Gabinete do Ministro de Pasta Militar ou no exercício das funções de Ordenança de Oficial General ou de Externo de Organização Militar.

Parágrafo único. As indenizações previstas nos itens I e II não poderão ser abonadas simultaneamente a um mesmo militar.

Art. 62. A indenização de Representação é devida a partir do dia em que o militar assume o cargo, função ou comissão, cessando o direito à sua percepção quando dele é afastado.

Parágrafo único. O militar que substituir o detentor efetivo do cargo, função ou comissão por tempo superior a 45 (quarenta e cinco) dias fará jus à indenização correspondente a partir desse limite perdendo aquele o direito à mesma.

Art. 63. Nos casos de representação especial e temporária de caráter coletivo, bem como para as comissões mencionadas na letra d do item II do art. 61, as despesas correrão por conta de quantitativos postos à disposição da Organização Militar responsável pela viagem ou do militar designado para chefiar a delegação, grupo ou equipe, pelo respectivo Ministro ou por autoridade devidamente credenciada para tal.

TÍTULO III

Outras Disposições

CAPÍTULO I

Do Salário-Família

Art. 64. O Salário-Família é o auxílio em dinheiro destinado a atender, em parte as despesas decorrentes da educação e assistência aos filhos e dependentes do militar.

Parágrafo único. O Salário-Família será pago ao militar no valor e condições previstas na legislação específica da matéria.

Art. 65. O Salário-família não está sujeito a impostos, taxas, empréstimos ou descontos de qualquer natureza.

CAPÍTULO II

Da assistência médico-hospitalar

Art. 66. A assistência médico-hospitalar proporcionada ao militar e sua família, nas condições estabelecidas neste Capítulo compreenderá:

a) a assistência médica continuada dia e noite ao militar enfermo, acidentado ou ferido baixado a uma Organização de Saúde;

b) a assistência médica prestada através de laboratórios policlínicos, gabinetes odontológicos, farmácias, clínicas externas, pronto-socorro e outros serviços assistenciais

Parágrafo único. A Assistência médico-hospitalar ao militar da ativa, da reserva remunerada ou reformado será prestada pelas Organizações de Saúde dentro das limitações dos recursos próprios colocados à disposição dos Ministérios Militares.

Art. 67. Em princípio a Organização de Saúde de um Ministério destina-se a atender ao pessoal dele dependente.

§ 1.º Nas localidades onde não houver Organização de Saúde de uma das Forças, os militares pertencentes a esta serão atendidos em Organização de outra Força Armada.

§ 2.º Em certos casos o militar poderá baixar à organização hospitalar de outra Força Armada quando desse fato não resultar qualquer prejuízo aos componentes desta.

Art. 68. A internação de militar nas clínicas ou hospitais especializados, nacionais ou estrangeiros, estranhos aos serviços hospitalares das Forças Armadas, quando não houver organização hospitalar militar brasileira no local, será autorizada pelo seu Comandante ou autoridade brasileira que lhe tenha ascendência funcional ou ocasional.

Art. 69. O militar terá hospitalização e tratamento custeado pelo Estado quando acidentado em serviço ou acometido de doença adquirida em serviço ou dele decorrente.

§ 1.º O militar da ativa não enquadrado neste artigo terá tratamento por conta do Estado, ressalvadas as indenizações mencionadas no art. 70.

§ 2.º A hospitalização para o militar da ativa será gratuita até 60 (sessenta) dias.

§ 3.º O militar da reserva remunerada e o reformado terão tratamento por conta do Estado, ressalvadas as indenizações mencionadas no art. 70.

Art. 70. Serão baixadas por ato ministerial as normas, as tabelas e condições para indenizações de:

- a) diárias de hospitalização;
- b) trabalhos de prótese dentária, ortodontia e obturações;
- c) exames complementares e taxas para cirurgia;
- d) medicamentos, exceto para os fabricados nos laboratórios militares, que serão gratuitos;
- e) aparelhos ortopédicos, óculos e artigos correlatos;
- f) serviços que venham a ser solicitados de organizações estranhas às Forças Armadas.

§ 1.º As indenizações para a letra b serão feitas pelo justo valor do material aplicado ou fornecido.

§ 2.º As indenizações das taxas tabeladas e referidas nas demais letras deste artigo sofrerão os seguintes descontos:

- a) de 20% (vinte por cento), para os Capitães, Capitães-Tenentes e Oficiais Subalternos;
- b) de 40% (quarenta por cento), para os Subtenentes, Suboficiais e primeiros Sargentos;
- c) de 60% (sessenta por cento), para os 2os. e 3os. Sargentos;
- d) de 80% (oitenta por cento), para as praças inferiores a 3º Sargento.

§ 3.º As demais praças e praças especiais da ativa são isentas do pagamento das diárias de hospitalização.

Art. 71. O oficial subtenente, suboficial ou sargento quando hospitalizado terá direito a acompanhante, desde que o fato não prejudique o tratamento, bem como o funcionamento da Organização de Saúde.

Parágrafo único. Pelo acompanhante será cobrada uma diária correspondente à metade do valor da diária prevista para o militar baixado, e o respectivo estabelecimento hospitalar.

Art. 72. Os Ministérios Militares prestarão assistência médico hospitalar, através de serviços especializados, aos dependentes dos militares.

§ 1º Os recursos para a assistência de que trata este artigo provirão de verbas consignadas no Orçamento da União e de contribuições voluntárias, de conformidade com a regulamentação que for estabelecida em cada Ministério Militar, de acordo com as suas peculiaridades.

§ 2º São considerados dependentes, para efeitos de aplicação deste artigo:

- a) esposa;
- b) os filhos menores de 18 (dezoito) anos e as filhas solteiras, bem como as enteadas nas mesmas condições;
- c) mãe, madrastra ou sogra, em estado de viuvez e sob a sua dependência econômica;
- d) pais, filhos, ou irmãos, quando inválidos e vivendo sob sua dependência econômica;
- e) os irmãos menores, órfãos sem outro arrimo.

§ 3º Continuarão compreendidos nas disposições deste artigo a viúva do militar, enquanto permanecer neste estado, e os demais dependentes mencionados no parágrafo anterior, desde que vivam sob a responsabilidade legal da viúva.

CAPÍTULO III

Do auxílio para funeral

Art. 73. O Auxílio para funeral é o quantitativo concedido à família do militar falecido, para custear as despesas com seu sepultamento.

Art. 74. Por ocasião do falecimento do militar, será abonado um quantitativo igual a dois meses do soldo, correspondente ao seu posto ou graduação, não podendo ser inferior a 2 (duas) vezes o soldo do Cabo engajado, observadas as prescrições seguintes:

- a) antes de realizar o entêro o pagamento será feito a quem de direito pela Organização Militar a que pertencia o militar, independente de qualquer formalidade exceto a apresentação do atestado de óbito;
- b) após o sepultamento não tendo ocorrido o que prescreve a letra anterior, deverá a pessoa que o custeou, mediante a apresentação do atestado de óbito solicitar a indenização das despesas feitas, comprovando-as com os correspondentes recibos em seu nome, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, pagando-se-lhe a importância realmente despendida com o funeral, até o limite estabelecido neste artigo;
- c) se, decorrido esse prazo, não tiver sido o auxílio para o funeral reclamado, ele será entregue mediante petição, à família do falecido.

Art. 75. O Estado assegurará sepultamento condigno ao militar falecido ou ainda em casos especiais, atenderá a todas as despesas com o seu sepultamento, inclusive as que devidamente comprovadas forem efetuadas por pessoa da família.

§ 1º Cabe também ao Estado a trasladação do corpo do militar falecido para sua localidade de origem, quando por motivos devidamente justificáveis for solicitado pelos familiares.

§ 2º Quando o sepultamento foi assegurado pelo Estado não será pago o auxílio previsto no artigo anterior.

CAPÍTULO IV

Dos Prêmios

Art. 76. Prêmios são quantitativos abonados ao militar como recompensa por trabalhos de natureza científica ou técnica, julgados de alto

valor e de real utilidade para as Forças Armadas ou para uma delas em particular.

Art. 77. O abono dessa recompensa é conferido ao militar que apresentar trabalho original cuja execução demonstre conhecimentos científicos ou técnicos ou espírito inventivo notáveis, assim considerados pelo julgamento de uma Comissão Especial nomeada pelo respectivo Ministro.

Art. 78. O valor desses prêmios nunca será inferior a 3 (três) vezes o soldo do posto ou graduação efetiva do militar e será arbitrado pelo respectivo Ministro, mediante proposta da Comissão de que trata o artigo anterior.

CAPÍTULO V

Da Alimentação

Art. 79. Para efeitos deste Capítulo a alimentação compreende as diferentes refeições cotidianas na qualidade e quantidades necessárias à manutenção da eficiência orgânica do militar.

Seção I

Da Ração

Art. 80. Denomina-se Ração a quantidade de viveres distribuída diariamente para a alimentação do militar, sendo assim classificada:

a) Ração Comum — a que compreende os gêneros alimentícios essenciais, cujas espécies e quantidades serão determinadas em tabela única para os Ministérios Militares;

b) Ração Complementada — constituída pela ração comum acrescida de um complemento destinado a atender ao maior dispêndio energético decorrente da natureza dos serviços e cujos componentes constarão de tabelas complementares;

c) Ração Especial — a definida em tabela especialmente organizada e que se destina a atender às necessidades peculiares a determinadas regiões ou situações em que se encontre o militar, tendo em vista o seu emprego tático, em campanha ou não, a natureza do serviço ou a sua condição de hospitalizado, a bordo de navio ou aeronave, internado ou outras.

Art. 81. As tabelas citadas no artigo anterior para os vários tipos de ração. VETADO, indicarão as qualidades e quantidades dos viveres necessários à alimentação cotidiana de modo que sejam atendidos os requisitos da nutrição em proteínas, carbo-hidratos, sais minerais, gorduras, vitaminas, calorias e outros, levando em conta os fatores e particularidades seguintes:

a) natureza da função e dispêndio de energia exigido para o seu desempenho;

b) condições peculiares do clima e da região;

c) condições locais de trabalho, no que se refere às possibilidades do suprimento, armazenamento e outros;

d) necessidades decorrentes de hospitalização;

e) deficiência ou inexistência de equipamentos para o preparo da ração e a conservação dos gêneros;

f) serviços a bordo de submarinos ou navios de pequeno porte;

g) serviços em aeronave ou carros de combate;

h) serviços em locais isolados e distantes dos centros produtores;

i) emergências de salvamento e socorro.

Art. 82. Fazem jus à alimentação por conta do Estado:

a) o militar servindo ou em serviço em Organização Militar com rancho próprio ou ainda, em campanha, manobra ou exercício;

b) o aluno de Escola Preparatória ou de Formação de Oficiais da ativa ou de praças e o aluno gratuito de Colegios Militares;

- c) o preso civil quando recolhido à Organização Militar;
- d) o conscripto ou voluntário a partir da data da sua apresentação à Organização Militar;
- e) o aluno dos Centros e Escolas de Formação de Oficiais da Reserva, quando em exercício e instrução que justifique a sua alimentação por conta do Estado.

§ 1º Em princípio toda Organização Militar deverá ter rancho próprio organizado.

§ 2º A alimentação nas Organizações Militares será fornecida em rações preparadas.

§ 3º O Militar quando em serviço de duração continuada de 24 (vinte e quatro) horas em Organização Militar sem rancho, fará jus à diária prevista no artigo 37 deste Código desde que sua Organização ou outra nas proximidades do local de serviço não possa fornecer alimentação por conta do Estado.

Art. 83. Não é permitido o desarrançamento do militar para fins de indenização pecuniária.

Art. 84. A ração comum compõe-se de duas partes:

- a) gêneros de Paioi ou de Subsistência, constantes das respectivas tabelas;
- b) verduras, condimentos, frutas, sobremesas, bem como o seu preparo, atendidas pelo quantitativo de rancho.

§ 1º Os gêneros de paioi ou de subsistência serão fornecidos em espécie à Organização Militar pelos Estabelecimentos ou Organizações de Subsistência se houver, ressalvados os casos específicos da Marinha.

§ 2º O quantitativo de rancho a que se refere a alínea "b" deste artigo será correspondente a 1/3 (um terço) do valor fixado para a parte relativa à alínea "a" e será entregue em dinheiro à Organização Militar, que o aplicará de acordo com as disposições vigentes para o assunto.

Art. 85. Nos ranchos de Oficial, guarda-marinha, aspirante a oficial, aspirante a guarda-marinha, cadete, subtenente, suboficial e sargento, o quantitativo de rancho será substituído pelo reforço de rancho, subordinado às mesmas regras daquele e equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor dos gêneros de paioi ou de subsistência referidos na alínea "a", do artigo 84.

Parágrafo único. Nos navios de guerra, quando em viagem, e nas forças militares, quando de prontidão ou em deslocamento em serviço ou exercício fora da sede, o quantitativo de rancho e o reforço de rancho serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) dos seus valores respectivos.

Art. 86. Os recursos financeiros destinados a atender ao reforço ou ao quantitativo de rancho serão empregados nos respectivos ranchos e nas formas reguladas em cada Força Armada, atendendo às suas peculiaridades.

Art. 87. As praças de graduação inferior a 3º Sargento, quando servirem em Organização Militar que não tenha rancho organizado e não possam ser arranjados por outras vizinhas, terão direito a indenização do valor igual à importância, correspondente a ração comum fixada para a localidade.

§ 1º As praças das graduações referidas neste artigo que são alojadas e arranjadas em Organizações Militares, quando em férias regulamentares e não forem alimentadas por conta do Estado, receberão indenização estipulada neste artigo.

§ 2º Idêntica indenização receberá a praça casada, de graduação inferior a 3º Sargento, quando servir em Localidade Especial de Categoria "A", onde esteja acompanhado de sua esposa.

SEÇÃO II

Da Etapa

Art. 88. Etapa é a importância em dinheiro correspondente ao custeio da ração na região ou localidade considerada.

Parágrafo único. O valor da etapa para o custeio da ração em uma mesma região, zona ou localidade é igual para as três Forças Armadas e fixado semestralmente por act do Poder Executivo. VETADO em função do valor médio da Ração Comum na região, zona ou localidade.

CAPÍTULO VI

Do Fardamento

Art. 89. O cadete, aspirante, aluno da Escola Preparatória ou Colégio Naval, o aluno gratuito órfão do Colégio Militar e praças de graduação inferior a 3º Sargento, terão direito, por conta do Estado, a uniforme e roupa de cama de acôrdo com o respectivo plano e na conformidade das tabelas de distribuição em vigor.

Art. 90. O militar que fôr declarado aspirante a official ou guarda-marinha, ou que fôr promovido a 3º Sargento faz jus a um auxilio para compra de uniforme no valor de 3 (três) meses de sôldo da sua graduação.

Art. 91. Aos que forem nomeados officiais em consequência de habilitação em concurso ou nomeados directamente sargentos será concedido um auxilio de 3 (três) meses de sôldo do pòsto ou graduação correspondente, para confecção de uniformes.

Art. 92. Ao official, subofficial, subtenente ou sargento, quando promovidos ser-lhe concedido, se o desejarem, o adiantamento de um mês de sôldo do nôvo pòsto ou graduação, para aquisição de uniforme.

§ 1º Essa concessão far-se-á mediante requerimento ao Comandante dentro de 3 (três) meses contados da data da promoção e o valor do sôldo considerado será o da tabela em vigor naquela data.

§ 2º A reposição desse adiantamento será feita mediante descontos mensais no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º Esse adiantamento poderá ser requerido novamente se o militar permanecer mais de 4 (quatro) anos no mesmo pòsto ou graduação, não podendo ser repetido enquanto estiver o militar sofrendo o desconto de que trata o parágrafo 2º dèste artigo.

Art. 93. O militar que perder seus uniformes em qualquer sinistro havido na Organização Militar ou em viagens a serviço receberá um auxilio correspondente a 3 (três) meses de sôldo do seu pòsto ou graduação.

CAPÍTULO VII

Da Moradia

Art. 94. O militar, quando aquartelado ou embarcado, terá direito a alojamento na respectiva Organização Militar.

Art. 95. O militar casado tem direito a um "auxilio para moradia" no valor mensal de 10% (dez por cento) do seu sôldo.

§ 1º O auxilio previsto neste artigo será pago ao militar até completar cada período de 5 (cinco) anos na mesma localidade.

§ 2º Esse prazo será contado a partir da vigência dèste Código e para praças, poderá ser prorrogado até 3 (três) anos.

Art. 96. Quando o militar de que trata o artigo anterior ocupar imóvel sob a responsabilidade do Ministério Militar, o quantitativo correspondente ao "auxilio para moradia" será sacado pela Organização Militar a que pertença e terá o seguinte destino:

a) 20% (vinte por cento) recolhido como receita da União quando se tratar de imóvel tombado;

b) o restante empregado conforme fôr estabelecido pelo Ministério Militar, de acôrdo com suas peculiaridades.

Art. 97. Quando o militar ocupar imóvel de outra Entidade, o quantitativo sacado na forma do artigo anterior terá o seguinte destino:

a) o correspondente ao aluguel, recolhido à Entidade responsável pelo imóvel;

b) o saldo, se houver, empregado conforme estabelecido na letra b do artigo anterior.

Art. 98. Esgotados os prazos previstos no Art. 95, o militar que continuar ocupando o imóvel previsto no Art. 96 indenizará a Organização Militar da importância correspondente ao "auxílio para moradia".

Parágrafo único. Se o militar ocupa imóvel previsto no art. 97. indenizará apenas o aluguel correspondente.

CAPÍTULO VIII

Dos Serviços Reembolsáveis

Art. 99. Os Ministérios Militares manterão Serviços Reembolsáveis para o atendimento das necessidades em gêneros de alimentação, vestuário, utensílios, serviços de lavanderia, confecção e outros que se relacionem com as necessidades domésticas e de subsistência do militar.

Art. 100. Os órgãos responsáveis pela execução desses serviços são os Reembolsáveis organizados em rede pelas Diretorias de Intendência dos Ministérios Militares e com atividades nas Regiões, Distritos ou Zonas.

PARTE SEGUNDA

TÍTULO ÚNICO

Do Militar no Estrangeiro em Tempo de Paz

CAPÍTULO I

Generalidades

Art. 101. O militar designado para exercer funções, realizar estudos ou cumprir missão no estrangeiro em tempo de paz, fará jus aos vencimentos, indenizações e demais direitos correspondentes ao seu posto ou graduação, na conformidade do estabelecido nesta Parte.

Art. 102. O pagamento do militar no Exterior será efetuado na moeda ou moedas utilizadas para o pagamento de pessoal no estrangeiro, à taxa cambial que for estabelecida e observado o processamento fixado pelo Poder Executivo.

Art. 103. Para os efeitos desta Parte o militar é considerado em missão oficial no Exterior quando for designado pelo Presidente da República ou pelo Ministro da respectiva Pasta, para exercer função ou cumprir missões no estrangeiro nas situações abaixo definidas:

a) função Permanente — correspondente ao exercício de cargo, função ou comissão de natureza diplomática, militar, administrativa ou de estudo, de existência permanente no exterior, assim definidas em Decreto do Poder Executivo;

b) missão de Estudo ou Instrução — correspondente à realização de cursos, estágios de aperfeiçoamento ou especialização e de viagens de instrução de interesse das Forças Armadas, e não compreendidas na letra anterior;

c) missão Operativa ou Administrativa — correspondente ao desempenho de função prevista na sua Organização Militar ou como integrante de contingente, força, guarnição, tripulação, comissão ou grupo encarregado de missão de natureza operativa, de adestramento ou administrativa, fora do território nacional, ou, ainda, embarcado em navio de guerra ou mercante incorporado à Armada, estacionado em porto estrangeiro.

d) missão Transitória — como componente de delegação comitiva ou representação de natureza militar, técnico-científica ou desportiva de

caráter transitório e outras atividades ocasionais a juízo do respectivo Ministro.

Art. 104. O militar que obtiver licença para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudo por conta própria no estrangeiro perceberá o soldo correspondente ao seu posto ou graduação, pago em moeda nacional no Brasil a procurador capaz.

Art. 105. Quando ocorrer comprovada insuficiência de disponibilidades cambiais para o Governo atender ao pagamento do pessoal no exterior, o Ministro da Pasta Militar poderá determinar o cumprimento de missões de caráter de transporte ou de adestramento no estrangeiro, sem ônus para o País em moeda estrangeira, desde que as referidas missões tenham duração até 30 (trinta) dias, contados como estabelecido no parágrafo único do Art. 108.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o militar receberá durante o período de duração da missão em moeda nacional, um complemento diário de dois dias de soldo de seu posto ou graduação efetivos.

Art. 106. O militar em missão oficial no Exterior, quando chamado pelo Ministro a que estiver subordinado, continuará a perceber os vencimentos, indenizações e demais direitos a que faz jus no estrangeiro, enquanto perdurar o motivo de seu afastamento.

Art. 107. Quando uma Força brasileira estiver no exterior no cumprimento de compromissos internacionais de caráter pacífico que venha a evoluir para situação de beligerância, expressamente reconhecida por ato do Poder Executivo, os seus integrantes passarão a perceber de acordo com o estabelecido na Parte Terceira deste Código a contar da data fixada naquele ato.

CAPÍTULO II

Dos Vencimentos

Art. 108. O militar em missão oficial no exterior fará jus ao soldo e gratificações que lhe são asseguradas de acordo com as disposições da Parte Primeira deste Código, pagos na conformidade do art. 102.

Parágrafo único. O direito à percepção dos vencimentos começa no dia em que o militar deixar o último porto, aeroporto ou estação nacional e termina no dia em que deixar a última localidade estrangeira no regresso.

Art. 109. O disposto neste Capítulo não se aplica aos militares no desempenho das missões transitórias previstas na letra "d" do art. 103, cuja duração seja igual ou inferior a 30 (trinta) dias, os quais continuarão a perceber os seus vencimentos normais em moeda nacional na sua Organização Militar.

CAPÍTULO III

Das Indenizações

Seção I

Das Diárias

Art. 110. O militar em missão oficial no exterior, quando se afastar de sua sede em objeto de serviço, terá direito às diárias de alimentação e de pousada na conformidade do estabelecido no Capítulo I do Título II da Parte Primeira, pagas de acordo com o art. 102.

Art. 111. O pessoal enquadrado no artigo 109 fará jus ao recebimento de diárias de alimentação e de pousada durante o período de afastamento do País paga em moeda estrangeira, observado o critério estabelecido no parágrafo único do artigo 103.

Parágrafo único. O abono das diárias de que trata este artigo será feito sem prejuízo do direito assegurado ao militar na conformidade do disposto no artigo 82 deste Código.

Seção II

Da ajuda de Custo

Art. 112. Ao militar designado para missão oficial no exterior é devida a ajuda de custo na conformidade do estabelecido no Capítulo II, Título II da Parte Primeira, observado o disposto nos artigos seguintes.

Art. 113. A ajuda de custo de que trata o artigo anterior será paga ao militar em moeda estrangeira no país de destino.

Parágrafo único. É facultado ao militar receber, em moeda nacional no Brasil, a metade da ajuda de custo a que tem direito.

Art. 114. Não fazem jus à ajuda de custo os militares no desempenho de missões transitórias enquadradas na letra "d" do artigo 103, quando de duração inferior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos militares integrantes de contingentes ou forças engajadas no cumprimento de compromissos internacionais, aos quais será abonada uma ajuda de custo correspondente a um mês de soldo de seu posto ou graduação, paga em moeda nacional.

Art. 115. Será concedida ajuda de custo idêntica à de ida, paga em moeda estrangeira, ao militar que regressar do estrangeiro por término de comissão de duração superior a 6 (seis) meses.

Parágrafo único. O direito à percepção de ajuda de custo de regresso é assegurado ao militar que tiver de regressar ao Brasil antes do prazo previsto neste artigo em virtude de motivo independente de sua vontade, de ordem superior, extinção da comissão ou acidente ou moléstia adquirida em serviço.

Art. 116. No caso de falecimento do militar em missão em país estrangeiro, a ajuda de custo a que teria direito será paga à sua família, na ocasião do regresso.

Parágrafo único. Se a família continuar a residir no estrangeiro, decorridos 6 (seis) meses do falecimento do seu chefe, nada perceberá.

Art. 117. O militar no exercício de missão enquadrada nas alíneas "a" e "b" do art. 103 que tiver ordem para mudar de sede no exterior, terá direito à ajuda de custo correspondente a uma vez o soldo do seu posto ou graduação.

Seção III

Do Transporte

Art. 118. O militar designado para missão oficial no exterior terá direito ao transporte para si, sua família e respectiva bagagem na conformidade do estabelecido no Capítulo III, Título II, da Parte Primeira, observado o disposto nos artigos seguintes.

Art. 119. Ao militar no estrangeiro que por necessidade do serviço, fôr obrigado a se deslocar de uma cidade para outra, ser-lhe-á assegurado o direito do seu transporte.

§ 1.º Se a duração provável do afastamento fôr superior a 3 (três) meses, o direito ao transporte será estendido também à sua família, nele não se incluindo, entretanto, o transporte da bagagem quando a duração fôr inferior a 6 (seis) meses.

§ 2.º O disposto na parte final do parágrafo anterior não se aplica ao militar que tiver de mudar de sede com obrigação de mudar de residência.

§ 3.º Se as despesas do transporte fôrem custeadas pelo militar interessado a este fica assegurado o direito da indenização correspondente ao seu custo mediante a apresentação de comprovantes fornecidos pela empresa transportadora.

Art. 120. São autoridades competentes, no estrangeiro, para conceder transporte e autorizar deslocamentos o Adido Militar ou o Comandante do militar.

Seção IV

Da Representação

Art. 121. O militar em missão oficial no exterior terá direito a um quantitativo de Representação, pago em moeda estrangeira, correspondente à categoria da função ou missão desempenhada, nas seguintes proporções:

- a) para as missões da letra "a" do artigo 103:
 - um mês de sôlido do pòsto ou graduação efetiva para os adidos militares adjuntos de adido ou seus auxiliares e membros de missão militar de instrução;
 - 60% (sessenta por cento) do sôlido do pòsto ou graduação efetiva para as demais funções permanentes.
- b) para as missões mencionadas na letra "b" do artigo 103:
 - 60% (sessenta por cento) do sôlido do pòsto ou graduação efetiva.
- c) para as missões especificadas na letra "c" do artigo 103:
 - 60% (sessenta por cento) do sôlido do pòsto ou graduação efetiva.
- d) para as missões citadas na letra "d" do artigo 103:
 - 30% (trinta por cento) do sôlido do pòsto ou graduação efetiva.

Parágrafo único. A juízo do Presidente da República, ao militar integrante de delegação ou designado para missões especiais que impliquem em representação nacional ou das Forças Armadas, poderá ser atribuído um quantitativo de representação cujo valor será fixado em função da importância e da duração da missão considerada.

Art. 122. A indenização de que trata o artigo anterior é devida sem prejuízo da aplicação do disposto no Capítulo IV, Título II da Parte Primeira, quando fôr o caso.

Seção V

Outras Disposições

Art. 123. É assegurado ao militar em missão oficial no estrangeiro o salário-família, nas mesmas condições e proporções em que o seja ou venha a ser concedido ao militar no País, pago na forma do artigo 102.

Art. 124. Aplicam-se aos militares integrantes de contingente, força, guarnição ou tripulação no estrangeiro, as disposições constantes do Capítulo V, Título III, da Parte Primeira.

Parágrafo único. O valor da etapa para custeio da alimentação no exterior será fixado na conformidade do disposto no artigo 88 e distribuída à Organização Militar em moeda estrangeira.

Art. 125. São assegurados ao militar em missão oficial no exterior, os direitos previstos nos Capítulos II e III do Título III da Parte Primeira, no que lhe fôr aplicável, incluindo, no caso de falecimento, a remoção dos despojos para o país.

PARTE TERCEIRA

Do Militar em Campanha

TÍTULO ÚNICO

No País e no Exterior

Art. 126. Aplicam-se ao militar em campanha, no País e no exterior, as disposições do Título I e dos Capítulos I, II e V do Título III, tudo da Parte Primeira deste Código, observado o estabelecido nesta Parte.

Parágrafo único. Ao militar é assegurado o recebimento de uniforme de campanha, por conta do Estação na forma de Instruções especiais que forem baixadas regulando o assunto.

Art. 127. Ao militar que seguir para um Teatro de Operações e enquanto nêle permanecer efetivamente será devido, além dos vencimentos normais:

- a) abono de campanha;
- b) gratificação de campanha.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto nesta Parte, serão considerados Teatros de Operações as áreas geográficas como tal expressamente definidas e delimitadas em decreto do Poder Executivo.

Art. 128. O valor do Abono de Campanha corresponde a um mês de soldo do posto ou graduação e será concedido ao militar apenas uma vez durante todo o curso da guerra.

Parágrafo único. Este abono será pago ao militar que se deslocar para um Teatro de Operações ou nele já se encontrar ao serem iniciadas as hostilidades.

Art. 129. Gratificação de Campanha é a concedida ao militar enquanto perdurar o estado de beligerância e permanecer em Teatro de Operações, e o seu valor corresponde a um mês de soldo do posto ou graduação efetiva.

§ 1º O militar faz jus à gratificação de campanha a partir da data em que seguir para o Teatro de Operações, ou daquela em que começaram as hostilidades, quando nele já se encontrar.

§ 2º O direito a esta gratificação cessa na data do término das hostilidades ou do retorno do Teatro de Operações.

Art. 130. O militar baixado ao hospital, por ferimento recebido ou enfermidade contraída em campanha, conservará o direito ao recebimento da gratificação de campanha enquanto estiver hospitalizado ou licenciado por esse motivo e perdurar o estado de guerra.

Art. 131. O suboficial, o subtenente ou o sargento que, por proposta do Comandante da Força, desempenhar, em operações, funções de oficial, perceberá os vencimentos e a gratificação de campanha correspondentes ao posto cujas funções venha a exercer.

Art. 132. O militar embarcado em navio de guerra ou tripulante de aeronave militar que fôr recolhido a porto, aeródromo ou base fora do Teatro de Operações, para execução de reparos no navio ou aeronave militar, continuará percebendo a gratificação de campanha nas condições abaixo:

- a) até 30 (trinta) dias, para execução de reparos destinados à manutenção de eficiência do navio ou aeronave;
- b) até 60 (sessenta) dias, para reparos de avarias sofridas em combate por ação do inimigo.

Art. 133. Será pago aos herdeiros do militar considerado desaparecido, extraviado, prisioneiro de guerra ou internado em país neutro, o vencimento que vinha percebendo por ocasião do desaparecimento, extraviado, prisão ou internação pelo inimigo.

§ 1º No caso do desaparecimento ou extraviado, ao fim de 6 (seis) meses far-se-á habilitação dos herdeiros na forma da lei, cessando o pagamento do vencimento.

§ 2º Na hipótese de reaparecimento do militar após o prazo de 6 (seis) meses, caber-lhe-á o pagamento da diferença entre o vencimento e a pensão recebida pelos herdeiros, como se tivesse permanecido em serviço a partir do dia imediato ao término daquele prazo.

Art. 134. O pagamento do militar empenhado em Teatro de Operações, situado fora do território nacional, se processará na forma abaixo:

- a) vencimentos e salário-família:
 - em moeda nacional, à família, à pessoa ou à instituição formalmente indicada pelo interessado;
- b) gratificação de campanha:
 - em moeda estrangeira fixada pelo Governo e à taxa de conversão por este estabelecida.

§ 1º Os descontos e consignações a que estiver sujeito o militar serão deduzidos da parcela paga no país em moeda nacional.

§ 2º Ao militar enquadrado neste artigo será assegurado o pagamento da Gratificação de Campanha até a data do seu regresso ao Brasil, observado o disposto no Parágrafo único do art. 108.

PARTE QUARTA

TÍTULO ÚNICO

Do Militar na Inatividade

CAPÍTULO I

Generalidades

Art. 135. O militar na inatividade remunerada fará jus, satisfeitas as condições estabelecidas nesta Parte:

- a) ao provento da inatividade;
- b) à diária de asilado.

Parágrafo único. São extensivas ao militar na inatividade remunerada as disposições da Parte Primeira referentes a salário-família, assistência médico-hospitalar, serviços reembolsáveis e auxílio para funeral, no que lhe for aplicável.

CAPÍTULO II

Dos Proventos

Art. 136. O provento é o quantitativo em dinheiro devido ao militar na inatividade, na situação de reformado ou componente da reserva remunerada.

Art. 137. O provento da inatividade é constituído pelas seguintes parcelas:

- a) soldo ou cotas do soldo;
- b) gratificações incorporáveis.

Art. 138. O soldo é a parcela básica para o cálculo do provento e correspondente ao do posto ou graduação que tenha sido ou venha a ser conferido ao militar na inatividade, sendo o seu valor igual ao estabelecido para o soldo do militar da ativa do mesmo posto ou graduação.

§ 1º Toda vez que forem alteradas as tabelas de soldo dos militares da ativa, os proventos serão atualizados em função dos novos valores fixados.

§ 2º Para efeito de cálculos, o soldo dividir-se-á em cotas correspondentes a um trigésimo do seu valor.

Art. 139. Por ocasião de sua passagem para a inatividade, o militar terá direito a tantas cotas do soldo quantos forem os anos de serviço, até o máximo de 30 (trinta).

Parágrafo único. Para efeito de contagem destas cotas, a fração do tempo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias será considerada como um ano.

Art. 140. São consideradas gratificações incorporáveis:

- a) gratificação de Tempo de Serviço, na forma estabelecida nos artigos 15 e 16;
- b) as gratificações de Função Militar de Categoria C, nas condições previstas nos arts. 26 e 28;
- c) a Gratificação de Função Militar de Categoria A em cotas proporcionais aos anos de serviço na forma prescrita no art. 139.

CAPÍTULO III

Do direito à percepção

Art. 141. Os proventos são devidos ao militar na inatividade remunerada a partir da data do decreto ou do ato:

- a) da transferência para a reserva remunerada;

- b) da reforma;
- c) da dispensa das funções da atividade para as quais, porventura, tenha sido convocado ou designado.

Parágrafo único. O militar de que trata este artigo perceberá, contudo, vencimentos como se da ativa fôsse enquanto permanecer, por necessidade do serviço no exercício de função da ativa até o máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação do decreto no *Diário Oficial* ou do ato de dispensa das funções da atividade.

Art. 142. Cessa o direito à percepção do provento, na data:

- a) do óbito;
- b) em que passar em julgado sentença que condene o oficial por crime que o prive do posto e patente, ou, a praça, por crime que implique na sua exclusão ou expulsão das Forças Armadas.

Art. 143. Suspende-se temporariamente o direito à percepção do provento:

a) na data da apresentação para o serviço ativo, quando, na forma da legislação em vigor, fôr designado ou convocado para funções de atividades previstas nas leis, regulamentos, quadros de efetivos ou lotação para qualquer Organização Militar;

b) na data da apresentação à Organização Militar competente, no caso de reverter ao serviço ativo;

c) durante o período em que permanecer à disposição do Ministério Civil, Governo Estadual, de Território, ou do Distrito Federal, no exercício de cargo ou função remunerada não considerada como de interesse militar por ato do Poder Executivo, ressalvado o direito de opção.

Art. 144. Para efeito de direito a continuidade dos pagamentos dos proventos, são aplicáveis ao militar na inatividade remunerada as disposições do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, quanto a:

- a) prova de identidade;
- b) certificado de vida;
- c) declaração de residência.

Art. 145. Na apostila de provento da inatividade será observado o disposto nos artigos 138 a 140.

CAPÍTULO IV

Dos Incapacitados

Art. 146. O militar incapacitado terá como provento o sôlido integral do posto ou graduação em que foi reformado e as gratificações incorporáveis a que fizer jus, calculadas nos seus valores máximos, quando reformado pelos seguintes motivos:

- a) ferimento em campanha ou na manutenção da ordem pública ou enfermidade contraída nessas situações ou delas resultantes;
- b) acidente em serviço;
- c) enfermidade adquirida em tempo de paz, tendo relação de causa e efeito com as condições inerentes ao serviço;
- d) por doença, moléstia ou enfermidade, embora sem relação de causa e efeito com o serviço, desde que torne o indivíduo total e permanentemente inválido para qualquer trabalho.

Art. 147. O militar reformado por incapacidade decorrente de acidente ou enfermidade sem relação de causa e efeito com o serviço, ressalvados os casos da letra "d" do artigo anterior, perceberá o provento nos limites impostos pelo tempo de serviço computável para a inatividade nas condições estabelecidas no art. 139.

Parágrafo único. O militar de que trata este artigo, bem como aqueles compreendidos no art. 149, não poderão receber como provento quantia inferior a 2/3 do sôlido do posto ou graduação atingido na inatividade.

Art. 148. As praças reformadas em consequência de moléstia a que se refere a letra "d" do artigo 146, ou outras consideradas incuráveis, terão direito à diária de asilado prevista para a praça asilada que sofra de moléstia contagiosa e incurável.

CAPÍTULO V

Dos Asilados

Art. 149. A praça incluída no Asilo de Inválidos da Pátria será abonada a diária de asilado na forma estabelecida neste Capitulo, sem prejuizo de recebimento de provento a que tenha direito em razão do tempo de serviço, reforma ou como decorrência de situações especiais previstas em lei ou regulamento.

Art. 150. As praças asiladas, residentes ou não no Asilo, cabe o direito a uma diária de asilado, cujo valor corresponde à metade da diária prevista no art. 37 d'este Código, a qual entretanto, será paga pelo seu valor integral quando se tratar de asilado portador de doença contagiosa incurável.

Parágrafo único. A diária de que trata este artigo será devida na base de 30 (trinta) dias por mês, qualquer que seja o número de dias do mês considerado, não estando sujeitas a descontos de qualquer natureza.

Art. 151. A esposa do asilado, aquartelado ou não, casada antes da invalidez do marido, terá direito a uma diária de asilado do mesmo valor daquela atribuída ao cônjuge, se a inclusão no Asilo tiver sido anterior às Instruções aprovadas pelo Decreto número 2.774, de 20 de junho de 1938.

Art. 152. Ao filho mais velho do asilado, casado antes da invalidez e incluído no Asilo antes das Instruções citadas no artigo anterior, será abonada uma diária de asilado, dos dois aos dezesesseis anos de idade.

Parágrafo único. Esta diária passará, por sucessão e também *ex officio*, a outro filho menor de dezesesseis anos, acaso existente, e continuará a ser abonada após o falecimento do asilado até os limites e nas formas indicadas.

Art. 153. Quando o asilado tiver dois filhos com idade entre dois e dezesesseis anos, ser-lhe-á abonada mais uma das diárias acima citadas, até que o mais velho complete dezesesseis anos, applicando-se-lhes, a partir dessa data, o disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO VI

Dos Inativos em Função de Atividade

Art. 154. O militar da reserva remunerada ou não, ou o reformado, que na forma da legislação em vigor, fôr designado ou convocado para funções de atividades, perceberá vencimentos como se estivesse em serviço activo, a contar da data da apresentação ao órgão competente, perdendo, a partir dessa data, o direito à percepção do provento da inatividade que estiver recebendo.

§ 1º Por ocasião da apresentação para exercício da função da atividade o militar terá direito a auxilio para compra de uniforme no valor de 1 (um) mês de soldo do seu posto ou graduação.

§ 2º O militar da reserva remunerada ou reformado, após cinco anos de serviços ininterruptos em funções de atividade, ao retornar à inatividade terá seus proventos revistos em função do novo cómputo de tempo de serviço e das situações alcançadas pelas atividades que exerceu, de acôrdo com a legislação em vigor.

Art. 155. E' facultado ao militar da reserva não remunerada que fôr servidor Federal, Estadual, Municipal ou Territorial, quando convocado ou designado para estágio regulamentar, para periodos de instrução ou de manobra, e, ainda, para fins de promoção, optar pelos vencimentos do posto ou graduação ou pelos vencimentos, remuneração ou salário a que tiver direito como civil.

Parágrafo único. Essa opção é extensiva ao servidor das organizações ou entidades que exerçam atividades por delegação do Poder Público, ou sejam por este mantidas ou administradas.

CAPÍTULO VII

Das situações especiais

Art. 156. Não estão compreendidos nas disposições do art. 139, bem como na parte final da letra "c" do art. 140, os militares amparados por legislação especial que lhes assegura, por ocasião da passagem para a inatividade, soldos ou vencimentos integrais.

§ 1º São também preservados aos militares o direito adicional de que trata o art. 54 da Lei nº 2.370 de 9 de dezembro de 1954.

§ 2º O militar reformado com fundamento no Decreto-lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, perceberá como provento o soldo integral inclusive a percentagem de 25% (vinte e cinco por cento) nele prevista, quando for o caso, e as gratificações incorporáveis a que fizer jus na forma deste Código, calculadas com base no soldo do posto ou graduação atingidas efetivamente pelo militar na inatividade.

Art. 157. O militar que reverter ao serviço ativo, for reincluído ou reabilitado, fará jus aos vencimentos como estipulado neste Código para as situações equivalentes e na conformidade do que for estabelecido no ato referente à reversão, reinclusão ou reabilitação.

Parágrafo único. Se o militar fizer jus a pagamentos relativos a períodos anteriores à data da reversão, inclusão ou reabilitação, receberá a diferença entre a importância apurada no ato de ajuste de contas e a recebida dos cofres públicos a título de vencimentos, pensão, remuneração, salário, ou vantagem, nos mesmos períodos.

Art. 158. No caso de reversão ou reinclusão com ressarcimento pecuniário, o militar indenizará os cofres públicos, mediante encontro de contas, das quantias que tenham sido pagas à sua família, a título de pensão militar.

Art. 159. O militar já transferido para a inatividade na forma da legislação que lhe tenha assegurado a percepção do soldo do posto ou graduação superior ao efetivo e cotas proporcionais ao tempo de serviço, passará a receber, como provento, o soldo estabelecido neste Código e mais a gratificação prevista no art. 140, letra a, sobre ele calculada.

Art. 160. Aplicam-se as disposições desta Parte ao militar da reserva não remunerada que for reformado em consequência de ferimento acidental sofrido ou moléstia contraída em serviço ou campanha, ou deles decorrentes.

PARTE QUINTA

TÍTULO ÚNICO

Dos descontos em folha de pagamento

CAPÍTULO I

Dos descontos

Art. 161. Desconto em folha é o abatimento que, na forma desta Parte pode o militar sofrer em uma fração de vencimento ou do provento, para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposições de lei ou de regulamento.

Art. 162. Para os efeitos de descontos em folha de pagamento do militar, são consideradas as seguintes importâncias mensais denominadas "bases para descontos".

- a) o soldo do posto ou graduação efetiva acrescido da gratificação de tempo de serviço para o militar da ativa;
- b) o provento para o militar da reserva remunerada ou reformado.

Art. 163. Os descontos em fôlha são classificados em:

I — Contribuições:

- a) Para a Pensão Militar;
- b) Para a Fazenda Nacional quando fixado em Lei;
- c) Para pagamento de próprio nacional.

II — Indenizações:

Para a Fazenda Nacional, decorrente de dívida.

III — Consignações:

- a) para pagamento de aquisição de casa ou terreno destinado a moradia própria, a favor de entidade consignatária;
- b) Para pagamento por transações comerciais feitas através dos Reembolsáveis Militares, conforme o regulamento para cada Ministério;
- c) Para pagamento de mensalidade social, pecúlio, seguro ou pensão a favor das entidades mencionadas no art. 171;
- d) Para pagamento de aluguel de casa para residência do consignante;
- e) Para cumprimento de sentença judicial pronunciada por Juiz competente, para manutenção de família;
- f) Para pagamento de amortização e juros de empréstimos em dinheiro, concedidos por entidades constantes do art. 171;
- g) Para pessoa da família do militar, durante sua ausência da sede por mais de 30 (trinta) dias;
- h) Para a contribuição mencionada no parágrafo 1º do art. 72;
- i) Para os serviços de assistência Social dos Ministérios Militares;

IV — Descontos Internos:

- a) para pagamento de dívidas para com certas dependências da Organização Militar: cantinas, armazéns, reembolsáveis, barbearias, serviço de assistência social, etc.;
- b) para pagamento de dívidas a outras Organizações Militares em que tenha servido;
- c) para pagamento de aluguel de casas cuja fiança tenha sido fornecida pela Organização Militar;
- d) para pagamento de compromissos assumidos com terceiros quando a isto for obrigado disciplinarmente, na forma dos regulamentos militares;
- e) para pagamento de mensalidade social de Clubes, Círculos, Associações, Grêmios de oficiais, subtenentes, suboficiais e sargentos quando dentro da sede da Organização Militar;
- f) para pagamento da indenização prevista no art. 98;
- g) para pessoa da família do militar, durante sua ausência da sede por mais de 30 (trinta) dias, se o mesmo não tenha feito uso de seu direito constante da letra "g" do inciso III deste artigo.

Parágrafo único. Os Descontos Internos serão regulamentados em cada Ministério, podendo ou não figurar nas fôlhas de pagamento.

Art. 164. Os descontos em fôlha descritos no artigo anterior são ainda:

- I — Obrigatórios — os constantes dos itens I e II, letra "e" do item III, letras "d" e "f" do item IV, do artigo precedente.
- II — Autorizados — os demais descontos mencionados nos itens III e IV do artigo anterior.

CAPÍTULO II

Dos Consignantes

Art. 165. Podem ser consignantes o oficial, aspirante a oficial, guarda-marinha, subtenente, suboficial, sargento, bem como cabo, taifeiro e marinheiro com mais de cinco anos de serviço, da ativa, da reserva remunerada ou reformado.

CAPÍTULO III

Dos Limites

Art. 166. Para os descontos em folha a que se refere o Capítulo I d'este Título, são estabelecidos os seguintes limites, relativos às "bases para desconto" definidos no artigo 162:

a) quando determinados por lei ou regulamento; quantia estipulada nesses atos;

b) até 70% (setenta por cento): para os descontos previstos nas letras "a", "d", "e" e "g" do item III e letra "c" do item IV do artigo 163;

c) até 30% (trinta por cento): os demais não enquadrados nas letras anteriores.

Art. 167. Em nenhuma hipótese, o consignante poderá receber em folha de pagamento a quantia líquida inferior a 36% (trinta por cento) das bases estabelecidas no artigo 162 mesmo nos casos de privação das gratificações.

Art. 168. Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 1º A importância devida à Fazenda Nacional ou à pensão judicial, superveniente a averbações já existentes, será obrigatoriamente descontada dentro dos limites estabelecidos nos artigos 166 e 167.

§ 2º Nas reduções dos descontos autorizados que se fizerem necessárias para garantir a dedução integral dos descontos referidos neste artigo, serão assegurados aos consignatários os juros de mora, a taxas legais vigentes, decorrentes da dilatação dos prazos estipulados nos respectivos contratos.

§ 3º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, só será permitido novo desconto autorizado quando este estiver dentro dos limites fixados neste Capítulo.

Art. 169. O desconto originado de crime previsto no Código Penal Militar não impede que por decisão judicial, a autoridade competente proceda a buscas, apreensões legais, confisco de bens e sequestros no sentido de abreviar o prazo de indenização à Fazenda Nacional.

Art. 170. A dívida para com a Fazenda Nacional, no caso do militar que é desincorporado, será obrigatoriamente cobrado, de preferência por meios amigáveis, e na impossibilidade d'esses, pelo recurso ao processo de cobrança executiva na forma da legislação fiscal referente à Dívida Ativa da União.

CAPÍTULO IV

Dos Consignatários

Art. 171. São entidades consignatárias, para os efeitos d'este Código:

- a) Caixas Econômicas Federais;
- b) Clubes Militar, Naval e de Aeronáutica;
- c) Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, Associação dos Suboficiais e Sargentos da Marinha e Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica;
- d) Casa do Sargento do Brasil e Casa do Marinheiro;
- e) Caixas de Construção de Casas dos Ministérios Militares;
- f) Fundação da Casa Popular e Fundação Osório;
- g) Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado;
- h) Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército;
- i) Circulo de Oficiais Intendentes das Forças Armadas, Clube de Oficiais Reformados e da Reserva das Forças Armadas;
- j) Caixa de Pedúlio dos Militares;
- k) Pessoa ou Entidade beneficiada pela letra "e" do item III do artigo 163;
- m) Proprietário ou locador de imóvel alugado;

- n) Pessoa definida no artigo 163, item III, da letra g;
- o) A entidade designada pelo Ministro para recolher contribuição mencionada no parágrafo primeiro do artigo 72;
- p) Serviços de Assistência Social e de Reembolsáveis dos Ministérios Militares;
- q) Previdência dos Subtenentes e Sargentos do Exército;
- r) Associação dos Ex-Combatentes do Brasil;
- s) Grêmio dos Subtenentes e Sargentos das Agulhas Negras.

PARTE FINAL

TÍTULO ÚNICO

Disposições Diversas

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 172. A aplicação deste Código é comum às três Forças Armadas.

Art. 173. Para os pagamentos mensais parcelados o cálculo fracionado é feito utilizando-se o divisor fixo 30 (trinta), qualquer que seja o mês considerado.

Parágrafo único. Salário-família será pago integralmente, não sendo sujeito a fracionamento, qualquer que seja o número de dias considerado.

Art. 174. O militar transferido com obrigação de mudar de residência, perceberá adiantadamente os seus vencimentos, indenizações e salário-família de mês.

Parágrafo único. Após o ajuste de contas, por ocasião de desligamento, nenhum pagamento será feito ao militar pela Organização de origem, salvo quando o embarque for sustado por ordem superior, caso em que voltará à situação anterior à do ajuste de contas, para efeito de pagamentos.

Art. 175. Os pagamentos mensais devidos aos oficiais, subtenentes, suboficiais e sargentos da ativa, da reserva remunerada e reformados, serão obrigatoriamente efetuados pelo sistema de crédito em conta corrente bancária, em nome do militar favorecido.

§ 1º O mesmo procedimento poderá ser extensivo às demais praças, desde que seja verificada a sua conveniência e viabilidade.

§ 2º Excetuam-se dessa modalidade de pagamento os casos em que ocorram impedimentos de ordem jurídica, impossibilidade decorrente da instabilidade funcional do militar ou de inexistência ou deficiência da rede bancária, quando então os pagamentos serão efetuados em espécie.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará em decreto comum aos Ministérios Militares, o procedimento uniforme a ser observado para a modalidade de pagamento de que trata este artigo.

Art. 176. Tendo em vista manter o sólido coerente com a hierarquia funcional, e fixar uma razão de diferenciação entre os postos e graduações, fica estabelecido o escalonamento vertical constante da Tabela do Anexo I.

Parágrafo único. Por ocasião dos reajustamentos posteriores ou aumentos concedidos deve ser observado o escalonamento fixado neste artigo, podendo, entretanto, ser introduzidos os arredondamentos que se impuserem para a fixação das novas Tabelas de Sólido.

CAPÍTULO II

Disposições Especiais

Art. 177. Os Ministros Militares do Superior Tribunal Militar terão seus vencimentos fixados em legislação especial.

Art. 178. Os oficiais professores do Magistério Militar Superior e Secundário terão os mesmos vencimentos, indenizações e demais direitos concedidos aos oficiais da ativa do mesmo posto.

Art. 179. Aplicam-se aos militares da ativa que operam com Raio X e substâncias radioativas as disposições da Lei nº 1.234, de 14 de novem-

bro de 1950, não lhes sendo abonada, entretanto, a Gratificação de Função Militar de Categoria C, conjuntamente com a gratificação prevista na Lei citada.

Parágrafo único. Ao militar enquadrado neste artigo que tenha cumprido atividades em serviços especiais mencionados nos artigos 20 e 27 e assegurado o direito à percepção na inatividade, das cotas da Gratificação de Função Militar de Categoria C, em razão dos saltos, vãos, imersões ou mergulhos realizados, que serão calculados, respectivamente, na conformidade do disposto nos artigos 25 e 28.

CAPÍTULO III

Disposições Transitórias e Finais

Art. 180. As gratificações de serviço aéreo, de pára-quedismo, de serviço de submarino e de escafandria, previstas na legislação anterior e revogadas pelo presente Código, serão tratadas do modo que se segue:

a) se os valores da Gratificação de Função Militar de Categoria C, atribuídos neste Código a esses setores especiais, forem menores que as gratificações devidas em decorrência da Lei nº 1.316-51, será abonado um complemento igual ao valor da diferença encontrada, que decrescerá progressivamente até sua completa extinção, em face de novos aumentos, promoções ou outras condições alcançadas que venham equiparar ou superar os valores da gratificação anterior;

b) o militar não enquadrado nas letras "a" ou "c" do artigo 20, que já tenha cumprido provas que lhe assegurem o pagamento no período subsequente, perceberá essa gratificação nesse período no valor que lhe era devido antes da vigência deste Código;

c) a gratificação de serviço aéreo, de pára-quedismo, de serviço de submarino ou escafandria, que até a data em que entrar em vigor o presente Código, já tenha sido considerada pelo máximo previsto na legislação anterior para pagamento definitivo ou incorporação ao provento da inatividade, será de 40% (quarenta por cento) do soldo a que o militar fizer jus; nos casos em que não tiver sido atingido o máximo previsto na legislação anterior a gratificação será calculada em cotas de décimos, observados os parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 25 e guardadas as proporções em relação à fração obtida conforme a legislação anterior;

d) o militar que já se encontra em situação de inatividade remunerada, com uma das gratificações mencionadas neste artigo incorporada a seu provento, terá recalculada sua gratificação de Função Militar de Categoria C, conforme estabelecido na letra "c" deste artigo.

Parágrafo único. As gratificações de que trata este artigo e cujo pagamento definitivo já tenha sido assegurado ou já estejam consideradas para incorporação ao provento não são acumuláveis entre si e não serão devidas juntamente com a de função Militar de Categoria C prevista neste Código, tanto no serviço ativo como na inatividade.

Art. 181. Para o cálculo das cotas a que se referem os artigos 25 e 28 deste Código, serão computadas as horas de vôo, de imersão e de mergulho ou número de saltos anteriormente realizados e devidamente registrados.

Art. 182. Os proventos atuais dos militares da reserva remunerada ou reformados, serão reajustados na conformidade do disposto neste Código.

Art. 183. Em qualquer hipótese, os militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados que em virtude da aplicação das disposições desta lei, venham a fazer jus mensalmente a um total de vencimentos ou proventos inferior ao total de vencimentos e vantagens ou proventos que vinham recebendo por mês terão direito a um complemento igual ao valor da diferença encontrada.

Parágrafo único. O complemento de que trata este artigo decrescerá progressivamente até a sua completa extinção, em face dos futuros reajustamentos de soldo, promoções ou novas condições alcançadas.

Art. 184. Aplicam-se aos militares da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, pagos pelos cofres da União, as dis-

posições deste Código, em tudo o que couber e até que lei especial venha regular seus vencimentos.

§ 1º. Para os efeitos de enquadramento nas Tabelas dos Anexos I e II as praças não graduadas das Corporações referidas neste artigo, são assim equiparadas:

- a) Cabo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros ao Taifeiro-Mor;
- b) Soldado com curso Policial (PM) e Soldado Bombeiro (CB) ao Marinheiro de 1ª Classe especializado;
- c) Soldado sem curso Policial (PM) e Soldado Bombeiro (CB) de Segunda Classe, ao Marinheiro de 2ª Classe não especializado.

§ 2º Quaisquer quantias recebidas por militares enquadrados neste artigo, de outras entidades públicas às quais estiverem servindo, serão obrigatória e mensalmente declaradas, a fim de serem deduzidas dos vencimentos a que fizerem jus, de acordo com este Código, de forma que não percebam cumulativamente.

Art. 185. Para efeito de aplicação de legislação anterior, ainda em vigor, as expressões "vencimentos" e "vencimentos e vantagens" nela referida correspondem, respectivamente, aos conceitos de "sólido" e "vencimentos" definidos neste Código.

Art. 186. Os proventos de oficial-general, quando na inatividade no posto de Marechal ou equivalente, serão calculados tomando-se como sólido base o valor correspondente ao sólido do posto de General-de-Exército, acrescido de 20% (vinte por cento).

Art. 187. As contribuições para a Pensão Militar, de que trata o artigo 3º e seu § 2º, da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, serão iguais a 1 (um) dia e meio do sólido arredondadas em cruzeiros, para as importâncias imediatamente superiores, quaisquer que sejam as frações de centavos.

Art. 188. Juntamente com o presente Código, entra em vigor a Tabela de Sólido constante do Anexo II.

Parágrafo único. Os vencimentos, as indenizações, os proventos e demais direitos serão devidos, na forma deste Código, a partir de 1º de abril de 1964.

Art. 189. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 220.000.000.000,00 (duzentos e vinte bilhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da aplicação deste Código, no corrente exercício.

Art. 190. O militar que já tenha completado os quinquênios de que trata o art. 16 fará jus, a contar da data da vigência desta lei, à Gratificação de Tempo de Serviço correspondente aos quinquênios efetivamente cumpridos, sem direito à retroatividade.

Art. 191. As disposições deste Código a serem reguladas por Ato do Poder Executivo, serão dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da vigência desta lei.

Art. 192. A partir da entrada em vigor deste Código ficam abolidas todas as vantagens, gratificações, adicionais, acréscimos e demais complementos que nele não estejam previstos.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as diárias previstas na Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, que não poderão, contudo, exceder às quantias que, na correspondência de cada posto ou graduação, estejam sendo percebidas pelos militares antes da vigência deste Código.

Art. 193. A partir da vigência deste Código ficam revogados, VETADO, todos os dispositivos de leis, decretos-leis, decretos, avisos e portarias que contrariem a matéria nele regulada, VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Brasília, 30 de abril de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
Octavio Gouveia de Bulhões
Nelson Freire Lavenere Wanderley

Prof. nº 1471/63

ANEXO I

Escalonamento Vertical

PÓSTO OU GRADUAÇÃO	VALOR MENSAL
1. Officiais-Generais	
General-de-Exercito, Almirante-de-Esquadra, Tenente-Brigadeiro	12,00
General-de-Divisao, Vice-Almirante, Major-Brigadeiro	11,25
General de Brigada, Contra-Almirante, Brigadeiro	10,50
2. Officiais Superiores	
Coronel, Capitao-de-Mar-e-Guerra	9,75
Tenente-Coronel, Capitao-de-Fragata	9,00
Major, Capitao-de-Corveta	8,25
3. Capitães e Officiais Subalternos	
Capitão, Capitão-Tenente	7,50
Primeiro-Tenente	6,75
Segundo-Tenente	6,00
4. Subtenentes, Suboficiais e Sargentos	
Subtenente, Suboficial	5,50
Primeiro-Sargento	5,00
Segundo-Sargento	4,50
Tercero-Sargento	4,00
5. Cabos, Soldados, Marinheiros e Taifeiros	
Cabo e Taifeiro-Mor	3,00
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 1ª Classe especializados	2,20
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 1ª Classe não especializados, Soldado de 1ª Classe (A)	1,80
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 2ª Classe especializados	1,40
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 2ª Classe não especializados, Soldado de 2ª Classe (A) e Soldado	1,00
Grumete	0,60
6. Cabos e Soldados não engajados	
Cabo	1,00
Soldado, Soldado Recruta, Conscrito, Soldado de 2ª Classe (A)	0,40
7. Praças Especiais e Alunos	
Aspirante a Oficial, Guarda-Marinha	5,50
Cadete e Aspirante do ultimo ano	0,60
Cadete e Aspirante	0,40
Aluno de Escola de Formação de Sargento	0,30
Aluno de Escola Preparatória de Cadetes e Colégio Naval	0,20
Aprendiz-Marinheiro	0,15

ANEXO II

Tabela de Sólido

POSTO OU GRADUAÇÃO	Valor Mensal
	cr\$
1. Oficiais-Generais	
General-de-Exercito, Almirante-de-Esquadra, Tenente-Brigadeiro	252.000,00
General-de-Divisão, Vice-Almirante, Major-Brigadeiro	237.000,00
General-de-Brigada, Contra-Almirante, Brigadeiro	222.000,00
2. Oficiais Superiores	
Coronel, Capitão-de-Mar-e-Guerra	204.000,00
Tenente-Coronel, Capitão-de-Fragata	189.000,00
Major, Capitão-de-Corveta	174.000,00
3. Capitães e Oficiais Subalternos	
Capitão, Capitão-Tenente	157.500,00
Primeiro-Tenente	141.600,00
Segundo-Tenente	126.000,00
4. Subalternos, Suboficiais e Sargentos	
Subtenente, Suboficial	115.500,00
Primeiro-Sargento	105.000,00
Segundo-Sargento	94.500,00
Terceiro-Sargento	84.000,00
5. Cabos, Soldados, Marinheiros e Taifeiros	
Cabo e Taifeiro-Mor	63.000,00
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 1ª Classe especializados	46.200,00
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 1ª Classe não especializados, Soldado de 1ª Classe (A)	37.800,00
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 2ª Classe especializados	29.400,00
Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 2ª Classe não especializados, Soldado de 2ª Classe (A) e Soldado, Grumete	21.000,00
	12.600,00
6. Cabos e Soldados não empregados	
Cabo	21.000,00
Soldado, Soldado Recruta, Conscrito, Soldado de 2ª Classe (A)	8.400,00
7. Praças Especiais e Alunos	
Aspirante a Oficial, Guarda-Marinha	115.500,00
Cadete e Aspirante do último ano	12.600,00
Cadete e Aspirante	8.400,00
Aluno de Escola de Formação de Sargento	6.300,00
Aluno de Escola Preparatória de Cadetes e Colégio Naval ..	4.200,00
Aprendiz-Marinheiro	3.100,00

LEI Nº 4.329 — DE 30 DE ABRIL DE 1964

Dispõe sobre o prazo para declaração do Imposto de Renda e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º No exercício financeiro de 1964, é facultado às pessoas físicas e jurídicas apresentarem suas declarações de rendimentos e de bens até o dia 31 de maio.

Art. 2º No referido exercício as pessoas físicas ou jurídicas, que abaterem na sua declaração o imposto retido na fonte, poderão apresentar até o dia 30 de junho o documento comprobatório da retenção.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Prof. 1943/64

LEI Nº 4.330 — DE 1º DE JUNHO DE 1964

Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO DIREITO DE GREVE

CAPÍTULO I

Conceito e extensão

Art. 1º O direito de greve, reconhecido pelo art. 158 da Constituição Federal, será exercido nos termos da presente lei.

Art. 2º Considerar-se-á exercício legítimo da greve a suspensão coletiva e temporária da prestação de serviços a empregador, por deliberação da assembleia geral de entidade sindical representativa da categoria profissional interessada na melhoria ou manutenção das condições de trabalho vigentes na empresa ou empresas correspondentes à categoria, total ou parcialmente, com a indicação prévia e por escrito das reivindicações formuladas pelos empregados, na forma e de acordo com as disposições previstas nesta lei.

Art. 3º Só poderão participar da greve as pessoas físicas que prestem serviços de natureza não eventual a

empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Art. 4º A greve não pode ser exercida pelos funcionários e servidores da União, Estados, Territórios, Municípios e autarquias, salvo se se tratar de serviço industrial e o pessoal não receber remuneração fixada por lei ou estiver amparado pela legislação do trabalho.

Art. 5º O exercício do direito de greve deverá ser autorizado por decisão da assembleia geral da entidade sindical, que representará a categoria profissional dos associados, por 2/3 (dois terços), em primeira convocação, e, por 1/3 (um terço), em segunda convocação, em escrutínio secreto e por maioria de votos.

§ 1º A Assembleia Geral instalar-se-á e funcionará na sede do Sindicato ou no local designado pela Federação ou Confederação interessada, podendo, entretanto, reunir-se, simultaneamente, na sede das delegacias e seções dos Sindicatos (Consolidação das Leis do Trabalho, art. 517, § 2º), se sua base territorial for intermunicipal, estadual ou nacional.

§ 2º Entre a primeira e a segunda convocação deverá haver o interregno mínimo de 2 (dois) dias.

§ 3º O quorum de votação será de 1/8 (um oitavo) dos associados em segunda convocação, nas entidades sindicais que representem mais de 5.000 (cinco mil) profissionais da respectiva categoria.

CAPÍTULO II

Condições para o exercício do direito de greve

Seção I

Das Assembléias Gerais

Art. 6º A Assembléia Geral será convocada pela Diretoria da entidade sindical interessada, com a publicação de editais nos jornais do local da situação da empresa, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 1º O edital de convocação conterá:

- a) indicação de local, dia e hora para a realização da Assembléia Geral;
- b) designação da ordem do dia, que será exclusivamente destinada à discussão das reivindicações e deliberação sobre o movimento grevista.

§ 2º As decisões da Assembléia Geral serão adotadas com a utilização das cédulas "sim" e "não".

§ 3º A mesa apuradora será presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou por pessoa de notória idoneidade, designada pelo Procurador-Geral do Trabalho ou Procuradores Regionais.

Art. 7º Apurada a votação e lavrada a ata, o Presidente da Assembléia providenciará a remessa de cópia autenticada do que foi deliberado pela maioria ao "Diretor do Departamento Nacional do Trabalho ou Delegado Regional do Trabalho".

Art. 8º É vedada a pessoas físicas ou jurídicas, estranhas à entidade sindical, qualquer interferência na Assembléia Geral, salvo os delegados do Ministério do Trabalho e Previdência Social, especialmente designados pelo Ministro ou por quem o represente.

Art. 9º Não existindo Sindicato que represente a categoria profissional, a Assembléia Geral será promovida pela Federação a quem se vincularia a entidade sindical ou, na hipótese de inexistência desta, pela correspondente Confederação.

Parágrafo único. Quando as reivindicações forem formuladas por empregados, ainda não representados por Sindicatos ou entidade sindical de grau superior, a Assembléia Geral será promovida pelo Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, no

Distrito Federal, e pelos Delegados Regionais do Trabalho, nos Estados, a requerimento dos interessados.

Seção II

Das notificações

Art. 10. Aprovadas as reivindicações profissionais e autorizada a greve, a Diretoria da entidade sindical notificará o empregador, por escrito, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias para a solução pleiteada pelos empregados, sob pena de abstenção pacífica e temporária do trabalho, a partir do mês, dia e hora que nela mencionará, com o interregno mínimo de 5 (cinco) dias, nas atividades acessórias e de 10 (dez) dias nas atividades fundamentais.

§ 1º A Diretoria enviará cópias autenticadas da notificação às autoridades mencionadas no art. 7º desta lei, a fim de que adotem providências para a manutenção da ordem, garantindo os empregados no exercício legítimo da greve e resguardando a empresa de quaisquer danos.

§ 2º Recebendo a comunicação prevista no parágrafo anterior, o Diretor do Departamento Nacional do Trabalho ou o Delegado Regional do Trabalho a transmitirá ao Ministério Público do Trabalho, que poderá suscitar, de ofício, dissídio coletivo para conhecimento das reivindicações formuladas pelos empregados, sem prejuízo da paralisação do trabalho.

Seção III

Da Conciliação

Art. 11. O Diretor do Departamento Nacional do Trabalho ou o Delegado Regional do Trabalho adotarão todas as providências para efetivar a conciliação entre empregados e empregadores, com a assistência do Ministério Público do Trabalho ou do Ministério Público local, onde não houver representante daquele, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir da deliberação da Assembléia Geral, que tiver autorizado a greve.

CAPÍTULO III

Das atividades fundamentais

Art. 12. Consideram-se fundamentais as atividades nos serviços de água, energia, luz, gás, esgotos comunicações, transportes, carga ou

descarga, serviço funerário, hospitais, maternidades, venda de gêneros alimentícios de primeira necessidade, farmácias e drogarias, hotéis e indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional.

Parágrafo único. O presidente da República, ouvidos os órgãos competentes, baixará, dentro de 30 (trinta) dias, decreto especificando as indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional, cuja revisão será permitida de 2 (dois) em 2 (dois) anos.

Art. 13. Nos transportes (terrestre, marítimo, fluvial e aéreo) a paralisação do trabalho em veículos em trânsito e dos respectivos serviços, só será permitida após a conclusão da viagem, nos pontos terminais.

Art. 14. Nas atividades fundamentais que não possam sofrer paralisação, as autoridades competentes farão guarnecer e funcionar os respectivos serviços.

Art. 15. A requerimento do empregador e por determinação do Tribunal do Trabalho competente, os grevistas organizarão turmas de emergência, com o pessoal estritamente necessário à conservação das máquinas e de tudo que, na empresa, exija assistência permanente, de modo a assegurar o reinício dos trabalhos logo após o término da greve.

Art. 16. Será de 72 (setenta e duas) horas o pré-aviso para a deflagração da greve, nas atividades fundamentais e nas acessórias, quando motivada pela falta de pagamento de salário nos prazos previstos em lei ou pelo não cumprimento de decisão, proferida em dissídio coletivo, que tenha transitado em julgado.

CAPÍTULO IV

Do exercício do direito de greve

Art. 17. Decorridos os prazos previstos nesta lei, e sendo impossível a conciliação preconizada no art. 11, os empregados poderão abandonar pacificamente, o trabalho, desocupando o estabelecimento da empresa.

Parágrafo único. As autoridades garantirão livre acesso ao local de trabalho aos que queiram prosseguir na prestação de serviço.

Art. 18. Os grevistas não poderão praticar quaisquer atos de violência contra pessoas e bens (agressão, depredação, sabotagem, invasão do es-

tabelecimento, insultos, afixação ou ostentação de cartazes ofensivos às autoridades ou ao empregador ou outros de igual natureza), sob pena de demissão, por falta grave, sem prejuízo da responsabilidade criminal, de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO V

Das garantias dos grevistas

Art. 19. São garantias dos grevistas:

- I — O aliciamento pacífico;
- II — a coleta de donativos e o uso de cartazes de propaganda, pelos grevistas, desde que não ofensivos e estranhos às reivindicações da categoria profissional;
- III — proibição de despedida de empregado que tenha participado pacificamente de movimentos grevistas;
- IV — proibição, ao empregador, de admitir empregados em substituição aos grevistas.

Parágrafo único. Nos períodos de preparação, declaração e no curso da greve, só empregados que dela participarem não poderão sofrer constrangimento ou coação.

Art. 20. A greve lícita não rescinde o contrato de trabalho, nem extingue os direitos e obrigações dele resultantes.

Parágrafo único. A greve suspende o contrato de trabalho, assegurando aos grevistas o pagamento dos salários durante o período da sua duração e o cômputo do tempo de paralisação como de trabalho efetivo, se deferidas, pelo empregador ou pela Justiça do Trabalho, as reivindicações formuladas pelos empregados, total ou parcialmente.

Art. 21. Os membros da Diretoria da entidade sindical, representativa dos grevistas, não poderão ser presos ou detidos, salvo em flagrante delito ou em obediência a mandado judicial.

CAPÍTULO VI

Da ilegalidade da greve

Art. 22. A greve será reputada ilegal:

- I — Se não atendidos os prazos e as condições estabelecidas nesta lei;

- II — Se tiver por objeto reivindicações julgadas improcedentes pela Justiça do Trabalho, em decisão definitiva, há menos de 1 (um) ano;
- III — Se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, sem quaisquer reivindicações que interessem, direta ou legitimamente, à categoria profissional;
- IV — Se tiver por fim alterar condição constante de acordo sindical, convenção coletiva de trabalho ou decisão normativa da Justiça do Trabalho em vigor, salvo se tiverem sido modificadas substancialmente os fundamentos em que se apóiam.

TÍTULO II

DA INTERVENÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

CAPÍTULO I

Do dissídio coletivo

Art. 23. Caso não se efetive a conciliação prevista no art. 11, o Ministério Público do Trabalho ou o representante local do Ministério Público comunicará a ocorrência ao Presidente do respectivo Tribunal Regional do Trabalho, instaurando-se o dissídio coletivo, nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

CAPÍTULO II

Das revisões tarifárias e das majorações de preços

Art. 24. Sempre que o atendimento das reivindicações dos assalariados importar em revisões tarifárias e majorações de preços das utilidades, o Ministério Público do Trabalho promoverá a realização de perícia contábil para verificação da aplicação total dos aumentos obtidos nas majorações salariais e indicará ao Poder Executivo a redução dos aumentos excessivos, segundo o apurado pela perícia.

Parágrafo único. Não devem ser considerados os aumentos deferidos aos Diretores e auxiliares diretos da empresa os créditos de companhias subsidiárias ou a conversão da dívida em moeda estrangeira, com o propósito de reduzir os lucros e onerar a despesa.

CAPÍTULO III

Da cessação da greve

Art. 25. A greve cessará:

- I — Por deliberação da maioria dos associados, em Assembleia Geral;
- II — por conciliação;
- III — por decisão adotada pela Justiça do Trabalho.

Art. 26. Cessada a greve, nenhuma penalidade poderá ser imposta pelo empregador ao empregado por motivo de participação pacífica na mesma.

TÍTULO III

DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR E DA INFRAÇÃO ILEGAL

CAPÍTULO I

Das sanções disciplinares

Art. 27. Pelos excessos praticados e compreendidos no âmbito da disciplina do trabalho, os grevistas poderão ser punidos com:

- a) advertência;
- b) suspensão até 30 (trinta) dias;
- c) rescisão do contrato de trabalho.

Parágrafo único. Se imputada ao empregado, no decorrer da greve, a prática de ato de natureza penal, ao empregador será lícito suspendê-lo até decisão final da justiça criminal. Se o empregado for absolvido, terá direito de optar pela volta ao emprego, com as vantagens devidas, ou pela percepção, em dobro, dos salários correspondentes ao tempo da suspensão, sem prejuízo da indenização legal.

Art. 28. As penas impostas aos grevistas, nos termos do artigo 27, poderão ser examinadas e julgadas pela Justiça do Trabalho.

CAPÍTULO II

Das crimes e das penas

Art. 29. Além dos previstos no TÍTULO IV da Parte Especial do Código Penal, constituem crimes contra a organização do trabalho:

- I — Promover, participar ou instigar greve ou lock-out com desrespeito a esta lei;

- II — incitar desrespeito à sentença normativa da Justiça do Trabalho que puser termo à greve ou obstar à sua execução;
- III — deixar o empregador, maliciosamente, de cumprir decisões normativas da Justiça do Trabalho, ou obstar a sua execução;
- IV — iniciar a greve ou *lock-out*, ou aliciar participantes quando estranho à profissão ou atividades econômicas;
- V — onerar a despesa com dívidas fictícias ou de qualquer modo alterar maliciosamente os lançamentos contábeis para obter majoração de tarifas ou preços;
- VI — adicionar aos lucros ou fazer investimentos com os rendimentos obtidos com revisão tarifária ou aumento de preços especificamente destinados a aumentos salariais de empregados;
- VII — praticar coação para impedir ou exercer a greve;

PENA: Reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa de Cr\$ 5.000.00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000.00 (cem mil cruzeiros). Ao reincidente aplicar-se-á a penalidade em dobro.

Parágrafo único. Os estrangeiros que infringirem as prescrições desta lei serão passíveis de expulsão do território nacional a juízo do Governo.

Art. 30. Aplicam-se, no que couber, as disposições desta lei à paralisação da atividade da empresa por iniciativa do empregador (*lock-out*).

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A autoridade que impedir ou tentar impedir o legítimo exercício da greve será responsabilizada na forma da legislação em vigor.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto-lei nº 9.070, de 15 de março de 1946.

Brasília, 1º de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Sussekind

Milton Campos

LEI Nº 4.331 — DE 1 DE
JUNHO DE 1964

Dispõe sobre a aquisição, por Governos estrangeiros, no Distrito Federal, de imóveis necessários à residência dos agentes diplomáticos das respectivas Missões Diplomáticas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Consideram-se nas condições do § 3º do art. 11 do Decreto-lei número 4.657, de 4 de setembro de 1942 — Lei de Introdução do Código Civil Brasileiro. — os imóveis adquiridos, pelos Governos estrangeiros, no Distrito Federal, para residência dos "Agentes Diplomáticos" e "Membros da Missão" das respectivas missões diplomáticas.

§ 1º A aquisição de tais imóveis dependerá sempre da autorização do Ministério das Relações Exteriores, que ajuizará, em cada caso, da necessidade da compra, devendo, para tanto, consultar a Prefeitura do Distrito Federal e a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

§ 2º Os imóveis adquiridos em virtude dessa autorização especial sujeitam-se, para os efeitos civis, ao mesmo regime jurídico da propriedade dos nacionais.

Art. 2º Esta lei vigorará por cinco anos, a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia Bulhões

LEI Nº 4.332 — DE 1 DE
JUNHO DE 1964

Conceda isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Associação Obras Sociais Irmã Dulce.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de licença prévia de importação, do im-

Proj. 1471/49

pósto de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas de melhoramento de portos e de renovação de Marinha Mercante, de emolumentos consulars, de taxas de armazenagem e capatazias, para os derivativos até o limite de quinze mil (15.000) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas, calçados usados, medicamentos, material audio-visual de base, livros usados, materiais de construção, remetidos até 1965, inclusive, à Associação Obras Sociais Irmã Dulce, para sua distribuição gratuita através de obras de assistência social mantidas pela mesma Associação, na Cidade do Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

Proj. 507/63.

LEI Nº 4.333 — DE 1 DE JUNHO DE 1964

Acrescenta um parágrafo ao artigo 853, do Código de Processo Civil

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 853 do Código de Processo Civil:

“§ 3º Do acórdão que julgar o recurso de revista não é admissível interpor nova revista”.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de junho de 1964 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Proj. 1790/56

LEI Nº 4.334 — DE 1 DE JUNHO DE 1964

Autoriza permuta de imóveis entre a União e o Estado do Maranhão.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o imóvel de propriedade da União Federal, situado na Avenida Pedro II, sem número, atualmente ocupado pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, pelo imóvel situado na Rua 28 de Julho número duzentos e trinta e cinco, de propriedade do Estado, ambos em São Luís, no Estado do Maranhão.

Art. 2º Efetuar-se-á a permuta mediante escritura lavrada em livro próprio na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União naquele Estado, em conformidade com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 211.703, de 1959, e mediante prévio recolhimento aos cofres da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, pelo Governo do Estado, da importância de Cr\$ 2.648.500,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil e quinhentos cruzeiros), excedente verificado no confronto das avaliações dos respectivos imóveis, de acordo com a autorização dada pela lei estadual número 1.752, de 1º de julho de 1959.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Proj. 4233/62

LEI Nº 4.335 — DE 1º DE JUNHO DE 1964

Altera o art. 870 do Código do Processo Civil

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 870 do Código do Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608,

de 18 de setembro de 1939) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 870. Os processos remetidos ao Tribunal serão registrados no protocolo no mesmo dia do recebimento, ou no dia útil imediato, correndo, da data da publicação do registro no órgão oficial, o prazo para o respectivo preparo.

§ 1º Em se tratando de recursos interpostos nos Estados para o Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Federal de Recursos, o preparo poderá ser feito, antes de sua remessa, no próprio Juízo ou Tribunal "a quo".

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior a conta do preparo será feita, no prazo improrrogável de 3 (três) dias, pelo contador do Tribunal ou Juízo, correndo, da devolução dos autos, o prazo para o pagamento do mesmo o que se fará mediante entrega ao funcionário competente da Secretaria do Tribunal ou ao escrivão de uma ordem de pagamento, bancária ou postal do valor da conta, em favor da Secretaria do Tribunal "ad quem", e que será reunida aos autos.

§ 3º Reunida a ordem de pagamento, serão os autos remetidos ao Tribunal "ad quem" dentro de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 4º Para a execução do disposto nos parágrafos 1º e 2º, as Secretarias dos Tribunais nos Estados farão publicar pelo menos 2 (duas) vezes por ano, nos respectivos órgãos oficiais, as tabelas para cobrança de preparo organizadas pelo Supremo Tribunal Federal de Recursos.

§ 5º Considerar-se-á deserto o recurso não preparado no prazo legal".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Proj. 4790/62

LEI Nº 4.336 — DE 1º DE JUNHO DE 1964

Altera dispositivos do Código do Processo Penal

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' acrescentado ao art. 500 do Código do Processo Penal, como § 4º, o seguinte parágrafo:

"§ 4º. Se o apelante declarar, na petição ou no termo, ao interpor a apelação, que deseja arrazoar na Superior Instância serão os autos remetidos ao Tribunal *ad quem* onde será aberta vista às partes, observados os prazos legais, notificadas as partes pela publicação oficial".

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Proj. 2021/60

LEI Nº 4.337 — DE 1º DE JUNHO DE 1964

Regula a declaração de inconstitucionalidade para os efeitos do artigo 7º, nº VII, da Constituição Federal.

O Presidente da República
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Cabe ao Procurador-Geral da República, ao ter conhecimento de ato dos poderes estaduais que infrinja qualquer dos princípios estatuidos no artigo 7º, inciso VII, da Constituição Federal, promover a declaração de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Se o conhecimento de inconstitucionalidade resultar de representação que lhe seja dirigida por qualquer interessado, o Procurador-Geral da República terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da representação, para apresentar a arguição perante o Supremo Tribunal Federal.

Art. 3º O relator que fôr designado ouvirá, em 30 (trinta) dias, os órgãos que hajam elaborado ou praticado o ato arguido e, findo esse termo, terá prazo igual para apresentar o relatório.

Art. 4º Apresentado o relatório, do qual se remeterá cópia a todos os Ministros, o Presidente designará dia para que o Tribunal Pleno decida a espécie, cientes os interessados.

Parágrafo único. Na sessão de julgamento, findo o relatório, poderão usar da palavra, na forma do Regimento Interno do Tribunal, o Procurador-Geral da República, sustentando a arguição, e o Procurador dos órgãos estaduais interessados, defendendo a constitucionalidade do ato impugnado.

Art. 5º Se, ao receber os autos, ou no curso do Processo, o Ministro Relator entender que a decisão de espécie é urgente em face de relevante interesse de ordem pública, poderá requerer, com prévia ciência das partes, a imediata convocação do Tribunal, e este, sentindo-se esclarecido, poderá suprimir os prazos do artigo 3º desta lei e proferir seu pronunciamento, com as cautelas do artigo 200 da Constituição Federal.

Art. 6º Só caberão embargos, que se processarão na forma da legislação em vigor, quando, na decisão, forem 3 (três) ou mais os votos divergentes.

Art. 7º Se a decisão final fôr pela inconstitucionalidade, o Presidente do Supremo Tribunal Federal imediatamente a comunicará aos órgãos estaduais interessados e, publicado que seja o acórdão, levá-lo-á ao conhecimento do Congresso Nacional para os fins dos artigos 8º, parágrafo único, e 13 da Constituição Federal.

Art. 8º Caso não sejam suficientes as providências determinadas no artigo anterior e, sem prejuízo da iniciativa que possa competir ao Poder Legislativo, o Procurador-Geral da República representará ao Congresso Nacional para que seja decretada a intervenção federal nos termos do art. 3º, parágrafo único da Constituição Federal.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei número 2.271, de 22 de julho de 1954,

entrando a presente lei em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Lei Nº 4.338 — DE 1º DE
JUNHO DE 1964

Fixa o dia 25 de maio como a data comemorativa do trabalhador rural.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É fixado o dia 25 de maio como a data comemorativa do trabalhador rural.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Oscar Thompson Filho

Lei Nº 4.339 — DE 5 DE
JUNHO DE 1964

Altera o art. 1º da Lei nº 2.586, de 5 de setembro de 1955, que reestrutura o Quadro de Oficiais-Intendentes do Exército, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 2.586, de 5 de setembro de 1955, que reestrutura o Quadro de Oficiais-Intendentes do Exército, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º O Quadro de Oficiais do Serviço de Intendência do Exército passa a ser constituído de:

- 44 — Coronéis;
- 112 — Tenentes-Coronéis;
- 221 — Majores;
- 432 — Capitães;
- 288 — Primeiros-Tenentes;

Efetivo Variável — Segundos-Te-nentes”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

LEI Nº 4.340 — DE 13 DE
JUNHO DE 1964

Regula a execução do art. 3º da Lei nº 458, de 29 de outubro de 1948, que dispõe sobre a extensão de vantagens do montepio militar.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A família do militar do 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira, falecido nas condições previstas pelos arts. 2º e 3º do Decreto-Lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946, o Governo fará a doação de casa residencial no valor indicado pelo art. 4º da presente lei.

Art. 2º Entende-se por família do militar, para fins desta lei, as pessoas abaixo enumeradas, com a exclusão de quaisquer outras, havendo precedência na prioridade estabelecida:

1º a viúva;

2º os filhos menores e filhas maiores solteiras, bem como filhos maiores inválidos que não possam prover os meios de subsistência;

3º as filhas viúvas ou desquitadas;

4º a mãe viúva ou solteira, bem como a desquitada, que por ocasião da morte do *de cujus* já se achava legalmente separada;

5º o pai inválido que vivia às expensas do *de cujus*;

6º os irmãos menores e maiores interditos que viviam às expensas do *de cujus* bem como as irmãs germanas e consanguíneas solteiras;

7º as irmãs germanas viúvas ou desquitadas, que por ocasião da morte do *de cujus* já se achavam legalmente separadas.

Art. 3º Para os efeitos da restrição imposta pelo art. 9º do Decreto-lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946, entende-se por casa própria o imóvel que for suficiente para abrigar a família do militar falecido, tendo em vista a decência e o conforto compatíveis com a pensão que o Estado a ela assegurar.

Art. 4º O limite da contribuição do Governo para doação da casa residencial referida no art. 1º desta lei será o seguinte:

a) 60 (sessenta) vezes o valor mensal da pensão concedida aos herdeiros do militar falecido nas condições previstas pelos arts. 2º e 3º do Decreto-lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946, para as hipóteses previstas nos ns. 3, 4, 6 e 7 do art. 2º da presente lei;

b) 60 (sessenta) vezes o valor mensal da referida pensão com o acréscimo, ao total de dez mil cruzeiros por filho do *de cujus*, até o limite de três para hipóteses previstas nos números 1 e 2 do citado artigo;

§ 1º o valor da doação em nenhuma hipótese poderá ser inferior a Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros);

§ 2º É permitida a devolução em dinheiro a interessado até 20% (vinte por cento) se o valor do imóvel adquirido for inferior ao valor da doação, assim como será facultada a aquisição da casa própria de valor superior à doação, desde que o beneficiado disponha de fundos necessários para completar o pagamento.

Art. 5º Desde que o beneficiado por esta lei já tenha casa própria mediante crédito hipotecário, e se assim o desejar, o Estado resgatará de uma só vez o restante da dívida até o limite previsto nos arts. 4º e 6º da presente lei.

Parágrafo único. Se houver saldo, o beneficiado receberá em dinheiro a diferença entre o montante da dívida resgatada e o total da doação a que faz jus.

Art. 6º O imóvel será doado nas mesmas condições previstas pelo artigo 9º do Decreto-lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946, obedecendo ao seguinte regime:

a) será inscrito no registro de imóveis como bem de família;

b) não poderá ser alienado, no todo, ou em parte, antes de decorrido o prazo de 15 (quinze) anos, a partir

da data da doação e enquanto houver herdeiro menor ou interdito do militar falecido.

Art. 7º O imóvel a que se refere o artigo anterior ficará isento de quaisquer impostos e taxas federais.

Art. 8º As escrituras de aquisição e doação dos imóveis de que trata a presente lei serão organizadas pelo Ministério da Fazenda, Serviço do Patrimônio da União, de acordo com os elementos fornecidos pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 9º Dentro do prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação desta lei, as pessoas com direito aos favores nela outorgados deverão apresentar requerimento ao Ministério da Aeronáutica indicando o imóvel que desejem ou a localidade em que preferem estabelecer a sua residência.

Art. 10. Durante 2 (dois) anos os orçamentos da União consignarão em dotação própria para o Ministério da Aeronáutica, a importância de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para a execução desta lei.

Art. 11. A execução da presente lei competirá ao Ministério da Aeronáutica por intermédio dos respectivos órgãos.

Parágrafo único. O Ministro da Aeronáutica, no prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta lei, baixará instruções para sua execução.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Nelson Lavenère Wanderley

LEI Nº 4.341 — DE 13 DE
JUNHO DE 1964

*Cria o Serviço Nacional
de Informações*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço

Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade suprir, orientar e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.

Art. 3º Ao Serviço Nacional de Informações incumbe especialmente:

a) assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra informação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais;

b) estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contra informação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais;

c) proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral desse Conselho;

d) promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.

Art. 4º O Serviço Nacional de Informações compreende uma chefia (Chefe do Serviço e Gabinete), uma Agência Central no Distrito Federal e Agências Regionais.

§ 1º Fica incorporada ao SNI, como Agência Regional com sede no Rio de Janeiro (Guanabara), o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) que atualmente integra a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

§ 2º O Serviço Nacional de Informações está isento de quaisquer prescrições que determinem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamentos e efetivos.

Art. 5º O Chefe do SNI, civil ou militar, da confiança do Presidente

da República, terá sua nomeação sujeita à aprovação prévia do Senado Federal.

§ 1º As funções de Chefe do SNI não podem ser desempenhadas cumulativamente com as de qualquer outro cargo.

§ 2º Ao Chefe do SNI são devidas as honras e prerrogativas de Ministro de Estado.

§ 3º O Chefe do SNI perceberá vencimentos iguais ao fixado para os Chefes de Gabinete da Presidência da República.

Art. 6º O pessoal civil e militar necessário ao funcionamento do SNI será proveniente dos Ministérios e outros órgãos dependentes do Poder Executivo, mediante requisição direta do Chefe do Serviço.

§ 1º. Além desses servidores requisitados, poderá ser admitido pessoal na forma do artigo 23 da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960.

§ 2º O Chefe do SNI poderá promover a colaboração, gratuita ou gratificada, de civis ou militares, servidores públicos ou não, em condições de participar de atividades específicas.

Art. 7º Os serviços prestados ao SNI pelo pessoal civil ou militar constituem serviços relevantes e título de merecimento a ser considerado em todos os atos da vida funcional.

§ 1º. Enquanto exercerem funções no SNI, os civis são considerados, para todos os efeitos legais, em efetivo exercício nos respectivos cargos.

§ 2º. Os militares em serviço no SNI são considerados em comissão militar.

§ 3º Os civis e militares em serviço no SNI farão jus a uma gratificação especial fixada, anualmente, pelo Presidente da República.

Art. 8º No decurso do ano de 1964, a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional terá a seu cargo apoiar, financeiramente e em recursos materiais, o funcionamento da Agência Regional do SNI com sede no Rio de Janeiro.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para a instalação do SNI e seu funcionamento em 1964.

Art. 10. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de junho de 1964; 143ª da Independência e 76ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
Vasco da Cunha
Octavio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora
Oscar Thompson Filho
Flávio de Lacerda
Arnaldo Sussekund
Nelson Lavenère Wanderley
Raymundo de Brito
Daniel Faraco
Mauro Thibau
Roberto de Oliveira Campos

LEI Nº 4.342 — DE 15 DE JUNHO DE 1964

Modifica a Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, elevando o valor do selo postal adicional, emitido em benefício dos filhos de lázaros e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica elevado para Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) o valor do selo postal adicional emitido em benefício dos filhos de lázaros, durante a Semana do Combate à Lepre, de que tratam a Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949 e o Decreto nº 31.624, de 31 de outubro de 1952.

Art. 2º O Ministério da Fazenda, através da Contadoria Geral da República, e o Ministério da Viação e Obras Públicas, através do Departamento dos Correios e Telégrafos, adotarão, por meio de circulares, as providências necessárias à execução da presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Juarez Favors

Projeto nº 4.343/62.

LEI Nº 4.343

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

Proj. 1173/59

LEI Nº 4.342

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.344 — DE 21 DE JUNHO DE 1964

Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criado um cargo de Ministro Extraordinário, ao qual caberá coordenar as atividades dos seguintes órgãos e serviços, que lhe ficam subordinados:

- a) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;
- b) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País;
- c) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;
- d) Comissão do Vale do São Francisco;
- e) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- f) Fundação Brasil Central;
- g) Administração dos Territórios Federais;
- h) Serviço Nacional de Municípios;
- i) Comissão de Desenvolvimento do Centro Oeste;
- j) Comissão Especial de Faixa de Fronteiras;
- l) Parque Nacional do Xingu.

Art. 2º O Ministro nomeado para o cargo ora criado terá prerrogativas, vantagens e vencimentos atribuídos aos Ministros de Estado.

Art. 3º Fica aberto, no corrente exercício, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) para instalação e custeio das despesas decorrentes do cumprimento desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Octavio Gouveia de Bulhões

Proj. 2.009/64

LEI Nº 4.345 — DE 26 DE JUNHO DE 1964

Institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As tabelas de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão, referidas no art. 1º da Lei nº 4.242,

de 17 de julho de 1963, ficam substituídas pelas seguintes:

A) Cargos Efetivos:

Nível	Cr\$
22	280.000,00
21	250.000,00
20	230.000,00
19	210.000,00
18	190.000,00
17	173.000,00
16	161.000,00
15	149.000,00
14	137.000,00
13	127.000,00
12	118.000,00
11	109.000,00
10	100.000,00
9	91.000,00
8	83.000,00
7	75.000,00
6	70.000,00
5	66.000,00
4	62.000,00
3	58.000,00
2	54.000,00
1	50.000,00

B) Cargos em Comissão:

Símbolos	Cr\$
1-C	417.000,00
2-C	392.000,00
3-C	367.000,00
4-C	350.000,00
5-C	333.000,00
6-C	317.000,00
7-C	300.000,00
8-C	283.000,00
9-C	267.000,00
10-C	258.000,00
11-C	250.000,00
12-C	242.000,00

§ 1º O funcionário no exercício de cargo em comissão ou de função gratificada ficará sujeito a horário de trabalho a ser fixado pelo Poder Executivo e que não poderá exceder de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvados os casos de acumulação (Constituição Federal, art. 185), os quais continuam subordinados à disciplina específica e isentos da opção do parágrafo seguinte.

§ 2º Ao funcionário nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento do símbolo, previsto na tabela b constante deste artigo, ou pela percepção do vencimento e demais vantagens de

seu cargo efetivo acrescido de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo.

§ 3º Para atender à execução do disposto no art. 9º da presente Lei, a tabela de vencimentos dos cargos efetivos fica acrescida dos níveis 19 a 22, com os valores respectivos.

§ 4º As parcelas correspondentes às referências horizontais ficam absorvidas pelos valores ora estabelecidos na tabela de vencimentos dos cargos efetivos, extinguindo-se, por esta forma, a progressão horizontal instituída no § 1º do art. 14 da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960.

§ 5º Desaparecem, igualmente absorvidas, quaisquer diferenças de vencimentos percebidas até a data da presente Lei.

§ 6º Os atuais cargos de provimento em comissão, classificados em símbolos de vencimentos inferiores a 12-C ficam transformados, a partir da vigência dos efeitos financeiros desta Lei, em funções gratificadas, cabendo ao Poder Executivo, mediante decreto, fixar os respectivos símbolos.

Art. 2º As funções gratificadas, previstas no art. 1º da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, terão os seguintes símbolos e valores:

Símbolos	Cr\$
1-F	300.000,00
2-F	285.000,00
3-F	270.000,00
4-F	255.000,00
5-F	240.000,00
6-F	225.000,00
7-F	210.000,00
8-F	195.000,00
9-F	180.000,00
10-F	170.000,00
11-F	160.000,00
12-F	150.000,00
13-F	140.000,00
14-F	130.000,00
15-F	120.000,00
16-F	110.000,00
17-F	100.000,00
18-F	95.000,00
19-F	90.000,00
20-F	85.000,00

§ 1º Os atuais símbolos de funções gratificadas 17 a 25 ficam transformados, mediante fusão, em novos sím-

bolos, de acordo com o seguinte critério:

Situação anterior	Situação Nova
17 e 18	17
19 e 20	18
21 e 22	19
23, 24 e 25	20

§ 2º A importância da gratificação de função será igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo ocupado pelo funcionário.

§ 3º Ao funcionário designado para o exercício de encargos de chefia, de assessoramento ou de secretariado, é facultado optar pelo critério estabelecido neste artigo ou pela percepção do vencimento e demais vantagens de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo da função gratificada respectiva.

Art. 3º Os vencimentos mensais dos cargos abaixo especificados passam a ser os seguintes:

- 1) Ministro de Estado e Chefes do Gabinete Civil e do Gabinete Militar da Presidência da República 850.000,00
- 2) Prefeito do Distrito Federal 700.000,00
- 3) Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública 600.000,00
- 4) Secretários-Gerais da Prefeitura do Distrito Federal e Superintendentes Gerais da Prefeitura do Distrito Federal 500.000,00

Parágrafo único. As autoridades relacionadas neste artigo não serão concedidas diárias pelo efetivo exercício em Brasília, de que tratam a Lei nº 4.019, de 29 de dezembro de 1961, e o art. 13 desta Lei, nem gratificação de representação de qualquer natureza.

Art. 4º Os vencimentos mensais dos ocupantes dos cargos abaixo relacionados passam a ser os seguintes:

	Cr\$
1) Professor Catedrático	300.000,00
2) Diplomatas:	
Ministro de Primeira Classe	300.000,00
Ministro de Segunda Classe	250.000,00
Primeiro-Secretário	190.000,00
Segundo-Secretário	173.000,00
Terceiro-Secretário	161.000,00
3) Ministro de Primeira Classe para Assuntos Econômicos	300.000,00
4) Ministro de Segunda Classe para Assuntos Econômicos	250.000,00
5) Cônsul Privativo... ..	190.000,00
6) Delegado de Polícia	250.000,00
7) Assessor para Assuntos Legislativos	250.000,00

§ 1º Os cargos de Professor de Ensino Superior, Assistente de Ensino Superior e Instrutor de Ensino Superior ficam classificados, respectivamente, nos níveis 22, 20, 19, e os de professor de Ensino Secundário no nível 19.

§ 2º ... (VETADO) ... cargos de Assessor Parlamentar, passam ... (VETADO) ... a denominar-se Assessor para Assuntos Legislativos, com os vencimentos fixados neste artigo.

Art. 5º É concedido ao pessoal temporário e de obras, da administração centralizada e das autarquias, sujeito ao regime de emprego previsto na Consolidação das Leis de Trabalho, um reajustamento de 116% (cento e dez por cento), tomando-se por base o salário resultante da aplicação do disposto no parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Parágrafo único. Os novos salários do pessoal temporário e de obras, decorrentes da execução deste artigo, não poderão, em qualquer hipótese, exceder à importância correspondente ao vencimento da classe inicial ou

singular de encargos ou atribuições semelhantes ou equivalentes.

Art. 6º E concedido reajustamento:

a) De 110% (cento e dez por cento):

1) sobre os vencimentos ou salários dos ocupantes de cargos ou funções classificadas nos anexos V e VI da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, até o seu enquadramento em Partes Suplementares de Quadros de Pessoal;

2) sobre os vencimentos ou salários dos ocupantes de cargos ou funções que, embora incluídos no sistema de classificação previsto na Lei 3.780, de 12 de julho de 1960, ainda não tenham sido enquadrados no referido sistema.

b) De 100% (cem por cento):

1) aos pensionistas civis, pagos pelo Tesouro Nacional, calculado sobre as pensões atuais;

2) aos pensionistas pagos pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, não se lhes aplicando o reajustamento previsto no Decreto número 51.060, de 26 de julho de 1961;

3) aos pensionistas dos funcionários autárquicos.

Parágrafo único. O reajustamento das pensões será pago independentemente de prévia apostila nos títulos dos beneficiários.

Art. 7º Os cargos abaixo relacionados, dos Quadros de Pessoal dos órgãos de administração direta e das autarquias, passam a ser classificados da seguinte forma:

Classe Singular	Nível
Tesoureiro-Auxiliar (Tesouraria de 1ª Categoria)	18
Tesoureiro-Auxiliar (Tesouraria de 2ª Categoria)	17
Tesoureiro-Auxiliar (Tesouraria de 3ª Categoria)	16

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, aos cargos de Conferente e Conferente de Valores.

§ 2º Os cargos a que se refere este artigo terão, única e exclusivamente, os vencimentos fixados na tabela constante do art. 1º desta Lei, para os níveis em que são classificados, não

se aplicando aos seus ocupantes o disposto no art. 6º.

§ 3º A lotação e relocação dos cargos de Tesoureiro-Auxiliar e de Conferente de Valores, vagos ou ocupados, far-se-á mediante decreto executivo, respeitada a respectiva categoria.

§ 4º Os atuais, cargos em comissão de Tesoureiro ficam transformados, a partir da vigência desta Lei, em funções gratificadas, cabendo ao Poder Executivo, mediante decreto, fixar os respectivos símbolos.

§ 5º Os cargos de Tesoureiro-Auxiliar e de Conferente de Valores do Ministério da Fazenda passam a denominar-se Fiel do Tesouro; observada a Classificação prevista neste artigo e o disposto nos parágrafos anteriores.

Art. 8º São fixados em valor correspondente ao do símbolo LC os vencimentos mensais:

1) dos membros do Conselho Administrativo da Defesa Econômica e do Conselho Nacional de Telecomunicações, sem qualquer acréscimo pelo comparecimento às sessões;

2) do Superintendente da Superintendência Nacional do Abastecimento;

3) do Superintendente da Superintendência de Política Agrária;

4) do Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

Art. 9º Os cargos da administração centralizada e das autarquias para cujo ingresso ou exercício é legalmente exigido diploma de curso superior, ficam classificados de acordo com as seguintes normas:

I) os que exijam conclusão de curso universitário de 5 anos ou mais, nos níveis 21 e 22;

II) os que exijam conclusão de curso universitário de quatro (4) anos nos níveis 20, 21 e 22;

III) os que exijam conclusão de curso universitário de três (3) anos nos níveis 19 e 20.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo e seus parágrafos aos atuais funcionários ocupantes de cargos cuja profissão está regulada na Lei número 1.411 de 13 de agosto de 1951, com as ressalvas nela estabelecidas.

§ 2º As alterações que vierem a ser feitas pelo Conselho Nacional de Educação, na duração dos cursos universitários, de acordo com o disposto no artigo 70 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, só poderão acarretar nova classificação dos cargos de nível superior mediante lei.

Art. 10. A gratificação adicional a que se refere o artigo 146 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, passará a ser concedida, na base de 5% (cinco por cento), por quinquênio de efetivo exercício, até 7 (sete) quinquênios.

§ 1º A gratificação quinquenal será calculada sobre o vencimento do cargo efetivo estabelecido nesta Lei, bem como sobre o valor do vencimento que tenha ou venha a ter o funcionário beneficiado pelo que estabelece a Lei nº 1.741, de 22 de novembro de 1952, ou pelo que dispõe o art. 7º da Lei nº 2.188, de 3 de março de 1954.

§ 2º O tempo de serviço público prestado anteriormente a esta Lei será computado para efeito de aplicação deste artigo, não dando direito, entretanto, à percepção de atrasados.

§ 3º O período de serviço público, apurado na forma da legislação vigente, que exceder ao quinquênio ou quinquênios devidos, será considerado para integralização de novo quinquênio.

§ 4º O direito à gratificação instituída neste artigo começa no dia imediato àquele em que o servidor completar o quinquênio, observado o disposto no parágrafo segundo deste artigo.

§ 5º Sobre a gratificação de tempo de serviço, de que trata este artigo, não poderão incidir quaisquer vantagens pecuniárias.

Art. 11. Os funcionários do Serviço Civil do Poder Executivo, integrantes de órgãos da administração direta e das autarquias, que exerçam atividades de magistério, técnicas, de pesquisas ou científicas, poderão ficar sujeitos no interesse da administração e ressalvado o direito de opção, ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com a regulamentação a ser expedida; dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, ficando revogados os dispositivos constando do Capítulo XI da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

§ 1º — Pelo exercício do cargo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, será concedida, ao funcionário, gratificação fixada, no mínimo de 40% (quarenta por cento) do valor do vencimento do cargo efetivo, ficando revogadas as bases percentuais fixadas na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

§ 2º — A gratificação a que se refere o § 1º deste artigo será considerada, para efeito dos cálculos de proventos de aposentadoria, à razão de 1/30 (um trinta avos) por ano de efetivo exercício em regime de tempo integral.

Art. 12. Considera-se regime de tempo integral o exercício da atividade funcional sob dedicação exclusiva, ficando o funcionário proibido de exercer cumulativamente outro cargo, função ou atividade particular de caráter empregatício profissional ou pública de qualquer natureza.

Parágrafo único — Não se compreendem na proibição deste artigo:

- I. o exercício em órgão de deliberação coletiva, desde que relacionado com o cargo exercido em tempo integral;
- II. as atividades que, sem caráter de emprego, se destinam à difusão e aplicação de idéias e conhecimentos, excluídas as que impossibilitem ou prejudiquem a execução das tarefas inerentes ao regime de tempo integral;
- III. a prestação de assistência não-remunerada a outros serviços, visando à aplicação de conhecimentos técnicos ou científicos, quando solicitada através da repartição a que pertence o funcionário.

Art. 13. As diárias previstas na Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, não poderão exceder às quantias que, na correspondência de cada nível, padrão, símbolo ou valor de vencimento, ou função gratificada, vinham sendo percebidas pelos funcionários civis antes da vigência desta Lei.

Art. 14. As percentagens sobre a arrecadação de tributos de rendas federais, de que tratam o art. 64, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, o art. 109, da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, o art. 8º § 2º, e o art. 9º da Lei nº 3.756, de 20

de abril de 1960, continuarão a ser pagas aos funcionários que atualmente as auferem, até os valores correspondentes à média das importâncias percebidas nos primeiros cinco meses de 1964, os quais não poderão exceder a 40% (quarenta por cento) do valor do vencimento ora fixado para o respectivo cargo efetivo, revogado o disposto no art. 9º § 2º, alínea a, da Lei nº 4.069 de 11 de junho de 1962.

§ 1º Continua vedada a percepção cumulativa das vantagens de que trata este artigo.

§ 2º Os funcionários sujeitos ao regime de remuneração não terão direito às percentagens a que se refere este artigo.

§ 3º As percentagens a que se refere este artigo não serão pagas aos funcionários que ingressarem no Ministério da Fazenda posteriormente à vigência desta Lei, salvo os nomeados mediante concurso; os atuais funcionários qualquer que seja a forma de ingresso, perceberão o benefício de que trata este artigo, com as ressalvas nele previstas.

§ 4º O cálculo da percentagem de que trata este artigo contínuará não incidindo sobre a gratificação complementar a que venham a fazer jus os funcionários, em virtude de alterações do salário-mínimo.

Art. 15. Ficam revogadas, deixando de ser concedidas ou pagas, as seguintes gratificações e vantagens:

- I — pelo exercício do magistério;
- II — pela execução de trabalho técnico ou científico;
- III — pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde;
- IV — de nível universitário;
- V — de representação, prevista no art. 29, da Lei número 4.242 de 17 de julho de 1963.
- VI — abono de permanência na atividade (art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei nº 4.069, de 11 de junho 1962), (VETADO).

§ 1º Ficam, igualmente, revogadas quaisquer outras gratificações ou vantagens pecuniárias que não estejam previstas, de forma expressa, em lei, (VETADO).

§ 2º As condições de pagamento da gratificação de que trata o item V, do art. 145, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, serão regulamentadas, obedecendo à mesma conceituação que for fixada para a execução do que dispõem os artigos 30 a 34 e seu parágrafo único, da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964.

§ 3º (VETADO).

Art. 16. Ficam extintas as vantagens pecuniárias de qualquer natureza, atualmente pagas a título de participação em lucro ou em redução de déficit de órgão, repartição ou empresa da União e autarquias, cessando o respectivo pagamento a partir da publicação da presente lei.

§ 1º Este artigo se aplica às sociedades de economia mista ou suas subsidiárias que recebam subvenção da União.

§ 2º Exclui-se da proibição deste artigo o pagamento de gratificação individual de produtividade.

Art. 17. Observar-se-á, na aplicação desta Lei e da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, o disposto nos artigos 17 e respectivo parágrafo e 19 e seu § 3º, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Parágrafo único. Os funcionários que se deslocarem para o exterior, na vigência desta lei, terão as retribuições em moeda estrangeira estipuladas de forma a guardarem equivalência com as que atualmente estão sendo pagas, obedecida, tanto quanto possível, a correlação de atribuições.

Art. 18. Observadas as normas do artigo 18, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, nenhum funcionário, em sentido amplo, abrangendo todo aquele que perceba ou venha a perceber pelos cofres públicos ou a conta de quaisquer rendas ou taxas, inclusive participação em multa, poderá auferir, no País, importância total superior aos vencimentos fixados para os Ministros de Estado.

§ 1º. O limite fixado neste artigo, no que se refere a participação em multa, deve ser considerado anualmente.

A aplicação deste artigo aos funcionários que fazem jus a participação em multas não abrange as que decorram, ou venham a decorrer, de processos iniciados até 31 de maio do corrente ano, na forma da legislação vigente.

Art. 19. A aplicação desta lei às autarquias e sociedades de economia mista (VETADO) ficará condicionada à revisão de seus quadros e tabelas de pessoal, por iniciativa dos Ministérios a que estejam vinculadas, observado o disposto no artigo seguinte e mantida, no caso, a vigência do aumento previsto no art. 43.

§ 1º A revisão de que trata este artigo será processada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, e será submetida ao Presidente da República, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 2º Com a execução do disposto neste artigo, ficam revogados o artigo 29 e parágrafos da Lei número 4.089, de 18 de julho de 1962; o artigo 9º letra h, o parágrafo único do artigo 20 e os artigos 21 e 22 da Lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962; o artigo 9º letra i, e os artigos 21 e 22 da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o artigo 11, letra o, e o artigo 23 e parágrafos da Lei número 4.229, de 1º de junho de 1963; os artigos 29 e respectivos parágrafos e 35 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e demais disposições que contrariem o estabelecido sobre sistemas de remuneração ou pagamento.

Art. 20 Na aplicação da presente lei, serão rigorosamente observadas as seguintes normas, sob pena de responsabilidade das autoridades que as transgredirem;

- 1) os vencimentos dos servidores das autarquias, dos órgãos paraestatais, das sociedades de economia mista subvencionadas pelo Tesouro Nacional, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, da Fundação Brasil Central e da Prefeitura do Distrito Federal não poderão ser superiores aos equivalentes dos funcionários civis do Poder Executivo da União, e será observada a analogia de denominação ou atribuições dos cargos, funções ou empregos com os cargos, classes

singulares ou séries de classes integrantes do Serviço Civil do Poder Executivo, ou a identidade de formação profissional necessária para o respectivo exercício;

- 2) não será concedida ou paga, em nenhuma hipótese, qualquer gratificação ou vantagem pecuniária que não estiver prevista, de forma expressa em lei;
- 3) ficam revogados os acordos salariais firmados por autarquias ou sociedades de economia mista (VETADO) e de que resultem vantagens pecuniárias superiores às previstas nesta lei; as normas e cláusulas sobre a obrigatoriedade de revisões periódicas de salários; as tabelas de salário ou de qualquer retribuição pecuniária que contrariem as instituídas na presente lei.

Parágrafo único. Atendido o disposto neste artigo e no artigo anterior, serão revistas as situações salariais dos servidores das autarquias de que trata o Decreto nº 51.688, de 17 de janeiro de 1963, bem como as dos funcionários da administração direta a eles equiparados.

Art. 21. Além de aos funcionários civis do Poder Executivo da União e das autarquias federais, esta lei se aplicará aos servidores:

- 1) dos Territórios Federais;
- 2) transferidos da União para o Estado do Acre;
- 3) transferidos da União para o Estado da Guanabara, quer tenham ou não optado pelo retorno ao Serviço Público Federal, compensados quaisquer aumentos, reajustamentos ou reclassificações concedidos pelo Governo do Estado, de julho de 1963 à data do início da vigência desta lei;
- 4) da Prefeitura do Distrito Federal;
- 5) da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), abrangidos pelo disposto no art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963;
- 6) da Fundação Brasil Central, abrangidos pelo disposto no artigo 42 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963;
- 7) aposentados, bem como aos em disponibilidade, no que couber e na forma da Lei nº 2.622 de 18 de outubro de 1955, cujo pagamento independa de prévia apostila nos títulos dos beneficiários.

§ 1º A aplicação desta Lei aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e da Fundação Brasil Central ficará condicionada à revisão dos respectivos quadros ou tabelas de pessoal, observadas as normas constantes do artigo 20, e no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei.

§ 2º As revisões de que trata o parágrafo anterior serão feitas por grupos de trabalho designados pelo Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público e aprovadas pelo Presidente da República ou, em relação às tabelas de pessoal da Prefeitura do Distrito Federal, pelo Prefeito do Distrito Federal, observado, no caso, o prazo de vigência do aumento previsto no art. 43.

§ 3º Quaisquer quantias recebidas pelos serviços referidos nos itens 1, 2 e 3 deste artigo, de outras entidades públicas às quais estiverem servindo, serão obrigatória e mensalmente declaradas a fim de serem deduzidas dos vencimentos a que fizerem jus de acordo com esta Lei, de forma que não os percebam cumulativamente.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a suprimir até 50.000 (cinquenta mil) cargos na administração direta e nas autarquias.

§ 1º Na regulamentação deste artigo será estabelecido o programa de supressão de cargos vagos e a vagarem, não podendo a medida prejudicar a nomeação dos atuais candidatos habilitados em concurso público.

§ 2º Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da homologação do concurso, serão exonerados os ocupantes interinos, quando houver, e nomeados candidatos habilitados em número que atenda aos interesses da administração, revogada a Lei nº 4.326, de 26 de abril de 1964.

Art. 23. O ingresso em caráter efetivo nos cargos públicos, inclusive os isolados, da administração centralizada e das autarquias dependerá de via habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. Os atos de provimento e vacância de cargos ou funções, exclusive o decorrente de faleci-

mento, bem como os de concessão de vantagens pecuniárias, relativos a servidores dos órgãos da administração direta e das autarquias, somente terão validade jurídica mediante sua publicação no *Diário Oficial* da União.

Art. 24. Ao funcionário com mais de cinco anos de efetivo exercício, que ingressou na administração da União mediante concurso público de provas, títulos ou defesa de tese, e que optou (VETADO) por função ou cargo, excluídos os em comitê, exercidos na Prefeitura do Distrito Federal, asseguram-se no serviço público desta os mesmos direitos e garantias, quanto ao tempo de serviço, estabilidade e efetividade, reconhecidos pela legislação federal.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a suprimir o cargo federal do qual se exonerar o optante, na conformidade do disposto neste artigo.

Art. 25. As atividades de mensageiro e de aprendiz na administração direta e nas autarquias, serão exercidas mediante admissão de empregado em tabela de pessoal temporário da respectiva repartição.

Parágrafo único. São considerados extintos, devendo ser suprimidos, a medida que vagarem, os atuais cargos de mensageiro e de aprendiz.

Art. 26. Não se aplicam as disposições desta lei, ressalvadas as dos artigos 17 e 18, aos membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, de que trata a Lei número 3.414, de 20 de junho de 1958, bem como aos Procuradores da Fazenda Nacional, das autarquias e demais equiparados.

§ 1º O pessoal a que se refere este artigo continuará com as mesmas diárias de Brasília ora percebidas e as atuais diferenças de vencimento resultantes de parcelas absorvidas por força da execução da Lei número 4.019, de 29 de dezembro de 1961.

§ 2º O Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da vigência desta lei, remeterá ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre os vencimentos e vantagens do pessoal a que se refere este artigo.

Art. 27. As séries de classes de Assessorista e Agente Postal, de que

tratam as Leis ns. 4.126, de 27 de agosto de 1962, e 4.203, de 7 de fevereiro de 1963, respectivamente, passam a ter a situação seguinte:

Ascensorista

Código GL-304.8 — Execução

Agente-Postal

Código CT-205.12-B — Chefia de Agência.

Código CT-205.10-A — Encarregado de Agência isolada.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

Art. 28. No prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação desta lei, deverá processar-se o enquadramento dos funcionários dos Quadros das Secretarias do Ministério Público da União, no sistema de classificação de cargos instituído pela Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960, (VETADO).

Parágrafo único. Aprovado o enquadramento decorrente da execução deste artigo, fica revogado o artigo 3º da Lei n.º 4.291, de 12 de dezembro de 1963.

Art. 29. O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 30. O funcionário do Ministério das Relações Exteriores que, no País, faça jus a salário-família na forma do art. 21, da Lei n.º 4.069, de 1962, não perderá, quando em serviço no estrangeiro, direito a representação destinada a esposa.

Art. 31. Até 31 de dezembro de 1964, o reajustamento previsto no art. 5º e os reajustamentos dos proventos dos funcionários aposentados e em disponibilidade, a que se refere o art. 21, item 7, vigorarão com reduções de modo a que esses reajustamentos não possam exceder a 100% (cem por cento) dos valores decorrentes da execução da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 32. O novo critério de cálculo de gratificação adicional por tempo de serviço, a que se refere o art. 10 desta Lei, vigorará a partir de 1º de janeiro de 1965.

Parágrafo único. Até 31 de dezembro de 1964, a gratificação adicional continuará a ser concedida e paga com base nos percentuais previstos no art. 146 da Lei n.º 1.711,

de 28 de outubro de 1952, calculados sobre os valores de vencimentos fixados na Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 33. Os funcionários civis do Poder Executivo, inclusive os das Autarquias, que, em virtude da aplicação do disposto nesta Lei, venham o fazer jus, mensalmente, a um total de vencimentos e vantagens inferior ao total de vencimentos e vantagens que já vinham percebendo por força de lei ou decisão judicial transitada em julgado, terão direito a um complemento igual ao valor da diferença entre os dois totais.

§ 1º. O complemento de que trata este artigo decrescerá progressivamente ou se extinguirá, em face de futuros reajustamentos, readaptações, promoções, acessos e aplicação do disposto no art. 32, caput, desta Lei.

§ 2º (VETADO).

§ 3º. Na execução deste artigo será considerado o disposto no artigo 18 da presente Lei.

Art. 34. Aplicam-se aos funcionários da ativa, que operam com raios X e substâncias radioativas, as disposições da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950.

§ 1º. Ao funcionário de que trata este artigo é assegurada, ao aposentar-se por moléstia contraída em trabalho com raios X ou substâncias radioativas, ou em razão de 35 (trinta e cinco) anos de serviço público, desde que, no último caso, tenha estado sujeito aos riscos daquelas atividades pelo período mínimo de 10 (dez) anos, a incorporação, aos respectivos proventos, da gratificação de raios X.

§ 2º. Não possuindo o funcionário o decênio a que se refere o parágrafo anterior, a gratificação será incorporada à base de 1/10 (um décimo) por ano de serviço no exercício das referidas atividades.

Art. 35. Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da vigência desta Lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a uniformização do regime de retribuição de todas as séries de classes integrantes do Grupo Ocupacional Fisco, a que se refere a Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 36. São considerados efetivos os atuais servidores da União, inclusive das autarquias, que, integrando as Forças Armadas durante o último conflito mundial, participa-

ram de operações ativas de guerra ou de atividades de comboio e patrulhamento.

Parágrafo único. Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência desta Lei, deverão os interessados comprovar a sua condição de ex-combatente, observado o disposto no Decreto n.º 53.073 de 3 de dezembro de 1963.

Art. 37. As Universidades Federais, ... (VETADO) ... poderão manter ... (VETADO) ... cursos noturnos, resultantes de desdobramento de turmas, ... (VETADO).

Art. 38. É vedada a ampliação dos quadros das autarquias e sociedades de economia mista subvencionadas pela União com recursos destinados a atender despesas de custeio, salvo quando através de lei.

Art. 39. Realizado o censo do funcionalismo, a que se refere a Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, dentro de 120 (cento e vinte) dias, projeto de lei sobre a revisão do Plano de Classificação de Cargos do Funcionalismo Civil.

Art. 40 — (VETADO).

Art. 41. Até que o Centro Técnico de Aeronáutica seja transformado, continuam em vigor os valores de retribuição estabelecidos no Decreto n.º 51.798, de 5 de março de 1963.

Art. 42. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos trinta bilhões de cruzeiros), para atender, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo aos encargos resultantes da execução desta Lei, o que será automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

§ 1º Na aplicação desta lei às autarquias e sociedades de economia mista subvencionadas pela União, serão observadas, quanto ao crédito de que trata este artigo e com a devida atualização, as normas constantes do artigo 69 e respectivos parágrafos, da Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963.

§ 2º O reajustamento salarial do pessoal temporário e de obra, a que se refere o artigo 5º desta Lei, será atendido à conta dos recursos orçamentários próprios.

Art. 43. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo, quanto às vantagens financeiras, a 1º de junho de 1964,

com as ressalvas constantes dos artigos 31 e 32, revogados o art. 13 e seu parágrafo único e o art. 87 da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960; os arts. 35 e parágrafo único, 51 e 66 da Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963, bem como as demais disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1964; 143º da Independência 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Ernesto de Mello Baptista

Arthur da Costa e Silva

Vasco da Cunha

Octavio Gouveia de Bulhões

Juarez Tavora

Hugo de Almeida Leme

Flavio Suplicy de Lacerda

Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira

Nelson Lavenère Wanderley

Raymundo de Brito

Daniel Faraco

Mauro Thibau

Roberto de Oliveira Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

Propto 1/CN/64.

LEI Nº 4.346 — DE 26
JUNHO DE 1964

Prorroga, até 30 de setembro de 1964, a vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de setembro de 1964, a vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Propto 2.036/64

APENSO

No "Apenso" dos volumes da Coleção das Leis figurarão:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

84

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 4.320 — DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

(Retificação da publicação no D.O. de 23-3-64)

Na ementa, onde se lê: ... e balanços da União, dos Estados, ... —

Leia-se: ... e balanços da União, dos Estados, ...

No Preâmbulo, onde se lê: ... decreta e eu sanciono: Leia-se: ... decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

No Art. 14, onde se lê: ... serão consignadas doações próprias. — Leia-se: ... serão consignadas dotações próprias.

Projeto 201/50

LEI Nº 4.320 — DE 17 DE MARÇO DE 1964

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, na forma do Parágrafo 3º do Artigo 70 da Constituição Federal os seguintes dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

"Art. 3º

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatória, no ativo e passivo financeiros".

"Art. 6º

§ 2º — Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o cálculo das cotas terá por base os dados apurados no balanço do exercício anterior àquele em que se elaborar a proposta orçamentária do Governo obrigado à transferência."

"Art. 7º

I
decidas as disposições do artigo 43."

"Art. 9º Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades."

"Art. 14
subordinados ao mesmo órgão ou repartição"

"Art. 15 no
mínimo"

"Art. 15
§ 1º Entende-se por elementos o descobrimento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins."

"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I — o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II — os provenientes de excesso de arrecadação;

III — os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV — o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se, por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício."

"Art. 55
§ 1º — Os recibos devem conter o nome da pessoa que paga a soma arrecadada, proveniência e classificação, bem como a data e assinatura do agente arrecadador."

"Art. 57 Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei"

"Art. 58
..... ou não"

"Art. 64
Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade".

"Art. 69 nem a
responsável por dois adiantamentos."

"Art. 92. A dívida fundada comprehende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.

Parágrafo único. A dívida fundada será escripturada com individuação e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros."

Brasília, 4 de maio de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Proj. 201/50

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes III e IV, de 1964, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ABERTURA DE CRÉDITOS

- Ver o Ministério a que se refere.

ACÓRDOS

Aprova o Acôrdo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países americanos, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962.

Decreto Legislativo nº 3, de 1964.

— Aprova o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, aos 12 de março de 1962.

Decreto Legislativo nº 4, de 1964.

— Aprova o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Bonn, a 30 de novembro de 1963.

Decreto Legislativo nº 6, de 1964.

— Aprova o Acôrdo Cultural entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1958.

Decreto Legislativo nº 8, de 1964.

— Ratifica o Protocolo de Prorrogação do Acôrdo Internacional do Açúcar de 1958, assinado na Conferência das Nações Unidas sobre o Açúcar.

Decreto Legislativo nº 14, de 1964.

— Aprova o "Acôrdo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Colômbia", assinado em Bogotá, em 25 de maio de 1958.

Decreto Legislativo nº 15, de 1964.

— Aprova o Acôrdo de Turismo entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960.

Decreto Legislativo nº 17, de 1964.

— Promulga o Acôrdo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China.

Decreto nº 53.971 — de 19 de junho de 1964.

AÇÚCAR

Ratifica o Protocolo de Prorrogação do Acôrdo Internacional do Açúcar de 1958, assinado na Conferência das Nações Unidas sobre o Açúcar.

Decreto Legislativo nº 14, de 1964.

AÇÚDES

Revoga o Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964.

Decreto nº 53.883 — de 13 de abril de 1964.

ADIDO MILITAR

Fixa a lotação dos Adidos e Adjuntos de Adidos Militares, Navais e Aeronáuticos junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências.

Decreto nº 53.937 — de 29 de maio de 1964.

AERONAUTICA

Institui o novo Código de Vencimentos dos Militares.

Lei nº 4.328 — de 30 de abril de 1964.

— *Regula a execução do art. 3º da Lei nº 458, de 29 de outubro de 1948, que dispõe sobre a extensão de vantagens do montepio militar.*

Lei nº 4.340 — de 13 de junho de 1964.

— *Aprova Regulamento da Pagadoria dos Inativos e Pensionistas da Aeronáutica.*

Decreto nº 53.473 — de 23 de janeiro de 1964.

— *Altera o Regulamento da Inspeção Geral da Aeronáutica.*

Decreto nº 53.919 — de 13 de maio de 1964.

— *Aprova o Regulamento dos Estabelecimentos de Intendência da Aeronáutica.*

Decreto nº 53.920 — de 13 de maio de 1964.

— *Aprova o Regulamento do Depósito Central de Intendência da Aeronáutica.*

Decreto nº 53.921 — de 13 de maio de 1964.

— *Gestor de Finanças do Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto nº 53.939 — de 27 de maio de 1964.

— *Torna insubsistente o Decreto número 52.806-A de 5 de novembro de 1963.*

Decreto nº 53.935 — de 27 de maio de 1964.

— *Fixa a lotação dos Adidos e Adjuntos de Adidos Militares, Navais e Aeronáuticos junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 53.937 — de 29 de maio de 1964.

— *Ver, também, Ministério da Aeronáutica.*

AGRIMENSURA

Regulamenta a Lei nº 3.144, de 20 de maio de 1957, dispondo sobre o Curso Superior de Agrimensura.

Decreto nº 53.943 — de 3 de junho de 1964.

ALGODÃO

Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Especial de Fomento e Defesa da Economia Algodoeira, provenientes da arrecadação da quota instituída pelo item VIII da Instrução nº 239, de 22-4-63, da SUMOC.

Decreto nº 53.791 — de 20 de março de 1964.

— *Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de algodão da região meridional do país, da safra 1963-1964, fixados pelo Decreto nº 52.490, de 23 de setembro de 1963.*

Decreto nº 53.903 — de 30 de abril de 1964.

ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Define as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, extingue órgãos da Presidência da República e dá outras providências.

Decreto nº 53.914 — de 11 de maio de 1964.

AMAZÔNIA

Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.

Lei nº 4.344 — de 2 de junho de 1964.

APOSENTADORIA ESPECIAL

Dispõe sobre a aposentadoria especial instituída pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Decreto nº 53.831 — de 25 de março de 1964.

ARROZ

Altera os preços mínimos para as operações de financiamento ou aquisição de arroz e milho de produção nacional, da safra de 1963-1964, fixados pelo Decreto nº 52.445, de 3-9-63.

Decreto nº 53.950 — de 5 de junho de 1964.

ASSISTENCIA JUDICIARIA GRATUITA

Promulga a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita Brasil-Países Baixos.

Decreto nº 53.923 — de 20 de maio de 1964.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

Dispõe sobre a execução de Ajuste de Complementação Industrial firmado entre o Brasil e outras Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Decreto nº 53.908 — de 7 de maio de 1964.

ASSOCIAÇÕES

Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Associação Obras Sociais Irmã Dulce.

Lei nº 4.332 — de 1 de junho de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 51.857, de 20 de março de 1963, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.889 — de 14 de abril de 1964.

— *Suspende pelo prazo de seis meses a "Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil".*

Decreto nº 53.931 — de 26 de maio de 1964.

ATO INSTITUCIONAL

Ato Institucional, do Comando Supremo Revolucionário.

— *Ato nº 9 — Dispõe sobre o artigo 8º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.*

— *Regulamenta os artigos sétimo e décimo do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.*

Decreto nº 53.897 — de 27 de abril de 1964.

AUTARQUIAS

Manda rever os Planos Preferenciais de Obras e dá outras providências.

Decreto nº 53.893 — de 24 de abril de 1964.

— *Dispõe sobre estoques de petróleo e derivados e quantidades em trânsito e dá outras providências.*

Decreto nº 53.912 — de 11 de maio de 1964.

— *Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importado, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.913 — de 11 de maio de 1964.

— *Proíbe a nomeação ou admissão de pessoal na forma que estabelece e dá outras providências.*

Decreto nº 53.965 — de 11 de junho de 1964.

AUTOMOBILISMO

Revoga o Decreto nº 51.857, de 20 de março de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 53.889 — de 14 de abril de 1964.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o crédito extraordinário de Cr\$ 600.000.000,00 para o fim que menciona.

Decreto nº 53.892 — de 24 de abril de 1964.

— *Aprova o Regulamento para concessão do auxílio especial de emergência às empresas de transporte aéreo regular.*

Decreto nº 53.944 — de 4 de junho de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 600.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 53.974 — de 19 de junho de 1964.

B

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

Aprova a reforma de estatutos do Banco do Estado do Rio Grande do Sul Sociedade Anônima, procedida em assembleia geral extraordinária realizada em 31-12-63.

Decreto nº 53.980 — de 23 de junho de 1964.

BAUXITA

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.158 — de 11 de dezembro de 1963.

BENS CULTURAIS (Conservação e Restauração)

Aprova os Estatutos do Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais, criado por Resolução da IX Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizada em 1956.

Decreto Legislativo nº 16, de 1964.

BENS IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza permuta de imóveis entre a União e o Estado do Maranhão.

Lei nº 4.334 — de 1 de junho de 1964.

BÔLSAS DE ESTUDOS

Revoga disposições do Decreto número 51.736, de 21 de fevereiro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 53.952 — de 8 de junho de 1964.

BORBOREMA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Borborema Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 52.913 — de 22 de novembro de 1963.

BRASÍLIA

Revoga o Decreto nº 53.708, de 17 de março de 1964.

Decreto nº 53.929 — de 26 de maio de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 52.759, de 24 de outubro de 1963.*

Decreto nº 53.930 — de 26 de maio de 1964.

C

CASSAÇÃO DE MANDATOS ELETIVOS

Ato Institucional.

— *Ato nº 2 — Cassa mandatos legislativos.*

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Revoga o Decreto nº 53.708, de 17 de março de 1964.

Decreto nº 53.929 — de 26 de maio de 1964.

CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Altera dispositivos dos Decretos números 29.741, de 11 de julho de 1951, 50.737, de 7 de junho de 1961, 51.146, de 5 de agosto de 1961, 49.355, de 28 de novembro de 1960, 51.405, de 6 de fevereiro de 1962, 52.456, de 16 de setembro de 1963, e 53.325, de 18 de dezembro de 1963, reunindo num só órgão a CAPEB, COSUPI e PROTEC.

Decreto nº 53.932 — de 26 de maio de 1964.

CAMPANHA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ESCOLAS DA COMUNIDADE

Revoga o Decreto nº 53.533, de 5 de fevereiro de 1964, que instituiu a Campanha Nacional de Desenvolvimento das Escolas da Comunidade (CANDEC).

Decreto nº 53.940 — de 3 de junho de 1964.

CAVALO NACIONAL

Retifica o enquadramento das funções da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional e dá outras providências.

Decreto nº 53.918 — de 13 de maio de 1964.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE FÍSICA

Aprova o Acôrdo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países americanos, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962.

Decreto Legislativo nº 3, de 1964.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. — ELETROBRÁS

— Ver: Eletrobrás.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Retifica o sistema de classificação de cargos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Decreto nº 51.162, de 7 de agosto de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 53.680 — de 12 de março de 1964.

— *Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, aprovado pelo Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.272 — de 18 de março de 1964.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Acrescenta um parágrafo ao artigo 853, do Código de Processo Civil.

Lei nº 4.333 — de 1 de junho de 1964.

— *Altera o art. 870 do Código de Processo Civil.*

Lei nº 4.335 — de 1º de junho de 1964.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Altera dispositivos do Código do Processo Penal.

Lei nº 4.336 — de 1º de junho de 1964.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E

VANTAGEM DOS MILITARES

Institui o novo Código de Vencimentos dos Militares.

Lei nº 4.328 — de 30 de abril de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 220.000.000.000,00 para fins que especifica.*

Decreto nº 53.917 — de 11 de maio de 1964.

COLÉGIO PEDRO II

Declara sem efeito o Decreto número 53.555, de 7 de fevereiro de 1964.

Decreto nº 53.945 — de 4 de junho de 1964.

COMÉRCIO EXTERIOR

Dispõe sobre a criação da Comissão de Comércio Exterior e dá outras providências.

Decreto nº 53.899 — de 29 de abril de 1964.

— *Promulga o Acôrdo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China.*

Decreto nº 53.971 — de 19 de junho de 1964.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Reorganiza os Grupos Executivos subordinados à Comissão de Desenvolvimento Industrial e dá outras providências.

Decreto nº 53.975 — de 19 de junho de 1964.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.

Lei nº 4.344 — de 21 de junho de 1964.

COMISSÃO ESPECIAL DE FAIXA DE FRONTEIRAS

— Ver: Fronteiras.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

Exclui dos efeitos do Decreto número 53.076, de 4 de dezembro de 1963, os cargos e respectivos ocupantes indicados no Anexo que com este baixa, e dá outras providências.

Decreto nº 53.507 — de 28 de janeiro de 1964.

COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES

Regulamenta os artigos sétimo e décimo do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

Decreto nº 53.897 — de 27 de abril de 1964.

COMISSÃO SUPERVISORA DOS PLANOS DOS INSTITUTOS

Altera dispositivos dos Decretos números 29.741, de 11 de julho de 1951, 50.737, de 7 de junho de 1961, 51.146, de 5 de agosto de 1961, 49.355, de 28 de novembro de 1960, 51.405, de 6 de fevereiro de 1962, 52.456, de 16 de setembro de 1963, e 53.325, de 18 de dezembro de 1963, reunindo num só órgão a CAPES, COSUPI e PROTEC.

Decreto nº 53.932 — de 26 de maio de 1964.

COMISSÕES

Aprova o Regimento da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional.

Decreto nº 53.534 — de 5 de fevereiro de 1964.

Dispõe sobre a criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial e dá outras providências.

Decreto nº 53.898 — de 29 de abril de 1964.

Dispõe sobre a criação da Comissão de Comércio Exterior e dá outras providências.

Decreto nº 53.899 — de 29 de abril de 1964.

Dispõe sobre estoques de petróleo e derivados e quantidades em trânsito e dá outras providências.

Decreto nº 53.912 — de 11 de maio de 1964.

Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importado e dá outras providências.

Decreto nº 53.913 — de 11 de maio de 1964.

Retifica o enquadramento das funções da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional e dá outras providências.

Decreto nº 53.913 — de 13 de maio de 1964.

Extingue a Comissão de Assistência às Fundações Educacionais.

Decreto nº 53.927 — de 22 de maio de 1964.

Extingue comissões especiais no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.

Decreto nº 53.928 — de 26 de maio de 1964.

COMITÊ DE ESTUDOS ENERGÉTICOS

Aprova relatório do Comitê de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul.

Decreto nº 53.958 — de 9 de junho de 1964.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 53.972 — de 19 de junho de 1964.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Aprova a relação nominal dos empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a que se refere o Art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 53.331 — de 19 de dezembro de 1963.

Proíbe a nomeação ou admissão de pessoal na forma que estabelece e dá outras providências.

Decreto nº 53.965 — de 11 de junho de 1964.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BRIDGE

Declara existente a Confederação Brasileira de Bridge.

Decreto nº 53.888 — de 14 de abril de 1964.

CONGRESSO NACIONAL

Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

— *Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e Vice-Presidente da República.*

Lei nº 4.321 — de 7 de abril de 1964.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências.

Lei nº 4.324 — de 14 de abril de 1964.

CONSELHO FERROVIÁRIO NACIONAL

Cria seis suplentes de membros do Conselho Ferroviário Nacional, órgão deliberativo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Decreto nº 53.902 — de 30 de abril de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Inclui em Parte Especial nos Quadros de Pessoal do Conselho Nacional de Estatística e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o pessoal abrangido pelas Leis ns. 3.967, de 5 de outubro de 1961 e 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 53.562 — de 19 de fevereiro de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Retifica o Decreto nº 52.135, de 17 de junho de 1963.

Decreto nº 53.948 — de 5 de junho de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA SALARIAL

Suspende a execução do disposto no Decreto nº 52.275, de 17 de julho de 1963 e no Decreto nº 53.010, de 27 de novembro de 1963 e dá outras providências.

Decreto nº 53.936 — de 29 de maio de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES

Modifica o Decreto nº 430, de 28 de dezembro de 1961 e dá outras providências.

Decreto nº 53.956 — de 9 de junho de 1964.

CONSELHOS REGIONAIS DE ODONTOLOGIA

Institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia e dá outras providências.

Lei nº 4.324 — de 14 de abril de 1964.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

— *Suspende, provisoriamente e em parte, a vigência do art. 141, § 34 da Constituição.*

Emenda Constitucional nº 7, de 1964.

— *Altera a data referida no art. 87, nº XVI, da Constituição.*

Emenda Constitucional nº 8, de 1964.

CONSULADOS

— *Ver: Ministério das Relações Exteriores.*

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos em Belém do Pará, e o Engenheiro Civil Luiz Alves.

Decreto Legislativo nº 9, de 1964.

CONVENÇÕES

Aprova as convenções de ns. 115 e 116 adotadas pela Conferência Geral da Organização Internacional do Traba-

lho em sua 44ª e 45ª sessões, realizadas, respectivamente, a 1º de junho de 1960 e 26 de junho de 1961, na cidade de Genebra.

Decreto Legislativo nº 2, de 1964.

— *Aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961.*

Decreto Legislativo nº 5, de 1964.

— *Aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil em 21 de dezembro de 1950, por ocasião da Conferência Plenipotenciária Internacional, realizada em Genebra, Suíça.*

Decreto Legislativo nº 7, de 1964.

— *Promulga a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita Brasil-Países Baixos.*

Decreto nº 53.923 — de 20 de maio de 1964.

— *Promulga a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas e o Protocolo de Emenda à Convenção sobre o referido Instituto.*

Decreto nº 53.939 — de 1 de junho de 1964.

CONVÊNIOS

Aprova o "Convênio de Tráfico Fronteiriço firmado pelo Brasil e a Bolívia, na cidade de La Paz, a 29 de março de 1958".

Decreto Legislativo nº 11, de 1964.

— *Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, a 23 de janeiro de 1961.*

Decreto Legislativo nº 12, de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 52.759, de 24 de outubro de 1963.*

Decreto nº 53.930 — de 26 de maio de 1964.

— *Revoga os Decretos ns. 53.470, de 2 de janeiro de 1964 e 53.531, de 5 de fevereiro de 1964.*

Decreto nº 53.941 — de 3 de junho de 1964.

— *Dispõe sobre a execução dos Convênios Nacionais de Estatística, Municipal e dá outras providências.*

Decreto nº 53.947 — de 5 de junho de 1964.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Aprova o Acôrdio Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, aos 12 de março de 1962.

Decreto Legislativo nº 4, de 1964.

— *Aprova o Acôrdio Básico de Cooperação Técnica, entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Bonn, a 30 de novembro de 1963.*

Decreto Legislativo nº 6, de 1964.

CRIAÇÃO DO CAVALO NACIONAL

Aprova o Regimento da Comissão Coordenadora da Criação do Cavallo Nacional.

Decreto nº 53.534 — de 5 de fevereiro de 1964.

CRIMES CONTRA A ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Ato nº 9 — Dispõe sobre o art. 8º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO PÚBLICO

Ato nº 9 — Dispõe sobre o art. 8º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

D

DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

Regula a declaração de inconstitucionalidade para os efeitos do artigo 7º, nº VII, da Constituição Federal.

Lei nº 4.337 — de 1º de junho de 1964.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos em Belém do Pará, e o Engenheiro Civil Luiz Alves.

Decreto Legislativo nº 9, de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Manda rever os Planos Preferenciais de Obras e dá outras providências.

Decreto nº 53.893 — de 24 de abril de 1964.

— *Cria sete suplentes de membros do Conselho Ferroviário Nacional, órgão deliberativo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.*

Decreto nº 53.902 — de 30 de abril de 1964.

— *Extingue a Comissão Coordenadora de Construção do Tronco Principal Sul.*

Decreto nº 53.922 — de 19 de maio de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Retifica o sistema de classificação de cargos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Decreto nº 51.162, de 7 de agosto de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 53.680 — de 12 de março de 1964.

— *Manda rever os Planos Preferenciais de Obras e dá outras providências.*

Decreto nº 53.893 — de 24 de abril de 1964.

— *Extingue comissões especiais no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.*

Decreto nº 53.928 — de 26 de maio de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno no Município de Pentecoste, Estado do Ceará, para a instalação do Instituto de Pesquisas.

Decreto nº 53.780 — de 20 de março de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do De-*

partamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, o crédito extraordinário de Cr\$ 600.000.000,00 para o fim que menciona.

Decreto nº 53.892 — de 24 de abril de 1964.

— *Fixa o valor da gratificação de presença dos membros dos Conselhos Deliberativos do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e dá outras providências.*

Decreto nº 53.966 — de 15 de junho de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Aprova o Plano Preferencial de Serviços de Obras do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, e dá outras providências.

Decreto nº 53.961 — de 9 de junho de 1964.

— *Fixa o valor da gratificação de presença dos membros dos Conselhos Deliberativos do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e dá outras providências.*

Decreto nº 53.966 — de 15 de junho de 1964.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública áreas de terras situadas nos municípios de Itai, Estado de São Paulo, necessárias à bacia de acumulação do aproveitamento hidrelétrico de Jurumirim, da Usinas Elétricas do Paranapanema S. A., e autoriza essa empresa a promover a desapropriação das referidas áreas e benfeitorias nelas existentes.

Decreto nº 48.565 — de 21 de julho de 1960.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno no Município de Pentecoste, Estado do Ceará, para a instalação do Instituto de Pesquisas.*

Decreto nº 53.780 — de 20 de março de 1964.

— Declara de interesse social, para fins de desapropriação as áreas de terra situadas no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 53.830 — de 24 de março de 1964.

— Revoga o Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964.

Decreto nº 53.883 — de 13 de abril de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 53.905 — de 4 de maio de 1964.

— Dispõe sobre estoques de petróleo e derivados e quantidades em trânsito e dá outras providências.

Decreto nº 53.912 — de 11 de maio de 1964.

— Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importado, e dá outras providências.

Decreto nº 53.913 — de 11 de maio de 1964.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os imóveis que menciona, em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 53.934 — de 27 de maio de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, conjunto residencial, edificado em terreno da União, situado no Estado da Guanabara, na antiga "Chácara do Algodão".

Decreto nº 53.977 — de 22 de junho de 1964.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Dispõe sobre a criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial e dá outras providências.

Decreto nº 53.898 — de 29 de abril de 1964.

DIA DO TRABALHADOR RURAL

Fixa o dia 25 de maio como a data comemorativa do trabalhador rural.

Lei nº 4.338 — de 1º de junho de 1964.

DIA NACIONAL DO DOADOR VOLUNTÁRIO DE SANGUE

Institui o Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue.

Decreto nº 53.988 — de 30 de junho de 1964.

DIREITO DE GREVE

Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal.

Lei nº 4.330 de 1º de junho de 1964.

DISTRITO FEDERAL

Proíbe a nomeação ou admissão de pessoal na forma que estabelece e dá outras providências.

Decreto nº 53.965 — de 11 de junho de 1964.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel para uso da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Decreto nº 53.779 — de 20 de março de 1964.

DOADOR DE SANGUE

Institui o Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue.

Decreto nº 53.988 — de 30 de junho de 1964.

"DRAW-BACK"

Regulamenta o art. 37 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.

Decreto nº 33.967 — de 16 de junho de 1964.

E

ELETROBRÁS

Aprova relatório do Comitê de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul.

Decreto nº 53.958 — de 9 de junho de 1964.

EMBAIXADAS

— Ver: *Ministério das Relações Exteriores.*

EMENDA A CONSTITUIÇÃO

Suspende, provisoriamente e em parte, a vigência do art. 141, § 34, da Constituição.

Emenda Constitucional nº 7, de 1964.

— *Altera a data referida no art. 87, nº XVI, da Constituição.*

Emenda Constitucional nº 8, de 1964.

EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS

Dispõe sobre resgate do empréstimo Público de Emergência, instituído pela Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 53.880 — de 10 de abril de 1964.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Prefeitura Municipal de Simonésia, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Santo Antônio, existente no Rio São Simão, Município de Simonésia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.457 — de 20 de janeiro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, áreas de terras situadas no município de Itai, Estado de São Paulo, necessárias à bacia de acumulação do aproveitamento hidrelétrico de Jurumirim, da Usinas Elétricas do Parapanema S. A., e autoriza essa empresa a promover a desapropriação das referidas áreas e benfeitorias nelas existentes.*

Decreto nº 45.565 — de 21 de julho de 1964.

— *Desvincula do acervo da Companhia Mineira de Eletricidade os equipamentos e acessórios que especifica.*

Decreto nº 50.799 — de 16 de junho de 1964.

— *Aprova relatório do Comitê de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul.*

Decreto nº 53.958 — de 9 de junho de 1964.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.*

Decreto nº 53.972 — de 19 de junho de 1964.

ENSINO PRIMÁRIO

Revoga os Decretos ns. 53.470, de 2 de janeiro de 1964 e 53.531, de 5 de fevereiro de 1964.

Decreto nº 53.941 — de 3 de junho de 1964.

ENSINO SUPERIOR

Regulamenta a Lei nº 3.144, de 20 de maio de 1957, dispondo sobre o Curso Superior de Agrimensura.

Decreto nº 53.943 — de 3 de junho de 1964.

ENTORPECENTES

Aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961.

Decreto Legislativo nº 5, de 1964.

ESCOLAS

Cria a Escola Agrotécnica "Antônio Versiani Athayde", no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Lei nº 4.323 — de 11 de abril de 1964.

— *Altera temporariamente, até 31 de dezembro de 1966, o art. 16, inciso V do Capítulo IV do Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante, aprovado pelo Decreto nº 1.424, de 28 de setembro de 1962.*

Decreto nº 53.776 — de 20 de março de 1964.

— *Modifica, parcialmente, o art. 8º do Decreto nº 47.308, de 2 de dezembro de 1959.*

— *Ver, também, Cursos, Faculdades e Universidades. — Quanto às militares ver: Aeronáutica, Exército e Marinha.*

Decreto nº 53.933 — de 25 de junho de 1964.

ESTABILIDADE

Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

ESTADO DE SÍTIO

Ata Institucional de 9 de abril de 1964.

ESTADO DA GUANABARA

Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 600.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto nº 53.974 — de 19 de junho de 1964.

ESTADO DO MARANHÃO

Autoriza permuta de imóveis entre a União e o Estado do Maranhão.

Lei nº 4.334 — de 1º de junho de 1964.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Aprova o Regimento Interno da Comissão de Alimentação das Forças Armadas, do Estado-Maior das Forças Armadas.

Decreto nº 53.970 — de 17 de junho de 1964.

ESTADOS

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal).

Lei nº 4.320 — de 17 de março de 1964.

ESTATÍSTICA MUNICIPAL

Dispõe sobre a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal e dá outras providências.

Decreto nº 53.947 — de 5 de junho de 1964.

ESTRADA DE FERRO SANTA CATARINA

Retifica a Portaria nº 395, de 4 de junho de 1962, do Ministério da Viação e Obras Públicas, que aprovou o enquadramento definitivo dos cargos e funções da Estrada de Ferro Santa Catarina, e dá outras providências.

Decreto nº 53.870 — de 30 de março de 1964.

ESTRANGEIROS

Dispõe sobre atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros.

Lei nº 4.322 — de 7 de abril de 1964.

EXÉRCITO

Promove a General-de-Exército o General-de-Divisão Olímpio Mourão Filho, e dá outras providências.

Lei nº 4.327 — de 30 de abril de 1964.

— *Institui o novo Código de Ven- cimentos dos Militares.*

Lei nº 4.328 — de 30 de abril de 1964.

— *Altera o art. 1º da Lei nº 2.586, de 5 de setembro de 1955, que reestrutura o Quadro de Oficiais-Intendentes do Exército, e dá outras providências.*

Lei nº 4.339 — de 5 de junho de 1964.

— *Fixa a distribuição em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de abril de 1964.*

Decreto nº 53.895 — de 27 de abril de 1964.

— *Adoção da camisa bege de gola aberta e mangas curtas.*

Decreto nº 53.901 — de 30 de abril de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 53.081, de 4 de dezembro de 1963.*

Decreto nº 53.906 — de 4 de maio de 1964.

— *Dá a denominação de Batalhão Tibúrcio ao 3º Batalhão de Caçadores.*

Decreto nº 53.916 — de 11 de maio de 1964.

— *Fixa a lotação dos Adidos e Adjuntos de Adidos Militares, Navais e Aeronáuticos junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 53.937 — de 29 de maio de 1964.

— Altera os artigos 33 e 34 do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado pelo Decreto número 53.080, de 4 de dezembro de 1963.

Decreto nº 53.963 — de 10 de junho de 1964.

— Ver, também, *Fôrças Armadas e Ministério da Guerra*.

EXTRADIÇÃO

Aprova o Tratado de Extradicação entre o Brasil e os Estados Unidos da América e o respectivo Protocolo Adicional.

Decreto Legislativo nº 13, de 1964.

F

FACULDADES

Concede reconhecimento à Faculdade de Direito de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.635 — de 28 de fevereiro de 1964.

— Concede o reconhecimento da Faculdade de Direito de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.738 — de 18 de março de 1964.

— Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Ciências Contábeis de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Ver, também, *Cursos, Escolas e Universidades*.

Decreto nº 53.749 — de 19 de março de 1964.

FERROVIAS

Revoga o Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964.

Decreto nº 53.883 — de 13 de abril de 1964.

— Retifica disposições dos Decretos ns. 53.152, de 10 de dezembro de 1963 e 53.537, de 5 de fevereiro de 1964 e estabelece novas normas para sua execução.

Decreto nº 53.894 — de 24 de abril de 1964.

— Extingue a Comissão Coordenadora de Construção do Tronco Principal Sul.

Decreto nº 53.922 — de 19 de maio de 1964.

FÔRÇAS ARMADAS

Ato nº 6 — Transferência para a reserva de oficiais das Fôrças Armadas.

— Ato nº 7 — Transferência para a reserva de oficiais das Fôrças Armadas.

— Ato nº 3 — Transferência para a reserva de Oficiais das Fôrças Armadas.

— Reverte ao Serviço Ativo do Exército o Tenente Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências.

Ver, também, *Aeronáutica, Exército e Marinha*.

Lei nº 4.325 — de 16 de abril de 1964.

FRONTEIRA SUDOESTE

Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.

Lei nº 4.344 — de 21 de junho de 1964.

FRONTEIRAS

Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.

Lei nº 4.344 — de 21 de junho de 1964.

FUNCIONÁRIOS ESTADUAIS

Regulamenta os artigos sétimo e décimo do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

Decreto nº 53.897 — de 27 de abril de 1964.

FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

Regulamenta os artigos sétimo e décimo do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

Decreto nº 53.897 — de 27 de abril de 1964.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

— *Estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.*

Lei nº 4.328 — de 26 de abril de 1964.

— *Institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.*

Lei nº 4.345 — de 26 de junho de 1964.

— *Dispõe sobre a prestação de serviços nos Ministérios Extraordinários.*

Decreto nº 53.938 — de 29 de maio de 1964.

— *Proíbe a nomeação ou admissão de pessoal na forma que estabelece e dá outras providências.*

Decreto nº 53.965 — de 11 de junho de 1964.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.

Lei nº 4.344 — de 21 de junho de 1964.

FUNDAÇÕES

Proíbe a nomeação ou admissão de pessoal na forma que estabelece e dá outras providências.

Decreto nº 53.965 — de 11 de junho de 1964.

FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS

Extingue a Comissão de Assistência às Fundações Educacionais.

Decreto nº 53.927 — de 22 de maio de 1964.

FUNDO DE INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS

Prorroga, até 31 de maio de 1964, o prazo estabelecido no artigo 5º do Decreto nº 53.787, de 29 de março de 1964.

FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTOS FERROVIÁRIOS

Aprova o Regulamento sobre a administração do Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários.

Decreto nº 53.909 — de 7 de maio de 1964.

G

GREVE

Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal.

Lei nº 4.330 — de 1º de junho de 1964.

GRUPOS EXECUTIVOS

Reorganiza os Grupos Executivos subordinados à Comissão de Desenvolvimento Industrial e dá outras providências.

Decreto nº 53.975 — de 19 de junho de 1964.

GRUPOS DE TRABALHO

Revoga o Decreto nº 53.708, de 17 de março de 1964.

Decreto nº 53.929 — de 26 de maio de 1964.

I

IMPORTAÇÃO

Complementa o Decreto nº 53.337, de 23 de dezembro de 1963, que dispõe sobre a importação de petróleo e derivados.

Decreto nº 53.982 — de 25 de junho de 1964.

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Regulamenta o art. 37 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.

Decreto nº 53.967 — de 16 de junho de 1964.

IMPOSTO DE RENDA

Dispõe sobre o prazo para declaração do Imposto de Renda e dá outras providências.

Lei nº 4.329 — de 30 de abril de 1964.

— Dispõe sobre resgate do empréstimo Público da Emergência instituído pela Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 53.880, de 10 de abril de 1964.

— Prorroga, até 31 de maio de 1964, o prazo estabelecido no artigo 5º do Decreto nº 53.787, de 20 de março de 1964.

Decreto nº 53.925 — de 20 de maio de 1964.

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Revoga o Decreto nº 53.584, de 21 de fevereiro de 1964 que dispõe sobre a uniformização e controle dos preços de venda de medicamentos.

Decreto nº 53.984 — de 25 de junho de 1964.

INGRESSO EM TERRITÓRIO NACIONAL

Dispõe sobre atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros.

Lei nº 4.322 — de 7 de abril de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.

Lei nº 4.344 — de 21 de junho de 1964.

— Inclui em Parte Especial nos Quadros de Pessoal do Conselho Nacional de Estatística e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o pessoal abrangido pelas Leis ns. 3.967, de 5 de outubro de 1961 e 4.063, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 53.562 — de 19 de fevereiro de 1964.

— Dispõe sobre a não realização, no corrente ano, das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia.

Decreto nº 53.904 — de 4 de maio de 1964.

— Retifica o Decreto nº 52.135, de 17 de junho de 1963.

Decreto nº 53.948 — de 5 de junho de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCÍARIOS

Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comercários, aprovado pelo Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 53.272 — de 18 de março de 1964.

— Retifica o enquadramento de cargos e funções do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comercários, constantes dos Processos ns. 67-64, 68-64, 69-64 e 70-64 da Comissão de Classificação de Cargos.

Decreto nº 53.716 — de 17 de março de 1964.

— Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comercários, aprovado pelo Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 53.727 — de 18 de março de 1964.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL

Estabelece normas para a colocação no exterior de seguros e resseguros.

Decreto nº 53.964 — de 11 de junho de 1964.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS

Promulga a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas e o Protocolo de Emenda à Convenção sobre o referido Instituto.

Decreto nº 53.939 — de 1 de junho de 1964.

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

Extingue o Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Decreto nº 53.884 — de 13 de abril de 1964.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Aprova a tabela dos índices de reajustamento das aposentadorias e pensões e benefícios de manutenção do salário em vigor nos Institutos de Aposentadoria e Pensões a que se refere o Art. 67 e seus parágrafos da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, combinados com os Artigos 116 a 118 do respectivo Regulamento aprovado pelo Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.

Decreto nº 53.926 — de 20 de maio de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 52.759, de 24 de outubro de 1963.*

Decreto nº 53.930 — de 26 de maio de 1964.

INTERCÂMBIO CULTURAL

Aprova o Convênio ao Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, a 23 de janeiro de 1961.

Decreto Legislativo nº 12, de 1964.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Determina a intervenção federal na Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima e suas subsidiárias.

Decreto nº 53.896 — de 27 de abril de 1964.

ISENÇÕES

Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Associação Obras Sociais Irmã Dulce.

Lei nº 4.332 — de 1 de junho de 1964.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignado à "Nordeste Industrial S. A. — Nordisa", de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 53.693 — de 13 de março de 1964.

L

LAVRA

— *Ver o nome do elemento lavrado.*

LEI DO INQUILINATO

Prorroga, até 30 de setembro de 1964, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950.

Lei nº 4.346 — de 26 de junho de 1964.

LIVROS DIDÁTICOS

Dispõe sobre edição de livros didáticos e revoga o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964.

Decreto nº 53.887 — de 14 de abril de 1964.

LUTO OFICIAL

Declara luto oficial em todo o País por motivo do falecimento do Presidente do Presidium da Assembleia Nacional da República Popular Búlgara.

Decreto nº 53.891 — de 23 de abril de 1964.

M

MANDATOS LEGISLATIVOS

Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

MARINHA

Institui o novo Código de Vencimentos dos Militares.

Lei nº 4.328 — de 30 de abril de 1964.

— *Altera temporariamente, até 31 de dezembro de 1966, o art. 16, inciso V do Capítulo IV do Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante, aprovado pelo Decreto nº 1.424, de 28 de setembro de 1962.*

Decreto nº 53.776 — de 20 de março de 1964.

— *Altera os arts. 2º, 4º e 5º do Decreto nº 42.112, de 20 de agosto de 1957.*

Decreto nº 53.777 — de 20 de março de 1964.

— *Fixa a lotação dos Adidos e Adjuntos de Adidos Militares, Navais e Aeronáuticos junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências.*

Ver, também, Ministério da Marinha.

Decreto nº 53.937 — de 29 de maio de 1964.

MEDALHAS

Altera os arts., 2º, 4º e 5º do Decreto nº 42.112, de 20 de agosto de 1957.

Decreto nº 53.777 — de 20 de março de 1964.

MEDICAMENTOS

Prorroga os prazos indicados nos artigos 1º e 3º do Decreto nº 53.584, de 21 de fevereiro de 1964.

Decreto nº 53.900 — de 30 de abril de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 53.584, de 21 de fevereiro de 1964 que dispõe sobre a uniformização e controle dos preços de venda de medicamentos.*

Decreto nº 53.984 — de 25 de junho de 1964.

MERCÚRIO — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Decreto nº 53.057 — de 2 de dezembro de 1963.
MILHO

Altera os preços básicos mínimos para as operações de financiamento ou aquisição de arroz e milho de produção nacional, da safra de 1963-1964, fixados pelo Decreto nº 52.445, de 3 de setembro de 1963.

Decreto nº 53.950 — de 5 de junho de 1964.

MILITARES

Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

— *Institui o novo Código de Ven- cimentos dos Militares.*

Lei nº 4.328 — de 30 de abril de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 220.000.000.000,00 para os fins que es-pecifica.*

Decreto nº 53.917 — de 11 de maio de 1964.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Cria funções gratificadas no Minis- tério da Agricultura e dá outras pro-vidências.

Decreto nº 53.774 — de 20 de março de 1964.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Cria funções na antiga Tabela Úni- ca de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 53.946 — de 4 de junho de 1964.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Altera a antiga Tabela Única de Ex- tranumerário-Mensalista do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto nº 53.978 — de 22 de junho de 1964.

— *Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de- essoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 53.981 — de 23 de junho de 1964.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 53.905 — de 4 de maio de 1964.

— *Altera o Regulamento da Dire- toria do Serviço Geográfico.*

Decreto nº 53.979 — de 22 de junho de 1964.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Retifica o Quadro do Pessoal do Ministério da Marinha, aprovada pelo Decreto nº 51.527, de 31 de ju- lho de 1962.

Decreto nº 53.275 — de 13 de de- zembro de 1963.

— *Retifica o enquadramento do pessoal do Ministério da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 51.527, de 31 de julho de 1962.*

Decreto nº 53.962 — de 10 de junho de 1964.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Altera o Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961.

Decreto nº 53.877 — de 3 de abril de 1964.

— *Altera o Regulamento de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto número 2, de 21 de setembro de 1964.*

— *Complementa o Decreto número 50.332, de 10 de março de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.879 — de 3 de abril de 1964.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Saint-Louis, Senegal.*

Decreto nº 53.910 — de 11 de maio de 1964.

— *Elevar à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil junto ao Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo, com sede em Bruxelas.*

Decreto nº 53.911 — de 11 de maio de 1964.

— *Altera o Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 53.959 — de 9 de junho de 1964.

M — Reestrutura no Ministério das Relações Exteriores a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e dá outras providências.

Decreto nº 53.968 — de 16 de junho de 1964.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E INDÚSTRIA SOCIAL

Revoga o Decreto nº 52.249, de 12 de agosto de 1963, restabelecendo as disposições do Decreto nº 48.024, de 9 de janeiro de 1953.

Decreto nº 53.832 — de 10 de abril de 1964.

MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Manda rever os Planos Preferenciais de Obras e dá outras providências.

Decreto nº 53.893 — de 24 de abril de 1964.

— *Modifica o Decreto nº 430, de 28 de dezembro de 1961 e dá outras providências.*

Decreto nº 53.956 — de 9 de junho de 1964.

— *Institui o Conselho de Coordenação e Planejamento do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.*

Decreto nº 53.957 — de 9 de junho de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 28.270.000.000,00 para o fim que menciona.*

Decreto nº 53.973 — de 19 de junho de 1964.

MINISTÉRIOS EXTRAORDINÁRIOS

Dispõe sobre a prestação de serviços nos Ministérios Extraordinários.

Decreto nº 53.938 — de 29 de maio de 1964.

— *Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.*

Lei nº 4.344 — de 21 de junho de 1964.

— *Dispõe sobre as atribuições do Ministro Extraordinário para os assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República.*

Decreto nº 53.876 — de 2 de abril de 1964.

— Dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

Decreto nº 53.890 — de 20 de abril de 1964.

— Define as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, extingue órgãos da Presidência da República e dá outras providências.

Decreto nº 53.914 — de 11 de maio de 1964.

— Dispõe sobre a denominação do cargo de Ministro Extraordinário criado pela Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.

MISSÕES DIPLOMÁTICAS ESTRANGEIRAS

Dispõe sobre a aquisição, por Governos estrangeiros, no Distrito Federal, de imóveis necessários à residência dos agentes diplomáticos das respectivas Missões Diplomáticas.

Lei nº 4.331 — de 1 de junho de 1964.

MUNICÍPIOS

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal).

Lei nº 4.320 — de 17 de março de 1964.

— Dispõe sobre a execução dos Censos Nacionais de Estatística Municipal e dá outras providências.

Decreto nº 53.947 — de 5 de junho de 1964.

N

NORDESTE

Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.

Lei nº 4.344 — de 21 de junho de 1964.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignado à "Nordeste Industrial S. A. — Nordisa", de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 53.693 — de 13 de março de 1964.

O

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Suspende, provisoriamente e em parte, a vigência do art. 141, § 34 da Constituição.

— Altera a data referida no art. 87, nº XVI, da Constituição.

Emenda Constitucional nº 8 — de 1964.

— Estabelece normas de execução financeira para o exercício de 1964.

Decreto nº 53.949 — de 5 de junho de 1964.

ORÇAMENTOS

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal).

Lei nº 4.320 — de 17 de março de 1964.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Reestrutura no Ministério das Relações Exteriores a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e dá outras providências.

Decreto nº 53.968 — de 18 de junho de 1964.

— Aprova o Regulamento da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Decreto nº 53.969 — de 16 de junho de 1964.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Aprova as convenções de ns. 115 e 116 adotadas pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em sua 44ª e 45ª sessões, realizadas, respectivamente, a 1º de junho de 1960 e 26 de junho de 1961, na cidade de Genebra.

Decreto Legislativo nº 2, de 1964.

P

PARQUE NACIONAL DO XINGU

Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.

Lei nº 4.344 — de 21 de junho de 1964.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel para uso da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Decreto nº 53.779 — de 20 de março de 1964.

PESQUISA

Ver o nome do elemento pesquisado.

PETRÓLEO E DERIVADOS

Dispõe sobre estoques de petróleo e derivados e quantidades em trânsito e dá outras providências.

Decreto nº 53.912 — de 11 de maio de 1964.

— Complementa o Decreto nº 53.337, de 23 de dezembro de 1963, que dispõe sobre a importação de petróleo e derivados.

Decreto nº 53.982 — de 25 de junho de 1964.

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA

Dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

Decreto nº 53.890 — de 20 de abril de 1964.

— Define as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, extingue órgãos da Presidência da República e dá outras providências.

Decreto nº 53.914 — de 11 de maio de 1964.

PLANO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Revoga os Decretos ns. 53.470, de 2 de janeiro de 1964 e 53.531, de 5 de fevereiro de 1964.

Decreto nº 53.941 — de 3 de junho de 1964.

PLANOS PREFERENCIAIS DE OBRAS

Manda rever os Planos Preferenciais de Obras e dá outras providências.

Decreto nº 53.893 — de 24 de abril de 1964.

— Retifica disposições dos Decretos ns. 53.152, de 10 de dezembro de 1963 e 53.537, de 5 de fevereiro de 1964 e estabelece novas normas para sua execução.

Decreto nº 53.894 — de 24 de abril de 1964.

PLANO RODOVIÁRIO

Retifica disposições do Decreto número 52.473, de 13 de setembro de 1963 e estabelece novas normas para sua execução.

Decreto nº 53.960 — de 9 de junho de 1964.

POLÍTICA SALARIAL

Suspende a execução do disposto no Decreto nº 52.275, de 17 de julho de 1963 e no Decreto nº 53.010, de 27 de novembro de 1963 e dá outras providências.

Decreto nº 53.936 — de 29 de maio de 1964.

PREÇOS MÍNIMOS

Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de algodão da região meridional do país, da safra 1963-64, fixados pelo Decreto nº 52.490, de 23 de setembro de 1963.

Decreto nº 53.903 — de 30 de abril de 1964.

— Altera os preços básicos mínimos para as operações de financiamento ou aquisição de arroz e milho de produção nacional, da safra de 1963-1964, fixados pelo Decreto nº 52.445, de 3-9-63.

Decreto nº 53.950 — de 5 de junho de 1964.

PREFEITURAS

Outorga à Prefeitura Municipal de Simonésia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Santo Antônio, existente no Rio São Simão, Município de Simonésia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.457 — de 20 de janeiro de 1964.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

— Dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para os assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República.

Decreto nº 53.876 — de 2 de abril de 1964.

— Define as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, extingue órgãos da Presidência da República e dá outras providências.

Decreto nº 53.914 — de 11 de maio de 1964.

— Altera a redação dos arts. 3º, 12, 13, 14 e 29 do Decreto nº 51.872, de 1º de abril de 1963.

Decreto nº 53.915 — de 11 de maio de 1964.

— Dispõe sobre a prestação de serviços nos Ministérios Extraordinários.

Decreto nº 53.938 — de 29 de maio de 1964.

PRESIDENTE DA REPUBLICA

Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e Vice-Presidente da República.

Lei nº 4.321 — de 7 de abril de 1964.

PREVIDENCIA SOCIAL

Revoga o Decreto nº 51.861, de 22 de março de 1963.

Decreto nº 53.881 — de 10 de abril de 1964.

PRODUTOS FARMACEUTICOS

Prorroga os prazos indicados nos arts. 1º e 3º do Decreto nº 53.584, de 21 de fevereiro de 1964.

Decreto nº 53.900 — de 30 de abril de 1964.

— Revoga o Decreto nº 53.584, de 21 de fevereiro de 1964, que dispõe sobre a uniformização e controle dos preços de venda de medicamentos.

Decreto nº 53.984 — de 25 de junho de 1964.

PROGRAMA DE EXPANSÃO DO ENSINO TECNOLÓGICO

Altera dispositivos dos Decretos ns. 29.741, de 11 de julho de 1951, 50.731, de 7 de junho de 1961, 51.146, de 5 de agosto de 1961, 49.355, de 28 de novembro de 1960, 51.405, de 6 de fevereiro de 1962, 53.456, de 16 de setembro de 1963, e 53.325, de 18 de dezembro de 1963, reunindo num só órgão a CAPES, COSUPI e PROTEC.

Decreto nº 53.932 — de 26 de maio de 1964.

PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

Revoga o Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 53.886 — de 14 de abril de 1964.

PROTEÇÃO AO TRABALHO

Dispõe sobre a fiscalização das leis de proteção ao trabalho no Distrito Federal e dá outras providências.

Decreto nº 53.955 — de 9 de junho de 1964.

Q

QUARTO CIENTENÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de

Cr\$ 600.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto nº 53.974 — de 19 de junho de 1964.

R

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.

Determina a intervenção federal na Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima e suas subsidiárias.

Decreto nº 53.896 — de 27 de abril de 1964.

REGIMENTOS

Modifica o Regimento do Serviço Nacional de Educação Sanitária, aprovado pelo Decreto nº 914, de 18 de abril de 1962.

Decreto nº 53.951 — de 8 de junho de 1964.

Aprova o Regimento Interno da Comissão de Alimentação das Forças Armadas, do Estado-Maior das Forças Armadas.

Decreto nº 53.970 — de 17 de junho de 1964.

REGULAMENTOS

Altera temporariamente, até 31 de dezembro de 1966, o art. 16 inciso V do Capítulo IV do Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante, aprovado pelo Decreto nº 1.424, de 28 de setembro de 1962.

Decreto nº 53.776 — de 20 de março de 1964.

Altera o Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961.

Decreto nº 53.877 — de 8 de abril de 1964.

Altera o Regulamento de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto número 2, de 21 de setembro de 1961.

Decreto nº 53.878 — de 8 de abril de 1964.

Altera o Regulamento da Inspeção Geral da Aeronáutica.

Decreto nº 53.939 — de 13 de maio de 1964.

Aprova o Regulamento dos Estabelecimentos de Intendência da Aeronáutica.

Decreto nº 53.920 — de 13 de maio de 1964.

Aprova o Regulamento do Depósito Central de Intendência da Aeronáutica.

Decreto nº 53.921 — de 13 de maio de 1964.

Aprova o Regulamento para concessão do auxílio especial de emergência às empresas de transporte aéreo regular.

Decreto nº 53.944 — de 4 de junho de 1964.

Declara sem efeito o Decreto nº 53.555, de 7 de fevereiro de 1964.

Decreto nº 53.945 — de 4 de junho de 1964.

Altera os arts. 33 e 34 do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado pelo Decreto número 53.060, de 4 de dezembro de 1963.

Decreto nº 53.963 — de 10 de junho de 1964.

Aprova o Regulamento da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Decreto nº 53.969 — de 16 de junho de 1964.

RODOVIAS

Revoga o Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964.

Decreto nº 53.883, de 13 de abril de 1964.

Retifica disposições do Decreto nº 52.473, de 13 de setembro de 1963 e estabelece novas normas para sua execução.

Decreto nº 53.960 — de 9 de junho de 1964.

Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 28.270.000.000,00 para o fim que menciona.

Decreto nº 53.973 — de 19 de junho de 1964.

S

SALÃO NACIONAL DE ARTE MODERNA

Estabelece local para a instalação do Salão Nacional de Arte Moderna e do Salão Nacional de Belas Artes.

Decreto nº 53.942 — de 3 de junho de 1964.

SALÃO NACIONAL DE BELAS ARTES

Estabelece local para a instalação do Salão Nacional de Arte Moderna e do Salão Nacional de Belas Artes.

Decreto nº 53.942 — de 3 de junho de 1964.

SEGUROS E RESSEGUROS

Estabelece normas para a colocação no exterior de seguros e resseguros.

Decreto nº 53.964 — de 11 de junho de 1964.

SELOS POSTAIS

Modifica a Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, elevando o valor do selo postal adicional, emitido em benefício dos filhos de lázaros e dá outras providências.

Lei nº 4.342 — de 15 de junho de 1964.

SEMANA DO COMBATE A LEPRO

Modifica a Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, elevando o valor do selo postal adicional, emitido em benefício dos filhos de lázaros e dá outras providências.

Lei nº 4.342 — de 15 de junho de 1964.

SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Modifica o Regimento do Serviço Nacional de Educação Sanitária, aprovado pelo Decreto nº 914, de 13 de abril de 1962.

Decreto nº 53.951 — de 8 de junho de 1964.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Cria o Serviço Nacional de Informações.

Lei nº 4.341 — de 13 de junho de 1964.

SERVIÇO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.

Lei nº 4.344 — de 21 de junho de 1964.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

Lei nº 4.325 — de 26 de abril de 1964.

— *Proíbe a nomeação ou admissão de pessoal na forma que estabelece e dá outras providências.*

Decreto nº 53.965 — de 11 de junho de 1964.

SERVIÇOS PORTUÁRIOS

Revoga os Decretos ns. 50.323, de 7 de março de 1961 e 1.895, de 18 de dezembro de 1962.

Decreto nº 53.976 — de 19 de junho de 1964.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Dispõe sobre estoques de petróleo e derivados e quantidades em trânsito e dá outras providências.

Decreto nº 53.912 — de 11 de maio de 1964.

— *Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importado, e dá outras providências.*

Decreto nº 53.913 — de 11 de maio de 1964.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

— Ver: Nordeste.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

— Ver: Amazônia.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS

— Ver: Fronteira Sudoeste.

SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

Exclui dos efeitos do Decreto número 53.076, de 4 de dezembro de 1963, os cargos e respectivos ocupantes indicados no Anexo que com este baixa, e dá outras providências.

Decreto nº 53.507 — de 28 de janeiro de 1964.

— *Prorroga os prazos indicados nos arts. 1º e 3º do Decreto número 53.584, de 21 de fevereiro de 1964.*

Decreto nº 53.900 — de 30 de abril de 1964.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Regula a declaração de inconstitucionalidade para os efeitos do artigo 7º, nº VII, da Constituição Federal.

Lei nº 4.337 — de 1º de junho de 1964.

SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS

Ao Institucional de 9 de abril de 1964.

— Ato nº 1 — *Suspende Direitos Políticos.*

— Ato nº 4 — *Suspende Direitos Políticos.*

— Ato nº 5 — *Suspende Direitos Políticos.*

T

TARIFA DAS ALFANDEGAS

Regulamenta o art. 37 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.

Decreto nº 53.967 — de 16 de junho de 1964.

TELECOMUNICAÇÕES

Aprova a "Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil em 21 de dezembro de 1950, por ocasião da Conferência Plenipotenciária Internacional, realizada em Genebra, Suíça".

Decreto Legislativo nº 7, de 1964.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências.

Lei nº 4.344 — de 21 de junho de 1964.

TRAFICO FRONTEIRIÇO

Aprova o "Convênio de Tráfico Fronteiriço firmado pelo Brasil e a Bolívia, na cidade de La Paz, a 29 de março de 1958".

Decreto Legislativo nº 11, de 1964.

TRANSPORTES

Modifica o Decreto nº 430, de 28 de dezembro de 1961 e dá outras providências.

Decreto nº 53.956 — de 9 de junho de 1964.

TRANSPORTES AÉREOS

Aprova o "Acôrdio sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Colômbia", assinado em Bogotá, em 25 de maio de 1958.

Decreto Legislativo nº 15, de 1964.

— *Aprova o Regulamento para concessão do auxílio especial de emergência às empresas de transporte aéreo regular.*

Decreto nº 53.944 — de 4 de junho de 1964.

TRATADOS

Aprova o Tratado de Extradicação entre o Brasil e os Estados Unidos da América e o respectivo Protocolo Adicional.

Decreto Legislativo nº 13, de 1964.

— *Dispõe sobre a execução de Ajuste de Complementação Industrial firmado entre o Brasil e outras partes Contratantes do Tratado de Montevideu.*

Decreto nº 53.908 — de 7 de maio de 1964.

TRIGO

Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importado, e dá outras providências.

Decreto nº 53.913 — de 11 de maio de 1964.

TURISMO

Aprova o Acôrdo de Turismo entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, a 9 de agosto de 1960.

Decreto-Legislativo nº 17, de 1964.

TURISTAS

Dispõe sobre atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros.

Lei nº 4.322 — de 7 de abril de 1964.

U

UNIVERSIDADES

Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Goiás.

Decreto nº 53.522 — de 3 de fevereiro de 1964.

— Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Pará.

Decreto nº 53.553 — de 7 de fevereiro de 1964.

— Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 53.743 — de 18 de março de 1964.

— Revoga os Decretos de ns. 53.372 e 53.373, de 31 de dezembro de 1963, referentes à Universidade Federal de São Paulo e dá outras providências.

Decreto nº 53.885 — de 13 de abril de 1964.

— Dispõe sobre o horário de trabalho no Hospital de Clínicas, da Universidade do Paraná, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 53.907 — de 6 de maio de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis que menciona, em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 53.934 — de 27 de maio de 1964.

Ver, também, Cursos, Escolas e Faculdades.

V

VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País.

Decreto-Legislativo nº 10, de 1964.

— Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e Vice-Presidente da República.

Lei nº 4.321 — de 7 de abril de 1964.

VITALICIEDADE

Ato Institucional de 9 de abril de 1964.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1964 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1964

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

EMENDA CONSTITUCIONAL	Págs.		Págs.
9 — Emenda Constitucional — Publicada no D.O. de 24 de julho de 1964	3	blica Popular da Polônia aos 19 de março de 1960 — Pu- blicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	6
 DECRETOS LEGISLATIVOS			
19 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdo entre os Estados Unidos da América do Norte e o Bra- sil para o estabelecimento de uma Missão Naval Americana no Brasil — Publicado no D.O. de 10 de julho de 1964	5	23 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova os Atos fir- mados no XIV Congresso da União Postal Universal rea- lizado em Ottawa, Canadá, em 3 de outubro de 1957 — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	6
20 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a Espa- nha, assinado em Madrid, em 25 de junho de 1960 — Publi- cado no D.O. de 21 de julho de 1964	5	24 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tri- bunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado entre o Instituto de Zootecnia do Departamento Nacional de Produção Animal, do Minis- tério da Agricultura, e a fir- ma CIRB S. A., Comércio e Indústria, para fornecimen- to de uma caminhão a óleo — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	6
21 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o texto da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) — Publicado no D.O. de 27 de julho de 1964	6	25 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova a Convenção sobre a Organização e a Per- sonalidade Jurídica da Re- partição Hidrográfica Inter- nacional, firmada pelo Bra- sil, em Paris, a 24 de abril de 1959 — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	7
22 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdo de Comércio e Pagamentos fir- mado no Rio de Janeiro pe- los Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Repú-		26 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova os termos da Convenção Internacional pa-	

	Págs.		Págs.
ra Proteção dos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão, realizada em Roma, Itália, em 26 de outubro de 1961 — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	7	Aduaneiras e Comércio (GATT), no período de novembro de 1960 a junho de 1961 — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	9
27 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova a Convenção relativa ao exame médico dos pescadores (nº 113) concluída em 1959, em Genebra, durante a XLIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	7	33 — Decreto Legislativo de 1964 — Ratifica nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal a "Convenção relativa às condições de emprego dos trabalhadores em fazendas", concluída em Genebra, em 1958, por ocasião da XLII Sessão da Conferência do Trabalho, ressalvados os artigos 15 e 20, itens 2 e 3, cuja ratificação é denegada com fundamento na autorização da própria Convenção — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	9
28 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdio sobre serviço militar entre o Brasil e a Itália, assinado a 6 de setembro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	8	34 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova a Convenção sobre Asilo Territorial, firmada na X Conferência Interamericana, que se reuniu em Caracas, entre 1º e 28 de março de 1954 — Publicado no D.O. de 14 de agosto de 1964	10
29 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1960 — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	8	35 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e Evandro Lemme, para exercer a função de Técnico em Microfilmagem, na Biblioteca Nacional, assinado em 7 de dezembro de 1954 — Publicado no D.O. de 14 de agosto de 1964	10
30 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água, firmado pelo Brasil em Moscou a 9 de agosto de 1963 — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	8	36 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Guanabara — Publicado no D.O. de 14 de agosto de 1964	11
31 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova as contas do Senhor Presidente da República relativas ao exercício de 1958 — Publicado no D.O. de 7 de agosto de 1964	9	37 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o	
32 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova os Protocolos de Negociações tarifárias, realizadas com a Áustria, Austrália, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia, sobre o Acôrdio Geral de Tarifas			

	Págs.		Págs.
Território Federal do Rio Branco e Dorval Magalhães — Publicado no D.O. de 14 de agosto de 1964	11	denegatório de registro a concluído em Uruguaiana — Publicado no D.O. de 31 de agosto de 1964	18
38 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdio Cultural entre o Brasil e a Bélgica, firmado no Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1960 — Publicado no D.O. de 14 de agosto de 1964	11	45 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre a União e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, referente à instalação de um laboratório experimental no Posto Agropecuário de Cachoeira de Macacu — Publicado no D.O. de 31 de agosto de 1964	14
39 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Amazonas e a firma J. Lima, para reparos, no prédio daquela repartição — Publicado no D.O. de 20 de agosto de 1964	12	46 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro à escritura de compra e venda, lavrada em 16 de setembro de 1949, tendo como outorgante-vendedora a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e como outorgado-comprador Gaspar Coutinho — Publicado no D.O. de 31 de agosto de 1964	14
40 — Decreto Legislativo de 1964 — Dispõe sobre os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República — Publicado no D.O. de 24 de agosto de 1964	12	47 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro à escritura de compra e venda de imóvel celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Alberto Amin Madi — Publicado no D.O. de 31 de agosto de 1964	15
41 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia — Publicado no D.O. de 31 de agosto de 1964	12	48 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo Federal (Ministério da Agricultura) e o Estado da Bahia para manutenção da Escola de Iniciação Agrícola, no Município de Santo Estevam — Publicado no D.O. de 31 de agosto de 1964	15
42 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Convênio para o Estabelecimento no Porto de Corumbá, Estado de Mato Grosso, de um Entreposto de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela República da Bolívia — Publicado no D.O. de 31 de agosto de 1964	13	49 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Mi-	
43 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdio Cultural entre o Brasil e a Bolívia, assinado em La Paz — Publicado no D.O. de 31 de agosto de 1964	13		
44 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Convênio de Amizade e Consulta entre os Estados Unidos do Brasil			

	Págs.		Págs.
nistério da Viação e Obras Públicas (DNEF) e a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas — Publicado no D.O. de 31 de agosto de 1964	15	56 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no montante de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), celebrado a 1º de julho de 1963 entre a União Federal e o Governo do Estado do Ceará — Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1964	18
50 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 200.000.000,00 no do Estado do Pará — Publicado no D.O. de 31 de agosto de 1964	16	57 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acórdão entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, sobre privilégios aduaneiros de consulados de carreira a seus funcionários — Publicado no D.O. de 10 de setembro de 1964	19
51 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Instrumento de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado pela 46ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho — Publicado no D.O. de 2 de setembro de 1964	16	58 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Protocolo de Emenda ao Acórdão relativo à Repressão da Circulação de Publicações Obscenas — Publicado no D.O. de 11 de setembro de 1964	19
52 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Convênio de Trânsito Livre, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia — Publicado no D.O. de 2 de setembro de 1964	17	59 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de constituição de aforamento de terreno de marinha situado à Rua Domingos Mondim, na Ilha do Governador, na Cidade do Rio de Janeiro — Publicado no D.O. de 15 de setembro de 1964	19
53 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, concluída, entre o Brasil e a Argentina — Publicado no D.O. de 2 de setembro de 1964	17	60 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Pedro Machado de Moraes e sua mulher — Publicado no D.O. de 15 de setembro de 1964	20
54 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova Convenções para adoção de uma lei uniforme sobre letras de câmbio, notas promissórias e cheques e respectivos Protocolos — Publicado no D.O. de 10 de setembro de 1964	17	61 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e Georges Frederic Rosier — Publicado no	
55 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de constituição de aforamento de um lote de terreno de marinha beneficiado com a salina "São Francisco III-D" — Publicado no D.O. de 10 de setembro de 1964	17		

	Págs.		Págs.
D.O. de 15 de setembro de 1964	20	67 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro de contrato firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, para desenvolvimento da cultura do trigo — Publicado no D.O. de 17 de setembro de 1964	22
62 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma "ASCA Aparelhos Científicos Sociedade Anônima" — Publicado no D.O. de 15 de setembro de 1964 ..	20	68 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o IBM do Brasil e o Ministério da Viação e Obras Públicas — Publicado no D.O. de 17 de setembro de 1964 .	26
63 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Imobiliária Cinelândia Limitada e a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional — Publicado no D.O. de 15 de setembro de 1964	21	69 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Paraíba — Publicado no D.O. de 24 de setembro de 1964 ..	28
64 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado entre Arthur E. Schaefer e J. Ataliba Wolf e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País — Publicado no D.O. de 15 de setembro de 1964	21	70 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Alagoas — Publicado no D.O. de 24 de setembro de 1964	24
65 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Prefeitura Municipal de Píancó, Estado da Paraíba — Publicado no D.O. de 17 de setembro de 1964	22	71 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Estado do Piauí — Publicado no D.O. de 24 de setembro de 1964	24
66 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de ajuste, entre o D.C.T. e a firma Construtora J. Patricio Limitada — Publicado no D.O. de 17 de setembro de 1964	22	72 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe — Publicado no D.O. de 24 de setembro de 1964	24

	Págs.		Págs.
73 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte — Publicado no D.O. de 24 de setembro de 1964	25	D. O. de 24 de setembro de 1964	27
74 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Estado de Pernambuco — Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1964	25	79 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato-escritura de cessão de direito a promessa de compra e venda — Publicado no D.O. de 24 de setembro de 1964	27
75 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termos de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma I. B. M. World Trade Corporation — Publicado no D.O. de 24 de setembro de 1964	25	80 — Decreto Legislativo de 1964 — Reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e o Estado de Santa Catarina — Publicado no D.O. de 2 de outubro de 1964	27
76 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro de despesa para pagamento à NOVACAP, por serviços telefônicos prestados ao Departamento Administrativo do Serviço Público — Publicado no D.O. de 24 de setembro de 1964	26	81 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Ceará — Publicado no D.O. de 2 de outubro de 1964	28
77 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Piauí — Publicado no D.O. de 24 de setembro de 1964	26	82 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo celebrado entre a União e o Governo do Estado do Piauí — Publicado no D.O. de 2 de outubro de 1964	28
78 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Pará — Publicado no		83 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte — Publicado no D.O. de 2 de outubro de 1964	29
		84 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Pernambuco — Publicado no D.O. de 2 de outubro de 1964	28

Págs.	Págs.
85 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Tratado de Extradicação assinado entre o Brasil e a Argentina — Publicado no D.O. de 2 de outubro de 1964	30
LEIS	
4.349 — Lei de 6 de julho de 1964 — Prorroga, até 31 de dezembro de 1965, a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras na execução de suas linhas domésticas — Publicada no D.O. de 17 de julho de 1964	30
4.350 — Lei de 6 de julho de 1964 — Altera a denominação do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil, a que se refere o Decreto-lei nº 98, de 23 de dezembro de 1937 — Publicada no D.O. de 14 de julho de 1964	30
4.351 — Lei de 6 de julho de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral do Estado de Minas Gerais — o crédito suplementar que especifica — Publicada no D.O. de 17 de julho de 1964	31
4.352 — Lei de 6 de julho de 1964 — Dispõe sobre a Campanha Nacional da Merenda Escolar — Publicada no D.O. de 13 de julho de 1964	31
4.353 — Lei de 6 de julho de 1964 — Autoriza a desapropriação de bens do domínio do Estado de Minas Gerais e dos municípios atingidos pelo reservatório a formar-se pela corredeira de Furnas — Publicada no D.O. de 15 de julho de 1964	31
4.354 — Lei de 14 de julho de 1964 — Revoga o Decreto-lei nº 5.298, de 3 de março de 1943, que fixa as autoridades da Aeronáutica que dispõem de Ajudantes-de-Ordens, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 17 de julho de 1964	31
4.355 — Lei de 14 de julho de 1964 — Dá nova redação ao art. 25, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) — Publicado no D.O. de 17 de julho de 1964	31
4.356 — Lei de 14 de julho de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 196.368.800,00 (cento e noventa e seis milhões, trezentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) em reforço à dotação do Orçamento vigente — Publicada no D.O. de 17 de julho de 1964	31
4.357 — Lei de 16 de julho de 1964 — Autoriza a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional altera a legislação do imposto sobre a renda, e da outras providências — Publicada no D.O. de 17 de julho de 1964 — Retificada no D.O. de 22 de julho de 1964	33
4.358 — Lei de 17 de julho de 1964 — Acrescenta um parágrafo ao art. 9º do Decreto-lei nº 3.198, de 14 de abril de 1941 — Publicada no D.O. de 27 de julho de 1964	44
4.359 — Lei de 17 de julho de 1964 — Inclui no Art. 14 da Lei nº 2.976, de 1956, os Municípios de Pelotas e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul — Publicada no D.O. de 22 de julho de 1964	44
4.360 — Lei de 17 de julho de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) em favor das Comissões de Comércio Exterior e Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e Comércio — Publicada no D.O. de 28 de julho de 1964	44
4.361 — Lei de 17 de julho de 1964 — Fixa até 31 de julho	

	Págs.		Págs.
de cada ano o prazo para o encaminhamento à Câmara dos Deputados, da proposta orçamentária do Distrito Federal — Publicada no D. O. de 24 de julho de 1964	45	importação e de consumo, equipamento destinado à instalação de uma fábrica de café solúvel — Publicada no D.O. de 7 de agosto de 1964	49
4.362 — Lei de 17 de julho de 1964 — Modifica o art. 4º da Lei nº 3.737, de 28 de março de 1960, que transfere para o Poder Legislativo, e sujeitou à sua administração, os canais de ondas curtas e médias da Rádio Ministério da Educação e Cultura, com os respectivos equipamentos e instalações — Publicada no D.O. de 22 de julho de 1964	45	4.368 — Lei de 23 de julho de 1964 — Institui o "Dia Nacional dos Bancários" — Publicada no D.O. de 7 de agosto de 1964	50
4.363 — Lei de 17 de julho de 1964 — Autoriza a criação da Escola de Arquitetura na Universidade do Ceará, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 28 de julho de 1964	45	4.369 — Lei de 23 de julho de 1964 — Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Rusina Cardoso Machado, viúva de João Cardoso Machado, ex-servidor da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, falecido em consequência de enfermidade adquirida em serviço — Publicada no D.O. de 7 de agosto de 1964	50
4.364 — Lei de 22 de julho de 1964 — Modifica a Lei nº 4.158, de 28 de novembro de 1962, que altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação — Publicada no D.O. de 28 de julho de 1964 — Retificada no D.O. de 7 de agosto de 1964	45	4.370 — Lei de 23 de julho de 1964 — Aprova normas para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 7 de agosto de 1964 — Retificada no D.O. de 14 de agosto de 1964	60
4.365 — Lei de 22 de julho de 1964 — Concede pensão especial à mãe de Bolívar da Cunha Lopes, ex-assalariado do Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura — Publicada no D. O. de 28 de julho de 1964	46	4.371 — Lei de 28 de julho de 1964 — Abre ao Poder Legislativo o crédito suplementar de Cr\$ 11.882.466.000,00, ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 1964 — Publicada no D.O. de 6 de agosto de 1964	62
4.366 — Lei de 23 de julho de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a financiar, mediante empréstimos às municipalidades, o estudo e construção de sistemas públicos de abastecimento de água potável, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 7 de agosto de 1964 — Retificada no D.O. de 14 de agosto de 1964	48	4.372 — Lei de 30 de julho de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel pertencente ao Patrimônio Nacional, situado à Rua 42 da Cidade de Washington, onde estão localizados os serviços da Chancelaria da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América, e a utilizar o produto dessa venda para custeio de uma chancelaria — Publicada no D.O. de 10 de agosto de 1964	54
4.367 — Lei de 23 de julho de 1964 — Isenta do imposto de		4.373 — Lei de 30 de julho de 1964 — Manda computar, para	

Págs.		Págs.
	efeito de cálculo da percentagem-limite das consignações em folha de pagamento, as vantagens pecuniárias acessórias de caráter permanente — Publicada no D.O. de 14 de agosto de 1964	
54	4.374 — Lei de 4 de agosto de 1964 — Altera disposições da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, que aprova o plano de coordenação das atividades relacionadas com o carvão mineral — Publicada no D.O. de 7 de agosto de 1964	69
55	4.375 — Lei de 17 de agosto de 1964 — Lei do Serviço Militar — Publicada no D.O. de 3 de setembro de 1964 — Retificada no D.O. de 9 de setembro de 1964	70
55	4.376 — Lei de 17 de agosto de 1964 — Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários — Publicada no D.O. de 26 de agosto de 1964 — Retificada no D.O. de 2 de setembro de 1964	
67	4.377 — Lei de 17 de agosto de 1964 — Concede isenção de direitos de importação, de imposto de consumo e de taxas aduaneiras, para as mercadorias doadas à Confederação de Igrejas Evangélicas Fundamentalistas do Brasil pela International Christian Relief, dos Estados Unidos da América do Norte. — Publicada no D.O. de 26 de agosto de 1964	
69	4.378 — Lei de 17 de agosto de 1964 — Revoga a Lei nº 383, de 18 de setembro de 1943, que dispõe sobre a promoção dos Capitães dos Quadros dos Serviços das Forças Armadas — Publicada no D.O. de 26 de agosto de 1964	
69	4.379 — Lei de 21 de agosto de 1964 — Inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação entre Rio Verde, no Estado de Goiás (BR-19) e Campo Grande, no Estado de Mato Grosso (BR-16) — Publicada no D.O. de 24 de agosto de 1964	
	4.380 — Lei de 21 de agosto de 1964 — Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964 ..	
	4.380 — Lei de 21 de agosto de 1964 — Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências — Publicada no D.O. de 30 de setembro de 1964	89
	4.381 — Lei de 24 de agosto de 1964 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas com a desapropriação da área da bacia hidráulica do Açude público Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964 ..	89
	4.382 — Lei de 24 de agosto de 1964 — Isenta dos emolumentos consulares o embarque de quatro centrais termelétricas — Publicada no	

	Págs.		Págs.
D.O. de 11 de setembro de 1964	90	bro de 1964 — Retificada no D.O. de 24 de setembro de 1964	92
4.383 — Lei de 24 de agosto de 1964 — Isenta a Petrobrás do Imposto de Transmissão "inter-vivos" por aquisições de imóveis no Distrito Federal — Publicada no D.O. de 3 de setembro de 1964 ..	90	4.389 — Lei de 28 de agosto de 1964 — Altera os arts. 273 e 283 do Código da Justiça Militar — Publicada no D.O. de 31 de agosto de 1964 — Retificada no D.O. de 4 de setembro de 1964	96
4.384 — Lei de 24 de agosto de 1964 — Isenta de taxa de despacho aduaneiro, equipamento gráfico, destinado à Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964	90	4.390 — Lei de 29 de agosto de 1964 — Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964 — Retificada no D.O. de 18 de setembro de 1964 — Retificada no D.O. de 24 de setembro de 1964	97
4.385 — Lei de 24 de agosto de 1964 — Isenta de taxa de despacho aduaneiro de 5% (cinco por cento) um computador eletrônico Burroughs e respectivos pertences, importados pelo Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964 ..	91	4.391 — Lei de 31 de agosto de 1964 — Revalida a autorização para a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), destinados ao cumprimento da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962 — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964 ..	99
4.386 — Lei de 24 de agosto de 1964 — Extingue cargos e cria outros, no Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 2 de setembro de 1964	91	4.392 — Lei de 31 de agosto de 1964 — Altera o artigo 136 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que trata de amortização e juros de dívidas da União — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964	99
4.387 — Lei de 26 de agosto de 1964 — Estabelece a idade-limite de permanência, no serviço ativo, dos Oficiais dos Quadros de Administração e de Infantaria-de-Guarda e dos Tenentes-Coronéis de vários Quadros de Oficiais Especialistas do Corpo de Oficiais da Aeronáutica — Publicada no D.O. de 3 de setembro de 1964	92	4.393 — Lei de 31 de agosto de 1964 — Cria no Ministério da Educação e Cultura — Conselho Federal de Educação — cargos em comissão de Secretário-Geral e Secretários de Câmaras — Publicada no D.O. de 4 de setembro de 1964	106
4.388 — Lei de 28 de agosto de 1964 — Modifica a legislação dos impostos de consumo e do selo e dá outras providências — Publicada no D.O. de 31 de agosto de 1964 — Retificada no D.O. de 4 de setembro de 1964 — Retificada no D.O. de 9 de setem-		4.394 — Lei de 31 de agosto de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 16.000.000.000,00 (dezesseis bilhões de cruzeiros) para subscrição dos aumentos de	

Págs.	Págs.
capital da Fábrica Nacional de Motores S.A., pelo Tesouro Nacional — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964	100
4.395 — Lei de 31 de agosto de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar o crédito especial de Cr\$ 18.002.427,00 para atender ao pagamento de despesas que especifica, relativas ao exercício de 1959 — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964 — Retificada no D.O. de 17 de setembro de 1964	100
4.396 — Lei de 31 de agosto de 1964 — Estende ao Município de Barroso a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Barbacena — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964	100
4.397 — Lei de 31 de agosto de 1964 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico a ser importado pela Empresa Telefônica de Limoeiro, para instalação do serviço de telefone na Cidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964	101
4.398 — Lei de 31 de agosto de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 660.814,30 (seiscientos e sessenta mil oitocentos e quatorze cruzeiros e trinta centavos) para atender a pagamentos com exercícios findos a funcionários (salário-família, ajuda de custo, diárias etc.) e a Firmas por fornecimento de material e serviços prestados — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964	101
4.399 — Lei de 31 de agosto de 1964 — Altera dispositivos do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que criou o	
Conselho Federal de Contabilidade, modificados pela Lei nº 570, de 22 de dezembro de 1948 — Publicada no D.O. de 11 de setembro de 1964 ..	103
4.400 — Lei de 31 de agosto de 1964 — Altera a Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 9 de setembro de 1964 — Retificada no D.O. de 18 de setembro de 1964	103
4.401 — Lei de 10 de setembro de 1964 — Estabelece normas para a licitação de serviços e obras e aquisição de materiais no Serviço Público da União, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 21 de setembro de 1964 — Retificada no D.O. de 23 de setembro de 1964	104
4.402 — Lei de 10 de setembro de 1964 — Transfere para a Universidade do Brasil o Escritório Técnico da Cidade Universitária, da Divisão de Edifícios Públicos do Departamento Administrativo do Serviço Público, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 21 de setembro de 1964	106
4.403 — Lei de 14 de setembro de 1964 — Dispõe sobre bens e direitos de Companhias de Seguro Alemãs — Publicada no D.O. de 24 de setembro de 1964 — Retificada no D.O. de 30 de setembro de 1964 ..	107
4.404 — Lei de 14 de setembro de 1964 — Dispõe sobre a nacionalidade de menor estrangeiro residente no País, filho de pais estrangeiros naturalizados brasileiros e aqui domiciliados — Publicada no D.O. de 18 de setembro de 1964	107
4.405 — Lei de 15 de setembro de 1964 — Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00, para os fins que especifica — Publi-	

	Págs.		
cada no D.O. de 28 de setembro de 1964 — Retificada no D.O. de 1 de outubro de 1964	107	4.412 — Lei de 24 de setembro de 1964 — Concede isenção de licença, impostos e taxas que recaem na importação de uma clínica móvel de campo, completamente equipada, doada à União Norte Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que se encontra no Porto de Nova Iorque — Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1964	110
4.406 — Lei de 15 de setembro de 1964 — Incorpora à Universidade do Paraná o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná e dá outras providências — Publicada no D.O. de 28 de setembro de 1964	108	4.413 — Lei de 24 de setembro de 1964 — Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação de capital da Companhia Nacional de Alcaali e dá outras providências — Publicada no D.O. de 29 de setembro de 1964	111
4.407 — Lei de 15 de setembro de 1964 — Autoriza a Sociedade Brasileira de Educação a alienar terreno que lhe foi doado pela União Federal — Publicada no D.O. de 17 de setembro de 1964 ..	109	4.414 — Lei de 24 de setembro de 1964 — Regula o pagamento de juros moratórios pela União, pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e autarquias — Publicada no D.O. de 29 de setembro de 1964	111
4.408 — Lei de 21 de setembro de 1964 — Autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para o fim que especifica — Publicada no D.O. de 28 de setembro de 1964	109	4.415 — Lei de 24 de setembro de 1964 — Altera a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores — Publicada no D.O. de 29 de setembro de 1964	112
4.409 — Lei de 24 de setembro de 1964 — Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 a Maria Nazaré Souza Ferreira, viúva do ex-marinheiro da Alfândega de Belém, José Alves Ferreira; morto por afogamento quando em serviço — Publicada no D.O. de 29 de setembro de 1964	109	4.416 — Lei de 29 de setembro de 1964 — Prorroga a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) — Publicada no D.O. de 30 de setembro de 1964	113
4.410 — Lei de 24 de setembro de 1964 — Institui prioridade para os efeitos eleitorais, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 29 de setembro de 1964 —	110	4.417 — Lei de 29 de setembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 30.567.300.000,00 (trinta bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros), para fins que especifica — Publicada no D.O. de 1 de outubro de 1964	113
4.411 — Lei de 24 de setembro de 1964 — Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — do crédito especial de Cr\$ 323.157,10, para pagamento de dívidas de exercícios — Publicada no D.O. de 29 de setembro de 1964	110	4.418 — Lei de 29 de setembro de 1964 — Altera o limite quantitativo, inclui novos doadores e amplia o prazo de vigência da Lei nº 4.184, de	

	Págs.		Págs.
17 de dezembro de 1962 — Publicada no D.O. de 1 de outubro de 1964	114	de aposentadoria e disponibi- lidade, sobre o tempo de ser- viço prestado pelo pessoal brasileiro à Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boli- viana — Publicada no D.O. de 3 de julho de 1964	116
4.419 — Lei de 29 de setembro de 1964 — Isenta de imposto de importação e de consumo, equipamento de acessórios de uma estação transmissora de televisão e máquinas grava- doras (video-tape) — Publi- cada no D. O. de 1 de outu- bro de 1964	115	4.345 — Lei de 26 de junho de 1964 — Partes mantidas pelo Congresso Nacional do Projeto que se transformou na Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, que institui novos valores de vencimentos para servidores públicos civis do Poder Executivo e dá ou- tras providências — Publi- cada no D.O. de 25 de agosto de 1964	118
4.420 — Lei de 29 de setembro de 1964 — Concede pensão especial de Cr\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte cruzei- ros) a Nicolau Janrô, ex- extranumerário diarista, do Ministério da Marinha — Pu- blicada no D.O. de 1 de outu- bro de 1964	115	4.345 — Lei de 26 de junho de 1964 — Institui novos va- lores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências — Retificada no D.O. de 3 de julho de 1964 — Retificada no D. O. de 7 de agosto de 1964	120
4.422 — Lei de 29 de setembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário, — Supremo Tri- bunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 934.526.904,70 (novecen- tos e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil novecentos e quatro cruzeiros e setenta centavos), em re- fôrço das seguintes dotações: Verba 1.0.00 — Custeio; Con- signação 1.1.00 — Pessoal Ci- vil, Subconsignação 1.1.01 e 1.1.04 do orçamento vigente (Lei nº 4.295-63) — Publi- cada no D. O. de 2 de outu- bro de 1964	116	4.347 — Lei de 26 de junho de 1964 — Isenta dos impos- tos de importação e de con- sumo a importação de uma "Bomba de Cobalto" e de seus respectivos acessórios, destinados à Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo — Pu- blicada no D.O. de 3 de julho de 1964	120
		4.348 — Lei de 26 de junho de 1964 — Estabelece normas processuais relativas a man- dado de segurança — Publi- cada no D.O. de 3 de julho de 1964	122

ÍNDICE DO APENSO

4.343 — Lei de 19 de junho de 1964 — Dispõe, para efeito

Figuram neste volume as Emendas Constitucionais, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1964, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — EMENDA CONSTITUCIONAL

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição, a seguinte Emenda Constitucional:

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 9

Art. 1º Os arts. 38 (*caput*), 39 (*caput*), 81, 82 e 83 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38. A eleição para Deputados, Senadores, Presidente e Vice-Presidente da República far-se-á, simultaneamente, em todo o País.

Art. 39. O Congresso Nacional reunir-se-á, na Capital da República, a 1º de março de cada ano, e funcionará até 1º de dezembro.

Art. 81. O Presidente da República será eleito, em todo o País, cento e vinte dias antes do termo do período presidencial, por maioria absoluta de votos, excluídos, para a apuração desta, os em branco e os nulos.

§ 1º Não se verificando a maioria absoluta, o Congresso Nacional, dentro de quinze dias após haver recebido a respectiva comunicação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, reunir-se-á em sessão pública para se manifestar sobre o candidato mais votado, que será considerado eleito se, em escrutínio secreto, obtiver metade mais um dos votos dos seus membros.

§ 2º Se não ocorrer a maioria absoluta referida no parágrafo ante-

rior renovar-se-á, até 30 (trinta) dias depois, a eleição em todo o País, à qual concorrerão os dois candidatos mais votados, cujos registros estarão automaticamente revalidados.

§ 3º No caso de renúncia ou morte, concorrerá à eleição prevista no parágrafo anterior o substituto registrado pelo mesmo partido político ou coligação partidária.

§ 4º O Vice-Presidente considerarse-á eleito em virtude da eleição do Presidente com o qual se candidatar, devendo, para isso, cada candidato a Presidente registrar-se com um candidato a Vice-Presidente.

Art. 82. O Presidente e o Vice-Presidente da República exercerão o cargo por quatro anos.

Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse a 15 de março, em sessão do Congresso Nacional.

§ 1º No caso do § 2º do art. 81, a posse realizar-se-á dentro de 15 dias, a contar da proclamação do resultado da segunda eleição, expirando, porém, o mandato a 15 de março do quarto ano.

§ 2º O Presidente da República prestará, no ato da posse, este compromisso: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência.”

Art. 2º O inciso III do art. 95 da Constituição passa a vigorar com o texto seguinte:

"III — irreductibilidade de vencimentos, que, todavia, ficarão sujeitos aos impostos gerais (art. 15, nº IV)."

Art. 3º O parágrafo único do artigo 132 e os arts. 138 e 203 da Constituição passam a ter a seguinte redação:

"Art. 132.

Parágrafo único. Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinhas, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

Art. 138. São inelegíveis os inalistáveis.

Parágrafo único. Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

a) o militar que tiver menos de cinco anos de serviço, será, ao se candidatar a cargo eletivo excluído do serviço ativo;

b) o militar em atividade com cinco ou mais anos de serviço, ao se candidatar a cargo eletivo, será afastado, temporariamente, do serviço ativo, como agregado, para tratar de interesse particular;

c) o militar não excluído e que vier a ser eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a reserva ou reformado, nos termos da lei, ressalvada a situação dos que presentemente estejam em exercício de mandato eletivo, e até o seu término".

Art. 203. Nenhum imposto gravará diretamente os direitos do autor, nem a remuneração de professores e jornalistas, excetuando-se da isenção os impostos gerais (art. 15, número IV)."

Art. 4º O art. 41, da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, sob a direção da Mesa deste, reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I — inaugurar a sessão legislativa;

II — elaborar o Regimento Comum;

III — homologar a eleição do Presidente da República ou elegê-lo, assim como o Vice-Presidente, na conformidade dos casos estabelecidos nesta Constituição;

IV — receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

V — deliberar sobre o veto.

Parágrafo único. Cada uma das Câmaras reunir-se-á, em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro do primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas."

Art. 5º É incluído, no art. 45 da Constituição, o seguinte parágrafo:

"Art. 45.

§ 3º Em se tratando de crime comum, se a licença para o processo criminal não estiver resolvida em 120 (cento e vinte) dias, contados da apresentação do pedido, este será incluído em ordem do dia, para ser discutido e votado, independentemente de parecer."

Art. 6º A próxima eleição para Presidente e Vice-Presidente da República far-se-á em 1966, juntamente com a eleição para Deputados e Senadores, na forma do art. 38 da Constituição.

Parágrafo único. Os mandatos dos atuais Presidente e Vice-Presidente da República estender-se-á até 15 de março de 1967.

Brasília, em 22 de julho de 1964.

A MESA DO SENADO FEDERAL

Moura Andrade, Presidente — Noqueira da Gama, Vice-Presidente — Dinarte Mariz, 1º Secretário — Gilberto Marinho, 2º Secretário — Adalberto Senna, 3º Secretário — Cattete Pinheiro, 4º Secretário.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ranieri Mazzilli, Presidente — Afonso Celso, 1º Vice-Presidente — Lenoir Vargas, 2º Vice-Presidente — José Bonifácio, 1º Secretário — Henrique La Roc, 2º Secretário — Aniz Badra, 3º Secretário — Rubem Alves, 4º Secretário.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, n.º I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1964

Aprova o Acórdão entre os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil para o estabelecimento de uma Missão Naval Americana no Brasil

Art. 1.º É aprovado o Acórdão celebrado entre a República dos Estados Unidos da América do Norte e a República dos Estados Unidos do Brasil, a 7 de maio de 1942, modificado e prorrogado, a partir de 7 de maio de 1954, para o estabelecimento de uma Missão Naval Norte-Americana no Brasil.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de julho de 1964

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1964

Aprova o Acórdão Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a Espanha, assinado em Madrid, em 25 de junho de 1960.

Art. 1.º É aprovado, para todos os seus efeitos, o Acórdão Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a Espanha, assinado em Madrid, em 25 de junho de 1960.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de julho de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, n.º I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1964

Aprova o texto da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Art. 1.º É aprovado o texto da Constituição da Organização das Nações Unidas para a alimentação e a Agricultura (F.A.O.), assinado em Quebec, no ano de 1945, e atualizada com as emendas que lhe foram apostas até novembro de 1955.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de julho de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1964

Aprova o Acôrdo de Comércio e Pagamentos firmado no Rio de Janeiro pelos Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Popular da Polônia aos 19 de agosto de 1960.

Art. 1º É aprovado o Acôrdo de Comércio e Pagamentos firmado no Rio de Janeiro pelos Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Popular da Polônia aos 19 de março de 1960.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senador Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1964

Aprova os Atos firmados no XIV Congresso da União Postal Universal realizado em Ottawa, Canadá, em 3 de outubro de 1957.

Art. 1º São aprovados os Atos firmados no XIV Congresso da União Postal Universal, realizado em Ottawa, Canadá, em 3 de outubro de 1957.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senador Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado entre o Instituto de Zootecnia do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura e a firma CIRB S. A., Comércio e Indústria, para fornecimento de um caminhão a óleo.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro ao contrato celebrado em 2 de dezembro de 1958, entre o Instituto de Zootecnia do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura e a firma CIRB S. A., Comércio e Indústria, para fornecimento, pela segunda contratante, de uma caminhão a óleo diesel até 7 (sete) toneladas.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senador Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 1964

Aprova a Convenção sobre a Organização e a Personalidade Jurídica da Repartição Hidrográfica Internacional, firmada pelo Brasil, em Paris, a 24 de abril de 1959.

Art. 1º E' aprovada a Convenção sobre a Organização e a Personalidade Jurídica da Repartição Hidrográfica Internacional, firmada pelo Brasil, em Paris, a 24 de abril de 1959.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senador Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1964

Aprova os termos da Convenção Internacional para Proteção dos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão, realizada em Roma, Itália, em 26 de outubro de 1961.

Art. 1º E' aprovada a Convenção Internacional para Proteção aos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos da Radiodifusão, firmada pelo Brasil, em Roma, em 26 de outubro de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1964

Aprova a Convenção relativa ao exame médico dos pescadores (nº 113) concluída em 1959, em Genebra, durante a XLIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 1º E' aprovada a Convenção nº 113, relativa ao exame médico dos pescadores, concluída em 1959 em Genebra, por ocasião da XLIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 2º São rejeitadas as Convenções sob ns. 112 e 114, concluídas na mesma Conferência Internacional referida no artigo anterior e relativas, respectivamente, à "idade mínima de admissão ao trabalho de pescador" e "ao contrato de trabalho dos pescadores".

Art. 3º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 1964

Aprova o Acôrdo sobre serviço militar entre o Brasil e a Itália, assinado a 6 de setembro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 1º E aprovado o Acôrdo sobre serviço militar entre o Brasil e a Itália, assinado a 6 de setembro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 1964

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1960.

Art. 1º E' aprovado o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1960.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1964

Aprova o Tratado de Prescrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água, firmado pelo Brasil em Moscou a 9 de agosto de 1963.

Art. 1º E' aprovado o Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água, firmado pelo Brasil em Moscou a 9 de agosto de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Senado Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº VIII, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 1964

Aprova as contas do Senhor Presidente da República relativas ao exercício de 1958.

Art. 1º São aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1958, na forma dos artigos 66, item VIII, e 87, item XVI, da Constituição Federal, ressalvados os interesses da União quanto às despesas que tiverem seus registros denegados pelo Tribunal de Contas conforme o parecer dessa Corte, sobre as referidas Contas.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Senado Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1964

Aprova os Protocolos de Negociações tarifárias, realizadas com a Austria, Austrália, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia, sobre o Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), no período de novembro de 1960 a junho de 1961.

Art. 1º São aprovados os Protocolos de negociações tarifárias, realizadas com a Austria, Austrália, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia, sobre o Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), no período de novembro de 1960 a junho de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Senado Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1964

Ratifica nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, a "Convenção relativa às condições de emprêgo dos trabalhadores em fazendas", concluída em Genebra, em 1958, por ocasião da XLII Sessão da Conferência do Trabalho, ressalvados os artigos 15 e 20, itens 2 e 3, cuja ratificação é denegada com fundamento na autorização da própria Convenção.

Art. 1º É ratificada, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, a "Convenção relativa às condições de emprêgo com trabalhadores

de fazendas"; concluída em Genebra, em 1958, por ocasião da XLII Sessão da Conferência do Trabalho, ressalvados os artigos 15 e 20, itens 2 e 3, cuja ratificação é denegada com fundamento na autorização da própria Convenção.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 34, de 1964

Aprova a Convenção sobre Asilo Territorial, firmada na X Conferência Interamericana, que se reuniu em Caracas, entre 1º e 28 de março de 1954.

Art. 1º É aprovada a Convenção sobre Asilo Territorial, firmada na X Conferência Interamericana, que se reuniu em Caracas, entre 1º e 28 de março de 1954.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de agosto de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 35 de 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e Evandro Lemme, para exercer a função de Técnico em Microfilmagem, na Biblioteca Nacional, assinado em 7 de dezembro de 1964.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado em 7 de dezembro de 1964, entre o Ministério da Educação e Cultura e Evandro Lemme, para o desempenho, pelo segundo contratante, da função de Técnico em Microfilmagem, na Biblioteca Nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de agosto de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 36, de 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Guanabara.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado em 20 de novembro de 1956, entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Guanabara S. A., para o estabelecimento, pelo segundo contratante, de uma estação rádiodifusora.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de agosto de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 37, de 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Território Federal do Rio Branco e Dorval Magalhães

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1953 entre o Território Federal do Rio Branco e Dorval Magalhães, para desempenho, pelo segundo contratante, da função de Agrônomo.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de agosto de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 38, de 1964

Aprova o Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Bélgica, firmado no Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1960

Art. 1º E' aprovado o Acôrdo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Bélgica, firmado no Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1960.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de agosto de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Amazonas e a firma J. Lima, para reparos, no prédio daquela repartição.

Art. 1º. É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro ao contrato celebrado, em 23 de agosto de 1954, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Amazonas e a firma J. Lima, para a execução, pelo segundo contratante, de reparos, no prédio daquela repartição.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de agosto de 1964.

Senador CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº IX, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 1964

Dispõe sobre os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República.

Art. 1º. O subsídio e a representação do Presidente da República, de que trata o Decreto Legislativo nº 19, de 15 de dezembro de 1961, firmado na forma da Constituição Federal, são mantidos com a aplicação, até o término do seu mandato, dos corretivos de desvalorização da moeda e elevação do custo-de-vida, de acordo com os índices fornecidos pelos órgãos oficiais competentes.

Art. 2º. É fixado, para o Vice-Presidente da República, até o término do seu mandato, o subsídio mensal correspondente a 80% do valor do atribuído ao Presidente da República na forma do art. 1º.

Art. 3º. Os efeitos deste Decreto são devidos a partir de 15 de abril de 1964, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de agosto de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1964

Aprova o Acordo de Intercâmbio Cultural, entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia.

Art. 1º. É aprovado o Acordo de Intercâmbio Cultural, assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia, em Bogotá, a 20 de abril de 1963.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1964.

Senador CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1964

Aprova o Convênio para o Estabelecimento, no Porto de Corumbá, Estado de Mato Grosso, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela República da Bolívia.

Art. 1º. É aprovado o Convênio para o estabelecimento, no Porto de Corumbá, Estado de Mato Grosso, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela República da Bolívia, firmado em La Paz, a 29 de março de 1958.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1964.

Senador CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, de 1964

Aprova o Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Bolívia, assinado em La Paz.

Art. 1º. É aprovado o Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Bolívia, assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1964.

Senador CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1964

Aprova o Convênio de Amizade e Consulta entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, concluído em Uruguaiana.

Art. 1º. É aprovado o Convênio de Amizade e Consulta entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, assinado na Cidade de Uruguaiana, em 21 de abril de 1961.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1964.

Senador CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, de 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre a União e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, referente à instalação de um laboratório experimental no Posto Agropecuário de Cachoeira de Macacu.

Art. 1º. É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre a União e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, referente à instalação de um laboratório experimental no Posto Agropecuário de Cachoeira de Macacu, em 19 de dezembro de 1933.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1964.

Senador CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, de 1964

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro à escritura de compra e venda, lavrada em 16 de setembro de 1949, tendo como outorgante vendedora a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e como outorgado comprador Gaspar Coutinho.

Art. 1º. É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro à escritura de compra e venda, lavrada em 16 de setembro de 1949, relativamente a uma área de terras situadas em Peperi-Chapécó, nos Distritos de Mondai e Dionísio Cerqueira, Município de Chapécó, Estado de Santa Catarina, tendo como outorgante vendedora a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e como outorgado comprador Dr. Gaspar Coutinho.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1964.

Senador CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1964

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro à escritura de compra e venda de imóvel celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Alberto Amin Madi.

Art. 1º. E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro à escritura de compra e venda, lavrada em 27 de outubro de 1949, relativamente a uma área de terras situadas na "Fazenda Bartyra", Estado de São Paulo, tendo como outorgante vendedora a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e como outorgado comprador Alberto Amin Madi.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1964.

Senador CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo Federal (Ministério da Agricultura) e o Estado da Bahia para manutenção da Escola de Iniciação Agrícola, no Município de Santo Estevam.

Art. 1º. E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do termo aditivo ao acordo celebrado entre o Governo Federal (Ministério da Agricultura) e o Estado da Bahia, para manutenção da Escola de Iniciação Agrícola, no Município de Santo Estevam, em 1º de abril de 1953.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1964.

Senador CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1964

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas (DNEF) e a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas.

Art. 1º. E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Pú-

blicas (DNEF) e a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas, em 12 de outubro de 1953, para fornecimento de material ferroviário.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1964.

Senador CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 200.000.000,00 no do Estado do Pará.

Art. 1º. E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denagatório de registro a contrato de empréstimo com recursos provenientes da colocação de letras do Tesouro no montante de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) celebrado em 24 de maio de 1963, entre a União e o Governo do Estado do Pará.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1964.

Senador CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 1964

Aprova o Instrumento de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado pela 46ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 1º. E' aprovado o Instrumento de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado pela 46ª Sessão de Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra no mês de junho de 1962.

Art. 2º. Este decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, de 1964

Aprova o Convênio de Trânsito Livre, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia.

Art. 1º. É aprovado o Convênio de Trânsito Livre, entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, assinado em La Paz, aos 29 de março de 1958.

Art. 2º. Este decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, de 1964

Aprova a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, concluída entre o Brasil e a Argentina.

Art. 1º. É aprovada a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, concluída entre o Brasil e a Argentina, em Buenos Aires, aos 15 de novembro de 1961.

Art. 2º. Este decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 1964

Aprova Convenções para adoção de uma lei uniforme sobre letras de câmbio, notas promissórias e cheques e respectivos Protocolos.

Art. 1º. São aprovadas as seguintes Convenções concluídas em Genebra, a 7 de junho de 1930, e os respectivos Protocolos:

- Convenção para a adoção de uma lei uniforme sobre letras de câmbio e notas promissórias;
- Convenção destinada a regular certos conflitos de lei em matéria de letras de câmbio e notas promissórias;
- Convenção relativa ao imposto de selo em matéria de letras de câmbio e notas promissórias;

São igualmente aprovadas as seguintes Convenções concluídas em Genebra, a 19 de março de 1931, e os respectivos Protocolos:

- Convenção para a adoção de uma lei uniforme em matéria de cheques;
 - Convenção destinada a regular certos conflitos de lei em matéria de cheques;
 - Convenção relativa ao imposto de selo em matéria de cheques;
- Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 55 DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de constituição de aforamento de um lote de terreno de marinha beneficiado com a salina "São Francisco III-D".

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado em 7 de abril de 1953, relativamente à constituição de aforamento de um lote de terreno acrescido de marinha, beneficiado com a salina "São Francisco III-D" no Município de Macau, tendo como outorgante a União Federal e como outorgado e foreiro, Luiz Xavier da Costa.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no montante de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) celebrado a 1º de julho de 1963 entre a União Federal e o Governo do Estado do Ceará.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no montante de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), celebrado a 1º de julho de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de setembro de 1964

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº 1, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 1964

Aprova o Acôrdo entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, sobre privilégios aduaneiros de consulados de carreira a seus funcionários.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdo entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, sobre privilégios aduaneiros de consulados de carreira e seus funcionários assinado em Bonn, a 30 de novembro de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº 1, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 1964

Aprova o Protocolo de Emenda ao Acôrdo relativo à Repressão da Circulação de Publicação Obscenas.

Art. 1º E' aprovado o Protocolo de Emenda ao Acôrdo relativo à Repressão da Circulação de Publicações Obscenas, assinado em Paris, a 4 de maio de 1910, e concluído em Lake Success, New York a 4 de maio de 1949.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 59 DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de constituição de aforamento de terreno de marinha situado à Rua Domingos Mondim, na Ilha do Governador, na Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado em 27 de junho de 1960, de constituição de aforamento de terreno de marinha situado à Rua Domingos Mondim, antiga Rua 103, esquina da Rua Eutiquio Soledade, antiga Rua 102, lote 1, da Quadra 147, do Jardim Carioca, na Ilha do Governador, na Cidade do Rio de Janeiro, Estação da Guanabara, tendo como outorgante a União Federal e como outorgada e foreira Amélia Sapienza.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Pedro Machado de Moraes e sua mulher.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado em 27 de julho de 1954, entre o Ministério da Agricultura e Pedro Machado de Moraes e sua mulher, Maria de Lourdes Pinheiro Machado, para financiamento de obras de irrigação das terras do imóvel denominado "Batista" de propriedade dos segundos contratantes, situadas à margem esquerda do rio Igarassú, Município de Parnaíba, Piauí.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e Georges Frederic Rosier.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado em 9 de março de 1950, entre a União Federal e Georges Frederic Rosier, para o desempenho, pelo segundo contratante, da função de geólogo, na Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma "ASCA Aparelhos Científicos Sociedade Anônima".

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato, para fornecimento de material científico, celebrado em 17 de dezembro de 1951 entre a Divisão de Obras do De-

partamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma "ASCA Aparelhos Científicos Sociedade Anônima", bem como ao respectivo termo aditivo, de 26 do mesmo mês e ano.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Imobiliária Cinelândia Limitada e a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato, celebrado a 30 de janeiro de 1951, de promessa de venda, com quitação de preços, de áreas de terreno localizadas na Fazenda Serião, no Município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, tendo como outorgante promitente vendedor, a Imobiliária Cinelândia Limitada, e como outorgada promitente compradora, a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado entre Arthur E. Schaefer e J. Ataliba Wolf, e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato, celebrado em 14 de setembro de 1960, entre Arthur E. Schaefer e J. Ataliba Wolf, como proprietários locadores e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, para locação da sala nº 72 (setenta e dois), do 7º (sétimo) andar do Edifício Paineira, situado à Rua Siqueira Campos número 1.193, em Porto Alegre Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 65, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Prefeitura Municipal de Piancó, Estado da Paraíba.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado, em 19 de abril de 1954, entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Prefeitura Municipal de Piancó, Estado da Paraíba, para construção, em regime de cooperação, do açude "Garrotes".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 66, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de ajuste, entre o D.C.T. e a firma Construtora J. Patricio Limitada.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de ajuste, celebrado em 29 de dezembro de 1949, entre o Departamento de Correios e Telégrafos e a firma Construtora J. Patricio Limitada, para construção, pela segunda contratante, em prosseguimento e uma linha de dutos, para cabos telegráficos, no refúgio central da Avenida Brasil, na Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 67, DE 1964

Mantém a decisão do Tribunal de Contas da União denegatório de registro de contrato firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, para desenvolvimento da cultura do trigo.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado em 22 de julho de 1953, entre o Go-

vêrno do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, para desenvolvimento da cultura do trigo, no referido Estado.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 68, DE 1964

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre a IBM do Brasil e o Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a IBM do Brasil — Indústria, Máquinas e Serviços Limitada — e o Ministério da Viação e Obras Públicas, em 21 de setembro de 1961, para a locação de Máquinas Elétricas de Estatística e Contabilidade.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Paraíba.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado em 9 de maio de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado da Paraíba, no montante de Cr\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de cruzeiros), com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Alagoas.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado em 11 de julho de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado de Alagoas, no montante de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 71, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Estado do Piauí.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no montante de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), celebrado em 31 de julho de 1963, entre a União Federal e o Estado do Piauí, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado em 7 de maio de 1963, no montante de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado em 24 de maio de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no montante de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinqüenta milhões de cruzeiros), com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Estado de Pernambuco.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado em 19 de junho de 1963, entre a União Federal e o Estado de Pernambuco, no montante de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma I. B. M. World Trade Corporation.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado em 23 de fevereiro de 1966, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos a firma I. B. M. World

Trade Corporation, para locação, pela segunda contratante, dos serviços de máquinas de contabilidade.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro de despesa para pagamento à NOVACAP, por serviços telefônicos prestados ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro, sob reserva, de despesa, no montante de Cr\$ 26.837,60 (vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e sete cruzeiros e sessenta centavos), para pagamento à NOVACAP, por serviços telefônicos prestados ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Piauí.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado em 31 de julho de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Piauí, com recursos provenientes de colocação de "Letras do Tesouro", no montante de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Pará.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, celebrado em 24 de maio de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Pará, no montante de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), com recursos provenientes da colcação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 79, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato-escritura de cessão de direito a promessa de compra e venda.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato-escritura de cessão de direito à promessa de compra e venda, celebrado em 27 de agosto de 1945, entre Manoel Passos Maia, como outorgante cedente, e a Empresa Colonizadora Madeira Bandeirante Limitada, como outorgada cessionária, com a interveniência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, relativamente a uma área de 36.300 (trinta e seis mil e trezentos) hectares, localizada no Estado de Santa Catarina, fronteira com a República Argentina.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de setembro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 80 DE 1964

Reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e o Estado de Santa Catarina.

Art. 1º E' reformada a decisão denegatória do Tribunal de Contas da União referente ao registro de contrato celebrado em 4 de julho de 1955,

entre o Ministério da Saúde e o Estado de Santa Catarina, para desenvolvimento da campanha de profilaxia contra a verminose.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Ceará.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado em 4 de junho de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Ceará, no montante de Cr\$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de cruzeiros), com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 82, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, celebrado entre a União e o Governo do Estado do Piauí.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado em 31 de julho de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Piauí, no montante de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 83, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado em 24 de maio de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no montante de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Pernambuco.

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado em 19 de junho de 1963, no montante de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) entre a União Federal e o Governo do Estado de Pernambuco, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 85, DE 1964

Aprova o Tratado de Extradicação assinado entre o Brasil e a Argentina

Art. 1º É aprovado o Tratado de Extradicação, assinado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Argentina, em Buenos Aires, a 15 de novembro de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de setembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

LEI Nº 4.349 — DE 6 DE JULHO DE 1964

Prorroga, até 31 de dezembro de 1965, a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras, na execução de suas linhas domésticas.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1965, o prazo fixado pela Lei número 2.702, de 31 de dezembro de 1955, relativo à suspensão da cobrança de todas as taxas aeroportuárias, aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras de navega-

ção aérea, na execução de linhas ou viagens domésticas prevista pelo artigo 6º, da Lei número 1.815, de 18 de fevereiro de 1953.

Art. 2º É concedida anistia fiscal às mencionadas empresas de navegação relativamente às taxas aeroportuárias de pouso e estada, devidas até a vigência da presente lei, excetuados os débitos correspondentes a essas taxas e resultantes dos serviços das linhas internacionais por elas executadas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Otávio Gouveia de Bulhões
Nelson Freire Lavenère Wanderley*

LEI Nº 4.350, DE 6 DE JULHO DE 1964

Altera a denominação do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil, a que se refere o Decreto-lei nº 98, de 23 de dezembro de 1937.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Instituto Nacional de Puericultura, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 e incorporado à Universidade do Brasil com o nome de Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil pelo Decreto-lei nº 98, de 23 de dezembro de 1937, passa a denominar-se Instituto de Puericultura e Pediatria "Martagão Gesteira".

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 6 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Lacerda

LEI Nº 4.351 — DE 6 DE
JULHO DE 1964

*Autoriza o Poder Executivo a abrir
ao Poder Judiciário — Justiça
Eleitoral do Estado de Minas Ge-
rais — o crédito suplementar que
especifica.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguin-
te Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo au-
torizado a abrir ao Poder Judiciá-
rio — Justiça Eleitoral — Tribunal
Regional Eleitoral de Minas Gerais
— o crédito suplementar no valor de
Cr\$ 175.327.900,00 (cento e setenta e
cinco milhões, trezentos e vinte e
sete mil novecentos cruzeiros), em
reforoço à dotação do Orçamento vi-
gente (Lei número 4.295, de 16 de
dezembro de 1963), com a seguinte
discriminação:

Poder Judiciário — Anexo 5
04 — Justiça Eleitoral
11 — Tribunal Regional Eleitoral
de Minas Gerais.

Verba 1.0.00 — Custeio	
Subconsignação 1.1.00 — Pessoal	
Subconsignação 1.1.01 — Venci- mentos e vantagens	
	Cr\$
fixas	165.547.900,00
Subconsignação 1.1.02	
— Auxílio - doença	420.000,00
Subconsignação 1.1.04	
— Diárias	250.000,00
Subconsignação 1.1.05	
— Substituições ..	9.000.000,00
Subconsignação 1.1.06	
— Gratificação por prestação de Servi- ços extraordinários	110.000,00
	<hr/>
	175.327.900,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1964; 143º
da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos
Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.352 — DE 6 DE JULHO DE 1964

Dispõe sobre a Campanha Nacional da Merenda Escolar.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a se-
guinte Lei:

Art. 1º Fica excluída da enumeração de entidades constantes do
inciso II, do art. 16 da Lei Delegada nº 5, de 26 de setembro de 1962, a
Campanha Nacional da Merenda Escolar, órgão integrante do Ministério
da Educação e Cultura nos termos dos Decretos nºs 37.106, de 31 de
março de 1955 e 45.583 de 18 de março de 1959.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, re-
vogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

FLAVIO LACERDA

LEI Nº 4.353, DE 6 DE JULHO DE 1964

*Autoriza a desapropriação de bens do domínio do Estado de Minas Gerais e
dos municípios atingidos pelo reservatório a formar-se pela corredeira
de Furnas.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º Fica autorizada a desapropriação dos bens de domínio do Es-
tado de Minas Gerais e de municípios daquele Estado, situados na área de-

finida no art. 1º do Decreto nº 43.187, de 10 de fevereiro de 1958, e que se faz necessária a formação do reservatório e respectiva faixa de segurança para o aproveitamento hidroelétrico da corredeira das Furnas.

Art. 2º A Central Elétrica de Furnas S. A. cabe tomar as necessárias providências a fim de que sejam cumpridas as determinações desta lei, promovendo as desapropriações dos bens, tal como disposto no art. 2º do Decreto a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 6 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mauro Thibau

LEI Nº 4.354 — DE 14 DE
JULHO DE 1964

Revoga o Decreto-lei nº 5.298, de 3 de março de 1943, que fixa as autoridades da Aeronáutica que dispõem de Ajudantes-de-Ordens, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o Decreto-Lei nº 5.298, de 3 de março de 1943, que fixa as autoridades da Aeronáutica que dispõem de Ajudantes-de-Ordens e dá outras providências.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Nelson Freire Lavenère Wanderley

LEI Nº 4.355 — DE 14 DE
JULHO DE 1964

Da nova redação ao art. 25, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica

da Previdência Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25 Durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do trabalho, por motivo de doença, incumbe à empresa pagar ao segurado o respectivo salário, no seu valor integral”.

Art. 2º Fica revogado o artigo 2º do Decreto-lei nº 6.905, de 26 de setembro de 1944.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1964; 143º da Independência e 76 da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.356 — DE 14 DE
JULHO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 196.368.800,00 (cento e noventa e seis milhões, trezentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) em reforço à dotação do Orçamento vigente.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho, o crédito suplementar de Cr\$ 196.368.800,00 (cento e noventa e seis milhões, trezentos e sessenta e oito mil e oitocentos cru-

zeiros), em reforço da dotação constante da Lei nº 4.295, de 15 de dezembro de 1963:

Anexo 3 — Poder Judiciário.

05 — Justiça do Trabalho.

05-01 — Tribunal Superior do Trabalho.

Despesas Ordinárias.

Verba 1.0.00 — Custeio.

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil.

Subconsignação:

1.1.01 — Vencimentos e Vantagens fixas Cr\$ 613.232.000,00.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.357 — DE 16 DE
JULHO DE 1964

Autoriza a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional, altera a legislação do imposto sobre a renda e da outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir Obrigações do Tesouro Nacional até o limite e títulos em circulação de Cr\$ 700.000.000.000,00 (setecentos bilhões de cruzeiros), observadas as seguintes condições, facultada a emissão de títulos múltiplos:

- a) vencimento entre 3 (três) e 20 (vinte) anos;
- b) juros mínimos de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor nominal atualizado;
- c) valor unitário mínimo de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

§ 1º O valor nominal das Obrigações será atualizado periodicamen-

te em função das variações do poder aquisitivo da moeda nacional, de acordo com o que estabelece o § 1º do art. 7º desta Lei.

§ 2º O valor nominal unitário, em moeda corrente, resultante da atualização referida no parágrafo anterior, será declarado trimestralmente, mediante portaria do Ministro da Fazenda.

§ 3º As Obrigações terão valor nominal unitário em moeda corrente fixado em portaria do Ministro da Fazenda, podendo ser colocadas, ao par, ou pelo valor de cotação, nas Bolsas de Valores, desde que não inferior a 50% (cinquenta por cento) do deságio médio dos melhores papéis (letras e debêntures) das empresas particulares idôneas.

§ 4º As Obrigações terão poder liberatório pelo seu valor atualizado de acordo com o § 1º, para pagamento de qualquer tributo federal, após decorridos 30 (trinta) dias do seu prazo de resgate.

§ 5º Para os efeitos do limite de emissão, somente serão considerados em circulação os títulos efetivamente negociados, computado o valor nominal unitário de referência de que trata a alínea "c" deste artigo.

§ 6º O Ministro da Fazenda fica autorizado a celebrar convênios, ajustes, ou contratos para emissão, colocação e resgate das Obrigações a que se refere este artigo.

§ 7º As diferenças, em moeda corrente, de valor nominal unitário, resultantes da atualização prevista no parágrafo 1º, não constituem rendimento tributável das pessoas físicas ou jurídicas;

§ 8º O Orçamento da União consignará, anualmente, as dotações necessárias aos serviços de juros e amortizações das Obrigações previstas nesta lei.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Indenizações Trabalhistas a que se refere o art. 46 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, serão obrigatoriamente, aplicados na aquisição de Obrigações da emissão referida no artigo anterior, no Tesouro Nacional ou na Bolsa de Valores.

§ 1º A disposição deste artigo não se aplica às quantias correspondentes ao Fundo de Indenizações Trabalhistas anteriormente constituído pelas

pessoas jurídicas, já aplicadas em títulos da dívida pública prevista pelo Decreto nº 53.787, de 20 de março de 1964.

§ 2º Os contribuintes do Imposto de Renda, como pessoas jurídicas, são obrigados a constituir o Fundo de Indenizações Trabalhistas a fim de assegurar a sua responsabilidade eventual pela indenização por dispensa dos seus empregados, e as importâncias pagas em cada exercício a esse título, correrão obrigatoriamente, por conta desse Fundo, desde que haja saldo credor suficiente.

§ 3º O obrigação mensal da constituição do Fundo referido no parágrafo anterior corresponderá a 3% (três por cento) sobre o total da remuneração mensal paga aos empregados, não computado o 13º salário previsto na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

§ 4º Para as empresas exclusivamente destinadas à agricultura e a pecuária a obrigação de que trata o parágrafo anterior será de 1 1/2% (um e meio por cento), somente até o exercício de 1970.

§ 5º A quota do Fundo de Indenizações Trabalhistas, aplicada na aquisição das Obrigações, nos termos do presente artigo, será dedutível do lucro bruto para o efeito do Imposto de Renda, ressalvada a hipótese do § 1º.

§ 6º A quota do Fundo de Indenizações Trabalhistas, a ser constituída na vigência desta lei, será recolhida até o último dia útil do mês subsequente àquele em que fôr paga a remuneração, devendo o primeiro recolhimento, ser feito no prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação desta lei.

§ 7º Os recolhimentos mensais previstos no § 6º serão efetuados na forma estabelecida em Regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo, podendo, para tal fim, ser utilizada a rede de agências do Banco do Brasil S. A.

§ 8º Para tais recolhimentos, referidos no parágrafo anterior pode, também, ser utilizada, complementariamente, a rede dos estabelecimentos bancários em geral e Caixas Econômicas, devendo os mesmos recolher, até o dia útil seguinte ao encerramento de seu balancete mensal, às Agên-

cias do Banco do Brasil que jurisdicionam sua região, o total que houverem recolhido.

§ 9º As Obrigações adquiridas nos termos deste artigo, serão nominativas, não podendo ser transferidas, salvo nos casos de fusão, incorporação ou sucessão de pessoas jurídicas, mas poderão ser resgatadas por antecipação:

- a) para reembolso da importância correspondente às indenizações efetivamente pagas a partir da vigência desta lei;
- b) nos casos de liquidação da pessoa jurídica.

§ 10. Até o exercício de 1967, inclusive o reembolso de que trata a alínea "a" do parágrafo anterior corresponderá à metade das indenizações efetivamente pagas, a partir da vigência desta lei.

§ 11. As correções monetárias do valor do principal das Obrigações, em que fôr aplicado o Fundo de Indenizações Trabalhistas acrescerão ao Valor do Fundo.

§ 12. Para os efeitos da aplicação prevista neste artigo, serão desprezadas as frações de quotas a aplicar, de montante inferior ao valor nominal mínimo das obrigações.

§ 13. Será suspensa a obrigação mensal do recolhimento, de que tratam os §§ 3º e 4º, quando o saldo do Fundo de Indenizações Trabalhistas atingir o montante das responsabilidades totais do contribuinte, relativas aos seus empregados sem estabilidade.

§ 14. A falta de aquisição das Obrigações, nos termos deste artigo e seus parágrafos, sujeitará a pessoa jurídica à multa de 10% (dez por cento), por semestre ou fração de semestre, de atraso, além dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre a importância devida, corrigida nos termos do artigo 7º.

Art. 3º A correção monetária, de valor original dos bens do ativo imobilizado das pessoas jurídicas, prevista no art. 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958 será obrigatória a partir da data desta Lei, segundo os coeficientes fixados anualmente pelo Conselho Nacional de Economia de modo que traduzam a variação do

poder aquisitivo da moeda nacional, entre o mês de dezembro do último ano e a média anual de cada um dos anos anteriores.

§ 1º Dentro de 30 (trinta) dias da publicação desta lei, o Conselho Nacional de Economia ajustará os coeficientes em vigor ao disposto neste artigo.

§ 2º Dentro de 90 (noventa) dias da data desta lei, as pessoas jurídicas deverão processar o reajustamento do seu capital social pela correção monetária dos valores do seu ativo imobilizado constante do último balanço.

§ 3º O resultado da correção monetária, efetuada obrigatoriamente em cada ano, será registrado, no "Passivo não Exigível", a crédito de conta com intitulação própria, nela permanecendo até sua incorporação do capital, para efeito do disposto no parágrafo seguinte.

§ 4º O aumento de capital que resultar da correção deverá ser refletido em alteração contratual ou estatutária, conforme o caso, dentro de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento do balanço a que corresponder a correção operada.

§ 5º Excepcionalmente, será permitido, que no aumento de capital seja aplicada parte do resultado da correção, somente para evitar que o valor nominal das ações e das quotas e quinhões do capital social das pessoas jurídicas, na forma do parágrafo anterior, seja expresso em números fracionários, devendo permanecer na conta citada no § 3º o saldo correspondente às frações, que será adicionado à correção monetária seguinte, e assim, sucessivamente.

§ 6º Quando a variação do valor do capital das pessoas jurídicas, decorrente da correção monetária de que trata este artigo, for superior a 3 (três) vezes a importância do capital registrado, será permitido, mediante autorização do Ministro da Fazenda, que o montante da variação constitua reserva de capital, excluída ... (VETADO) ... da limitação do § 2º do art. 130, do Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, mas sujeita igualmente ao imposto, estabelecido no § 7º a qual será aplicada obrigatoriamente no aumento do capital social, dentro dos 5 (cinco) anos se-

guintes ao balanço da correção, sem qualquer outro ônus.

§ 7º O Imposto de Renda a que se refere o § 7º do art. 57 da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958, fica reduzido a 5% (cinco por cento) e será pago em 12 (doze) prestações mensais.

§ 8º O pagamento do imposto a que se refere o parágrafo anterior será dispensado, desde que o contribuinte prefira adquirir Obrigações, da emissão mencionada no art. 1º desta lei, para vencimento em prazo não inferior a 5 (cinco) anos contados da data do balanço que consignar a correção monetária geradora da obrigação tributária, em valor nominal atualizado correspondente ao dobro do que seria devido como imposto.

§ 9º A aquisição das Obrigações a que se refere o parágrafo precedente será efetuada mediante tantos pagamentos mensais quantos corresponderiam à quitação do imposto pela remissão do qual a pessoa jurídica tiver optado, observado o disposto no parágrafo 7º do artigo 2º.

§ 10. Para determinação do montante a ser aplicado na aquisição de Obrigações a que se referem os parágrafos antecedentes, serão desprezadas as importâncias inferiores ao valor unitário daquelas.

§ 11. O Banco do Brasil S.A. entregará ao Ministério da Fazenda, nos termos do regulamento desta lei, extratos das contas e demonstrações do recolhimento das importâncias destinadas à subscrição de Obrigações referida neste artigo, acompanhados dos documentos relativos à sua movimentação.

§ 12. As Obrigações adquiridas nos termos deste artigo serão nominativas e intransferíveis, durante o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do balanço corrigido, salvo nos casos de fusão, incorporação, sucessão ou liquidação da pessoa jurídica.

§ 13. O aumento de capital realizado obrigatoriamente nos termos do § 4º, bem como o resultante do recebimento de ações novas ou quotas distribuídas em decorrência das correções monetárias previstas nesta lei, fica isento do Imposto do selo.

§ 14. No cálculo das quotas anuais de depreciação ou amortização para

efeitos do Imposto de Renda, considerar-se-á o valor da aquisição o valor original dos bens, corrigido nos termos do art. 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

§ 15. Nos exercícios de 1965 e de 1966, as quotas de depreciação ou amortização, dedutíveis do lucro bruto, serão calculadas, respectivamente, sobre 50% (cinquenta por cento) e 70% (setenta por cento), do valor da correção monetária dos bens móveis.

§ 16. O recolhimento do imposto estabelecido no parágrafo 7º poderá ser efetuado em tantas prestações mensais quantas necessárias a que cada uma não ultrapasse a quinta parte da média mensal do lucro tributável, indicado pelo contribuinte em seu último balanço, observado o limite máximo de 24 (vinte e quatro) prestações.

§ 17. Quando o pagamento na forma dos parágrafos 7º, 8º e 16 importar em exigência de prestações mensais superiores a 2% (dois por cento) da média mensal da receita bruta da pessoa jurídica, indicada ao seu último balanço, poderá ela recolher o imposto, ou as quantias destinadas à subserção das Obrigações em tantas prestações mensais quantas necessárias a que cada uma não exceda o limite referido.

§ 18. As correções monetárias de que trata este artigo aplicam-se as normas estabelecidas nos parágrafos do artigo 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, exceto as disposições de seus §§ 11, 12, 14 e 17.

§ 19. As filiais, sucursais, agências ou representações de sociedades estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, ficam também obrigadas a corrigir, na forma do presente artigo o registro contábil dos bens do ativo imobilizado que possuem no País, podendo o correspondente aumento de capital refletir-se apenas sobre a parte destinada às operações no Brasil.

§ 20. A inobservância do disposto neste artigo e parágrafos anteriores sujeitará a pessoa jurídica:

- a) a correção monetária do ativo imobilizado, *ex officio*, para efeito de tributação;
- b) a perda do direito de optar pela aquisição de Obrigações, na forma do parágrafo 8º;
- c) a multa em importância igual ao valor do imposto devido.

§ 21. Ficam dispensadas da obrigatoriedade de correção monetária de que trata este artigo, as sociedades de economia mista, nas quais, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto pertençam a União, aos Estados ou aos Municípios, e as pessoas jurídicas compreendidas no parágrafo 1º do artigo 18 da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962.

§ 22. Ficam desobrigadas da correção monetária de que trata este artigo as pessoas jurídicas cujo capital social realizado não exceda de 50 (cinquenta) vezes o salário-mínimo fiscal.

§ 23. Nos casos do parágrafo 5º, o saldo da conta prevista no parágrafo 3º será considerado como capital, para efeito do cálculo do Imposto Adicional de Renda.

Art. 4º Para efeito do disposto no art. 93 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.900, de 10 de abril de 1963, será permitido, à pessoa física vencedora, efetuar a correção monetária do custo da aquisição de imóvel, inclusive o imposto de transmissão pago e benfeitorias realizadas, .. (verado) .. observado o disposto nos parágrafos deste artigo, sem o gôzo cumulativo dos abatimentos previstos no parágrafo 1º do mesmo art. 93.

§ 1º Do valor corrigido das benfeitorias será deduzida a percentagem de 2% (dois por cento), para cada ano que tiver decorrido desde o término de sua realização, até a alienação.

§ 2º A correção monetária de que trata este artigo, que será processada mediante aplicação dos coeficientes a que se refere o art. 3º, ficará sujeita tão-somente ao imposto de 5% (cinco por cento), sobre a diferença entre o valor global da aquisição, corrigido monetariamente nos termos deste artigo e seus parágrafos, e o valor histórico de aquisição, permitida a opção prevista no parágrafo 8º do artigo 3º.

§ 3º As Obrigações adquiridas nos termos do parágrafo anterior serão intransferíveis, salvo no caso de partilhas em inventário ou arrolamento judicial, e serão liquidadas a partir do quinto ano de sua emissão, mediante apresentação em qualquer agência do Banco do Brasil S.A.

§ 4º A opção prevista no § 2º deverá ser exercida dentro do prazo

de 30 (trinta) dias, a contar do instrumento de alienação ou de promessa de alienação de imóvel ou do direito à aquisição, mediante o efetivo pagamento das Obrigações.

§ 5º No caso de pagamento a prazo do preço de alienação de imóvel contratada a partir desta Lei, o imposto de que trata o art. 92 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 5.900, de 10 de abril de 1963, terá o seu montante corrigido monetariamente nos termos do art. 7º desta lei sempre que pago depois do recebimento, pelo alienante, de mais de 70% (setenta por cento) do valor da alienação do imóvel, ou do direito à sua aquisição.

§ 6º A correção monetária referida neste artigo poderá ser efetuada em relação às alienações de imóveis já contratadas para pagamento a prazo, cujo imposto ainda não tenha sido efetivamente liquidado, desde que o contribuinte pague o imposto de 5% (cinco por cento) sobre a correção monetária ou efetive a subscrição em dobro das Obrigações dentro de 60 (sessenta) dias da data da vigência desta Lei.

Art. 5º As firmas ou sociedades que tenham por atividade predominante a exploração de empreendimentos industriais ou agrícolas, com sede na Amazônia ou no Nordeste, nas áreas de atuação da SPVEA ou SUDENE, poderão corrigir, com isenção de impostos e taxas federais, até 30 de junho de 1965, o registro contábil do valor original dos bens do seu ativo imobilizado, deduzido das respectivas quotas de depreciação ou amortização, desde que a reavaliação fique compreendida nos limites dos coeficientes fixados pelo Conselho Nacional de Economia, nos termos do artigo 3º.

§ 1º Simultaneamente à correção do ativo previsto neste artigo, serão registradas, obrigatoriamente, as diferenças do passivo resultantes de variações cambiais no saldo devedor de empréstimos em moeda estrangeira, devendo, ainda, ser feita a compensação de prejuízos apurados em balanço, no caso de inexistência de reservas.

§ 2º A diferença entre a variação do valor do ativo e as compensações estabelecidas no parágrafo anterior será aplicada no aumento do capital da firma ou sociedade, permitido, tão-

somente para evitar que o valor nominal das ações, quotas e quinhões do capital seja expresso em números fracionários, que uma parcela seja mantida em conta especial, do passivo não exigível, até a correção seguinte.

§ 3º Ficam também isentos de quaisquer impostos e taxas federais:

a) o recebimento de ações novas, quinhões ou quotas de capital, pelos acionistas, sócios ou quotistas, quando decorrentes do aumento de que trata este artigo, inclusive os acréscimos de capital que beneficiem os titulares de firmas individuais;

b) os aumentos de capital, realizados até 31 de outubro de 1965, por firmas ou sociedades, para efeito, exclusivamente, de incorporação ou ao seu ativo de ações, quotas ou quinhões de capital recebidos de acordo com a alínea a.

§ 4º As isenções previstas neste artigo não beneficiam as pessoas que tiverem quaisquer débitos com a Fazenda Nacional, ressalvados os pendentes de decisão administrativa ou judicial.

Art. 6º No cálculo das quotas de depreciação ou amortização dos bens móveis, dedutíveis do lucro bruto, para efeito do Imposto de Renda, devido pelas firmas ou sociedades, considerar-se-á como valor de aquisição, além do valor original corrigido nos termos do art. 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, o valor determinado nos termos do artigo anterior da presente lei ou de acordo com o artigo 17 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, regulamentado pelo Decreto nº 52.779, de 29 de outubro de 1963, desde que limitado à aplicação dos coeficientes de correção monetária estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia.

Parágrafo único. São aplicáveis as firmas ou sociedades a que se refere este artigo, as disposições do parágrafo 15 do artigo 3º da presente lei.

Art. 7º Os débitos fiscais, decorrentes de não-recolhimento, na data devida, de tributos, adicionais ou penalidades, que não forem efetivamente liquidados no trimestre civil em que deveriam ter sido pagos, terão o seu valor atualizado monetariamente em função das variações no poder aquisitivo da moeda nacional.

§ 1º O Conselho Nacional de Economia fará publicar no *Diário Oficial*

no segundo mês de cada trimestre civil, a tabela de coeficientes de atualização a vigorar durante o trimestre civil seguinte, e a correção prevista neste artigo será feita com base na tabela em vigor na data em que for efetivamente liquidado o crédito fiscal.

§ 2º A correção prevista neste artigo aplicar-se-á inclusive aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o contribuinte tiver depositado em moeda a importância questionada.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a importância do depósito que tiver de ser devolvida, por ter sido julgado procedente o recurso, reclamação ou medida judicial, será atualizada monetariamente, nos termos deste artigo e seus parágrafos.

§ 4º As importâncias depositadas pelos contribuintes em garantia da instância administrativa ou judicial deverão ser devolvidas obrigatoriamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da decisão, que houver reconhecido a improcedência parcial ou total da exigência fiscal.

§ 5º Se as importâncias depositadas, na forma do parágrafo anterior, não forem devolvidas no prazo nele previsto, ficarão sujeitas à permanente correção monetária, até a data da efetiva devolução, podendo ser utilizadas pelo contribuinte, como compensação, no pagamento de tributos federais.

§ 6º As multas e juros de mora previstos na legislação vigente como percentagens do débito fiscal serão calculados sobre o respectivo montante corrigido monetariamente nos termos deste artigo.

§ 7º Os contribuintes que efetuarem, no prazo de 90 (noventa) dias da vigência desta lei, o pagamento do seu débito fiscal, gozarão de uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor das multas aplicadas.

§ 8º A correção monetária prevista neste artigo aplica-se, também, a quaisquer débitos fiscais que deveriam ter sido pagos antes da vigência desta lei, se o devedor ou seu representante deixar de liquidar a sua obrigação.

a) dentro de 120 (cento e vinte) dias da data desta lei, se o débito

for inferior a Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros);

b) em no máximo, 20 (vinte) prestações mensais, sucessivas, de valor não inferior a Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) cada uma, no caso de débitos em montante superior a Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), efetuando-se o pagamento da primeira prestação, obrigatoriamente, dentro de 90 (noventa) dias desta lei;

c) em duas prestações mensais, iguais e sucessivas, se o valor do débito estiver compreendido entre Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) e Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), devendo a primeira ser paga dentro de 90 (noventa) dias da data desta lei.

§ 9º Excluem-se das disposições do parágrafo anterior os débitos cuja cobrança esteja suspensa por medida administrativa ou judicial, se o devedor ou seu representante legal já tiver depositado, em moeda, a importância questionada, ou vier a fazê-lo, dentro de 90 (noventa) dias da data desta lei.

Art. 8º O disposto no artigo anterior e seus parágrafos aplica-se às contribuições devidas por empregados e por empregadores às instituições de previdência e de assistência social.

Parágrafo único. As empresas que tenham crédito a receber de sociedade de economia mista, a qual seja titular de financiamento deferido, por estabelecimento de crédito oficial da União poderão quitar os débitos de que trata este artigo mediante conta de crédito ou outro documento hábil, emitido pelo mesmo estabelecimento oficial de crédito e que represente a obrigação do pagamento das quantias por elas devidas, nos prazos e condições do § 8º do artigo anterior.

Art. 9º As multas previstas na legislação fiscal e administrativa vigente, e fixadas em cruzeiros, serão anualmente atualizadas por decreto do Poder Executivo, mediante aplicação dos coeficientes de correção monetária a que se refere o § 18 do art. 3º desta lei, tendo em vista o ano da entrada da lei que estabeleceu ou autorizou a multa.

Art. 10 Ressalvados os casos especiais previstos em lei, quando a importância do tributo for exigível par-

celadamente, vencida uma prestação e não paga até o vencimento da prestação seguinte, considerar-se-á vencida a dívida global, sujeitando-se o devedor às sanções legais.

Art. 11. Inclui-se entre os fatos constitutivos do crime de apropriação indébita, definido no art. 168 do Código Penal, o não-recolhimento, dentro de 90 (noventa) dias do término dos prazos legais:

a) das importâncias do Imposto de Renda, seus adicionais e empréstimos compulsórios, descontados pelas fontes pagadoras de rendimentos;

b) do valor do Imposto de Consumo indevidamente creditado nos livros de registro de matérias-primas (modelos 21 e 21-A do Regulamento do Imposto de Consumo) e deduzido de recolhimentos quinzenais, referente a notas fiscais que não correspondam a uma efetiva operação de compra e venda ou que tenham sido emitidas em nome de firma ou sociedade inexistente ou fictícia;

c) do valor do Imposto do Selo recebido de terceiros pelos estabelecimentos sujeitos ao regime de verba especial.

§ 1º O fato deixa de ser punível, se o contribuinte ou fonte retentora, recolher os débitos previstos neste artigo antes da decisão administrativa de primeira instância no respectivo processo fiscal.

§ 2º Extingue-se a punibilidade de crime de que trata este artigo, pela existência, à data da apuração da falta, de crédito do infrator, perante a Fazenda Nacional, autarquias federais e sociedade de economia mista em que a União seja majoritária, de importância superior aos tributos não recolhido, executados os créditos restituintes nos termos da Lei nº 4.155, de 28 de novembro de 1962

§ 3º Nos casos previstos neste artigo, a ação penal será iniciada por meio de representação da Procuradoria da República, à qual a autoridade julgadora de primeira instância é obrigada a encaminhar as peças principais do feito, destinadas a comprovar a decisão final condenatória proferida na esfera administrativa.

§ 4º Quando a infração for cometida por sociedade, responderão por ela os seus diretores, administradores, gerentes ou empregados cuja responsabilidade no crime for apurada

em processo regular. Tratando-se de sociedade estrangeira, a responsabilidade será apurada entre seus representantes, dirigentes e empregados no Brasil.

Art. 12. Entre 1º de julho e 31 de dezembro de 1964, os rendimentos a que se refere o inciso 1º do art. 98 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.900, de 10 de abril de 1963, serão tributados na fonte, progressivamente, mediante a aplicação da seguinte escala: até 4 (quatro) vezes o salário-mínimo fiscal, de acordo com a tabela estabelecida no artigo 207, e seus parágrafos, do mesmo regulamento; entre 4 (quatro) e 5 (cinco) vezes o salário-mínimo fiscal — 2% (dois por cento); entre 5 (cinco) e 8 (oito) vezes o salário-mínimo fiscal — 4% (quatro por cento); entre 8 (oito) e 10 (dez) vezes o salário-mínimo fiscal — 6% (seis por cento); entre 10 (dez) e 15 (quinze) vezes o salário-mínimo fiscal — 8% (oito por cento); acima de 15 (quinze) vezes o salário-mínimo fiscal — 10% (dez por cento).

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será permitido deduzir da remuneração mensal a contribuição de previdência do empregado e a do Imposto Sindical.

§ 2º Em relação aos contribuintes excluídos da tabela a que se refere o art. 207 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.900, de 10 de abril de 1963, da importância apurada na forma deste artigo será dedutível a quota de 2% (dois por cento) do limite de isenção mensal por dependente.

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, considerar-se-ão na sua totalidade os rendimentos previstos no art. 5º, § 1º, item I, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.900, de 10 de abril de 1963, prevalecendo os limites de que tratam os §§ 2º 3º, 4º, 5º e 6º do mesmo artigo, tão-somente, para os fins da classificação dos rendimentos nas declarações das pessoas físicas e jurídicas.

§ 4º O imposto recolhido na fonte, nos termos deste artigo, será deduzido do que houver de ser pago pela pessoa física beneficiária do rendimento, de acordo com a sua declaração anual, cabendo a devolução do excesso, caso a importância recolhida na fonte seja superior ao imposto devido em conformidade com a declaração.

Art. 13. No cálculo do total do Imposto de Renda lançado sobre as pessoas físicas ou jurídicas, ou exigível mediante recolhimento pelas fontes, será desprezada a fração inferior a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Art. 14. A partir de 1º de janeiro de 1965, além dos abatimentos de que trata o art. 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.900, de 10 de abril de 1963, será permitido às pessoas físicas abater da sua renda bruta;

a) 20% (vinte por cento) das quantias aplicadas na aquisição, ao Tesouro Nacional, ou aos seus agentes, de títulos nominativos da dívida pública federal;

b) 15% (quinze por cento) das quantias aplicadas na subscrição, integral, em dinheiro, de ações nominativas para o aumento de capital das sociedades anônimas, cujas ações, desde que nominativas, tenham sido negociadas, pelo menos uma vez em cada mês, em qualquer das Bolsas de Valores existentes no País, no decurso do ano-base;

c) 15% (quinze por cento) das quantias aplicadas em depósitos, letras hipotecárias ou qualquer outra forma, desde que, comprovadamente, se destinem, de modo exclusivo ao financiamento de construção de habitações populares, segundo programa previamente aprovado pelo Ministro da Fazenda;

d) as quantias aplicadas na subscrição integral, em dinheiro, de ações nominativas de empresas industriais ou agrícolas, consideradas de interesse para o desenvolvimento econômico do Nordeste ou da Amazônia, nos termos das Leis ns. 3.995, de 14 de dezembro de 1961, 4.216, de 6 de maio de 1963, e 4.239, de 27 de junho de 1963.

§ 1º Para efeito de aplicação do presente artigo, somente serão atribuídas como abatimento as importâncias efetiva e comprovadamente desembolsadas pelo contribuinte durante o ano-base.

§ 2º Os abatimentos de que trata o presente artigo, em conjunto com os previstos no art. 15 desta lei e no art. 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.900, de 10 de abril de 1963, excluídos os relativos a encargos da família, alimentos prestados em virtude de decisão judicial ou administrativa, ou admissíveis em

face da lei civil, criação e educação de menor de 18 (dezoito) anos, pobre, que o contribuinte crie e eduque, médicos, dentistas e hospitalização, não podem exceder, proporcional e cumulativamente a 40% (quarenta por cento) sobre a renda bruta do contribuinte.

§ 3º Fica revogado o § 7º do artigo 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.900, de 10 de abril de 1963.

Art. 15. Poderão ser abatidas da renda bruta das pessoas físicas as despesas realizadas com a instrução do contribuinte e do seu cônjuge, filhos e menores de dezoito anos, que crie e eduque, e que não apresentem declaração de rendimento em separado, até o limite de 20% (vinte por cento) da renda bruta declarada, desde que os comprovantes do efetivo pagamento sejam apensados à declaração de rendimentos.

Art. 16. A remuneração auferida pelos trabalhadores avulsos, a que se refere a Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, art. 4º, letra c), será classificada, para os efeitos do Imposto de Renda, como de empregado assalariado.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, as caixas, associações e organizações sindicais de empregados e de empregadores, que interferiram no pagamento da remuneração dos serviços prestados, são consideradas responsáveis pelo desconto dos tributos devidos, ficando ainda obrigadas a prestar às autoridades fiscais todos os esclarecimentos ou informações, como representantes das fontes pagadoras.

Art. 17. Serão classificadas na cédula B da declaração da pessoa física beneficiada, os juros de debêntures ou de outras obrigações ao portador, provenientes de empréstimos contraindidos dentro ou fora do País, por sociedades nacionais ou estrangeiras que operem no território nacional.

Art. 18. O imposto de que trata o § 2º do art. 3º da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, será exigido à razão de 60% (sessenta por cento), a partir de 1º de julho de 1964.

Parágrafo único. O empréstimo compulsório estabelecido na alínea b do § 2º do art. 72 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, será cobrado,

a partir de 1º de julho de 1964, à razão de 10% (dez por cento).

Art. 19. A partir de 1º de julho de 1964, o empréstimo compulsório, de que trata o art. 72 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, incidente sobre os rendimentos do trabalho, classificados na cédula "C", será cobrado, mediante desconto na fonte, à razão de 3,5% (três e meio por cento) sobre a diferença entre a remuneração de cada mês e o limite mensal de isenção do Imposto de Renda previsto no artigo 12 desta lei.

§ 1º Será permitido deduzir da remuneração mensal, para os efeitos deste artigo, a contribuição de previdência dos contribuintes e a do Imposto Sindical.

§ 2º Da importância apurada na forma deste artigo, será dedutível a quota de 2% (dois por cento) de limite de isenção mensal por dependente do contribuinte.

Art. 20. (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

Art. 21. A partir do exercício financeiro de 1965, ficam revogados os artigos 72, 73 e 75 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, bem como os respectivos parágrafos.

Art. 22. A partir do exercício financeiro de 1965, fica revogada a cobrança dos adicionais de proteção à família, criados pelo Decreto-lei número 3.200, de 9 de abril de 1941.

Art. 23. As omissões ou erros na declaração de bens, nos exercícios de 1963 e 1964, poderão ser retificados dentro de 90 (noventa) dias a partir da vigência desta lei, pagando o contribuinte em 12 (doze) prestações a multa de 10% (dez por cento) sobre os impostos correspondentes aos rendimentos resultantes da mesma retificação.

Art. 24. A ação fiscal direta, externa e permanente, estender-se-á a operações realizadas pelas firmas e sociedades no próprio ano em que se efetuar a fiscalização, devendo os agentes fiscais do Imposto de Renda lavrar auto de infração que consigne a falta verificada.

§ 1º Ao infrator será aplicada, pela autoridade lançadora, multa igual a capitulada no parágrafo único do artigo 7º da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, segundo o valor e a gravidade da infração, sem pre-

juízo do cômputo dos elementos apurados para fins de controle das declarações de rendimentos.

§ 2º A pessoa jurídica cuja escrituração dos livros Diário e Registro de Compras contiver atrasos superiores, respectivamente, a 180 (cento e oitenta) e 60 (sessenta) dias, sujeitar-se-á, também, à multa prevista no parágrafo anterior.

Art. 25. O lucro presumido obtido pelas pessoas jurídicas, sujeito ao Imposto de Renda, na forma da legislação em vigor, será determinado pela aplicação do coeficiente de 12% (doze por cento) sobre a receita bruta, quando esta exceder a vinte vezes do salário-mínimo fiscal.

§ 1º A pessoa jurídica cuja receita bruta não ultrapassar o limite estabelecido neste artigo, ficará isenta do pagamento do Imposto de Renda, podendo a autoridade lançadora dispensá-la da obrigação de apresentar declaração de rendimento.

§ 2º O artigo 33 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.900, de 10 de abril de 1963, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 33. A pessoa jurídica cujo capital não ultrapassar de 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo fiscal, e cuja receita bruta anual não exceder a 60 (sessenta) vezes este salário-mínimo, poderá optar pela tributação baseada no lucro presumido, segundo a forma estabelecida neste artigo".

§ 3º As sociedades, de qualquer espécie, que explorarem exclusivamente atividades agrícolas e pastoris, e cuja receita bruta não for superior a 120 (cento e vinte) vezes o salário-mínimo fiscal, poderão optar pela tributação baseada no lucro presumido de que trata este artigo.

Art. 26. Fica suprimido o item I da letra h, do § 1º do art. 43 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.900, de 10 de abril de 1963.

Art. 27. A partir do exercício financeiro de 1965 para o cálculo do imposto adicional de renda, em relação ao capital das pessoas jurídicas de que trata o art. 1º da Lei nº 2.862, de 4 de setembro de 1956, será facultado às pessoas jurídicas abater do lucro excedente tributável a importância correspondente à manutenção do capital de giro próprio durante o ano-base da sua declaração.

§ 1º O montante da manutenção do capital de giro será determinado pela aplicação, sobre o capital de giro próprio da empresa, no início do exercício, das percentagens de correção, publicadas periodicamente pelo Conselho Nacional de Economia, que deverão traduzir o aumento de nível geral de preços no período correspondente ao ano-base.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considera-se capital de giro próprio, no início do exercício, o ativo disponível mais o ativo realizável, diminuído do passivo exigível depois de excluídos:

I — do passivo exigível, os saldos devedores dos empréstimos em moeda estrangeira e dos empréstimos sujeitos a atualização;

II — do ativo realizável:

a) os valores ou créditos em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária;

b) as ações, quotas e quaisquer títulos correspondentes à participação societária em outras empresas;

c) o saldo não integralizado do capital social.

§ 3º A manutenção de capital de giro a que se refere este artigo não poderá, em nenhuma hipótese, ser deduzida na apuração do lucro real sujeito ao Imposto de Renda, nem poderá ser computada entre os excedentes de fundos de reserva de que trata o artigo 99 do Regulamento aprovado pelo Decreto, nº 51.909, de 10 de abril de 1963.

Art. 28. Não estão obrigadas à apresentação de declaração do imposto adicional de renda, a que se refere o artigo anterior, as pessoas jurídicas que tiverem, no ano-base, lucro inferior a 90 (noventa) vezes o salário-mínimo fiscal vigente a 2 de janeiro do exercício financeiro.

Art. 29. Para efeito de Imposto de Renda, consideram-se bens imóveis as florestas e as árvores, em pé, constantes do ativo das empresas industriais de madeira, carpintaria, tanoarias, fábricas de papel, de celulose, pasta de madeira, compensados, laminados e outras similares, desde que adquiridas há mais de 3 (três) anos, com ou sem terra, mediante escritura pública.

Art. 30. Nos casos de alteração do exercício social, quando a pessoa jurídica instruir a sua declaração de rendimento com os resultados de ope-

rações correspondentes a período inferior a 12 (doze) meses, ficará sujeita a uma pena compensatória, não inferior à metade do valor do salário-mínimo fiscal, se já houver procedido à mudança do exercício social no decurso do quinquênio precedente. | Parágrafo único. A multa a que se refere este artigo será fixada pela autoridade lançadora, à razão de múltiplos de 1/36 (um trinta e seis avos) dos lucros verificados no balanço que instruir a declaração, em número igual aos meses faltantes para completar doze meses.

Art. 31. (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO).

Art. 32. As pessoas jurídicas, enquanto estiverem em débito, não garantido, para com a União e suas autarquias de Previdência e Assistência Social, por falta de recolhimento de imposto, taxa ou contribuição, no prazo legal, não poderão:

a) distribuir ... (VETADO) ... quaisquer bonificações a seus acionistas;

b) dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios ou quotistas, bem como a seus diretores e demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos;

c) (VETADO).

Parágrafo único. A desobediência ao disposto neste artigo importa em multa, reajustável na forma do art. 7º, que será imposta:

a) às pessoas jurídicas que distribuírem ou pagarem ... (VETADO) ... bonificações ou remunerações, em montante igual a 50 % (cinquenta por cento) das quantias que houverem pago indevidamente;

b) aos diretores e demais membros da administração superior que houverem recebido as importâncias indevidas, em montante igual a 50 % (cinquenta por cento) destas importâncias.

Art. 33. A pessoa jurídica que, por força de lei, possua, em seu ativo, títulos de capital de outras empresas, poderá distribuir, mediante autorização do Ministro da Fazenda, por vários exercícios sucessivos, até o máximo de cinco, os lucros decorrentes do aumento de capital das empresas de que seja acionista, realizados nos termos do artigo 3º.

Art. 34. O parágrafo 1º do artigo 11 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, passa a ter a seguinte redação: "Parágrafo 1º — A dedução das despesas de viagem e estada, a que se refere a alínea a, será admitida somente até o limite das importâncias recebidas para o custeio desses gastos, salvo se correrem por conta do contribuinte, caso em que poderão ser deduzidas às despesas comprovadas ou até 30% do rendimento declarado, independentemente da comprovação, quando se tratar de caixeiro-viajante ... (VETADO).

Art. 35. Ficam assegurados todos os benefícios concedidos pelas Leis nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, nº 4.216, de 6 de maio de 1963, e nº 4.239, de 27 de junho de 1963, vedada a acumulação dos incentivos constantes do art. 18 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e do art. 1º da Lei nº 4.216, de 6 de maio de 1963.

Art. 36. Excepcionalmente, no exercício de 1964, o encargo financeiro a que se refere o art. 29 da Lei número 4.131, de 3 de setembro de 1962, poderá ser elevado até 30% (trinta por cento) do valor dos produtos importados e sem a limitação do prazo estabelecido no parágrafo único do mesmo artigo.

Art. 37. A arrecadação de impostos, adicionais, taxas e contribuições devidos à União e às Autarquias Federais, poderá ser efetuada através de agência do Banco do Brasil S. A., do Banco do Nordeste do Brasil S. A. e do Banco de Crédito da Amazônia Sociedade Anônima.

Art. 38. Aos casos previstos nos arts. 7º e 11 desta lei aplica-se o disposto no art. 316 e parágrafos do Código Penal, independentemente da responsabilidade civil destinada à reparação de perdas e danos, ocasionada pelo excesso de exação.

Parágrafo único. Ao contribuinte prejudicado fica assegurado o direito de representação ao Ministério Público, para o exercício da ação penal, com a observância das disposições estabelecidas para os crimes de ação pública, no Código de Processo Penal.

Art. 39. Não será concedida a medida liminar em mandado de segurança, impetrado contra a Fazenda Nacional, em decorrência da aplicação da presente lei.

Art. 40. O provimento dos cargos da classe inicial de agente-fiscal do Imposto de Renda será efetuado mediante concurso público de provas, com exigência de diploma de bacharel em Ciências Contábeis ou de título equivalente, vedada a nomeação em caráter interino e mantidos os níveis 14 e 18 nas classes da respectiva série.

Parágrafo único. Dentro de 60 (sessenta) dias da data desta lei o Departamento Administrativo do Serviço Público abrirá inscrição para o concurso previsto neste artigo, a ser realizado com a colaboração da Divisão do Imposto de Renda, do Ministério da Fazenda.

Art. 41. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para vigorar no período de 1º de junho de 1964 a 31 de dezembro de 1966, para atender a despesas resultantes da emissão das obrigações que que trata o artigo 1º, inclusive para o reaparelhamento da Caixa de Amortização e das repartições fazendárias incumbidas de executar a presente lei.

§ 1º O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, e será movimentado pelo Ministro da Fazenda ou por autoridades por ele delegadas.

§ 2º As despesas abrangidas por este artigo compreendem os gastos com material e com serviços de terceiros, inclusive a locação ou sublocação de imóveis, ficando vedada a criação de cargos ou a admissão de pessoal à conta do crédito referido neste artigo.

Art. 42. O Poder Executivo baixará dentro de 60 (sessenta) dias os decretos previstos no texto da presente lei, bem como baixará decreto consolidando a legislação sobre a cobrança e fiscalização do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, introduzindo as modificações consignadas nesta lei.

Art. 43. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 16 de julho de 1964; 143ª da Independência e 76ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.358 — DE 17 DE JULHO DE 1964

Acrescenta um parágrafo ao art. 9º do Decreto-lei nº 3.138, de 14 de abril de 1941

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É acrescentado um parágrafo ao art. 9º do Decreto-lei número 3.138, de 14 de abril de 1941, que reorganiza a Administração do Porto do Rio de Janeiro, com a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo único. São extensivos à Administração do Porto do Rio de Janeiro os privilégios da Fazenda Nacional, quanto ao uso dos processos especiais previstos no Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1933, de que esta goza para a cobrança de seus créditos”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.359 — DE 17 DE JULHO DE 1964

Inclui no Art. 14 da Lei nº 2.976, de 1956, os Municípios de Pelotas e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São incluídos na relação de municípios de que trata o Art. 14, da Lei nº 2.976 de 23 de novembro de 1956, os municípios de Pelotas e Rio Grande, do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.360 — DE 17 DE JULHO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) em favor das Comissões de Comércio Exterior e Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e Comércio.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas de instalação e

funcionamento da Comissão de Desenvolvimento Industrial e da Comissão de Comércio Exterior, criadas, respectivamente, pelos Decretos números 53.898 e 53.899, de 29 de abril de 1964.

Parágrafo único. Esse crédito será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Antônio Borges Leal Castello

Branco Filho

Daniel Faraco

LEI Nº 4.361 — DE 17 DE JULHO DE 1964

Fixa até 31 de julho de cada ano o prazo para o encaminhamento, à Câmara dos Deputados, da proposta orçamentária do Distrito Federal.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Será enviada à Câmara dos Deputados, até 31 de julho de cada ano, a proposta orçamentária da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.362 — DE 17 DE JULHO DE 1964

Modifica o Art. 4º da Lei nº 3.737, de 28 de março de 1960, que transferiu para o Poder Legislativo e sujeitou à sua administração, os canais de ondas curtas e médias da Rádio Ministério da Educação e Cultura, com os respectivos equipamentos e instalações.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a ter a seguinte redação o Art. 4º da Lei nº 3.737, de 28 de março de 1960.

“Art. 4º Ficam transferidos para o Poder Legislativo, e sujeitos à sua administração, os canais da Rádio Ministério da Educação e Cultura, de ondas curtas e médias.

Parágrafo único. Continuam pertencentes à Rádio Ministério da Educação e Cultura os respectivos equipamentos e instalações, devendo o Poder Executivo, dentro de 120 dias, a contar da publicação desta lei, indicar os novos canais em que ela passará a operar”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flavio Lacerda

LEI Nº 4.363 — DE 17 DE
JULHO DE 1964

Autoriza a criação da Escola de Arquitetura na Universidade do Ceará e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a criar a Escola de Arquitetura

na Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza.

Art. 2º A Escola de Arquitetura manterá, em seu curso de formação de arquitetos, as disciplinas de urbanismo incluídas no currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 3º O pessoal docente técnico e administrativo da Escola, que for admitido mediante contratos, reger-se-á pela Legislação do Trabalho até que o Poder Executivo tome a iniciativa de propor a criação dos respectivos

cargos e estes sejam incluídos por lei nos quadros da Universidade do Ceará.

§ 1º Poderão ser lotados nos serviços da Escola, funcionários que pertençam, à data desta lei, a outras unidades da Universidade do Ceará.

§ 2º Somente decorrido o prazo de cinco anos, a partir do decreto que instituir a Escola de Arquitetura, poderão ser realizados concursos para provimento de suas cátedras, criados que sejam os respectivos cargos.

Art. 4º As despesas com a instalação, equipamento, obras e manutenção da Escola de Arquitetura correrão à conta das dotações globais consignadas no Orçamento da União à Universidade do Ceará e das que para o mesmo fim lhe forem especificamente atribuídas.

Art. 5º No decreto de criação da Escola de Arquitetura, a ser baixado dentro de 60 dias, o Poder Executivo fará a regulamentação desta lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio de Lacerda

LEI Nº 4.364 — DE 22 DE
JULHO DE 1964

Modifica a Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, que altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrobrás.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os parágrafos 1º e 2º do artigo 4º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, passam a ter a seguinte redação:

“§ 1º O distribuidor de energia elétrica promoverá a cobrança ao consumidor, conjuntamente com as suas contas, do empréstimo de que trata este artigo e mensalmente o recolherá, nos prazos previstos para o imposto único e sob as mesmas penali-

dades, à ordem da Eletrobrás, em agência do Banco do Brasil.

§ 2º O consumidor apresentará as suas contas à Eletrobrás e receberá os títulos correspondentes ao valor das obrigações, acumulando-se as frações até totalizarem o valor de um título, cuja emissão poderá conter assinaturas em fac-símile”.

Art. 2º Ficam acrescentados ao artigo 4º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, os parágrafos do teor seguinte:

“Art. 4º

§ 4º O empréstimo referido neste artigo não poderá ser exigido dos consumidores discriminados no § 5º do artigo 4º da Lei nº 2.308 de 31 de agosto de 1954 e dos consumidores rurais.

§ 5º Do total do empréstimo compulsório arrecadado em cada Estado, a Eletrobrás aplicará em cada exercício:

I — 50% em subscrição de ações, tomada de obrigações, empréstimos e financiamentos de ou em empresas que produzam, transmitam ou distribuam energia elétrica, e das quais o Poder Público Estadual for acionista majoritário no capital social com direito a voto, observado o disposto no artigo 8º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962.

II — 10%, em obras no setor de energia elétrica nas quais tenha interesse o Estado onde o empréstimo for arrecadado, sendo o percentual aplicado em participação societária ou financiamentos.

III — as modalidades de aplicação referidas no inciso I deste parágrafo ficam à opção do Poder Executivo Estadual.

§ 6º As despesas financeiras, exclusive juros, resultantes de tomada de obrigações, empréstimos e financiamentos aludidos no § 5º, inciso I não poderão ser superiores a 15% do valor da operação e os prazos de liquidação não poderão ser inferiores a 10 (dez) anos, e tais encargos serão considerados pelos mutuários como despesas de exploração.

Art. 3º. Ficam acrescentados ao artigo 20, da Lei 4.156, de 28 de novembro de 1962, os parágrafos do teor seguinte:

Art. 20

§ 3º Quando o concessionário for sociedade organizada pelo Poder Público Estadual, de cujo capital social

com direito a voto fôr o mesmo majoritário, os recursos orçamentários aplicados em suas instalações só serão havidos como crédito para os fins d'este artigo, quando as mesmas instalações estiverem em condições de observar o regime legal de remuneração do investimento.

§ 4º O crédito da Eletrobrás previsto neste artigo poderá ser utilizado, em sociedades organizadas pelo Poder Público Estadual, para fins de subscrição de ações preferenciais, tomada de obrigações, empréstimos e financiamento cabendo a opção à beneficiária do investimento, desde que nela tenha a Eletrobrás um mínimo de 20% do capital social.

§ 5º A Eletrobrás reinvestirá na forma do parágrafo anterior e na mesma empresa que os pagar, pelo menos 70% dos juros e os dividendos percebidos em função do capital subscrito ou mutuados nos termos d'este artigo, a menos que renuncie a empresa a este direito que lhe é assegurado.

§ 6º Para fins do § 3º d'este artigo, a fiscalização federal, por intermédio do Ministério das Minas e Energia, na forma de regulamento a ser expedido, emitirá certificado de declaração de rentabilidade legal das aplicações dos recursos orçamentários.

§ 7º Mediante proposta do concessionário e aprovação pela Eletrobrás, os recursos orçamentários de que trata este artigo poderão ser transformados em subscrição de ações, tomada de obrigações, empréstimos e financiamento, obedecida a legislação em vigor, ainda que independente do certificado de rentabilidade legal referido no parágrafo anterior.

§ 8º Os recursos orçamentários de cada exercício, aos quais se refere este artigo, não serão liberados sem o cumprimento dos dispositivos d'este artigo e seus parágrafos, por parte do concessionário, em favor do qual tenha sido expedido o certificado de rentabilidade legal.

§ 9º Na forma da legislação já em vigor o concessionário poderá recorrer ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica de quaisquer decisões administrativas. Então, terá um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do recebimento do certificado de rentabilidade ou da data do Acórdão do CNAEE sobre o mesmo assunto, para cumprir o

disposto no parágrafo 4º d'este artigo.

Art. 4º Os parágrafos primeiro e segundo do artigo 20, da Lei 4.156, de 28 de novembro de 1962, passam a ter a seguinte redação:

§ 1º O concessionário a que se refere este artigo emitirá a favor da Eletrobrás ações preferenciais sem direito a voto, em valor nominal equivalente àqueles recursos, porém, quando as aplicações já tiverem sido, ou sejam acordadas em outros tipos de ação, a transferência para a Eletrobrás será feita nesta mesma espécie.

§ 2º No caso de aplicação em concessionárias que sejam entidades para-estatais e autarquias ou órgãos da União, os recursos correspondentes terão a mesma destinação prevista neste artigo, se aquelas entidades ou órgãos se transformarem em sociedades por ações.

Art. 5º O prazo a que se refere o parágrafo único do artigo 98, do Decreto-lei 2.627, de 26 de setembro de 1940, fica dilatado para seis (6) meses para a sociedade que, por lei, tiver atribuição de movimentar os recursos do Fundo Federal de Eletrificação e à qual fôr conveniente o sistema de balanço consolidado de suas subsidiárias.

Art. 6º Não se aplicam às sociedades de economia mista ou sociedades organizadas pela União e pelos Estados, nas quais tenham a maioria do capital social com direito a voto, o disposto nos números 2º e 3º do artigo 38 e nos artigos 108 e 111 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, sempre que e quando a subscrição de ações e o aumento de capital devam ser efetuados somente para atender à necessidade de a União ou as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás participarem, ou aumentarem as suas participações, no capital das referidas sociedades, prevalecendo a mesma regra para a União e para a Eletrobrás quando em participação inicial ou aumento de capital juntamente com outras pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Mauro Thibau

LEI Nº 4.365 — DE 22 DE
JULHO DE 1964

Concede pensão especial à mãe de Bolívar da Cunha Lopes, ex-assalariado do Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República,

faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida pensão especial de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) mensais, a Maria Amélia Lopes, mãe de Bolívar da Cunha Lopes, ex-assalariado do Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura, trucidado pelos índios Caingang, quando no exercício de suas funções no Posto Indígena "Laranjinha", no Estado do Paraná, em 14 de março de 1928.

Art. 2º A despesa com o pagamento da pensão especial prevista nesta lei correrá à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento de pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1964; 148º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.366 — DE 23 DE
JULHO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a financiar, mediante empréstimos às municipalidades, o estudo e construção de sistemas públicos de abastecimento de água potável e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo financiará, em todo o território nacional mediante empréstimos sem juros aos municípios, o estudo e a construção de sistemas públicos de abastecimento de água potável, nas sedes municipais e distritais, excluídas as capitais dos Estados.

Art. 2º Para atender aos financiamentos previstos no art. 1º, ficam criados fundos rotativos, mediante consignação de dotações próprias nos orçamentos do Ministério da Saúde (Serviço Especial de Saúde Pública), Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Art. 3º Esses fundos rotativos se formarão tendo por base um limite mínimo de:

a) 0,3% (três décimos por cento) do total da receita da União para o Serviço Especial de Saúde Pública.

b) 5% (cinco por cento) sobre o orçamento da SPVEA;

c) 5% (cinco por cento) sobre o orçamento da CVSF;

d) 10% (dez por cento) sobre o orçamento do DNOCS.

§ 1º As amortizações dos empréstimos concedidos na forma do art. 5º serão diretamente recolhidas pelas Prefeituras ao Banco do Brasil, à conta e ordem da entidade responsável pela concessão do financiamento (SESP, SPVEA, DNOCS e CVSF) e incorporadas às dotações a que se refere o art. 3º, de modo a formar um fundo rotativo para cada uma das entidades mencionadas.

§ 2º Os limites mínimos estabelecidos neste artigo serão calculados sobre as dotações do exercício anterior ao da votação do orçamento.

Art. 4º A SPVEA, a CVSF e o DNOCS serão responsáveis pela administração do respectivo fundo rotativo e pela concessão dos funcionamentos de que trata a presente lei, nas suas respectivas áreas de trabalho, cabendo ao SESP atender aos municípios situados em áreas não beneficiadas por dotações constitucionais.

Art. 5º Os empréstimos serão concedidos sem juros, a prazo variável, de acordo com a capacidade de amortização da metade da quota-parte do imposto sobre a renda devida aos municípios e observado, por cada fundo rotativo e para cada empréstimo, o limite máximo de:

a) 5% (cinco por cento) da dotação anual do SESP para o fundo rotativo;

b) 10% (dez por cento) da dotação anual da SPVEA para o fundo rotativo;

c) 15% (quinze por cento) da dotação anual da CVSF para o fundo rotativo;

d) 8% (oito por cento) da dotação anual do DNOCS para o fundo rotativo;

§ 1º Os sistemas de abastecimento de água cujos orçamentos excedam os limites ora estabelecidos terão as diferenças financiadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, na forma do art. 32 da Lei nº 2.973, de 26 de novembro de 1956

§ 2º Os pedidos de empréstimos serão dirigidos diretamente ao SESP, SPVEA, CVSF e DNOCS, cujas administrações ficam investidas de autoridade e poder para resolver definitivamente a este respeito.

Art. 6º Os financiamentos concedidos anualmente, através de cada fundo rotativo, serão distribuídos de acordo com os seguintes critérios:

a) uma cidade ou vila por Estado e Território, desde que haja solicitação de empréstimo;

b) atendido o item anterior, será observada, com referência aos Estados e Territórios, a proporcionalidade quanto ao número de municípios que solicitarem financiamento.

§ 1º Entre cidades e vilas de um mesmo Estado ou Território, terá prioridade a que ficar a maior distância do litoral se aquele for situado na orla marítima, ou a mais distante da Capital do Estado ou Território, na outra hipótese.

§ 2º Terão prioridade para a concessão de financiamentos as cidades onde se tenham verificado incidências de endemias provocadas por poluição de águas.

Art. 7º Os §§ 3º e 4º do art. 8º da Lei nº 2.599, de 13 de setembro de 1955, passam a ter respectivamente, a seguinte redação:

§ 3º Os empréstimos concedidos pela Comissão do Vale do São Francisco serão sem juros, a prazo variável, de acordo com a capacidade de amortização de metade da quota-parte do imposto de renda devida aos municípios, fixado o prazo mínimo em 5 (cinco) anos e o limite máximo correspondente a 15% (quinze por cento) da dotação anual para o fundo rotativo de que trata o § 4º do art. 8º desta Lei.

§ 4º Para atender aos financiamentos a serem feitos pela Comissão do Vale do São Francisco, serão previstas nos programas relativos aos 2º, 3º e 4º quinquênios do Plano Geral, dotações anuais correspondentes a 5% (cinco por cento) do orçamento anual da Comissão do Vale do São Francisco (artigo 3º, § 2º), as quais irão sendo incorporadas às amortizações daqueles

mesmos empréstimos concedidos, formando um fundo único rotativo destinado aos referidos financiamentos.

Art. 8º As dotações previstas no artigo 3º, para formação dos diversos fundos rotativos, serão consignadas anualmente no Orçamento Federal e são declaradas de primeira prioridade.

§ 1º Essas dotações serão automaticamente registradas pelo Tribunal de Contas.

§ 2º No primeiro semestre de cada ano, o Tesouro Nacional recolherá ao Banco do Brasil, à conta e ordem do SESP, da SPVEA, da CVSF e do DNOCS, as respectivas dotações orçamentárias para os fundos rotativos.

§ 3º As dotações não pagas serão inscritas em "restos a pagar".

Art. 9º É o Governo Federal autorizado a transferir às Prefeituras municipais, a título gratuito, os terrenos do patrimônio da União, indispensáveis à execução das obras previstas nesta Lei.

Art. 10. O Poder Executivo financiará também outras obras de engenharia sanitária, nos mesmos moldes que o previsto nesta Lei, caso haja saldo de recursos ao fim de cada exercício financeiro.

Art. 11. Os projetos e as respectivas obras obedecerão às normas técnicas baixadas pelo SESP.

Art. 12. Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

Raimundo Brito

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.367 — DE 23 DE JULHO DE 1964

Isenta do imposto de importação e de consumo, equipamento destinado à instalação de uma fábrica de café solúvel.

O Presidente da República
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação e de consumo,

para o equipamento constante da licença nº DG-1264-2963, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Companhia "Cacique" de Café Solúvel, para a instalação de uma fábrica de café solúvel, em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.368 — DE 23 DE
JULHO DE 1964

Institui o "Dia Nacional dos Bancários".

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Nacional dos Bancários", a ser comemorado anualmente a 28 de agosto com a finalidade de manter a unidade e fortalecer os laços fraternais que ligam os componentes dessa categoria profissional em todo o País.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.369 — DE 23 DE
JULHO DE 1964

Concede pensão especial de Cr\$
3.000,00 mensais a *Rusina Cardoso Machado, viúva de João Cardoso Machado, ex-servidor da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, falecido em consequência de enfermidade adquirida em serviço.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzei-

ros) mensais a *Rusina Cardoso Machado, viúva de João Cardoso Machado, ex-servidor da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites.*

Art. 2º A despesa com o pagamento da pensão especial, prevista nesta lei, correrá à conta da dotação orçamentária, destinada ao pagamento de pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.370 — DE 28 DE
JULHO DE 1964

Aprova normas para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal poderão conter cláusulas de revisão de preços, desde que estipuladas, previamente, condições de revisão nos atos convocatórios das concorrências respectivas.

§ 1º Consideram-se, também, contratos de serviços, os que forem celebrados para a fabricação de equipamentos pela indústria nacional.

§ 2º Na hipótese de dispensa de concorrências, os instrumentos formais correspondentes à adjudicação direta consequente, igualmente poderão conter cláusulas de revisão de preços, sendo as mesmas previamente estabelecidas na instrução que servirá de base ao provimento da dispensa de concorrência.

Art. 2º As revisões dos preços unitários contratuais ou de parte do valor global contratual serão calculados segundo a fórmula seguinte, ... vetado ...

$$R = 0,90 \times \frac{I - I}{I} \times V$$

R — é o valor do reajustamento procurado;

I — é o índice de preços verificado

no mês da apresentação da proposta que deu origem ao contrato;

I — é a média aritmética dos índices mensais do período que deverá ser reajustado;

V — é valor contratual da obra ou do serviço a ser reajustado.

§ 1º Os índices a serem adotados serão os do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, vetado

§ 2º Os reajustamentos subsequentes obedecerão à mesma fórmula, modificando-se apenas o valor da média aritmética dos índices dos períodos respectivos.

§ 3º Os órgãos responsáveis farão obrigatoriamente a medição e a classificação das obras cu serviços executados em cada período a ser reajustado, para definição dos valores dos reajustamentos e controle do cronograma de execução estabelecido no contrato.

§ 4º As medidas finais de obras ou serviços não sofrerão reajustamentos, nelas devendo figurar, como preços unitários ou parciais, as médias ponderadas verificadas nas medições periódicas ou parciais.

§ 5º Quando, no serviço contratado, a parcela relativa a materiais e equipamentos incorporados à procedência estrangeira for superior a 40% (quarenta por cento) do valor global inicial, o cálculo de reajustamento será feito pela mesma fórmula, adotando-se porém os índices correspondentes à "Evolução dos Negócios", do mesmo Instituto Brasileiro de Economia.

§ 6º Quando se tratar de contrato de "Mão de Obra" na execução de obras ou serviços só será permitido reajustamento quando ocorrer ônus decorrentes de ato do Estado, principalmente modificação salarial, considerando-se como índice os salários mínimos e encargos sociais iniciais e atuais da região, incorrendo a incidência somente na parte executada depois da revisão de preços.

§ 7º Os pagamentos decorrentes de reajustamentos feito de acordo com a presente lei, não dependerão de termo aditivo.

Art. 3º Excluem-se da revisão de preços as parcelas correspondentes à indenização de materiais fornecidos pelo contratado e aplicados na obra, cujos custos tenham sido referidos no documento oficial relativo à compra.

Art. 4º Nos contratos, já vigentes, inclusive os baseados em Tabelas de

Pregos Unitários cujos preços são atualizados toda vez que novos níveis mínimos salariais são decretados, os serviços executados a partir de 24 de fevereiro de 1964, data em que passou a vigorar o atual salário-mínimo, poderão ter os seus preços reajustados de acordo com a presente lei e não mais pela atualização das referidas tabelas.

§ 1º Nos contratos, já vigentes, inclusive os baseados em uma determinada Tabela de Preços Unitários e contendo cláusula de reajustamento nos moldes do Decreto, nº 309, de 6 de dezembro de 1961, os serviços realizados a partir de 24 de fevereiro de 1964, poderão ter seus preços reajustados em conformidade com a presente lei.

§ 2º Aos serviços executados anteriormente à data de referência, que por força de dispositivo contratual já deveriam ter sido reajustados, mas ainda não o foram, poderá, igualmente, ser aplicado o critério de reajuste da presente lei.

§ 3º Em casos especiais em que a variação dos "índices gerais de preços" da Fundação Getúlio Vargas não reflitam com exatidão a variação dos custos de construção e sempre que os preços contratados decorram de composições conhecidas à época da concorrência ou tabelas de preços unitários oficializadas, o reajustamento de que trata a presente lei deverá ser feito mediante atualização e aplicação das mesmas tabelas de preços.

Art. 5º As obras ou serviços em execução cujos contratos não previram cláusulas de revisão, poderão ter os seus preços reajustados, observada a presente lei, e atendendo-se às condições peculiares de cada contrato a ser examinado pelo órgão interessado. sujeitos, no entanto, à prévia autorização do Ministro de Estado ou do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, quando o órgão interessado for a esta diretamente subordinado.

Parágrafo único. Nas autarquias que possuam órgão deliberativo, a autorização será dada pelo mesmo.

Art. 6º Os contratos celebrados ou a celebrar pelas Autarquias, após aprovação pelos respectivos órgãos deliberativos, independem de registro prévio no Tribunal de Contas da União, ao qual serão remetidos conjuntamente com a prestação de contas, nos termos do art. 77, II, da Constituição Federal.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos contratos celebrados pelas Autarquias e já aprovados de acordo com sua legislação específica, ratificadas estas aprovações pelo órgão deliberativo.

§ 2º Para os órgãos autárquicos ou não, que ainda não possuem órgãos deliberativos próprios, caberá a aprovação dos contratos ao Ministro de Estado.

Art. 7º Os contratos celebrados contendo cláusula de reajustamento com fundamento no Decreto nº 309, de 6 de dezembro de 1961, são tidos como regularmente feitos, cabendo a verificação de sua adequação aos dispositivos do mesmo Decreto.

Parágrafo único. O exame de que trata o presente artigo competirá ao Ministro de Estado na forma do § 2º do artigo anterior e, nos demais casos, aos órgãos deliberativos ou entidades legalmente habilitados para a aprovação de contratos.

Art. 8º O Tribunal de Contas da União tomará, no prazo de 60 (sessen-

ta) dias, as providências que julgar necessárias para a instalação da respectiva Delegação do Tribunal de Contas nas autarquias criadas por lei.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
A.B. Leal Castello Branco Filho
Octavio Gouveia de Bulhões
Juarez Tavora
Hugo de Almeida Leme
Flavio Suplicy de Lacerda
Arnaldo Sussekind
Nelson Lavenère Wanderley
Raymundo de Brito
Mauro Thibau
Daniel Faraco
Roberto Campos
Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.371 — DE 28 DE JULHO DE 1964

Abre ao Poder Legislativo o crédito suplementar de Cr\$ 11.882.465.000,00, ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 1964.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aberto ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 8.013.465.000,00 (oito bilhões, treze milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil cruzeiros) à Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964, para reforço das seguintes subconsignações:

Anexo 2 — Poder Legislativo

2.01 — Câmara dos Deputados — Despesas Ordinárias

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

	Fixo Cr\$	Variável Cr\$
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas ..	7.092.300.000	
1.1.03 — Ajuda de custo		250.000.000
1.1.04 — Diárias		140.000.000
1.1.05 — Substituições		500.000
1.1.06 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		400.000.000
1.1.07 — Gratificação de representação de Gabinete		665.000
Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos		
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens		30.000.000
1.6.23 — Diversos		
10) Despesas imprevistas		100.000.000
	7.092.300.000	921.165.000
	8.013.465.000	

Art. 2º E' igualmente aberto ao Poder Legislativo — Senado Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 3.869.000.000,00 (três bilhões, oitocentos e sessenta e nove milhões de cruzeiros) à mesma Lei para reforço das seguintes subconsignações:

Anexo 2 — Poder Legislativo

2.02 — Senado Federal

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas .	1.882.000.000	
1.1.03 — Ajuda de custo	33.000.000	
1.1.06 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário	250.000.000	
Consignação 1.3.00 — Material de Consumo e de transformação		
1.3.10 — Matérias-primas e produtos manufaturados ou se- mimanufaturados destinados a qualquer transfor- mação e para o serviço gráfico		52.000.000
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho		15.000.000
Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos		
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens		20.000.000
1.6.23 — Diversos		
07) Despesas de qualquer natureza com a manu- tensão e conservação dos serviços e das insta- lações e equipamentos do Palácio do Senado em Brasília e do Palácio Monroe (Resolução nº 23, de 1961)		40.000.000
09) Para aquisição, manutenção e recuperação de viaturas		226.000.000
Verba 4.0.00 — Investimentos		
Consignação 4.1.00 — Obras		
4.1.03 — Prosseguimento e conclusão de obras	500.000.000	
Consignação 4.2.00 — Equipamentos e instalações		
4.2.10 — Instalações e equipamentos para obras		
03 Para o Serviço Gráfico		851.000.000
	1.882.000.000	1.987.000.000
TOTAL	3.869.000.000	

Art. 3º Os créditos a que se refere a presente lei são automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do art. 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouvêa de Bulhões

LEI Nº 4.372 — DE 30 DE
JULHO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel pertencente ao Patrimônio Nacional, situado à Rua 42 da Cidade de Washington, onde estão localizados os serviços da Chancelaria da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América, e a utilizar o produto dessa venda para custeio de uma chancelaria.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por intermédio da Embaixada do Brasil em Washington, o imóvel pertencente ao Patrimônio Nacional e situado à Rua 42, na mesma cidade.

Art. 2º O produto desta venda será depositado na Delegacia do Tesouro em Nova York, onde ficará à disposi-

ção da Embaixada do Brasil em Washington para ocorrer ao custeio da construção de um prédio desde que obedeça às exigências de local, projeto e especificações estabelecidas pelo Ministério das Relações Exteriores para a instalação da Chancelaria e demais Serviços dessa Missão Diplomática.

Art. 3º Atendendo ao fato de se tratar de imóvel situado no exterior, ficam delegadas ao Ministério das Relações Exteriores, através da Embaixada do Brasil em Washington, as atribuições reservadas ao S.P.U. no Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Vasco da Cunha

LEI Nº 4.373 — DE 30 DE JULHO DE 1964

Manda computar, para efeito de cálculo da percentagem-limite das consignações em folha de pagamento, as vantagens pecuniárias acessórias de caráter permanente.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão computadas para efeito de cálculo previsto no art. 21 da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, alterada pela de nº 2.853, de 28 de agosto de 1956, as vantagens pecuniárias acessórias de caráter permanente.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de julho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Ernesto de Mello Baptista

Arthur da Costa e Silva

Vasco da Cunha

Octávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

Hugo de Almeida Leme

Flávio Suplicy de Lacerda

Arnaldo Sussekund

Nelson Lavenère Wanderley

Raymundo de Brito

Daniel Faraço

Mauro Thibau

Roberto Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.374 — DE 4 DE
AGOSTO DE 1964

Altera disposições da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, que aprova o plano de coordenação das atividades relacionadas com o carvão mineral.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Comissão do Plano de Carvão Nacional (CPCAN), autarquia regulada pela Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, fica diretamente vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

Art. 2º Em substituição ao representante da Estrada de Ferro Central do Brasil no Conselho da CPCAN funcionará um representante da Rede Ferroviária Federal S. A.

§ 1º. No mesmo Conselho o representante do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis substituirá o anterior representante do extinto Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

§ 2º. Terá ainda a função no dito Conselho um representante das Centrais Elétricas S. A. (Eletrobrás), nomeado pelo Presidente da República, mediante escolha de um dos indicados pela mesma Eletrobrás, em lista tripla.

Art. 3º. Os membros do Conselho da CPCAN perceberão uma gratificação correspondente a 1/4 do maior salário-mínimo do País, por sessão a que compareçam e até o máximo de 30 sessões por ano.

Art. 4º. E' de 30 (trinta) dias o prazo do recurso ao Presidente da República a que faz referência o art. 3º, § 1º da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, e será encaminhado pelo Ministro das Minas e Energia que opinará sobre o seu mérito.

Art. 5º. As expressões "Diretor Executivo e Vice-Diretor Executivo" constantes do artigo 2º e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, serão substituídas pelas de "Presidente" e "Vice-Presidente".

Art. 6º. Ao Conselho da CPCAN, além das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, compete ainda estabelecer as cotas de produção e consumo de carvão nacional.

Art. 7º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de agosto de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Mário Thibau

LEI Nº 4.375 — DE 17 DE
AGOSTO DE 1964

Lei do Serviço Militar

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Natureza, Obrigatoriedade e Duração do Serviço Militar

CAPÍTULO I

Da Natureza e Obrigatoriedade do Serviço Militar

Art. 1º O Serviço Militar consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica — e compreenderá, na mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa nacional.

Art. 2º Todos os brasileiros são obrigados ao Serviço Militar, na forma da presente Lei e sua regulamentação.

§ 1º A obrigatoriedade do Serviço Militar dos brasileiros naturalizados ou por opção será definida na regulamentação da presente Lei.

§ 2º As mulheres ficam isentas do Serviço Militar em tempo de paz e, de acordo com suas aptidões, sujeitas aos encargos do interesse da mobilização.

Art. 3º O Serviço Militar inicial será prestado por classes constituídas de brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, no ano em que completarem 19 (dezenove) anos de idade.

§ 1º A classe será designada pelo ano de nascimento dos cidadãos que a constituem.

§ 2º A prestação do Serviço Militar dos brasileiros compreendidos no § 1º deste artigo será fixada na regulamentação da presente Lei.

Art. 4º Os brasileiros nas condições previstas nesta Lei prestarão o Serviço Militar incorporados em Organizações da Ativa das Forças Armadas ou matriculados em Órgãos de Formação de Reserva.

Parágrafo único. O Serviço prestado nas Polícias Militares, Corpos de Bombeiros e outras corporações encarregadas da segurança pública será considerado de interesse militar. O ingresso nessas corporações dependerá de autorização de autoridade militar competente e será fixado na regulamentação desta Lei.

CAPÍTULO II

Da Duração do Serviço Militar

Art. 5º A obrigação para com o Serviço Militar, em tempo de paz, começa no 1º dia de janeiro do ano em que o cidadão completar 18 (dezoito) anos de idade e subsistirá até 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos.

§ 1º Em tempo de guerra, esse período poderá ser ampliado, de acordo com os interesses da defesa nacional.

§ 2º Será permitida a prestação do Serviço Militar como voluntário, a partir dos 17 (dezessete) anos de idade.

Art. 6º O Serviço Militar inicial dos incorporados terá a duração normal de 12 (doze) meses.

§ 1º Os Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica poderão reduzir até 2 (dois) meses ou dilatar até 6 (seis) meses a duração do tempo do Serviço Militar inicial dos cidadãos incorporados às respectivas Forças Armadas.

§ 2º Em caso de interesse nacional, a dilatação do tempo de Serviço Militar dos incorporados além de 18 (dezoito) meses poderá ser feita mediante autorização do Presidente da República.

§ 3º Durante o período de dilatação do tempo de Serviço Militar, prevista nos parágrafos anteriores, as praças por ela abrangidas serão consideradas engajadas.

Art. 7º O Serviço Militar dos matriculados em Órgãos de Formação de Reserva terá a duração prevista nos respectivos regulamentos.

Art. 8º A contagem de tempo de Serviço Militar terá início no dia da incorporação.

Parágrafo único. Não será computado como tempo de serviço o período que o incorporado levar no

cumprimento de sentença passada em julgado.

TÍTULO II

Da Divisão Territorial e dos Órgãos de Direção e Execução do Serviço Militar

CAPÍTULO I

Da Divisão Territorial

Art. 9º O território nacional, para efeito do Serviço Militar, empreende:

a) Juntas de Serviço Militar, correspondentes aos Municípios Administrativos;

b) Delegacias de Serviço Militar, abrangendo uma ou mais Juntas de Serviço Militar;

c) Circunscrições de Serviço Militar, abrangendo diversas Delegacias de Serviço Militar, situadas, tanto quanto possível, no mesmo Estado;

d) Zonas de Serviço Militar, abrangendo duas ou mais Circunscrições do Serviço Militar, que serão fixadas na regulamentação da presente Lei.

§ 1º O Distrito Federal e os Territórios Federais, exceto Fernando de Noronha, são, para os efeitos desta Lei, equívalentes a Estados, e as suas divisões administrativas, a Municípios. O Território de Fernando de Noronha, para o mesmo fim, fica equiparado a Município.

§ 2º Os Municípios serão considerados tributários ou não-tributários, conforme sejam ou não designados contribuintes à convocação para o Serviço Militar inicial.

§ 3º Compete ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), mediante propostas dos Ministros Militares, planejar anualmente a tributação referida neste artigo.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos de Direção e Execução do Serviço Militar

Art. 10. Ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), caberá a direção geral do Serviço Militar.

Art. 11. Os órgãos de direção e execução, no âmbito de cada Força, serão fixados pela regulamentação da presente Lei.

§ 1º Nos Municípios Administrativos, as Juntas de Serviço Militar, como órgãos de execução, serão presididas pelos prefeitos, tendo como se-

cretários um funcionário municipal ou agente estatístico local, um e outro, de reconhecida idoneidade moral.

§ 2º Nos Municípios onde houver Tiro-de-Guerra, os prefeitos ficam dispensados da presidência das J. S. M. que, neste caso, caberá ao Diretor do TG, tendo como secretário o instrutor, designado na forma da regulamentação desta Lei.

§ 3º A responsabilidade de instalação e manutenção das J.S.M., em qualquer caso, é da alçada do Município Administrativo.

TÍTULO III

Do Recrutamento para o Serviço Militar

CAPÍTULO I

Do Recrutamento

Art. 12. O recrutamento para o Serviço Militar compreende:

- a) seleção;
- b) convocação;
- c) incorporação ou matrícula nos Órgãos de Formação de Reserva;
- d) voluntariado.

CAPÍTULO II

Da Seleção

Art. 13. A seleção, quer da classe a ser convocada, quer dos voluntários, será realizada dentro dos seguintes aspectos:

- a) físico;
- b) cultural;
- c) psicológico;
- d) moral.

Parágrafo único. Para fins de seleção ou regularização de sua situação militar, todos os brasileiros deverão apresentar-se, no ano em que completarem 18 (dezoito) anos de idade, independentemente de Editais, Avisos ou Notificações, em local e época que forem fixados, na regulamentação da presente lei, quando serão alistados.

Art. 14. A seleção será realizada por Comissões de Seleção, para isso especialmente designadas pelas autoridades competentes. Essas Comissões serão constituídas por militares da ativa ou da reserva e, se necessário, completadas por civis devidamente qualificados.

Parágrafo único. O funcionamento dessas Comissões e as condições de

execução da seleção obedecerão a normas fixadas na regulamentação da presente lei.

Art. 15. Os critérios para a seleção serão fixados pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), de acordo com os requisitos apresentados pelas Forças Armadas, de *per si*,

CAPÍTULO III

Da Convocação

Art. 16. Serão convocados anualmente, para prestar o Serviço Militar inicial nas Forças Armadas, os brasileiros pertencentes a uma única classe.

Art. 17. A classe convocada será constituída dos brasileiros que completarem 19 (dezenove) anos de idade entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano em que deverão ser incorporados em Organização Militar da Ativa ou matriculados em Órgãos de Formação de Reserva.

§ 1º Os brasileiros das classes anteriores, ainda em débito com o Serviço Militar, ficam sujeitos às mesmas obrigações impostas aos da classe convocada, sem prejuízo das sanções que lhes forem aplicáveis na forma desta Lei e de seu regulamento.

§ 2º Por Organização Militar da Ativa, entendem-se os Corpos de Troça, Repartições, Estabelecimentos, Navios, Bases Navais ou Aéreas e qualquer outra unidade tática ou administrativa que faça parte do todo orgânico do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica.

§ 3º Órgãos de Formação de Reserva é a denominação genérica dada aos órgãos de formação de oficiais, graduados e soldados para a reserva.

§ 4º As subunidades-quadros com a finalidade de formar soldados especialistas e graduados de fileira e especialistas, destinados não só à ativa como à reserva, são consideradas, conforme o caso, como Organização Militar da Ativa ou Órgão de Formação de Reserva.

Art. 18. Será elaborado anualmente pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), com participação dos Ministérios Militares, um Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar inicial, que regulará as condições de recrutamento da classe a in-

corporar no ano seguinte, nas Forças Armadas.

Art. 19. Em qualquer época, tenham ou não prestado o Serviço Militar, poderão os brasileiros ser objeto de convocação de emergência, em condições determinadas pelo Presidente da República, para evitar a perturbação da ordem ou para sua manutenção, ou, ainda, em caso de calamidade pública.

Parágrafo único. Os Ministros Militares poderão convocar pessoal da reserva para participação em exercícios, manobras e aperfeiçoamento de conhecimentos militares.

CAPÍTULO IV

Da Incorporação e da Matrícula nos Órgãos de Formação de Reserva

Art. 20. Incorporação é o ato de inclusão do convocado ou voluntário em uma Organização Militar da Ativa das Forças Armadas.

Art. 21. Tanto quanto possível, os convocados serão incorporados em Organização Militar da Ativa localizada no Município de sua residência.

Parágrafo único. Só nos casos de absoluta impossibilidade de preencher os seus próprios claros, será permitida a transferência de convocados de uma para outra Zona de Serviço Militar.

Art. 22. Matrícula é o ato de admissão do convocado ou voluntário em qualquer Escola, Centro, Curso de Formação de Militar da Ativa, ou Órgão de Formação de Reserva.

§ 1º Os brasileiros matriculados em Escolas Superiores ou no último ano do Ciclo Colegial do Ensino Médio, quando convocados para o Serviço Militar, inicial, serão considerados com prioridade para matrícula ou incorporação nos Órgãos de Formação de Reservas, existentes na Guarnição Militar onde os mesmos estiverem frequentando Cursos, satisfeitas as demais condições de seleção previstas nos regulamentos desses Órgãos.

§ 2º Caberá ao EMFA, em ligação com os Ministros Militares, designar os municípios constitutivos de cada uma das guarnições militares, para os efeitos desta lei.

Art. 23. Os convocados de que tratam os parágrafos do artigo anterior, embora não incorporados, ficam sujeitos, durante a prestação do Serviço Militar, às atividades correlatas à manutenção da ordem interna.

CAPÍTULO V

Dos Refratários, Insubmissos e Voluntários

Art. 24. O brasileiro que não se apresentar para a seleção durante a época de seleção do contingente de sua classe ou que, tendo-o feito, se ausentar sem a ter completado, será considerado refratário.

Art. 25. O convocado selecionado e designado para incorporação ou matrícula, que não se apresentar à Organização Militar que lhe for designada, dentro do prazo marcado ou que, tendo-o feito, se ausentar antes do ato oficial de incorporação ou matrícula, será declarado insubmisso.

Parágrafo único. A expressão "convocado à incorporação", constante do Código Penal Militar (art. 159), aplica-se ao selecionado para convocação e designado para incorporação ou matrícula em Organização Militar, o qual deverá apresentar-se no prazo que lhe for fixado.

Art. 26. Aos refratários e insubmissos serão aplicadas as sanções previstas nesta Lei, sem prejuízo do que, sobre os últimos, estabelece o Código Penal Militar.

§ 1º Os insubmissos, quando apresentados, serão submetidos à seleção e, as considerados aptos, obrigatoriamente incorporados.

§ 2º Em igualdade de condições, na Seleção a que forem submetidos, os refratários, ao se apresentarem, terão prioridade para incorporação.

Art. 27. Os Ministros Militares poderão, em qualquer época do ano, autorizar a aceitação de voluntários, reservistas ou não.

TÍTULO IV

Das Isenções, do Adiantamento de Incorporação e da Dispensa de Incorporação

CAPÍTULO I

Das Isenções

Art. 28. São isentos do Serviço Militar:

a) por incapacidade física ou mental definitiva, em qualquer tempo, os que forem julgados inaptos em seleção ou inspeção e considerados irrecuperáveis para o Serviço Militar nas Forças Armadas;

b) em tempo de paz, por incapacidade moral, os convocados que estiverem cumprindo sentença por crime doloso, os que depois de incorporados forem expulsos das fileiras e os que, quando da seleção, apresentarem indícios de incompatibilidade que, comprovados em exame ou sindicância, revelem incapacidade moral para integrarem as Forças Armadas.

Parágrafo único. A reabilitação dos incapazes poderá ser feita *ex officio* ou a requerimento do interessado, segundo normas fixadas na regulamentação desta Lei.

CAPÍTULO II

Do Adiamento de Incorporação

Art. 29. Poderão ter a incorporação adiada:

a) por 1 (um) ou 2 (dois) anos, os candidatos às Escolas de Formação de Oficiais da Ativa, ou Escola, Centro ou Curso de Formação de Oficiais da Reserva das Forças Armadas, desde que satisfaçam na época da seleção, ou possam vir a satisfazer, dentro desses prazos, as condições de escolaridade exigidas para o ingresso nos citados órgãos de formação de oficiais;

b) pelo tempo correspondente à duração do curso, os que estiverem matriculados em Institutos de Ensino destinados à formação de sacerdotes e ministros de qualquer religião ou de membros de ordens religiosas regulares;

c) os que se encontrarem no exterior e o comprovem, ao regressarem ao Brasil;

d) os matriculados em Cursos de Formação de Oficiais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, até o término ou interrupção do curso;

e) os que estiverem matriculados ou que se candidatem à matrícula em Institutos de Ensino destinados à formação de médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários, até o término ou interrupção do curso.

§ 1º Aquêles que tiverem sua incorporação adiada, nos termos da letra *a*, deste artigo, destinados à matrícula nas escolas de Formação de Oficiais da Ativa e que não se matricularem, terão prioridade para matrícula nas Escolas, Centros ou Cursos de Formação de Oficiais da Reserva; aquêles destinados a Esco-

las, Centros ou Cursos de Formação de Oficiais da Reserva terão prioridade, satisfeitas as condições, para matrícula nesses órgãos e, caso não se apresentem, findos os prazos concedidos, ou não satisfaçam as condições de matrícula, terão prioridade para a incorporação em unidades de tropa.

§ 2º Aquêles que tiverem a incorporação adiada, nos termos da letra *b*, se interromperem o curso escolar, concorrerão à incorporação com a 1ª classe a ser convocada, e, se concluírem, serão dispensados do Serviço Militar obrigatório.

§ 3º Aquêles compreendidos nos termos da letra *d*, em caso de interrupção do curso, deverão ser apresentadas às Circunscrições de Serviço Militar, para regularizar a sua situação militar.

§ 4º Aquêles que tiverem a incorporação adiada, nos termos da letra *e*, deste artigo, e concluírem os respectivos cursos terão a situação militar regulada em lei especial. Os que não terminarem os cursos, e satisfeitas as demais condições, terão prioridade para matrícula nos órgãos de Formação de Reserva ou incorporação em unidade da ativa, conforme o caso.

§ 5º As normas de abstenção de adiamento serão fixadas na regulamentação da presente Lei.

CAPÍTULO III

Da Dispensa de Incorporação

Art. 30. São dispensados de incorporação os brasileiros da classe convocada:

a) residentes há mais de um ano, referido à data de início da época de seleção, em Município não-tributário ou em zona rural de Município somente tributário de órgão de Formação de Reserva;

b) residentes em Municípios tributários, excedentes às necessidades das Forças Armadas;

c) matriculados em Órgãos de Formação de Reserva;

d) matriculados em Estabelecimentos de Ensino Militares, na forma estabelecida pela regulamentação desta Lei;

e) operários, funcionários ou empregados de estabelecimentos ou empresas industriais de interesse militar, de transporte e de comunicações,

que forem, anualmente, declarados diretamente relacionados com a Segurança Nacional pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

f) arrimos de família, enquanto durar essa situação;

g) VETADO.

§ 1º Quando os convocados de que trata a letra e forem dispensados de incorporação, esta deverá ser solicitada pelos estabelecimentos ou empresas amparadas, até o início da seleção da classe respectiva, de acordo com a regulamentação da presente Lei.

§ 2º Os dispensados de incorporação de que trata a letra c, que, por motivo justo e na forma da regulamentação desta Lei, não tiverem aproveitamento ou forem designados, serão rematriculados no ano seguinte; no caso de reincidência, ficarão obrigados a apresentar-se à seleção, para a incorporação no ano imediato.

§ 3º Os dispensados de incorporação de que trata a letra c, desligados por motivo de faltas não-justificadas, serão incorporados na forma do parágrafo anterior.

§ 4º Os dispensados de incorporação de que tratam as letras d e e, que respectivamente interromperem o curso ou deixarem o emprego ou função, durante o período de serviço de sua classe, serão submetidos à seleção com a classe seguinte.

§ 5º Os cidadãos de que trata a letra b ficarão, durante o período de serviço da classe a que pertencem, à disposição da autoridade militar competente, para atender à chamada complementar destinada ao preenchimento dos claros das Organizações Militares já existentes ou daquelas que vierem a ser criadas.

TÍTULO V

Das Interrupções e das Prorrogações do Serviço Militar

CAPÍTULO I

Da Interrupção

Art. 31. O serviço ativo das Forças Armadas será interrompido:

- a) pela anulação da incorporação;
- b) pela desincorporação;
- c) pela expulsão;
- d) pela deserção.

§ 1º A anulação da incorporação ocorrerá em qualquer época, nos ca-

sos em que tenham sido verificadas irregularidades no recrutamento, inclusive relacionados com a seleção em condições fixadas na regulamentação da presente Lei.

§ 2º A desincorporação ocorrerá:

a) por moléstia em consequência da qual o incorporado venha a faltar ao serviço durante 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, hipótese em que será excluído e terá sua situação militar fixada na regulamentação da presente Lei;

b) por aquisição das condições de arrimo após a incorporação, obedecidas as disposições de regulamentação da presente Lei;

c) por moléstia ou acidente que torne o incorporado definitivamente incapaz para o Serviço Militar; o incorporado nessas condições será excluído e isento definitivamente do Serviço Militar;

d) por condenação irrecorrível, resultante de prática de crime comum de caráter culposo; o incorporado nessas condições será excluído, entregue à autoridade civil competente e terá sua situação militar fixada na regulamentação da presente Lei.

§ 3º A expulsão ocorrerá:

a) por condenação irrecorrível resultante da prática de crime comum ou militar, de caráter doloso;

b) pela prática de ato contra a moral pública, punidor militar ou falta grave que, na forma da Lei ou de Regulamentos Militares, caracterize seu autor como indigno de pertencer às Forças Armadas;

c) pelo ingresso no mau comportamento contumaz, de forma a tornar-se inconveniente à disciplina e à permanência nas fileiras.

§ 4º O incorporado que responder a processo no Fôro Comum será apresentado à autoridade competente que o requisitar e dela ficará à disposição, em xadrez de organização militar, no caso de prisão preventiva. Após passada em julgado a sentença condenatória, será entregue à autoridade competente.

§ 5º O incorporado que responder a processo no Fôro Militar permanecerá na sua unidade, mesmo como excedente.

Art. 32. A interrupção do Serviço Militar dos convocados matriculados em órgãos de Formação de Reserva, atendido o disposto nos parágrafos 2º e 3º do art. 30, obedecerá

às normas fixadas nos respectivos regulamentos.

CAPÍTULO II

Das Prorrogações do Serviço Militar

Art. 33. Aos incorporados que concluírem o tempo de serviço a que estiverem obrigados poderá, desde que o requeiram, ser concedida prorrogação desse tempo, uma ou mais vezes, como engajados ou reengajados, segundo as conveniências da Força Armada interessada.

Parágrafo único. Os prazos e condições de engajamento ou reengajamento serão fixados em Regulamentos, serão fixados em Regulamentos baixados pelos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica.

TÍTULO VI

Do Licenciamento, da Reserva dos Certificados de Alistamento, de Reservista, de Dispensa de Incorporação e de Isenção

CAPÍTULO I

Do Licenciamento

Art. 34. O licenciamento das praças que integram o contingente anual se processará de acordo com as normas estabelecidas pelos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, nos respectivos Planos de Licenciamento.

Parágrafo único. Os licenciados terão direito, dentro de 30 (trinta) dias que se seguirem ao licenciamento, ao transporte e alimentação por conta da União até o lugar, dentro do País, onde tinham sua residência ao serem convocados.

CAPÍTULO II

Da Reserva

Art. 35. A Reserva, no que concerne às praças, será constituída pelos reservistas de 1ª e 2ª categorias.

Parágrafo único. A inclusão na Reserva de 1ª e 2ª categorias obedecerá aos interesses de cada uma das Forças Armadas e será fixada na regulamentação da presente Lei.

Art. 36. Os dispensados de incorporação, para efeito do parágrafo 3º do art. 181 da Constituição da República, são considerados em dia com o Serviço Militar inicial.

CAPÍTULO III

Dos Certificados de Alistamento Militar, de Reservista, de Dispensa de Incorporação e de Isenção

Art. 37. O Certificado de Alistamento Militar é o documento comprovante da apresentação para a prestação do Serviço Militar inicial, fornecido gratuitamente pelas autoridades indicadas em regulamentação da presente Lei.

Art. 38. O Certificado de Reservista é o documento comprovante de inclusão do cidadão na Reserva do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica e será de formato único para as três Forças Armadas.

Parágrafo único. Todo brasileiro, ao ser incluído na Reserva, receberá gratuitamente, da autoridade militar competente, o Certificado de Reservista correspondente à respectiva categoria.

Art. 39. Aos brasileiros isentos do Serviço Militar será fornecido, pela autoridade militar competente, o Certificado de Isenção.

Parágrafo único. O Certificado de Isenção será fornecido gratuitamente.

Art. 40. Aos brasileiros dispensados de incorporação, será fornecido, pela autoridade militar competente, um Certificado de Dispensa de Incorporação.

Parágrafo único. O fornecimento de Certificado de Dispensa de Incorporação será feito mediante pagamento da taxa militar respectiva.

Art. 41. A entrega do Certificado às praças expulsas será feita no próprio ato de expulsão, na forma da legislação em vigor.

Art. 42. É vedado, a quem quer que seja, reter Certificados de Alistamento, de Reservista, de Isenção ou de Dispensa de Incorporação, ou incluí-los em processo burocrático, ressaltados os casos de suspeita de fraude de pessoa ou da coisa e o que dispõe o art. 55 desta lei.

Art. 43. Os modelos de Certificados, sua impressão, distribuição, escripturação, autenticidade e mais particularidades serão estabelecidos na regulamentação desta Lei.

TÍTULO VII

Das Infrações e Penalidades

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 44. As infrações da presente Lei, caracterizadas como crime definido na legislação penal militar, implicarão em processos e julgamento dos infratores pela Justiça Militar, quer sejam militares, quer civis.

Art. 45. As multas estabelecidas nesta Lei serão aplicadas sem prejuízo da ação penal ou de punição disciplinar que couber em cada caso.

Parágrafo único. As multas serão calculadas em relação ao menor salário-mínimo vigente no País; a multa mínima terá o valor de 1/30 (um trinta avos) deste salário, arredondado para centena de cruzeiros superior.

Art. 46. Incorrerá na multa mínima quem:

a) não se apresentar nos prazos previstos no art. 16 e seus parágrafos;

b) fôr considerado refratário;

c) como reservista, deixar de cumprir a obrigação determinada nas letras c e d do art. 66.

Art. 47. Incorrerá na multa correspondente a três vezes a multa mínima quem:

a) alterar ou inutilizar Certificados de Alistamento, de Reservista, de Dispensa de Incorporação ou de Isenção ou fôr responsável por qualquer destas ocorrências;

b) sendo civil e não exercendo função pública ou em entidade autárquica, deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela presente Lei ou sua regulamentação, para cuja infração não esteja prevista outra multa nesta Lei;

c) como reservista, deixar de cumprir o que dispõe a letra a do artigo 66;

d) sendo reservista, não comunicar a mudança de domicílio até 60 (sessenta) dias após sua realização, ou o fizer erradamente em qualquer ocasião.

Art. 48. Incorrerá na multa correspondente a cinco vezes a multa mínima, o refratário que se não apresentar à seleção:

a) pela segunda vez;

b) em cada uma das demais vezes.

Art. 49. Incorrerá na multa cor-

respondente a dez vezes a multa mínima quem:

a) no exercício de função pública de qualquer natureza, seja autoridade civil ou militar, dificultar ou retardar, por prazo superior a vinte (20) dias, sem motivo justificado, qualquer informação ou diligência solicitada pelos órgãos do Serviço Militar;

b) fizer declarações falsas aos órgãos do Serviço Militar;

c) sendo militar ou escrivão de registro civil, ou em exercício ne função pública, em autarquia ou em sociedade de economia mista, deixar de cumprir, nos prazos estabelecidos — qualquer obrigação imposta pela presente Lei ou sua regulamentação — para cuja infração não esteja prevista pena especial.

Parágrafo único. Em casos de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

Art. 50. Incorrerá na multa correspondente a vinte e cinco vezes a multa mínima quem:

a) o Chefe de repartição pública, civil ou militar, Chefe de repartição autárquica ou de economia mista, chefe de órgão com função prevista nesta Lei, ou quem legalmente fôr investido de encargos relacionados com o Serviço Militar, reter, sem motivo justificado, documento de situação militar, ou recusar recebimento de petição e justificação;

b) os responsáveis pela inobservância de qualquer das prescrições do art. 73 da presente lei.

Art. 51. Incorrerá na multa correspondente a cinqüenta vezes a multa mínima a autoridade que prestar informações inverídicas ou fornecer documento que habilite o seu possuidor a obter indevidamente o certificado de Alistamento de Reservista, de Dispensa de Incorporação e de Isenção de Serviço Militar.

Parágrafo único. Em casos de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

Art. 52. Os brasileiros, no exercício de função pública, quer em caráter efetivo ou interino, quer em estágio probatório ou em comissão, e extranumerários de qualquer modalidade, da União, dos Estados, dos Territórios, dos Municípios e da Prefeitura do Distrito Federal, quando insubmissos, ficarão suspensos do cargo, função ou emprego, e privados de

qualquer remuneração enquanto não regularizarem sua situação militar.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos servidores empregados das entidades autárquicas, das sociedades de economia mista e das empresas concessionárias de serviço público.

Art. 53. Os convocados que forem condenados ao pagamento de multa, e não possuírem recursos para atendê-lo, sofrerão o desconto do valor da mesma, quando forem incorporados.

Parágrafo único. Ficarão isentos de pagamento de taxas e de multas aqueles que provarem impossibilidade de pagá-las, na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 54. As multas de que trata este Capítulo serão aplicadas pelas autoridades competentes de qualquer das Forças Armadas.

§ 1º Da imposição administrativa da multa caberá recurso à autoridade militar imediatamente superior, dentro de 15 (quinze) dias a contar da data em que o infrator dela tiver ciência, se depositar, previamente, no órgão militar investido deste encargo, a quantia correspondente à multa, a qual será ulteriormente restituída, se for o caso.

§ 2º Se o infrator for militar, ou exercer função pública, a multa será descontada dos seus vencimentos, proventos ou ordenados e comunicado o desconto ao órgão que a aplicou, observadas as prescrições de leis e regulamentos em vigor.

Art. 55. O Alistado, o Reservista, o Dispensado de Incorporação ou o Isento de Serviço Militar, que incorrer em multa terá o respectivo certificado retido pelo órgão competente das Forças Armadas, enquanto não efetuar o pagamento.

TÍTULO VIII

Dos Órgãos de Formação de Reservas

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 56. Os Ministros Militares poderão criar órgãos para formação de Oficiais, Graduados e Soldados a fim de satisfazer às necessidades da reserva.

Parágrafo único. A formação de Oficiais, Graduados e Soldados para a Reserva poderá ser feita em órgãos especialmente criados para este fim, em Escolas de Nível Superior e Médio, inclusive técnico-profissionais, ou em Subunidades-quadros.

Art. 57. As condições de matrícula e o funcionamento dos órgãos de formação de Oficiais, Graduados e Soldados para a Reserva serão fixadas na regulamentação desta lei, de acordo com os interesses de cada uma das Forças Armadas.

Parágrafo único. Os Órgãos de Formação de Reserva terão organização e regulamento próprios, deles devendo constar, obrigatoriamente, a responsabilidade do emprego, na forma do art. 23 da presente lei, orientação, funcionamento, fiscalização e eficiência da instrução.

Art. 58. A criação e localização dos Órgãos de Formação de Reserva obedecerá, em princípio, a disponibilidade de convocados habilitados às diferentes necessidades de Oficiais, Graduados e Soldados e às disponibilidades de meios de cada uma das Forças Armadas.

Art. 59. Os Órgãos de Formação de Vetado Reserva, Subunidades-quadros, Tiros-de-Guerra e outros se destinam também, a atender à instrução militar dos convocados não incorporados em organizações militares da ativa das Forças Armadas.

Estes Órgãos serão localizados de modo a satisfazer às exigências dos planos militares e, sempre que possível, às conveniências dos municípios, quando se tratar de Tiros-de-Guerra.

§ 1º Os Tiros-de-Guerra terão sede, material, móveis, utensílios e polígono de tiro providos pelas Prefeituras Municipais, sem, no entanto, ficarem subordinados ao executivo municipal.

§ 2º Os instrutores, armamento, munição, fardamento e outros materiais julgados necessários à instrução dos Tiros-de-Guerra serão fornecidos pelas Forças Armadas, cabendo aos instrutores a responsabilidade de conservação do material distribuído.

§ 3º Quando, por qualquer motivo, não funcionar, o Tiro-de-Guerra, durante dois anos consecutivos, será extinto.

TÍTULO IX

Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Dos Direitos dos Convocados e Revêrvisas

Art. 60. Os funcionários públicos federais, estaduais ou municipais, bem como os empregados, operários ou trabalhadores, qualquer que seja a natureza da entidade em que exerçam as suas atividades, quando incorporados ou matriculados em Órgão de Formação de Reserva, por motivo de convocação para prestação do Serviço Militar inicial estabelecido pelo art. 16, desde que para isso forçados a abandonarem o cargo ou emprego, terão assegurado o retorno ao cargo ou emprego respectivo, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem ao licenciamento, ou término de curso, salvo se declararem, por ocasião da incorporação ou matrícula, não pretender a ele voltar.

§ 1º Esses convocados, durante o tempo em que estiverem incorporados em Órgãos Militares da Ativa ou matriculados nos de Formação de Reserva, nenhum vencimento, salário ou remuneração perceberão da organização a que pertenciam.

§ 2º Perderá o direito de retorno ao emprego, cargo ou função que exercia ao ser incorporado, o convocado que engajar.

§ 3º Compete ao Comandante, Diretor ou Chefe de Organização Militar em que fôr incorporado ou matriculado o convocado, comunicar sua pretensão à entidade a que caiba reservar a função, cargo ou emprego e, bem assim, se fôr o caso, o engajamento concedido; essas comunicações deverão ser feitas dentro de 20 (vinte) dias que se seguirem à incorporação ou concessão do engajamento.

§ 4º Todo convocado matriculado em Órgão de Formação de Reserva que seja obrigado a faltar a suas atividades civis, por força de exercício ou manobras, terá suas faltas abonadas para todos os efeitos.

Art. 61. Os brasileiros, quando incorporados por motivo de convocação para manobras, exercícios, manutenção da ordem interna ou guerra, terão assegurado o retorno ao cargo, função ou emprego que exerciam ao serem convocados e garantido o direito à percepção de 2/3 (dois terços)

da respectiva remuneração, durante o tempo em que permanecerem incorporados; vencerão pelo Exército, Marinha ou Aeronáutica apenas as gratificações regulamentares.

§ 1º Aos convocados fica assegurado o direito de optar pelos vencimentos, salários ou remuneração que mais lhes convenham.

§ 2º Perderá a garantia e o direito assegurado por este artigo o incorporado que obtiver engajamento.

§ 3º Compete ao Comandante, Diretor ou Chefe da Organização Militar em que fôr incorporado o convocado comunicar, à entidade a que caiba reservar a função, cargo ou emprego, a sua pretensão, opção quanto aos vencimentos e, se fôr o caso, o engajamento concedido; a comunicação relativa ao retorno à função deverá ser feita dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem a incorporação; as mais, tão logo venham a ocorrer.

Art. 62. Terão direito ao transporte por conta da União, dentro do território nacional:

a) os convocados selecionados e designados para incorporação, da sede do Município em que residem à da Organização Militar para que forem designados;

b) os convocados de que trata a alínea anterior que, por motivos estranhos à sua vontade, devam retornar aos Municípios de residência;

c) os convocados licenciados que, até 30 (trinta) dias após o licenciamento, desejarem retornar às localidades em que residiam ao serem incorporados.

Parágrafo único. Os convocados de que trata este artigo perceberão as etapas fixadas na legislação própria, correspondentes aos dias de viagem.

Art. 63. Os convocados contarão, de acordo com o estabelecido na Legislação Militar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço ativo prestado nas Forças Armadas, quando a elas incorporados.

Parágrafo único. Igualmente será computado para efeito de aposentadoria o serviço prestado pelo convocado matriculado em Órgão de Formação de Reserva na base de 1 (um) dia para período de 8 (oito) horas de instrução, desde que conclua com aproveitamento a sua formação.

Art. 64. Em caso de infração às disposições desta lei, relativamente à exigência de estar em dia com as

obrigações militares, poderá o interessado dirigir-se às autoridades militares fixadas na regulamentação desta lei, tendo em vista sobreguardar seus direitos ou interesses.

CAPÍTULO II

Dos Deveres dos Reservistas

Art. 65. Constituem deveres do Reservista:

a) apresentar-se, quando convocado, no local e prazo que lhe tiverem sido determinados;

b) comunicar, dentro de 60 (sessenta) dias, pessoalmente ou por escrito, à Organização Militar mais próxima, as mudanças de residência;

c) apresentar-se, anualmente, no local e data que forem fixados, para fins de exercício de apresentação das reservas ou cerimônia cívica do Dia do Reservista;

d) comunicar à Organização Militar a que estiver vinculado, a conclusão de qualquer curso técnico ou científico, comprovada pela apresentação do respectivo instrumento legal, e bem assim, qualquer ocorrência que se relacione com o exercício de qualquer função de caráter técnico ou científico;

e) apresentar ou entregar à autoridade militar competente o documento de quitação com o Serviço Militar de que for possuidor, para fins de anotações, substituições ou arquivamento, de acordo com o prescrito nesta lei e na sua regulamentação.

CAPÍTULO III

Das Autoridades Participantes da Execução desta lei

Art. 66. Participarão da execução da presente lei:

a) Estado-Maior das Forças Armadas, Ministérios Cíveis e Militares e as repartições que lhes são subordinadas;

b) os Estados, Territórios e Municípios e as repartições que lhes são subordinadas;

c) os titulares e serventuários da Justiça;

d) os cartórios de registro civil de pessoas naturais;

e) as entidades autárquicas e sociedades de economia mista;

f) os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, de qualquer natureza;

g) as empresas, companhias e instituições de qualquer natureza.

Parágrafo único. Essa participação consistirá:

a) obrigatoriedade, na remessa de informações estabelecidas na regulamentação desta lei;

b) mediante anuência ou acordo, na instalação de postos de recrutamento e criação de outros serviços ou encargos nas repartições ou estabelecimentos civis, federais, estaduais ou municipais.

Art. 67. As autoridades ou os responsáveis pelas repartições incumbidas da fiscalização do exercício profissional não poderão conceder a carteira profissional nem registrar diplomas de profissões liberais a brasileiros, sem que estes apresentem, previamente, prova de que estão em dia com as obrigações militares, obedecido o disposto no art. 75 desta lei.

CAPÍTULO IV

Do Fundo do Serviço Militar

Art. 68. É criado o Fundo do Serviço Militar, destinado a:

a) permitir a melhoria das instalações e o provimento de material de instrução para os órgãos de Formação de Reserva das Forças Armadas, que não disponham de verbas próprias suficientes.

b) prover os órgãos do Serviço Militar de meios que melhor lhes permitam cumprir suas finalidades;

c) propiciar os recursos materiais para a criação de novos órgãos de formação de reservas;

d) proporcionar fundos adicionais como reforço às verbas previstas e para socorrer a outras despesas relacionadas com a execução do Serviço Militar.

Parágrafo único. O Fundo do Serviço Militar, constituído das receitas provenientes da arrecadação das multas prescritas na presente lei e da Taxa Militar, será administrado pelos órgãos fixados na regulamentação da presente lei.

Art. 69. A Taxa Militar será cobrada, pelo valor da multa mínima, aos convocados que obtiverem adiamento de incorporação, concedida na forma do regulamento desta Lei, ou

àqueles a quem for concedido o certificado de Dispensa de incorporação.

Parágrafo único. Não será cobrada a Taxa Militar aos cidadãos que provarem impossibilidade de pagá-la, na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 70. As multas e Taxa Militar serão pagas em selos próprios a serem emitidos pelo Ministério da Fazenda.

Art. 71. A receita proveniente do Fundo do Serviço Militar será escriturada pelo Tesouro Nacional, sob o título desse Fundo.

Parágrafo único. Esse Título constará do Orçamento Geral da União;

a) na Receita — como Renda Ordinária — Diversas Rendas — Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) — Fundo do Serviço Militar;

b) na Despesa — em dotação própria para o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que a distribuirá de acordo com os encargos próprios e de cada uma das Forças Armadas.

Art. 72. Independente dos recursos provenientes das multas e Taxa Militar, serão anualmente fixadas, no orçamento do Estado-Maior das Forças Armadas e dos Ministérios Militares, dotações destinadas às despesas para execução desta lei, no que se relacionar com os trabalhos de recrutamento, publicidade do Serviço Militar e administração das Reservas.

CAPÍTULO V

Disposições Diversas

Art. 73. Para efeito do Serviço Militar, cessará a incapacidade civil do menor, na data em que completar 17 (dezesete) anos.

Art. 74. Nenhum brasileiro, entre 1º de janeiro do ano em que completar 19 (dezenove) e 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos de idade, poderá, sem fazer prova de que está em dia com as suas obrigações militares:

a) obter passaporte ou prorrogação de sua validade;

b) ingressar como funcionário, empregado ou associado em instituição, empresa ou associação oficial ou oficializada ou subvencionada ou cuja existência ou funcionamento dependa de autorização ou reconhecimento do Governo Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal;

c) assinar contrato com o Governo Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal;

d) prestar exame ou matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino;

e) obter carteira profissional, matrícula ou inscrição para o exercício de qualquer função e licença de indústria e profissão;

f) inscrever-se em concurso para provimento de cargo público;

g) exercer, a qualquer título, sem distinção de categoria ou forma de pagamento, qualquer função ou cargo público;

I — estipendiado pelos cofres públicos federais, estaduais ou municipais;

II — de entidades paraestatais e das subvencionadas ou mantidas pelo poder público;

h) receber qualquer prêmio ou favor do Governo Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal;

Art. 75. Constituem prova de estar o brasileiro em dia com as suas obrigações militares:

a) o Certificado de Alistamento, nos limites da sua validade;

b) o Certificado de Reservista;

c) o Certificado de Isenção;

d) o Certificado de Dispensa de Incorporação.

§ 1º Outros documentos comprobatórios da situação militar do brasileiro poderão ser estabelecidos na regulamentação desta lei.

§ 2º A regulamentação da presente lei poderá discriminar anotações periódicas ou não, a serem feitas nos Certificados acima.

Art. 76. A transferência de reservista de uma Força Armada para outra será fixada na regulamentação da presente lei.

Art. 77. Os Ministros Militares deverão, no dia 16 de dezembro, considerado "Dia do Reservista", determinar a realização de solenidades nas corporações das respectivas Forças Armadas, visando a homenagear aquele que, civil, foi o maior propagador pelo Serviço Militar — Olavo Bilac; a despertar os sentimentos cívicos e a consolidar os de solidariedade e camaradagem militar.

Art. 78. Ressalvados os casos de infração desta lei, ficam isentos de selo, taxa, custas e emolumentos de qualquer natureza, as petições e, bem assim, certidões e outros documentos

destinados a instruir processos concernentes ao Serviço Militar.

Art. 79. Os secretários das Juntas de Serviço Militar receberão uma gratificação *pro labore* por certificação entregue. O valor e o pagamento da gratificação serão objeto da regulamentação desta lei.

Art. 80. O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) designará uma Comissão Interministerial para, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentar um anteprojeto de regulamentação desta lei.

Art. 81. Esta lei revoga as Leis ns. 1.200-50, 1.585-52, 4.027-61, Decreto-lei nº 9.500-46 e demais disposições em contrário e só entra em vigor após a sua regulamentação.

Brasília, em 17 de agosto de 1964; 143ª da Independência e 76ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
Nelson Lavenère Wanderley
Milton Campos*

LEI Nº 4.376 — DE 17 DE
AGOSTO DE 1964

Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os estudantes regularmente matriculados nos cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária, oficiais ou reconhecidos, prestarão Serviço Militar na forma da presente Lei.

Art. 2º Os Médicos Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, diplomados em escolas oficiais ou reconhecidas, prestarão Serviço Militar a que estiverem obrigados, em princípio, nos Serviços de Saúde ou Veterinária das Forças Armadas.

TÍTULO I

*Dos Estudantes de Medicina,
Farmácia, Odontologia e
Veterinária*

Art. 3º Os estudantes, de que trata o art. 1º desta Lei, terão a pres-

tação do Serviço Militar inicial adiada até a conclusão dos respectivos cursos.

§ 1º Uma vez diplomados, satisfeitas as condições previstas no Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército, serão declarados Aspirantes a Oficial, ficando sujeitos ao estágio de adaptação na forma preconizada para os Oficiais dos Quadros de Engenheiros Militares e Veterinários.

§ 2º Concluído o estágio de adaptação, de conformidade com as disposições do R-CORE, serão promovidos a Segundos-Tenentes da Reserva de 2ª Classe do Exército.

§ 3º Os que não satisfizerem as condições estabelecidas nesta Lei ingressarão na Reserva, na forma de sua regulamentação.

TÍTULO II

*Dos Médicos, Farmacêuticos,
Dentistas e Veterinários*

Art. 4º Aos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, diplomados em escolas oficiais ou reconhecidas, Reservistas da 1ª ou 2ª Categoria e que satisfaçam as condições previstas em Regulamento para o ingresso no Corpo de Oficiais da Reserva do Exército, fica assegurado o direito ao posto de Segundo-Tenente da 2ª Classe da Reserva do Exército, com as denominações dos respectivos quadros.

Parágrafo único. Os que forem Reservistas de 3ª Categoria ficam sujeitos ao estágio de adaptação nas condições estabelecidas no art. 3º desta Lei e seus parágrafos.

Art. 5º Os Segundos-Tenentes Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, da 2ª Classe da Reserva do Exército, ficam sujeitos ao estágio de serviço de que trata o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército.

Art. 6º As condições para a realização do estágio de serviço a que estão sujeitos os Segundos-Tenentes Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários serão estabelecidas, anualmente, pelo Ministro da Guerra, tomando por base:

a) as necessidades do Serviço de Saúde e de Veterinária do Exército, visando preencher claros nos Quadros

de Oficiais Subalternos, Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários da Ativa e atender aos encargos de mobilização;

b) idade;

c) estado civil e os encargos de família;

d) a aptidão física;

e) guarnição de residência.

Parágrafo único. Desde que consulte aos interesses do Exército e se enquadrem nas condições estabelecidas pelo Ministro da Guerra, poderão também ser convocados, para estágio de serviço, Primeiros-Tenentes R/2 do Serviço de Saúde e Veterinária.

Art. 7º O estágio de serviço de que trata o artigo anterior poderá ser prorrogado, anualmente, até o prazo máximo de 3 anos, de acordo com a regulamentação da presente Lei.

Art. 8º Os Oficiais da 2ª Classe da Reserva das Armas e dos Serviços do Exército, que hajam sido ou venham a ser diplomados em Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária, por escolas oficiais ou reconhecidas, serão transferidos para os correspondentes Quadros da 2ª Classe da Reserva, ficando dispensados dos estágios estabelecidos nesta Lei.

Art. 9º O acesso dos oficiais subalternos da 2ª Classe da Reserva, Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, será regulado pelo R/CORE.

Art. 10. Aquêles que não satisfizerem as condições estabelecidas nesta Lei permanecerão como Reservistas, na categoria que possuíam anteriormente, com a qualificação de suas especialidades.

TÍTULO III

Do Ingresso no Serviço Ativo do Exército

Art. 11. O ingresso dos Oficiais R/2, Médicos, Farmacêuticos, Dentistas ou Veterinários, nos Quadros da Ativa é feito de acordo com o estabelecido nos Regulamentos das respectivas escolas, com prioridade de matrícula em igualdade de condições com os demais candidatos, ficando, no entanto, sujeitos às mesmas imposições estipuladas para os candidatos civis.

Art. 12. Os alunos da Escola de Saúde e da Escola de Veterinária do

Exército farão o curso no posto de Segundo-Tenente de 2ª Classe da Reserva do Exército, na situação de estagiários, ou nos postos alcançados na 2ª Classe da Reserva.

Parágrafo único. Aos alunos de que trata o artigo anterior serão atribuídos vencimentos e vantagens estabelecidos no CVM para o posto, e serão promovidos a Primeiros-Tenentes da Ativa, uma vez concluído o curso com aproveitamento.

TÍTULO IV

Disposições Transitórias

Art. 13. Os Terceiros-Sargentos que fizeram o Curso de Saúde dos CPOR ou NPOR, de acordo com a legislação até então em vigor, terão sua situação regularizada na forma prevista para os Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários. Reservistas de 1ª e 2ª Categorias, desde que diplomados em Medicina, Farmácia, Odontologia ou Veterinária.

TÍTULO V

Disposições Diversas

Art. 14. Os estudantes aprovados no 2º ano colegial do Ensino Médio, candidatos à matrícula nas Escolas de Medicina, Farmácia, Odontologia ou Veterinária, poderão ter a incorporação adiada por um ou dois anos, para se matricularem em uma das citadas Escolas.

Parágrafo único. Findo o prazo de adiamento de 1 ou 2 anos, os beneficiados concorrerão com a Classe convocada à incorporação nos Corpos de Tropa e Organizações Militares, caso não obtenham matrícula em nenhuma das Escolas citadas neste artigo.

Art. 15. Aos estudantes beneficiados pela presente Lei não se aplicam os dispositivos da Lei nº 4.027, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 16. O Ministério da Educação e Cultura, as Universidades e as Escolas de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária fornecerão, ao Ministério da Guerra todas as informações necessárias ao fiel cumprimento da Lei.

Art. 17. Aos Oficiais dos Serviços de Saúde e Veterinária da 2ª Classe da Reserva, convocados para estágio, em obediência à presente Lei, serão

assegurados, no decorrer dos respectivos estágios, os vencimentos do posto e as vantagens prescritas em lei para as funções que venham a exercer.

Art. 18. A presente Lei será regulamentada em decreto do Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Guerra, no prazo de 120 dias após a sua publicação.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

Flávio Lacerda

medicamentos remetidos, até 1965, inclusive, pela International Christian Relief, dos Estados Unidos da América do Norte, à Confederação de Igrejas Evangélicas Fundamentalistas do Brasil, para sua distribuição gratuita através de obras de assistência social.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.378 — DE 17 DE AGOSTO DE 1964

Revoga a Lei nº 388, de 18 de setembro de 1948, que dispõe sobre a promoção dos Capitães dos Quadros dos Serviços das Forças Armadas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica revogada a vigência da Lei nº 388, de 18 de setembro de 1948, que dispõe sobre a promoção dos Capitães dos Quadros dos Serviços das Forças Armadas.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ernesto de Mello Baptista

Arthur da Costa e Silva

Nelson Lavenère Wanderley

LEI Nº 4.377 — DE 17 DE AGOSTO DE 1964

Concede isenção de direitos de importação, de imposto de consumo e de taxas aduaneiras, para as mercadorias doadas à Confederação de Igrejas Evangélicas Fundamentalistas do Brasil pela International Christian Relief, dos Estados Unidos da América do Norte.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção de licença, do imposto de importação, do imposto de consumo, da taxa de Despacho Aduaneiro, das taxas de Melhoramento de Portos e de Renovação de Marinha Mercante, de emolumentos consulares, de taxas de armazenagens e capatazias, para os donativos até o limite de 30.000 (trinta mil) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas e

LEI Nº 4.379 — DE 21 DE AGOSTO DE 1964

Inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação entre Rio Verde, no Estado de Goiás (BR-19) e Campo Grande, no Estado de Mato Grosso (BR-16)

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º, do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º Fica incluída no Plano Rodoviário Nacional, em caráter de primeira urgência, a ligação rodoviária entre as cidades de Rio Verde, no Estado de Goiás, e Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.380 — DE 21 DE AGOSTO DE 1964

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

Da Coordenação dos Órgãos Públicos e da Iniciativa Privada

Art. 1º. O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

Art. 2º. O Governo Federal intervirá no setor habitacional por intermédio:

- I — do Banco Nacional da Habitação;
- II — do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo;
- III — das Caixas Econômicas Federais, IPASE, das Caixas Militares, dos órgãos federais de desenvolvimento regional e das sociedades de economia mista.

Art. 3º. Os órgãos federais enumerados no artigo anterior exercerão de preferência atividades de coordenação, orientação e assistência técnica e financeira, ficando reservados:

- I — aos Estados e Municípios, com a assistência dos órgãos federais, a elaboração e execução de planos diretores, projetos e orçamentos para a solução dos seus problemas habitacionais;
- II — à iniciativa privada, a promoção e execução de projetos de construção de habitações segundo as diretrizes urbanísticas locais.

§ 1º. Será estimulada a coordenação dos esforços, na mesma área ou local, dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como das iniciativas privadas, de modo que se obtenha a concentração e melhor utilização dos recursos disponíveis.

§ 2º. A execução dos projetos somente caberá aos órgãos federais para suprir a falta de iniciativa local, pública ou privada.

Art. 4º. Terão prioridade na aplicação dos recursos:

- I — a construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições sub-humanas de habitação;
- II — os projetos municipais ou estaduais que com as ofertas de terrenos já urbanizados e dotados dos necessários melhoramentos, permitirem o início imediato da construção de habitações;
- III — os projetos de cooperativas e outras formas associativas de construção de casa própria.

IV — os projetos da iniciativa privada que contribuam para a solução de problemas habitacionais ... (Vetado)

V — ... (Vetado)

CAPÍTULO II

Da Correção Monetária dos Contratos Imobiliários

Art. 5º. Observado o disposto na presente lei, os contratos de vendas ou construção de habitações para pagamento a prazo ou de empréstimos para aquisição ou construção de habitações poderão prever o reajustamento das prestações mensais de amortização e juros, com a consequente correção do valor monetário da dívida toda a vez que o salário-mínimo legal for alterado.

§ 1º. O reajustamento será baseado em índice geral de preços mensalmente apurado ou adotado pelo Conselho Nacional de Economia que reflita adequadamente as variações no poder aquisitivo da moeda nacional.

§ 2º. O reajustamento contratual será efetuado, no máximo, na mesma proporção da variação do índice referido no parágrafo anterior:

a) desde o mês da data do contrato até o mês da entrada em vigor do novo nível de salário-mínimo, no primeiro reajustamento após a data do contrato;

b) entre os meses de duas alterações sucessivas do nível de salário-mínimo nos reajustamentos subsequentes ao primeiro.

§ 3º. Cada reajustamento entrará em vigor após 60 (sessenta) dias da data de vigência da alteração do salário-mínimo que o autorizar e a prestação mensal reajustada vigorará até novo reajustamento.

§ 4º. Do contrato constará, obrigatoriamente, na hipótese de adotada a cláusula de reajustamento, a relação original entre a prestação mensal de amortização e juros e o salário-mínimo em vigor na data do contrato.

§ 5º. Durante a vigência do contrato, a prestação mensal reajustada não poderá exceder em relação ao salário-mínimo em vigor, a percentagem nêle estabelecida.

§ 6º. Para o efeito de determinar a data do reajustamento e a percentagem referida no parágrafo anterior, tomar-se-á por base o salário-mínimo da região onde se acha situado o imóvel.

§ 7º. Outras formas e índices para o reajustamento das prestações, da dívida, ou dos juros respectivos poderão ser adotados após exame e decisão do Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação.

§ 8º. Aos contratos em vigor não se aplicará o disposto no parágrafo antecedente, se as partes contratantes não manifestarem expressamente a sua concordância.

§ 9º. O disposto neste artigo, quando o adquirente for servidor público ou autárquico poderá ser aplicado tomando como base a vigência da lei que lhe altere os vencimentos.

Art. 6º. O disposto no artigo anterior somente se aplicará aos contratos de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão, ou empréstimo que satisfaçam às seguintes condições:

a) tenham por objeto imóveis construídos, em construção, ou cuja construção seja simultaneamente contratada, cuja área total de construção, entendida como a que inclua paredes e quotas-partes comuns quando se trata de apartamento, de habitação coletiva ou vila, não ultrapasse 100 (cem) metros quadrados.

b) o valor da transação não ultrapasse 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

c) ao menos parte do financiamento, ou do preço a ser pago, seja amortizado em prestações mensais sucessivas, de igual valor, antes do reajustamento, que incluam amortização e juros;

- d) além das prestações mensais referidas na alínea anterior, quando convencionadas prestações intermediárias, fica vedado o reajustamento das mesmas e do saldo devedor a elas correspondente;
- e) os juros convencionais não excedam de 10% ao ano;
- f) se assegure ao devedor, comprador, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário o direito a liquidar antecipadamente a dívida em forma obrigatoriamente prevista no contrato, a qual poderá prever a correção monetária do saldo devedor, de acordo com os índices previstos no § 1º do artigo anterior.

Parágrafo único. As restrições dos incisos *a* e *b* não obrigam as entidades integrantes do sistema financeiro da habitação, cujas aplicações, a este respeito, são regidas pelos arts. 11 e 12.

Art. 7º Após 180 dias da concessão do "habite-se", caracterizando a conclusão da construção, nenhuma unidade residencial pode ser vendida, ou prometida vender ou ceder com o benefício de pagamentos regidos pelos arts. 5º e 6º desta Lei.

- § 1º Para os efeitos deste artigo equipara-se ao "habite-se" das autoridades municipais a ocupação efetiva da unidade residencial.
- § 2º O disposto neste artigo não se aplica aos imóveis já construídos, cuja alienação seja contratada, nos termos dos arts. 5º e 6º, pelos respectivos titulares, desde que estes incorporem ao capital de Sociedade de Crédito Imobiliário o preço da transação.
- § 3º Aos imóveis de propriedade das pessoas jurídicas de direito público ou de sociedade de economia mista, de que o Poder Público seja majoritário, não se aplica o disposto neste artigo.
- § 4º A restrição deste artigo não se aplicará àquele que, não sendo proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário de mais de uma habitação, desejar aliená-la de modo a adquirir outra, na forma dos arts 5º e 6º desta lei, desde que a aquisição seja de qualquer forma contratada simultaneamente com a alienação.

CAPÍTULO III

Do Sistema Financeiro da Habitação de Interêsse Social

Seção I

Órgãos Componentes do Sistema

Art. 8º O sistema financeiro da habitação, destinado a facilitar e promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população, será integrado;

- I — pelo Banco Nacional da Habitação;
- II — pelos órgãos federais, estaduais e municipais, inclusive sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do Poder Público, que operem, de acordo com o disposto nesta lei, no financiamento e venda de habitações e obras conexas;
- III — pelas sociedades de crédito imobiliário;
- IV — pelas fundações, cooperativas, mútuas e outras formas associativas para construção ou aquisição da casa própria, sem finalidade de lucro, que se constituirão de acordo com as diretrizes desta lei, as normas que forem baixadas pelo Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação e serão registradas, autorizadas a funcionar e fiscalizadas pelo Banco Nacional da Habitação.

Parágrafo único. O Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito fixará as normas que regulem as relações entre o sistema financeiro da habitação e o restante do sistema financeiro nacional, especialmente quanto à possibilidade, às condições e aos limites de aplicação de recursos da rede bancária em letras imobiliárias, emitidas, nos termos desta lei, pelo Banco Nacional da Habitação.

Seção II

Das Aplicações do Sistema Financeiro da Habitação

Art. 9º Todas as aplicações do sistema terão por objeto, fundamentalmente a aquisição de casa para residência do adquirente, sua família e seus dependentes, vedadas quaisquer aplicações em terrenos não construídos, salvo como parte de operação financeira destinada à construção da mesma.

§ 1º As pessoas que já forem proprietárias, promitentes compradoras ou cessionárias de imóvel residencial na mesma localidade, ... (VETADO) ... não poderão adquirir imóveis objeto de aplicação pelo sistema financeiro da habitação.

§ 2º Após 180 dias da concessão do "habite-se", caracterizando a conclusão da construção, nenhuma unidade residencial pode ser objeto de aplicação pelo sistema financeiro da habitação, equiparando-se ao "habite-se" das autoridades municipais a ocupação efetiva da unidade residencial.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior não se aplicará aos imóveis já construídos, que sejam alienados a partir desta lei por seus proprietários ou promitentes compradores por motivo de aquisição de outro imóvel que satisfaça às condições desta lei para ser objeto de aplicação pelo sistema financeiro de habitação.

Art. 10. Todas as aplicações do sistema financeiro da habitação reverterão a forma de créditos reajustáveis de acordo com os Arts. 5º e 6º desta lei.

§ 1º Os financiamentos para aquisição ou construção de habitações e as vendas a prazo de habitações efetuadas pelas Caixas Econômicas Federais e outras autarquias federais, ou por sociedade de economia mista controladas direta ou indiretamente, pela União Federal, estabelecerão obrigatoriamente o reajustamento do saldo devedor e das prestações de amortização e juros obedecendo as disposições dos Arts. 5º e 6º.

§ 2º As entidades estatais, inclusive as sociedades de economia mista, em que o Poder Público seja majoritário, adotarão, nos seus financiamentos, critérios e classificação dos candidatos aprovados pelo Banco Nacional da Habitação, ouvido o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e darão, obrigatoriamente, ampla publicidade das inscrições e dos financiamentos concedidos.

§ 3º Os órgãos federais deverão aplicar os recursos por eles arrecadados para o sistema financeiro da habitação, até 50% no Estado de origem dos recursos, redistribuindo o restante pelas unidades federativas compreendidas em regiões de menor desenvolvimento econômico.

Art. 11. Os recursos destinados ao setor habitacional pelas entidades estatais, inclusive sociedades de economia mista de que o Poder Público seja majoritário, distribuir-se-ão, permanentemente, da seguinte forma:

- I — no mínimo 70% deverão estar aplicados em habitações de valor unitário inferior a 60 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País;
- II — no máximo 15% poderão estar aplicados em habitações de valor unitário compreendido entre 200 e 300 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País, vedadas as aplicações em habitações de valor unitário superior a 300 vezes o maior salário-mínimo mensal citado.

§ 1º Dentro do limite de recursos obrigatoriamente aplicados em habitações de valor unitário inferior a 60 vezes o maior salário-mínimo do

País, o Banco Nacional da Habitação fixará, para cada região ou localidade, a percentagem mínima de recursos que devem ser aplicados no financiamento de projetos destinados a eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições sub-humanas de habitações.

§ 2º Nas aplicações a que se refere o inciso II, a parcela financiada do valor do imóvel não poderá ultrapassar 80% do mesmo.

§ 3º Os recursos aplicados, ou com aplicação contratada, no setor habitacional, na data da publicação desta lei, pelas entidades estatais, inclusive sociedades de economia mista, não serão computados nas percentagens de aplicação a que se refere este artigo.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos processos das Caixas Econômicas Federais, Caixas Militares e IPASE, já deferidos pelos órgãos e autoridades competentes, na data da publicação desta lei.

Art. 12 Os recursos aplicados pelas entidades privadas integrantes do sistema financeiro da habitação se distribuirão permanentemente da seguinte forma:

- I — no mínimo 60% dos recursos deverão estar aplicados em habitações de valor unitário inferior a 100 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País;
- II — no máximo 20% dos recursos poderão estar aplicados em habitações de valor unitário superior a 250 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País;
- III — serão vedadas as aplicações em habitações de valor unitário superior a 400 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País.

Parágrafo único. Nas aplicações a que se refere o inciso II, a parcela financiada do valor do imóvel não poderá ultrapassar de 80% do mesmo.

Art. 13. A partir do 3º ano da aplicação da presente lei, o Banco Nacional da Habitação poderá alterar os critérios de distribuição das aplicações previstas nos artigos anteriores.

Art. 14. Os adquirentes de habitações financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação contratarão seguro de vida de renda temporária, que integrará, obrigatoriamente, o contrato de financiamento, nas condições fixadas pelo Banco Nacional da Habitação.

Seção III

Dos Recursos do Sistema Financeiro da Habitação

Art. 15. As entidades integrantes do sistema financeiro da habitação poderão assegurar, reajustamento monetário nas condições previstas no Artigo 5º:

- I — aos depósitos no sistema que obedecem às normas gerais fixadas pelo Banco Nacional da Habitação cujo prazo não poderá ser inferior a um ano, e que não poderão ser movimentados com cheques;
- II — aos financiamentos contraídos no País ou no exterior para a execução de projetos de habitações, desde que observem os limites e as normas gerais estabelecidas pelo Banco Nacional da Habitação;
- III — as letras imobiliárias emitidas nos termos desta lei pelo Banco Nacional da Habitação ou pelas sociedades de crédito imobiliário.

§ 1º Em relação às Caixas Econômicas Federais e a outras entidades do sistema, que não operem exclusivamente no setor habitacional, o reajustamento previsto neste artigo somente poderá ser assegurado aos depósitos e empréstimos das suas carteiras especializadas no setor habitacional.

§ 2º O sistema manterá depósitos especiais de acumulação de poupanças para os pretendentes a financiamento de casa própria, cujos titulares terão preferência na obtenção desses financiamentos, obedecidas as condições gerais estabelecidas pelo Banco Nacional da Habitação.

§ 3º Todos os financiamentos externos e acórdos de assistência técnica relacionados com a habitação, dependerão da aprovação prévia do Banco Nacional da Habitação e não poderão estar condicionados à utilização de patentes, licenças e materiais de procedência estrangeira.

CAPÍTULO IV

Do Banco Nacional da Habitação

Art. 16. Fica criado, vinculado ao Ministério da Fazenda, o Banco Nacional da Habitação (BNH), que terá personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio próprio e autonomia administrativa, gozando de imunidade tributária.

§ 1º O Banco Nacional da Habitação poderá instalar agências em todo o território nacional, mas operará de preferência, usando como agentes e representantes as Caixas Econômicas Federais e Estaduais, os bancos oficiais e de economia mista e as demais entidades integrantes do sistema financeiro da habitação.

§ 2º O Banco Nacional da Habitação poderá utilizar-se da rede bancária comercial nas localidades em que não haja agentes ou representantes das entidades referidas no parágrafo anterior.

Art. 17. O Banco Nacional da Habitação terá por finalidade:

- I — orientar, disciplinar e controlar o sistema financeiro da habitação;
- II — incentivar a formação de poupanças e sua canalização para o sistema financeiro da habitação;
- III — disciplinar o acesso das sociedades de crédito imobiliário ao mercado nacional de capitais;
- IV — manter serviços de redesconto e de seguro para garantia das aplicações do sistema financeiro da habitação e dos recursos a ele entregues;
- V — manter serviços de seguro de vida de renda temporária para os compradores de imóveis objeto de aplicações do sistema;
- VI — financiar ou refinanciar a elaboração e execução de projetos promovidos por entidades locais, de Planos Diretores, de conjuntos habitacionais, obras e serviços correlatos;
- VII — refinanciar as operações das sociedades de crédito imobiliário;
- VIII — financiar ou refinanciar projetos relativos a serviços e equipamentos urbanos, instalação e desenvolvimento da indústria de construção de materiais de construção e pesquisas tecnológicas, necessárias a melhoria das condições habitacionais do país e que obedeçam às normas técnicas fixadas pelo Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo.

Parágrafo único. O Banco Nacional da Habitação operará exclusivamente como órgão orientador, disciplinador e de assistência financeira, sendo-lhe vedado operar diretamente em financiamento, compra e venda ou construção de habitações, salvo para a venda dos terrenos referidos no artigo 26 ou para realização de bens recebidos em liquidação de garantias.

Art. 18. Compete ao Banco Nacional da Habitação:

- I — autorizar e fiscalizar o funcionamento das sociedades de crédito imobiliário;
- II — fixar as condições gerais quanto a limites, prazos, retiradas, juros e seguro obrigatório das contas de depósito no sistema financeiro da habitação;
- III — estabelecer as condições gerais a que deverão satisfazer as aplicações do sistema financeiro da habitação quanto a limites de risco, prazo, condições de pagamento, seguro, juros e garantias;
- IV — fixar os limites, em relação ao capital e reservas, dos depósitos recebidos e dos empréstimos tomados pelas Sociedades de Crédito Imobiliário;

- V — fixar os limites mínimos de diversificações de aplicações a serem observados pelas entidades integrantes do sistema financeiro da habitação;
- VI — fixar os limites de emissão e as condições de colocação, vencimento e juros das Letras Imobiliárias, bem, como as condições dos seguros de suas emissões;
- VII — fixar as condições e os prêmios dos seguros de depósitos e de aplicações a que serão obrigadas as entidades integrantes do sistema financeiro da habitação.
- VIII — fixar as condições gerais de operação da sua carteira de resconto das aplicações do sistema financeiro da habitação;
- IX — determinar as condições em que a rede seguradora privada nacional operará nas várias modalidades de seguro previstas na presente lei;
- X — celebrar convênios para atender a programas sanitários e de urbanismo;
- XI — exercer as demais atribuições previstas nesta lei.

Parágrafo único No exercício de suas atribuições, o Banco Nacional da Habitação obedecerá aos limites globais e às condições gerais fixadas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, com o objetivo de subordinar o sistema financeiro de habitação à política financeira, monetária e econômica em execução pelo Governo Federal.

Art. 19. O Banco Nacional da Habitação ... (VETADO) ... poderá receber depósitos:

- a) de entidades governamentais, autárquicas, paraestatais e de economia mista;
- b) das entidades integrantes do sistema financeiro da habitação;
- c) que resultarem de operações realizadas pelo Banco ou que a elas estejam diretamente vinculadas.

Art. 20. Mediante autorização do Ministro da Fazenda, o Banco Nacional da Habitação poderá tomar empréstimos, no País ou no exterior, a fim de obter recursos para a realização das suas finalidades.

§ 1º Os empréstimos internos referidos neste artigo poderão ser corrigidos de acordo com o Art. 5º ou revestir a forma de Letras Imobiliárias.

§ 2º O Ministro da Fazenda poderá dar a garantia do Tesouro Nacional aos empréstimos referidos neste artigo, até um saldo devedor total, em cada momento, de um trilhão de cruzeiros para os empréstimos internos e US\$ 300 milhões, ou equivalente em outras moedas, para os empréstimos em moeda estrangeira.

§ 3º O limite em cruzeiros constante do parágrafo anterior será anualmente reajustado pelo índices referidos no Art. 5º.

Art. 21. O Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), inclusive os Departamentos Regionais, aplicarão anualmente, na aquisição de letras imobiliárias de emissão do Banco Nacional da Habitação, a partir do exercício de 1965, 20% (vinte por cento) das receitas compulsórias a eles vinculadas.

§ 1º A aplicação de recurso em planos habitacionais próprios, aprovados pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, permitirá aos referidos órgãos a dedução proporcional na obrigação prevista neste artigo.

§ 2º O Ministro do Trabalho e da Previdência Social fixará, anualmente a percentagem dos recursos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que será obrigatoriamente aplicada em depósitos no Banco Nacional da Habitação e que não poderá ser inferior a 20% do orçamento anual de aplicações de cada Instituto, excetuadas as aplicações em serviços próprios e em material permanente.

§ 3º O Ministro da Fazenda fixará periodicamente a percentagem dos depósitos das Caixas Econômicas Federais, que deverá ser obrigatoriamente aplicada em depósitos no BNH.

Art. 22. Todas as empresas do país que mantenham empregados sujeitos a desconto para Institutos de Aposentadoria e Pensões são obrigadas a contribuir com a percentagem de 1% mensal sobre o montante das suas folhas de pagamento para a constituição do capital do Banco Nacional da Habitação.

§ 1º A cobrança dessa percentagem obedecerá aos dispositivos da legislação vigente sobre as contribuições previdenciárias.

§ 2º Os Institutos de Aposentadoria e Pensões recolherão, mensalmente, ao Banco Nacional da Habitação o produto da arrecadação prevista neste artigo, descontada a taxa correspondente às despesas de administração, fixada de comum acordo entre o DNPS e o Banco Nacional da Habitação.

§ 3º O recolhimento a que se refere o presente artigo será devido a partir do segundo mês após a promulgação desta lei.

§ 4º Na forma a ser estabelecida em regulamento a ser baixado pelo BNH, as empresas abrangidas por este artigo poderão deduzir a importância correspondente a 50% do valor das aplicações que façam em planos de habitação destinados à casa própria de seus empregados, da contribuição prevista neste artigo.

§ 5º Os planos a que se refere o parágrafo anterior dependem de prévia aprovação e execução, controlada pelo BNH, diretamente ou por delegação.

Art. 23. A emissão de licença para construção de prédios residenciais de custo de construção superior a 500 vezes o maior salário-mínimo do País, considerado esse custo para cada unidade residencial, seja em prédio individual, seja em edifícios de apartamentos ou vilas, será precedida da subscrição, pelo proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário do respectivo terreno, de Letras Imobiliárias emitidas pelo BNH.

§ 1º O montante dessa subscrição será de 5% sobre o valor da construção, quando este estiver entre os limites de quinhentos e mil e quinhentas vezes aquele salário-mínimo, e de mais 10% sobre o que exceder a mil e quinhentas vezes.

§ 2º As letras imobiliárias referidas neste artigo terão as características referidas no Art. 45 desta lei.

§ 3º As autoridades municipais, ao examinarem projetos de construção de habitações nas condições referidas neste artigo, verificarão se a subscrição nele criada corresponde ao custo da construção fixado pelo profissional responsável pela obra à base de preços unitários então vigentes e, com fundamento nesse custo exigirão prova da subscrição prevista neste artigo. Antes da concessão do "habite-se" deverá o construtor prestar nova declaração do custo efetivo do prédio sujeita a verificação do Poder Público, e se for apurado excesso sobre a previsão inicial, antes da concessão do "habite-se", o titular do imóvel fará prova de ter sido feita a subscrição relativa ao excesso de custo.

§ 4º Só poderão gozar dos benefícios e vantagens previstos na presente lei os municípios que obedecerem ao disposto neste artigo.

Art. 24. O Banco Nacional da Habitação poderá operar em:

- I — prestação de garantia em financiamento obtido, no País ou no exterior, pelas entidades integrantes do sistema financeiro da habitação, destinados a execução de projetos de habitação de interesse social;
- II — carteira de seguro dos créditos resultantes da venda ou construção de habitação a prazo, ou de empréstimos para aquisição ou construção de habitações;
- III — carteira de seguro dos depósitos nas entidades integrantes do sistema financeiro da habitação;
- IV — carteira de desconto para assegurar a liquidez do sistema financeiro da habitação;
- V — carteira de seguro de vida de renda temporária dos adquirentes, financiados pelo sistema financeiro da habitação;
- VI — carteira de seguro de resgate e pagamento de juros das Letras Imobiliárias emitidas pelas sociedades de crédito imobiliário;

VII — financiamento ou refinanciamento da elaboração ou execução de projetos de construção de conjuntos habitacionais, Planos Diretores, serviços e equipamentos urbanos, instalação e desenvolvimento da indústria de construção, de materiais de construção e pesquisas tecnológicas;

VIII — refinanciamento parcial dos créditos concedidos pelas sociedades de crédito imobiliário.

§ 1.º O Banco Nacional da Habitação somente operará nas finalidades do inciso VII por aplicação dos recursos disponíveis, depois de asseguradas as reservas técnicas necessárias às operações referidas nos incisos I a VI, inclusive.

§ 2.º Os recursos disponíveis do Banco Nacional da Habitação serão mantidos em depósito no Banco do Brasil S.A. e nas Caixas Econômicas Federais.

§ 3.º Dos recursos recolhidos ao Banco Nacional da Habitação, serão destinadas anualmente as verbas necessárias ao custeio das atividades do Serviço Federal da Habitação e Urbanismo, na forma prevista no parágrafo único do Art. 56 da lei.

Art. 25. O capital do Banco Nacional de Habitação pertencerá integralmente à União Federal.

Parágrafo único. O capital inicial do Banco Nacional da Habitação será de Cr\$ 1 bilhão de cruzeiros.

Art. 26. O Poder Executivo transferirá, dentro de um ano, para o patrimônio do Banco Nacional da Habitação, terrenos de propriedade da União Federal que não sejam necessários aos serviços públicos federais ou que possam ser vendidos para realizar recursos líquidos destinados ao aumento do Capital do Banco, desde que se prestem à construção de conjuntos residenciais de interesse social.

§ 1.º O Banco poderá igualmente receber dos Governos Estaduais, Municipais e particulares ou de entidades de direito privado, estes sob a forma de doações, terras ou terrenos rurais ou urbanos, apropriados para a construção de imóveis.

§ 2.º No caso de doações previstas no parágrafo anterior nenhum ônus recairá sobre o doador de terras ou terrenos recebidos pelo Banco.

Art. 27. O Banco Nacional da Habitação será administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal.

§ 1.º O Conselho de Administração será composto de:

- a) o Presidente do Banco Nacional da Habitação, como seu Presidente, e com voto de qualidade;
- b) de seis a nove Conselheiros, com mandato de 3 anos cada um;
- c) os Diretores do Banco.

§ 2.º A Diretoria será composta de:

- a) o Presidente do Banco Nacional da Habitação, demissível *ad nutum*;
- b) O Diretor-Superintendente com mandato de 4 anos;
- c) dois a cinco Diretores com mandato de 4 anos.

Art. 28. Os membros da Diretoria e três dos membros do Conselho de Administração serão escolhidos dentre cidadãos de reconhecida idoneidade moral e comprovada capacidade em assuntos econômico-financeiros, sendo dois outros membros do Conselho de Administração escolhidos dentre os especialistas, respectivamente, em assuntos de saúde pública, de previdência social, e o sexto o Superintendente do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

§ 1.º (VETADO)

§ 2.º Os Conselheiros serão anualmente renovados pelo terço e na composição inicial, 1/3 terá mandato de um ano, 1/3 mandato de dois anos e 1/3 mandato de três anos.

§ 3º Na composição inicial da directoria, metade dos directores terá mandato de dois annos.

Art. 29. Compete ao Conselho de Administração:

- I — organizar e modificar o regimento interno do Banco, que será aprovado por acto do Ministro da Fazenda;
- II — decidir sobre a orientação geral das operações do Banco;
- III — exercer as attribuições normativas do Banco, como órgão de orientação, disciplina e contróle do sistema financeiro da nação;
- IV — aprovar os orçamentos de custeio, recursos e applicações do Banco e as normas gerais a serem observadas nos seus serviços;
- V — distribuir os serviços do Banco entre os Directores, observado o disposto nesta lei;
- VI — criar ou extinguir cargo e funções, fixando os respectivos vencimentos e vantagens, mediante proposta do Director-Superintendente, bem como dirimir dúvidas quanto aos direitos, vantagens e deveres dos servidores, podendo ainda baixar o Regulamento do Pessoal do Banco;
- VII — examinar e aprovar os balancetes e balanços do Banco, financeiros e patrimoniaes;
- VIII — escolher substitutos no caso de vaga ou impedimento dos Directores, até que o Presidente da República o faça em carácter efectivo;
- IX — examinar e dar parecer sobre a prestação annual das contas do Banco;
- X — deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Directoria.

Art. 30. Compete à Directoria:

- I — decidir sobre todos os assuntos da direcção executiva do Banco, de accordo com o seu Regimento Interno;
- II — aprovar as operações do Banco, que excedam os limites fixados pelo Regimento Interno para cada Director.

Art. 31. Compete ao Presidente do Banco:

- I — representar o Banco em suas relações com terceiros em juizo ou fora d'elle, sem prejuizo do disposto no art. 29;
- II — convocar extraordinariamente o Conselho e a Directoria, sempre que necessario;
- III — enviar ao Tribunal de Contas, até 31 de janeiro de cada anno, as contas dos administradores do Banco relativas ao exercicio anterior, para os fins do artigo 77, II, da Constituição;
- IV — enviar ao Tribunal de Contas até 31 de janeiro de cada anno as contas gerais do Banco relativas ao exercicio anterior.

Art. 32. Compete ao Director-Superintendente:

- I — substituir o Presidente nos seus impedimentos occasionaes, sem prejuizo do exercicio normal de suas funções;
- II — administrar e dirigir os negócios ordinarios do Banco decidindo das operações que se contiverem no limite da sua competência, de accordo com o Regimento Interno;
- III — outorgar e aceitar escrituras, ou assinar contratos, conjuntamente com o Presidente ou outro Director;
- IV — designar, conjuntamente com o Presidente, procuradores com poderes especiaes, agentes ou representantes do Banco;
- V — praticar os actos referentes à administração do pessoal, podendo delegar poderes, salvo quando se tratar de nomeação, promoção ou demissão;
- VI — superintender e coordenar os serviços dos diferentes setores do Banco e zelar pelo fiel cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Directoria;

VII — prover, interinamente, até que o Presidente da República o faça em caráter efetivo, as vagas dos membros do Conselho de Administração, cuja substituição não esteja prevista no Regulamento do Banco.

Art. 33. Os Diretores, referidos no artigo 27, § 2, alínea “c” terão as atribuições que forem determinadas no Regimento Interno.

Art. 34. O pessoal contratado pelo Banco será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar e admitido mediante concurso de provas ou de provas e títulos.

§ 1º Poderão ser requisitados pelo Banco servidores dos quadros do serviço público federal, das autarquias federais, ou de sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal.

§ 2º (VETADO)

CAPÍTULO V

Das Sociedades de Crédito Imobiliário

Art. 35. As sociedades de crédito imobiliário são instituições de crédito especializado, dependem de autorização do Banco Nacional da Habitação para funcionar, e estão sujeitas a permanente fiscalização do Governo Federal, através do referido Banco e da Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 1º As sociedades de crédito imobiliário se organizarão sob a forma anônima de ações, nominativas, observando nos atos de sua constituição todos os dispositivos legais aplicáveis, mas só poderão dar início às suas atividades após publicação, no *Diário Oficial* da União, da autorização do Banco Nacional da Habitação.

§ 2º As sociedades de crédito imobiliário serão constituídas com o capital mínimo de 100 milhões de cruzeiros em moeda corrente, na forma da legislação que rege as sociedades anônimas, mas a emissão de autorização para funcionar dependerá da integralização mínima de 50 %, mediante depósito do BNH.

§ 3º O limite mínimo referido no parágrafo anterior será anualmente atualizado, com base nos índices de que trata o Art. 5º, § 1º.

Art. 36. A autorização para funcionar será concedida por tempo indeterminado, enquanto a sociedade observar as disposições legais e regulamentares em vigor.

§ 1º Somente poderão ser membros dos órgãos da administração e do Conselho Fiscal das sociedades de crédito imobiliário, pessoas de reconhecida idoneidade moral e comercial, sendo que dois diretores deverão comprovar capacidade financeira e técnica.

§ 2º Os diretores somente poderão ser investidos nos seus cargos depois da aprovação pelo Banco Nacional da Habitação, à vista das provas exigidas pela SUMOC para investimento de diretores de estabelecimento bancário em geral.

§ 3º A responsabilidade dos administradores de sociedade de crédito imobiliário é a mesma prevista na lei para os diretores de bancos.

§ 4º A expressão “crédito imobiliário”, constará obrigatoriamente da denominação das sociedades referidas neste artigo.

§ 5º As sociedades de crédito imobiliário enviarão para publicação até o 10º dia de cada mês, no “*Diário Oficial do Estado*” onde funcionarem, os balancetes mensais.

Art. 37. Ficarão sujeitos à prévia aprovação do Banco Nacional da Habitação:

I — as alterações dos estatutos sociais das sociedades de crédito imobiliário;

- II — a abertura de agências ou escritórios das referidas sociedades;
- III — a cessação de operações da matriz ou das dependências das referidas sociedades.

Art. 38. Os pedidos de autorização para funcionamento, alteração estatutária, abertura ou fechamento de agências ou dependências e aprovação de administradores deverão ser decididos pelo Banco Nacional da Habitação, dentro de 120 dias da sua apresentação e das decisões do Banco caberá recurso voluntário para o Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. O regulamento discriminará a documentação a ser apresentada com o requerimento referidos neste artigo, podendo o Banco Nacional da Habitação fazer as exigências que considerar de interesse para a apreciação do pedido e fixar prazo razoável para o seu atendimento.

Art. 39. As sociedades de crédito imobiliário somente poderão operar em financiamentos para construção, venda ou aquisição de habitações, mediante:

- I — abertura de crédito a favor de empresários que promovam projetos de construção de habitações para venda a prazo;
- II — abertura de crédito para a compra ou construção de casa própria com liquidação a prazo de crédito utilizado;
- III — desconto, mediante cessão de direitos de receber a prazo o preço da construção ou venda de habitações;
- IV — outras modalidades de operações autorizadas pelo Banco Nacional da Habitação.

§ 1º Cada sociedade de crédito imobiliário somente poderá operar com imóveis situados na área geográfica para a qual fôr autorizada a funcionar.

§ 2º As sociedades de crédito imobiliário não poderão operar em compra e venda ou construção de imóveis, salvo para liquidação de bens que tenham recebido em pagamento dos seus créditos ou no caso dos imóveis necessários a instalação de seus serviços.

§ 3º Nas suas operações as sociedades de crédito imobiliário observarão as normas desta lei e as expedidas pelo Banco Nacional da Habitação, com relação aos limites do valor unitário, prazo, condições de pagamento, juros, garantias, seguro agio e deságio na colocação de letras imobiliárias e diversificação de aplicações.

§ 4º As disponibilidades das sociedades de crédito imobiliário serão mantidas em depósito no Banco Nacional de Habitação, no Banco do Brasil, nos demais bancos oficiais da União e dos Estados e nas Caixas Econômicas Federais.

Art. 40. As sociedades de crédito imobiliário não poderão:

- a) receber depósitos de terceiros que não sejam proprietários de ações nominativas, a não ser nas condições e nos limites autorizados pelo Banco Nacional da Habitação;
- b) tomar empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, a não ser nas condições mínimas de prazo e nos limites máximos, em relação ao capital e reservas estabelecidos pelo Banco Nacional da Habitação;
- c) emitir Letras Imobiliárias em valor superior aos limites máximos aprovados pelo Banco Nacional da Habitação em relação ao capital e reserva e a montante dos créditos em carteira;
- d) admitir a movimentação de suas contas por meio de cheques contra ela girados ou emitir cheques na forma do Decreto nº 24.777, de 14 de julho de 1934;
- e) possuir participação em outras empresas.

§ 1º O Banco Nacional da Habitação fixará o limite de recursos de terceiros que as sociedades poderão receber, até o máximo de 15 vezes os recursos próprios.

§ 2º O Banco Nacional da Habitação fixará também os limites mínimos de prazo dos vencimentos dos recursos de terceiros recebidos pela sociedade em relação aos prazos de suas aplicações.

Art. 41. O Banco Nacional da Habitação e a SUMOC manterão fiscalização permanente e ampla das Sociedades de Crédito Imobiliário, podendo para isso, a qualquer tempo, examinar livros de registros, papéis e documentação de qualquer natureza, atos e contratos.

§ 1º As sociedades são obrigadas a prestar toda e qualquer informação que lhes for solicitada pelo Banco Nacional da Habitação ou pela SUMOC.

§ 2º A recusa, a criação de embaraços, a divulgação ou fornecimento de informações falsas sobre as operações e as condições financeiras da sociedade serão punidas na forma da lei.

§ 3º O Banco Nacional da Habitação e a SUMOC manterão sigilo com relação a documentos e informações que as sociedades de crédito imobiliário lhe fornecerem.

Art. 42. As sociedades de crédito imobiliário são obrigadas a observar o plano de contas e as normas de contabilização aprovadas pelo Banco Nacional da Habitação, bem como a divulgar, em seus relatórios semestrais, as informações mínimas exigidas pelo Banco Nacional da Habitação, quanto às suas condições financeiras.

§ 1º As sociedades de crédito imobiliário são obrigadas a enviar ao Banco Nacional da Habitação, até o último dia do mês seguinte, cópia do balancete do mês anterior, do balanço semestral e da demonstração de lucros e perdas, bem como prova de envio para publicação das atas de assembleias gerais, dentro de 30 dias da realização destas.

§ 2º O BNH poderá exigir quando, a seu critério, considerar necessário, que Sociedades de Crédito Imobiliário se sujeitem à auditoria externa por empresas especializadas por ele aprovadas.

§ 3º As sociedades de crédito imobiliário mencionarão em sua publicidade os respectivos capitais realizados, suas reservas e o total de recursos mutuados aplicados, constantes de seu último balancete mensal.

Art. 43. A infração dos preceitos legais ou regulamentares sujeitará a sociedade às seguintes penalidades:

- a) multas, até 5% do capital social e das reservas especificadas, para cada infração de dispositivos da presente lei;
- b) suspensão da autorização para funcionar pelo prazo de 6 meses;
- c) cassação da autorização para funcionar.

§ 1º As multas serão impostas pelo Banco Nacional da Habitação após a apuração em processo cujas normas serão expedidas pelo Ministro da Fazenda, assegurada às sociedades ampla defesa.

§ 2º Da suspensão ou cassação de funcionamento caberá recurso, com efeito suspensivo, para o Ministro da Fazenda.

CAPÍTULO VI

Letras Imobiliárias

Art. 44. O Banco Nacional da Habitação e as sociedades de crédito imobiliário poderão colocar no mercado de capitais "letras imobiliárias" de sua emissão.

§ 1º A letra imobiliária é promessa de pagamento e quando emitida pelo Banco Nacional da Habitação será garantida pela União Federal.

§ 2º As letras imobiliárias emitidas por sociedades de crédito imobiliário terão preferência sobre os bens do ativo da sociedade emitente em relação a quaisquer outros créditos contra a sociedade, inclusive os de natureza fiscal ou parafiscal.

§ 3º As Sociedades de Crédito Imobiliário é vedado emitir debêntures ou obrigações ao portador, salvo Letras Imobiliárias.

§ 4º As letras imobiliárias emitidas por sociedades de crédito imobiliário poderão ser garantidas com a coobrigação de outras empresas privadas.

Art. 45. O certificado ou título de letra imobiliária deve conter as seguintes declarações, lançadas no seu contexto:

- a) a denominação "letra imobiliária" e a referência à presente lei;
- b) a denominação do emitente, sua sede, capital e reserva, total dos recursos de terceiro e de aplicações;
- c) o valor nominal por referência à Unidade Padrão de Capital do Banco Nacional da Habitação (Art. 52);
- d) a data do vencimento, a taxa de juros e a época do seu pagamento;
- e) o número de ordem bem como o livro, folha e número da inscrição no Livro de Registro do emitente;
- f) a assinatura do próprio punho do representante ou representantes legais do emitente;
- g) o nome da pessoa a quem deverá ser paga no caso de letra nominativa.

Parágrafo único. O titular da letra imobiliária terá ação executiva para a cobrança do respectivo principal e juros.

Art. 46. O Banco Nacional da Habitação e as sociedades de crédito imobiliário manterão obrigatoriamente um "Livro de Registro de Letras Imobiliárias Nominativas" no qual serão inscritas as Letras nominativas e averbadas as transferências e constituição de direitos sobre as mesmas.

Parágrafo único. O Livro de Registro de Letras Imobiliárias nominativas das sociedades de crédito imobiliário será autenticado no Banco Nacional da Habitação e o seu modelo e escrituração obedecerão às normas fixadas pelo mesmo Banco.

Art. 47. As Letras Imobiliárias poderão ser ao portador ou nominativas, transferindo-se as primeiras por simples tradição e as nominativas:

- a) pela averbação do nome do adquirente no Livro de Registro e no próprio certificado efetuada pelo emitente ou pela emissão de novo certificado em nome do adquirente, inscrito no Livro de Registro;
- b) mediante endosso em preto no próprio título, datado e assinado pelo endossante

§ 1º Aquêle que pedir a averbação da letra em favor de terceiro ou a emissão de novo certificado em nome dêsse deverá provar perante o emitente sua identidade e o poder de dispor da letra

§ 2º O adquirente que pedir a averbação da transferência ou a emissão de novo certificado deve apresentar ao emitente da letra o instrumento da aquisição, que será por êste arquivado.

§ 3º A transferência mediante endosso não terá eficácia perante o emitente enquanto não for feita a averbação no Livro de Registro e no próprio título, mas o endossatário que demonstrar ser possuidor do título com base em série-continua de endossos, tem direito a obter a averbação da transferência, ou a emissão de novo título em seu nome ou no nome que indicar.

Art. 48. Os direitos constituídos sobre as letras imobiliárias nominativas só produzem efeitos perante o emitente depois de anotadas no Livro de Registro.

Parágrafo único. As letras poderão, entretanto, ser dadas em penhor ou mandato mediante endosso, com a expressa indicação da finalidade e, a requerimento do credor pignoratício ou do titular da letra, o seu emitente averbará o penhor no Livro de Registro.

Art. 49. O emitente da letra fiscalizará, por ocasião da averbação ou substituição, a regularidade das transferências ou onerações da letra.

§ 1º As dúvidas suscitadas entre o emitente e o titular da letra ou qualquer interessado, a respeito das inscrições ou averbações previstas nos

artigos anteriores, serão dirimidas pelo juiz competente para solucionar as dúvidas levantadas pelos oficiais dos Registros Públicos, excetuadas as questões atinentes à substância do direito.

§ 2º A autenticidade do endosso não poderá ser posta em dúvida pelo emitente da letra, quando atestada por corretor de fundos públicos, Cartório de Ofício de Notas ou abonada por Banco.

§ 3º Nas vendas judiciais, o emitente averbará a carta de arrematação como instrumento de transferência.

§ 4º Nas transferências feitas por procurador, ou representante legal do cedente, o emitente fiscalizará a regularidade da representação e arquivará o respectivo instrumento.

Art. 50. No caso de perda ou extravio do certificado da Letra Imobiliária nominativa, cabe ao respectivo titular, ou aos seus sucessores requerer a expedição de outra via que lhe será fornecida mediante termo ou recibo, subscrito por duas testemunhas idôneas.

Art. 51. As letras imobiliárias serão cotadas nas bolsas de valores.

Art. 52. A fim de manter a uniformidade do valor unitário em moeda corrente e das condições de reajustamento das letras em circulação, todas as letras imobiliárias emitidas pelo Banco Nacional da Habitação e pelas sociedades de crédito imobiliário terão valor nominal correspondente à Unidade Padrão de Capital do referido Banco, permitida a emissão de títulos múltiplos dessa Unidade.

§ 1º A Unidade-Padrão de Capital do Banco Nacional da Habitação corresponderá a dez mil cruzeiros, com o poder aquisitivo do cruzeiro em fevereiro de 1964.

§ 2º O valor em cruzeiros corrente da Unidade-Padrão de Capital será reajustado toda vez que o salário-mínimo legal for alterado, com base no índice geral de preços referidos no artigo 5º, parágrafo 1º, desta lei.

§ 3º Os reajustamentos serão feitos 60 dias depois da entrada em vigor de cada alteração do salário-mínimo após a vigência desta lei, na proporção da variação do índice referido no parágrafo anterior:

- a) desde fevereiro de 1964 até o mês de entrada em vigor da primeira alteração do salário-mínimo, após a data desta lei;
- b) entre os meses de duas alterações sucessivas do nível de salário-mínimo, nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, após a vigência desta lei.

§ 4º O valor nominal da letra imobiliária, para efeitos de liquidação do seu principal e cálculo dos juros devidos, será o do valor reajustado da Unidade Padrão de Capital no momento do vencimento ou pagamento do principal ou juros, no caso do título simples, ou esse valor multiplicado pelo número de Unidades-Padrão de Capital a que correspondem a letra no caso de título múltiplo.

§ 5º Das letras imobiliárias devem constar, obrigatoriamente, as condições de resgate quando seu vencimento ocorrer entre duas alterações sucessivas do valor de Unidade-Padrão de Capital, as quais poderão incluir correção monetária do saldo devedor, a partir da última alteração da Unidade-Padrão até a data do resgate.

Art. 53. As letras imobiliárias vencerão o juro de, no máximo, 8% (oito por cento) ao ano, e não poderão ter prazo de resgate inferior a 2 (dois) anos.

CAPÍTULO VII

Do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

Art. 54. A Fundação da Casa Popular, criada pelo Decreto-lei nº 9.218, de 1º de maio de 1946, passa a constituir com o seu patrimônio,

revogada a legislação que lhe concerne, o "Serviço Federal de Habitação e Urbanismo", entidade autárquica ... (VETADO).

§ 1º O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo será dirigido por um Superintendente ... (VETADO).

§ 2º O Superintendente, de notória competência em matéria de habitação e urbanismo, será nomeado ... (VETADO) ... pelo Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação.

§ 4º Ficam extintos o Conselho Central, o Conselho Técnico e a Junta de Controlo da Fundação da Casa Popular.

§ 5º Os servidores do Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo serão admitidos no regime da legislação trabalhista, mediante concurso público de provas e títulos.

§ 6º (VETADO)

Art. 55. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo terá as seguintes atribuições:

- a) promover pesquisas e estudos relativos ao "deficit" habitacional, aspectos do planeamento físico, técnico e sócio-económico da habitação;
- b) promover, coordenar e prestar assistência técnica a programas regionais e municipais de habitação de interesse social, os quais deverão necessariamente ser acompanhados de programas educativos e de desenvolvimento e organização de comunidade;
- c) fomentar o desenvolvimento da indústria de construção, através de pesquisas e assistência técnica, estimulando a iniciativa regional e local;
- d) incentivar o aproveitamento de mão-de-obra e dos materiais característicos de cada região;
- e) estimular a organização de fundações, cooperativas, mútuas e outras formas associativas em programas habitacionais, propiciando-lhes assistência técnica;
- f) incentivar a investigação tecnológica, a formação de técnicos, em qualquer nível, relacionadas com habitação e urbanismo;
- g) prestar assistência técnica aos Estados e Municípios na elaboração dos planos directores, bem como no planeamento da desapropriação por interesse social, de áreas urbanas adequadas a construção de conjuntos habitacionais;
- h) promover, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a realização de estatísticas sobre habitação no País;
- i) (VETADO);
- j) prestar assistência técnica aos Estados, aos Municípios e às empresas do País para constituição, organização e implantação de entidades de carácter público, de economia mista ou privadas, que terão por objectivo promover a execução de planos habitacionais ou financeiros, inclusive assisti-los para se candidatarem aos empréstimos do Banco Nacional da Habitação ou das sociedades de crédito imobiliário.
- l) prestar assistência técnica na elaboração de planos de emergência, intervindo na normalização de situações provocadas por calamidades públicas;
- m) estabelecer normas técnicas para a elaboração de Planos Directores, de acordo com as peculiaridades das diversas regiões do País;

n) assistir aos municípios na elaboração ou adaptação de seus Planos Diretores às normas técnicas a que se refere o item anterior.

§ 1º Os municípios que não tiverem códigos de obras adaptados às normas técnicas do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo ou que aprovarem projetos e planos habitacionais em desacordo com as mesmas normas, não poderão receber recursos provenientes de entidades governamentais, destinados a programas de habitação e urbanismo.

§ 2º (VETADO).

Art. 56. A organização administrativa do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo será estabelecida em decreto, devendo ser prevista a sua descentralização regional.

Parágrafo único. (VETADO).

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 57. Não constitui rendimento tributável, para efeitos do imposto de renda, o reajustamento monetário:

a) do saldo devedor de contratos imobiliários corrigidos nos termos dos Arts. 5º e 6º desta lei;

b) do saldo devedor de empréstimos contraídos ou dos depósitos recebidos nos termos desta lei, pelas entidades integrantes do sistema financeiro da habitação;

c) do valor nominal das letras imobiliárias.

Art. 58. Ficam isentos do Imposto de Renda, até 31 de dezembro de 1970, os lucros e rendimentos auferidos pelas pessoas físicas ou jurídicas, resultantes de operações de construção e primeira transação, inclusive alienação e locação relativos aos prédios residenciais que vierem a ser construídos no Distrito Federal cujo valor não ultrapasse 60 (sessenta) vezes o salário-mínimo da região.

Parágrafo único. Ficam igualmente isentos os mesmos imóveis, pelo mesmo prazo, dos impostos de transmissão, causa mortis e inter vivos relativos à primeira transferência de propriedade.

Art. 59. São isentos de imposto de selo:

a) a emissão, colocação, transferência, cessão, endosso, inscrição ou averbação de letras imobiliárias;

b) os atos e contratos, de qualquer natureza, entre as entidades que integram o sistema financeiro da habitação;

c) os contratos de que participem entidades integrantes do sistema financeiro da habitação, e que tenham por objeto habitações de menos de 50 metro, quadrados, não incluídas as partes comuns, se for o caso, e de valor inferior a 60 vezes o maior salário mínimo legal vigente no país;

d) os contratos de construção, venda, ou promessa de venda a prazo, promessa de cessão e hipoteca, de habitações que satisfaçam aos requisitos da alínea anterior.

Art. 60. A aplicação da presente lei, pelo seu sentido social, far-se-á de modo a que sejam simplificados todos os processos e métodos pertinentes às respectivas transações, objetivando principalmente:

- I — o maior rendimento dos serviços e a segurança e rapidez na tramitação dos processos e papéis;
- II — economia de tempo e de emolumentos devidos aos Cartórios;
- III — simplificação das escrituras e dos critérios para efeito do Registro de Imóveis.

Art. 61. Para plena consecução do disposto no artigo anterior, as escrituras deverão consenar exclusivamente as cláusulas, termos ou condições variáveis ou específicas.

§ 1º As cláusulas legais, regulamentares, regimentais ou, ainda, quaisquer normas administrativas ou técnicas e, portanto, comuns a todos os mutuários não figurarão expressamente nas respectivas escrituras.

§ 2º As escrituras, no entanto, consignarão obrigatoriamente que as partes contratantes adotam e se comprometem a cumprir as cláusulas, termos e condições a que se refere o parágrafo anterior, sempre transcritas, *verbum ad verbum*, no respectivo Cartório ou Ofício, mencionado inclusive o número do livro e das folhas do competente registro.

§ 3º Aos mutuários, ao receberem os respectivos traslados de escritura, será obrigatoriamente entregue cópia, impressa ou mimeografada, autenticada, do contrato padrão constante das cláusulas, termos e condições referidas no parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º Os Cartórios de Registro de Imóveis, obrigatoriamente, para os devidos efeitos legais e jurídicos, receberão, autenticadamente, das pessoas jurídicas mencionadas na presente Lei, o instrumento a que se refere o parágrafo anterior, tudo de modo a facilitar os competentes registros.

Art. 62. Os oficiais do Registro de Imóveis inscreverão obrigatoriamente, os contratos de promessa de venda, promessa de cessão ou de hipoteca celebrados de acordo com a presente lei, declarando expressamente que os valores dêles constantes são meramente estimativos, estando sujeitos os saldos devedores, assim como as prestações mensais, às correções do valor, determinadas nesta lei.

§ 1º Mediante simples requerimento, firmado por ambas as partes contratantes, os Oficiais do Registro de Imóveis averbarão, à margem das respectivas inscrições, as correções de valores determinados por esta lei, com indicação do novo valor do preço ou da dívida e do saldo respectivo, bem como da nova prestação contratual.

§ 2º Se o promitente comprador, promitente cessionário ou mutuário se recusar a assinar o requerimento de averbação das correções verificadas, ficará, não obstante, obrigado ao pagamento da nova prestação, podendo a entidade financiadora, se lhe convier, rescindir o contrato, com notificação prévia no prazo de 90 dias.

Art. 63. Os órgãos da administração federal, centralizada ou descentralizada, ficam autorizados a firmar acordos ou convênios com as entidades estaduais e municipais, buscando sempre a plena execução da presente lei e o máximo de cooperação inter-administrativa.

Art. 64. O Banco Nacional da Habitação poderá promover desapropriações por utilidade pública ou por interesse social.

Art. 65. A partir da data da vigência desta lei as Carteiras Imobiliárias dos Institutos de Aposentadoria e Pensões não poderão iniciar novas operações imobiliárias e seus segurados passarão a ser atendidos de conformidade com este diploma legal.

§ 1º Os Institutos de Aposentadoria e Pensões efetuarão, no prazo máximo de doze meses, a venda dos seus conjuntos e unidades residenciais em consonância com sistema financeiro da habitação de que trata esta lei, de acordo com as instruções expedidas, no prazo de noventa dias, conjuntamente pelo Serviço Federal de Habitação e o Departamento Nacional da Previdência Social.

§ 2º Os recursos provenientes da alienação a que se refere o parágrafo anterior serão obrigatoriamente aplicados em Letras Imobiliárias emitidas pelo BNH, de prazo de vencimento não inferior a 10 (dez) anos.

§ 3º Os órgãos referidos no parágrafo 1º, bem como o IPASE, as autarquias em geral, as Fundações e as Sociedades de Economia Mista, excluído o Banco do Brasil, que possuam unidades residenciais em Brasília, conjuntamente com a Caixa Econômica Federal de Brasília, submeterão à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro do Planejamento, no prazo de 90 dias, sugestões e normas em consonância com o sistema financeiro da habitação referentes à alienação das unidades residenciais de sua propriedade, em Brasília.

§ 4º Os órgãos de que trata o parágrafo anterior, celebrarão convênio com a Caixa Econômica Federal de Brasília, incumbindo-a da alienação, aos respectivos ocupantes, dos imóveis residenciais que possuírem no Distrito Federal, devendo o produto da operação constituir fundo rotativo destinado a novos investimentos em construções residenciais em Brasília, assegurado às entidades convenientes rateio financeiro anual, que lhes permita a retirada de valores correspondentes no mínimo, a cinquenta por cento (50%) da renda líquida atual, efetivamente realizada, com a locação de tais imóveis.

§ 5º Os imóveis residenciais que deixarem de ser alienados aos ocupantes, por desinteresse ou impossibilidade legal dos mesmos, serão objeto de aquisição pela União que poderá para resgatá-los, solicitar a abertura de crédito especial dar em pagamento imóveis não necessários aos seus serviços ou ações de sua propriedade em empresas de economia mista, mantida, nesta hipótese, a situação majoritária da União.

§ 6º A administração dos imóveis adquiridos pela União, na forma do parágrafo anterior, será feita pelo Serviço do Patrimônio da União.

§ 7º Realizadas as operações previstas no parágrafo primeiro, extinguir-se-ão as Carteiras Imobiliárias dos IAPs.

§ 8º Os atuais inquilinos ou ocupantes de imóveis residenciais dos IAPs e, sucessivamente, os seus contribuintes, estes inscritos e classificados de acordo com a legislação vigente, terão preferência no atendimento pelos órgãos estatais integrantes do sistema financeiro da habitação.

Art. 66. O Ministro do Planejamento adotará as medidas necessárias para a criação de um Fundo de Assistência Habitacional objetivando o financiamento às populações de renda insuficiente, destinando-lhes recursos próprios.

Art. 67. O Banco Nacional da Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo deverão publicar mensalmente a relação dos servidores admitidos ao seu serviço, a qualquer título, no mês anterior à publicação.

Art. 68. O Poder Executivo baixará os regulamentos necessários à execução desta lei, inclusive os relativos à extinção dos órgãos federais que vêm exercendo funções e atividades que possam ser por ela reguladas, podendo incorporar serviços, órgãos e departamentos, dispondo sobre a situação dos respectivos servidores e objetivando o enquadramento dos órgãos federais que integram o sistema financeiro da habitação.

Parágrafo único. Dentro do prazo de noventa (90) dias, o Poder Executivo baixará os atos necessários à adaptação do funcionamento das Caixas Econômicas Federais, Caixas Militares e IPASE aos dispositivos desta lei.

Art. 69. O contrato de promessa de cessão de direitos relativos a imóveis não loteados, sem cláusula de arrendimento e com imissão de posse, uma vez inscrita no Registro Geral de Imóveis, atribui ao promitente cessionário direito real oponível a terceiro e confere direito a obtenção compulsória da escritura definitiva de cessão, aplicando-se, neste caso, no que couber, o disposto no artigo 16 do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, e no artigo 346 do Código do Processo Civil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos contratos em via de execução compulsória, em qualquer instância.

Art. 70. Fica assegurada às Caixas Econômicas Federais, na forma em que o Poder Executivo regulamentar, dentro do prazo previsto no parágrafo único do art. 68, a exploração da Loteria Federal.

Parágrafo único. Setenta por cento da renda líquida da exploração da Loteria Federal destinar-se-ão à construção de habitações de valor unitário inferior a 60 vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 71. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial no montante de Cr\$ 1 bilhão, com vigência durante três anos, destinado à integralização gradativa do capital do Banco Nacional da Habitação.

Art. 72. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
Vasvo da Cunha
Octavio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora
Hugo de Almeida Leme
Flávio Suplicy de Lacerda
Arnaldo Sussekind
Nelson Lavenère Wanderley
Raymundo de Brito
Mauro Thibau
Daniel Faraco
Roberto Campos
Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.380 — DE 21 DE
AGOSTO DE 1964

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional antevê e eu promulgo, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 54.

V — a construção de moradia para a população rural.

Art. 5º

§ 6º. Os servidores da atual fundação da Casa Popular serão aproveitados no Serviço Nacional de Habi-

tação e Urbanismo ou em outros serviços de igual regime.

Brasília, 29 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.381 — DE 24 DE
AGOSTO DE 1964

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas com a desapropriação da área da bacia hidráulica do Açuê publico, Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, autarquia vinculada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), destinado

a ocorrer às despesas com a desapropriação da área da bacia hidráulica do Açude público Orós, no Município do mesmo nome, no Estado do Ceará, inclusive deslocamento e retirada de casas e pagamento de benfeitorias existentes, submersas pelas águas do mencionado reservatório em consequência do fechamento de suas comportas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Otávio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora*

LEI Nº 4.382 — DE 24 DE
AGOSTO DE 1964

Isenta dos emolumentos consulares o embarque de quatro centrais termelétricas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a isenção dos emolumentos consulares para o embarque de quatro centrais termelétricas, constantes da licença número DG-63/4532-4752, expedida pela Carteira de Comércio Exterior e importadas pela Comissão Estadual de Energia do Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.383 — DE 24 DE
AGOSTO DE 1964

Isenta a Petrobrás do Imposto de Transmissão "inter-vivos" por aquisições de imóveis no Distrito Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam isentas de imposto de transmissão "inter-vivos", as aquisi-

ções de bens imóveis que, para uso próprio, a Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás tenha feito ou venha a fazer no Distrito Federal.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mauro Thibau

LEI Nº 4.384 — DE 24 DE
AGOSTO DE 1964

Isenta da taxa de despacho aduaneiro equipamento gráfico destinado à Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a isenção do imposto de importação e consumo e taxa de despacho aduaneiro de 5% a que se refere o artigo 66, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, para o desembarco alfandegário do equipamento gráfico que a Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, recebeu, por doação, da Fundação Alemã Ibero-América, o qual consta das licenças de importação números DG-64-413-286, DG-64-414-287, DG-64-415-288, DG-64-416-289, DG-64-417-290, DG-64-418-291, DG-64-419-292, expedidas pela Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.385 — DE 24 DE
AGOSTO DE 1964

Isenta de taxa de despacho aduaneiro de 5% (cinco por cento) um computador eletrônico Burroughs e respectivos pertences, importados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção da taxa de despacho aduaneiro, de 5% (cinco por cento) a que se referá o artigo 66, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, para o desembaraço alfandegário

de um computador eletrônico Burroughs, modelo 205, e respectivos pertences, constantes da licença nº DG-60-313-436, chegados em maio último, pelo avião nº 773 da Pan American World Airways, e importados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Art. 2º O favor concedido não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.386 — DE 24 DE AGOSTO DE 1964

Extingue cargos e cria outros, no Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar, e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados no Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar, e incluídos nas respectivas Tabelas, os seguintes cargos.

1 Tesoureiro	— símbolo	PJ-4
1 Contador	— símbolo	PJ-5
1 Motorista	— símbolo	PJ-8
.....	VETADO
.....	VETADO

Art. 2º Fica criada uma função gratificada de Assistente do Diretor-Geral — símbolo 2-F.

Art. 3º Ficam extintos, no mesmo Quadro, 4 (quatro) cargos isolados de Taquígrafo PJ-3, ainda vagos, de que trata a Tabela "B" do art. 1º, da Lei nº 4.083, de 24 de junho de 1962.

Art. 4º Os cargos criados pela presente lei serão preenchidos mediante concurso público de provas ou títulos e provas, na forma da legislação em vigor.

Art. 5º As despesas desta lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento vigente que serão suplementadas, quando necessário, pelo Poder Executivo, respeitado o limite da despesa gerada pela presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

LEI Nº 4.387 — DE 26 DE
AGOSTO DE 1964

Estabelece a idade-limite de permanência no serviço ativo, dos Oficiais dos Quadros de Administração e de Infantaria-de-Guarda e dos Tenentes-Coronéis de vários Quadros de Oficiais Especialistas do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A idade-limite de permanência no serviço ativo dos Oficiais do Quadro de Administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica é a seguinte:

Capitão	56 anos
1º Tenente	54 anos
2º Tenente	52 anos

Art. 2º. A idade-limite de permanência no serviço ativo dos Tenentes-Coronéis dos vários Quadros de Oficiais Especialistas do Corpo de Oficiais da Aeronáutica é a de 60 anos.

Art. 3º. Aos oficiais do Quadro de Infantaria-de-Guarda do Corpo de Oficiais da Aeronáutica aplicam-se às idades-limite de que trata o artigo 16 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Nelson Lavenère Wanderley

LEI Nº 4.388 — DE 28 DE AGOSTO
DE 1964

Modifica a legislação dos impostos de consumo e do selo e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º No período compreendido entre 1º de setembro e 31 de dezembro do corrente exercício, as atuais alíquotas do imposto de consumo de que trata o regulamento baixado com o Dec. nº 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, e modificado pela Lei nú-

mero 4.153, de 28 de novembro de 1962 vigorarão com os seguinte acréscimos, a título de adicional:

- a) as de 3%, com o adicional de 0,9%;
- b) as de 4%, com o adicional de 1,2%;
- c) as de 5%, com o adicional de 1,5%;
- d) as de 6%, com o adicional de 1,8%;
- e) as de 7%, com o adicional de 2,1%;
- f) as de 8%, com o adicional de 2,4%;
- g) as de 10%, com o adicional de 3%;
- h) as de 12%, com o adicional de 3,6%;
- i) as de 15%, com o adicional de 4,5%;
- j) as de 20%, com o adicional de 6%;
- l) as de 25%, com o adicional de 7,5%;
- m) as de 30%, com o adicional de 9%;
- n) as de 40%, com o adicional de 12%;

§ 1º Ficam excluídas das alterações a que se refere este artigo as alíquotas das alíneas I (Produtos Alimentares Industrializados); II (Produtos Farmacêuticos); IV, inciso 2 (Sacos de Embalagens de Qualquer Têxtil) (VETADO) V (Calçados); XVI, inciso 3 (Caminhões, Ônibus, Microônibus, Jipes, Cavalos-Mecânicos e Ambulâncias); e XXII (Café Torrado e Moido).

§ 2º VETADO.

§ 3º Os adicionais previstos em leis anteriores não serão calculados sobre o adicional referido neste artigo, nem o mesmo sobre eles incidirá.

Art. 2º Ficam introduzidas no Regulamento do Imposto de Consumo, aprovado pelo Decreto nº 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, e modificado pela Lei nº 4.153, de 28 de novembro de 1962, as seguintes alterações:

“I — O art. 83 passa a ter a seguinte redação, mantido o seu parágrafo único:

“Art. 83. É vedada a emissão de Notas Fiscais que não correspondam a uma saída efetiva de mercadoria do estabelecimento emissor bem como a utilização dessas notas, em proveito próprio ou

alheio, para produção de qualquer efeito fiscal, visando à sonegação (multa igual ao valor que consta para a mercadoria da nota fiscal, independentemente de qualquer outra que fôr cabível por falta ou insuficiência de recolhimento do Imposto, em razão da utilização da nota)."

II — São acrescentados ao art. 139 os seguintes parágrafos:

“§ 1º Apurada qualquer diferença, será exigido o respectivo imposto de consumo, que, no caso de fabricante de produtos sujeitos a alíquotas diversas será calculado com base na mais elevada, quando não fôr possível fazer a separação pelos elementos da escrita do contribuinte.

§ 2º Apuradas, também, receitas cuja origem não seja comprovada, será, sobre elas, exigido o imposto de consumo, mediante adoção do critério estabelecido no parágrafo anterior.”

III — Na Tabela “A”, as alíneas VII, X, XII, XIV e XXII passam a vigorar com as seguintes alterações:

Alínea VII — Itens 1 e 2:

“1 — Borracha sintética em bruto e látex sintético — 7%;

2 — Pneumáticos, câmaras-de-ar e bandas (*flaps*) para rodas de veículos ou aeronaves, borracha defumada em lâminas não-crepadas (*smock sheets*) — 7%”.

Alínea X — Inciso I — Tubos e calhas e respectivas conexões, de cimento simples ou misto.

Alínea XII — Inciso II — Canos e tubos com ou sem rosca e suas conexões, calhas com ou sem rosca e suas conexões: 1º matérias plásticas ou resinas artificiais ou sintéticas de condensação ou polimerização, obtidos por quaisquer processos seja pela extrusão de injeção, de prensagem ou qualquer outro.

Alínea XIV — Inciso I — Blocos, pacotes, pães, lingotes barras perfis, pranchas, fitas fios tubos, canos e suas conexões, calhas e suas conexões, barras ocas, bem como chapas, folhas e lâminas, não-corrugadas, de qualquer metal; outras formas semelhantes obtidas por laminação, forjamento, estriagem, trefilação, centrífuga-

ção, fundição ou extrusão de qualquer metal.

Alínea XXII — Café torrado ou moído:

“O imposto, observadas as normas do Capítulo IX, Seção I — Primeira Parte, será pago por guia, à razão de 5% (cinco por cento).”

IV — A alínea XXIV da Tabela “B” passa a vigorar com a seguinte alteração:

Alínea XXIV — Fumo:

1 — Charutos — 12%.

V — O inciso 2, da alteração V, do art. 3º, da Lei n.º 4.153, de 28 de novembro de 1962, passa a ter a seguinte redação:

2 — Bebidas não alcoólicas, industrializadas (refrigerantes, águas de mesa artificiais e outras) e sorbetes para refrescos; assim como concentrados e outros produtos ou preparações, sólidas ou não, para o fabrico de artigos referidos neste inciso, excluídos aqueles que tenham classificação específica em outros incisos desta alínea ou de outras alíneas.”

VI — A alínea VI incisos I, II e III, letras a, f, l, art. 2º da Lei número 4.153, de 28 de novembro de 1962, passa a ser assim redigida:

“ALÍNEA VI

Couros, Peles e seus Artefatos

I — Couros e peles preparados ou curtidos (exclusive salgados, secos, salgados-secos tratados com cal ou piclados) — 3%.

II — Artefatos de couro ou peles, com ou sem outra matéria, não especificados nem compreendidos em outra parte — 10%.

III — Peles de coelho e carneiro destinadas a vestuário popular, preparadas ou aprestadas, e seus artefatos — 20%.

IV — Peles de peleteria, preparadas ou aprestadas — 40%.”

Art. 3º Ficam isentos do imposto de Consumo os discos para fins didáticos.

Art. 4º Cinquenta por cento (50%) da arrecadação proveniente das alterações introduzidas por esta Lei na cobrança de imposto de consumo serão destacados para a constituição de

um Fundo de Auxílio aos Estados, a ser distribuído de conformidade com critério de ordem geral, estabelecido mediante ato do Presidente da República.

Art. 5º A fiscalização das sociedades de economia mista de natureza industrial será feita periodicamente, em caráter especial, por Agentes Fiscais do Imposto de Consumo designados pelo Diretor das Rendas Internas.

Art. 6º Mediante portaria do Ministro da Fazenda, a forma de recolhimento do Imposto de Selo, mediante guia, poderá ser estendida com ou sem exigência do conhecimento da receita, a quaisquer papéis sujeitos ao regime da verba fiscal, adotadas todas as medidas necessárias ao perfeito controle do pagamento do tributo.

Parágrafo único. O contribuinte é responsável pelas declarações constantes da guia, inclusive quanto ao valor do imposto mencionado, ficando sujeito a todas as penalidades pelas diferenças que forem apuradas.

Art. 7º. A Consolidação das Leis do Imposto do Selo, baixada com o Decreto n.º 45.421, de 12 de fevereiro de 1959, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"I — O § 2º do art. 29, da Primeira Parte — Normas Gerais —, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º — O Diretor das Rendas Internas, resguardados os interesses do Tesouro Nacional, poderá alterar o limite do capital de que trata este artigo e bem assim tornar obrigatória a forma de recolhimento nele prevista para outros ramos comerciais ou industriais ou, especificamente, para determinada firma que, pela natureza de suas operações, apresente elevado número de papéis ou atos tributados."

II — A observação 2.ª da Segunda Parte — Tabela — passa a vigorar com a seguinte redação:

"2ª — Não havendo indicação da taxa, o imposto será cobrado à razão de Cr\$ 10,00 por Cr\$ 1.000,00, ou fração, ficando isentos os "papéis" de valor até Cr\$ 5.000,00."

III — O art. 27 da Segunda Parte — Tabela — passa a vigo-

rar com as seguintes modificações:

1.ª Fica suprimida a Nota 1.ª;

2.ª É substituída a letra b da Nota 2.ª, que passará a Nota 1.ª, pela seguinte:

"b) o endosso-mandato."

3.ª É acrescentada a Nota 2.ª, como segue:

"2.ª Não será devido o selo dos itens III e IV nos seguintes casos:

a) quando o endosso constituir mero ato de execução de garantia prevista em contrato de abertura de crédito;

b) quando existir contrato de abertura de crédito, de empréstimo ou financiamento com o penhor da mercadoria que o conhecimento, objeto do endosso, representa, caso em que a tributação é feita em função da garantia, como mandam as Notas 5.ª do art. 1.º e 3.ª do art. 25, da Tabela, pagando a operação apenas o selo do art. 38 da mesma Tabela;

c) quando o endosso for feito por estabelecimento bancário para o fim de constituição de garantia de título cambial em operação de redesconto."

IV — Fica substituída pela seguinte, a tabela de incidência do art. 38 (Segunda Parte — Tabela):

"I — Até Cr\$ 1.000.000,00 . 1%

II — Até Cr\$ 2.000.000,00 .. 1,5%

III — Até Cr\$ 3.000.000,00 . 2%

IV — Acima de Cr\$
3.000.000,00 pelo que
exceder 3%"

V — Fica substituída pela seguinte a tabela de incidência do art. 40 (Segunda Parte — Tabela):

"De mais de Cr\$

10.000,00 por Cr\$

10.000,00 ou fração, ... Cr\$ 5,00"

VI — O parágrafo único do art. 7º da Primeira Parte — Normas Gerais — passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os que emitirem, aceitarem ou derem curso a cheques sem data ou com data falsa não passíveis da multa igual ao valor escrito no cheque".

VII — O art. 16 da Tabela anexa à Consolidação das Leis do Imposto do Selo passa a ter a seguinte redação, mantidas as notas 1 a 6:

"Art. 16. Contrato de compra e venda de bens móveis, excetuados os realizados entre comerciantes e produtores, inclusive os industriais, para fins mercantis no País, e aqueles realizados entre exportadores no País e importadores no exterior, desde que estritamente relacionados com a exportação".

VIII — Fica acrescida a Nota seguinte ao art. 18 da Tabela:

"Nos contratos celebrados pela União, Estados, Municípios, Territórios Federais, Distrito Federal, Autarquias ou Sociedades de Economia Mista, o imposto recai sempre, em sua totalidade, sobre a outra parte contratante, sendo facultado seu recolhimento parcelado, por guia, por ocasião do pagamento das faturas, perante a repartição arrecadadora local, nos 8 (oito) dias subsequentes".

IX — O art. 43 da Primeira Parte — Normas Gerais — passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. Nos papéis em que o valor estiver expresso em moeda estrangeira, o imposto será pago sobre a quantia equivalente em cruzeiros, feita a conversão pela taxa que estiver em vigor no dia em que o selo for devido, para a conversão do valor externo das mercadorias importadas, de acordo com o art. 1º da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, se, nesses papéis, não houver taxa estipulada".

X — Fica elevado para Cr\$ 20.000,00 o limite a que se referem a Nota 6ª do art. 26 e a Nota 2ª do art. 27, da Primeira Parte — Normas Gerais.

XI — VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

§ 3º VETADO.

§ 4º VETADO.

§ 5º VETADO.

§ 6º VETADO.

§ 7º VETADO.

§ 8º VETADO.

XII — É substituído pelo seguinte o art. 50 da Primeira Parte — Normas Gerais:

"Art. 50. A União, os Estados, os Territórios Federais, os Municípios e o Distrito Federal estão isentos do imposto do selo".

Art. 8º Ficam isentos do imposto do selo os contratos de financiamentos agrícolas de entressafra, até o valor correspondente a oitenta vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 9º Ficam igualmente isentos do imposto do selo os contratos de compra e venda, celebrados sob forma de pedidos, orçamentos, propostas ou ofertas, aceitos ou confirmados entre exportadores no País e importadores no exterior, desde que estritamente relacionados com a exportação.

Art. 10. Os tributos federais poderão ser pagos, por meio de cheque emitido contra estabelecimento bancário, pelo próprio contribuinte.

§ 1º Tratando-se de pessoa física, deverão constar do cheque o número da carteira de identidade do emitente e o respectivo endereço.

§ 2º No caso de recusa de pagamento do cheque por falta de provisão o mesmo será imediatamente protestado e, com a certidão de protesto encaminhado diretamente pelo chefe da repartição arrecadadora à autoridade policial local, para o procedimento criminal contra o emitente, independentemente da ação executiva fiscal para cobrança do débito.

Art. 11. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 12. Contar-se-ão em dias úteis os prazos estabelecidos nas leis e regulamentos fiscais, excluídos, sempre, os dias em que não houver expediente nas repartições federais.

§ 1º Os prazos para defesa ou reclamação dos interessados ou para a interposição de recursos aos Conselhos será de vinte (20) dias úteis, contados na forma deste artigo.

§ 2º VETADO.

§ 3º Os prazos para pagamento, reclamação ou recurso que recaírem em feriados locais serão automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil.

Art. 13. No corrente exercício, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, créditos especiais até o montante de Cr\$ 100.000.000.000,00 (cem bilhões de cruzeiros), dos quais Cr\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de cruzeiros) serão destinados a ocorrer ao auxílio aos Estados, de acordo com o art. 4º, e os restantes

Cr\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de cruzeiros) poderão ser aplicados como participação da União no capital de sociedades de economia mista.

Parágrafo único. Pelo menos 30% (trinta por cento) dos recursos destinados por este artigo à participação da União no capital de sociedades de economia mista deverão ser aplicados, pela SPVEA e pela SUDENE, em partes iguais, na Amazônia e no Nordeste, respectivamente.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de agosto de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.389, DE 28 DE
AGOSTO DE 1964

Altera os arts. 273 a 283 do Código da Justiça Militar.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Título II — do processo e julgamento dos crimes de competência do Superior Tribunal Militar — artigos 273 a 283 do Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938), passará a ter a seguinte redação:

"TÍTULO II

Do processo e julgamento dos crimes de competência do Superior Tribunal Militar

Art. 273. No processo e julgamento dos crimes de competência do Superior Tribunal Militar, a denúncia será oferecida ao Tribunal e apresentada ao Presidente para a designação do relator.

Art. 274. O Relator será Ministro togado, designado por escala, cabendo-lhe as atribuições de Juiz instrutor do processo.

Art. 275. Recebida a denúncia, mandará o Juiz instrutor citar o denunciado a intimar as testemunhas.

Art. 276. A formação da culpa seguirá o rito estabelecido para o processo dos crimes de competência do Conselho de Justiça, desempenhando Juiz instrutor as atribuições que o Código confere a esse Conselho.

Art. 277. As funções do Ministério Público serão desempenhadas pelo Procurador-Geral; a de escrivão por funcionário graduado da Secretaria, designado pelo Presidente e as de Oficial-de-Justiça pelo Chefe da Portaria ou seu substituto legal.

Art. 278. Caberá recurso do despacho de relator que:

- a) rejeitar a denúncia;
- b) decretar a prisão preventiva;
- c) julgar extinta a ação penal;
- d) concluir pela incompetência do foro militar;
- e) conceder ou negar menagem.

Art. 279. Findo o prazo para as alegações finais, o escrivão fará os autos conclusos ao relator, o qual se encontrar irregularidades sanáveis ou falta de diligências que julgue necessárias, mandará saná-las ou preenchê-las.

Art. 280. Finda a instrução, o Tribunal procederá, em sessão plenária, ao Julgamento, observando-se o seguinte:

I — Por despacho do relator, os autos serão conclusos ao Presidente, que designará dia e hora para o julgamento, cientificando dessa designação o réu, seu advogado, testemunhas e o Ministério Público.

II — Aberta a sessão, com a presença de todos os Ministros em exercício, será apregoado o réu, e, presente este, o Presidente dará a palavra ao relator, que fará o resumo das principais peças dos autos e da prova produzida, ordenando ao Secretário do Tribunal a leitura de peça ou peças dos autos, quando solicitada por qualquer dos Ministros.

III — Findo o relatório, o Presidente dará, sucessivamente, a palavra ao Procurador-Geral e ao acusado, ou seu defensor, para sustentarem, oralmente, a acusação e a defesa, sendo o uso do tribuna limitada aos prazos estabelecidos pelo Código de Justiça Militar nos julgamentos dos crimes da competência dos Conselhos de Justiça (art. 277 e seus parágrafos).

IV — Encerrados os debates, passará o Tribunal a funcionar em sessão secreta, para proferir o julgamento, cuo resultado será anunciado em sessão pública.

O julgamento efetuar-se-á em uma ou mais sessões, a critério do Tribunal.

VI — Se fôr vencido o relator, o acórdão será lavrado por um dos Ministros togados vencedores, observada a escala, e, na falta destes, por Ministro militar.

Art. 281. Se o réu sóto deixar de comparecer, sem causa justificada, será julgado á revelia, independentemente da publicação de edital.

Art. 282. Sendo o réu revel ou não comparecendo á sessão julgamento, proceder-se-á na forma do art. 225.

Art. 283. Das decisões definitivas ou com força de definitivas, proferidas pelo Tribunal, caberão embargos, dentro de 10 (dez) dias, contados da intimação do acórdão. O réu revel não pode embargar, sem se apresentar á prisão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos

LEI Nº 4.390 — DE 29 DE
AGOSTO DE 1964

Altera a Lei nº 4.131 de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 4º, 5º, 7º, 9º, 10, 11, o parágrafo único do artigo 25, artigos 28 e 43, da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, passam a ter a seguinte redação:

Art. 4º O registro de capitais estrangeiros será efetuado na moeda do país de origem, e o de reinvestimento de lucros simultaneamente em moedas nacional e na moeda do país para o qual poderiam ter sido remetidos, realizada a conversão á taxa cambial do período durante o qual foi comprovadamente efetuado o reinvestimento.

Parágrafo único. Se o capital fôr representado por bens, o registro será feito pelo seu preço no país, de origem ou, na falta de comprovantes satisfatórios, segundo os valores apurados na contabilidade da empresa receptora do capital ou ainda pelo critério de avaliação que fôr determinado em regulamento.

Art. 5º O registro do investimento estrangeiro será requerido dentro de trinta dias da data de seu ingresso no País e independente do pagamento de qualquer taxa ou emolumento. No mesmo prazo, a partir da data da aprovação do respectivo registro contábil, pelo órgão competente da empresa, proceder-se-á ao registro dos reinvestimentos de lucros.

§ 1º Os capitais estrangeiros e respectivos reinvestimentos de lucros já existentes no País, também estão sujeitos a registro, o qual será requerido por seus proprietários ou responsáveis pelas empresas em que estiverem aplicados, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, da data da publicação desta lei.

§ 2º O Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito determinará quais os comprovantes a serem exigidos para concessão do registro dos capitais de que trata o parágrafo anterior.

Art. 7º Consideram-se reinvestimentos, para os efeitos desta lei, os rendimentos auferidos por empresas estabelecidas no País e atribuídos a residentes e domiciliados no exterior, e que forem reaplicados nas mesmas empresas de que procedem ou em outro setor da economia nacional.

Art. 9º As pessoas físicas e jurídicas que desejarem fazer transferências para o exterior a título de lucros, dividendos, juros, amortizações, royalties assistência técnica científica, administrativa e semelhantes, deverão submeter aos órgãos competentes da SUMOC e da Divisão de Imposto sobre a Renda, os contratos e documentos que forem considerados necessários para justificar a remessa.

§ 1º As remessas para o exterior dependem do registro da empresa na SUMOC e de prova de pagamento do imposto de renda que fôr devido.

§ 2º Em casos de registros requeridos e ainda não concedidos, nem denegados, a realização das transferências de que trata este artigo poderá

ser feita dentro de 1 (um) ano, a partir da data desta lei, mediante termo de responsabilidade assinado pelas empresas interessadas, prazo este prorrogável 3 (três) vezes consecutivas, por ato do Presidente da República, em face de exposição do Ministro da Fazenda.

§ 3º No caso previsto pelo parágrafo anterior, as transferências sempre dependerão de prova de quitação do Imposto de Renda.

Art. 10 A Superintendência da Moeda e do Crédito poderá, quando considerar necessário, verificar a assistência técnica, administrativa ou semelhante, prestada a empresas estabelecidas no Brasil, que impliquem remessa de divisas para o exterior, tendo em vista apurar a efetividade dessa assistência.

Art. 11 Os pedidos de registro de contrato, para efeito de transferências financeiras para o pagamento de *royalties*, devido pelo uso de patentes, marcas de indústria e de comércio ou outros títulos da mesma espécie, serão instruídos com certidão probatória da existência e vigência, no Brasil, dos respectivos privilégios concedidos pelo Departamento Nacional de Propriedade Industrial, bem como de documento hábil probatório de que eles não caducaram no país de origem.

Art. 25

Parágrafo único. A multa será imposta pela Superintendência da Moeda e do Crédito, cabendo recurso de seu ato, sem efeito suspensivo, para o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, dentro do prazo de quinze dias da data da intimação.

Art. 28. Sempre que ocorrer grave desequilíbrio no balanço de pagamentos, ou houver sérias razões para prever a iminência de tal situação, poderá o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito impor restrições, por prazo limitado à importação e às remessas de reinvestimentos dos capitais estrangeiros e, para este fim, outorgar ao Banco do Brasil monopólio total ou parcial das operações de câmbio.

§ 1º No caso previsto neste artigo, ficam vedadas as remessas a título de retorno de capitais e limitada a remessa de seus lucros, até 10% (dez por cento) ao ano, sobre o capital e reinvestimentos registrados na moeda

do país de origem, nos termos dos artigos 3º e 4º desta lei.

§ 2º Os rendimentos que excederem a percentagem fixada pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, de acordo com o parágrafo anterior, deverão ser comunicados a essa Superintendência, a qual, na hipótese de se prolongar por mais de um exercício a restrição a que se refere este artigo poderá autorizar a remessa, no exercício seguinte, das quantias relativas ao excesso, quando os lucros nele auferidos não atingirem aquele limite.

§ 3º Nos mesmos casos deste artigo, poderá o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito limitar a remessa de quantias a título de pagamentos de *royalties* e assistência técnica, administrativa ou semelhante, até o limite máximo cumulativo anual de 5% (cinco por cento) da receita bruta da empresa.

§ 4º Ainda nos casos deste artigo, fica o Conselho da SUMOC autorizado a baixar instruções, limitando as despesas cambiais com "Viagens Internacionais".

§ 5º Não haverá, porém, restrições para as remessas de juros e quotas de amortização, constantes de contrato de empréstimo, devidamente registrados.

Art. 43. O montante dos lucros e dividendos líquidos efetivamente remetidos a pessoas físicas e jurídicas, residentes ou com sede no exterior, fica sujeito a um imposto suplementar de renda, sempre que a média das remessas em um triênio, a partir do ano de 1963, exceder a 12% (doze por cento) sobre o capital e reinvestimentos registrados nos termos dos artigos 3º e 4º desta lei.

§ 1º O imposto suplementar de que trata este artigo será cobrado de acordo com a seguinte tabela:

entre 12% e 15% de lucros sobre o capital e reinvestimentos — 40% (quarenta por cento);
entre 15% e 25% de lucros — 50% (cinqüenta por cento);
acima de 25% de lucros — 60% (sessenta por cento).

§ 2º Este imposto suplementar será descontado e recolhido pela fonte por ocasião de cada remessa que exceder à média trienal referida neste artigo.

Art. 2º Ao capital estrangeiro aplicado em atividades (VERADO)....

produtoras de bens e serviços de consumo suntuário, definidas em decreto do Poder Executivo mediante audiência do Conselho Nacional de Economia, é limitada a remessa de lucros para o exterior anualmente, a 8% (oito por cento) do capital registrado na Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 1º As remessas de lucros que excederem o limite estabelecido neste artigo serão consideradas retorno de capital e deduzidas do registro correspondente, para efeito de remessas futuras, sendo facultado, porém, seu reinvestimento nas próprias empresas, quando produtoras de bens e serviços ou em regiões e setores de atividades considerados de interesse para a economia nacional, indicados em decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Nacional de Economia.

§ 2º Nas hipóteses previstas no artigo 28 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 a remessa de lucros dos capitais a que se refere este artigo será limitada até o máximo de 5% (cinco por cento) ao ano sobre o montante dos registros efetuados na forma dos arts. 3º e 4º daquela lei.

Art. 3º Ficam revogados o parágrafo único do art. 29, os arts. 31, 32 e 33 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 e o Decreto nº 53.451, de 20 de janeiro de 1964.

Art. 4º Dentro de 30 dias o Poder Executivo baixará decreto aprovando o regulamento para a execução da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, com as presentes alterações.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 29 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.391 — DE 31 DE
AGOSTO DE 1964

Revalida a autorização para a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), destinados ao cumprimento da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revalidada a autorização ao Poder Executivo, constante do artigo 4º da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962, para a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), destinado ao cumprimento dessa mesma lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.392 — DE 31 DE
AGOSTO DE 1964

Altera o artigo 136, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que trata de amortização e juros de dívidas da União.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Mantido o seu parágrafo único, o artigo 136 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 136. A amortização e os juros correspondentes à dívida da União, conforme o disposto no artigo anterior, serão consignados no orçamento da despesa do Ministério da Fazenda — Caixa de Amortização — sob o título “Fundo de Benefícios da Previdência Social”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Gouveia de Bulhões
Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.393 — DE 31 DE
AGOSTO DE 1964

Cria no Ministério da Educação e Cultura — Conselho Federal de Educação — cargos em comissão de Secretário-Geral e Secretários de Câmaras.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, integrados no Conselho Federal de Educação, os seguintes cargos:

I — (um) cargo em comissão de Secretário-Geral, símbolo 2-C;

II — (quatro) cargos em comissão de Secretário da Câmara, símbolo 4-C.

§ 1º Os Secretários das Câmaras, cujos cargos são criados por este artigo, dirigirão, respectivamente, as Câmaras de Ensino Primário, Médio e Superior e Planejamento.

§ 2º A investidura se fará nos termos do artigo 22 do Regimento do Conselho Federal de Educação.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Sapticy de Lacerda

LEI Nº 4.394 — DE 31 DE
AGOSTO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 16.000.000.000,00 (dezesseis bilhões de cruzeiros) para subscrição dos aumentos de capital da Fábrica Nacional de Motores S. A., pelo Tesouro Nacional.

O Presidente da República

faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 16.000.000.000,00 (dezesseis bilhões de cruzeiros) para atender a subscrição de aumento de capital da Fábrica Nacional de Motores S. A., pelo Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Daniel Faraco

LEI Nº 4.395 — DE 31 DE
AGOSTO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar o crédito especial de Cr\$ 18.002.427,00 para atender ao pagamento de despesas que especifica, relativas ao exercício de 1959.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 18.002.427,00 para pagamento de diferença de vencimentos, salários de mensalistas, substituições, ajuda de custo, salário-família, gratificação adicional por tempo de serviço e de representação, aos Magistrados e funcionários do referido Tribunal e das Auditorias Militares, despesas essas relativas ao exercício de 1959.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.396 — DE 31 DE
AGOSTO DE 1964

Estende ao Município de Barroso a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Barbacena.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estendido ao Município de Barroso (Comarca de Dolores

de Campos), Estado de Minas Gerais, a jurisdição da Junta de Conciliação e Juizamento de Barbacena, no mesmo Estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1964: 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Sussekind

LEI Nº 4.397 — DE 31 DE
AGOSTO DE 1964

Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico a ser importado pela Empresa Telefônica de Limoeiro, para instalação do serviço de telefone na Cidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento telefônico constante da Licença DG.58-9320-9890, emitida pela Carteira de Comercio Exterior, a ser importado pela Empresa Telefônica de Limoeiro, para instalação do serviço de telefones na Cidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1964: 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.398 — DE 31 DE AGOSTO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 660.814,30 (seiscentos e sessenta mil oitocentos e quatorze cruzados e trinta centavos) para atender a pagamentos com exercícios findos a funcionário (salário-família, ajuda de custo, diárias etc.) e a Firmas por fornecimento de material e serviços prestados

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 660.814,30, para pagamentos de dívidas de exercícios findos, como segue:

Pagamentos aos funcionários:

a) Diferença de vencimentos:

Carlos Argelim do Couto	3.699,90
Norival da Costa Guimarães	3.699,90
Guilomar Freitas	3.699,90
Lucinia Lourdes Varady	3.699,90
Carmilde Ararype	3.699,90
Elza Vaz Pinheiro Guimarães	3.699,90
Myriam Pereira de Carvalho Corrêa Neto	3.699,90
Osmar Alves de Oliveira	3.699,90
Bellzane Cardoso	3.699,90
Cid Augusto Ribeiro de Moura	3.699,90

b) Salário-família:

Viúva Leticia da Cunha Marra	7.500,00
Hélio da Silva Guedes	5.500,00
Yaco de Bleasby Fernandes	12.000,00
Manoel Campos Corrêa	1.750,00

c) Salário de Mensalistas:

Geraldo Rodrigues de Oliveira	4.089,60
-------------------------------------	----------

d) Ajuda de Custo:

Flávio Luçan de Oliveira	27.769,60
Eugênio Carvalho do Nascimento	15.473,30

e) Diferença de Abono Provisório:

Geraldo Rodrigues de Oliveira	1.224,20
Carlos Angelino Couto	1.110,00
Norival da Costa Guimarães	1.110,00
Guilomar de Freitas	1.110,00
Lucinia Lourdes Varady	1.110,00
Carmilde Ararype	1.110,00
Elza Vaz Pinheiro Guimarães	1.110,00
Myriam Pereira de Carvalho Corrêa Neto	1.110,00
Osmar Alves de Oliveira	1.110,00
Belizane Cardoso	1.110,00
Cid Augusto Ribeiro de Moura	1.110,00

f) Acréscimo de vencimentos:

Yaco de Bleasby Fernandes	177.753,30
Raul da Rocha Martins	82.166,00
Teóclito Rodrigues de Miranda	81.341,90
Eugênio Carvalho do Nascimento	47.890,00
Flávio Luçan de Oliveira	48.122,40
Renato Dardeau de Albuquerque	5.500,00
Everardo Vieira Ferraz	41.232,00

g) Adicionais por tempo de serviço:

Hélio da Silva Guedes	259,60
Oscar Fernandes	428,30
Henriqueta Pinheiro da Fonseca	8.991,50
Amâncio Sermord	3.950,50
Carlos Angelino do Couto	1.480,00
Norival da Costa Guimarães	2.035,00
Guilomar de Freitas	1.350,00
Lucinia Lourdes Varady	1.420,00
Carmilde Ararype	740,00
Elza Vaz Pinheiro Guimarães	1.110,00
Myriam Pereira de Carvalho Corrêa Neto	1.110,00
Osmar Alves de Oliveira	1.480,00
Belizane Cardoso	1.480,00
Cid Augusto Ribeiro de Moura	1.110,00
Johnkir Conde	7.547,40
Ed. Torres Furtado	8.106,80

Pagamento às firmas por fornecimento de material e serviços prestados:

Companhia Telefônica Brasileira — Superior Tribunal Militar	4.246,50
Companhia Telefônica Brasileira — Superior Tribunal Militar	170,70
Companhia Paulista de Serviço de Gás — 2ª Auditoria da 2ª Região Militar	323,20
Companhia Telefônica Brasileira — 1ª Auditoria da 2ª R.M. — São Paulo	318,20
Companhia Paulista de Serviço de Gás — 2ª Auditoria da 2ª Região Militar — São Paulo	563,10
Companhia Telefônica Brasileira — 1ª Auditoria da 2ª R.M. — São Paulo	2.755,20
Casa Araújo Martins Vidros e Espelhos Ltda.	1.965,60

Total	660.814,30
-------------	------------

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.399 — DE 31 DE AGOSTO DE 1964

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade, modificados pela Lei nº 570, de 22 de dezembro de 1948.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ao Conselho Federal de contabilidade compete fixar as anuidades, multas e emolumentos a que se refere o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 com as alterações constantes da Lei nº 570, de 22 de dezembro de 1948.

Art. 2º A anuidade a ser fixada, para contadores e guarda-livros, não poderá ser superior a 1,5 % (um e meio por cento) do salário-mínimo mensal vigorante na região em que estiver o profissional exercendo sua atividade, e de 5% (cinco por cento) sobre o mesmo salário para as firmas, empresas e sociedades aludidas no artigo anterior.

Parágrafo único. Para efeito de cálculo, serão arredondados para cima para Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), a fração deste valor constante do salário-mínimo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Sussekine

LEI Nº 4.400 — DE 31 DE AGOSTO DE 1964

Altera a Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados os seguintes artigos e parágrafos da Lei número 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que passam a ter a redação que se segue:

“Art. 12.

§ 1º

b) de 3 a 5 diretores, conforme a fixação, em decreto, pelo Presidente da República, eleitos pela Assembléa Geral, com mandato de três anos,

c) de 2 a 4 conselheiros, conforme, igualmente, a fixação em decreto pelo Presidente da República, eleitos pela Assembléa Geral, também com mandatos de três anos.

§ 2º A Diretoria Executiva compor-se-á do Presidente e dos Diretores.

Art. 13. O Conselho Fiscal será constituído de cinco membros efectivos e cinco suplentes com mandato de um ano, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º Na composição do Conselho Fiscal, um membro efectivo e seu suplente serão eleitos pelos titulares de acções preferenciais, sendo que, para cada uma das outras vagas, a Assembleia Geral elegerá candidatos cujos nomes, em lista triplice, serão fornecidos, respectivamente, pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitectura, pelo Conselho Federal de Economistas Profissionais e sucessivamente, uma em cada ano, pela Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional do Comércio.

Art. 15.

§ 4º. Somente com autorização do Presidente da República, ouvido o Ministro das Minas e Energia, poderá a sociedade tomar acções de empresas produtoras e distribuidoras de energia eléctrica, que não estejam sob o contróle da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 26. O suprimento de energia eléctrica, pela Eletrobrás, a outras empresas, para efeito de distribuição as zonas de que estas últimas sejam concessionárias, será realizado na forma e mediante tarifas estabelecidas pela legislação em vigor.

Art. 2º A concessão de financiamento a sociedades de economia mista, em que os Estados ou Municípios sejam majoritários, não confere à Eletrobrás direito de lhes indicar diretor.

Art. 3º. São revogados os §§ 3º e 4º, do art. 12, o § 3º do art. 13, o art. 20, *caput*, e o parágrafo único do art. 26, mantendo-se, como artigo autónomo, e na mesma ordem de numeração, o parágrafo único do artigo 20.

Art. 4º O disposto no § 5º do art. 74, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, não alcança o parágrafo único do art. 11, da Lei número 3.890-A, de 25 de abril de 1961.

Art. 5º. Será representante da União nas Assembleias Gerais da Eletrobrás o Ministro das Minas e Energia ou pessoa por ele credenciada.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mauro Thibau

LEI Nº 4.401 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1964

Estabelece normas para a licitação de serviços e obras e aquisição de materiais no Serviço Público da União, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os procedimentos referentes à contratação de serviços, ou obras pelo regime de empreitada, bem como a aquisição de material, equipamentos e animais destinados ao serviço público, de administração direta e de

administração descentralizada, obedecerão às seguintes normas:

I — Faz-se-a licitação por concorrência pública:

a) para a execução de serviços ou obras, de montante superior a 500 vezes o valor do maior salário-mínimo;

b) para aquisição de materiais e equipamentos de montante igual ou superior a 500 vezes o valor do maior salário-mínimo.

II — Será exigida a licitação por concorrência administrativa;

a) para a execução de serviços ou obras de montante igual ou inferior a 500 vezes o valor do maior salário-mínimo;

b) para aquisição de materiais e equipamentos de montante inferior a

500 vezes o valor do maior salário-mínimo.

III) Será dispensada... VETADO ... a coleta de preços:

a) para a execução dos serviços ou obras de montante inferior a cem vezes o valor do maior salário-mínimo;

b) para a aquisição de materiais e equipamentos de montante inferior a oitenta vezes o valor do maior salário-mínimo.

IV — Ficam dispensadas as concorrências:

a) para aquisição e execução de serviços ou obras que, por motivo de interesse nacional, a juízo do Presidente da República, não permitirem publicidade ou a demora do processamento das concorrências;

b) para aquisição e execução de serviços ou obras que, por circunstâncias especiais ou imprevistas, forem considerados de caráter urgente, a juízo do Presidente da República;

c) a critério do Ministro de Estado, para aquisição de materiais, ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, bem como para a execução de serviços dependentes de profissionais de notória especialização;

d) para a aquisição de animais;

e) para arrendamento ou aquisição de imóveis destinados ao serviço público, quando tiverem características especiais, a juízo do Ministro de Estado;

f) quando não houver acudido nenhum proponente a uma licitação anterior.

V — ...VETADO ...

1º Nas hipóteses deste artigo, poderá ser também dispensada a coleta de preço, em casos devidamente justificados, a juízo do Presidente da República ou do Ministro de Estado, conforme a competência nêle prevista.

§ 2º Poderão ser também dispensadas concorrências ou tomada de preços, em casos de urgência especial, a critério do Ministro de Estado, para a aquisição de gêneros alimentícios nos locais da produção.

§ 3º Em qualquer hipótese, sempre que a administração julgar preferi-

vel poderá licitar o fornecimento de bens e equipamentos ou a execução de serviços ou obras, de qualquer valor, mediante concorrência pública.

Art. 2º A despesa decorrente da aplicação das letras a e b do item III do art. 1º poderá ser feita mediante ajuste e independerá de registro.

Art. 3º A coleta de preços far-se-á mediante carta-convide expedida, pelo menos a 3 (três) licitantes e com 5 (cinco) dias úteis no mínimo de antecedência, verificada por protocolo.

Art. 4º A licitação, para aquisição de material ou execução de serviços ou obras, por concorrência pública ou administrativa, indicará, pelo menos:

a) dia, hora e local da licitação;

b) quem receberá as propostas;

c) condições de apresentação das propostas;

d) critério de julgamento das propostas;

e) descrição sucinta do objeto da licitação;

f) local em que serão prestadas informações e fornecidas plantas, instruções, especificações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento da licitação;

g) prazo máximo para cumprimento do objeto da licitação;

h) valores da caução para licitação e para contrato, quando fôr o caso.

Art. 5º Entre os proponentes julgados idôneos e admitidos à licitação, o vencedor será aquele que oferecer menor preço, salvo se a comissão julgadora, por razões técnicas, considerar outra proposta como a mais conveniente.

Parágrafo único. Quando o edital de concorrência admitir discriminação por item, a licitação poderá prever a preferência às propostas de menor preço para cada item, independentemente do preço global de cada proposta. Se tal preferência não fôr prevista, as propostas serão indivisíveis.

Art. 6º É da competência do Ministro de Estado determinar quais as despesas que se enquadram na hipótese da alínea I, do artigo 49 da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949.

Art. 7º ...VETADO...

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Ernesto de Mello Baptista

Arthur d. Costa e Silva

Vasco da Cunha

Juarez Tavora

Hugo de Almeida Leme

Flávio Lacerda

Arnaldo Sussekind

Nelson Freire Lavenère Wanderley

Luiz Vicente Belford de Ouro

Preto

Daniel Faraco

Maurio Thibau

Roberto Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.402. — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1964

Transfere para a Universidade do Brasil o Escritório Técnico da Cidade Universitária, da Divisão de Edifícios Públicos do Departamento Administrativo do Serviço Público, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Escritório Técnico da Cidade Universitária, (E. T. U. B.) instituído na Divisão de Edifícios Públicos do Departamento Administrativo do Serviço Público pelo Decreto-lei nº 7.217, de 30 de dezembro de 1944, fica transferido para a Universidade do Brasil, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º Os servidores do Escritório Técnico da Cidade Universitária que passaram à categoria de funcionários públicos ... VETADO... são transferidos para a Universidade do Brasil.

§ 1º Os servidores do Departamento Administrativo do Serviço Público e os requisitados de outras repartições que atualmente servem no ... E.T.U.B. poderão continuar prestando essa colaboração, até que seja aprovado o quadro... VETADO...

§ 2º Poderão ser aproveitados no preenchimento dos cargos constantes do Quadro a que se refere o parágrafo anterior os servidores que atualmente servem no E.T.U.B.

Art. 3º Fica instituída na Universidade do Brasil uma comissão supervisora do planejamento e da execução das obras da Cidade Universitária composta de oito membros, presidida pelo Reitor da Universidade do Brasil. Participarão, como membros, um representante do Ministério da Educação e Cultura, outro do Departamento Administrativo do Serviço Público e o Diretor do Escritório Técnico da Cidade Universitária; os demais membros serão escolhidos na forma determinada pelo Conselho Universitário da Universidade do Brasil.

Parágrafo único. A Comissão terá um secretário, designado pelo seu Presidente e funcionará de acordo com as normas que forem aprovadas pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 4º Dentro do prazo de 90 (noventa) dias da data da vigência desta lei, a Reitoria da Universidade do Brasil submeterá ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Educação e Cultura, projeto do regimento do E.T.U.B.

Art. 5º O Departamento Administrativo do Serviço Público e a Reitoria da Universidade do Brasil providenciarão, conjuntamente, a lavratura dos termos que forem imprescindíveis para efetivar a transferência do acervo material do Escritório Técnico da Cidade Universitária.

Art. 6º Passarão para o patrimônio da Universidade do Brasil, além dos imóveis construídos e em construção na Ilha da Cidade Universitária, todos os terrenos e respectivos acessórios de marinha relacionados no artigo 1º do Decreto nº 47.535, de 29 de dezembro de 1959, respeitada a utilização específica determinada pelo artigo 2º do referido Decreto.

Art. 7º O cargo de Diretor do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, símbolo 3-C, constante das tabelas que foram baixadas com a Lei nº 3.780, de 1 de julho de 1960, e integrado no quadro do Departamento Administrativo do Serviço Público, fica transferido, com a respectiva dotação, para o Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 8º Os créditos concedidos ao E.T.U.B. ficam transferidos à Uni-

versidade do Brasil, através do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Lacerda

LEI Nº 4.403 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1964

Dispõe sobre bens e direitos de Companhias de Seguro Alemãs.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Cessam nesta data, todos os efeitos da legislação de guerra sô-

bre os bens e direitos das Companhias de Seguro Alemãs que tiveram suas cartas, patentes cassadas.

Art. 2º O Instituto de Resseguros do Brasil, mandatário da União, por disposição do Decreto-lei nº 4.636, de 31 de agosto de 1942, promoverá a restituição de todos os bens, direitos, documentos e saldos existentes em seu poder aos representantes credenciados pelas Companhias de Seguro Alemãs, lavrando-se o competente termo de restituição com plena e geral quitação da administração e de todos os atos praticados pelo Instituto mandatário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Daniel Faraco

LEI Nº 4.404 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a nacionalidade de menor estrangeiro residente no País, filho de pais estrangeiros naturalizados brasileiros e aqui domiciliados.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O menor estrangeiro residente no País, filho de pais estrangeiros naturalizados brasileiros e aqui domiciliados, é considerado brasileiro para todos os efeitos.

Art. 2º Atingida a maioridade, deverá o interessado, para conservar a nacionalidade brasileira, optar por ela, dentro de quatro anos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

LEI Nº 4.405 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1964

Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00, para fins que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00 (novecentos e oitenta milhões de cruzeiros), destinado às despesas de qualquer natureza com a instalação e o funcionamento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, do Distrito Federal, bem como dos serviços de polícia civil, integrados pelos servidores civis e militares que retorna-

ram à esfera da União, *ex vi* do artigo 46 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 2º Para abertura do crédito especial de que trata a presente lei, ficam dispensadas as consultas a que se refere o artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 3º O crédito especial em questão será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Cumprida essa formalidade, o crédito especial de que se trata será colocado, no Banco do Brasil S. A., à disposição do Diretor da Divisão do Material do D. A. do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que aplicará e, depois de esgotados os recursos, apresentará prestação de contas ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, para o competente encaminhamento ao Tribunal de Contas.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.406 — DE 15 DE
SETEMBRO DE 1964

Incorpora à Universidade do Paraná o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incorporado à Universidade do Paraná o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O Instituto a que se refere este artigo fica vinculado, com o Instituto de Pesquisas não complementar, ao Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná.

Art. 2º Ficam incorporados ao Patrimônio da União, livres de quaisquer ônus ou indenizações, de acordo com a Lei Estadual nº 3.728, de 21 de julho de 1958 todos os bens

imóveis, móveis e semoventes do referido Instituto.

§ 1º A transferência do patrimônio far-se-á mediante inventário e avaliação, que será procedida por representantes dos Governos da União e do Paraná.

§ 2º O patrimônio transferido passa a ser administrado pela Universidade do Paraná, na forma de seus estatutos.

Art. 3º Ficará assegurado o aproveitamento dos servidores do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, no quadro do Pessoal da Universidade do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 51.356, de 24 de novembro de 1961, cujas admissões tenham sido publicadas no órgão oficial do Estado até 31 de maio de 1964.

Art. 4º O Poder Executivo, criará, no Quadro do Pessoal da Universidade do Paraná, obedecidas as prescrições legais, os cargos necessários ao aproveitamento definitivo do pessoal de que trata esta lei.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, a Universidade do Paraná apresentará ao Ministério da Educação e Cultura a relação dos servidores do Instituto, especificando a forma de investidura, a natureza dos serviços desempenhados, a data da nomeação ou a admissão e a remuneração de cada um procedendo de maneira idêntica com relação às funções gratificadas.

§ 2º O tempo de serviço prestado ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas pelos servidores aproveitados será contado para os fins constantes do artigo 192 da Constituição Federal.

Art. 5º Os recursos necessários ao atendimento dos encargos desta lei serão os constantes das dotações da própria Universidade.

Art. 6º Dentre, de 30 (trinta) dias, contados da data da vigência desta lei, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas submeterá ao Conselho Universitário do Paraná o projeto do seu novo Regimento Interno, revendo-se até a sua aprovação, no que couber, pelo seu atual Regulamento.

Parágrafo único. O novo Regimento Interno disporá sobre a forma pela qual o Instituto continuará mantendo as suas divisões e serviços que atendam às necessidades agrícolas, pastoris e industriais do Estado do Paraná.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1965, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de setembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Flávio Lacerda

LEI Nº 4.407 — DE 15 DE
SETEMBRO DE 1964

Autoriza a Sociedade Brasileira de Educação a alienar terreno que lhe foi doado pela União Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É a Sociedade Brasileira de Educação autorizada a alienar, com as benfeitorias construídas, o terreno, que lhe foi doado pela União, nos termos do Decreto-lei nº 8.340, de 10 de dezembro de 1945, com a área de dez mil metros quadrados (10.000 m²) situado, no Bairro Cidade Jardim, no perímetro urbano da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O preço da alienação será, no mínimo, o que for estabelecido pela Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Estado de Minas Gerais.

Art. 3º O produto da alienação do imóvel, na forma do artigo anterior, deverá ser depositado, em conta especial, no Banco do Brasil S.A., e só poderá ser aplicado na obra projetada, mediante fiscalização da Delegacia do Patrimônio da União, em Belo Horizonte.

Art. 4º A Sociedade Brasileira de Educação se obriga a assegurar — Vetado — a gratuidade de ensino para 100 (cem) alunos, comprovada sempre a condição de proleza dos beneficiários.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de setembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.408 — DE 21 DE
SETEMBRO DE 1964

Autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É autorizada a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), destinado a custear o contrato, a ser celebrado entre o Departamento de Administração do mesmo Ministério e a IBM do Brasil — Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. — para o preparo, em serviços mecanizados de contabilidade, das folhas e cheques de pagamento do pessoal civil que retornou aos serviços federais em virtude de opção nos termos do artigo 46 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 2º São dispensadas as consultas a que se refere o art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade para a abertura de crédito de que trata a presente lei, o qual será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas ficando “em ser” no mesmo Tribunal.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.409 — DE 24 DE
SETEMBRO DE 1964

Concede pensão especial de..... Cr\$ 3.000,00 a Maria Nazaré Souza Ferreira, viúva do ex-marinheiro da Aliança de Belém José Alves Ferreira, morto por afogamento quando em serviço.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida a Maria de Nazaré Souza Ferreira, viúva de José

Alves Ferreira, marinheiro da classe "3" do Ministério da Fazenda, falecido em 22 de julho de 1942, a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento dos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.410 — DE 24 DE
SETEMBRO DE 1964

Institui prioridade para os feitos eleitorais, e dá outras providências,

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os feitos eleitorais terão prioridade na participação do Ministério Público e na dos juizes de todas as Justicas e instâncias, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança.

§ 1º Consideram-se feitos eleitorais as questões levadas à Justiça que tenham por objeto o provimento ou o exercício dos cargos eletivos.

§ 2º Na segunda instância, para a referida prioridade ser cumprida, serão convocadas sessões extraordinárias quando preciso.

Art. 2º Os que infringirem o disposto no art. 1º cometem o crime de responsabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.411 — DE 24 DE
SETEMBRO DE 1964

Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — do crédito especial de Cr\$ 323.157,10, para pagamento de dívidas de exercícios findos.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de Cr\$ 323.157,10 (trezentos e vinte e três mil cento e cinquenta e sete cruzeiros e dez centavos), para pagamento das seguintes dívidas de exercícios findos:

Cr\$

1) Dr. Raul Vieira Pires — Diferença de adicionais: referentes aos exercícios de 1956 e 1960	164.025,40
2) Doutor Pajehú Macedo Silva, idem referente aos exercícios de 1959 e 1960	159.131,70
	<hr/> 323.157,10

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.412 — DE 24 DE
SETEMBRO DE 1964

Concede isenção de licença, impostos e taxas que recaem na importação de uma clínica móvel de campo, completamente equipada, doada à União Norte Brasileira da Igreja Adventista do Setimo Dia, que se encontra no Porto de Nova Iorque.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção de imposto de importação e de consumo incidentes na importação de uma clínica móvel de campo, completamente equipada, doada à União Norte Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, com sede na Cidade de Belém, do Pará, e que se encontra no Porto de Nova Iorque.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.413 — DE 24 DE
SETEMBRO DE 1964

Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Nacional de Alcalis e das outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a promover a elevação do capital da Companhia Nacional de Alcalis, de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros) para..... Cr\$ 25.000.000.000,00 (vinte e cinco bilhões de cruzeiros), aumento esse que será integralizado no ato da subscrição, de forma integral.

§ 1º O aumento de que trata esse artigo será dividido em ações ordinárias nominativas do valor de..... Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma.

§ 2º Aos atuais acionistas é assegurado o direito de preferência para a subscrição proporcional de ações.

Art. 2º É o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a subscrever, pelo Tesouro Nacional, as ações necessárias à integralização do novo capital, pelo seu valor nominal, inclusive aqueles sobre os quais não fôr exercido o direito de preferência dentro do prazo legal.

Parágrafo único. Parte das ações que o Tesouro Nacional subscrever, guardada, no mínimo, a proporção que o mantenha detentor da metade do capital em ações ordinárias e mais uma, poderá ser cedida, se houver conveniência, a empresas brasileiras e a cidadãos brasileiros pelo valor do capital realizado.

Art. 3º É o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, até a importância de Cr\$ 24.200.000.000,00 (vinte e quatro bilhões e duzentos milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesa com a integralização das ações, a que se refere o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.414 — DE 24 DE
SETEMBRO DE 1964

Regula o pagamento de juros moratórios pela União, pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e autarquias.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as autarquias, quando condenados a pagar juros de mora, por este responderão na forma do direito civil.

Art. 2º Ficam revogados o art. 3º do Decreto nº 22.785 de 31 de maio de 1933 e todas as demais disposições legais em contrário ao estabelecido nesta lei.

Brasília, 24 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Milton Soares Campos
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
Vasco da Cunha
Otávio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora*

Hugo de Almeida Leme

Flavio Lacerda

Arnaldo Sussekind

*Nelson Freire Lavenère Wander-
len*

*Luiz Vicente Belford de Ouro
Prêto*

Daniel Faraco

Mauro Thibau

Roberto de Oliveira Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.415 — DE 24 DE
SETEMBRO DE 1964

Altera a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Assegurados aos atuais Diplomatas, até que sejam promovidos à classe imediatamente superior, os limites fixados na legislação anterior, o § 1º do art. 38 da Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º Serão aposentados compulsoriamente os Diplomatas que atingirem os seguintes limites de idade:

Ministros de Primeira Classe — 65 anos;

Ministros de Segunda Classe — 60 anos;

Primeiros Secretários — 55 anos;

Segundos Secretários — 50 anos;”

Art. 2º As letras “a” e “c” do artigo 37 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, passam a ter a seguinte redação:

“a) as promoções a Ministro de Primeira Classe obedecerão exclusivamente ao critério de merecimento, devendo o candidato contar, pelo menos, vinte anos de serviço na carreira, dos quais dez prestados no exterior.

c) as promoções a Ministro de Segunda Classe obedecerão aos critérios de merecimento e antiguidade na proporção de cinco (5) vagas por merecimento e uma (1) por antiguidade, devendo, no primeiro caso, o candidato contar, pelo menos, quinze anos de serviço na carreira, a metade dos quais prestados no exterior”.

Art. 3º As promoções na Carreira do Diplomata obedecerão ao disposto na Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961 e, na composição do Quadro de Acesso a que se refere o parágrafo único do artigo 18 da mesma lei, concorrerão os Diplomatas colocados, por ordem de antiguidade, na primeira metade da respectiva classe.

Art. 4º Os Ministros de Segunda Classe que, além de preencherem as exigências estabelecidas no parágrafo 3º do artigo 23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961 e contarem com três anos na sua classe, poderão ser, eventualmente, comissionados como Embaixadores.

Parágrafo único. Os Ministros de Segunda Classe já designados para as funções em comissão a que se refere o parágrafo 3º do artigo 23 da Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961, poderão continuar em exercício até ser considerado concluído o comissionamento do funcionário.

Art. 5º Os atuais cargos isolados de Ministro para Assuntos Econômicos de Primeira e Segunda Classes, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente — do Ministério das Relações Exteriores, passarão a denominar-se “Ministro de Assuntos Comerciais”.

Parágrafo único. Os Ministros de Assuntos Comerciais de Primeira e Segunda Classes, segundo a nova denominação prevista neste artigo, serão aposentados compulsoriamente quando atingirem 65 e 60 anos de idade, respectivamente.

Art. 6º Os Ministros de Assuntos Comerciais poderão, no interesse da administração, prestar igualmente serviços na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em igualdade de condições com os diplomatas de classe correspondente.

Parágrafo único. Aos Ministros de Assuntos Comerciais competirá, preferencialmente, a direção dos Serviços de Expansão e Propaganda Comercial (SEPRO), no exterior, sem prejuízo dos interesses gerais da administração.

Art. 7º O preenchimento das vagas de Ministro de Assuntos Comerciais, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério das Relações Exteriores, ficará condicionado à prévia aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes propostos pelo Poder Executivo.

Art. 8º Ficam extintos os 21 cargos isolados de Cônsul Privativo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 9º Ficam criados, no Quadro de Pessoal — Parte Suplementar —

do Ministério das Relações Exteriores, 21 cargos isolados de Oficial de Chancelaria, nível 13, que serão preenchidos pelo atuais ocupantes de cargo isolado de Cônsul Privativo, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério das Relações Exteriores.

§ 1º Os cargos de Oficial de Chancelaria a que se refere o presente artigo serão extintos e suprimidos à medida que vagarem.

§ 2º Os atuais ocupantes de cargo isolado de Cônsul Privativo poderão ainda ser, a qualquer tempo, aproveitados em cargo público, inclusive autárquico, desde que requeiram ao Presidente da República, possuam estabilidade funcional e satisfaçam os requisitos profissionais exigidos para o exercício da nova função.

Art. 10. Ficam criados, no Quadro de Pessoal — Parte Suplementar — do Ministério das Relações Exteriores, 15 cargos em comissão, símbolo 12-C, de Cônsul Privativo.

Art. 11. O Poder Executivo baixará, por Decreto, a regulamentação da presente lei.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

LEI Nº 4.416 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1964

Prorroga a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato).

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de novembro de 1964, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.417 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 30.567.300.000,00 (trinta bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros), para fins que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 30.567.300.000,00 (trinta bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros), para atender ao custeio de obras em andamento e cujo prosseguimento foi retardado por deficiência de recursos orçamentários em exercícios anteriores, sendo, Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para a Rede de distribuição da usina termelétrica de Manaus, no Amazonas, ... Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para obras de expansão da capacidade geradora de Belém, no Pará; Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) para melhoria da usina termelétrica de São Luiz e de sua rede de distribuição; Cr\$ 4.927.300.000,00 (quatro bilhões, novecentos e vinte e sete milhões e trezentos mil cruzeiros) para reforço do Fundo Federal de Eletrificação, mediante aumento de capital da CHEFF, e destinada, às obras da linha de transmissão Milagres — Fortaleza e respectivas subestações, no Estado do Ceará; Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para a rede de distribuição no Estado de Sergipe, de energia da Hidrelétrica de Paulo Afonso; Cr\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros)

ros) para a linha de transmissão Catu — Bananeiras e Subestação abaixadora correspondente, no Estado da Bahia; Cr\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de cruzeiros) para obras da Usina de Suíça, inclusive do reservatório de acumulação no Alto Santa Maria e respectivas desapropriações no Estado do Espírito Santo; Cr\$ 5.870.000.000,00 (cinco bilhões oitocentos e setenta milhões de cruzeiros) para a linha de transmissão e subestação de interligação das Usinas de Peixotos e Cachoeira Dourada... VETADO... Cr\$ 6.600.000.000,00 (seis bilhões, e seiscentos milhões de cruzeiros) para as obras da segunda etapa de Cachoeira Dourada, inclusive linhas de transmissão e subestações Cr\$ 1.040.000.000,00 (um bilhão e quarenta milhões de cruzeiros) para as obras da usina hidrelétrica de Mimoso, no Estado de Mato Grosso; Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) para a linha de transmissão da Usina termelétrica de Figueira, no Paraná, trecho de Ponta Grossa — Curitiba; Cr\$ 5.080.000.000,00 (cinco bilhões e oitenta milhões de cruzeiros) para a conclusão da primeira etapa da Usina de Capivari, que servirá aos Estados de Santa Catarina e Paraná; Cr\$ 1.150.000.000,00 (um bilhão e cento e cinquenta milhões de cruzeiros) para aplicação nas Usinas Palmeira, Garcia e Sistema Sotela... VETADO... em Santa Catarina... VETADO...; Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros) para construção e ampliação de subestações da Termelétrica de Charqueadas, linha de transmissão Cachoeirinha — Porto Alegre e linhas de transmissão da Usina de Alegrete; Cr\$ 1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de cruzeiros) para regularizar a posição devedora da Companhia Hidrelétrica de São Francisco perante o Tesouro Nacional, resultante do pagamento de avais em títulos de financiamento do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Art. 2º A aplicação do presente

crédito será feita observadas as normas instituídas na Lei nº 1.489, de 10 de dezembro de 1951, ou em convênio com os respectivos empreendedores.

Art. 3º O crédito especial de que trata esta lei será automaticamente

registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional, e poderá, também, ser aplicado na liquidação de compromissos em atraso, devidos em exercícios anteriores, desde que decorrentes da execução de obras previstas no artigo 1º.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Mauro Thibau

LEI Nº 4.418 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1964

Altera o limite quantitativo, inclui novos doadores e amplia o prazo de vigência da Lei nº 4.184, de 17 de dezembro de 1962.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ampliada para 80.000 toneladas e prorrogado até 1.975, inclusive, respectivamente, o limite quantitativo e o prazo de vigência a que se refere a Lei nº 4.184, de 17 de dezembro de 1962, que concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela Catholic Relief Services — NOWC — (Conferência dos Bispos Norte-Americanos), ou pela Caritas Internationalis a suas associadas da Europa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.419 — DE 29 DE SETEMBRO
DE 1964

Isenta de imposto de importação e de consumo, equipamento e acessórios de uma estação transmissora de televisão e máquinas gravadoras (video-tape).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de imposto de importação e de consumo para equipamento e acessórios de uma estação transmissora de televisão e máquinas gravadoras (video-tape), destinado à Rádio Globo S. A. e cobertos pelo PA-64-1.268 — Prot. 1.237, que altera a licença DG-60-7.484 — 185.056, pela licença de importação DG-64-2.189 — 2.054, pelo certificado de cobertura cambial, bem como pela licença a ser emitida pela Carteira de Comércio Exterior cobrindo a importação correspondente a US\$ 85.216,40 "Fob".

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional devidamente registrado, nem a taxa de despacho aduaneiro.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.420 — DE 29 DE SETEMBRO
DE 1964 .

Concede pensão especial de Cr\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte cruzeiros) a Nicolau Janrô, ex-extranumerário-diarista do Ministério da Marinha.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a pensão especial de Cr\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte cruzeiros) mensais ao ex-extranumerário-diarista Nicolau Janrô, do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha, que se encontra cego, deformado e incapacitado total e permanentemente para prover sua própria subsistência.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada ao pagamento de pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ernesto de Mello Baptista

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.421

Ainda não foi publicada no D. O.

LEI Nº 4.422 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 934.526.904,70 (novecentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil, novecentos e quatro cruzeiros e setenta centavos), em reforço das seguintes dotações: Verba 1.0.00 — Custeio; Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil. Subconsignação 1.1.01 e 1.1.04 do orçamento vigente (Lei número 4.295-63).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$... 934.526.904,70 (novecentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e

seis mil, novecentos e quatro cruzeiros e setenta centavos), em reforço da seguinte dotação consignada no Orçamento Geral da União (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963).

Anexo 5	— Poder Judiciário
Item 01	— Supremo Tribunal Federal
Verba 1.0.00	— Custeio
Consignação	— Pessoal Civil
Subconsignação 1.1.01	— Vencimentos e vantagens fixas

Itens:

01 — Vencimentos:

	Cr\$
a) Despesa do Quadro Permanente	578.441.759,70
b) Despesa do Quadro Suplementar (Lei 4.279-63)	67.168.500,00
Item 09 — Gratificação de Risco de Vida	1.083.040,00
Item 11 — Gratificação Adicional por tempo de serviço ..	145.477.286,50
a) Despesa do Quadro Suplementar (Lei 4.279-63)	33.584.250,00
Total do Item 11 — Gratificação Adicional	179.061.536,50

— Subconsignação 1.1.04 — Diárias

Na base da Lei nº 4.242-63	108.772.068,50
Total Geral da Suplementação	934.526.904,70

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Octávio Gouveia de Bulhões

APENSO

No "Apenso" dos volumes da Coleção das Leis figurarão:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 4.343 — DE 19 DE
JUNHO DE 1964

Dispõe, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, sobre o tempo de serviço prestado pelo pessoal brasileiro à Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Computar-se-á, integralmente, como serviço público federal, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço regularmente prestado pelo pessoal brasileiro à Comissão Mista Ferroviária

Brasileiro-Boliviana.

Art. 2º A contagem do tempo de serviço a que se refere o artigo anterior será feita à vista de certidão expedida pelo Serviço de Pessoal da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, autenticada pelo Engenheiro-Chefe.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

Juarez Távora

LEI Nº 4.345 — DE 26 DE JUNHO DE 1964

Partes mantidas pelo Congresso Nacional do Projeto que se transformou na Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, que institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, os seguintes dispositivos:

Art. 27.

§ 1º. A aplicação do disposto neste artigo não prejudicará a situação dos atuais ocupantes dos cargo de Ascensorista, níveis 10 e 12, bem como dos de Agente Postal, níveis 14 e 16.

§ 2º. Os cargos de que trata o parágrafo anterior irão sendo gradativamente transformados, à medida que vagarem, de acordo com o seguinte critério:

- a) os de Ascensorista, níveis 10 e 12, nos de nível 8; e
- b) os de Agente Postal, níveis 14 e 16, respectivamente, nos de níveis 10 e 12

Brasília, 24 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.345 DE 26 DE
JUNHO DE 1964

Institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

Retificação

Na primeira página, 1ª coluna, onde se lê: 8 ... 283.000,00 -- 9 ... 267.000,00. — Leia-se: 8 C 283.000,00 — 9 C ... 267.000,00. — Na 2ª coluna, onde se lê: — 12 F ... 15 000,00 — Leia-se: 12 F 150.000,00. — Na 4ª coluna, § 1º do Art. 4º, onde se lê: ... e os de fessor de Ensino Secundário ... Leia-se: ... e os de Professor de Ensino Secundário ... — Na página 5627, 1ª coluna, art. 17, onde se lê: ... da Lei nº 4 42, de 17 de julho de 1963. — Leia-se: ... da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963. — Na 2ª coluna, art. 19, onde se lê: — A aplicação desta lei às autarquias so. ciedades... — Leia-se: A aplicação desta lei às autarquias e sociedades ... — Na 3ª coluna, § 2º do Art. 21, onde se lê: ... Serviço Público e aprova pelo Presidente... — Leia-se: ... Serviço Público e aprovadas pelo Presidente... — No art. 23, onde se lê: ... dependerá de via habilitação em concurso... — Leia-se: ... dependerá de prévia habilitação em concurso... Na 4ª coluna, art. 24, onde se lê: ... excluídos os em comi. ao, exercidos na Prefeitura... Leia-se: ... excluídos os em comissão, exercidos na Prefeitura ... — No parágrafo único do mesmo artigo onde se lê: Fica o Poder Executivo autorizado... Leia-se: Fica o Poder Executivo autorizado... — Na página 5628, 1ª coluna, art. 33, — onde se lê: ... venham o fazer jus, ... Leia-se: ... venham a fazer jus... Na 3ª coluna, art. 42, onde se lê: ... o que será automaticamente registrado ... Leia-se: ... o qual será automaticamente registrado ...

Parágrafo único do artigo 20, onde se lê: ... autarquias de que trata o Decreto nº 51.688, de 17 de janeiro ... Leia-se: ... autarquias de que trata o Decreto nº 51.668, de 17 de janeiro...

LEI Nº 4.347 — DE 26 DE
JUNHO DE 1964

Isenta dos impostos de importação e de consumo a importação de uma "Bomba de Cobalto" e de seus respectivos acessórios, destinados à Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica isento do pagamento dos impostos de importação e de consumo uma BOMBA DE COBALTO e seus respectivos acessórios destinados à Santa Casa de Misericórdia de Santos no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 25 de junho 1964: 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.348 — DE 26 DE
JUNHO DE 1964

Estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança

O Presidente da República
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos processos de mandado de segurança serão observadas as seguintes normas:

a) é de dez dias o prazo para a prestação de informações de autoridade apontada como coatora VETADO

b) a medida liminar somente terá eficácia pelo prazo de (90) noventa dias a contar da data da respectiva concessão, prorrogável por (30) trinta dias quando provadamente o acúmulo de processos pendentes de julgamento justificar a prorrogação.

Art. 2º Será decretada a perempção ou a caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo, deixar de promover, por mais de (3) três dias os atos e diligências que lhe cumprirem, ou abandonar a causa por mais de (20) vinte dias.

Art. 3º As autoridades administrativas, no prazo de (48) quarenta e oito

horas da notificação da medida liminar, remeterão ao Ministério ou ao órgão a que se acham subordinadas e ao Procurador-Geral da República ou a quem tiver a representação judicial da União, do Estado, do Município ou entidade apontada como coatora, cópia autenticada do mandado notificatório, assim como indicações e elementos outros necessários às providências a serem tomadas para a eventual suspensão da medida e defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder.

Art. 4º Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o Presidente do Tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso (VETADO) suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar, e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo no prazo de (10) dez dias, contados da publicação do ato.

Art. 5º Não será concedida a medida liminar de mandados de segurança impetrados visando à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens.

Parágrafo único. Os mandados de segurança a que se refere este artigo serão executados depois de transitada em julgado a respectiva sentença.

Art. 6º VETADO

Art. 7º O recurso voluntário ou *ex officio*, interposto de decisão concessiva de mandado de segurança

que importe outorga ou adição de vencimento ou ainda reclassificação funcional, terá efeito suspensivo.

Art. 8º Aos magistrados, funcionários da Administração Pública e aos serventuários da Justiça que descumprirem os prazos mencionados nesta lei aplicam-se as sanções do Código de Processo Civil e do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União (Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952).

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Ernesto de Mello Baptista

Arthur da Costa e Silva

Vasco da Cunha

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Hugo de Almeida Leme

Flávio Lacerda

Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira

Nelson Freire Lavenère Wanderley

Raimundo Brito

Daniel Faraco

Mauro Thibau

Roberto de Oliveira Campos

Oswaldo Cordeiro de Farias

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos volumes V e VI, de 1964, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

Autoriza o Poder Executivo a financiar, mediante empréstimos às municipalidades, o estudo e construção de sistemas públicos de abastecimento de água potável e dá outras providências.

Lei nº 4.366, de 23 de julho de 1964.

ABATE

Estabelece normas para o abate de gado bovino nos anos de 1964 e 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 54.267, de 8 de setembro de 1964.

ACÓRDOS

Aprova o Acôrdio entre os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil para o estabelecimento de uma Missão Naval Americana no Brasil.

Decreto Legislativo nº 19, de 1964.

— Aprova o Acôrdio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a Espanha, assinado em Madrid, em 25 de junho de 1960.

Decreto Legislativo nº 20, de 1964.

— Aprova o Acôrdio de Comércio e Pagamentos firmado no Rio de Janeiro pelos Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Popular da Polónia aos 19 de março de 1960.

Decreto Legislativo nº 22, de 1964.

— Aprova o Acôrdio sobre serviço militar entre o Brasil e a Itália, assinado a 6 de setembro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro.

Decreto Legislativo nº 28, de 1964.

— Aprova o Acôrdio Cultural entre o Brasil e a Bélgica, firmado no Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1960.

Decreto Legislativo nº 38, de 1964.

— Aprova o Acôrdio de Intercâmbio Cultural, entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia.

Decreto Legislativo nº 41, de 1964.

— Aprova o Acôrdio Cultural entre o Brasil e a Bolívia, assinado em La Paz.

Decreto Legislativo nº 43, de 1964.

— Aprova o Acôrdio entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, sobre privilégios aduaneiros de consulados de carreira a seus funcionários.

Decreto Legislativo nº 57, de 1964.

— Aprova o Protocolo de Emenda ao Acôrdio relativo à Repressão da Circulação de Publicações Obscenas.

Decreto Legislativo nº 58, de 1964.

— Promulga o Acôrdio de Migração Brasil-Espanha.

Decreto nº 53.998, de 3 de julho de 1964.

— Promulga Acôrdio Básico de Co-Operação Técnica Brasil-República Federal Alemã.

Decreto nº 54.075, de 30 de julho de 1964.

— *Promulga o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares com a República Federal da Alemanha.*

Decreto nº 54.173, de 21 de agosto de 1964.

— *Promulga o Acôrdo que institui o Centro Latino-Americano de Física.*

Decreto nº 54.289, de 16 de setembro de 1964.

— *Promulga o Acôrdo para Estabelecimento de Missão Naval norte-americana no Brasil com os Estados Unidos da América.*

Decreto nº 54.290, de 16 de setembro de 1964.

AGÜDES

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas com a desapropriação da área da bacia hidráulica do Açude público, Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

Lei nº 4.381, de 24 de agosto de 1964.

ACUMULAÇÃO DE CARGOS

— *Dispõe sobre o regime de trabalho dos ocupantes de cargos em comissão e de funções gratificadas, previsto no § 1º do artigo 1º da Lei número 4.345, de 26 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.059, de 27 de julho de 1964.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Acrescenta um parágrafo ao art. 9º do Decreto-lei nº 3.198, de 14 de abril de 1941.

Lei nº 4.958, de 17 de julho de 1964.

— *Aprova a revisão do Quadro de Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.083, de 31 de julho de 1964.

— *Altera o art. 2º do Decreto número 54.083, de 31 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.273, de 9 de setembro de 1964.

AERONAUTICA

Revoga o Decreto-lei nº 5.298, de 3 de março de 1943, que fixa as autoridades da Aeronáutica que dispõem de Ajudantes-de-Ordens, e dá outras providências.

Lei nº 4.354, de 14 de julho de 1964.

— *Revoga a Lei nº 388, de 18 de setembro de 1948, que dispõe sobre a promoção dos Capitães dos Quadros dos Serviços das Forças Armadas.*

Lei nº 4.378, de 17 de agosto de 1964.

— *Estabelece a idade-limite de permanência, no serviço ativo, dos Oficiais dos Quadros de Administração e de Infantaria-de-Guarda e dos Tenentes-Coronéis de vários Quadros de Oficiais Especialistas do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.*

Lei nº 4.387, de 26 de agosto de 1964.

— *Aprova a Tabela de Fixação de Valores dos Complementos à Ração comum, para a Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.066, de 29 de julho de 1964.

— *Ver, também, Ministério da Aeronáutica.*

AFORAMENTOS

— *Ver: Terrenos de Marinha.*

AGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr Portugal Linhares a pesquisar água mineral no município de Nova Granada, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.178, de 24 de agosto de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ferreira da Silva a pesquisar água mineral no município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.194, de 24 de agosto de 1964.

ÁGUAS PÚBLICAS

— *Ver o Estado a cujo domínio se submetem.*

AJUSTES

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de ajuste, entre o D. C. T. e a firma Construtora J. Patricio Limitada.

Decreto Legislativo nº 66, de 1964.

ALALC

— Ver: Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

ALGODÃO

Fixa os preços básicos para o financiamento ou aquisição do algodão em pluma da região setentrional do país, da safra de 1964-1965.

Decreto nº 54.010, de 9 de julho de 1964.

— *Fixa os preços básicos mínimo para o financiamento ou aquisição de arroz, feijão, milho, soja, amendoim das águas e algodão da Região Meridional de produção nacional para os anos agrícolas de 1964-1965 e 1965-1966.*

Decreto nº 54.294, de 18 de setembro de 1964.

ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel pertencente ao Patrimônio Nacional, situado à Rua 42 da Cidade de Washington, onde estão localizados os serviços da Chancelaria da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América, e a utilizar o produto dessa venda para custeio de uma chancelaria.

Lei nº 4.372, de 30 de julho de 1964.

ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (F.A.O.)

Aprova o texto da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Decreto Legislativo nº 21, de 1964.

— *Reestrutura no Ministério das Relações Exteriores a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e dá outras providências.*

Decreto nº 53.968, de 16 de junho de 1964.

ALISTAMENTO ELEITORAL

Emenda Constitucional nº 9.

AMAZÔNIA

Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinado à execução da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.

Decreto nº 54.029, de 17 de julho de 1964.

— *Aprova o enquadramento do pessoal da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, beneficiado pelas Leis ns. 3.967, de 5 de outubro de 1961 e 4.069, de 11 de junho de 1962.*

Decreto nº 54.040, de 23 de julho de 1964.

— *Fixa o valor das gratificações de representação de gabinete para atender, provisoriamente aos encargos de direção e chefia da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.104, de 6 de agosto de 1964.

AMENDOIM

Fixa os preços básicos mínimo para o financiamento ou aquisição de arroz, feijão, milho, soja, amendoim das águas e algodão da Região Meridional de produção nacional para os anos agrícolas de 1964-1965 e 1965-1966.

Decreto nº 54.294, de 18 de setembro de 1964.

AMIANTO

Renova o Decreto nº 48.299, de 17 de junho de 1960.

Decreto nº 54.166, de 21 de agosto de 1964.

ANISTIA FISCAL

Prorroga, até 31 de dezembro de 1965, a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras, na execução de suas linhas domésticas.

Lei nº 4.349, de 6 de julho de 1964.

APROVAÇÃO DE CONTAS

Aprova as contas do Senhor Presidente da República relativas ao exercício de 1958.

Decreto Legislativo nº 31, de 1964.

AREIA

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Motta Netto a pesquisar areia no município de Mongaguá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.193, de 24 de agosto de 1964.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Motta Netto a pesquisar areia quartzosa, no Município de Mongaguá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.199, de 24 de agosto de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Selma Rosa Corradini a lavrar areia quartzosa no município de Descalvado, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.257, de 4 de setembro de 1964.

ARMAS NUCLEARES

Aprova o Tratado de Proscrição das Experiências das Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água, firmado pelo Brasil, em Moscou, a 9 de agosto de 1963.

Decreto Legislativo nº 30, de 1964.

ARROZ

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de arroz, feijão, milho, soja, amendoim das águas e algodão da Região Meridional de produção nacional para os anos agrícolas de 1964-1965 e 1965-1966.

Decreto nº 54.294, de 18 de setembro de 1964.

ARTISTAS

Aprova os termos da Convenção Internacional para Proteção dos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão, realizada em Roma, Itália, em 26 de outubro de 1961.

Decreto Legislativo nº 26, de 1964.

ASILO TERRITORIAL

Aprova a Convenção sobre Asilo Territorial, firmado na X Conferência Interamericana, que se reuniu em Caracas, entre 1º e 28 de março de 1954.

Decreto Legislativo nº 34, de 1964.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Aprova a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, concluída entre o Brasil e a Argentina.

Decreto Legislativo nº 53, de 1964.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

Dispõe sobre a reformulação do sistema de assistência médica no país.

Decreto nº 54.210, de 26 de agosto de 1964.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC)

Dispõe sobre a Chefia da Delegação do Brasil junto à Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC).

Decreto nº 54.128, de 13 de agosto de 1964.

AUTARQUIAS

Partes mantidas pelo Congresso Nacional do Projeto que se transformou na Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, que institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

— *Regula o pagamento de juros moratórios pela União, pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e autarquias.*

Lei nº 4.414, de 24 de setembro de 1964.

— *Institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.*

Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

— *Proíbe a nomeação ou admissão de Pessoal na forma que estabelece e dá outras providências.*

Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964.

— *Baixa normas para a execução do disposto no artigo 19, no parágrafo único do artigo 20, no § 1º do artigo 21 e no artigo 28 da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.004, de 3 de julho de 1964.

— *Regulamenta o § 6º do artigo 1º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.005, de 3 de julho de 1964.

— *Regulamenta o § 4º do artigo 7º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.006, de 3 de julho de 1964.

— *Baixa normas para a execução do disposto no art. 9º e seus parágrafos da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.015, de 13 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre o funcionamento das repartições.*

Decreto nº 54.025, de 16 de julho de 1964.

— *Estabelece obrigatoriedade de embarques de cargas entre os portos nacionais, realizados por todas as entidades governamentais, autarquias e sociedades de economia mista através de empresas autárquicas de navegação.*

Decreto nº 54.047, de 23 de julho de 1964.

— *Regulamenta o Regime de Tempo Integral previsto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.061, de 28 de julho de 1964.

— *Exclui da proibição constante do decreto nº 54.093, de 3 de julho de*

1964, as nomeações para cargos de magistério, e dá outras providências.

Decreto nº 54.097, de 5 de agosto de 1964.

— *Estabelece obrigatoriedade de utilização do transporte ferroviário pelas repartições públicas, autarquias, órgãos da administração descentralizada e entidades de direito privado, beneficiados pelo Governo.*

Decreto nº 54.108, de 7 de agosto de 1964.

— *Acrescenta um parágrafo ao Decreto nº 54.004, de 3 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.239, de 2 de setembro de 1964.

AUTORES

Emenda Constitucional nº 9.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— *Altera a redação do artigo 2º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 53.944, de 4 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.032, de 20 de julho de 1964.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para atender às despesas de que trata o artigo 1º da Lei nº 4.235, de 17 de junho de 1963, destinada ao ginásio "Euclides da Cunha", no Território de Roraima.*

Decreto nº 54.237, de 2 de setembro de 1964.

AVIAÇÃO CIVIL

— *Determina a observância, no Brasil, das Normas e Recomendações constantes do novo texto do Anexo 9 à Convenção da Aviação Civil Internacional (5ª edição), que dispõe sobre a facilitação do transporte aéreo.*

Decreto nº 54.203, de 24 de agosto de 1964.

B

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

— *Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse so-*

cial, o sistema financeira para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

— *Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.*

Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

BENEFICIADORA DE MINÉRIOS PEQUERI LIMITADA.

Concede à Beneficiadora de Minérios Pequeri Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.148, de 18 de agosto de 1964.

BRASÍLIA

Dispõe sobre o funcionamento das repartições.

Decreto nº 54.025 — de 16 de julho de 1964.

— *Dá instruções sobre residências distribuídas a titulares de cargos em comissão.*

Decreto nº 54.254 — de 3 de setembro de 1964.

C

CAFEICULTURA

Dispõe sobre o funcionamento do Grupo de Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA).

Decreto nº 53.641 — de 28 de fevereiro de 1964.

CAFÉ SOLÚVEL

Isenta do imposto de importação e de consumo, equipamento destinado à instalação de uma fábrica de café solúvel.

Lei nº 4.367 — de 23 de julho de 1964.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Aprova a revisão do Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Ceará e dá outras providências.

Decreto nº 54.212 — de 26 de agosto de 1964.

— *Classifica os cargos de nível superior da Caixa Econômica Federal do Ceará e dispõe o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 54.213 — de 26 de agosto de 1964.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro João Viana Leis a pesquisar galena e calcário, no município de Manga, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.176 — de 24 de agosto de 1964.

CALCITA

Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a lavrar calcita, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.312 — de 28 de setembro de 1964.

CAMPANHA NACIONAL DA MERENDA ESCOLAR

Dispõe sobre a Campanha Nacional da Merenda Escolar.

Lei nº 4.352 — de 6 de julho de 1964.

CAMPANHAS DE SAÚDE PÚBLICA

Dispõe sobre a admissão de pessoal temporário nas Campanhas de Saúde Pública e dá outras providências.

Decreto nº 54.020 — de 14 de julho de 1964.

CARGOS ELETIVOS

Institui prioridade para os feitos eleitorais, e dá outras providências.

Lei nº 4.410 — de 24 de setembro de 1964.

CARGOS EM COMISSÃO

Dispõe sobre o regime de trabalho dos ocupantes de cargos em comissão e de funções gratificadas, previsto no § 1º do artigo 1º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Decreto nº 54.059 — de 27 de julho de 1964.

— *Dá instruções sobre residências distribuídas a titulares de cargos em comissão.*

Decreto nº 54.254 — de 3 de setembro de 1964.

CARVÃO

Altera disposições da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, que aprova o plano de coordenação das atividades relacionadas com o carvão mineral.

Lei nº 4.374 — de 4 de agosto de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Júnior a pesquisar carvão, no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.*

Decreto nº 54.198 — de 24 de agosto de 1964.

— *Torna sem efeito despacho exarado em Parecer do Gabinete Militar e cria Comissão para o fim que especifica.*

Decreto nº 54.269 — de 8 de setembro de 1964.

CASA PRÓPRIA

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei nº 4.380 — de 21 de agosto de 1964.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Franco Lunardi a pesquisar caulim no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.163 — de 21 de agosto de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aquilino Peres de Moura a pesquisar caulim no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.164 — de 21 de agosto de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Djahy Farina Romero a pesquisar caulim no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.165 — de 21 de agosto de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Rosaria Rodrigues de Siqueira a pesquisar caulim e quartzo no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.197 — de 24 de agosto de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Djahy Farina Romero a pesquisar caulim no Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.200 — de 24 de agosto de 1964.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A. ELETROBRAS.

Altera a Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, e dá outras providências.

Lei nº 4.400 — de 31 de agosto de 1964.

— *Outorga a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. concessão para aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um trecho do Rio Paraná.*

Decreto nº 54.149 — de 20 de agosto de 1964.

— *Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos e a elevação do*

capital social da "Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS".

Decreto nº 54.154 — de 20 de agosto de 1964.

— Dispõe sobre destaque do Fundo Federal de Eletrificação pela Centrais Elétricas Brasileiras S. A.

Decreto nº 54.255 — de 4 de setembro de 1964.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE FÍSICA

Promulga o Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física.

Decreto nº 54.289 — de 18 de setembro de 1964.

CHEQUES

Aprova Convenções para adoção de uma lei uniforme sobre letras de câmbio, notas promissórias e cheques e respectivos Protocolos.

Decreto Legislativo nº 54, de 1964.

CIÊNCIAS AGRÍCOLAS

Promulga a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas e o Protocolo de Emenda à Convenção sobre o referido Instituto.

Decreto nº 53.939 — de 1 de junho de 1964.

CIMENTO

Constitui Grupo de Trabalho para examinar a viabilidade técnica, econômica e financeira de uma fábrica de cimento em Barbalha, Ceará, bem como promover a sua concretização.

Decreto nº 54.011 — de 9 de julho de 1964.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Aprova o Sistema de Classificação de Cargos e de Remuneração da SUDENE.

Decreto nº 53.671 — de 9 de março de 1964.

— Dispõe sobre a revisão da classificação ao Pessoal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) e dá outras providências.

Decreto nº 54.241 — de 2 de setembro de 1964.

CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR

Altera os arts. 273 a 283 do Código da Justiça Militar.

Lei nº 4.389 — de 28 de agosto de 1964.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES

Regulamenta o parágrafo único do artigo 192 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, e o artigo 13 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 54.012 — de 10 de julho de 1964.

— Regulamenta o artigo 175 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

Decreto nº 54.301 — de 24 de setembro de 1964.

— Especifica as funções permanentes no exterior, para os efeitos da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

Decreto nº 54.308 — de 25 de setembro de 1964.

COLÉGIOS

Dispõe sobre funções gratificadas do Colégio Pedro II, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 54.001 — de 3 de julho de 1964.

Ver, também, Escolas, Faculdades e Universidades.

COLONIAL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da COLONIAL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 52.914 — de 22 de novembro de 1963.

COMÉRCIO E PAGAMENTOS

Aprova o Acórdão de Comércio e Pagamentos firmado no Rio de Janeiro pelos Governos dos Estados

Unidos do Brasil e da República Popular da Polônia aos 19 de março de 1960.

Decreto Legislativo nº 22, de 1964.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE

Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais o crédito Especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinado à execução da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.

Decreto nº 54.029 — de 17 de julho de 1964.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE

Aprova a revisão do Quadro de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências.

Decreto nº 54.249 — de 2 de setembro de 1964.

— *Modifica o art. 10 do Regulamento da Comissão de Marinha Mercante, aprovado pelo Decreto número 7.838, de 11 de setembro de 1941.*

Decreto nº 54.271 — de 9 de setembro de 1964.

COMISSÃO MISTA FERROVIÁRIA BRASILEIRO-BOLIVIANA

Dispõe para efeito de aposentadoria e disponibilidade sobre o tempo de serviço prestado pelo pessoal brasileiro à Comissão Mista Ferroviária Brasileiro — Boliviana.

Lei nº 4.343 — de 19 de junho de 1964.

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Reestrutura a Comissão Nacional de Assistência Técnica.

Decreto nº 54.251 — de 2 de setembro de 1964.

— *Modifica o regulamento da Comissão Nacional de Assistência Técnica.*

Decreto nº 54.251-A — de 2 de setembro de 1964.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Aprova a revisão do Quadro de Pessoal provisório, da Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências.

Decreto nº 54.080 — de 31 de julho de 1964.

COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Altera disposições da Lei número 3.860, de 24 de dezembro de 1960, que aprova o plano de coordenação das atividades relacionadas com o carvão mineral.

Lei nº 4.374 — de 4 de agosto de 1964.

— *Torna sem efeito despacho extornado em Parecer do Gabinete Militar e cria Comissão para o fim que especifica.*

Decreto nº 54.269 — de 3 de setembro de 1964.

COMISSÃO DE READAPTAÇÃO DOS INCAPAZES DAS FORÇAS ARMADAS

Retifica o enquadramento das funções da Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas.

Decreto nº 53.999 — de 3 de julho de 1964.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais o crédito Especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinado à execução da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.

Decreto nº 54.029 — de 17 de julho de 1964.

COMISSÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) em favor das Comissões de Comércio Exterior e Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e Comércio.

Lei nº 4.360 — de 17 de julho de 1964.

— *Reestrutura no Ministério das Relações Exteriores a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e dá outras providências.*

Decreto nº 53.968 — de 16 de junho de 1964.

— *Extingue no Ministério das Relações Exteriores a Comissão designada por Decreto de 22 de janeiro de 1963 para examinar a questão das chamadas "Northern Utilities".*

Decreto nº 54.023 — de 16 de julho de 1964.

— *Designa no Ministério das Relações Exteriores Comissão para examinar a questão das chamadas "Northern Utilities".*

Decreto nº 54.024 — de 16 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre a reformulação do sistema de assistência médica no país.*

Decreto nº 54.210 — de 26 de agosto de 1964.

— *Designa no Ministério das Relações Exteriores, o Doutor Sérgio Coutinho de Menezes, do Ministério das Minas e Energia, e o Secretário Luiz Dilermando de Castello Cruz para integrarem a Comissão encarregada de examinar a questão das empresas conhecidas como "Northern Utilities".*

Decreto nº 54.293 — de 16 de setembro de 1964.

— *Cria a Comissão Coordenadora dos Planos de Investimentos no Setor de Saneamento.*

Decreto nº 54.302 — de 24 de setembro de 1964.

— *Cria a Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento e dá outras providências.*

Decreto nº 54.353 — de 30 de setembro de 1964.

— *Nomeia comissão para examinar a possibilidade da inclusão dos ganhos e perdas de capital, da instituição de normas gerais de contabi-*

lidade e da correção monetária do balanço das empresas.

Decreto nº 54.360 — de 30 de setembro de 1964.

COMPANHIA BOM SUCESSO DE ELETRICIDADE

Autoriza a Companhia Bom Sucesso de Eletricidade a desvincular e permutar usinas hidrelétricas.

Decreto nº 54.157 — de 20 de agosto de 1964.

COMPANHIA CERVEJARIA CARACU

Conceda à Companhia Cervejaria Caracú autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.288 — de 16 de setembro de 1964.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ — CEA

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 53.972 — de 19 de junho de 1964.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Aprova a revisão do Quadro de Pessoal da Companhia de Navegação do São Francisco e dá outras providências.

Decreto nº 54.214 — de 27 de agosto de 1964.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO PARÁ

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Aliança do Pará, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 54.258 — de 4 de setembro de 1964.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO PARAÍBA

Declara de utilidade pública uma gleba de terra situada no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, e autoriza a Companhia Hidrelé-

trica do Vale do Paraíba a desapropriá-la.

Decreto nº 54.162 — de 20 de agosto de 1964.

**COMPANHIA HIDELETRICA
DO SÃO FRANCISCO**

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 30.567.300.00,00 (trinta bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros) para fins que especifica.

Lei nº 4.417 — de 29 de setembro de 1964.

— *Dilata a área do suprimimento da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.*

Decreto nº 54.160 — de 20 de agosto de 1964.

— *Autoriza a Companhia Hidrelétrica do São Francisco a constituir penhor mercantil e industrial em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

Decreto nº 54.172 — de 21 de agosto de 1964.

**COMPANHIA INDUSTRIAL
PARAENSE**

Autoriza a Companhia Industrial Paraense a vender áreas de terra.

Decreto nº 54.318 — de 28 de setembro de 1964.

**COMPANHIA NACIONAL DE
ALCALIS**

Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Nacional de Alcalis e dá outras providências.

Lei nº 4.413 — de 24 de setembro de 1964.

**COMPANHIA NACIONAL DE
SEGURO AGRICOLA**

Aprova a revisão do Quadro de Pessoal da Companhia Nacional de Seguro Agrícola e dá outras providências.

Decreto nº 54.242 — de 2 de setembro de 1964.

**COMPANHIA TELEFÔNICA
BRASILEIRA**

Prorroga o prazo a que se referem os arts. 2º do Decreto nº 814, de 31 de março de 1962 e 1º dos Decretos números 1.396, de 19 de setembro de 1962, 1.878, de 13 de dezembro de 1962, 51.863, de 25 de março de 1963, 52.148, de 25 de junho de 1963 e 52.477, de 16 de setembro de 1963.

Decreto nº 54.286 — de 14 de setembro de 1964.

**COMPANHIA URBANIZADORA DA
NOVA CAPITAL DO BRASIL**

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatória de registro de despesa para pagamento à NOVACAP, por serviços telefônicos prestados ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto Legislativo nº 76, de 1964.

— *Outorga à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da Cachoeira do Paraná.*

Decreto nº 53.996 — 3 de julho de 1964.

— *Proíbe a nomeação ou admissão de Pessoal na forma que estabelece e dá outras providências.*

Decreto nº 54.003 — de 3 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre a revisão da classificação do Pessoal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) e dá outras providências.*

Decreto nº 54.241 — de 2 de setembro de 1964.

**COMPANHIAS DE SEGURO
ALEMÃS**

Dispõe sobre bens e direitos de Companhias de Seguro Alemãs.

Lei nº 4.403 — de 14 de setembro de 1964.

**CONDUTOR AUTÔNOMO DE
VEÍCULOS RODOVIÁRIO**

Define para fins de Previdência Social, a atividade de Condutor Au-

tônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências.

Decreto nº 54.208 — de 26 de agosto de 1964.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Altera o limite quantitativo, inclui novos doadores e amplia o prazo de vigência da Lei nº 4.184, de 17 de dezembro de 1962.

Lei nº 4.418 — de 29 de setembro de 1964.

CONGRESSO NACIONAL

Emenda Constitucional nº 9.

CONGRESSOS

Oficializa o IX Congresso Internacional de Pastagens.

Decreto nº 54.127 — de 13 de agosto de 1964.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DA DEFESA ECONÔMICA

Dispõe sobre a distribuição de créditos orçamentários atribuídos ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Decreto nº 53.648 — de 28 de fevereiro de 1964.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Altera dispositivos do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade, modificados pela Lei nº 570, de 22 de dezembro de 1948.

Lei nº 4.399 — de 31 de agosto de 1964.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Modifica o Regimento do Conselho Federal de Educação, aprovado pelo Decreto nº 52.617, de 7 de outubro de 1963.

Decreto nº 54.217 — de 28 de agosto de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Retifica o quadro de pessoal do Instituto Brasileiro de Bibliografia e

Documentação do Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências.

Decreto nº 54.022 — de 15 de julho de 1964.

— Retifica o Quadro de Pesquisas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto nº 54.225, de 1 de setembro de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA SALARIAL

Reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial, estabelece normas sobre a política salarial do Governo e dá outras providências.

Decreto nº 54.018, de 14 de julho de 1964.

— Dispõe sobre a ação do Conselho Nacional de Política Salarial na aplicação do Decreto nº 54.018, de 14 de julho de 1964.

Decreto nº 54.228, de 1 de setembro de 1964.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Altera a redação do Regimento da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, aprovado por Decreto nº 45.040, de 6 de dezembro de 1958 e revoga os Decretos números 44.489 "A", de 15 de setembro de 1958 e 46.508 "A", de 20 de julho de 1959.

Decreto nº 54.303, de 24 de setembro de 1964.

CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMISTAS

Aprova a revisão do Quadro de Pessoal do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 4.ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dá outras providências.

Decreto nº 54.280, de 10 de setembro de 1964.

CONSIGNAÇÕES EM FOLHA

Manda computar, para efeito de cálculo da percentagem-limite das consignações em folha de pagamento,

as vantagens pecuniárias acessórias de caráter permanente.

Lei n.º 373, de 30 de julho de 1964.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Instituto de Zootecnia do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura e a firma CIRB S. A., Comércio e Indústria, para fornecimento de um caminhão a óleo.

Decreto Legislativo n.º 24, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e Evandro Lemme, para exercer a função de Técnico em Microfilmagem, na Biblioteca Nacional, assinado em 7 de dezembro de 1954.

Decreto Legislativo n.º 35, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Guanabara.

Decreto Legislativo n.º 36, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Território Federal do Rio Branco e Dorval Magalhães.

Decreto Legislativo n.º 37, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Amazonas e a firma J. Lima, para reparos, no prédio daquela repartição.

Decreto Legislativo n.º 39, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre a União e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, referente a instalação de um laboratório experimental no Posto Agropecuário de Cachoeira de Macacú.

Decreto Legislativo n.º 45, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas (D.N.E.F.) e a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas.

Decreto Legislativo n.º 49, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de constituição de aforamento de um lote de terreno de marinha beneficiado com a salina "São Francisco III-D".

Decreto Legislativo n.º 55, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no montante de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) celebrado a 1 de julho de 1963 entre a União Federal e o Governo do Estado do Ceará.

Decreto Legislativo n.º 56, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de constituição de aforamento de terreno de marinha situado à Rua Domingos Mondim, na Ilha do Governador, na Cidade do Rio de Janeiro.

Decreto Legislativo n.º 59, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Pedro Machado de Moraes e sua mulher.

Decreto Legislativo n.º 61, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e Georgas Frederic Rosier.

Decreto Legislativo n.º 61, de 1964.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma "ASCA" Aparelhos Científicos Sociedade Anônima".

Decreto Legislativo n.º 62, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato entre a Imobiliária Cinelândia Limitada e a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

Decreto Legislativo n.º 63, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato, celebrado entre Arthur E. Schaefer e J. Ataliba Wolf, e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País.

Decreto Legislativo n.º 64, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Obras Contra as Secas e a Prefeitura Municipal de Piancó, Estado da Paraíba.

Decreto Legislativo n.º 65, de 1964.

— Mantém a decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro de contrato firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, para desenvolvimento da cultura do trigo.

Decreto Legislativo n.º 67, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre a I.B.M. do Brasil e o Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto Legislativo n.º 68, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Paraíba.

Decreto Legislativo n.º 69, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Alagoas.

Decreto Legislativo n.º 70, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Estado do Piauí.

Decreto Legislativo n.º 71, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe.

Decreto Legislativo n.º 72, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto Legislativo n.º 73, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Estado de Pernambuco.

Decreto Legislativo n.º 74, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma I.B.M. World Trade Corporation.

Decreto Legislativo n.º 75, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Piauí.

Decreto Legislativo n.º 77, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Pará.

Decreto Legislativo n.º 78, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato-escritura de cessão de direito a promessa de compra e venda.

Decreto Legislativo n.º 79, de 1964.

— Reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e o Estado de Santa Catarina.

Decreto Legislativo n.º 80, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de re-

gistro a contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Ceará.

Decreto Legislativo n.º 81, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, celebrado entre a União e o Governo do Estado do Piauí.

Decreto Legislativo n.º 82, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto Legislativo n.º 83, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Pernambuco.

Decreto Legislativo n.º 84, de 1964.

— Aprova normas para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal e dá outras providências.

Lei n.º 4.370, de 28 de julho de 1964

CONTRATOS IMOBILIÁRIOS

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei n.º 4.380, de 1 de agosto de 1964.

— Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as le-

tras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964.

CONVENÇÕES

Aprova a Convenção sobre a Organização e a Personalidade Jurídica da Repartição Hidrográfica Internacional, firmada pelo Brasil, em Paris, a 24 de abril de 1959.

Decreto Legislativo n.º 25, de 1964.

— Aprova os termos da Convenção Internacional para Proteção dos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão, realizada em Roma, Itália, em 26 de outubro de 1961.

Decreto Legislativo n.º 26, de 1964.

— Aprova Convenção relativa ao exame médico dos pescadores (número 113) concluída em 1959, em Genebra, durante a XLIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Decreto Legislativo n.º 27, de 1964

— Ratifica nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, a "Convenção relativa às condições de emprego dos trabalhadores em fazendas", concluída em Genebra, em 1958, por ocasião da XLII Sessão da Conferência do Trabalho, ressalvados os artigos 15 e 20, itens 2 e 3, cuja ratificação é denegada, com fundamento na autorização da própria Convenção.

Decreto Legislativo n.º 33, de 1964.

— Aprova a Convenção sobre Asilo Territorial, firmada na X Conferência Interamericana, que se reuniu em Caracas, entre 1 e 28 de março de 1954.

Decreto Legislativo n.º 34, de 1964.

— Aprova a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, concluída entre o Brasil e a Argentina.

Decreto Legislativo n.º 53, de 1964.

— *Aprova Convenções para adoção de uma lei uniforme sobre letras de câmbio, notas promissórias e cheques e respectivos Protocolos.*

Decreto Legislativo nº 54, de 1964.

— *Promulga a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas e o Protocolo de Emenda à Convenção sobre o referido Instituto.*

Decreto nº 53.930, de 1 de junho de 1964.

— *Determina a observância, no Brasil, das Normas e Recomendações constantes do novo texto do Anexo 9 à Convenção da Aviação Civil Internacional (5.ª edição), que dispõe sobre a facilitação do transporte aéreo.*

Decreto nº 54.203, de 24 de agosto de 1964.

— *Promulga a Convenção Única sobre Entorpecentes.*

Decreto nº 54.216 — de 27 de agosto de 1964.

— *Promulga a Convenção Relativa à Troca Internacional de Publicações.*

Decreto nº 54.291 — de 16 de setembro de 1964.

— *Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos, Mexicanos, assinado no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1960.*

Decreto Legislativo nº 29, de 1964.

— *Aprova o Convênio para o Estabelecimento no Porto de Corumbá, Estado de Mato Grosso, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela República da Bolívia.*

Decreto Legislativo nº 42, de 1964.

— *Aprova o Convênio de Amizade e Consulta entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, concluído em Uruguiana.*

Decreto Legislativo nº 44, de 1964.

— *Aprova o Convênio de Trânsito Livre, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia.*

Decreto Legislativo nº 52, de 1964.

— *Promulga o Convênio Básico de Cooperação Técnica Brasil-Israel.*

Decreto nº 54.247 — de 2 de setembro de 1964.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Promulga o Acórdão Básico de Cooperação Técnica Brasil-República Federal Alemã.

Decreto nº 54.075 — de 30 de julho de 1964.

— *Promulga o Convênio Básico de Cooperação Técnica Brasil-Israel.*

Decreto nº 54.247 — de 2 de setembro de 1964.

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO ABASTECIMENTO

Cria a Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento e dá outras providências.

Decreto nº 54.353 — de 30 de setembro de 1964.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE CRÉDITO RURAL

Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 54.019, de 14 de julho de 1964, que cria a Coordenação Nacional de Crédito Rural — CNCR — e o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural e dá outras providências.

Decreto nº 54.129 — de 13 de agosto de 1964.

CORREÇÃO MONETÁRIA

Fixa coeficientes de aceleração de depreciação para as indústrias que enumera.

Decreto nº 54.298 — de 28 de setembro de 1964.

CRÉDITO RURAL

Cria a Coordenação Nacional de Crédito Rural — CNCR — e o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural e dá outras providências.

Decreto nº 54.019 — de 14 de julho de 1964.

CRANÇA EXCEPCIONAL

Institui a Semana Nacional da Criança Excepcional.

Decreto nº 54.188 — de 24 de agosto de 1964.

CURSOS

Concede reconhecimento a cursos do Conservatório Musical "Sagrado Coração de Jesus", de São Paulo.

Decreto nº 53.954 — de 8 de junho de 1964.

— *Concede reconhecimento a cursos do Instituto Municipal de Belas Artes de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 53.993 — de 2 de julho de 1964.

— *Concede reconhecimento do Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Urubandópolis.*

Decreto nº 54.093 — de 4 de agosto de 1964.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem Ponte Nova, de Itacira, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.202 — de 24 de agosto de 1964.

— *Institui os cursos de formação e de especialização técnica e científica do Instituto Oswaldo Cruz e dá outras providências.*

Decreto nº 54.250 — de 2 de setembro de 1964.

Ver, também, Escolas, Faculdades e Universidades.

D

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

— *Altera a denominação dos membros permanentes do Conselho Nacional de Defesa Sanitária Animal criado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, do Governo Provisório da República.*

Decreto nº 54.268 — de 3 de setembro de 1964.

DENTISTAS

Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Ve-

terinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

Lei nº 4.376 — de 17 de agosto de 1964.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro de despesa para pagamento à NOVACAP, por serviços telefônicos prestados ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto Legislativo nº 76, de 1964.

— *Transfere para a Universidade do Brasil o Escritório Técnico da Cidade Universitária da Divisão de Edifícios Públicos do Departamento Administrativo do Serviço Público, e dá outras providências.*

Lei nº 4.402 — de 10 de setembro de 1964.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Amazonas e a firma J. Lima, para reparos, no prédio daquela repartição.

Decreto Legislativo nº 39, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de ajuste, entre o D. C. T. e a firma Construtora J. Patrício Limitada.*

Decreto Legislativo nº 66, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma I. B. M. World Trade Corporation.*

Decreto Legislativo nº 75, de 1964.

— *Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a aceitar financiamento externo para importação de equipamento de telecomunicações destinado à ampliação das redes do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto nº 54.050 — de 27 de julho de 1964.

— *Aprova enquadramento de pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos do M. V. O. P. e dá outras providências.*

Decreto nº 54.100 — de 6 de agosto de 1964.

— *Retifica as relações que acompanharam os decretos que menciona.*

Decreto nº 54.340 — de 29 de setembro de 1964.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS

Aprova o Regimento da Agência do Departamento Federal de Compras em São Paulo.

Decreto nº 53.789 — de 20 de março de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Aprova a revisão do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Ferro e dá outras providências.

Decreto nº 54.266 — de 8 de setembro de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Aprova a revisão dos Quadros de Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e dá outras providências.

Decreto nº 54.084 — de 31 de julho de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no município de Muriaé — Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.115 — de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Ibaiti, Estado do Paraná.*

Decreto nº 54.116 — de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, situada no Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.117 — de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.118 — de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Camacá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.119 — de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Don Cavati, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.120 — de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.121 — de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de São José do Corrito, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.122 — de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no*

Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.124 — de 12 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Tijuquinhos, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.136 — de 17 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.137 — de 17 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 54.138 — de 17 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Lajes, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.139 — de 17 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.140 — de 17 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, situada no Município de Don Cavati, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.141 — de 17 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, situada no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.142 — de 17 de agosto de 1964.

— Autoriza a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a doar ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem o terreno, que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.190 — de 24 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.306 — de 25 de setembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, situada no Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.307 — de 25 de setembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Lajes, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.313 — de 28 de setembro de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e Prefeitura Municipal de Piancó, Estado da Paraíba.

Decreto Legislativo nº 65, de 1964.

— Aprova o Plano Preferencial para os serviços e obras do Departamento

Nacional de Obras Contra as Secas e dá outras providências.

Decreto nº 54.033 — de 21 de julho de 1964.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 40.176, de 25 de outubro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Banabuiú", no Município de Quixadá, Estado do Ceará.*

Decreto nº 54.123 — de 12 de agosto de 1964.

— *Aprova a revisão do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e dá outras providências.*

Decreto nº 54.265 — de 8 de setembro de 1964.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 42.529, de 29 de outubro de 1957, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Serrote", no Município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.315 — de 28 de setembro de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Aprova a revisão dos Quadros de Pessoal do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, e dá outras providências.

Decreto nº 54.082 — de 31 de julho de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, áreas de terreno situadas em Belém, Estado do Pará.*

Decreto nº 54.112 — de 11 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, área de terreno situada no Mu-*

nicipio de Taió, no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.113 — de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, área de terreno situada no Município de Ituporanga, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.114 — de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, área de terreno situada no vale do Rio Itajaí-Oeste, de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.314 — de 28 de setembro de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Estabelece diretrizes para a reorganização do Sistema Portuário Nacional.

Decreto nº 54.046 — de 23 de julho de 1964.

— *Aprova a revisão do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e dá outras providências.*

Decreto nº 54.264 — de 4 de setembro de 1964.

— *Autoriza o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis de ceder, gratuitamente, ao Instituto do Açúcar e do Alcool, área de terreno localizada no porto de Araçajú, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 54.270 — de 8 de setembro de 1964.

DEPÓSITO FRANCO

Aprova o Convênio para o Estabelecimento, no Porto de Corumbá, Estado de Mato Grosso, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela República da Bolívia.

Decreto Legislativo nº 42, de 1964.

DEPRECIACÃO

Fixa coeficientes da aceleração de depreciação para as indústrias que enumera.

Decreto nº 54.298, de 23 de setembro de 1964.

DEPUTADOS

Emenda Constitucional nº 9.

DESAPROPRIACÕES

Autoriza a desapropriação de bens do domínio do Estado de Minas Gerais e dos municípios atingidos pelo reservatório a formar-se pela corredeira de Furnas.

Lei nº 4.353, de 6 de julho de 1964.

— *Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas com a desapropriação da área da bacia hidráulica do Açude público, Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências.*

Lei nº 4.381 — de 24 de agosto de 1964.

— *Revalida a autorização para a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), destinados ao cumprimento da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962.*

Lei nº 4.391 — de 31 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, conjunto residencial edificação em terreno da União, situado no Estado da Guanabara, na antiga "Chácara do Algodão".*

Decreto nº 53.977 — de 22 de junho de 1964.

— *Torna insubsistente o Decreto que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto nº 54.049 — de 27 de julho de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão de passagem, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS — terras e benfeitorias situa-*

das nos municípios de Ibirité e Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.094 — de 5 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS — imóveis necessários à pesquisa e lavra de petróleo, situados no Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.095 — de 5 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS — imóveis necessários à pesquisa e lavra de petróleo, situados no Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.096 — de 5 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona.*

Decreto nº 54.103 — de 6 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, áreas de terreno situadas em Belém, Estado do Pará.*

Decreto nº 54.112 — de 11 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, área de terreno situada no Município de Taubaté, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.113, de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, área de terreno situada no Município de Ituporanga, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.114, de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo De-*

partamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no município de Muriaé — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.115, de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Ibiti, Estado do Paraná.*

Decreto nº 54.116, de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.117, de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.118, de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Camacã, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.119, de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Don Cavati, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.120, de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no*

Município de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.121, de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.122, de 12 de agosto de 1964.

— *Renova a declaração de utilidade pública, a que se refere o Decreto nº 40.176, de 25 de outubro de 1956, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, de área de terreno necessária à construção do açude público "Banabuiú", no Município de Quixadá, Estado do Ceará.*

Decreto nº 54.123, de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.124, de 12 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Tijupinhas, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.136, de 17 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.137, de 17 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no*

cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 54.138, de 17 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Lajes, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.139, de 17 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.140, de 17 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Don Cavati, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.141, de 17 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.142, de 17 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública uma gleba de terra situada no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, e autoriza a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba, a desapropriá-la.*

Decreto nº 54.162, de 20 de agosto de 1964.

— *Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 927, de 27 de abril de 1962.*

Decreto nº 54.182, de 24 de agosto de 1964.

— *Revoga o Decreto de declaração de utilidade pública, para fins de de-*

sapropriação, de imóvel na Cidade de São Paulo.

Decreto nº 54.281, de 11 de setembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a área de terra necessária à construção da Usina piloto de Salto Grande de Iguaçu.*

Decreto nº 54.282, de 11 de setembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que menciona, no Campo dos Afonsos, Estado da Guanabara, necessários ao Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 54.284, de 11 de setembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.306, de 25 de setembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, situada no Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.307, de 25 de setembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Lajes, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.313, de 28 de setembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, área de terreno situada no vale do rio Itajaí-Oeste, de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.314, de 28 de setembro de 1964.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 42.529, de 29 de outubro de 1957, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Serrote", no Município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.315, de 28 de setembro de 1964.

DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

— Ver: Nordeste.

DIA NACIONAL DOS BANCÁRIOS

Institui o "Dia Nacional dos Bancários".

Lei nº 4.368, de 23 de julho de 1964.

DISTRITO FEDERAL

Fixa até 31 de julho de cada ano o prazo para o encaminhamento, à Câmara dos Deputados, da proposta orçamentária do Distrito Federal.

Lei nº 4.361, de 17 de julho de 1964.

— *Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00, para fins que especifica.*

Lei nº 4.405, de 15 de setembro de 1964.

— *Regula o pagamento de juros moratórios pela União, pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e autarquias.*

Lei nº 4.414, de 24 de setembro de 1964.

— *Proíbe a nomeação ou admissão de Pessoal na forma que estabelece e dá outras providências.*

Decreto nº 54.003 — de 3 de julho de 1964.

DIVÍDUAS DA UNIÃO

Altera o artigo 136, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que trata de amortização e juros de dívidas da União.

Lei nº 4.392 — de 31 de agosto de 1964.

DOAÇÕES

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Três Lagoas (MT).

Decreto nº 54.008 — de 5 de agosto de 1964.

— *Autoriza a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a doar ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem o terreno, que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.110 — de 24 de agosto de 1964.

"DRAW-BACK"

Regulamenta o art. 37 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.

Decreto nº 53.967 — de 16 de junho de 1964.

E

ELEIÇÕES

— *Emenda Constituição nº 9.*

EMBAIXADAS

— *Ver: Ministério das Relações Exteriores.*

EMPRESA FORÇA E LUZ SANTA CATARINA S. A.

Autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A. a constituir hipoteca de bens.

Decreto nº 54.146 — de 20 de agosto de 1964.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Dispõe sobre os quadros e tabelas de pessoal das empresas de navegação marítima e fluvial vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto nº 54.218 — de 28 de agosto de 1964.

EMPRESAS INCORPORADAS

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro à escritura de compra e venda lavrada em 18 de setembro de 1949, tendo outorgante vendedora a Superinten-

ciência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e como outorga do comprador Gaspar Coutinho.

Decreto Legislativo nº 46, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado entre a Imobiliária Cinelândia Limitada e a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.*

Decreto Legislativo nº 63, de 1964.

— *Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro à escritura de compra e venda de imóvel celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Alberto Amin Madi.*

Decreto Legislativo nº 67, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato-escritura de cessão de direito à promessa de compra e venda.*

Decreto Legislativo nº 79, de 1964.

— *Autoriza a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a doar ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem o terreno que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.190 — de 24 de agosto de 1964.

EMPRESTIMO EXTERNO

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito que menciona.

Decreto nº 53.972 — de 10 de junho de 1964.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 30.567.300.000,00 (trinta bilhões quinhentos e sessenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros), para fins que especifica.

Lei nº 4.417 — de 29 de setembro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo a constituir garan-*

tia hipotecária dos seus bens em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 2.140 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a Companhia Paraense de Energia Elétrica (COPEL) a ampliar seu sistema de transmissão*

Decreto nº 52.964 — de 25 de novembro de 1963.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Estadual de Energia Elétrica.*

Decreto nº 53.995 — de 3 de junho de 1964.

— *Outorga à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da Cachoeira do Paranoá.*

Decreto nº 59.996 — de 3 de junho de 1964.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Central Elétrica Capivari-Cachoeira S. A. — Eletrocap.*

Decreto nº 54.147 — de 20 de agosto de 1964.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir linhas de transmissão e subestações.*

Decreto nº 54.148 — de 20 de agosto de 1964.

— *Outorga a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. concessão para aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um trecho do Rio Paraná.*

Decreto nº 54.149 — de 20 de agosto de 1964.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Centrais Fluminense S. A.*

Decreto nº 54.150 — de 20 de agosto de 1964.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado*

de São Paulo a construir linha de transmissão.

Decreto nº 54.151 — de 20 de agosto de 1964.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Ithabela para o Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, concessão para distribuir energia elétrica no Município de Ithabela, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 54.152 — de 20 de agosto de 1964.

— Transfere do Município de Luziânia para Centrais Elétricas de Goiás S. A., a concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 54.153 — de 20 de agosto de 1964.

— Outorga a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto nº 54.155 — de 20 de agosto de 1964.

— Autoriza a Companhia Ferro e Aço de Vitória a montar grupos geradores para uso exclusivo.

Decreto nº 54.156 — de 20 de agosto de 1964.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte para Centrais Elétricas de Minas Gerais Sociedade Anônima concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 54.158 — de 20 de agosto de 1964.

— Outorga à Canoinhas Força e Luz S. A. concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 54.159 — de 20 de agosto de 1964.

— Dilata a área do suprimento da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Decreto nº 54.160 — de 20 de agosto de 1964.

— Transfere da Prefeitura Municipal de General Vargas para Companhia Estadual de Energia Elétrica a

cionar como empresa de energia elétrica.

Decreto nº 54.161 — de 20 de agosto de 1964.

— Outorga à Espírito Santo Centrais Elétricas S. A., concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do curso d'água denominado Brago Sul do Rio São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 54.166 — de 21 de agosto de 1964.

— Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S. A. a vender bens imóveis.

Decreto nº 54.179 — de 24 de agosto de 1964.

— Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 927, de 27 de abril de 1952.

Decreto nº 54.182 — de 24 de agosto de 1964.

— Transfere do Município de Pedro Leopoldo para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica no Município.

Decreto nº 54.183 — de 24 de agosto de 1964.

— Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica a constituir hipoteca.

Decreto nº 54.191 — de 24 de agosto de 1964.

— Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S. A. — CELG a construir linha de transmissão.

Decreto nº 54.232 — de 2 de setembro de 1964.

— Dispõe sobre destaque do Fundo Federal de Eletrificação pela Centrais Brasileiras S. A.

Decreto nº 54.255 — de 4 de setembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a área de terra n.

cessária à construção da Usina Piloto de Julto Grande de Iguaçu.

Decreto nº 54.282 — de 11 de setembro de 1964.

— *Outorga à Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A. concessão para distribuir energia elétrica nos municípios de Buerarema, Jbicearaí, Itajuípe, Marau, Ubaitaba e Ubaitá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.292 — de 16 de setembro de 1964.

— *Amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas de Goiás S. A.*

Decreto nº 54.309 — de 28 de setembro de 1964.

— *Outorga à Empresa de Luz e Força de Florianópolis S. A. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.316 — de 28 de setembro de 1964.

— *Transfere autorização de São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade para a Central Elétrica de Furnas S. A.*

Decreto nº 54.317 — de 28 de setembro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Industrial Paraense a vender áreas de terra.*

Decreto nº 54.318 — de 28 de setembro de 1964.

— *Amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas de Goiás S. A.*

Decreto nº 54.320 — de 28 de setembro de 1964.

ENSINO

Exclui da proibição constante do Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964, as nomeações para cargos de magistério, e dá outras providências.

Decreto nº 54.097 — de 5 de agosto de 1964.

ENSINO INDUSTRIAL

Altera o Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto número 47.038, de 16 de outubro de 1959, e modificado pelos de números

47.253, de 17 de novembro de 1959; 49.304, de 21 de novembro de 1960; 615, de 20 de fevereiro de 1962; 52.212, de 2 de julho de 1963 e 52.826 de 14 de novembro de 1963.

Decreto nº 54.721 — de 30 de julho de 1964.

ENTORPECENTES

Promulga a Convenção Única sobre Entorpecentes.

Decreto nº 54.216 — de 27 de agosto de 1964.

ENTREPOSTO DE DEPÓSITO FRANCO

Aprova o Convênio para o Estabelecimento no Porto de Corumbá, Estado de Mato Grosso, de um Entreposto de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela República da Bolívia.

Decreto Legislativo nº 42, de 1964.

ESCOLAS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo Federal (Ministério da Agricultura) e o Estado da Bahia para manutenção da Escola de Iniciação Agrícola, no Município de Santo Estevam.

Decreto Legislativo nº 48, de 1964.

— *Aprova a revisão dos Quadros de Pessoal das Universidades Federais e Escolas Técnicas e Industriais, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto nº 54.036 — de 21 de julho de 1964.

— *Aprova o Regimento da Escola de Engenharia Industrial de Rio Grande.*

Decreto nº 54.300 — de 24 de setembro de 1964.

Ver, também, Universidade, Faculdades, Cursos.

Quanto às militares ver, também, Aeronáutica, Exército e Marinha.

ESTABELECIMENTO RURAL DE TAPAJÓS

Aprova a revisão dos antigos Quadros de Pessoal dos extintos Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Serviço Social Rural e Estabelecimento Rural de Tapajós, que passaram a integrar a Superintendência de Política Agrária, e dá outras providências.

Decreto nº 54.043 — de 28 de julho de 1964.

ESTADO DE ALAGOAS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Alagoas.

Decreto Legislativo nº 70, de 1964.

— Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor de órgãos setoriais nele jurisdicionados, o crédito extraordinário de Cr\$ 6.380.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 54.060, de 28 de julho de 1964.

ESTADO DA BAHIA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo Federal (Ministério da Agricultura) e o Estado da Bahia para manutenção da Escola de Iniciação Agrícola, no Município de Santo Estevam.

Decreto Legislativo nº 48, de 1964.

— Ratifica a Lei nº 1.951, de 16 de setembro de 1963 do Estado da Bahia.

Decreto nº 54.021, de 14 de julho de 1964.

— Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor de órgãos setoriais nele jurisdicionados, o crédito extraordinário de Cr\$ 6.380.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 54.060, de 28 de julho de 1964.

ESTADO DO CEARÁ

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no montante de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) celebrado a 1º de julho de 1963 entre a União Federal e o Governo do Estado do Ceará.

Decreto Legislativo nº 56, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Ceará.

Decreto Legislativo nº 81, de 1964.

ESTADO DE GOIÁS

Transfere concessões de radiodifusão ao Governo do Estado de Goiás.

Decreto nº 53.986, de 26 de junho de 1964.

— Outorga concessão ao Governo do Estado de Goiás, para estabelecer uma estação radiodifusora.

Decreto nº 53.987, de 26 de junho de 1964.

— Outorga concessão ao Governo do Estado de Goiás, para estabelecer uma estação de Televisão.

Decreto nº 54.069, de 30 de julho de 1964.

— Transfere do Município de Luziânia para Centrais Elétricas de Goiás S. A., a concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 54.153, de 30 de agosto de 1964.

ESTADO DA GUANABARA

Isenta dos emolumentos consulares o embarque de quatro centrais termelétricas.

Lei nº 4.382, de 24 de agosto de 1964.

ESTADO DO MARANHÃO

Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor de órgãos setoriais nele jurisdicionados, o crédito

*dito extraordinário de
Cr\$ 6.380.000.000,00, para o fim que
menciona.*

Decreto nº 54.060, de 26 de julho
de 1964.

ESTADO DE MATO GROSSO

*Declara públicas, de uso comum, as
águas do curso que especifica.*

Decreto nº 54.180, de 24 de agosto
de 1964.

ESTADO DE MINAS GERAIS

*Autoriza a desapropriação de bens
do domínio do Estado de Minas Ge-
rais e dos municípios atingidos pelo
reservatório a formar-se pela cor-
redeira de Furnas.*

Lei nº 4.353, de 6 de julho de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Viação
e Obras Públicas, em favor de órgãos
setoriais nê jurisdictionados, o cré-
dito extraordinário de
Cr\$ 6.380.000.000,00, para o fim que
menciona.*

Decreto nº 54.060, de 26 de julho
de 1964.

ESTADO DO PARÁ

*Mantém o ato do Tribunal de Con-
tas da União denegatório de registro
ao contrato de empréstimo, no valor
de Cr\$ 200.000.000,00 no do Estado
do Pará.*

Decreto Legislativo nº 50, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de
Contas da União denegatório de re-
gistro a contrato de empréstimo ce-
lebrado entre a União Federal e o
Governo do Estado do Pará.*

Decreto Legislativo nº 78, de 1964.

ESTADO DA PARAÍBA

*Mantém o ato do Tribunal de Con-
tas da União denegatório de registro
ao contrato de empréstimo, celebrado
entre a União Federal e o Governo
do Estado da Paraíba.*

Decreto Legislativo nº 69, de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Viação
e Obras Públicas, em favor de órgãos
setoriais nê jurisdictionados, o cré-
dito extraordinário de*

*dito extraordinário de
Cr\$ 6.380.000.000,00, para o fim que
menciona.*

Decreto nº 54.060, de 26 de julho
de 1964.

ESTADO DE PERNAMBUCO

*Mantém o ato do Tribunal de Con-
tas da União denegatório de registro
ao contrato de empréstimo celebrado
entre a União Federal e o Estado de
Pernambuco.*

Decreto Legislativo nº 74, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de
Contas da União denegatório de re-
gistro a contrato de empréstimo, ce-
lebrado entre a União Federal e o
Governo do Estado de Pernambuco.*

Decreto Legislativo nº 84, de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Viação
e Obras Públicas, em favor de órgãos
setoriais nê jurisdictionados, o cré-
dito extraordinário de
Cr\$ 6.380.000.000,00, para o fim que
menciona.*

Decreto nº 54.060, de 26 de julho
de 1964.

ESTADO DO PIAUÍ

*Mantém o ato do Tribunal de Con-
tas da União denegatório de registro
ao contrato de empréstimo celebrado
entre a União Federal e o Estado do
Piauí.*

Decreto Legislativo nº 71, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de
Contas da União denegatório de re-
gistro ao contrato de empréstimo ce-
lebrado entre a União Federal e o
Governo do Estado do Piauí.*

Decreto Legislativo nº 77, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de
Contas da União denegatório de re-
gistro a contrato de empréstimo, ce-
lebrado entre a União e o Governo
do Estado do Piauí.*

Decreto Legislativo nº 82, de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Viação
e Obras Públicas, em favor de órgãos
setoriais nê jurisdictionados, o cré-
dito extraordinário de*

Cr\$ 6.380.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 54.060, de 26 de julho de 1964.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto Legislativo nº 73, de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto Legislativo nº 83, de 1964.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor de órgãos setoriais nele jurisdicionados, o crédito extraordinário de Cr\$ 6.380.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 54.060, de 26 de julho de 1964.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, referente a instalação de um laboratório experimental no Posto Agropecuário de Cachoeira de Macacu.

Decreto Legislativo nº 45, de 1964.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e o Estado de Santa Catarina.

Decreto Legislativo nº 80, de 1964.

ESTADO DE SÃO PAULO

Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São

Paulo a construir linha de transmissão.

Decreto nº 54.151, de 20 de agosto de 1964.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Ilhabela para o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo concessão para distribuir energia elétrica no Município de Ilhabela, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 54.152, de 20 de agosto de 1964.

ESTADO DE SERGIPE

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Sergipe.

Decreto Legislativo nº 72, de 1964.

— Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor de órgãos setoriais nele jurisdicionados, o crédito extraordinário de Cr\$ 6.380.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 54.060, de 26 de julho de 1964.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Classifica os cargos de nível superior do Estado-Maior das Forças Armadas e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 54.341, de 29 de setembro de 1964.

ESTATUTO — Ver o nome da entidade a que se refere.

ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL

Abre, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para os fins que especifica.

Decreto nº 54.263, de 4 de setembro de 1964.

ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Retifica relação que acompanhou o Decreto nº 51.662, de 16 de janeiro

de 1933, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e deu outras providências.

Decreto nº 54.272, de 9 de setembro de 1964.

ESTUDANTES

Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

Lei nº 4.376, de 17 de agosto de 1964.

ESTRANGEIROS

Dispõe sobre a nacionalidade de menor estrangeiro residente no País, filho de pais estrangeiros naturalizados brasileiros e aqui domiciliados.

Lei nº 4.404, de 14 de setembro de 1964.

EXECUTANTES

Aprova os termos da Convenção Internacional para Proteção dos Artistas Intérpretes ou Executantes, nos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão, realizada em Roma, Itália, em 26 de outubro de 1961.

Decreto Legislativo nº 26, de 1964.

EXERCÍCIO

Revoga a Lei nº 388, de 18 de setembro de 1948, que dispõe sobre a promoção dos Capitães dos Quadros dos Serviços das Forças Armadas.

Lei nº 4.378, de 17 de agosto de 1964.

— Transfere de sede o 1º Esquadrão de Remonta e dá outras providências.

Decreto nº 54.027, de 17 de julho de 1964.

— Transforma a Coudelaria de Saicas, em Fazenda.

Decreto nº 54.028, de 17 de julho de 1964.

— Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos da Ração

comum, para o Exército, e dá outras providências.

Decreto nº 54.065, de 29 de julho de 1964.

— Atribui ao 2º Batalhão Ferroviário as missões que menciona e dá outras providências.

Decreto nº 54.086, de 3 de agosto de 1964.

Acrescenta itens ao § 4º do art. 48 do Regulamento do Serviço de Identificação do Exército (R-115).

Decreto nº 54.106, de 7 de agosto de 1964.

— Revoga o Decreto nº 614, de 30 de janeiro de 1936 e dá outras providências.

Decreto nº 54.169, de 21 de agosto de 1964.

— Fixa a distribuição em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de agosto de 1964.

Decreto nº 54.204, de 24 de agosto de 1964.

— Ver, também, Ministério da Guerra.

EXTRADIÇÃO

Aprova o Tratado de Extradicação assinado entre o Brasil e a Argentina.

Decreto Legislativo nº 85, de 1964.

F

FABRICA NACIONAL DE MOTORES S. A.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 16.000.000.000,00 (dezesseis bilhões de cruzeiros) para subscrição dos aumentos de capital da Fábrica Nacional de Motores S. A., pelo Tesouro Nacional.

Lei nº 4.394, de 31 de agosto de 1964.

FACULDADES

Concede reconhecimento à Faculdade de Economia do Vale do Rio dos

Sinos, de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.953, de 8 de junho de 1964.

— *Altera a redação do Decreto número 53.508, de 29 de janeiro de 1964.*

Decreto nº 53.994, de 3 de julho de 1964.

— *Concede reconhecimento à Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, de Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto nº 54.038, de 23 de julho de 1964.

— *Concede reconhecimento à Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 54.234, de 2 de setembro de 1964.

— Ver, também, Colégios, Cursos, Escolas e Universidades.

FALXA DE FRONTEIRAS

Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito Especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinado à execução da Lei nº 4.344, de 21 de julho de 1964.

Decreto nº 54.029, de 17 de julho de 1964.

FARINHA DE MANDIOCA

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de Farinha de Mandioca da safra de 1964.

Decreto nº 54.009, de 9 de julho de 1964.

FARMACÊUTICOS

Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

Lei nº 4.376, de 17 de agosto de 1964.

FEIJÃO

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de

arroz, feijão, milho, soja, amendoim das águas e algodão da Região Meridional de produção nacional para os anos agrícolas de 1964-1965 e 1965-1966.

Decreto nº 54.294, de 18 de setembro de 1964.

FEITOS ELEITORAIS

Institui prioridade para os feitos eleitorais, e dá outras providências.

Lei nº 4.410, de 24 de setembro de 1964.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Israel Martins a pesquisar feldspato no Município de Campestre, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.192, de 24 de agosto de 1964.

FERRO

Autoriza a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas a pesquisar minério de ferro no Município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.167, de 21 de agosto de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Anselmo Santana a pesquisar minério de ferro no Município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.177, de 24 de agosto de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Campos Ferreira a pesquisar minério de ferro e de manganês, no Município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.195, de 24 de agosto de 1964.

FERROVIÁRIO

Atribui ao 1º Batalhão Ferroviário a missão que menciona e dá outras providências.

Decreto nº 54.189, de 24 de agosto de 1964.

FONOGRAMAS

Aprova os termos da Convenção Internacional para Proteção dos Artis-

taz Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão, realizada em Roma, Itália, em 20 de outubro de 1961.

Decreto Legislativo nº 26, de 1964.

FORÇAS ARMADAS

Aprova o Regimento Interno da Comissão de Alimentação das Forças Armadas, do Estado-Maior das Forças Armadas.

Decreto nº 53.970, de 17 de junho de 1964.

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o segundo semestre de 1964, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.063, de 29 de julho de 1964.

— *Classifica os cargos de nível superior do Estado-Maior das Forças Armadas e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 54.341, de 29 de setembro de 1964.

FOSFATO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Baltazar Rocha de Medeiros a pesquisar fosfato na Ilha do Farol, Atol das Rocas, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 54.311, de 28 de setembro de 1964.

FRONTIEIRA SUDOESTE DO PAÍS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato, celebrado entre Arthur E. Schaefer e J. Ataliba Wolf, e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País.

Decreto Legislativo nº 64, de 1964.

Inclui no art. 14 da Lei nº 2.976, de 1956, os Municípios de Pelotas e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.359, de 17 de julho de 1964.

Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito especial de ... Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinado à execução da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.

Decreto nº 54.029, de 17 de julho de 1964.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS

Partes mantidas pelo Congresso Nacional do Projeto que se transformou na Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, que institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

— *Institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.*

Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

— *Manda computar, para efeito de cálculo da percentagem limite das consignações em folha de pagamento, as vantagens pecuniárias acessórias de caráter permanente.*

Lei nº 4.373 — de 30 de julho de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 53.413, de 17 de janeiro de 1964.*

Decreto nº 54.219 — de 28 de agosto de 1964.

— *Baixa normas para a execução do disposto no artigo 19, no parágrafo único do artigo 20, § 1º do artigo 21 e no artigo 23 da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.00 — de 3 de julho de 1964.

— *Regulamenta o § 6º do artigo 1º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.004 — de 3 de julho de 1964.

— *Regulamenta o § 4º do artigo 7º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.006 — de 3 de julho de 1964.

— *Regulamenta o parágrafo único do artigo 192 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, e o artigo 13 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.012 — de 10 de julho de 1964.

— *Baixa normas para a execução do disposto no art. 9º e seus parágrafos da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.015 — de 13 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre o funcionamento das repartições.*

Decreto nº 54.025 — de 16 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre o regime de trabalho dos ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas, previsto no § 1º do artigo 1º da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.059 — de 27 de julho de 1964.

— *Regulamenta o Regime de Tempo Integral previsto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.061 — de 28 de julho de 1964.

— *Exclui da proibição constante do Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964, as nomeações para cargos de magistério, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.097 — de 5 de agosto de 1964.

— *Acrescenta um parágrafo ao Decreto nº 54.004, de 3 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.239 — de 2 de setembro de 1964.

— *Inclui nas relações de que trata o Decreto nº 54.015, de 13 de julho de 1964, os cargos que especifica e dá outras providências.*

Decreto nº 54.240 — de 2 de setembro de 1964.

— *Altera o art. 2º do Decreto número 54.012, de 10 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.352 — de 29 de setembro de 1964.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 54.000 — de 3 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre funções gratificadas do Colégio Pedro II, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 54.001 — de 3 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre o regime de trabalho dos ocupantes de cargos em comissão e de funções gratificadas, previsto no § 1º do artigo 1º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.059 — de 27 de julho de 1964.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito Especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinados à execução da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.

Decreto nº 54.029 — de 17 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre o aproveitamento do Pessoal da Fundação Brasil-Central e dá outras providências.*

Decreto nº 54.224 — de 1º de setembro de 1964.

FUNDO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO CAPITAL DAS EMPRESAS

Cria o "Fundo de Democratização do Capital das Empresas" e prevê sobre financiamento para produção e exportação de produtos manufaturados.

Decreto nº 54.105 — de 6 de agosto de 1964.

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Modifica a Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, que altera a legis-

lação sobre o Fundo Federal de Eletrificação.

Lei nº 4.364 — de 22 de julho de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 30.567.300,00 (trinta bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros), para fins que especifica.*

Lei nº 4.417 — de 29 de setembro de 1964.

— *Dispõe sobre destaque do Fundo Federal de Eletrificação pela Centrais Brasileiras S. A.*

Decreto nº 54.255 — de 4 de setembro de 1964.

FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTOS FERROVIÁRIOS

Aprova o Regulamento sobre a administração, aplicação e controle do Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários.

Decreto nº 53.909 — de 7 de maio de 1964.

FUNDO NACIONAL DE REFINANCIAMENTO RURAL

Cria a Coordenação Nacional de Crédito Rural — CNCR — e o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural e dá outras providências.

Decreto nº 54.019 — de 14 de julho de 1964.

FUNDO PORTUÁRIO NACIONAL

Regulamenta artigos da Lei número 3.421, de 10 de julho de 1958, artigo 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958 e dá outras providências.

Decreto nº 54.295 — de 23 de setembro de 1964.

FURNAS

Autoriza a desapropriação de bens do domínio do Estado de Minas Gerais e dos municípios atingidos pelo reservatório a formar-se pela corredeira de Furnas.

Lei nº 4.353 — de 6 de julho de 1964.

G

GADO BOVINO

Estabelece normas para o abate do gado bovino nos anos de 1964 e 1965, e dá outras providências.

Decreto nº 54.267 — de 8 de setembro de 1964.

GALIANA

Autoriza o cidadão brasileiro João Viana Delis a pesquisar galena e calcário, no município de Manga, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.176 — de 24 de agosto de 1964.

GRAFITE

Autoriza o cidadão brasileiro Jair Rodrigues Pereira a pesquisar grafite, no município de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.175 — de 21 de agosto de 1964.

GRUPOS EXECUTIVOS

Dispõe sobre o funcionamento do Grupo de Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA).

Decreto nº 53.641 — de 28 de fevereiro de 1964.

— *Extingue o Grupo Executivo da Indústria Naval e dá outras providências.*

Decreto nº 53.997 — de 3 de julho de 1964.

— *Prorroga o prazo fixado para os trabalhos do Grupo Executivo da Siderúrgica de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.144 — de 19 de agosto de 1964.

— *Cria Grupo Executivo para o fim que menciona.*

Decreto nº 54.246 — de 2 de setembro de 1964.

GRUPO DE TRABALHO

Constitui Grupo de Trabalho para examinar a viabilidade técnica econômica e financeira de uma fábrica.

de cimento em Barbalha, Ceará, bem como promover a sua concretização.

Decreto nº 54.011 — de 9 de julho de 1964.

— *Extingue o Grupo de Trabalho da Indústria de Materiais e Equipamentos para Petróleo.*

Decreto nº 54.230 — de 2 de setembro de 1964.

H

HOSPITAIS

Aprova a revisão do Quadro de Pessoal do Hospital Júlia Kubitschek e dá outras providências.

Decreto nº 54.283 — de 11 de setembro de 1964.

I

IBACIP — INDÚSTRIA BARBALHENSE DE CIMENTO PORTLAND S. A.

Concede à IBACIP — Indústria Barbalhense de Cimento Portland S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.256 — de 4 de setembro de 1964.

IBGE — Ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IGREJAS EVANGÉLICAS FUNDAMENTALISTAS DO BRASIL

Concede isenção de direitos de importação, de imposto de consumo e de taxas aduaneiras, para as mercadorias doadas à Confederação de Igrejas Evangélicas Fundamentalistas do Brasil pela International Christian Relief, dos Estados Unidos da América do Norte.

Lei nº 4.377 — de 17 de agosto de 1964.

IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel pertencente ao Patrimônio Nacional, situado na Rua 42 da Cidade de Washington, onde estão localizados os serviços da Chan-

celaria da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América, e a utilizar o produto dessa venda para custeio de uma chancelaria.

Lei nº 4.372 — de 30 de julho de 1964.

IMPORTAÇÕES

Concede isenção de licença, impostos e taxas que recaem na importação de uma clínica móvel de campo, completamente equipada, doada à União Norte Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que se encontra no Porto de Nova Iorque.

Lei nº 4.412 — de 24 de setembro de 1964.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Modifica a legislação dos impostos de consumo e do selo e dá outras providências.

Lei nº 4.388 — de 28 de agosto de 1964.

IMPÓSTO DE RENDA

Autoriza a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional, altera a legislação do imposto sobre a renda, e dá outras providências.

Lei nº 4.357 — de 16 de julho de 1964.

— *Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.*

Decreto nº 4.390 — de 29 de agosto de 1964.

— *Regulamenta as disposições dos artigos 3º, 5º e 6º da Lei nº 4.357, de julho de 1964.*

Decreto nº 54.145 — de 19 de agosto de 1964.

— *Regulamenta artigos da Lei número 3.421, de 10 de julho de 1958, artigo 5º da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958 e dá outras providências.*

Decreto nº 54.295 — de 23 de setembro de 1964.

— *Fixa coeficientes de aceleração de depreciação para as indústrias que enumera.*

Decreto nº 54.298 — de 23 de setembro de 1964.

— *Regulamenta as disposições dos artigos 4º, 12 e 16 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.333 — de 28 de setembro de 1964.

— *Aprova o Regulamento para a cobrança do empréstimo compulsório*

instituído pelo art. 72, da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963, e alterado pelos arts. 19 e 21 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Decreto nº 54.334 — de 28 de setembro de 1964.

— *Nomeia comissão para examinar a possibilidade da inclusão dos ganhos e perdas de capital, da instituição de normas gerais de contabilidade e da correção monetária do balanço das empresas.*

Decreto nº 54.360 — de 30 de setembro de 1964.

IMPÓSTO DO SÊLO

Modifica a legislação dos impostos de consumo e do sêlo e dá outras providências.

Lei nº 4.383 — de 28 de agosto de 1964.

INDÚSTRIA NAVAL

Extingue o Grupo Executivo da Indústria Naval e dá outras providências.

Decreto nº 53.997 — de 3 de julho de 1964.

INELEGIBILIDADE

Emenda Constitucional nº 9.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

Retifica o quadro de pessoal do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação do Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências.

Decreto nº 54.022 — de 15 de julho de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Retifica o enquadramento de cargos e funções do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística, tendo em vista os Processos ns. 1.657-63 e 150-64, da Comissão de Classificação de Cargos.

Decreto nº 53.605 — de 25 de fevereiro de 1964.

— *Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais o crédito Especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinados à execução da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.029 — de 17 de julho de 1964.

— *Aprova a revisão dos Quadros de Pessoal do Conselho Nacional de Estatística, Conselho Nacional de Geografia e Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.*

Decreto nº 54.034 — de 21 de julho de 1964.

— *Aprova a revisão dos Quadros de Pessoal, provisórios, do Conselho Nacional de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e dá outras providências.*

Decreto nº 52.035 — de 21 de julho de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Aprova a revisão dos Quadros de Pessoal, provisórios, do Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.

Decreto nº 54.081 — de 31 de julho de 1964.

— *Altera o artigo 2º do Decreto número 54.081, de 31 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.244 — de 2 de setembro de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DO SAL

— *Aprova a revisão dos Quadros dos Instituto Brasileiro do Sal e do Hospital Francisco Menescal e dá outras providências.*

Decreto nº 54.079 — de 31 de julho de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

Aprova a revisão do Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, e dá outras providências.

Decreto nº 54.058 — de 27 de julho de 1964.

— *Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1º do Decreto número 54.053, de 27 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.279 — de 10 de setembro de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIA- RIOS

Retifica o enquadramento de cargos e funções do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, constantes dos Processos ns. 67-64, 68-64, 69-64 e 70-64, da Comissão de Classificação de Cargos.

Decreto nº 53.716 — de 17 de março de 1964.

— *Aprova a revisão do Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.055 — de 27 de julho de 1964.

— *Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 54.055, de 27 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.132 — de 14 de agosto de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGA- DOS EM TRANSPORTES E CARGAS

— *Aprova a revisão dos Quadros do Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.*

Decreto nº 54.054 — de 27 de julho de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIA- RIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Aprova a revisão dos Quadros de Pessoal do Instituto de Aposentado-

ria e Pensões dos Ferrovieiros e Empregados em Serviços Públicos, e dá outras providências.

Decreto nº 54.056 — de 27 de julho de 1964

— *Acrescenta parágrafo ao artigo 3º do Decreto nº 52.401, de 23 de agosto de 1963.*

Decreto nº 54.076 — de 31 de julho de 1964.

— *Altera o artigo 2º do Decreto nº 54.056, de 27 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.221 — de 31 de agosto de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIA- RIOS

Aprova a revisão do Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e dá outras providências.

Decreto nº 54.206 — de 25 de agosto de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS

Altera a redação do artigo 2º do Decreto nº 54.057, de 27 de julho de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 54.287 — de 15 de setembro de 1964.

— *Aprova a redação do Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e dá outras providências.*

Decreto nº 54.057 — de 27 de julho de 1964.

— *Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 54.057, de 27 de julho de 1964, que aprovou a revisão do Quadro do Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, prevista no artigo 19 da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.205 — de 24 de agosto de 1964

INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO (IPASE)

Retifica junções gratificadas no Quadro de Pessoal do Hospital dos Servidores do Estado.

Decreto nº 54.013 — de 10 de julho de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 52.430, de 2 de setembro de 1963.*

Decreto nº 54.037 — de 21 de julho de 1964.

— *Aprova a revisão dos Quadros provisórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e dá outras providências.*

Decreto nº 54.045 — de 20 de julho de 1964.

— *Altera a denominação do atual Serviço de Contabilidade do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e dá outras providências.*

Decreto nº 54.299 — de 24 de setembro de 1964.

INSTITUTO DE ZOOTECNIA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado entre o Instituto de Zootecnia do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura e a firma CIRB S. A., Comércio e Indústria, para fornecimento de um caminhão a óleo.

Decreto Legislativo nº 24 — de 1964.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social e a administração transitória das instituições de previdência social até que esta se complete e dá outras providências.

Decreto nº 54.067 — de 29 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre a reformulação do sistema de assistência médica no país.*

Decreto nº 54.210 — de 20 de agosto de 1964.

— *Dispõe sobre alterações nos orçamentos de 1964 das instituições de Previdência Social.*

Decreto nº 54.220 — de 28 de agosto de 1964.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Aprova a revisão do Quadro de Pessoal. Partes Permanente e Especial, do Instituto de Açúcar e do Alcool e dá outras providências.

Decreto nº 54.058 — de 27 de julho de 1964.

— *Autoriza o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis a ceder, gratuitamente, ao Instituto do Açúcar e do Alcool, área de terreno localizada no porto de Aracaju, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 54.270 — de 8 de setembro de 1964.

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Aprova a revisão dos antigos Quadros de Pessoal dos extintos Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Serviço Social Rural e Estabelecimento Rural de Tapoju, que passaram a integrar a Superintendência de Política Agrária, e dá outras providências.

Decreto nº 54.043 — de 23 de julho de 1964.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

Aprova a revisão dos Quadros de Pessoal, provisórios, do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e dá outras providências.

Decreto nº 54.035 — de 21 de julho de 1964.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

Aprova a revisão dos Quadros de Pessoal do Instituto Nacional do Pinho e dá outras providências.

Decreto nº 54.243 — de 2 de setembro de 1964.

INSTITUTO RIO BRANCO

Aprova o Regulamento do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto nº 54.130 — de 13 de agosto de 1964.

INTERCÂMBIO CULTURAL

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural, entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1960.

Decreto Legislativo nº 29, de 1964.

— Aprova o Acórdão de Intercâmbio Cultural, entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia.

Decreto Legislativo nº 41, de 1964.

INTÉRPRETES

Aprova os termos da Convenção Internacional para Proteção dos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão, realizada em Roma, Itália, em 26 de outubro de 1961.

Decreto Legislativo nº 26, de 1964.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Prorroga o prazo a que se referem os arts. 2º do Decreto nº 814, de 31 de março de 1962 e 1º dos Decretos ns. 1.396, de 19 de setembro de 1962, 1.878, de 13 de dezembro de 1962, 51.863, de 25 de março de 1963, 52.148, de 25 de junho de 1963 e 52.477, de 16 de setembro de 1963.

Decreto nº 54.286 — de 14 de setembro de 1964.

IPASE: — *Ver: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

ISENÇÕES

Isenta dos impostos de Importação e de Consumo a importação de uma "Bomba de Cobalto" e de seus respectivos acessórios, destinados à Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo.

Lei nº 4.347 — de 26 de junho de 1964.

— Isenta do imposto de importação e de consumo, equipamento destinado à instalação de uma fábrica de café solúvel.

Lei nº 4.367 — de 23 de julho de 1964.

— Concede isenção de direitos de importação, de imposto de consumo e de taxas aduaneiras, para as mercadorias doadas à Confederação de Igrejas Evangélicas Fundamentalistas do Brasil pela International Christian Relief, dos Estados Unidos da América do Norte.

Lei nº 4.377 — de 17 de agosto de 1964.

— Isenta dos emolumentos consulares o embarque de quatro centrais termelétricas.

Lei nº 4.382 — de 24 de agosto de 1964.

— Isenta a Petrobrás do Imposto de Transmissão "inter-vivos" por aquisições de imóveis no Distrito Federal.

Lei nº 4.283 — de 24 de agosto de 1964.

— Isenta da taxa de despacho aduaneiro equipamento gráfico destinado à Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre.

Lei nº 4.384 — de 24 de agosto de 1964.

— Isenta de taxa de despacho aduaneiro de 5% (cinco por cento) um computador eletrônico Burroughs e respectivos pertences, importados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.385 — de 24 de agosto de 1964.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico a ser importado pela Empresa Telefônica de Limoeiro, para instalação do serviço de telefone na Cidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco.

Lei nº 4.397 — de 31 de agosto de 1964.

— Concede isenção de licença, impostos e taxas que recaem na impor-

tação de uma clínica móvel de campo, completamente equipada, doada à União Norte Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que se encontra no Porto de Nova Iorque.

Lei nº 4.412 — de 24 de setembro de 1964.

— *Altera o limite quantitativo, inclui novos doadores e amplia o prazo de vigência da Lei nº 4.184, de 17 de dezembro de 1962.*

Lei nº 4.418 — de 29 de setembro de 1964.

— *Isenta de imposto de importação e de consumo, equipamento e acessórios de uma estação transmissora de televisão e máquinas gravadoras (video-tape).*

Lei nº 4.419 — de 29 de setembro de 1964.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrados, neste descritos e consignados à empresa "Comercial e Indústria de Salvador S. A., de Salvador (Bahia).*

Decreto nº 53.685 — de 13 de março de 1964.

— *Concede benefício de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, relativos a importação de equipamentos consignado à empresa "Coco Alimentar de Alagoas S. A.", de Maceió (AL).*

Decreto nº 53.686 — de 13 de março de 1964.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamento novos, sem similar nacional registrado e consignados à Companhia Agro Fabril Mercantil, de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 53.696 — de 13 de março de 1964.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impos-*

tos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, neste descritos e consignados à Empresa "Companhia Industrial de Vidros — CIV", de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 54.087 — de 4 de agosto de 1964.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Politex S. A. — Indústria e Comércio", de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.*

Decreto nº 54.171 — de 21 de agosto de 1964.

J

JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS

— *Considera os Jogos Universitários Brasileiros como atividade universitária regular.*

Decreto nº 54.215 — de 27 de agosto de 1964.

JORNALISTAS

Emenda Constitucional nº 9.
JUIZES

Emenda Constitucional nº 9.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

— *Estende ao Município de Barroso a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Barbacena.*

Lei nº 4.396 — de 31 de agosto de 1964.

JUROS MORATÓRIOS

— *Regula o pagamento de juros moratórios pela União, pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e autarquias.*

Lei nº 4.414 — de 24 de setembro de 1964.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Estende ao Município de Barroso a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Barbacena.

Lei n.º 4.396 — de 31 de agosto de 1964.

L

LAVRA

Revoga o Decreto n.º 53.151, de 19 de dezembro de 1963.

Decreto n.º 54.042 — de 23 de julho de 1964.

LEI DO INQUILINATO

Prorroga a vigência da Lei número 1.300, de 28 de dezembro de 1950 — (Lei do Inquilinato).

Lei n.º 4.416 — de 29 de setembro de 1964.

LEI DO SERVIÇO MILITAR

Servio Militar.

Lei n.º 4.375 — de 17 de agosto de 1964.

LEI ORGÂNICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dá nova redação ao artigo 25, da Lei número 3.897, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Lei n.º 4.355 — de 14 de julho de 1964.

LETRAS DE CâMBIO

Aprova Convenções para adoção de uma lei uniforme sobre letras de câmbio, notas promissórias e cheques e respectivos Protocolos.

Decreto Legislativo n.º 54, de 1964.

LETRAS IMOBILIÁRIAS

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação, (BNH) e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei n.º 4.389 — de 21 de agosto de 1964.

LOTERIAS

Ratifica a Lei número 1.951, de 18 de setembro de 1963, do Estado da Bahia.

Decreto n.º 54.021 — de 14 de julho de 1964.

LUTO OFICIAL

Declara luto oficial em todo o país, em sinal de pesar pelo falecimento do Presidente Aleksander Zawadzki.

Decreto n.º 54.110 — de 7 de agosto de 1964.

M

MAGNESITA

Autoriza a Companhia de Mineração e Agricultura do São Francisco — "Cominag" — a lavar magnesita no município de Santo Sé, Estado da Bahia.

Decreto n.º 54.229 — de 2 de setembro de 1964.

MAIORIA ABSOLUTA

Emenda Constitucional n.º 9.

MANDADO DE SEGURANÇA

Estabelece normas processuais relativas ao mandado de segurança.

Lei n.º 4.348 — de 26 de junho de 1964.

Decreto n.º 54.209 — de 26 de agosto de 1964.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Campos Ferreira a pesquisar minérios de ferro e de manganês no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.195 — de 24 de agosto de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Cohen a pesquisar manganês no município de Canumã, Estado do Amazonas.*

Decreto n.º 54.201 — de 24 de agosto de 1964.

Retifica o artigo 1.º, do Decreto número 53.386, de 31 de dezembro de 1963.

MARINHA

Revoga a Lei n.º 388, de 18 de setembro de 1948, que dispõe sobre a promoção dos Capitães dos Quadros dos Serviços das Forças Armadas.

Lei n.º 4.378 — de 17 de agosto de 1964.

— Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à Ração comum para a Marinha, e dá outras providências.

Decreto n.º 54.064 — de 29 de julho de 1964.

Ver, também, Armada e Ministério da Marinha.

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA PETRÓLEO

Extingue o Grupo de Trabalho da Indústria de Materiais e Equipamentos para Petróleo.

Decreto n.º 54.230 — de 2 de setembro de 1964.

MATERIAIS

Estabelece normas para a licitação de serviços e obras e aquisição de materiais no Serviço Público da União, e dá outras providências.

Lei n.º 4.401 — de 10 de setembro de 1964.

MEDICOS

Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

Lei n.º 4.376 — de 17 de agosto de 1964.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Agostinho Homem Toledo, a pesquisar mica no município de Cataguazes, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.196 — de 24 de agosto de 1964.

MIGRAÇÃO

Promulga o Acórdão de Migração Brasil-Espanha.

Decreto n.º 53.998 — de 3 de julho de 1964.

MILHO

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de arroz, feijão, milho, soja, amendoim das águas e alagado da Região Meridional de produção nacional para os anos agrícolas de 1964-1965 e 1965-1966.

Decreto n.º 54.294 — de 18 de setembro de 1964.

MILITARES

Emenda Constitucional n.º 9.

— Regulamenta o parágrafo único do artigo 192, da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964, e o artigo 13, de Lei n.º 4.345, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.

Decreto n.º 54.012 — de 10 de julho de 1964.

— Dispõe sobre a não sujeição de militares da reserva e reformados a disposições dos Regulamentos Disciplinares.

Decreto n.º 54.062 — de 28 de julho de 1964.

— Especifica as funções permanentes no exterior, para os efeitos da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos Militares).

Decreto n.º 54.303 — de 25 de setembro de 1964.

MINERIOS CATARINENSE LIMITADA

Concede à Minérios Catarinense Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 54.181 — de 24 de agosto de 1964.

MINISTERIO DA AERONAUTICA

Aprova o Regulamento dos Estabelecimentos de Intendência da Aeronáutica.

Decreto n.º 53.920 — de 13 de maio de 1964.

— *Aprova o Regulamento do Depósito Central de Intendência da Aeronáutica.*

Decreto n.º 53.921 — de 18 de maio de 1964.

— *Dispõe sobre o horário de trabalho nos Estabelecimentos Reembolsáveis, Lavanderias, Fazendas e Granjas da Aeronáutica.*

Decreto n.º 54.017 — de 18 de julho de 1964.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Três Lagoas (MT).*

Decreto n.º 54.008 — de 5 de agosto de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, os créditos especiais de Cr\$ 11.928.000.000,00 e Cr\$ 12.806.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 54.170 — de 21 de agosto de 1964.

— *Restabelece a transferência, da Parte Suplementar para a Parte Permanente da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, das funções que menciona.*

Decreto n.º 54.236 — de 2 de setembro de 1964.

— *Retifica o enquadramento de cargos, funções e empregos do Quadro Permanente de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 54.261 — de 4 de setembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que menciona, no Campo dos Afonsos, Estado da Guanabara, necessários ao Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 54.284 — de 11 de setembro de 1964.

— *Classifica os cargos de nível superior do Ministério da Aeronáutica e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto n.º 54.285 — de 14 de setembro de 1964.

Ver, também, Aeronáutica.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro do contrato celebrado entre o Instituto de Zootecnia do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura e a firma CIRB S. A., Comércio e Indústria, para fornecimento de um caminhão a óleo.*

Decreto Legislativo n.º 24, de 1964.

— *Mantém, o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo Federal (Ministério da Agricultura) e o Estado da Bahia para manutenção da Escola de Iniciação Agrícola, no Município de Santo Estevam.*

Decreto Legislativo n.º 48, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Pedro Machado de Moraes e sua mulher.*

Decreto Legislativo n.º 60, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma "ASCA Aparelhos Científicos Sociedade Anônima".*

Decreto Legislativo n.º 62, de 1964.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro de contrato firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, para desenvolvimento da cultura do trigo.*

Decreto Legislativo n.º 67, de 1964.

— *Cria funções gratificadas no Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 53.774 — de 20 de março de 1964.

— *Aprova os regimentos das Delegacias Federais de Agricultura e dos Coordenadores Regionais.*

Decreto n.º 53.990 — de 2 de julho de 1964.

— *Dá nova redação aos artigos 89 e respectivos parágrafos, 90 e 91, do Regulamento do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 53.991 — de 2 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre o acervo e material do Instituto de Química, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, órgãos extintos do Ministério da Agricultura pela Lei Delegada número 9, de 11 de outubro de 1962, e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.048 — de 24 de julho de 1964.

— *Retifica o quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.085 — de 3 de agosto de 1964.

— *Dispõe sobre a aplicação do disposto na Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964, aos servidores da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.245 — de 2 de setembro de 1964.

— *Dá nova redação aos artigos 2.º e 18 do Regulamento do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 54.259 — de 4 de setembro de 1964.

— *Altera a tabela de funções gratificadas do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.260 — de 4 de setembro de 1964.

— *Altera a denominação dos membros permanentes do Conselho Nacional de Defesa Sanitária Animal, criado pelo Decreto n.º 24.548, de 3 de julho de 1964, do Governo Provisório da República.*

Decreto n.º 54.263 — de 8 de setembro de 1964.

— *Transfere área que especifica, do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte —*

(I.P.E.A.N) — *do Ministério da Agricultura, para a Universidade do Pará, de acordo com a autorização contida no artigo 12, da Lei número 4.283, de 18 de novembro de 1963.*

Decreto n.º 54.276 — de 10 de setembro de 1964.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e Evandro Lemme, para exercer a função de Técnico em Microfilmagem, na Biblioteca Nacional, assinado em 7 de dezembro de 1954.

Decreto Legislativo nº 35 de 1964.

— *Cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Conselho Federal de Educação — cargos em comissão de Secretário-Geral e Secretários de Câmaras.*

Lei nº 4.393 — de 31 de agosto de 1964.

— *Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.000 — de 3 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre funções gratificadas do Colégio Pedro II, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 54.001 — de 3 de julho de 1964.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para atender às despesas de que trata o artigo 1.º da Lei número 4.235, de 17 de junho de 1963, destinada ao ginásio "Euclides da Cunha", no Território de Roraima.*

Decreto n.º 54.237 — de 2 de setembro de 1964.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Altera a antiga Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Minis-

tério da Fazenda, e das outras providências.

Decreto nº 53.978 — de 22 de junho de 1964.

— *Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 53.981 — de 23 de junho de 1964.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 54.002 — de 3 de julho de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 230.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 54.016 — de 13 de julho de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona.*

Decreto nº 54.103 — de 6 de agosto de 1964.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Guerra, e das outras providências.

Decreto nº 53.252 — de 13 de dezembro de 1963.

— *Atribui ao 1º Batalhão Ferroviário, a missão que menciona e das outras providências.*

Decreto nº 54.189 — de 24 de agosto de 1964.

— *Revoga o Decreto de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, de imóvel na Cidade de São Paulo.*

Decreto nº 54.281 — de 11 de setembro de 1964.

— *Aprova a revisão do Quadro de Pessoal da Caixa de Construção de Casas do Ministério da Guerra, e das outras providências.*

Decreto nº 54.297 — de 23 de setembro de 1964.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) em favor das Comissões de Comércio Exterior e Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e Comércio.

Lei nº 4.360 — de 17 de julho de 1964.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00, para fins que especifica.

Lei nº 4.405 — de 15 de setembro de 1964.

— *Autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.*

Lei nº 4.408 — de 21 de setembro de 1964.

— *Transfere da lotação permanente do Departamento de Administração, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, um claro de Escrevente Dactilógrafo.*

Decreto nº 54.089 — de 4 de agosto de 1964.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Retifica o enquadramento do pessoal do Ministério da Marinha, aprovado pelo Decreto número 51.527, de 31 de julho de 1962.

Decreto nº 53.962 — de 10 de junho de 1964.

Ver, também, Marinha e Armada.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 30.567.300.000,00 (trinta bilhões,

quinhentos, e sessenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros), para fins que especifica.

Lei n.º 4.417 — de 29 de setembro de 1964.

— *Cria, junto ao Ministério das Minas e Energia, Comissão Especial para os fins que menciona, e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.238 — de 2 de setembro de 1964.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Transfere da lotação permanente do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, um claro de Escrevente-Dactilógrafo.

Decreto n.º 54.089 — de 4 de agosto de 1964.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Altera a Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores.

Lei n.º 4.415 — de 24 de setembro de 1964.

— *Reestrutura no Ministério das Relações Exteriores a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e dá outras providências.*

Decreto n.º 53.968 — de 16 de junho de 1964.

— *Extingue no Ministério das Relações Exteriores a Comissão de 1963 para examinar a questão das chamadas "Northern Utilities" e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.023 — de 16 de julho de 1964.

— *Designa no Ministério das Relações Exteriores Comissão para examinar a questão das chamadas "Northern Utilities".*

Decreto n.º 54.024 — de 16 de julho de 1964.

— *Autoriza os Chefes das Missões Diplomáticas e Repartições Consula-*

res do Ministério das Relações Exteriores a admitir pessoal, no exterior, na forma do art. 44 da Lei n.º 3.917, de 1961.

Decreto n.º 54052 — de 27 julho de 1964.

— *Cria a Embaixada do Brasil junto ao Governo de Chipre.*

Decreto n.º 54.074 — de 30 de julho de 1964.

— *Aprova o Regulamento do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto n.º 54.130 — de 13 de agosto de 1964.

— *Designa, no Ministério das Relações Exteriores, o Doutor Sérgio Coutinho de Menezes, do Ministério das Minas e Energia, e o Secretário Luiz Dilermando de Castello Cruz para integrarem a Comissão encarregada de examinar a questão das empresas conhecidas como "Northern Utilities".*

Decreto n.º 54.293 — de 16 de setembro de 1964.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e o Estado de Santa Catarina.

Decreto Legislativo n.º 80, de 1964.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Abre, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para os fins que especifica.

Decreto n.º 54.263 — de 4 de setembro de 1964.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Guanabara.

Decreto Legislativo n.º 36, de 1964.

— *Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas (DNEF) e a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas.*

Decreto Legislativo nº 49, de 1964.

— *Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre a IBM do Brasil e o Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto Legislativo nº 68, de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 28.270.000.000,00 para o fim que menciona.*

Decreto nº 53.973 — de 19 de junho de 1964.

— *Altera a letra "b" do art. 5º do Decreto nº 319, de 7 de dezembro de 1961.*

Decreto nº 54.007 — de 3 de julho de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor de órgãos setoriais nele jurisdicionados, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.380.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto nº 54.060 — de 28 de julho de 1964.

— *Dá nova redação ao § 2º do art. 1º do Decreto nº 54.082, de 31 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.107 — de 7 de agosto de 1964.

— *Retifica o Decreto nº 52.588-A, de 30 de setembro de 1963.*

Decreto nº 54.131 — de 14 de agosto de 1964.

— *Aprova o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 54.135 — de 17 de agosto de 1964.

— *Dispõe sobre os quadros e tabelas de pessoal das empresas de nave-*

gação marítima e fluvial vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto nº 54.218 — de 28 de agosto de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 58.418, de 17 de janeiro de 1964.*

Decreto nº 54.219 — de 28 de agosto de 1964.

— *Retifica as relações que acompanharam os decretos que menciona.*

Decreto nº 54.340 — de 29 de setembro de 1964.

MINISTRO EXTRAORDINÁRIO

Define as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais e dá outras providências.

Decreto nº 54.626 — de 17 de julho de 1964.

MISSÃO NAVAL NORTE-AMERICANA

Aprova o Acôrdio entre os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil para o estabelecimento de uma Missão Naval Americana no Brasil.

Decreto Legislativo nº 19, de 1964.

— *Promulga o Acôrdio para Estabelecimento de Missão Naval norte-americana no Brasil com os Estados Unidos da América.*

Decreto nº 54.290 — de 16 de setembro de 1964.

MUNICÍPIOS

Autoriza o Poder Executivo a financiar, mediante empréstimos às municipalidades, o estudo e construção de sistemas públicos de abastecimento de água potável e dá outras providências.

Lei nº 4.366 — de 23 de julho de 1964.

N

NOVACAP — Ver: *Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.*
NACIONALIDADE

Dispõe sobre a nacionalidade de menor estrangeiro residente no País,

filho de pais estrangeiros naturalizados brasileiros e aqui domiciliados.

Lei nº 4.404 — de 14 de setembro de 1964.

NATURALIZADOS

Dispõe sobre a nacionalidade de menor estrangeiro residente no País, filho de pais estrangeiros naturalizados brasileiros e aqui domiciliados.

Lei nº 4.404 — de 14 de setembro de 1964.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Estabelece obrigatoriedade de embarques de cargas entre os portos nacionais, realizados por todas as entidades governamentais, autarquias e sociedades de economia mista, através de empresas autárquicas de navegação.

Decreto nº 54.047 — de 28 de julho de 1964.

— *Concede à Sociedade Navegação e Comércio Paraense Limitada, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 54.296 — de 23 de setembro de 1964.

NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Inclui nas relações de que trata o Decreto nº 54.015, de 13 de julho de 1964, os cargos que especifica e dá outras providências.

Decreto nº 54.240 — de 2 de setembro de 1964.

NORDESTE

Aprova o Sistema de Classificação de Cargos e de Remuneração da SUDENE.

Decreto nº 53.671 — de 9 de março de 1964.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Comercial e Industrial de Salvador S. A.", de Salvador (Ba).*

Decreto nº 53.685 — de 13 de março de 1964.

— *Cancela benefício de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, relativos à importação de equipamento consignado à empresa "Cóco Alimentar de Alagoas S. A.", de Maceió (AL).*

Decreto nº 53.686 — de 13 de março de 1964.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à Companhia Agro Fabril Mercantil, de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 53.696 — de 13 de março de 1964.

— *Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito Especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinados à execução da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.029 — de 17 de julho de 1964.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à Empresa "Companhia Industrial de Vidros — "CIV", de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 54.087 — de 4 de agosto de 1964.

— *Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à empresa "Politer S. A. — Indústria e Comércio", de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.*

Decreto nº 54.171 — de 21 de agosto de 1964.

NORTHERN UTILITIES

Designa, no Ministério das Relações Exteriores, o Doutor Sérgio Coutinho de Menezes, do Ministério das Minas e Energia, e o Secretário Luiz Dilermando de Castello Cruz para integra-

rem a Comissão encarregada de examinar a questão das empresas conhecidas como "Northern Utilities".

Decreto nº 54.293 — de 16 de setembro de 1964.

O

OBRAS E SERVIÇOS

Aprova normas para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal e dá outras providências.

Lei nº 4.370 — de 28 de julho de 1964.

OBRIGAÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL

Autoriza a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional, altera a legislação do imposto sobre a renda, e dá outras providências.

Lei nº 4.357 — de 16 de julho de 1964.

— *Regulamenta as disposições dos artigos 3º, 5º e 6º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.145 — de 19 de agosto de 1964.

— *Regulamenta as disposições dos artigos 1º a 4º e 14 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.252 — de 3 de setembro de 1964.

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS

Regulamenta as disposições dos artigos 1º a 4º e 14 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Decreto nº 54.252 — de 3 de setembro de 1964.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Abre ao Poder Legislativo o crédito suplementar de Cr\$ 11.882.464.000,00, do Orçamento da União para o exercício financeiro de 1964.

Lei nº 4.371 — de 28 de julho de 1964.

ORGANISMOS REGIONAIS

Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito Especial de Cr\$

80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinado à execução da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.

Decreto nº 54.029 — de 17 de julho de 1964.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Aprova o texto da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Decreto Legislativo nº 21, de 1964.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Aprova o Instrumento de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado pela 46ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Decreto Legislativo nº 51, de 1964.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro José Torres de Freitas a pesquisar ouro no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.133 — de 14 de agosto de 1964.

— *Autoriza a Empresa Brasileira de Engenharia S. A. a pesquisar ouro no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.*

Decreto nº 54.184 — de 24 de agosto de 1964.

— *Autoriza a Empresa Brasileira de Engenharia S. A. a pesquisar ouro, no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.*

Decreto nº 54.185 — de 24 de agosto de 1964.

— *Autoriza a Empresa Brasileira de Engenharia S. A. a pesquisar ouro, no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.*

Decreto nº 54.186 — de 24 de agosto de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Cesar a pesquisar ouro no município de Peixe, Estado de Goiás.*

Decreto nº 54.187 — de 24 de agosto de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Ary Ferreira a pesquisar ouro no município de Brejinho de Nazaré, Estado de Goiás.

Decreto nº 54.310 — de 26 de setembro de 1964.

P

PARQUE NACIONAL DO XINGU

Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito Especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinados à execução da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.

Decreto nº 54.029 — de 17 de julho de 1964.

PASTAGENS

Oficializa o IX Congresso Internacional de Pastagens.

Decreto nº 54.127 — de 13 de agosto de 1964.

PÁTRIA COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Pátria Companhia Brasileira de Seguros Gerais.

Decreto nº 54.248 — de 2 de setembro de 1964.

PEDRAS SEMI-PRECIOSAS

Autoriza o cidadão brasileiro José Simplicio de Azevedo Pío a pesquisar pedras semi-preciosas, no município de Aracruz, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 54.235 — de 2 de setembro de 1964.

PENSÕES

Concede pensão especial à mãe de Bolívar da Cunha Lopes, ex-assalariado do Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura.

Lei nº 4.365 — de 22 de julho de 1964.

— Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Ruzina Cardoso Machado, viúva de João Cardoso Machado, ex-servidor da Comissão Brasileira, Demarcadora de Limites,

falecido em consequência de enfermidade adquirida em serviço.

Lei nº 4.369 — de 23 de julho de 1964.

— Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 a Maria Nazaré Souza Ferreira, viúva do ex-marinheiro da Alfândega de Belém José Alves Ferreira, morto por afogamento quando em serviço.

Lei nº 4.409 — de 24 de setembro de 1964.

— Concede pensão especial de Cr\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte cruzeiros) a Nicolau Janro, ex-transportador-diarista do Ministério da Marinha.

Lei nº 4.420 — de 29 de setembro de 1964.

PESCADORES

Aprova a Convenção relativa ao exame médico dos pescadores (número 113) concluído em 1959, em Genebra, durante a XLIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Decreto Legislativo nº 27, de 1964.

PESQUISA

Revoga o Decreto nº 53.151, de 10 de dezembro de 1963.

Decreto nº 54.042 — de 23 de julho de 1964.

PETROLIO BRASILEIRO S. A. — PETROBRAS

Isenta a Petrobrás do Imposto de Transmissão "inter-vivos" por aquisições de imóveis no Distrito Federal.

Lei nº 4.383 — de 24 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão de passagem, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS — terras e benfeitorias situadas nos municípios de Ibitiré e Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.094, de 5 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS — imóveis necessários à pesquisa e lavra de petróleo, situados no Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.095 — de 5 de agosto de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS — imóveis necessários à pesquisa e lavra de petróleo, situados no Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.096 — de 5 de agosto de 1964.

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

Inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação entre Rio Verde, no Estado de Goiás (BR-19) e Campo Grande, no Estado de Mato Grosso (BR-16).

Lei nº 4.379 — de 21 de agosto de 1964.

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS — Ver: Fronteira Sudoeste.

PODER JUDICIÁRIO

Emenda Constitucional nº 9.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral do Estado de Minas Gerais — o crédito suplementar que especifica.

Lei nº 4.351 — De 6 de julho de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 196.368.800,00 (cento e noventa e seis milhões, trezentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) em reforço à dotação do Orçamento vigente.*

Lei nº 4.356 — De 14 de julho de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar o crédito es-*

pecial de Cr\$ 18.002.427,00 para atender ao pagamento de despesas que especifica, relativas ao exercício de 1959.

Lei nº 4.395 — De 31 de agosto de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 630.814,30 (seiscentos e sessenta mil oitocentos e quatorze cruzeiros e trinta centavos) para atender a pagamentos com exercícios findos a funcionário (salário-família, ajuda de custo, diárias, etc.) e a firmas por fornecimento de material e serviços prestados.*

Lei nº 4.398 — De 31 de agosto de 1964.

— *Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — do crédito especial de Cr\$ 323.157,10, para pagamento de dívidas de exercícios findos.*

Lei nº 4.411 — De 24 de setembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 934.526.904,70 (novecentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil, novecentos e quatro cruzeiros e setenta centavos), em reforço das seguintes dotações: Verba 1.0.00 — Custeio; Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil, Subconsignação 1.1.01 e 1.1.04 do orçamento vigente (Lei nº 4.295-63).*

Lei nº 4.422 — De 29 de setembro de 1964.

PODER LEGISLATIVO

Modifica o Art. 4º da Lei nº 3.737, de 28 de março de 1960, que transferiu para o Poder Legislativo e sujeitou à sua administração, os canais de ondas curtas e médias da Rádio Ministério da Educação e Cultura, com os respectivos equipamentos e instalações.

Lei nº 4.362 — De 17 de julho de 1964.

— *Abre ao Poder Legislativo o crédito suplementar de*

Cr\$ 11.882.465.000,00, do Orçamento da União para o exercício financeiro de 1964.

Lei nº 4.371 — De 28 de julho de 1964.

POLÍTICA SALARIAL

Reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial, estabelece normas sobre a política salarial do Governo e dá outras providências.

Decreto nº 54.018 — De 14 de julho de 1964.

— Dispõe sobre a ação do Conselho Nacional de Política Salarial na aplicação do Decreto nº 54.018, de 14 de julho de 1964.

Decreto nº 54.228 — De 1º de setembro de 1964.

PORTOS

Estabelece diretrizes para a reorganização do Sistema Portuário Nacional.

Decreto nº 54.046 — De 23 de julho de 1964.

— Regulamenta artigos da Lei número 3.421, de 10 de julho de 1958, artigo 57 da Lei 3.470, de 28 de novembro de 1958 e dá outras providências.

Decreto nº 54.295 — De 23 de setembro de 1964.

PREÇOS MÍNIMOS

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de farinha de mandioca da safra de 1964.

Decreto nº 54.009 — De 9 de julho de 1964.

— Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição do algodão em pluma da região setentrional do país, da safra de 1964-1965.

Decreto nº 54.010 — De 9 de julho de 1964.

— Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de arroz, feijão, milho, soja, amendoim, das águas e algodão da Região Meridional de produção nacional para

os anos agrícolas de 1964-1965 e 1965-1966.

Decreto nº 54.294 — De 18 de setembro de 1964.

PREFEITURAS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Prefeitura Municipal de Piancó, Estado da Paraíba.

Decreto Legislativo nº 65, de 1964.

— Regula o pagamento de juros moratórios pela União, pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e autarquias.

Lei nº 4.414 — De 24 de setembro de 1964.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Ilhabela para o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo concessão para distribuir energia elétrica no Município de Ilhabela, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 54.152 — De 20 de agosto de 1964.

— Transfere do Município de Luziânia para Centrais Elétricas de Goiás S.A., a concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 54.153 — De 20 de agosto de 1964.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 54.158 — De 20 de agosto de 1964.

— Transfere da Prefeitura Municipal de General Vargas para Companhia Estadual de Energia Elétrica a concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 54.161 — De 20 de agosto de 1964.

— Transfere do Município de Pedro Leopoldo para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. concessão para

distribuir energia elétrica no Município.

Decreto nº 54.183 — De 24 de agosto de 1964.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Emenda Constitucional nº 9

— *Aprova as contas do Senhor Presidente da República relativas ao exercício de 1958.*

Decreto Legislativo nº 31, de 1964.

— *Dispõe sobre os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República.*

Decreto Legislativo nº 40, de 1964.

— *Altera a redação dos artigos 3º, 12, 13, 14 e 29 do Decreto nº 51.872, de 1º de abril de 1963.*

Decreto nº 53.915 — De 11 de maio de 1964.

— *Extingue a Subchefia de Assuntos Gerais do Gabinete Militar.*

Decreto número 54.222 — De 31 de agosto de 1964.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dá nova redação ao artigo 25, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Lei nº 4.355 — De 14 de julho de 1964.

— *Dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social e a administração transitória das instituições de previdência social até que se complete e dá outras providências.*

Decreto nº 54.067 — De 29 de julho de 1964.

— *Restabelece os arts. CED e CEE do Regulamento Geral da Previdência Social suprimidos pelos Decreto nº 52.353, de 13 de agosto de 1963, dá nova redação ao § 2º do art. 341.*

— *Modifica o texto do artigo 421, do Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, que aprovou o Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto número 54.099 — De 5 de agosto de 1964.

— *Define, para fins de Previdência Social, a atividade de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências.*

Decreto número 54.208 — De 26 de agosto de 1964.

PRIVILÉGIOS ADUANEIROS

Aprova o Acôrdio entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, sobre privilégios aduaneiros de consulados de carreira e seus funcionários.

Decreto Legislativo nº 57, de 1964.

PROFESSORES

Emenda Constitucional nº 9.

PROMISSÓRIAS

Aprova Convenções para adoção de uma lei uniforme sobre letras de câmbio, notas promissórias e cheques e respectivos Protocolos.

Decreto Legislativo nº 54, de 1964.

PROTOCOLOS

Aprova os Protocolos de Negociações tarifárias, realizadas com a Austria, Austrália, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia, sobre o Acôrdio Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), no período de novembro de 1960 a junho de 1961.

Decreto Legislativo nº 32, de 1964.

PUBLICAÇÕES

Promulga a Convenção Relativa à Troca Internacional de Publicações.

Decreto nº 54.291 — De 16 de setembro de 1964.

PUBLICAÇÕES OBSCENAS

Aprova o Protocolo de Emenda ao Acôrdio relativo à Repressão da Circulação de Publicações Obscenos.

Decreto Legislativo nº 58, de 1964.

Q

QUARTZITO

Autoriza a cidadã brasileira Rosária Rodrigues de Siqueira a pesquisar caulim e quartzo no município de

Mantuna de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto número 54.197 — De 24 de agosto de 1964.

R

RADIODIFUSÃO

Aprova os termos da Convenção Internacional para Proteção dos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão, realizada em Roma, Itália, em 26 de outubro de 1961.

Decreto Legislativo nº 26, de 1964.

— *Modifica o art. 4.º da Lei número 3.737, de 28 de março de 1960, que transferiu para o Poder Legislativo e sujeitou à sua administração, os canais de ondas curtas e médias da Rádio Ministério da Educação e Cultura, com os respectivos equipamentos e instalações.*

Lei nº 4.362 — De 17 de julho de 1964.

— *Transfere concessões de radiodifusão ao Governo do Estado de Goiás.*

Decreto nº 53.986 — De 26 de junho de 1964.

— *Outorga concessão ao Governo do Estado de Goiás, para estabelecer uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 53.987 — De 26 de junho de 1964.

— *Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 888, de 11 de abril de 1962.*

Decreto nº 53.989 — De 1º de julho de 1964.

— *Outorga concessão à E. Princeza Limitada.*

Decreto nº 54.068 — De 30 de julho de 1964.

— *Outorga concessão à Rádio Congonhas Difusora Limitada.*

Decreto nº 54.070 — De 30 de julho de 1964.

— *Declara caduca a concessão outorgada pelo Decreto nº 38.563, de 13-1-56.*

Decreto nº 54.077 — De 21 de julho de 1964.

— *Outorga concessão à Rádio Clube de Votuporanga Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 54.078 — De 31 de julho de 1964.

— *Renova concessão outorgada para execução de serviço de radiodifusão à Sociedade Rádio Clube de Varginha Limitada.*

Decreto nº 54.233 — De 2 de setembro de 1964.

— *Cassa permissão para funcionamento da entidade que menciona.*

Decreto nº 54.262 — De 4 de setembro de 1964.

RADIO GUANABARA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Guanabara.

Decreto Legislativo nº 36, de 1964.

RADIO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Modifica o Art. 4º da Lei nº 3.737, de 28 de março de 1960, que transferiu para o Poder Legislativo e sujeitou à sua administração, os canais de ondas curtas e médias da Rádio Ministério da Educação e Cultura, com os respectivos equipamentos e instalações.

Lei nº 4.362 — De 17 de julho de 1964.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Dispõe sobre os Quadros e Tabelas de pessoal da Rede Ferroviária Federal S.A. e dá outras providências.

Decreto nº 54.134 — De 17 de novembro de 1964.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento da Agência do Departamento Federal de Compras em São Paulo.

Decreto número 53.789 — De 20 de março de 1964.

— *Aprova o Regimento Interno da Comissão de Alimentação das Forças Armadas, do Estado-Maior das Forças Armadas.*

Decreto nº 53.970 — De 17 de junho de 1964.

— *Aprova os regimentos das Delegacias Federais de Agricultura e dos Coordenadores Regionais.*

Decreto nº 53.990 — De 2 de julho de 1964.

— *Aprova o Regimento da Zona Franca de Manaus e dá outras providências.*

Decreto número 54.174 — De 21 de agosto de 1964.

— *Modifica o Regimento do Conselho Federal de Educação, aprovado pelo Decreto nº 52.617, de 7 de outubro de 1963.*

Decreto número 54.217 — de 28 de agosto de 1964.

— *Dá nova redação aos artigos 2º e vr. do Aumento do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 54.259 — De 4 de setembro de 1964.

— *Aprova o Regimento da Escola de Engenharia Industrial de Rio Grande.*

Decreto nº 54.300 — De 24 de setembro de 1964.

— *Altera a redação do Regimento da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, aprovado por Decreto nº 45.040, de 6 de dezembro de 1958 e revoga os Decretos números 44.489 "A", de 15 de setembro de 1958 e 46.508 "A", de 20 de julho de 1959.*

Decreto nº 54.303 — De 24 de setembro de 1964.

REGULAMENTOS

Dá nova redação aos artigos 89 e respectivos parágrafos 90 e 91 do Regulamento do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 53.991 — De 2 de julho de 1964.

— *Acrescenta itens ao § 4º do Artigo 48 do Regulamento do Serviço de Identificação do Exército (R-115).*

Decreto número 54.106 — De 7 de agosto de 1964.

— *Aprova o Regulamento do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto número 54.130 — De 13 de agosto de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 614, de 30 de janeiro de 1936 e dá outras providências.*

Decreto número 54.169 — De 21 de agosto de 1964.

— *Dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 324 do Regulamento para o Tráfego Marítimo, baixado pelo Decreto nº 5.793 de 11 de junho de 1949, alterado pelo de nº 50.114 de 26 de janeiro de 1961.*

Decreto número 54.207 — De 26 de agosto de 1964.

— *Modifica o regulamento da Comissão Nacional de Assistência Técnica.*

Decreto nº 54.251-A — De 2 de setembro de 1964.

— *Modifica o artigo 10 do Regulamento da Comissão de Marinha Mercante, aprovado pelo Decreto número 7.838, de 11 de setembro de 1941.*

Decreto nº 54.271 — De 9 de setembro de 1964.

REGULAMENTO GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Restabelece os artigos 354 e 355 do Regulamento da Previdência Social, suprimidos pelo Decreto nº 52.353, de 13 de agosto de 1963, dá nova redação ao 32º do artigo 341.

Decreto nº 54.072 — De 30 de julho de 1964.

— *Modifica o texto do artigo 421, do Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, que aprovou o Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 54.099 — De 5 de agosto de 1964.

REPARTIÇÃO HIDROGRÁFICA INTERNACIONAL

Aprova a Convenção sobre a Organização e a Personalidade Jurídica da Repartição Hidrográfica Internacional, firmada pelo Brasil, em Paris, a 24 de abril de 1959.

Decreto Legislativo nº 25, de 1964.

REVISÃO DE PREÇOS

Aprova normas para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal e das outras providências.

Lei nº 4.370 — De 28 de julho de 1964.

RODOVIAS

Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 28.270.000.000,00 para o fim que menciona.

Decreto nº 53.973 — De 19 de junho de 1964.

— *Retifica disposições do Decreto nº 53.960, de 9 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.319 — De 28 de setembro de 1964.

S

SALÁRIO FAMÍLIA DO TRABALHADOR

Dispõe sobre novas redações dadas ao art. 7º e seu parágrafo único e do art. 29 do Decreto nº 53.153, de 10 de dezembro de 1963, que aprovou o regulamento do Salário-Família do Trabalhador, instituído pela Lei número 4.266, de 3 de outubro de 1963, e das outras providências.

Decreto nº 54.014 — De 10 de julho de 1964.

SANEAMENTO

Cria a Comissão Coordenadora dos Planos de Investimentos no Setor de Saneamento.

Decreto nº 54.302 — De 24 de setembro de 1964.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS

Isenta dos impostos de importação e de consumo a importação de uma "Bomba de Cobalto" e de seus respectivos acessórios, destinados à Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo.

Lei nº 4.347 — De 26 de junho de 1964.

SAPS

— *Ver: Serviço de Alimentação da Previdência Social.*

SEMANA NACIONAL DA CRIANÇA EXCEPCIONAL

Institui a Semana Nacional da Criança Excepcional.

Decreto número 54.188 — De 24 de agosto de 1964.

SEMANA LATINO-AMERICANA DE AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

Cria Grupo Executivo para o fim que menciona.

Decreto nº 54.246 — De 2 de setembro de 1964.

SENADORES

Emenda Constitucional nº 9.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aprova a revisão dos Quadros de Pessoal e Provisório do Serviço de Alimentação da Previdência Social, e das outras providências.

Decreto nº 54.044 — De 23 de julho de 1964.

— *Aprova o enquadramento das funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Serviço de Alimentação da Previdência Social.*

Decreto nº 54.226 — De 1º de setembro de 1964.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei nº 4.380 — De 21 de agosto de 1964.

SERVIÇO MILITAR

Aprova o Acórdão sobre serviço militar entre o Brasil e a Itália, assinado a 6 de setembro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro.

— Lei do Serviço Militar.

Lei nº 4.375 — De 17 de agosto de 1964.

— Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

Lei nº 4.376 — De 17 de agosto de 1964.

SERVIÇO FEDERAL DE HABILITAÇÃO E URBANISMO

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei nº 4.380 — De 21 de agosto de 1964.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 54.111, de 10 de agosto de 1964.

SERVIÇO NACIONAL DE MUNICÍPIOS.

Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito Especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinado à execução da Lei nº 4.344 de 21 de junho de 1964.

Decreto nº 54.029 — De 17 de julho de 1964.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Estabelece normas para a licitação de serviços e obras e aquisição de materiais no Serviço Público da União, e dá outras providências.

Lei nº 4.401 — De 10 de setembro de 1964.

— Proíbe a nomeação ou admissão de Pessoal na forma que estabelece e dá outras providências.

Decreto nº 54.003 — De 3 de julho de 1964.

— Exclui da proibição constante do Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964, as nomeações para cargos de magistério, e dá outras providências.

Decreto nº 54.097 — De 5 de agosto de 1964.

— Estabelece obrigatoriedade de utilização do transporte ferroviário pelas repartições públicas, autarquias, órgãos da administração descentralizada e entidades de direito privado, beneficiados pelo Governo.

Decreto nº 54.108 — De 7 de agosto de 1964.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Aprova a revisão dos antigos Quadros de Pessoal dos extintos Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Serviço Social Rural e Estabelecimento Rural de Tapajós, que passaram a integrar a Superintendência de Política Agrária, e dá outras providências.

Decreto nº 54.043 — De 23 de julho de 1964.

SERVIÇO TELEFÔNICO

— Ver: Telefones.

SERVIÇOS DE OBRAS

Estabelece normas para a licitação de serviços e obras e aquisição de materiais no Serviço Público da União, e dá outras providências.

Lei nº 4.401 — De 10 de setembro de 1964.

SIDERURGICA DE SANTA CATARINA

Prorroga o prazo fixado para os trabalhos do Grupo Executivo da Siderúrgica de Santa Catarina.

Decreto nº 54.144 — De 19 de agosto de 1964.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Autoriza a Sociedade Brasileira de Educação a alienar terreno que lhe foi doado pela União Federal.

Lei nº 4.407 — De 15 de setembro de 1964.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Estabelece obrigatoriedade de embarques de cargas entre os portos nacionais, realizados por todas as entidades governamentais, autarquias e sociedades de economia mista através de empresas autárquicas de navegação.

Decreto nº 54.047 — De 23 de julho de 1964.

SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei nº 4.380 — De 21 de agosto de 1964.

— Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição

de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei nº 4.380 — De 21 de agosto de 1964.

SOJA

Fixa os preços básicos mínimo para o financiamento ou aquisição de arroz, feijão, milho, soja, amendoim das águas e algodão da Região Meridional de produção nacional para os anos agrícolas de 1964-1965 e 1965-1966.

Decreto nº 54.294 — De 18 de setembro de 1964.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Extingue cargos e cria outros no Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar, e dá outras providências.

Lei nº 4.386 — De 24 de agosto de 1964.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

— Ver: Empresas Incorporadas.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

— Ver: Nordeste.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

Dispõe sobre a aplicação do disposto na Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, aos servidores da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.

Decreto nº 54.245 — De 2 de setembro de 1964.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Ver: Amazônia.

T

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiros a adquirirem em transferência de aforamento, o

domínio útil de frações ideais do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 54.102 — De 6 de agosto de 1964.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Abre ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito Especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) destinado à execução da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.

Decreto nº 54.029 — De 17 de julho de 1964.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Território Federal do Rio Branco e Dorval Magalhães.

Decreto Legislativo nº 37, de 1964.

— Classifica provisoriamente as funções gratificadas dos Territórios Federais de Roraima e Rondônia e dos serviços mantidos pela União e transferidos para o Estado do Acre.

Decreto número 51.841 — De 14 de março de 1963.

THE CEARA TRAMWAY, LIGHT AND POWER COMPANY, LTD.

Extingue no Ministério das Relações Exteriores a Comissão designada por Decreto de 22 de janeiro de 1963 para examinar a questão das chamadas "Northern Utilities".

Decreto nº 54.023 — De 16 de julho de 1964.

— Designa no Ministério das Relações Exteriores Comissão para examinar a questão das chamadas "Northern Utilities".

Decreto nº 54.024 — De 16 de julho de 1964.

THE MANAOS TRAMWAYS AND LIGHT COMPANY, LIMITED

Extingue no Ministério das Relações Exteriores a Comissão designada por Decreto de 22 de janeiro de 1963 para examinar a questão das chamadas "Northern Utilities".

Decreto nº 54.023 — De 16 de julho de 1964.

— Designa no Ministério das Relações Exteriores Comissão para examinar a questão das chamadas "Northern Utilities".

Decreto nº 54.024 — De 16 de julho de 1964.

THE PARA ELECTRIC RAILWAYS AND LIGHTING COMPANY

Extingue no Ministério das Relações Exteriores a Comissão designada por Decreto de 22 de janeiro de 1963 para examinar a questão das chamadas "Northern Utilities".

Decreto nº 54.023 — De 16 de julho de 1964.

— Designa no Ministério das Relações Exteriores Comissão para examinar a questão das chamadas "Northern Utilities".

Decreto nº 54.024 — De 16 de julho de 1964.

TRABALHADOR RURAL

Ratifica nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Federal, a "Convenção relativa às condições de emprego dos trabalhadores em fazendas", concluída em Genebra, em 1958; por ocasião do XLII Sessão da Conferência do Trabalho, ressaltados os artigos 15 e 20, itens 2 e 3, cuja ratificação é denegada com fundamento na autorização da própria Convenção.

Decreto Legislativo nº 33, de 1964.

TARIFAS

Aprova os Protocolos de Navegação tarifárias, realizadas com a Austrália, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia, sobre a Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), no período de novembro de 1950 a junho de 1961.

Decreto Legislativo nº 32 — de 1964.

TARIFAS DAS ALFANDEGAS

Regulamenta o art. 37 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.

Decreto nº 53.967 — de 16 de junho de 1964.

TAXAS

Prorroga até 31 de dezembro de 1965, a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras, na execução de suas linhas domésticas.

Lei nº 4.349 — de 6 de julho de 1964.

— *Regulamenta artigos da Lei número 3.421, de 10 de julho de 1958, art. 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.295 — de 23 de setembro de 1964.

TELEFONES

Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico a ser importado pela Empresa Telefônica de Limoeiro, para instalação do serviço de telefone na Cidade de Limoeiro — Estado de Pernambuco.

Lei nº 4.397 — de 31 de agosto de 1964.

TELEVISÃO

Isenta de imposto de importação e de consumo, equipamento e acessórios de uma estação transmissora de televisão e máquinas gravadoras (video-tape).

Lei nº 4.419 — de 29 de setembro de 1964.

— *Outorga concessão ao Governo do Estado de Goiás, para estabelecer uma estação de televisão.*

Decreto nº 54.069 — de 30 de julho de 1964.

TEMPO INTEGRAL

Regulamenta o Regime de Tempo Integral previsto nos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Decreto nº 54.061 — de 28 de julho de 1964.

TERRENOS DE MARINHA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de re-

gistro ao contrato de constituição de aforamento de um lote de terreno de marinha beneficiado com a salina "São Francisco III-D".

Decreto Legislativo nº 55 — de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de constituição aforamento de terreno de marinha situado à Rua Domingos Mondim, na Ilha do Governador, na Cidade do Rio de Janeiro.*

Decreto Legislativo nº 59 — de 1964.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 54.131 — de 6 de agosto de 1964.

TRAFEGO MARITIMO

Dá nova redação ao parágrafo quarto do art. 324 do Regulamento para o Tráfego Marítimo, bairado pelo Decreto nº 5.798, de 11 de junho de 1940, alterado pelo nº 50.114, de 26 de janeiro de 1961.

Decreto nº 54.207 — de 26 de agosto de 1964.

TRANSPORTE LIVRE

Aprova o Convênio de Trânsito Livre firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia.

Decreto Legislativo nº 52 — de 1964.

TRANSPORTE

Estabelece obrigatoriedade de utilização do transporte ferroviário pelas repartições públicas, autárquicas, órgãos da administração descentralizada e entidades de direito privado, beneficiados pelo Governo.

Decreto nº 54.108 — de 7 de agosto de 1964.

TRANSPORTE AEREO

Prorroga, até 31 de dezembro de 1965, a suspensão da cobrança das

taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras, na execução de suas linhas domésticas.

Lei nº 4.349 — de 6 de julho de 1964.

— *Altera a redação do art. 2º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 53.944, de 4 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.032 — de 29 de julho de 1964.

— *Promulga o Acórdão sobre Transportes Aéreos Regulares com a República Federal da Alemanha.*

Decreto nº 54.173 — de 21 de agosto de 1964.

— *Determina a observância, no Brasil, das Normas e Recomendações constantes do novo texto do Anexo 9 à Convenção da Aviação Civil Internacional (5ª edição), que dispõe sobre a facilitação do transporte aéreo.*

Decreto nº 54.203 — de 24 de agosto de 1964.

TRATADOS

Aprova o Tratado de Prescrição das Experiências com Armas Nucleares, no Espaço Cósmico e sob a Água, firmado pelo Brasil em Moscou a 9 de março de 1963.

Decreto Legislativo nº 30 — de 1964.

— *Aprova o Tratado de Extradicação assinado entre o Brasil e a Argentina.*

Decreto Legislativo nº 85 — de 1964.

TRIGO

Mantém a decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro do contrato firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, para desenvolvimento da cultura do trigo.

Decreto Legislativo nº 67 — de 1964.

U

UNIAO FEDERAL

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado entre a União Federal e Georges Frederic Rosier.

Decreto Legislativo nº 61 — de 1964.

UNIAO POSTAL UNIVERSAL

Aprova os Atos firmados no XIV Congresso da União Postal Universal realizado em Ottawa — Canadá, em 3 de outubro de 1957.

Decreto Legislativo nº 29 — de 1964.

UNIVERSIDADES

Altera a denominação do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil, a que se refere o Decreto-lei nº 98, de 23 de dezembro de 1937.

Lei nº 4.350 — de 6 de julho de 1964.

— *Transfere para a Universidade do Brasil o Escritório Técnico da Cidade Universitária, da Divisão de Edifícios Públicos do Departamento Administrativo do Serviço Público, e dá outras providências.*

Lei nº 4.402 — de 10 de setembro de 1964.

— *Autoriza a criação da Escola de Arquitetura na Universidade do Ceará e dá outras providências.*

Lei nº 4.363 — de 17 de julho de 1964.

— *Isenta de taxa de despacho aduaneiro de 5% (cinco por cento) um computador eletrônico Burroughs e respectivos pertences, importados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Lei nº 4.385 — de 24 de agosto de 1964.

— Incorpora à universidade do Paraná o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Lei nº 4.406 — de 15 de setembro de 1964.

— Dispõe sobre o Quadro do Pessoal da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto nº 54.008 — de 8 de julho de 1964.

— Retifica o quadro de pessoal da Universidade da Bahia e dá outras providências.

Decreto nº 54.030 — de 17 de julho de 1964.

— Aprova a revisão dos Quadros de Pessoal das Universidades Federais e Escolas Técnicas e Industriais, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 54.036 — de 21 de julho de 1964.

— Altera a redação do Decreto número 383, de 20 de dezembro de 1961.

Decreto nº 54.039 — de 3 de julho de 1964.

— Cria e inclui cargos novos, bem como retifica o Quadro de Pessoal da Universidade de Santa Maria, e dá outras providências.

Decreto nº 54.041 — de 23 de julho de 1964.

— Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade de Santa Catarina, e dá outras providências.

Decreto nº 54.051 — de 21 de julho de 1964.

— Transfere área que especifica, do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (I.P.E.A.N.) do Ministério da Agricultura, para a Universidade do Pará,

de acordo com autorização contida no art. 12 da Lei nº 4.283, de 18 de novembro de 1963.

Decreto nº 54.276 — de 10 de setembro de 1964.

— Inclui função gratificada na Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Universidade do Brasil.

— Ver, também, Escolas, Faculdades e Cursos.

Decreto nº 54.304 — de 25 de se-

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública o "Colégio São Manuel", com sede em Porto Alegre — Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 54.088 — de 4 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública o Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux, com sede em Brusque — Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.090 — de 4 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública o "Colégio Santa Ignês", com sede em São Paulo — Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.091 — de 4 de agosto de 1964.

— Declara de utilidade pública o "Instituto Nossa Senhora Auxiliadora", com sede em São Paulo — Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.092 — de 4 de agosto de 1964.

— Retifica os Decretos ns. 1.565 e 51.915-B, de 21 de novembro de 1962 e de 26 de abril de 1963, respectivamente, relativos à Congregação de Santa Dorotéia do Brasil.

Decreto nº 54.223 — de 1 de setembro de 1964.

V

VETERINÁRIOS

Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

Lei nº 4.376 — de 17 de agosto de 1964.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— *Emenda Constitucional nº 9.*

— *Dispõe sobre os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República.*

Decreto Legislativo nº 40 — de 1964.

Z

ZONA FRANCA DE MANAUS

Aprova o regimento da Zona Franca de Manaus e dá outras providências.

Decreto nº 54.174 — de 21 de agosto de 1964.

ZONA DE LIVRE COMÉRCIO

Dispõe sobre a execução do resultado da terceira série anual de negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevidéu.

Decreto nº 53.543 — de 6 de fevereiro de 1964.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1964 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1965

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — EMENDA CONSTITUCIONAL

	Págs.
10 — Emenda Constitucional — Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1964	3

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

<p>86 — Decreto Legislativo de 1964 — Determina registro de contrato firmado entre a Delegacia Regional do Imposto de Renda em Minas Gerais e a Banco do Brasil S. A. — Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1964</p> <p>87 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro da escritura, celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Salvador Sahib. — Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1964</p> <p>88 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a termo aditivo ao contrato celebrado entre a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), e o Instituto de Cacao da Bahia. — Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1964</p>	<p>6</p> <p>5</p> <p>6</p>
<p>89 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Eraftóstenes Fraga Lima. — Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1964</p> <p>90 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo aditivo a ajuste, celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Companhia Everest Engenharia e Comércio. — Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1964</p> <p>91 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Ordem dos Servos de Maria. — Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1964</p> <p>92 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova registro de despesa sob reserva, relativa ao pagamento de Cr\$ 452.045,10 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, quarenta e cinco</p>	<p>6</p> <p>6</p> <p>7</p> <p>6</p>

	Págs.		Págs.
cruzeiros e dez centavos), e a aAmazile Leite Gambaarra e outros. — Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1964	7	mento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A. — Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1964	9
93 — Decreto Legislativo de 1964 — Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo aditivo referente ao contrato celebrado entre o Departamento de Administração da Marinha e José Roque. — Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1964	8	98 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos (Diretoria Regional do Ceará) e a firma Construtora Egra Limitada. — Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1964	10
94 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório ao registro do contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. — Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1964	8	99 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acórdão sobre Princípios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos. — Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1964	10
95 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o registro da despesa de Cr\$ 579.000,00 (quinhentos e setenta e nove mil mil cruzeiros), correspondente ao pagamento, à Empresa Limpadora Imperial Limitada, de serviços gerais de limpeza, encerramento e conservação das dependências do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. — Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1964	8	100 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher Hilda Cordeiro Brandão. — Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1964	10
96 — Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o registro da despesa de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), destinados ao pagamento à firma Importadora de Automóveis e Máquinas S. A., pela aquisição, por permuta, de uma ambulância para o Serviço Médico do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 6 de junho de 1961. — Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1964	9	101 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acórdão de Migração entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Italiana, assinado em Roma, a 9 de dezembro de 1960. — Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1964	11
97 — Decreto Legislativo de 1964 — Determina o registro do contrato celebrado a 4 de dezembro de 1958 entre a Divisão de Obras do Departa-		102 — Decreto Legislativo de 1964 — Ratifica as Resoluções ns. 1.991A e B, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua XVIII sessão, de 17 de dezembro de 1963, que emendaram a Carta das Nações Unidas elevando o número dos membros do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico Social. — Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1964	11

Págs.		Págs.
103	— Aprova a Convenção de Viena, sobre Relações Diplomáticas, assinada pelo Brasil e outros países, a 18 de abril de 1961. Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1964 ..	12
104	— Decreto Legislativo de 1964 — Aprova a Convenção concernente à discriminação em matéria de emprego e de profissão, concluída em Genebra. — Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1964 ..	12
105	— Decreto Legislativo de 1964 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Paraíba — Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1964..	12
106	— Decreto Legislativo de 1964 — Determina o registro do termo de rescisão contratual celebrado a 31 de dezembro de 1953, entre a União Federal — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Companhia Brasileira de Material Elétrico — Publicado no D. O., de 30 de novembro de 1964	13
107	— Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia — Publicado no D. O., de 30 de novembro de 1964	13
108	— Decreto Legislativo de 1964 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao contrato de empréstimo no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Piauí — Publicado no D. O., de 30 de novembro de 1964	13
109	— Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Protocolo de Emenda ao Acôrdo Internacional que visa a garantir uma proteção eficaz contra o tráfego de brancas e dá outras providências — Publicado no D.O. de 30 de novembro de 1964	14
110	— Decreto Legislativo de 1964 — Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo de confirmação de aforamento concedido pela Prefeitura do antigo Distrito Federal a Adelf Dorf — Publicado no D. O., de 30 de novembro de 1964	114
111	— Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assinado no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1963 — Publicado no D. O., de 1 de dezembro de 1964	14
112	— Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o ato do Presidente da República que determinou a intervenção federal no Estado de Goiás — Publicado no D. O., de 3 de dezembro de 1964	15
113	— Decreto Legislativo de 1964 — Aprova a emenda que dá nova redação ao art. 48 da Convenção de Aviação Civil Internacional de 1944 — Publicado no D. O., de 7 de dezembro de 1964	15
114	— Decreto Legislativo de 1964 — Aprova os termos aditivos aos contratos celebrados entre o Governo Federal e Luciano Pupo Nogueira Neto — Publicado no D. O., de 7 de dezembro de 1964	15
115	— Decreto Legislativo de 1964 — Aprova as Notas trocadas entre o Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acôrdo sobre Serviços Técnicos Especiais, concluído em 1953 — Publicado no D. O., de 7 de dezembro de 1964	16

	Págs.		Págs.
116 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Acôrdo sobre Privilégios e Vantagens a Peritos e Técnicos Francêses, concluído no Rio de Janeiro, conforme notas trocadas a 16 e 22 de janeiro de 1963, entre a França e o Brasil — Publicado no D. O., de 7 de dezembro de 1964	16	dências — Publicada no D.O. de 13 e retificada no de 19 de outubro de 1964	18
117 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o Convênio para o estabelecimento, na cidade de Pôrto Velho, no Território Federal de Rondônia, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela Bolívia — Publicado no D. O., de 7 de dezembro de 1964	16	4.426 — Lei de 8 de outubro de 1964 — Dispõe sobre a venda de vinho em recipientes de volume superior ao estabelecido pela legislação em vigor, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 12 e retificada no de 19 de outubro de 1964	22
118 — Decreto Legislativo de 1964 — Aprova o texto do Acôrdo sobre Privilégios e Imunidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, previsto no art. 47 do Tratado de Montevideu — Publicado no D. O., de 7 de dezembro de 1964	17	4.427 — Lei de 14 de outubro de 1964 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para automóvel com transmissão automática, que fôr adquirido por ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira, mutilado em consequência de ferimentos recebidos na Campanha da Itália — Publicada no D. O. de 19 de outubro de 1964	22
III — LEIS			
4.423 — Lei de 8 de outubro de 1964 — Dá nova redação ao parágrafo único do art. 28 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961 (que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores), e dá outras providências — Publicada no D.O. de 13 de outubro de 1964 ..	18	4.428 — Lei de 14 de outubro de 1964 — Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRÁS a adquirir, por compra, ações de empresas concessionárias de serviços públicos que mencionam, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 16 e retificada no de 22 de outubro de 1964	23
4.424 — Lei de 8 de outubro de 1964 — Autoriza a abertura de crédito especial ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, para pagamento de dívida de exercícios findos — Publicada no D. O., de 13 de outubro de 1964	18	4.429 — Lei de 14 de outubro de 1964 — Autoriza a Associação Civil "Lar Proletário" a transferir, à Fundação Leão XIII, o imóvel situado à Rua Ricardo Machado, no Rio de Janeiro — Publicada no D.O. de 19 e retificada no de 22 de outubro de 1964	23
4.425 — Lei de 8 de outubro de 1964 — Cria o imposto único sobre os minerais do país; dispõe sobre o produto de sua arrecadação; institui o "Fundo Nacional de Mineração", e dá outras provi-		4.430 — Lei de 20 de outubro de 1964 — Altera a constituição da Companhia Nacional de Seguro Agrícola e dá outras providências — Publicada no D.O. de 22 e retificada no de 29 de outubro de 1964	24

	Págs.		Págs.
4.431 — Lei de 20 de outubro de 1964 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1964 — Publicada no D.O. de 22 de outubro de 1964	27	(duzentos e vinte e seis milhões, cento e trinta e um mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos) — Publicada no D.O. de 23 de outubro de 1964	29
4.432 — Lei de 20 de outubro de 1964 — Isenta do imposto de importação equipamento adquirido pela Rádio Bandeirantes S. A., com sede em São Paulo — S.P. — Publicada no D.O. de 22 de outubro de 1964	27	4.437 — Lei de 20 de outubro de 1964 — Isenta do imposto de importação e de consumo equipamento de onda portadora — Publicada no D.O. de 23 e republicada no de 29 de outubro de 1964	29
4.433 — Lei de 20 de outubro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 51.572.600,00, para atender às despesas que especifica — Publicada no D.O. de 22 de outubro de 1964	27	4.438 — Lei de 20 de outubro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com o funcionamento da Comissão Geral de Investigações — Publicada no D.O. de 22 de outubro de 1964	35
4.434 — Lei de 20 de outubro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) — Publicada no D.O. de 22 de outubro de 1964	28	4.439 — Lei de 27 de outubro de 1964 — Fixa os vencimentos de Magistrados, membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 30 de outubro e retificada no de 6 de novembro de 1964	35
4.435 — Lei de 20 de outubro de 1964 — Autoriza ao Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 405.400.000,00 (quatrocentos e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), para fins que especifica — Publicada no D.O. de 23 de outubro de 1964	88	4.440 — Lei de 27 de outubro de 1964 — Institui o Salário-Educação e dá outras providências — Publicada no D.O. de 29 de outubro de 1964	41
4.436 — Lei de 20 de outubro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito suplementar de Cr\$ 226.131.375,40	28	4.441 — Lei de 29 de outubro de 1964 — Altera o art. 14 da Lei nº 3.750, de 11 de abril de 1960, que autoriza o Poder Executivo e transformar em Fundação o Serviço Especial de Saúde Pública e dá outras providências — Publicada no D.O. de 30 de outubro e retificada no de 6 de novembro de 1964	43
		4.442 — Lei de 29 de outubro de 1964 — Financiamento de papel para impressão de jornais, revistas e livros — Publicada no D.O. de 30 de outubro e retificada no de 6 de novembro de 1964	44

	Págs.		Págs.
4.443 — Lei de 29 de outubro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 14.600.000,00 (quatorze milhões e seiscentos mil cruzeiros) destinado a despesas com a elaboração dos anteprojetos de reforma dos Códigos Federais — Publicada no D.O. de 3 de novembro de 1964	45	4.449 — Lei de 29 de outubro de 1964 — Dispõe sobre o aproveitamento de funcionários das autarquias que menciona, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 3 de novembro de 1964.	62
4.444 — Lei de 29 de outubro de 1964 — Dá o nome de "Senador Fernandes Távora" à ponte sobre o Rio Jaguaribe, em Limoeiro do Norte, Estado do Ceará — Publicada no D.O. de 3 de novembro de 1964	46	4.450 — Lei de 4 de novembro de 1964 — Dispõe sobre os vencimentos e vantagens do Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes — Publicada no D.O. de 6 de novembro de 1964.	63
4.445 — Lei de 29 de outubro de 1964 — Altera disposições da Lei nº 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima à Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1960 — Publicada no D.O. de 4 de novembro de 1964	46	4.451 — Lei de 4 de novembro de 1964 — Altera a redação do artigo 281 do Código Penal — Publicada no D.O. de 6 e retificada no de 12 de novembro de 1964	63
4.446 — Lei de 29 de outubro de 1964 — Altera a alínea j do art. 3º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955, que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz — Publicada no D.O. de 30 de outubro e retificada no de 6 de novembro de 1964	46	4.452 — Lei de 5 de novembro de 1964 — Altera a Legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 9 e retificada no de 11 de novembro de 1964	64
4.447 — Lei de 29 de outubro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América — Publicada no D.O. de 4 de novembro de 1964	47	4.452 — Lei de 6 de novembro de 1964 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro, para os equipamentos e materiais a serem importados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO — destinados à instalação e montagem de uma unidade de produção de butadieno e uma de polimerização e unidades auxiliares de conjunto industrial, no Município de Cabo, Estado de Pernambuco — Publicada no D.O. de 10 de novembro de 1964	70
4.448 — Lei de 29 de outubro de 1964 — Regula as promoções de Oficiais do Exército — Publicada no D.O. de 30 de outubro e retificada no 6 de novembro de 1964	48	4.454 — Lei de 6 de novembro de 1964 — Dispõe sobre a unificação de frequência da corrente elétrica no País — Publicada no D.O. de 10 de novembro de 1964	70
		4.455 — Lei de 6 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 7974904.300,00,	

	Págs.	Págs.
para atender às despesas de custeio dos serviços mecânicos do referido Ministério. — Publicada no D.O. de 10 de novembro de 1964	71	
4.456 — Lei de 6 de novembro de 1964 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de despacho aduaneiro, para equipamento a ser importado pela Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada, sediada na Cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina — Publicada no D.O. de 10 de novembro de 1964	71	
4.457 — Lei de 6 de novembro de 1964 — Eleva os limites das autorizações concedidas ao Poder Executivo pela Lei n.º 1.518, de 24 de dezembro de 1951, para contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 10 de novembro de 1964	71	
4.458 — Lei de 6 de novembro de 1964 — Altera a redação do inciso IV do artigo 2.º da Lei n.º 2.661, de 3 de dezembro de 1955, que dispõe sobre a regulamentação do § 4.º do artigo 153 da Constituição Federal e dá outras providências — Publicada no D.O. de 11 de novembro de 1964	71	
4.459 — Lei de 7 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$... 107.484.000,00, para atender às despesas com o comparecimento do Bispo de São Paulo ao Concílio Ecumênico Vaticano II — Publicada no D.O. de 11 de novembro de 1964	73	
4.460 — Lei de 7 de novembro de 1964 — Concede pensão especial de Cr\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros), a Dantas, acidentado em serviço na Base Naval de Natal — Publicada no D.O. de 11 de novembro de 1964	73	
4.461 — Lei de 7 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 600.000.000,00, para atender às despesas com a desapropriação dos bens da Fundação Raffre-Guinle — Publicada no D.O. de 11 e retificada no de 16 de novembro de 1964		73
4.462 — Lei de 7 de novembro de 1964 — Concede isenção dos impostos de importação e consumo, da taxa de despacho aduaneiro, emolumentos consulares, taxas de armazenagem e capatazias sobre um aeroplano monomotor, instrumentos, máquinas, aparelhos e utensílios a serem importados pela Ordem dos Servos de Maria, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 11 e retificada no de 20 de novembro de 1964		74
4.463 — Lei de 7 de novembro de 1964 — Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Consultoria Geral da República e dá outras providências — Publicada no D.O. de 10, republicada no de 12 e retificada no de 19 de novembro de 1964		75
4.464 — Lei de 9 de novembro de 1964 — Dispõe sobre as Organizações de Representação dos estudantes e dá outras providências — Publicada no D.O. de 11 de novembro de 1964	72	75
4.465 — Lei de 11 de novembro de 1964 — Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências — Publicada no D.O. de 12 de novembro de 1964		78
4.466 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Determina a arborização das margens das rodovias do Nordeste, bem como a construção de aterros-baragem para represamento de águas — Publicada no D.O. de 16 de novembro de 1964		80

	Págs.		Págs.
4.467 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — o crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica, com a BR-14 (Belém-Brasília), e dá outras providências — Publicada no D.O. de 16 de novembro de 1964 ..	80	cada no D.O. de 16 e retificada no de 30 de novembro de 1964	82
4.468 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00, para atender ao pagamento de débitos anteriormente acumulados — Publicada no D.O. de 16 e retificada no de 24 de novembro de 1964	81	4.472 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 402.322.243, em 10, reforço à dotação que especifica — Publicada no D.O. de 17 de novembro e retificada no de 4 de dezembro de 1964	82
4.469 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Dá nova redação ao art. 56 da Lei n.º 3.654, de 1959, que dispõe sobre a criação e organização do Quadro de Material Bélico, das Armas de Comunicações e de Engenharia, regula as condições de extinção do Quadro Técnico da Ativa e dá outras providências — Publicada no D.O. de 16 e retificada no de 25 de novembro de 1964 .	81	4.473 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Dispõe sobre atribuições das autoridades para fiscalizar a entrada de estrangeiros no território nacional, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 17 de novembro e retificada no de 2 de dezembro de 1964	84
4.470 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Revoga o artigo da Lei n.º 4.370 de 28 de julho de 1964, que aprova normas para revisão de preço em contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal e dá outras providências — Publicada no D.O. de 16, retificada nos de 27 e de 4 de dezembro de 1964	81	4.474 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas da União — Publicada no D.O. de 17 de novembro e retificada no de 4 de dezembro de 1964	85
4.471 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 65.000.000,00, para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Francesa — Publi-		4.475 — Lei de 11 de novembro de 1964 — Concede pensão especial a Lucinda de Jesus Maduro, viúva de José Augusto Maduro — Publicada no D.O. de 17 de novembro de 1964	86
		4.476 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Estabelece a precedência funcional entre Oficiais Gerais dos postos de Almirante-Esquadra, General de Exército e Tenente-Brigadeiro — Publicada no D.O. de 17 de novembro de 1964 .	86
		4.477 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Modifica os arts. 1.º e 3.º da Lei número 3.053, de 22 de dezembro de 1956, que atualiza a contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal — Publicada no D.O. de 16 de novembro e retificada no de 4 de dezembro de 1964	87
		4.478 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Cria, na 8.ª Região da Justiça do Trabalho, car-	

	Págs.		Págs.
gos e funções necessários ao funcionamento das Juntas de Conciliação e Julgamento de Manaus e Parintins, no Estado do Amazonas — Publicada no D.O. de 17 de novembro de 1964	87	4.484 — Lei de 10 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito suplementar de Cr\$... 250.340.000,00 (duzentos e cinquenta milhões, trezentos e quarenta mil cruzeiros), como reforço das verbas que enumera — Publicada no D.O. de 20 de novembro e retificada no de 10 de dezembro de 1964	127
4.479 — Lei de 12 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 278.690.500,00 (duzentos e setenta e oito milhões seiscentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros), destinado a atender as despesas com a ligação ferroviária Belo Horizonte-Itabira-Peçanha — Publicada no D.O. de 17 de novembro de 1964	88	4.485 — Lei de 19 de novembro de 1964 — Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para donativos remetidos a instituições de beneficência — Publicada no D.O. de 23 de novembro de 1964	129
4.480 — Lei de 14 de novembro de 1964 — Regula a tributação, pelo imposto de renda, dos direitos de autor, da remuneração de professores e jornalistas e dos vencimentos dos magistrados — Publicada no D.O. de 17 e retificada no de 30 de novembro de 1964	88	4.486 — Lei de 19 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 17.005.578,00 (dezessete milhões, cinco mil, quinhentos e setenta e oito cruzeiros) à verba que especifica — Publicada no D.O. de 23 de novembro de 1964	129
4.481 — Lei de 14 de novembro de 1964 — Altera disposições das Leis n.º 4.357, de 15 de julho de 1964, e n.º 4.368, de 28 de agosto de 1964 — Publicada no D.O. de 17 de novembro e retificada no de 1 de dezembro de 1964	89	4.487 — Lei de 19 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República do Senegal — Publicada no D.O. de 24 de novembro de 1964	130
4.482 — Lei de 14 de novembro de 1964 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para os equipamentos, suas peças e sobressalentes, destinados à instalação ou ampliação de indústrias complementares de construção naval — Publicada no D.O. de 19 de novembro e retificada no de 1 de dezembro de 1964	90	4.488 — Lei de 19 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 40.000.000,00, à verba que especifica — Publicada no D.O. de 23 de novembro de 1964 .	130
4.483 — Lei de 16 de novembro de 1964 — Reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 20 de novembro e retificada no de 10 de dezembro de 1964	91	4.489 — Lei de 19 de novembro de 1964 — Altera o art. 114 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e	

	Págs.		Págs.
contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal — Publicada no D.O. de 24 de novembro de 1964 .	130	4.495 — Lei de 25 de novembro de 1964 — Enquadra os atuais professores fundadores em cargos de Professor do Ensino Superior — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1964	149
4.490 — Lei de 20 de novembro de 1964 — Abre, pela Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), o crédito especial no montante de Cr\$ 62.091.094.800,00, para os fins que especifica — Publicada no D.O. de 25 de novembro e retificada no de 7 de dezembro de 1964	131	4.496 — Lei de 26 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.038.400,00 (um milhão, trinta e oito mil e quatrocentos cruzeiros), destinado ao pagamento da indenização devida a José Vasco Júnior pelas beifeitorias realizadas em terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz — Publicada no D.O. de 30 de novembro de 1964	149
4.491 — Lei de 21 de novembro de 1964 — Altera disposições da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960 Plano de Reclasseificação, relativas às séries de classes de Impressor, Encuadernador, Mestre e Técnico de Artes Gráficas e dá outras providências — Publicada no D.O. de 23 de novembro de 1964	131	4.497 — Lei de 26 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), à verba que especifica — Publicada no D.O. de 1 de dezembro de 1964	149
4.492 — Lei de 24 de novembro de 1964 — Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material destinado a indústrias de fabricação de material automobilístico, motores de explosão e de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1964	133	4.498 — Lei de 26 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 226.403.500,00 à verba que especifica — Publicada no D.O. de 1 de dezembro de 1964 ..	150
4.493 — Lei de 24 de novembro de 1964 — Regula processamento da aposentadoria e do montepio dos magistrados remunerados pela União e dá outras providências — Publicada no D.O. de 30 de novembro e retificada no de 16 de dezembro de 1964	134	4.499 — Lei de 26 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 28.145.795,40, à verba que especifica — Publicada no D.O. de 1 de dezembro de 1964 ..	151
4.494 — Lei de 25 de novembro de 1964 — Regula a Locação de Prédios Urbanos — Publicada no D.O. de 30 de novembro, retificada no de 16 de dezembro de 1964 e no de 5 de janeiro de 1965	136	4.500 — Lei de 26 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.580.200,00 em reforço de dotação que especifica — Publicada no D.O. de 1 de dezembro de 1964 ...	151
		4.501 — Lei de 26 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito	

Págs.	Págs.
suplementar de Cr\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros) à ver- ba que especifica — Publica- da no D.O. de 1 e retificada no de 10 de dezembro de ... 1964 151	cas o crédito suplementar de Cr\$ 6.000.000.000,00, para atender ao pagamento do pessoal do Departamento Na- cional de Obras Contra as Sé- vas — Publicada no D.O. de 30 de novembro de 1964 388
4.501-A — Lei de 26 de novem- bro de 1964 — Retifica a Lei n.º 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exer- cício financeiro — Publicada no D.O. de 2 e retificada no de 14 de dezembro de 1964 . 151	4.508 — Lei de 30 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis- tério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$. 18.079.505,80, para pagamento de gratificação pela execução de trabalho de natureza espe- cial, com risco de vida ou saúde, a funcionários do De- partamento Nacional de Pro- dução Mineral, em decorrência de mandado de segurança. — Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1964 389
4.502 — Lei de 20 de novem- bro de 1964 — Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reor- ganiza a Diretoria de Rendas Internas — Publicada no D. O. (Suplemento) de 30 de novembro de 1964 152	4.509 — Lei de 30 de novem- bro de 1964 — Altera disposi- tivos da Lei n.º 4.122, de 27 de agosto de 1962, que constitui à Siderúrgica de Santa Ca- rina S. A., e dá outras pro- vidências. — Publicada no D. O. de 30 de novembro e retificada no de 11 de dezem- bro de 1964 389
4.503 — Lei de 30 de novembro de 1964 — Institui, no Minis- tério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecada- ção e dá outras providências. O Presidente da República: Publicada no D.O. (Suplemen- to) de 30 de novembro de .. 1964 312	4.510 — Lei de 1.º de dezem- bro de 1964 — Reorganiza a Casa da Moeda, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 2 e retificada no de 10 de dezembro de 1964 390
4.504 — Lei de 30 de novembro de 1964 — Dispõe sobre o Es- tatuto da Terra, e dá outras providências — Publicada no D.O. (Suplemento) de 30 de novembro de 1964 e retificada no de 17 de dezembro de ... 1964 314	4.511 — Lei de 1.º de dezembro de 1964 — Dispõe sobre o meio circulante, e dá outras pro- vidências. — Publicada no D. O. de 2 e retificada no de 14 de dezembro de 1964 397
4.505 — Lei de 30 de novembro de 1964 — Dispõe sobre o Im- posto do Selo e dá outras providências — Publicada no D.O. (Suplemento) de 30 de novembro de 1964 346	4.512 — Lei de 1º de dezembro de 1964 — Isenta de impôs- to de importação equipamento destinado à instalação de uma usina central piloto para be- neficiamento de chá. — Pu- blicada no D. O. de 4 de de- zembro de 1964 398
4.506 — Lei de 30 de novembro de 1964 — Dispõe sobre o im- posto que recai sobre as ren- das e proventos de qualquer natureza — Publicada no D. O. (Suplemento) de 30 de no- vembro de 1964 364	4.513 — Lei de 1º de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do
4.507 — Lei de 30 de novembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públi-	

	Págs.		Págs.
Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 4 e retificada no de 11 de dezembro de 1964	399	4.521 — Lei de 7 de dezembro de 1964 — Isenta dos impostos da importação e de consumo equipamento telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica de Passos — Estado de Minas Gerais. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1964	410
4.514 — Lei de 1º de dezembro de 1964 — Modifica dispositivo do Decreto-lei nº 5.252, de 16 de fevereiro de 1943, que institui com personalidade própria de natureza autárquica, o Serviço de Navegação da Baía do Prata, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1964	403	4.522 — Lei de 7 de dezembro de 1964 — Isenta do imposto de importação, exclusive a taxa de despacho aduaneiro, equipamento destinado à instalação de uma fábrica de leite em pó, em Belo Horizonte — Minas Gerais. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1964	411
4.515 — Lei de 1º de dezembro de 1964 — Dispõe sobre a Zona de Proteção de Aeroportos. — Publicada no D.O. de 4 e retificada no de 9 de dezembro de 1964	403	4.523 — Lei de 7 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 27.700.000,00 (vinte e sete milhões e setecentos mil cruzeiros), às verbas que especifica. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1964 ..	411
4.516 — Lei de 1º de dezembro de 1964 — Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda. — Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1964	404	4.524 — Lei de 7 de dezembro de 1964 — Isenta do imposto de importação e de consumo equipamento destinado à ampliação de usina siderúrgica. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1964 e retificada no D. O. de 5 de janeiro de 1965	411
4.517 — Lei de 29 de dezembro de 1964 — Altera o Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938. — Publicada no D. O. de 7 e retificada no de 16 de dezembro de 1964	406	4.525 — Lei de 7 de dezembro de 1964 — Revoga o Decreto-lei nº 3.986, de 15 de fevereiro de 1946, que dispõe sobre a especialização do pessoal Subalterno da Armada, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 19 e retificada no D. O. de 31 de dezembro de 1964	412
4.518 — Lei de 2 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre associados obrigatórios do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economizadores. — Publicada no D. O. de 7 e retificada no de 16 de dezembro de 1964	407	4.527 — Lei de 8 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para atender a despesas com a concessão de um prêmio pecuniário de Cr\$ 150.000,00 a cada um dos quatro jardineiros empregados do Cemitério Mi-	
4.519 — Lei de 2 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre a liquidação, por acôrdo, das desapropriações efetuadas no Nordeste e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1964 ...	408		
4.520 — Lei de 7 de dezembro de 1964 — Altera o § 1º do art. 4º da Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960. — Publicada no D. O. de 9 de dezembro de 1964	410		

	Págs.		Págs.
litar Brasileiro em Pistóia. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1964	412	reno localizada no Morro de Jabaquara, no Município de Santos. — Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1964 ..	421
4.528 — Lei de 8 de dezembro de 1964 — Isenta dos impos- tos de importação e de con- sumo, exceto a taxa de des- pacho aduaneiro, equipamen- to telefônico destinado à Em- presa Telefônica de Uberaba S. A. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1964 ..	413	4.535 — Lei de 9 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis- tério da Fazenda, o crédito es- pecial de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) destinado à Rodovia Belém- Brasília. — Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1964 ..	422
4.529 — Lei de 8 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministé- rio do Trabalho e Previdência Social, o crédito suplementar de Cr\$ 11.400.000.000,00 (onze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas que es- pecifica. — Publicada no D. O. de 10 e retificada no de 31 de dezembro de 1964	413	4.536 — Lei de 9 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis- tério da Fazenda, o crédito es- pecial de Cr\$ 10.221.025,50, para atender às despesas que especifica. — Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1964	422
4.530 — Lei de 8 de dezembro de 1964 — Extingue a Comis- são de Reparações de Guerra e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1964	413	4.537 — Lei de 9 de dezembro de 1964 — Cria JJuntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Tra- balho e dá outras providên- cias. — Publicada no D. O. de 11 e retificada no de 17 de dezembro de 1964	422
4.531 — Lei de 8 de dezembro de 1964 — Fixa os vencimen- tos de Membros do Ministé- rio Público Federal e do Ser- viço Jurídico da União, e dá outras providências. — Publi- cada no D. O. de 10 de de- zembro de 1964	414	4.538 — Lei de 9 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis- tério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 833.570.000,00 para atender a compromissos com o programa de expansão de matrículas no ensino superior. — Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1964	424
4.532 — Lei de 8 de dezembro de 1964 — Dá a denominação de "Campo Fontenelle" ao Aeródromo Militar de Piras- ununga, Estado de São Paulo. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1964	415	4.539 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965. — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	424
4.533 — Lei de 8 de dezembro de 1964 — Altera a Lei núme- ro 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Na- cional de Pesquisas, e dá ou- tras providências. — Publica- da no D. O. de 15 e retificada no de 21 de dezembro de 1964 ..	415	4.540 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre a elab- oração e execução de Planos Quadrienais de Obras para a implantação do Plano Nacio- nal de Viação. — Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1964	427
4.534 — Lei de 9 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Cúria Dio- cesana de Santos o domínio pleno ou útil de área de ter-		4.541 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Concede isenção dos impostos de importação e	

	Págs.		Págs.
de consumo, bem como de emolumentos consulares e demais taxas a mercadorias e materiais destinados às comemorações do IX Centenário do Rio de Janeiro. — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	428	destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia. — Publicação no D. O. de 16 de dezembro de 1964	437
4.542 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Autoriza a abertura ao Poder Executivo — Presidência da República — do crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000,00 vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da aplicação do Decreto Legislativo n.º 40, de 20 de agosto de 1964. — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	429	548 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Extingue a Agência da Companhia dos Portos do Estado do Piauí, em Urussuí, criada pela Lei número 1.473-B, de 24 de novembro de 1951 — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964 ..	438
4.543 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Isenta do imposto de importação equipamento industrial. — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	429	4.549 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Concede pelo prazo de 24 meses, isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e taxa de despacho aduaneiro para importação de equipamento e material cinematográfico — Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1964	438
4.544 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1965. — Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1964	430	4.550 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), destinado à aquisição e fabricação de munições — Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1964	439
4.545 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1964	431	4.551 — Lei de 1 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para os fins que especifica — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	439
4.546 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras exceto a de Previdência Social, para a importação de pertences e acessórios para órgãos, destinados à Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, Estado de São Paulo, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964 ..	437	4.552 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República — Conselho Nacional de Telecomunicações — o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00 — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	439
4.547 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00,		4.553 — Lei de 10 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de	

Págs.		Págs.
	Cr\$ 34.800.000,00 às verbas que especifica — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	440
4.554	— Lei de 10 de dezembro de 1964 — Isenta de tributos convênios que visem a atender ao disposto no art. 168, inciso III, da Constituição Federal — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1964	440
4.555	— Lei de 10 de dezembro de 1964 — Concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S. A., para instalação e manutenção de sua Refinaria em Manguinhos, no Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	441
4.556	— Lei de 10 de dezembro de 1964 — Isenta do Imposto do Selo o contrato e demais atos subsequentes relativos ao empréstimo firmado pelo Departamento de Águas e Esgotos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (B.I.D.) — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	441
4.557	— Lei de 10 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre a marcação de volumes para exportação e dá outras providências — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	441
4.558	— Lei de 10 de dezembro de 1964 — Cria uma Coletoria Federal no Município de Osasco, Estado de São Paulo, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	442
4.559	— Lei de 10 de dezembro de 1964 — Isenta dos impostos de importação e de consumo o equipamento telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica de Patrocínio, na Cidade do mesmo nome, Estado de Minas Gerais — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1964	442
4.560	— Lei de 10 de dezembro de 1964 — Concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959, o abono provisório de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1964	442
4.561	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Cria cargos isolados de provimento em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Saúde — Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1964	443
4.562	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, ressalvada a taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à montagem de uma base de revisão para motores a reação e de combustão interna, importados pela firma Rolis Royce S. A. — Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1964	443
4.563	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências — Publicada no D. O. de 14 e republicada no de 21 de dezembro de 1964	444
4.564	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Rede Ferroviária Federal S. A., e dá outras providências — Publicada no D. O. de 14 e republicada no de 16 de dezembro de 1964	446
4.565	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Altera o art. 4º da Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959 (pagamento de débitos de cafeicultores), e dá outras providências — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964 e retificada no D. O. de 5 de janeiro de 1965	447
4.566	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Altera a subvenção concedida à Faculdade de Filosofia da Universidade Ca-	

	Págs.		Págs.
tólica Sul-Riograndense — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	447	vantagens da Lei nº 2.339, de 20 de novembro de 1954, que inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Eco- nomia dos Servidores do Es- tado entre as entidades con- signatárias de que trata a Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950 — Publicada no D.O. de 17 de dezembro de 1964 ..	450
4.567 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza a abertu- ra, pelo Ministério da Fa- zenda, do crédito especial de Cr\$ 397.246.024,90, destinado ao ressarcimento do Banco de Crédito da Amazônia S. A., pelas despesas efetuadas com o pagamento do aumento de 25% sobre os preços de com- pra da borracha nacional — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964 e retificada no de 5 de janeiro de 1965 ..	448	4.573 — Lei de 11 de dezembro de 1964. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Re- gional Eleitoral do Distrito Federal, o crédito suplemen- tar de Cr\$ 2.507.880,00 (dois milhões, quinhentos e sete mil oitocentos e oitenta cru- zeiros), em reforço de sub- consignação que especifica — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	450
4.568 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Concede prorro- gação até 30 de junho de 1964, do prazo estabelecido no art. 1º da Lei nº 3.983, de 26 de setembro de 1961 (Fa- cultade isenção de direitos alfandegários para importa- ção de material destinado à fabricação de máquinas agrí- colas — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964 .	448	4.574 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Mi- nistério das Relações Exte- riores, o crédito especial de Cr\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros) para atender às despesas urgentes de pessoal da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boli- viana — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964 .	451
4.569 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Coope- rativa Agrícola Samborjense Limitada, com sede na Ci- dade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, uma área de terreno de seu domínio patrimonial, sob a adminis- tração da Viação Férrea do Rio Grande do Sul — Publi- cada no D. O. de 17 de de- zembro de 1964	449	4.575 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Mi- nistério da Educação e Cul- tura, o crédito especial de Cr\$ 24.804.500,00, para aten- der às despesas com a desa- propriação, pela União, do imóvel situado na Praia do Flamengo, 130-132, no Es- tado da Guanabara, e que se destina a abrir a Campanha de Assistência ao Estudante — Publicada no D. O. de 17 dezembro de 1964	451
4.570 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Transfere verbas do Orçamento da Comissão do Vale do São Francisco — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	449	4.576 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Define a compe- tência de recursos fiscais — Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1964	451
4.571 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Concede amparo aos alunos dos Centros de Formação de Reservistas e dos Tiros de Guerra, quando invalidados em consequência de acidentes verificados em serviço — Publicada no D.O. de 17 de dezembro de 1964 ..	449	4.577 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Isenta do imposto de importação material des- tinado à fabricação da cen-	
4.572 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Estende à União dos Ferroviários do Brasil as			

Págs.		Págs.
	trais telefônicas a ser importado pela Siemens do Brasil Companhia de Eletricidade — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	452
4.578	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral, crédito especial de Cr\$ 5.422.893,50 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e noventa e três cruzeiros e cinquenta centavos), para atender a despesas com pessoal civil, salário-família e gratificações adicionais por tempo de serviço dos servidores de sua Secretaria — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	452
4.579	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 1.360.000,00 em favor do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964 e retificada no de 5 de janeiro de 1965	452
4.580	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até Cr\$ 2.502.419,80 (dois milhões, quinhentos e dois mil, quatrocentos e dezenove cruzeiros e oitenta centavos), para ocorrer a despesas com pagamento devido ao pessoal admitido por conta da verba de obras, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	453
4.581	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre a venda das casas residenciais que integram a "Vila Demóstenes Rockert", em Fortaleza, a seus atuais ocupantes — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	453
4.582	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para centros telefônicos automáticos a serem	
	importados pelas Companhias Telefônicas de Valinhos, em Valinhos, e Empresa Telefônica Araraense S. A., em Araras, ambas no Estado de São Paulo, e pela Companhia Telefônica de Goiás, em Goiás — Estado de Goiás — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	454
4.583	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 125.251.270,60 (cento e vinte e cinco milhões, duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e setenta cruzeiros e sessenta centavos), para pagamento de débitos da Divisão do Material do mesmo Ministério — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	454
4.584	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Concede, pelo prazo de 4 (quatro) anos, isenção dos impostos de importação e consumo, para importação do material destinado à instalação ou ampliação da Indústria Nacional de Mecânica Pesada e dá outras providências — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964 ..	455
4.585	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara, o crédito suplementar de Cr\$ 68.679.600,00 (sessenta e seis milhões seiscentos e setenta e nove mil cruzeiros), em reforço à dotação do Orçamento vigente — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	455
4.586	— Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito especial de Cr\$ 23.418.880,00 (vinte e três milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), destinado à instalação e adaptação de	

	Págs.		Págs.
sua sede — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	456	cio de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara, pela número 3.752, de 14 de abril de 1960. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de dezembro de 1964	471
4.587 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 47.130.000,00 (quarenta e sete milhões, cento e trinta mil cruzeiros), destinado ao pagamento de despesas que especifica — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1964	456	4.591 — Lei de 16 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de dezembro de 1964	472
4.588 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Altera, com aumento de despesa, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1964, na parte referente ao Subanexo 4.17 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — 17 — Territórios Federais. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de dezembro de 1964	457	4.592 — Lei de 29 de dezembro de 1964 — Aprova o Plano Nacional de Viação. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 31 de dezembro de 1964 (Suplemento)	487
4.589 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Extingue, a Comissão do Imposto Sindical a Comissão Técnica de Orientação Sindical cria órgãos no Ministério do Trabalho e Previdência Social, e dá outras providências. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de dezembro de 1964	458	4.593 — Lei de 29 de dezembro de 1964 — Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do nordeste. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de janeiro de 1965	511
4.590 — Lei de 11 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre o custeio pela União, no exerce-		4.594 — Lei de 29 de dezembro de 1964 — Regula a profissão de corretor de seguros. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de janeiro de 1965	515
		4.595 — Lei de 31 de dezembro de 1964 — Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 31 de dezembro de 1964 (Suplemento)	519

INDICE DO APENSO

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
4.295 — Lei de 16 de dezembro de 1963 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1964. — Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de dezembro de 1964	537	lação dos impostos de consumo e do selo e dá outras providências. — Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de dezembro de 1964	556
4.380 — (*) Lei de 21 de agosto de 1964 — Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. — Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 12 de outubro de 1964. — ...		4.390 — Lei de 29 de agosto de 1964 — Altera a Lei número 4.181, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências. — Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 12 de outubro de 1964	557
(*) Esta lei é republicada na íntegra neste volume, por ter sido publicada com incorreções no volume V, de 1964 da Obção das Leis	537	4.420 — Lei de 29 de setembro de 1964 — Concede pensão especial de Cr\$ 6.720,00 (seis mil, setecentos e vinte cruzeiros) a Nicolau Janró, ex-extranumerário diarista do Ministério da Marinha. — Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 12 de outubro de 1964 ...	557
4.388 — Lei de 28 de agosto de 1964 — Modifica a legis-		4.421 — Lei de 20 de setembro de 1964 — Transforma a Escola Paulista de Medicina em estabelecimento isolado de ensino superior de natureza autárquica, e dá outras providências. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de outubro de 1964	557

Figuram neste volume a Emenda Constitucional, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no quarto trimestre de 1964, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — EMENDA CONSTITUCIONAL

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10

Art. 1º A letra *a* do nº XV do art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Compete à União:

.....
XV — Legislar sobre:

a) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, aeronáutico, do trabalho e agrário”;

Art. 2º O art. 15 é acrescido do item e parágrafo seguintes:

“Art. 15. Compete à União decretar impostos sobre:

.....
VII — Propriedade territorial rural.

.....
§ 9º O produto da arrecadação do imposto territorial rural será entregue, na forma da lei, pela União aos Municípios onde estejam localizados os imóveis sobre os quais incida a tributação”

Art. 3º O art. 29 da Constituição e o seu inciso I passam a ter a seguinte redação:

“Art. 29. Além da renda que lhes é atribuída por força dos §§ 2º, 4º, 5º e 9º do art. 15, e dos impostos que, no todo ou em parte, lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios os impostos:

I — Sobre propriedade territorial urbana;

Art. 4º O § 16 do art. 141 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

“§ 16. É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, com a exceção prevista no § 1º do art. 147. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior”.

Art. 5º Ao art. 147 da Constituição Federal são acrescidos os parágrafos seguintes:

§ 1º Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis

no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinqüenta por cento do Imposto Territorial Rural e como pagamento do preço de terras públicas.

§ 2º A lei disporá, sobre o volume anual ou periódico das emissões, bem como sobre as características dos títulos, a taxa dos juros, o prazo e as condições de resgate.

§ 3º A desapropriação de que trata o § 1º é da competência exclusiva da União e limitar-se-á às áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo, só recaindo sobre propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o disposto neste artigo, conforme for definido em lei.

§ 4º A indenização em títulos somente se fará quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, excetuadas as befeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro.

§ 5º Os planos que envolvem desapropriação para fins de reforma agrária serão aprovados por decreto do Poder Executivo, e sua execução será da competência de órgãos colegiados, constituídos por brasileiros de notável saber e idoneidade, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal.

§ 6º Nos casos de desapropriação, na forma do § 1º do presente artigo, os proprietários ficarão isentos dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade desapropriada".

Art. 6º Os §§ 1º, 2º e 3º do art. 156 da Constituição Federal passam a ter a seguinte redação:

"§ 1º Os Estados assegurarão aos posseiros de terras devolutas, que nelas tenham morada habitual, preferência para aquisição até cem hectares.

§ 2º Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a três mil hectares, salvo quando se tratar de execução de planos de colonização aprovados pelo Governo Federal.

§ 3º Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar, por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra que haja tornado produtivo por seu trabalho, e de sua família, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. A área, nunca excedente de cem hectares, deverá ser caracterizada como suficiente para assegurar ao lavrador e sua família, condições de subsistência e progresso social e econômico, nas dimensões fixadas pela lei, segundo os sistemas agrícolas regionais".

Brasília, em 9 de novembro de 1964

A Mesa do Senado Federal

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Dinarte Mariz
Primeiro Secretário

Gilberto Marinho
Segundo Secretário

Adalberto Sena
Terceiro Secretário

Joaquim Parente
Quarto Secretário em exercício

A Mesa da Câmara dos Deputados

RANIERI MAZZILLI
Presidente

Alfonso Celso
Primeiro Vice-Presidente

Lenoir Vargas
Segundo Vice-Presidente

José Bonifácio
Primeiro Secretário

Henrique La Roque
Segundo Secretário

Aniz Badra
Terceiro Secretário

Rubem Alves
Quarto Secretário

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, n. III da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 86, DE 1964

Determina registro de contrato firmado entre a Delegacia Regional do Imposto de Renda em Minas Gerais e o Banco do Brasil S. A.

Art. 1.º O Tribunal de Contas da União registrará o contrato firmado em 4 de julho de 1955 entre a Delegacia Regional do Imposto de Renda em Minas Gerais e o Banco do Brasil S.A., para locação do 5.º andar do edifício sito à Rua Halfeld esquina da Avenida Getúlio Vargas, em Juiz de Fora.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, DE 1964

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro da escritura, celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Salvador Sahib.

Art. 1º. É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro da escritura, celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Salvador Sahib, a 3 de novembro de 1949, de compra e venda da "Fazenda Descalvados" situada no Município e Comarca de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 83, DE 1964

Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a termo aditivo ao contrato celebrado entre a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o Instituto de Cacau da Bahia.

Art. 1º. É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro a termo aditivo ao contrato celebrado em 27 de janeiro de 1961 entre a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o Instituto de Cacau da Bahia.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 89, DE 1964

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Eratóstenes Fraga Lima.

Art. 1º. É mantido o Ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado em 19 de abril de 1955 entre o Serviço do Patrimônio da União e Eratóstenes Fraga Lima, para execução dos serviços de levantamento topográfico e elaboração de planta cadastral do trecho marginal da Lagoa do Norte, no Estado de Alagoas.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 1964

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo aditivo a ajuste, celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Companhia Everest Engenharia e Comércio.

Art. 1º. É mantido o ato do Tribunal de Contas da União que negou registro ao termo aditivo ao ajuste de 9 de março de 1960, celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Companhia Everest En-

genharia e Comércio, para acréscimo de pavimentação, com paralelepípedos, de faixa de acesso ao cais de Navegantes, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 91, DE 1964

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Ordem dos Servos de Maria.

Art. 1º. É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado em 30 de dezembro de 1955, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Ordem dos Servos de Maria, Província do Brasil, para construção do Hospital D. Próspero Bernardi, em Boca do Acre, Estado do Amazonas.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 1964

Aprova registro de despesa sob reserva, relativa ao pagamento Cr\$ 452.045,10 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, quarenta e cinco cruzeiros e dez centavos), a Amazile Leite Gambarra e outros

Art. 1º. É aprovado o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, em virtude de decisão tomada na sessão de 14 de abril de 1960, da despesa correspondente ao pagamento de Cr\$ 452.045,10 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, quarenta e cinco cruzeiros e dez centavos), a Amazile Leite Gambarra e outros servidores do Escritório Técnico da Universidade do Brasil (DASP), e proveniente de salários, salário-família e abonos.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 93, DE 1964

Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo aditivo referente ao contrato celebrado entre o Departamento de Administração da Marinha e José Roque.

Art. 1.º É o Tribunal de Contas da União autorizado a registrar o termo aditivo, referente ao contrato celebrado em 13 de dezembro de 1954, entre o Departamento de Administração da Marinha e José Roque, para o desempenho, pelo segundo contratante, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, da função de Técnico Especializado de trabalhos a quente de ligas ferrosas e não ferrosas.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 21 de outubro de 1964. — *Camillo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 94, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 1.º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado em 19 de abril de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no montante de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro."

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 21 de outubro de 1964. — *Camillo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 3º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 95, DE 1964

Mantém o registro da despesa de Cr\$ 579.000,00 (quinhentos e setenta e nove mil cruzeiros), correspondente ao pagamento, à Empresa Limpadora Imperial Limitada, de serviços gerais de limpeza, encerramento e conservação das dependências do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 1º É mantido o registro, feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 5 de outubro de 1956, da despesa de Cr\$ 579.000,00 (quinhentos e setenta e nove mil cruzeiros), correspondente ao pagamento, à Empresa Limpadora Imperial Limitada, de serviços gerais de limpeza, encerramento e conservação das dependências do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 29 de outubro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3.º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 96, DE 1964

Mantém o registro da despesa de Cr\$ 403.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), destinados ao pagamento à firma Importadora de Automóveis e Máquinas S. A., pela aquisição, por permuta, de uma ambulância para o Serviço Médico do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 6 de junho de 1961.

Art. 1.º É mantido o registro da despesa de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), destinados ao pagamento à firma Importadora de Automóveis e Máquinas S. A., pela aquisição, por permuta, de uma ambulância para o Serviço Médico do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 6 de junho de 1961.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 29 de outubro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 97, DE 1964

Determina o registro do contrato celebrado a 4 de dezembro de 1958 entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio S.A.

Art. 1.º O Tribunal de Contas da União registrará o contrato celebrado a 4 de dezembro de 1958 entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A., para fornecimento e instalação de equipamento frigorífico no Entrepósito de Pesca de Salvador, no Estado da Bahia.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 29 de outubro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 98, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos (Diretoria Regional do Ceará) e a firma Construtora Ecra Limitada.

Art. 1.º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União de 30 de dezembro de 1954, denegatório de registro ao contrato celebrado aos 17 de novembro de 1953 entre o Departamento dos Correios e Telégrafos (Diretoria Regional do Ceará) e a firma Construtora Ecra Limitada, para construção do prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Pacoti, naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 29 de outubro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 99, DE 1964

Aprova o Acôrdo sobre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos.

Art. 1.º E' aprovado o Acôrdo sobre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos, aberto à assinatura dos Estados Americanos na União Pan-Americana, a 15 de maio de 1949, e firmado pelo Brasil a 22 de setembro do mesmo ano.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de novembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 100, DE 1964

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher Hilda Cordeiro Brandão.

Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo de contrato de cooperação celebrado em 10 de dezembro de 1950, entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher Hilda Cordeiro Bran-

dão, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água, necessária à irrigação de terras as margens do Rio São Francisco, no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 101, DE 1964

Aprova o Acôrdo de Migração entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Italiana, assinado em Roma, a 9 de dezembro de 1960.

Art. 1º É aprovada o Acôrdo de Migração entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Italiana, firmado em Roma, a 9 de dezembro de 1960.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de Novembro de 1964.

Camillo Nogueira da Gama

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 1964

Ratifica as Resoluções ns. 1.991-A e B, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua XVIII sessão, de 17 de dezembro de 1963, que emendaram a Carta das Nações Unidas elevando o número dos membros do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico Social.

Art. 1º. São ratificadas as Resoluções ns. 1.991 — A e B, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua XVIII sessão, de 17 de dezembro de 1963, que emendaram a Carta das Nações Unidas elevando o número de membros do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de Novembro de 1964.

Camillo Nogueira da Gama

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprova nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 1964

Aprova a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, assinada pelo Brasil e outros países, a 18 de abril de 1961.

Art. 1º. É aprovada a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, assinada pelo Brasil e outros países, a 18 de abril de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de Novembro de 1964.

Camillo Nogueira da Gama

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 104, DE 1964

Aprova a Convenção concernente à discriminação em matéria de emprego e de profissão, concluída em Genebra

Art. 1º É aprovada a Convenção concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão, concluída em Genebra, em 1958, na 42ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de novembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 1964

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Paraíba.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado em 21 de janeiro de 1963, no montante de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), entre a União Federal e o Governo do Estado da Paraíba, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de novembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 1964

Determina o registro do termo de rescisão contratual celebrado a 31 de dezembro de 1953, entre a União Federal — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Companhia Brasileira de Material Elétrico.

Art. 1º O Tribunal de Contas da União registrará o termo de 31 de dezembro de 1953 de rescisão do ajuste celebrado em 23 de maio de 1950, entre a União Federal — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — e a Companhia Brasileira de Material Elétrico, para fornecimento de um alternador elétrico e um transformador de força destinados à Usina Hidrelétrica do açude "Curema", no município de Piancó, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de novembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União, de 22 de agosto de 1963, denegatório de registro ao contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia, em 28 de junho de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de novembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 1964

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Piauí.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União, de 12 de setembro de 1963, denegatório de registro ao contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Piauí, em 31 de julho de 1963.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de novembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal e eu, Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 1964

Aprova o Protocolo de Emenda ao Acôrdo Internacional que visa a garantir uma proteção eficaz contra o tráfico de brancas e dá outras providências.

Art. 1.º É aprovado o Protocolo de Emenda ao Acôrdo Internacional que visa a garantir proteção eficaz contra o tráfico criminoso conhecido pelo nome de Tráfico de Brancas firmado em Paris, a 13 de maio de 1904, bem como à Convenção Internacional relativa à repressão do tráfico de brancas, assinada em Paris, a 4 de maio de 1910 e concluída em Lave Success New York, a 4 de maio de 1949.

Art. 2.º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de novembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu, Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 1964

Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo de confirmação de aforamento concedido pela Prefeitura do antigo Distrito Federal a Adolf Dorf.

Art. 1.º É o Tribunal de Contas da União autorizado a registrar o termo de confirmação de aforamento concedido pela Prefeitura do antigo Distrito Federal, do terreno acrescido de marinha, situado na rua Júlio do Carmo nº 13, antiga rua São Leopoldo, que outorga a União a Adolf Dorf.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de novembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 111, DE 1964

Aprova o Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assinado no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1963.

Art. 1.º É aprovado o Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assinado no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de novembro de 1964.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº IV, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 112, DE 1964

Aprova o ato do Presidente da República que determinou a intervenção federal no Estado de Goiás.

Art. 1º É aprovado o ato do Presidente da República que determinou a intervenção federal no Estado de Goiás, nos termos do Decreto nº 55.082, de 26 de novembro de 1964.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 1 de dezembro de 1964

Auro Moura Andrade
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 66 nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 113, DE 1964

Aprova a emenda que dá nova redação ao artigo 48 da Convenção de Aviação Civil Internacional de 1944.

Art. 1º. É aprovada a emenda que dá nova redação ao artigo 48 da Convenção de Aviação Civil Internacional, consoante deliberação adotada durante a 14ª Sessão da Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional, realizada em Roma, em agosto de 1962.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1º de dezembro de 1964.

Auro Moura Andrade
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 114, DE 1964

Aprova os termos aditivos aos contratos celebrados entre o Governo Federal e Luciano Pupo Nogueira Neto

Art. 1º. São aprovados os termos de 25 de março de 1955 e de 26 de julho do mesmo ano, aditivos aos contratos celebrados entre o Governo Federal e Luciano Pupo Nogueira Neto para desempenhar, na Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, a função de professor de português, o primeiro alterando as cláusulas IV e IX do contrato de 21 de outubro de

1953 e o segundo as cláusulas IV e IX do contrato de 10 de janeiro de 1955.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1964.

Auro Moura Andrade
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 115, DE 1964

Aprova as Notas trocadas entre o Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acôrdo sobre Serviços Técnicos Especiais, concluído em 1953.

Art. 1º São aprovadas as Notas trocadas entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acôrdo sobre Serviços Técnicos Especiais, concluído, no Rio de Janeiro, entre os dois países, a 30 de maio de 1953.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1964.

Auro Moura Andrade
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 116, DE 1964

Aprova o Acôrdo sobre Privilégios e Vantagens a Peritos e Técnicos Franceses, concluído no Rio de Janeiro, conforme notas trocadas a 16 e 22 de janeiro de 1963, entre a França e o Brasil.

Art. 1º É aprovado o Acôrdo sobre Privilégios e Vantagens a Peritos e Técnicos Franceses, concluído no Rio de Janeiro, conforme notas trocadas a 16 e 22 de janeiro de 1963, entre a França e o Brasil.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1964.

Auro Moura Andrade
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 117, DE 1964

Aprova o Convênio para o estabelecimento, na cidade de Porto Velho, no Território Federal de Rondônia, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela Bolívia.

Art. 1º. É aprovado o Convênio para o estabelecimento na cidade de Porto Velho, no Território Federal de Rondônia, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela Bolívia.

assinado pelos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em La Paz a 29 de março de 1958.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1964.

Auro Moura Andrade
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, *Camillo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 118, DE 1964

Aprova o texto do Acôrdo sobre Privilégios e Imunidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, previsto no artigo 47 do Tratado de Montevideu.

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrdo sobre Privilégios e Imunidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, previsto pelo art. 47, do Tratado de Montevideu.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1964.

Auro Moura Andrade
Presidente do Senado Federal

III — LEIS

LEI Nº 4.423 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1964

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 28 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961 (que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores) e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 28 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Os Cônsules-Gerais serão escolhidos dentre os Ministros de Segunda Classe; os Cônsules e Cônsules-Adjuntos, dentre os Primeiros e Segundos Secretários; e os Vice-Cônsules dentre os Terceiros Secretários”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

LEI Nº 4.424 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1964

Autoriza a abertura de crédito especial ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, para pagamento de divida de exercícios findos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — o crédito especial de Cr\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros) para pagamento a Vicente Isaías de Mello de dívida de exercícios findos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.425 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1964

Cria o imposto único sobre os minerais do País; dispõe sobre o produto de sua arrecadação; institui o “Fundo Nacional de Mineração” e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do imposto único e sua destinação

Art. 1º Sobre quaisquer modalidades e atividades da produção, comércio, distribuição, consumo e exportação de substâncias minerais ou fósseis, originárias do País (inclusive águas minerais), mas excetuados os combustíveis líquidos e gasosos, incidirá apenas o imposto único do artigo 15, número III, e parágrafo 2º da Constituição, cobrado pela União na forma desta lei.

Parágrafo único. Com exceção dos impostos de renda, selo e taxas remuneratórios de serviço prestado pelo Poder Público diretamente ao concessionário de que trata este artigo, o imposto único exclui a incidência de qualquer outro tributo federal estadual ou municipal que recaia sobre os depósitos minerais, jazidas ou minas, sobre o produto em estado bruto dela extraído ou sobre as operações comerciais realizadas com esse produto *in natura* ou beneficiado por qualquer processo para eliminação de impurezas, concentração, uniformização, separação, classificação, briquetagem ou aglomeração.

Art. 2º Constitui fato gerador do imposto único sobre minerais a saída do produto do respectivo depósito, jazida ou mina assim entendida a área constante de licença, de autorização de pesquisa ou lavra ou, quando se tratar de mineral obtido por fiação, garimpagem ou trabalhos assemelhados, a primeira aquisição aos respectivos produtores.

Parágrafo único. Quando o produto mineral for consumido ou transformado dentro da área do depósito da jazida ou mina, considerar-se-á ocorrido o fato gerador antes de realizadas essas operações.

Art. 3º São contribuintes do imposto único sobre minerais:

a) o minerador ou titular da licenciamento, no caso de pesquisa ou lavra de jazida, mina ou outros depósitos minerais;

b) o primeiro comprador, quando o mineral for obtido por fiação, garimpagem ou trabalhos assemelhados;

c) todas as pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas — inclusive os monopólios estatais controlados pela União, pelos Estados ou pelos municípios — que se dedicarem às atividades enumeradas no art. 1º — excetuadas as de fiação de metais nobres e as de garimpagem de pedras preciosas e semipreciosas;

d) os que adquirirem a fiação e garimpeiros o produto de sua atividade mineradora;

e) os que beneficiarem, por conta de fiação ou garimpeiros, o produto da atividade destes, que ainda não hajam pago o tributo devido.

Parágrafo único. São solidariamente responsáveis com o contribuinte:

a) os adquirentes e transportadores dos minerais recebidos sem quitação do tributo pelo minerador ou titular de pesquisa ou lavra;

b) o consumidor ou transformador dos minerais na área definida neste artigo, se não for o próprio minerador ou titular da pesquisa ou lavra.

Art. 4º O imposto único sobre produtos minerais será calculado sobre os valores unitários constantes de pauta semestralmente fixada pela Diretoria das Rendas Internas do Ministério da Fazenda, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia.

§ 1º A pauta com o valor de cada produto mineral será baixada nos meses de junho e dezembro de cada ano, para vigorar no semestre iniciado no mês subsequente.

§ 2º Quando a pauta não for publicada nos meses a que se refere o parágrafo antecedente, continuará em vigor a anterior até a publicação da nova.

§ 3º O valor do produto mineral, constante da pauta, será o preço médio FOB de exportação no ponto de embarque para o exterior, em moeda estrangeira, no semestre anterior ao mês de fixação, deduzido de 40% a título de despesas de frete, frete, seguro, carregamento, utilização de porto e outras e convertido para moeda nacional a taxa de câmbio em vigor para a exportação desses produtos, no mês da elaboração da pauta.

§ 4º Se não tiver ocorrido exportação de produto mineral no semestre anterior, o valor de pauta será calculado com base no preço médio do produto nos principais mercados consumidores do País, no mesmo período, deduzido de 40% a título das despesas mencionadas no parágrafo antecedente.

§ 5º O imposto sobre o carvão mineral será calculado sobre os preços oficiais de venda fixados pela Comissão do Plano do Carvão Nacional.

Art. 5º São isentos do imposto único os minerais extraídos por permissionários da pesquisa, utilizados para análise ou experimentação de processos de extração ou aproveitamento.

Art. 6º E' fixada em 10% (dez por cento) a alíquota do imposto único sobre as substâncias minerais em geral e em 8% (oito por cento) a incidente sobre o carvão mineral, sendo assim distribuído o produto de sua arrecadação:

a) resultante do imposto único sobre as substâncias minerais, exclusiva o carvão mineral:

I — 10% (dez por cento) para a União;

II — 70% (setenta por cento) para os Estados e o Distrito Federal;

III — 20% (vinte por cento) para os Municípios;

b) resultante do imposto único sobre o carvão mineral:

I — 10% (dez por cento) para a União;

II — 62% (sessenta e dois por cento) para os Estados e o Distrito Federal;

III — 28% (vinte e oito por cento) para os Municípios.

§ 1º A distribuição da receita a que se referem os números II e III das letras a) e b) deste artigo, entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, será feita da seguinte forma:

I — 1% (um por cento) proporcionalmente ao consumo de minerais;

II — 4% (quatro por cento) proporcionalmente à superfície territorial;

III — 5% (cinco por cento) proporcionalmente à população;

IV — 90% (noventa por cento) diretamente ao Estado, ao Distrito Federal e ao Município, em cujo território tiver sido extraído o mineral produtor da receita.

§ 2º Enquanto desconhecidos os exatos consumos de minerais do País, o cálculo da distribuição correspondente terá por base o critério de razão em função das populações.

§ 3º Ao Distrito Federal pertencerá a quota que caberia aos seus Municípios, se os tivesse, e aos Municípios dos Territórios Federais, a que caberia ao Estado se Estado o Território fôsse, observados os critérios do parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º Caberá ao Departamento Nacional da Produção Mineral proceder ao cálculo da distribuição mencionada nos números I a III do parágrafo 1º deste artigo fornecendo, tri-estralmente, ao Banco do Brasil S. A., os coeficientes respectivos, para os

finis previstos no parágrafo 2º do artigo 9º.

Art. 7º O recolhimento do imposto em cada mês será feito por guia à Exatonia Federal, com jurisdição no município de produção até o último dia útil do mês subsequente.

§ 1º A falta de recolhimento no prazo previsto neste artigo sujeitará o infrator à multa de importância igual ao valor do imposto não recolhido, nunca inferior ao maior salário-mínimo mensal vigente no País, quando não ficar provado artifício doloso ou intuito de fraude; e à multa de duas vezes o valor do imposto, não inferior a dois salários mensais, quando ocorrer artifício doloso ou intuito de fraude.

§ 2º O recolhimento espontâneo feito fora do prazo legal sujeitará o contribuinte a multas de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, conforme se tenha verificado, respectivamente, até 30, 60 e após 60 dias do término do prazo para sua realização.

Art. 8º As infrações a esta lei e ao seu Regulamento, não sujeitas a penas proporcionais ao valor do imposto serão punidas com multas de uma a vinte vezes o valor do maior salário-mínimo mensal, vigente no País, graduadas com base no capital registrado do infrator e na gravidade da infração, conforme tabela de escalonamento a ser baixada pelo Regulamento, com previsão, inclusive dos graus mínimo, médio e máximo.

Parágrafo único. O infrator que não tiver capital registrado ficará sujeito às multas previstas para o capital mais baixo constante da tabela.

Art. 9º A fiscalização do imposto o processo de apuração de infrações, as consultas, a aplicação de penalidades, a determinação de domicílio fiscal e da competência administrativa para o julgamento das questões fiscais suscitadas pela execução desta lei, serão fixados em regulamento.

§ 1º Os contribuintes de imposto único sobre minerais ficarão sujeitos às normas de escrituração estabelecidas no regulamento previsto no parágrafo seguinte, mediante aplicação no que couber, dos dispositivos da legislação vigente sobre imposto de consumo e da legislação fiscal sobre minerais.

§ 2º No prazo de 90 dias, a contar da publicação desta lei, o Poder Executivo expedirá regulamento do imposto único sobre minerais, consolidando as disposições legais relativas ao tributo e definindo as normas da legislação do imposto de consumo a ele aplicáveis.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com as unidades federativas para a fiscalização conjunta ou delegada ao imposto previsto nesta lei.

Art. 10. A receita proveniente da arrecadação do imposto único será escriturada como depósito, pelas repartições arrecadoras e, deduzidos 0,5% (cinco décimos por cento) a título de despesas de arrecadação e fiscalização, depositada, diariamente, no Banco do Brasil S. A. mediante guia.

§ 1º De cada recebimento, o Banco do Brasil S. A. creditará:

I — A percentagem pertencente à União, à conta e ordem do Departamento Nacional da Produção Mineral — Fundo Nacional de Mineração, à conta e ordem da Comissão do Plano do Carvão Nacional, no que se refere à receita proveniente do carvão mineral;

II — As percentagens pertencentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios, referidos nos números I, II e III do parágrafo 1º do art. 6º, em conta especial para distribuição e entrega na forma prevista no parágrafo 2º deste artigo;

III — As percentagens pertencentes aos Estados, Distrito Federal, e Municípios, referidos no nº IV do parágrafo 1º do artigo 6º, às respectivas contas e ordem.

§ 2º Ao fim de cada trimestre civil, o Banco do Brasil S. A. distribuirá e entregará o saldo existente na conta referida no nº II do parágrafo anterior, aos Estados, Distrito Federal e Município de acordo com os coeficientes que lhe forem fornecidos pelo Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 11. Os Estados, Municípios e o Distrito Federal aplicarão, obrigatoriamente, a sua quota do imposto único sobre minerais, em investimentos nos setores rodoviários e de transporte em geral, energia, educação, agricultura e indústria.

Art. 12. No início de cada exercício, os Estados e Municípios farão

publicar no Diário Oficial os planos de aplicação dos recursos a que se refere esta lei.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios comprovarão, perante o Ministério da Minas e Energia, no primeiro semestre de cada exercício fiscal, a aplicação das cotas do imposto único realizadas no último exercício ouvida a Comissão do Plano do Carvão Nacional, no que couber.

§ 2º A falta de comprovação da aplicação prevista neste artigo ou a aplicação total ou parcial para fins não previstos no artigo anterior, autorizará a retenção das cotas subsequentes até que a unidade da federação ou Municípios comprove a aplicação ou documento o investimento, com outras receitas, nos setores previstos no artigo 11, de importância equivalente à parcela da sua cota, no imposto único aplicada para outros fins.

§ 3º A retenção prevista no parágrafo anterior será feita pelo Banco do Brasil S. A., mediante instrução do Departamento Nacional da Produção Mineral.

CAPÍTULO II

Do Fundo Nacional de Mineração

Art. 13. É instituído o Fundo Nacional de Mineração, vinculado ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, e destinado a prover e financiar os trabalhos de prospecção mineral em todo o território nacional, assim como o desenvolvimento dos estudos e pesquisas de qualquer natureza, relacionados com as atividades de produção de bens primários minerais.

Art. 14. O Fundo Nacional de Mineração será constituído:

I — Da parcela pertencente à União do imposto único de que trata esta lei, ressalvada a parte destinada à Comissão do Plano do Carvão Nacional;

II — De dotações consignadas no Orçamento Geral da União;

III — De rendimentos de depósitos e de aplicação do próprio Fundo.

Art. 15. A União consignará anualmente, no seu Orçamento Ge-

ral, dotações no Fundo Nacional de Mineração, em importância suficiente à complementação dos recursos necessários ao financiamento de seus programas de trabalho.

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Art. 16. Ficam revogados o artigo 18 da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, o artigo 68 e seus parágrafos, do Código de Minas (Decreto lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940, com as alterações posteriores); o art. 37 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945, bem como quaisquer disposições contrárias a esta lei.

Art. 17. Fica mantido, até o término do prazo previsto na Lei número 2.418, de 10 de fevereiro de 1955, o limite máximo de 8% (otto por cento) para o imposto único relativo à mineração do ouro, nos casos especificados no Decreto nº 24.195, de 4 de maio de 1963.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouvêa de Bulhões

Mauro Thibau

LEI Nº 4.426, — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1964

Dispõe sobre a venda de vinho em recipientes de volume superior ao estabelecido pela legislação em vigor e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É permitida a venda de vinhos, assim considerados exclusivamente os produtos obtidos pela fermentação da uva madura esmagada ou de suco de uva madura, excluídos os licorosos, em recipientes de

volume superior ao estabelecido na legislação em vigor, e, ainda a venda de vinho a tórno.

Art. 2º O disposto no artigo anterior se aplica exclusivamente ao produto nacional e as condições em que a venda poderá ser feita serão fixadas em decreto que será expedido pelo Poder Executivo, dentro de trinta dias da vigência desta lei.

Art. 3º Para o efeito do disposto no artigo 1º, o imposto de consumo será pago com base no preço de venda do fabricante, de acordo com as taxas discriminadas na Lei nº 4.153, de 23 de novembro de 1962.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e pelo prazo de dois anos, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouvêa de Bulhões

Hugo de Almeida Leme

LEI Nº 4.427 — DE 14 DE
OUTUBRO DE 1964

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para automóvel com transmissão automática, que for adquirido por ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira, mutilado em consequência de ferimentos recebidos na Campanha da Itália.

O Presidente da República:

faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para um automóvel com transmissão automática, adquirido nos Estados Unidos da América, pelo Coronel Reformado do Exército José de Freitas Lima Serpa, mutilado em consequência de ferimentos recebidos na Campanha da Itália.

Parágrafo único. O automóvel a que se refere este artigo só poderá ser objeto de transação comercial depois

de decorridos dois (2) anos, a contar da data de sua liberação alfandegária, ou, em qualquer tempo, na hipótese de ocorrer o falecimento do beneficiário, mediante pagamento de todos os impostos e taxas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.428 — DE 14 DE
OUTUBRO DE 1964

Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS a adquirir, por compra, ações de empresas concessionárias de serviços públicos que menciona e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS autorizada a adquirir, por compra, da "American & Foreign Power Company Incorporated" e da "Brazilian Electric Power Company", sociedades antes organizadas respectivamente segundo as leis dos Estados de Maine e Flórida, Estados Unidos da América, as ações de capital e todos os créditos e outros direitos correspondentes de que ditas entidades sejam titulares, nas suas subsidiárias no Brasil, a saber: Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil; Rio Grandense Light and Power Syndicate Limited; Companhia Central Brasileira de Força Elétrica; Pernambuco Tramways and Power Company Limited; Companhia Energia Elétrica da Bahia; Companhia Força e Luz do Paraná; Companhia Energia Elétrica Rio Grandense; Companhia Força e Luz do Minas Gerais; Companhia Brasileira de Energia Elétrica; Companhia Paulista de Força e Luz.

Art. 2º O preço e outras condições da operação serão aqueles constantes da minuta de contrato aprovada pelo Poder Executivo.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a dar garantia solidária do Tesouro Nacional aos compromissos financeiros decorrentes da transação a que se refere esta lei.

Art. 4º O Poder Executivo fica igualmente autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional aos empréstimos do Export-Import Bank of Washington D. C., Estados Unidos da América, às referidas subsidiárias.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever um aumento de capital da ELETROBRAS no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros) com que a empresa poderá atender aos encargos financeiros iniciais da operação, ficando aberto para tal fim o crédito especial nesse montante, o qual será automaticamente registrado e distribuído ao Ministério da Fazenda.

Art. 6º Todos os atos e operações pertinentes às medidas previstas nos artigos precedentes inclusive as remessas feitas para o exterior como pagamento do principal, juros e outros encargos ficarão isentos de quaisquer impostos, taxas ou outras contribuições federais.

Art. 7º A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) registrará automaticamente o contrato referido no art. 2º para todos os efeitos da Lei nº 4.131, de 13 de setembro de 1962.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Gouveia de Bulhões
Mauro Thibau

LEI Nº 4.429 — DE 14 DE
OUTUBRO DE 1964

Autoriza a Associação Civil "Lar Proletário" a transferir, à Fundação Leão XIII, o imóvel situado à Rua Ricardo Machado, no Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permitir à Associação Civil

"Lar Proletário", transferir à Fundação Leão XIII, o terreno situado à Rua Ricardo Machado, no Rio de Janeiro, com área de oitenta e um mil novecentos e oitenta e nove metros quadrados e trinta e um decímetros quadrados (81.989,31 m²) que lhe foi doado pelo Decreto-lei nº 745, de 28 de setembro de 1938, e escritura pública de 21 de outubro do mesmo mês e ano, lavrada em notas do 9º Ofício do Rio de Janeiro, tudo de acordo com a planta e demais elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o nº 1.393, de 1955.

Art. 2º A Fundação Leão XIII utilizará a área total do terreno cedido exclusivamente na construção de habitações populares, higiênicas e confortáveis singulares ou coletivas, para serem vendidas em prestações módicas e a longo prazo a moradores pobres residentes, e aos que habitam os bairros denominados "favelas".

Art. 3º O Serviço do Patrimônio da União outorgará a escritura de transferência, da qual constarão:

a) o prazo mínimo de dez (10) anos para a conclusão das habitações populares no terreno transferido;

b) as condições necessárias para que a cessão surta os resultados referidos no art. 2º;

c) a cláusula de reversão de terreno e das benfeitorias nele existentes, ou que venham a existir, para o domínio da União, no caso de inobservância de qualquer das estipulações contratuais;

d) as normas para a fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações estipuladas.

Art. 4º Fica a Fundação Leão XIII isenta dos impostos e taxas federais que incidam ou venham a incidir sobre as construções a que alude o artigo 2º.

Art. 5º Pago o preço de aquisição de cada casa, pelo respectivo morador, ficará o imóvel instituído em bem de família, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.430 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1964

Altera a constituição da Companhia Nacional de Seguro Agrícola e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica elevado para Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) o capital da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, sociedade de economia mista, criada pela Lei nº 2.168, de 11 de janeiro de 1954.

§ 1º A distribuição do capital continuará a mesma prevista nessa Lei.

§ 2º A subscrição do aumento de capital por companhias de seguro e capitalização será considerada como investimento direto e alternativo no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, nos termos da Lei número 2.973, de 26 de novembro de 1956.

Art. 2º O Fundo de Estabilidade do Seguro Agrário, instituído de acordo com o art. 2º da Lei nº 2.168 citada, será completado por dotações orçamentárias anuais, durante os próximos 10 (dez) anos, até atingir quantia anual não inferior a Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) ou o necessário para cobrir o déficit operacional do comércio anterior.

Parágrafo único. Ainda no transcorrer deste exercício, abrir-se-á um crédito de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para atender o disposto neste artigo.

Art. 3º O Fundo de Estabilização, instituído na forma do art. 27 da Lei nº 2.168 já citada, será integralizado pela quantia de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), através do crédito especial aberto pela União, na forma desta Lei.

Parágrafo único. Anualmente, durante dez anos consecutivos a partir de 1965, o orçamento geral da União consignará, no subanexo do Ministério da Agricultura, dotações orçamentárias nunca inferiores a 2.500 (duas mil e quinhentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, para integralização do Fundo de Estabilização citado neste artigo.

Art. 4º Para melhor assegurar um sistema operacional que cubra, equitativamente, as várias regiões geoeconômicas do País, deverão ser realizados convênios com as entidades regionais, incumbidas da aplicação de verbas constitucionais, nos quais ficarão estabelecidos os quantitativos postos à disposição da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, que irão integralizar o seu Fundo de Estabilização, com rubricas próprias que caracterizam cada região.

Parágrafo único. A contribuição de cada órgão a que se refere este artigo não poderá ser inferior a 1/2% (meio por cento) do total da rubrica que lhe couber anualmente no orçamento da União.

Art. 5º A Companhia Nacional de Seguro Agrícola nos termos da Lei nº 2.168, de 11 de janeiro de 1954, operará na cobertura dos riscos peculiares às lavouras e aos rebanhos e, nos demais ramos, através de retrocessão do Instituto de Resseguros do Brasil.

Parágrafo único. O Instituto de Resseguros do Brasil ficará obrigado a incluir a Companhia Nacional de Seguro Agrícola entre as suas retrocessionárias, nos ramos em que ela o solicitar e enquanto esta o desejar.

Art. 6º As condições das apólices e respectivas tarifas de prêmio de seguro agrícola serão elaboradas pela Companhia Nacional de Seguro Agrícola, aprovadas pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização e postas em vigor mediante portaria do Ministro da Agricultura.

Art. 7º Caberá à Companhia Nacional de Seguro Agrícola opinar sobre a autorização para o funcionamento das sociedades cooperativas que desejarem operar em seguro agrícola no País.

§ 1º Quaisquer seguros realizados pelas sociedades cooperativas autorizadas a operar em seguro agrícola na forma deste artigo, cobrindo responsabilidades superiores aos limites de suas operações, serão obrigatoriamente co-seguradas na Companhia Nacional de Seguro Agrícola, à qual caberá tirar estes limites.

§ 2º Para os efeitos de resseguro e retrocessão de seguro agrícola prevalecerá o disposto no art. 5º da Lei nº 2.168 e seu parágrafo único.

Art. 8º A Companhia Nacional de Seguro Agrícola estimulará a organização de cooperativas ou adaptação das já existentes, para operarem no ramo de seguro agrícola, observado o disposto nesta Lei e nas demais pertinentes ao assunto e em pleno vigor.

Art. 9º O Poder Público concederá empréstimo, através dos bancos oficiais, a juros baixos, às cooperativas que se organizarem nos termos desta Lei, para acudir às suas despesas iniciais de organização.

Art. 10. As cooperativas que operarem no ramo de seguro agrícola ficam sujeitas às condições de cobertura e às tarifas de prêmio estabelecidas pela Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Art. 11. As cooperativas que operarem no ramo de seguro agrícola constituirão para cada modalidade de seguro, para a qual forem autorizadas a operar, reservas e fundos técnicos na forma que for estabelecida pela Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Art. 12. As reservas e fundos técnicos de todas as sociedades, sem exceção, que vierem a operar em seguro agrícola, quer diretamente, quer através de resseguro ou de retrocessão, deverão ser totalmente aplicadas em operações financeiras diretamente vinculadas à agricultura e à pecuária, sob a fiscalização da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Art. 13. Verificada a existência de saldo positivo nas operações realizadas pelas cooperativas de seguro agrícola, 50% (cinquenta por cento) deste saldo será distribuído aos cooperados, na proporção dos prêmios de seguro por eles pagos, no período correspondente. O restante deste saldo será levado a crédito de um Fundo de Previsão obrigatoriamente constituído em cada cooperativa, até atingir um montante igual a 100 vezes o seu limite de operação.

§ 1º Se o saldo for negativo, a importância correspondente ao *deficit* será levada a débito do Fundo de Previsão.

§ 2º Se o Fundo de Previsão não tiver recursos para suportar o *deficit*, a diferença entre o saldo negativo e o montante das disponibilidades daquele Fundo, na data da avaliação, correrá por conta do Fundo de Estabilização da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Art. 14. As cooperativas, em suas operações de seguro agrícola e pecuário, gozarão de total isenção de quaisquer tributos.

Parágrafo único. São ainda asseguradas aos associados das cooperativas de seguro agrícola e pecuário redução nas taxas de juros dos empréstimos que lhes forem concedidos por institutos oficiais, assistência financeira para aquisição de sementes selecionadas, adubos, máquinas e implementos agrícolas e assistência técnica efetiva na parte agrônômica e veterinária.

Art. 15. Os lavradores e criadores, que não se organizarem em cooperativas de seguro agrícola, terão suas lavouras e rebanhos cobertos diretamente pela Companhia Nacional de Seguro Agrícola ou por uma das sociedades privadas autorizadas a operar no ramo.

Art. 16. Os estabelecimentos bancários da União, ou em que esta for acionista preponderante, que concedam ou venham a conceder financiamentos à agricultura e à pecuária, deverão promover, concomitantemente e automaticamente, os contratos de financiamento e de seguro agrícola.

§ 1º O seguro ficará limitado ao valor do financiamento, sendo obrigatória a instituição do banco financiador como beneficiário do seguro até a concorrência de seu crédito.

§ 2º Para o fim do disposto neste artigo, os estabelecimentos bancários firmarão acordos ou convênios com a Companhia Nacional de Seguro Agrícola, obrigando-se a financiar os prêmios de seguro, que serão incorporados como despesa de custeio aos respectivos contratos de mútuo.

§ 3º Nos convênios, a que se refere o parágrafo anterior, poder-se-á estabelecer, também, que os órgãos financiadores ficarão incumbidos, mediante indenização adequada, das inspeções prévias e verificação de sinistros, caso não possa fazê-lo, diretamente, a Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

§ 4º Os bancos a que se refere este artigo deverão enviar à Companhia Nacional de Seguro Agrícola, mensalmente, um resumo dos financiamentos concedidos, como subsídio para os estudos que deverão ser promovidos, para a implantação ou o aperfeiçoamento do seguro respectivo.

§ 5º O excesso de investimento, aplicado na atividade agropecuária e que

ultrapassar o valor do financiamento concedido, poderá ser motivo da emissão de apólice complementar de seguro agrícola, no resguardo do interesse do segurado.

Art. 17. Continua em vigor a legislação sobre seguro agrário, na parte em que não colidir com as normas gerais estabelecidas nesta Lei.

Art. 18. A Companhia Nacional de Seguro Agrícola gozará de isenção tributária ampla e irrestrita de quaisquer impostos, taxas e emolumentos federais, inclusive da selo federal exigível em apólices, papéis e documentos em que ela seja parte ou interveniente.

Art. 19. A Companhia Nacional de Seguro Agrícola ficará sob a jurisdição do Ministério da Agricultura.

Art. 20. Dentro do prazo máximo de 90 dias, a partir da integralização efetiva do aumento de capital a que se refere o art. 1º desta Lei, serão liquidados os sinistros pendentes da Companhia Nacional de Seguro Agrícola que não forem objeto de contestação.

Art. 21. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, os seguintes créditos especiais:

- I — Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros) para atender à participação do Tesouro Nacional na subscrição do aumento de capital da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, prevista no art. 1º;
- II — Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) destinados a completar o Fundo de Estabilidade do Seguro Agrário, na forma do parágrafo único do art. 2º;
- III — Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) visando à integralização do Fundo de Estabilização da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, conforme dispõe o art. 3º.

Parágrafo único. O saldo, se houver, da dotação prevista no inciso I deste artigo, será debitado no Fundo de Estabilização da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Art. 22. Esta Lei será regulamentada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Ficam expressamente revogados os arts 3º, 4º, 14 e 15 da Lei

nº 2.168, de 11 de janeiro de 1954, com seus respectivos parágrafos, e demais disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Hugo de Almeida Leme

LEI Nº 4.431 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1964

Retifica, sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1964.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É feita, sem ônus, a seguinte retificação da Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1964.

Anexo 4 — Poder Executivo.

Subanexo 4.23 — Ministério da Viação e Obras Públicas.

Consignação 2.9.00 — Transferências Econômicas.

Subconsignação 2.9.37.

2) Para estudos, projetos, construção, pavimentação, conservação, desapropriação de imóveis e obras de acesso, inclusive indenização ao DNER, nas seguintes rodovias do Plano Rodoviário Nacional;

Onde se lê:

"12 — BR-12 (Natal — Batalhão, Arcoverde, Petrolândia — Salvador.

1) Trecho do Rio Grande do Norte (Acari — Jardim do Seridó — Caicó) — a cargo do Batalhão Rodoviário — 900.000.000"

Leia-se:

"12 — BR-12 (Natal — Batalhão — Arcoverde — Petrolândia — Salvador).

1) Trecho do Estado do Rio Grande do Norte, inclusive Acari, Jardim

de Seridó, Caicó, a cargo do Batalhão Rodoviário — 900.000.000".

Ministério da Agricultura,
Subvenções ordinárias.

Goiás

Onde se lê:

"Associação Rural de Itameri 300.000",

Leia-se:

"Associação Rural de Ipameri 300.000".

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Hugo de Almeida Leme

LEI Nº 4.432 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1964

Isenta do imposto de importação equipamento adquirido pela Rádio Bandeirantes S. A., com sede em São Paulo — S. P.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante das licenças ns.: DG-63-6163-1204 e DG-63-6164-1205, emitidas pela Carteira do Comércio Exterior, importado pela Rádio Bandeirantes S. A., com sede na Capital de São Paulo.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.433 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 51.572.600,00, para atender às despesas que especifica.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 51.572.600,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e setenta e dois mil e seiscentos cruzeiros) destinado ao pagamento dos servidores da Escola Técnica Nacional, do Ministério da Educação e Cultura, relativo ao período decorrido entre a data da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e a da publicação da respectiva relação nominal, em 11 de dezembro de 1963.

Parágrafo único. O crédito especial, de que trata o presente artigo, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Flávio Lacerda

LEI Nº 4.434 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Presidência da

República, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para atender às despesas do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), órgão subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República, durante o segundo semestre de 1964.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.435 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1964

Autoriza ao Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 405.400.000,00 (quatrocentos e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), para fins que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 405.400.000,00 (quatrocentos e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias vigentes (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963):

Verba 1.0.00 — Custeio — Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil — Subconsignação 1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas — Itens 01 — Vencimentos — 5.02 — Tribunal Federal de Recursos Cr\$ 323.700.000,00 — 11 — Gratificação Adicional por tempo de serviço — 5.02 — Tribunal Federal de Recursos Cr\$ 66.500.000,00.

Verba 1.0.00 — Custeio — Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil — Sub-

consignação 1.1.05 — Substituições — 5.02 — Tribunal Federal de Recursos Cr\$ 15.230.000,00.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.436 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito suplementar de Cr\$ 226.131.375,40 (duzentos e vinte e seis milhões, cento e trinta e um mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito suplementar de Cr\$ 226.131.375,40 (duzentos e vinte e seis milhões, cento e trinta e um mil, trezentos e setenta e cinco cru-

zeiros e quarenta centavos), em reforço à dotação do Orçamento vigente (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963), com a seguinte discriminação:

Poder Judiciário — Anexo 5

04 — Justiça Eleitoral

01 — Tribunal Superior Eleitoral

Verba — 1.1.00 — Custeio

Consg. — 1.1.00 — Pessoal

Subconsignação — 1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas:

Cr\$

01 — Vencimentos . . .	163.527.477,70
05 — Salário - família	444.000,00
11 — Grat. Adicional por tempo de serviço	62.159.897,70

TOTAL . . . 226.131.375,40

Art. 2º O referido crédito será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, dispensadas as formalidades do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Milton Soares Campos

(*) LEI Nº 4.437 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1964

Isenta do imposto de importação e de consumo equipamento de onda portadora

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para equipamento de onda portadora, seus acessórios e materiais destinados à instalação pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara (CETEL), de 45 (quarenta e cinco) sistemas de 24 (vinte e quatro) canais, no valor CIF US\$ 671.594,92 (seiscentos e setenta e um mil, quinhentos e noventa e quatro dólares e noventa e dois cents), conforme relação anexa a esta lei.

(*) Republica-se a Lei por não ter sido obedecida a ordem do original na publicação dos Quadros.

Parágrafo único. A inserção compreende a importação efetuada diretamente pela beneficiária ou por intermédio da empresa fornecedora do material não abrangendo o material com similar nacional registrado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

EQUIPAMENTO DE ONDA PORTADORA A SER IMPORTADO
PELA CETEL.

ITEM — DESCRIÇÃO	Quantidade	Unitário	Total US\$ CIF Santos
1. Nº 26.592 Armação externa para repetidores	38	186.25	7.077.50
2. Nº 26.593-00 — Armação protetora contra raios solares para os repetidores	38	36.21	1.375.98
3. Oscilógrafo Textronix nº 310-A	1	715.00	715.00
4. Voltímetro Eletrônico Hewlett Packard 410-C	1	371.00	371.00
5. Ponte de provas A.C. Hewlett Packard 11.036-A — Optional C. L.	1	116.00	116.00
6. Unidade de Provas portátil Hewlett Packard 3.550-A	2	1.049.00	2.098.00
7. Voltímetro Sierra 125-B	1	948.00	948.00
8. Medidor de Ruído WE-3-A	2	763.00	1.526.00
9. Megahmetro Industrial Instrumentos L-44	2	228.00	456.00
10. Ponte de desequilíbrio de capacidade, Siemens Ré, 3R.313	1	1.025.00	1.025.00
11. Decada de Capacidade Siemens 3.B.51	1	355.00	355.00
12. Ponte de Wheatstone Siemens ..	1	143.00	143.00
13. Oscilador Portátil Hewlett Packard 234-B	1	334.00	334.00
14. Oscilador com botões (Push Button) Hewlett Packard nº 241-A ..	1	451.00	451.00
15. Localizador de defeitos Sierra número 370-A	1	1.500.00	1.500.00
T o t a l US\$			18.491.48

ITEM — DESCRIÇÃO	Quantidade	Unitário	Total US\$ CIF Santos
1. Nº 38.001-07 — Prateleira com equipamento fornecedor de onda portadora de filtros para 96 canais	4	517.35	2.069.40
2. Nº 38.001-01 — Terminal "ESTE" para 24 canais	8	4.091.30	32.730.40
3. 38.001-02 — Terminal "OESTE" para 24 canais	8	4.091.30	32.730.40
4. Nº 26.562-00 — Equipamento de sinalização Saída	192	72.43	13.906.56
5. Nº 26.563-00 — Equipamento de sinalização Entrada	192	72.43	13.906.56
6. Nº 526-A — Armação e fiação para 96 canais	4	248.33	993.32
T o t a l US\$			96.336.64

ITEM — DESCRIÇÃO	Quantidade	Unitário	Santos Total U.S.\$ CIF
1. Nº 38.001-7 — Prateleira com equipamento fornecedor de onda portadora e filtros para 96 canais	4	517.35	2.069.40
2. Nº 38.001-01 — Terminal "ESTE" para 24 canais	8	4.091.30	32.730.40
3. Nº 38.001-02 — Terminal "OESTE" para 24 canais	8	4.091.30	32.730.40
4. Nº 26.562-00 — Equipamento de Sinalização Saída	192	72.43	13.906.56
5. Nº 26.563-00 — Equipamento de Sinalização Entrada	192	72.43	13.906.56
6. Nº 526-A — Armação com fiação para 96 canais	4	248.33	993.32
7. Nº 26.592-06 — Armação externa para Repetidores	46	186.25	8.567.50
8. Nº 26.593-00 — Armação protetora — contra os raios do sol p. os repetidores	46	36.21	1.665.66
9. Nº 26.597-00] Conjunto	2	465.62	931.24
Nº 26.598-00] de	2	258.68	517.36
Nº 26.601-00] Aparelhos	2	61.05	122.10
Nº 26.602-00] de	2	26.91	53.82
Nº 26.603-00] teste	2	30.00	60.00
Nº 630 N A]	2	85.88	171.76

ITEM -- DESCRIÇÃO	Quantidade	Unitário	Total U.S.\$ CIF Santos
10. Nº 26.589-01 — Repetidores não Reguláveis E-W			
11. Nº 26.589-02 — Repetidores não Reguláveis W-E	30	93.12	2.793.60
12. Nº 26.590-01 — Repetidores Reguláveis E-W	30	93.12	2.793.60
13. Nº 26.590-02 — Repetidores Reguláveis W-E	13	103.47	1.345.11
14. Nº 26.591-01 — Repetidores Alto ganho — E-W	13	103.47	1.345.11
15. Nº 26.591-02 — Repetidores Alto ganho — W-E	6	113.82	682.92
	6	113.82	682.92
Total U. S. \$			118.069.34

ITEM -- DESCRIÇÃO	Quantidade	Unitário	Total U.S.\$ CIF Santos
1. Nº 38.001-07 — Prateleira com equipamento fornecedor de onda portadora e filtros para 96 canais	4	517.35	2.069.40
2. Nº 38.001-01 — Terminal "ESTE" para 24 canais	8	4.091.30	32.730.40
3. Nº 38.001-02 — Terminal "OESTE" para 24 canais	8	4.091.30	32.730.40
4. Nº 26.562-00 — Equipamento de sinalização Saída	192	72.43	13.906.56
5. Nº 26.563-00 — Equipamento de sinalização Entrada	192	72.43	13.906.56
6. Nº 526-A — Armação com Fiação para 96 canais	4	248.33	993.32
7. Nº 26.597-00 } Conjunto	4	465.62	1.862.48
Nº 26.598-00 } de	4	258.68	1.034.72
Nº 26.601-00 } Instrumentos	4	61.05	244.20
Nº 26.602-00 } de	4	26.91	107.64
Nº 26.603-00 } teste	4	30.00	120.00
Nº 630 NA }	4	85.88	343.52
8. Nº 26.589-01 — Repetidores não reguláveis E-W	50	93.12	4.656.00

9. Nº 26.589-02 — Repetidores não reguláveis W-E	50	93.12	4.656.00
10. Nº 26.590-01 — Repetidores Reguláveis E-W	25	103.47	2.586.75
11. Nº 26.590-02 — Repetidores reguláveis W-E	25	103.47	2.586.75
12. Nº 26.591-01 — Repetidores de Alto Ganho E-W	15	113.82	1.707.30
13. Nº 26.591-02 — Repetidores de Alto Ganho W-E	15	113.82	1.707.30
Total US\$			117.949.30

ITEM — DESCRIÇÃO	Quantidade	Unitário	Total US\$ CIF Santos
1. Nº 38.001-07 — Prateleira com equipamento fornecedor de onda portadora e filtros para 96 canais	6	517.35	3.104.10
2. Nº 38.001-01 — Terminal "ESTE" para 24 canais	5	4.091.30	20.456.50
3. Nº 38.001-02 — Terminal "OESTE" para 24 canais	5	4.091.30	20.456.50
4. Nº 26.562-00 — Equipamento de sinalização Saída	120	72.43	8.691.60
5. Nº 26.563-00 — Equipamento de sinalização Entrada	120	72.43	8.691.60
6. Nº 526-A — Armação com Fiação para 96 canais	6	248.33	1.489.98
7. Nº 26.589-01 — Repetidores não reguláveis E-W	148	93.12	13.781.76
8. Nº 26.589-02 — Repetidores não reguláveis W-E	148	93.12	13.781.76
9. Nº 26.590-01 — Repetidores reguláveis E-W	61	103.47	6.311.67
10. Nº 26.590-02 — Repetidores reguláveis W-E	61	103.47	6.311.67
11. Nº 26.591-01 — Repetidores de Alto ganho E-W	7	113.82	796.74
12. Nº 26.591-02 — Repetidores Alto ganho W-E	7	113.82	796.74
Total US\$			104.670.62

ITEM — DESCRIÇÃO	Quantidade	Unitário	Total U.S.\$ CIF Santos
1. Nº 38.001-07 — Prateleira com equipamento fornecedor de onda portadora e filtros para 96 canais	4	517.35	2.069.40
2. Nº 38.001-01 — Terminal "ESTE" para 24 canais	8	4.091.30	32.730.40
3. Nº 38.001-02 — Terminal "OESTE" para 24 canais	8	4.091.30	32.730.40
4. Nº 26.562-00 — Equipamento de sinalização Saída	192	72.43	13.906.56
5. 26.563-00 — Equipamento de sinalização Entrada	192	72.43	13.906.56
6. Nº 526-A — Armação com fiação para 96 canais	4	243.33	993.32
Total US\$			96.336.64

ITEM — DESCRIÇÃO	Quantidade	Unitário	Total US\$ CIF Santos
1. Nº 38.001-07 — Prateleira com equipamento fornecedor de onda portadora e filtros para 96 canais	4	517.35	2.069.40
2. Nº 38.001-01 — Terminal "ESTE" para 24 canais	8	4.091.30	32.730.40
3. Nº 38.001-02 — Terminal "OESTE" para 24 canais	8	4.091.30	32.730.40
4. Nº 26.562-00 — Equipamento de sinalização Saída	192	72.43	13.906.56
5. Nº 26.563-00 — Equipamento de sinalização Entrada	192	72.43	13.906.56
6. 526-A — Armação com fiação para 96 canais	4	243.33	993.32
7. Nº 26.589-01 — Repetidores não reguláveis E-W	76	93.12	7.077.12
8. Nº 26.589-02 — Repetidores não reguláveis W-E	76	93.12	7.077.12
9. Nº 26.590-01 — Repetidores reguláveis E-W	26	103.47	2.690.22
10. Nº 26.590-02 — Repetidores reguláveis W-E	26	103.47	2.690.22
11. Nº 26.591-01 — Repetidores de Alto Ganho E-W	17	113.82	1.934.94
12. Nº 26.591-02 — Repetidores de Alto Ganho W-E	17	113.82	1.934.94
Total US\$			119.740.90

LEI Nº 4.438 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com o funcionamento da Comissão Geral de Investigações.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros) destinado a atender às despesas de qualquer natu-

reza com o funcionamento da Comissão Geral de Investigações criada pelo Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, observado o disposto no artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º O crédito aberto por esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1964; 143ª da Independência e 76ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.439 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1964

Fixa os vencimentos de Magistrados, membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os vencimentos dos Magistrados, dos Membros dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, são fixados nos Anexos I a VI desta lei, observados os princípios da hierarquia funcional.

§ 1º Os vencimentos dos Juizes, Procuradores, Adjuntos de Procuradores e Advogados de Ofício do Tribunal Marítimo, dos Membros do Conselho Nacional de Economia, dos Procuradores das Autarquias, da Prefeitura do Distrito Federal, bem como da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e da Fundação Brasil Central (arts. 40 e 42 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963), são fixados nos Anexos VII a IX desta lei.

§ 2º A partir da vigência desta lei, cessarão pagamentos de abonos, reajustes e aumentos de vencimentos decorrentes da execução das Leis ns. 3.531, de 19 de janeiro de 1959; 3.780, de 12 de julho de 1960; 3.326, de 23 de novembro de 1960; 4.069, de 11 de junho de 1962 e 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 2º Aos servidores amparados por esta lei fica assegurada uma gratificação adicional por tempo de serviço, na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de efetivo exercício, até 7 (sete) quinquênios (Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, art. 10 e parágrafos).

Parágrafo único. Fica revogado o art. 12 da Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, e proibida a percepção de quaisquer outras gratificações por tempo de serviço, além da estipulada neste artigo, seja qual for o seu título ou denominação.

Art. 3º Os servidores a que alude esta lei fazem jus à percepção de salário-família, na conformidade das normas e valores estatuídos para o funcionalismo público.

Art. 4º As diárias previstas na Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, pelo efetivo exercício em Brasília, Distrito Federal, serão calculadas sobre os vencimentos anteriores a esta lei, deduzidas as parcelas absorvidas.

§ 1º Consideram-se vencimentos, para os efeitos deste artigo, os fixados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, acrescidos exclusivamente dos abonos, reajustes e aumentos de que tratam as Leis nºs. 3.531, de 19 de janeiro de 1959 (art. 2º, alínea n), 3.826, de 23 de novembro de 1960 (artigos 6º ou 7º e 9º) e 4.069, de 11 de junho de 1962 (arts. 6º, § 1º e 14).

§ 2º O Ministério da Justiça e Negócios Interiores divulgará, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desta lei, a tabela correspondente às diárias previstas neste artigo, observado o critério indicado no parágrafo anterior.

Art. 5º Os Vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento receberão, por sessão a que comparecerem 1/30 (um trinta avos) do vencimento-base dos Juizes Presidentes das respectivas Juntas, até o máximo de 20 (vinte) sessões mensais.

Art. 6º Os Presidentes dos Tribunais e os Membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, a seguir enumerados, perceberão mensalmente, a título de representação, as seguintes gratificações:

I — Presidente do Supremo Tribunal Federal, Procurador-Geral da República e Consultor-Geral da República — Cr\$ 50.000,00;

II — Presidente do Tribunal Federal de Recursos e Subprocurador-Geral da República, Presidente do Conselho Nacional de Economia, Presidente do Superior Tribunal Militar e Procurador Geral da Justiça Militar; Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e Procurador-Geral da Justiça do Trabalho; Presidente e Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União; Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Procurador-Geral da mesma Justiça; Presidente e Procurador Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral — Cr\$ 35.000,00;

III — Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Tribunais Regionais do Trabalho — Cr\$ 20.000,00.

Art. 7º Os Membros e Procuradores dos Tribunais Eleitorais perceberão uma gratificação por sessão a que comparecerem, até o máximo de 15 (quinze) por mês, nas seguintes bases:

a) Juizes do Tribunal Superior Eleitoral e Procurador Geral — Cr\$ 7.000,00;

b) Juizes e Procuradores dos Tribunais Regionais — Cr\$ 6.000,00.

Art. 8º A União pagará aos Magistrados e Membros do Ministério Público do antigo Distrito Federal que, com a mudança da Capital passaram a servir no Estado da Guanabara, vencimentos e vantagens pecuniárias iguais aos fixados neste lei para os servidores de categorias correspondentes na Justiça do atual Distrito Federal, excetuadas as parcelas referentes às diárias pelo exercício em Brasília e observadas as normas contidas no § 5º do art. 97, da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, e no § 3º do art. 21 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos Magistrados e aos Membros do Ministério Público do antigo Território do Acre, observada a norma do parágrafo primeiro do art. 9º da Lei nº 4.070, de 13 de julho de 1962.

Art. 9º Os proventos dos servidores referidos nesta lei, que se encontram na inatividade, serão reajustados, de acordo com os valores e critérios ora estabelecidos.

Art. 10. Em nenhuma hipótese poderão ser pagos vencimentos e vantagens superiores aos fixados nesta lei.

§ 1º As decisões dos Tribunais em processos administrativos, que importem elevação de vencimentos e vantagens, não obrigam o Tesouro Nacional a efetuar o pagamento resultante da decisão.

§ 2º O funcionário ou autoridade que requisitar ou autorizar adiantamento à conta de crédito orçamentário ou adicional para atender o pagamento de despesa decorrente da decisão declaratória administrativa contrária ao disposto neste artigo, incidirá nas sanções do art. 315 do Código Penal além da devolução da quantia paga e demais cominações legais.

Art. 11. As disposições legais relativas à majoração de vencimentos do funcionalismo público em geral somente se aplicarão aos servidores abrangidos por esta lei se a eles expressamente se referirem.

Art. 12. Excetuados os casos de acumulação constitucional, os Magistrados e servidores públicos civis e militares não poderão auferir no País, mensalmente, dos cofres públicos à conta de quaisquer rendas ou taxas, mesmo participação em multa, importância total superior aos vencimentos fixados para os Ministros de Estado.

§ 1º Ficam excluídas do limite acima estipulado somente as seguintes vantagens:

- a) salário família;
- b) gratificação adicional por tempo de serviço, ... (VERANO);
- c) diárias (art. 135 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952);
- d) ajuda de custo; e
- e) gratificações previstas nos arts. 6º e 7º desta lei.

§ 2º Dentre as vantagens excluídas do limite fixado neste artigo, constantes do parágrafo anterior incluem-se, para os Membros da Magistratura e do Tribunal de Contas da União, as diárias pelo efetivo exercício em Brasília, observado o disposto no parágrafo único do art. 6º da Emenda Constitucional nº 3, de 1961.

§ 3º O limite fixado neste artigo, no que se refere à participação em multas, deve ser considerado anualmente.

§ 4º É revogado o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, ficando, estretanto, os Procuradores da República e os Procuradores da Fazenda Nacional, sujeitos ao teto estabelecido neste artigo.

Art. 13. Os Membros dos Tribunais Regionais do Trabalho terão a denominação de juízes, vedado o uso do título de Desembargador, que é privativo dos integrantes dos Tribunais de Justiça dos Estados.

Art. 14. A Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, não se aplica aos Membros da Magistratura, do Ministério Público Federal, do Serviço Jurídico da União, e demais funcionários de que trata esta lei, salvo quanto às normas constantes dos dispositivos a seguir indicados, no que couber:

§§ 1º, 2º e 5º do art. 1º;

§§ 2º e 3º do art. 2º;

Art. 6º, letra b, tens I, II e III, e parágrafo único;

Art. 10 e seus parágrafos;

Art. 14 e seus parágrafos, quanto aos Membros do Serviço Jurídico da União, lotados em Repartições do Ministério da Fazenda;

Art. 15 e respectivos itens e parágrafos;

Art. 16 e parágrafos;

Art. 17 e parágrafo único.

§ 2º do art. 22;

Art. 23 e seu parágrafo único;

Art. 29;

Art. 36.

Art. 15. Em cada Ministério e no Departamento Administrativo do Serviço Público haverá uma Consultoria Jurídica, chefiada por um Consultor Jurídico.

§ 1º Existindo um só cargo de provimento efetivo, quando vagar, será automaticamente transformado em cargo de provimento em comissão.

§ 2º Na hipótese de haver, atualmente, mais de um cargo de provimento efetivo de Consultor-Jurídico, serão automaticamente extintos os vagos ou que se vagarem, exceto o último que vagar, ao qual se aplicará a norma do parágrafo anterior.

§ 3º Nos demais órgãos da administração direta ... (VETADO) ... em que houver cargos de Consultor Jurídico, serão estes extintos quando vagarem.

§ 4º No Ministério da Fazenda, o órgão de consulta jurídica continuará sendo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mantidas as disposições da Lei n.º 2.642, de 9 de novembro de 1955.

Art. 16. As Procuradorias dos órgãos autárquicos serão chefiadas por um Procurador-Geral, mantido o caráter de cargo de provimento em comissão.

§ 1º O cargo de Consultor-Jurídico do Conselho Nacional de Pesquisas, quando vagar, ficará transformado em cargo de provimento em comissão de Procurador-Geral.

§ 2º (VETADO).

Art. 17. Os Tribunais Federais integrantes do Poder Judiciário e os Tribunais de Contas remeterão ao Poder Competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, proposta de aumento de vencimentos dos servidores de suas Secretarias.

§ 1º As propostas far-se-ão acompanhar dos quadros dos servidores, especificando-se os vencimentos e vantagens que estiverem percebendo.

§ 2º Nenhum pagamento será efetuado pelo Tesouro Nacional, que se refira a alteração de vencimentos e vantagens, sem que tenham sido concedidos por lei especial e sejam correspondentes a cargos regularmente criados por lei.

Art. 18. (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

Art. 19. O cargo de Assessor Jurídico, que figura entre os Membros do Serviço Jurídico da União, indicado no item III, do art. 14, da Lei n.º 3.414, de 20 de junho de 1958, passa a denominar-se de Assistente-Jurídico, mantendo-se as mesmas condições de igualdade estabelecidas na referida lei.

Art. 20. (VETADO).

Art. 21. As percentagens devidas aos Procuradores da República, aos Procuradores da Fazenda Nacional ... (VETADO) ... Promotores Públicos, pela cobrança judicial da dívida ativa da União, passarão a ser pagas pelo executado.

§ 1º No Distrito Federal e nos Estados da Guanabara e São Paulo a percentagem será de 1% para cada Procurador, não podendo exceder o limite de 10% por categoria. Nos demais Estados a percentagem será de 6% para os Procuradores da República e 6% para os Procuradores da Fazenda Nacional.

§ 2º O total das percentagens estabelecidas no parágrafo anterior será dividido, em quotas iguais, entre os Procuradores da República ou Procuradores da Fazenda Nacional com exercício no Distrito Federal ou Estados, onde se processar a execução.

§ 3º (VETADO).

§ 4º Os Promotores Públicos farão jus a percentagem de 6% pela cobrança judicial da dívida ativa da União ... (VETADO) ... nas comarcas do interior dos Estados.

§ 5º Em nenhuma hipótese, a percentagem será paga aos Procuradores ou Promotores, antes do recolhimento, aos cofres públicos, da dívida objeto da execução.

Art. 22. E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros) para atender aos encargos resultantes da aplicação desta lei, o qual depois de registrado pelo Tribunal de Contas, será distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo, quanto ... (VETADO) ... vantagens financeiras, a 1º de junho de 1964, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

	Vencimento mensal Cr\$
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
1) Ministro do Supremo Tribunal Federal	840.000,00
TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS	
1) Ministro do Tribunal Federal de Recursos	710.000,00
JUSTIÇA MILITAR	
1) Ministro do Superior Tribunal Militar	710.000,00
2) Auditor-Corregedor	590.000,00
3) Auditor de 2ª Entrância	530.000,00
4) Auditor de 1ª Entrância	450.000,00
JUSTIÇA DO TRABALHO	
1) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho	710.000,00
2) Juiz dos Tribunais Regionais	670.000,00
3) Juiz-Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento	530.000,00
4) Juiz-Presidente Substituto	450.000,00

ANEXO II

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	
1) Ministro do Tribunal de Contas da União	710.000,00
2) Auditor junto ao Tribunal de Contas da União	530.000,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	
1) Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal ...	670.000,00
2) Auditor junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal	500.000,00

ANEXO III

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

1) Desembargador	670.000,00
2) Juiz de Direito	530.000,00
3) Juiz Substituto e Juiz do Registro Civil	450.000,00
4) Auditor da Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros	500.000,00

A N E X O IV

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL JUNTO A JUSTIÇA
COMUM

1) Procurador Geral da República	840.000,00
2) Subprocurador Geral da República	(VETADO)
3) Procurador da República de 1ª Categoria	450.000,00
4) Procurador da República de 2ª Categoria	380.000,00
5) Procurador da República de 3ª Categoria	320.000,00
6) Procurador Adjunto	270.000,00

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL JUNTO A JUSTIÇA
MILITAR

1) Procurador-Geral da Justiça Militar	710.000,00
2) Subprocurador-Geral	(VETADO)
3) Promotor de 1ª Categoria	(VETADO)
4) Promotor de 2ª Categoria	(VETADO)
5) Promotor de 3ª Categoria	(VETADO)
6) Advogado de Officio de 2ª Entrância	(VETADO)
7) Advogado de Officio de 1ª Entrância	(VETADO)

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL JUNTO A JUSTIÇA
DO TRABALHO

1) Procurador Geral da Justiça do Trabalho	710.000,00
2) Procurador do Trabalho de 1ª Categoria	(VETADO)
3) Procurador do Trabalho de 2ª Categoria	(VETADO)
4) Procurador Adjunto	(VETADO)

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL JUNTO AO TRIBUNAL
DE CONTAS DA UNIÃO

1) Procurador Geral	710.000,00
2) Adjunto de Procurador	(VETADO)

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL JUNTO AO TRIBUNAL
DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

1) Procurador-Geral	670.000,00
2) Procurador Adjunto	(VETADO)

A N E X O V

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL JUNTO A JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS

1) Procurador-geral da Justiça	(VETADO)
2) Procurador	(VETADO)
3) Curador	(VETADO)
4) Promotor Público	(VETADO)
5) Promotor Substituto	(VETADO)
6) Defensor Público	(VETADO)
7) Promotor junto à Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros	380.000,00
8) Advogado de Officio junto à Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros	350.000,00

A N E X O VI

SERVIÇO JURÍDICO DA UNIÃO

1) Consultor-Geral da República	840.000,00
2) Consultor Jurídico e Procurador Geral da Fazenda Nacional	(VETADO)

3) Procurador da Fazenda Nacional de 1.ª Categoria	450.000,00
4) Procurador da Fazenda Nacional de 2.ª Categoria	380.000,00
5) Procurador da Fazenda Nacional de 3.ª Categoria	320.000,00
6) Assistente Jurídico e Procurador do Ministério da Fazenda	450.000,00
7) Assessor de Direito Aeronáutico e Auditor da Fazenda Nacional	380.000,00

A N E X O VII

TRIBUNAL MARÍTIMO

1) Juiz	530.000,00
2) Procurador	450.000,00
3) Adjunto de Procurador	380.000,00
4) Advogado de Offício	350.000,00

A N E X O VIII

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

1) Membro	710.000,00
-----------------	------------

A N E X O IX

SERVIÇO JURÍDICO DAS AUTARQUIAS, DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (ART. 40 DA LEI Nº 4.242, DE 1963) E DA FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL (ART. 42, DA LEI Nº 4.242, DE 1963).

1) Procurador-Geral	540.000,00
2) Procurador de 1.ª Categoria	450.000,00
3) Procurador de 2.ª Categoria	380.000,00
4) Procurador de 3.ª Categoria	320.000,00

Brasília, em 27 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Ernesto de Mello Baptista

Arthur da Costa e Silva

Vasco da Cunha

Octavio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

Hugo de Almeida Leme

Flávio Suplicy de Lacerda

Arnaldo Sussekund

Nelson Lavenère Wanderley

Raymundo de Brito

Daniel Faraco

Mauro Thibau

Sebastião de Sant'Anna e Silva

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.440 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1964

Institui o Salário-Educação e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' instituído o salário-educação devido pelas empresas vinculadas à Previdência Social, representado pela importância correspondente

ao custo do ensino primário dos filhos dos seus empregados em idade de escolarização obrigatória e destinado a suplementar as despesas públicas com a educação elementar.

Art. 2º O custo atuarial do ensino primário, para os efeitos do artigo 1º desta lei, será calculado sob a forma de quota percentual, com base no salário-mínimo local, arredondado este para múltiplo de mil seguinte.

Art. 3º O salário-educação será estipulado pelo sistema de compensação do custo atuarial, cabendo a todas as empresas recolher, para esse fim, ao Instituto ou Instituições de Aposentadoria e Pensões a que estiverem vinculadas, em relação a cada empregado, qualquer que seja o seu estado civil e o número de seus filhos, a contribuição que for fixada em correspondência com o valor da quota percentual referida no art. 2º.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo corresponderá à percentagem incidente sobre o valor do salário-mínimo multiplicado pelo número total de empregados da empresa, observados os mesmos prazos de recolhimento, sanções administrativas e penais e demais dados estabelecidos com relação às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social.

§ 2º O salário-educação não tem caráter remuneratório na relação de emprego e não se vincula, para nenhum efeito, ao salário ou à remuneração percebida pelos empregados das empresas compreendidas por esta Lei.

§ 3º É vedado aos Institutos de Aposentadoria e Pensões receber das empresas quaisquer contribuições relativas à Previdência Social, que, ressalvado o disposto nos arts. 5º e 6º, não incluam as parcelas que forem devidas nos termos desta Lei.

Art. 4º As contribuições recolhidas nos Estados, no Distrito Federal, e nos Territórios, deduzida a parcela de meio por cento relativa às despesas de arrecadação, serão depositadas dentro de sessenta (60) dias, sob pena de responsabilidade civil e penal, pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões no Banco do Brasil S. A. em duas contas distintas:

a) 50% a crédito do Fundo Estadual de Ensino Primário ou, na inexistência deste, em conta vinculada ao "desenvolvimento do ensino primário", a crédito do respectivo governo, para aplicação no próprio Estado, de conformidade com o § 1º deste artigo;

b) 50% em conta vinculada ao Fundo Nacional do Ensino Primário, como reforço de seus recursos e para aplicação em todo o território nacional, na conformidade e segundo os mesmos critérios de distribuição estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação (§ 2º do art. 92 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), o qual levará em conta sobretudo a razão direta dos índices de analfabetismo.

§ 1º Os recursos de que trata a letra a deste artigo serão aplicados nos Estados, e no Distrito Federal, de acordo com planos estabelecidos pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação, e no Territórios, de conformidade com os critérios que forem fixados pelo Conselho Federal de Educação.

§ 2º Durante os três primeiros anos de vigência desta Lei, 40%, 50% e 60%, respectivamente, dos recursos do salário-educação serão obrigatoriamente aplicados em despesas de custeio e o restante em construções e equipamento de salas de aula. Nos anos seguintes, a percentagem atribuída a construções e equipamento será fixada pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 5º Ficarão isentos do recolhimento da contribuição de que trata o art. 3º:

a) as empresas que, com mais de cem (100) empregados, mantiverem serviço próprio de ensino primário (art. 168, III, da Constituição Federal) ou que instituírem, inclusive mediante convênio, sistema de bolsas de estudo no mesmo grau de ensino; um e outro, em termos julgados satisfatórios por ato da administração estadual do ensino, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, na forma da regulamentação desta lei;

b) as instituições de ensino e educação, de qualquer tipo ou grau, bem assim os hospitais e demais organizações de assistência que não tenham fins lucrativos.

Parágrafo único. A isenção de que trata a letra *a* deste artigo, concedida pelo prazo de um ano, será renovada mediante comprovação da regularidade das providências realizadas, dos resultados obtidos e das despesas efetivamente feitas em importância não inferior às contribuições que seriam devidas na forma do art. 3º.

Art. 6º (VETADO).

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 7º Com o recolhimento do salário-educação, instituído por esta Lei, ou por ato de autoridade competente da administração estadual do ensino, baixado nos termos do art. 5º, considerar-se-á atendido pela empresa em relação aos filhos de seus empregados, o estatuído no art. 168, nº III, da Constituição Federal.

Parágrafo único. O disposto no art. 168, nº III, da Constituição Federal, será cumprido pelas empresas em relação aos seus próprios servidores, na forma da Legislação Estadual.

Art. 8º Ficará assim fixados, pelo período de três anos, as idades e os valores relativos a esta Lei:

I — 7 a 11 anos de idade a escolarização obrigatória, a que se refere o art. 1º;

II — Sete por cento do salário-mínimo para a quota percentual referida no art. 2º;

III — Dois por cento para a contribuição devida pelas empresas nos termos do art. 3º, § 1º.

§ 1º Se, findo o período previsto neste artigo, não forem, por decreto do Governo Federal, revistas as idades e valores nele fixados, estes continuarão em vigor até novo decreto.

§ 2º A qualquer alteração das idades ou das porcentagens referidas nos incisos I, II e III deste artigo, deverá corresponder proporcionalmente as das outras, a fim de que seja assegurado o equilíbrio do sistema de custeio.

Art. 9º O Ministério da Educação e Cultura fiscalizará a aplicação de todos os recursos provenientes do salário-educação, de conformidade com as instruções que forem baixadas para esse fim e nos termos dos convênios gerais que deverão ser firmados com os governos estaduais.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor a partir do mês que se seguir ao decurso de trinta dias, contados da data de sua publicação.

Parágrafo único. Dentro do prazo estabelecido neste artigo, o Poder Executivo expedirá o regulamento desta lei.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Simey de Lacerda

Arnaldo Sussekund

LEI Nº 4.441 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1964

Altera o art. 14 da Lei nº 3.750, de 11 de abril de 1960, que autoriza o Poder Executivo a transformar em Fundação o Serviço Especial de Saúde Pública e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 3.750, de 11 de abril de 1960, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Será consignada, anualmente, no Orçamento Geral da União, em favor da Fundação, uma dotação correspondente a

valor nunca inferior a 15 bilhões de cruzeiros aos preços de 1964.

§ 1º Na fixação da dotação mínima prevista neste artigo, para 1965 e para os anos subsequentes, serão aplicados, anualmente, corretivos de desvalorização da moeda e elevação do custo de vida, de acordo com os índices fornecidos pelos órgãos oficiais competentes.

§ 2º A dotação a que se refere este artigo será, pelo Ministério da Fazenda, automaticamente recolhida ao Banco do Brasil, por duodécimos, até o dia 15 de cada mês, à ordem e disposição da Fundação".

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Raymundo de Brito

LEI Nº 4.442, DE 29 DE
OUTUBRO DE 1964

Financiamento de papel para impressão de jornais, revistas e livros.

O Presidente da República.

Faço saber que sanciono a seguinte Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, caput, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

Art. 1º. É o Ministério da Fazenda autorizado a firmar Convênio com o Banco do Brasil S. A., para financiamento às empresas editoras de jornais, livros e revistas de informações, técnicas, científicas e filosóficas para as importações e aquisições no País de papel de imprensa efetuadas no período compreendido entre 1-4-62 e 1-4-64.

Art. 2º. Nenhum financiamento de papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, livros, revistas de informações, técnicas, científicas, artísticas e filosóficas, idôneas e tradicionais atualmente existentes e em circulação, poderá ser superior a 30% do custo das importações e aquisições no País.

Parágrafo único. O financiamento de que trata este artigo será concedido a requerimento dos interessados até o montante das quotas declaradas à FIBAN no período de outubro de 1960 até 1º de outubro

de 1961, deduzidas tais quotas dos aumentos que ocorrerem na produção nacional mais o que tiver sido consumido desta redução, de modo a que o total não exceda o consumo do último ano.

Art. 3º. Ficam abrangidas por esta Lei as operações já realizadas pelo Banco do Brasil S. A. em cumprimento às disposições da Resolução nº 1-62, de 23.3.62, do extinto Conselho de Ministros.

Art. 4º. Os financiamentos correspondentes às aquisições realizadas nos períodos de 1º de abril de 1962 a 31 de março de 1963 e de 1º de abril de 1963 a 31 de março de 1964, terão o prazo de vigência de 3 anos observando o regime de amortizações mensais, vencendo juros de 10% a.a.

§ 1º. Nas operações já contratadas, a que se refere o art. 3º, as amortizações mensais terão vigência a partir de janeiro de 1965;

§ 2º. Nas operações que vierem a ser contratadas, as amortizações mensais serão pactuadas a partir do 13º mês de sua contratação.

Art. 5º. Os financiamentos de que trata a presente Lei somente atingirão as importações realizadas pelas taxas do mercado livre para uso direto das empresas editoras de jornais, livros e revistas. Mecanismo semelhante será aplicado para as aquisições realizadas no País, ou importações, e vigorará para as transações ultimadas no período com-

preendido entre 1º de abril de 1962 e 1º de abril de 1964.

Art. 6º. Não serão considerados os requerimentos de interessados que pleitearem taxas especiais de câmbio ou quaisquer outros favores de preços através de recursos judiciais, administrativos ou outros.

Art. 7º. O financiamento de que trata o artigo 4º, às empresas jornalísticas e editoras para compra de papel nacional se fará contra a apresentação das duplicatas dos fabricantes ou revendedores, já quitadas.

Art. 8º. O financiamento de que trata o artigo 4º, às empresas jornalísticas e editoras para compra de papel importado se fará mediante pagamento do valor correspondente a 70% da operação de importação.

Art. 9º. Para o cálculo do financiamento previsto no art. 2º desta Lei, vigorará para os jornais a base do seu consumo no último ano, não podendo, entretanto, nenhum financiamento para um só órgão exceder do limite entre 70 a 100 milhões de cruzeiros por ano.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo será considerada como órgão, isoladamente, tanto a edição matutina, como a vespertina, se no último ano houverem funcionado separadamente.

Art. 10. Só farão jus à obtenção dos financiamentos que trata a presente Lei os pretendentes que tiverem apresentado até 1º de maio de 1964, prova cabal da quantidade de papel realmente utilizada pela empresa no período entre 1º de abril de 1962 e 1º de abril de 1964, bem como a posição dos estoques em 1º de abril de 1963 e 1º de abril de 1964, submetendo-se a quaisquer verificações porventura julgadas necessárias pelo Banco do Brasil S. A.

Parágrafo único. A não observância da presente cláusula ou a constatação de ter o beneficiário vendido a terceiros, de qualquer natureza de atividade, papel adquirido com os benefícios de que trata a presente Lei, implicará no rompimento do contrato ficando o infrator sujeito às sanções legais.

Art. 11. Não poderão ser beneficiadas com o financiamento de que trata esta Lei, as empresas jornalísticas e editoras que não tiverem a sua situação regularizada junto ao Banco do Brasil S. A. ou com qualquer estabelecimento de crédito oficial.

Art. 12. Nos contratos de financiamento, o Banco do Brasil S. A. adotará as condições de amortização e de garantia, de conformidade com seus regulamentos.

Art. 13. O Ministro da Fazenda fica autorizado a baixar instruções para a fiel execução desta lei.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.443 — DE 29 DE
OUTUBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 14.600.000,00 (quatorze milhões e seiscentos mil cruzeiros) destinado a despesas com a elaboração do anteprojeto de reforma dos Códigos Federais

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 14.600.000,00 (quatorze milhões e seiscentos mil cruzeiros) destinado a despesas com a elaboração dos anteprojetos de reforma dos Códigos Federais, dispensando as formalidades de que trata o artigo 93 do Código de Responsabilidade da União, atendido ao que dispõe o art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º. O crédito especial de que trata a presente lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1964, 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.444 — DE 29 DE
OUTUBRO DE 1964

Dá o nome de "Senador Fernandes Távora" à ponte sobre o Rio Jaguaribe, em Limoeiro do Norte, Estado do Ceará.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Terá o nome de "Senador Fernandes Távora" a ponte que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem está construindo sobre o Rio Jaguaribe em frente à Cidade de Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1964, 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juarez Távora

LEI Nº 4.445 — DE 29 DE
OUTUBRO DE 1964

Altera disposições da Lei nº 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1960.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É assim alterada a Lei número 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1960:

Subanexo 4.13 — Ministério da Educação e Cultura Adendo B
Subvenções Ordinárias

13) — Minas Gerais

Onde se lê: Ginásio São Sebastião — Matipó

Leia-se: Ginásio São João — Matipó

Adendo D

Ensino Primário

08) — Espírito Santo

Onde se lê: Sociedade Camboniana Brasileira — Nova Venécia

Leia-se: Assistência Social Camboniana — Nova Venécia

Subanexo 4.14 — Ministério da Fazenda

31 — Delegacias Fiscais

Verba 1.0.00

Consignação 1.6.00

Subconsignação 1.6.01.

Na tabela discriminativa da despesa por unidade (página 468), 1ª coluna, 02) — Alagoas,

Onde se lê: 1.800

Leia-se: 7.800

Subanexo 4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Adendo A

Assistência a Menores

08) — Espírito Santo

Onde se lê: Obras Sociais Cambonianas — Nova Venécia — 50.000

Sociedade Camboniana Brasileira — Nova Venécia — 100.000

Leia-se: Assistência Social Camboniana — Nova Venécia — 150.000

Subanexo 4.19 — Ministério da Saúde

Adendo C

Departamento Nacional da Criança

08) — Espírito Santo

Onde se lê: Sociedade Camboniana Brasileira — Nova Venécia

Leia-se: Assistência Social Camboniana — Nova Venécia

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 1960.

Brasília, 29 de outubro de 1964, 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

Flávio Lacerda

Raymundo Brito

LEI Nº 4.446, DE 29 DE OUTUBRO
DE 1964

Altera a alínea j do art. 3º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955, que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º, da Lei número 2.391, de 7 de janeiro de 1955, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II — Marinha

Art. 3º A Marinha compreende a seguinte força ativa:

a) os Officiais constantes dos efetivos fixados para o Corpo da Armada e dos demais Corpos e Quadros da Marinha-de-Guerra, inclusive os da Reserva Ativa;

b) os Capelães Militares do Serviço de Assistência Religiosa;

c) os Guardas-Marinha e Officiais da Reserva, convocados ou designados para o serviço ativo, estágio ou períodos de instrução;

d) os Guardas-Marinha da Ativa;

e) 1.500 (mil e quinhentos) alunos da Escola Naval e Colégio Naval;

f) 400 (quatrocentos) alunos dos Centros e Escolas de Instrução de Officiais da Reserva;

g) 20.300 (vinte mil e trezentos) Praças dos Quadros e especialidades do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, distribuídos pelas diversas graduações, especialidades e serviços, inclusive suboficiais;

h) 9.150 (nove mil cento e cinquenta) Praças do Quadro Suplementar do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, sendo 7.350 (sete mil trezentos e cinquenta) MNs dos Serviços Gerais de Convés e Máquinas e 1.800 (mil e oitocentos) Praças das diversas especialidades, graduações e serviços, já transferidos do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada para o referido Quadro Suplementar, em virtude de dispositivos regulamentares;

i) 4.000 (quatro mil) alunos das diversas Escolas de Aprendizizes-Marinheiros;

j) 4.050 (quatro mil e cinquenta) Taifeiros, sendo 2.800 (dois mil e oitocentos) dos quadros e especialidades do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, distribuídos pelas diversas graduações e especialidades e 1.250 (mil duzentos e cinquenta) do serviço geral de taifa do Quadro Suplementar do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, inclusive os já transferidos para esse Quadro, em virtude de dispositivos regulamentares;

k) 10.000 (dez mil) Praças do Corpo de Fuzileiros Navais, compreendendo as Companhias regionais, banda de músicos, de corneteiros e de tambores, distribuídos pelas diver-

sas especialidades e graduações, inclusive suboficiais;

l) os práticos, constantes dos respectivos corpos e quadros;

m) 1.000 (mil) conscritos para a formação da reserva do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ernesto de Mello Baptista

LEI Nº 4.447 — DE 29 DE
OUTUBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita do Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Vasco da Cunha

LEI Nº 4.448 — DE 29 DE
OUTUBRO DE 1964

*Regula as promoções de Oficiais do
Exército*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Princípios Fundamentais

Art. 1º A presente Lei estabelece os princípios, os requisitos e as condições básicas que regulam as promoções dos Oficiais do Exército, tendo em vista:

1) a seleção de valores profissionais para o desempenho de funções de Comando, Chefia e Direção e das de colaboração com estas;

2) as necessidades da Organização Militar com base nos efetivos fixados em lei;

3) o acesso gradual, sucessivo, regular e equilibrado aos postos da hierarquia militar, de modo a abrir aos oficiais, em igualdade de condições, possibilidades iguais.

Parágrafo único A promoção deve ser considerada como de interesse ou necessidade do Exército.

Art. 2º O ingresso nos Quadros de Oficiais das diversas Armas, Material Bélico e dos Serviços só é permitido no posto inicial da escala hierárquica.

Parágrafo único. É considerado posto inicial da escala hierárquica, nos Serviços de Saúde e de Veterinária, o de 1º Tenente.

Art. 3º A promoção aos diversos postos da hierarquia do Exército obedece aos princípios de antigüidade, merecimento e escolha, tendo por fundamento, em qualquer caso, a aptidão para o comando, chefia ou direção.

Art. 4º A bravura, em caso de operações de guerra, constitui motivo de promoção.

§ 1º Para este efeito, a bravura deve ser comprovada em ato ou atos não comuns de coragem, audácia, sentimento do dever, exteriorizados em

feitos indispensáveis ou úteis às operações militares, pelos resultados conseguidos ou pelo exemplo dado à tropa, em obediência à missão recebida e, ainda, pela capacidade de decidir e agir sob o perigo que de fato se tenha efetivado.

§ 2º A promoção por bravura será feita pelo Comando do Teatro de Operações, pelo Comando-em-Chefe ou pelo Presidente da República.

§ 3º O Governo, posteriormente, facilitará a habilitação do promovido às condições normais exigidas para o acesso excluídas as restrições regulamentares de admissão aos Cursos de Formação de Oficiais. Se o promovido não satisfizer essas condições dentro de um prazo estabelecido, será transferido para a Reserva com as vantagens que a Lei de Inatividade lhe assegurar.

Art. 5º A promoção dos Capitães, Oficiais Superiores e Generais é da competência do Presidente da República, ressalvada a prevista nas circunstâncias do § 2º do art. 4º, quando feita em operações de guerra, pelo Comando-em-Chefe ou Comandante do Teatro de Operações. A dos postos subalternos é da alçada do Ministro da Guerra.

Art. 6º As promoções são realizadas anualmente:

1) as de escolha, em 25 de março, 25 de julho e 25 de novembro;

2) as de merecimento e antigüidade, em 25 de abril, 25 de agosto e 25 de dezembro.

Parágrafo único. Será promovido, *post mortem*, o oficial que falecer, desde que lhe coubesse a promoção pelo princípio de antigüidade, na primeira data de promoção após seu falecimento.

CAPÍTULO II

*Das Condições para Promoção por
Merecimento e Antigüidade*

Art. 7º Para promoção por qualquer dos princípios é imprescindível que o oficial possua:

1) o Curso:

— de Formação, para a promoção aos postos de 2º-Tenente a Capitão;

— de Aperfeiçoamento das Armas, do Quadro de Material Bélico ou dos Serviços, para a promoção aos postos de Oficial Superior;

2) valor moral;

3) capacidade física indispensável ao exercício das funções de seu posto, verificada em inspeção de saúde prévia,

4) interstício mínimo de permanência em cada posto, nas seguintes condições:

- Aspirante a Oficial — 6 (seis) meses;
- 2º-Tenente — 2 (dois) anos;
- 1º-Tenente — 3 (três) anos;
- Capitão — 4 (quatro) anos;
- Major — 3 (três) anos;
- Tenente-Coronel — 3 (três) anos.

5) Quando das Armas, tempo de serviço mínimo arregimentado, nas seguintes condições:

- para os Segundos-Tenentes: 18 (dezoito) meses, incluído o tempo arregimentado como Aspirante a Oficial;
- para os Primeiros-Tenentes: 18 (dezoito) meses no posto;
- para os Capitães: 2 (dois) anos no posto;
- para os Majores: 1 (um) ano no posto;
- para os Tenentes-Coronéis: 1 (um) ano no posto.

6) Quando do Quadro de Material Bélico e dos Serviços, para promoção a Capitão e Major, tempo de serviço mínimo arregimentado, nas seguintes condições:

- Serviço de Saúde e de Veterinária: 2 (dois) anos como subalterno e 1 (um) ano como Capitão;
- Serviço de Intendência: 3 (três) anos como subalterno e 2 (dois) anos como Capitão;
- Quadro de Material Bélico: 3 (três) anos como subalterno e 2 (dois) anos como Capitão.

§ 1º Consideram-se Cursos de Formação de Officiais:

a) os de Infantaria Artilharia, Cavalaria, Comunicações, Engenharia, Material Bélico e Intendência, realizados na Academia Militar das Agulhas Negras;

b) os da Escola de Saúde do Exército, para Médicos, Dentistas e Farmacêuticos;

c) os da Escola de Veterinária do Exército, para Veterinários.

§ 2º Com referência ao requisito do item 3 d'este artigo, no caso de se verificar a incapacidade definitiva, será o oficial reformado de acordo com o que prescreve a Lei de Inatividade; no caso de incapacidade temporária, ser-lhe-á dispensado, para o acesso ao posto imediato o requisito a que se refere aquêle item.

§ 3º As prescrições dos itens 4, 5 e 6 d'este artigo poderão ser alteradas pelo Poder Executivo, e somente por necessidade imperiosa, tendo em vista a renovação dos Quadros ou a manutenção do nivelamento entre os postos das Armas, do Quadro de Material Bélico e dos Serviços, podendo ser determinados aumentos ou reduções de até 50% (cinquenta por cento).

§ 4º O Poder Executivo regulará, para efeito d'este artigo, as condições de arregimentação para os oficiais das Armas, do Quadro de Material Bélico e dos Serviços, tendo em vista as possibilidades e interesses do Exército.

§ 5º Ficam dispensados dos requisitos dos itens 5 e 6 d'este artigo:

- os oficiais do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, e os do Quadro de Engenheiros-Militares, por opção, oriundos do Quadro Técnico da Ativa;
- os alunos do Instituto Militar de Engenharia e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército;
- os oficiais estagiários de Estado-Maior;

— os oficiais Engenheiros-Militares durante os dois primeiros anos após a conclusão de curso do Instituto Militar de Engenharia;

— os oficiais que, no caso de promoção por antiguidade, estejam no exercício de função pública civil.

§ 6º A arregimentação dos oficiais superiores possuidores do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, bem como a dos oficiais superiores da Arma de Comunicações, será regulada pelo Ministro da Guerra, por proposta do Estado-Maior do Exército.

Art. 8º O tempo de serviço computável ou não para fins de promoção e o início e término de sua contagem são regulados pelas Leis de Inatividade dos Militares e de Movimento de Quadros.

§ 1º O tempo correspondente ao desempenho de cargo de posto superior será contado como se todo êle fôsse

passado no exercício do cargo de seu verdadeiro posto.

§ 2º O exercício de comando interino de Corpo de Tropa, de Chefia ou Direção de Organização Militar com autonomia administrativa, por tempo igual ou superior a 6 (seis) meses consecutivos, será computado como comando, chefia ou direção efetiva.

Art. 9º O oficial *sub judice*, no foro civil ou militar, não poderá ser promovido, até decisão final. Absolvido em última instância, será promovido, independentemente de vaga e de data, em ressarcimento de preterição.

Art. 10. A antiguidade para promoção conta-se da data do decreto ou da portaria de promoção do oficial, salvo se, no referido decreto ou portaria ou outro ato posterior, for declarada nova data, feitos os descontos de tempo não computável, na forma da Lei de Inatividade.

CAPÍTULO III

Da Promoção por Antiguidade

Art. 11. A promoção por antiguidade, em qualquer Quadro, compete ao oficial que, tendo atingido o número 1 (um) da escala hierárquica em que se achar, satisfizer os requisitos referidos no art. 7º e não estiver compreendido nas restrições dos artigos 9º e 47.

Parágrafo único. Não satisfazendo o oficial mais antigo os requisitos referidos, os direitos assegurados de acesso passarão ao oficial imediato, se possuidor dos requisitos necessários, e assim sucessivamente.

Art. 12. Efetuam-se as promoções pelo princípio de antiguidade até o posto de Coronel, nas seguintes proporções, em relação ao número de vagas dos respectivos Quadros:

- de 2º-Tenente a Capitão, a totalidade;
- de Capitão a Major, duas terças partes;
- de Major a Tenente-Coronel, a metade;
- de Tenente-Coronel a Coronel, uma terça parte.

CAPÍTULO IV

Da Promoção por Merecimento

Art. 13. A promoção por merecimento compete ao oficial que atingir o número 1 (um) do Quadro de Acesso por merecimento. Constitui merecimento para promoção o conjunto de

qualidades profissionais, reveladas e aperfeiçoadas pelo oficial durante o desempenho de suas atividades militares, que o tornam distinguido no âmbito da classe pelo seu valor.

Essas qualidades são estimadas e examinadas sob os seguintes aspectos:

- 1) caráter;
- 2) inteligência;
- 3) espírito e conduta militares;
- 4) cultura profissional e geral;
- 5) conduta civil;
- 6) capacidade como Comandante ou Diretor e Chefe;
- 7) capacidade como Instrutor;
- 8) capacidade como Administrador;
- 9) capacidade física;
- 10) capacidade como técnico, exclusivamente para os Oficiais dos Serviços, do Quadro de Engenheiros-Militares e Quadro Técnico da Ativa, em extinção.

Art. 14. São requisitos indispensáveis para a promoção por merecimento, além dos referidos no art. 7º, mais os seguintes:

1) haver o oficial atingido, no respectivo Quadro, por ordem de antiguidade, as primeiras:

- 1/8 parte — para os Capitães;
- 1/5 parte — para os Majores;
- 1/4 parte — para os Tenentes-Coronéis;

2) obter o oficial o conceito favorável resultante da estimativa e exame das qualidades referidas no artigo 13 desta Lei.

§ 1º Nos Quadros constituídos, em cada posto, de menos de 10 (dez) oficiais, são dispensados os limites do item 1 deste artigo.

§ 2º Sempre que, da divisão prevista no item 1, deste artigo, resultar um quociente fracionário, será ele tomado por inteiro e para mais.

CAPÍTULO V

Da Promoção por Escolha

Art. 15. A promoção aos postos de General-de-Brigada e de General-de-Divisão é feita por escolha do Presidente da República, em listas organizadas de acordo com o critério estabelecido a seguir:

1) As listas para promoção a General-de-Divisão serão organizadas em duas fases:

1ª Fase:

A cargo da Comissão de Promoções de Oficiais, que apresentará ao Alto Comando do Exército:

a) *Combatente* — 5 (cinco) Generais-de-Brigada para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

b) *Engenheiro-Militar* — 3 (três) Generais-de-Brigada Engenheiros-Militares para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

c) *Serviços* — todos os Generais-de-Brigada dos respectivos Quadros.

2ª Fase:

A cargo do Alto Comando do Exército, que, tomando por base as listas apresentadas pela Comissão de Promoções de Oficiais, organizará novas listas, a serem submetidas ao Presidente da República, nas quais os Oficiais-Generais serão colocados segundo a ordem decrescente de votos obtidos, selecionando:

a) *Combatente* — 3 (três) Generais-de-Brigada para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

b) *Engenheiro-Militar* — 2 (dois) Generais-de-Brigada Engenheiros-Militares para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

c) *Serviços* — todos os Generais-de-Brigada dos respectivos Quadros.

2) As listas para promoção a General-de-Brigada serão organizadas em duas fases:

1ª Fase:

A cargo da Comissão de Promoções de Oficiais, que apresentará ao Alto Comando do Exército:

a) *nas Armas e Quadro de Material Bélico* — 8 (oito) coronéis para a primeira vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente.

O número de Coronéis, de cada Arma e do Quadro de Material Bélico, a figurar nas listas, e o número total de vagas a preencher deverão guardar, sempre que possível, proporcionalidade entre o número de Coronéis com o curso de Comando e Estado-Maior do Exército, de cada Arma e do Quadro de Material Bélico, e o total de Coronéis, com aquele curso, existente na respectiva relação.

b) *Engenheiro-Militar e dos Serviços* — 3 (três) Coronéis dos respectivos Quadros para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente.

2ª Fase:

A cargo do Alto Comando do Exército, reunido, que, tomando por base as listas apresentadas pela Comissão

de Promoções de Oficiais, organizará novas listas, para escolha pelo Presidente da República, nas quais os coronéis serão colocados segundo a ordem decrescente do número de votos obtidos, selecionando:

a) *nas Armas e no Quadro de Material Bélico* — 3 (três) Coronéis para a primeira vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente;

b) *no Quadro de Engenheiro-Militar e nos Serviços* — 2 (dois) Coronéis dos respectivos Quadros para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente.

Art. 16. Para a promoção ao posto de General-de-Brigada, é necessário que o Coronel satisfaça as seguintes condições, comuns a todos os Quadros:

1) valor moral;

2) notória inteireza de caráter, capacidade de comando, chefia ou direção, inclusive para o desempenho de cargos do posto superior; cultura geral e profissional em alto grau; ótimo conceito nos meios civil e militar;

3) capacidade física indispensável ao exercício das funções do novo posto, verificada em inspeção de saúde prévia, para fins de promoção;

4) interstício mínimo de 3 (três) anos no posto.

Art. 17. Para promoção a Oficial-General Combatente, são exigidos mais os seguintes requisitos:

1) Curso de Comando e Estado-Maior do Exército;

2) exercício de função arregimentada em Unidade de Tropa, como Tenente-Coronel ou Coronel, por 2 (dois) anos, consecutivos ou não, sendo pelo menos 1 (um) ano no comando de Corpo de Tropa, em qualquer daqueles postos;

3) exercício de função prevista para o Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA), como Tenente-Coronel ou Coronel, durante 2 (dois) anos, consecutivos ou não, em qualquer daqueles postos;

4) ter atingido o primeiro 1/4 (um quarto) da relação única dos Coronéis dos Quadros das Armas e do Material Bélico com o curso de Comando e Estado-Maior do Exército (Vetado) segundo a ordem de antiguidade.

Art. 18. Para promoção a Oficial-General dos Serviços, serão exigidos mais os seguintes requisitos:

1) Curso de Estado-Maior para os Serviços;

2) exercício de funções de comando, chefia ou direção de órgão autônomo, como oficial superior, durante 2 (dois) anos, consecutivos ou não, em Corpo de Tropa do Serviço, Estabelecimento ou Serviço privativo do Quadro;

3) exercício de função prevista, nos Serviços, para o Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA), como oficial superior, durante 2 (dois) anos, consecutivos ou não;

4) ter atingido o primeiro 1/3 (um terço) da relação dos Coronéis do Quadro de cada Serviço.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulará para o Serviço de Veterinária, as condições para o atendimento do requisito do item 2.

Art. 19. Para promoção a Oficial-General Engenheiro-Militar, são necessárias mais as seguintes condições:

1) Curso de Estado-Maior para Engenheiro-Militar;

2) exercício de função de comando, chefia ou direção de órgão autônomo, como Coronel ou Tenente-Coronel, durante 2 (dois) anos, consecutivos ou não, em qualquer daqueles postos;

3) exercício de função privativa de sua especialidade, como Oficial Superior, durante 3 (três) anos, consecutivos ou não;

4) ter atingido o primeiro 1/5 (um quinto) da relação única dos Coronéis Engenheiros-Militares e os do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, segundo a ordem de antiguidade.

Parágrafo único. Os oficiais Engenheiros-Militares oriundos do Quadro Técnico da Ativa e os oficiais do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, são dispensados do requisito do item 1, deste artigo.

Art. 20. Para promoção ao Pôsto de General-de-Divisão, é necessário que o General-de-Brigada possua os seguintes requisitos:

1) os fixados nos itens 1, 2 e 3 do art. 16;

2) interstício de 2 (dois) anos de pôsto, dos quais 1 (um) ano em função privativa do próprio pôsto ou de superior, consecutivo ou não;

3) ter atingido o primeiro 1/3 (um terço) do respectivo Quadro, se o efetivo dêste fôr superior a 10 (dez).

Art. 21. A promoção ao pôsto de General-de-Exército será feita por es-

colha do Presidente da República, em lista organizada pelo Alto Comando do Exército, reunido, em que figurarão 3 (três) Generais-de-Divisão para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga-subsequente, colocados em ordem decrescente do número de votos obtidos, e selecionados no conjunto dos Generais-de-Divisão que satisfaçam os seguintes requisitos:

1) os constantes dos itens 1, 2 e 3, do art. 16, e 3, do art. 20;

2) interstício de 2 (dois) anos de pôsto, dos quais 1 (um) ano em função privativa do próprio pôsto ou do superior, consecutivo ou não.

Art. 22. O Coronel, o General-de-Brigada e o General-de-Divisão que, pela quarta vez consecutiva, fôr incluído, pelo Alto Comando do Exército, entre os três primeiros colocados nas listas para escolha pelo Presidente da República, não poderá ser preterido, a partir da quarta escolha, inclusive.

CAPÍTULO VI

Do Acesso ao Primeiro Pôsto

Art. 23. O acesso ao primeiro pôsto, nas Armas, no Quadro de Material Bélico e no Serviço de Intendência resulta da promoção do Aspirante a Oficial, regulada pela ordem de classificação intelectual, obtida na conclusão do curso respectivo.

Art. 24. Para a promoção ao pôsto de 2º Tenente é necessário que o Aspirante a Oficial satisfaça os seguintes requisitos:

1) os enumerados nos itens 1, 2, 3 e 4 do artigo 7º;

2) revelar vocação para a carreira, verificada em estágios prévios na tropa;

3) ter ótima conduta civil e militar.

§ 1º Aplicam-se aos Aspirantes a Oficial as restrições previstas no artigo 9º.

§ 2º As condições referidas neste artigo são apreciadas e julgadas pela Comissão de Promoções de Oficiais (CPO), em face de informações prestadas pelo Comandante da unidade em que servir o Aspirante, em caráter obrigatório, à vista de suas observações pessoais e de informações prestadas pelo Comandante imediato do Aspirante, as quais acompanharão as referidas informações.

Art. 25. Os candidatos seleccionados e designados para matricula no Curso de Formação de Officiaes da Escola de Saúde do Exército e na de Veterinária do Exército terão suas situações reguladas por leis especificas, respeitadas as prescrições do art. 35.

Parágrafo único. Para a nomeação ao primeiro posto dos officiaes dos Serviços de Saúde e de Veterinária, as condições estabelecidas nos itens 2 do art. 7º e 2 e 3, do art. 24, serão apreciadas pelos Comandantes das respectivas Escolas de Formação.

CAPÍTULO VII

Da Promoção no Quadro do Magistério Militar

Art. 26. Os officiaes do Quadro do Magistério Militar terão gradual acesso, na Reserva, até o posto de Coronel, conforme o tempo de serviço, sendo-lhes assegurada a promoção aos postos de Major, Tenente-Coronel e Coronel, quando contarem 15, 20 e 30 anos de efetivo serviço respectivamente.

Art. 27. Se, por ocasião do ingresso no Magistério, o official já fizer jus ao acesso a um ou mais postos, será promovido, successivamente, aos postos a que tiver direito, ressalvado o estabelecido nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º É de um (1) ano o interstício mínimo para a primeira promoção, no Magistério Militar, mesmo que, ao ingressar no Magistério, tenha o official tempo de efetivo serviço sufficiente que lhe permita ascender ao posto immediato.

§ 2º Se fizer jus a mais de um posto, será promovido successivamente aos postos a que tiver direito, observados os interstícios mínimos de permanência em cada posto, previstos no item 4 do art. 7º.

Art. 28. O official compreendido no art. 26 fica, para efeito de promoção, sujeito aos requisitos dos itens 2 e 3 do art. 7º.

Parágrafo único. As propostas serão encaminhadas pela Diretoria-Geral de Ensino à Comissão de Promoções de Officiaes (CPO), com os documentos comprobatórios daqueles requisitos.

Art. 29. Aplicam-se aos officiaes do Magistério as restrições previstas nos §§ 2º e 3º do art. 7º, no art. 9º e no art. 49.

CAPÍTULO VIII

Da Promoção dos Officiaes do Quadro de Engenheiros-Militares, por Opção, e do Quadro Técnico da Ativa em Extinção

Art. 30. O official pertencente ao Quadro de Engenheiros-Militares, por opção, e o do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, permanecerá em sua Arma de origem, para efeito de promoção, ocupando o mesmo lugar que possui no Almanaque do Exército, sendo o seu número substituído, respectivamente, pelas designações — "QEM" ou "T".

Art. 31. As promoções dos officiaes de que trata o artigo anterior processar-se-ão na mesma data e em seguida ao preenchimento, na forma prevista pela presente Lei, das vagas existentes, pelos officiaes das Armas, do Quadro de Material Bélico ou dos Serviços.

§ 1º Por merecimento, serão promovidos os officiaes do Quadro de Engenheiros-Militares, por opção, e os do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, incluídos no Quadro de Acesso e possuidores de maior número de pontos do que o último a ser promovido nas Armas, no Quadro de Material Bélico ou nos Serviços, pelo mesmo princípio. Em caso de igualdade de número de pontos, o acesso de Officiaes do Quadro de Engenheiros-Militares, por opção, e do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, só se efetivará se for mais antigo que o último a ser promovido no Quadro das Armas, Quadro de Material Bélico ou nos Serviços.

§ 2º Por antiguidade, serão promovidos os officiaes do Quadro de Engenheiros-Militares, por opção, e os do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, incluídos no Quadro de Acesso e mais antigos que o último a ser promovido no Quadro da Arma ou Serviço.

Art. 32. Aplicam-se aos officiaes do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, as restrições previstas nos artigos 9º e 49.

CAPÍTULO IX

Das Condições para o Equilíbrio e a Regularidade do Acesso

Art. 33. O acesso regular e equilibrado do official, referido no artigo 1º desta Lei, consiste em:

— Proporcionar aos oficiais as mesmas possibilidades de acesso, quando em igualdade de condições, e

— Evitar a estagnação nos postos.

Art. 34. As vagas abertas em cada posto, em uma ou mais Armas, e no Quadro de Material Bélico, respectando os limites das funções privativas, caberão aos oficiais de posto imediatamente inferior:

1) as de antiguidade, aos de turma de formação mais antiga no conjunto das Armas e do Quadro de Material Bélico;

2) as de merecimento, obedecendo à ordem do respectivo Quadro de Acesso.

§ 1º Para efeito deste artigo, as turmas de formação constituídas de oficiais que concluíram os respectivos cursos de formação em segunda época serão consideradas como complemento final da turma de formação anterior.

§ 2º A distribuição das vagas a que se refere este artigo far-se-á, separadamente, pelos princípios de antiguidade e merecimento, na conformidade do artigo 12, em quantidades proporcionais ao número de oficiais incluídos nos respectivos "Quadros de Acesso".

§ 3º Para efeito de aplicação deste artigo, a cota compulsória, prevista na Lei de Inatividade dos Militares, incidirá sobre o conjunto das Armas e Quadro de Material Bélico.

§ 4º Nos Serviços, as vagas abertas em cada posto e Serviço caberão aos oficiais de posto imediatamente inferior, obedecendo, dentro de cada princípio, os mesmos critérios estabelecidos para as Armas e Quadro de Material Bélico.

Art. 35. Os alunos que, pela conclusão dos respectivos cursos, forem declarados Aspirantes a Oficial ou nomeados oficiais no mesmo dia, classificados por ordem de merecimento intelectual, dentro das respectivas Armas ou de cada um dos Quadros de Material Bélico, Intendência, Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e de Veterinária, constituem uma turma de formação de Oficiais.

§ 1º O oficial ou Aspirante a Oficial que, na turma de formação respectiva, for o último classificado, assimela o fim da turma.

§ 2º O oficial que ultrapassar hierarquicamente um de outra turma

passará a pertencer à turma do ultrapassado.

§ 3º O deslocamento do último elemento de uma turma de formação, por melhoria ou perda de sua posição hierárquica, decorrente de causas legais, acarretará, para o elemento que o antecede imediatamente na turma, a ocupação do fim da turma.

§ 4º Os oficiais-dentistas, incluídos no atual Quadro, pela Lei nº 1.125, de 7 de junho de 1950, serão agrupados em turmas para o fim previsto no presente artigo, de acordo com a ordem de precedência estabelecida no artigo 2º do Decreto nº 36.824, de 27 de janeiro de 1935.

Art. 36. A fim de assegurar o equilíbrio de acesso entre as Armas e o Quadro de Material Bélico, tomar-se-á por base o efetivo total de oficiais, por postos, fixado em Lei.

§ 1º A distribuição em cada Arma e no Quadro de Material Bélico e em cada posto das funções privativas e das funções gerais será feita mediante Decreto do Poder Executivo, por proposta do Estado-Maior do Exército.

§ 2º Os efetivos atribuídos ao Quadro de Estado-Maior Geral (QEMG) e ao Quadro Suplementar Geral (QSG) deverão atender às necessidades de equilíbrio entre as Armas e o Quadro de Material Bélico.

§ 3º Cabe à Comissão de Promoções de Oficiais (CPO), levando em conta as funções privativas fixadas, propor os efeitos globais do QEMG e do QSG, por postos, por Armas e Quadro de Material Bélico, em consonância com o artigo 31.

§ 4º O Ministro da Guerra, por proposta do Estado-Maior do Exército, distribuirá, entre o QEMG e o QSG, os efetivos definidos.

Art. 37. A promoção das turmas de formação dos Quadros de Intendência, de Médicos, de Dentistas, de Farmacêuticos e de Veterinária deverá processar-se de forma a ser realizado o equilíbrio com as turmas correspondentes das Armas e do Quadro de Material Bélico.

§ 1º São correspondentes as turmas que terminam o curso de formação no fim do mesmo ano letivo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, as turmas de médicos-milita-

res da Escola de Saúde são correspondentes às turmas das Armas e do Quadro de Material Bélico promovidos a 1º Tenente em dezembro do ano em que os médicos concluírem a sua formação de médico-militar.

§ 3º A fim de estabelecer o equilíbrio, a promoção ao posto de Capitão das turmas correspondentes das Armas, Quadro de Material Bélico e dos Serviços deverá ter início na mesma data.

§ 4º O equilíbrio na promoção aos postos de Major, Tenente-Coronel e Coronel deverá ser obtido regulando-se o acesso, por antiguidade, das turmas correspondentes, de forma que nenhum integrante de uma turma de formação dos Serviços seja promovido por antiguidade antes do último da turma de formação precedente das Armas e do Quadro de Material Bélico.

Art. 38. A Lei de Organização dos Quadros de Efetivos e a Lei de Inatividade regulam as outras condições para efeito dos arts. 33 e 34.

CAPÍTULO X

Da Organização dos Quadros de Acesso

Art. 39. Quadros de Acesso são relações de oficiais em condições de serem promovidos pelos princípios de antiguidade, merecimento e escolha, organizadas segundo o disposto nesta Lei.

§ 1º Só os oficiais incluídos nos Quadros de Acesso poderão ser promovidos pelos princípios mencionados neste artigo.

§ 2º Esses Quadros serão organizados, separadamente, e por Arma, Quadro de Material Bélico e Serviço, para as promoções por antiguidade, merecimento e escolha e deverão ser submetidos à consideração do Ministro da Guerra, normalmente até o dia 10 dos meses de fevereiro e junho de cada ano, ou, extraordinariamente, quando aquela autoridade determinar.

§ 3º Para a promoção pelo princípio de escolha, será também organizado o Quadro de Acesso dos oficiais Engenheiros-Militares.

§ 4º Cabe ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) fixar e comunicar as datas e as con-

dições para que todos os documentos e informações necessários à organização dos Quadros de Acesso sejam elaborados e remetidos a tempo pelas autoridades competentes.

§ 5º Aprovados pelo Ministro da Guerra, os Quadros de Acesso serão publicados em Boletim Reservado do Exército, dentro do prazo de 10 (dez) dias, para conhecimento exclusivo dos oficiais.

§ 6º Ao oficial que discordar de sua classificação ou de qualquer seu concorrente no Quadro de Acesso, caberá, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da leitura do Boletim, a que se refere o parágrafo anterior, na Organização Militar em que estiver servindo, recurso ao Ministro da Guerra.

Art. 40. O número de oficiais a constituir o Quadro de Acesso pelo princípio de merecimento será, no mínimo, a metade das frações fixadas no item 1 do artigo 14.

O Quadro de Acesso por antiguidade será constituído pelas décimas ou sextas partes dos efetivos dos Quadros das Armas de Material Bélico e dos Serviços, conforme se trate de Capitães ou Oficiais Superiores, respectivamente.

§ 1º Não havendo oficiais em condições para preenchimento dos Quadros de Acesso, permanecerão as vagas até a organização de novo Quadro.

§ 2º Os oficiais já incluídos nos Quadros de Acesso terão revista a contagem dos respectivos pontos, semestralmente.

Art. 41. Nos Quadros de Acesso por antiguidade e merecimento, os oficiais das Armas, do Quadro de Material Bélico e dos Serviços são colocados na seguinte ordem:

- Pelo princípio de antiguidade; por turma de formação;
- Pelo princípio de merecimento: na ordem rigorosa de pontos.

Art. 42. As "Fichas de Promoção" para a organização dos Quadros de Acesso por escolha são feitas, apenas, para a promoção ao posto de General-de-Brigada. Para promoção ao posto de General-de-Divisão, a Comissão de Promoções de Oficiais organizará o Quadro de Acesso em classificação feita, por escrutínio secreto.

CAPÍTULO XI

Da Seleção Para Organização dos Quadros de Acesso e Respective Documentos

Art. 43. A seleção dos oficiais a incluir nos Quadros de Acesso se processa com a participação de todas as autoridades militares competentes para emitir julgamento sobre subordinado ao seu comando, chefia ou direção.

§ 1º Essas autoridades, em princípio, são as seguintes:

- 1) Oficiais-Generais;
- 2) Chefes de Gabinete, Estados-Maiores e Segões;
- 3) Chefes de Serviços regionais ou divisionários;
- 4) Comandantes de Corpos de Tropa das Armas ou Serviços, Chefes de Repartições, Estabelecimentos e demais órgãos com autonomia administrativa.

§ 2º A recusa, retardo ou falta de fidelidade em qualquer informação, por parte das autoridades acima, ou por qualquer outra à qual se dirija o Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, é considerada falta de cumprimento do dever, e, como tal, sujeita à sanção da lei.

§ 3º Para esse fim, compete ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais fazer ao Ministro da Guerra a necessária e devida comunicação.

Art. 44. Os documentos básicos para a seleção dos oficiais a serem incluídos nos Quadros de Acesso, são os seguintes:

- 1) *Ata de Inspeção de Saúde* — remetida diretamente ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, em duas vias.

Cabe à autoridade a que estiver subordinado o oficial candidato providenciar a inspeção de saúde do mesmo a tempo de cumprir o que estabelece o Capítulo X.

- 2) *Ficha de Informações* — remetida à Comissão de Promoções de Oficiais, semestralmente ou quando solicitada, a partir do ano em que o oficial atingir a quarta parte dos Quadros de Capitães e de Oficiais Superiores. A ficha de informações é organizada, em caráter confidencial, pelo Comandante, Chefe ou Diretor a que estiver subordinado o oficial, de

acôrdo com o modelo e instruções nela contidas. O encaminhamento dessa Ficha cabe ao Comando da Arma Divisionária, ou Grande Unidade, ou da Região Militar, Chefia ou Direção, inerente ao posto de General ou correspondente que, pela localização de sua sede, melhor possa observar o oficial e que, ao encaminhar, emitirá uma apreciação sintética, confirmando, restringindo ou ampliando o conceito final do Comandante, Chefe ou Diretor do oficial em julgamento.

- 3) *Fólias de Alterações* — organizadas pela repartição competente da Arma, do Material Bélico ou Serviço (exceto a dos Aspirantes a Oficial, que são elaboradas pela Organização Militar em que estiver servindo o Aspirante) e remetidas à Comissão de Promoções de Oficiais.

- 4) *Ficha de Promoção* — organizada pela Comissão de Promoções de Oficiais.

Art. 45. Os trabalhos de seleção para a organização dos Quadros de Acesso pelo princípio de merecimento serão realizados em duas apurações:

- 1) no primeiro escrutínio serão apreciadas as fichas de todos os oficiais, em rigorosa ordem de antiguidade, compreendidos nos limites referidos no artigo 14, para cotejo, discussão e correção das mesmas, se for o caso.

- 2) no segundo escrutínio serão organizados, em ordem decrescente do número de pontos obtidos, os Quadros de Acesso para promoção por merecimento.

Parágrafo único. Não serão levados a segundo escrutínio os nomes dos oficiais cujas fichas de promoção, no primeiro escrutínio, não atingirem o número mínimo de pontos a ser fixado em Regulamento.

Art. 46. As autoridades que tiverem conhecimento de ato ou atos graves, que possam influir, contrária ou decisivamente, na permanência do oficial em qualquer dos Quadros de Acesso, deverão, por via hierárquica, levá-los ao conhecimento do Ministro da Guerra.

Art. 47. Não poderá ingressar em qualquer Quadro de Acesso o Oficial ou Aspirante a Oficial que, no julgamento da Comissão de Promoções de Oficiais, for considerado não-habilitado para o acesso.

§ 1º O julgamento final proferido pela Comissão de Promoções de Oficiais deve ser justificado, inserto em Ata e, por cópia, submetido ao Ministro da Guerra.

§ 2º De posse da documentação apresentada pela Comissão de Promoções de Oficiais sobre o oficial ou Aspirante a Oficial, julgado não-habilitado ao Acesso, o Ministro da Guerra tomará as providências que a legislação em vigor determinar.

CAPÍTULO XII

Dos Agregados e da Exclusão do Quadro de Acesso

Art. 48. O oficial incluído em qualquer Quadro de Acesso será do mesmo excluído, quando ocorrer uma das seguintes circunstâncias:

- 1) promoção;
- 2) morte;
- 3) transferência para a Reserva, voluntária ou não;
- 4) incapacidade física definitiva;
- 5) incapacidade moral;
- 6) condenação por crime doloso cuja sentença haja passado em julgado;
- 7) suspensão da função ou cargo, comprovada a razão perante a Comissão de Promoções de Oficiais — (CPO);
- 8) fôr julgado não-habilitado para o acesso pela CPO.

§ 1º O oficial que incidir em um dos itens 5, 7 ou 8 será submetido, *ex officio* a Conselho de Justificação, procedendo-se de acordo com o Título V, do Código Penal Militar e legislação correlata.

§ 2º As exclusões pelos motivos dos itens 5, 7 e 8 serão feitas, pela Comissão de Promoções de Oficiais, após receber a comunicação da decisão da autoridade convocadora do Conselho de Justificação confirmando ou não a decisão deste Conselho.

§ 3º A declaração de incapacidade moral e a suspensão da função ou cargo será feita, mediante comunicação à Comissão de Promoções de Oficiais, por uma das autoridades referidas no § 1º do art. 43.

§ 4º Será, também, excluído dos Quadros de Acesso por merecimento e escolha o oficial que fôr agregado pelos motivos constantes do parágrafo 1º do art. 49.

Art. 49. Não concorrerá à promoção, embora tenha atendido às exigências da presente Lei e já incluído no Quadro de Acesso, o oficial que estiver agregado em consequência de:

- 1) licença para tratar de interesses particulares;
- 2) cumprimento de sentença;
- 3) deserção;
- 4) extravio ou desaparecimento;
- 5) achar-se *sub iudice*.

§ 1º O oficial agregado pelos motivos abaixo discriminados só concorrerá à promoção por antiguidade:

- 1) no exercício de cargo público civil temporário ou de funções civis consideradas de caráter ou de interesse militar;
- 2) quando julgado incapaz, temporariamente, para o serviço militar, após 1 (um) ano de moléstia continuada;
- 3) em gozo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família, por prazo superior a 6 (seis) meses;
- 4) em gozo de licença para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos, no País ou no estrangeiro, por conta própria;
- 5) em gozo de licença para exercer atividade técnica de sua especialidade em organizações civis.

§ 2º Para ingressar ou reingressar no Quadro de Acesso por merecimento ou escolha, o oficial abrangido pelos itens 1, 2 e 5 do parágrafo anterior deverá reverter ao serviço ativo pelo menos 90 (noventa) dias antes da data de promoção.

§ 3º O oficial que reverter ao serviço ativo nas condições do parágrafo anterior não poderá voltar ao exercício de qualquer cargo público temporário, antes de decorrido 1 (um) ano da data de sua promoção por qualquer princípio.

§ 4º O oficial agregado por motivo de função que só pode ser exercida por militar da Ativa, inclusive em qualquer das Forças Armadas ou nas Forças Auxiliares, concorrerá à promoção por qualquer dos princípios. No entanto, deverá reverter ao serviço ativo antes da data de promoção, se houver incompatibilidade hierárquica do novo posto, com a função que vinha exercendo.

§ 5º O oficial-general agregado pelos motivos constantes do item 1 do § 1º deste artigo, somente poderá ser

promovido, quando atingir, no seu Quadro, a situação de mais antigo.

CAPÍTULO XIII

Do Critério para Contagem de Pontos

Art. 50. As qualidades, conceito, tempo de serviço, cursos, medalhas, referências elogiosas, trabalhos realizados, e outras atividades militares que sejam fatores de mérito na vida profissional do oficial, são computados na "Ficha de Informações" e "Ficha de Promoção", através de graus justos e equilibrados, cuja soma ou média dará a classificação do oficial no Quadro de Acesso por merecimento.

Art. 51. Na "Ficha de Informações", a cada uma das qualidades referidas no art. 13, competidas em sua definição e caracterização pelos dados julgados necessários, corresponderá um conceito sintético "Excepcional", "Muito bom", "Bom", "Regular" e "Insuficiente".

§ 1º Ao conceito final do Comandante, Chefe ou Diretor, que será dado em função dos conceitos sintéticos, atribuir-se-á um valor numérico.

§ 2º Quando o conceito for "Insuficiente", deverá o Comandante, Chefe ou Diretor justificá-lo em documento anexo à "Ficha de Informações".

Art. 52. Na "Ficha de Promoção" serão consideradas, segundo normas e valores estabelecidos no Regulamento desta Lei, as seguintes prescrições:

I — PRIMEIRO ESCRUTÍNIO

A) Pontos Positivos:

- 1) conceito do Comandante, Chefe ou Diretor, de acordo com o art. 51;
- 2) tempo de efetivo serviço em função essencialmente militar;
- 3) tempo de serviço arregimentado;
- 4) tempo de serviço em função de Estado-Maior e de Engenheiro-Militar, ou função técnica;
- 5) tempo de serviço em função de QS;
- 6) tempo de serviço como Comandante de Tropa isolada, chefe ou diretor de repartição, estabelecimento, comissão ou órgão congênere, com autonomia administrativa, inclusive nas substituições por período igual ou superior a 6 (seis) meses, por motivo de cargo vago. Esses pontos serão

computados nos postos de oficial subalterno e Capitão, apenas para promoção ao posto de Major e nos postos de oficial superior para as demais promoções;

7) tempo de serviço nas guarnições especiais, segundo as categorias estabelecidas na Lei de Movimento de Quadros. Esses pontos serão computados nos postos de oficial subalterno e Capitão, apenas para promoção ao posto de Major, e nos de oficial superior, para as demais promoções;

8) tempo de serviço como aluno de escolas, cursos e centros de oficiais, com aproveitamento;

9) tempo de serviço como instrutor de escolas, cursos e centros, conforme suas naturezas:

- a) de especialização;
- b) de formação de oficiais e de formação e aperfeiçoamento de Sargentos;
- c) demais de nível igual ou superior ao de escola de aperfeiçoamento de oficiais.

O tempo de serviço como instrutor nos postos de oficial subalterno e Capitão, nos cursos compreendidos em a e b, será computado, apenas, para promoção ao posto de Major, e, como oficial superior, para a promoção nos demais postos.

- 10) ferimento em ação;
- 11) trabalhos julgados úteis e aprovados pelo órgão competente;
- 12) cursos:

- a) Estado-Maior, de Engenheiro-Militar e da Escola Superior de Guerra;
- b) de Aperfeiçoamento de Oficiais;
- c) de Escolas especializadas.

Os cursos constantes da letra a serão computados para promoção a todos os postos e os demais até o posto de Coronel, inclusive. Na fixação dos pontos atribuídos aos Cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais deverá ser considerada, além do conceito, a classificação dentro da turma.

13) Medalhas e Condecorações Nacionais:

- a) Medalhas da Ordem do Mérito Militar;
- b) Cruz de Combate de 1ª Classe;
- c) Cruz de Combate de 2ª Classe;
- d) Medalha da Ordem Nacional do Mérito;
- e) Medalha de Sangue;

- f) Medalha de Campanha;
- g) Medalha Militar;
- h) Medalha de Guerra.
- 14) Elogios individuais:

- a) por bravura, se não deu lugar à promoção;
- b) por ação em campanha;
- c) em ação meritória de caráter excepcional, com risco da própria vida.

Dos relacionados, em a e b, só serão considerados, para efeito de contagem de pontos, os que descrevam, inequivocamente, ação destacada de coragem do oficial no cumprimento do dever, ou que mencionem em seu texto as palavras "bravura" "coragem" ou expressões equivalentes, atribuídas ao oficial.

Os compreendidos em c serão sempre considerados para efeito de contagem de pontos.

Os demais elogios serão utilizados, apenas, para retratar o oficial, permitindo julgamento mais precisos por seu Comandante, Diretor ou Chefe e pela CPO, tendo em vista os respectivos conceitos.

15) Tempo de Campanha.

Deverá ser considerado, também, como "tempo de campanha", o período passado em Fernando de Noronha, durante a última guerra, e outros que a lei determinar.

B) Pontos Negativos:

- 1) punições disciplinares, como oficial;
- 2) sentença passada em julgado por crime culposos;
- 3) falta de aproveitamento em curso, como oficial.

II — SEGUNDO ESCRUTÍNIO

1) Os requisitos dos números 3, 5 e 8 dos "Pontos Positivos", Primeiro Escrutínio, são computados novamente, mas desta vez referidos, apenas, ao posto atual;

2) O tempo de permanência no posto e, novamente, como no Primeiro Escrutínio, os requisitos dos Pontos Positivos dos números 4 — 6 — 7 — 9 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 e 15 e os números 1, 2 e 3 dos Pontos Negativos;

3) Julgamento da Comissão de Promoções de Oficiais (CPO);

4) A soma algébrica dos pontos dos três itens acima dará o total, segundo o qual será classificado o oficial

no Quadro de Acesso por merecimento.

III — OUTRAS PRESCRIÇÕES

1. Quando o oficial tiver mais de uma "Ficha de Informações", o conceito do Comandante, Chefe ou Diretor será a média aritmética dos pontos emitidos.

2. A contagem de tempo de efetivo serviço (pontos positivos, nº 2), será feita a partir da data da declaração a Aspirantes a Oficial, da Ativa, comissionamento ou nomeação efetiva a Oficial da Ativa, ou de conclusão de curso que possibilite o ingresso nos Quadros da Ativa.

3. Os tempos de serviço referidos nos ns. 3, 8 e 9 dos Pontos Positivos serão computados da data de apresentação à de desligamento. Ao ser enviada a ficha do oficial, se este ainda permanecer na função, o tempo será computado até 30 de junho e 31 de dezembro, conforme o caso.

4. O tempo de serviço referido no nº 4 de Pontos Positivos será contado como estabelece o número anterior.

O tempo de estágio de Estado-Maior é considerado como "em função de E M", se o oficial for julgado "Apto". O tempo passado pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários em Junta Militar de Saúde, hospitais, policlínicas, postos médicos, sanatórios, farmácias, gabinetes odontológicos, laboratórios, institutos técnicos-profissionais, é considerado como "em função técnica".

O tempo passado por esses oficiais dos Serviços de Saúde e Veterinária em Diretorias e Estabelecimentos congêneres é considerado "em função de Q S", salvo se for considerado como "em função de E M".

Só se considera como "em função de Estado-Maior" ou de "Engenheiro-Militar" quando o oficial possuir o respectivo curso.

5. Para a contagem de tempo de serviço "em função de Q S", observar-se-á o disposto no nº 3. acima.

O tempo passado fora do Exército será computado como serviço "em função de Q S":

- a) para os oficiais agregados nos termos do item 1 do § 1º e do § 4º do artigo 49, salvo se a função for considerada como "em função de E M", de "Engenheiro-Militar" ou do

"Quadro Técnico da Ativa", em extinção;

b) para os oficiais que tenham exercido, como agregados, cargo público temporário eletivo ou não, até 18 de setembro de 1946.

6. Para os oficiais Intendentes do Exército, oriundos dos extintos Quadros de Contadores e Administração, no cómputo do tempo de serviço arrematado e em função de Estado-Maior ou função técnica (ns. 3 e 4 dos Pontos Positivos), até 24 de maio de 1934, observar-se-á:

a) os oficiais do Quadro de Contadores — como em função arrematada;

b) os oficiais do Quadro de Administração — como em função técnica.

A partir daquela data, de acordo com a função que realmente estiverem desempenhando.

7. Na contagem do tempo de serviço nas várias guarnições (nº 7 dos Pontos Positivos), observar-se-á o disposto no nº 3.

8. Os oficiais com o curso de Estado-Maior, Engenheiro-Militar ou Técnico, que, por dispositivo legal, não hajam cursado a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, serão considerados, para efeito de contagem de pontos, como se houvessem cursado e obtido o conceito "Bom"; quanto à colocação na turma, deverá ser considerada a sua posição no Almanaque.

9. Para a consideração dos elogios é necessário que, na transcrição dos mesmos nas "Folhas de Alterações", conste a referência "individual".

10. Incapacita o oficial de ingressar em primeiro escrutínio para promoção por merecimento ou escolha;

a) condenação por crime doloso cuja sentença haja passado em julgado;

b) haver sido punido, no posto atual, por transgressões consideradas como atentatórias à dignidade e ao pundonor militares, tais como: embriaguez, falta à verdade, falta de probidade, dar parte de doente ao ser designado para serviço em campanha, deslealdade e outras assim julgadas pela Comissão de Promoções de Oficiais.

11. Não é permitido computar, simultaneamente, os tempos de serviço arrematado, em função de Estado-

Maior, Técnica ou de Engenheiro-Militar, em função de Q S e como aluno de Escolas, Cursos e Centros de Instrução de Oficiais.

12. O valor numérico do julgamento da Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) obedecerá ao critério estabelecido para os conceitos constantes do art. 51.

13. Os resultados discriminados, do primeiro escrutínio, serão publicados pela Comissão de Promoções de Oficiais (CPO), em caráter "Reservado". Ao oficial que discordar do número de pontos que lhe foram atribuídos, caberá recurso ao Ministro da Guerra, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação daqueles resultados nos "Boletins Internos" da organização militar a que estiver subordinado.

14. Os oficiais afastados do serviço em consequências de ferimentos recebidos em combate, acidente ou moléstia resultante de campanha, desde que convenientemente comprovado através de inquérito sanitário, ou atestado de origem, deverão ser resguardados de quaisquer prejuízos que lhes possam advir desse afastamento, dentro dos limites ou prazos fixados na legislação em vigor.

Art. 53. O julgamento da Comissão de Promoções de Oficiais é feito tendo em vista as seguintes referências:

1) *Favoráveis:*

a) conceito "Bom", "Muito Bom" e "Excepcional", constantes das "Folhas de Informações";

b) conceito das Escolas, Cursos e Centros de Instruções frequentados;

2) *Desfavoráveis:*

a) conceito "Insuficiente" constante da "Ficha de Informações";

b) punições sofridas por faltas atentatórias à dignidade e ao pundonor militares;

c) afastamento das funções militares para tratar de interesses particulares e por cumprimento de sentença;

d) falta de aproveitamento nos Cursos frequentados e outros fatores que revelem desinteresse do oficial pela profissão.

Parágrafo único. Na organização das listas para a promoção por escolha ao posto de General-de-Brigada, poderá ser considerado, também, em

caráter subsidiário, o conceito formulado por todos os oficiais-generais em serviço ativo.

CAPÍTULO XIV

Da Comissão de Promoções de Officiais (CPO)

Art. 54 — A Comissão de Promoções de Officiais (CPO) constitui-se do Chefe do Estado-Maior do Exército e dos seguintes membros, nomeados por Decreto do Poder Executivo, substituíveis anualmente:

— 8 (oito) Generais-de-Exército ou de Divisão, devendo ser, em princípio, 1 (um) originário de cada uma das Armas;

— 1 (um) General Engenheiro Militar;

— 1 (um) General de cada um dos Serviços.

§ 1º — Presidirá a Comissão de Promoções de Officiais o Chefe do Estado-Maior do Exército, e, no seu impedimento, o General mais graduado.

§ 2º — Sómente por imperiosa necessidade, a juízo do Ministro da Guerra, ou parte de doente, poder-se-á justificar a ausência de qualquer membro da Comissão de Promoções de Officiais, durante os períodos de trabalho e de elaboração dos Quadros de Acesso.

Art. 55 — A Comissão de Promoções de Officiais decidirá sempre por maioria de votos, tendo o seu Presidente, apenas, voto de qualidade.

Art. 56 — Compete precipuamente à Comissão de Promoções de Officiais:

1) organizar as "Fichas de Promoção", de acôrdo com as prescrições desta Lei e seu Regulamento;

2) apresentar ao Alto Comando, nos prazos estabelecidos no Regulamento desta Lei, as listas para promoção a General-de-Brigada e a General-de-Divisão e a relação dos Generais-de-Divisão que satisfazem os requisitos estabelecidos no art. 22;

3) submeter à consideração do Ministro da Guerra, nos prazos estabelecidos nesta Lei, os Quadros de Acesso, propostos para promoções, e número exato das vagas existentes em cada pôsto e em cada Quadro.

Art. 57 — Subordinada ao seu Presidente, funcionará junto à Comissão

de Promoções de Officiais a Secretaria da Comissão, dirigida por um Coronel de qualquer Arma, secundado por oficiais superiores adjuntos e pessoal auxiliar, fixados, em número, postos e graduações, pelo Ministro da Guerra, com o fim de preparar e organizar toda a documentação necessária ao perfeito funcionamento dos trabalhos.

Art. 58 — A Comissão de Promoções de Officiais (CPO) reger-se-á por um Regulamento, especificando os pormenores de sua organização e funcionamento.

Art. 59 — Todos os trabalhos internos da Comissão de Promoções de Officiais e de sua Secretaria correspondem, em princípio, a "assunto confidencial", do Regulamento para Salvaguarda das Informações que Interessam à Segurança Nacional.

CAPÍTULO XV

Disposições Gerais

Art. 60 — A apuração do tempo de que tratam os artigos 7º e 8º desta Lei compete à Diretoria do Pessoal das Armas, à Diretoria dos respectivos Serviços, ao Departamento de Produção e Obras e ao Estado-Maior do Exército. Os resultados serão levados ao conhecimento da Secretaria do Ministério da Guerra e da Comissão de Promoções de Officiais.

Parágrafo único — O deslocamento que sofrer o oficial na escala hierárquica, em consequência de tempo de serviço perdido, será consignado no Almanaque do Exército e na sua Folha de Alterações, passando o oficial a fazer parte da turma que lhe couber pelo deslocamento havido.

Art. 61 — Para cada data de promoção, serão levadas em consideração as vagas decorrentes de publicações dos atos que as originaram, no *Diário Oficial*:

1) para as promoções pelo princípio de escolha, até o dia 20 do mês correspondente;

2) para as promoções pelos demais princípios, até o dia 10 do mês correspondente.

§ 1º — As vagas abertas em determinado pôsto acarretam igual número de vagas em todos os postos inferiores.

§ 2º — Serão também consideradas as vagas que resultarão das transferências compulsórias para a Reserva, até a data de promoção.

§ 3º — As vagas que se derem, posteriormente, serão computadas para a data de promoção seguinte.

Art. 62 — Todos os cálculos relativos à contagem de pontos mencionados no art. 52 e outros requisitos e condições estabelecidas nesta lei, para organização dos Quadros de Acesso, referir-se-ão:

1) para as promoções pelos princípios de antiguidade e merecimento, a 30 de junho e 31 de dezembro, conforme se trate de organizar os quadros relativos ao primeiro ou ao segundo semestre do ano imediato;

2) para a promoção pelo princípio de escolha, a 90 (noventa) dias anteriores às datas de promoção.

Art. 63. A promoção dos oficiais não oriundos das Escolas de Formação, mas sim da tropa continuará a ser regulada por legislação específica.

CAPÍTULO XVI

Disposições Transitórias

Art. 64. O Regulamento da Comissão de Promoções de Oficiais deverá ser por esta proposto ao Ministro da Guerra, no prazo de 30 (trinta) dias, após a regulamentação desta Lei.

Art. 65. Os oficiais dos Quadros dos Serviços, para os quais não exista Curso de Aperfeiçoamento, ficam dispensados desse requisito, para promoção, enquanto perdurar tal inexistência. Quando da criação do Curso, o Poder Executivo fixará o prazo a partir do qual o referido requisito passará a ser exigido.

Art. 66. O oficial matriculado no Instituto Militar de Engenharia fica dispensado do Curso de Aperfeiçoamento, para efeito de promoção. Concluído o curso daquele Instituto ou do mesmo desligado, por qualquer motivo, deverá satisfazer, mesmo já promovido, à exigência daquele requisito, para ser considerado apto à promoção ao posto seguinte.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 67. Os oficiais do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, que concorrem a promoção por antiguidade e merecimento, serão incluídos nos respectivos Quadros de Acesso, dentro da Arma de origem, desde que estejam compreendidos nos limites fixados pelo art. 40.

Art. 68. A promoção do oficial oriundo do Quadro Técnico da Ativa,

em extinção, que, por opção, passou a pertencer ao Quadro de Material Bélico ou às Armas de Engenharia ou Comunicações, assim como a do oficial das Armas, não diplomado Engenheiro-Militar, e que tenha optado pela Arma de Comunicações, será regulada pelas normas estabelecidas no Capítulo VIII da presente Lei, referentes aos oficiais do Quadro Técnico da Ativa, em extinção.

Art. 69. Os oficiais superiores possuidores de Curso de Especialização, exercendo, no interesse do serviço, continuamente atividades vinculadas à mesma e para as quais ainda não existam unidades de tropa organizadas, que lhes facultem cumprir os requisitos desta Lei, para fins de acesso, terão sua arregimentação regulada por ato ministerial.

Art. 70. Até 31 de dezembro de 1966, são considerados como satisfazendo os requisitos do inciso 5 do artigo 7º os oficiais superiores que se arregimentaram na forma da legislação anterior e de atos administrativos complementares.

Art. 71. Esta Lei será regulada por ato do Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 72. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação e terá aplicação nas promoções que se seguirem àquela data.

Art. 73. Ficam revogadas as Leis números 2.657-55, 3.474-58 e 3.544-59, e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELO BRANCO
Arthur da Costa e Silva

LEI Nº 4.449 — DE 29 DE
OUTUBRO DE 1964

Dispõe sobre o aproveitamento de funcionários das autarquias que menciona, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Vetado
§ 1º Vetado

§ 2º Vetado
 § 3º Vetado
 § 4º Vetado
 § 5º Vetado
 Art. 2º Vetado
 Parágrafo único Vetado
 Art. 3º Vetado

Art. 4º Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a movimentar servidores de qualquer categoria entre as suas diversas repartições, sociedades de economia mista subvencionadas pela União e Autarquias.

§ 1º Esta autorização no que se refere às sociedades de economia mista subvencionadas pela União, só prevalece quando se tratar de cargos técnicos ou científicos, reservadas as movimentações para servir exclusivamente, no Gabinete do Ministro de Estado.

2º O procedimento de que trata este artigo não implicará em alteração do Quadro, não constituirá forma de transferência, nem modificará as lotações regularmente aprovadas.

§ 2º O funcionário que for movimentado na forma deste artigo fará jus aos vencimentos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo efetivo contando, para todos os efeitos, o tempo de serviço correspondente.

4º Quando a movimentação ocorrer entre autarquias, ou sociedades de economia mista as despesas com o pagamento dos vencimentos e gratificações poderão ser indenizadas, a critério do Ministro da Viação e Obras Públicas pelos órgãos beneficiados com a movimentação instituindo-se para este fim, rubrica orçamentária própria.

§ 5º vetado

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 29 de outubro de 1964;
 143ª da Independência e 76ª da República.

H CASTELLO BRANCO

Luiz Távora

LEI Nº 4.450 — DE 4 DE
 NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre os vencimentos e vantagens do Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes perceberá vencimentos-base iguais aos de Ministro do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 3º da Lei número 1.488, de 10 de dezembro de 1951, sem prejuízo das gratificações, indenizações e auxílios que lhe couberem por força do disposto na Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964.

Art. 2º Na execução do disposto nesta Lei respeitar-se-á o limite máximo de retribuição que for fixado para os Magistrados.

Art. 3º Esta Lei vigorará a partir de 1º de junho de 1964, correndo a despesa à conta do crédito especial previsto no art. 189 da Lei número 4.328 de 30 de abril de 1964.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1964;
 143ª da Independência e 76ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.451 — DE 4 DE
 NOVEMBRO DE 1964

Altera a redação do artigo 281 do Código Penal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 281 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 281. Plantar, importar ou exportar, vender ou expor à venda, fornecer, ainda que a título gratuito, transportar, trazer consigo, ter em

depósito, guardar, ministrar ou, de qualquer maneira, entregar a consumo substância entorpecente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena — reclusão, de um a cinco anos, e multa de dois a dez mil cruzeiros.

§ 1º Se o agente é farmacêutico, médico ou dentista: Pena — reclusão de dois a oito anos e multa de três a doze mil cruzeiros.

§ 2º Incorre em detenção, de seis meses a dois anos, e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros, o médico ou dentista que prescreve substâncias entorpecentes fora dos casos indicados pela terapêutica ou em dose evidentemente maior do que a necessária, ou com infração de preceito legal regulamentar.

§ 3º As penas do parágrafo anterior são aplicadas àquele que:

I — Instiga ou induz alguém a usar entorpecente;

II — Utilizar local, de que tem a propriedade, posse, administração ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que a título gratuito, para uso ou guarda ilegal de entorpecente;

III — Contribui de qualquer forma para incentivar ou difundir o uso de substância entorpecente.

§ 4º As penas aumentam de um terço, se a substância entorpecente é vendida, aplicada, fornecida ou prescrita a menor de dezoito anos."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

LEI N.º 4.452 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1964

Altera a Legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, qualquer que seja a procedência do petróleo bruto e de seus derivados, será "ad-valorem", calculado sobre o preço "ex-refinaria" (artigo 2º), no caso de refinados, ou sobre o custo CIF médio de importação, no caso do petróleo bruto, nas seguintes percentagens segundo o produto:

	Até 31-12-64	A partir de 1-1-65
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	25%	25%
Gasolina de aviação	150%	150%
Querosene de aviação	150%	150%
Gasolina automotiva tipo A	110%	128%
Gasolina automotiva tipo B	175%	188%
Querosene	85%	90%
Óleo Diesel	75%	80%
Óleo combustível (fuel oil)	20%	20%
Óleos lubrificantes, simples, compostos ou emulsivos, "signal oil", a granel	120%	150%
Idem, idem, embalado	175%	175%
Petróleo bruto importado	20%	20%
Idem, produzido no País	6%	6%

§ 1º Para os combustíveis e lubrificantes de aviação são mantidas as isenções e as condições previstas na Lei nº 1.815, de 18 de fevereiro de 1953, inclusive quando sua importação for realizada pela Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS — à qual ficam estendidas, neste caso, as mesmas isenções e condições.

§ 2º A isenção prevista no parágrafo anterior é também concedida quando se tratar de combustíveis e lubrificantes de aviação produzidos no País.

§ 3º O imposto sobre petróleo bruto importado e produzido no País, consumido pela PETROBRAS, será pela mesma levado à conta das despesas de operação e constituirá uma reserva a ser utilizada na amortização dos investimentos em pesquisas e explorações e também para melhoria nas unidades de refinação de suas refinarias, possibilitando obtenção de maior percentagem de derivados nobres.

§ 4º O imposto único exclui a incidência de quaisquer outros impostos federais, estaduais ou municipais, exceto os de Renda e Selo.

§ 5º Os produtos mencionados na Tabela deste artigo serão definidos por especificações técnicas baixadas pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), não se aplicando as disposições desta Lei aos demais derivados de petróleo que não se enquadrem rigorosamente naquelas especificações.

§ 6º (VETADO).

Art. 2º O preço unitário ex-refinaria, exclusive o imposto único que o integra, dos derivados de petróleo tabelados e produzidos no país será fixado periodicamente pelo C.N.P., mediante a multiplicação dos coeficientes a seguir enumerados, pela média do custo CIF em moeda nacional, por unidade de volume, de petróleo bruto importado no trimestre anterior:

	Coeficientes multiplicadores do custo CIF do petróleo bruto
Gás liquefeito	2,30
Gasolina de aviação	2,15
Gasolina tipo A	2,20
Gasolina tipo B	2,60
Querosene de aviação	1,80
Querosene	2,30
Óleo Diesel	2,25
Óleo combustível	1,70
Óleos lubrificantes	5,50 a 7,00

§ 1º O custo CIF do petróleo bruto que servirá de base para calcular o preço ex-refinaria, exclusive o imposto único que o integra, será determinado de acordo com as seguintes normas:

- a) o custo da moeda estrangeira será a média ponderada dos preços CIF verificados nas importações de petróleo bruto, no trimestre anterior;
- b) a conversão para a moeda nacional será feita à taxa cambial prevista para o período de vigência dos novos preços.

§ 2º Depois de 3 (três) meses da última fixação, poderão ser revistos os preços ex-refinaria, e o Conselho Nacional do Petróleo, tendo em vista as diferenças de especificação técnica, estabelecerá, dentro dos limites previstos neste artigo, o coeficiente para cada tipo de óleo lubrificante.

§ 3º A fim de ajustar os preços ex-refinaria às variações do custo CIF do petróleo cru, ou o nível de rendimento da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS — às necessidades financeiras da execução do seu programa de investimentos, o Conselho Nacional do Petróleo poderá (VETADO) aumentar, (VETADO), os coeficientes referidos neste artigo.

§ 4º (VETADO).

Art. 3º Da receita resultante do imposto a que se refere esta Lei:

- I — 40% (quarenta por cento) pertencem à União;
- II — 48% (quarenta e oito por cento) pertencem aos Estados e ao Distrito Federal, distribuídos de acordo com as normas legais vigentes;
- III — 12% (doze por cento) pertencem aos Municípios, distribuídos entre estes de acordo com a legislação vigente.

§ 1º No caso do Distrito Federal e de Estados que não se subdividem em municípios, será acrescida à quota que lhes couber a percentagem de 12% correspondente aos Municípios.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão de suas quotas na receita do imposto a que se refere esta Lei, até o exercício de 1971, inclusive:

a) 11% (onze por cento) ao aumento do capital social da Rede Ferroviária Federal S. A., nos termos da legislação em vigor;

b) 89% (oitenta e nove por cento) aos seus programas rodoviários, através do Fundo Rodoviário Nacional, nos termos da legislação vigente.

§ 3º A partir de 1º de janeiro de 1972, a receita resultante do imposto a que se refere esta Lei, (Vetado), será incorporada ao Fundo Rodoviário Nacional.

§ 4º Os Estados e Municípios só receberão as percentagens constantes deste artigo quando comprovarem perante o DNER a aplicação das quotas recebidas anteriormente.

Art. 4º As receitas provenientes da arrecadação do imposto único a que se refere esta Lei serão diariamente recolhidas pelas Alfândegas Mesas de Renda, Recebedorias e Coletorias Federais ao Banco do Brasil, mediante guia.

Parágrafo único. De cada recebimento pelas estações arrecadoras nos termos deste artigo, o Banco do Brasil S. A., creditará:

- I — a percentagem pertencente ao Fundo Rodoviário Nacional, à conta e ordem do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para ser distribuída na forma da legislação em vigor;
- II — a percentagem pertencente à Rede Ferroviária Federal S. A., à conta e ordem desta, para aplicação nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º A Rede Ferroviária Federal S. A. aplicará os recursos do imposto único recebidos nos termos desta Lei, exclusivamente:

- I — no pagamento de juros e amortizações de empréstimos, compras financiadas e contratos para executar o programa do reaparelhamento das suas instalações equipamentos ou serviços;
- II — em investimentos, em instalações fixas e equipamentos.

§ 1º A Rede Ferroviária Federal S.A. (R.F.F.S.A.) aplicará em investimentos em remodelações de linha, retificação de traçado, reforço de pontes, construção de variantes e construção de armazéns, silos e frigoríficos, no mínimo 80% do saldo dos recursos anualmente recebidos nos termos desta Lei depois de deduzidos os encargos de juros e amortizações dos empréstimos referidos no inciso I.

§ 2º Os recursos creditados pelo Banco do Brasil à Rede Ferroviária Federal (R.F.F.S.A.) nos termos desta Lei serão por esta mantidas em conta ou contas especiais no mesmo Banco ou suas agências, as quais somente poderão ser movimentadas, salvo transferências entre as mesmas, para pagamento que atendam ao disposto no presente artigo e seu § 1º.

Art. 6º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem destinará, obrigatoriamente, da quota do Fundo Rodoviário Nacional que constitui sua receita:

- I — 11% (onze por cento), até o exercício de 1971, ao vestimento primário ou à pavimentação, enquanto necessário, ao melhoramento e à construção de estradas de rodagem, destinadas à substituição de ferrovias ou trechos ferroviários federais, reconhecidamente antieconômicos, observada a legislação em vigor.

II — 30% (trinta por cento) à pavimentação de rodovias existentes e constantes do Plano Rodoviário Nacional, e, quando necessário, aos serviços de melhoramento indispensáveis para torná-las em condições de receberem pavimento.

§ 1º A supressão de ferrovias ou trechos ferroviários antieconômicos será aprovada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, por proposta do Conselho Ferroviário Nacional.

§ 2º (VETADO).

§ 3º A suspensão da operação dos ramais antieconômicos fica subordinada à existência ou construção de outra via de transporte, em condições de atender satisfatoriamente às necessidades do tráfego (VETADO).

§ 4º No caso previsto neste artigo, o trecho ferroviário será desligado da rede ferroviária a que pertencer.

§ 5º Anualmente o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem empregará, da sua quota, em obras rodoviárias nos Territórios Federais, quantia não inferior à quota que caberia a cada um, como se Estados fossem, tomando-se por base a arrecadação do ano anterior.

Art. 7º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem não poderá empregar mais de 35% da sua quota no Fundo Rodoviário Nacional em pagamento de pessoal permanente ou temporário, de administração dos respectivos órgãos, ou de conservação ou fiscalização na rede rodoviária a seu cargo.

Art. 8º Os Estados e o Distrito Federal destinarão obrigatoriamente, das quotas no Fundo Rodoviário Nacional que constituírem sua receita, 20% (vinte por cento) no mínimo, em cada exercício, à pavimentação, melhoramento de traçado, construção ou reforço de obras de arte especiais e seus acessos das rodovias existentes e constantes dos respectivos Planos Rodoviários Estaduais.

§ 1º Mediante justificativa apresentada ao Conselho Rodoviário Nacional, os Estados cujas condições locais exijam o desenvolvimento de outras vias, meios e terminais de transporte, além do rodoviário, ou nos quais as condições do sistema de telecomunicações emprestem, aos investimentos nesse setor, prioridade igual ou maior do que determinadas rodovias, poderão aplicar até 10% de sua receita no Fundo Rodoviário Nacional em investimentos fixos, em outras vias, meios e terminais de transportes ou em instalações de telecomunicações.

§ 2º Os investimentos em telecomunicações previstas no parágrafo anterior deverão ser previamente aprovados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, para assegurar a sua coordenação com os investimentos federais no setor.

Art. 9º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e os órgãos rodoviários dos Estados e do Distrito Federal poderão, a juízo dos respectivos Conselhos Rodoviários, despendar até 5% (cinco por cento) da sua quota no Fundo Rodoviário Nacional, na construção ou melhoria de estradas de rodagem de relevante finalidade turística.

Art. 10. Durante os exercícios de 1965 a 1969, 4% (quatro por cento) das quotas do DNER e dos órgãos rodoviários dos Estados no Fundo Rodoviário Nacional serão aplicados na construção, melhoria, pavimentação e instalações de aeródromos, aeroportos e na implantação e manutenção dos sistemas de segurança das operações de proteção ao voo.

Parágrafo único. A percentagem referida neste artigo será aplicada pelos órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica, diretamente ou mediante convênio com os Estados, e delegação, aos mesmos, de obras federais.

Art. 11. Para receber as quotas do Fundo Rodoviário Nacional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão documentar a observância do disposto nesta Lei e na legislação especial em vigor, relativamente à destinação da sua participação na receita do imposto único.

Art. 12. A indicação de pontos de passagem principais das rodovias constantes do Plano Rodoviário Nacional, não importa necessariamente na fixação dos respectivos traçados que procurarão as soluções técnicas-econômicas mais vantajosas, demonstradas nos estudos, levantamentos e projetos.

Art. 13. O Conselho Nacional do Petróleo fixará os preços de venda ao consumidor dos derivados do petróleo tabelados, adicionando ao respectivo preço unitário ex-refinaria, calculado nos termos dos artigos 1º e 2º desta Lei, as seguintes parcelas:

I — Custo da distribuição e revenda:

- a) parcela referente às despesas gerais de distribuição;
- b) parcela referente à remuneração patrimonial das empresas que exercem a atividade de distribuição;
- c) parcela de ressarcimento das despesas de transferência de produtos por vias internas;
- d) a parcela referente às despesas gerais e à remuneração patrimonial dos postos e estabelecimentos de revenda dos produtos aos consumidores.

II — Outros custos:

a) as despesas de transferências de produtos por cabotagem, inclusive portuários e correlatos, dos derivados do petróleo tabelados produzidos no País;

b) a parcela relativa à mistura de álcool anidro às gasolinas automotivas;

c) a parcela destinada a atender ao ressarcimento das diferenças no valor de importação dos derivados de petróleo, realizadas de acordo com as cotações internacionais e se verificado pelo Conselho Nacional do Petróleo que o respectivo preço CIF de importação tenha resultado superior ao correspondente preço ex-refinaria vigente no País, estabelecido na forma prevista no art. 2º desta Lei;

d) a parcela de valor correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) dos preços ex-refinaria para atender às despesas de fiscalização, administração e atividades técnicas e científicas correlatas, a cargo do Conselho Nacional do Petróleo;

e) uma parcela adicional no preço de combustível de baixo ponto de fluidez, correspondente a 5% (cinco por cento) do preço ex-refinaria;

f) uma parcela ressarcitiva nos preços dos derivados relativa às diferenças de fretes de transportes de petróleo bruto sobre o valor CIF médio estabelecido para cálculo dos preços, conforme prevê o art. 2º, quando tais diferenças aferem à margem de lucro das refinarias, reduzindo-a a níveis inferiores aos assegurados pelo Conselho Nacional do Petróleo, nos termos da legislação vigente;

g) uma parcela necessária a atribuir aos Estados produtores e equivalente a 6% (seis por cento) de valor do petróleo bruto de produção nacional, verificado trimestralmente, nos termos desta lei, para aplicação de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) na construção e pavimentação de estradas de rodagem;

h) outras parcelas aditivas que vierem a se tornar necessárias, nos termos da legislação vigente e nos limites da competência do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 14. Os preços de venda, tanto para o atacado como para o varejo, fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo, não estarão sujeitos à homologação de qualquer órgão controlador de abastecimento e preços ou entidades de finalidade análoga.

Art. 15. Fica o Conselho Nacional do Petróleo autorizado a arrecadar os recursos correspondentes às parcelas grupadas no item II do art. 13, mantendo-os em contas bancárias especiais que o mesmo Conselho movimentará à vista de documentação apropriada.

§ 1º Fica o Conselho Nacional do Petróleo autorizado a arrecadar as diferenças que ocorrem entre os preços dos derivados de petróleo que vierem a ser importados para complementar o abastecimento nacional e os respectivos preços ex-refinaria estabelecidos nos termos dos artigos 1º e 2º desta lei.

§ 2º Os recursos previstos no parágrafo anterior serão destinados aos fins previstos na alínea c do item II do art. 13 da presente lei.

§ 3º As importâncias correspondentes à arrecadação de que trata a alínea e do item II do art. 13 da presente lei serão aplicadas, por intermédio da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, no financiamento do aparelhamento dos distribuidores, transportadores e consumidores de óleo combustível, para utilização desse produto com alto ponto de fluidez.

§ 4º Os refinadores, distribuidores, transportadores e consumidores ficam obrigados a, dentro do prazo de um ano, se aparelharem para o processamento, distribuição, transporte e consumo de combustível de alto ponto de fluidez.

§ 5º O Presidente do Conselho Nacional do Petróleo comprovará perante o Plenário do Conselho, até 30 de junho do exercício seguinte ao vencido, a administração das contas bancárias previstas neste artigo.

§ 6º Os estoques de petróleo e seus derivados existentes em poder das companhias distribuidoras e das empresas permissionárias de refinação de petróleo, bem como das indústrias de envasilhamento de óleos lubrificantes e produção de graxas, derivados do petróleo, inclusive os produtos químicos importados e utilizados nas indústrias mencionadas, assim como as quantidades em trânsito de quaisquer desses produtos, estão sujeitos ao pagamento da diferença de tributação resultante desta Lei, a qual será recolhida na forma dos artigos 3º e 4º da presente lei.

Art. 16. O DNER manterá em cada Distrito Rodoviário Federal, um "Serviço de Fiscalização Rodoviária". (VETADO), com a incumbência exclusiva de fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional e dos recursos da União para obras rodoviárias entregues aos Estados e Municípios.

§ 1º Em caso de comprovada irregularidade na aplicação dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional por parte de qualquer Estado ou Município, o (VETADO) Serviço de Fiscalização Rodoviária comunicará a ocorrência diretamente ao Conselho Rodoviário Nacional.

§ 2º Cabe ao Conselho Rodoviário Nacional, em face da comunicação a que se refere o parágrafo anterior, determinar a suspensão da entrega aos Estados e Municípios das quotas do Fundo Rodoviário Nacional e dos recursos da União para obras rodoviárias.

§ 3º Os editais de concorrência pública para execução de obras e aquisição de equipamentos à conta dos recursos da União para obras rodoviárias entregues aos Estados e Municípios, serão previamente aprovados pelo (VETADO) Serviço de Fiscalização Rodoviária.

§ 4º O pagamento de obras executadas por firmas empreiteiras à conta de recursos destinados pela União aos Estados e Municípios, somente será efetuado após medições levadas a efeito por comissões nas quais figure um representante do Serviço de Fiscalização Rodoviária.

§ 5.º (VETADO).

Art. 17. (VETADO).

§ 1.º (VETADO).

§ 2.º (VETADO).

Art. 18. O imposto único sobre produtos nacionais será recolhido por verba, devendo o pagamento ser efetuado na repartição arrecadadora no estado em que estiver localizada a fábrica vendedora, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da entrega ao primeiro comprador.

Art. 19. O recolhimento do imposto sobre produtos importados será feito à Alfândega ou Mesa de Renda do porto de desembarque, com base nas quantidades efetivamente descarregadas, sendo um terço no desembarque alfandegário, e o restante após 60 (sessenta) dias, a contar daquela formalidade.

Art. 20. Nos processos que se formarem em repartições públicas e órgãos ou entidades com função fiscalizadora, da União, não se exigirá da PETROBRAS prestação de garantia, real ou fidejussória, inclusive para interpretação de recurso.

Art. 21. (VETADO).

§ 1.º (VETADO).

§ 2.º (VETADO).

§ 3.º (VETADO).

Art. 22. (VETADO).

Art. 23. (VETADO).

Art. 24. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

José Chrysantho

Nelson Lavenère Wanderley

Mauro Thibau

LEI Nº 4.453 — DE 6 DE
NOVEMBRO DE 1964

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro, para os equipamentos e materiais a serem importados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO — destinados à instalação e montagem de uma unidade de produção de butadieno e uma de polimerização e unidades auxiliares de conjunto industrial, no Município de Cabo, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1. É concedida, pelo prazo de trinta meses, isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro, para os equipamentos e materiais a serem importados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO — destinados à instalação e montagem no Município de Cabo Estado de Pernambuco, de uma unidade de produção de butadieno, uma unidade de polimerização e unidades auxiliares de conjunto industrial.

Art. 2º A isenção de que trata o artigo anterior não compreende o material com similar nacional.

Art. 3º A concessão do favor previsto nesta lei dependerá da aprovação do Projeto industrial pelos seguintes órgãos:

a) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

b) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

c) Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.454 — DE 6 DE
NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a unificação de frequência da corrente elétrica no País.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É adotada a frequência de 60 Hertz para distribuição de energia elétrica no território nacional.

Parágrafo único. A unificação da frequência far-se-á, progressivamente,

dentro dos prazos e programas aprovados pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia.

Art. 2º Nenhuma nova instalação de geração de distribuição de energia elétrica, para serviços públicos ou de utilidade pública, será autorizada sem que opere ou possa operar a 60 Hertz, salvo quando circunstâncias excepcionais, devidamente comprovadas, a juízo de Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, contra-indicarem a exigência.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, 6 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mauro Thibau

LEI Nº 4.455 — DE 6 DE
NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 797.904.300,00, para atender às despesas de custeio dos serviços mecanizados do referido Ministério.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda um crédito especial Cr\$ 797.904.300,00 (setecentos e noventa e sete milhões, novecentos e quatro mil e trezentos cruzeiros, para atender às despesas de custeio dos serviços mecanizados a cargo dos órgãos integrantes da mencionada Secretaria de Estado.

Art. 2º O crédito a que se refere o art. 1º será registrado automaticamente pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.456 — DE 6 DE
NOVEMBRO DE 1964

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de despacho aduaneiro, para equipamento a ser importado pela Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada, sediada na Cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, ressalvada a taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento constante da licença nº 38-57-T-178-178, emitida pela Agência do Banco do Brasil S. A. de Joinville, a ser importado pela Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada, sediada na Cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário:

Brasília, 6 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.457 — DE 6 DE
NOVEMBRO DE 1964

Eleva os limites das autorizações concedidas ao Poder Executivo pela Lei nº 1.518, de 24 de dezembro de 1951, para contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica elevado para US\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de dólares) ou o equivalente em outras moedas, o limite da autorização concedida ao Poder Executivo pelo art. 1º da Lei número 1.518, de 24 de dezembro de 1951, para contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior para o fim especial de financiar programas de reaparelhamento de portos, sistemas de transportes, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias básicas e agricultura.

Parágrafo único. A elevação do limite a que se refere este artigo abrangerá, igualmente, os créditos obtidos no exterior para programas de educação, saúde pública, saneamento urbano e rural, comunicações, pesca, amparo à média e pequena indústria.

Art. 2º Fica igualmente elevado para US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares) ou o equivalente em outras moedas, o limite da autorização concedida ao Poder Executivo pelo art. 2º da Lei nº 1.518, de 24 de dezembro de 1951, para dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos concedidos por organismos financiadores estrangeiros e internacionais aos Estados e Municípios, bem como a sociedades de economia mista em que preponderarem as ações do Poder Público, desde que as operações se destinem ao financiamento de programas mencionados no art. 1º e seu parágrafo único.

Art. 3º É lícito nas operações de repasse de recursos fundadas em créditos obtidos ou em garantias prestadas de acordo com esta Lei, adotar-se a cláusula de correção monetária na conformidade dos índices do Conselho Nacional de Economia.

Art. 4º As operações realizadas com base na presente Lei, bem como os atos e contratos respectivos, serão registradas prioritariamente e em regime de urgência pelo Tribunal de Contas da União, cujo regimento interno deverá ajustar-se à necessidade de assegurar o registro preferencial, de sorte a permitir a pronta utilização dos créditos obtidos.

Art. 5º O representante da União na Assembleia Geral Extraordinária

dos Acionistas do Banco do Brasil S.A. promoverá a reforma dos Estatutos sociais deste estabelecimento de crédito, para possibilitar ao mesmo conceder, em caso de necessidade, garantia suplementar ou aval em favor do Tesouro Nacional em contratos de financiamento feitos com base nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.458 — DE 6 DE
NOVEMBRO DE 1964

Altera a redação do inciso IV do artigo 2º da Lei nº 2.661, de 3 de dezembro de 1955, que dispõe sobre a regulamentação do § 4º do artigo 153 da Constituição Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso IV do artigo 2º da Lei nº 2.661, de 3 de dezembro de 1955, que dispõe sobre a regulamentação do § 4º do artigo 153 da Constituição Federal, e dá outras providências, passa a ter a seguinte redação:

“IV — Promover a execução das obras de saneamento das estâncias”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

José Chrysantho

LEI Nº 4.459 — DE 7 DE
NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 107.484.000,00, para atender às despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro ao Concílio Ecumênico Vaticano II.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 107.484.000,00 (cento e sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros), para atender às despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro à Terceira Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata a presente lei, aberto nos termos do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões.

A. B. L. Castello Branco Filho

LEI Nº 4.460. — DE 7 DE
NOVEMBRO DE 1964

Concede pensão especial de Cr\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros) ao servidor Francisco Teixeira Dantas, acidentado em serviço na Base Naval de Natal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida pensão especial vitalícia de Cr\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros) ao ex-operário da Base Naval de Natal, Rio

Grande do Norte, Francisco Teixeira Dantas, acidentado, em serviço.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada a pagamentos de pensionistas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.461 — DE 7 DE
NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 600.000.000,00, para atender às despesas com a desapropriação dos bens da Fundação Gaffrée-Guinle.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É autorizada a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas com a desapropriação de todos os bens que constituem o patrimônio da Fundação Gaffrée-Guinle, de acordo com o Decreto nº 53.335 de 23 de dezembro de 1963.

Art. 2º A abertura do crédito especial dependerá da norma estabelecida no art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Os referidos bens destinam-se à expansão da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Flávio Lacerda.

LEI Nº 4.462 — DE 7 DE
NOVEMBRO DE 1964

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, emolumentos consulares, taxas de armazenagem e capatazias sobre um aeroplano monomotor, instrumentos, máquinas, aparelhos e utensílios a serem importados pela Ordem dos Servos de Maria, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção da taxa de 5% prevista no art. 36 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, excetuada apenas a parcela destinada ao Fundo da Previdência Social das taxas portuárias, inclusive as de armazenagem e dos emolumentos consulares, para os materiais constantes das licenças ns.:

DG-62/4.708 — 4.930 — 1 avião monomotor "Aermacchilockeed".

DG-62/4.709 — 4.931 — 1 Lembrete tipo "Standard".

DG-62/4.710 — 4.932 — 1 Conjunto Moto-bomba "Alfa-Romeo".

DG-62/4.711 — 4.933 — 1 Máquina para fazer cordas e cabos "Federico Dich".

DG-62/4.712 — 4.934 — 3 Máquinas Tipográficas "Original Heidelberg".

DG-62/4.713 — 4.935 — 5 Amplificadores elétricos.

DG-62/4.714 — 4.936 — 1 Conjunto Cinematográfico sonoro marca "Vitória".

DG-62/4.715 — 4.937 — 1 Máquina gráfica "Nebiolo".

DG-62/4.716 — 4.938 — 1 Guilhotina automática para papel "Sarglia".

DG-62/4.717 — 4.939 — 1 Máquina de compor "Linotipo".

DG-62/4.718 — 4.940 — 5 Máquinas tipográficas "Nebiolo".

DG-62/4.719 — 4.941 — 2 Virabrequins do motor "Alfa-Romeo".

DG-62/4.720 — 4.942 — 1 Máquina de calcular e 2 máquinas de escrever semiportáteis.

DG-62/4.721 — 4.943 — 1 Tenda-acampamento.

DG-62/4.722 — 4.944 — Relógio elétrico para Torre.

DG-62/4.723 — 4.945 — Relógio mecânico para Torre.

DG-62/4.724 — 4.946 — 4 Projetores de filmes "Microtécnica".

DG-62/4.725 — 4.947 — 1 Motor diesel marítimo de centro.

DG-62/4.726 — 4.948 — 1 Motor estacionário "Parilla".

DG-62/4.727 — 4.949 — 13 Caixas contendo remédios, roupas e objetos de uso pessoal.

DG-62/4.728 — 4.950 — 1 Duplicador "Multilith".

DG-62/6.014 — 6.197 — Órgão eletrônico "Ahlborn".

DG-62/6.015 — 6.198 — 100 Litros de essência de licor "Gemma d'Abeto", emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, recebidos como doativo da Alemanha e Itália pela Ordem dos Servos de Maria, em benefício das obras missionárias dessa Instituição religiosa, localizada na região amazônica.

Art. 2º A isenção a que se refere o artigo 1º é extensiva aos embarques porventura já efetuados e ainda não desembarçados na Alfândega do Rio de Janeiro.

Art. 3º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional salvo em se tratando de doações recebidas pela Ordem dos Servos de Maria.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões.

(*) LEI Nº 4.463. — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Consultoria Geral da República e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Consultoria-Geral da República, órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, tem por finalidade primordial atender a consultas de ordem jurídica encaminhadas pelo Presidente da República, bem como o desempenho de outras atribuições que forem definidas em regimento próprio.

Art. 2º Fica criado, na forma do Anexo, o Quadro de Pessoal da Consultoria-Geral da República.

Art. 3º Os funcionários que vêm exercendo, por mais de 1 (um) ano, até a data da presente lei, as funções de Assistente do Consultor-Geral da República, designados de acordo com o art. 3º do Decreto nº 52.112, de 17 de junho de 1963, passam a ocupar os cargos de Assistente Jurídico, ora criados.

Parágrafo único. Ficam extintos, nos Quadros de Pessoal de suas respectivas repartições, os cargos ocupados pelos funcionários aproveitados na forma deste artigo.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial no valor de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), para atender, nos exercícios financeiros de 1964 e 1965, aos encargos decorrentes da execução desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

(*) Os anexos a que se refere o texto foram publicados no *Diário Oficial* de 10, republicados no de 12 e retificados no dia 19 de novembro de 1964.

LEI Nº 4.464 — DE 9 DE
NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente,

docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;

c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;

d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;

e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos;

f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres; e

g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:

a) o Diretório Acadêmico (D. A.), em cada estabelecimento de ensino superior;

b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;

c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;

d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal.

Parágrafo único — VETADO.

Art. 3º Compete, privativamente, ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades de ensino da Escola, da Faculdade e da Universidade:

a) patrocinar os interesses do corpo discente;

b) designar a representação prevista em lei junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto integrante de Universidade.

§ 1º A representação a que se refere a alínea b deste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudantes ou estudantes regularmente matriculados, em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento ou Instituto, deverá ainda recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integrem, tudo de acordo com regimentos internos das Faculdades, Escolas e estatutos das Universidades.

§ 2º A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de um determinado curso ou seção.

Art. 4º Compete ao Diretório Estadual de Estudantes realizar, com amplitude estadual, as finalidades previstas no art. 1º desta Lei.

Art. 5º O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes do estabelecimento de ensino superior, eleitos pelo respectivo corpo discente.

§ 1º Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

§ 2º A eleição do Diretório Acadêmico será feita pela votação dos estudantes regularmente matriculados.

§ 3º O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado.

§ 4º O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

Art. 6º A eleição do Diretório Acadêmico será regulada em seu regimento, atendidas as seguintes normas:

a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo elegível apenas o estudante regularmente matriculado, não-repetente, ou dependente, nem em regime parcelado;

b) realização dentro do recinto da Faculdade, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;

c) identificação do votante mediante lista nominal fornecida pela Faculdade;

d) garantia de sigilo do voto e da inviolabilidade da urna;

e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recurso;

f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade.

Parágrafo único A mudança para regime parcelado, trancamento de matrícula ou conclusão de curso importa em cassação de mandato.

Art. 7º O Diretório Estadual de Estudantes será constituído de representantes de cada Diretório Acadêmico ou grupos de Diretórios Acadêmicos existentes no Estado, havendo um máximo de vinte representantes.

Art. 8º A eleição para o Diretório Central de Estudantes e para o Diretório Estadual de Estudantes será regulada nos respectivos regimentos, atendidas, no que couber, as normas previstas no art. 6º e seu parágrafo único.

Art. 9º A composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 15.

Parágrafo único O exercício de quaisquer funções de representação, ou

delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência de frequência.

Art. 10. O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura e que, no seu âmbito de ação, terá as obrigações e os direitos expressos no art. 1º, observará todos os preceitos gerais desta Lei.

§ 1º Poderá ainda o Diretório Nacional de Estudantes promover, durante os períodos de férias escolares, reuniões de estudantes, para debates de caráter técnico.

§ 2º O Diretório Nacional de Estudantes será constituído de um representante de cada Estado, Território e Distrito Federal em que haja órgão previsto no art. 2º, sendo a sua primeira constituição feita dentro do prazo de noventa dias, mediante eleições procedidas nos Diretórios Estaduais, e instruções do Ministério da Educação e Cultura, que fará a primeira convocação.

§ 3º O Diretório Nacional de Estudantes se reunirá na Capital Federal durante os períodos de férias escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidos no regimento, podendo reunir-se extraordinariamente, em qualquer época, por iniciativa justificada da maioria absoluta dos seus membros, do Ministro da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em local previamente designado.

Art. 11. Aplicam-se ao Diretório Estadual de Estudantes, ao Diretório Central de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes as normas estabelecidas no art. 5º e seus parágrafos desta Lei.

Art. 12. As Faculdades e Universidades assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos estudantes.

§ 1º O regimento do Diretório Estadual de Estudantes poderá prever a perda dos mandatos de representantes de Diretórios Centrais e de Diretórios Acadêmicos, bem como o regimento do Diretório Central poderá estabelecer a perda de mandato dos representantes dos Diretórios Acadêmicos, quando os órgãos representados não efetuarem regularmente o pagamento das contribuições que lhes competem.

§ 2º Os órgãos de representação estudantil são obrigados a lançar todo o movimento de receita e despesa em livros apropriados, com a devida comprovação.

§ 3º Os órgãos de representação estudantil apresentarão prestação de contas, ao término de cada gestão, aos órgãos a que se refere o artigo 15, sendo que a não-aprovação das mesmas, se comprovado o uso intencional e indevido dos bens e recursos da entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 13. Os auxílios serão entregues às Universidades, Faculdades ou Escolas isoladas que darão a destinação conveniente e encaminharão os processos de prestação de contas, acompanhados de parecer.

Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Art. 15. A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à Congregação ou ao Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário, quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes.

Parágrafo único. O Conselho de Educação poderá delegar poderes de fiscalização aos Conselhos Universitários.

Art. 16. O regimento de cada Faculdade ou Escola e o estatuto de cada Universidade disporão sobre o prazo dentro do qual seus órgãos deliberativos deverão pronunciar-se sobre as representações feitas pelos órgãos de representação estudantil.

Parágrafo único. Quando a matéria for relativa ao previsto no § 2º do artigo 73, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a decisão de Faculdade ou Escola deverá ocorrer:

a) no prazo de dez dias, em se tratando de não-comparecimento do professor, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios;

b) antes do início do ano letivo seguinte, no caso de não-cumprimento de, pelo menos, três quartos do programa da respectiva cadeira.

Art. 17. O Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não-cumprimento desta Lei.

Parágrafo único. As Congregações e aos Conselhos Universitários caberá a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, dos autos que forem levados a seu conhecimento.

Art. 18. Poderão ser constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de manutenção de obras de caráter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes.

Parágrafo único. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.

Art. 19. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior

adaptarão seus estatutos aos termos da presente Lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 20. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 21. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Lacerda.

LEI Nº 4.465 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1964

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3º, do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º Os valores dos símbolos dos cargos e das funções gratificadas dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, fixados pela Lei nº 4.049, de 23 de fevereiro de 1962, passam a ser os constantes da tabela em anexo.

§ 1º A importância da gratificação de função será igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo ocupado pelo funcionário.

§ 2º Ao funcionário designado para o exercício de encargos de chefia, de assessoramento ou de secretariado, é facultado optar pelo critério estabelecido no parágrafo anterior ou pela percepção do vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo da função gratificada respectiva.

Art. 2º As diárias previstas na Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, não poderão exceder às quantias que, na correspondência de cada nível, padrão, símbolo ou valor de vencimento ou função gratificada, vinham sendo percebidas pelos funcionários civis antes da vigência desta lei.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 4º Aplica-se esta lei aos servidores inativos dos Tribunais Regionais Eleitorais, independente de prévia apostila.

Art. 5º As vantagens financeiras decorrentes desta lei são devidas a partir de 1.º de junho de 1964.

Art. 6º Aplicam-se as disposições da Lei n.º 4.049, de 23 de fevereiro de 1962, aos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, alterado pela Lei n.º 4.207, de 7 de fevereiro de 1963, ressalvada quanto ao art. 8º daquele diploma legal, a situação dos atuais ocupantes dos cargos em comissão.

Art. 7º Os cargos de carreira e os isolados de provimento efetivo dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais serão preenchidos mediante concurso público de provas e títulos, revogado o disposto no parágrafo único do art. 4.º da Lei n.º n.º 4.207 de 7 de fevereiro de 1963.

Art. 8º Aplicam-se aos funcionários das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais o disposto no art. 15 e seus parágrafos da Lei n.º 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 9º Para atender às despesas decorrentes desta lei no exercício financeiro de 1964 (mil novecentos e sessenta e quatro), fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito suplementar de Cr\$ 3.797.200.000,00 (três bilhões, setecentos e noventa e sete milhões e duzentos mil cruzeiros), em reforço da seguinte dotação do vigente Orçamento (Lei n.º 4.295, de 16 de dezembro de 1963), com a seguinte discriminação:

Anexo 5 — Poder Judiciário.

5.04 — Justiça Eleitoral.

5.04.02 — Tribunais Regionais Eleitorais.

Verba 1.0.00 — Custeio.

Conservação 1.1.00 — Pessoal Civil.

Subconservação 1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas.

	Cr\$
01 — T.R.E. de Alagoas	48.600.000,00
02 — T.R.E. do Amazonas	45.700.000,00
03 — T.R.E. da Bahia	281.200.000,00
04 — T.R.E. do Ceará	162.100.000,00
05 — T.R.E. do Distrito Federal	77.300.000,00
06 — T.R.E. do Espírito Santo	70.600.000,00
07 — T.R.E. de Goiás	65.000.000,00
08 — T.R.E. da Guanabara	674.300.000,00
09 — T.R.E. do Maranhão	71.400.000,00
10 — T.R.E. de Mato Grosso	49.500.000,00
11 — T.R.E. de Minas Gerais	383.000.000,00
12 — T.R.E. do Pará	67.900.000,00
13 — T.R.E. de Paraíba	66.400.000,00
14 — T.R.E. do Paraná	161.600.000,00
15 — T.R.E. de Pernambuco	155.200.000,00
16 — T.R.E. do Piauí	63.900.000,00
17 — T.R.E. do Rio de Janeiro	163.800.000,00
18 — T.R.E. do Rio Grande do Norte	80.400.000,00
19 — T.R.E. do Rio Grande do Sul	189.700.000,00
20 — T.R.E. de Santa Catarina	122.000.000,00
21 — T.R.E. de São Paulo	729.200.000,00
22 — T.R.E. de Sergipe	68.400.000,00

Parágrafo único. O referido crédito será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, dispensadas as formalidades do art. 92 do Regulamento-Geral de Contabilidade Pública.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.666 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1964

Determina a arborização das margens das rodovias do Nordeste, bem como a construção de aterros-barragem para represamento de águas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) promoverá a arborização das margens das rodovias federais, construídas e em construção nos Estados do Nordeste.

Art. 2º Os planos de arborização serão levados a efeito nas faixas de domínio das rodovias:

- a) pela Divisão de Construção, nos casos de obra em execução por administração direta;
- b) pelas firmas construtoras, nas obras empreitadas;
- c) pelas turmas de conservação, quando se tratar de trecho já construído e entregue ao tráfego.

Parágrafo único. A administração do DNER, ao elaborar o Programa Anual do trabalho da Repartição, consignará recursos do Fundo Rodoviário Nacional para execução dos planos de arborização das faixas de domínio das rodovias, tendo em vista o disposto nesta Lei.

Art. 3º Na construção de estradas e no melhoramento do trecho para pavimentação superior, na região nordestina, sempre que o local permitir, a Repartição responsável pela execução da obra construirá aterro-barragem para represamento de águas.

Art. 4º Toda a verba consignada no Orçamento da União ou decorrente de crédito especial, para construção ou pavimentação de rodovias no Nor-

deste, atenderá, independentemente de discriminação, a despesas com arborização e aterros-barragem ao longo dos trechos para os quais se destina.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.467 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — o crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica, com a BR-14 (Belém-Brasília), e, dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$.. 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), consignado à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para regularizar o prosseguimento das obras e serviços sob a responsabilidade da Rodobrás e destinado a manter em tráfego regular a BR-14 (Belém-Brasília).

Art. 2º O crédito de que trata a presente lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Gouveia de Bulhões
Oswaldo Cordeiro de Farias
Juarez Távora

LEI Nº 4 468 — DE 12 DE
NOVEMBRO DE 1964

Autoriza a abertura pelo Ministério da Viação e Obras Públicas do crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00 para atender ao pagamento de débitos anteriormente acumulados.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor da Administração do Porto do Rio de Janeiro, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), para atender ao pagamento de seus débitos, acumulados anteriormente e devidamente comprovados.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora

LEI Nº 4 469 — DE 12 DE
NOVEMBRO DE 1964

Dá nova redação ao art. 56 da Lei nº 3.654, de 1959, que dispõe sobre a criação e organização do Quadro de Material Bélico, das Armas de Comunicações e de Engenharia, regula as condições de extinção do Quadro Técnico da Ativa e dá outras providências.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a ter a seguinte redação o art. 56 da Lei nº 3.654, de 4 de novembro de 1959:

“Art. 56. Os civis e as praças das Forças Armadas matriculados no Instituto Militar de Engenharia na forma da letra “b”, do parágrafo 1º do art. 55, ao concluírem os cursos de graduação serão declarados Aspirantes a Oficial da 2ª Classe da Reserva do Quadro de Material Bélico ou das Armas de Engenharia e Comunicações de acordo com suas categorias e especialidades. Os Oficiais e Aspirantes a Oficial da 2ª Classe da Reserva, matriculados nas mesmas condições serão, após a conclusão dos cursos transferidos na mesma Classe da Reserva (R/2) e nos postos que possuírem para o Quadro de Material Bélico ou para as Armas de Engenharia e Comunicações de acordo com suas categorias e especialidades.

Parágrafo único.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Arthur da Costa e Silva

LEI Nº 4 470 — DE 12 DE
NOVEMBRO DE 1964

Revoga o art. 8º da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964, que aprova normas para revisão de preço em contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o art. 8º da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
Vasco da Cunha
Otávio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora
Hugo de Almeida Leme
Flávio Lacerda
Arnaldo Sussekind
Nelson Freire Lavenère Wanderley
Raimundo de Brito
Daniel Faraco
Mauro Thibau
Roberto de Oliveira Campos
Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4 471 — DE 12 DE
NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 65.000 000.00 para atender as despesas decorrentes da visita ao Bra-

sil do Presidente da República Francesa.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, respeitado o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, o crédito especial de Cr\$. . . 65.000 000.00 (sessenta e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Excelência o Senhor Charles de Gaulle, Presidente da República Francesa.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Gouveia de Bulhões
Vasco da Cunha

LEI Nº 4.472 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 402.322.243,10, em reforço à dotação que especifica.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar o crédito suplementar de Cr\$ 402.322.243,10 (quatrocentos e dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e três cruzeiros e dez centavos), em reforço das seguintes dotações consignadas no Orçamento Geral da União (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963).

ANEXO 5 — PODER JUDICIÁRIO

03.01 — Superior Tribunal Militar

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignações	Cr\$
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas	178.322.732,00
1.1.03 — Ajuda de Custo	3.000.000,00
1.1.04 — Diárias	1.500.000,00
1.1.05 — Substituições	3.000.000,00
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens; pedágio	1.500.000,00

Consignação 1.5.00 — *Serviços de Terceiros*

03.02 — Auditorias		
02.01 — Auditoria de correição		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		8.934.292,00
02.02 — 1ª Auditoria da Aeronáutica		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		6.035.160,50
1.1.05 — Substituições		2.500.000,00
02.03 — 2ª Auditoria da Aeronáutica		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		5.158.325,90
1.1.05 — Substituições		2.000.000,00
02.04 — 1ª Auditoria de Guerra da 1ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		546.516,30
1.1.05 — Substituições		3.500.000,00
02.05 — 2ª Auditoria de Guerra da 1ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		12.306.737,50
1.1.05 — Substituições		3.000.000,00
02.06 — 3ª Auditoria de Guerra da 1ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		1.886.559,80
1.1.05 — Substituições		2.000.000,00
02.19 — 1ª Auditoria da Marinha		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		322.609,40
1.1.05 — Substituições		2.000.000,00
02.20 — 2ª Auditoria da Marinha		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		962.058,80
1.1.05 — Substituições		2.500.000,00
02.07 — 1ª Auditoria de Guerra da 2ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		11.368.750,00
1.1.05 — Substituições		2.500.000,00
02.08 — 2ª Auditoria de Guerra da 2ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		11.368.750,00
1.1.05 — Substituições		2.500.000,00
02.09 — 1ª Auditoria de Guerra da 3ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		14.529.250,00
1.1.05 — Substituições		2.500.000,00
02.10 — 2ª Auditoria de Guerra da 3ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		12.639.000,00
1.1.05 — Substituições		4.500.000,00
02.11 — 3ª Auditoria de Guerra da 3ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		11.639.000,00
1.1.05 — Substituições		2.500.000,00
02.12 — Auditoria de Guerra da 4ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		11.368.750,00
1.1.05 — Substituições		2.500.000,00
02.13 — Auditoria de Guerra da 5ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		11.368.750,00
1.1.05 — Substituições		2.500.000,00
02.14 — Auditoria de Guerra da 6ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		11.368.750,00
1.1.05 — Substituições		2.500.000,00
02.15 — Auditoria de Guerra da 7ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		12.458.750,00
1.1.05 — Substituições		3.500.000,00
02.16 — Auditoria de Guerra da 8ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		11.368.750,00
1.1.05 — Substituições		2.500.000,00
02.17 — Auditoria de Guerra da 9ª R.M.		
1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas		11.368.750,00
1.1.05 — Substituições		2.500.000,00
Total Geral da suplementação		402.322.243,10

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.473 — DE 12 DE
NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre atribuições das autoridades para fiscalizar a entrada de estrangeiros no território nacional, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As autoridades de Polícia cabe fiscalizar a entrada no território nacional de estrangeiros e impedir a entrada dos que não satisfaçam às exigências regulamentares ou que, por motivos de ordem pública e na forma da lei, não devam ser admitidos no Brasil.

§ 1º O impedimento suscitado pelo Serviço de Saúde não será levantado sem autorização escrita.

§ 2º No caso de entrada de estrangeiros sob o regime de imigração dirigida, a autoridade de Polícia remeterá uma relação dos mesmos ao órgão federal encarregado dos serviços de imigração, com o qual a mesma autoridade se entenderá sobre as providências a serem adotadas quanto a esses imigrantes.

Art. 2º Os transportadores marítimos, fluviais ou aéreos são responsáveis pelo embarque e pelo transporte de estrangeiros para o Brasil sem estarem munidos dos documentos e dos vistos exigidos pela legislação nacional.

Parágrafo único. Em caso de impedimento de entrada de passageiros, de embarcação ou aeronave, o transportador fica obrigado a, por sua conta, reconduzi-lo para o exterior, podendo reembarcá-lo em outra embarcação ou aeronave, satisfeitas as medidas determinadas pela autoridade de Polícia para o transbordo.

Art. 3º As autoridades de Polícia cabe conceder aos estrangeiros visto de saída do território nacional, na conformidade da legislação em vigor.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério das Relações Exteriores a concessão do "visto de retorno" ao estrangeiro com residência permanente no país, portador da carteira modelo 19 válida, quando a ausência exceder de um ano, prorrogável por igual período pela autoridade consular, e o passaporte já contiver o respectivo visto de saída.

Art. 4º Considerar-se-á turista o estrangeiro que, em caráter de visitante temporário, entrar ou desembarcar no território nacional, sem nele ter residência, para permanecer por período não superior a três (3) meses, com finalidade não imigratória, como turismo, recreação, esportes, saúde, razões de família, estudos, peregrinações religiosas ou negócios e sem exercer qualquer atividade remunerada ou de natureza política durante a sua estada no território nacional.

§ 1º A dispensa da exigência de visto consular aos turistas, cidadãos de países americanos, previstas no art. 1º da Lei nº 2.526, de 1955, é estendida aos cidadãos de todos os países, com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas e assegurem aos brasileiros facilidades idênticas.

§ 2º Ao estrangeiro em viagem de turismo será exigido apenas o documento comprobatório de sua permanência legal no país, podendo ser-lhe concedido o prazo de permanência de seis (6) meses, prorrogável por igual prazo.

Art. 5º Os passageiros, malas postais e cargas procedentes do exterior por via aérea só poderão ser desembarcados em aeroportos internacionais e sob a fiscalização e o controle das autoridades de Saúde, de Polícia e da Alfândega. Igualmente o embarque de passageiros, malas postais e

cargas com destino ao exterior por via aérea só poderá ser efetuado em aeroportos internacionais e sob a fiscalização das mesmas autoridades.

Art. 6º Toda aeronave privada, nacional ou estrangeira, procedente do exterior e com destino ao Brasil deverá fazer o seu primeiro pouso em aeroporto internacional e, quando tiver de sair do território brasileiro, deverá fazer sua última decolagem também de aeroporto internacional.

Art. 7º A autoridade aeronáutica determinará a detenção da aeronave estrangeira que:

a) ao sobrevoar o território nacional infringir as Convenções e Acórdos Internacionais ou as autorizações concedidas para esse sobrevoô;

b) deixar de realizar em aeroporto internacional o primeiro pouso em território brasileiro;

c) quando solicitada sua detenção pelas autoridades de Saúde, Polícia ou Alfândega.

Art. 8º Será determinada também pela autoridade aeronáutica a detenção de aeronave nacional que:

a) deixar de realizar em aeroporto internacional o primeiro pouso ao entrar no território nacional;

b) tiver saído do território nacional sem realizar sua última decolagem em aeroporto internacional;

c) quando solicitada sua detenção pelas autoridades de Saúde, Polícia ou Alfândega.

Art. 9º Nos casos previstos nas alíneas a e b dos arts. 7º e 8º, a aeronave será liberada quando satisfeitas as exigências legais e regulamentares, e paga a multa prevista nesta lei, devendo a autoridade aeronáutica determinar prazo e rota de retorno para a aeronave estrangeira.

Art. 10. Se a detenção da aeronave nacional ou estrangeira, tiver sido determinada a pedido das autoridades de Saúde, Polícia ou Alfândega, na conformidade da alínea c dos artigos 7º e 8º, ou por ele ter sido instaurado processo por atividade ilícita ou criminosa do proprietário ou explorador da aeronave, ou do seu comandante, a autoridade aeronáutica não liberará a aeronave até decisão da autoridade competente.

Art. 11. As infrações de disposições sobre a entrada e permanência de estrangeiros no Brasil serão apreciadas pelas autoridades de Polícia, ca-

bendo-lhes aplicar as penalidades previstas nas leis e regulamentos em vigor e impor ao transportador, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 2º desta Lei, multa equivalente ao preço da passagem, em moeda nacional e no mesmo meio de transporte, correspondente ao trecho da última escala no exterior até o ponto de entrada no território nacional previsto no bilhete da passagem do estrangeiro impedido de desembarcar.

Art. 12. Por qualquer das infrações previstas nos arts. 7º e 8º desta Lei, e além de detenção da aeronave, a Autoridade Aeronáutica aplicará ao proprietário ou explorador da aeronave, nacional ou estrangeira, uma multa correspondente ao triplo da taxa aeroportuária paga pelo pouso no aeroporto utilizado ou da taxa que deveria ter pago no aeroporto que deixou de utilizar, ficando dependente do pagamento dessa multa a liberação da aeronave (arts. 9º e 10º).

Parágrafo único. Não será aplicada multa se comprovado pouso de emergência, por motivo de força maior.

Art. 13. As multas, de que tratam os arts. 11 e 12, e a taxa referida no art. 11, serão arrecadadas mediante pagamento em selo, de preferência, por verba.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas a Lei nº 4.322, de 7 de abril de 1964, e as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143ª da Independência e 76ª da República.

H. CASTELLO BRANCO.
Otávio Gouveia de Bulhões.
Vasco da Cunha

LEI Nº 4.474 — DE 12 DE NOVEMBRO
DE 1964

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas da União.
O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam extintos, no Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas

da União, um (1) cargo isolado de provimento em comissão de Secretário da Presidência, símbolo TC; uma função gratificada, símbolo FG-3, de Chefe de Comunicações e uma função gratificada, símbolo FG-3, de Chefe da Biblioteca.

Art. 2º São criados no mesmo Quadro, 2 (dois) cargos isolados de provimento em comissão de Diretor; símbolo TC-O.

Art. 3º A função de Secretário da Presidência será exercida por um dos Diretores do Tribunal, mediante designação do Ministro-Presidente.

Art. 4º São criadas, no mesmo Tribunal; seis (6) funções gratificadas de Chefe de Seção; símbolo FG-2; e duas (2) funções gratificadas de Secretário de Diretor; símbolo FG-4.

Art. 5º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.475 — DE 12 DE NOVEMBRO
DE 1964

Concede pensão especial a Lucinda de Jesus Maduro, viúva de José Augusto Maduro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a Lucinda de Jesus Maduro, viúva de José Augusto Maduro, feitor referência 20; da Estrada do Ferro Central do Brasil falecido em acidente ocorrido no serviço em 7 de junho de 1945 uma pensão especial correspondente à metade do vencimento que seu marido percebia à data do evento assegurando-se-lhe o direito às diferenças dos aumentos subsequentes a que faria jus o "de cujus" até a vigência da presente lei.

Art. 2º Esta pensão será sempre

atualizada e de-a serão deduzidas as parcelas que a este título já vem sendo pagas no I.A.P.F.E.S.P., desde a data da concessão inicial.

Art. 3º As despesas correrão à conta da dotação própria, orçamentária destinada ao pagamento de pensionistas do Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revêgam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.476 — DE 12 DE
NOVEMBRO DE 1964

Estabelece a precedência funcional entre Oficiais Gerais dos postos de Almirante-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A precedência funcional, a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946, entre Oficiais Gerais das Forças Armadas, dos postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro, fica estabelecida, de acordo com os cargos desempenhados, na seguinte ordem:

- a) Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
- b) Chefe do Estado-Maior da Armada, do Exército e da Aeronáutica;
- c) Comandante da Escola Superior de Guerra;
- d) Chefes de Departamentos, Secretários-Gerais, Inspectores-Gerais e Diretores-Gerais;
- e) Comandante-em-Chefe da Esquadra, Comandante de Exército e Comandantes de Zonas Aéreas.

§ 1º Dentro de cada uma das categorias acima ordenadas, a precedência será regulada: numa mesma Força Armada, pela antiguidade relativa de posto; entre as diferentes Forças Ar-

madras, pelo critério histórico de criação dos respectivos Ministérios.

§ 2º A precedência funcional não prevalecerá quando o cargo correspondente fôr exercido por Oficial-geral de posto inferior ao fixado neste artigo.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ernesto de Mello Baptista

Arthur da Costa e Silva

Nelson Freire Lavenère Wanderley

LEI Nº 4.477 — DE 12 DE
NOVEMBRO DE 1964

Modifica os arts. 1º e 3º da Lei número 3.058, de 22 de dezembro de 1.956, que atualiza a contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3 058, de 22 de dezembro de 1956, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, para o Montepio Civil, corresponderá, a partir da presente lei, a 25ª parte do vencimento e acréscimos e a pensão mensal, devida aos seus herdeiros, será igual a 15 vezes a contribuição”.

Parágrafo único. Os Ministros em inatividade poderão descontar mensalmente quota igual a dos que estejam em atividade, desde que o requeram por escrito, até 6 (seis) meses depois da presente lei à Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional, ficando assegurada aos seus

herdeiros a pensão mensal de 15 (quinze) vezes a contribuição.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 3 058, de 22 de dezembro de 1956 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A pensão de Montepio Civil de que trata a presente Lei será sempre atualizada pela tabela de vencimentos que estiver em vigor inclusive quanto aos beneficiários dos contribuintes já falecidos, cobrando-se, em 12 (doze) prestações mensais, a diferença das contribuições”.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.478 — DE 12 DE
NOVEMBRO DE 1964

Cria, na 8ª Região da Justiça do Trabalho, cargos e funções necessários ao funcionamento das Juntas de Conciliação e Julgamento de Manaus e Parintins, no Estado do Amazonas.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criados, na 8ª Região da Justiça do Trabalho, a fim de suprir omissão da Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962, na parte em que cria, no Estado do Amazonas, duas Juntas de Conciliação e Julgamento, sendo uma em Manaus e outra em Parintins, os seguintes cargos e funções:

2 (dois) cargos de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento;

2 (dois) cargos de Suplente de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento;

4 (quatro) funções de Vogal, sendo 2 (duas) para representação de empregados e 2 (duas) para a de empregadores.

§ 1º Haverá um Suplente para cada Vogal.

§ 2º Os vencimentos e as gratificações dos cargos e funções de que trata este artigo são regulados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, com as alterações posteriores.

Art. 2º Os mandatos dos vogais cujas funções são criadas nesta lei, terminarão, simultaneamente, com os dos atuais titulares das demais Juntas do Estado do Amazonas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.479 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 278.690.500,00 (duzentos e setenta e oito milhões seiscentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros), destinado a atender as despesas com a ligação ferroviária Belo Horizonte-Itabira-Peçanha.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 278.690.500,00 (duzentos e setenta e oito milhões, seiscentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da desapropriação dos imóveis necessários à ligação ferroviária Belo Horizonte-Itabira-Peçanha.

Art. 2º Observado o disposto no art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o crédito especial de que trata a presente lei terá validade durante três exercícios financeiros e será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.480 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1964

Regula a tributação, pelo imposto de renda, dos direitos de autor, da remuneração de professores e jornalistas e dos vencimentos dos magistrados.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam sujeitas ao imposto de renda, mediante desconto pelas fontes pagadoras e inclusão dos rendimentos na declaração da pessoa física beneficiada, nas cédulas em que couberem as importâncias correspondentes a direitos de autor e as relativas ao exercício da magistratura ou da profissão de jornalista ou de professor, devidas a partir de 1º de agosto de 1964.

Art. 2º O imposto de renda, a que estão sujeitos os magistrados, na forma da legislação vigente, não será superior a dois meses dos seus vencimentos.

Parágrafo único. O pagamento do imposto na importância prevista neste artigo mediante requerimento, poderá ser feito em duodécimo fazendo-se o desconto em folha.

Art. 3º Os rendimentos da propriedade literária, artística e científica, assim definidos os direitos de autores, compositores, escritores e outros

que se lhe assemelhem serão classificados na letra "d".

Parágrafo único. vetado

Art. 4º Ficam revogadas as disposições dos artigos 15 e 99 da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de novembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.481 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1964

Altera disposições das Leis nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e nº 4.383, de 28 de agosto de 1964

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O § 2º do art. 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, fica substituído pelo seguinte:

"§ 2º Até 30 de novembro de 1964, as pessoas jurídicas ficam obrigadas a processar o reajustamento do seu capital social pela correção monetária dos valores do seu ativo imobilizado, constante do último balanço, e, dentro do mesmo prazo, deverão efetuar o recolhimento da primeira prestação do imposto estabelecido no § 7º ou da importância, em dobro, correspondente ao valor das Obrigações, de acordo com o § 8º".

Parágrafo único. Para a finalidade indicada no § 2º do art. 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, nos termos da presente Lei, as assembleias de acionistas poder-se-ão reunir para deliberar, em primeira convocação, com a presença de qualquer número de sócios.

Art. 2º O prazo estabelecido no § 6º do art. 4º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, passa a se vencer em 30 de novembro de 1964.

Art. 3º O prazo indicado na alínea *a* do § 8º do art. 7º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, passa a se vencer a 15 de dezembro de 1964.

Art. 4º O § 7º do art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 7º Os débitos fiscais liquidados até 30 de novembro de 1964 gozarão de redução de cinquenta por cento do valor das multas correspondentes e ficarão excluídos dos efeitos da correção monetária a que se refere este artigo".

Art. 5º Os prazos estabelecidos nas alíneas *b* e *c* do § 8º, relativamente ao pagamento da primeira prestação do débito, e no § 9º do art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, passam a se vencer a 30 de novembro de 1964.

Art. 6º As disposições dos arts. 4º e 5º aplicam-se, também, aos débitos de que trata o art. 8º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 7º O art. 29 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. Para efeito de Imposto de Renda e da correção monetária prevista pela Lei, consideram-se bens imóveis as florestas e as árvores em pé, constantes do ativo das empresas industriais de madeiras, carpintarias, tanoarias, fábricas de papel, de celulose,

pastas de madeiras, compensados, laminados e outras similares, desde que adquiridas há mais de três anos, com ou sem terra, mediante escritura pública.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, são considerados bens imóveis as árvores oriundas do reflorestamento".

Art. 8º (VETADO)

Art. 9º O art. 12 e seus parágrafos da Lei nº 4.388, de 28 de agosto de 1964, ficam substituídos pelos seguintes:

"Art. 12 Contar-se-ão em dias corridos os prazos estabelecidos na lei e regulamentos fiscais.

§ 1º O prazo para apresentação de defesa ou reclamação contra exigência fiscal de recursos ou pedidos de reconsideração aos Conselhos de Contribuintes e Superior de Tarifa, será de trinta dias corridos

§ 2º Os prazos que se vencerem em sábados, domingos, feriados ou dia em que não haja expediente nas repartições federais terminarão no primeiro dia útil seguinte".

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.482 — DE 14 DE
NOVEMBRO DE 1964

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para os equipamentos, suas peças e sobressalentes, destinados à instalação ou ampliação de indústrias complementares da construção naval.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de despacho aduaneiro, para os equipamentos, suas peças e sobressalentes, chegados ao país no prazo de 3 (três) anos, a partir da publicação desta lei destinados à instalação ou ampliação de indústrias complementares da construção naval e que tenham por finalidade a produção de:

- a) motores Diesel para propulsão;
- b) motores Diesel para grupos geradores de energia elétrica;
- c) turbinas para propulsão e
- d) engrenagens redutoras.

§ 1º As isenções concedidas não se aplicam a materiais com similar nacional ressalvada a hipótese de peça ou peças integrantes de unidade não fabricada no país.

§ 2º No caso de projetos que incluam a produção de outros materiais, as isenções somente se aplicam à parcela dos equipamentos, suas peças e sobressalentes, que tenha por objetivo a fabricação dos bens especificados neste artigo.

Art. 2º A concessão das isenções previstas no artigo anterior dependerá da aprovação dos projetos industriais pelo Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (GEICON), ao qual competirá verificar a efetiva aplicação dos materiais importados.

Parágrafo único. Os equipamentos, suas peças e sobressalentes, a que se refere o artigo anterior, serão desembaraçados mediante portaria dos inspetores das alfândegas após a devida notificação pelo Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (GEICON).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de novembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ernesto de Mello Baptista
Octávio Gouveia de Bulhões
Judrez Távora

LEI N.º 4.483 — de 13 de
NOVEMBRO DE 1964

Reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ao Departamento Federal de Segurança Pública (D.F.S.P.), com sede no Distrito Federal, diretamente subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dirigido por um Diretor-Geral, nomeado em comissão e da livre escolha do Presidente da República, compete, em todo território nacional:

a) a superintendência dos serviços de Polícia marítima, aérea e de fronteiras;

b) a fiscalização nas fronteiras terrestres e na orla marítima;

c) a apuração, com a cooperação dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda e em colaboração com as autoridades dos Estados, dos ilícitos penais praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União;

d) a apuração em colaboração com as autoridades dos Estados, dos crimes que, por sua natureza, características ou amplitude transcendam o âmbito de uma unidade federada ou que, em virtude de tratados ou convenções internacionais, o Brasil se obrigou a reprimir;

e) a investigação e apuração, em colaboração com as autoridades dos Estados de crimes praticados contra agentes federais, no exercício de suas funções;

f) a censura de diversões públicas, em especial, a referente a filmes cinematográficos, quando transponham o âmbito de um Estado;

g) a execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de me-

didadas tendentes a assegurar a incolumidade física do Presidente da República, de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

h) a coordenação e a interligação, no país, dos serviços de identificação, datiloscópica, civil e criminal;

i) a formação, o treinamento e a especialização profissional de seu pessoal e, quando solicitado de integrantes das Polícias dos Estados, Distrito Federal e Territórios,

j) a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada;

l) a cooperação, no país, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional ou interestadual;

m) a supervisão e a colaboração no policiamento das rodovias federais;

n) a execução de outros serviços de policiamento atribuídos à União, de conformidade com a legislação em vigor;

o) a apuração dos crimes nas condições previstas no art. 5º do Código Penal, quando solicitado pelas autoridades estaduais ou ocorrer interesse da União;

p) a apuração dos crimes contra a vida ou contra comunicações silvícolas no país, em colaboração com o Serviço de Proteção aos Índios.

Parágrafo único — A nomeação do Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) só será feita depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.

Art. 2º O D.F.S.P. compõe-se de: — Gabinete do Diretor-Geral (GDG);

— Conselho Superior de Polícia (CSP);

— Divisão de Operações (D.O.);

— Polícia Federal de Investigações (PFI);

— Polícia Federal de Segurança (P.F.S.);

— Instituto Nacional de Identificação (INI);

— Instituto Nacional de Criminalística (INC);

— Academia Nacional de Polícia (ANP);

— Divisão de Administração (DA);

— Divisão de Serviços Gerais (DSG);

§ 1º — O Conselho Superior de Polícia (C. S. P.) é órgão consultivo

e opinativo do D.F.S.P., competindo-lhe, ainda, a apreciação do merecimento e do julgamento disciplinar.

§ 2º A Corregedoria integrará o Gabinete do Diretor-Geral.

Art. 3º A Divisão de Operações (D O) compreenderá:

- Serviço de Planejamento (S P),
- Serviço de Operações (S O);
- Serviço de Informações (S I);

Art. 4º A Polícia Federal de Investigações (PFI), compreenderá:

- Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPMAF);
- Divisão de Repressão ao Contrabando e ao Descaminho (DRCD);
- Divisão de Polícia Fazendária (DPF);
- Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes (SRTE);
- Serviço de Repressão ao Tráfico de Pessoas (SRTP).

Art. 5º A Polícia Federal de Segurança (PFS) compreenderá:

- Divisão de Ordem Política e Social (DOPS);
- Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP);
- Serviço de Polícia Rodoviária (SPR);
- Serviço de Diligências Especiais (SDE).

Art. 6º Para o desempenho dos encargos que lhes são atribuídos, DFSP organizará Delegacias Regionais no território nacional, de 3 (três) categorias, segundo sua importância, as quais serão situadas, instaladas e estruturadas por decreto do Poder Executivo, de acordo com as necessidades do serviço.

Parágrafo único. O DFSP na forma do artigo 18, parágrafo 3º, da Constituição Federal, promoverá com as Unidades da Federação os convênios necessários ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 7º Nas investigações a que se referem as letras "c" "d" e "e" do artigo 1º, desta lei, os funcionários do DFSP, delas incumbidos, agirão em coordenação com os demais funcionários federais em serviço na região e em colaboração com as autoridades das polícias locais as quais darão e delas, reciprocamente receberão todo o apoio e assistência necessários ao perfeito cumprimento da missão.

§ 1º Os órgãos do DFSP encarregados dessas investigações, poderão promovê-las através de processo próprio, paralela ou independentemente dos processos policiais administrativos que tenham sido instaurados sobre o mesmo fato, sempre que circunstâncias relevantes assim o recomendarem.

§ 2º Os procuradores da República nos Estados serão cientificados pelo DFSP, diretamente ou através de suas Delegacias, da instauração do processo, dos motivos que o determinaram, das conclusões a que chegou e do destino que lhe foi dado para os efeitos do disposto nos artigos 37 e 38, da Lei número 1.341 de 30 de janeiro de 1951.

§ 3º O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por solicitação do Diretor-Geral, poderá requisitar de qualquer Ministério, no interesse do serviço do Departamento Federal de Segurança Pública, os funcionários necessários.

Art. 8º A estrutura e a competência dos órgãos componentes do DFSP bem como as atribuições de seu pessoal, serão fixadas em regulamento pelo Poder Executivo, no prazo de noventa (90) dias observado o disposto nos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 10, 11, 12, 13 e 14 desta Lei.

Parágrafo único. No prazo previsto neste artigo, o Poder Executivo encaminhará Mensagem ao Congresso Nacional, acompanhada de projeto do Estatuto Policial.

Art. 9º O DFSP terá autonomia administrativa, sendo no Orçamento Geral da República, todas as suas despesas atendidas através de dotações globais.

§ 1º As dotações referidas neste artigo, serão automaticamente registradas pelo Tribunal de Contas da União e distribuídas à Tesouraria do D. F. S. P.

§ 2º Até o dia 15 de dezembro de cada exercício, o Diretor-Geral do DFSP, submeterá à apreciação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores um plano de aplicação das verbas consignadas no orçamento do ano seguinte.

§ 3º Durante o exercício financeiro, mediante autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, poderá ser alterada a discriminação das despesas de que trata o parágrafo precedente.

Art. 10. O DFSP contará com uma Contadoria Seccional, com as atribuições que lhe são próprias.

Art. 11. A aquisição de material bem como as obras que se tornarem necessárias, serão efetuadas mediante concorrência pública ou prévia coleta de preços pelo DFSP observadas as normas adotadas pelo Departamento Federal de Compras e de acordo com o Código de Contabilidade e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

Art. 12. Mediante o emprêgo de carimbo especial, a correspondência postal-telegráfica, ou através de outros meios de comunicação do DFSP e das Polícias dos Estados, Distrito Federal e Territórios com aquele, gozará de franquia e terá o caráter de urgente.

Art. 13. Aos integrantes do DFSP expressamente credenciados pelo Diretor-Geral, mediante documento hábil será assegurada, quando em cumprimento de diligência especial de caráter urgente, prioridade em todos os serviços de transporte e comunicações, públicos ou privados, no território nacional.

Art. 14. Os quadros do Pessoal do DFSP são os constantes dos anexos a esta Lei e a ele expressamente referidos.

Parágrafo único. O provimento dos cargos efetivos do Serviço Policia (POL), constantes dos Quadros de que cogita este artigo, ainda quando se trate de acesso, fica condicionado à aprovação em curso especializado na Academia Nacional de Polícia, onde o candidato ingressara, após prévio concurso público de provas; dependendo de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, o provimento dos demais cargos constantes dos referidos Quadros.

Art. 15. A Polícia do Distrito Federal, integrada no DFSP incumbem o policiamento e a segurança da Capital da República e das demais áreas que delimitam o território do mesmo Distrito.

Parágrafo único. A partir de 31 de janeiro de 1966, a Polícia do Distrito Federal, integrará a Secretaria de Segurança Pública do mesmo Distrito, e terá definida, por decreto do

Poder Executivo da República, a sua subordinação administrativa.

Art. 16. A Polícia do Distrito Federal compõe-se de:

- Gabinete (GAB);
- Conselho Superior da Polícia do Distrito Federal (CSPDF);
- Central de Operações (CO);
- Divisão de Polícia Judiciária — (DPJ);
- Divisão de Polícia Técnica — (DPT);
- Divisão de Operações (DO);
- Divisão de Serviços Gerais — (DSG);
- Polícia Militar (PMDF);
- Corpo de Bombeiros (CBDF);

§ 1º Para a execução do serviço de policiamento e segurança, a Polícia do Distrito Federal, organizará as polícias, no território de sua jurisdição, inicialmente em número de cinco (5), situadas, instaladas e estruturadas por decreto do Poder Executivo.

§ 2º A estrutura e a competência dos órgãos componentes da Polícia do Distrito Federal, bem como as atribuições de seu pessoal, serão regulamentados pelo Poder Executivo, no prazo de noventa (90) dias, observado o disposto nos artigos 15, 17 e 18 desta Lei.

§ 3º A Polícia do Distrito Federal, enquanto integrar o DFSP, será dirigida por um Chefe de Polícia, nomeado em comissão pelo Presidente da República.

§ 4º É fixada em Cr\$ 600 000,00 (seiscentos mil cruzeiros) mensais a remuneração do cargo em comissão, referido no parágrafo 3º deste artigo.

Art. 17. O Quadro do Pessoal Civil da Polícia do Distrito Federal, é o que, nas tabelas anexas a ela se refere expressamente. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, terão seus quadros e efetivos reorganizados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Para provimento dos cargos constantes do quadro do pessoal civil referido neste artigo, observar-se-á o disposto no parágrafo único do artigo 14, desta Lei.

Art. 18. O Poder Executivo, dentro de noventa (90) dias, e de acordo com proposta apresentada pelo Diretor-Geral do DFSP, lotará nos quadros desse Departamento ou nos da Polícia do Distrito Federal, os atuais servidores do DFSP, efetivados por força do disposto no parágrafo único do artigo 23, da Lei nº 4.369, de 11 de junho de 1962 e, bem assim, os funcionários que retornaram aos serviços da União — nos termos do artigo 46 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 19. O enquadramento dos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, admitidos até a vigência da Lei nº 4.369 de 11 de junho de 1962, e, conseqüentemente, amparados pelo disposto no parágrafo único, do artigo 23, da referida Lei, far-se-á nos Quadros constantes dos Anexos da presente Lei, atendidas as peculiaridades de atribuições e remuneração, à época da efetivação e observado o constante no Decreto nº 52.265, de 16 de julho de 1963.

Parágrafo único. Os servidores em exercício no DFSP, na vigência desta Lei, cuja situação não esteja prevista neste artigo, serão aproveitados nas classes constantes dos Quadros em Anexo, equivalentes às funções que exercem e atendidas as peculiaridades de atribuições e remuneração e, bem assim, o constante do Decreto número 52.265 de 16 de julho de 1963 ficando matriculados, compulsoriamente, em cursos correspondentes da Academia Nacional de Polícia, ao término dos quais, se aprovados, serão automaticamente efetivados.

Art. 20. Ao Pessoal civil transferido para o serviço da União por força do artigo 46, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e, bem assim, ao referido no Decreto nº 51.523 de 19 de agosto de 1962, lotado no Departamento Federal de Segurança Pública, ou na Polícia do Distrito Federal, aplicam-se as mesmas regras de enquadramento e os mesmos critérios previstos no artigo anterior, devendo integrar os referidos quadros, de acordo com a organização e escalonamento hierárquicos, em que venham a ser constituídos.

Art. 21. Os servidores referidos no artigo anterior, que não venham a integrar os quadros ora criados, os do

Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovados pelo Decreto número 51.629, de 10 de dezembro de 1962, e, bem assim os de responsabilidade da União constituirão Quadros de Pessoal, controlados pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, grupados de acordo com os critérios de enquadramento que forem aplicáveis, devendo os cargos ser suprimidos, por decreto, à medida em que vagarem nas classes iniciais.

Art. 22. Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 23. Vetado.

Art. 24. São suprimidos no Grupo Ocupacional PF-300 — Segurança Pública e investigação quatro (4) cargos de Agentes de Polícia Federal — B — e criados no Grupo Ocupacional EC — 700 — Pesquisa e Orientação Educacional, quatro (4) cargos de Professor de Educação Física.

Art. 25. Para o atendimento de suas finalidades e de conformidade com o art. 6º desta Lei o D.F.S.P. instalará, desde logo, oito (8) Delegacias Regionais no território nacional.

Art. 26. No corrente exercício, as despesas com o D.F.S.P., ressalvadas as decorrentes da aplicação da Lei nº 4.345 de 26 de junho de 1964, serão atendidas pelas dotações próprias consignadas no Orçamento da União, e, em relação ao pessoal referido no art. 20 *in fine* mediante destaque das dotações consignadas no Anexo nº 4 — Poder Executivo Sub-anexo nº 4.24 — Órgãos transferidos da União para o Estado da Guanabara — do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Para atender às despesas de qualquer natureza decorrentes da instalação e custeio dos serviços previstos nesta Lei é o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros).

Art. 27. É revogada, a Lei nº 2.492 de 21 de maio de 1955, bem como o art. 53 e seus parágrafos, da Lei número 3.751, de 13 de abril de 1960, e demais disposições em contrário.

Art. 28. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

ANEXO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

N.º de Cargos	DENOMINAÇÃO	Símbolo	Qualificação
	DIREÇÃO SUPERIOR		
1	Diretor-Geral	(*)	
1	Chefe de Gabinete	1-C	
1	Diretor da Divisão de Operações	1-C	
1	Corregedor	2-C	
	DIREÇÃO INTERMEDIÁRIA		
1	Diretor da Divisão de Administração	3-C	Funcionário do D.F.S.P.
1	Diretor da Divisão de Serviços Gerais	3-C	
1	Diretor do Instituto Nacional de Criminalística	3-C	Funcionário do D.F.S.P.
1	Diretor do Instituto Nacional de Identificação	3-C	Funcionário do D.F.S.P.
1	Diretor da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras — P. F. I.	4-C	Delegado ou Insp. Polícia Federal
1	Diretor da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho — P. F. I.	4-C	Delegado ou Insp. Polícia Federal
1	Diretor da Divisão de Polícia Fazendária — P. F. I.	4-C	Delegado ou Insp. Polícia Federal
1	Diretor da Divisão de Ordem Política e Social — P. F. S.	4-C	
1	Chefe do Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes — P. F. I.	5-C	Delegado ou Insp. Polícia Federal
1	Chefe do Serviço de Repressão ao Tráfico de Pessoas — P. F. I.	5-C	Delegado ou Insp. Polícia Federal
1	Chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas — P. F. S.	5-C	Funcionário do D.F.S.P.
1	Chefe do Serviço de Polícia Rodoviária — P. F. S.	5-C	Delegado ou Insp. Polícia Federal
1	Chefe do Serviço de Diligências Especiais — P. F. S.	5-C	Delegado ou Insp. Polícia Federal
1	Chefe do Serviço de Planejamento — D. O.	5-C	Delegado ou Insp. Polícia Federal
1	Chefe do Serviço de Operações — D. O.	5-C	Delegado ou Insp. Polícia Federal
	CARGOS DE OUTRA NATUREZA		
2	Delegado Regional do D.F.S.P. — 1.ª Categoria	1-C	
1	Diretor de Polícia Federal de Investigações	2-C	
2	Delegado Regional do D.F.S.P. — 2.ª Categoria	2-C	
1	Diretor de Polícia Federal de Segurança	2-C	
4	Delegado Regional do D.F.S.P. — 3.ª Categoria	3-C	
1	Diretor da Academia Nacional de Polícia	3-C	
1	Chefe do Serviço de Informações	5-C	
1	Chefe do Serviço de Comunicações — D. S. G.	5-C	

(*) Vencimentos idênticos aos do Prefeito do Distrito Federal.

ANEXO II

SERVIÇO: ADMINISTRAÇÃO, ESCRITÓRIO E FISCO

Grupo Ocupacional — AF-100 — Administração de Material

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
6	Almoxarife "B"	AF-101-16-B	Almox. "A" e Ass. Com. "A"
10	Almoxarife "A"	AF-101-14-A	
20	Armazenista "B"	AF-102-10-B	
30	Armazenista "A"	AF-102- 8-A	
4	Assistente Comercial "C"	AF-103-16-C	
8	Assistente Comercial "B"	AF-103-14-B	
12	Assistente Comercial "A"	AF-103-12-A	Técnico de Adm. "A"

Grupo Ocupacional — AF-200 — Administração

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
17	Oficial de Administração "C"	AF-201-16-C	Técnico de Adm. "A"
21	Oficial de Administração "B"	AF-201-14-B	
41	Oficial de Administração "A"	AF-201-12-A	
80	Escriturário "B"	AF-202-10-B	Oficial de Adm. "A"
120	Escriturário "A"	AF-202- 8-A	
50	Escrevente-datilógrafo	AF-204- 7	Escriturário "A" e Arquiv. "A"

Grupo Ocupacional — AF-400 — Mecanização de Escritório

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
8	Técnico de Mecanização "B"	AF-401-16-B	Técnico de Mecanização "A"
12	Técnico de Mecanização "A"	AF-401-14-A	
4	Técnico Auxiliar de Mecanização "B"	AF-402-11-B	
8	Técnico Auxiliar de Mecanização "A"	AF-402- 9-A	

Grupo Ocupacional — AF-500 — Secretariado

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
20 50 120	Taquigrafo Datilógrafo "B" Datilógrafo "A"	AF-501-14 AF-503- 9-B AF-503- 7-A	Oficial de Adm. "A"

Grupo Ocupacional — AF-600 — Técnica de Administração

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
4 8 8 12	Técnico de Administração "B" Técnico de Administração "A" Assistente de Administração "B" Assistente de Administração "A"	AF-601-20-B AF-601-19-A AF-602-16-B AF-602-14-A	Técnico de Adm. "A"

SERVIÇO: ARTÍFICE — A

Grupo Ocupacional — A-100 — Alvenaria, Cantaria e Pintura

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1 2 3 6 4 6	Pedreiro "C" Pedreiro "B" Pedreiro "A" Pintor "C" Pintor "B" Pintor "A"	A-101-10-C A-101- 9-B A-101- 8-A A-105-10-C A-105- 9-B A-105- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-300 — Artes Diversas

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
2	Vidraceiro	A-303- 6	
2	Conservador de Material Rodante "B"	A-304- 6-B	
4	Conservador de Material Rodante "A"	A-304- 5-A	

Grupo Ocupacional — A-400 — Artes Gráficas, Papelaria e Tipografia

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Compositor "D"	A-401-12-D	
1	Compositor "C"	A-401-10-C	
1	Compositor "B"	A-401- 9-B	
1	Compositor "A"	A-401- 8-A	
1	Compositor Mecânico "D"	A-405-12-D	
1	Compositor Mecânico "C"	A-405-10-C	
1	Compositor Mecânico "B"	A-405- 9-B	
1	Compositor Mecânico "A"	A-405- 8-A	
1	Encadernador "D"	A-406-12-D	
2	Encadernador "C"	A-406-10-C	
3	Encadernador "B"	A-406- 9-B	
4	Encadernador "A"	A-406- 8-A	
1	Impressor "D"	A-407-12-D	
1	Impressor "C"	A-407-10-C	
1	Impressor "B"	A-407- 9-B	
1	Impressor "A"	A-407- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-600 — Carpintaria Civil, Naval, Marcenaria

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Carpinteiro "A"	A-601- 8-A	
1	Marceneiro "A"	A-603- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-800 — Eletricidade e Telecomunicações

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Eletricista Enrolador "D"	A-801-12-D	
1	Eletricista Enrolador "C"	A-801-10-C	
1	Eletricista Enrolador "B"	A-801- 9-B	
1	Eletricista Enrolador "A"	A-801- 8-A	
4	Eletricista Instalador "A"	A-802- 8-A	
4	Eletricista Operador "A"	A-803- 8-A	
2	Artífice de Aparelho de Telecomunicações "D"	A-804-12-D	
4	Artífice de Aparelho de Telecomunicações "C"	A-804-10-C	
6	Artífice de Aparelho de Telecomunicações "B"	A-804- 9-B	
8	Artífice de Aparelho de Telecomunicações "A"	A-804- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-900 — Estofaria, Estreção, Velame, Poleame, Isolamento, Sapataria e Correaria

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Entelador e Estofador "B"	A-903-10-B	
1	Entelador e Estofador "A"	A-903- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-1000 — Fabricação de Produtos Químicos

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
2	Manipulador de Produtos Químicos "B"	A-1001- 8-B	
2	Manipulador de Produtos Químicos "A"	A-1001- 6-A	

Grupo Ocupacional — A-1200 — Instalações Hidráulicas

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
2	Bombeiro Hidráulico "B"	A-1201-10-B	
2	Bombeiro Hidráulico "A"	A-1201- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-1300 — Mecânica

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
4	Mecânico Operador "A"	A-1301- 8-A	
6	Mecânico de Motores a Combustão "A"	A-1305- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-1600 — Carregem

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
2	Borracheiro "B"	A-1601- 8-B	
2	Borracheiro "A"	A-1601- 6-A	
2	Lubrificador "B"	A-1602- 7-B	
2	Lubrificador "A"	A-1602- 5-A	
2	Mecânico Eletricista "B"	A-1603-10-B	
2	Mecânico Eletricista "A"	A-1603- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-1700 — Metalurgia

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Ferreiro "A"	A-1703- 8-A	
2	Soldador "A"	A-1706- 8-A	
1	Lanterneiro "B"	A-1710- 8-B	
2	Lanterneiro "A"	A-1710- 8-A	

SERVIÇO: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES
Grupo Ocupacional — CT-200 — Comunicações

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
25	Estafeta "A"	CT-204- 7-A	
3	Telegrafista "C"	CT-207-16-C	
5	Telegrafista "B"	CT-207-14-B	
8	Telegrafista "A"	CT-207-12-A	
20	Teletipista	CT-208- 8	
6	Telefonista "B"	CT-214- 7-B	
6	Telefonista "A"	CT-214- 6-A	

Grupo Ocupacional — CT-300 — Marítimo e Fluvial

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
10	Condutor-Motorista	CT-303-12	
20	Marinheiro	CT-305- 7	

Grupo Ocupacional — CT-400 — Rodoviário

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
60	Motorista "B"	CT-401-10-B	
90	Motorista "A"	CT-401- 8-A	

SERVIÇO: EDUCAÇÃO E CULTURA
Grupo Ocupacional — EC-100 — Biblioteca

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
2	Bibliotecário "B" (*)	EC-101-20-B	
4	Bibliotecário "A" (*)	EC-101-10-A	

Grupo Ocupacional — EC-300 — Documentação e Divulgação

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Preparador de Texto "B"	EC-301-17-B	Docum. "A" — Of. Adm. "A"
2	Preparador de Texto "A"	EC-301-15-A	
4	Documentarista "A"	EC-302-17-A	
15	Arquivista "C"	EC-303-11-C	
20	Arquivista "B"	EC-303- 9-B	
40	Arquivista "A"	EC-303- 7-A	
1	Revisor "B"	EC-306-14-B	
2	Revisor "A"	EC-306-12-A	

Grupo Ocupacional — EC-600 — Patrimônio Histórico, Artístico e Museu

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Conservador de Museu "A"	EC-601-17-A	
1	Preparador de Museu "A"	EC-602-12-A	
1	Auxiliar de Museu "A"	EC-603- 8-A	

Grupo Ocupacional — EC-700 — Pesquisa e Orientação Educacional

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
4	Professor de Educação Física	EC-701-18-B	
1	Técnico de Educação "B"	EC-701-18-B	
1	Técnico de Educação "A"	EC-701-17-A	

SERVIÇO: GUARDA, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
Grupo Ocupacional — GL-100 — Conservação e Limpeza

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
8	Zelador "B"	GL-101- 8-B	Porteiro "A"
12	Zelador "A"	GL-101- 7-A	
20	Servçal "B"	GL-102- 6-B	
30	Servçal "A"	GL-102- 5-A	
80	Servente	GL-104- 5	

Grupo Ocupacional — GL-300 — Serviço de Portaria

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
15	Chefe de Portaria	GL-301-13	
8	Porteiro "B"	GL-302-11-B	
12	Porteiro "A"	GL-302- 9-A	
10	Auxiliar de Portaria "B"	GL-303- 8-B	
20	Auxiliar de Portaria "A"	GL-303- 7-A	
10	Mensageiro	GL-305- 1	

SERVIÇO: PROFISSIONAL

Grupo Ocupacional — P-400 — Belas-Artes e Artes Aplicadas

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Técnico de Artes Gráficas "B"	P-405-16-B	
1	Técnico de Artes Gráficas "A"	P-405-14-A	

Grupo Ocupacional — P-500 — Cinematografia e Fotografia

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
5	Fotógrafo "C"	P-502-13-C	
10	Fotógrafo "B"	P-502-11-B	
20	Fotógrafo "A"	P-502- 9-A	
10	Fotógrafo Cinematográfico	P-504- 7	

Grupo Ocupacional — P-700 — Contabilidade

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
6	Técnico de Contabilidade "B"	P-701-15-B	
10	Técnico de Contabilidade "A"	P-701-13-A	

Grupo Ocupacional — P-1000 — Desenho e Cartografia

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
3	Desenhista "C"	P-1001-16-C	
6	Desenhista "B"	P-1001-14-B	
9	Desenhista "A"	P-1001-12-A	

Grupo Ocupacional — P-1100 — Eletrônico

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Inspetor Eletrônico	P-1101-17	
2	Eletrotécnico "B"	P-1102-15-B	
4	Eletrotécnico "A"	P-1102-13-A	

Grupo Ocupacional — P-1200 — Engenharia

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1	Mestre de Obras "B"	P-1202-13-B	
1	Mestre de Obras "A"	P-1202-12-A	

Grupo Ocupacional — P-1400 — Estatística

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
4	Auxiliar de Estatística "B"	P-1402-10-B	
3	Auxiliar de Estatística "A"	P-1402- 8-A	

Grupo Ocupacional — P-1600 — Laboratórios

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
2	Técnico de Laboratório "B"	P-1601-14-B	
4	Técnico de Laboratório "A"	P-1601-13-A	

Grupo Ocupacional — P-1700 — Medicina, Farmácia e Odontologia

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
8	Atendente	P-1703- 7	Aux. Enferm. "A" e Enf. Aux. "A". Obst.
12	Enfermeiro Auxiliar	P-1706- 8	
2	Operador de Raio-X	P-1710- 9	

Grupo Ocupacional — P-2000 — Telecomunicações

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
3 2 4	Inspetor de Telecomunicações Técnico de Telecomunicações "B" Técnico de Telecomunicações "A"	P-2001-16 P-2002-13-B P-2002-12-A	Insp de Telecomunicações

Grupo Ocupacional — P-2200 — Tradutor

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
4 6	Tradutor "B" Tradutor "A"	P-2201-16-B P-2201-14-A	

Grupo Ocupacional — TC-200 — Astronomia, Física e Químico

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1 1	Químico "B" Químico "A"	TC-202-22-B TC-202-21-A	

Grupo Ocupacional — TC-300 — Atuária e Contabilidade

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1 2 3	Contador "C" Contador "B" Contador "A"	TC-302-22-C TC-302-21-B TC-302-20-A	

Grupo Ocupacional — TC-500 — Economia e Finanças

<i>Nº de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Economista "B"	TC-501-21-B	
1	Economista "A"	TC-501-20-A	

Grupo Ocupacional — TC-600 — Engenharia e Arquitetura

<i>Nº de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Engenheiro "B"	TC-602-22-B	
1	Engenheiro "A"	TC-602-21-A	

Grupo Ocupacional — TC-800 — Medicina

<i>Nº de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Médico "B"	TC-801-22-B	
2	Médico "A"	TC-801-21-A	

Grupo Ocupacional — TC-900 — Odontologia

<i>Nº de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Cirurgião-Dentista "C"	TC-901-22-C	
1	Cirurgião-Dentista "B"	TC-901-21-B	
1	Cirurgião-Dentista "A"	TC-901-20-A	

Grupo Ocupacional — TC-1400 — Estatístico

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Estatístico "B"	TC-1401-20-B	
1	Estatístico "A"	TC-1401-19-A	

ANEXO III

CARGOS DE OUTRA NATUREZA

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Denominação</i>	<i>Simbolo Nivel</i>	<i>Qualificação</i>
5	Assistente Jurídico	(*)	Bacharel em Direito
15	Tesoureiro Auxiliar	(**)	Lei 4.061 de 8-5-62
3	Escrivão (***)	6-C	Lei 3.751 de 13-4-60

(*) De acordo com a legislação em vigor.

(**) De acordo com a legislação vigente.

(***) Os cargos de Escrivão, Simbolo 6-C, ir-se-ão extinguindo à medida em que forem vagando.

ANEXO IV

SERVIÇO: POLÍCIA FEDERAL

Grupo Ocupacional — PF-100 — Censura Federal

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Nível</i>	<i>Acesso</i>	<i>Qualificação</i>
7	Censor Federal "B"	PF-101-18-B	18	Inspetor de Polícia	Curso Colegial
13	Censor Federal "A"	PF-101-17-A	17	Federal "A"	"

Grupo Ocupacional — PF-200 — Datiloscopia Policial

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Nível</i>	<i>Acesso</i>	<i>Qualificação</i>
8	Datiloscopista Policial "B"	PF-201-18-B	18	Inspetor de Polícia Federal "A"	Curso Colegial
12	Datiloscopista Policial "A"	PF-201-17-A	17		" "
16	Aux. Datiloscopista Policial "C"	PF-202-16-C	16	Datiloscopista Policial "A"	Curso Ginásial
28	Aux. Datiloscopista Policial "B"	PF-202-15-B	15		" "
36	Aux. Datiloscopista Policial "A"	PF-202-14-A	14		" "

Grupo Ocupacional — PF-300 — Perícia Federal

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Nível</i>	<i>Acesso</i>	<i>Qualificação</i>
5	Perito Criminal "C"	PF-301-22-C	22		Curso Universit.
8	Perito Criminal "B"	PF-301-21-B	21		" "
4	Perito Criminal "A"	PF-301-20-A	20		" "
7	Perito Policial "B"	PF-302-18-B	18	Perito Criminal "A" ou "B", segundo a duração do curso, Inspet. Pol. Fed. "A"	Curso Colegial
13	Perito Policial "A"	PF-302-17-A	17		

Grupo Ocupacional — PF-400 — Preparação Processual Federal

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Nível</i>	<i>Acesso</i>	<i>Qualificação</i>
8	Escrivão de Polícia Federal "B"	PF-401-18-B	18	Inspetor de Polícia Federal "A"	Curso Colegial
12	Escrivão de Polícia Federal "A"	PF-401-17-A	17		" "
16	Escrivão Aux. de Polícia Federal "C"	PF-402-16-C	16	Escrivão de Polícia Federal "A"	Curso Ginásial
	Escrivão Aux. de Polícia "B"	PF-402-15-B	15		" "

Grupo Ocupacional — PF-500 — Rodoviário Polícia Federal

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Nível</i>	<i>Acesso</i>	<i>Qualificação</i>
10	Motorista Policial "C"	PF-501-14-C	14	Escrivão Aux. Pol. Fed. "A", Aux. de Datilosc. Pol. "A" e Agente Aux. Pol. Fed. "A"	Curso Ginásial
15	Motorista Policial "B"	PF-501-13-B	13		Curso Primário
25	Motorista Policial "A"	PF-501-11-A	11		

Grupo Ocupacional — PF-600 — Segurança Pública e Investigação

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Nível</i>	<i>Acesso</i>	<i>Qualificação</i>
17	Delegado de Polícia Federal	PF-601	(*)	Perito Criminal "A" ou "B", segundo a duração do curso, Insp. Pol. Fed. "A"	Bach. Direito
20	Inspetor de Polícia Federal "B"	PF-601-22-B	22		" "
25	Inspetor de Polícia Federal "A"	PF-601-21-A	21		" "
46	Agente de Polícia Federal "B"	PF-602-18-A	18		Curso Colegial
70	Agente de Polícia Federal "A"	PF-602-17-A	17		" "
100	Agente Aux. de Polícia Federal "C"	PF-603-16-C	16	Agente de Pol. Fed. "A"	" "
130	Agente Aux. de Polícia Federal "B"	PF-603-15-B	15		" "
550	Agente Aux. de Polícia Federal "A"	PF-603-14-A	14		" "

(*) Vencimentos de Professor Catedrático

POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL
ANEXO I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Denominação</i>	<i>Símbolo</i>	<i>Qualificação</i>
	DIREÇÃO SUPERIOR		
1	Chefe de Polícia	(*)	
1	Chefe de Gabinete	2-C	
1	Diretor da Central de Operações	2-C	
	DIREÇÃO INTERMEDIÁRIA		
1	Diretor da Divisão de Serviços Gerais	3-C	Funcionário da P.B. Delegado ou Comissário de Polícia Integrante da F.P. Funcionário da D.P.T.
1	Diretor da Divisão de Polícia Judiciária	3-C	
1	Diretor da Divisão de Operações	3-C	
1	Diretor da Divisão de Polícia Técnica	4-C	
	CARGOS DE OUTRA NATUREZA		
5	Diretor de Zona Policial	3-C	

(*) Nível especial.

ANEXO II
SERVIÇO: ADMINISTRAÇÃO, ESCRITÓRIO E FISCO
Grupo Ocupacional — AF-100 — Administração de Material

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
2	Almoxarife "B"	AF-101-16-B	Almoz. "A" e Ass. Com. "A" Técnico de Adm. "A"
4	Almoxarife "A"	AF-101-14-A	
10	Armazenista "B"	AF-102-10-B	
15	Armazenista "A"	AF-102-8-A	
1	Assistente Comercial "C"	AF-103-16-C	
2	Assistente Comercial "B"	AF-103-14-B	
3	Assistente Comercial "A"	AF-103-12-A	

Grupo Ocupacional — AF-200 — Administrativo

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
10	Oficial de Administração "C"	AF-201-16-C	Técnico de Adm. "A"
20	Oficial de Administração "B"	AF-201-14-B	
30	Oficial de Administração "A"	AF-201-12-A	
30	Escriturário "B"	AF-202-10-B	Oficial de Adm. "A"
40	Escriturário "A"	AF-202- 8-A	
40	Escrevente-Datilógrafo	AF-204- 7	Escriturário "A" e Arquiv. "A"

Grupo Ocupacional — AF-400 — Mecanização de Escritório

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
4	Técnico de Mecanização "B"	AF-401-16-B	
6	Técnico de Mecanização "A"	AF-401-14-A	
2	Técnico Auxiliar de Mecanização "B"	AF-402-11-B	Técnico de Mec. "A"
4	Técnico Auxiliar de Mecanização "A"	AF-402- 9-A	

Grupo Ocupacional — AF-500 — Secretariado

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
5	Taquigrafo	AF-501-14	
40	Datilógrafo "B"	AF-503- 9-B	Oficial de Adm. "A"
80	Datilógrafo "A"	AF-503- 7-A	

Grupo Ocupacional — AF-600 — Técnico de Administração

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1 3 3 6	Técnico de Administração "B" Técnico de Administração "A" Assistente de Administração "B" Assistente de Administração "A"	AF-601-20-B AF-601-19-A AF-602-16-B AF-602-14-A	Técnico de Adm. "A"

SERVIÇO: ARTÍFICE — A

Grupo Ocupacional — A-100 — Alvenaria, Cantaria e Pintura

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
4 8 12 5 8 12	Pedreiro "C" Pedreiro "B" Pedreiro "A" Pintor "C" Pintor "B" Pintor "A"	A-101-10-C A-101- 9-B A-101- 8-A A-105-10-C A-105- 9-B A-105- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-300 — Artes Diversas

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
3 6 12	Vidrancelo Conservador de Material Rodante Conservador de Material Rodante	A-303- 6 A-304- 6-B A-304- 5-A	

Grupo Ocupacional — A-500 — Cozinha e Panificação, Refeitório, Barbearia e Copa

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
2	Cozinheiro "B"	A-501- 8-B	
3	Cozinheiro "A"	A-501- 5-A	
4	Auxiliar	A-501- 5	
1	Padeiro "B"	A-502- 8-B	
1	Padeiro "A"	A-502- 5-B	
4	Garção "B"	A-503- 7-B	
6	Garção "A"	A-503- 5-A	
4	Copeiro "B"	A-504- 6-B	
6	Copeiro "A"	A-504- 4-A	
2	Barbeiro "B"	A-505- 8-B	
3	Barbeiro "A"	A-505- 5-A	

Grupo Ocupacional — A-600 — Carpintaria Civil, Naval, Marceneria

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Carpinteiro "D"	A-601-12-D	
2	Carpinteiro "C"	A-601-10-C	
3	Carpinteiro "B"	A-601- 9-B	
4	Carpinteiro "A"	A-601- 8-A	
1	Marceneiro "D"	A-603-12-D	
2	Marceneiro "C"	A-603-10-C	
3	Marceneiro "B"	A-603- 9-B	
4	Marceneiro "A"	A-603- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-800 — Eletricidade e Telecomunicações

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1	Eletricista Enrolador "D"	A-801-12-D	
1	Eletricista Enrolador "C"	A-801-10-C	
1	Eletricista Enrolador "B"	A-801- 9-B	
2	Eletricista Enrolador "A"	A-801- 8-A	
1	Eletricista Instalador "D"	A-802-12-D	
2	Eletricista Instalador "C"	A-802-10-C	
3	Eletricista Instalador "B"	A-802- 9-B	
4	Eletricista Instalador "A"	A-802- 8-A	
1	Eletricista Operador "D"	A-803-12-D	
2	Eletricista Operador "C"	A-803-10-C	
3	Eletricista Operador "B"	A-803- 9-B	
4	Eletricista Operador "A"	A-803- 9-A	
1	Artífice de Aparelho de Telecomunicações "D"	A-804-12-D	
2	Artífice de Aparelho de Telecomunicações "C"	A-804-10-C	
3	Artífice de Aparelho de Telecomunicações "B"	A-804- 9-B	
4	Artífice de Aparelho de Telecomunicações "A"	A-804- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-900 — Estofaria, Velame, Entelagem, Polimento, Isolamento, Sapataria e Correaria

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1	Correeiro e Sapateiro "C"	A-902-10-C	
1	Correeiro e Sapateiro "B"	A-902- 8-B	
1	Correeiro e Sapateiro "A"	A-902- 6-A	
2	Entelador e Estofador "B"	A-903-10-B	
4	Entelador e Estofador "A"	A-903- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-1200 — Instalações Hidráulicas

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
4	Bombeiro Hidráulico "B"	A-1201-10-B	
6	Bombeiro Hidráulico "A"	A-1201- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-1300 — Mecânica

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1	Mecânico Operador "D"	A-1301-12-D	
2	Mecânico Operador "C"	A-1301-10-C	
3	Mecânico Operador "B"	A-1301- 9-B	
4	Mecânico Operador "A"	A-1301- 8-A	
2	Mecânico de Motores a Combustão "D"	A-1305-12-D	
4	Mecânico de Motores a Combustão "C"	A-1305-10-C	
8	Mecânico de Motores a Combustão "B"	A-1305- 9-B	
12	Mecânico de Motores a Combustão "A"	A-1305- 8-A	
1	Mecânico de Máquinas "D"	A-1306-12-D	
2	Mecânico de Máquinas "C"	A-1306-10-C	
3	Mecânico de Máquinas "B"	A-1306- 9-B	
4	Mecânico de Máquinas "A"	A-1306- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-1600 — Garagem

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
2	Borracheiro "B"	A-1601- 8-B	
4	Borracheiro "A"	A-1601- 6-A	
4	Lubrificador "B"	A-1602- 7-B	
6	Lubrificador "A"	A-1602- 5-A	
4	Mecânico Eletricista "B"	A-1603-10-B	
6	Mecânico Eletricista "A"	A-1603- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-1700 — Metalurgia

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1	Ferreiro "D"	A-1703-12-D	
2	Ferreiro "C"	A-1703-10-C	
3	Ferreiro "B"	A-1703- 9-B	
4	Ferreiro "A"	A-1703- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-1700 — Metalurgia

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1	Serralheiro "D"	A-1705-12-D	
2	Serralheiro "C"	A-1705-10-C	
3	Serralheiro "B"	A-1705- 9-B	
4	Serralheiro "A"	A-1705- 8-A	
1	Soldador "D"	A-1706-12-D	
2	Soldador "C"	A-1706-10-C	
3	Soldador "B"	A-1706- 9-B	
4	Soldador "A"	A-1706- 8-A	
2	Lanterneiro "B"	A-1710- 9-B	
4	Lanterneiro "A"	A-1710- 8-A	

Grupo Ocupacional — A-1800 — Mestranga

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1	Mestre "A" (Carpinteiro)	A-1801-13-A	
1	Mestre "B" (Mecânico de Motores a Combustão)	A-1801-14-B	
1	Mestre "A" (Mecânico de Motores a Combustão)	A-1801-13-A	
1	Mestre "A" (Mecânico de Máquinas)	A-1801-13-A	

SERVIÇO: COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE
Grupo Ocupacional — CT-200 — Comunicação

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
25	Estafeta "A"	CT-204- 7-A	Telegrafista "A"
2	Telegrafista "C"	CT-207-16-C	
4	Telegrafista "B"	CT-207-14-B	
6	Telegrafista "A"	CT-207-12-A	
20	Telefonista	CT-208- 9	
6	Telefonista "B"	CT-214- 7-B	
10	Telefonista "A"	CT-214- 6-A	

Grupo Ocupacional — CT-400 — Rodoviário

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
40	Motorista "B"	CT-401-10-B	
60	Motorista "A"	CT-401- 8-A	

SERVIÇO: EDUCAÇÃO E CULTURA
Grupo Ocupacional — EC-100 — Biblioteca

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
2	Bibliotecário "B" (*)	EC-101-20-B	
4	Bibliotecário "A" (*)	EC-101-19-A	

(*) De acordo com a nova regulamentação, para possuidores de nível universitário.

SERVIÇO: GUARDA, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
Grupo Ocupacional — GL-100 — Conservação e Limpeza

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
8	Zelador "B"	GL-101- 8-B	Porteiro "A"
12	Zelador "A"	GL-101- 7-A	
20	Serviçal "B"	GL-102- 6-B	
30	Serviçal "A"	GL-102- 5-A	
80	Servente	GL-104- 5	Aux. de Portaria "A"
10	Servente de Necropsia	GL-103- 6	Aux. de Necropsia

Grupo Ocupacional — GL-300 — Serviço de Portaria

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
15	Chefe de Portaria	GL-301-13	
8	Porteiro "B"	GL-302-11-B	
12	Porteiro "A"	GL-302- 9-A	
10	Auxiliar de Portaria "B"	GL-303- 8-B	
20	Auxiliar de Portaria "A"	GL-303- 7-A	
25	Mensageiro	GL-305- 1	

SERVIÇO: PROFISSIONAL

Grupo Ocupacional — P-500 — Cinematografia e Fotografia

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
2	Fotógrafo "C"	P-502-13-C	
4	Fotógrafo "B"	P-502-11-B	
8	Fotógrafo "A"	P-502- 9-A	
4	Operador Cinematográfico	P-504- 7	

Grupo Ocupacional — P-700 — Contabilidade

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
4 8	Técnico de Contabilidade "B" Técnico de Contabilidade "A"	P-701-15-B P-701-13-A	

Grupo Ocupacional — P-1000 — Desenho e Cartografia

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
3 6 9	Desenhista "C" Desenhista "B" Desenhista "A"	P-1001-16-C P-1001-14-B P-1001-12-A	

Grupo Ocupacional — P-1100 — Eletrotécnico

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1 2 4	Inspetor Eletrotécnico Eletrotécnico "B" Eletrotécnico "A"	P-1101-17 P-1102-15-B P-1102-13-A	Inspetor Eletrotécnico

Grupo Ocupacional — P-1200 — Engenharia

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1 2	Mestre de Obras "B" Mestre de Obras "A"	P-1202-13-B P-1202-12-A	

Grupo Ocupacional — P-1400 — Estatístico

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
4	Auxiliar de Estatística "B"	P-1402-10-B	Estatístico "A"
8	Auxiliar de Estatística "A"	P-1402- 8-A	

Grupo Ocupacional — P-1600 — Laboratórios

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
2	Técnico de Laboratório "B"	P-1601-14-B	
4	Técnico de Laboratório "A"	P-1601-13-A	

Grupo Ocupacional — P-1700 — Medicina, Farmácia e Odontologia

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
10	Atendente	P-1703- 7	Aux. Enferm. "A" — Enf. Aux. "A" Obst.
10	Enfermeiro Auxiliar	P-1706- 8	
2	Operador de Raio-X	P-1710- 9	
20	Aux. de Necropsia	P-1704- 8	

Grupo Ocupacional — P-2000 — Telecomunicações

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Inspetor de Telecomunicações	P-2001-16	Insp. de Telecomunicações
1	Técnico de Telecomunicações "B"	P-2002-13-B	
2	Técnico de Telecomunicações "A"	P-2002-12-A	

Grupo Ocupacional — P-2200 — Tradutor

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
3 5	Tradutor "B" Tradutor "A"	P-2201-16-B P-2201-14-A	

Grupo Ocupacional — TC-300 — Atuária e Contabilidade

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1	Contador "A"	TC-302-20-A	

Grupo Ocupacional — TC-500 — Economia e Finanças

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1	Economista	TC-501-20	

Grupo Ocupacional — TC-600 — Engenharia e Arquitetura

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
1 2	Engenheiro "B" Engenheiro "A"	TC-602-22-B TC-602-21-A	

Grupo Ocupacional -- TC-800 -- Medicina

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
2	Médico "B"	TC-801-22-B	
3	Médico "A"	TC-801-21-A	
6	Médico Legista "B"	TC-802-22-B	
8	Médico Legista "A"	TC-802-21-A	

Grupo Ocupacional -- TC-900 -- Odontologia

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Cirurgião-Dentista	TC-901-22	
1	Cirurgião-Dentista	TC-901-21	
1	Cirurgião-Dentista	TC-901-20	

Grupo Ocupacional -- TC-1000 -- Veterinária

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Veterinário	TC-1001-20	

Grupo Ocupacional — TC-1400 — Estatística

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
1	Estatístico "B"	TC-1401-20	
1	Estatístico "A"	TC-1401-19	

Grupo Ocupacional — TC-1200 — Enfermagem

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Série de Classe ou Classes</i>	<i>Código</i>	<i>Acesso</i>
3	Enfermeiro	TC-1201-20	

ANEXO III

CARGOS DE OUTRA NATUREZA

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Denominação</i>	<i>Símbolo Nível</i>	<i>Qualificação</i>
3	Assistente Jurídico	(*)	Bacharel em Direito

(*) De acordo com a legislação em vigor.

<i>N.º de Cargos</i>	<i>Denominação</i>	<i>Símbolo Nível</i>	<i>Observação</i>
4	Tesoureiro Auxiliar	(**)	Lei n.º 4.061, de 3-5-62

(**) De acordo com a legislação em vigor.

ANEXO IV

SERVIÇO: POLICIAL METROPOLITANO -- PM

Grupo Ocupacional -- PM-100 -- Censura

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Nível	Acesso	Qualificação
3	Censor "B"	PM-101-18-B	18	Comissário de Polícia "A"	Curso Colegial
6	Censor "A"	PM-101-17-A	17		" "

Grupo Ocupacional -- PM-200 -- Médico-Legal

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Nível	Acesso	Qualificação
6	Médico Legista "B"	PM-201-22-B	22		Curso Universit.
9	Médico Legista "A"	PM-201-21-A	21		" "

Grupo Ocupacional -- PM-300 -- Policiamento

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Nível	Acesso	Qualificação
1	Comandante do Grupamento Fem.	PM-301	22	Chefe de Destacamento Fem.	Curso Universit.
1	Subcomandante de Grup. Fem.	PM-301-22			" "
5	Chefe de Destacamento Fem.	PM-301-19	19		" "
15	Chefe de Equipe	PM-302-17	17		Curso Colegial
30	Policial Feminino "B"	PM-303-15-B	15	Chefe de Equipe	Curso Ginásial
120	Policial Feminino "A"	PM-303-14-A	14		Curso Ginásial

(*) Vencimento de Delegado de Polícia

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Nível	Acesso	Qualificação
10	Escrivão de Polícia "B"	PM-501-16-B	18	Comissário de Polícia "A"	Curso Colegial
20	Escrivão de Polícia "A"	PM-501-17-A	17	Escrivão de Polícia "A"	" "
25	Escrivão Auxiliar de Polícia "C"	PM-502-16-C	16		" "
30	Escrivão Auxiliar de Polícia "B"	PM-502-15-B	15	Escrivão de Polícia "A"	" "
40	Escrivão Auxiliar de Polícia "A"	PM-502-14-A	14		" "

Grupo Ocupacional — PM-700 — Motorista Policial

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Nível	Acesso	Qualificação
70	Motorista Policial "B"	PM-701-13-B	13	Escrivão Auxil. Pol. "A", Agente Aux. Pol. "A" e Monitor "A"	Curso Primário
130	Motorista Policial "A"	PM-701-11-A	11		Curso Primário

Grupo Ocupacional — PM-800 — Segurança Pública e Investigação

N.º de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Nível	Acesso	Qualificação
20	Delegado de Polícia	PM-801	22	Com. Pol. "A"	Bach. Direito
30	Comissário de Polícia "B"	PM-801-22-B			" "
40	Comissário de Polícia "A"	PM-801-21-A	21	Com. Pol. "A"	" "
50	Agente de Polícia "B"	PM-802-18-B	18		Curso Colegial
70	Agente de Polícia "A"	PM-802-17-A	17	Agente Pol.	Curso Colegial
100	Agente Auxiliar de Polícia "C"	PM-803-16-C	16		Curso Ginásial
150	Agente Auxiliar de Polícia "B"	PM-803-15-B	15		" "
220	Agente Auxiliar de Polícia "A"	PM-803-14-A	14		" "

(*) Vencimento de Professor Catedrático.

Brasília, 16 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
Vasco da Cunha
Otávio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora
Hugo de Almeida Leme
Flávio Lacerda
Arnaldo Sussekind
Nelson Freire Lavenère Wanderley
Raimundo Brito
Daniel Faraco
Mauro Thibau
Roberto de Oliveira Campos
Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.484 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito suplementar de Cr\$ 250.340.000,00 (duzentos e cinquenta milhões, trezentos e quarenta mil cruzeiros), como reforço das verbas que enumera,

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Presidência da República, o crédito suplementar de Cr\$ 250.340.000,00 (duzentos e cinquenta milhões, trezentos e quarenta mil cruzeiros) à Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1964" para reforço das seguintes subconsignações:

ANEXO

4 — Poder Executivo

Subanexo

4.01 — Presidência da República

Verba

1.0.00 — Custeio

Consignação

1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignações:

	Cr\$
1.1.03 — Ajuda de Custo	2.000.000,00
1.1.04 — Diárias	4.000.000,00
1.1.07 — Gratificação pela representação de Gabinete ..	50.300.000,00
Consignação	
1.3.00 — Material de Consumo e de transformação	
Subconsignações:	
1.3.02 — Artigo de Expediente, Ensino e Educação	2.500.000,00
1.3.03 — Material de Limpeza, conservação e desinfecção	2.900.000,00
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes	20.000.000,00
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos	9.000.000,00
1.3.10 — Produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados a qualquer transformação	1.580.000,00

1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios	500.000,00
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupas de cama, mesa e banho	7.800.000,00
1.3.15 — Lâmpadas incandescentes e fluorescentes	300.000,00
Consignação	
1.4.00 — Material Permanente	
Subconsignações:	
1.4.04 — Ferramentas e utensílios de oficinas	1.500.000,00
1.4.05 — Material e acessórios para instalações elétricas	1.000.000,00
1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria	1.900.000,00
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratórios e gabinete técnico ou científico	1.500.000,00
1.4.12 — Mobiliário em Geral	3.000.000,00
Consignação	
1.5.00 — Serviços de Terceiros	
Subconsignações:	
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoal e suas bagagens; pedágio	15.000.000,00
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás	2.000.000,00
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis	5.200.000,00
1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinaturas de caixas postais; instalação, conservação e manutenção de serviços de Telex	10.000.000,00
Consignação	
1.6.00 — Encargos Diversos	
Subconsignações:	
1.6.01 — Despesas mudas de pronto pagamento	1.400.000,00
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens	10.000.000,00
1.6.23 — Diversos:	
1) Manutenção dos Palácios Presidenciais fora da Capital Federal	8.250.000,00
2) Manutenção dos Palácios Presidenciais em Brasília	50.000.000,00

DESPESAS DE CAPITAL

VERBA

4.0.00 — Investimentos	
Consignação	
4.1.00 — Obras	
Subconsignações:	
4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis	10.000.000,00
Consignação	
4.2.00 — Equipamentos e Instalações	
4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos	10.000.000,00
4.2.02 — Automóveis e camionetas de passageiros	15.000.000,00
4.2.03 — Ônibus, ambulâncias, jipes, auto-caminhões, auto-bombas; camionetas de carga, auto-socorro ..	3.510.000,00
TOTAL	250.340.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere a presente lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.485 — DE 19 DE
NOVEMBRO DE 1964

Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para donativos remetidos a instituições de beneficência.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, das taxas de despacho aduaneiro de melhoramentos de portos e de renovação da Marinha Mercante, e dos emolumentos consulares, de armazenagem e de capatazias para os donativos constituídos de gêneros alimentícios, roupas, medicamentos, artigos de higiene e materiais escolares, remetidos, até 1.972 inclusive, pela Cruz Vermelha Americana (American National Red Cross) ou pela Cruz Vermelha Internacional (Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e Comitê Internacional da Cruz Vermelha), consignados à Cruz Vermelha Brasileira, à Campanha da Mulher pela Democracia e à Legião Brasileira de Assistência.

Art. 2º Os materiais a que se refere esta lei não ficam sujeitos à licença de importação nem ao certificado de cobertura cambial.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Vasco da Cunha

Octávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.486 — DE 19 DE
NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 17.005.578,00 (dezesete milhões, cinco mil, quinhentos e setenta e oito cruzeiros) à verba que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de Cr\$ 17.005.578,00 (dezesete milhões, cinco mil, quinhentos e setenta e oito cruzeiros), suplementar à Verba 1.0.00 — Custeio do Anexo 4.14 — Ministério da Fazenda, do vigente Orçamento Geral da União (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963), a saber:

Verba 1.0.00 — Custeio.

1.1.00 — Pessoal Civil.

1.1.07 — Gratificação pela representação de Gabinete Cr\$ 17.005.578,00.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.487 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República do Senegal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Excelência o Senhor Léopold Sédar Senghor, Presidente da República do Senegal.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Vasco da Cunha

Octávio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.488 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 40.000.000,00, à verba que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Fazenda, o crédito de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) suplementar à verba 1.0.00 — Custeio, do Anexo 4.14 — Ministério da Fazenda, do vigente Orçamento Geral da União (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963), a saber:

Verba 1.0.00 — Custeio.

1.1.00 — Pessoal Civil.

1.1.07 — Gratificação pela Representação de Gabinete — Cr\$ 40.000.000,00.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.489 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1964

Altera o art. 114 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 114, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que passa a ter a seguinte redação.

“Art. 114. Os efeitos desta lei são contados a partir de 1º de janeiro de 1964 para o fim da elaboração dos orçamentos e a partir de 1º de janeiro de 1965, quanto às demais atividades estatuídas.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Milton Campos.
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva.
Vasco da Cunha
Octavio Gouveia de Bulhões.
Juarez Távora.
Hugo de Almeida Leme.
Flávio Lacerda.
Arnaldo Sussekind.
Nelson Lavenère Wanderley.
Raymundo de Brito.
Daniel Faraco.
Mauro Thibau.
Roberto Campos.
Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.490 — DE 20 DE
NOVEMBRO DE 1964

Abre, pela Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), o crédito especial no montante de Cr\$ 62.091.094.800,00, para os fins que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, à Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), o crédito especial de Cr\$ 62.091.094.800,00 (sessenta e dois bilhões, noventa e um milhões, noventa e quatro mil e oitocentos cruzeiros), para cobrir, no exercício de 1964, as despesas com os serviços e obras constantes dos Anexos da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, inclusive Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), para reconstrução da BR-23, na parte compreendida entre João Pessoa e Campina Grande.

Art. 2º Os saldos do crédito cuja abertura fica autorizada através desta Lei poderão ter aplicação nos exercícios subsequentes, obedecido o disposto no art. 60 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963.

Art. 3º O crédito especial em apreço será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente, ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora
Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.491 -- DE 21 DE NOVEMBRO DE 1964

Altera disposições da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 (Plano de Reclatificação), relativas às séries de classes de Impressor, Encadernador, Mestre e Técnico de Artes Gráficas e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os Anexos I e IV, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, nas partes referentes aos Códigos A-406, A-407, A-1801 e P-405, passam a ter a seguinte redação:

ANEXO I

Código	Séries de Classes ou Classes	Característica da Classe	Acesso a
A-406 — 12-D	Encadernador D	Supervisão e execução	Mestre A
A-407 — 12-D	Impressor D . . .	Supervisão e execução	Mestre A
P-405 — 13-B	Técnico de Artes Gráficas ..	Supervisão, coordenação e execução	—
P-405 — 17-A	Técnico de Artes Gráficas ..	Execução	

ANEXO IV
SERVIÇO — ARTÍFICE

GRUPO III

Gráfico "F" a "N"

Art. 2º Ficam excluídos do Grupo I, do Serviço de Artífice, Anexo IV, os cargos de Gráfico, "F" a "N".

Art. 3º A produção dos servidores do D.I.N., lotados nos setores de artes gráficas, será constituída de parte fixa, com tarefa mínima de 1.000 linhas de composição de linotipo, ou 3 equivalente em unidades-gráficas das demais oficinas, e da parte suplementar, que será paga como serviço extraordinário, pelo excesso da produção mínima.

Art. 4º O preço unitário da produção suplementar será constituído pelo resultado da média aritmética correspondente a 1/30 avos dos níveis de vencimentos mensais de cada série de classes funcionais, dividido pelo total da produção obrigatória diária de cada setor.

Art. 5º Os chefes imediatos de cada setor industrial perceberão, além do valor do símbolo da função, gratificada, importância mensal correspondente à média aritmética da produção suplementar do setor.

§ 1º Os demais chefes e diretores, diretamente relacionados com o setor industrial do D.I.N., além da importância a que se refere o artigo anterior, perceberão, tendo em vista a situação hierárquica dos cargos e funções, mais um percentual correspondente à diferença entre os valores dos símbolos das chefias imediatas e os seus cargos.

§ 2º Os chefes das oficinas auxiliares nas quais, pela natureza do serviço, não possa ser medida a tarefa, terão direito à percepção de extraordinário pelas horas de serviço que excederem às de expediente normal.

Art. 6º Somente serão considerados, para efeito da produção, os trabalhos corretamente executados.

Art. 7º A produção obrigatória será apurada diariamente e somente serão admitidos abonos quando decorrentes de dificuldades técnicas na execução dos trabalhos e quando a produção suplementar exceder a metade da produção obrigatória diária.

Art. 8º O disposto nesta lei será regulamentado pelo Poder Executivo dentro do prazo de 30 dias.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.492 — DE 24 DE
NOVEMBRO DE 1964

Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material destinado a indústrias de fabricação de material automobilístico, motores de explosão e de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de consumo e de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação dos equipamentos de produção sem similar nacional registrado, com os respectivos sobressalentes e ferramentas, destinados às indústrias de fabricação de material automobilístico, motores de explosão, motores de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica.

Parágrafo único. Gozarão dos benefícios desta lei apenas os materiais cobertos por licenças de importação ou certificados de cobertura cambial emitidos até 30 de setembro de 1960, obedecidas as demais condições constantes desta lei.

Art. 2º A concessão dos favores previstos nesta lei depende da aprovação dos projetos industriais respectivos, pelos seguintes órgãos:

a) Conselho do Desenvolvimento (Grupo Executivo da Indústria Automobilística) quanto aos materiais relativos à indústrias de fabricação de material automobilístico, de motores de explosão e de combustão interna;

b) Comissão Executiva para a Indústria do Material Elétrico do Ministério da Fazenda, quanto aos ma-

terais relativos à indústria de equipamentos para produção de energia elétrica.

§ 1º A isenção a que se refere a presente lei somente se tornará efetiva após a publicação no *Diário Oficial* da União de portarias baixadas pelo Ministro da Fazenda, discriminando a quantidade, qualidade, procedência e valor dos bens isentos.

§ 2º A isenção a que se refere a presente lei somente se tornará efetiva para os equipamentos que derem entrada no País até um ano após sua publicação no *Diário Oficial*.

Art. 3º No que se relaciona com as indústrias automobilísticas, os benefícios desta lei alcançam somente as que, até 8 de junho de 1960, tenham atingido, dentro dos prazos estabelecidos, os índices de nacionalização previstos nos respectivos projetos, aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística.

Art. 4º O disposto nesta lei se aplica a todas as importações da espécie, despachadas nas Alfândegas mediante termos de responsabilidade assinados a partir de 6 de junho de 1959, data em que expirou a vigência da Lei nº 2.993, de 6 de dezembro de 1956.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, e somente quanto aos materiais por ela alcançados, fica suspensa a limitação de prazo constante do artigo 42, letra b da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.493 — DE 24 DE NOVEMBRO
DE 1964

Regula processamento da aposentadoria e do montepio dos magistrados remunerados pela União e das outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O processo de aposentadoria dos magistrados remunerados pela União, de qualquer categoria ou instância, assim como dos Ministros do Tribunal de Contas, correrá na Secretaria do Tribunal a que pertencer ou estiver vinculado o aposentado.

Art. 2º O interessado, quando se tratar de aposentadoria a pedido, dirigirá seu requerimento ao Presidente do Tribunal, instruindo-o com certidão do tempo de serviço, se estranho à Justiça a que pertencer (artigo 192 da Constituição).

§ 1º No caso de aposentadoria por invalidez (art. 191, nº I, da Constituição), o interessado, preliminarmente, requererá ao Presidente do Tribunal exame médico por dois peritos oficiais, juntando-se ao processo cópia autenticada do respectivo laudo.

§ 2º Se a invalidez decorrer de acidente no serviço, o interessado promoverá a prova perante o Presidente do Tribunal.

§ 3º Para o efeito do parágrafo anterior, equipara-se a acidente ocorrido no serviço a agressão sofrida e não provocada por magistrado no exercício de suas atribuições (artigo nº 178, § 2º, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952).

Art. 3º Tratando-se de aposentadoria compulsória pelo fato de o magistrado atingir a idade de 70 anos (art. 191, nº II, da Constituição), o Presidente do Tribunal, à falta de requerimento do interessado, quarenta dias antes da data em que o magistrado completar aquela idade, baixará portaria para que se instaure o processo *ex officio*, fazendo-se a prova da idade pela certidão de nascimento ou pela matrícula do magistrado.

Parágrafo único. O magistrado, ao se investir em cargo isolado ou ao ingressar na carreira jurídica, fará prova de idade, juntando a respectiva certidão de nascimento para assentamento na sua matrícula.

Art. 4º No caso de aposentadoria compulsória por invalidez do magistrado, o respectivo processo somente será iniciado depois de julgada, irrevocavelmente, a invalidez pelo Tribunal competente (art. 189, nº I, da Constituição).

Art. 5º O processo de aposentadoria, depois de informado pela Secretaria do Tribunal, será remetido pelo Presidente do Tribunal ao Ministro da Justiça para o fim da decretação da aposentadoria.

Parágrafo único. Se se tratar de magistrado a que se refere o art. 97 da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, o processo será enviado ao Governador do Estado da Guanabara para a decretação da aposentadoria (art. 97, § 7º da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960).

Art. 6º Do requerimento ou da portaria, a que se referem os artigos 2º e 3º, deverão constar os proventos a que tiver direito o magistrado aposentado.

Art. 7º A Secretaria do Tribunal, depois de decretada a aposentadoria do magistrado, fará o cálculo dos proventos que cabem ao aposentado, o qual passará a receber, sem interrupção, como proventos provisórios, a importância que percebia na atividade.

Art. 8º Feito o cálculo a que alude o artigo anterior, o Presidente do Tribunal, depois de ouvir o Procurador da República da Seção a respeito, no prazo de três dias, se homologar o cálculo, mandará expedir o título de aposentadoria. Em seguida, remeterá o processo ao Tribunal de Contas da União, para o efeito do disposto no art. 77, nº III, da Constituição.

§ 1º Se houver mais de um Procurador na Seção, funcionará no processo o que for designado pelo Presidente do Tribunal.

§ 2º O Tribunal de Contas, antes de julgar a aposentadoria, poderá determinar diligências, inclusive para alteração do cálculo dos proventos.

§ 3º Do título de aposentadoria constará sempre o cálculo que for afinal aprovado pelo Tribunal de Contas.

§ 4º Após o julgamento do Tribunal de Contas, o processo será devolvido ao Presidente do Tribunal, a que

alude o art. 1.^o ficando arquivado na respectiva Secretaria.

Art. 9.^o Os proventos do magistrado aposentado deverão figurar em folha de pagamento organizada pela Secretaria do Tribunal, na conformidade do que tiver sido julgado pelo Tribunal de Contas, e serão pagos na mesma ocasião em que os Juizes em atividade receberem os seus vencimentos.

Parágrafo único. Os magistrados em disponibilidade ou aposentados da Justiça do antigo Distrito Federal terão as folhas de pagamento organizadas conjuntamente com as dos magistrados de investidura federal, que passaram a ter exercício na Justiça do Estado da Guanabara.

Art. 10.^o Os aumentos de vencimentos, abonos e gratificações concedidos aos magistrados em atividade e que se incorporam aos proventos do aposentado serão acrescidos àqueles proventos, mediante cálculo efetuado pela Secretaria do Tribunal determinado pelo seu Presidente *ex officio* ou por despacho em requerimento do interessado.

Parágrafo único. O Presidente do Tribunal, após a audiência, em dois dias, do Procurador da República que houver funcionado no processo, se homologar aquele cálculo, mandará que os proventos com o acréscimo sejam incluídos na folha de pagamento até que o Tribunal de Contas se pronuncie sobre o assunto. Se o Tribunal de Contas considerar indevido o acréscimo ou fizer alguma alteração no cálculo a ele relativo, a diferença, conforme o caso, será paga ou descontada, em folha, nos proventos futuros.

Art. 11.^o Os beneficiários do montepio da União requererão habilitação ao Presidente do Tribunal oferecendo além da certidão de óbito, conforme o caso, a certidão de casamento do magistrado falecido ou certidão que demonstre o parentesco do requerente.

§ 1.^o O Presidente do Tribunal mandará publicar o edital no *Diário da Justiça*, com o prazo de três dias, a fim de que qualquer interessado impugne ou retifique o pedido e, findo esse prazo, abrir-se-á vista do processo, por 48 horas, ao Procurador da República da Seção.

§ 2.^o Após o parecer do Procurador da República, o Presidente do Tribunal, apreciando o caso, mandará expedir títulos de habilitação a cada um dos beneficiários.

§ 3.^o O processo, em seguida, será enviado à Diretoria da Despesa Pública do Ministério da Fazenda para as devidas averbações e pagamento das pensões.

Art. 12.^o O Auxílio-Funeral, a que se refere o art. 40 da Lei nº 1.301, de 28 de dezembro de 1950, será pago pelo Tesouro Nacional à família do Magistrado, ainda que ao tempo de sua morte estivesse ele em disponibilidade ou aposentado.

§ 1.^o O interessado juntará ao seu requerimento certidão de óbito do magistrado.

§ 2.^o O Auxílio-Funeral corresponderá, conforme o caso, aos vencimentos ou proventos de um mês.

§ 3.^o Se o magistrado, ao morrer, ainda exercia o cargo, a vaga não será preenchida antes de trinta dias contados do óbito, e o pagamento do auxílio correrá por conta da dotação de pessoal permanente; se estava, porém, aposentado, a despesa será custeada pela dotação destinada ao pagamento dos proventos da aposentadoria.

Art. 13.^o O interessado ou Procurador da República poderá recorrer, no prazo de três dias, dos despachos do Presidente do Tribunal para o próprio Tribunal.

Art. 14.^o Ao Procurador da República cabe, nos processos referidos nos artigos anteriores, fiscalizar a aplicação da lei, não podendo assumir outra autoridade do Poder Executivo impugnar as deliberações do Presidente do Tribunal, ou, havendo recurso (art. 4.^o), as do Tribunal.

Art. 15.^o Observar-se-á, no que fôr aplicável, o disposto nesta lei aos funcionários dos Tribunais Judiciais, do Tribunal de Contas e aos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, correntes os processos nas respectivas Secretarias.

Art. 16.^o Os processos de aposentadoria dos magistrados ainda vivos ao ser publicada esta lei e que estejam arquivados no Tesouro Nacional serão remetidos à Secretaria do Tribunal a que alude o art. 1.^o, para serem nela arquivados.

Art. 17. A Diretoria da Despesa Pública distribuirá pelos Tribunais Judiciários à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a partir da data da vigência desta lei, o crédito orçamentário necessário às despesas com o pagamento dos inativos e pensionistas respectivos.

Parágrafo único. Constará do Orçamento da República, no anexo próprio do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Poder Legislativo, a contar do exercício seguinte à vigência desta lei, a dotação necessária para atender às despesas referidas neste artigo.

Art. 18. Nos casos omissos aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.494 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1964

Regula a Locação de Prédios Urbanos

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da Locação em Geral

Art. 1º A locação de prédios urbanos regular-se-á pela presente lei.

§ 1º Aplica-se à sublocação o disposto quanto à locação, no que couber,

§ 2º As condições e o processo de renovação da locação de prédio destinado a fins comerciais ou industriais, bem como a fixação e a revisão do respectivo aluguel, continuam regidos pelo Decreto nº 24.150, de abril de 1934, e Código de Processo Civil. Não proposta ação renovatória sujeita-se a locação ao regime instituído nesta Lei.

Art. 2º A cessão da locação, a sublocação total ou parcial e o empréstimo de prédio dependem de consentimento prévio e escrito do locador.

Parágrafo único. Não se presume o consentimento da simples demora do locador em propor a ação de despejo.

Art. 3º Nas locações que forem ajustadas na vigência da presente Lei, não se poderá elevar o aluguel a não ser nos seguintes casos:

I — se com a elevação concordar, por escrito, o locatário, nos termos do art. 22;

II — por aplicação do índice de correção monetária, na forma dos artigos 19 e 20;

III — em consequência de decisão judicial, na forma dos arts. 26 a 28,

Art. 4º Salvo o disposto no inciso I do art. 3º, toda vez que for elevado o aluguel da locação, poderá ser, na mesma proporção, majorado o da sublocação.

Art. 5º Na sublocação, o aluguel não poderá exceder o da locação e, quando parcial, será fixado em função da área ocupada e da situação desta no prédio.

Parágrafo único. Nas habitações coletivas, sujeitas a registro policial, o total dos alugueres das sublocações não poderá exceder o dobro do aluguel da locação. (VETADO)

Art. 6º A caução em dinheiro dada em garantia do contrato não poderá exceder a soma equivalente a três meses de aluguel, revertendo em favor do locatário os respectivos juros.

§ 1º Se a caução em dinheiro fôr feita em mãos do locador, renderá juros de 12% ao ano.

§ 2º A caução (VETADO) poderá também ser realizada em títulos da dívida pública da União, dos Estados e dos Municípios, feito o cálculo pela sua cotação em Bolsa, à data em que fôr conferida.

Art. 7º Poderá ser convencionada a cobrança antecipada do aluguel, desde que não exceda de um mês, e a locação não seja garantida por caução real ou fidejussória.

Art. 8º Consideram-se prorrogadas por tempo indeterminado as locações que se vencerem na vigência desta Lei, continuando, entretanto, em vigor as demais cláusulas contratuais, e regulando-se o valor do aluguel pelo que dispuser esta Lei.

Parágrafo único. Se as garantias prestadas por terceiros estiverem limitadas ao prazo ajustado, poderá o locador exigir do locatário, durante a prorrogação, (VETADO) o pagamento adiantado do aluguel correspondente a um mês, ou, ainda, o depósito da quantia correspondente a três meses do aluguel (VETADO).

Art. 9º O cônjuge sobrevivente e, sucessivamente, os herdeiros necessários e as pessoas que viviam na dependência econômica do locatário, desde que residentes no prédio, terão direito de continuar a locação, ajustada por tempo indeterminado ou a prazo certo.

Parágrafo único. Nas locações por tempo indeterminado, morrendo o locatário estabelecido no prédio com fundo de comércio ou indústria existente há mais de um ano, sub-rogar-se-ão na locação o espólio do inquilino falecido, e, a seguir, o sucessor no negócio.

Art. 10. O novo proprietário é obrigado a respeitar a locação, ressalvado o direito de rescindi-la, nos casos do art. 11.

Parágrafo único. Havendo, porém, contrato inscrito no Registro de Imóveis, em que se ache consignada a cláusula de sua vigência em caso de alienação, o novo proprietário é obrigado a respeitar o prazo ajustado, e somente poderá rescindir a locação nos casos dos incisos I e II do art. 11.

Art. 11. O despejo somente será concedido:

I — se o locatário não pagar o aluguel e demais encargos no prazo convencionado, ou, na falta do contrato escrito, até o dia dez do mês do calendário seguinte ao vencido;

II — se o locatário infringir obrigação legal, ou cometer infração grave de obrigação contratual;

III — se o proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário, em caráter irrevogável e imitido na posse, com título registrado, pedir o prédio para residência de ascendente ou descendente que não dispuser, nem o seu cônjuge, de prédio residencial próprio;

IV — se o locador pedir parte do prédio que ocupe, ou em que resida, para seu uso próprio ou para residência de descendente ou ascendente;

V — se o locador que residir ou utilizar prédio próprio ou prédio de que seja promitente comprador ou promitente cessionário pedir para seu uso outro de sua propriedade ou do qual seja promitente comprador ou promitente cessionário, sempre em caráter irrevogável, com imissão de posse e título registrado, comprovada em juízo a necessidade do pedido;

VI — se o empregador pedir o prédio locado a empregado, quando houver rescisão do contrato de trabalho, e o imóvel se destinar a moradia de empregado;

VII — se o Instituto ou Caixa, promitente vendedor, pedir o prédio para residência de seu associado, ou mutuário (VETADO) promitente comprador;

VIII — se o proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário que preencha as condições do item III, e haja quitado o preço da promessa ou que, não o tendo feito, seja autorizado pelo proprietário, pedir o prédio para demolição e edificação licenciada, ou reforma, que dêem ao prédio maior capacidade de utilização, considerando-se como tal a de que resulte aumento de vinte por cento na área construída. Se o prédio for destinado à exploração de hotel, o aumento deverá ser, no mínimo, de cinquenta por cento.

IX — se o proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário nas condições do item III, pedir o prédio para reparações urgentes determinadas pela autoridade pública, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel, ou, podendo ser, o locatário recuse consenti-las.

X — se o proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário nas condições do item III, residindo em prédio alheio ou dele se utilizando, pedir pela primeira vez, o prédio locado para uso próprio, ou se, já o havendo retomado anteriormente, comprovar em juízo a necessidade do pedido;

XI — (VETADO)

§ 1º No caso do inciso I, poderá o devedor evitar a rescisão, requerendo, no prazo da contestação da ação de despejo, seja-lhe admitido o pagamento do aluguel e encargos devidos, as custas e os honorários do advogado do locador, fixados, de plano pelo Juiz. O pagamento deverá ser realizado no prazo que o Juiz determinar, não excedente de trinta dias, contados da citação, procedendo-se a depósito, em caso de recusa.

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º A ação de despejo, nos casos dos itens III, IV, V, VII, VIII, X e XI, só poderá ser proposta depois de decorridos noventa dias da notificação judicial feita ao locatário, clientes os sublocatários.

§ 5º O Juiz, ao decretar o despejo, fixará prazo, até trinta dias, para a desocupação. Se o locatário for repartição pública, estabelecimento de ensino, hospital, autarquia ou entidade paraestatal, sindicato de classe, associação cultural, beneficente, religiosa, desportiva, recreativa ou titular de fundo de comércio, estabelecido no prédio há mais de três anos, o Juiz fixará prazo razoável, até seis meses, para a desocupação, atendidas as circunstâncias de cada caso, salvo se a locação houver sido rescindida com fundamento no inciso I (VETADO).

§ 6º Na ação de despejo, dar-se-á ciência, aos sublocatários, do pedido inicial.

§ 7º A apelação, nas ações de despejo, salvo os casos previstos nos incisos I, VI e IX, terá efeito suspensivo.

§ 8º No caso do inciso V, o retomante é obrigado a dar ao locatário, em igualdade de condições com terceiros, preferência para a locação do prédio em que reside e do qual se queira mudar, a menos que a mudança decorra de desapropriação ou da interdição do prédio, pela autoridade pública.

Art. 12. Ressalvada a preferência do locatário (VETADO), o sublocatário legítimo (art. 2º), desde que satisfaça as exigências do art. 11, § 1º, e deposite quantia correspondente a três meses de aluguel, em garantia da locação, sub-rogar-se-á nos direitos desta decorrentes, com relação ao prédio (VETADO).

Parágrafo único. Se houver mais de um pretendente, o Juiz, ouvido o locador, decidirá por equidade, concedendo a locação a um dos pretendentes.

Art. 13. Ficará o retomante sujeito a pagar ao locatário multa arbitrada pelo Juiz, até o máximo de vinte e quatro meses de aluguel e mais

vinte por cento de honorários de advogado, se, salvo motivo de força maior, nos casos dos itens III a V e VII a XI do art. 11, não usar o prédio para o fim declarado, dentro de sessenta dias, bem como se, no caso dos itens III a V, VII, X e XI, nele permanecer durante um ano.

§ 1.º A cobrança da multa e honorários, processar-se-á nos próprios autos de despejo, por via de liquidação da sentença (Código de Processo Civil, art. 913).

§ 2.º Se o locatário houver desocupado o prédio atendendo a notificação (VETADO) a multa e honorários serão cobrados por ação ordinária.

Art. 14. Se rescindida amigavelmente a locação escrita ou verbal, ou, sendo a locação por prazo indeterminado, morrer o locatário sem qualquer dos sucessores previstos no art. 9º, o sublocatário legítimo (art. 2º) poderá continuar a locação, desde que caucione em mão do locador importância correspondente a três meses de aluguel.

§ 1º Havendo mais de um sublocatário legítimo, é facultado ao locador optar entre haver a todos, daí em diante, como seus locatários diretos, ou indicar aquele que deve continuar como locatário-sublocador, o qual manterá as sublocações existentes.

§ 2º Não aceita a indicação pelo sublocatário escolhido, nem por qualquer daqueles que, em substituição, o locador indicar, todos os sublocatários serão havidos como locatários diretos.

Art. 15. O despejo de hospitais, unidades sanitárias oficiais, estabelecimentos de saúde e de ensino só será decretado com fundamento nos incisos I, II, VIII ou IX do art. 11.

Parágrafo único. Se o pedido de despejo tiver como fundamento o inciso VIII, só será concedido se, as obras a serem realizadas, resultar aumento de área superior a cinquente por cento, no mínimo, da área útil.

Art. 16. No caso de venda, de promessa de venda e de promessa de cessão, tendo por objeto prédio residencial, o locatário terá preferência para a sua aquisição, procedendo-se segundo os termos e condições previstos nos arts. 1.149, 1.151, 1.153, 1.154 a 1.157 do Código Civil, ressalvada prioritariamente a faculdade reconhecida ao condômino para a aquisição e resolvendo-se em perdas e danos o descumprimento da obrigação.

§ 1º Se o prédio estiver sublocado em sua totalidade, a preferência caberá ao sublocatário e, sendo vários os sublocatários, poderá ser exercida por todos, em comum, ou qualquer deles, se um só for o interessado.

§ 2º Em se tratando de venda de mais de uma unidade imobiliária, a preferência incidirá sobre a totalidade dos bens objeto da alienação.

§ 3º Havendo pluralidade de candidatos, caberá a preferência ao locatário mais antigo.

§ 4º A preferência prevista neste artigo não atinge os casos de venda judicial, permuta e doação.

Art. 17. Constitui contravenção penal, punida com prisão simples, de cinco dias a seis meses, e multa variável de duas a vinte vezes o salário-mínimo local:

I — exigir, por motivo de locação e sublocação, quantia ou valor além do aluguel e dos encargos permitidos nesta Lei;

II — recusar fornecer recibo de aluguel;

III — cobrar o aluguel antecipadamente, salvo o disposto no (VETADO) art. 7º;

IV — deixar o retomante, dentro de cento e oitenta dias após a entrega do prédio, nos casos dos itens III, V, X e XI do art. 11, de usá-lo para o fim declarado;

V — não iniciar, o proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário, nos casos dos itens VIII e IX do art. 11, a demolição, ou reparação do prédio, dentro de sessenta dias, contados da entrega do imóvel, salvo motivo de força maior.

CAPÍTULO II

Das Locações Novas

Art. 18. É livre a estipulação do aluguel nas locações de imóveis cujo "habite-se" venha a ser concedido após a data da publicação da presente Lei, ressalvadas as limitações dela constantes.

Art. 19. Observado o disposto nesta Lei, os contratos (VETADO) poderão prever o reajustamento do aluguel mensal, toda vez que o salário-mínimo legal for oficialmente elevado.

§ 1º O reajustamento será baseado em índice geral de preços, mensalmente apurado ou adotado pelo Conselho Nacional de Economia, que reflita (VETADO) as variações no poder aquisitivo da moeda nacional.

§ 2º Conforme o estipulado no contrato, o reajustamento poderá ser feito na mesma proporção ou proporção inferior à da variação do índice referido no parágrafo anterior:

a) desde o mês da data do contrato até o mês da entrada em vigor do novo nível de salário-mínimo, no primeiro reajustamento após a data do contrato;

b) entre os meses de duas alterações sucessivas do nível do salário-mínimo, nos reajustamentos subseqüentes ao primeiro.

§ 3º O aluguel resultante de cada reajustamento só passará a vigorar após sessenta dias da data da vigência do novo nível de salário-mínimo que lhe der origem, e vigiará até novo reajustamento.

§ 4º Do contrato constará obrigatoriamente, na hipótese de adotada a cláusula do reajustamento, a relação original entre o aluguel e o salário-mínimo em vigor na data do contrato, expressa percentualmente.

§ 5º A qualquer tempo da execução do contrato, o aluguel mensal reajustado não poderá representar, em relação ao salário-mínimo vigente, percentagem maior do que a constante do contrato.

§ 6º Para efeito de determinar a data do reajustamento e apurar o limite referido no parágrafo anterior, tomar-se-á por base o salário-mínimo legal da região em que se encontrar o imóvel.

§ 7º O valor apurado será reduzido pelo fator de depreciação constante da Tabela anexa à Lei, em função do número de meses decorridos desde o mês da data do contrato até o mês da entrada em vigor do novo nível do salário-mínimo que lhe deu origem.

§ 8º Quando o locatário for servidor público ou autárquico, poderá ser convencionado, para a época do aumento do aluguel, critério que tome por base a vigência da lei que lhe eleve os vencimentos.

Art. 20. É lícito às partes estipular outras fórmulas para o reajustamento, desde que não se ultrapassem os limites fixados no art. 19.

Art. 21. As locações cujos contratos não previrem expressamente o reajustamento, só poderão sofrer-lo a partir do término do prazo contratual, nos limites máximos do art. 19, tomando por bases do cálculo dos reajustes futuros a data do término do prazo e o aluguel então vigente.

Art. 22. Quer o contrato preveja o reajustamento, quer não, será ilícito em qualquer momento às partes, de comum acordo, fixar novo aluguel, mediante alteração contratual, podendo estipular-se, então, que sobre o novo aluguel continue a incidir, ou passe a incidir, o reajustamento de que tratam os arts. 19 e 20.

§ 1.º Se nada se dispuser a respeito na alteração contratual, o novo aluguel nela fixado vigorará, sem reajustamento, até o término do prazo contratual, ou até que as partes, de comum acordo, resolvam novamente alterá-lo.

§ 2.º Extinto o prazo contratual, e prorrogada a locação, passará o aluguel a subordinar-se ao regime de reajustamento, na mesma proporção da variação dos índices do Conselho Nacional de Economia, obedecidas as demais disposições do artigo 19.

§ 3.º No curso da prorrogação poderão também as partes, de comum acordo, fixar novo aluguel para vigorar por prazo determinado ou não, applicando-se, em tal caso, no que couber, o disposto nos §§ 1.º e 2.º.

Art. 23 O disposto neste capítulo applica-se também às futuras locações de prédios que se achem vagos na data da publicação desta Lei, ou que depois dela venham a vagar-se.

CAPÍTULO III

Das Locações Existentes

Art. 24. No curso da locação já ajustada à data da presente Lei, não poderá ser elevado o aluguel a não ser pela forma e nos seguintes casos:

I — os aluguéis que correspondem a valores inferiores a um terço do “aluguel corrigido”, adiante definido, poderão ser majorados até este nível a partir de noventa dias da publicação desta Lei ou da data do vencimento do contrato, quando ocorrer dentro de cento e vinte meses da data desta Lei;

II — os aluguéis que ultrapassem o limite fixado no inciso I não serão reajustados até que se verifique alteração do salário-mínimo legal;

III — a partir da data da publicação desta Lei ou do vencimento do contrato, até o final de prazo de cento e vinte meses a partir da data desta Lei, o aluguel será reajustado sempre que houver alteração de salário-mínimo legal, e ao vencer-se o prazo de cento e vinte meses, de forma que, no final desse período, se atinja o “aluguel corrigido e atualizado”, adiante definido, correspondente a tal data;

IV — os novos níveis sucessivos do aluguel terão início após sessenta dias da entrada em vigor de cada nível de salário-mínimo legal que lhes der origem ou ao vencimento do já aludido prazo de cento e vinte meses.

V — quando, da data em que esta Lei entrar em vigor até o vencimento do prazo contratual houver prazo inferior a cento e vinte meses, o aluguel regular-se-á até o vencimento, pelo disposto no contrato, procedendo-se, daí em diante, da mesma forma fixada nesta Lei para os contratos com prazos vencidos na data de sua entrada em vigor;

VI — quando o prazo contratual a que se refere o item V for igual ou superior a cento e vinte meses, o aluguel regular-se-á até o vencimento, pelo disposto no contrato e será reajustado ao fim de noventa dias, a contar do vencimento do contrato, para o “aluguel corrigido e atualizado”.

§ 1.º Considera-se “aluguel corrigido”, para fins do presente capítulo, o valor que se obtiver da applicação dos seguintes coeficientes ao aluguel primitivamente fixado no contrato prorrogado por tempo indeterminado por força de lei:

a) “fator de correção monetária” — definido pela relação entre o índice fixado pelo C.N.E., correspondente ao mês da publicação desta Lei, para os contratos vencidos, ou ao término do contrato, para os aluguéis não vencidos, e o mesmo índice correspondente ao primeiro mês do contrato;

b) “fator de depreciação” — constante da Tabela anexa à Lei, em função do número de meses decorridos desde o primeiro mês de contrato até o mês da publicação desta Lei, para os contratos vencidos, ou do vencimento do contrato, para os não vencidos.

§ 2º Considera-se "aluguel corrigido e atualizado" na data de cada reajustamento o valor do aluguel que se obtiver da aplicação "ao aluguel corrigido" dos seguintes coeficientes:

a) "fator de correção monetária" — definido pela relação entre o índice fixado pelo C.N.E., correspondente ao mês da entrada em vigor do salário-mínimo que dá origem ao reajustamento, e o mesmo índice no mês da publicação desta Lei ou do término do contrato, para os contratos não vencidos;

b) "fator de depreciação" — constante da Tabela anexa à Lei, em função do número de meses decorridos desde o mês da publicação desta Lei para os contratos vencidos, ou do término do contrato, para os não vencidos até o mês da entrada em vigor do salário-mínimo que dá origem ao reajustamento.

§ 3º Considera-se "aluguel atualizado" na data de cada reajustamento do aluguel vigente até então, corrigido monetariamente na mesma proporção da variação do índice do Conselho Nacional de Economia:

a) desde o mês da data da expiração do prazo contratual ou da entrada em vigor desta Lei, até o mês da entrada em vigor do novo salário-mínimo que dá origem a novo nível de aluguel;

b) entre os meses de duas alterações sucessivas do nível do salário-mínimo, nos reajustes subsequentes.

§ 4º O limite de um terço ($1/3$) fixado no inciso I deste artigo, quando o locador for entidade beneficente reconhecida de utilidade pública, é elevado para um meio ($1/2$).

Art. 25. O aluguel, a partir de cada reajustamento, será igual ao "aluguel atualizado", acrescido de um "valor corretivo", e vigorará até o reajustamento seguinte.

§ 1º O valor corretivo a ser adicionado ao "aluguel atualizado", para determinação do aluguel que vigorará até nova alteração do salário-mínimo legal, será obtido pela multiplicação do fator K, constante da Tabela anexa à Lei pela diferença entre:

a) o "aluguel corrigido e atualizado" correspondente à época do respectivo reajustamento, e

b) o "aluguel atualizado".

§ 2º Para determinação do fator K, entra-se na Tabela II anexa, com os valores de C e D que assim se definem:

C = número de meses decorridos entre o mês em que entrar em vigor o salário-mínimo legal que ocasiona o reajustamento e o mês em que entrou em vigor o salário-mínimo até então vigente. Para o reajustamento que se originar da primeira alteração do salário-mínimo legal após a publicação da Lei ou o vencimento do prazo contratual, C será o número de meses decorridos entre o mês da data da Lei ou do vencimento do prazo contratual e o mês em que entrar em vigor o salário-mínimo cuja alteração dá origem ao reajustamento. Para o reajustamento final, ao vencer-se o prazo de cento e vinte meses, C será o número de meses decorridos entre o mês que corresponder ao término do prazo de cento e vinte meses e o mês em que entrou em vigor o salário-mínimo então vigente.

D = número de meses decorridos desde o mês da data da publicação da Lei até o mês da entrada em vigor do salário-mínimo anterior ao que dá origem ao reajustamento que se está calculando. Para o reajustamento que se originar da primeira alteração do salário-mínimo legal após a publicação da Lei ou o vencimento do prazo contratual, D será igual a zero. Para o reajustamento final, ao vencer-se o prazo de cento e vinte meses da Lei D será o número de meses decorridos desde o mês da data da publicação da Lei até o mês da entrada em vigor do salário-mínimo que estiver vigorando ao vencer-se o mesmo prazo.

§ 3º Nas locações já em curso, o pagamento das taxas, impostos e despesas normais da locação, inclusive de condomínio, continuarão a cargo do

contratante que os vier pagando até o advento da presente Lei, na mesma proporção.

Art. 26. Não sendo possível determinar o aluguel primitivamente estipulado no contrato de locação, o "aluguel corrigido" será fixado judicialmente, mediante ação proposta pelo locador, observando-se as seguintes regras:

I — ao despachar a inicial, num prazo de cinco dias, o Juiz designará perito para proceder ao arbitramento do "aluguel corrigido", que incluirá o valor dos móveis, se houver;

II — o autor, na inicial, e o réu, na contestação, a ser oferecida no prazo de cinco dias, além de indicarem o "aluguel corrigido" que lhes pareça justo, poderão nomear assistente técnico do perito e oferecer quesitos e documentos;

III — a citação poderá ser feita independentemente do mandado, se o autor ... (VETADO) ... oferecer cópia da petição inicial, que o escrivão autenticará e valerá como contra-fé;

IV — ao receber a contestação, o Juiz fixará, desde logo, dia e hora para a diligência, a realizar-se num dos dez dias subseqüentes;

V — o laudo do perito, que será apresentado em cartório dentro de quinze dias contados da diligência, sob pena de destituição, deverá conter a descrição do imóvel e indicar sua situação, o estado de conservação e segurança, as benfeitorias por ventura nêl realizadas pelo locatário, o valor do mercado, o valor de móveis, se se tratar de prédio mobiliado, e, finalmente, a justificativa detalhada dos valores encontrados;

VI — no arbitramento do "aluguel corrigido" não serão consideradas as benfeitorias nêl realizadas pelo locatário, mesmo com o consentimento do locador;

VII — apresentado o laudo e decorrido em cartório o prazo comum de cinco dias para apreciação das partes e oferecimento de informações dos assistentes técnicos, os autos serão conclusos ao Juiz para a sentença, a ser proferida nos dez dias subseqüentes;

VIII — o Juiz indicará na sentença os fatos que motivaram seu convencimento, e fixará o "aluguel corrigido", que incluirá o dos móveis, se houver, e o novo aluguel, que, em função desse valor, o locatário passará a pagar;

IX — havendo no prédio sublocatários legítimos (art. 2º), serão os mesmos citados como litisconsortes, aplicando-se o disposto no item III.

Art. 27. Até a publicação da sentença de primeira instância, o locatário continuará a pagar o aluguel mensal anterior.

Parágrafo único. Da sentença caberá agravo de petição, cuja interposição não suspenderá a entrada em vigor do novo aluguel fixado pelo Juiz.

Art. 28. O novo aluguel retroagirá até a data em que deveria entrar em vigor, mas as eventuais diferenças em atraso só serão devidas após o trânsito em julgado da decisão final.

§ 1º Se, em grau de recurso, fôr diminuído o novo aluguel modificado pela sentença, o total das importâncias pagas em excesso pelo locatário na pendência do recurso será compensado com o montante das diferenças em atraso, se houver.

§ 2º Havendo saldo em favor do locador, seu valor será reajustado de acordo com índices de correção monetária do Conselho Nacional de Economia, e o pagamento será feito em seis prestações mensais iguais, junto com os aluguéis dos seis meses subseqüentes ao da publicação da decisão final.

§ 3º Havendo saldo em favor do locatário, reajustado o seu valor pela mesma forma, proceder-se-á ao desconto do pagamento dos aluguéis dos meses subseqüentes ao da publicação da decisão final, até o limite de saldo.

§ 4º Se a locação se extinguir antes de satisfeito o crédito resultante da compensação, a favor do locador ou do locatário, poderá o credor cobrar o saldo por via executiva.

§ 5º O não pagamento, pelo locatário, de qualquer parcela por ventura devida a título de diferenças em atraso, equiparar-se-á, para todos os efeitos, ao não pagamento do aluguel.

Art. 29. Aplica-se às locações de que trata este capítulo, no que couber, o disposto no art. 22 e seus parágrafos.

CAPÍTULO IV

Dos encargos e tributos

Art. 30. Nas locações ajustadas após a entrada em vigor desta Lei, o pagamento dos encargos e tributos, salvo a subscrição obrigatória de letras imobiliárias prevista nos arts. 31 e 32, poderá ser convencionado livremente.

§ 1º No silêncio do contrato caberá ao locatário apenas o pagamento das taxas.

§ 2º O pagamento dos tributos e encargos que competia ao locatário se fará pelo sistema de reembolso ao locador, aplicando-se para constituição do locatário em mora, o disposto no art. 361, do Código de Processo Civil, salvo se as partes ajustarem a cobrança em duodécimos, juntamente com o aluguel mensal, fazendo-se no recibo a discriminação respectiva.

§ 3º Se o objeto da locação for unidade em vila ou edifício de apartamentos ou escritórios, juntamente com o aluguel pagará o locatário as despesas normais de condomínio, podendo os respectivos comprovantes ser examinados em poder do síndico ou da administração.

Art. 31. Os rendimentos percebidos por pessoas físicas ou jurídicas, provenientes de aluguéis de habitações cuja construção houver sido concluída na data da Lei, caracterizando-se a conclusão pela concessão do "habite-se" pela autoridade municipal ou pela ocupação efetiva do imóvel, ficarão sujeitos a um recolhimento equivalente a quatro por cento do valor dos ditos aluguéis auferidos no ano anterior, sob a forma de subscrição de letras de emissão do Banco Nacional de Habitação (Lei nº 4.380, de 21-8-64) adquiridas até o dia 31 de março de cada ano.

Parágrafo único. Ao apresentar sua declaração para pagamento do Imposto de Renda, ficarão os contribuintes obrigados a provar o recolhimento previsto neste artigo.

Art. 32. Os aluguéis recebidos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, pela locação de imóveis residenciais, de área útil superior a cento e oitenta metros quadrados, ficarão sujeitos ao recolhimento de seis por cento da importância total dos aluguéis auferidos no ano anterior, sob a forma de letras de emissão do Banco Nacional de Habitação adquiridas até o dia 31 de março de cada ano, sujeitos os contribuintes à comprovação prevista no parágrafo único do artigo anterior.

Parágrafo único. Entende-se por área útil a área total de construção, deduzidas as paredes, bem como as partes comuns, se se tratar de apartamento, habitação coletiva ou vila.

Art. 33. A falta de cumprimento do disposto nos arts. 31 e 32 sujeitará os locadores às sanções previstas na legislação do imposto sobre a renda para a falta de pagamento de tributos.

Art. 34. As letras de emissão do Banco Nacional de Habitação serão resgatáveis a vinte anos do mês em que o recolhimento é devido, e vencerão juros de seis por cento ao ano, calculados sobre o valor atualizado das letras.

Parágrafo único. As letras serão nominativas e intransferíveis durante o prazo de cinco anos, a contar de sua aquisição, salvo nos casos de fusão, incorporação, liquidação ou sucessão das pessoas jurídicas e nas partilhas e inventários, o arrolamento judicial das pessoas físicas.

Art. 35. A subscrição obrigatória de letras imobiliárias criada pela presente Lei será sempre de responsabilidade do locador.

Art. 36. O disposto nos arts. 31 e 34 aplica-se também às locações regidas pelo Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934.

Art. 37. As entidades assistenciais e de beneficência, reconhecidas de utilidade pública estão isentas da obrigação fixada nos arts. 31 e 34.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 38. O fator K, referido no art. 25, é expresso pela fórmula:

$$K = \frac{C}{120 - D}$$

cujos termos C e D foram definidos no mesmo art. 25.

Art. 39. O fator de depreciação mencionado no § 7º do art. 19 e nos §§ 1º e 2º do art. 24, será expresso por 0,998 elevado à potência n.

Parágrafo único. A Tabela anexa apresenta os valores do fator de depreciação para n, variando de um a trezentos meses.

Art. 40. Dentro do prazo de cento e oitenta dias, a contar da data da publicação desta Lei, os locadores deverão comunicar às repartições municipais competentes os aluguéis vigentes à mesma data, quer se trate de contratos em vigor, quer de locações prorrogadas por força de lei.

§ 1º Nas locações ajustadas na vigência desta Lei, os locadores deverão fazer a declaração de que trata este artigo, dentro do prazo de noventa dias, a partir da data inicial do contrato.

§ 2º Todas as futuras alterações de aluguel, quer nas locações já existentes, quer nas que venham a ser ajustadas, serão também declaradas pelo locador, no prazo de noventa dias a partir da sua verificação.

§ 3º A falta de declaração importará em multa equivalente a três vezes o valor do aluguel mensal à data em que a infração for constatada, cobrável executivamente pelo Município.

§ 4º Os valores declarados poderão servir de base para a cobrança dos impostos e taxas municipais.

Art. 41. No que esta Lei for omissa, aplica-se o direito comum.

Art. 42. Revogam-se a Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950; a Lei nº 1.462, de 26 de outubro de 1951; a Lei nº 1.708, de 23 de outubro de 1952; a Lei nº 2.328, de 1 de novembro de 1954; a Lei nº 2.620, de 4 de outubro de 1955; a Lei nº 2.699, de 28 de dezembro de 1955; a Lei nº 3.085, de 29 de dezembro de 1956; a Lei nº 3.336, de 10 de dezembro de 1957; a Lei nº 3.494, de 19 de dezembro de 1958; a Lei nº 3.844, de 15 de dezembro de 1960; a Lei nº 3.912, de 3 de julho de 1961; a Lei nº 4.008, de 16 de dezembro de 1961; a Lei nº 4.160, de 4 de dezembro de 1962; a Lei número 4.240, de 28 de junho de 1963; a Lei nº 4.292, de 27 de dezembro

de 1963; a Lei nº 4.346, de 26 de junho de 1964; a Lei nº 4.416, de 29 de setembro de 1964 e demais disposições em contrário à presente Lei.

Art. 43. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

TABELA I

Valor do Fator de Depreciação

Período — Meses	Fator
De 0 a 6	0,994
De 7 a 12	0,982
De 13 a 18	0,970
De 19 a 24	0,959
De 25 a 36	0,941
De 37 a 48	0,919
De 49 a 60	0,898
De 61 a 72	0,878
De 73 a 84	0,852
De 85 a 96	0,832
De 97 a 108	0,812
De 109 a 120	0,793
De 121 a 132	0,774
De 133 a 144	0,756
De 145 a 156	0,737
De 157 a 168	0,720
De 169 a 180	0,703
De 181 a 192	0,686
De 193 a 204	0,670
De 205 a 216	0,654
De 217 a 228	0,639
De 229 a 240	0,623
De 241 a 252	0,609
De 253 a 264	0,594
De 265 a 276	0,580
De 277 a 288	0,567
De 289 a 300	0,553

TABELA II
Valor do Fator K

C

D	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
0	0,033	0,041	0,050	0,058	0,067	0,075	0,083	0,092	0,100	0,108	0,117	0,125	0,133	0,142	0,150	0,158	0,167	0,175	0,183	0,192	0,200
1	0,034	0,042	0,050	0,059	0,067	0,076	0,084	0,092	0,101	0,109	0,118	0,126	0,134	0,143	0,151	0,160	0,168	0,176	0,185	0,193	0,202
2	0,034	0,042	0,051	0,059	0,068	0,076	0,085	0,093	0,102	0,110	0,119	0,127	0,136	0,144	0,152	0,161	0,169	0,178	0,186	0,195	0,203
3	0,034	0,043	0,051	0,060	0,068	0,077	0,086	0,094	0,103	0,111	0,120	0,128	0,137	0,145	0,154	0,162	0,171	0,180	0,188	0,197	0,205
4	0,034	0,043	0,052	0,060	0,069	0,078	0,086	0,095	0,103	0,112	0,121	0,129	0,138	0,147	0,155	0,164	0,172	0,181	0,190	0,198	0,207
5	0,035	0,043	0,052	0,061	0,070	0,078	0,087	0,096	0,104	0,113	0,122	0,130	0,139	0,148	0,157	0,165	0,174	0,183	0,191	0,200	0,209
6	0,035	0,044	0,053	0,061	0,070	0,079	0,087	0,096	0,105	0,114	0,123	0,132	0,140	0,149	0,158	0,167	0,175	0,184	0,193	0,202	0,211
7	0,035	0,044	0,053	0,062	0,071	0,080	0,088	0,097	0,106	0,115	0,124	0,133	0,142	0,150	0,159	0,168	0,177	0,186	0,195	0,204	0,212
8	0,036	0,045	0,054	0,062	0,071	0,080	0,089	0,098	0,107	0,116	0,125	0,134	0,143	0,152	0,161	0,170	0,179	0,188	0,196	0,205	0,214
9	0,036	0,045	0,054	0,063	0,072	0,081	0,090	0,099	0,108	0,117	0,126	0,135	0,144	0,153	0,162	0,171	0,180	0,189	0,198	0,207	0,216
10	0,036	0,045	0,055	0,064	0,073	0,082	0,091	0,100	0,109	0,118	0,127	0,136	0,145	0,155	0,164	0,172	0,182	0,191	0,200	0,209	0,218
11	0,037	0,046	0,055	0,064	0,073	0,082	0,092	0,101	0,110	0,119	0,128	0,138	0,147	0,156	0,165	0,174	0,183	0,193	0,202	0,211	0,220
12	0,037	0,046	0,056	0,065	0,074	0,083	0,093	0,102	0,111	0,120	0,130	0,139	0,148	0,157	0,167	0,176	0,185	0,194	0,204	0,213	0,222
13	0,037	0,047	0,056	0,065	0,075	0,084	0,093	0,103	0,112	0,121	0,131	0,140	0,150	0,159	0,168	0,178	0,187	0,196	0,206	0,215	0,224
14	0,038	0,047	0,057	0,066	0,075	0,085	0,094	0,104	0,113	0,123	0,132	0,142	0,151	0,160	0,170	0,179	0,189	0,198	0,208	0,217	0,226
16	0,038	0,048	0,057	0,067	0,076	0,086	0,095	0,105	0,114	0,124	0,133	0,143	0,152	0,162	0,171	0,181	0,190	0,200	0,210	0,219	0,229
16	0,038	0,048	0,058	0,067	0,078	0,087	0,096	0,106	0,115	0,125	0,135	0,144	0,154	0,163	0,173	0,183	0,192	0,202	0,212	0,221	0,231
17	0,039	0,049	0,058	0,068	0,078	0,087	0,097	0,107	0,117	0,126	0,136	0,146	0,155	0,165	0,175	0,184	0,194	0,204	0,214	0,223	0,233
18	0,039	0,049	0,059	0,069	0,078	0,088	0,098	0,108	0,118	0,127	0,137	0,147	0,157	0,167	0,176	0,186	0,196	0,206	0,216	0,225	0,235
19	0,040	0,050	0,059	0,069	0,079	0,089	0,099	0,109	0,119	0,129	0,139	0,149	0,159	0,168	0,178	0,188	0,198	0,208	0,218	0,228	0,238
20	0,040	0,050	0,060	0,070	0,080	0,090	0,100	0,110	0,120	0,130	0,140	0,150	0,160	0,170	0,180	0,190	0,200	0,210	0,220	0,230	0,240

C

0	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
21	0,040	0,061	0,081	0,071	0,081	0,091	0,101	0,111	0,121	0,131	0,141	0,152	0,162	0,172	0,182	0,192	0,202	0,212	0,222	0,232	0,242
22	0,041	0,061	0,061	0,071	0,082	0,092	0,102	0,112	0,122	0,132	0,143	0,153	0,163	0,173	0,184	0,194	0,204	0,214	0,224	0,235	0,245
23	0,041	0,062	0,062	0,072	0,083	0,093	0,103	0,113	0,124	0,134	0,144	0,155	0,165	0,175	0,185	0,195	0,205	0,216	0,227	0,237	0,247
24	0,042	0,062	0,062	0,072	0,083	0,094	0,104	0,115	0,125	0,135	0,146	0,156	0,167	0,177	0,187	0,198	0,208	0,219	0,229	0,240	0,250
25	0,042	0,063	0,063	0,074	0,084	0,095	0,105	0,116	0,126	0,137	0,147	0,158	0,168	0,178	0,188	0,200	0,211	0,221	0,232	0,242	0,252
26	0,042	0,063	0,064	0,074	0,085	0,095	0,106	0,117	0,128	0,138	0,149	0,160	0,170	0,181	0,191	0,202	0,213	0,223	0,234	0,245	0,255
64	0,071	0,089	0,107	0,125	0,143	0,161	0,179	0,196	0,214	0,232	0,250	0,268	0,286	0,304	0,321	0,339	0,357	0,375	0,393	0,411	0,429
65	0,073	0,091	0,109	0,127	0,145	0,164	0,182	0,200	0,218	0,236	0,255	0,273	0,291	0,309	0,327	0,345	0,364	0,382	0,400	0,418	0,436
66	0,074	0,092	0,111	0,130	0,148	0,167	0,185	0,204	0,222	0,241	0,259	0,278	0,296	0,315	0,333	0,352	0,370	0,389	0,407	0,426	0,444
67	0,075	0,094	0,113	0,132	0,151	0,170	0,189	0,208	0,226	0,245	0,264	0,283	0,302	0,321	0,340	0,358	0,377	0,396	0,415	0,434	0,453
68	0,077	0,096	0,115	0,135	0,154	0,173	0,192	0,212	0,231	0,250	0,269	0,288	0,308	0,327	0,346	0,365	0,385	0,404	0,423	0,442	0,462
69	0,078	0,098	0,118	0,137	0,157	0,176	0,196	0,216	0,235	0,255	0,274	0,294	0,314	0,333	0,353	0,373	0,392	0,412	0,431	0,451	0,471
70	0,080	0,100	0,120	0,140	0,160	0,180	0,200	0,220	0,240	0,260	0,280	0,300	0,320	0,340	0,360	0,380	0,400	0,420	0,440	0,460	0,480
71	0,082	0,102	0,122	0,143	0,163	0,184	0,204	0,224	0,245	0,265	0,286	0,306	0,327	0,347	0,367	0,388	0,408	0,428	0,449	0,469	0,490
72	0,083	0,104	0,125	0,146	0,167	0,187	0,208	0,229	0,250	0,271	0,292	0,312	0,333	0,354	0,375	0,396	0,416	0,437	0,458	0,479	0,500
73	0,085	0,106	0,128	0,149	0,170	0,191	0,213	0,234	0,255	0,277	0,298	0,319	0,340	0,362	0,383	0,404	0,426	0,447	0,468	0,489	0,511
74	0,087	0,109	0,130	0,152	0,174	0,196	0,217	0,239	0,261	0,283	0,304	0,326	0,348	0,370	0,391	0,413	0,435	0,457	0,478	0,500	0,522
75	0,089	0,111	0,132	0,156	0,178	0,200	0,222	0,244	0,267	0,289	0,311	0,333	0,356	0,378	0,400	0,422	0,444	0,467	0,489	0,511	0,533
76	0,091	0,114	0,136	0,159	0,182	0,204	0,227	0,250	0,272	0,295	0,318	0,341	0,363	0,386	0,409	0,431	0,454	0,478	0,500	0,522	0,543
77	0,093	0,116	0,140	0,163	0,186	0,209	0,233	0,256	0,279	0,302	0,324	0,349	0,372	0,395	0,419	0,442	0,465	0,488	0,512	0,535	0,553
78	0,095	0,119	0,143	0,167	0,190	0,214	0,238	0,262	0,286	0,310	0,333	0,357	0,381	0,405	0,429	0,452	0,476	0,500	0,524	0,548	0,571
79	0,097	0,122	0,146	0,170	0,194	0,219	0,244	0,268	0,293	0,317	0,341	0,366	0,390	0,415	0,439	0,463	0,488	0,512	0,537	0,561	0,585

0	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
21	0,040	0,051	0,061	0,071	0,081	0,091	0,101	0,111	0,121	0,131	0,141	0,152	0,162	0,172	0,182	0,192	0,202	0,212	0,222	0,232	0,242
22	0,041	0,051	0,061	0,071	0,082	0,092	0,102	0,112	0,122	0,132	0,143	0,153	0,163	0,173	0,184	0,194	0,204	0,214	0,224	0,235	0,245
23	0,041	0,052	0,062	0,072	0,082	0,093	0,103	0,113	0,124	0,134	0,144	0,155	0,165	0,175	0,185	0,196	0,206	0,216	0,227	0,237	0,247
24	0,042	0,052	0,062	0,072	0,083	0,094	0,104	0,115	0,125	0,135	0,146	0,156	0,167	0,177	0,187	0,198	0,208	0,218	0,228	0,240	0,250
25	0,042	0,053	0,063	0,074	0,084	0,095	0,105	0,116	0,126	0,137	0,147	0,158	0,168	0,179	0,189	0,200	0,211	0,221	0,232	0,242	0,252
26	0,043	0,053	0,064	0,074	0,085	0,096	0,106	0,117	0,128	0,138	0,149	0,160	0,170	0,181	0,191	0,202	0,213	0,223	0,234	0,245	0,255
27	0,043	0,054	0,065	0,075	0,086	0,097	0,108	0,118	0,129	0,140	0,151	0,161	0,172	0,183	0,194	0,204	0,215	0,225	0,237	0,247	0,258
28	0,043	0,054	0,065	0,076	0,087	0,098	0,109	0,120	0,130	0,141	0,152	0,163	0,174	0,185	0,196	0,207	0,217	0,228	0,239	0,250	0,261
29	0,044	0,055	0,066	0,077	0,088	0,099	0,110	0,121	0,132	0,143	0,154	0,165	0,176	0,187	0,199	0,209	0,220	0,231	0,242	0,253	0,264
30	0,044	0,056	0,067	0,078	0,089	0,100	0,111	0,122	0,133	0,144	0,156	0,167	0,178	0,189	0,200	0,211	0,222	0,233	0,244	0,256	0,267
31	0,045	0,056	0,067	0,079	0,090	0,101	0,112	0,124	0,135	0,146	0,157	0,169	0,180	0,191	0,202	0,213	0,225	0,236	0,247	0,258	0,270
32	0,045	0,057	0,068	0,080	0,091	0,102	0,114	0,125	0,135	0,148	0,159	0,170	0,182	0,193	0,205	0,216	0,227	0,239	0,250	0,261	0,273
33	0,046	0,057	0,069	0,080	0,092	0,103	0,115	0,126	0,138	0,149	0,161	0,172	0,184	0,195	0,207	0,218	0,230	0,241	0,253	0,264	0,276
34	0,046	0,058	0,070	0,081	0,093	0,105	0,116	0,128	0,140	0,151	0,163	0,174	0,186	0,198	0,209	0,221	0,233	0,244	0,256	0,267	0,279
35	0,047	0,059	0,071	0,082	0,094	0,106	0,118	0,129	0,141	0,153	0,165	0,176	0,188	0,200	0,212	0,224	0,235	0,247	0,259	0,271	0,282
36	0,048	0,060	0,071	0,083	0,095	0,107	0,119	0,131	0,143	0,155	0,166	0,179	0,190	0,202	0,214	0,226	0,239	0,250	0,262	0,274	0,286
37	0,048	0,060	0,072	0,084	0,096	0,108	0,120	0,133	0,145	0,157	0,169	0,181	0,193	0,205	0,217	0,229	0,241	0,253	0,265	0,277	0,289
38	0,049	0,061	0,073	0,085	0,098	0,110	0,122	0,134	0,146	0,159	0,171	0,183	0,195	0,207	0,220	0,232	0,244	0,256	0,268	0,280	0,293
39	0,049	0,062	0,074	0,086	0,099	0,111	0,123	0,136	0,148	0,161	0,173	0,185	0,197	0,210	0,222	0,235	0,247	0,259	0,271	0,284	0,296
40	0,050	0,063	0,075	0,088	0,100	0,113	0,125	0,138	0,150	0,163	0,175	0,188	0,200	0,213	0,225	0,238	0,250	0,263	0,275	0,288	0,300
41	0,051	0,063	0,076	0,089	0,101	0,114	0,127	0,139	0,152	0,165	0,177	0,190	0,203	0,215	0,228	0,241	0,253	0,266	0,278	0,291	0,304
42	0,051	0,064	0,077	0,090	0,103	0,115	0,128	0,141	0,154	0,167	0,179	0,192	0,205	0,218	0,231	0,244	0,256	0,269	0,282	0,294	0,308
43	0,052	0,065	0,078	0,091	0,104	0,117	0,130	0,143	0,156	0,169	0,182	0,195	0,208	0,221	0,234	0,247	0,260	0,273	0,286	0,299	0,312
44	0,053	0,066	0,079	0,092	0,105	0,118	0,132	0,145	0,158	0,171	0,184	0,197	0,211	0,224	0,237	0,250	0,263	0,276	0,289	0,303	0,316
45	0,053	0,067	0,080	0,093	0,107	0,120	0,133	0,147	0,160	0,173	0,187	0,200	0,213	0,227	0,240	0,253	0,267	0,280	0,293	0,307	0,320
46	0,054	0,068	0,081	0,095	0,108	0,122	0,135	0,149	0,162	0,176	0,189	0,203	0,216	0,230	0,243	0,257	0,270	0,284	0,297	0,311	0,324
47	0,055	0,068	0,082	0,096	0,110	0,123	0,137	0,151	0,164	0,178	0,192	0,205	0,219	0,233	0,247	0,260	0,274	0,288	0,301	0,315	0,329
48	0,056	0,069	0,083	0,097	0,111	0,125	0,139	0,153	0,167	0,181	0,194	0,208	0,222	0,236	0,250	0,264	0,278	0,292	0,306	0,319	0,333
49	0,056	0,070	0,084	0,099	0,113	0,127	0,141	0,155	0,169	0,183	0,197	0,211	0,225	0,239	0,254	0,268	0,282	0,296	0,310	0,324	0,338
50	0,057	0,071	0,086	0,100	0,114	0,129	0,143	0,157	0,171	0,186	0,200	0,214	0,229	0,243	0,257	0,271	0,286	0,300	0,314	0,329	0,343
51	0,058	0,072	0,087	0,101	0,116	0,130	0,145	0,159	0,174	0,188	0,203	0,217	0,232	0,246	0,261	0,275	0,290	0,304	0,319	0,333	0,348
52	0,059	0,074	0,088	0,103	0,118	0,132	0,147	0,162	0,176	0,191	0,206	0,221	0,235	0,250	0,265	0,279	0,294	0,309	0,324	0,338	0,353
53	0,060	0,075	0,090	0,104	0,119	0,134	0,149	0,164	0,179	0,194	0,209	0,224	0,239	0,254	0,269	0,284	0,299	0,313	0,328	0,343	0,358
54	0,061	0,076	0,091	0,106	0,121	0,136	0,152	0,167	0,182	0,197	0,212	0,227	0,242	0,258	0,273	0,288	0,303	0,318	0,333	0,348	0,364
55	0,062	0,077	0,092	0,108	0,123	0,138	0,154	0,169	0,185	0,200	0,215	0,231	0,246	0,262	0,277	0,292	0,308	0,323	0,338	0,354	0,369
56	0,062	0,078	0,094	0,109	0,125	0,141	0,156	0,172	0,188	0,203	0,219	0,234	0,250	0,266	0,281	0,297	0,313	0,328	0,344	0,359	0,375
57	0,063	0,079	0,095	0,111	0,127	0,143	0,159	0,175	0,190	0,206	0,222	0,238	0,254	0,270	0,286	0,302	0,317	0,333	0,349	0,365	0,381
58	0,064	0,081	0,097	0,113	0,129	0,145	0,161	0,177	0,194	0,210	0,226	0,242	0,258	0,274	0,290	0,306	0,323	0,339	0,355	0,371	0,387
59	0,066	0,082	0,098	0,115	0,131	0,148	0,164	0,180	0,196	0,213	0,230	0,246	0,262	0,279	0,295	0,311	0,328	0,344	0,361	0,377	0,392
60	0,067	0,083	0,100	0,117	0,133	0,150	0,167	0,183	0,200	0,217	0,233	0,250	0,267	0,283	0,300	0,317	0,333	0,350	0,367	0,383	0,400
61	0,068	0,085	0,102	0,119	0,136	0,152	0,169	0,186	0,203	0,220	0,237	0,254	0,271	0,288	0,305	0,322	0,339	0,356	0,373	0,390	0,407
62	0,069	0,086	0,103	0,121	0,138	0,155	0,172	0,190	0,207	0,224	0,241	0,259	0,276	0,293	0,310	0,328	0,345	0,362	0,379	0,397	0,414
63	0,070	0,088	0,105	0,123	0,140	0,158	0,175	0,193	0,211	0,228	0,246	0,263	0,281	0,298	0,316	0,333	0,351	0,368	0,386	0,404	0,421
64	0,071	0,089	0,107	0,125	0,143	0,161	0,179	0,196	0,214	0,232	0,250	0,268	0,286	0,304	0,321	0,339	0,357	0,375	0,393	0,411	0,429
65	0,073	0,091	0,109	0,127	0,145	0,164	0,182	0,200	0,218	0,236	0,255	0,273	0,291	0,309	0,327	0,345	0,364	0,382	0,400	0,418	0,436
66	0,074	0,092	0,111	0,130	0,148	0,167	0,185	0,204	0,222	0,241	0,259	0,278	0,296	0,315	0,333	0,352	0,370	0,389	0,407	0,426	0,444
67	0,075	0,094	0,113	0,132	0,151	0,170	0,189	0,208	0,226	0,245	0,264	0,283	0,302	0,321	0,340	0,358	0,377	0,396	0,415	0,434	0,453
68	0,077	0,096	0,115	0,135	0,154	0,173	0,192	0,212	0,231	0,250	0,269	0,288	0,308	0,327	0,346	0,365	0,385	0,404	0,423	0,442	0,462
69	0,078	0,098	0,118	0,137	0,157	0,176	0,196	0,216	0,235	0,255	0,274	0,294	0,314	0,333	0,353	0,373	0,392	0,412	0,431	0,451	0,471
70	0,080	0,100	0,120	0,140	0,160	0,180	0,200	0,220	0,240	0,260	0,280	0,300	0,320	0,340	0,360	0,380	0,400	0,420	0,440	0,460	0,480
71	0,082	0,102	0,122	0,143	0,163	0,184	0,204	0,224	0,245	0,265	0,286	0,306	0,327	0,347	0,367	0,388	0,408	0,429	0,449	0,469	0,490
72	0,083	0,104	0,125	0,146	0,167	0,187	0,208	0,229	0,250	0,271	0,292	0,312	0,333	0,354	0,375	0,396	0,416	0,437	0,458	0,479	0,500
73	0,085	0,106	0,128	0,149	0,170	0,191	0,213	0,234	0,255	0,277	0,298	0,319	0,340	0,362	0,383	0,404	0,426	0,447	0,468	0,489	0,511
74	0,087	0,109	0,130	0,152	0,174	0,196	0,217	0,239	0,261	0,283	0,304	0,326	0,348	0,370	0,391	0,413	0,435	0,457	0,478	0,500	0,522
75	0,089	0,111	0,133	0,156	0,178	0,200	0,222	0,244	0,267	0,289	0,311	0,333	0,356	0,378	0,400	0,422	0,444	0,4			

C

D.	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
80	0,100	0,125	0,150	0,175	0,200	0,225	0,250	0,275	0,300	0,325	0,350	0,375	0,400	0,425	0,450	0,475	0,500	0,525	0,550	0,575	0,600
81	0,103	0,128	0,154	0,179	0,205	0,231	0,256	0,282	0,308	0,333	0,359	0,385	0,410	0,436	0,461	0,487	0,513	0,538	0,564	0,590	0,615
82	0,105	0,132	0,158	0,184	0,210	0,237	0,263	0,289	0,316	0,342	0,368	0,395	0,421	0,447	0,474	0,500	0,525	0,553	0,579	0,605	0,632
83	0,108	0,135	0,162	0,189	0,216	0,243	0,270	0,297	0,324	0,351	0,378	0,405	0,432	0,459	0,486	0,514	0,541	0,568	0,595	0,622	0,649
84	0,111	0,139	0,167	0,194	0,222	0,250	0,278	0,306	0,333	0,361	0,389	0,417	0,444	0,472	0,500	0,528	0,556	0,583	0,611	0,639	0,667
85	0,114	0,143	0,171	0,200	0,229	0,257	0,286	0,314	0,343	0,371	0,400	0,429	0,457	0,486	0,515	0,543	0,572	0,600	0,629	0,658	0,686
86	0,118	0,147	0,176	0,206	0,235	0,265	0,294	0,324	0,353	0,382	0,412	0,441	0,471	0,500	0,529	0,559	0,588	0,618	0,647	0,676	0,708
87	0,121	0,152	0,182	0,212	0,242	0,273	0,303	0,333	0,364	0,394	0,424	0,455	0,485	0,515	0,545	0,576	0,606	0,636	0,667	0,700	0,727
88	0,125	0,156	0,188	0,219	0,250	0,281	0,313	0,344	0,375	0,406	0,438	0,469	0,500	0,531	0,563	0,594	0,625	0,656	0,688	0,719	0,750
89	0,129	0,161	0,194	0,226	0,258	0,290	0,323	0,355	0,387	0,419	0,452	0,484	0,516	0,548	0,581	0,613	0,645	0,677	0,710	0,742	0,774
90	0,133	0,167	0,200	0,233	0,267	0,300	0,333	0,367	0,400	0,433	0,467	0,500	0,533	0,567	0,600	0,633	0,667	0,700	0,733	0,767	0,800
91	0,138	0,172	0,207	0,241	0,276	0,310	0,345	0,370	0,414	0,448	0,483	0,517	0,552	0,586	0,621	0,655	0,690	0,724	0,759	0,793	0,828
92	0,143	0,179	0,214	0,250	0,286	0,321	0,357	0,393	0,429	0,464	0,500	0,536	0,571	0,607	0,643	0,679	0,714	0,750	0,786	0,821	0,857
93	0,148	0,185	0,222	0,259	0,296	0,333	0,370	0,407	0,444	0,481	0,519	0,556	0,593	0,630	0,667	0,704	0,741	0,778	0,815	0,852	0,889
94	0,154	0,192	0,231	0,269	0,308	0,346	0,385	0,423	0,462	0,500	0,538	0,577	0,615	0,654	0,692	0,731	0,769	0,808	0,846	0,885	0,923
95	0,160	0,200	0,240	0,280	0,320	0,360	0,400	0,440	0,480	0,520	0,560	0,600	0,640	0,680	0,720	0,760	0,800	0,840	0,880	0,920	0,960
96	0,167	0,208	0,250	0,292	0,333	0,375	0,417	0,458	0,500	0,542	0,583	0,625	0,667	0,708	0,750	0,792	0,833	0,875	0,917	0,958	1,000
97	0,174	0,217	0,261	0,304	0,348	0,391	0,435	0,478	0,522	0,565	0,609	0,652	0,696	0,739	0,783	0,826	0,870	0,913	0,957	1,000	
98	0,182	0,227	0,273	0,318	0,364	0,409	0,455	0,500	0,545	0,591	0,636	0,682	0,727	0,773	0,818	0,864	0,909	0,954	1,000		
99	0,190	0,238	0,286	0,333	0,381	0,428	0,476	0,524	0,571	0,619	0,667	0,714	0,762	0,810	0,857	0,905	0,952	1,000			
100	0,200	0,250	0,300	0,350	0,400	0,450	0,500	0,550	0,600	0,650	0,700	0,750	0,800	0,850	0,900	0,950	1,000				
101	0,211	0,263	0,316	0,368	0,421	0,474	0,526	0,579	0,632	0,684	0,737	0,789	0,842	0,895	0,947	1,000					
102	0,222	0,278	0,333	0,389	0,444	0,500	0,555	0,611	0,667	0,722	0,778	0,833	0,889	0,944	1,000						
103	0,235	0,294	0,353	0,412	0,471	0,529	0,588	0,647	0,706	0,765	0,824	0,882	0,941	1,000							
104	0,250	0,313	0,375	0,438	0,500	0,563	0,625	0,688	0,750	0,813	0,875	0,938	1,000								
105	0,267	0,333	0,400	0,467	0,533	0,600	0,667	0,733	0,800	0,867	0,933	1,000									
106	0,286	0,357	0,429	0,500	0,571	0,643	0,714	0,786	0,857	0,929	1,000										
107	0,308	0,385	0,462	0,538	0,615	0,692	0,769	0,846	0,923	1,000											
108	0,333	0,417	0,500	0,583	0,667	0,750	0,833	0,917	1,000												
109	0,364	0,454	0,545	0,636	0,727	0,818	0,919	1,000													
110	0,400	0,500	0,600	0,700	0,800	0,900	1,000														
111	0,444	0,556	0,667	0,778	0,889	1,000															
112	0,500	0,625	0,750	0,875	1,000																
113	0,571	0,714	0,857	1,000																	
114	0,666	0,833	1,000																		
115	0,800	1,000																			
116	1,000																				
117	1,000																				
118	1,000																				
119	1,000																				

LEI Nº 4.495 — DE 25 DE
NOVEMBRO DE 1964

Enquadra os atuais professores fundadores em cargos de Professor do Ensino Superior.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os atuais professores fundadores das Faculdades e Escolas Federais, isoladas ou integrantes de Universidades, Professores catedráticos interinos à época das respectivas federalizações, serão enquadrados, em caráter efetivo, em cargos de Professor do Ensino Superior, na parte Suplementar do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Os professores enquadrados na forma deste artigo continuarão a reger as respectivas cadeiras, com atribuições, ... VETADO... previstas nos Estatutos e Regimentos das próprias Instituições ... VETADO...

Art. 2º ... VETADO...

Art. 3º ... VETADO...

Art. 4º ... VETADO...

Art. 5º ... VETADO...

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente lei serão atendidas pelas já previstas no orçamento para os órgãos respectivos.

Art. 7º Esta lei, que será regulamentada dentro de sessenta dias, entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Flávio Lacerda

LEI Nº 4.496 — DE 26 DE NOVEMBRO
DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.038.400,00 (um milhão, trinta e oito mil e quatrocentos cruzeiros), destinado ao pagamento da indenização devida a José Vasco Junior pelas benfeitorias realizadas em terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.038.400,00 (um milhão, trinta e oito mil e quatrocentos cruzeiros), destinado ao pagamento da indenização devida, nos termos do art. 8º, do Decreto-lei nº 893, de 26 de novembro de 1938, a José Vasco Junior, pelas benfeitorias realizadas em terras que adquiriu na Fazenda Nacional de Santa Cruz e em cuja posse se imitiu o Ministério da Agricultura, de conformidade com as disposições do referido decreto-lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Hugo de Almeida Leme

LEI Nº 4.497 — DE 26 DE NOVEMBRO
DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), à verba que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) suplementar à Verba 1.0 00 — Custeio, do anexo 4.14 — Ministério da Fazenda, do vigente Orçamento Geral da União (Lei nº 4 295, de 16 de dezembro de 1963), a saber:

4.14 — Ministério da Fazenda

10 — Contadoria Geral da República

10.01 — Contadoria Geral da República (Despesas Próprias).

Verba 1.0 00 — Custeio

Consignação:

1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignação

1.1.04 — Diárias Cr\$ 14.000.000,00
Consignação:

- 1.5.00 — Serviços de Terceiros
Subconsignação:
1.5.02 — Passagens — Transporte de
pessoas e de suas bagagens
— pedágio Cr\$ 6.000 000.00

Art. 2º O crédito a que se refere a presente lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, observado o disposto no artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.498 — DE 26 DE NOVENBRO
DE 1964

*Autoriza o Poder Executivo a abrir,
pelo Ministério da Saúde, o crédito
suplementar de Cr\$ 226.403.500,00 à
verba que especifica.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito de Cr\$ 226.403.500,00 (duzentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e três mil e quinhentos cruzeiros) suplementar à Verba.....
1.0.00 — Custeio, do Anexo 4.21 — Ministério da Saúde, do vigente Orçamento Geral da União (Lei número 4.295, de 16 de dezembro de 1963), a saber:

4.21 — Ministério da Saúde.

10 — Departamento Nacional de Saúde.

10.10 — Serviço Nacional de Leprosia.

Verba — 1.0.00 — Custeio.

Consignação:

1.1.00 — Pessoal Civil.

Subconsignação:

Vencimentos e vantagens fixas....
Cr\$ 226.403.500,00.

Art. 2º O crédito a que se refere a presente lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, observado o dis-

posto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raimundo Brito

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.499 — DE 26 DE NOVENBRO
DE 1964

*Autoriza o Poder Executivo a abrir,
pelo Ministério da Fazenda, o crédito
suplementar de.....
Cr\$ 28.145.795,40, à verba que es-
pecifica.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de.....
Cr\$ 28.145.795,40 (vinte e oito milhões, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e quarenta centavos), suplementar à Verba 1.0.00 — Custeio, do Anexo 4.14 — Ministério da Fazenda, do vigente Orçamento Geral da União (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963), a saber:

4.14 — Ministério da Fazenda.

16 — Casa da Moeda.

Verba — 1.0.00 — Custeio.

Consignação 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação.

Subconsignação 1.3.08 — Gêneros de alimentação, artigos para fumantes Cr\$ 28.145.795,40.

Art. 2º O crédito a que se refere a presente lei será registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, observado o disposto no art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.500 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.580.200,00 em reforço de dotação que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.580.200,00 (um milhão, quinhentos e oitenta mil e duzentos cruzeiros), em reforço da seguinte dotação consignada no Orçamento-Geral da União (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963).

Anexo 5 — Poder Judiciário.

Item 01 — Supremo Tribunal Federal.

Verba 4.0.00 — Investimentos.

Consignação — 4.1.00 — Obras.

Subconsignação.

4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com móveis: Cr\$ 1.580.200,00 — Total: Cr\$ 1.580.200,00.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.501 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros) à verba que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Fazenda, o crédito de Cr\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros), suplementar à verba 1.0.00 — Custeio, do Anexo 4.14 — Ministério da Fazenda, do vigente Orçamento-Geral da União (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963), a saber:

29 — Divisão do Imposto de Renda.
1.0.00 — Pessoal Civil
1.1.00 — Custeio.
1.1.04 — Diárias — Cr\$ 30.000.000,00.
1.5.00 — Serviços de terceiros.
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens; pedágios — Cr\$ 6.000.000,00.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.501-A — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1964

Retifica a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei número 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1964, na forma abaixo indicada:

SUBANEXO — 4.12 — Ministério da Fazenda.

Onde se lê:

“31 — Laboratório Nacional de Análises”

“31 — Laboratório Nacional de Análises.

SUBANEXO — 4.13 — Ministério da Educação e Cultura.

09.02 — Departamento de Administração.

2.0.00 — Transferências.

2.1.00 — Auxílios e Subvenções

2.1.01 — Auxílios
7 — Outras Entidades
05 — Bahia

Onde se lê:

“Fundação Lemos Brito — Jequié — Bahia.

Leia-se:

Fundação Leur Brito — Jequié — Bahia.

Art. 2º Esta lei produzirá efeitos a partir de 1 de janeiro de 1964.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1964;
143ª da Independência e 76ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões
Flavio Lacerda.

LEI Nº 4.502 — DE 30 DE
NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Do Imposto

Capítulo I

Da Incidência

Art. 1º O Imposto de Consumo incide sobre os produtos industrializados compreendidos na Tabela anexa.

Art. 2º Constitui fato gerador do imposto:

I — quanto aos produtos de procedência estrangeira o respectivo desembaraço aduaneiro;

II — quanto aos de produção nacional, a saída do respectivo estabelecimento produtor.

§ 1º Quando a industrialização se der no próprio local de consumo ou de utilização do produto, fora de estabelecimento produtor, o fato gerador considerar-se-á ocorrido no momento em que ficar concluída a operação industrial.

§ 2º O imposto é devido sejam quais forem as finalidades a que se destine o produto ou o título jurídico a que se faça a importação ou de que decorra a saída do estabelecimento produtor.

Art. 3º Considera-se estabelecimento produtor todo aquele que industrializar produtos sujeitos ao imposto.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se industrialização qualquer operação de que resulte alteração da natureza, funcionamento, utilização, acabamento ou apresentação do produto, salvo:

I — o conserto de máquinas, aparelhos e objetos pertencentes a terceiros;

II — o acondicionamento destinado apenas ao transporte do produto.

Art. 4º Equiparam-se a estabelecimento produtor, para todos os efeitos desta Lei:

I — os importadores e os arrematantes de produtos de procedência estrangeira;

II — as filiais e demais estabelecimentos que negociem com produtos industrializados por outros do mesmo contribuinte;

III — os que enviarem a estabelecimento de terceiro, matéria-prima, produto intermediário, moldes, matrizes ou modelos destinados à industrialização de produtos de seu comércio.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto no inciso II os estabelecimentos que operem exclusivamente na venda a varejo.

Art. 5º Para os efeitos do artigo 2º:

I — considera-se saída do estabelecimento produtor o produto;

a) que dentro do estabelecimento for consumido ou utilizado, desde que não o seja na industrialização ou acondicionamento de outros produtos, tributados ou não;

b) que dentro do estabelecimento for exposto à venda a varejo;

c) que for vendido por intermédio de ambulantes, armazéns gerais ou outros depositários.

II — não se considera saída do estabelecimento produtor:

a) a remessa de matérias-primas ou produtos intermediários para serem industrializados em estabelecimentos do mesmo contribuinte ou de terceiros, desde que o produto resultante tenha que retornar ao estabelecimento de origem;

b) o retorno do produto industrializado ao estabelecimento de origem, na forma da alínea anterior, se o remetente não tiver utilizado, na respectiva industrialização, outras matérias-primas ou produtos intermediários por ele adquiridos ou produzidos, e desde que o produto industrializado se destine a comércio, a nova industrialização ou a emprego no acondicionamento de outros.

Capítulo II

Das Isenções

Art. 6º Estão isentos do imposto, nos termos do artigo 15, § 1º da Constituição, os produtos considerados como o mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico das pessoas de restrita capacidade econômica, da forma das especificações constantes do Anexo I.

§ 1º VETADO.

§ 2º Os preços limites mencionados no referido Anexo correspondem à venda no varejo e deverão ser marcados, em caracteres visíveis, no próprio produto, em etiqueta a ele colada ou no respectivo rótulo ou envoltório.

Art. 7º São também isentos:

I — os produtos exportados para o exterior, na forma das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda;

II — os produtos industrializados pelas entidades a que se refere o artigo 31, inciso V, letra b da Constituição Federal, quando exclusivamente para uso próprio ou para distribuição gratuita a seus assistidos tendo em vista suas finalidades, e desde que obtida a declaração de isenção exigida no artigo 2º da Lei nº 3.193, de 4 de julho de 1957;

III — os produtos industrializados por estabelecimentos públicos e autárquicos federais, estaduais ou municipais,

quando não se destinarem ao comércio;

IV — os produtos industrializados pelos estabelecimentos particulares de ensino, quando para fornecimento gratuito aos alunos;

V — as amostras de diminuto ou de nenhum valor comercial, assim considerados os fragmentos ou parte de qualquer mercadoria, em quantidade estritamente necessária para dar a conhecer sua natureza, espécie e qualidade, para distribuição gratuita, desde que tragam, em caracteres bem visíveis, declaração neste sentido;

VI — as amostras de tecidos de qualquer largura até 0,45m de comprimento para os tecidos de algodão estampado e 0,30m para os demais, desde que contennam impressa ou a catimbo a indicação "sem valor comercial", da qual ficam dispensadas aquelas até 0,25m e 0,15m;

VII — os pés isolados de calçados, quando conduzidos por viajantes dos respectivos estabelecimentos, como mostruários, desde que contennam, gravada no solado, a declaração "amostra para viajante";

VIII — as obras de escultura, quando vendidas por seus autores;

IX — os vagões ou carros para estrada de ferro;

X — os trilhos e os dormentes para estradas de ferro;

XI — os arcos e cubos de aço para rodas, aparelhos de choques e tração, engates eixos, rodas de ferro fundido, "coquilhado", cilindros para freios, sapatas de ferro, assim como qualquer peça de aço ou ferro, uma vez que se destinem ao emprego exclusivo e específico em locomotivas, "tenders", vagões ou carros para estradas de ferro;

XII — o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos, livros e músicas;

XIII — os artefatos de madeira bruta, simplesmente desbastada ou serrada;

XIV — os jacás e os cestos rústicos;

XV — os caixões funerários;

XVI — os produtos de origem mineral, inclusive os que tiverem sofrido beneficiamento para eliminação

de impurezas, através de processos químicos, desde que sujeitos ao imposto único;

XVII — as preparações que constituem tópicos inseticidas, carrapaticidas, herbicidas e semelhantes, segundo lista organizada pelo órgão competente do Ministério da Fazenda, ouvidos o Ministério da Agricultura e outros órgãos técnicos;

XVIII — as embarcações de mais de 100 toneladas brutas de registro, excetuadas as de caráter esportivo e recreativo;

XIX — os barcos de pesca produzidos ou adquiridos pelas Colônias ou Cooperativas de Pescadores, para distribuição ou venda a seus associados;

XX — o guaraná em bastões, ou em pó;

XXI — as películas cinematográficas de 35 (trinta e cinco) milímetros, sensibilizadas, não impressiionadas, que se destinem à produção e reprodução de filmes nacionais mediante atestado do órgão federal competente e os filmes de raio-X.

XXII — Os adubos, fertilizantes e defensivos.

XXIII — os bens e produtos adquiridos pelas entidades educacionais e hospitalares de finalidade filantrópica para uso próprio;

XXIV — VETADO.

§ 1º No caso o inciso I, quando a exportação for efetuada diretamente pelo produtor, fica assegurado o ressarcimento, por compensação, do imposto relativo às matérias-primas e produtos intermediários efetivamente utilizados na respectiva industrialização, ou por via de restituição, quando não for possível a recuperação pelo sistema de crédito.

§ 2º No caso do inciso XII, a cessação do papel só poderá ser feita a outro jornal, revista ou editôra, mediante prévia autorização da repartição arrecadadora competente, respondendo o primeiro cedente por qualquer infração que se verificar com relação ao produto.

Art. 8º São ainda isentos do imposto, nos termos, limites e condições aplicáveis para efeito de isenção, do

imposto de importação, os produtos de procedência estrangeira:

I — importados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e demais entidades que gozam de isenção tributária, na forma da Constituição;

II — importados por missões diplomáticas e representações, no país de organismos internacionais de que o Brasil seja membro;

III — que constituírem a bagagem de passageiros e imigrantes;

IV — importados pelas sociedades de economia mista, nos termos expressos das leis pertinentes;

V — que constituírem equipamentos destinados a investimentos essenciais ao processo de desenvolvimento econômico do país, especialmente das regiões menos desenvolvidas;

VI — importados sob o regime de *draw-back*.

Parágrafo único. No caso da bagagem referida no inciso III deste artigo, será entregue ao passageiros ou imigrante, como comprovante, uma via da "declaração de bagagem" devidamente visada pela repartição ou funcionário que efetuar o desembarque.

Art. 9º Salvo disposição expressa de lei, as isenções do imposto se referem ao produto e não ao respectivo produtor ou adquirente.

§ 1º Se a isenção for condicionada à destinação do produto, e a este for dado destino diverso, ficará, o responsável pelo fato, sujeito ao pagamento do imposto e da penalidade cabível, como se a isenção não existisse.

§ 2º Salvo comprovado intuito de fraude, se a mudança da destinação se der após um ano da ocorrência do fato gerador que obrigaria ao pagamento do imposto se inexistisse a isenção, poderá o tributo ser recolhido sem multa antes do fato modificador da destinação, não sendo devido se, da ocorrência do fato gerador da mudança de destinação, tiverem decorrido mais de três anos.

§ 3º As isenções concedidas pela legislação vigente a empresas ou instituições, públicas ou privadas, se restringem aos produtos por elas direta-

mente produzidos ou importados, para seu próprio uso;

Capítulo III

Da Classificação dos Produtos

Art. 10. Na Tabela anexa, os produtos estão classificados em alíneas, capítulos, subcapítulos, posições e incisos.

§ 1º O código, numérico e o texto relativo aos capítulos e posições correspondem aos usados pela nomenclatura aprovada pelo Conselho de Co-Operação Aduaneira de Bruxelas.

§ 2º As posições não reproduzidas na Tabela correspondem a produtos não sujeitos ao imposto.

§ 3º Quando uma posição figurar na Tabela com redação diferente da usada pela Nomenclatura de Bruxelas, entende-se que o novo texto restringe o conteúdo da referida posição.

Art. 11. A classificação dos produtos nas alíneas, capítulos, subcapítulos, posições e incisos da Tabela far-se-á de conformidade com as seguintes regras:

1ª O texto, dos títulos de cada alínea, capítulo ou subcapítulo tem apenas valor indicativo, sendo a classificação determinada legalmente pelos dizeres das posições e incisos pelas Notas de cada uma das alíneas, capítulos e, supletivamente, pelas regras que se seguem.

2ª A menção de uma matéria numa determinada posição da Tabela entende-se como a ela se referindo, quer esteja em estado puro, quer misturada ou associada a outras. A emendação de um produto, como sendo de determinada matéria, a ele diz respeito, mesmo que constituído apenas parcialmente dessa matéria. A classificação de um produto, quando misturado ou composto de mais de uma matéria, será efetuada de acordo com a regra seguinte.

3ª Quando, aplicada a regra 2ª ou em qualquer outro caso, o produto possa ser incluído em duas ou mais posições, sua classificação efetuar-se-á, sucessiva e excludentemente, na ordem seguinte:

a) na posição em que tiver descrição mais específica;

b) na posição da matéria ou artigo que lhe conferir caráter essencial, quando o produto for misturado, composto de diferentes matérias ou constituído pela reunião de diversos artigos;

c) na posição que dê lugar a aplicação da alíquota mais elevada.

4ª Quando uma Nota de uma alínea ou capítulo previr a exclusão de certos produtos, fazendo referência a outras alíneas ou capítulos ou a determinadas posições, a exclusão alcançará, salvo disposição em contrário, todos os produtos incluídos nessas alíneas, capítulos ou posições, mesmo que a enumeração seja incompleta.

§ 1º A parte ou peça sem classificação própria na Tabela e identificável como pertencente a determinado produto, seguirá o regime do todo.

§ 2º Os conjuntos ou estojos de objetos sortidos quando acondicionados em um mesmo envoltório ou embalagem para assim serem vendidos no varejo, serão classificados na posição do objeto sujeito à alíquota mais elevada.

§ 3º O recipiente, envoltório ou embalagem que, pelo seu alto valor, esteja em desproporção com o produto que acondiciona, determinará a classificação deste, sempre que isso importe na aplicação de alíquota mais elevada.

Art. 12. As Notas Explicativas que acompanham a Nomenclatura referida no § 1º, do art. 10, constituem elementos subsidiários para a correta interpretação do conteúdo das posições constantes da Tabela anexa.

Capítulo IV

Do Cálculo do Imposto

Art. 13. O imposto será calculado mediante aplicação das alíquotas constantes da Tabela anexa sobre o valor tributável dos produtos na taxa estabelecida neste Capítulo.

Art. 14. Salvo disposição especial, constitui valor tributável:

I — quanto aos produtos de procedência estrangeira, para o cálculo efetuado na ocasião do despacho;

a) o preço da arrematação, no caso de produto vendido em leilão;

b) o valor que servir de base, ou que serviria se o produto tributado fôsse, para o cálculo dos tributos aduaneiros, acrescido do valor destes e dos ágios e sobretaxas cambiais pagos pelo importador;

II — quanto aos de produção nacional, o preço da operação de que decorrer a saída do estabelecimento produtor, incluídas tôdas as despesas acessórias debitadas ao destinatário ou comprador, salvo, quando escrituradas em separado, os de transporte e seguro nas condições e limites estabelecidos em Regulamento.

Parágrafo único. Incluem-se no preço do produto, para efeito de cálculo do imposto, os descontos, diferenças ou abatimentos, concedidos sob condição.

Art. 15. O valor tributável não poderá ser inferior:

I — ao preço normal de venda por atacado a outros compradores ou destinatários, ou, na sua falta, ao preço corrente no mercado atacadista do domicílio do remetente, quando o produto fôr remetido, para revenda, a estabelecimento de terceiro, com o qual o contribuinte tenha relações de interdependência (art. 42);

II — a 70% (setenta por cento) do preço de venda aos consumidores, não inferior ao previsto no inciso anterior:

a) quando o produto fôr remetido a outro estabelecimento do mesmo contribuinte, o qual opere exclusivamente na venda a varejo;

b) quando o produto fôr vendido a varejo pelo próprio estabelecimento produtor.

Art. 16. Se a saída do produto do estabelecimento produtor ou revendedor se der a título de locação ou decorrer de operação a título gratuito, assim considerada também aquela que, em virtude de não transferir a propriedade do produto, não importe em fixar-lhe o preço, o imposto será calculado sobre o valor tributável de finido nos incisos I e II do artigo anterior, consideradas as hipóteses nêles previstas.

Art. 17. Ressalvada a avaliação contraditória na forma do art. 109, o fisco poderá arbitrar o valor tributável ou qualquer dos seus elemen-

tos nos termos dos arts. 14 e 15, quando sejam omissos ou não mereçam fé os documentos expedidos pelas partes, ou, tratando-se de operação a título gratuito, quando inexistir ou fôr de difícil apuração o valor previsto no artigo anterior.

Art. 18. Aplica-se ao cálculo do imposto devido pela saída dos produtos de procedência estrangeira dos estabelecimentos importadores ou arrematantes, o disposto nos arts. 14, inciso II, 15, 16 e 17.

Capítulo V

Do Lançamento e do Pagamento do Imposto

Seção I

Do Lançamento

Art. 19. O imposto será lançado pelo próprio contribuinte:

I) na guia de recolhimento;

a) por ocasião do despacho de produtos de procedência estrangeira, nos casos de importação e de arrematação em leilão;

b) antes do pagamento, no caso do art. 81;

II — na nota fiscal:

a) por ocasião da saída do produto do respectivo estabelecimento produtor, ressalvadas as hipóteses previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso II, do art. 5º;

b) no momento de conclusão da operação industrial, na hipótese do § 1º do art. 2º, e por ocasião do consumo ou da utilização do produto, da exposição à venda ou da venda, respectivamente, nos casos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso I, do artigo 5º.

Art. 20. O lançamento consistirá na descrição da operação que o originar e do produto a que se referir, na classificação fiscal deste no cálculo do imposto devido e no registro de seu valor, em parcela destacada, na guia ou na nota fiscal em que deva ser efetuado.

Parágrafo único. O lançamento é de exclusiva responsabilidade do contribuinte.

Art. 21. A autoridade administrativa efetuará de ofício o lançamento

mediante a instauração do processo fiscal, quando o contribuinte não o fizer na época própria ou o fizer em desacôrdo com as normas desta lei.

§ 1º O lançamento considerar-se-á efetuado quando passar em julgado a decisão proferida no processo respectivo.

§ 2º Antes de qualquer iniciativa de autoridade, o contribuinte poderá corrigir a omissão ou erro, comunicando o fato à repartição e procedendo, se fôr o caso, na forma do art. 81.

Art. 22. O lançamento regularmente homologado, ou o efetuado de ofício, será definitivo e inalterável ressalvados os casos de vício expressamente previstos na legislação reguladora do processo administrativo tributário.

Art. 23. Considera-se como não efetuado o lançamento:

I — quando feito em desacôrdo com as normas desta Seção;

II — quando realizado em documento considerado, por esta lei, sem valor legal;

III — quando o produto a que se referir fôr considerado como não identificado com o descrito nos documentos respectivos.

Seção II

Do Pagamento do Impôsto

Art. 24. O impôsto será recolhido por guia, ao órgão arrecadador competente, na forma estabelecida nesta lei e em regulamento.

Art. 25. Para efeito do recolhimento, na forma do art. 27, será deduzido do valor resultante do cálculo.

I — o impôsto relativo às matérias-primas, produtos intermediários e embalagens, adquiridos ou recebidos para emprego na industrialização e no acondicionamento de produtos tributados;

II — o impôsto pago por ocasião do despacho de produtos de procedência estrangeira ou da remessa de produtos nacionais ou estrangeiros para estabelecimentos revendedores ou depositários.

Art. 26. O recolhimento do impôsto far-se-á:

I — antes da saída do produto da repartição que processar o despacho — nos casos de importação e de arrematação em leilão de produtos de procedência estrangeiro;

II — antes da saída do produto do respectivo estabelecimento produtor — no caso de devedor declarado remisso;

III — na quinzena subsequente à da ocorrência do fato gerador — nos demais casos.

Art. 27. A importância a recolher será:

I — no caso do inciso I do artigo anterior — a resultante do cálculo do impôsto;

II — No caso do inciso II — a necessária à manutenção de saldo suficiente para cobertura do impôsto devido pela saída dos produtos;

III — no caso do inciso III — a resultante do cálculo do impôsto relativo aos produtos saídos do estabelecimento produtor na quinzena anterior, deduzida:

a) do valor do impôsto relativo às matérias primas, produtos intermediários e embalagens, adquiridos no mesmo período, quando se tratar de estabelecimento industrial;

b) do valor do impôsto pago por ocasião do despacho ou da remessa, quando se tratar de estabelecimento importador, arrematante ou revendedor, considerados, para efeito da apuração, os capítulos de classificação dos produtos.

§ 1º Será excluído do crédito o impôsto relativo às matérias primas, produtos intermediários e embalagens que forem objeto de revenda ou que forem empregados na industrialização ou no acondicionamento de produtos isentos e não tributados.

§ 2º O devedor remisso, sujeito ao recolhimento antecipado, utilizar-se-á do crédito de impôsto, mediante adição ao seu saldo.

§ 3º O impôsto relativo às matérias-primas, produtos intermediários e embalagens, adquiridos a revendedores não contribuintes, será calculado, para efeito de crédito mediante aplicação

da alíquota a que estiver sujeito o produto sobre 50% (cinquenta por cento) do seu valor constante da nota fiscal.

§ 4º Em qualquer hipótese, o direito ao crédito do imposto será condicionado às exigências de escrituração estabelecidas nesta lei e em seu regulamento, e, quando não exercido na época própria, só poderá sê-lo, cumprida a formalidade do inciso I do art. 76 ou quando o seu valor fôr incluído em reconstituição de escrita, efetuada pela fiscalização.

§ 5º Quando ocorrer saldo credor numa quinzena, será ele transportado para a quinzena seguinte, sem prejuízo da obrigação do contribuinte apresentar ao órgão arrecadador, dentro do prazo legal previsto para o recolhimento, a guia demonstrativa desse saldo.

Art. 28. Não será permitido o recolhimento do imposto referente a uma quinzena sem que o contribuinte comprove, com relação à quinzena anterior, o pagamento efetuado, a existência de saldo credor ou a instauração de processo fiscal para apuração do débito.

Art. 29. O recolhimento espontâneo, fora do prazo legal, somente poderá ser feito com as multas previstas no art. 81, mediante requerimento-guia de modelo oficial.

Art. 30. Ocorrendo devolução do produto ao estabelecimento produtor, devidamente comprovada, nos termos que estabelecer o regulamento, o contribuinte poderá creditar-se pelo valor do imposto que sobre ele incidiu quando da sua saída.

Capítulo VI

Da Restituição

Art. 31. A restituição do imposto ocorrerá:

I — no caso de pagamento indevido;

II — quando houver impossibilidade de utilização de crédito pelo produtor, na hipótese prevista no § 1º do art. 79.

Parágrafo único. A restituição processar-se-á a requerimento do contribuinte, na forma da legislação especial reguladora da matéria.

Art. 32. A restituição do imposto indevidamente pago, fica subordinada à prova, pelo contribuinte, de que o mesmo imposto não foi recebido de terceiro.

Parágrafo único. O terceiro, que faça prova de haver pago o imposto ao contribuinte nos termos deste artigo, sub-roga-se no direito daquele à respectiva restituição.

Art. 33. A restituição total ou parcial do imposto dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal que não se devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

TÍTULO II

Das Contribuintes e dos Responsáveis Tributários

Capítulo I

Das Contribuintes

Art. 34. É contribuinte do imposto do Consumo toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado que, por sujeição direta ou por substituição, seja obrigada ao pagamento do tributo.

Art. 35. São obrigados ao pagamento do imposto

I — Como contribuinte originário:

a) o produtor, inclusive os que lhe são equiparados pelo art. 4º — com relação aos produtos tributados que real ou fictamente, saírem de seu estabelecimento, observadas as exceções previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso II do art. 5º.

b) o importador e o arrematante de produtos de procedência estrangeira — com relação aos produtos tributados que importarem ou arrematarem.

II — Como contribuinte substituto:

a) o transportador — com relação aos produtos tributados que transportar desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência;

b) qualquer possuidor — com relação aos produtos tributados, cuja posse mantiver para fins de venda ou

industrialização, nas mesmas condições da alínea anterior.

Parágrafo único. Nos casos das alíneas "a" e "b" do inciso II deste artigo, o pagamento do imposto não exclui a responsabilidade por infração do contribuinte originário quando este for identificado e será considerado como efetuado fora do prazo, para todos os efeitos legais.

Capítulo II

Dos Responsáveis Tributários

Seção I

Dos Sucessores

Art. 36. São pessoalmente responsáveis pelo pagamento do imposto e de penalidades pecuniárias:

I — o espólio — pelo débito do "de cuius" até a data da abertura da sucessão;

II — o sucessor e qualquer título e o cônjuge meeiro pelo débito do espólio até a data da partilha, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, legado ou meação;

III — a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou, em outra, inclusive no caso de simples alteração da forma de constituição — pelo débito da pessoa jurídica de direito privado sucedida até a data do ato quaisquer que sejam a espécie, forma jurídica, firma, razão social, denominação e objeto das pessoas jurídicas respectivamente sucedida e sucessora,

IV — o espólio ou qualquer sócio remanescente que continuar a exploração da respectiva atividade, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual pelo débito da pessoa jurídica de direito privado extinta, até a data da extinção.

Art. 37. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, o fundo de comércio ou estabelecimento comercial ou industrial, ou continuar a respectiva exploração sob a mesma ou outra razão social ou sob firma em nome individual, responde pelo imposto e penalidades pecuniárias de-

vidos até a data do ato pelo fundo ou estabelecimento adquirido:

I — pessoalmente, se o alienante cessar a exploração de comércio ou indústria;

II — subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro em 6 meses, a contar da data da alienação nova exploração do mesmo ou de outro ramo de comércio ou indústria.

Art. 38. O disposto neste Capítulo aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nele referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a respectiva data.

Seção II

Dos Terceiros Responsáveis

Art. 39. As pessoas naturais ou jurídicas são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias decorrentes de atos praticados por seus mandatários, prepostos ou empregados, diretores, gerentes ou administradores.

Parágrafo único. Os diretores, gerentes e administradores de pessoas jurídicas de direito privado respondem subsidiariamente com estas pelo pagamento dos créditos fiscais de que trata este artigo.

Capítulo III

Da Capacidade Jurídica Tributária

Art. 40. A capacidade jurídica para ser sujeito passivo da obrigação tributária decorre exclusivamente do fato de se encontrar a pessoa nas condições previstas nesta lei e no seu regulamento, ou nos atos administrativos de caráter normativo destinados a completá-los, como dando lugar à referida obrigação.

Parágrafo único. São irrelevantes para excluir a responsabilidade de cumprimento da obrigação ou a decorrente de sua inobservância:

I — as causas que, de acordo com o direito privado, excluem ou limitam a capacidade jurídica das pessoas naturais;

II — a irregularidade formal da constituição das pessoas jurídicas de

direito privado e das firmas individuais, bastando que configurem uma unidade econômica ou profissional;

III — a inexistência de estabelecimento fixo, a sua clandestinidade ou a precariedade de suas instalações;

IV — a inabitualidade no exercício da atividade ou na prática dos atos que deem origem, à atribuição ou à imposição da pena.

Capítulo IV

Do Domicílio Fiscal

Art. 41. Para os efeitos de cumprimento da obrigação tributária e de determinação da competência das autoridades administrativas, considera-se domicílio fiscal do sujeito passivo direto ou indireto:

I — se pessoa jurídica, de direito privado ou público, ou firma individual — o lugar de situação do seu estabelecimento ou repartição, ou, se houver mais de um ou de uma, o daquele ou daquela que fôr responsável pelo cumprimento da obrigação tributária de que se tratar;

II — se comerciante ambulante — o lugar da sede principal de seus negócios ou, na impossibilidade de determinação, o local de sua residência habitual ou qualquer dos lugares em que exercer a sua atividade, quando não tiver residência certa ou conhecida;

III — se pessoa natural não compreendida nos incisos anteriores — o lugar da prática dos atos ou da ocorrência dos fatos que deem origem à tributação ou à imposição de penalidade, ou, na sua falta ou dificuldade de determinação sucessivamente, pela ordem indicada, o local da sede habitual de seus negócios, e da sua residência habitual ou o lugar onde fôr encontrada.

Parágrafo único. O domicílio do fiador é o mesmo do devedor originário.

Capítulo

Das Firms Interdependentes

Art. 42. Para os efeitos desta lei, considera-se existir relação de interdependência entre duas firmas:

I — quando uma delas, por si, seus sócios ou acionistas e respectivos côn-

juges e filhos menores, fôr titular de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital da outra;

II — quando, de ambas, uma mesma pessoa fizer parte, na qualidade de diretor ou de sócio que exerçam funções de gerência, ainda que essas funções sejam exercidas sob outra denominação;

III — Quando uma delas tiver vendido ou consignado à outra, no ano anterior, mais de 20% (vinte por cento) no caso de distribuição com exclusividade em determinada área do território nacional, e mais de 50% (cinquenta por cento), nos demais casos, do volume das vendas dos produtos tributados de sua fabricação, importação ou arrematação.

Parágrafo único. Considera-se ainda haver interdependência entre duas firmas, com relação a determinado produto:

I — quando uma delas fôr a única adquirente, por qualquer forma ou título inclusive por padronagem, marca ou tipo, de um ou de mais de um dos produtos, industrializados, importados ou arrematados pela outra;

II — quando uma delas vender à outra produto tributado de sua fabricação, importação ou arrematação, mediante contrato de comissão, participação e ajustes semelhantes.

TÍTULO III

Das Obrigações Acessórias

Capítulo I

Da Rotulagem, Marcação e Contrôlo dos Produtos

Art. 43. O fabricante é obrigado a rotular ou marcar seus produtos e os volumes que os acondicionarem, em lugar visível, indicando a sua firma ou a sua marca fabril registrada, a situação da fábrica produtora (localidade, rua e número) a expressão "Indústria Brasileira" e outros dizeres que forem necessários à identificação e ao controle fiscal do produto, na forma do regulamento.

§ 1º Os produtos isentos conterão ainda, em caracteres visíveis, a expressão — "Isento do Imposto de Consumo" — e a marcação do preço

de venda no varejo quando a isenção decorrer dessa circunstância; as amostras de produtos farmacêuticos, conterão a expressão "Amostra Grátis".

§ 2º As indicações deste artigo e de seu § 1º serão feitas pelos processos que o regulamento estabelecer, em cada unidade do próprio produto ou, se houver impossibilidade ou impropriedade, no recipiente, envoltório ou embalagem.

§ 3º O reacendedor indicará ainda o nome do Estado ou do país produtor, conforme o produto seja nacional ou estrangeiro.

§ 4º A rotulagem ou marcação será feita antes da saída do produto do respectivo estabelecimento produtor.

Art. 44. Os rótulos de produtos fabricados no Brasil serão escritos exclusivamente em idioma nacional, excetuados apenas os nomes dos produtos e outras expressões que não tenham correspondência em português, desde que constituam, aquêles nomes, marcas registradas no Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos rótulos de produtos, especificamente destinados à exportação, desde que contenham, em língua nacional e estrangeira, em lugar destacado e em caracteres bem visíveis, a indicação de ter sido o produto fabricado no Brasil.

Art. 45. É proibido:

I — importar, fabricar, possuir, — aplicar, vender ou expor à venda, rótulos, etiquetas, cápsulas, ou invólucros que se prestem a indicar, como estrangeiro, produto nacional, ou vice-versa;

II — importar produto estrangeiro com rótulo escrito, no todo ou em parte, em língua portuguesa, sem mencionar o país de origem;

III — empregar rótulo que indique falsamente a procedência ou a qualidade do produto;

IV — adquirir, possuir, vender ou expor à venda produto rotulado, etiquetado ou embalado nas condições dos números anteriores.

Art. 46. O regulamento poderá determinar, ou autorizar que o Ministério da Fazenda, pelo seu órgão competente, determine a rotulagem, marcação ou numeração, pelos im-

portadores, arremataantes, comerciantes ou repartições fazendárias, de produtos estrangeiros cujo controle entenda necessário, bem como prescrever, para estabelecimentos produtores e comerciantes de determinados produtos nacionais, sistema diferente de rotulagem, etiquetagem obrigatória de numeração ou aplicação de selo especial que possibilite o seu controle quantitativo.

§ 1º O selo especial de que trata este artigo será de emissão oficial e sua distribuição aos contribuintes será feita gratuitamente, mediante as cautelas e formalidades que o regulamento estabelecer.

§ 2º A falta de numeração do produto ou de aplicação do selo especial, ou o uso do selo impróprio ou aplicado em desacordo com as normas regulamentares, importará em considerar-se como não identificado, com o descrito nos documentos fiscais, o produto respectivo.

Capítulo II

Do Documentário Fiscal

Seção I

Das Notas Fiscais

Art. 47. É obrigatória a emissão de nota fiscal em todas as operações tributáveis e ainda naquelas não tributáveis que importem em saída de produtos tributados ou isentos dos estabelecimentos produtores ou dos estabelecimentos comerciais atacadistas.

Art. 48. A nota fiscal obedecerá ao modelo que o regulamento estabelecer e conterá as seguintes indicações mínimas:

I — denominação "Nota Fiscal" e número de ordem;

II — nome, endereço e número de inscrição do emitente;

III — natureza da operação;

IV — nome e endereço do destinatário;

V — data e via da nota e data da saída do produto do estabelecimento emitente;

VI — discriminação dos produtos pela quantidade, marca, tipo, modelo,

número, espécie, qualidade e demais elementos que permitam a sua perfeita identificação, assim como o preço unitário e total da operação, e o preço de venda no varejo quando o cálculo do imposto estiver ligado a este ou dele decorrer isenção;

VII — classificação fiscal do produto e valor do imposto sobre ele incidente;

VIII — nome e endereço do transportador e forma de acondicionamento do produto (marca, numeração, quantidade, espécie e peso dos volumes).

§ 1º Serão impressas as indicações do inciso I e a relativa à via da nota.

§ 2º A indicação do inciso VII, referente à classificação fiscal do produto, é obrigatória apenas para os contribuintes, e a relativa ao valor do imposto é defesa àqueles que não sejam legalmente obrigados ao seu recolhimento.

§ 3º A nota fiscal poderá conter outras indicações de interesse do emitente, desde que não prejudicem a clareza do documento, podendo, inclusive, ser adaptada para substituir as faturas.

Art. 49. As notas fiscais serão numeradas em ordem crescente e enfileiradas em blocos uniformes, não podendo ser emitidas fora da ordem no mesmo bloco, nem extraídas de bloco novo sem que se tenha esgotado o de numeração imediatamente inferior.

§ 1º É permitido o uso simultâneo de duas ou mais séries de notas fiscais, desde que se distingam por letras maiúsculas em seqüência alfabética impressa, facultado ao fisco, restringir o número de séries, quando usadas em condições que não ofereçam segurança de fiscalização.

§ 2º É obrigatório o uso de talonário de série especial para os fabricantes de produtos, isentos e para os comerciantes de produtos de procedência estrangeira, contendo, respectivamente, impressa, em cada nota, a declaração — "Nota de Produto isento do Imposto de Consumo" — ou — "Nota de Produto Estrangeiro" —, com separação, ainda, no último caso, entre os produtos de importação própria e os adquiridos no mercado interno.

§ 3º A nota de produto estrangeiro a que se refere o parágrafo anterior conterá ainda, em coluna própria, a indicação do número do livro de registro de estoque e da respectiva folha, ou o número da ficha que o substituir, em que o produto tenha sido lançado na escrita fiscal do emitente.

§ 4º Também é obrigatório o uso de talonário da série especial e distinta para cada ambulante quando os fabricantes, importadores ou arrematantes realizarem vendas por esse sistema.

Art. 50. As notas fiscais serão extraídas a máquina ou manuscritas a tinta ou lápis-tinta, por decalque à carbona ou em papel carbonado, no número de vias estabelecido pelo regulamento, devendo todos os seus dizeres e indicações estar bem legíveis, inclusive nas cópias.

§ 1º O regulamento poderá permitir, com as cautelas e formalidades que estabelecer, o uso de notas fiscais emitidas mecanicamente ou datilografadas, inclusive pelo sistema de formulário contínuo em sanfonas, desde que, em qualquer caso, contenham todos os dizeres do modelo oficial.

§ 2º A primeira via da nota acompanhará o produto e será entregue pelo transportador ao destinatário, que a reterá para exibição ao fisco quando por este exigida, e a última via ficará presa ao bloco e arquivada em poder do emitente, também para efeito de fiscalização.

§ 3º A primeira via da nota que acompanhar o produto deverá estar, durante o percurso do estabelecimento do remetente ao do destinatário, em condições de ser exibida aos agentes fiscais em qualquer instante, para conferência da mercadoria nela especificada e da exatidão do lançamento do respectivo imposto.

§ 4º Cada estabelecimento, seja matriz, sucursal, filial, depósito, agência ou representação da mesma pessoa, terá o seu talonário próprio.

Art. 51. É vedada a emissão de nota fiscal que não corresponda à saída efetiva do produto nela descrito do estabelecimento emitente, ressalvados os seguintes casos:

I. a saída de partes do produto desmontado, cuja unidade não pos-

sa ser transportada de uma só vez, desde que o imposto, de acordo com as normas desta lei, deva incidir sobre o todo;

II. a saída ficta do produto, prevista no inciso I do art. 5º.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I deverá ser emitida nota fiscal correspondente ao todo, com descrição das partes que a acompanham e das que serão remetidas posteriormente, devendo, nas remessas restantes, ser emitidas novas notas fiscais, discriminando as partes a que se referem e fazendo remissão à nota global originariamente extraída.

Art. 52. Os talões de notas fiscais destinados a uso dos contribuintes e dos comerciantes de produtos estrangeiros serão autenticados, antes de sua utilização, mediante os processos e formalidades que o regulamento estabelecer.

Art. 53. As notas fiscais, que não satisfizerem a todas as exigências desta Seção e das normas regulamentares destinadas a completá-las, serão consideradas, para efeitos fiscais, sem valor legal e servirão de prova apenas em favor do fisco.

Parágrafo único. A nota fiscal será também considerada sem validade jurídica, devendo, com os necessários esclarecimentos, ser inutilizada e presa ao respectivo talão, se o produto a que se referir não tiver saído do estabelecimento até três dias da data de sua emissão; sem prejuízo do disposto no "caput" do artigo 54, quando o fato não ficar devidamente justificado.

Seção II

Da Guia de Trânsito

Art. 54. Em todas as remessas de produtos e objetos a que se referem as alíneas "a" e "b" do inciso II do art. 5º e o inciso III do art. 4º, é obrigatória a emissão de guia de trânsito, pelo remetente, em substituição à nota fiscal.

Art. 55. A guia de trânsito obedecerá ao modelo que o regulamento desta lei estabelecer e conterá no que couberem e com as devidas adaptações, as indicações constantes dos incisos I e VIII do art. 48, sendo-lhe aplicáveis, também, no que cou-

berem, todas as prescrições relativas à nota fiscal.

Parágrafo único. Quando o emitente não for estabelecido ou quando se tratar de remessa esporádica, poderão ser utilizadas folhas avulsas, desde que nelas se contenham todas as indicações do modelo oficial e que, após o seu preenchimento, sejam apresentadas à repartição fiscal para a devida autenticação.

Capítulo III

Da escrita fiscal

Seção I

Dos livros

Art. 56. Os contribuintes e outros sujeitos passivos que o regulamento indicar dentre os previstos nesta lei, são obrigados a possuir, de acordo com a atividade que exercerem e os produtos que industrializarem, importarem, movimentarem, venderem, adquirirem ou receberem, livros fiscais para o registro da produção, estoque, movimentação, entrada e saída de produtos tributados ou isentos, bem como para controle de imposto a pagar ou a creditar e para registro dos respectivos documentos.

§ 1º O regulamento estabelecerá os modelos dos livros e indicará os que competem a cada contribuinte ou pessoa obrigada.

§ 2º. Os livros conterão termos de abertura e de encerramento assinados pela firma possuidora e as folhas numeradas tipograficamente, e serão autenticadas pela repartição fazendária competente, antes de sua utilização.

§ 3º. O Ministério da Fazenda, por seu órgão competente, tomadas as necessárias cautelas, poderá autorizar, a título precário, o uso de fichas em substituição aos livros.

§ 4º. Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal do contribuinte e das pessoas obrigadas à escrituração, os livros da contabilidade geral, as notas fiscais, as guias de trânsito e de recolhimento do imposto e todos os documentos, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem com os lançamentos nela feitos.

Art. 57. Cada estabelecimento, seja matriz, sucursal, filial, depósito, agência ou representante, terá escrituração fiscal própria, vedada a sua centralização, inclusive no estabelecimento matriz.

§ 1º. Os livros e os documentos que servirem de base à sua escrituração serão conservados nos próprios estabelecimentos, para serem exibidos à fiscalização quando exigidos, durante o prazo de cinco anos ou até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram, se esta verificar-se em prazo maior.

§ 2º. Nos casos de transferência de firma ou de local, feitas as necessárias anotações, continuarão a ser usados os mesmos livros fiscais, salvo motivo especial que aconselhe o seu cancelamento e a exigência de novos, a critério do fisco.

§ 3º. O prazo previsto no parágrafo 1º, deste artigo, interrompe-se por qualquer exigência fiscal, relacionada com as operações a que se refiram os livros ou documentos, ou com os créditos tributários deles decorrentes.

Seção II

Da Escrituração

Art. 58. A escrituração dos livros fiscais far-se-á em ordem cronológica e com a necessária clareza, asseio e exatidão, de modo a não deixar dúvidas, devendo o movimento diário ser lançado dentro de três dias e encerrado nos prazos fixados nos respectivos modelos ou no regulamento desta lei.

§ 1º. Os dados constantes dos livros da escrita fiscal, quanto ao registro da produção, são sujeitos a tolerância de quebras admissíveis para cada espécie tributada, segundo critério que for determinado pelo órgão competente do Ministério da Fazenda.

§ 2º. Em casos especiais, poderá o Ministério da Fazenda, por seu órgão competente, no interesse da fiscalização, estabelecer a unidade de medida que deva ser utilizada para o registro da produção de determinados produtos.

Art. 59. O regulamento e os modelos oficiais estabelecerão as normas

de autenticação, uso e escrituração dos livros e fichas, de forma a assegurar a maior clareza e exatidão dos lançamentos, o perfeito controle do pagamento do imposto e os elementos necessários à organização da estatística da produção industrial.

Parágrafo único. Poderá, ainda, o órgão competente do Ministério da Fazenda baixar normas complementares de escrituração, bem como alterar os modelos em uso, visando disciplinar as peculiaridades de cada caso com relação à atividade dos contribuintes e demais obrigados e à natureza dos produtos de sua indústria ou comércio.

Capítulo IV

Das Obrigações dos transportadores, Adquirentes e Depositários de Produtos

Seção I

Das Obrigações dos Transportadores

Art. 60. Os transportadores não poderão aceitar despachos ou efetuar o transporte de produtos que não estiverem acompanhados dos documentos exigidos por esta lei ou por seu regulamento.

Parágrafo único. A proibição estende-se aos casos de manifesto desacordo entre os volumes e a sua discriminação nos documentos, à falta de descrição ou descrição incompleta que impossibilite ou dificulte a identificação dos volumes, e à falta de indicação do nome e endereço do remetente ou do destinatário.

Art. 61. Os transportadores prestarão aos funcionários fiscais todo o concurso para facilitar-lhes o exame dos documentos e das mercadorias em despacho, já despachadas ou em trânsito, sendo pessoalmente responsáveis pelo extravio dos documentos que lhes tenham sido entregues pelo remetente dos produtos.

Parágrafo único. Se um mesmo documento se referir a produtos que devam ser transportados por mais de um veículo, o documento deverá acompanhar o primeiro veículo cabendo ao transportador a obrigação de fazer, nos manifestos respectivos, anotações claras e precisas na forma que o regulamento estabelecer.

Seção II

Das Obrigações dos Adquirentes e Depositários

Art. 62. Os fabricantes, comerciantes e depositários que receberem ou adquirirem para industrialização, comércio ou depósito, ou para emprego ou utilização nos respectivos estabelecimentos, produtos tributados ou isentos, deverão examinar se eles se acham devidamente rotulados ou marcados ou, ainda, selados se estiverem sujeitos ao selo de controle, bem como se estão acompanhados dos documentos exigidos e se estes satisfazem a todas as prescrições legais e regulamentares.

§ 1º. Verificada qualquer falta, os interessados, a fim de se eximirem de responsabilidade, darão conhecimento à repartição competente, dentro de oito dias do recebimento do produto, ou antes do início do consumo ou da venda, se este se der em prazo menor, avisando, ainda, na mesma ocasião o fato ao remetente da mercadoria.

§ 2º. Se a falta consistir na inexistência da documentação comprobatória da procedência do produto, relativamente à identificação do remetente (nome e endereço), o destinatário não poderá recebê-lo, sob pena de ficar responsável pelo imposto e sanções cabíveis.

Art. 63. As pessoas mencionadas no artigo anterior são obrigadas a franquear, aos agentes do fisco, os seus estabelecimentos, depósitos, dependências e móveis, permitindo-lhes o mais amplo exame dos produtos, documentos e livros fiscais e comerciais.

TÍTULO IV

Das Infrações e das Penalidades

Capítulo I

Das Infrações

Art. 64. Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em inobservância, por parte do sujeito passivo de obrigação tributária, positiva ou negativa, estabelecida ou disciplinada por esta lei, por seu regulamento ou

pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

§ 1º O Regulamento e os atos administrativos não poderão estabelecer ou disciplinar obrigações nem definir infrações ou cominar penalidades que não estejam autorizadas ou previstas em lei.

§ 2º Salvo disposição expressa em contrário, a responsabilidade por infrações independe da intenção do agente ou do responsável da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 65. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que terá por base o auto ou a representação, conforme a verificação da falta se dê no serviço externo de fiscalização ou no serviço interno das repartições.

Capítulo II

Das Penalidades

Seção I

Das Espécies de Penalidades

Art. 66. As infrações serão punidas com as seguintes penas, aplicáveis separada ou cumulativamente:

I — multa;

II — perda da mercadoria;

III — proibição de transacionar com as repartições públicas ou autarquias federais e com os estabelecimentos bancários controlados pela União;

IV — sujeição a sistema especial de fiscalização;

V — cassação de regimes ou controles especiais estabelecidos em benefício dos sujeitos passivos.

Seção II

Da Aplicação e Graduação das Penalidades

Art. 67. Compete à autoridade julgadora, atendendo aos antecedentes do infrator, aos motivos determinantes da infração e à gravidade de suas consequências efetivas ou potenciais;

I — determinar a pena ou as penas aplicáveis ao infrator;

II — fixar, dentro dos limites legais, a quantidade da pena aplicável.

Art. 68. Na fixação da pena de multa, a autoridade atenderá ao conjunto de circunstâncias atenuantes e agravantes constantes do processo.

§ 1º São circunstâncias agravantes, quando não constituam ou qualifiquem a infração:

I — a sonegação, a fraude e o conluio;

II — a reincidência;

III — o fato de ter o infrator recebido do adquirente do produto, antes do procedimento fiscal, o valor do imposto sobre que versar a infração, quando esta consistir na falta de seu recolhimento no prazo legal;

IV — o fato de o imposto, não lançado ou lançado a menor, referir-se a produto, cuja tributação e classificação fiscal já tenham sido objeto de decisão, passada em julgado, proferida em consulta formulada pelo contribuinte;

V — a inobservância de instruções dos agentes fiscalizadores sobre a obrigação violada, anotadas nos livros e documentos fiscais do sujeito passivo, ou de instruções das autoridades fazendárias competentes, publicadas há mais de 30 (trinta) dias no *Diário Oficial* da União, sobre a matéria.

VI — a clandestinidade do estabelecimento do infrator, a inexistência de escrita fiscal ou a falta de emissão dos documentos fiscais relativos à operação a que a infração se referir;

VII — qualquer circunstância que demonstre a existência de dolo ou de culpa na prática da infração, ou que importe em agravar as suas consequências ou em retardar o seu conhecimento pela autoridade fazendária.

§ 2º São circunstâncias atenuantes:

I — o lançamento regular das operações tributadas e do imposto devido a que se referir a infração, nos respectivos livros da escrita fiscal;

II — a ignorância ou a errada compreensão da legislação fiscal, quando escusáveis, nos casos de sujeitos passivos com capital registrado até Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), domiciliados em municípios do interior do país onde não

exista repartição do Ministério da Fazenda;

III — ter o infrator, antes do procedimento fiscal, procurado, de maneira inequívoca e eficiente, anular ou reduzir os efeitos da infração, prejudiciais ao fisco;

IV — ter a infração, se consumado em feriado bancário no domicílio fiscal do contribuinte, quando relativa a pagamento de imposto;

V — qualquer outra circunstância que demonstre ter o infrator agido de boa fé.

Art. 69. A graduação da multa obedecerá aos seguintes critérios:

I — ocorrendo apenas circunstâncias atenuantes, a multa será aplicada no mínimo;

II — ocorrendo apenas circunstâncias agravantes ou apurada a existência de sonegação, fraude ou conluio, a multa será aplicada no máximo;

III — na ausência de circunstâncias atenuantes e agravantes, ou ressalvada a hipótese prevista no inciso anterior, concorrendo umas e outras, a multa será aplicada na média do mínimo com o máximo;

IV — no caso de reincidência específica será aplicado na primeira repetição da falta, o dobro da multa que resultar da adoção dos critérios previstos nos incisos anteriores, e nas repetições subsequentes, o valor assim obtido, acrescido de 20% (vinte por cento) para cada reincidência, não computada a primeira.

Art. 70. Considera-se reincidência a nova infração da legislação do Imposto do Consumo, cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica ou pelos sucessores referidos nos incisos III e IV do artigo 36, dentro de cinco anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Parágrafo único. Diz-se a reincidência:

I — genérica, quando as infrações são de natureza diversa;

II — específica, quando as infrações são da mesma natureza, assim entendidas as que tenham a mesma capituloção legal e as referentes a obri-

gações tributárias previstas num mesmo capítulo desta lei.

Art. 71. Sonegação é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o reconhecimento por parte da autoridade fazendária:

I — da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;

II — das condições pessoais de contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.

Art. 72. Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

Art. 73. Conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, visando qualquer dos efeitos referidos nos arts. 71 e 72.

Art. 74. Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações pela mesma pessoa natural ou jurídica, aplicam-se cumulativamente, no grau correspondente, as penas a elas cominadas, se as infrações não forem idênticas ou quando ocorrerem as hipóteses previstas no art. 85 e em seu parágrafo.

§ 1º Se idênticas as infrações e sujeitas à pena de multas fixas, previstas no art. 84, aplica-se, no grau correspondente, a pena cominada a uma delas, aumentada de 10% (dez por cento) para cada repetição da falta, consideradas, em conjunto, as circunstâncias atenuantes e agravantes, como se de uma só infração se tratasse.

§ 2º Se a pena cominada for a de perda da mercadoria ou de multa proporcional ao valor do imposto ou do produto a que se referirem as infrações, consideradas, em conjunto, as circunstâncias atenuantes e agravantes, como se de uma só infração se tratasse.

§ 3º Quando se tratar de infração continuada, em relação à qual tenham sido lavrados diversos autos ou representações, serão eles reunidos em

um só processo, para imposição da pena.

§ 4º Não se considera infração continuada a repetição de falta já arrolada em processo fiscal de cuja instauração o infrator tenha sido intimado.

Art. 75. Se do processo se apurar responsabilidade de duas ou mais pessoas, será imposta a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

Art. 76. Não serão aplicadas penalidades:

I — aos que, antes de qualquer procedimento fiscal, procurarem espontaneamente, a repartição fazendária competente, para denunciar a falta e sanar a irregularidade, ressalvados os casos previstos no art. 81, nos incisos I e II do art. 83 e nos incisos I, II e III do art. 87;

II — enquanto prevalecer o entendimento — aos que tiverem agido ou pago o imposto:

a) de acordo com interpretação fiscal constante de decisão irrecorrível de última instância administrativa, proferida em processo fiscal, inclusive de consulta, seja ou não parte o interessado;

b) de acordo com interpretação fiscal constante de decisão de primeira instância, proferida em processo fiscal, inclusive de consulta, em que interessado for parte;

c) de acordo com interpretação fiscal constante de circulares, instruções, portarias, ordens de serviço e outros atos interpretativos baixados pelas autoridades fazendárias competentes.

Art. 77. A aplicação da penalidade fiscal e o seu cumprimento não dispensam, em caso algum, o pagamento do imposto devido, nem prejudicam a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação criminal, e vice-versa.

Art. 78. O direito de impôr penalidade extingue-se em cinco anos, contados da data da infração.

§ 1º O prazo estabelecido neste artigo interrompe-se por qualquer notificação ou exigência administrativa feita ao sujeito passivo, com referên-

cia ao imposto que tenha deixado de pagar ou à infração que haja cometido, recomegando a correr a partir da data em que este procedimento se tenha verificado.

§ 2º Não corre o prazo enquanto o processo de cobrança estiver pendente de decisão, inclusive nos casos de processos fiscais instaurados, ainda em fase de preparo ou de julgamento.

§ 3º A interrupção do prazo mencionado no parágrafo primeiro só poderá ocorrer uma vez.

Art. 79. O valor da multa será reduzido de 30% (trinta por cento), 40% (quarenta por cento) e 50% (cinquenta por cento), conforme tenha sido aplicada no grau mínimo, médio ou máximo, e o processo respectivo considerar-se-á findo administrativamente, se o infrator, conformando-se com a decisão de primeira instância, efetuar o pagamento das importâncias devidas, no prazo previsto para a interposição do recurso.

Seção III

Das Multas

Art. 80. A falta do lançamento do valor total ou parcial do imposto na nota fiscal ou de seu recolhimento ao órgão arrecadador competente, no prazo e na forma legais, sujeitará o contribuinte às seguintes multas:

I — multa de uma a três vezes o valor do imposto que deixou de ser lançado ou recolhido, não inferior à prevista no art. 84 para a classe de capital do contribuinte, no grau correspondente;

II — multa de quatro a seis vezes o valor do imposto que deixou de ser lançado ou recolhido, não inferior ao grau máximo da prevista no art. 84 para a classe de capital do contribuinte, quando apurada a existência de sonegação, fraude ou conluio.

§ 1º Nas mesmas penas incorrem:

I — os fabricantes de produtos isentos que não emitirem ou emitirem de forma irregular, as notas fiscais a que são obrigados;

II — os remetentes que, nos casos previstos no artigo 54, deixarem de emitir, ou emitirem de forma irre-

gular, a guia de trânsito a que são obrigados;

III — os que transportarem produtos tributados ou isentos, desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência;

IV — os que possuírem, nas condições do inciso anterior, produtos tributados ou isentos, para fins de venda ou industrialização;

V — os que indevidamente destacarem o imposto na nota fiscal, ou o lançarem a maior.

§ 2º Nos casos do parágrafo anterior, quando o produto for isento ou a sua saída do estabelecimento não obrigar a lançamento, as multas serão calculadas sobre o valor do imposto que, de acordo com as regras de classificação e de cálculo estabelecidas nesta lei, incidiria se o produto ou a operação fossem tributados.

§ 3º Na hipótese do inciso V do § 1º, a multa regular-se-á pelo valor do imposto indevidamente destacado ou lançado, e não será aplicada se o responsável, já tendo recolhido, antes do procedimento fiscal, a importância irregularmente lançada, provar que a infração decorreu de erro escusável, a juízo da autoridade julgadora, ficando, porém, neste caso, vedada a respectiva restituição.

§ 4º As multas deste artigo aplicam-se, inclusive, aos casos equiparados por esta lei à falta de lançamento ou de recolhimento do imposto, desde que para o fato não seja cominada penalidade específica.

§ 5º A falta de identificação do contribuinte originário ou substituto não exclui a aplicação das multas previstas neste artigo e em seus parágrafos, cuja cobrança, juntamente com a do imposto que for devido, será efetivada pela venda em leilão de mercadoria a que se referir a infração, aplicando-se, ao processo respectivo, o disposto no § 3º, do artigo 87.

Art. 81. Os contribuintes que, antes de qualquer procedimento fiscal, procurarem espontaneamente o órgão arrecadador competente, para recolher imposto não pago na época própria, ficarão sujeitos às multas de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, cobradas na mes-

ma guia, conforme o recolhimento se realize, respectivamente, até quinze, trinta e após trinta dias do término do prazo legal de pagamento ou da data prevista para a sua realização.

Parágrafo único. Quando o contribuinte, antes de qualquer procedimento fiscal, recolher, no prazo previsto nesta lei, o imposto que, total ou parcialmente, deixou de lançar na nota fiscal, incorrerá apenas na multa cominada no artigo 84 para a respectiva obrigação acessória.

Art. 82. A inobservância das prescrições do artigo 62 e de seus parágrafos, pelos adquirentes e depositários ali mencionados, sujeitá-los-á às mesmas penas cominadas ao produtor ou remetente dos produtos pela falta apurada, considerada, porém, para efeito de fixação e graduação da penalidade, o capital registrado daqueles responsáveis.

Art. 83. Incorrem em multa igual ao valor comercial da mercadoria ou ao que lhe é atribuído na nota fiscal, respectivamente:

I — os que entregarem ao consumo, ou consumirem, produtos de procedência estrangeira introduzidos clandestinamente no país ou importados irregular ou fraudulentamente, ou que tenham entrado no estabelecimento, dêe saído ou nele permanecido, desacompanhados da nota de importação ou de nota fiscal com todos os requisitos desta lei, conforme o caso ou sem que tenham sido regularmente registrados, quando da entrada e da

saída, nos livros ou fichas de controle quantitativo próprios;

II — os que emitirem, fora dos casos permitidos nesta lei, notas fiscais que não correspondam à saída efetiva dos produtos nelas descritos, do estabelecimento emitente, e os que, em proveito próprio ou alheio, se utilizarem dessas notas para produção de qualquer efeito fiscal.

§ 1º No caso do inciso I, a pena não prejudica a que for aplicável ao comprador ou receptor do produto, e no caso do inciso II, é independente da que for cabível pela falta ou insuficiência de recolhimento do imposto, em razão da utilização da nota, não podendo, em qualquer dos casos, o mínimo da multa aplicada ser inferior ao grau máximo da pena prevista no artigo seguinte para a classe de capital do infrator.

§ 2º Incorre na multa de 50% (cinquenta por cento) do valor comercial da mercadoria o transportador que conduzir produto de procedência estrangeira que saiba, ou deva presumir pelas circunstâncias do caso, ter sido introduzido clandestinamente no país ou importado irregular ou fraudulentamente.

Art. 84. As infrações a esta lei e ao seu regulamento para as quais não sejam previstas penas proporcionais ao valor do imposto ou do produto ou de perda da mercadoria, serão punidas com multas graduadas com base no capital registrado dos infratores e na gravidade da infração, de acordo com a seguinte tabela:

	Grau Mínimo	Grau Médio	Grau Máximo
Até Cr\$ 1.000.000,00	5.000,00	10.000,00	15.000,00
De mais de Cr\$ 1.000.000,00 até Cr\$ 10.000.000,00	15.000,00	30.000,00	45.000,00
De mais de Cr\$ 10.000.000,00 até Cr\$ 50.000.000,00	30.000,00	60.000,00	90.000,00
De mais de Cr\$ 50.000.000,00 até Cr\$ 100.000.000,00	60.000,00	120.000,00	180.000,00
De mais de Cr\$ 100.000.000,00 até Cr\$ 1.000.000.000,00	120.000,00	240.000,00	360.000,00
De mais de Cr\$ 1.000.000.000,00 até Cr\$ 10.000.000.000,00	240.000,00	480.000,00	720.000,00
De mais de Cr\$ 10.000.000.000,00	480.000,00	960.000,00	1.440.000,00

§ 1º O capital a que se refere este artigo é o registrado no país para todos os estabelecimentos matriz, filiais, sucursais, agências, depósitos, etc. da pessoa natural ou jurídica infratora, que exerçam atividades em relação às quais estejam sujeitos ao cumprimento de obrigações tributárias, principais ou acessórias, previstas na legislação do imposto de consumo.

§ 2º O infrator que não tiver capital registrado ficará sujeito às multas previstas para o capital mais baixo constante da tabela.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, as pessoas referidas no artigo 9º serão consideradas como tendo capital de mais de Cr\$ 1.000.000,00 até Cr\$ 10.000.000,00.

§ 4º Aplica-se às multas previstas neste artigo o disposto no artigo 9º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 85. Ficam sujeitos à multa de cinco vezes o grau máximo da pena prevista para a classe do respectivo capital, aqueles que simularem viciarem ou falsificarem documentos ou a escrituração de seus livros fiscais ou comerciais, ou utilizarem documentos falsos para iludir a fiscalização ou fuga ao pagamento do imposto, se outra maior não couber por falta de lançamento ou pagamento do tributo.

Parágrafo único. Na mesma pena, incorre quem, por qualquer meio ou forma, desacatar os agentes do fisco ou embarçar, dificultar ou impedir a sua atividade fiscalizadora.

Art. 86. Em nenhum caso a multa aplicada poderá ser inferior à prevista no artigo 84 para a classe de capital do infrator, no grau correspondente.

Seção IV

Da Perda da Mercadoria

Art. 87. Incorre na pena de perda da mercadoria o proprietário de produtos de procedência estrangeira, encontrados fora da zona fiscal aduaneira, em qualquer situação ou lugar, nos seguintes casos:

I — quando o produto, tributado ou não, tiver sido introduzido clandestina-

namente no país ou importado irregular ou fraudulentamente;

II — quando o produto, sujeito ao imposto de consumo, estiver desacompanhado da nota de importação ou de iellão, se em poder do estabelecimento importador ou arrematante, ou de nota fiscal emitida com obediência a todas as exigências desta lei, se em poder de outros estabelecimentos ou pessoas, ou ainda, quando estiver acompanhado de nota fiscal emitida por firma inexistente.

III — quando o produto sujeito ao imposto de consumo não tiver sido regularmente registrado nos livros ou fichas de controle quantitativo próprios, ou quando não tiver sido marcado e selado, na forma determinada pela autoridade competente.

§ 1º Se o proprietário não for conhecido ou identificado, considera-se como tal, para os efeitos deste artigo, o possuidor ou detentor da mercadoria.

§ 2º O fato de não serem conhecidas ou identificadas as pessoas a que se referem este artigo e o seu parágrafo 1º, não obsta a aplicação da penalidade, considerando-se, no caso, a mercadoria como abandonada.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, em qualquer tempo, antes de ocorrida a prescrição, o processo poderá ser reaberto exclusivamente para apuração da autoria, vedada a discussão de qualquer outra matéria ou a alteração do julgado quanto à infração, e prova de sua existência, à penalidade aplicada e os fundamentos jurídicos da condenação.

§ 4º No caso do inciso II deste artigo, a nota fiscal será substituída pela guia de trânsito se ocorrer qualquer das hipóteses previstas no artigo 54.

Seção V

Da Proibição de Transacionar

Art. 88. Os devedores, inclusive os fiadores, declarados remissos, são proibidos de transacionar, a qualquer título, com as repartições públicas ou autárquicas federais e com os estabelecimentos bancários controlados pela União.

§ 1º A proibição de transacionar, constante d'este artigo, compreende o recebimento de quaisquer quantias ou créditos que os devedores tiverem com a União e suas autarquias; a participação em concorrência, coleta ou tomada de preços; o despacho de mercadorias nas repartições fazendárias; a celebração de contratos de qualquer natureza, inclusive de abertura de crédito e levantamento de empréstimos nas Caixas Econômicas Federais e nos demais estabelecimentos bancários constituídos em autarquias federais ou controlados pela União; e quaisquer outros atos que importem em transação.

§ 2º A declaração de remisso será feita pelo órgão arrecadador local, após decorridos trinta dias da data em que se tornar irrekorível, na esfera administrativa, a decisão condenatória, desde que o devedor não tenha feito prova de pagamento da dívida ou de ter iniciado, em juízo, a competente ação anulatória do ato administrativo, com o depósito da importância em litígio, em dinheiro ou em títulos da dívida pública federal, na repartição arrecadadora de seu domicílio fiscal.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a autoridade, sob pena de responsabilidade administrativa e penal fará a declaração nos 15 (quinze) dias seguintes ao término do prazo ali referido, publicando a decisão no órgão oficial ou, na sua falta, comunicando-a, para o mesmo fim, à repartição competente com sede na capital do Estado sem prejuízo da afiação em lugar visível do prédio da repartição".

Seção VI

Da Sujeição a Sistema Especial de Fiscalização

Art. 89. O sujeito passivo que repetidamente reincidir em infração da legislação do imposto de consumo poderá ser submetido, pelo órgão competente do Ministério da Fazenda, a regime especial de fiscalização.

Parágrafo único. O regime especial de fiscalização será disciplinado no regulamento desta lei.

Seção VII

Da Cassação de Regimes ou Contrôles Especiais

Art. 90. Os regimes ou controles especiais de pagamento do imposto, de uso de documentos ou de escrituração, de rotulagem ou marcação dos produtos ou quaisquer outros, previstos nesta lei ou no seu regulamento, quando estabelecidos em benefício dos sujeitos passivos, serão cassados se os beneficiários procederem de modo fraudulento no gozo das respectivas concessões.

Parágrafo único. É competente para a cassação a mesma autoridade que o fôr para a concessão, cabendo recurso à autoridade superior.

TÍTULO V

Da Fiscalização

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 91. A direção dos serviços de fiscalização do imposto de consumo compete, em geral, ao Departamento de Rendças Internas.

Parágrafo único. A execução dos serviços incumbe, nos limites de suas jurisdições, aos órgãos regionais do Departamento e aos seus agentes fiscalizadores.

Art. 92. Para efeito de fiscalização, serão os Estados divididos em circunscrições fiscais e estas em seções.

Art. 93. A fiscalização externa compete aos agentes fiscais do imposto de consumo e, nos casos previstos em lei, aos fiscais auxiliares de impostos internos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a admissibilidade de denúncia apresentada por particulares nem a apreensão, por qualquer pessoa, de produtos de procedência estrangeira encontrados fora dos estabelecimentos comerciais e industriais, desacompanhados da documentação fiscal comprobatória de sua entrada legal no país ou de seu trânsito regular no território nacional.

Art. 94. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas naturais ou

jurídicas, contribuintes ou não que forem sujeitos passivos de obrigações tributárias previstas na legislação do imposto de consumo, inclusive sobre as que gozarem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

Parágrafo único. As pessoas a que se refere este artigo exhibirão aos agentes fiscalizadores, sempre que exigido, os produtos, os livros fiscais e comerciais e todos os documentos ou papéis, em uso ou já arquivados, que forem julgados necessários à fiscalização, e lhes franquearão os seus estabelecimentos, depósitos, dependências e móveis, a qualquer hora do dia ou da noite, se à noite estiverem funcionando.

Art. 95. Os agentes fiscalizadores que procederem a diligências de fiscalização lavrarão, além do auto de infração que couber, termos circunstanciados de início e de conclusão de cada uma delas, nos quais consignarão as datas inicial e final do período fiscalizado, a relação dos livros e documentos comerciais e fiscais exibidos e tudo mais que seja de interesse para a fiscalização.

§ 1º Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se entregará, ao contribuinte ou pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pelo autor da diligência.

§ 2º Quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando seja necessário a efetivação de medidas acauteladoras do interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção, os agentes fiscalizadores, diretamente ou através das repartições a que pertencerem, poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal.

Art. 96. Os agentes fiscais do imposto de consumo e os fiscais auxiliares de impostos internos terão direito a portar armas para sua defesa pessoal, em todo o território nacional.

Parágrafo único. O direito ao porte de arma constará da carteira funcional que for expedida pela repartição a que estiver subordinado o funcionário.

Art. 97. Mediante intimação escrita são obrigados a prestar às autoridades fiscalizadoras todas as informações de que disponham com relação aos produtos, negócios ou atividades de terceiros:

I — os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II — os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e semelhantes;

III — as empresas transportadoras e os transportadores singulares;

IV — os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V — os inventariantes;

VI — os síndicos, comissários e liquidatários;

VII — as repartições públicas e autarquias federais as entidades paraestatais e de economia mista;

VIII — todas as demais pessoas naturais ou jurídicas cujas atividades envolvam negócios ligados ao imposto de consumo.

Art. 98. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim por parte da Fazenda Nacional ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira e sobre a natureza e o estado dos negócios ou atividades dos contribuintes ou de terceiros.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo unicamente os casos de requisição do Poder Legislativo e de autoridade judicial no interesse da Justiça e os de prestação mútua de assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e de permuta de informações entre os diversos setores da Fazenda Pública da União e entre estas e a dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.

Capítulo II

Dos Produtos e Efeitos Fiscais em Situação Irregular

Art. 99. Serão apreendidas e apresentadas à repartição competente, mediante as formalidades legais, as mercadorias, rótulos, selos, notas fiscais e guias, em contravenção às disposições da legislação do imposto de

consumo, e tôdas as coisas móveis que forem necessárias à comprovação das infrações.

§ 1º Se não fôr possível efetuar a remoção das mercadorias ou objetos apreendidos o apreensor, tomadas as necessárias cautelas, incumbirá da sua guarda ou depósito pessoa idônea ou o próprio infrator mediante termo de depósito.

§ 2º Salvo nos casos de infração punida com a pena de perda da mercadoria ou quando esta constituir a garantia da cobrança do crédito fiscal § 5º do art. 80), se a prova das faltas existentes em livros ou documentos, fiscais ou comerciais, ou verificadas através dêles, independer da verificação da mercadoria será feita a apreensão, somente do documento que contiver a infração ou que comprovar a sua existência.

Art. 100. Havendo prova ou suspeita fundada de que as coisas a que se refere o artigo anterior se encontram em residência particular ou em dependência de estabelecimento comercial, industrial, profissional ou qualquer outra utilizada como moradia, tomadas as necessárias cautelas para evitar a sua remoção clandestina, será promovida a busca e apreensão judicial, se o morador ou detentor, pessoalmente intimado, recusar-se a fazer a sua entrega.

Art. 101. No caso de suspeita de estarem em situação irregular as mercadorias que devam ser expedidas nas estações de empresas ferroviárias, fluviais, marítimas, ou aéreas, serão tomadas as medidas necessárias à retenção dos volumes pela empresa transportadora na estação do destino.

§ 1º As empresas a que se refere este artigo farão imediata comunicação do fato, ao órgão fiscalizador do lugar de destino e aguardarão, durante cinco dias úteis, as providências respectivas.

§ 2º Se a suspeita ocorrer na ocasião da descarga, a empresa transportadora agirá pela forma indicada no final deste artigo e no seu parágrafo 1º.

Art. 102. As mercadorias de procedência estrangeira encontradas nas condições previstas no artigo 87 e nos

seus incisos I, II e III, serão apreendidas, intimando-se imediatamente, o seu proprietário, possuidor ou detentor a apresentar, no prazo de 24 horas, os documentos comprobatórios de sua entrada legal no país ou de seu trânsito regular no território nacional, lavrando-se de tudo os necessários termos.

§ 1º Na hipótese de falta de registro da mercadoria nos livros ou fichas de controle quantitativo próprios, comprovada no ato da apreensão, ou quando a mercadoria estiver acompanhada de documentação que não atenda às exigências desta Lei, será dispensada a intimação preliminar prevista neste artigo.

§ 2º Verificando-se as hipóteses do parágrafo anterior, ou decorrido o prazo da intimação sem que sejam apresentados os documentos exigidos ou se estes não satisfizerem aos requisitos legais, será lavrado o competente auto de infração, que servirá de base ao processo fiscal para a aplicação da penalidade de perda da mercadoria.

§ 3º Transitada em julgado a decisão condenatória, serão as mercadorias vendidas em leilão, competindo ao arrematante pagar o imposto devido.

Art. 103. Ressalvados os casos previstos no artigo anterior e os de produtos falsificados, adulterados ou deteriorados, as mercadorias apreendidas poderão ser restituídas antes do julgamento definitivo do processo, a requerimento da parte, depois de sanadas as irregularidades que motivaram a apreensão e mediante depósito na repartição competente, do valor do imposto e do máximo da multa aplicável, ou prestação de fiança idônea, quando cabível, ficando retidos os espécimes necessários ao esclarecimento do processo.

§ 1º Tratando-se de mercadoria de fácil deterioração, a retenção dos espécimes poderá ser dispensada, consignando-se minuciosamente no termo da entrega, com a assinatura do interessado, o estado da mercadoria e as faltas determinantes da apreensão.

§ 2º As mercadorias e os objetos que, depois do julgamento definitivo

do processo, não forem retirados dentro de trinta dias, contados da data da intimação do último despacho, considerar-se-ão abandonados e serão vendidos em leilão, recolhendo-se o produto d'este aos cofres públicos.

§ 3º Os produtos falsificados, adulterados ou deteriorados serão inutilizados, logo que a decisão do processo tiver passado em julgado.

Art. 104. Quando a mercadoria apreendida for de fácil deterioração, a repartição convidará o interessado a retirá-la, no prazo que fixar, observado o disposto no artigo anterior, sob pena de perda da mesma.

Parágrafo único. Desatendida a intimação ou nos casos de infração punida com a pena de perda da mercadoria, esta será imediatamente arrolada para leilão, procedendo-se, posteriormente, ao preparo e julgamento do processo que terá andamento preferencial, e conservando-se em depósito as importâncias arrecadadas, até final decisão.

Art. 105. As mercadorias e os objetos apreendidos, que estiverem depositados em poder do negociante que vier a falir, não serão arrecadados na massa, mas removidos para outro local a pedido do chefe da repartição arrecadadora.

Art. 106. Os laudos do Laboratório Nacional de Análises e do Instituto Nacional de Tecnologia, nos aspectos técnicos de competência desses órgãos, serão adotados pela Administração, nos processos fiscais, como nas consultas, salvo se comprovada sua improcedência perante a autoridade julgadora.

Capítulo III

Do Exame da Escrita Fiscal e Comercial

Art. 107. No interesse da Fazenda Nacional os agentes fiscais do imposto de consumo procederão ao exame da escrita geral das pessoas sujeitas à fiscalização referidas no artigo 97.

§ 1º No caso de recusa, o agente fiscalizador, diretamente, ou por intermédio da repartição, providenciará junto ao representante do Minis-

tério Público para que se faça a exibição judicial dos livros e documentos sem prejuízo da lavratura do auto de infração que couber por embaraço à fiscalização.

§ 2º Se a recusa referir-se à exibição de livros comerciais registrados, procederá às providências previstas no parágrafo anterior, intimando com prazo não inferior a 72 horas, para que seja feita a apresentação, salvo se, estando os livros no estabelecimento fiscalizado, não apresentar, o responsável, motivo que justifique a sua atitude.

§ 3º Se pelos livros apresentados não se puder apurar convenientemente o movimento comercial do estabelecimento, colher-se-ão os elementos necessários através de exame de livros ou documentos de outros estabelecimentos que com o fiscalizado transacionem, ou nos despachos, livros e papéis de empresas de transporte, suas estações ou agências, ou noutras fontes subsidiárias.

Art. 108. Constituem elementos subsidiários para o cálculo da produção o correspondente pagamento do imposto de consumo dos estabelecimentos industriais, o valor ou quantidade da matéria-prima ou secundária adquirida e empregada na industrialização dos produtos, o das despesas gerais efetivamente feitas, o da mão-de-obra empregada e o dos demais componentes do custo da produção, assim como as variações dos estoques de matérias-primas ou secundárias.

§ 1º Apurada qualquer diferença, será exigido o respectivo imposto de consumo, que, no caso, de fabricante de produtos sujeitos a alíquotas diversas, será calculado com base na mais elevada quando não for possível fazer a separação pelos elementos da escrita do contribuinte.

§ 2º Apuradas, também, receitas cuja origem não seja comprovada, será sobre elas, exigido o imposto de consumo, mediante adoção do critério estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 109. O funcionário que tiver de realizar exame de escrita convidará o proprietário do estabelecimento ou seu representante a acompa-

nhar o exame ou indicar pessoa que o faça e, em caso de recusa, fará constar do processo essa ocorrência.

§ 1º Se o interessado, mesmo que tenha firmado por si ou por seu representante o auto ou termo respectivo, não se conformar com o resultado do exame, poderá requerer outro, indicando em seu requerimento, de forma precisa a discordância e as razões e provas que tiver, bem como o nome e endereço do seu perito.

§ 2º Deferido o pedido, o chefe da repartição designará outro funcionário para, como perito da Fazenda, proceder, juntamente com o perito indicado pelo interessado, a novo exame desde que ouvido o autor do procedimento, persista éste em suas conclusões anteriores.

§ 3º Se as conclusões dos peritos forem divergentes, prevalecerá a que fór coincidente com o exame impugnado: não havendo coincidência, será nomeado, pela autoridade preparadora, funcionário do Ministério da Fazenda ou, na sua falta, de qualquer outro Ministério para desempatar.

§ 4º As disposições dos parágrafos anteriores aplicam-se, no que couberem, aos casos em que o contribuinte não concordar com o valor atribuído à mercadoria para efeito de cálculo do imposto ou de aplicação da multa.

Art. 110. Salvo quando fór indispensável à defesa dos interesses da Fazenda Nacional, não serão apreendidos os livros da escrita fiscal ou comercial.

TÍTULO VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 111. A atual Diretoria das Rendas Internas, do Ministério da Fazenda, passa a denominar-se Departamento de Rendas Internas, competindo-lhe especificamente:

I — dirigir, superintender, orientar e coordenar os serviços de aplicação das leis fiscais relacionadas com os impostos de consumo e sêlo, assim como os demais tributos não compreendidos nas atribuições das Diretorias de Rendas Aduaneiras e do Imposto de Renda;

II — promover o contróle e fiscalização da cobrança dos tributos incluídos no âmbito de sua competência;

III — fiscalizar as empresas autorizadas a realizar vendas de bens imóveis e mercadorias, por meio de sorteios, distribuição de prêmios, quinhões, bonificações e processos semelhantes;

IV — Interpretar as leis e regulamentos fiscais relacionados com suas atribuições, decidindo sobre os casos omissos e baixando os atos esclarecedores.

V — Julgar:

a) em primeira instância, através de seus órgãos regionais — os processos fiscais, inclusive de consulta, relativo aos tributos incluídos no âmbito de sua competência, excetuados os referentes à falta de pagamento do imposto de consumo verificada por ocasião do despacho de mercadoria estrangeira, os quais, com o rito aduaneiro em primeira instância, serão da competência da repartição que efetuar o despacho, de cuja decisão caberá recurso para o Segundo Conselho de Contribuintes;

b) em única instância, através de seu órgão central — as consultas relativas aos tributos de sua competência formuladas pelos órgãos centrais do Serviço Público e Autarquia Federal, das Sociedades de Economia Mista, controladas pela União, e das entidades de classe de âmbito nacional;

c) em segunda e última instância através de seu órgão central — as consultas julgadas em primeira instância pelos seus órgãos regionais.

§ 1º A competência para o preparo dos processos referidos no inciso V d'êste artigo será fixada em Regulamento.

§ 2º O Departamento de Rendas Internas contará, para o exercício de suas atribuições, com Delegacias e Inspetorias, regionais e seccionais, cuja competência, sede e jurisdição serão estabelecidas em Regulamento aprovado por decreto do Poder Executivo.

§ 3º A medida em que forem sendo instalados os órgãos a que se re-

fere o parágrafo anterior, passarão a integrar o Departamento de Rendas Internas os serviços de sua competência que estiverem a cargo das Recebedorias Federais, Delegacias Fiscais e Alfândegas.

Art. 112. Fica o Poder Executivo autorizado a criar as funções gratificadas necessárias à reestruturação do Departamento de Rendas Internas e a fixar-lhes os respectivos símbolos, observados os princípios de hierarquia e analogia de funções, assim como sua importância e complexidade.

Art. 113. Serão da competência do Diretor do Departamento de Rendas Internas a designação dos delegados e inspetores, regionais e seccionais, bem como a movimentação interna do pessoal lotado no mesmo Departamento.

Art. 114. Atendendo às necessidades do serviço e respeitada a distribuição numérica de cada Estado, os Agentes Fiscais de Rendas Internas, dos níveis 18-E e 17-D, poderão ser lotados indistintamente nas capitais dos Estados de primeira categoria e categoria especial.

§ 1º O provimento por remoção será limitado a metade dos claros verificados para efeito de promoção.

§ 2º Fica assegurada aos atuais ocupantes dos cargos do nível 18-E a permanência no Estado da Guanabara, admitida, porém, a remoção a pedido ou por permuta.

§ 3º Serão lotados no Distrito Federal pelo menos dois (2) agentes fiscais de rendas internas nível 18-E. VETADO.

Art. 115. A expressão "firma", quando empregada em sentido geral nesta lei, compreende, além das firmas individuais, todos os tipos de sociedades, quer funcionem sob uma razão social ou sob uma designação ou denominação particular.

Art. 116. Salvo disposição em contrário, os prazos previstos nesta lei serão contados em dias corridos e, na sua contagem, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. Se este cair em domingo, feriado nacional ou local, ponto facultativo ou data em que, por qual-

quer motivo, não funcione a repartição onde deva ser cumprida a obrigação, o prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 117. Fica extinto o adicional de 10% (dez por cento) sobre bebidas, de que tratam os Decretos-leis ns. 6.785, de 11 de agosto de 1944 e 9.846, de 12 de setembro de 1946.

Art. 118. É mantida a Junta Consultiva do Imposto de Consumo, criada pelo Decreto-lei nº 7.404, de 22 de março de 1945.

Art. 119. Por ato do Ministro da Fazenda, o recolhimento quinzenal do imposto, previsto no inciso III do artigo 26, poderá passar a mensal, a realizar-se na primeira quinzena do mês seguinte ao da saída dos produtos do estabelecimento produtor.

Parágrafo único. A medida poderá ser global, para todos os contribuintes, ou especial, para determinadas classes de produtos.

Art. 120. Continua em vigor, no que não tenha sido alterada expressamente por esta lei, a legislação relativa à série de classes do agente fiscal do imposto de consumo e à classe de fiscal auxiliar de impostos internos, suas atribuições, direitos e deveres.

Parágrafo único. A série de classes de agente fiscal do imposto de consumo passa a denominar-se "agente fiscal de rendas internas".

Art. 121. Ficam revogados, no que não tenham sido mantidos expressamente por esta lei, o decreto-lei nº 7.404, de 22 de março de 1945, e as leis posteriores que o modificaram, ressalvadas as disposições referentes ao processo fiscal e as que se aplicarem também a outros tributos ou disciplinem matéria estranha ao imposto de consumo.

Parágrafo único. Até que seja instituído e implantado o cadastro geral dos contribuintes, continuará a ser exigida a patente de registro na forma da legislação atual, expedida, porém, gratuitamente.

Art. 122. Os que, em 1º de janeiro de 1965, possuírem estampilhas do imposto de consumo deverão recolhê-las, dentro de noventa dias, à

repartição arrecadadora local, por meio de guia, para exame de sua legitimidade pela Casa da Moeda e posterior restituição de seu valor.

Art. 123. Na regulamentação desta lei o Poder Executivo disciplinará, de maneira clara e minuciosa, toda a matéria relativa ao imposto de consumo, sua arrecadação e fiscalização, instituirá os modelos de documentos e livros fiscais, ou alterará os já existentes, prescrevendo as normas necessárias à sua escrituração e a clareza e segurança de seus lançamentos; e adotará todas as cautelas de ordem fiscal tendentes a evitar a evasão do imposto.

Parágrafo único. Para fins exclusivamente estatísticos, poderá ainda o Poder Executivo, com relação à Tabela anexa, agrupar, de forma diferente, os capítulos nas alíneas, com ou sem alteração do número destas, e desdobrar as posições em novos incisos, sem ampliação do campo de incidência ou alteração das alíquotas do imposto.

Art. 124. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

§ 3º VETADO.

§ 4º VETADO.

§ 5º VETADO.

Art. 125. Aos fabricantes, sujeitos ao pagamento do Imposto de Consumo pelo sistema de selagem direta ou pelo sistema misto, de selagem direta e por guia, que já procederam no regime das leis anteriores, à dedução dos impostos pagos sobre as matérias-primas que concorreram para a produção de artigos de seu fabrico, fica assegurado o direito expresso no artigo 5º da alteração 1º da Lei número 3.520, de 30 de dezembro de 1958, desde então até a data de início de vigência da presente lei.

Art. 126. Nos exercícios de 1965 a 1967, o imposto incidente sobre tecidos e confecções será devido na seguinte forma:

I — quanto aos produtos das posições 61.01 a 61.04; em 1965 e 1966 — 6% e, em 1967 — 8%.

II — quanto aos produtos das posições 50.09, 51.04 53.11 a 53.13; 54.05; 55.07 a 55.09 e 56.07; em 1965 e 1966 — 12% e em 1967 — 11%.

Art. 127. Esta lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1965, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

ANEXO I

Produtos isentos a que se refere o artigo 6º

I) Quanto à habitação:

a) Telhas e tijolos de barro bruto, apenas umedecido e amassado, cozido, não prensado;

b) Aparelhos indispensáveis à instalação sanitária em suas habitações, até o preço máximo de Cr\$ 3.000,00 por unidade;

c) Fossas sépticas ou liquefadoras;

d) Fechaduras, dobradiças, ferrolhos e torneiras, até Cr\$ 500,00 por unidade;

e) Copos para água, até Cr\$ 100,00 por unidade, e a louça ordinária de pó de pedra, granito ou semelhante, não decorrada, assim como pratos, açucareiros, canecos de ferro esmaltado ou alumínio;

f) Peças de talheres, até o preço de Cr\$ 200,00 por unidade;

g) Panelas de barro e artefatos rústicos de uso doméstico fabricados de barro bruto, apenas umedecido e amassado, com ou sem vidramento de sal;

h) Panelas de qualquer tipo, chaleiras e bules, de ferro esmaltado ou alumínio, até Cr\$ 1.800,00 por unidade;

i) Cadeiras, bancos e cavaletes, até o preço de Cr\$ 2.000,00 por unidade;

j) Berços para crianças, camas, mesas e sapateiras, até o preço de Cr\$ 3.500,00 por unidade;

l) Carrinhos-berços, armários guarda-roupas, guarda-louças, guar-

da comidas, cómodas e sofás, até o preço de Cr\$ 7.500,00 por unidade;

m) Rêdes para dormir.

II) Quanto ao vestuário

a) Tecidos, excetuados os de lã, até o preço de Cr\$ 250,00 por metro, desde que tenham as características que o Regulamento determinar;

b) Tecidos de lã até o preço de Cr\$ 2.000,00 por metro, desde que tenham as características que o Regulamento determinar;

c) Chapéus para homens, até o preço de Cr\$ 2.000,00 por unidade;

d) Chapéus, roupas e proteção de couro, próprios para tropeiros;

e) Calçados populares, como tal definidos no Regulamento até os preços de:

	Cr\$
1 — quanto aos tamancos e chinelos	500,00
2 — quanto aos sapatos e botinas para homem ..	3.000,00
3 — quanto aos sapatos para senhora	2.500,00
4 — quanto aos sapatos e botinas para criança ..	1.250,00

f) Calçados de ponto de malho, de qualquer espécie, para recém-nascidos;

g) Camisas e outras roupas interiores para homem ou mulher, até o preço de Cr\$ 2.000,00 por unidade;

h) Cuecas, até o preço de Cr\$ 1.000,00 por unidade;

i) Roupas (calça e paletó ou sala casaco) prontas, até os preços de:

	Cr\$
1 — de algodão	10.000,00
2 — de lã	15.000,00

j) Meias, até os preços de:

	Cr\$
1 — de algodão	500,00
2 — de lã	700,00

2) Chapéus de palha ou fibra de produção nacional, sem carneira, fôrro ou guarnição".

III) Quanto à alimentação

a) Línguas secas ou defumadas, a granel;

b) Doces acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios que não sejam de apresentação de produtos e os doces chamados de confeitaria, assim considerados os de fácil deterioração, com consumo forçado dentro de poucos dias e em geral no mesmo local de fabricação;

c) Melado ou mel de engenho;

d) Carnes, vísceras e miúdos salgados-sécos, defumados ou cozidos, a granel ou acondicionados para simples transporte;

e) Peixes, crustáceos e moluscos, congelados, salgados, sécos, salgados sécos, defumados ou cozidos, a granel ou acondicionados para o simples transporte;

f) Leite fresco pasteurizado, esterilizado ou peptanizado;

g) Cereais em grão ou moídos, farinhas e sêmolas; farinha de trigo vitaminada;

h) Linguiça, toucinho, chourico, morcela, salsichas e os salgados para aperitivos, a granel ou acondicionados para o simples transporte;

i) Açúcar mascavo, demerara, e cristal;

j) Biscoitos, bolachas e outros produtos de padaria, a granel ou acondicionados para o simples transporte;

k) Sal, a granel ou acondicionado para o simples transporte;

m) Queijo tipo "Minas";

n) Macarrão, talharim, espagete ou spaghetti e outras massas similares;

IV) Quanto ao tratamento médico

a) Água oxigenada para emprêgo como antissépticos e desinfetante; injeções antibióticas; vacinas;

b) Medicamentos destinados ao combate à verminose, malária, chistosomose, paralisia infantil e outras endemias de maior gravidade no País, inclusive inseticidas e germicidas necessários à respectiva profilaxia, segundo lista que for organizada pelo Departamento de Rendas Internas, ouvido, para esse fim, o Ministério da Saúde;

c) Aparelhos de ortopedia e prótese, de qualquer matéria ou tipo, destinados à reparação de parte do corpo humano.

Observações

1ª. Os preços limites mencionados neste Anexo serão reajustados anualmente, por ato do órgão competente do Ministério da Fazenda, com base nos coeficientes de correção monetária estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia;

2ª. Independentemente da correção monetária prevista na observação anterior, fica o Ministro da Fazenda autorizados a elevar de até 30% (trinta por cento) os preços-limites estabelecidos neste Anexo, na medida em que o permitir a elevação da arrecadação do imposto de renda.

IMPÓSTO DE CONSUMO

TABELA

Alinea	Capítulo	Especificação
I		<i>Produtos do Reino Animal</i>
	2	Carnes Comestíveis.
	3	Peixes, Crustáceos e Moluscos.
II	4	Leite e Produtos Lácteos, Ovos de Ave; Mel Natural.
		<i>Produtos do Reino Vegetal</i>
	7	Legumes, Hortaliças, Plantas, Raízes e Tubérculos Alimentícios.
	8	Frutos Comestíveis.
	9	Café, Chá, Mate e Especiarias.
	11	Produtos de Indústria de Moagem; Malte, Amidos e Féculas; Glutén; Inulina.
	12	Sementes e Frutos Oleaginosos; Grãos, Sementes e Frutos Diversos; Plantas Industriais e Medicinais.
	13	Matérias-Primas para Tinturaria ou Curtume; Goma, Resinas e outros sucos e extratos vegetais.
III		<i>Gorduras e Óleos Animais e Vegetais; Produtos de sua Dissociação; Gorduras Alimentícias Elaboradas; Ceras de Origem Animal ou Vegetal.</i>
	15	Gorduras e Óleos Animais e Vegetais; Produtos de sua Dissociação; Gorduras Alimentícias Elaboradas; Ceras de Origem Animal ou Vegetal.
IV		<i>Produtos das Indústrias Alimentícias</i>
	16	Preparados de Carnes, Peixes, Crustáceos e Moluscos.
	17	Açúcares e Produtos de Confeitaria.
	18	Cacau e suas Preparações.
	19	Preparação à base de Cereais, Farinhas ou Féculas; Produtos de Pastelaria.
	20	Preparações de Legumes, de Hortaliças, de Frutas e de outras Plantas ou partes de Plantas.
	21	Preparação Alimentícias Diversas.
V		<i>Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre</i>
	22	Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre.
VI		<i>Alimentos Preparados para Animais</i>

Alinea	Capitulo	Especificações
VII	23	Alimentos Preparados para Animais.
		<i>Fumo</i>
VIII	24	<i>Fumo.</i>
		<i>Produtos Minerais</i>
	25	Sal, Enxôfre, Terras e Pedras, Gessos, Cal e Cimento.
	27	Combustíveis Minerais, Óleos Minerais e Produtos de sua Destilação; Matérias Betuminosas; Ceras Minerais.
IX		<i>Produtos das Indústrias Químicas e das Indústrias Conexas</i>
	28	Produtos Químicos Inorgânicos; Compostos Inorgânicos ou Orgânicos de Metais Preciosos, de Elementos Radioativos, de Metais das Terras Raras e de Isótopos.
	29	Produtos Químicos Orgânicos.
	30	Produtos Farmacêuticos.
	31	Adubos e Fertilizantes.
	32	Extratos Tanantes e Tintoriais; Taninos e seus Derivados; Matérias Corantes, Cores, Tintas e Vernizes; Mástiques; Tintas de Escrever e Impressão.
	33	Óleos Essenciais e Resinóides; Produtos de Perfumaria, de Tóicador e Cosméticos.
	34	Sabões, Produtos Orgânicos Tenso-ativos, Preparações para Lixívias, Preparações Lubrificantes, Cêras Artificiais, Cêras Preparadas, Produtos para Lustrar e Polir, Velas e Artigos semelhantes; Pastas para modelar e "Cêras" para Dentistas.
	35	Matérias Albuminóides e Colas.
	36	Pólvora e Explosivos: Artigos de Pirotecnia; Fósforos; Ligas Pirofóricas; Matérias Inflamáveis.
	37	Produtos para Fotografia e Cinematografia.
	38	Produtos Diversos das Indústrias Químicas.
X		<i>Matérias Plásticas Artificiais, Éteres e Ésteres da Celulose, Resinas Artificiais e Manufaturas destas Matérias, Borracha Natural ou Sintética, Borracha Artificial e Manufaturadas de Borracha.</i>
	39	Matérias Plásticas Artificiais, Éteres e Ésteres da Celulose, Resinas Artificiais e Manufaturadas destas Matérias.
	40	Borracha Natural ou Sintética, Borracha Artificial e Manufaturas de Borracha.
XI		<i>Peles, Couros, Peleterias e Manufaturas destas Matérias; Artigos de Correio, de Seleiro e de Viagem; Bolsas, Carteras, Portu-Moedas e Estojos; Tripas Manufaturadas.</i>

Alínea	Capítulo	Especificações
XII	41	Peles e Couros.
	42	Manufaturas de Couro; Artigos de Seleiro, de Correeiro e de Viagem; Bolsas, Carteiras, Porta-Moedas e Estojos; Tripas Manufaturadas.
	43	Peleterias e suas Manufaturas, Peleterias Artificiais.
		<i>Madeira, Carvão Vegetal e Manufaturas de Madeira; Cortiça e suas Manufaturas; Manufaturas de Espataria e de Trançaria</i>
	44	Madeira, Carvão Vegetal e Manufaturas de Madeira.
	45	Cortiça e Manufaturas de Cortiça.
	46	Manufaturas de Espataria e Cestaria.
XIII		<i>Matérias Utilizadas na Fabricação de Papel; Papel e suas Aplicações</i>
	47	Matérias Utilizadas na Fabricação de Papel.
	48	Papel, Cartolina e Cartão; Manufaturas de Pastas de Celulose, de Papel, Cartolina e de Cartão.
	49	Artigos de Livraria e Produtos das Artes Gráficas.
XIV		<i>Matérias Têxteis e suas Manufaturas</i>
	50	Seda, Bôrra de Seda ("Schappe") e Resíduos de Bôrra de Seda.
	51	Têxteis Sintéticos e Artificiais, Contínuos
	52	Têxteis Metalizados.
	53	Lã, Pelos e Crinas.
	54	Linho e Rami.
	55	Algodão.
	56	Têxteis Sintéticos e Artificiais, Descontínuos.
	57	Outras Fibras Têxteis Vegetais; Fios de Papel e Tecidos de Fios de Papel.
	58	Tapetes e Tapeçarias, Veludos, Pelúcias, Tecidos "Bouclés" e Tecidos de "Chenille"; Fitas e Obras de Passamanaria, Tules; Tecidos de Malhas de Nós (Filet); Rendas e Bordados.
	59	Pastas e Feltros; Cordoalha e Artigos de Cordoalha; Tecidos Especiais, Tecidos Impregnados ou Revestidos; Artefatos de Matérias Têxteis para usos Técnicos.
	60	Tecidos e Artefatos de Malharia e Ponto de Mesa.
	61	Vestimentas e seus Acessórios, de Tecidos.
	62	Outras Confeções de Tecidos.
XV		<i>Calçados; Chapéus; Guarda-Chuvas e Sombrinhas; Flores Artificiais e Artefatos de Cabelo; Leques.</i>
	64	Calçados, Perneiras, Polainas e Artigos semelhantes; Partes Componentes dos Mesmos.
	66	Guarda-Chuvas, Sombrinhas, Bengalas, Chicotes, Rebenques e suas Partes Componentes.
	67	Penas e Penugem Preparadas e Artigos de Penas e Penugem; Flores Artificiais; Manufaturas de Cabelos; Leques.

Alínea	Capítulo	Especificação.
XVI		<i>Manufaturas de Pedra, Gesso, Cimento, Amianto, Mica e Matérias Análogas; Produtos Cerâmicos; Vidro e Manufaturas de Vidro.</i>
	68	Manufatura de Pedra, Gesso, Cimento, Amianto, Mica e Matérias Análogas.
	69	Produtos de Cerâmica.
	70	Vidro e Manufaturas de Vidro.
XVII		<i>Pérolas Finas; Pedras Preciosas e Semipreciosas e semelhantes; Metais Preciosos; Folheado de Metais Preciosos e Manufaturas destas Matérias; Bijuterias de Fantasia.</i>
	71	Pérolas Finas. Pedras Preciosas e Semipreciosas e semelhantes; Metais Preciosos, Folheados de Metais Preciosos e Manufaturas destas Matérias; Bijuterias de Fantasia.
XVIII		<i>Metais Comuns e Manufaturas destes Metais.</i>
	73	Ferro Fundido, Ferro Macio e Aço.
	74	Cobre.
	75	Níquel.
	76	Alumínio.
	77	Magnésio e Berilo (Glucínio).
	78	Chumbo.
	79	Zinco.
	80	Estanho.
	81	Outros metais comuns.
	82	Ferramentas, Cutelaria e Talheres, de Metais Comuns.
	83	Manufaturas Diversas de Metais Comuns.
XIX		<i>Máquinas e Aparelhos; Material Elétrico.</i>
	84	Caldeiras. Máquinas, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos.
	85	Máquinas e Aparelhos Elétricos e Objetos Destinados a Usos Eletrônicos.
XX		<i>Material de Transporte</i>
	86	Veículos e Material para Via Férreas; Aparelhos não Elétricos de Sinalização para Vias de Comunicação.
	87	Veículos Automóveis, Tratores, Velocípedes e outros Veículos Terrestres.
	88	Navegação Aérea.
	89	Navegação Marítima e Fluvial.
XXI		<i>Instrumentos e Aparelhos de Ótica, de Fotografias e de Cinematografia, de Medida, de Verificação, de Precisão, Instrumentos e Aparelhos Médico-Cirúrgicos; Relojoaria; Instrumentos de Música; Aparelhos para o Registro e Reprodução do Som ou para o Registro e Reprodução em Televisão, por Processo Magnético, de Imagens e Som.</i>
	90	Instrumentos e Aparelhos de Ótica, de Fotografia e Cinematografia, de Medida, de Verificação e Precisão; Instrumentos e Aparelhos Médico-Cirúrgicos.

Alínea	Capítulo	Especificação
XIII	91	Relojoaria.
	92	Instrumentos de Músicas, Aparelhos para Registro e Reprodução do Som ou para o Registro e a Reprodução em Televisão, por processo magnético, de Imagens e Som; partes e acessórios destes instrumentos e aparelhos.
	93	<i>Armas e Munições</i>
		Armas e Munições.
	XXIII	<i>Mercadorias e Produtos Diversos, não Especificados nem Compreendidos em outra parte da Tabela.</i>
		94 Móveis; Mobiliário Médico-Cirúrgico; Artigos de Colchoaria e Semelhantes.
		95 Matérias para Entalhe ou Moldagem, trabalhadas (inclusive manufaturas).
		96 Escovas, Pincéis, Vassouras, Espanadores, Borlas e Perneiras.
		97 Brinquedos, Jogos, Artigos para Recreio e Esporte.
		98 Manufaturas Diversas.

ALÍNEA I

PRODUTOS DO REINO ANIMAL

Capítulo 02 — *Carnes Comestíveis*

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
02.06	—	Carnes comestíveis de qualquer classe, salgadas ou em salmoura, secas ou defumadas, quando acondicionadas em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto.	3%

Capítulo 03 — Peixes, Crustáceos e Moluscos

Nota

(3-1) O presente capítulo não compreende;

- a) as carnes dos mamíferos marinhos (posição 02.06);
- b) o caviar e seus sucedâneos (posição 16.04).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
03.02	—	Peixes simplesmente salgados ou em salmoura, secos ou defumados, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	3%

*Capítulo 04 — Leite e Produtos Lácteos; Ovos de Ave; Mel Natural**Notas*

(4-1) Considera-se como leite tanto o desnatado como o integral, o leite batido, o babeurre, o sôro de leite (lastoserum), o leite coalhado, o kephir, o iogurte e demais leites fermentados por processos semelhantes;

(4-2) O leite e creme pasteurizados, esterilizados ou peptonizados, não se consideram como conservados na aceção da posição 04.02.

POSIÇÃO	INÍCIO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
04.01	—	Leite coalhado, kephir, iogurte, e demais leites fermentados por processos semelhantes, acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	3%
04.02	—	Creme de leite; leites concentrados ou açucarados, em estado pastoso ou sólido	3%
04.03	—	Manteiga, quando acondicionada em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	3%
04.04	—	Queijos e requeijões, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	3%
04.05	—	Ovos de ave e gemas de ovo, conservados, ou de outra forma preservados, açucarados ou não, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%
04.06	—	Mel natural, quando acondicionado em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto.	3%

*ALÍNEA II**PRODUTOS DO REINO VEGETAL**Capítulo 07 — Legumes, Hortaliças, Plantas, Raízes e Tubérculos alimentícios**Nota*

(7-1) A posição 07.04 não compreende:

- a) grãos de leguminosas, secos;
- b) pimentões-doces (*Capsicum grossum*) em pó (posição 09.04);
- c) farinhas dos legumes secos (posição 11.03);
- d) farinhas, sémolas e flocos de batata (posição 11.05).

Ressalvadas as disposições precedentes, na aplicação da posição 07.04, a designação "legumes e hortaliças" abrange igualmente os cogumelos comestíveis, frutas, azeitonas, alcaparras, tomates, batatas, beterrabas para salada, pepinos, abóboras, cabacas, cabacinhas e berinjelas, pimentões-doces

(Capsicum grossum), funcho, salsa, cerefólio, estragão, agrião, manjerona, rábanos e alhos.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
07.04	—	Legumes e hortaliças dessecados, desidratados ou evaporados, inclusive esmagados ou pulverizados, mas sem outro preparo, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%

Capítulo 08 — Frutos Comestíveis

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
08.01	—	Tâmaras, bananas, abacaxis (ananases), mangas, abacates, goiabas, côcos, castanhas-do-Pará e castanhas de caju, secos, com ou sem cascas:	
	1	Tâmaras	8%
	2	Outros quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	6%
08.02	—	Frutas cítricas secas	6%
08.03	—	Figos secos	6%
08.04	—	Fassas	6%
08.12	—	Frutas secas (exceto as compreendidas nas posições 08.01 a 08.04)	6%

Capítulo 09 — Café, Chá, Mate e Espectarias

Notas

(9-1) As misturas de produtos compreendidos nas posições 09.04 a ... 09.10 classificam-se da seguinte maneira:

a) as misturas de produtos compreendidos em uma mesma posição se classificam nessa posição;

b) as misturas de produtos compreendidos em posições diferentes classificam-se na posição 09.10.

O fato de os produtos compreendidos nas posições 09.04 a 09.10 (incluindo as misturas citadas nas letras a e b) estarem adicionados de outras substâncias não altera a sua classificação sempre que essas misturas conservem o caráter essencial dos produtos citados em cada uma das posições.

Caso contrário tais misturas ficam excluídas deste capítulo, classificando-se na posição 21.04, se forem condimentos ou temperos compostos.

(9-2) Este capítulo não compreende:

a) pimentas da espécie "Capsicum grossum", sem sabor picante quando não se apresentem em pó (Capítulo 7);

b) a pimenta chamada de Cubebas, da variedade "Cubeba officinalis Miquel" ou "Piper cubeba" (posição 12.07).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
09.01	—	Café torrado, moído ou descafeinado; sucedâneos de café contendo café em qualquer proporção	4%
09.02	—	Chá, quando acondicionado em recipientes, embalagens ou envoltórios destinados à apresentação do produto	6%
09.03	—	Erva-mate, quando acondicionada em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	6%
09.04	—	Pimenta (do gênero "piper") pimentas (do gênero "Capsicum" e "Pimenta") e pimentões, em pó	6%
09.07	—	Cravo-da-índia, cravo de cheiro (frutos, flores e pedúnculos), em pó ou preparados	6%
09.08	—	Noz-moscada, macis, amomos e cardamomos, em pó ou preparados	6%
09.09	—	Sementes de anis, badiana, funcho, coentro, cominho, alcarávia e gengibre, em pó ou preparadas	6%
09.10	—	Timo, louro, açafrão e outras especiarias, em pó ou preparados	6%

Capítulo 11 — Produtos de Indústria de Moagem; Malte; Amidos e Féculas; Gluten; Inulina

Nota

(11-1) Estão excluídos deste capítulo:

a) malte torrado, apresentado como sucedâneo do café (posições 09.01 ou 21.01, segundo o caso);

b) farinhas preparadas (por exemplo, por tratamento térmico) para a alimentação infantil ou para usos dietéticos (posição 19.02). As farinhas tratadas termicamente, para melhorar simplesmente suas propriedades panificáveis classificam-se, porém, no presente capítulo;

c) flocos de milho ("corn-flakes") e outros produtos da posição 19.05;

d) produtos farmacêuticos (Capítulo 30);

e) amidos e féculas apresentados como produtos de perfumaria e de toucador, da posição 33.06.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
11.03	—	Farinha de legumes secos quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
11.04	—	Farinhas de frutas, quando acondicionadas em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%
11.05	—	Farinhas, sêmolas e escamas ou flocos de batatas, quando acondicionadas em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%
11.08	—	Amidos, féculas e inulina, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%
11.09	—	Glúten e farinha de glúten, inclusive torrados, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%

Capítulo 12 — Sementes e Frutos Oleaginosos, Grãos, Sementes e Frutos Diversos; Plantas Industriais e Medicinais

Notas

(12.1) Consideram-se sementes oleaginosas as de amendoim, soja, mostarda, papoula ou dormideira e a copra. Os côcos correspondem à posição 08.01. As azeitonas se classificam nos capítulos 7 ou 20, conforme seu estado de preparação.

(12.2) A posição 12.07 compreende, entre outras, as plantas e partes de plantas das seguintes espécies: manjerição, borragem, hísopo, diversas espécies de menta, alecrim, arruda, salva e absinto.

Estão excluídos desta posição:

- a. sementes e frutos oleaginosos;
- b) produtos farmacêuticos do capítulo 30;
- c artigos de perfumaria e de toucador do capítulo 33;
- a) desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas e produtos semelhantes da posição 38.11.
- e) sementes de beterraba, de Prado, de flores ornamentais, de hortaliças, de árvores frutíferas ou florestais, de ervilhaca e de tremoços grãos de leguminosas, sementes de especiarias e de outros produtos do capítulo 9 e os cereais.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
12.07	—	Plantas, partes de plantas, sementes e frutos das espécies utilizadas principalmente em perfumaria, em medicina ou como inseticida, parasiticida e semelhantes, secos inclusive cortados, esmagados ou pulverizados, quando acondicionados	

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
12.08	—	em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto Alfarroba seca, inclusive em pedaços ou em pó, caroços de frutos e produtos vegetais empregados principalmente na alimentação humana, não especificados nem compreendidos em outra parte, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4% 4%

*Capítulo 13 — Matérias-Primas Vegetais para Tinturaria ou Curtume;
Gomas, Resinas e Outros Sucos e Extratos Vegetais*

Nota

(13-1) Os extratos de alcaçuz, piretro, lúpulo, alcé e ópio são considerados como sucos e extratos vegetais (posição 1303).

Não estão compreendidos na posição 13.03:

a) extratos de alcaçuz que contenham mais de 10% (dez por cento) em peso de açúcar ou que se apresentem como produtos de confeitaria (posição 17.04);

b) extratos de malte (posição 19.01);

c) extratos de café, de chá ou de mate (posição 21.02);

d) sucos e extratos vegetais, adicionados de álcool que constituam bebidas e os preparados alcoólicos compostos de extratos vegetais (chamados "extratos concentrados") para o fabrico de bebida (capítulo 22);

e) cânfora natural (posição 29.13) e glicirrizina — posição 29.41;

f) medicamentos — posição 30.03;

g) extratos tanantes ou tintoriais (posições 32.01 ou 32.04);

h) óleos essenciais e resinóides (posição 33.01), águas destiladas aromáticas e soluções aquosas de óleo essenciais (posição 33.05);

i) borracha, balata, guta-percha e gomas naturais semelhantes (posição 40.01).

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
13.02	—	Goma-laca, inclusive branqueada; gomas, gomas-resinas, resinas e bálsamos naturais	6%
13.03	—	Sucos e extratos vegetais; matérias pectícas, pectinatos e pectatos; agar-agar e outros mucílagos e espessantes naturais, extraídos de vegetais	6%

ALÍNEA III

GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS E VEGETAIS; PRODUTOS DE SUA DISSOCIAÇÃO; GORDURAS ALIMENTÍCIAS ELABORADAS; CERAS DE ORIGEM ANIMAL OU VEGETAL

Capítulo 15 — Gorduras e óleos, animais e vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal

Nota

(15-1) O presente capítulo não compreende:

- a) toucinho e gordura de porco e de aves de capoeira, não prensados nem fundidos;
- b) manteiga de cacau (posição 18.04);
- c) torresmos, tortas de oleaginosas, bagaço de azeitonas e outros resíduos de extração de óleos vegetais (cap. 23);
- d) ácidos gordurosos isolados, ceras preparadas, matérias gordurosas transformadas em produtos farmacêuticos, em tintas, em vernizes, em sabões, em produtos de perfumarias ou de toucador e em cosméticos, óleos sulfonados e demais produtos compreendidos na ALÍNEA IX;
- e) factis de borracha (posição 40.02);
- f) as pastas de neutralização ("soap stocks"), as bôrras ou fezes de óleos, o breu esteárico, o breu de gordura de lã e o pez de glicerina.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
15.01		Banha e outras gorduras de porco, prensadas ou fundidas, gordura de aves de capoeira, prensada ou fundida, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%
15.03	—	Estearina solar; óleo estearina; óleo de banha e óleo margarina, não emulsionados, sem qualquer mistura ou preparação	4%
15.04		Gorduras e óleos de peixe e de mamíferos marinhos, inclusive refinados	3%
15.05	—	Gordura de lã e substâncias gordurosas derivadas, inclusive lanolina	3%
15.06	—	Outras gorduras e óleos de origem animal (óleo de mocotó, gordura de ossos, gordura de resíduos, etc.)	3%
15.07	—	Óleos vegetais fixos, líquidos ou sólidos, em bruto, purificados ou refinados:	
	1	Próprios para alimentação	4%
	2	Outros	3%
15.08	—	Óleos animais ou vegetais, cozidos, oxidados, desidratados, sulfurados, soprados, estandolizados ou modificados por outros processos	3%
15.10	—	Ácidos gordurosos industriais, óleos ácidos de refinação, álcoois gordurosos industriais	3%
15.11	—	Glicerina, inclusive águas e lixívia glicerinosa	3%

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
15.12	—	Óleos animais ou vegetais, total ou parcialmente hidrogenados ou solidificados ou endurecidos por qualquer outro processo, inclusive refinados, mas sem preparo posterior	3%
15.13	—	Margarina, sucedâneos, da banha e outras gorduras alimentícias preparadas	4%
15.14	—	Espermacete prensado ou refinado, inclusive colorido artificialmente	3%
15.15	—	Cêras de abelhas e de outros insetos coloridas artificialmente, branqueadas ou refinadas	3%
15.16	—	Cêras vegetais coloridas artificialmente, branqueadas ou refinadas	3%

ALINEA IV

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS

Capítulo 16 — Preparados de Carnes, Peixes, Crustáceos e Moluscos

Nota

(16-1) Este capítulo não compreende as carnes, os peixes, os mariscos e demais crustáceos e moluscos preparados ou conservados pelos processos referidos nos capítulos 2 e 3.

Posição	Inciso	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
16.01	—	Embutidos de carne, de miúdos comestíveis ou de sangue, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	6%
16.02	—	Outras preparações e conservas de carnes ou de miúdos comestíveis	6%
16.03	—	Extratos e sucos de carne	6%
16.04	—	Preparações e conservas de peixe, inclusive caviar e sucedâneos:	
	1	Caviar e sucedâneos	30%
	2	Outros	6%
16.05	—	Crustáceos e moluscos, inclusive mariscos, em preparações ou em conservas	6%

Capítulo 17 — Açúcares e Produtos de Confeitaria

Nota

(17-1) Este capítulo não compreende:

a) produtos de confeitaria que contenham cacau (posição 18.06);

b) açúcares quimicamente puros (posição 29.43); esta exclusão não se aplica à sacarose quimicamente pura;

c) preparações farmacêuticas açucaradas (capítulo 30).

(17-2) A sacarose quimicamente pura está classificada na posição 17.01, qualquer que seja a sua proveniência.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
17.01	—	Açúcar de beterraba e de cana, em estado sólido, refinado ou em tabletes	4%
17.02	—	Outros açúcares; xaropes; sucedâneos do mel, inclusive misturados com mel natural; açúcar e melaços caramelizados	6%
17.04	—	Confeitos (preparações açucaradas) que não contenham cacau	6%
17.05	—	Açúcares, xaropes e melaços, aromatizados ou com adição de corantes (inclusive açúcar aromatizado com baunilha natural ou artificial), com exclusão dos sucos de frutas adicionados de açúcar em qualquer proporção	6%

Capítulo 18 — Cacau e suas preparações

Notas

(18-1) Este capítulo não compreende as preparações de cacau ou de chocolate incluídas nas posições 19.02, 19.03, 22.02, 22.09 ou 30.03.

(18-2) A posição 18.05 compreende os produtos de confeitaria que contenham cacau e, salvo as disposições da nota 18-1, deste capítulo, as demais preparações alimentícias que contenham cacau.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
18.03	—	Cacau em massa ou em pães (pasta de cacau), inclusive sem gordura	3%
18.04	—	Manteiga de cacau, inclusive a gordura e o óleo de cacau	3%
18.05	—	Cacau em pó, sem açúcar	3%
18.06	—	Chocolate e outras preparações alimentícias que contenham cacau	8%

Capítulo 19 — Preparações à Base de Cereais, Farinhas ou Féculas; Produtos de Pastelaria

Notas

(19-1) Este capítulo não compreende:

a) preparações para alimentação infantil ou para usos dietéticos ou culinários à base de farinhas, féculas ou extratos de malte, contendo, em peso, 50% ou mais de cacau (posição 18.06);

b) produtos à base de farinhas ou de féculas especialmente preparados para a alimentação de animais (posição 23.07);

c) preparações farmacêuticas (capítulo 30).

(19-2) As preparações deste capítulo, à base de farinhas de frutas ou de legumes, são consideradas como produtos semelhantes aos elaborados à base de farinhas de cereais.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VÁLOREM"
19.01	—	Extratos de malte	4%
19.02	—	Preparações para alimentação infantil ou para usos dietéticos ou culinários, à base de farinhas, féculas ou extratos de malte, inclusive com adição de cacau em proporção inferior a 50% em peso	4%
19.03	—	Massas alimentícias quando acondicionadas em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%
19.04	—	Tapioca, inclusive a de fécula de batatas, quando acondicionada em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%
19.05	—	Produtos à base de cereais obtidos por tratamento em corrente de ar ou torrefação; arroz inflado ("puffed rice"), "Corn-flakes" (flocos de milho) e semelhantes ...	4%
19.06	—	Cápsulas para medicamentos, obreias, pastas dessecadas de farinha ou de fécula, em folhas, e produtos semelhantes	4%
19.07	—	Pão, bolachas e outros produtos comuns de padaria, sem adição de açúcar, mel, ovos, gorduras, queijo ou frutas, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%
19.08	—	Produtos de padaria não compreendidos na posição anterior, produtos de pasteleria e de biscotaria, inclusive com adição de cacau em qualquer proporção, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%

Capítulo 20 — Preparações de Legumes, de Hortaliças, de Frutas e de outras Plantas ou de Partes de Plantas.

Notas

20-1) O presente capítulo não compreende:

a) os legumes, as hortaliças e frutas preparadas ou conservados pelos processos referidos nos capítulos 7 e 8;

b) as geléias e pastas de frutas açucaradas, apresentadas sob a forma de confeitos (posição 17.04), ou de produtos de chocolate (posição 18.06).

20-2) Os legumes e as hortaliças considerados nas posições 20.01 e 20.02 são aqueles que, sob outra apresentação, estão classificados na posição 07.04, incluídos os produtos citados no último parágrafo da nota do capítulo 7.

(20-3) As plantas e partes de plantas comestíveis conservadas em xaropes, tais como o gengibre e a angélica, correspondem à posição 20.06; as amêndoas, as nozes e os amendoins torrados são classificados, igualmente, na posição 20.06.

(20-4) Os sucos de tomate, cujo teor, em peso, de extrato seco, seja de 7% ou mais são classificados na posição 20.02.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
20.01	—	Legumes, hortaliças e frutas preparadas ou conservados em vinagre ou em ácido acético, com ou sem sal, especiarias, mostarda ou açúcar	6%
20.02	—	Legumes e hortaliças preparadas ou conservados, sem vinagre nem ácido acético.	6%
20.03	—	Frutas congeladas, com adição de açúcar .	3%
20.04	—	Frutas, cascas de frutas, plantas e suas partes, conservadas em açúcar (em calda e cristalizadas)	3%
20.05	—	Doces e pastas de frutas, compostas e geleias obtidos por cozimento, com ou sem adição de açúcar, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	8%
20.06	—	Frutas preparadas ou conservadas por qualquer outro processo, com ou sem adição de açúcar ou de álcool, quando acondicionadas em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	8%
20.07	—	Sumos de frutas (inclusive o mosto de uvas) ou de legumes e hortaliças frescas, não fermentados, sem adição de açúcar	6%

Capítulo 21 — Preparações Alimentícias Diversas

Notas

(21-1) O presente capítulo não compreende:

- a) as misturas de legumes e hortaliças da posição 07.04;
- b) os sucedâneos de café, torrados, contendo café em qualquer proporção (posição 09.01);
- c) as especiarias e outros produtos das posições 09.04 a 90.10;
- d) as leveduras que constituem medicamentos da posição 30.03.

(21-2) Os extratos dos sucedâneos a que se refere a precedente nota (21-1 b) estão compreendidos na posição 21.02.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
21.01	—	Chicória torrada e outros sucedâneos, torrados de café e seus extratos	6%
21.02	—	Extratos ou essências de café, de chá ou de mate; preparações à base destes extratos ou essências	6%
21.03	—	Farinha de mostarda e mostarda preparada	6%
21.04	—	Molhos; condimentos e temperos, compostos	6%
21.05	—	Preparações para sopas ou caldos; sopas ou caldos preparados	4%
21.06	—	Leveduras naturais, ativas ou não; leveduras artificiais preparadas	4%
21.07	—	Preparações alimentícias não especificadas nem compreendidas em outra parte:	
	1	Preparações compostas, não alcoólicas, para elaboração de bebidas (extratos concentrados — sabores concentrados)	15%
	2	Outros	6%

ALÍNEA V

BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRE

Capítulo 22 — Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagre

Notas

(22-1) O presente capítulo não compreende:

- a) água destilada e de condutibilidade (posição 28.58);
- b) soluções aquosas que contenham em peso mais de dez por cento (10%) de ácido acético (posição 29.14);
- c) medicamentos da posição 30.03;
- d) produtos de perfumaria ou de toucador (capítulo 33).

(22-2) O título alcoólico considerado para a aplicação das posições 22.08 e 22.09 é o obtido com o alcoômetro de Gay-Lussac, à temperatura de 15 graus centígrados.

A aguardente desnaturada classifica-se, com o álcool etílico desnaturado na posição 22.08.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
22.01	—	Águas minerais e águas gasosas, artificiais	15%
22.02	—	Refrigerantes, águas gasosas ou minerais aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas, com exclusão dos sucos de frutas, de legumes e de hortaliças frescos da posição 20.07	15%
22.03	—	Cervejas	35%
22.04	—	Mosto de uvas parcialmente fermentado, ou com a fermentação abafada sem utilização de álcool	3%
22.05	—	Vinhos de uvas frescas; mosto de uvas com a fermentação abafada com álcool (inclusive mistelas):	

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
22.06	1	"Champagne" e outros vinhos espumantes naturais ou gaseificados	35%
	2	Outros	15%
22.07	—	Vermutes e outros vinhos de uvas frescas, preparados com plantas ou matérias aromáticas	20%
	—	Cidra, perada, hidramel e outras bebidas fermentadas:	
22.08	1	obtidas pela fermentação alcoólica de sucos de frutas ou de plantas	15%
	2	Outras	25%
22.09	—	Alcool etílico não desnaturado, com graduação igual ou superior a 80°; álcool etílico desnaturado de qualquer graduação	3%
	—	Alcool etílico, não desnaturado, de graduação inferior a 80°; aguardentes, licores e outras bebidas alcoólicas, preparados alcoólicos compostos (chamados "extratos concentrados") para fabricação de bebidas:	
22.10	1	Alcool etílico, não desnaturado, de graduação inferior a 80°	3%
	2	Aguardente, em geral, de qualquer modo obtida, simples, de graduação alcoólica até 54°	15%
	3	Licôres e aperitivos (amargos, "bitters", "fernets e outros); aguardente simples de graduação alcoólica superior a 54°	35%
	4	Aguardente de alcoolatos de plantas e as compostas assim consideradas, as adicionadas de caramelo, cascas, ervas, raízes ou essências	25%
	5	Conhaque ou "cognac" obtido pela destilação de vinho natural de uva	30%
	6	Os bebidas chamadas "conhaque" de alcatrão, "conhaque" de mel "conhaque" de "gingibre" e semelhantes, obtidos pela destilação de suco fermentado de cana de açúcar, adicionadas de substâncias aromáticas ou medicinais	25%
	7	Bebidas rotuladas com as denominações de "armagnac", "arrack", "brandy", "cognac", "genebra", "gin", "guestch", "kirch", "ron", "rhum", "wodka", "whisky" ou semelhantes e quaisquer outras bebidas alcoólicas não especificadas nem compreendidas em outros incisos desta posição	50%
	8	Preparados alcoólicos compostos chamados "extratos concentrados" para fabricação de bebidas	30%
	1	Vinagre e seus sucedâneos, comestíveis:	
	2	A base de vinho de uva, exclusivamente	10%
	2	Outros	

Observações:

1ª — Para efeito de cálculo do imposto dos produtos referidos nas posições 22.01, 22.02 e 22.03, não serão computados os valores dos recipientes e embalagens cobrados dos adquirentes, atendidas as seguintes condições:

a) sejam debitados, no máximo, pelo seu valor de reposição, majorado das importâncias correspondentes ao imposto de vendas e consignações e até 5% (cinco por cento) para cobertura de despesas de cobrança e outras.

b) sejam debitadas em separado, na nota fiscal, dela constando em caracteres impressos e destacados, a declaração de que a respectiva devolução será aceita pelo mesmo preço, cobrado sem a majoração referida na letra anterior, desde que os artigos devolvidos se apresentem em estado que satisfaça as mesmas exigências peculiares ao sistema de acondicionamento do fabricante;

c) considera-se valor de reposição o preço pelo qual os recipientes e embalagens são normalmente oferecidos à venda pelos respectivos fabricantes ao tempo em que são debitados aos adquirentes das bebidas.

2ª — As bebidas discriminadas nesta Alínea não podem ser vendidas ou expostas à venda no varejo em recipientes de capacidade superior a um litro.

3ª — Exclui-se da proibição da observação 2ª o "chopp" compreendido na posição 22.03 e os produtos das posições 22.04, 22.05, 22.08, 22.09, incisos 1 e 8, e 22.10.

4ª — Os produtos do inciso 2 da posição 22.09, sairão da fábrica, com suspensão do imposto que será pago pelo engarrafador, o qual, para todos os efeitos desta Lei, fica equiparado aos estabelecimentos produtores.

5ª — A autoridade competente do Ministério da Fazenda poderá determinar a adoção de regimes especiais de controle para os produtos desta Alínea, inclusive com a exigência de medidores de líquidos e contadores automáticos.

ALÍNEA VI**ALIMENTOS PREPARADOS PARA ANIMAIS***Capítulo 23 — Alimentos preparados para animais*

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
23.07	—	Alimentos preparados para animais e outras preparações utilizadas na alimentação de animais (estimulantes, etc.), quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	6%

ALÍNEA VII

FUMO

Capítulo 24 — Fumo

Posição	Inciso	Produtos	Alíquota "Ad Valorem"
24.02	—	Fumo elaborado; extratos ou sumos de fumo:	
	1	Charutos	10%
	2	Cigarros, por vintena ou fração:	
		01 — Até o preço de venda no varejo de Cr\$ 100,00	200%
		02 — de preço de venda no varejo superior a Cr\$ 100,00 até Cr\$ 150,00	230%
		03 — de preço de venda no varejo de mais de Cr\$ 150,00	260%
	3	Cigarilhas, cigarros feitos à mão	10%
	4	Fumo desfiado, picado, migado ou em pó	20%
		Outros	10%

Observações:

1ª) Para efeito de cálculo do imposto desta Alínea, o valor tributável não poderá ser inferior às seguintes percentagens em relação ao preço de venda no varejo:

Inciso 2.01	27,00%
Inciso 2.02	24,50%
Inciso 2.03	22,50%
Inciso 4	50,00%

2ª) O preço de venda no varejo, a que se refere a "observação anterior, deverá ser obrigatoriamente marcado pelo fabricante ou importador, de forma indelével e em caracteres bem visíveis, em cada unidade tributada, na forma estabelecida em Regulamento, não podendo o produto ser vendido ou exposto à venda por preço superior ao marcado.

3ª) No preço de venda da fábrica são incluídos, para efeito de cálculo do imposto, todas as despesas acessórias, inclusive as de transporte".

ALÍNEA VIII

PRODUTOS MINERAIS

Capítulo 25 — Sal enxôfre, terras e pedras, gessos, cal e cimentos

Notas

(25-1) Salvo as exceções, o presente capítulo compreende os produtos lavados (mesmo por meio de reagentes químicos que eliminem as impurezas sem modificar o produto), triturados, pulverizados, submetidos à levigação, crivados ou peneirados, inclusive concentrados por flotação separação magnética e outros processos mecânicos ou físicos semelhantes (exceto cristalização); não compreende, porém, os produtos ustulados, calcinados ou que tenham sido submetidos a operações ou tratamento mais adiantados que os indicados em cada posição.

(25-2) O presente capítulo não compreende:

- a) o enxôfre sublimado, o enxôfre precipitado e o enxôfre coloidal (posição 28.02);
- b) as terras corantes à base de óxidos de ferro que contenham, em peso 70 por cento (70%) ou mais de ferro combinado, calculado em Fe_2O_3 (posição 28.23);
- c) os produtos farmacêuticos (capítulo 30);
- d) os artigos de perfumaria, de toucador e os cosméticos (posição 33.06);
- e) as pedras para pavimentar, para meio-fio e lajes para pavimentação, os cubos e dados para mosaicos (posição 68.02), as ardósias para telhados e revestimento de edifícios (posição 68.03);
- f) as pedras preciosas e semipreciosas (posição 71.02);
- g) os cristais cultivados de cloreto de sódio (com exceção dos elementos de ótica) de peso unitário igual ou superior a 2,5 gramas, da posição 38.19; os elementos de ótica de cloreto de sódio (posição 90.01);
- h) o giz para escrever ou para desenho; e o giz de alfaiate ou de bilhares (posição 98.05).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
25.01	—	Sal-gema, sal de salinas, sal marinho, sal de mesa, cloreto de sódio puro, triturados ou refinados, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	4%
25.03	—	Enxôfre em bastão, briqueta, pão, tubo e formas semelhantes, ou moído, com exclusão do enxôfre sublimado, do enxôfre precipitado e do enxôfre coloidal	3%
25.23	—	Cimentos hidráulicos (compreendendo os cimentos sem pulverizar chamados "clinkers"), inclusive coloridos	6%
25.27	—	Esteatite natural em pó (talco)	3%

Capítulo 27 — Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais

Notas

(27-1) O presente capítulo não compreende:

- a) os produtos orgânicos de constituição química definida, apresentados isoladamente (capítulo 29);
- b) os medicamentos da posição 30.03.

(27-2) Estão compreendidos na posição 27.07, não só os óleos e outros produtos procedentes da destilação dos alcatrões de hulha a alta temperatura, mas também os produtos semelhantes cujos componentes aromáticos predominam em peso sobre os não aromáticos e obtidos por destilação de alcatrões de hulha a baixa temperatura ou de outros alcatrões minerais, por ciclagem do petróleo, ou por qualquer outro processo.

(27-3) Os termos "óleos de petróleo" ou de "xistos", empregados no texto da posição 27.10, devem considerar-se como de aplicação não só aos óleos de petróleo ou de xistos, mas também aos óleos semelhantes,

cujos componentes não aromáticos predominam em peso sobre os aromáticos, qualquer que seja o processo de obtenção.

27-4) Estão compreendidos na posição 27.13 não só a parafina e os outros produtos nele mencionados mas também os produtos semelhantes obtidos por síntese ou por qualquer outro processo.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
27.07	—	Óleos e demais produtos provenientes da destilação dos alcatrões de hulha a alta temperatura e produtos semelhantes ...	4%
27.08	—	Breu e coque de breu obtidos do alcatrão de hulha ou de outros alcatrões mine- rais.	6%
27.10	—	Óleo da destilação do petróleo ou de xistos e preparações não especificadas nem compreendidas em outras posições da Tabela, com uma proporção de óleo de petróleo ou de xistos igual ou superior a 70 (setenta por cento em peso, e nas quais estes óleos constituem o elemento base, excluídos os tributados pelo imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos ou gasosos	6%
27.12	—	Vaselina	6%
27.13	—	Parafina, ceras de petróleo ou de xistos, ozocerita, cera de linho, cera de turfa, resíduos parafínicos ("gatsch" ou "slack-wax"), inclusive coloridos	6%
27.14	—	Betume de petróleo, coque de petróleo e outros resíduos dos óleos de petróleo ou de xistos	3%
27.16	—	Misturas betuminosas a base de asfalto ou de betume natural, de betume de petróleo, de alcatrão mineral ou de breu de alcatrão mineral mastiques betuminosos, "out-back", etc.)	4%

ALÍNEA IX

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E DAS INDÚSTRIAS CONEXAS

Notas

(X-1)

a) Com exceção dos minerais de metais radioativos, qualquer produto que responda ao texto específico de uma das posições 28.50 ou 28.51 deverá ser classificado em tal posição e não em nenhuma outra da Tabela.

b) Com reserva das disposições do parágrafo (a) anterior, qualquer produto que responda ao texto específico de uma das posições 28.49 ou 28.52 deverá ser classificado em tal posição e não em nenhuma outra da presente Alínea.

IX-2)

Notas

Sem prejuízo das disposições da nota (IX-1) anterior, qualquer produto que, por sua apresentação em forma de doze ou por seu acondicionamento para a venda a varejo, deve incluir-se em uma das posições 30.03, 30.04, 30.05, 32.09, 33.06, 35.06, 37.08 ou 38.11, deverá ser classificado na referida posição e em nenhuma outra da Tabela.

Capítulo 28 — Produtos Químicos Inorgânicos; composto Inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radicativos, de metais das terras raras e de Isótopos

Notas

28-1) Salvo as exceções constantes do texto, de algumas posições, estão compreendidos no presente capítulo unicamente:

a) os elementos químicos isolados ou os compostos de constituição química definida, apresentados isoladamente, mesmo contendo impurezas;

b) as soluções aquosas dos produtos da letra (a) anterior;

c) as demais soluções dos produtos da letra (a) anterior, desde que estas soluções constituam modo de acondicionamento usual ou indispensável, exclusivamente motivado por razões de segurança ou por necessidade de transporte, e que o solvente não torne o produto próprio para usos especiais de preferência à sua aplicação geral;

d) os produtos das letras (a), (b) ou (c) anteriores, adicionados de estabilizante indispensável à sua conservação ou transporte.

28-2) Além dos hidrossulfitos estabilizados por matérias orgânicas e dos sulfoxilatos (posição 28.36); dos carbonatos e percarbonatos de bases inorgânicos (posição 28.42); dos cianetos simples ou completos de bases inorgânicas (posição 28.43); dos fulminatos e cianatos de bases inorgânicas (posição 28.44); dos produtos orgânicos compreendidos nas posições 28.49 a 28.52 inclusive, e carbonetos metalóidicos ou metálicos (posição 28.66), classificam-se no presente capítulo os seguintes compostos de carbono:

a) óxido de carbono, anidrido carbônico, ácido cianídrico e ácidos cianícos complexos (na posição 28.13);

b) oxalogenetos de carbono (na posição 28.14);

c) sulfeto de carbono (na posição 28.15);

d) oxissulfeto e sulfoalogenetos de carbono, cianogênio e seus halogenetos e a cianamida e seus derivados metálicos (na posição 28.58), exceto a cianamida cálcica com teor de nitrogênio igual ou inferior a 25 (vinte e cinco) por cento, em estado seco, compreendida na posição 31.

28-30) O presente capítulo não compreende:

a) o cloreto de sódio e os demais produtos minerais classificados na Alinea VIII;

b) os produtos que participam ao mesmo tempo da química mineral e da química orgânica, exceto os mencionados na nota 2 anterior;

c) os produtos a que se referem as notas 1, 2, 3 e 4 do capítulo 31;

d) os produtos inorgânicos dos tipos utilizados como "luminóforos", compreendidos na posição 32.07;

e) o grafito artificial (posição 38.01); os produtos extintores apresentados como cargas para aparelhos extintores ou como granadas extintores da posição 38.17; os produtos para fazer desaparecer a tinta de escrever acondicionados para a venda a varejo, da posição 38.19; os cristais cultivados (que não constituam elementos de ótica) de sais halogenados de me-

tais alcalinos ou alcalino-terrosos ou de óxido de magnésio, de peso unitário igual ou superior a 2,5 gramas, da posição 38.19;

f) as pedras preciosas e semipreciosas, as pedras sintéticas ou reconstituídas, mesmo em pó (posição 71.02 a 71.04), bem como os metais preciosos compreendidos no capítulo 71;

g) os metais, mesmo quimicamente puros, compreendidos na Alínea XVIII;

h) os elementos de ótica, principalmente os de sais halogenados de metais alcalinos ou alcalino-terrosos ou óxido de magnésio (posição 90.01);

28-4) Os ácidos complexos, de constituição química definida, formados por um ácido metalóidico do subcapítulo II e um ácido metálico do subcapítulo IV, classificam-se na posição 28.13.

(28-5) Nas posições 28.29 a 28.48 inclusive, estão compreendidos apenas os sais e persais de metais e de amônio.

(28-6) Na posição 28.50 estão incluídos exclusivamente os produtos seguintes:

a) o tecnício, promécio, polônio, astatínio, radônio, frâncio, rádio actínio protactínio, netúnio, plutônio e demais elementos transurânicos, os isótopos destes elementos e os compostos inorgânicos ou orgânicos destes elementos ou de seus isótopos, sejam ou não de constituição química definida;

b) todos os demais isótopos radioativos naturais ou artificiais (inclusive os de metais preciosos ou de metais comuns nas Alíneas XVII e XVIII) e seus compostos inorgânicos, sejam ou não de constituição química definida.

O termo isótopos, mencionado anteriormente e nas posições 28.50 e 28.51, estende-se aos isótopos enriquecidos, com exclusão, porém, dos elementos químicos que existam na natureza em estado de isótopos puros.

(28-7) Classificam-se na posição 28.55 os ferros fosforosos se contiverem, em peso, (quinze) por cento ou mais de fósforo e os cuprofósforos que contenham, em peso, mais de 8 (oito) por cento de fósforo.

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
<i>I — Elementos Químicos</i>			
28.01	—	Halogénicos (flúor, cloro, bromo, iodo)....	3%
28.02	—	Enxofre sublimado ou precipitado; enxofre coloidal	3%
28.03	—	Carbono (negro de gás de petróleo, negro de acetileno, negros antracénicos e outros negros de fumo)	3%
28.04	—	Hidrogénio, gases raros, outros metalóides .	3%
28.05	—	Metais alcalinos e alcalino-terrosos; metais das terras raras (itrio e escândio); mercúrio	3%
<i>II Ácidos Inorgânicos e Compostos Oxigenados dos Metalóides</i>			
28.06	—	Ácido clorídrico; ácido clorossulfônico ou clorossulfúrico	3%
28.07	—	Anidrido sulfuroso (dióxido de enxofre, bióxido de enxofre — gás sulfuroso)	3%

Posição	Inciso	PRODUTOS	Aliquota "ad valorem"
28.08	—	Ácido sulfúrico; "oleum"	3%
28.09	—	Ácido nítrico; ácidos sulfonítricos	3%
28.10	—	Anidrido e ácidos fosfóricos "meta-orto- e piro"	3%
28.11	—	Anidrido arsenioso; anidrido e ácidos arsênicos	3%
28.12	—	Ácido e anidrido bóricos	3%
28.13	—	Outros ácidos inorgânicos e compostos exigenados dos metalóides (com exclu- são da água)	3%
<i>III — Derivados Halogenados e Oxialoge- nados e Sulfurados dos Metalóides</i>			
28.14	—	Cloretos, oxicloretos e demais derivados halogenados e oxialogenados dos meta- lóides	3%
28.15	—	Sulfetos metalóidicos, inclusive o trissulfeto de fósforo	3%
<i>IV — Bases, Óxidos, Hidróxidos e Peróxidos Metálicos inorgânicos</i>			
28.16	—	Ammoníaco liquefeito ou em solução	3%
28.17	—	Hidróxido de sódio (soda cáustica); hidró- xido de potássio (potassa cáustica); peró- xidos de sódio ou de potássio	3%
28.18	—	Óxidos, hidróxidos e peróxidos de estrôncio, de bário e de magnésio	3%
28.19	—	Óxido de zinco; peróxido de zinco	3%
28.20	—	Óxidos, hidróxidos e peróxidos de estrôncio artificiais	3%
28.21	—	Óxidos e hidróxidos de cromo	3%
28.22	—	Óxidos de manganês	3%
28.23	—	Óxidos e hidróxidos de ferro (inclusive as terras corantes à base de óxido de ferro natural, que contenham em peso 70 (se- tenta) por cento ou mais de ferro com- binado, expresso em Fe_2O_3)	3%
28.24	—	Óxidos e hidróxidos (hidratos de cobalto)	3%
28.25	—	Óxidos de titânio	3%
28.26	—	Óxidos de estanho; óxido estânico (óxido pardo) e óxido estânico (anidrido estâ- nico)	3%
28.27	—	Óxidos de chumbo, inclusive o minio (óxido vermelho) e o minio laranja	3%
28.28	—	Outras bases, óxidos, hidróxidos e peró- xidos metálicos inorgânicos (inclusive a hidrazina e a hidroxilamina e seus sais inorgânicos)	3%
<i>V — Sais e persais metálicos dos ácidos inorgânicos</i>			
28.29	—	Fluoretos, fluorsilicatos, fluorboratos e demais fluersais	3%
28.30	—	Cloretos e oxicloretos	3%

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
28.31	—	Cloritos e hipocloritos	3%
28.33	—	Brometos e oxibrometos; bromatos e per- bromatos, hipobromitos	3%
28.34	—	Iodetos e oxiodetos; iodatos e periodatos	3%
28.35	—	Sulfetos; bissulfetos	3%
28.36	—	Hidrossulfitos, inclusive os hidrossulfitos estabilizados por matérias orgânicas; sul- foxilato	3%
28.37	—	Sulfito e hipossulfitos	3%
28.38	—	Sulfatos e aluminos; persulfatos	3%
28.39	—	Nitritos e nitratos	3%
28.40	—	Fosfitos, hipofosfitos e fosfatos	3%
28.41	—	Arsenitos e arsenatos	3%
28.42	—	Carbonatos e percarbonatos; carbonato de amônio comercial contendo carbamato amônico	3%
28.43	—	Cianetos simples e complexos	3%
28.44	—	Fuminais e cianatos	3%
28.45	—	Silicatos, inclusive os silicatos comerciais de sódio ou de potássio	3%
28.46	—	Boratos e perboratos	3%
28.47	—	Sal. dos ácidos de óxidos metálicos (cro- matos, permanganatos, estannatos, etc.)	3%
28.48	—	Outros sais e persais dos ácidos inorgâni- cos, com exceção dos nitretos salinos (azidas)	3%
<i>VI — Diversos</i>			
28.49	—	Metais preciosos em estado coloidal; amál- gamas de metais preciosos; sais e de- mais compostos orgânicos e inorgânicos de metais preciosos, mesmo de consti- tuição química não definida	3%
28.50	—	Elementos químicos radioativos e isótopos radioativos; seus compostos inorgânicos ou orgânicos, mesmo de constituição química não definida	3%
28.51	—	Isótopos de elementos químicos não in- cluídos na posição 28.50; seus compos- tos inorgânicos ou orgânicos, mesmo de constituição química não definida	3%
28.52	—	Sais e outros compostos orgânicos ou inor- gânicos de tório, de urânio e de metais das terras raras (inclusive de ítrio e de escândio), mesmo misturados entre si ..	3%
28.53	—	Ar líquido	3%
28.54	—	Peróxido de hidrogênio (água oxigenada)	3%
28.55	—	Fosfatos	3%
28.56	—	Carburetos (carburetos de silício, de boro; carburetos metálicos, etc.)	3%
28.57	—	Hidretos, nitretos e nitretos (azidas), si- licetos e boretos	3%
28.58	—	Outros compostos inorgânicos, inclusive as águas destiladas, de condutibilidade ou igual grau de pureza; amálgamas, ex- clusive de metais preciosos	3%

*Capítulo 29 — Produtos químicos orgânicos**Notas*

(29-1) Salvo as exceções constantes do texto de algumas de suas posições, estão compreendidos no presente capítulo unicamente:

- a) os compostos orgânicos de constituição química definida apresentados isoladamente, mesmo contendo impurezas;
- b) as misturas de isômeros de um mesmo composto orgânico, mesmo contendo impurezas;
- c) os produtos das posições 29.38 e 29.42, inclusive, os éteres e ésteres de açúcares e seus sais de posição 29.43 e os produtos da posição 29.44, mesmo de constituição química não definida;
- d) as soluções aquosas dos produtos das alíneas (a), (b) e (c) anteriores;
- e) as demais soluções dos produtos das alíneas (a), (b) ou (c), desde que estas soluções constituam um modo de acondicionamento usual e indispensável, exclusivamente determinados por razões de segurança ou por necessidade de transporte e que o solvente não torne o produto próprio para usos especiais de preferência a sua aplicação geral;
- f) os produtos das alíneas anteriores (a), (b), (c), (d) ou (e), quando adicionados de estabilizante indispensável à sua conservação ou transporte;
- g) os sais de diazônio, os arílicos normalizados utilizados como copulantes para estes sais, bem como as bases sólidas para corantes azóicos normalizados.

(29-2) O presente capítulo não compreende:

- a) os produtos classificados na posição 15.04, e a glicerina (posição 15.11);
- b) o álcool etílico (posição 22.08 e 22.09);
- c) os produtos brutos da destilação da hulha, dos alcatrões minerais, dos óleos de petróleo ou de xisto e os demais produtos brutos compreendidos no capítulo 27;
- d) os compostos de carbono mencionados na nota 28.2;
- e) a uréia com teor em nitrogênio igual ou inferior a 45 por cento, em peso, em estado seco, classificada no capítulo 31, como fertilizantes minerais ou químicos nitrogenados, ou especificamente na posição 31.05, conforme o seu acondicionamento;
- f) as matérias corantes de origem vegetal, ou animal (posição 32.04), as matérias corantes orgânicas sintéticas, os produtos orgânicos sintéticos do tipo dos utilizados como "lu. minóforos", os produtos dos tipos chamados "agentes de branqueamento ótico" fixáveis nas fibras, e o índigo natural (posição 32.05) bem como os corantes apresentados em formas ou recipientes para a venda a varejo (posição 32.09);
- g) o metaldeído a hexametilenotetramina e produtos análogos, apresentados em tabletes, bastões ou formas semelhantes que se destinem a ser utilizados como combustíveis bem como os combustíveis líquidos do tipo dos utilizados em isqueiros,

apresentados em recipientes de capacidade igual ou inferior a 300 cm³ (posição 36.08);

- h) os produtos extintores apresentados como cargas para aparelhos extintores ou em granadas extintoras da posição 38.17; os produtos destinados a eliminar a tinta de escrever, acondicionados em recipientes para a venda a varejo, compreendidos na posição 38.19;
- i) os elementos de ótica, especialmente os de tartarato de etilenodiamina (posição 90.01).

(29.3) Qualquer produto que possa ser classificado em duas ou mais posições do presente capítulo, considera-se como incluído naquela que estiver em último lugar por ordem de numeração.

(29.4) Nas posições 29.03 a 29.05, 29.07 a 29.10, 29.12 a 29.21 inclusive qualquer referência aos derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados aplica-se igualmente aos derivados mistos (sulfohalogenados, nitrohalogenados, nitrosulfonados, nitrosulfohalogenados e outros). Os grupos nitrados ou nitrosados não se consideram "funções azotadas" na aceção da posição 29.30.

(29.5) a) Os ésteres de compostos orgânicos de função ácida dos subcapítulos I ao VII inclusive, com compostos orgânicos dos mesmos subcapítulos, são classificados com aquele composto que pertença à posição colocada em último lugar por ordem de numeração;

b) os ésteres de álcool etílico ou de glicerina com compostos orgânicos de função ácida dos subcapítulos I ao VII inclusive, são classificados com os correspondentes compostos de função ácida;

c) os sais dos ésteres considerados nas alíneas (a) ou (b) com bases inorgânicas são classificados com os ésteres correspondentes;

d) os sais de outros compostos orgânicos de função ácida ou de função fenol dos subcapítulos I ao VII inclusive, com bases inorgânicas são classificados com os compostos orgânicos correspondentes de função ácida ou de função fenol;

e) os halogenetos dos ácidos carboxílicos são classificados com os ácidos correspondentes.

(29.6) Os compostos das posições 29.31 a 29.34, inclusive, são compostos orgânicos cuja molécula contém, além dos átomos de hidrogénio, oxigénio ou nitrogénio átomos de outros metalóides ou metais tais como: enxofre, arsénico, mercúrio; chumbo e outros, directamente ligados ao carbono.

Nas posições 29.31 (tiocompostos orgânicos) e 29.34 (outros compostos organominerais) não estão compreendidos os derivados sulfonados ou halogenados (inclusive os derivados mistos) que — além de hidrogénio oxigénio e nitrogénio — só contêm, em associação directa com o carbono, os átomos de enxofre e de halogénio que lhes conferem o carácter de derivados sulfonados ou halogenados (ou de derivados mistos).

(29.7) Na posição 29.35 (compostos heterocíclicos) não estão compreendidos os éteres-óxidos internos, os éteres-óxidos metilénicos dos ortodifenóis, os epóxidos alfa e beta, os acetais cíclicos, os polímeros cíclicos dos aldeídos, dos tioaldeídos ou das aldiminas, os anidridos de ácidos polibásicos, as ureidas cíclicas, as

imidas de ácidos polibásicos, o hexametilenotetramina e o trimetilenotrinitrina.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
		I — <i>Hidrocarbonetos, seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados</i>	
29.01	—	Hidrocarbonetos	3%
29.02	—	Derivados halogenados dos hidrocarbonetos	3%
29.03	—	Derivados sulfonados, nitrados, nitrosados dos hidrocarbonetos	3%
		II — <i>Alcoois e seus derivados halogenados, nitrados e nitrosados</i>	
29.04	—	Alcoois cíclicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados	3%
29.05	—	Alcoois cíclicos e seus derivados, halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados	3%
		III — <i>Fenóis e fenóis-alcoois e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados</i>	
29.06	—	Fenóis e fenóis-alcoois	3%
29.07	—	Derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados dos fenóis e dos fenóis-alcoois	3%
		IV — <i>Éteres-óxidos, peróxidos de alcoois, peróxidos de éteres, epóxidos alfa e beta, acetais e semiacetais, e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados, nitrosados</i>	
29.08	—	Éteres-óxidos, éteres-óxidos-alcoois, éteres-óxidos-fenóis, éteres-óxidos-alcoois-fenóis, peróxidos de alcoois e peróxidos de éteres e seus derivados halogenados sulfonados, nitrados, nitrosados	3%
29.09	—	Epóxidos, epoxiálcoois, epoxifenóis e epoxiéteres (alfa ou beta); seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados	3%
29.10	—	Acetais e semiacetais, mesmo de funções oxigenadas simples ou complexas e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados	3%
29.11	—	V — <i>Compostos de função aldeído</i> Aldeídos, aldeídos-alcoois, aldeídos-éteres, aldeídos-fenóis e outros aldeídos de funções oxigenadas simples ou complexas	3%

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
29.12	—	Derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados dos produtos da posição 29.11	3%
29.13	—	<i>VI — Compostos de função cetona ou de função quinona</i> Cetonas, cetonas-álcoois, cetonas-aldeídos, quinonas, quinonas-álcoois, quinonas-fenóis, quinonas-aldeídos e outras cetonas e quinonas de funções oxigenadas simples ou complexas e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados ..	3%
29.14	—	<i>VII — Ácidos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos e perácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados</i> Monoácidos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos e perácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados	3%
29.15	—	Poliácidos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos e perácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados	3%
29.16	—	Ácidos-álcoois, ácidos-aldeídos, ácidos-cetonas, ácidos-fenóis e outros ácidos de funções oxigenadas simples ou complexas, seus anidridos, halogenetos, peróxidos e perácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados, nitrosados	3%
29.17	—	<i>VIII — Ésteres dos ácidos minerais, seus sais e derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados</i> Ésteres sulfúricos e seus sais; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados, nitrosados	3%
29.18	—	Ésteres nitrosos e nítricos, seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados, nitrosados	3%
29.19	—	Ésteres fosfóricos e seus sais, inclusive lactofosfatos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados, nitrosados	3%
29.20	—	Ésteres carbônicos e seus sais, seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados	3%
29.21	—	Outros ésteres dos ácidos minerais (exceto os ésteres dos ácidos halogenados) e seus sais, seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados e nitrosados	3%
29.22	—	<i>IX — Compostos de Funções Nitrogenadas</i> Compostos de função amina	3%
29.23	—	Compostos aminados de funções oxigenadas simples ou complexas	3%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
29.24	—	Seis e hidratos de amônio, quaternários; lecitinas e outros fosfo-aminolipídios	3%
29.25	—	Compostos de função amida	3%
29.26	—	Compostos de função amida ou de função imina	3%
29.27	—	Compostos de função nitrila	3%
29.28	—	Compostos diazóticos, azóicos e azóxicos ..	3%
29.29	—	Derivados orgânicos de hidrazina ou da hidroxilamina	3%
29.30	—	Compostos de outras funções nitrogenadas ..	3%
<i>X — Compostos Organo-Minerais e Compostos Heterocíclicos</i>			
29.31	—	Tiocompostos orgânicos	3%
29.32	—	Compostos organo-arsenicais	3%
29.33	—	Compostos organo-mercuriais	3%
29.34	—	Outros compostos organo-minerais	3%
29.35	—	Compostos heterocíclicos; ácidos nucleicos ..	3%
29.36	—	Sulfamidas	3%
29.37	—	Lactonas e lactamas; sulfonas e sultamas ..	3%
<i>XI — Provitaminas, Vitaminas, Hormonas e Enzimas Naturais ou Reproduzidas por Síntese</i>			
29.38	—	Provitaminas e vitaminas, naturais ou reproduzidas por síntese (inclusive os concentrados naturais), e seus derivados utilizados principalmente como vitaminas, misturados ou não entre si, inclusive em quaisquer soluções	3%
29.39	—	Hormônios naturais ou reproduzidos por síntese e seus derivados, utilizados principalmente como hormônios	3%
29.40	—	Enzimas	3%
<i>XII — Heterosídeos e alcalóides vegetais, naturais ou reproduzidos por síntese, seus sais, éteres, esteres e outros derivados</i>			
29.41	—	Heterosídeos, naturais ou reproduzidos por síntese, seus sais, éteres, esteres e outros derivados	3%
29.42	—	Alcalóides vegetais, naturais ou reproduzidos por síntese, seus sais, éteres, esteres e outros derivados	3%
<i>XIII — Outros compostos orgânicos</i>			
29.43	—	Açúcares, quimicamente puros, com exclusão da sacarose	3%
29.44	—	Antibióticos	3%
29.45	—	Outros compostos orgânicos	3%

Capítulo 30 — Produtos farmacêuticos

Notas

(30-1) Para fins de classificação na posição 30.03, a expressão "medicamentos" deve aplicar-se:

a) aos produtos que foram misturados ou combinados para usos terapêuticos ou profiláticos;

b) aos produtos sem misturar, apresentados em doses ou acondicionados para a venda a varejo, para usos terapêuticos ou profiláticos.

As disposições anteriores não se aplicam aos alimentos ou bebidas (tais como: alimentos dietéticos, alimentos enriquecidos, alimentos para diabéticos, bebidas tônicas, águas minerais), nem aos produtos das posições 30.02 e 30.04.

Para a aplicação destas disposições e da nota 3d) deste capítulo são considerados:

A) Como produtos sem misturar:

1) as soluções aquosas de produtos não misturados;

2) todos os produtos compreendidos nos capítulos 28 e 29 (com exclusão dos metais preciosos coloidais);

3) os extratos vegetais simples da posição 13.03 simplesmente graduados ou dissolvidos em qualquer solvente;

B) Como produtos misturados:

1) as soluções e suspensões coloidais (com exclusão do enxofre coloidal);

2) os extratos vegetais obtidos por tratamento de misturas de substâncias vegetais;

3) os sais e as águas concentradas obtidos por evaporação das águas minerais naturais.

(30-2) O presente capítulo não compreende:

a) as águas destiladas aromáticas e soluções aquosas de óleos essenciais para usos medicinais (posição 33.05);

b) os dentífricos de qualquer espécie incluídos os que tenham propriedades profiláticas ou terapêuticas, que se devam considerar classificados na posição 33.06;

c) os sabões medicinais da posição 34.01.

(30-3) Na posição 30.05 só estão compreendidos:

a) os catêgutes e outras ligaduras, esterilizados, para sutura cirúrgicas;

b) as laminárias esterilizadas;

c) os hemostáticos reabsorvíveis esterilizados, para a cirurgia e a odontologia;

d) as preparações opacificantes para exames radiográficos, bem como os reagentes diagnósticos destinados a serem empregados sobre o paciente (exceto os compreendidos na posição 30.02), que sejam produtos sem misturar, apresentados em doses, ou então, produtos misturados, próprios para os mesmos usos;

e) os cimentos e outros produtos para obturação dentária;

f) os estojos e caixas de farmácia sortidos, para primeiros socorros.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
30.01	—	Glândulas e demais órgãos para usos opoterápicos, secos, inclusive pulverizados; extratos, para usos opoterápicos, de glândulas de outros órgãos ou de suas secreções; outras substâncias animais preparadas para fins terapêuticos ou profiláticos não especificados nem compreendidos em outra parte da Tabela	3%

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
30.02	—	Sôros de pessoas e de animais imunizados; vacinas microbianas, toxinas, culturas de microrganismos inclusive os fermentos e com exclusão das leveduras) e outros produtos semelhantes	4%
30.03	—	Medicamentos empregados em medicina ou em veterinária	4%
30.04	—	Algodões, gazes, vendas e artigos analógicos (pensos, esparadrapos, sinapismos, etc.), impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas ou acondicionadas para a venda a varejo, destinados a fins médicos ou cirúrgicos, diferentes dos produtos a que se refere a nota 3 deste capítulo	4%
30.05	—	Outras preparações e artigos farmacêuticos	4%

Capítulo 31 — Adubos e fertilizantes

Notas

(31-1) Salvo no caso de se apresentarem acondicionados na forma prevista na posição 31.05, os fertilizantes minerais ou químicos, nitrogenados, compreendem unicamente:

a) os produtos seguintes:

- 1) o nitrato de sódio com teor de nitrogênio inferior ou igual a 16%;
- 2) o nitrato de amônio, mesmo puro;
- 3) o sulfonitrato de amônio, mesmo puro;
- 4) o nitrato de cálcio com teor de nitrogênio inferior ou igual a 16%;
- 5) o sulfato de amônio, mesmo puro;
- 6) o nitrato de cálcio e magnésio, mesmo puro;
- 7) a cianamida cálcica com teor de nitrogênio inferior ou igual a 25%, impregnada ou não de óleo;
- 8) a uréia com teor de nitrogênio inferior ou igual a 45%.

b) os fertilizantes que consistam em misturas dos produtos citados na precedente letra a) (sem ter em conta os teores limites indicados para os referidos produtos);

c) os fertilizantes que consistam em misturas de cloreto de amônia ou de produtos citados nas precedentes letra a) e b) (quaisquer que sejam seus teores limites), com giz, gesso ou outras matérias inorgânicas desprovidas de poder fertilizante;

d) os fertilizantes líquidos que consistam em soluções aquosas ou amoniacais dos produtos citados nos parágrafos (31-1) a-2) ou (31-1) a-8), precedentes, ou uma mistura de tais produtos.

(31-2) Salvo no caso de se apresentarem acondicionados na forma prevista na posição 31.05, os fertilizantes minerais ou químicos, fosfatados compreendem unicamente:

a) os produtos seguintes:

- 1) escórias de desfosforação;
- 2) os-fosfatos de cálcio desagregados (termofosfatos e fosfatos fundidos) e os fosfatos aluminosos cálcicos naturais tratados termicamente;
- 3) os superfosfatos (simples, duplos ou triplos);

4) o fosfato bicálcico que contenha uma proporção em flúor igual ou superior a 0,2%.

b) os fertilizantes que consistam em mistura dos produtos citados na precedente letra a) (quaisquer que sejam os teores limites indicados para estes produtos).

c) os fertilizantes que consistam em mistura dos produtos citados nas precedentes letras a) e b) (quaisquer que sejam os teores limites indicados para estes produtos), com giz, gesso ou outras matérias inorgânicas, desprovidas de poder fertilizante.

(31-3) Salvo no caso de se apresentarem acondicionados na forma prevista na posição 31.05, os fertilizantes minerais ou químicos, potássicos compreendem unicamente:

a) os produtos seguintes:

1) os sais de potássio naturais em bruto (carnalite, kainite, silvinite e outros);

2) os sais potássicos obtidos por tratamento de resíduos das misturas de beterraba;

3) o cloreto de potássio, mesmo puro, sem prejuízo das disposições da nota (31-6), c);

4) o sulfato de magnésio e potássio, com teor de K₂O inferior ou igual a 52%;

5) o sulfato de magnésio e potássio, com teor de K₂O inferior ou igual a 30%.

b) os fertilizantes que consistem em misturas dos produtos mencionados na precedente letra a) (qualquer que seja o seu teor).

(31-4) Os fosfatos de amônio com teor de arsênio igual ou superior a seis miligramas por quilograma, classificam-se na posição 31.05.

(31-5) Os teores limites mencionados nas notas (31-1) a), (31-2) a) (31-3) a) (31-4), referem-se ao peso dos produtos anidros, em estado seco.

(31-6) O presente capítulo não compreende:

a) o sangue animal;

b) os produtos de constituição química definida, apresentados isoladamente, diferentes dos descritos nas notas (31-1) a), (31-2) a), (31-3) a) e (31-4), antes mencionadas;

c) os cristais cultivados de cloreto de potássio (que não sejam elementos de ótica), de um peso unitário igual ou superior a 2,5 gramas, da posição 38.19; os elementos de ótica de cloreto de potássio (posição 90.01).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
31.05	—	Azubos e fertilizantes que se apresentem em tabletes, pastilhas e demais formas semelhantes ou em recipientes de peso bruto máximo de 10 quilogramas	Isento

Capítulo 32 — Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; matérias corantes, cores, tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever e impressão

Notas

(32-1) O presente capítulo não compreende:

..a) os produtos de constituição química definida apresentados isoladamente, com exclusão dos que correspondem às especificações das posições

32.04 ou 32.05, dos produtos inorgânicos da classe dos utilizados como "luminóforos" (posição 32.07) e das tintas preparadas em fôrmas ou recipientes para a venda a varejo da posição 32.09.

b) os derivados protéicos dos taninos (posição 35.01 a 35.04 inclusive).

(32-2) As misturas de sais de diezônio estabilizados e de copulantes, estudados para a produção sobre fibra de matérias corantes azóicas insolúveis, devem considerar-se compreendidas na posição 32.05.

(32-3) Consideram-se compreendidas, igualmente, nas posições 32.05, 32.06 e 32.07, as preparações à base de matérias corantes sintéticas orgânicas, de lacas corantes ou de outras matérias corantes do tipo das utilizadas para colorir na massa matérias plásticas artificiais, borrachas e outras matérias semelhantes, ou mesmo destinadas a entrar na composição de preparações para impressão de têxteis. Estas posições não compreendem, no entanto, os pigmentos preparados mencionados na posição 32.09.

(32-4) As soluções (exceto os colóidos), em solventes orgânicos voláteis, dos produtos mencionados no texto das posições 39.01 a 39.06, devem considerar-se compreendidas na posição 32.09, quando a proporção do solvente seja superior a 50 por cento (50%) do peso da solução.

(32-5) Para os fins deste capítulo, a expressão "matérias corantes" não abrange os produtos dos tipos utilizados como matérias de carga nas tintas a óleo, mesmo quando os referidos produtos possam igualmente ser utilizados como pigmentos corantes nas tintas a água.

(32-6) Para os fins de aplicação da posição 32.09, só se consideram como "fólias para marcar a fogo" as fólias delgadas do tipo das empregadas, por exemplo, na encadernação e para marcar couros e forros de chapéus, e constituídas por:

a) pós metálicos impalpáveis (inclusive de metais preciosos) ou mesmo pigmentos aglomerados por meio de cola, gelatina ou outros aglutinantes;

b) pós metálicos impalpáveis (inclusive de metais preciosos) ou mesmo pigmentos depositados sobre fólias de qualquer matéria que lhes sirvam de suporte.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
32.01	—	Extratos tanantes de origem vegetal	4%
32.02	—	Taninos (ácidos tânico), inclusive tanino de noz-de-galha à água, seus sais, éteres, ésteres e outros derivados	4%
32.03	—	Produtos tanantes sintéticos, inclusive misturados com produtos tanantes naturais; preparações artificiais para curtume de peles (enzimáticas, pancreáticas, bacterianas, etc.)	4%
32.04	—	Matérias corantes de origem vegetal, inclusive os extratos de madeiras tintoriais e de outras espécies tintoriais vegetais exclusive anil e matérias corantes de origem animal	4%
32.05	—	Matérias corantes sintéticas; produtos orgânicos sintéticos do tipo dos utilizados como "luminóforos"; produtos denominados "agentes de branqueio ótico" fixáveis nas fibras; anil natural	4%

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "Ad VALOREM"
32.06	—	Lacas corantes	4%
32.07	—	Outras materias corantes; produtos inorgânicos do tipo dos utilizados como "luminóforos"	4%
32.08	—	Pigmentos, opacificantes e côres, preparados, composições vitrificáveis, lústros líquidos ou preparações semelhantes para indústrias de cerâmica, esmaltaria ou vidraria; revestimentos; fritas de vidro e outros vidros em pó, grânulos, lamelas, ou flocos	4%
32.09	—	Vernizes; tintas de água, pigmentos de água preparados do tipo dos utilizados para acabamento dos couros; outras tintas; pigmentos triturados, em óleo, em gasolina, em verniz ou em outros meios utilizáveis para fabrico de tinta; folhas para marcar a fogo; tintas preparadas para tingir acondicionadas ou apresentadas em formas ou recipientes para a venda a varejo	8%
32.10	—	Côres para pintura artistica, para ensino, para pintura de rótulos, côres para modificar os matizes ou para recreio, em tubos, boões, frascos, godês e apresentações semelhantes, mesmo em pastilhas; jogos destas côres, providas ou não de pincéis, espuminhos, godês ou outros acessórios	8%
32.11	—	Secantes preparados	8%
32.12	—	Mástiques, massas para revestir, rechear ou selar e massas semelhantes, inclusive os mástiques e cimentos de resina	8%
32.13	—	Tintas de escrever ou desenhar, tintas de impressão e outras tintas	8%

Capitulo 33 — Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria, de toucador e cosméticos

Notas

(33-1) O presente capitulo não compreende:

- a) as preparações alcoólicas compostas (chamadas "extratos concentrados") para fabrico de bebidas, da posição 22.09;
- b) os sabões (posição 34.01);
- c) a essência de terebintina e os demais produtos da posição 38.07.

(33-2) A posição 33.05 deve considerar-se extensiva aos demais produtos, inclusive sem misturar (diferentes dos da posição 33.05), próprios

para serem utilizados como produtos de perfumaria, de toucador ou como cosméticos e acondicionados para a venda a varejo.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
33.01	—	Óleos essenciais (deterpenados ou não), líquidos ou sólidos e resinóides	6%
33.02	—	Suprodutos terpênicos residuais da desterpenação dos óleos essenciais	6%
33.03	—	Soluções concentradas de óleos essenciais em gorduras, em óleos fixos, em cêras ou em matérias semelhantes, obtidas por absorção a frio ("inflorado") ou maceração	6%
33.04	—	Misturas de substâncias odoríferas, naturais ou artificiais, e mistura à base de uma ou mais destas substâncias (inclusive as simples soluções em álcool), que constituam matérias-primas para perfumaria, alimentação e outras industriais	6%
33.05	—	Águas destiladas aromáticas e soluções aquosas de óleos essenciais inclusive medicinais	30%
33.06	—	Produtos de perfumaria ou de toucador preparados e cosméticos preparados:	
	1	Dentífricos e outras preparações para higiene bucal e limpeza dos dentes ..	8%
	2	Sabões em creme para barbear; "Shampoos" para lavagem dos cabelos; talco e polvilho, com ou sem perfume, excluídos unicamente os licenciados como especialidades farmacêuticas	20%
	3	Outros	40%

Capítulo 34 — Sabões, produtos orgânicos tenso-ativos, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, cêras artificiais, cêras preparadas, produtos para lustrar e polir, velas e artigos semelhantes, pastas para modelar e "cêras" para dentistas.

Notas

(34-1) O presente capítulo não compreende:

a) os compostos isolados de constituição química definida;

b) os dentífricos, os cremes de barbear e os "shampoos", inclusive contendo sabão ou produtos tenso-ativos (posição 33.06).

(34-2) A posição 34.01 apenas compreende os sabões solúveis em água, adicionados ou não de outras substâncias (desinfetantes, pós, abrasivos, cargas, produtos farmacêuticos, etc.).

(34-3) A expressão "óleos de petróleo ou de xistos", empregada na redação da posição 34.03, refere-se aos produtos definidos na nota 3 do capítulo 27.

(34-4) A expressão "cêras preparadas não emulsionadas e sem solvente", empregada no texto da posição 34.04, deve aplicar-se somente:

a) às misturas de cêras animais entre si, de cêras vegetais entre si e de cêras artificiais entre si;

b) às misturas entre si de cêras que pertençam a tipos diferentes (animais, vegetais, minerais, artificiais), bem como às misturas de parafina com cêras animais, vegetais ou artificiais;

c) às misturas que tenham a consistência das cêras, à base de cêras ou de parafina contendo, além disso, gorduras, resinas, matérias minerais ou outras matérias, desde que essas misturas não sejam emulsionadas nem contenham solventes.

Pelo contrário, não se classificam na posição 34.04:

a) as cêras da posição 27.13;

b) as cêras animais sem misturar e as cêras vegetais sem misturar, simplesmente coloridas.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
34.01	—	Sabões, inclusive medicinais:	
	1	Sabões, em bastão ou em pó, para barbear, perfumados ou não; sabões e sabonetes, perfumados, de qualquer forma preparados	20%
	2	Sabões medicinais, veterinários e desinfetantes	4%
	3	Sabões, sem perfume, de qualquer forma preparados, quando acondicionados em recipientes, embalagens ou envoltórios, destinados à apresentação do produto	3%
	4	Outros	4%
34.02	—	Produtos orgânicos tenso-ativos; preparações tenso-ativas e preparações para lixívia, contendo ou não sabão	3%
34.03	—	Preparações lubrificantes constituídas por misturas de óleos ou graxas de qualquer tipo, ou por misturas à base destes óleos ou graxas que contenham menos de 70 por cento (70%) em peso, de óleos de petróleo ou de xisto	3%
34.04	—	Cêras artificiais, inclusive as solúveis em água; cêras preparadas não emulsionadas e sem solvente	3%
34.05	—	Pomadas e cremes para calçado, encáusticos, preparações para dar brilho aos metais, pastas e pós para limpar e preparações semelhantes, exceto as cêras preparadas da posição 34.04	3%
34.06	—	Velas, cirios, pavios e artigos semelhantes	3%
34.07	—	Pastas para modelar, inclusive as apresentadas sortidas ou destinadas para crianças; preparações das chamadas "cêras para dentistas" ou apresentadas em pastilhas, ferraduras, varetas ou formas semelhantes	3%

Capítulo 35 — Matérias albuminoides e colas

Notas

(35-1) O presente capítulo não compreende:

a) as matérias protéicas apresentadas como medicamentos (posição 30.03);

b) os produtos das artes gráficas, em suportes de gelatina (capítulo 49).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
35.01	—	Caseínas, caseinatos e outros derivados de caseínas; colas de caseína:	
	1	Colas de caseínas	8%
	2	Outros	4%
35.02	—	Albuminas, albuminatos e outros derivados das albuminas	4%
35.03	—	Gelatinas (compreendendo as apresentadas em folhas, cortadas de forma quadrada ou retangular, inclusive trabalhadas em sua superfície ou coloridas) e seus derivados; colas de ossos, de peles, de nervos, de tendões e semelhantes e colas de peixe; ictiocolo sólida ..	8%
35.04	—	Peptonas e outras matérias protéicas e seus derivados; pó de peles, tratado ou não pelo cromo ..	4%
35.05	—	Dextrinas; amidos e féculas, solúveis ou torrados; colas de amido de fécula:	
	1	Colas de amido ou de fécula	8%
	2	Outros:	4%
35.06	—	Colas preparadas não especificadas nem compreendidas em outra parte; produtos de qualquer classe utilizáveis como colas, acondicionados para a venda a varejo como colas, em recipientes de peso líquido igual ou inferior a um quilograma	8%

Capítulo 36 — Pólvoras e explosivos; artigos de piroctenia; fósforos; ligas pirofóricas; matérias inflamáveis.

Notas

(36-1) O presente capítulo não compreende os produtos de constituição química definida apresentadas isoladamente, com exceção, porém, dos mencionados nas notas (36-2) a) ou (36-2) b) seguintes.

(36-2) A posição 36.08 compreende somente:

a) o metaldeído, a hexametilenotetramina e os produtos semelhantes apresentados em tabletes, bastonetes e formas semelhantes, para utilização como combustíveis, bem como os combustíveis à base de álcool e os demais combustíveis preparados semelhantes, apresentados em estado sólido ou pastoso;

b) os combustíveis líquidos (essência de petróleo, etc.) para isqueiros ou acendedores, apresentados em recipientes de capacidade igual ou inferior a 300 centímetros cúbicos;

c) os cirios e archotes de resina, os fachos e semelhantes.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
36.01	—	Pólvoras de projeção	15%
36.02	—	Explosivos preparados:	
	1	Dinamite	4%
	2	Outros	10%
36.03	—	Estopins; cordões detonantes	10%
36.04	—	Fulminantes e cápsulas fulminantes; escórvas; detonadores	10%
36.05	—	Artigos de pirotecnia (fogos de artifício, bombas, fulminantes parafinados, foguetes antigranizo e semelhantes) ...	40%
36.06	—	Fósforos, exceto os "fósforos de bengala"	15%
36.07	—	Ferro-cério e outras ligas pirofóricas, qualquer que seja a sua forma de apresentação:	
	1	Pedra para isqueiro	30%
	2	Outros	20%
36.08	—	Outros artigos de matérias inflamáveis:	
	1	Fluido para isqueiro ou acendedores ...	30%
	2	Outros	10%

Capítulo 37 — Produtos para fotografia e cinematografia

Notas

(37-1) Este capítulo não compreende os resíduos nem os artigos de refugo.

(37-2) A posição 37.08 compreende unicamente:

a) os produtos químicos misturados para usos fotográficos, tais como: reveladores, fixadores, viradores, emulsões, etc.;

b) os produtos puros para os mesmos usos, dosados ou não, mas acondicionados para a venda a varejo e prontos para serem utilizados.

Estão excluídos da posição 37.08 os vernizes, colas e preparações semelhantes que seguem o seu regime próprio.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
37.01	—	Chapas fotográficas e películas planas, sensibilizadas, não impressionadas, de qualquer matéria, exceto papel, cartolina ou tecido	10%
37.02	—	Películas sensibilizadas, não impressionadas, perfuradas ou não, em rolos ou em tiras	10%
37.03	—	Papéis, cartolinas e tecidos sensibilizados, não impressionados	10%
37.06	—	Películas cinematográficas, impressionadas e reveladas, contendo apenas o registro de som, negativas ou positivas	15%
37.08	—	Produtos químicos para usos fotográficos, inclusive os utilizados para produzir luz-relâmpago	10%

*Capítulo 38 — Produtos diversos nas indústrias químicas**Notas*

(38-1) O presente capítulo não compreende:

a) os produtos de constituição química definida, apresentados isoladamente, distintos dos citados a seguir:

1. A grafita artificial (posição 38.01).

2. Os desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, raticidas, anti-parasitários e semelhantes, apresentados nas formas ou recipientes previstos na posição 38.11.

3. Os produtos extintores apresentados como cargas para aparelhos extintores ou em granadas extintoras (posição 38.17).

4. Os produtos citados nas seguintes notas (38-2 a), (38-2 c), (38-2 d) e (38-2 f).

b) os medicamentos (posição 30.03).

(38-2) Consideram-se compreendidos na posição 38.19 e não em outra posição da Tabela:

a) os cristais cultivados de sais halogenados, de metais alcalinos ou alcalino-terrosos, ou de óxido de magnésio (exceto os elementos de ótica) de um peso unitário superior ou igual a 2,5 gramas;

b) os óleos de fúsel;

c) os produtos "apagadores de tinta de escrever", acondicionados em recipientes para a venda a varejo;

d) os produtos para correção de estêncil, acondicionados em recipientes para a venda a varejo;

e) os pirômetros fusíveis cerâmicos para o controle da temperatura dos fornos;

f) o gesso especialmente preparado para dentista.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
38.01	—	Grafita artificial e grafita coloidal, exceto a que se apresente em suspensão oleosa	3%
38.02	—	Negros de origem animal (negro de ossos e de marfim, etc.), inclusive o negro animal esgotado	3%
38.03	—	Carvões ativos (descorantes, despolarizantes ou absorventes); sílicas fósseis ativadas, argilas ativadas; bauxita ativada e outras matérias minerais naturais ativadas	3%
38.04	—	Aguas amoniacais e massa depuradora esgotada ("Grude") procedente da depuração de gás de iluminação	3%
38.05	—	"Tall oil" (resina de lixívia-celulósicas)	3%
38.06	—	Linhissulfitos	3%
38.07	—	Essência de terebintina, essência de madeira de pinho ou essência de pinho; essências provenientes do fabrico da pasta celulósica ao sulfato e outros solventes terpênicos procedentes da destilação ou de outros tratamentos das madeiras de coníferas; dipenteno em bruto; essências provenientes do fabrico de pasta celulósica ao bissulfito; óleo de pinho	4%

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
38.08	—	Colofônias e ácidos resinicos e seus derivados, com exclusão das gomas-ésteres da posição 39.05; essência de resina e óleos de resina:	
	1	Derivados de colofônia e de ácidos resinicos	10%
	2	Outros	4%
38.09	—	Alcatrões de madeira, óleo de alcatrões de madeira (exceto os diluentes e solventes compostos da posição 38.18); creosoto de madeira; metileno e óleo de acetona . .	6%
38.10	—	Pez vegetal de qualquer espécie; peiz de cervejeiro e produtos semelhantes à base de colofônias ou peiz vegetal; aglomerantes para núcleos de fundição à base de produtos resinosos naturais	6%
38.11	—	Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, raticidas, antiparasitários e semelhantes, apresentados em formas ou recipientes para a venda a varejo, em preparações ou em artefatos, tais como: fitas, mechas, velas de enxofre e papel meta-moscas	6%
48.12	—	"Adereços", aprestos e mordentes e outros preparados, dos tipos utilizados na indústria têxtil, do papel, do couro ou indústrias semelhantes	6%
38.13	—	Preparações para decapagem dos metais; fluxos desoxidantes para soldar e outros compostos auxiliares para a soldagem dos metais; pastas e pós para soldar constituídos de metal de adição e de outros produtos; preparações para revestimento ou enchimento dos eletrodos e varretas de soldar	6%
38.14	—	Preparações antidetonantes, antioxidantes, aditivos peptizantes, melhoradores de viscosidade, aditivos anticorrosivos e outros aditivos preparados semelhantes, para óleos minerais	6%
38.15	—	Composições chamadas "aceleradores de vulcanização"	6%
38.17	—	Misturas e cargas para aparelhos extintores; granadas e bombas extintoras	6%
38.18	—	Solventes e diluentes compostos para vernizes ou produtos semelhantes	8%
38.19	—	Produtos químicos e preparados das indústrias químicas ou indústrias conexas (inclusive os que consistem em misturas de produtos naturais), não especificados nem compreendidos em outra parte da tabela; produtos residuais das indústrias químicas ou das indústrias conexas, não especificados e bem compreendidos em outra parte da tabela	8%

ALÍNEA X

MATERIAS PLASTICAS ARTIFICIAIS, ÉTERES E ÉSTERES DA CELULOSE, RESINAS ARTIFICIAIS E MANUFATURAS DESTAS MATERIAS, BORRACHA NATURAL OU SINTÉTICA, BORRACHA ARTIFICIAL E MANUFATURAS DE BORRACHA

*Capítulo 39 — Matérias plásticas artificiais, éteres e ésteres da celulose, resinas artificiais e manufaturas destas matérias**Notas*

(39-1) O presente capítulo não compreende:

- a) as folhas para marcar a fogo, da posição 32.09;
- b) as ceras artificiais (posição 34.04);
- c) a borracha sintética, tal como está definida no capítulo 40, e as manufaturas de borracha sintética;
- d) os artigos de seleiro e arrieiro (posição 42.01), as malas, estojos e outros artigos de viagem (posição 42.02);
- e) as manufaturas de espartaria e cestaria (capítulo 46);
- f) os têxteis sintéticos e artificiais e os artigos destas matérias (Alínea XIV);
- g) calçado e partes de calçado, os artigos de chapelaria, semelhantes e suas partes, os guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chigotes, rebenques e suas partes, leques e os demais artigos da Alínea XV;
- h) os artigos de bijuteria de fantasia, classificados na posição 71.06;
- i) os artigos da Alínea XIX (máquinas, aparelhos e material eléctrico);
- j) as partes e peças avulsas do material de transporte da Alínea XX;
- l) os elementos de ótica de matérias plásticas artificiais, as armações de óculos, os instrumentos de desenho e outros artigos do capítulo 90;
- m) os artigos do capítulo 91 (relojoaria) e especialmente as caixas de relógios de uso pessoal, de mesa, quadro, pêndulo e de aparelhos de relojoaria;
- n) os instrumentos de música, suas partes e demais artigos do capítulo 92;
- o) os móveis e suas partes (capítulo 94);
- p) os artigos do capítulo 96 (escovas e pincéis, etc.);
- q) os jogos, brinquedos e artigos de esporte (capítulo 97);
- r) os botões, fechos "éclair", canetas, lap'seiras e suas partes, boquillas, cachimbos, piteiras, etc.; os pentes, as partes de garrafas, garrafas térmicas e semelhantes, bem como os demais artigos classificados no capítulo 98,

(39-2) Nas posições 39.01 e 39.02 só se incluem os produtos obtidos por síntese química e que correspondem às descrições seguintes:

- a) as matérias plásticas artificiais, inclusive resinas artificiais;
- b) os silicones;
- c) os resóis, o poliisobutileno líquido e os polímeros artificiais semelhantes de peso molecular muito elevado.

(39-3) Nas posições 39.01 a 39.06 inclusive, só se incluem os produtos apresentados nas formas seguintes:

- a) produtos líquidos ou pastosos, inclusive emulsões, dispersões e soluções;
- b) blocos, pedaços, grumos, massas não coerentes, grânulos, flocos, pós (inclusive os pós para moldação);
- c) monofilamentos cuja maior dimensão da seção transversal seja superior a um milímetro; tubos obtidos diretamente em sua forma, barras, bastões, ou perfis, mesmo trabalhados em sua superfície, mas sem qualquer outro trabalho;

d) chapas, folhas, películas e tiras (diferentes das classificadas na posição 51.02 pela nota 4 do capítulo 51), mesmo impressas ou trabalhadas de outra forma em sua superfície, e artigos acabados de forma quadrada ou retangular, obtidos por simples corte, sem outro trabalho, destas chapas, folhas, películas e tiras;

e) resíduos e fragmentos de manufaturas.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
39.01	—	Produtos de condensação, de policondensação e de poliadição modificadas ou não, polimerizadas ou não, lineares ou não (fenoplásticos, aminoplásticos, resinas alquídicas, poliésteres alílicos e outros poliésteres não saturados, silicones, etc.) ..	6%
39.02	—	Produtos de polimerização e copolimerização (polietileno, politetra-aoetilenos, polioisobutileno, poliestireno, cloreto de polivinila, acetato de polivinila, cloroacetato de polivinila e demais derivados polivinílicos, derivados poliacrílicos e polimetacrílicos, resinas de cumaronaindênio, etc.) ..	6%
39.03	—	Celulose regenerada; Nitratos acetatos e outros éteres da celulose; éteres da celulose e outros derivados químicos da celulose, plastificados ou não (celoidina e colódios, celuloíde, etc.); fibra vulcanizada ..	6%
39.04	—	Materias albuminóides endurecidas (caseína endurecida, gelatina endurecida, etc.) ..	6%
39.05	—	Resinas naturais modificadas por fusão (gomas fundidas); resinas artificiais obtidas por esterificação de resinas naturais ou de ácidos resínicos (goma-ésteres); derivados químicos da borracha natural (borracha clorada, cloroidratada, ciclizada, oxidada, etc.) ..	6%
39.06	—	Outros alto-polímeros, resinas artificiais e materias plásticas artificiais, inclusive ácido alginico, seus sais e seus ésteres; linoxina ..	6%
39.07	1	Canos e tubos, com ou sem rosca e suas conexões, calhas e suas conexões ..	6%
	2	Outros ..	10%

Capítulo 40 — Borracha natural ou sintética, borracha artificial e manufaturas da borracha

Notas

(40-1) Salvo disposições em contrário, a denominação "borracha" abrange, em todas as Alíneas da Tabela em que for usada, os produtos seguintes, mesmo vulcanizados, endurecidos ou não, ainda que regenerados: borracha natural, balata, guta-percha, gomas naturais semelhantes, borrachas sintéticas, borracha artificial derivada dos óleos.

45-2) A cortiça natural simplesmente esquadriada ou desprovida de sua casca externa corresponde à posição 45.02.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
45.01	—	Cortiça triturada, granulada ou pulverizada	6%
45.02	—	Cubos, pranchas, folhas e tiras de cortiça natural, inclusive os cubos ou quadros para fabricação de rólhas	6%
45.03	—	Manufaturas de cortiça natural	5%
45.04	—	Cortiça aglomerada (com ou sem aglutinantes) e manufaturadas de cortiça aglomerada	8%

Capítulo 46 — Manufaturas de Espartaria e Cestaria

Notas

(46-1) Consideram-se principalmente como material para trançar: a palha, as varas de vime ou de saigueiro, o junco, as canas, as fitas de madeira, as tiras e cascas vegetais, as fibras têxteis naturais não fiadas, os monofilamentos e as tiras ou formas semelhantes de matérias plásticas artificiais, e as tiras de papel. Estão excluídas as fitas de couro natural, artificial ou reconstituído, as tiras de feltro, os cabelos, a crina, as mechas e fios de matérias têxteis, os monofilamentos e as tiras ou formas semelhantes do capítulo 51.

(46-2) Este capítulo não compreende:

- a) cordéis, cordas e cabos, traçados ou não. (posição 59.04);
- b) calçado, artigos de chapalaria e semelhantes e suas partes componentes (capítulos 64 e 65);
- c) veículos e caixas para veículos, de cestaria (capítulo 87);
- d) móveis e suas partes componentes (capítulo 94).

(46-3) Consideram-se como matérias para entranças, paralelizadas, segundo a posição 46.02, os artigos constituídos por hastes ou fibras justapostas e reunidas em forma de folha por meio de ligações, embora estas sejam de matérias têxteis fiadas.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
46.01	—	Tranças e artigos semelhantes de matérias para entrançar, para qualquer uso, inclusive mesmo reunidos em tiras	3%
46.02	—	Matérias para entrançar, tecidas ou paralelizadas, e mformas planas, inclusive esteirinhas da china, esteiras tôscas e canços; invólucros de palha para garrafas	4%
46.03	—	Artigos de cestaria obtidos diretamente em forma definitiva ou confeccionados com artigos das posições 46.01 e 46.02; manufaturas de lufa	8%

ALÍNEA XIII

MATERIAS UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DE PAPEL;
PAPEL E SUAS APLICAÇÕES

Capítulo 47 — *Matérias utilizadas na fabricação do papel*

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
47.01	—	Pastas para fabricação de papel	3%

Capítulo 48 — *Papel, Cartolina e Cartão Manufaturas de pasta de Celulose, de Papel, Cartolina e Cartão*

Notas

48-1) Este capítulo não compreende:

- a) folhas para marcar a fogo (posição 32.09);
- b) papéis perfumados ou cobertos de cosméticos (posição 33.06);
- c) papéis impregnados ou revestidos de sabão (posição 34.01); os papéis impregnados ou revestidos de detergentes (posição 34.02) e pomadas, encausticos, lustres, etc., sobre suportes de algodão (posição 34.05);

d) papéis, cartolinas e cartões sensibilizados (posição 37.03);

e) matérias plásticas estratificadas que contenham papel ou cartão (posição 39.01 a 39.06), a fibra vulcanizada (posição 39.03) e as manufaturas destas matérias (posição 39.07);

f) artigos da posição 42.02 (artigos de viagem, etc.);

g) artigos do Capítulo 46 (Manufaturas de espartaria e de cestaria);

h) fios de papel e artigos têxteis confeccionados com fios de papel

i) abrasivos aplicados sobre papel cartolina ou cartão (posição 68.06) e mica, em folhas, aplicada sobre papel, cartolina ou cartão (posição 68.15); pelo contrário, os papéis polvilhados de mica estão classificados na posição 48.07;

j) papéis, cartolinas e cartões revestidos exteriormente de folhas de metal (Alínea XVIII);

l) papéis, cartolinas e cartões perfurados para instrumentos de música (posição 92.10);

m) artigos compreendidos nos Capítulos 97 ou 98 (jogos, brinquedos, manufaturas diversas, tais como botões, etc.).

(48.2) Ressalvado o disposto na Nota (48-3), consideram-se compreendidos nas posições 48.01 e 48.02 os papéis, cartolinas e cartões que, por terem sido calandrados ou por terem sofrido outra operação semelhante, se apresentem lisos, acetinados, lustrados, glacês, polidos ou com outro qualquer acabamento semelhante, ou ainda com falsa filigrana, e também os papéis, cartolinas e cartões coloridos ou marmorizados na massa (isto é, não na superfície) por qualquer processo. Todavia, os papéis, cartolinas e cartões que sofreram tratamento posterior à sua fabricação, tais como a aplicação de um revestimento, recobrimento ou impregnação, etc., não estão classificados nestas posições.

(48-3) Os papéis e cartões que possam incluir-se simultaneamente em duas ou várias das posições 48.01 a 48.07 inclusive, classificam-se na posição que figure em último lugar.

(48-4) Não são abrangidos pelas posições 48.01 a 48.07, inclusive, o papel, a cartolina, o cartão e a pasta de celulose, quando apresentados em uma das formas seguintes:

- a) em tiras ou róis cuja largura não ultrapasse 15 cm;
- b) em folhas de forma quadrada ou retangular (mesmo abertas) nas quais nenhum lado ultrapasse 36 cm;
- c) em forma diferente da quadrada ou retangular.

Reservado o disposto na Nota (48-3), classificam-se na posição 48.02 os papéis fabricados a mão (papel de tina), de qualquer forma e tamanho, que se apresentem tais como são obtidos, isto é, com os bordos dentados provenientes de sua fabricação.

(48-5) Entende-se por papel para forrar paredes e lincrusta, para a aplicação da posição 48.11:

a) o papel apresentado em róis, próprio para ornamentação de paredes e tetos e que satisfaça, além disso, às seguintes condições:

I — apresentar uma ou duas margens com ou sem marcas de referência, para sua colocação;

II — para o papel sem margens, ser colorido, acetinado, aveludado ou, apresentar motivos em relevos e ter uma largura igual ou inferior a 60 cm;

b) as bordaduras, frisos e cantos de papel, próprios para a decoração de paredes e tetos.

(48-6) Estão incluídos especificamente na posição 48.15, a lã ou fibra de papel para embalagens, as bandas e tiras (lâminas de papel), dobradas ou não, mesmo revestidas, para cestaria ou outros usos, o papel higiênico em róis perfurados ou não, em pacotes ou apresentações semelhantes, exceto os artigos enumerados na nota (48-7).

(48-7) Estão classificados principalmente na posição 48.21 as cartolinas para máquinas estatísticas, os papéis, cartolinas e cartões perfurados, para mecanismos "Jacquard" e semelhantes, as tiras de papel para prateleiras, as rendas e bordados de papel, as toalhas, guardanapos e lenços de papel, os vedantes de papel, os pratos ou artefatos semelhantes de pasta de papel, papel, cartolina ou cartão, moldados ou cunhados, e os padrões e modelos, inclusive reunidos.

(48-8) Papel, cartolina, cartão e pasta de celulose, e respectivas manufaturas, estão compreendidos neste capítulo, mesmo que tenham impressões ou ilustrações de caráter acessório, que não modifiquem seu destino inicial, nem sirvam para considerá-los como artefatos dos classificados no Capítulo 49.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
		<i>I — Papéis, cartolinas e cartões, em rolos ou em folhas</i>	
48.01	—	Papéis, cartolinas e cartões, fabricados mecanicamente, inclusive pasta de celulose ("ouate"), em rolos ou em folha:	
	1	Pasta de celulose ("ouate")	3%
	2	Outros	6%
48.02	—	Papéis, cartolinas e cartões, obtidos folha à folha (de fabrico manual)	6%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
48.03	—	Papéis, cartolinas e cartões, apergaminhados e suas imitações, inclusive papel "cristal", em rolos ou em folhas .	6%
48.04	—	Papéis, cartolinas e cartões, simplesmente reunidos por colagem, não impregnados nem revestidos em sua superfície, inclusive reforçados interiormente, em rolos ou em folhas .	6%
48.05	—	Papéis, cartolinas e cartões, simplesmente ondulados (mesmo recobertos por colagem), encrespados, pregueados, goirados, estampados ou perfurados, em rolos ou em folhas .	6%
48.06	—	Papéis, cartolinas e cartões, simplesmente pautados, riscados ou quadriculados, em rolos ou em folhas .	6%
48.07	—	Papéis, cartolinas e cartões, engomados, revestidos, impregnados ou coloridos na superfície (jaspeados, indianos e semelhantes), ou impressos (exceto os da posição 48.06 e do Capítulo 49), em rolos ou em folhas .	6%
48.08	—	Placas filtrantes de pasta de papel . . .	8%
48.09	—	Chapas para construção, de pasta de papel, de madeira desfibrada ou outras matérias vegetais desfibradas, inclusive aglomeradas com resinas naturais ou artificiais ou outros aglomerantes semelhantes . . .	8%
		<i>II — Papel, Cartolina e Cartão, recortados para um uso determinado: Manufaturas de papel, cartolina e cartões</i>	
48.10	—	Papel para cigarros, cortado em forma determinada, inclusive em mortaihas ou em tubos . . .	8%
48.11	—	Papel para forrar casas, lincrusta e papéis diáfanos para vitrais (vitrafane)	8%
48.12	—	Revestimento de pisos construídos com suportes de papel, cartolina ou cartão, com ou sem capa de linóleo, inclusive cortados em forma determinada . . .	8%
48.13	—	Papel para cópias ou matrizes, cortado nas dimensões próprias, inclusive acondicionado em caixas (papel carbono, estêncil completo para duplicador e semelhantes) . . .	8%
48.14	—	Artigos para correspondência: papel de cartas em bloco, envelopes, cartões-postais, bilhetes-postais, não ilustrados e cartões para correspondência; caixas sacos e objetos semelhantes de papel, cartolina ou cartão, contendo artigos sortidos de correspondência . . .	8%

POSIÇÃO	INCISC	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
48.15	—	Outros papéis, cartolinas e cartões, cortados para uso determinado	8%
48.16	—	Caixas, sacos, bolsas, cartuchos e outros recipientes de papel, cartolina ou cartão	8%
48.17	—	Cartonagens rígidas para uso de escritórios, e papéis semelhantes	8%
48.18	—	Livros de registros, cadernos, livros de notas, de recibos e semelhantes, blocos para apontamentos, talões, agendas, pastas para escritórios, classificadores, encadernações (de folhas móveis ou outras), e outros artigos de papel, cartolina ou cartão, para usos escolares, de escritório ou de papelaria; álbuns para amostras e para coleções, e resguardos de papel ou cartão para capas de livros	8%
48.19	—	Etiquetas e rótulos de qualquer espécie, de papel, cartolina ou cartão, impressos ou não, ilustrados ou não, inclusive engomadas	8%
48.20	—	Carretéis, bobinas, espulas e suportes semelhantes, de pastas de papel, papel, cartolina ou cartão, inclusive perfurados ou endurecidos	8%
48.21	—	Outras manufaturas de pasta de papel, papel, cartolina, cartão ou pasta de selulose	8%

Capítulo 49 — Artigos de Livraria e produtos das Artes Gráficas
Notas

(49-1) Este capítulo não compreende:

a) papel, cartolina, cartão, pasta de celulose e respectivas manufaturas, com impressões ou ilustrações de caráter acessório que não cheguem a modificar-lhes o destino inicial, nem a fazer com que se considerem como incluídos no presente capítulo (Capítulo 48);

b) cartas de jogar e demais artigos do Capítulo 97;

c) gravuras, estampas e litografias originais;

49-2) As gravuras e ilustrações que não tenham textos e que se apresentem em folhas separadas, de qualquer formato, estão classificadas na posição 49.11.

(49-3) Os impressos editados com fins publicitários por estabelecimento cujo nome figure neles, ou por conta da mesma, assim como os dedicados principalmente à publicidade (inclusive impressos de propaganda turística), estão compreendidos na posição 49.11.

(49-4) Entende-se por cartões postais ilustrados, na acepção da posição 49.09, os cartões ilustrados que apresentem uma ou várias impressões que indiquem este emprego.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
49.05	—	Manufaturas cartográficas de qualquer espécie, inclusive cartas murais a plantas topográficas, impressas; globos (terrestres ou celestes) impressos . . .	8%
49.07	—	Titulos de ações ou de obrigações e outros titulos semelhantes, inclusive talões de cheques e semelhantes	8%
49.08	—	Decalcomanias de todos os tipos	8%
49.09	—	Cartões postais, cartões para aniversário, cartões de felicitações de natal e semelhantes, ilustrados, obtidos por qualquer processo, inclusive mesmo com efeitos ou aplicações	8%
49.10	—	Calendários de qualquer espécie, de papel, cartolina ou cartão, inclusive blocos de calendários	8%
49.11	—	Estampas, gravuras e outros impressos obtidos por qualquer processo, exclusive fotografias	8%

ALÍNEA XIV

MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS MANUFATURAS

Notas

(XIV-1) Esta Alínea não compreende:

- a) pêlos e cerdas para fabricação de escovas e pincéis e as crinas e resíduos de crinas;
- b) cabelos e suas manufaturas das posições 67.03 e 67.04; entretanto, os "capachos" e os tecidos grossos de cabelos para prensas de óleos ou usos técnicos semelhantes estão classificados na posição 59.17;
- c) fibras de amianto e artigos de amianto das posições 68.13 e 68.14;
- d) artigos da posição 30.04, 30.05 (algodão hidrófilo, gazes, vendas e artigos semelhantes destinados a usos medicinais ou cirúrgicos, artefatos esterilizados para suturas cirúrgicas, etc.);
- e) tecidos sensibilizados da posição 37.03;
- f) monofios cuja maior dimensão no corte transversal seja superior a um milímetro, e lâminas e semelhantes (palha artificial) de mais de cinco milímetros de largura, de matérias plásticas artificiais (Capítulo 39), bem como os entrançados e os tecidos destes artigos (Capítulo 46);
- g) os tecidos, feltros e "falsos tecidos", impregnados, revestidos, cobertos ou estratificados com borracha, e as manufaturas destes produtos (Capítulo 40);
- h) lãs com pele ou pêlos de lã (Capítulo 41 ou 43) e artigos de peleteria natural ou artificial das posições 43.03 e 43.04;
- i) artigos de tecidos classificados nas posições 42.02;
- j) pasta de celulose (Capítulo 48);

l) calçado e suas partes soltas perneiras, polainas e artigos semelhantes compreendidos no Capítulo 64;

m) chapéus e demais toucados, e suas partes componentes, do Capítulo 65;

n) rédes para o cabelo, de tule, malha, ponto, etc. (posição 65.05 ou 67.04, segundo o caso);

o) artigos do Capítulo 67;

p) fios, cordas ou tecidos cobertos de abrasivos (posição 68.06);

q) fibras de vidro, artigos de fibras de vidro e bordados químicos ou sem fundo visível, cujo fio de bordado seja de fibras de vidro (Capítulo 70);

r) artigos do Capítulo 94 (móveis, artigos de cochoaria e semelhantes);

s) artigos do Capítulo 97 (jogos, brinquedos, etc.).

(XIV-2) Artigos misturados:

A) Os produtos têxteis dos Capítulos 50 a 57 inclusive, que contenham duas ou várias fibras têxteis, classificam-se da seguinte forma:

a) quando contenham fibras têxteis do Capítulo 50 (seda, bôrra de seda, resíduos de bôrra de seda) em proporção superior a 10 por cento (10%) do peso total, classificam-se naquele capítulo, na posição relativa à fibra que predomina em peso;

b) os demais produtos se classificam como artigos da fibra que predomina em peso.

B) Para a aplicação destas regras:

a) os fios metálicos se considerarão por seu peso total como uma única matéria têxtil; os fios de metal se assemelham ao produto têxtil para a classificação dos tecidos em que estão incorporados;

b) quando uma posição se refira a várias matérias têxteis (por exemplo seda e bôrra de seda, lã penteada e lã cardada, etc.), essas matérias são consideradas como uma só matéria têxtil;

c) exceto no caso previsto na letra B) a), precedente, nunca se tomam em conta os produtos não têxteis que entram na constituição dos produtos misturados.

C) As disposições A) e B) desta nota (XIV-2) se aplicam também aos fios especificados nas notas (XIV-3) e (XIV-4) seguintes.

(XIV-3) A) Salvo as exceções previstas no parágrafo B) seguinte, são considerados como "cordéis, cordas e cabos" os fios (simples, torcidos ou com retorce):

a) de seda, de bôrra de seda ("schappe"), de resíduos de bôrra de seda ou de fibras artificiais (inclusive os constituídos por dois ou mais monofios do Capítulo 51) de peso superior a dois gramas por metro (18.000 "deniers");

b) de fibras sintéticas (inclusive os constituídos por dois ou mais monofios do Capítulo 51) de peso superior a um grama por metro (9.000 "deniers");

c) de cânhamo e de linho;

i) polidos ou lustrados;

ii) sem polir nem lustrar, de peso superior a dois gramas por metro;

d) de côco, de três ou mais cabos;

e) de outras fibras vegetais com peso superior a dois gramas por metro;

f) reforçados de metal.

B) As normas anteriores não se aplicam:

a) aos fios de lã, de pêlo ou de crina, e aos de papel, não reforçados; b) às fibras têxteis sintéticas e artificiais que se apresentem em forma de cabos, fitas ou mechas;

c) à crina de Florença, às imitações de catepute feitas com seda ou fibras sintéticas, às artificiais e aos monofios do Capítulo 51;

d) aos fios da posição 52.01: "fios de metal combinados com fios têxteis (fios metálicos), inclusive fios têxteis revestidos de metal e fios têxteis

metalizados" (os fios reforçados de metal seguem o regime indicado na letra f) do parágrafo A) precedente);

e) aos fios de chenille e aos fios revestidos da posição 58.07.

(XIV-4) A) Salvo as exceções previstas na seguinte letra B), nos Capítulos 50, 51, 53, 54, 55 e 56, se consideram "acondicionados para a venda a varejo" os fios que se apresentem:

a) em cartões, carretéis, tubos e suportes semelhantes, em novelos com peso máximo (incluído o suporte) de:

— 200 gramas para linho e rami;

— 85 gramas para sêda, bôrra de sêda ("schappe"), resíduos de bôrra de sêda e fibras têxteis sintéticas e artificiais contínuas;

— 125 gramas para as demais fibras;

b) em meadas com peso máximo de:

— 85 gramas para sêda, bôrra de sêda ("schappe"), resíduos de bôrra de sêda e fibras têxteis sintéticas e artificiais contínuas;

— 125 gramas para as demais fibras;

c) em meadas subdivididas por meio de fio divisor que as torne independentes umas das outras, apresentando as meadas peso uniforme não superior a:

— 85 gramas para sêda, bôrra de sêda ("schappe"), resíduos de bôrra de sêda e fibras têxteis sintéticas e artificiais contínuas;

— 125 gramas para as demais fibras;

B) As disposições anteriores não se aplicam:

a) aos fios simples, qualquer que seja a fibra, exceto:

I) os de lã e pêlos finos, crus;

II) os de lã e pêlos finos, branqueados, tintos ou estampados, que meçam menos de 2.000 metros por quilograma;

b) aos fios torcidos ou com retorce, crus:

I) de sêda, de bôrra de sêda ("schappe") ou de resíduos de bôrra de sêda, qualquer que seja a forma de apresentação;

II) de qualquer outra fibra têxtil (exceto a lã e pêlos finos), que se apresentem em meadas;

c) aos fios torcidos ou com retorce, branqueados, tintos ou estampados, de sêda, de bôrra de sêda ("schappe") ou de resíduos de bôrra de sêda, que meçam 75.000 metros ou mais por quilograma de fio torcido;

d) aos fios simples, torcidos ou com retorce, de qualquer fibra, que se apresentem:

I) em meadas dobradas em cruz;

II) em suporte que implique seu emprêgo na indústria têxtil (por exemplo, em bobinas de torcedores, espulas, carretéis cônicos ou cones).

(XIV-5) Consideram-se:

a) tecidos em "ponto de gaze", no sentido da posição 55.07, aqueles cuja urdidura estiver composta, em tôda ou em parte de sua superfície, por fios fixos (fios retilíneos) e outros móveis (fios de volta); êstes últimos se cruzam com os fios fixos dando uma meia volta, uma volta completa ou mais de uma volta, de maneira a formar um anel que prenda a trama;

b) tules e tecidos de "malhas finas" (rêde), lisos, na acepção da posição 58.08, os que apresentam, em tôda a superfície, uma série única de malhas regulares da mesma forma e tamanho, sem desenho nem enchimento. Para aplicar esta definição, não se consideram as aberturas pequenas que aparecem nos pontos de ligação e que são inerentes à formação da malha.

(XIV-6) Na presente ALÍNEA se consideram como "confeccionados":

- a) os artigos cortados em forma diferente da quadrada ou retangular;
- b) os artigos diretamente acabados na operação de tecelagem e prontos para serem usados ou que se possam utilizar depois de terem sido separados por simples corte, sem costura ou outra mão-de-obra complementar, tais como certos esfregões, toalhas de mão, toalhas de mesa, lenços e mantas;
- c) os artigos cujas orlas foram embainhadas ou debruadas por qualquer processo (exceto os tecidos em peça, cujas margens, provida de ourela tenham sido simplesmente fixadas) ou então, rematadas por meio de franjas de nós, obtidos por meio de fios do próprio tecido, ou com fios aplicados;
- d) os artigos cortados de qualquer forma, dos quais se tenham retirado fios;
- e) os artigos reunidos por costura, colagem ou outro processo (com exclusão das peças do mesmo tecido, reunidas nas extremidades, de maneira a formar uma peça de maior comprimento, bem como das peças constituídas por dois ou vários tecidos sobrepostos em toda a superfície e assim ligados entre si, inclusive com interposição de pasta).

(XIV-7) Salvo disposição em contrário, que resultar no próprio texto das posições, não se incluem nos Capítulos 50 a 57, ou nos Capítulos 58 a 60, os artigos confeccionados definidos na nota (XIV-6). Os artigos mencionados nos Capítulos 58 ou 59 não serão incluídos nos Capítulo 50 a 57.
Capítulo 50 — Seda, Bôrra de Seda ("Schappe") e Resíduos de Bôrra de Seda

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
50.04	—	Fios de seda, não acondicionados para a venda a varejo	4%
50.05	—	Fios de bôrra de seda ("schappe"), não acondicionados para a venda a varejo ..	4%
50.06	—	Fios de resíduos de bôrra de seda, não acondicionados para a venda a varejo ..	4%
50.07	—	Fios de seda, de bôrra de seda ("schappe") e de resíduos de bôrra de seda, acondicionados para a venda a varejo	10%
50.08	—	Crina de Florença; imitações de catégute preparadas à base de fios de seda	4%
50.09	—	Tecidos de seda de bôrra de seda ("schappe")	10%
50.10	—	Tecidos de resíduos de bôrra de seda	10%

Capítulo 51 — Têxteis Sintéticos e Artificiais, Contínuos

Notas

(51-1) Em todas as ALÍNEAS da TABELA os termos "fibras têxteis, sintéticas e artificiais" referem-se a fibras ou filamentos de polímeros orgânicos, obtidos industrialmente:

- a) por polimerização ou condensação de monômeros orgânicos, tais como poliamidas, poliésteres, poliuretanos e derivados polivinílicos;
- b) por transformação química de polímeros orgânicos naturais (celulose, caseína, proteínas, algas, etc.), tais como raion viscosa, raion acetato, raion cuproamoniaco (cupra) e fibras de alginatos. Consideram-se como "artificiais", as fibras ou filamentos definidos nesta letra e), como "sintéticas", os definidos na letra a), anterior.

(51-2) A posição 51.01 não compreende os cabos para fabrico de fibras têxteis sintéticas e artificiais, descontínuas, que estão classificados no Capítulo 56.

(51-3) Não se consideram fios contínuos os fios chamados "golpeados", constituídos por fibras cuja maior parte foi partida pela passagem através de dispositivo mecânico apropriado (Capítulo 56).

(51-4) Os monofios de matérias têxteis sintéticas e artificiais cuja maior dimensão do corte transversal não ultrapasse um milimetro, classificam-se na posição 51.01, se seu peso for inferior a 6,6 miligrama por metro (60 "deniers") e, em caso contrário, na posição 51.02.

Os monofios, cuja maior dimensão do corte transversal for superior a um milimetro, incluem-se no Capítulo 39.

As tiras e semelhantes (palha artificial) de matérias têxteis sintéticas e artificiais se incluem na posição 51.02, se sua largura não ultrapassar 5 milímetros, e, em caso contrário, no Capítulo 39.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
51.01	—	Fios de fibras têxteis sintéticas e artificiais, contínuas, não acondicionadas para a venda a varejo	4%
51.02	—	Monofios, tiras e semelhantes (palha artificial) e imitações de "cat-gut", de matérias têxteis sintéticas e artificiais	
51.03	—	Fios de fibras têxteis sintéticas e artificiais, contínuas, acondicionadas para a venda a varejo	4%
51.04	—	Tecidos de fibras têxteis sintéticas e artificiais, contínuas (inclusive tecidos de monofios ou tiras das posições 51.01 e 51.02)	10%
			10%

Capítulo 52 — Têxteis Metalizados

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
52.01	—	Fios de metal combinados com fios têxteis (fios metálicos), inclusive fios têxteis revestidos de metal e fios têxteis metalizados	8%
52.02	—	Tecidos de fios de metal, de fios metálicos ou de fios têxteis metalizados posição .. 52.01, para vestimenta, mobiliário e fins semelhantes	
			10%

Capítulo 53 — Lãs, Pêlos e Crinas

Notas

(53-1) A expressão "pêlos finos" se refere aos pêlos de alpaca, lhama, vicunha, iaque, camelo, cabra mohair, cabra Tibete, cabra de Cachemira e semelhantes (exceto as cabras comuns), de coelho (inclusive coelho angorá), de lebre, castor, mútria e rato almiscarado.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
53.05	—	Lãs e pêlos (finos ou grosseiros), cardados ou penteados	3%
53.06	—	Fios de lã cardada, não acondicionados para venda a varejo	4%
53.07	—	Fios de lã penteada, não acondicionados para venda a varejo	4%
53.08	—	Fios de pêlos finos, cardados ou penteados, não acondicionados para a venda a varejo	8%
53.09	—	Fios de pêlos grosseiros ou de crina, não acondicionados para a venda a varejo ..	3%
53.10	—	Fios de lã, de pêlos (finos ou grosseiros) ou de crina, acondicionados para a venda a varejo:	
	1	De pêlos fins	10%
	2	Outros	6%
53.11	—	Tecidos de lã ou de pêlos finos	10%
53.12	—	Tecidos de pêlos grosseiros	10%
53.13	—	Tecidos de crina	10%

Capítulo 54 — Linho e Rami

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
54.01	—	Linho penteado, mas não fiado	3%
54.02	—	Rami penteado, mas não fiado	3%
54.03	—	Fios de linho ou de rami, não acondicionados para a venda a varejo	4%
54.04	—	Fios de linho ou de rami, acondicionados para a venda a varejo	8%
54.05	—	Tecidos de linho ou de rami	10%

Capítulo 55 — Algodão

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
55.04	—	Algodão cardado ou penteado	3%
55.05	—	Fios de algodão, não acondicionados para a venda a varejo	4%
55.06	—	Fios de algodão, acondicionados para a venda a varejo	6%
55.07	—	Tecidos de algodão em ponto de gaz	10%
55.08	—	Tecidos de algodão "bouciés", tipo esponja	10%
55.09	—	Outros tecidos de algodão	10%

Capítulo 56 — Têxteis Sintéticos e Artificiais, Descontínuos.

Nota

(56-1) Consideram-se "cabos para fabrico de fibras têxteis sintéticas e artificiais, descontínuas segundo a posição 56.02", os constituídos por uma série de filamentos contínuos paralelizados, de comprimento uniforme ou igual ao dos cabos, quando satisfaçam as seguintes condições:

- a) comprimento do cabo superior a dois metros;
- b) torção inferior a cinco voltas por metro;
- c) peso unitário dos filamentos inferior a 6,6 miligramas por metro (60 "deniers") ;
- d) quando se trate de têxteis sintéticos os cabos devem ter sido estirados e, por isso, não devem esticar-se mais de 100% de seu comprimento;
- e) que o peso total do cabo seja:

1) superior a 0,5 gramas por metro (4.500 "deniers") para os têxteis artificiais;

11) superior a 1,66 gramas por metro (15.000 "deniers") para os têxteis sintéticos.

Os cabos cujo comprimento não ultrapasse dois metros estão classificados na posição 56.01.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
56.01	—	Fibra têxteis sintéticas e artificiais, descontínuas sem cardar nem pentear, ou sem ter sofrido outra operação preparatória de fição	3%
56.02	—	Cabos para fabrico de fibras têxteis sintéticas ou artificiais, descontínuas	3%
56.04	—	Fibras têxteis sintéticas e artificiais, descontínuas e resíduos de fibras têxteis sintéticas e artificiais (contínuas ou descontínuas) cardadas, penteadas ou preparadas de outra forma para a fição .	3%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
56.05	—	Fios de fibras têxteis sintéticas e artificiais, descontínuas (ou de resíduos de fibras têxteis sintéticas e artificiais) não acondicionados para a venda a varejo	4%
56.06	—	Fios de fibras têxteis sintéticas e artificiais, descontínuas (ou de resíduos têxteis sintéticos e artificiais) acondicionados para a venda a varejo	8%
56.07	—	Tecidos de fibras têxteis sintéticas artificiais, descontínuas	10%

Capítulo 57 — Outras Fibras Têxteis Vegetais; Fios de Papel e Tecidos de Fios de Papel

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
57.01	—	Cânhamo penteado, mas não fiado	3%
57.02	—	Abaca (cânhamo-de-Manilha ou "musa textilis") em filações ou trabalhado, mas não fiado	3%
57.03	—	Juta cardada, penteada ou com outro tratamento posterior, mas não fiada	3%
57.04	—	Outras fibras têxteis vegetais cardadas, penteadas ou com outro tratamento posterior, mas não fiadas	3%
57.05	—	Fios de cânhamo	4%
57.06	—	Fios de juta	4%
57.07	—	Fios de outras fibras têxteis vegetais	4%
57.08	—	Fios de papel	4%
57.09	—	Tecidos de cânhamo	10%
57.10	—	Tecidos de juta	10%
57.11	—	Tecidos de outras fibras têxteis vegetais	10%
57.12	—	Tecidos de fios de papel	10%

Capítulo 58 — Tapetes e Tapeçarias, Veludos, Pelúcias, Tecidos "Bouclés" e Tecidos de "Chenille"; Fitas e Obras de Passamanaria, Tules; Tecidos de Malhas de Nós (Filet); Rendas e Bordados

Notas

(58-1) Estão excluídos deste capítulo os tecidos revestidos ou impregnados, os tecidos elásticos a passamanaria elástica, as correias transportadoras ou de transmissão e os demais artigos compreendidos no capítulo 59. Os bordados em matérias têxteis, contudo, correspondem à posição 58.10.

(58-2) Consideram-se "tapetes" segundo as posições 58.01 e 58.02, os que habitualmente se colocam nos assoalhos, e "tapeçarias" os que, mesmo

apresentando iguais características que os tapêtes, se destinam a ser colocados em outro lugar. Excluem-se destas posições os tapêtes de feltro, que estão classificados no Capítulo 59.

(58-3) Consideram-se "fitas" no sentido da posição 58.05:

a) os tecidos com urdidura e trama (compreendendo os veludos) em tiras, cuja largura não ultrapasse 30 centímetros e com ouréas verdadeiras; tiras cuja largura não ultrapasse 30 centímetros, provenientes do corte de tecidos, que apresentem falsas ouréas, tecidas, coladas ou obtidas por outra qualquer forma;

b) os tecidos tubulares, com trama e urdidura, cuja largura, quando planos, não exceda 30 centímetros;

c) os tecidos cortados em vies, com as orlas dobradas, cuja largura, quando desdobrados, não exceda 30 centímetros.

As fitas com franjas obtidas na tecelagem se classificam na posição 58.07.

(58-4) Exceptuam-se da posição 58.08, por estarem classificados na posição 59.05, os tecidos de malha (rede), em pedaços ou em peças, fabricados com cordões, cordas e cabos.

(58-5) A expressão "bordados" da posição 58.10 abrange também os tecidos com aplicações por costura, de lantejoulas, pérolas ou motivos ornamentais de qualquer materia, bem como os trabalhos efetuados com fios para bordar de metal ou de fibras de vidro. Excluem-se da posição 58.10 as tapeçarias feitas à agulha (posição 58.03).

(58-6) Compreendem-se neste capítulo os artigos (fitas, rendas, etc.) feitos com fios de metal e empregados em vestuário, mobiliário e usos semelhantes.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
58.01	—	Tapêtes e tapeçarias de ponto de nó ou enroado, inclusive confeccionados	15%
58.02	—	Outros tapêtes e tapeçarias, inclusive confeccionados; tecidos denominados "kelim", "somak", "Karamanie" e semelhantes, inclusive confeccionados	15%
58.03	—	Tapeçarias feitas à mão (gênero "Gobelins", "Flandres", "Aubusson", "Beauvais" e semelhantes) e tapeçarias feitas à agulha (ponto pequeno, ponto de cruz, etc.), inclusive confeccionados	15%
58.04	—	Veludos perfurados, tecidos "bouclés" e tecidos de "chenille", com exclusão dos artigos das posições 55.08 e 58.05	10%
58.05	—	Fitas, inclusive formadas por fios ou fibras paralelas e coladas (fitas sem trama), com exclusão dos artigos da posição 58.06	10%
58.06	—	Etiquetas, escudos e artigos semelhantes, tecidos mas sem bordar, em peças, em fitas ou cortados	10%
58.07	—	Fios de "Chenille"; fios enrolados (diferentes dos da posição 52.01 e dos de crina revestidos); entrançados em peças; outros artigos de passamanaria e ornamentais semelhantes, em peças; borlas, pompons e semelhantes:	
	1	Fios de "chenille" e fios enrolados ...	8%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
58.08	2 —	Outros Tules e tecidos de malhas de nós (rede), lisos	10% 15%
58.09	—	Tules, tules-bobinots e tecidos de malhas de nós (rede), com desenhos; rendas (à mão ou à máquina) em peças, tiras ou em aplicações	10%
58.10	—	Bordados de todos os tipos, em peças, tiras ou em aplicações	15%

Capítulo 59 — Pastas e Feltros; Cordoalha e Artigos de Cordoalha; Tecidos Especiais, Tecidos Impregnados ou Revestidos; Artefatos de Matérias Têxteis para usos Técnicos

Notas

(59-1) A denominação "tecidos", no presente capítulo, se refere (salvo quanto à posição 59.03) aos tecidos dos capítulos 50 a 57 e aos das posições 58.04 e 58.05, aos entrancados, aos artigos de passamanaria e ornamentais semelhantes, em peças, da posição 58.07, aos tules e tecidos de malha de nós, das posições 58.08 e 58.09, as rendas da posição 58.09 e aos tecidos de malha elástica em peças, da posição 60.01.

(59-2) As posições 59.08 e 59.12 só compreendem os tecidos cuja impregnação ou revestimento seja patente; não se consideram, para aplicar esta disposição, as mudanças de cor provocadas pela impregnação ou revestimento.

A posição 59.12 também não compreende os tecidos pintados (diferentes dos cenários de teatro, fundos para fotografia ou usos semelhantes), nem os tecidos cobertos de poeira de tecidos, de pó de cortiça ou de produtos análogos que apresentem desenhos procedentes destes tratamentos, nem os tecidos que sofreram aprestos normais de acabamento à base de substâncias amiláceas ou matérias análogas.

(59-3) A expressão "tecidos com borracha", da posição 59.11, se refere:

a) aos tecidos impregnados, com revestimentos cobertos ou estratificados com borracha (que não seja borracha esponjosa ou celular ou espuma de borracha):

I) cujo peso seja de 1.500 gramas, ou menos, por m²;

II) cujo peso seja superior a 1.500 gramas por m² e que contenham mais de 50 por cento (50%) de seu peso em matérias têxteis;

b) às mantas de fios têxteis paralelizadas e aglomerados por meio de borracha.

(59-4) A posição 59.16 não compreende:

a) as correias de matérias têxteis com menos de três milímetros de espessura, em peças ou cortadas em comprimentos determinados;

b) as correias de tecidos impregnados, revestidos, cobertos ou estratificados com borracha bem como as fabricadas com fios ou cordéis têxteis impregnados ou revestidos de borracha (posição 40.10);

(59-5) A posição 59.17 compreende os seguintes produtos, que não possam ser classificados nas demais posições da Alínea XIV:

a) os produtos têxteis (exclusive os que tenham caráter de produtos das posições 59.14 e 59.16) que se enumeram, em forma limitativa, a seguir:

I) os tecidos, feltros ou tecidos forrados de feltro, combinados com uma ou várias camadas de borracha, de couro ou de outras matérias, dos tipos comumente empregados para fabricar guarnições de cardas, e produtos análogos para outros usos técnicos;

II) as gazes e tecidos para peneirar;

III) as seiras e tecidos espessos (incluídos os de cabelos) dos tipos comumente empregados para as prensas de óleo ou outros usos técnicos análogos;

IV) os tecidos feltrados ou não, mesmo impregnados ou revestidos, dos tipos utilizados comumente nas máquinas de fazer papel ou em outros usos técnicos, tubulares ou sem fim com urdidura, trama ou ambas, simples ou múltiplas, ou tecidos planos de urdidura, trama ou ambas, múltiplas;

V) os tecidos feitos com acetato, dos tipos vulgarmente utilizados em usos técnicos;

VI) os tecidos de fios mecânicos da posição 52.01, dos tipos vulgarmente utilizados no fabrico de papel ou em outros usos técnicos;

VII) os cordões lubrificantes e os entrançados, cordas e outros produtos têxteis semelhantes para enchimento industrial, impregnados ou não, revetidos ou armados;

b) Os artigos têxteis para usos técnicos (diferentes dos das posições 59.14 a 59.16) e, principalmente, discos para polir, juntas, rodela e outras partes ou peças de máquinas ou aparelhos.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
59.01	—	Pastas e artigos de pasta; flocos (borbo- tos) de matérias têxteis	3%
59.02	—	Feltros e artigos de feltro, inclusive im- pregnados ou revestidos	10%
59.03	—	Falsos tecidos e artigos de falsos tecidos, inclusive impregnados ou revestidos ...	10%
59.04	—	Cordéis, cordas e cabos, trançados ou não	8%
59.05	—	Rêdes fabricadas com as matérias citadas na posição 59.04, em peça ou em obra; rêdes para pesca, de fios, cordéis e cordas	10%
59.06	—	Outros artefatos fabricados com fios, cor- déis, cordas, cabos, exceto os tecidos e artigos de tecidos	10%
59.07	—	Tecidos revestidos, de goma ou de maté- rias amiláceas dos tipos utilizados na encadernação, cartonagem, indústrias de artigos destinados a acondicionamento ou usos semelhantes (percalinas reves- tidas, etc.); telas para decalque ou transparentes, para desenho; telas pre- paradas para pintura; talagarcha, merlim e semelhantes para chapelaria	10%
59.08	—	Tecidos impregnados ou revestidos de de- rivados da celulose ou de outras maté- rias plásticas artificiais	10%
59.09	—	Tela encerada e outros tecidos impreg- nados ou revestidos de uma camada a base de óleo	10%

(40-2) Este capítulo não abrange os produtos a seguir mencionados, constituídos por borracha e matérias têxteis, incluídos geralmente na Alínea XIV;

- a) tecidos e artigos de malharia, elásticos, bem como os demais tecidos elásticos e os artigos destes tecidos;
- b) tubos para bombas e tubos semelhantes, de matérias têxteis, impermeabilizados por um revestimento interior de borracha;
- c) demais tecidos impregnados, revestidos, cobertos ou estratificados com borracha (exceto os produtos das posições 40.06 e 40.10):

- 1) de um peso por m² igual ou inferior a 1.500 gramas;
- 2) de um peso por m² superior a 1.500 gramas e que contenham, em peso, mais de 50 por cento (50%) de matérias têxteis, assim como os artigos fabricados com os tecidos referidos;
- d) feltros impregnados ou cobertos de borracha que contenham em peso mais de 50 por cento (50%) de matérias têxteis, assim como os artigos fabricados com os referidos feltros;

e) "falsos tecidos" impregnados ou cobertos de borracha ou que contenham borracha como aglomerante, e nos quais as matérias têxteis representam mais de 50 por cento (50%) do peso total, assim como os artigos destes tecidos;

f) as mantas de fios têxteis paralelizados e aglomerados entre si por meio de borracha, qualquer que seja seu peso por m², assim como os artigos fabricados com estas mantas.

As folhas, chapas ou tiras formadas por uma ou várias camadas de tecidos, e uma ou várias camadas de espuma de borracha esponjosa ou celular, classificando-se, contudo, em todos os casos, neste capítulo; igualmente, os artigos fabricados com estas folhas, chapas ou tiras devem considerar-se como artigos de borracha e não como artigos têxteis.

(40-3) Estão excluídos, igualmente do presente capítulo:

- a) calçado e suas partes, do capítulo 64;
- b) artigos de chapelaria e suas partes, incluídas as toucas de banho, do capítulo 65;
- c) partes e peças avulsas de borracha endurecida para máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos, assim como todos os objetos ou partes de objeto de borracha endurecida para usos eletrotécnicos, que são classificados na Alínea XIX;
- d) artigos compreendidos nos capítulos 90, 92, 94 e 96;
- e) jogos, brinquedos e artigos para esporte (exceto as luvas para esporte e os artigos mencionados na posição 40.11) do capítulo 97;
- f) botões, canetas, piteiras e semelhantes, pentes, assim como os demais artigos abrangidos pelo capítulo 98.

(40-4) Na nota (40-1) deste capítulo e no texto das posições 40.02, 40.05 e 40.06, a denominação "borracha sintética" deve considerar-se como de aplicação às matérias sintéticas não saturadas, que possam transformar-se, irreversivelmente, em substâncias não termoplásticas, por vulcanização, com ajuda de enxofre, selênio ou telúrio, e que deem origem, uma vez submetidas à devida vulcanização (sem adição de outras substâncias, tais como plastificantes, matérias de carga, inertes ou ativas, cuja presença não é necessária para a retificação), a substâncias que, a uma temperatura compreendida entre 15° e 20° centígrados, possam, sem se romper, sofrer uma distensão de duas vezes seu comprimento primitivo, e voltar, em menos de duas horas, a um comprimento igual a uma vez e meia seu comprimento primitivo.

Estas matérias compreendem o polibutadieno (BUNA), o policlorobutadieno (GRM), o polibutadieno-estireno (GRS), o policlorobutadieno-acrilonitrilo (GRN), o polibutadieno-acrilonitrilo (GRA) e a borracha de butilo

(GRI). Os tioplastos (GRP) devem considerar-se, também, como borrachas sintéticas.

(40-5) As posições 40.01 e 40.02 devem considerar-se como não abrangendo a borracha com adição de matérias de carga inertes ou ativas, de plastificantes, de agentes ou de aceleradores de vulcanização ou de matérias corantes, nem as misturas de borracha natural e de borrachas sintéticas, nem também as misturas de diferentes espécies de borracha.

Ficam abrangidas, porém, as borrachas sintéticas adicionadas de óleos minerais antes da coagulação, bem como as borrachas sintéticas que sirvam só como agentes de conservação ou adicionados de matérias corantes para facilitar sua identificação.

(40-6) Os fios nus de borracha vulcanizadas de qualquer perfil, cuja maior dimensão, de sua seção transversal, exceda a cinco milímetros, estão incluídos na posição 40.08.

(40-7) A posição 40.10 abrange as correias transportadoras ou de transmissão de tecido impregnado, revestido, coberto ou estratificado com borracha, bem como as fabricadas com fios ou cordéis têxteis impregnados ou revestidos de borracha.

(40-8) Para os fins das posições 40.07 a 40.14, inclusive, a balata, a guta-percha, as gomas naturais semelhantes, a borracha artificial e os mesmos produtos regenerados, assimilam-se à borracha vulcanizada, embora não tenham sofrido operação de vulcanização.

(40-9) Para os fins das posições 40.05, 40.08 e 40.15, entendem-se por "chapas, folhas e tiras", somente as placas, folhas e tiras sem recortar ou recortadas simplesmente em forma quadrada ou retangular (embora esta operação lhes confira o caráter de artigos prontos para o uso nesse estado), mas sem ter sofrido outro trabalho, exceto um simples trabalho de superfície (impressão ou outro).

Os perfis, varetas e tubos das posições 40.08 e 40.15 são aqueles que, mesmo cortados em comprimentos determinados, não tenham sofrido outro trabalho além de um simples trabalho de superfície.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
		<i>I — Borracha em bruto</i>	
40.01	—	(VETADO)	
40.02	—	Borrachassintéticas, inclusive o latex sintético, estabilizado ou não; borracha artificial derivada dos óleos	3%
40.03	—	Borracha regenerada	3%
		<i>II — Borracha não vulcanizada</i>	
40.05	—	Chapas, folhas e tiras de borracha natural ou sintética, não vulcanizada	4%
40.06	—	Borracha natural ou sintética, não vulcanizada, apresentada em outras formas ou estados (soluções e dispersões, tubos, varetas, perfis, etc.); artigos de borracha natural ou sintética, não vulcanizados (fios têxteis impregnados; adesivos substituídos por borracha sobre qualquer suporte, mesmo sobre borracha natural ou sintética vulcanizada; discos, rodela, etc.)	4%

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
		<i>III — Obras de borracha vulcanizada, mas não endurecida</i>	
40.07	—	Fios e cordas de borracha vulcanizada, inclusive revestidos de matérias têxteis; fios de fibras têxteis impregnados ou revestidos de borracha vulcanizada	8%
40.08	—	Chapas, folhas, tiras e perfis (inclusive os perfis de seção circular) de borracha vulcanizada, não endurecida	6%
40.09	—	Tubos de borracha vulcanizada, não endurecida	6%
40.10	—	Correias transportadoras ou de transmissão, de borracha vulcanizada	8%
40.11	—	Protetores, pneumáticos, câmaras-de-ar e "riaps" de borracha vulcanizada, não endurecida, para rodas de qualquer tipo	8%
40.12	—	Artigos para usos higiênicos e farmacêuticos (inclusive chupetas), de borracha vulcanizada, não endurecida, mesmo com partes de borracha endurecida	8%
40.13	—	Vestúrios e seus acessórios (inclusive luvas) de borracha vulcanizada, não endurecida, para qualquer uso	8%
40.14	—	Outras manufaturas de borracha vulcanizada, não endurecida	10%
		<i>IV — Borracha endurecida (Ebonite) e respectivas obras</i>	
40.15	—	Borracha endurecida (ebonite) em massas, chapas, folhas ou tiras, barras, perfis ou tubos	4%
40.16	—	Manufaturas de borracha endurecida (ebonite)	10%

ALINEA XI

PELES, COUROS, PELETERIA E MANUFATURAS DESTAS MATERIAS;
ARTIGOS DE CORREIRO, DE SELEIRO E DE VIAGEM; BOLSAS,
CARTEIRAS, PORTA-MOEDAS E ESTOJOS; TRIPAS

MANUFATURADAS

Capítulo 41 — Peles e Couros

Notas

(41-1) Este capítulo não compreende:

- a) aparas e outros resíduos semelhantes de peles;
- b) peles e partes de peles de aves providas de suas penas ou de sua penugem (posição 67.01);
- c) peles curtidas ou preparadas, sem depilar, de animais com pelo (capítulo 43).

(41-2) A expressão "couro artificial ou regenerado", em tôdas as Alíneas da Tabela, em que se emprega, refere-se às matérias mencionadas na posição 41.10.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
41.02	—	Couro e peles de bovinos (inclusive de búfalo) e peles de equinos, preparados ou curtidos diferentes dos especificados nas posições 41.06 a 41.08, inclusive	4%
41.03	—	Peles de ovinos, preparadas ou curtidas, diferentes das compreendidas nas posições 41.06 a 41.08, inclusive	4%
41.04	—	Peles de caprinos, preparadas ou curtidas, diferentes das compreendidas nas posições 41.06 a 41.08, inclusive	4%
41.05	—	Peles preparadas ou curtidas, de outros animais, diferentes das compreendidas nas posições 41.06 a 41.08, inclusive	4%
41.06	—	Couros e peles acamurçados	6%
41.07	—	Couros e peles apergaminhados	6%
41.08	—	Couros e peles envernizados ou metalizados	6%
41.10	—	Couros artificiais ou reconstituídos que conttenham couro não desfibrado ou fibras de couro, em placas ou em folhas, mesmo enroladas	6%

Capítulo 42 — Manufaturas de couro, artigos de seleiro, de correio e de viagem; bolsas, carteiras, porta-moedas e estofo; tripas manufaturadas

Notas

(42-1) Este capítulo não compreende:

a) catgut e demais ligaduras esterilizadas para sutura cirúrgica (posição 30.05);

b) vestuário e seus acessórios (exceto luvas) de couro, forrados interiormente de peleteria natural ou artificial, bem como vestuários e acessórios de couro que tenham partes exteriores de peleteria natural ou artificial, quando estas partes não sejam apenas simples guarnições (posição 43.03 ou 43.04, segundo os casos);

c) sacos de embalagens e semelhantes de tecidos de malha da Alinea XIV;

d) artigos do capítulo 64;

e) chapéus e demais toucados, e suas partes, do capítulo 65;

f) chicotes, rebenques e demais artigos da posição 66.02;

g) cordas para instrumentos musicais, peles para tambores e instrumentos semelhantes, bem como as demais partes de instrumentos de música (posição 92.09 ou 92.10);

h) móveis e suas partes (capítulo 94);

i) jogos, brinquedos e artigos de esporte do capítulo 97;

j) botões, abotoaduras, etc. da posição 98.01 ou do capítulo 71.

(42-2) Os artigos não acabados das manufaturas mencionadas neste capítulo classificam-se com os artigos acabados correspondentes, desde que tenham as características destes últimos.

(42-3) As luvas (inclusive luvas para esporte e de proteção), os aventais e outros artigos especiais de proteção individual para qualquer profissão, os suspensórios, cintos, cintureões, talabartes pulseiras para relógio de couro natural, artificial ou reconstituído, classificam-se na posição 42.03.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
42.01	—	Artigos de seleiro e correeiro para todo tipo de animais (selas arreios, coleiras, tirantes, joelheiras, etc.) de qualquer matéria	10%
42.02	—	Artigos de viagem, malas, sacos-malas, bolsas para compras, sacos militares, mochilas, maletas, porta-documentos, carteiras, estojos de toucador, caixas de ferramentas, tabaqueiras e artefatos semelhantes para conter objetos, de couro natural, artificial ou reconstituído, fibra vulcanizada cartão, matérias plásticas artificiais em lâminas ou em tecidos ..	10%
42.03	—	Vestuário e seus acessórios, de couro natural, reconstituído ou artificial	10%
42.04	—	Artigos de couro natural, artificial ou reconstituído, para usos técnicos	10%
42.05	—	Outras manufaturas de couro natural, reconstituído ou artificial	10%
42.06	—	Manufaturas de tripas, bexiga e tendões ..	10%

Capítulo 43 — Peleteria e suas manufaturas, peleteria artificial

Notas

(43-1) A designação "peleteria", em todas as Alineas da Tabela em que for empregada, refere-se às peles curtidas ou preparadas, sem depilar, de todos os animais.

(43-2) Este capítulo não compreende:

- a) peles e partes de peles de aves providas de suas penas ou penugem (posição 67.01);
- b) luvas confeccionadas com peleteria natural ou artificial e com couro (posição 42.03);
- c) artigos do capítulo 64;
- d) chapéus e demais toucados, e suas partes, do capítulo 65;
- e) jogos, brinquedos e artigos de esporte, do Capítulo 97.

(43-3) Consideram-se "mantas, sacos, cruzes, trapézios e conjuntos semelhantes", no sentido da posição 43.02, as peles e suas partes (exceto as peles chamadas "acrescentadas"), costuradas umas às outras em forma de quadrados, retângulos cruzes ou trapézios sem adição de outras matérias. Ao contrário as demais, costuradas e prontas para serem utilizadas tal como se apresentam, diretamente ou depois de um simples corte, e as pelas ou partes de peles costuradas em forma de vestuário,

partes ou acessórios dos mesmos, ou de outros artigos, estão classificadas na posição 43.03;

(43-4) Estão compreendidas nas posições 43.03 e 43.04, segundo os casos, o vestuário e seus acessórios de qualquer espécie (diferentes dos excluídos deste capítulo pela nota 2), forrados interiormente de peleteria natural ou artificial, bem como o vestuário e seus acessórios que tenham partes exteriores de peleteria natural ou artificial, quando estas partes não sejam simples guarnições.

43-5) Considera-se como "peleteria artificial" na aceção da posição 43.04, as imitações de peleteria obtidas com lã, pêlo ou outras fibras, aplicados por colagem ou costuras sobre couro, tecido, etc., exceto as imitações obtidas por tecelagem, que serão classificadas com as manufaturas correspondentes de matérias têxteis (veludos, pelúcias, tecidos "bouclés", etc.).

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
43.02		Peles de peleteria curtida ou preparada, inclusive reunidas em forma de mantas, trapézios, quadrados, cruzes ou conjuntas semelhantes, seus resíduos e apaias não costurados:	
	1	De bovino, ovino, caprino e coelho	15%
	2	Outros	40%
43.03		Peleteria manufaturada ou confeccionada:	
	1	De peles de bovino, ovino, caprino e coelho	15%
	2	Outros	40%
43.04		Peleteria artificial, confeccionada ou não	40%

ALÍNEA XII

MADEIRA, CARVÃO VEGETAL E MANUFATURAS DE MADEIRA; CORTIÇA E SUAS MANUFATURAS; MANUFATURAS DE ESPARTARIA E DE TRANÇARIA.

Capítulo 44 — Madeira, Carvão Vegetal e Manufaturas de Madeira.

Notas

(44-1) Este capítulo não compreende:

- a) madeiras das espécies empregadas principalmente em perfumaria, medicina ou como inseticidas, parasitícidas e semelhantes (posição 12.07);
- b) madeiras das espécies utilizadas principalmente como tintórias ou tanantes;
- c) carvões ativados (posição 38.03);
- d) artigos incluídos no capítulo 46;
- e) calçado e suas partes, do capítulo 64;
- f) bengalas, guarda-chuvas, guarda-sóis e chicotes e suas partes (capítulo 66);

- g) manufaturas abrangidas pela posição 68.09;
- h) bijuteria de fantasia da posição 71.16;
- i) artigos da Alinea XX e, particularmente, as peças para carros;
- j) artigos do capítulo 91 (relojoaria) e, particularmente, as caixas de relógios e de aparelhos de relojoaria;
- l) instrumentos de música e suas partes (capítulo 92);
- m) partes de armas e peças avulsas (posição 93.06);
- n) móveis e suas partes componentes (capítulo 94);
- o) jogos, brinquedos e artigos para esporte (capítulo 97);
- p) cachimbos, partes de cachimbos e artigos semelhantes; botões, lápis e demais artigos do capítulo 98.

(44-2) As manufaturas de madeira, embora com partes ou acessórios de vidro, mármore ou outras matérias, montadas ou não, classificam-se igualmente como as manufaturas montadas quando se apresentem em conjunto.

44-3) Entende-se por madeiras "beneficiadas" as peças de madeira maciça ou constituídas por chapas e que tenham recebido tratamento químico ou físico mais intenso que o necessário para lhes assegurar coesão e que provoque aumento sensível da densidade da dureza, assim como maior resistência à ação mecânica, química ou elétrica.

(44-4) Para a aplicação das posições 44.19 a 44.28, os artigos de madeira compensada ou contraplacada e de madeiras celulares, "beneficiadas", artificiais ou regeneradas são assemelhadas aos artigos correspondentes de madeira.

(44-5) As ferramentas de madeira, que tenham acessórios metálicos, incluem-se na posição 44.25, desde que tais acessórios não constituam a folha ou a parte operante das referidas ferramentas.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
44.11	—	Madeira em fio; madeira preparada para fósforos; cavilhas de madeira para calçado	6%
44.13	—	Madeira (inclusive os tacos e frisos para assoalhos, isolados) aplainada, entalhada, embutida com encaixes, rebaixos, chanfros ou semelhantes	8%
44.14	—	Folhas de madeira, serradas, cortadas ou desenroladas, de espessura igual ou inferior a cinco milímetros, inclusive reforçadas em uma de suas faces com papel ou tecido	6%
44.15	—	Madeira compensada ou contraplacada, inclusive com adição de outras matérias; madeira com trabalho de marchetaria ou incrustação	8%
		1. Madeira com trabalho de marchetaria ou incrustação	6%
		2. Outros	8%
44.16	—	Painéis celulares de madeira, inclusive cobertos com chapas de metais comuns	8%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
44.17	—	Madeiras chamadas "melhoradas", em painéis, blocos e semelhantes	8%
44.18	—	Madeiras chamadas artificiais ou reconstituídas, obtidas de lascas, serragens, farinha de madeira ou outros resíduos lenhosos aglomerados com resinas naturais ou artificiais ou com outros produtos orgânicos; em painéis, pranchas, blocos e semelhantes	8%
44.19	—	Filetes e molduras de madeira, para móveis, quadros, decorações interiores, condutores elétricos e semelhantes	8%
44.20	—	Molduras de madeira para quadros, espelhos e semelhantes	8%
44.22	—	Pipas, barris, dornas, tinas, baldes e outras obras de tanoaria de madeira, e suas partes componentes, com exclusão das aduelas, serradas ou não nas duas faces principais, mas sem qualquer outro trabalho	8%
44.23	—	Obras de carpintaria e peças de armações para edifícios e construções, inclusive os painéis para assoalhos e as construções desmontáveis, de madeira	8%
44.24	—	Utensílios de madeira para uso doméstico (utensílios de mesa e cozinha) ...	6%
44.25	—	Ferramentas, armações e cabos de ferramentas armações de escôvas, cabos de vassouras e de pincéis, de madeira; formas, alargadeiras e esticadores para calçado, de madeira	6%
44.26	—	Espulas, carretéis, bobinas para fiação e tecelagem e para linhas e artigos semelhantes, de madeira torneada	8%
44.27	—	Obras de marchetaria e de pequena marcenaria (caixas, cofres, estojos, guardajóias, caixas para canetas, cabides, candeeiros e outros artefatos para iluminação, etc.), objetos de ornamentação, de estantes e artigos de adornos para pessoas, de madeira; partes de madeira destas manufaturas ou objetos	10%
44.28	—	Outras manufaturas de madeira	6%

Capítulo 45 — Cortiça e Manufaturas de Cortiça

Notas

(45-1) Este capítulo não compreende:

- a) calçado e suas partes componentes (capítulo 64);
- b) chapéus e artigos semelhantes e suas partes componentes (capítulo 65)
- c) jogos, brinquedos e artigos para esporte (capítulo 97).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
59.10	—	Linóleos para qualquer uso, cortados ou não; tapetes para assoalhos com revestimento sobre suporte de matéria têxteis, cortados ou não	10%
59.11	—	Tecidos com borracha, exclusiva de malha elástica	10%
59.12	—	Outros tecidos impregnados ou revestidos; telas pintadas para cenários, fundos de fotografia ou usos semelhantes	10%
59.13	—	Tecidos elásticos (exclusiva os de malha elástica) formados por matérias têxteis associadas a fios de borracha	10%
59.14	—	Mechas tecidas trançadas ou em ponto de meia, de matérias têxteis, para candeleros, fogões de aquecimento, velas e semelhantes; mangas de incandescência, mesmo impregnadas, e tecidos tubulares de malha elástica próprios para sua fabricação	6%
59.15	—	Mangueiras e tubos semelhantes, de matérias têxteis, inclusive com armadura e acessórios de outras matérias	10%
59.16	—	Correias transportadoras ou de transmissão, mesmo reforçadas, de matérias têxteis	10%
59.17	—	Tecidos e artigos para usos técnicos, de matérias têxteis	10%

Capítulo 60 — Tecidos e Artefatos de Malharia e Ponto de Meia

Notas

(60-1) Este capítulo não compreende:

- a) as rendas de "crochet" da posição 58.09;
- b) os artefatos de malha elástica do Capítulo 59;
- c) os espartilhos, cinta-espartilhos, cintas, soutiens, suspensórios para vestuário, ligas, porta-ligas e semelhantes (posição 61.09);
- d) as roupas usadas;
- e) os aparelhos ortopédicos, tais como fundas para hérnias, cintas médico-cirúrgicas, etc. (posição 90.19).

(60-2) Nas posições 60.02 a 60.05, inclusive (e não nos Capítulos 61 e 62), classificam-se não só os artefatos de malha (acabados ou não, completos ou não) tecidos em forma determinada, mas também os artigos fabricados com tecidos de malha, cosidos ou confeccionados (incluindo suas partes componentes).

A mesma regra se aplica aos artigos classificados na posição 60.06.

(60-3) Não se consideram artigos de malha elástica, no sentido da posição 60.06, os munidos de tira com banda ou fios de borracha para sua fixação.

(60-4) Este capítulo compreende os artigos de ponto feitos com fios metálicos utilizados em vestuário, mobiliário e usos semelhantes.

(60-5) Para a applicação d'este capitulo se entende:

a) por tecidos e artigos de malha "elástica", os obtidos por matérias têxteis combinados com fios de borracha;

b) por tecidos e artigos de malha elástica com borracha, os obtidos com malha elástica, impregnados, revestidos ou cobertos de borracha ou fabricados com fios têxteis impregnados ou revestidos de borracha.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
60.01	—	Tecidos de malha não elástica, sem borracha, em peças	10%
60.02	—	Luvas e semelhantes de malha não elás- tica, sem borracha	10%
60.03	—	Meias e artigos semelhantes de malha não elastica, sem borracha	10%
60.04	—	Roupa interior de malha não elástica, sem borracha	10%
60.05	—	Roupa exterior, seus acessórios e outros artigos de malha não elásticas, sem borracha	10%
60.06	—	Tecidos em peças e outras artigos (inclu- sive as joelheiras e as meias para varises), de malha elástica e de malha com borracha	10%

Capitulo 61 — Vestimentas e seus Acessórios, de Tecidos

Notas

(61-1) Este capitulo compreende somente os artigos confeccionados de tecidos, de feltros ou de "falsos tecidos", com exclusão dos de malha que não estejam compreendidos na posição 61.09.

(61-2) Este capitulo não compreende:

- a) roupas usadas;
- b) aparelhos ortopédicos, tais como fundas para hérnias, cintas medico-cirúrgicas, etc. (posição 90-19).

(61-3) Na interpretação das posições 61.01 a 61.04 deve ter-se em conta as seguintes regras:

a) quando houver dificuldade em saber se um artigo corresponde a peças de vestir masculinas ou femininas, elle será classificado nestas últimas (posições 61.02 ou 61.04, segundo os casos);

b) a expressão "roupa exterior ou interior de crianças" compreende as destinadas, sem distincção de sexo, a crianças de colo, não se applicando ao vestuário que possa reconhecer-se como exclusivamente destinado a meninas ou meninos, a referida expressão abrange também os cueiros e fraldas.

(61-4) Na posição 61.05 (lenços) se incluem os lenços de pescoço da posição 61.06, de forma quadrada ou sensivelmente quadrada, cujos lados não excedam de 60 centímetros. Pelo contrario, na posição 61.06 se classificam os lenços em que um de seus lados, pelo menos, ultrapasse 60 centímetros.

(61-5) As posições do presente capitulo compreendem também os artigos incompletos ou por acabar, bem como os tecidos de malha, cortados

em forma determinada, para a confecção de artigos da posição 61.09, e as peças de qualquer outro tecido cortadas por molde para a confecção de artigos d'este capítulo.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
61.01	—	Roupa exterior para homens e meninos .	10%
61.02	—	Roupa exterior para mulheres, meninas e crianças de colo	10%
61.03	—	Roupa interior, inclusive colarinhos, pei- tilhos e punhos, para homens e meninos	10%
61.04	—	Roupa de interior para mulheres, meninas e crianças de colo	10%
61.05	—	Lenços de bolso	10%
61.06	—	Xales, cachecol, lenços, mantilhas, véus e semelhantes	10%
61.07	—	Gravatas	10%
61.08	—	Colarinhos, golas, enfeites, peitilhos, fo- lhos, punhos e demais guarnições para vestuário feminino, exterior e interior .	10%
61.09	—	Espartilhos, cintas, soutiens, suspensórios, ligas e artigos semelhantes de tecidos ou de malha, inclusive elástica	10%
61.10	—	Luvras, meias e artefatos semelhantes, exceto de malha	10%
61.11	—	Outros acessórios de vestuários (axilas, ombreiras, cinturões, abrigos, mangas protetoras etc.)	10%

Observação

No caso das roupas previstas nas posições 61.01 a 61.04, d'este Capítulo, a percentagem a que se refere o art. 15, inciso II, desta Lei, fica reduzida para 60% (sessenta por cento).

Capítulo 62 — Outras Confeccções de Tecidos

Notas

(62-1) O presente capítulo compreende só os artigos confeccionados com tecidos que não sejam de malha.

(62-2) Excetuam-se d'este capítulo:

- a) os artigos compreendidos nos capítulos 58, 59 e 61;
- b) as roupas usadas.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
62.01	—	Cobertores	10%
62.02	—	Roupa de cama, de mesa, de toucador ou de cozinha; cortinas e outros artigos para guarnições de interiores	10%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
62.03	—	Sacos e sacolas para embalagem	4%
62.04	—	Velas para embarcações, toldos de todos os tipos, barracas e demais artigos de acampamento	10%
62.05	—	Outros artigos confeccionados com tecidos, inclusive moldes para vestidos	10%

ALÍNEA XV

CALÇADOS; CHAPEUS; GUARDA-CHUVAS E SOMBRINHAS; FLORES ARTIFICIAIS E ARTEFATOS DE CABELOS; LEQUES

Capítulo 64 — Calçados, PERNIEIRAS, POLAINAS E ARTIGOS SEMELHANTES; Partes Componentes dos Mesmos

Notas

(64-1) Este capítulo não compreende:

- a) sapatos de malha (posição 60.03) ou de outros tecidos (posição 62.05), sem aplicação de solas;
- b) calçado usado;
- c) artigos de amianto (posição 68.13);
- d) calçados e os aparelhos ortopédicos e suas partes componentes (posição 90.19);
- e) calçados que tenham características de brinquedo e artigos formados por calçado e patins (para gelo ou de rodas) inseparáveis (Capítulo 97)

(64-2) Não se consideram "partes componentes", segundo as posições 64.05 e 64.06, as cavilhas, protetoras, ilhós, colchêtes, fivelas, galões, pompons, cordões e outros artigos de ornamentação e passamanaria, os quais seguem seu regime próprio, nem os botões para calçados da posição 98.01.

(64-3) Para a aplicação da posição 64.01 se consideram como borracha ou como matéria plástica artificial, os tecidos ou outros suportes têxteis que apresentem uma camada visível de borracha ou de matéria plástica artificial.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
64.01	—	Calçados com sola e parte superior de borracha ou de matéria plástica artificial	10%
64.02	—	Calçados com sol. de couro natural, artificial ou reconstituído; calçados com sola de borracha ou de matéria plástica artificial (diferentes do compreendido na posição 64.01)	10%
64.03	—	Calçados de madeira ou com sola de madeira ou de cortiça	10%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
64.04	—	Calçados com sola de outras matérias (cordas, cartão, tecido, feltro, etc.) ...	10%
64.05	—	Partes componentes de calçados (incluindo as palmilhas e os reforços de talões ou taloneiras) de qualquer matéria, exceto metal	6%
64.06	—	Perneiras, polainas, caneleiras e artigos semelhantes e suas partes	10%

Capítulo 65 — Chapéus e demais Toucados e suas Partes Componentes

Notas

(65-1) Este capítulo não compreende:

- a) chapéus, barretes e demais toucados, usados;
- b) rêdes para cabelos (posição 67.04);
- c) chapéus, barretes e demais toucados, de amianto (posição 68.13);
- d) artigos de chapelaria que tenham características de brinquedos, tais como chapéus para bonecas e artigos de jogos de salão (Capítulo 97).

(65-2) A posição 65.02 não se aplica às carcassas ou fôrmas confeccionadas por costura, com exceção das fabricadas pela reunião de tiras (trançadas, tecidas ou obtidas por qualquer outro modo) simplesmente cozidas em espiral.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
65.01	—	Carcassas de feltro para chapéus ("cloches") sem forma nem acabamento; discos e cilindros de feltro para chapéus, embora este últimos estejam cortados no sentido da altura	10%
65.02	—	Carcassas para chapéus ("cloches"), entrançados ou feitos pela união de tiras de qualquer matéria (trançadas, tecidas ou obtidas de outro modo), sem forma nem acabamento	10%
65.03	—	Chapéus e demais toucados de feltro, fabricados com carcassas ou discos da posição 65.01, guarnecidos ou não	10%
65.04	—	Chapéus e demais toucados entrançados ou fabricados pela união de tiras de qualquer matéria (trançados, tecidos, ou obtidos por qualquer outro modo), guarnecidos ou não	10%

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
65.05	—	Chapéus e demais toucados (inclusive rê-des para cabelo) de malha ou confeccionados com tecidos, rendas ou fêltros (em peças, mas não em tiras), guarnecidas ou não	10%
65.06	—	Outros chapéus e toucados, guarnecidos ou não	10%
65.07	—	Tiras para guarnição interior, forros, capas para bonês, carcassas (inclusive armações de molas para chapéus), palas e francaletes para chapelaria	10%

Capítulo 66 — Guarda-chuvas, sombrinhas, bengalas, chicotes, rebenques e suas partes componentes

Notas

(66-1) Este capítulo não compreende:

- a) bengalas para medir e semelhantes (posição 90.16);
- b) bengalas-espingardas, bengalas-estoques, bengalas-matracas e semelhantes (Capítulo 93);
- c) artigos do capítulo 97, especialmente os guarda-chuvas e as sombrinhas, claramente destinados a brinquedos de crianças, os tacos de golfe, de noquei e os bastões de esquiiação.

(66-2) A posição 66.03 não compreende os acessórios de matérias têxteis, as bainhas, coberturas, borias, fiadoras e semelhantes, de qualquer matéria, para os artigos compreendidos nas posições 66.01 e 66.02. Estes acessórios se classificam separadamente, inclusive quando se apresentem com os artigos a que são destinados, desde que não estejam nêles aplicados.

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
66.01	—	Guarda-chuvas, guarda-sóis e sombrinhas, inclusive bengalas-guarda-chuvas, os guarda-sóis-toldos e semelhantes	10%
66.02	—	Bengalas inclusive bastões para alpinistas e bengalas-assentos), chicotes, rebenques e semelhantes	10%
66.03	—	Partes, guarnições e acessórios para os artigos compreendidos nas posições 66.01 e 66.02	10%

Capítulo 67 — Penas e penugem preparadas e artigos de penas e penugem; flores artificiais; manufaturas e cabelos; leques

Notas

(67-1) Este capítulo não compreende:

- a) seiras de cabelos, para prensas de óleo (posição 59.17);

- b) ornamentos florais, de renda, de bordados ou de outros tecidos (Alínea XIV);
- c) calçados (Capítulo 64);
- d) chapéus, bonés e demais toucados (Capítulo 65);
- e) espanadores (posição 96.04), borlas de penugem (posição 96.05) e peneiras de cabelo (posição 96.06);
- f) artigos que tenham características de brinquedos ou de artefatos esportivos, artigos de jogos de salão e artigos para festas de Natal (especialmente as árvores artificiais de Natal), do Capítulo 97.

(67-2) A posição 67.01 não compreende:

- a) artigos em que as penas ou a penugem constituem unicamente material de enchimento e, especialmente, os artigos de colchoaria da posição 94.04;
- b) vestuário e seus acessórios em que as penas ou a penugem constituam simples guarnições ou material de enchimento;
- c) flôres, folhas e suas partes e os artigos confeccionados, da posição 67.02;
- d) leques da posição 67.05.

(67-3) A posição 67.02 não compreende:

- a) artigos mencionados na mesma posição quando forem de vidro (Capítulo 70);
- b) imitações de flôres, folhagem ou frutos, de matérias cerâmicas, pedra, metal madeira etc., obtidas numa só peça por moldação, forja, cinzelagem, estampagem ou qualquer outro processo, ou ainda, formadas por varias partes reunidas por processos diferentes da colagem, ligação ou análogos.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
67.01	—	Artefatos de peles, de penas, de partes de penas e de penugem	10%
67.02	—	Flôres, folhagem e frutos artificiais e suas partes; artigos confeccionados com flôres, folhagem e frutos artificiais	10%
67.04	—	Perucas, postigos, tranças e artigos semelhantes, de cabelos, pêlos ou matérias têxteis; outras manufaturas de cabelos (incluídas as rédes para cabelo)	20%
67.05	—	Leques dobráveis ou rígidos, cabos, armações e suas partes, de qualquer matéria	15%

ALÍNEA XVI

MANUFATURAS DE PEDRAS, GESSO, CIMENTO, AMIANTO, MICA E
MATERIAS ANALOGAS; PRODUTOS CERAMICOS; VIDRO E
MANUFATURAS DE VIDRO

Capítulo — 68 — *Manufatura de pedra, gesso, cimento, amianto, mica e
materias analogas*

Notas

(68-1) Este capítulo não compreende:

- a) os artigos do Capítulo 25;

b) os papéis, cartolinas e cartões revestidos, impregnados ou cobertos, da posição 48.07 (por exemplo, os revestidos de pó de mica ou de grafita, e os papéis, cartolinas e cartões alcatroados ou asfaltados;

c) os tecidos impregnados ou cobertos, do Capítulo 59 (tais como os revestidos de pó de mica, de betume ou de asfalto);

d) os artigos do Capítulo 71;

e) as ferramentas e partes de ferramentas, do Capítulo 82;

f) as pedras litográficas da posição 84.34;

g) os isoladores e as peças isolantes para eletricidade, das posições 85.25 e 85.26;

h) as mós brócas dentárias (posição 90.17);

i) os artigos do Capítulo 91 (relojoaria), especialmente as caixas de relógio e de aparelhos de relojoaria;

j) os artigos da posição 95.07;

l) os jogos, brinquedos e artigos do esporte (Capítulo 97);

m) os botões (posição 98.01) os lápis de pedra (posição 98.05) as ardósias e quadros revestidos de ardósia para escrita e desenho (posição 98.06);

n) os objetos de arte, de coleção e de antiguidade.

(68-2) Para os fins da posição 68.02, a denominação "pedras de cantaria ou de construção" compreende, não somente as pedras utilizadas habitualmente como tais, como também qualquer outra pedra natural trabalhada da mesma forma, exceto a ardósia.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
68.02	—	Manufaturas de pedras de cantaria ou de construção (com exclusão dos paralelepípedos, pedras para meio-fio e lajes para pavimentação, de pedras naturais, e das dos Capítulo 69); cubos para mosaicos	6%
68.03	—	Ardósia trabalhada e manufaturas de ardósia natural ou aglomerada	6%
68.04	—	Mós e artigos para moer, desfibrar, amolar, polir, retificar, cortar ou serrar, de pedras naturais (inclusive aglomeradas), de abrasivos naturais ou artificiais aglomerados ou de produtos cerâmicos (inclusive segmentos e outras partes destas mesmas matérias das referidas mós e artigos) inclusive com partes de outras matérias (almas, hastes, anilhas, etc.) ou com seus eixos, mas sem armação	6%
68.05	—	Pedras para amolar ou polir à mão, de pedras naturais, de abrasivos aglomerados ou de produtos cerâmicos	6%
68.06	—	Abrasivos naturais ou artificiais em pó ou grão aplicados sobre tecidos, papel, cartolina ou cartão e outras matérias, inclusive recortados, cosidos ou unidos de outra forma	6%
68.07	—	Lã de escórias, lã de rocha e outras lãs minerais semelhantes; vermiculita expandida, argila expandida e produtos minerais semelhantes expandidos; misturas e manufaturas de matérias minerais para usos calorífugos ou cústicos,	

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
		com exclusão das compreendidas nas posições 68.12, 68.13 e no Capítulo 69	4%
68.08	—	Manufaturas de asfalto ou de produtos semelhantes (pez de petróleo, breu, etc.)	6%
68.09	—	Painéis, pranchas, chapas, ladrilhos blocos e semelhantes, de fibras vegetais, fibras de madeira, palha, cavacos ou resíduos de madeira, aglomerados com cimento, gesso ou outros aglomerantes minerais	6%
68.10	—	Manufaturas de gesso ou de composições à base de gesso	6%
68.11	—	Manufaturas de cimento, concreto ou pedra artificial, mesmo armadas, inclusive manufaturas de cimento de escórias ou de "terrazzo"	6%
68.12	—	Manufaturas de amianto-cimento, celulo-cimento e semelhantes	6%
68.13	—	Amianto trabalhado; manufaturas de amianto (cartões, fios, tecidos, vestuário, chapéus, bonés, calçados, etc.), inclusive armados, diferentes dos da posição 68.14; misturas à base de amianto ou de amianto e carbonato de magnésio e manufaturas destas matérias	6%
68.14	—	Quarnições de fricção (segmentos, discos, rodela, tiras, pranchas, chapas, rolos, etc.) para freios embreagens e demais órgãos de fricção, à base de amianto ou de outras substâncias minerais ou de celulose, inclusive combinadas com têxteis ou outras matérias	6%
68.15	—	Mica trabalhada e manufaturadas de mica, inclusive a mica sobre papel ou tecido, micanite, mica-fólio, etc.)	6%
68.16	—	Manufaturas de pedra ou de outras matérias minerais (inclusive as manufaturas de turfa), não especificadas nem compreendidas em outras posições	6%

Capítulo 69 — Produtos de cerâmica

Notas

(69-1) O Capítulo 69 só compreende os produtos obtidos por cozimento de cerâmica, de terras previamente enformadas, ou de rochas previamente trabalhadas. As posições 69.04 a 69.14, inclusive, excluem os produtos calorífugos ou refratários.

(69-2) Este capítulo não compreende:

a) artigos do Capítulo 71, especialmente os objetos que correspondam à definição de "bijuteria de fantasia";

b) isoladores e peças isolantes para a eletricidade das posições 85.25 e 85.26;

- c) dentes artificiais de matérias cerâmicas (posição 90.19);
 d) artigos do Capítulo 91 (relojoaria), especialmente as caixas de relógios e de aparelhos de relojoaria;
 e) jogos, brinquedos e artigos de esporte (Capítulo 97);
 f) botões, cachimbos e demais artigos do Capítulo 98;

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
69.01	—	<i>I — Produtos calorífugos e refratários</i> Tijolos, azulejos, ladrilhos e outras peças calorífugas, fabricadas com terras de infusórios, "Kieselgur" farinhas silíceas, fósseis e outras terras silíceas análogas	6%
69.02	—	Tijolos, azulejos, ladrilhos e outras peças semelhantes de construção, refratários ..	6%
69.03	—	Outros produtos refratários (retortas, cadinhos, muflas, pipetas, tampões, suportes, copelas, tubos, bicos, varetas, etc.)	6%
		<i>II — Outros produtos cerâmicos</i>	
69.04	—	Tijolos e elementos semelhantes utilizados na construção (maçicos, ócos, perfurados, etc.)	6%
69.05	—	Feixas, ornamentos arquitetônicos, cornijas, frisos, etc., e outros artigos cerâmicos de construção	6%
69.06	—	Tubos acessórios de ligação e outras peças para canalizações e usos semelhantes ..	6%
69.07	—	Ladrilhos, paralelepípedos e lajes para pavimentação ou revestimento, sem envernizar nem esmaltar	6%
69.08	—	Outros ladrilhos, paralelepípedos e lajes para pavimentação ou revestimento, in-azulejos	8%
69.09	—	Aparelhos e artigos para usos químicos e outros usos técnicos; bebedouros, pias ou tanques e outros recipientes semelhantes para usos rurais; cântaros e demais recipientes semelhantes para transporte ou acondicionamento	6%
69.10	—	Pias, lavatórios, bidês, latrinas, banheiras, e outros artigos fixos semelhantes para usos sanitários ou higiênicos	8%
69.11	—	Louças e utensílios de uso doméstico ou de tocador, de porcelana	8%
69.12	—	Louças e utensílios de uso doméstico ou de tocador, de outras matérias cerâmicas	6%
69.13	—	Estatuetas, objetos de fantasia, para decoração, ornamentação ou adorno pessoal	10%
69.14	—	Outras manufaturas de matérias cerâmicas	6%

Capítulo 70 — Vidro e manufaturas de vidro

Notas

(70-1) O presente capítulo não compreende:

- a) composições vitrificáveis (posição 32.08);
- b) artigos do Capítulo 71 (bijuterias de fantasia, etc.);
- c) isoladores e peças isolantes para a eletricidade, das posições 85.25 e 85.26;
- d) elementos de ótica trabalhados óticamente, seringas hipodérmicas, olhos artificiais, bem como termômetros, barômetros, aerômetros, densímetros e outros artigos ou instrumentos compreendidos no Capítulo 90;
- e) jogos, brinquedos e acessórios para árvores de Natal, bem como demais artigos do Capítulo 97, exceto olhos sem mecanismo para bonecas e para outros artigos do Capítulo 97;
- f) botões, pulverizadores montados, garrafas térmicas montadas e outros artigos do Capítulo 98.

(70-2) Para a aplicação da posição 70.07, a expressão "vidro vazado, laminado, estirado ou soprado (desbaratado ou não, polido ou não), recortado em forma diferente da quadrada ou retangular, ou então, recurvado ou trabalhado de outra forma (biselado, gravado, etc.)" se estende aos artigos obtidos com estes vidros, sob condição de que não estejam associados, emoldurados, ou contraplacados com matérias diferentes do vidro.

(70-3) Para efeitos do presente capítulo se considera como "vidro" tanto a sílica fundida como o quartzo fundido.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
70.01	—	Vidro em blocos (exceto de vidro ótico) ..	6%
70.02	—	Vidro chamado "esmalte", em blocos, barras, varetas ou tubos	6%
70.03	—	Vidro em barras, varetas, bolas ou tubos, não trabalhado, com exclusão de vidro ótico	6%
70.04	—	Vidro vazado ou laminado, não trabalhado (inclusive o vidro armado ou o obtido por superposição de chapas durante a fabricação), em chapas ou em folhas de forma quadrada ou retangular	6%
70.05	—	Vidro estirado ou soprado (vidro de janelas), não trabalhado (inclusive o obtido por superposição de chapas durante a fabricação), em chapas ou em folhas, de forma quadra ou retangular	6%
70.06	—	Vidro vazado, laminado, estirado ou soprado (inclusive armado e o obtido por superposição de chapas, durante a fabricação), simplesmente desbastado ou polido e numa ou duas faces, em placas ou em folhas, de forma quadrada ou retangular	6%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
70.07	—	Vidro vazado, laminado, estirado ou soprado (desbastado ou não, polido ou não), cortado em forma diferente da quadrada ou retangular, ou mesmo curvado ou trabalhado de outra forma (biselado, gravado, etc.); vidraças isolantes de paredes múltiplas; vidraças artísticas	8%
70.08	—	Vidros de segurança, inclusive trabalhados, que consistam em vidro temperado ou constituído por duas ou mais folhas contracoladas	8%
70.09	—	Espelhos de vidro, emoldurados ou não, inclusive espelhos retrovisores	8%
70.10	—	Garrafas, garrafões, frascos, tarros, potes, tubos para comprimidos e demais recipientes ou acondicionamento; rólhas, tampantes de vidro semelhantes para o transpass e outros dispositivos de usos semelhantes, de vidro	8%
70.11	—	Ampolas e invólucros tubulares de vidro, abertos, não acabados, sem guarnições, para lâmpadas, tubos, válvulas e semelhantes	6%
70.12	—	Ampolas de vidro para garrafas térmicas e outros recipientes isolantes, acabadas ou não	8%
70.13	—	Objetos de vidro para serviços de mesa, de cozinha, de toucador, para escritório, ornamentação de aposentos ou usos semelhantes, com exclusão dos artigos compreendidos na posição 70.19	8%
70.14	—	Artigos de vidro para iluminação e sinalização e elementos óticos de vidro que não estejam trabalhados óticamente nem sejam de vidro ótico	8%
70.15	—	Vidros para relógios, para óculos comuns (com exclusão do vidro próprio para lentes corretivas) e análogos, convexos, curvos e de formas semelhantes, inclusive as esferas ócas e os segmentos ..	8%
70.16	—	Paralelepípedos, tijolos, ladrilhados, telhas e demais artigos de vidro vazado ou moldado, inclusive armado, para construção; vidro chamado multicelular ou espuma de vidro, em blocos, painéis, chapas e conchas	8%
70.17	—	Objetos de vidro para laboratório, higiene e farmácia, graduados ou não, aferidos ou não; ampólas para sôros e artigos semelhantes	8%
70.18	—	Vidro ótico e elementos de vidro ótico não trabalhados óticamente; blocos de lentes para óculos, de vidros não óticos e não trabalhados óticamente	6%

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
70.19	—	Contas de vidro; imitações e pérolas finas e de pedras preciosas e semi-preciosas e artigos semelhantes, de vidro; cubos dados, mosaicos, fragmentos e pedaços (inclusive sobre suporte), de vidro, para mosaicos e decorações semelhantes; olhos artificiais de vidro que não sejam para prótese, inclusive olhos para brinquedos; objetos de contas de vidro, vidrilhos e semelhantes; objetos de fantasia de vidro trabalhados ao maçarico (vidro em fio)	10%
70.20	—	Lã de vidro, fibras de vidro e manufaturas destas matérias	6%
70.21	—	Outras manufaturas de vidro	8%

ALÍNEA XVII

PEROLAS FINAS, PEDRAS PRECIOSAS E SEMIPRECIOSAS E SEMELHANTES, METAIS PRECIOSOS, FOLHEADOS DE METAIS PRECIOSOS E MANUFATURAS DESTAS MATERIAS; BIJUTERIAS DE FANTASIA

Capítulo 71 — *Pérolas finas, pedras preciosas e semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, folheados de metais preciosos e manufaturas destas matérias; bijuterias de fantasia.*

Notas

(71-1) Sem prejuízo da aplicação da nota (28-1) a) da Alínea IX e das exceções previstas a seguir, inclui-se no presente capítulo todo artigo composto, total ou parcialmente:

a) de pérolas finas, ou de pedras preciosas e semipreciosas ou de pedras sintéticas ou reconstituídas; ou

b) de metais preciosos ou de folheados de metais preciosos.

(71-2) a) As posições 71.12, 71.13 e 71.14 não compreendem os artigos nos quais os metais preciosos ou folheados de metais preciosos não sejam mais do que simples acessórios ou guarnições de mínima importância (tais como iniciais, monogramas, virolas, orlas, etc.);

b) na posição 71.15 só se classificam os artigos que não tenham metais preciosos ou folheados de metais preciosos, ou que, tendo-os, não sejam mais do que simples acessórios ou guarnições de mínima importância.

(71-3) Este capítulo não compreende:

a) os amálgamas de metais preciosos e os metais preciosos em estado coloidal (posição 28.49);

b) as ligaduras esterilizadas para suturas cirúrgicas, os produtos de obtenção dentária e demais artigos do Capítulo 30;

c) os artigos que correspondem ao Capítulo 32 (por exemplo os lustros líquidos);

- d) os artigos de marroquinaria, de estojos ou de viagem, incluídos na posição 42.02, e os artigos da posição 42.03;
 - e) os artigos das posições 43.03 e 43.04;
 - f) os produtos classificados na Alínea XIV (matérias têxteis e artigos destas matérias);
 - g) os artigos compreendidos nos Capítulos 64 (calçados) e 65 (chaparia, etc.);
 - h) os guarda-chuvas, bengalas e outros artigos do Capítulo 66;
 - i) os leques, dobráveis ou rígidos (posição 67.05);
 - j) as moedas;
 - l) os artigos guarnecidos de pó de pedras preciosas ou semipreciosas, ou de pó de pedras sintéticas, consistentes em manufaturas de abrasivos das posições 68.04 a 68.06, ou ferramentas do Capítulo 82; as ferramentas ou artigos do Capítulo 82, cuja parte operante está constituída por pedras preciosas ou semipreciosas, pedras sintéticas ou reconstituídas, montadas num suporte de metal comum; as máquinas, aparelhos e material elétrico e suas partes e peças avulsas compreendidas na Alínea XIX. Todavia, as partes e peças avulsas e os artigos constituídos totalmente por pedras preciosas ou semipreciosas ou por pedras sintéticas ou reconstituídas estão compreendidos neste capítulo;
 - m) os artigos relacionados nos Capítulos 90, 91 e 92 (instrumentos científicos, relojoaria e instrumentos de música);
 - n) as armas e suas partes (Capítulo 93);
 - o) os artigos a que se refere a nota (97-2) do Capítulo 97;
 - p) os artigos do Capítulo 98, diferentes dos compreendidos nas posições 98.01 e 98.12;
 - q) as obras originais da arte estatutuária e de escultura, objetos de coleção e antiguidades que tenham mais de cem anos.
- As pérolas finas e as pedras preciosas ou semipreciosas ficam sempre, porém, compreendidas neste capítulo.

(71-4) a) As pérolas cultivadas se classificam com as pérolas finas;

b) consideram-se "metais preciosos": a prata, o ouro, a platina e os metais do grupo da platina;

c) consideram-se metais do grupo da platina: o irídio, o ósmio, o paládio, o ródio e o rutênio.

(71-5) Para a aplicação do presente capítulo, consideram-se ligas de metais preciosos, as ligas (inclusive as misturas de fritas) que contenham um ou vários metais preciosos, sempre que o peso do metal precioso, ou de um dos metais preciosos, seja pelo menos igual a 2% do peso da liga. As ligas de metais preciosos se classificam assim:

- a) toda liga que contenha 2% ou mais de platina se considera como liga de platina;
- b) toda liga que contenha 2% ou mais de ouro, mas que não contenha platina ou que a contenha em menos de 2%, se considera como liga de ouro;
- c) qualquer outra liga compreendida no presente capítulo se considera liga de prata. Para a aplicação da presente nota, os metais do grupo da platina se consideram como um só metal, assemelhando-se à platina.

(71-6) Salvo disposições em contrário, qualquer referência na Tabela a um "metal precioso", ou a "metais preciosos", se estende, igualmente, às ligas classificadas com os referidos metais, por aplicação da nota (71-65).

A expressão "metal precioso" não compreende os artigos definidos na nota (71-7), nem os metais comuns ou matérias não metálicas, platinadas, douradas ou prateadas.

(71-7) Entende-se por "folheados de metais preciosos", os artigos que, constituídos por um suporte de metal comum, apresentam uma ou várias faces cobertas de metais preciosos, seja por soldagem, seja por laminação a quente, seja por qualquer outro processo mecânico semelhante. Os

artigos de metais incrustados de metais preciosos se consideram como "folheados".

(71-8) Entende-se por "artigos de bijuteria" segundo a posição 71.12:

a) os objetos pequenos utilizados como adorno, tais como: anéis, pulseiras, colares, broches, brincos, correntes de relógio, berloques; pendentes, alfinetes de gravatas, botões de punho, medalhas ou insignias, etc.;

b) os artigos de uso pessoal destinados a serem usados na própria pessoa; bem como os artigos de bolso ou para bolsos, tais como, cigarreiras, charuteiras, caixas para bombons, caixas de pó, bolsas de malha; rosários, tabaqueiras, etc.

Entende-se por "artigos de joalheria", segundo a mesma posição, a bijuteria de metais preciosos ou de folheados de metais preciosos, que tenham pérolas finas ou falsas, pedras preciosas ou semipreciosas ou falsas, pedras sintéticas ou reconstituídas, ou partes de tartaruga, madreperla marfim, âmbar natural ou reconstituído, azeviche ou coral.

(71-9) Entende-se por "artigos de ourivesaria", segundo a posição 71.13, os objetos tais como os utilizados no serviço de mesa, de tocador, de escritório, de fumador, os objetos de ornamentação de aposentos e os artigos para o culto religioso.

(71-10). Entende-se por "bijuteria de fantasia", segundo a posição 71.16, os artigos de igual natureza que os definidos na nota (71-8), a), (exceto os botões de camisa e demais artigos da posição 98.01, dos pentes, das travessas e semelhantes da posição 98.12), que não tenham pérolas finas, pedras preciosas ou semipreciosas, pedras sintéticas ou reconstituídas, nem metais preciosos ou folheados de metais preciosos (salvo quando se trata de adornos ou acessórios de mínima importância) e que estejam constituídos:

a) total ou parcialmente por metais comuns, mesmo dourados, prateados ou platinados;

b) por qualquer outra matéria, contanto que compreendam pelo menos 2 (duas) matérias diferentes (por exemplo, madeira e vidro, osso e âmbar, madreperla e matérias plásticas artificiais). A este respeito não se levam em conta os simples dispositivos de junção (fios para enfiar e análogos).

(71-11) Os estojos e semelhantes que se apresentem com os artigos deste capítulo, a que estão destinados e com os quais se vendem normalmente, se classificam com os referidos artigos. Se se apresentarem isolados, seguem seu regime próprio.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
		<i>I — Pérolas Finas, Pedras Preciosas e Semipreciosas e Semelhantes</i>	
71.01	—	Pérolas finas, em bruto ou trabalhadas, não engastadas nem montadas, inclusive enfiadas para facilitar o transporte, mas não especialmente combinadas	20%
71.02	—	Pedras preciosas ou semipreciosas, lapidadas ou de outro modo trabalhadas, não engastadas nem montadas, mesmo enfiadas para facilitar seu transporte, mas não especialmente combinadas	20%

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
71.03	—	Pedras sintéticas ou reconstituídas, em bruto, lapidadas ou de outro modo trabalhadas, não engastadas nem montadas, mesmo enfiadas para facilitar o transporte, mas não especialmente combinadas	20%
71.04	—	Pós de pedras preciosas, semipreciosas e de pedras sintéticas	4%
<i>II — Metais Preciosos e Folheados de Metais Preciosos, em Bruto ou Semitrabalhados</i>			
71.05	—	Prata e suas ligas (inclusive a prata dourada e a prata platinada) em bruto ou semitrabalhadas	10%
71.06	—	Folheados de prata, em bruto ou semitrabalhados	8%
71.07	—	Ouro e ligas de ouro (inclusive ouro platinado), em bruto ou semitrabalhados ..	10%
71.08	—	Folheados de ouro sobre metais comuns ou sobre prata, em bruto ou semitrabalhados	10%
71.09	—	Platina e metais do grupo da platina e suas ligas, em bruto ou semitrabalhados	10%
71.10	—	Folheados de platina ou de metais do grupo da platina, sobre metais comuns ou sobre metais preciosos em bruto ou semitrabalhados	10%
71.11	—	Cinzas de ourivesaria, resíduos e desperdícios de metais preciosos	8%
<i>III — Bijuteria, Joalheria e Outras Manufaturas</i>			
71.12	—	Artigos de bijuteria e de joalheria e suas partes componentes, de metais preciosos ou de folheados (plaqué ou doublé) de metais preciosos:	
	1	De folheados (plaqué ou doublé) de metais preciosos	15%
	2	Outros	20%
71.13	—	Artigos de ourivesaria e suas partes componentes, de metais preciosos ou de folheados (plaqué ou doublé) de metais preciosos:	
	1	De folheados (plaqué ou doublé) de metais preciosos	15%
	2	Outros	20%
71.14	—	Outras manufaturas de metais preciosos ou de folheados de metais preciosos:	
	1	De folheados (plaqué ou doublé) de metais preciosos	15%

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
71.15	2 —	Outros Manufaturas de pérolas finas, pedras pre- ciosas e semipreciosas ou de pedras sin- téticas ou reconstituídas	20% 20%
71.16	—	Bijuteria de fantasia	10%

Observação

Os comerciantes atacadistas dos produtos deste Capítulo com exclusão dos da Posição 71.16, ficam equiparados a estabelecimentos produtores, para os efeitos do disposto na parte geral desta lei.

*ALÍNEA XVIII***METAIS COMUNS E MANUFATURAS DESTES METAIS***Notas*

(XVIII-1) A presente Alínea não compreende:

- a) as cores e tintas preparadas à base de pós ou partículas metálicas bem como as folhas para marcar a fogo (posições 32.08 a 32.10 e 32.13);
- b) os ferrocérios e outras ligas pirofóricas (posição 36.07);
- c) os chapéus e outros toucados metálicos e suas partes metálicas, das posições 65.06 e 65.07;
- d) as armações e partes metálicas de guarda-chuvas, guarda-sóis, ou sombrinhas (posição 66.03);
- e) os artigos do Capítulo 71 e, principalmente, as ligas de metais preciosos, os metais comuns folheados de metais preciosos e a bijuteria de fantasia de metais comuns;
- f) os artigos compreendidos na Alínea XIX (maquinaria e aparelhos; material elétrico);
- g) as vias férreas armadas (posição 86.10) e outros artigos compreendidos na Alínea XX;
- h) os instrumentos e aparelhos classificados na Alínea XXI, inclusive molas de relógios;
- i) os chumbos de caça (posição 93.07) e outros artigos classificados na Alínea XXII (armas e munições);
- j) os artigos compreendidos no Capítulo 94 (móveis, somiês, etc.);
- l) as peneiras manuais (posição 96.06);
- m) os artigos classificados no Capítulo 97 (jogos, brinquedos e arte-fatos esportivos);
- n) os botões, as canetas, as lapiseiras, as penas e outros artigos do Capítulo 98 (manufaturas diversas).

(XVIII-2) Em todas as Alíneas da Tabela são considerados como "partes e acessórios de uso geral" de metais comuns:

- a) os artigos mencionados nas posições 73.20, 73.25, 73.29, 73.31 e 73.32, bem como os artigos semelhantes de outros metais comuns;
- b) as molas e folhas para as mesmas, de metais comuns, diferentes das molas para relógios da posição 91.11;
- c) os artigos compreendidos nas posições 83.01, 83.02, 83.07, 83.09, 83.12 e 83.14.

Nos Capítulos 73 e 82 (exceto as posições 73.29 e 74.13), a referência a partes e peças separadas não abrange as "partes e acessórios de uso geral no sentido acima indicado.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo precedente e na nota do Capítulo 83, as manufaturas que correspondam aos Capítulos 82 e 83 estão excluídas dos Capítulos 73 a 81.

(XVIII-3) Regras para a classificação das ligas:

a) as ligas de metais comuns que contenham em peso mais de 10 por cento (10%) de níquel são classificadas com o níquel, salvo o caso em que o ferro predomine em peso sobre cada um dos outros componentes;

b) as ferro-ligas e cobre-ligas correspondem às posições 73.02 e 74.02, respectivamente;

c) as demais ligas de metais comuns se classificam com o metal que predomine em peso sobre um dos outros componentes;

d) as ligas (diferentes das ferro-ligas e das cobre-ligas) de metais comuns da presente Alínea e de elementos não compreendidos na mesma, se classificam como ligas de metais comuns da presente Alínea, desde que o peso total destes metais seja igual ou superior aos dos outros elementos;

e) as misturas sinterizadas de pós metálicos e as misturas heterogêneas íntimas obtidas por fusão, seguem o regime das ligas.

(XVIII-4) Salvo disposições em contrário, em todas as Alíneas da Tabela onde se designe nominalmente um metal, a denominação empregada se refere igualmente às ligas classificadas com o referido metal, por aplicação da nota (XVIII-3).

(XVIII-5) Regra para a classificação dos artigos compostos:

Salvo disposições especiais em contrário, as manufaturas de metais comuns, ou considerados como tais, que compreendem dois ou mais metais comuns, se classificam como manufaturas correspondentes ao metal que predomine em peso.

Para a aplicação desta regra se considera:

a) o ferro fundido, o ferro macio e o aço como se constituíssem um só metal;

b) as ligas como constituídas inteiramente pelo metal cujo regime seguem.

(XVIII-6) Nesta Alínea, a expressão "desperdícios ou sucata" se refere à sucata, ou aos desperdícios metálicos próprios somente para a recuperação do metal ou para a preparação de produtos ou composições químicas.

Capítulo 73 — Ferro Fundido, Ferro Macio e Aço

Notas

(73-1) Consideram-se como:

a) *Ferro fundido* (posição 73.01):

Os produtos ferrosos que contenham como mínimo 1,9% de seu peso em carbono e, além disso, conjunta ou isoladamente, podem conter:

- menos de 15% de fósforo,
- até 8% inclusive de silício,
- até 6% inclusive de manganês,
- até 30% inclusive de cromo,
- até 40% inclusive de volfrâmio,
- até 10%, inclusive, no total, de outros elementos de liga (níquel, cobre, alumínio, titânio, vanádio, molibdênio, etc.).

As ligas ferrosas chamadas "aços indeformáveis" que contenham mínimo de 1,9% de seu peso de carbono e que apresentem as características de aço, classificam-se, no entanto, com os aços, segundo seu tipo:

b) *Ferro spiegel* (posição 73.01):

Os produtos que contenham em peso mais de 6% até 30%, inclusive, de manganês e que correspondam, no que respeita a outras características, à definição da nota (73-1) a).

c) *Ferro-ligas* (posição 73.02):

As ligas ferrosas em bruto que, não se prestando praticamente nem à laminação nem ao forjamento, constituem composições utilizadas em siderurgia, e que contenham em peso, conjunta ou isoladamente:

- mais de 8% de silício,
- mais de 30% de manganês,
- mais de 30% de cromo,
- mais de 40% de volfrâmio,
- mais de 10%, no total, de outros elementos de liga (alumínio, titânio, vanádio, molibdênio, nióbio, etc., com exclusão do cobre).

A proporção total dos elementos de liga não ferrosos não pode ultrapassar em peso 96% para os ferro-ligas que contenham silício, 92% para os que contenham manganês sem silício e 90% para os demais.

d) *Aço-ligas* (posição 73.15):

Aços que contenham em peso um ou vários elementos nas seguintes proporções:

- mais de 2% de manganês e silício em conjunto,
- 2% ou mais de manganês,
- 2% ou mais de silício,
- 0,50% ou mais de níquel,
- 0,10% ou mais de molibdênio,
- 0,50% ou mais de cromo,
- 0,10% ou mais de vanádio,
- 0,30% ou mais de volfrâmio,
- 0,30% ou mais de cobalto,
- 0,30% ou mais de alumínio,
- 0,40% ou mais de cobre,
- 0,10% ou mais de chumbo,
- 0,12% ou mais de fósforo,
- 0,10% ou mais de enxofre,
- 0,20% ou mais de fósforo e enxofre, em conjunto,
- 0,10% ou mais de outros elementos considerados individualmente.

e) *Aço alto-carbono* (posição 73.15):

O aço que contenha em peso 0,6% ou mais de carbono, sempre que o conteúdo de enxofre e de fósforo seja inferior, em peso, a 0,04% para cada um destes elementos, considerados isoladamente, ou 0,07%, se os referidos dois elementos são considerados conjuntamente.

f) *Ferro-pudlado ou de pacotes* (posição 73.06):

Os produtos destinados à laminação, ao forjamento ou à refundição, obtidos:

- i) seja pela ação do martelo-pilão sobre uma lupa de ferro-pudlado, a fim de eliminar a escória da afinação;
- ii) seja por soldagem, por meio de laminação à alta temperatura, de pacotes de sucata de ferro ou de aço, ou de pacotes de ferro-pudlado.

g) *Lingotes* (posição 73.06):

Os produtos destinados à laminação ou ao forjamento, elaborados por fusão e obtidos por fusão em molde.

h) *Desbastes quadrados ou retangulares* ("blooms") e *palanquilha* (posição 73.07):

As semimanufaturas de seção retangular, ou quadrada, cuja seção transversal seja superior a 1.225 mm², e cuja espessura seja superior à quarta parte da largura.

i) *desbastes planos (slabs" e largets")* (posição 73.07):

As semimanufaturas de seção retangular, de uma espessura mínima de 6 mm, de uma largura mínima de 150 mm, e cuja espessura não seja superior à quarta parte de sua largura.

j) *Desbastes em rolos para chapas ("coils")* (posição 73.08):

As semimanufaturas laminadas a quente, de seção retangular, de uma espessura mínima de 1,5 mm, e de largura superior a 500 mm, apresentados em rolos contínuos (bobinas) com um peso mínimo de 500 kg.

l) *Chapas universais* (posição 73.09):

Os produtos de seção retangular laminados a quente no sentido do comprimento, em caixas fechadas ou em laminador universal, com uma espessura de mais de 5 mm, até 100 mm inclusive, e com uma largura superior a 150 mm até 1.200 mm inclusive.

m) *Tiras* (posição 73.12):

Os produtos laminados, com borda cortada ou não, de seção retangular, de espessura máxima de 6 mm, de largura máxima de 500 mm e cuja espessura não ultrapasse a décima parte de sua largura, apresentados em tiras retilíneas, em rolos ou feixes dobrados.

n) *Chapas* (posição 73.13):

Os produtos laminados (exclusive os desbastes em rolo para chapas — "coils" — definidos na letra j) desta nota), de espessura máxima de 125 mm e, se estes produtos são de forma quadrada ou retangular, de largura superior a 500 mm.

Ficam compreendidas na posição 73.13 as chapas cortadas de forma diferente da quadrada ou retangular, perfuradas, onduladas, acanaladas, estriadas, polidas, ou revestidas, desde que estes trabalhos não tenham por efeito conferir às chapas características de artigos ou de manufaturas classificadas em outras posições da Tabela.

o) *Fios* (posição 73.14):

Os produtos de seção maciça, estirados ou trefilados a frio, cuja maior dimensão da seção transversal, de qualquer forma, não exceda 13 mm. Entretanto, para a interpretação das posições 73.26 e 73.27, também se consideram fios os produtos que, obtidos por laminação, sejam das mesmas dimensões.

p) *Barras* (posição 73.10):

Os produtos de seção maciça, que não correspondam completamente a qualquer das definições estabelecidas nas letras h), i), j), l), m), n) e o), precedentes, e cuja seção transversal tenha forma de círculo, de segmento circular, de oval, de elipse, de triângulo isósceles, de quadrado, de retângulo, de hexágono, de octógono ou de trapézio regular.

q) *Barras ôcas de aço para perfuração de minas* (posição 73.10):

As barras, qualquer que seja sua seção, próprias para a fabricação de hastes ou barras para minas, e cuja maior dimensão exterior do corte transversal, compreendida entre 15 mm exclusive e 50 mm inclusive, seja pelo menos o triplo da maior dimensão interior (parte ôca). As barras ôcas de aço que não se ajustam a esta definição correspondem à posição 73.18.

r) *Perfis* (posição 73.11):

Os produtos de seção maciça, diferentes dos mencionados na posição 73.16, que não correspondam inteiramente a qualquer das definições esta-

beleçidas nas letras h), i), j), l), m), n) e o), precedentes, e cuja seção transversal não tenha as formas indicadas na letra p).

(73-2) Nas posições 73.06 a 73.14, inclusive, não se classificam os produtos de aço-ligas ou de aço alto-carbono (posição 73.15).

(73-3) Os produtos siderúrgicos das posições 73.06 a 73.15, inclusive, chapeados de metal ferroso de qualidade diferente, seguem o regime do metal ferroso predominante em peso.

(73-4) O ferro obtido por eletrólise se classifica, segundo sua forma e dimensões, nas posições correspondentes aos produtos obtidos por outros processos.

(73-5) Consideram-se "condutos forçados", no sentido da posição 73.19, os tubos (inclusive os cotovelos) rebitados, soldados ou não, de seção circular, de um diâmetro interno que exceda a 400 mm, e cuja parede tenha uma espessura superior a 10,5 mm.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
73.01	—	Ferro fundido (inclusive ferro-spiegel) em lingotes, linguados ou blocos	3%
73.02	—	Ferro-ligas	3%
73.04	—	Granalha de ferro ou aço, inclusive triturada ou calibrada	3%
73.05	—	Pó de ferro ou de aço; ferro e aço esponjoso (esponja)	3%
73.06	—	Ferro e aço, em blocos pudlados ou de pacote, em lingotes ou em blocos	3%
73.07	—	Ferro e aço em desbastes quadrados ou retangulares ("blooms") e palanquilha; desbastes planos "slabs" e "largets"; peças de ferro e aço simplesmente desbastadas por forja ou martelagem (esboços de forja)	3%
73.08	—	Desbastes em rôlo para chapas ("coils") ferro ou aço	3%
73.09	—	Chapas universais, de ferro ou de aço ..	4%
73.10	—	Barras de ferro ou aço, obtidas a quente por laminação, trefilação ou forjamento (inclusive "Fermachine" ou fio-máquina); barras de ferro ou aço obtidas ou acabadas a frio; barras ôcas de aço para perfuração de minas	4%
73.11	—	Perfis de ferro ou aço, obtidos a quente por laminação, trefilação, forjamento ou, ainda obtidos ou acabados a frio; estacas, pranchas, de ferro ou aço, inclusive perfuradas ou de elementos reunidos	4%
73.12	—	Tiras de ferro ou aço, laminadas a quente ou a frio	4%
73.13	—	Chapas de ferro ou aço, laminadas a quente ou a frio	4%
73.14	—	Fios de ferro ou aço, nus ou revestidos, exclusive os fios isolados, utilizados como condutores elétricos	4%
73.15	—	Aços-ligas e aço alto-carbono nas formas indicadas nas posições 73.06 a 73.14 inclusive	4%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
73.16	—	Elementos de vias férreas, de ferro ou aço; trilhos, contra-trilhos, agulhas, cruzetas, cruzamentos, e desvios, alavancas para comandos de agulhas, cremalheiras, dormentes ou travessas, talas de junção, placas de apoio, peças de junção, placas para tolas de junção, placas e tirantes de separação para fixar ou manter o afastamento entre os trilhos	4%
73.17	—	Tubos de ferro fundido	6%
73.18	—	Tubos (inclusive não acabados) de ferro ou aço, exclusive os artigos da posição 73.19	6%
73.19	—	Conduítores forçados de aço, inclusive com peças de reforço, para instalação hidrelétrica	6%
73.20	—	Acessórios para tubos ("fittings"), de ferro fundido, de ferro ou de aço (uniões, cotovelos, juntas, mangas, flanges, etc)	6%
73.21	—	Construções inclusive incompletas, montadas ou não, e suas partes (hangares e outros edificios, pontes e elementos de pontes, comportas de represas, torres, pilares ou postes, colunas, armações, telhados, caixilhos, para portas e janelas, cortinas metálicas, balaustradas, grades, etc.), de ferro fundido, de ferro ou de aço; chapas, tiras, barras, perfis, tubos, etc., de ferro fundido, de ferro ou de aço, preparados para serem utilizados na construção	8%
73.22	—	Reservatórios, cisternas, cubas e outros recipientes semelhantes para qualquer produto, de ferro fundido, de ferro ou de aço, com capacidade superior a 300 litros, sem dispositivos mecânicos ou técnicos, inclusive com revestimento interno ou calorífugo	8%
73.23	—	Tonéis, barris, tambores, latas, caixas e outros recipientes semelhantes para transporte ou acondicionamento, de chapa de ferro ou de aço	8%
73.24	—	Recipientes de ferro ou de aço para gases comprimidos ou liquefeitos	8%
73.25	—	Cabos, cordoalhas, tranças, cordames e semelhantes, de fio de ferro ou de aço, exclusive os isolados para usos elétricos	8%
73.26	—	Arame farpado; retorcidos, farpados ou não, de fio ou de tira de ferro ou de aço	4%
73.27	—	Telas metálicas e redes de fio, de ferro ou aço	8%
73.28	—	Chapas ou tiras de ferro ou aço, golpeadas ou estiradas ("dépolyées")	8%
73.29	—	Correntes, cadeias e suas partes componentes, de ferro fundido, de ferro ou de aço	8%
73.30	—	Âncoras, fiteixas e suas partes componentes, de ferro ou de aço	8%

Posição	Inciso	PRODUTOS	Alíquota "ad valorem"
73.31	—	Pontas, pregos, escápuas pontiagudas, ganchos ondulados ou biseiados, cravos, ganchos e percevejos, de ferro ou de aço, inclusive com cabeças de outras matérias, exclusiv ^{es} os de cabeça de cobre	8%
73.32	—	Parafusos e porcas (com ou sem filêto), "tirafondos" (parafusos de linha, arnelas e ganchos roscados, rebites, cavilhas, chavetas e artigos semelhantes de rôscas, de ferro fundido, de ferro ou aço; arruelas (inclusive as abertas e as de pressão) de ferro ou de aço	8%
73.33	—	Aguihas de costura manual, agulhas para malhas e rendas, furadoras, agulhetas para fazer passar cordões ou fitas e artefatos semelhantes para trabalhos manuais de costura, bordados, rede ou tapeçaria, acabados ou são de ferro ou de aço	8%
73.34	—	Alfinetes (diferentes dos de adorno), grampos para cabelo, onduladores e semelhantes, de ferro ou de aço	8%
73.35	—	Molas e folhas de molas, de ferro e aço	8%
73.36	—	Aquecedores, fogões de sala e de cozinha (inclusive os que se podem utilizar acessoriamente em aquecimento central), fogareiros, caldeiras com fornalha, aparelhos para aquecer pratos e semelhantes, não elétricos dos tipos utilizados para usos domésticos, bem como suas partes e peças separadas, de ferro fundido, de ferro ou de aço	15%
73.37	—	Aparelhos de aquecimento central não elétricos (caldeiras diferentes dos geradores de vapor da posição 84.01, caloríferos de ar quente e radiadores) e suas partes, componentes, de ferro fundido, de ferro ou de aço	8%
73.38	—	Artigos de uso e economia domésticos e de higiene e suas partes componentes, de ferro fundido de ferro ou de aço	8%
73.39	—	Lã de ferro ou aço; esponjas, esfregões, luvas e artigos semelhantes para limpeza, polimento e uso semelhantes, de ferro ou de aço	8%
73.40	—	Outras manufaturas de ferro fundido, de ferro ou de aço	8%

Capítulo 74 — Cobre

Notas

74-1) Entende-se por "cobre-ligas", no sentido da posição 74.02, as composições que, contendo cobre e outras matérias em qualquer proporção, não se possam praticamente laminar nem forjar e se empreguem, quer

como produtos de adição na preparação de ligas, quer como desoxidantes, dessulfurantes, ou usos semelhantes na metalurgia de metais não ferrosos. As combinações de fósforos e de cobre (fosforetos de cobre), que contenham mais de 8% em peso, de fósforo, correspondem, porém, à posição 28.55.

74-2) Para a aplicação do presente capítulo se consideram:

a) *Fios* (posição 74.03):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou treilados, cuja seção transversal, qualquer que seja sua forma, não exceda de 6 mm em sua maior dimensão

b) *Barras e perfis* (posição 74.03):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou forjados, cuja seção transversal seja superior a 6 mm em sua maior dimensão, e, quando se trate de produtos planos, aqueles cuja espessura seja superior à décima parte de sua largura. Consideram-se, igualmente, barras e perfis, os produtos das mesmas formas e dimensões obtidos por moldagem, vazamento ou sinterização, quando posteriormente tenham sofrido, em sua superfície, um trabalho mais importante do que eliminar rebarbas.

c) *Chapas, pranchas, folhas e tiras* (posição 74.04):

Os produtos planos (diferentes dos produtos em bruto da posição 74.01), enrolados ou não, cuja maior dimensão da seção transversal seja superior a 6 mm e cuja espessura, superior a 0,15 mm, não exceda da décima parte de sua largura.

Na posição 74.04 estão igualmente compreendidas as chapas, pranchas, folhas e tiras de espessura superior a 0,15 mm, cortadas em formas diferentes da quadrada ou retangular, perfuradas, onduladas, acanaladas, estriadas, polidas ou revestidas, desde que tais trabalhos não tenham por finalidade dar a estes produtos a característica de artigos ou manufaturas classificadas em outras posições.

(74.3) Ficam igualmente compreendidas nas posições 74.07 e 74.08 os tubos, barras ocas e acessórios de tubulação, polidos ou revestidos, e os de forma especial ou trabalhos (curvados, em serpentinas, filetados, roscados, perfurados, estrangulados, cônicos, com aletas aplicadas, etc.).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
74.01	—	Mates de cobre; cobre em bruto (cobre refinado ou não)	3%
74.02	—	Cobre-ligas	3%
74.03	—	Barras, perfis e fios de cobre	4%
74.04	—	Chapas, pranchas, folhas, tiras ou fitas de cobre, de espessura de mais de 0,15mm	4%
74.05	—	Folhas e tiras delegadas, de cobre (inclusive gofradas, cortadas, perfuradas, revestidas, estampadas ou fixas em papel, cartolina, cartão, matérias plásticas artificiais ou suportes semelhantes), de 0,15mm ou menos de espessura (não incluindo o suporte)	4%
74.06	—	Pó e palheta de cobre	3%

Posição	Inciso	PRODUTOS	Aliquota "ad valorem"
74.07	—	Tubos (inclusive esbôço) e barras ôcas, de cobre	6%
74.08	—	Acessórios ("fittings") de cobre para tubos (uniões, cotovelos, juntas, mangas, flanges, etc.)	6%
74.09	—	Reservatórios, cisternas, cubas e outros recipientes semelhantes, de cobre, para produto, de capacidade superior a 300 litros, sem dispositivos mecânicos ou térmicos, inclusive com revestimento interno ou calorífugo	8%
74.10	—	Cabos, cordoalhas, trançadas e semelhantes, de fio de cobre, exclusive os condutores isolados para usos elétricos	8%
74.11	—	Telas metálicas (inclusive telas contínuas ou sem fim) e rédes, de fios de cobre	8%
74.12	—	Chapas ou tiras de cobre, golpeadas ou estiradas ("déployées")	8%
74.13	—	Correntes, cadeias e suas partes componentes, de cobre	8%
74.14	—	Pontas, pregos, escâpulas pontiagudas, ganchos e percevejos, de cobre ou com espiga de ferro ou de aço e cabeça de cobre	8%
74.15	—	Parafusos e porcas (com ou sem rôscas), armelas e ganchos roscados, rebites, cavilhas, chavêtas e artigos semelhantes de rôscas, de cobre, arruelas (inclusive as abertas e as de pressão) de cobre	8%
74.16	—	Molas de cobre	8%
74.17	—	Aparelhos não elétricos de cação e de aquecimento dos tipos utilizados para usos domésticos, bem como suas partes e peças separadas, de cobre	8%
74.18	—	Artigos de uso e economia domésticos e de higiene e suas partes componentes, de cobre	8%
74.19	—	Outras manufaturas de cobre	8%

Capítulo 75 — Níquel

75-1) Para a aplicação do presente capítulo se consideram:

a) *Fios* (posição 75.02):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou trepidados, cuja seção transversal, qualquer que seja a sua forma, não exceda de 6mm sua maior dimensão.

b) *Barras e perfis* (posição 75.02):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou forjados, cuja seção transversal seja superior a 6mm em sua maior dimensão e, no que diz respeito aos produtos planos, aqueles cuja espessura

seja superior à décima parte de sua largura. Consideram-se igualmente como barras e perfis, os produtos das mesmas formas e dimensões obtidos por moldagem, vasamento, ou por sinterização, quando posteriormente tenham sofrido em sua superfície um trabalho mais importante do que eliminar rebarbas.

c) Chapas, pranchas, folhas e tiras (posição 75.03):

Os produtos planos (diferentes dos produtos em bruto da posição 75.01), enrolados ou não, cuja maior dimensão da seção transversal seja superior a 6mm, e cuja espessura não exceda da décima parte de sua largura.

Na posição 75.03 ficam compreendidas principalmente as chapas, pranchas, folhas e tiras cortadas em forma diferente da quadrada ou retangular, perfuradas, onduladas, acanaladas, estriadas, polidas ou revestidas, desde que estes trabalhos não lhes confirmem características de artigos ou manufaturas classificados em outras posições da TABELA.

(75-2) Ficam especialmente compreendidos na posição 75.04 os tubos, barras ôcas e acessórios de tubulações, polidos ou revestidos, e os de forma especial ou trabalhados (curvados, em serpentina, filetados, rosçados, perfurados, estrangulados, cônicos, com aletas aplicadas, etc.).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
75.01	—	Mate, "speiss" e outros produtos intermediários da metalurgia do níquel em bruto (exclusive os ânodos da posição 75.05)	4%
75.02	—	Barras, perfis e fios de níquel	4%
75.03	—	Chapas, pranchas, folhas e tiras ou fitas de qualquer espessura de níquel; pó e partículas de níquel	4%
75.04	—	Tubos (inclusive seus esboços), barras ôcas e acessórios para tubos (uniões, cotovelos, juntas, mangas, flange, etc.), de níquel	6%
75.05	—	Ânodos para níquelar, fundidos, laminados ou obtidos por eletrólise, em bruto ou manufaturados	8%
75.06	—	Manufaturas de níquel	8%

Capítulo 76 — Alumínio

Notas

(76-1) Para aplicação do presente capítulo se consideram:

a) Fios (posição 76.02):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou treilados, cuja seção transversal, qualquer que seja sua forma, não exceda de 6mm em sua maior dimensão.

b) Barras e perfis (posição 76.02):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou forjados, cuja seção transversal seja superior a 6mm em sua maior dimen-

são e, quanto aos produtos planos, aquêles cuja espessura seja superior à décima parte de sua largura. Consideram-se igualmente como barras e perfis os produtos das mesmas formas e dimensões obtidos por moldagem, vasamento ou simetização, quando tenham recebido posteriormente, em sua superfície, um trabalho mais importante do que o de eliminar rebarbas.

c) Chapas, pranchas, fôlhas e tiras (posição 76.03):

Os produtos planos (diferentes dos produtos em bruto da posição 76.01), enrolados ou não, cuja maior dimensão da seção transversal seja superior a 6mm e cuja espessura, superior a 0,15mm, não exceda da décima parte de sua largura.

Na posição 76.03 ficam compreendidas principalmente as chapas, pranchas, fôlhas e tiras de uma espessura superior a 0,15mm, cortadas em forma diferente da quadrada ou retangular, perfuradas, onduladas, caneladas, estriadas, polidas ou revestidas, desde que estes trabalhos não lhes confiram características de artigos ou de manufaturas classificadas em outras posições da TABELA.

(76-2) Ficam compreendidos, especialmente, nas posições 76.06 e 76.07, os tubos, barras ôcas e acessórios de tubulação, polidos ou revestidos, e os de forma especial ou trabalhados (curvados, em serpentina, fipetados, rosçados, perfurados, estrangulados, cônicos, com atletas aplicadas, etc.).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
76.01	—	Alumínio em bruto	3%
76.02	—	Barras, perfis e fios, de alumínio	4%
76.03	—	Chapas, fôlhas e tiras de espessura superior a 0,15mm	4%
76.04	—	Fôlhas e tiras delgadas, de alumínio (inclusive gofradas, cortadas, perfuradas, revestidas, estampadas ou fixadas sobre o papel, cartolina, cartão, matérias plásticas artificiais ou suportes semelhantes), de 0,15mm ou menos de espessura (não incluído o suporte	4%
76.05	—	Pós e partículas de alumínio	3%
76.06	—	Tubos (inclusive seus esboços) e barras ôcas, de alumínio	8%
76.07	—	Acessórios ("fittings") de alumínio para tubos (uniões, cotovelos, juntas, mangas, flanges etc.)	8%
76.08	—	Construções, inclusive incompletas, montadas ou não, e suas partes (Hangares, pontes, e elementos de pontes, torres, pilares ou postes, colunas, armações, telhados, caixilhos para portas e janelas, balaustradas, etc.), de alumínio; chapas, barras, perfis, tubos, etc., de alumínio, preparados para serem utilizados na construção	8%
76.09	—	Reservatórios, cisternas, cubas e outros recipientes semelhantes, de alumínio, para qualquer produto, de capacidade superior a 300 litros, sem dispositivos mecânicos nem térmicos, inclusive com revestimento interior ou calorifugo	8%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
76.10	—	Tonéis, barris, tambores, latas, caixas e outros recipientes semelhantes, de alumínio, utilizados para o transporte ou acondicionamento, inclusive os de forma tubular, rígidos ou flexíveis	8%
76.11	—	Recipientes de alumínio para gases comprimidos ou liquefeitos	8%
76.12	—	Cabos, cordoalhas, trançados e semelhantes, fio de alumínio, com exclusão dos condutores isolados para usos eléctricos	8%
76.13	—	Telas metálicas e rédes, de fio de alumínio	8%
76.14	—	Chapas ou tiras, de alumínio, golpeadas ou estradas ("déployées")	8%
76.15	—	Artigos de uso e economia domésticos e de higiene e suas partes componentes, de alumínio	8%
76.16	—	Outras manufaturas de alumínio	8%

Capítulo 77 — Magnésio e Berilo (glucínio)

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
77.01	—	Magnésio em bruto	3%
77.02	—	Barras, perfis, fios chapas, folhas, tiras, tubos; barras ócas, pós, partículas e aparas calibradas de magnésio	4%
77.03	—	Manufaturas de magnésio	8%
77.04	—	Berilo (glucínio), em bruto ou manufaturado:	
	1	Em bruto	3%
	2	Manufaturado	8%

Capítulo 78 — Chumbo

Notas

(78-1) Para a aplicação do presente capítulo se consideram:

a) *Fios* (posição 78.02):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou treliçados, cuja seção transversal, qualquer que seja sua forma, não exceda de 6 mm, em sua maior dimensão.

b) *Barras e perfis* (posição 78.02):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou forjados, cuja seção transversal seja superior a 6 mm em sua maior dimensão

e, quanto aos produtos planos, aquêles cuja espessura seja superior à décima parte de sua largura. Consideram-se, igualmente, barras e perfis, os produtos das mesmas formas e dimensões obtidos por moldagem, vasamento ou sinterização, quando tenham sofrido posteriormente em sua superfície trabalho mais importante do que a simples eliminação de rebarbas.

c) *Pranchas, folhas e tiras* (posição 78.03):

Os produtos planos (diferentes dos produtos em bruto da posição 78.01), enrolados ou não, cuja maior dimensão da seção transversal seja superior a 6 mm e cuja espessura não exceda a décima parte de sua largura, com exceção dos produtos com peso igual ou inferior a 1.700 kg. por m².

Na posição 78.03 ficam compreendidas, principalmente, as pranchas, folhas e tiras de um peso superior a 1.700 kg por m², cortadas em forma diferente da quadrada ou retangular, perfuradas, onduladas, acanaladas, estriadas, polidas ou revestidas, desde que estes trabalhos não lhes conferam as características de atreigos ou manufaturas classificadas em outras posições da TABELA.

(78-2) Ficam compreendidos principalmente na posição 78.05 os tubos, barras ôcas e acessórios de tubos, polidos ou revestidos, e os de forma especial ou trabalhados (curvados, em serpentina, filetados, roscados, perfurados, estrangulados, cônicos, com altetas aplicadas etc.).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
78.01	—	Chumbo em bruto (inclusive argenteífero)	3%
78.02	—	Barras, perfis e fios, de chumbo	4%
78.03	—	Pranchas, folhas e tiras de chumbo, de peso por m ² superior 1.700 kg.	4%
78.04	—	Folhas e tiras delegadas, de chumbo (inclusive gofradas, cortadas, perfuradas, revestidas, estampadas ou fixadas sobre papel, cartolina, cartão, matérias plásticas artificiais ou suportes semelhantes), de peso por m ² igual ou inferior a 1.700 kg (não incluindo o suporte); pós e partículas de chumbo	4%
78.05	—	Tubos (inclusive esboços), barras ôcas e acessórios para tubos (uniões, cotovelos, tubos em s para sifões, juntas, mangas, flanges, etc.), de chumbo	6%
78.06	—	Manufaturas de chumbo	8%

Capítulo 79 — Zinco

Notas

(79-1) Para a aplicação do presente capítulo se consideram:

a) *Fios* (posição 79.02):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou trefilados, cuja seção transversal, qualquer que seja a sua forma, não exceda 6 mm em sua maior dimensão.

b) *Barras e perfis* (posição 79.02):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou forjados, cuja seção transversal, seja superior a 6 mm em sua maior dimensão

e, quando se tratar de produtos planos, aquêles cuja espessura seja superior à décima parte de sua largura. Consideram-se igualmente, como barras e perfis, os produtos das mesmas formas e dimensões, obtidos por moldagem, vasamento ou sinterização, quando tenham sofrido posteriormente em sua superfície trabalho mais importante do que a eliminação de rebarbas.

c) Pranchas, fôlhas e tiras (posição 79.03):

Os produtos planos (diferentes dos produtos em bruto da posição 79.01), enrolados ou não, cuja maior dimensão da seção transversal seja superior a 6 mm, e cuja espessura não exceda a décima parte de sua largura.

Na posição 79.03 ficam compreendidas, principalmente, as pranchas, fôlhas e tiras cortadas em forma diferente da quadrada ou retangular perfuradas, onduladas, acenalladas, estriadas, polidas ou revestidas, desde que estes trabalhos não lhes confirmem características de artigos ou de manufaturas classificados em outras posições da Tabela.

(79-2) Ficam compreendidos, principalmente, na posição 79.04 os tubos, barras ôcas e acessórios de tubos, polidos ou revestidos e, os de forma especial ou trabalhados (curvados, em serpentina, filetados, roscados, perfurados, estrangulados, cônicos, com aletas aplicadas, etc.).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA AD VALOREM''
79.01	—	Zinco em bruto	3%
79.02	—	Barras, perfis e fios, de zinco	4%
79.03	—	Pranchas, fôlhas, e tiras ou fitas de qualquer espessura, de zinco; pó e partículas de zinco	4%
79.04	—	Tubos (inclusive esboços), barras ôcas e acessórios ("fittings"), para tubos (uniões, cotovelos, juntas, mangas, flanges, etc.) de zinco	6%
79.05	—	Goteiras, calhas, peitoris e outras manufaturas de zinco para a construção	6%
79.06	—	Outras manufaturas de zinco	8%

Capítulo 80 — Estanho

Notas

(80-1) Para a aplicação do presente capítulo se consideram:

a) Fios (posição 80.02):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou trefilados, cuja seção transversal, qualquer que seja sua forma, não exceda a 6 mm em sua maior dimensão.

m) Barras e perfis (posição 80.02):

Os produtos de seção maciça, laminados, extrusados, estirados ou forjados, cuja seção transversal seja superior a 6 mm em sua maior dimensão e, quando aos produtos planos, aquêles cuja espessura seja superior à décima parte de sua largura. Consideram-se, igualmente, como barras e perfis os produtos das mesmas formas e dimensões, obtidos por moldagem, vasamento ou sinterização, quando tenham sofrido posteriormente em sua superfície trabalho mais importante do que eliminar rebarbas.

c) Chapas, pranchas, fôlhas e tiras (posição 80.03):

Os produtos planos (diferentes dos produtos em bruto da posição 80.01), enrolados ou não, cuja maior dimensão da seção transversal seja superior a

6 mm e cuja espessura não exceda à décima parte de sua largura, com exceção dos produtos com peso igual ou inferior a um kg por m2.

Na posição 80.03 ficam compreendidas, principalmente, em chapas, pranchas, folhas e tiras, com um peso por m2 de mais de um kg, cortadas em forma diferente da quadrada ou retangular, perfuradas, onduladas, canaladas, estriadas, polidas ou revestidas desde que estes trabalhos não lhes confirmem características de artigos ou manufaturas classificados em outras posições da Tabela.

(80-2) Ficam compreendidas principalmente na posição 80.05 os tubos, barras ôcas e acessórios de tubos, polidos ou revestidos, e os de forma especial ou trabalhados (curvados, em serpentina, filetados, roscados perfurados, estrangulados, cônicos, com aletas aplicadas, etc.).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
80.01	—	Estanho em bruto	3%
80.02	—	Barras, perfis e fios, de estanho	4%
80.03	—	Chapas, pranchas, folhas e tiras ou fitas, de estanho, de um peso por m2 superior a um kg.	4%
80.04	—	Folhas e tiras delgadas, de estanho (in- clusive gofradas, cortadas, perfuradas, revestidas, estampadas ou fixadas sobre papel, cartolina, cartão, matérias plásti- cas artificiais ou suportes semelhantes), de um kg, ou menos, de peso por m2 (não incluído o suporte); pó e partículas de estanho	4%
80.05	—	Tubos (inclusive esboços), barras ôcas e acessórios para tubos (uniões, cotovelos, juntas, mangas, flanges, etc.), de es- tanho . . .	8%
80.06	—	Manufaturas de estanho . . .	8%

Capítulo 81 — Outros metais comuns

Nota

(81-1) Na posição 81.04 só se classificam os metais comuns menciona-
dos a seguir: bismuto, cádmio, cobalto, cromo, gálio, germânio, háfnio
(cértio) índio, manganês, nióbio (colúmbio), rênio, antimônio, titânio, tório,
telúrio, urânio, vanádio e zircônio.

Esta posição compreende igualmente os mates, "speiss" e demais pro-
dutos intermediários da metalurgia do cobalto.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
81.01	—	Tungstênio (volfrâmio) em bruto ou ma- nufaturado.	
	1	Em bruto	3%
	2	Manufaturado . . .	8%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
81.02	—	Molibdênio em bruto ou manufaturado	
	1	Em bruto	3%
	2	Manufaturado	8%
81.03	—	Tântalo em bruto ou manufaturado	
	1	Em bruto	3%
	2	Manufaturado	8%
81.04	—	Outros metais comuns, em bruto ou manufaturados	
	1	Em bruto	3%
	2	Manufaturado	8%

Capítulo 82 — Ferramentas, Cutelaria e talheres, de metais comuns.

Notas

(82-1) Com ressalva dos maçaricos, forjas portáteis, rebolos motados e jogos de ferramentas de manicure e pedicure, bem como dos artigos relacionados nas posições 82.07 e 82.15, o presente capítulo compreende, exclusivamente, os objetos munidos de uma lâmina ou outra parte operante:

- a) de metal comum;
- b) de carburetos metálicos com suporte de metal comum;
- c) de pedras preciosas e semipreciosas ou de pedras sintéticas ou reconstituídas, com suporte de metal comum;
- d) de matérias abrasivas com suporte de metal comum, sob a condição de que se trate de ferramentas cujos dentes, arestos ou outras partes cortantes não tenham perdido sua função própria pelo fato de se lhes ter adicionado pós abrasivos.

(82-2) As partes e peças separadas, de metais comuns, dos artigos do presente capítulo, classificam-se com estes artigos, com exceção das partes e peças separadas, especialmente designadas, e dos porta-ferramentas para os utensílios mecânicos manuais da posição 84.48. Contudo, as partes e acessórios de uso geral, conforme se especifica na nota (XV-2) da presente Alinea estão sempre excluídas deste capítulo.

Os esboços de manufaturas deste capítulo, bem como os esboços de partes e peças separadas das manufaturas que correspondem ao presente capítulo, em virtude do parágrafo precedente, seguem o regime dos artigos acabados. Nas posições 82.11 e 82.13, respectivamente, classificam-se cabeças, pentes, contrapentes, lâminas e folhas de máquinas de barbear e de cortar cabelo ou de tosquiar, de qualquer tipo, inclusive as elétricas.

(82-3) Quando os artigos classificados nas diversas posições do presente capítulo se apresentem sortidos dentro de estojo, caixas ou invólucros, o conjunto segue o regime que corresponda ao objeto que, estando compreendido no sortido, for passível da alíquota mais elevada. Contudo os sortidos para manicure, pedicure e semelhantes, embora contenham tesouras, classificam-se na posição 82.13.

82-4) Os estojos ou recipientes semelhantes que se apresentem com os artigos deste capítulo, destinados aos mesmos e com os quais se vendem

normalmente, classificam-se com os referidos artigos. Quando e apresentam isoladamente, seguem seu próprio regime.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
82.02	—	Serras manuais montadas, fôlhas de serra de todos os tipos (inclusive as fresas de serrar e as fôlhas sem dentes)	6%
82.03	—	Tenazes, alicates, pinças e semelhantes, inclusive cortantes; chaves de porcas; torquesas, corta-tubos, corta-cavilhas e semelhantes; cisalhas para metais, limas e grosas, manuais	3%
82.04	—	Outros utensílios e ferramentas manuais (exclusive os artigos compreendidos em outras posições deste capítulo); bigorna, tornos de apertar, lâmpadas de soldar, forjas portáteis, rebolos montados, manuais ou de pedal, e corta-vidros montados	6%
82.05	—	Ferramentas intermutáveis para máquinas e para ferramentas manuais, mecânicas ou não (de cunhar, estampar, rosquear, alisar, filetar, fresar, madrilhar, entalhar, tornear, atarraxar, furar, etc.); inclusive as fileiras de estiragem (trefilado) e de extrusão dos metais, bem como as ferramentas de sonder e perfurar	6%
82.06	—	Facas e lâminas cortantes para máquinas e aparelhos mecânicos	6%
82.07	—	Lâminas, varetas, pontas e objetos semelhantes para ferramentas, não montados, constituídos por carburetos metálicos (volfrâmio, molibdênio, vanádio, aglomerados por sintetização	6%
82.08	—	Moinhos de café, máquinas de moer carne, passadores e outros aparelhos mecânicos de uso doméstico, utilizados para preparar, acondicionar, servir, etc., os alimentos e as bebidas, de peso máximo de 10 kg.	8%
82.09	—	Facas com lâminas cortantes (diferentes das da posição 82.06), serrilhadas ou não, inclusive podões	10%
82.10	—	Lâminas para facas da posição 82.09	8%
82.11	—	Navalhas e máquinas de barbear e suas lâminas (inclusive os esboços em tiras); peças separadas metálicas e máquinas de barbear	10%
82.12	—	Tesouras e suas lâminas	10%
82.13	1	Outros artigos de cutelaria:	
		Tesouras de podar, tosquiadores, rachadores, facas de talho e de copa e facas de cortar papel	5%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
82.14	2 —	Outros Colheres, conchas para sopa, garfos, pás para torta, facas especiais para peixe ou manteiga, pinças para açúcar e artigos semelhantes	10% 8%
82.15	—	Cabos de metais comuns para os artigos das posições 82.09, 82.13 e 82.14	8%

Capítulo 83 — Manufaturas diversas de metais comuns

Nota

(83-1) Nunca se considerarão como partes das manufaturas do presente capítulo, os artigos de ferro fundido, ferro ou aço, classificados nas posições 73.25, 73.29, 73.31, 73.32, 73.35, e os mesmos artigos de outros metais comuns.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
83.01	—	Fechaduras (inclusive fechos de segurança com fechaduras), ferrolhos e cadeados, de chave, de segredo ou elétricos e suas partes componentes, de metais comuns; chaves de metais comuns (acabados ou não) para estes artigos	8%
83.02	—	Guarnições, ferragens e outros artigos semelhantes de metais comuns, para móveis, portas, escadarias, janelas, persianas, carroçarias, artigos de celeiro, baús, arcas e outras manufaturas deste tipo; escápulas, cabides, suportes, consolos e artigos semelhantes, de metais comuns (inclusive fechos automáticos para portas)	8%
83.03	—	Cofres fortes; portas e compartimentos blindados para caixas fortes, caixas de segurança e artigos semelhantes de metais comuns	15%
83.04	—	Classificadores, fichários, caixas para classificação e seleção, porta-cópias e material semelhante de escritório, de metais comuns, com exclusão dos móveis de escritórios da posição 94.03	8%
83.05	—	Ferragens para encardenação de folhas soltas e para classificadores, pinças e desenho, molas para papéis, cantos para cartas, "Clips"; grampos, colchetes, guarnições para registros e outros objetos semelhantes para escritório, de metais comuns	8%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
83.06	—	Estatuetas e demais objetos de ornamentação para interiores, de metais comuns	10%
83.07	—	Aparelhos de iluminação e artigos de lampadaria, bem como suas partes componentes não-elétricas, de metais comuns	10%
83.08	—	Tubos flexíveis de metais comuns	8%
83.09	—	Fechos, fivelas, colchetes, ilhós e semelhantes, de metais comuns, para vestuário, calçado, toldos, artigos de viagem e qualquer confecção ou equipamento; rebites tubulares ou de haste fendida, de metais comuns	8%
83.10	—	Contas e lantejoulas de metais comuns ..	10%
83.11	—	Sinos, sinetas, campainhas, guizos e semelhantes (não-elétricos) e suas partes componentes, de metais comuns	10%
83.12	—	Molduras metálicas para fotografias, gravuras e semelhantes; espelhos metálicos	10%
83.13	—	Rólhas metálicas, rôlhas filetadas, protetores de rôlhas cápsulas flexíveis para garrafas, rôlhas vertedoras e semelhantes, selos de garantia e acessórios semelhantes para acondicionamento ou embalagem, de metais comuns	8%
83.14	—	Placas indicadoras, para sinalização, anúncios e semelhantes, números, letras e indicações diversas, de metais comuns ..	8%
83.15	—	Fios, varetas, tubos, chapas, pastilhas, elétrodos e artigos semelhantes de metais comuns ou de carburetos metálicos, revestidos ou cobertos de decapantes e fundentes, para soldagem ou depósito de metal ou carboretos metálicos, fios e varetas de pó aglomerado, de metais comuns, para metalização por projeção ..	8%

ALÍNEA XIX

MAQUINAS E APARELHOS; MATERIAL ELÉTRICO

Notas

(XIX-1) A presente Alínea não compreende:

a) as correias transportadoras ou de transmissão, de borracha vulcanizada (posição 40.10) bem como os artigos para usos técnicos de borracha vulcanizada não endurecida, tais como arruelas, juntas, válvulas e semelhantes (posição 40.14);

b) os artigos para usos técnicos de couro natural, artificial ou reconstruído (posição 43.03);

c) os carretéis espulas, bobinas e outros suportes semelhantes, de qualquer matéria (capítulos 39, 40, 44, 48 ou Alínea XVIII, segundo os casos);

d) os papéis, cartolinas e cartões perfuráveis para mecanismos "Jacquard" e semelhantes, da posição 48.21;

e) as correias transportadoras ou de transmissão de matérias têxteis (posição 59.16) bem como os artigos para usos técnicos de matérias têxteis (posição 59.17);

f) os artigos totalmente feitos de pedras preciosas e semipreciosas ou de pedras sintéticas ou reconstituídas — pedras não montadas — (posições — 71.02, 71.05 ou 71.15);

g) as partes e acessórios de uso geral, segundo define a nota XVIII-2 da Alínea XVIII;

h) as telas e correias sem fim, de fios ou tiras metálicas (Alínea XVIII);

i) os artigos dos capítulos 82 e 83;

j) o material de transporte da Alínea XX;

l) os artigos do capítulo 90 (instrumentos e aparelhos de medida e de precisão etc.);

m) os artigos de relojoaria (capítulo 91);

n) as escovas que constituem elementos de máquinas (posição 96.02);

o) as máquinas que tenham características de jogos, brinquedos ou artigos para esporte (capítulo 97).

(XIX-2) Salvo o disposto nas notas (XIX-1) e (XIX-3) da presente Alínea e das notas (84-1) e (85-1) dos capítulos 84 e 85, as partes e peças separadas de máquinas (com exceção das partes e peças separadas dos artigos compreendidos nas posições 84.64, 85.23, 85.24, 85.25 e 85.27) se classificam de conformidade com as seguintes regras:

a) as partes e peças separadas que consistam em artigos compreendidos em qualquer das posições dos capítulos 84 e 85 (com exceção das posições 84.65 e 85.28) correspondem à referida posição, qualquer que seja a máquina a que se destinem;

b) quando se possa identificar como destinadas exclusiva ou principalmente a uma máquina determinada ou a várias máquinas correspondentes à mesma posição (inclusive as posições 84.59 e 85.22), as partes e peças separadas, diferentes das consideradas no parágrafo anterior, classificam-se na posição correspondente a esta ou a estas máquinas; todavia, as partes e peças separadas destinadas principalmente, tanto aos artigos da posição 85.13 como aos da posição 85.15, se incluem na posição 85.13);

c) as demais partes e peças separadas correspondem às posições 84.65 ou 85.28.

(XIX-3) Quando na presente Alínea se estabeleça uma distinção entre as máquinas e suas partes componentes, considerar-se-ão como máquinas, e não como partes, as máquinas incompletas que apresentem as características essenciais da máquina completa.

(XIX-4) As máquinas que se apresentem desmontadas ou por montar inclusive as máquinas incompletas no sentido da nota precedente, classificam-se da mesma forma que as máquinas montadas.

(XIX-5) Salvo disposições em contrário, as combinações de máquinas de diferentes classes, destinadas a funcionar conjuntamente e que constituam um único corpo, bem como as máquinas com duas ou mais funções diferentes, alternativas ou complementares, classificam-se segundo a função principal que caracterize o conjunto.

(XIX-6) As máquinas motrizes de qualquer espécie, adaptadas às máquinas de trabalho ou que apresentadas ao mesmo tempo que essas máquinas, a que manifestamente se destinam (base comum, lugar reservado na armação, peça saliente desta armação ou dispositivo semelhante), seguem o regime da máquina que devem acionar. O mesmo se dá com as correias transportadoras ou de transmissão montadas nas máquinas ou que se apresentem ao mesmo tempo que as máquinas a que manifestamente se destinem.

(XIX-7) Para a aplicação das notas precedentes, a denominação "máquinas" se aplica às máquinas e aos diversos aparelhos e instrumentos da Alínea.

Capítulo 84 — Caldeiras, Máquinas, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos

Notas

(84-1) Este capítulo não compreende:

- a) as mós e artigos semelhantes para moer e outros artigos do capítulo 68;
- b) os aparelhos, máquinas, instrumentos (bombas, por exemplo) e suas partes componentes, de matérias cerâmicas (capítulo 69);
- c) o vidro de laboratório (posição 70.17) e os artigos de vidro para usos técnicos (posições 70.20 e 70.21);
- d) os artigos das posições 73.36 e 73.37, bem como seus semelhantes de outros metais comuns;
- e) as ferramentas e máquinas-ferramentas eletro-mecânicas de uso manual (posição 85.05) e os aparelhos eletro-mecânicos de uso doméstico (posição 85.06).

(84-2) Salvo o disposto nas notas (XIX-5) e (XIX-6) da Alínea XIX, as máquinas e aparelhos que se possam classificar simultaneamente nas posições 84.01 a 84.21, inclusive, e nas posições 84.22 a 84.60, inclusive serão classificados nas posições 84.01 a 84.21, inclusive.

Não se classificam, porém, na posição 84.17:

- a) as incubadeiras e criadeiras para a avicultura, e os armários ou estufas de germinação (posição 84.28);
- b) os aparelhos de molhar grãos, usados na indústria da moagem (posição 84.29);
- c) os difusores para a indústria açucareira (posição 84.30);
- d) as máquinas e aparelhos térmicos para o tratamento dos fios, tecidos e manufaturas de matérias têxteis (posição 84.40);
- e) os aparelhos e dispositivos que realizem uma operação mecânica, em que a mudança de temperatura (aquecimento ou resfriamento) embora necessária apenas desempenha uma função acessória com relação à operação final.

Não se classificam na posição 84.19:

- a) as máquinas de costura para fechar volume (posição 84.41);
- b) as máquinas e aparelhos de escritório da posição 84.54.

(84-3) Classificam-se na posição 84.62 as esferas de aço calibrados, isto é, as esferas polidas cujo diâmetro máximo ou mínimo não difira de mais de 1% do diâmetro nominal desde que esta diferença (ou tolerância) não exceda 0,05mm.

As esferas de aço que não se ajustem a esta definição se classificam na posição 73.40.

(84-4) Salvo disposições em contrário e sem prejuízo do estabelecimento da nota (84-2) deste capítulo, bem como na nota (XIX-5) da Alínea XIX, as máquinas que tenham múltiplas aplicações se classificam na posição que corresponda a sua utilização principal; mas, quando tal posição não existir ou quando a aplicação principal não se possa determinar, incluem-se na posição 84.59.

Incluem-se igualmente, em todos os casos na posição 84.59, as máquinas para o fabrico de cordas ou cabos (para torcer, dobrar, etc.) para toda classe de matérias, com excepção das máquinas de enrolar e enovelar (posição 84.36) e as máquinas de polir (posição 84.40).

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
84.01	—	Geradores de vapor de água ou de vapores de outras classes (caldeiras de vapor)	4%
84.02	—	Aparelhos auxiliares, para geradores de vapor em geral (economizadores, superaquecedores, acumuladores, de vapor	

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
84.03	—	aparelhos de limpeza e de recuperação de gases etc.), condensadores para máquinas de vapor Gasogênios e geradores de gás de água ou gás pobre, com ou sem depuradores; geradores de acetileno (por via úmida) e geradores semelhantes, com ou sem depuradores	4%
84.04	—	Locomóveis (com exclusão dos tratores da posição 87.01) e máquinas semifixas, a vapor	4%
84.05	—	Máquinas a vapor de água ou outros vapores, separadas de suas caldeiras	4%
84.06	—	Motores de explosão ou de combustão interna, de êmbolos	4%
84.07	—	Rodas hidráulicas, turbinas e demais máquinas motrizes hidráulicas, inclusive seus reguladores	4%
84.08	—	Outros motores e máquinas motrizes	4%
84.09	—	Compactadores, de propulsão mecânica ..	4%
84.10	—	Bombas, motobombas e turbobombas para líquidos inclusive bombas não mecânicas e bombas distribuidoras com dispositivo de medição; elevadores de líquidos (de alcatruzes, de caixões, de correias flexíveis, etc.)	4%
84.11	—	Bombas, motobombas e turbobombas de ar e de vácuo; compressores, motocompressores e turbocompressores de ar e outros gases, geradores de êmbolos livres, ventiladores e semelhantes	4%
84.12	—	Grupos para acondicionamento de ar que contenham em um único corpo um ventilador com motor e dispositivos apropriados para modificar a temperatura e a unidade	15%
84.13	—	Queimadores para alimentação de fornalhas, de combustíveis líquidos (pulverizadores) de combustíveis sólidos pulverizados ou de gás; fornalhas, automáticas, incluídas suas ante-fornalhas, grelhas mecânicas dispositivos mecânicos para descarregar cinzas e dispositivos semelhantes, apresentados isoladamente	4%
84.14	—	Fornos industriais ou de laboratório com exclusão dos fornos elétricos da posição 85.11	4%
84.15	—	Material, máquinas e aparelhos para a produção de frio, com equipamento elétrico ou de outros tipos:	
	1	Refrigeradores e outros aparelhos, de uso doméstico	15%
	2	Outros	8%
84.16	—	Calandras e laminadores, (exceto os laminadores para metais e as máquinas para laminar vidro); cilindros para as referidas máquinas	4%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
84.17	—	Aparelhos e dispositivos, mesmo aquecidos eletricamente, para o tratamento de matérias por meio de operações que envolvam mudança de temperatura tais como: aquecimento, cocção, torrefação, destilação, retificação, esterilização, pasteurização, secagem, evaporação, vaporização, condensação, refrigeração etc.) com exclusão dos aparelhos de uso doméstico; aquecedores de água não elétricos:	
	1	Aquecedores de água não elétricos	8%
	2	Outros	4%
84.18	—	Máquinas e aparelhos centrifugadores, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases:	
	1	De uso doméstico	15%
	2	Outros	4%
84.19	—	Máquinas e aparelhos para secar e limpar garrafas e outros recipientes; para encher, fechar, etiquetar ou capsular garrafas, caixas, sacos e outros recipientes; para empacotar e acondicionar mercadorias; aparelhos para gaseificar bebidas; aparelhos para lavar baixelas:	
	1	Aparelhos para lavar louças	15%
	2	Outros	4%
84.20	—	Aparelhos e instrumentos para pesagem, inclusive básculas e balanças para verificação de peças fabricadas, com exclusão das balanças sensíveis a um peso igual ou inferior a 5 centigramas; pesos para qualquer tipo de balança	8%
84.21	—	Aparelhos mecânicos (inclusive manuais) para projetar, dispersar ou pulverizar matérias líquidas ou em pó; extintores, carregados ou não; pistolas aerográficas e aparelhos semelhantes; máquinas e aparelhos de jato de areia de jato de vapor e aparelhos de jato semelhantes	6%
84.22	—	Máquinas e aparelhos elevatórios de carga de descarga e movimentação (elevadores, "skips", guinchos, macacos, talhas, guindastes, pontes rolantes, transportadores, teleféricos, etc.), com exclusão das máquinas e aparelhos da posição 84.23	8%
84.23	—	Máquinas e aparelhos, fixos ou móveis, para extração, movimento de terras, escavação ou perfuração do solo (pás mecânicas, cortadoras de carvão, escavadeiras, retro-escavadeiras, niveladoras, "bull-dozers", "scrappers", etc.), bate-estacas	4%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
84.24	—	Máquinas, aparelhos e instrumentos agrícolas para a preparação e trabalho do solo e para o cultivo, inclusive rolos para relvados e campos de esporte	4%
84.25	—	Maquinaria para colheita e debulha; enfardadeira para palha e forragens; cortadeiras de relva; máquina para limpar trigo e máquinas semelhantes para limpeza de grãos, selecionadoras de ovos, frutas e outros produtos agrícolas, com exclusão das máquinas e aparelhos para indústria de moagem da posição 84.29	4%
84.26	—	Máquinas para ordenhar e outras máquinas e aparelhos para a indústria de laticínios	4%
84.27	—	Prensas, esmagadoras e demais aparelhos empregados na fabricação do vinho, cidra e semelhantes	4%
84.28	—	Outras máquinas e aparelhos para agricultura, horticultura, avicultura, e apicultura, inclusive os germinadores com dispositivos mecânicos ou térmicos e as incubadeiras, e criadeiras para avicultura	4%
84.29	—	Maquinaria para a indústria de moagem e para o tratamento dos cereais e legumes secos, com exclusão de maquinaria ou equipamento rural	4%
84.30	—	Máquinas e aparelhos não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo, para as indústrias de panificação, pastelaria, bolachas, biscoitos, massas alimentícias, confeitaria, chocolates, bem como para as indústrias do açúcar e da cerveja e para a preparação de carnes, peixes, hortaliças, legumes e frutas, com fins alimentícios	4%
84.31	—	Máquinas e aparelhos para a fabricação de pasta de papel e para a fabricação e acabamento de papel, cartolina e cartão	4%
84.32	—	Máquinas e aparelhos para encadernar, inclusive máquinas de costurar cadernos	4%
84.33	—	Outras máquinas e aparelhos para trabalhar pasta de papel, cartolina e cartão, inclusive as cortadeiras de todos os tipos	4%
84.34	—	Máquinas para fundir e compor caracteres de imprensa; máquinas, aparelhos e material para matrizes, estereotípia e semelhantes; tipos de imprensa, matrizes, chapas, cilindros e outros órgãos impressores; pedras litográficas, cha-	

Posição	Inciso	Produtos	Aliquota "ad valorem"
84.35	—	pas e cilindros preparados para as artes gráficas (lisos, granulados, polidos, etc.)	4%
84.36	—	Máquinas e aparelhos para impressão e artes gráficas, marginadoras, dobradoras e outros aparelhos auxiliares de impressão	4%
84.37	—	Máquinas e aparelhos para o fabrico de fios (extrusão) de matérias têxteis sintéticas e artificiais; máquinas e aparelhos para preparação de matérias têxteis; máquinas para fiação e torção de matérias têxteis; máquinas para bobinar (inclusive espuladeiras) e para dobrar e torcer matérias têxteis	4%
84.38	—	Teares e máquinas para tecer, para fazer tecidos de malha, tules, rendas, bordados, passamanaria e rede; aparelhos e máquinas preparatórias para tecer ou fazer tecidos de malha, etc. (urdadeiras, engomadeiras, etc.)	4%
84.39	—	Máquinas e aparelhos auxiliares para as máquinas da posição 84.37 (Mecanismos tais como máquinas Jacquard, quebratramas e quebra-urdaduras e mecanismos para substituição de lançadeiras, etc.); peças separadas e acessórios destinados exclusiva ou principalmente às máquinas e aos aparelhos da presente posição e das posições 84.36 e 84.37 (fusos, aletas, guarnições para cardas, pentes, barretas fieiras, lançadeiras, liços, bastidores, agulhas, platinas, ganchos, etc.)	4%
84.40	—	Máquinas e aparelhos para a fabricação e o acabamento do feltro, em peças ou em forma determinada, inclusive máquinas e fôrmas de chapelaria	4%
	1	Máquinas e aparelhos para lavar, limpar, secar, branquear, tingir e para o apresto e acabamento de fios, tecidos e manufaturas de matérias têxteis (inclusive aparelhos para lavar roupa, passar a ferro as confecções, enrolar, dobrar ou cortar tecidos); máquinas para revestimento de tecidos e outros suportes para a fabricação de linóleos e outros artefatos para cobrir assoalhos; máquinas para estampar fios, tecidos, feltro, couro, papel de decorar casas, papel de embalagem, linóleos e outras matérias semelhantes (inclusive chapas e cilindros gravados para estas máquinas): De uso doméstico Outros	15% 4%

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
84.41		Máquinas de costura (para tecidos, couros, calçados, etc.), inclusive os móveis para máquinas de costura; agulhas para máquinas de costura. (VETADO)	
84.42	—	Máquinas e aparelhos para a preparação e trabalho dos couros e peles e para fabricação de calçado e outras manufaturas de couro ou pele, com exclusão das máquinas de costura da posição 84.41	4%
84.43	—	Conversores, colheres de fundição, lingoteiras e máquinas de vaziar e de moldar, para acearia, função e metalurgia	4%
84.44	—	Laminadores, trens de laminação e cilindros laminadores	4%
84.45	—	Máquinas-ferramentas para o trabalho de metais e de carburetos metálicos, diferentes dos compreendidas nas posições 84.49 e 84.50	4%
84.46	—	Máquinas-ferramentas para o trabalho da pedra, produtos cerâmicos, concreto, fibrocimentos e outras matérias minerais semelhantes e para o trabalho a frio do vidro, diferentes das compreendidas na posição 84.49	4%
84.47	—	Máquinas-ferramentas, diferentes das da posição 84.49, para o trabalho da madeira, cortiça, osso, ebonite, matérias plásticas artificiais e outras matérias duras semelhantes	4%
84.48	—	Pecas separadas e acessórios que se possam conhecer como exclusiva ou principalmente destinados às máquinas-ferramentas das posições 84.45 a 84.47, inclusive, compreendidos os porta-pecas, porta-objetos, tarraxas de funcionamento automático, dispositivos divisores e demais dispositivos especiais para montar nas máquinas-ferramentas; porta-objetos para as ferramentas manuais das posições 82.04, 84.49 e 85.05:	
	1	Porta-objetos para as ferramentas manuais das posições 82.04, 84.49 e 85.05	6%
	2	Outros	4%
84.49	—	Ferramentas e máquinas-ferramentas, pneumáticas ou com motor incorporado não elétrico, para emprêgo manual	6%
84.50	—	Máquinas e aparelhos de gás para soldar, cortar e para têmpera superficial	4%
84.51	—	Máquinas de escrever, sem dispositivo totalizador; máquinas de autenticar cheques	10%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
84.52	—	Máquinas de calcular; máquinas de escrever para contabilidade, caixas registradoras, máquinas de franquiar e de emitir "tickets" e semelhantes, com dispositivos totalizadores	10%
84.53	—	Máquinas de estatística e semelhantes de cartões perfurados (perfuradoras, conferidoras, classificadoras, tabuladoras, multiplicadoras, etc.)	10%
84.54	—	Outras máquinas e aparelhos de escritório (copiadores hectográficos ou de clichês, máquinas para imprimir endereços, máquinas de classificar, contar e empacotar moeda, aparelhos de apontar lápis, aparelhos de perfurar e grampear, etc.)	10%
84.55	—	Pecas separadas e acessórios (diferentes dos estojos, capas, resguardos e semelhantes) que se possam reconhecer como destinados exclusiva ou principalmente as máquinas e aparelhos das posições 84-51 a 84.54 inclusive	10%
84.56	—	Máquinas e aparelhos para classificar, peneirar, lavar, britar, triturar, misturar terras, pedras e outras matérias minerais sólidas; máquinas e aparelhos para aglomerar dar forma e moldar, combustíveis minerais sólidos, pastas cerâmicas, cimento, gesso, e outras matérias minerais em pó ou em pasta; máquinas para fazer moldes de areia para fundição	4%
84.57	—	Máquinas e aparelhos para fabricação e trabalho a quente do vidro e das manufaturas de vidro; máquinas para montagem de lâmpadas, tubos e válvulas elétricas, eletrônicas e semelhantes....	4%
84.58	—	Aparelhos automáticos para a venda, cujo funcionamento não dependa da destreza nem da sorte, tais como distribuidores automáticos de selos, cigarros, chocolates, comestíveis, etc.	10%
84.59	—	Máquinas, aparelhos e artefatos mecânicos, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo....	6%
84.60	—	Caixas de fundição, moldes e coquilhas dos tipos utilizados para metais (exceto as lingoteiras), carburetos metálicos, vidro, matérias minerais (pastas cerâmicas, concreto, cimento, etc.), borracha e matérias plásticas artificiais	6%
84.61	—	Torneiras, registros, válvulas e semelhantes (inclusive as válvulas redutoras de pressão e as válvulas termostáticas), para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes semelhantes	10%

Posição	Inciso	Produtos	Alíquota "ad valorem"
84.62	—	Rolamentos de qualquer espécie (de esferas, de agulhas ou de rolos de qualquer forma)	10%
84.63	—	Árvores de transmissão, eixos de manivelas, suportes de mancal e mancais diferentes dos rolamentos, engrenagens e rodas de fricção, redutores, multiplicadores e variadores de velocidade, volantes e roldanas (inclusive roldanas para cadernais), embreagens, órgãos de acoplamento (mangas, acoplamentos flexíveis, etc.) e juntas de articulação (cardan, d'Oldham, etc.)	10%
84.64	—	Juntas metaloplásticas; jogos e sortidos de juntas de composição diferentes, para máquinas, veículos e tubulações, apresentadas em bolsas, envelopes ou embalagens semelhantes	10%
84.65	—	Partes e peças separadas de máquinas, de aparelhos e de artefatos mecânicos, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo, que não tenham conexões elétricas, isolamentos elétricos, bobinagens, contatos ou outras características elétricas	8%

Capítulo 85 — Máquinas e Aparelhos Elétricos e Objetos Destinados a Usos Eletrônicos

Notas

(85-1) Excluem-se do presente capítulo:

a) os cobertores almofadas e artigos semelhantes, aquecidos eletricamente; o vestuário: calçado, orelheiras e outros artigos de uso pessoal, aquecidos eletricamente;

b) as manufaturas de vidro da posição 70.11;

c) os móveis aquecidos eletricamente (capítulo 94).

(85-2) Os artigos suscetíveis de serem incluídos simultaneamente na posição 85.01 e na posição 85.08, 85.09 ou 85.21, classificam-se nestas três últimas posições. Não obstante, os retificadores de vapor de mercúrio de curva metálica estão compreendidos na posição 85.01.

(85-3) A posição 85.06 abrange, desde que se trate de aparelhos eletromecânicos dos tipos comumente utilizados em usos domésticos:

a) os aspiradores de pó e enceradeiras, esmagadores e misturadores de alimentos, espremedores de frutas e ventiladores para habitações, qualquer que seja seu peso;

b) os demais aparelhos com um peso máximo de 20 kg, com exclusão das máquinas de lavar roupa (posição 84.19), máquinas de lavar roupa, etc. (posição 84.18 ou 84.40, segundo se trate ou não de máquinas cên-

trifugas; máquinas de passar a ferro (posição 86.16 ou 84.40, segundo se trate ou não de calandras); máquinas de costura (posição 84.41) e aparelhos eletrotermicos de posição 85.12.

POSICÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
85.01	—	Geradores, motores e conversores rotativos; transformadores e conversores estáticos (retificadores, etc.); bobinas de reação e de auto-indução	4%
85.02	—	Eletroímãs; ímãs permanentes, magnetizados ou não; pratos, mandrils e outros dispositivos magnéticos ou eletromagnéticos semelhantes de fixação; acoplamentos embreagens, variadores de velocidade e freios eletromagnéticos; cabeças eletromagnéticas para máquinas elevadoras	8%
85.03	—	Pilhas elétricas	8%
85.04	—	Acumuladores elétricos	8%
85.05	—	Ferramentas e máquinas-ferramentas eletromecânicas (com motor incorporado), de uso manual	6%
85.06	—	Aparelhos eletromecânicos (com motor incorporado, de uso doméstico	15%
85.07	—	Máquinas de barbear e de cortar cabelo, inclusive tosquiadoras, elétricas, com motor incorporado	15%
85.08	—	Aparelhos e dispositivos elétricos de ignição e de arranque para motores de explosão ou de combustão interna, velas de ignição e aquecimento, aparelhos de arranque etc.; geradores dinamos e corretores disjuntores utilizados com estes motores	8%
85.09	—	Aparelhos elétricos de iluminação e de sinalização limpa-vidros, dispositivos elétricos contra geada e contra nevoeiro, para bicicletas a motor, motocicletas e autocarros	10%
85.10	—	Lâmpadas elétricas portáteis destinadas a funcionar por meio de sua própria fonte de energia (de pilhas, de acumuladores eletromagnéticos, etc.), com exclusão de aparelhos da posição 85.09	10%
85.11	—	Fornos elétricos, industriais ou de laboratório inclusive os aparelhos para o tratamento termico de materias por indução ou por perdas dielétricas; máquinas e aparelhos elétricos de soldar ou cortar ..	6%
85.12	—	Aquecedores elétricos de água, comprehendendo os de imersão; aparelhos elétricos para aquecimento de ambientes e outros usos semelhantes; aparelhos eletrotermicos para cabeleireiros (para secar o cabelo, irradadores, aquecedores de fer-	

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
85.13	—	ros de frisar); ferros elétricos de engomar aparelhos eletrotérmicos para usos domésticos resistências aquecedoras diferentes das da posição 85.24	15%
85.14	—	Aparelhos elétricos para telefonia e telegrafia, com fios, inclusive os aparelhos de telecomunicação por corrente de su- porte	8%
85.15	—	Microfones e seus suportes, alto-falantes e amplificadores elétricos de baixa frequência	8%
85.16	—	Aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia; aparelhos emissores e receptores de radiodifusão e de televisão, compreendendo os receptores combinados como fonógrafos e os aparelhos de tomada de vista para televisão, aparelhos de radiodireção, radiotelegrafia, radiotelegrafia e radiotelecom- municacão	15%
85.17	—	Aparelhos elétricos de sinalização (exce- to os destinados a transmitir mensa- gens), de segurança, de controle e co- mando para vias férreas e outras vias de comunicação, inclusive os portos e aeroportos	8%
85.18	—	Aparelhos elétricos de sinalização acústica ou visual (campainhas, sirenas, quadros indicadores, aparelhos de alarma para proteção contra roubos ou incêndios etc.), diferentes dos das posi- ções 85.09 e 85.16	10%
85.19	—	Condensadores elétricos fixos, variáveis ou ajustáveis	8%
85.20	—	Aparelhos e material para, interrupção, seccionamento, proteção, derivação ou conexão de circuitos elétricos (interruptores, computadores, relés, curto-circuitos, para-raios, tomadas de corrente, caixas de junção etc.); resistências, não aquecedoras, potenciômetros e reostatos; reguladores automáticos de tensão para comutação por resistência, por indutância, de contatos vibrantes ou de motor; quadros de comandos ou de distribuição	8%
	—	Lâmpadas e tubos elétricos de incandescência ou descarga, para iluminação ou para-raios ultravioletas ou infravermelhos; lâmpadas de arco; lâmpadas elétricas empregadas em fotografia para reproduzir a luz relâmpago	8%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
85.21	—	Lâmpadas, tubos e válvulas eletrônicas (de cátodo quente, de cátodo frio ou de fotocátodo, diferentes dos da posição 85.20) tais como lâmpadas, tubos e válvulas de vácuo, de vapor ou de gás (inclusive tubos retificadores de vapor e de mercúrio), tubos catódicos, tubos e válvulas para aparelhos de tomada de vista de televisão, etc.; células foto-elétricas, diodos, triodos, etc., de cristal (por exemplo, transistores); cristais piezoelétricos montados	8%
85.22	—	Máquinas e aparelhos elétricos não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo	8%
85.23	—	Fios trançados, cabos (inclusive cabos isolados para a eletricidade (inclusive esmaltados ou oxidados anodicamente), com ou sem peças de conexão	8%
85.24	—	Peças e objetos de carvão ou de grafita, com ou sem metal, para usos elétricos ou eletrotécnicos, tais como escovas para máquinas elétricas, carvões para lâmpadas para pilhas ou para microfones, eletrodos para fornos, para aparelhos de soldar ou para instalações de eletrólise, etc.	8%
85.25	—	Isoladores de qualquer matéria	8%
85.26	—	Peças isolantes, constituídas inteiramente por matérias isolantes ou que levem simples peças metálicas de união (Porta-lâmpadas com "passo de rosca" por exemplo) incorporados na massa, para máquinas, aparelhos e instalações elétricas com exclusão dos isoladores da posição 85.25	8%
85.27	—	Tubos isoladores e suas peças de ligação de metais comuns, isoladores interiormente	8%
85.28	—	Partes e peças separadas, elétricas, de máquinas e aparelhos não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo	8%

ALÍNEA XX

MATERIAL DE TRANSPORTE

Notas

(XX-1) A presente Alínea não compreende os artigos mencionados nas posições 97.01, 97.03 e 97.03 e 97.08, nem os trenós ("luges"), ("lebs-leighs") e semelhantes (posição 97.06).

(XX-2) Ainda que sejam reconhecíveis como destinados a material de transporte, não se consideram incluídos nas posições correspondentes às

partes componentes, peças separadas e acessórios, da presente Alínea, os artigos seguintes:

a) as juntas, arruelas e semelhantes de qualquer matéria (seguem o regime da matéria constitutiva ou se classificam na posição 84.64);

b) as partes, peças e acessórios de uso geral no sentido da nota XVIII-2) da Alínea XVIII;

c) os artigos do capítulo 82 (ferramentas);

d) os artigos da posição 83.11);

e) as máquinas e aparelhos compreendidos nas posições 84.59, inclusive, bem como suas partes e peças separadas; os artigos de que tratam as posições 84.61 e 84.62 e os órgãos de transmissão da posição 84.63, desde que constituam peças intrínsecas de motores;

f) as máquinas e aparelhos elétricos, bem como o material auxiliar e acessórios elétricos (capítulo 85);

g) os instrumentos e aparelhos do capítulo 90);

h) os artigos de relojoaria (capítulo 91);

i) as armas (capítulo 93);

j) as escovas que constituam elementos de veículos, da posição 96.02.

(XX-3) Nos capítulos 86 a 88, a expressão "partes, peças separadas e acessórios", não compreende as partes, peças e acessórios que não sejam exclusiva ou principalmente destinados aos veículos ou artigos da presente Alínea. Quando uma parte, peça separada ou acessório, seja suscetível de corresponder, simultaneamente, às especificações de duas ou mais posições da Alínea, deve classificar-se na posição que corresponde a seu uso principal.

(XX-4) Os aviões construídos especialmente para serem utilizados simultaneamente na navegação aérea e como veículos terrestres se consideram como aviões. Os automóveis construídos especialmente para serem utilizados, simultaneamente, como veículos terrestres e marítimos (veículos anfíbios) se consideram como veículos automóveis.

(XX-5) Os veículos e outros artigos da Alínea, incompletos ou não acabados, se classificam como veículos e artigos completos ou acabados, desde que apresentem suas características essenciais.

(XX-6) Salvo disposições especiais em contrário, os veículos e outros artigos da presente Alínea, completos ou assim considerados, quando se apresentem desmontados, se classificam da mesma forma que os veículos montados.

Capítulo 86 — Veículos e Material para vias férreas; aparelhos não elétricos de sinalização para vias de comunicações

Notas

(86-1) O presente capítulo não compreende:

a) os dormentes de madeira ou de concreto, para vias férreas;

b) o material para vias férreas citados na posição 73.16;

c) os aparelhos elétricos para sinalização da posição 85.16.

(86-2) Os eixos, rodas, eixos montados (trens de rodas), aros, discos, centros e outras partes de rodas, os chassis, os "trucks", "bissels" as caixas de lubrificação (de graxa e de óleo), os dispositivos de freio de todos os tipos, os tampões de choque, os ganchos e sistemas de engates, as coberturas de intercomunicação e os artigos de carroçaria, se classificam na posição 8.09.

(86-3) Sem prejuízo do disposto na nota (86-1), anterior, classificam-se, especialmente, na posição 86.10 (material fixo): os pára-choques, os arcos para controle da altura dos vagões de carga (gabaritos) as vias montadas (portáteis ou não) e as placas e pontes giratórias. Igualmente, classificam-se na posição 86.10 os discos e placas móveis e os semáforos, os dispositivos de comando para passagens de nível, os aparelhos de manobra de agulha, os pontos de manobra a distância e outros aparelhos mecânicos, não elétricos, de sinalização de segurança, de controle e de comando para todos os tipos de vias de comunicação, mesmo que providos de dispositivos acessórios para iluminação elétrica.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
86.04	—	Vagões e vagonetas para o transporte de mercadorias sobre trilhos	4%
86.08	—	Contêdores "cadres", "containers", incluindo os contentores-cisternas e os contentores-depósitos utilizados em qualquer meio de transporte	4%
86.09	—	Partes e peças separadas de veículos para vias férreas	6%
86.10	—	Material fixo para vias férreas; aparelhos mecânicos não elétricos de sinalização, segurança, controle e comando para qualquer via de comunicação; suas partes e peças separadas	6%

Capítulo 87. — Veículos Automóveis, Tratores, Velocípedes e outros veículos terrestres

Notas.

(87-1) Entendem-se por tratores, no sentido especificado do presente capítulo, os veículos motrizes essencialmente usados para rebocar ou empurrar instrumentos, veículos ou cargas, inclusive se apresentam certos dispositivos acessórios que permitam o transporte de ferramentas, sementes, adubos etc., relacionados com seu uso principal.

(87-2) Os chassis de veículos automóveis, com cabina, são classificados na posição 87.02 e não na 87.04.

(87-3) A posição 87.10 não inclui os velocípedes para crianças, que não tenham rolamentos de esferas; estes artigos estão compreendidos na posição 87.01.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
87.01	—	Tratores, inclusive tratores-guinchos . . .	4%
87.02	—	Veículos automóveis, com motor de qualquer tipo, para o transporte de pessoas ou mercadorias, (inclusive carros de corridas e ônibus elétricos):	
	1	Automóveis de passageiros e camionetas sedan, inclusive de esporte, pesando até 1.000 bs.	15%
	2	Automóveis de passageiros e camionetas sedan, inclusive de esporte, de mais de 1.000 ks. a 1.500 ks.	20%
	3	Automóveis de passageiros e camionetas sedan, inclusive de esporte, pesando mais de 1.500 ks.	30%
	4	Automóveis e camionetas de uso misto, tipo "Utility", "Station-Wagon", "Kombi" e semelhantes	15%
	5	Camionetas de carga "Furgons" "Pick-ups" e Veículos semelhantes	10%

Posição	Inciso	Produtos	Alíquota "ad valorem"
87.03	6	Caminhões Ônibus Micro-ônibus "Jeeps"	6% 6%
	7	Ambulâncias	
	8	Outros	
87.03	—	Veículos automóveis para usos especiais, diferentes dos destinados ao transporte propriamente dito, tais como prontos-socorros, automóveis-bombas, automóveis-escadas, automóveis para varrer, para rega, automóveis-guindastes, automóveis projetores, automóveis-oficinas, automóveis radiográficos e semelhantes	6%
87.04	—	Chassis com motor dos veículos automóveis citados nas posições 87.01 a 87.03, inclusive	6%
87.05	—	Carrocerias para os automóveis citados nas posições 87.01 a 87.03 inclusive compreendidas as cabinas	6%
87.06	—	Partes, peças separadas e acessórios dos veículos automóveis citados nas posições 87.01 a 87.03 inclusive	8%
87.07	—	Carros automóveis para movimentação de mercadorias dos tipos usados em armazéns, estações de estrada de ferro e instalações fabris, com motores de todos os tipos; partes e peças separadas	6%
87.09	—	Motocicletas e velocípedes com motor auxiliar, com ou sem carro lateral; carros laterais para motocicletas e velocípedes de qualquer tipo, apresentados isoladamente	13%
87.10	—	Velocípedes sem motor (inclusive triciclos de carta e semelhantes)	8%
87.11	—	Partes, peças separadas e acessórios dos veículos compreendidos nas posições 87.09 a 87.11, inclusive	8%
87.12	—	Outros veículos não automóveis e rebocos para veículos de todos os tipos; suas partes e peças separadas	6%
87.13	—	Veículos sem mecanismo de propulsão para o transporte de crianças e doentes; suas partes e peças separadas:	Isento 8%
	1	Para o transporte de doentes	
	2	Outros	

Observações

1* — "Quando da adição de carroceria da posição 87.05 a chassis da posição 87.04, de propriedade de terceiros, resultar veículo tributado com a alíquota igual à da carroceria, o respectivo fabricante ficará sujeito apenas ao imposto relativo à carroceria e respectiva montagem".

2ª — O limite de peso de 1.500 kg, previsto nos incisos 2 e 3 da posição 87.02, passará a ser de 1.600 kg, se, dentro de 30 (trinta) meses da data do início da vigência desta lei, a indústria nacional estiver produzindo automóveis de passageiros de peso entre 1.500 e 1.600 kgs.

Capítulo 88 — Navegação Aérea

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
88.01	—	Aerostatos	6%
88.02	—	Aeronaves (aviões, hidroaviões, planadores, autogiros, helicópteros), paraquedas giratórios	8%
88.03	—	Partes e peças separadas dos aparelhos compreendidos nas posições 88.01 a 88.02	8%
88.04	—	Paraquedas e suas partes componentes; peças separadas e acessórios	6%
88.05	—	Catapulta e outros aparelhos de lançamento semelhantes; aparelhos de treinamento de vôo em terra; suas partes e peças separadas	6%

Capítulo 89 — Navegação Marítima e Fluvial

Nota:

- (89-1) As embarcações incompletas ou sem terminar e os cascos de embarcações desmontadas ou não, bem como as embarcações completas desmontadas, se classificam como embarcações segundo seu tipo, e quando exista dúvida a respeito do tipo das embarcações a que dizem respeito, serão classificados na posição 89.01.
- (89-2) As partes (exceto os cascos), peças e acessórios de embarcações e de apetrechos flutuantes, apresentados isoladamente, quer sejam ou não reconhecíveis como tais, se excluem do presente Capítulo e seguem, em qualquer caso, o seu regime próprio.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
89.01	—	Embarcações não compreendidas em outras posições deste capítulo:	
	1	De corrida, esporte ou recreio	20%
	2	Outros	10%
89.02	—	Rebocadores	6%
89.03	—	Barcos-Faróis, Barcos-Bombas, Dragas de todos os tipos, cábreas flutuantes e outras embarcações para os que, em relação à função principal, a navegação é acessória; docas e diques flutuantes . .	6%
89.05	—	Estruturas flutuantes diversas, tais como reservatórios e caixas, bóias de amarração e de balizamento, e semelhantes . . .	6%

ALÍNEA XXI

INSTRUMENTOS E APARELHOS DE ÓTICA, DE FOTOGRAFIA E DE CINEMATOGRAFIA, DE MEDIDA, DE VERIFICAÇÃO, DE PRECISÃO; INSTRUMENTOS E APARELHOS MÉDICO-CIRÚRGICOS; RELOJOARIA; INSTRUMENTOS DE MÚSICA; APARELHOS PARA O REGISTRO E REPRODUÇÃO DO SOM OU PARA O REGISTRO E REPRODUÇÃO, EM TELEVISÃO, POR PROCESSO MAGNÉTICO, DE IMAGENS E SOM.

Capítulo 90 — Instrumentos e aparelhos de ótica, de fotografia e de cinematografia, de medida, de verificação e precisão; instrumentos e aparelhos médicos-cirúrgicos

Notas

(90-1) O presente capítulo não compreende:

- a) os artigos para usos técnicos, de borracha vulcanizada não endurecida (posição 40.14), de curso natural, artificial ou reconstituído (posição 42.04), de matérias têxteis (posição 59.17);
- b) os produtos refratários da posição 69.03; os artigos para usos químicos e outros usos técnicos da posição 69.09;
- c) os espelhos de vidro não trabalhados óticamente da posição 70.09 e os espelhos de metais comuns ou de metais preciosos que não tenham o caráter de elementos de ótica (posição 83.12 ou capítulo 71, segundo os casos);
- d) os artigos de vidro das posições 70.07, 70.14, 70.15, 70.17 e 70.18;
- e) as partes, peças separadas e acessórios de uso geral no sentido expresso da nota (XVIII-2) da Alínea XVIII;
- f) as bombas distribuidoras com dispositivo medidor da posição 84.10; as básculas e balanças de verificação e contagem de peças fabricadas, bem como os pesos que se apresentem isoladamente (posição 84.20); os aparelhos elevadores e de manejo (posição 84.22); os dispositivos especiais para ajustar as peças a trabalhar ou as ferramentas nas máquinas-ferramentas, inclusive munidas de dispositivos óticos de leitura (por exemplo, os divisores chamados "óticos"), da posição 84.48 (diferentes dos dispositivos puramente óticos, tais como lunetas de centragem e de alinhamento); válvulas e outros artigos semelhantes (posição 84.61);
- g) os projetores de iluminação para automóveis (posição 85.09), e os aparelhos de radiodireção, de radiodeteção, radiotelecomando (posição 85.15);
- h) os aparelhos cinematográficos para o registro ou reprodução do som que utilizem exclusivamente processos magnéticos, bem como os aparelhos para a reprodução em série, por processo exclusivamente magnéticos, de suportes de som obtidos por estes mesmos processos (posição 92.11); dispositivos de sons magnéticos de leitura (posição 92.13);
- i) os artigos do capítulo 97;
- j) as medidas de capacidade que se classificam com as manufaturas da matéria constitutiva.

90-2) As máquinas, aparelhos e instrumentos incompletos ou não acabados se classificam com as máquinas, aparelhos e instrumentos completos ou acabados, desde que apresentem suas características essenciais.

(90-3) Sem prejuízo do estabelecido nas notas (90-1) e 90-2) do presente capítulo:

- a) as partes, peças separadas e acessórios para máquinas, aparelhos, instrumentos ou artigos do presente capítulo que consistam em artigos especificados como tais em qualquer das posições do presente capítulo ou dos capítulos 84, 85 ou 91 (excluídas as posições 84.65 e 85.22), se classificam nessas posições;
- b) as outras partes, peças separadas e acessórios, exclusiva ou principalmente destinados às máquinas, aparelhos ou instrumentos do presente capítulo, se classificam com estes ou, conforme os casos, na posição 90.29.

90-4) A posição 90.05 não compreende as lunetas astronômicas (posição 90.06), nem as lunetas de mira para armas, os periscópios para submarinos ou carros de combate nem as lunetas para máquinas, aparelhos e instrumentos do presente capítulo (posição 90.13).

(90-5) As máquinas, aparelhos ou instrumentos óticos de medida, verificação e controle, suscetíveis de classificar-se simultaneamente na posição 90.13 e na posição 90.16, se classificam nesta última posição.

(90-6) A posição 90.28 compreende exclusivamente:

a) os instrumentos e aparelhos para a medida de grandezas elétricas;

b) os instrumentos, aparelhos e máquinas da natureza dos descritos nas posições 90.14, 90.15, 90.16, 90.22, 90.23, 90.24, 90.25 e 90.27 (com exceção dos estroboscópios), mas cujo modo de operar se baseie num fenómeno elétrico variável dependente do fator procurado;

c) os aparelhos e instrumentos para a detecção ou a medida das radiações *alfa*, *beta*, *gama* ou dos raios-X, cósmicos e semelhantes.

(90-7) Os estojos ou caixas semelhantes que se apreentem com os artigos d'este capítulo, destinados aos mesmos, e com os quais se vendem normalmente, se classificam com os referidos artigos. Apresentados isoladamente seguem seu próprio regime.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
90.01	—	Lentes, primas, espelhos e demais elementos de ótica de qualquer matéria não montados, com exclusão dos mesmos artigos de vidros, não trabalhados óticamente; matérias polarizantes em folhas ou placas	8%
90.02	—	Lentes, prismas, espelhos e demais elementos de ótica de qualquer matéria montados para instrumentos e aparelhos com exclusão dos mesmos artigos, de vidro, não trabalhados óticamente	8%
90.03	—	Armações para óculos, lunetas, lornhões e semelhantes e partes respectivas ..	8%
90.04	—	Óculos para correção, para proteção ou para outros fins, lunetas, lornhões e semelhantes	8%
90.05	—	Binóculo e óculos de longo alcance, com ou sem prismas	10%
90.06	—	Instrumentos de astronomia e cosmografia tais como telescópios lunetas astronômicas meridianas e equatoriais, etc., e suas armações, com exclusão dos aparelhos de radioastronomia	8%
90.07	—	Aparelhos fotográficos; aparelhos ou dispositivos para a produção de luz relâmpago em fotografia e cinematografia	10%
90.08	—	Aparelhos cinematográficos (tomadas de vista e de som, mesmo combinados, aparelhos de projeção com ou sem redução de som	10%
90.09	—	Aparelhos de projeção fixa, ampliadores ou redutores fotográficos	10%

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
90.10	—	Aparelhos e material dos tipos utilizados nos laboratórios fotográficos ou cinematográficos, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo; aparelhos de fotocópia por contato; bobinas para enrolar fitas e películas; telas para projeções ..	10%
90.11	—	Microscópios e difratógrafos eletrônicos e protônicos	8%
90.12	—	Microscópios óticos, inclusive aparelhos para microfotografia, microcinematografia e microprojeção	8%
90.13	—	Aparelhos ou instrumentos de ótica não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo (incluídos os projetores de luz)	8%
90.14	—	Instrumentos e aparelhos de geodésia, topografia, agrimensura, nivelção, fotogrametria, hidrografia, navegação (marítima, fluvial ou aérea), meteorologia, hidrografia e geofísica; bússolas e telêmetros	8%
90.15	—	Balanças sensíveis a pesos iguais ou inferiores a cinco centigramas, com ou sem pesos	8%
90.16	—	Instrumentos para desenho, traçado e cálculo (pantógrafos, estojos de desenho, régua e quadrantes de cálculo, etc.); máquinas, aparelhos e instrumentos de medida, verificação e controle não especificados nem compreendidos nas demais posições do presente capítulo (equilibradores de peças, planímetros, calibres, micrômetros, padrões, metros, etc.), projetores de perfis	8%
90.17	—	Instrumentos e aparelhos de medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, inclusive os aparelhos eletro-médicos e os de oftalmologia	8%
90.18	—	Aparelhos de mecanoterapia e de massagem: aparelhos de psicotécnica, ozonoterapia, oxigenoterapia, reanimação, aerossolterapia e demais aparelhos respiratórios de todos os tipos (inclusive máscaras contra gases)	8%
90.19	—	Aparelhos de ortopedia (inclusive as cintas médico-cirúrgicas); artigos e aparelhos de prótese dentária, ocular ou outra; aparelhos para facilitar a audição dos surdos; artigos e aparelhos para fraturas (talas, goteiras e semelhantes)	8%
90.20	—	Aparelhos de raios X, inclusive de radiofotografia e aparelhos que utilizem as radiações de substâncias radioativas, inclusive tubos geradores de raios X,	

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
90.21	—	geradores de tensão, mesas de comando, telas, mesas, cadeiras e suportes semelhantes para exame ou tratamento	8%
90.22	—	Instrumentos, aparelhos e modelos para demonstrações (no ensino, em exposições, etc.) não suscetíveis de outros usos	8%
90.23	—	Máquinas e aparelhos para ensaios mecânicos (ensaio de resistência, dureza, tração, compressão, elasticidade, etc.) de materiais (metais, madeiras, têxteis, papel, matérias plásticas, etc.)	8%
90.24	—	Densímetros, aerômetros, pesa-liquidos e instrumentos semelhantes; termômetros, pirômetros, barômetros, higrômetros e psicômetros, registradores ou não, inclusive combinados entre si	8%
90.25	—	Aparelhos e instrumentos para medida, controle ou regulação de fluidos gasosos ou líquidos ou para controle automático de temperatura, tais como manômetros, termostatos, indicadores de nível, reguladores de tiragem, medidores de vazão, contadores de calor com exclusão dos aparelhos e instrumentos da posição 90.14	8%
90.26	—	Instrumentos e aparelhos para análises físicas ou químicas (como polarímetros, refratômetros, espectrômetros, analisadores de gases ou de fumaças); instrumentos e aparelhos para ensaios de viscosidade de porosidade, dilatação, tensão superficial e semelhantes (como viscosímetros, porosímetros, dilatometros) e para medidas calorimétricas, fotométricas ou acústicas (como calorímetros, fotômetros — incluídos os indicadores de tempo de exposição); microtomos	8%
90.27	—	Contadores de gases, de líquidos e de eletricidade, inclusive contadores de produção verificação e aferição	8%
90.28	—	Outros contadores (contadores de voltagem, contadores de produção, taxímetros, totalizadores de caminho percorrido, podômetros, etc.), indicadores de velocidade e taquímetros diferentes dos da posição 90.14, inclusive taquímetros magnéticos; estroboscópios	8%
	—	Instrumentos e aparelhos elétricos e eletrônicos de medida, verificação, controle, regulação ou análise	8%

Posição	Inciso	Produtos	Alíquota "ad valorem"
90.29	—	Partes, peças separadas e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente construídos para os instrumentos ou aparelhos das posições 90.23, 90.24, 90.26, 90.27 e 90.28, suscetíveis de serem utilizados em um ou em vários dos instrumentos ou aparelhos deste grupo de posições	8%

Capítulo 91 — Relojoaria

NOTAS:

- (91-1) Para a aplicação das posições 91.02 e 91.07, se consideram como "mecanismos de pequeno volume para relógios", os mecanismos que tenham por órgão regulador um balancim com uma espira, cuja espesura, medida com a platina e as pontes, não exceda 12 mm.
- (91-2) Excluem-se das posições 91.07 e 91.08 os mecanismos construídos para funcionar sem escape (posição 84.08).
- (91-3) O presente capítulo não compreende os pesos, vidros, correntes e pulseiras, as peças de equipamento elétrico, os rolamentos de esferas e as esferas para rolamentos, nem as partes e acessórios de uso geral no sentido da nota (XVIII-2) da Alinea XVIII. As molas de relojoaria (inclusive as espirais) correspondem à posição 91.11.
- (91-4) Sem prejuízo do disposto nas notas (91-2) e (91-3), os mecanismos e peças suscetíveis de serem utilizados simultaneamente para instrumentos de medida ou de precisão classificam-se no presente capítulo.
- (91-5) Os estojos ou caixas semelhantes que se apresentem com os artigos deste capítulo, destinados aos mesmos e com os quais se vendem normalmente classificam-se com os referidos artigos. Apresentados isoladamente seguem seu próprio regime.

Posição	Inciso	Produtos	Alíquota "ad valorem"
91.01	—	Relógios de bolso, relógios de pulso e semelhantes (inclusive medidores de tempo dos mesmos tipos), compreendidos os objetos usados:	
	1	Com caixa de ouro, de platina, de prata, de suas ligas, ou ornamentados com pérolas, pedras preciosas e semipreciosas, ou com ouro, prata, platina e respectivas ligas	20%
	2	Outros, inclusive folheados (plaque ou doublé) com metais preciosos	15%
91.02	—	Relógios de parede, de mesa e desperta-	

Posição	Inclso	Produtos	Alíquota "ad valorem"
		dores, com máquinas do tipo usado nos relógios de uso pessoal (mecanismo de pequeno volume);	
	1	Com caixa de ouro, de platina, de prata, de suas ligas, ou ornamentados com pérolas, pedras preciosas e semipreciosas, ouro, prata, platina e respectivas ligas	20%
	2	Outros, inclusive folheados (plaqué ou double) com metais preciosos	15%
91.03	—	Relógios de painel e semelhantes, para automóveis, aeronaves, embarcações e outros veículos	10%
91.04	—	Relógios, despertadores e aparelhos de relojoaria semelhantes, com máquinas que não sejam do tipo usado nos relógios de uso pessoal	10%
91.05	—	Aparelhos de controle e medidores de tempo, com mecanismos de relojoaria ou com motor síncrono (relógios de ponto, controladores de rondas, medidores de minutos, medidores de segundos etc.)	10%
91.06	—	Aparelhos munidos de mecanismo de relojoaria ou de motor síncrono que permita por em movimento um mecanismo num tempo dado (interruptores horários, relógios de comutação, etc.)	10%
91.07	—	Mecanismos de volantes de pequeno volume, acabados, para relógios	10%
91.08	—	Outros mecanismos de relojoaria, acabados	10%
91.09	—	Caixas de relógios da posição 91.01 e suas partes, acabadas ou não:	
	1	De ouro, prata, platina e respectivas ligas, ou ornamentados com pérolas, pedras preciosas e semipreciosas, ouro, prata, platina e suas ligas	20%
	2	Outros, inclusive folheados (plaqué ou double) com metais preciosos	10%
91.10	—	Caixas e semelhantes para os demais relógios e aparelhos de relojoaria e suas partes:	
	1	De ouro, prata, platina e respectivas ligas, ou ornamentados com pérolas, pedras preciosas e semipreciosas, ouro, prata, platina e suas ligas	20%
	2	Outros, inclusive folheados (plaqué ou double) com metais preciosos	10%
91.11	—	Outras partes e peças para relojoaria ...	10%

Capítulo 92 — Instrumentos de música, aparelhos para o registro e a reprodução do som ou para o registro e a reprodução em televisão, por processo magnético, de imagens e som; partes e acessórios destes instrumentos e aparelhos.

Notas

(92-1) O presente capítulo não compreende:

a) as películas sensibilizadas parcial ou totalmente, para a impressão por processos fotográficos ou fotoelétricos, e as mesmas películas impressas, reveladas ou não (capítulos 37);

b) as partes e acessórios de uso geral, segundo se expressa na nota (XVIII-2) da Aduea XVIII;

c) os microfones, amplificadores, alto-falantes, auscultadores, interruptores, estroboscópios e outros instrumentos, aparelhos e equipamentos acessórios, utilizados com os artigos do presente capítulo, que não estejam incorporados a eles nem colocados nas mesmas caixas (capítulo 85 ou 90); os aparelhos de registro ou de reprodução do som combinados com um aparelho de radiotelegrafia (posição 85.15);

d) as escovas semelhantes para limpeza dos instrumentos de música (posição 96.02);

e) os instrumentos e aparelhos que tenham características de brinquedos (posição 97.03);

f) os instrumentos e aparelhos que tenham característica de objetos de coleção ou de antiguidade.

(92-2) Os instrumentos e aparelhos do presente capítulo, incompletos ou não acabados, classificam-se com os instrumentos e aparelhos completos ou acabados, desde que apresentem suas características essenciais.

(92-3) Os arcos, baquetas e semelhantes, para os instrumentos de música das posições 92.02 e 92.06, apresentados em número que corresponda aos instrumentos a que se destinam, seguem o regime dos mesmos.

Os cartões e papéis perfurados da posição 92.10, bem como os suportes de som da posição 92.12, seguem seu próprio regime, mesmo quando se apresentem com os instrumentos ou aparelhos a que se destinam.

(92-4) Os estojos ou caixas semelhantes, apresentados com os artigos deste capítulo, destinados aos mesmos e com os quais se vendem normalmente, classificam-se com os referidos artigos. Apresentados isoladamente, seguem seu próprio regime.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD- VALOREM"
92.01	—	Pianos (inclusive automáticos, com ou sem teclado), cravos e outros instrumentos de corda e teclado; harpas (diferentes das harpas ecólicas)	15%
92.02	—	Outros instrumentos musicais de cordas	15%
92.03	—	Órgãos de tubos; harmônios e outros instrumentos semelhantes de teclado e palhetas livres e metálicas	15%
92.04	—	Acordões ou concertinas; harmônicas de boca	15%
92.05	—	Outros instrumentos musicais de sopro	15%
92.06	—	Instrumentos musicais de percussão (tambores, bombos, xilofones, metalofones, pratos, castanholas, etc.)	15%

Posição	Inciso	Produtos	Alíquota "ad valorem"
92.07	—	Instrumentos de música eletromagnéticos, eletrostáticos, eletrônicos e semelhantes, (pianos, órgãos, acordeões, etc.)	15%
92.08	—	Instrumentos musicais não compreendidos em nenhuma outra posição do presente capítulo (realejos, caixas de música, passaros cantantes, serras musicais, etc.); chamarizes de todos os tipos e instrumentos de boca para chamada e sinalização (cornetas de sinais, apitos, etc.)	
92.09	—	Cordas para instrumentos musicais	15%
92.10	—	Partes, peças separadas e acessórios de instrumentos musicais (diferentes das cordas para instrumentos musicais) inclusive cartões e papéis perfurados para aparelhos automáticos, bem como os mecanismos para caixas de música; metrônimos e diapasones de todos os tipos	15%
92.11	—	Fonógrafos, ditafones e demais aparelhos para o registro e a reprodução de som, inclusive toca-discos e gravadores de fita ou fio, com ou sem fonocaptor	15%
92.12	—	Suportes de som para os aparelhos da posição 92.11 ou para gravações semelhantes: discos, cilíndricos, ceras, fitas, películas, fios etc., preparados para a gravação ou gravados; matrizes e moldes galvânicos para a fabricação de discos	15%
92.13	—	Outras partes, peças separadas e acessórios dos aparelhos incluídos na posição 92.11	15%

ALÍNEA XXII

ARMAS E MUNIÇÕES

Capítulo 93 — Armas e Munições

Notas:

(93.1) O presente capítulo não compreende:

- a) os fulminantes e cápsulas fulminantes, os detonadores, os foguetes de sinalização ou antigranizo e outros artigos do capítulo 36;
- b) as partes e acessório de uso geral, segundo a nota (XVIII-2) da Alínea XVIII;
- c) os carros de combate e automóveis blindados, armados;
- d) as lunetas telescópicas e outros dispositivos óticos, salvo montadas sobre as mesmas armas ou sem montar, mas que se apresentem com as armas a que se destinam (capítulo 90);
- e) as bestas, arcos e flechas para tiro, as armas embotadas para esgrima, e as armas que tenham a característica de brinquedo (capítulo 97);
- f) as armas e munições que tenham a característica de objeto de coleção e de antiguidade.

(93-2) As armas incompletas ou não acabadas se classificam com as armas completas ou acabadas, sempre que apresentem as características essenciais destas.

(93-3) Segundo a posição 93.07, a expressão "partes e peças separadas" não compreende os aparelhos de rádio ou de radar utilizados em determinados foguetes da posição 85.15.

(93-4) Os estojos ou caixas semelhantes, que se apresentem com os artigos deste capítulo, destinados aos mesmos e com os quais se vendem normalmente, classificam-se com os referidos artigos.

Apresentados isoladamente, seguem seu próprio regime.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD- VALOREM"
93.01	—	Armas brancas (sabres, espadas, baionetas, etc.) suas peças separadas e bainhas ..	20%
93.02	—	Revolvers e pistolas	20%
93.04	—	Armas de fogo diferentes dos revólveres e pistolas da posição 93.02 e das armas de guerra) inclusive artefatos semelhantes que utilizem a deflagração da pólvora, tais como pistolas-lança-foguetões, pistolas e revólveres para tiro ao alvo, canhões antigranizo; canhões lança-amarras, etc.	20%
93.05	—	Outras armas (inclusive espingardas, carabinas, pistolas de mola, de ar comprimido ou de gás)	20%
93.06	—	Partes e peças separadas de armas diferentes das da posição 93.01 (inclusive culatras de fuzis e canos não acabados para armas de fogo)	10%
93.07	—	Projeteis e munições, inclusive minas; partes e peças separadas, compreendendo zagalotes, chumbo de caça e buchas para cartuchos ..	20%

ALÍNEA XXIII

MERCADORIAS E PRODUTOS DIVERSOS, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRA PARTE DA TABELA

Capítulo 94 — *Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; artigos de colchoaria e semelhantes*

Notas

(94-1) O presente capítulo não compreende:

a) os colchões, travesseiros e almofadas para encher de ar ou água (capítulos 39, 40 e 62);

b) as lâmpadas e outros aparelhos de iluminação, que seguem o regime da matéria constitutiva (posições 44.27, 70.14, 83.07, etc.);

c) as manufaturas de pedra ou de matérias cerâmicas utilizadas como assentos, mesas ou colunas, dos tipos empregados em jardins, vestibulos, etc. (capítulos 68 ou 69);

d) os espelhos grandes que se coloquem no chão, tais como os espelhos de vestir, etc. (posição 70.09);

e) as partes, peças separadas e acessórios de uso geral, segundo define a nota (XVIII-2) da Alinea XVIII, bem como os cofres-fortes da posição 83.03;

f) os móveis que constituam partes específicas de frigoríficos, inclusive sem equipar, da posição 84.15; os móveis para máquinas de costura, segundo a posição 84.41;

g) os móveis que constituam partes específicas de aparelhos da posição 85.15 (aparelhos receptores de rádio, de televisão, etc.);

h) as escarradeiras para consultórios dentários (posição 90.17);

i) os artigos do capítulo 91, principalmente as caixas e estojos para aparelhos de relojoaria;

j) os móveis que constituam partes específicas de fonógrafos, citafones e outros aparelhos da posição 92.11 (posição 92.13);

l) os móveis que tenham características de brinquedos (posição 97.03), os bilhares de todo tipo e os móveis para jogos da posição 97.04, bem como as mesas para jogos de prestidigitação da posição 97.05.

(94-2) So se consideram como móveis, no sentido das posições 94.01 a 94.03, os artigos para serem colocados sobre o chão.

Não obstante, também se consideram como móveis no sentido das referidas posições:

a) armários de parede para cozinha e semelhantes;

b) os assentos e camas suspensas ou de dobrar;

c) as estantes e móveis semelhantes de elementos complementares, de suspender ou pousar sobre o chão.

(94-3) Os móveis, inclusive com chapas, partes ou acessórios de vidro, mármore ou outras matérias, que se apresentem desmontadas ou não reunidos, classificam-se da mesma forma que os montados, quando as diversas partes se apresentem conjuntamente.

(94-4) a) Não se consideram como partes dos artigos do presente capítulo, quando se apresentem isoladamente, as chapas de vidro (inclusive espelhos), nem as placas de mármore ou de pedra, inclusive cortadas em forma determinada, mas sem combinar com outros elementos.

b) os artigos compreendidos na posição 94.04, apresentados isoladamente, classificam-se na referida posição, ainda que constituam partes de móveis das posições 94.01 a 94.03.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
94.01	—	Mobiliário médico cirúrgico (mesas de transformáveis em camas, com exclusão dos compreendidos na posição 94.02) e suas partes	10%
94.02	—	Mobiliária médico-cirúrgico (mesas de operações, mesas de observação e semelhantes, camas com mecanismo para usos clínicos, etc.); cadeiras de dentista e semelhantes com dispositivo mecânico de orientação e de elevação; parte destes objetos	
94.03	—	Outros móveis e suas partes	10%
94.04	—	Colchões de mola, artigos de colchoaria e semelhantes que tenham molas ou recheios de qualquer matéria (colchões, mantas acolchoadas, edredões, coxins, almofadas, travesseiros, etc.), inclusive de borracha, em estado esponjoso ou celular, revestidos ou não:	
	1	Colchões de mola ou de borracha	10%
	2	Outros	8%

Capítulo 95 — *Matérias para entalhe ou moldagem, trabalhadas (inclusive manufacturas).*

Notas

- (95-1) O presente capítulo não compreende:
- a) os artigos do capítulo 66 (guarda-chuvas, sombrinhas, bengelas, chicotes, rebenques e suas partes);
 - b) os leques rígidos ou não (posição 67.05);
 - c) os artigos do capítulo 71, principalmente a bijuteria de fantasia;
 - d) os artigos do capítulo 82 (ferramentas, artigos de cutelaria, talheres), que se apresentem montados e com cabos ou partes das matérias do presente capítulo. Apresentados isoladamente, estes cabos e partes ficam classificados no presente capítulo;
 - e) os artigos do capítulo 90, principalmente as armações para óculos;
 - f) os artigos do capítulo 91 (relojoaria), principalmente as caixas de relógios e de aparelhos de relojoaria;
 - g) os artigos do capítulo 92, principalmente os instrumentos de música;
 - h) os artigos do capítulo 93, principalmente as partes de armas;
 - i) os artigos do capítulo 94 (móveis e suas partes);
 - j) os artigos do capítulo 96 (escovas, pincéis e semelhantes);
 - l) os artigos do capítulo 97 (jogos, brinquedos, etc);
 - m) os artigos do capítulo 98 (manufacturas diversas);
 - n) os objetos de arte, de coleção e de antiguidade.

POSIÇÃO	INCISO	produtos	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
95.01	—	Carapaças de tartaruga, trabalhadas (inclusive manufacturas)	15%
95.02	—	Madreperola trabalhada (inclusive manufacturas)	15%
95.03	—	Marfim trabalhado (inclusive manufacturas)	15%
95.04	—	Ossos trabalhados (inclusive manufacturas)	15%
95.05	—	Chifres, pontas, corais naturais ou reconstituídos e outras matérias animais para entalhe, trabalhados (inclusive manufacturas)	15%
95.06	—	Matérias vegetais para entalhe (corozo, noz sementes duras, etc.), trabalhadas (inclusive manufacturas)	15%
95.07	—	Espuma-do-mar e âmbar (sucino), naturais ou reconstituídos, azeviche e matérias minerais semelhantes ao azeviche, trabalhados (inclusive manufacturas)	15%
95.08	—	Manufacturas moldadas ou entalhadas de cera natural (animal ou vegetal), mineral ou artificial, de para-fina, de estearina, de gomas ou resinas naturais (copal, colofonia, etc.), de pastas de modelar e demais manufacturas moldadas ou entalhadas, não especificadas nem compreendidas em outra posição da Tabela; gelatina sem endurecer trabalhada, diferente da compreendida na posição 35.03 e manufacturas desta matéria	15%

Capítulo 96 — Escovas, pincéis, vassouras, espanadores, borlas e peneiras
Notas

(96-1) O presente capítulo não compreende:

- a) os artigos do capítulo 71;
- b) as escovas, pincéis, etc., dos tipos empregados em medicina, em cirurgia, odontologia e veterinária (posição 90.17);
- c) os artigos que tenham a característica de brinquedos (capítulo 97).

(96-2) Consideram-se cabeças preparadas, no sentido da posição 96.03, os tufo de pêlos de fibras vegetais ou de outras matérias, sem montar, prontos a serem utilizados, sem ser divididos, na fabricação de pincéis ou artigos análogos, ou que não precisem, para estes fins, mais do que um complemento de mão-de-obra pouco importante, tal como a colagem ou revestimento da base do tufo, ou a uniformização ou acabamento das extremidades.

POSIÇÃO	INCISO	produtos	ALÍQUOTA "AD VALOREM"
96.01	—	Vassouras com ou sem cabo	8%
96.02	—	Escovas, brochas, pincéis e semelhantes, inclusive os que constituam elementos de máquinas; rolos para pintar; raspadores de borracha ou de outras matérias flexíveis semelhantes	8%
96.03	—	Cabeças preparadas para escovas, pincéis e semelhantes	8%
96.04	—	Espanadores de todos os tipos	8%
96.05	—	Arminho, boneca para toucador e artigos semelhantes de qualquer matéria	8%
96.06	—	Peneiras e crivos, manuais, de qualquer matéria	8%

Capítulo 97 — Brinquedos, jogos, artigos para recreio e esporte

Notas

(97-1) O presente capítulo não compreende:

- a) as velas para árvores de Natal (posição 34.06);
- b) os artigos pirotécnicos para divertimento da posição 36.05;
- c) os fios, monofilamentos, cordéis e semelhantes, para a pesca, embora cortados em comprimentos determinados, mas sem montar em linhas (capítulo 39, posição 42.06 ou Alinea XIV).
- d) os sacos para artigos de esporte e semelhantes, das posições 42.02 ou 42.03;
- e) o vestuário para esportes, bem como as fantasias de tecidos de malha ou outros, dos capítulos 60 e 61;
- f) as bandeiras e cordas de galhardetes, de tecidos, e as velas de embarcações e veículos movidos a vela, do capítulo 62;
- g) o calçado (exceto o fixado em patins) e os chapéus especiais para a prática de esportes, bem como as perneiras e caneleiras, etc., para todo tipo de esportes, dos capítulos 64 e 65;

h) os botões de alpinistas, chicotes e rebenques (posição 66.02), bem como suas partes (posição 66.03);

i) os olhos de vidro, não montados, para bonecas e outros brinquedos, da posição 70.19;

j) as partes e acessórios de uso geral, segundo define a nota (XVIII-2) da Alinea XVIII;

l) os artigos da posição 83.11;

m) os veículos para esportes da Alinea XX, com exclusão dos "bobsleighs", tobogãs e semelhantes;

n) as bicicletas para crianças, construídas de igual forma que as bicicletas de modelo normal e munidas de rolamentos e esferas (posição 87.10);

o) as embarcações para esportes, tais como canoas e "skiffs" (capítulo 89), e seus meios de propulsão (capítulo 44, se de madeira);

p) os óculos protetores para a prática de esportes e para jogos ao ar livre (posição 90.04);

q) os chamarizes e apitos (posição 92.08);

r) as armas e outros artigos do capítulo 93;

s) as cordas para raquetes, as barracas os artigos de acampamento e as luvas de qualquer matéria (seguem o regime próprio).

(97-2) Os artigos do presente capítulo podem levar simples acessórios ou guarnições de mínima importância, de metais preciosos, de folheados de metais preciosos, de perolas finas, de pedras preciosas ou semipreciosas ou de pedras sintéticas ou reconstituídas.

(97-3) Só se considera, a "bonecos" e "bonecas" da posição 97.02 quando representam seres humanos.

(97-4) Os artigos incompletos ou não acabados se classificam com os artigos completos ou acabados, contanto que apresentem suas características essenciais.

(97-5) Sem prejuízo da nota (97-1) precedente, as partes, peças separadas e acessórios reconhecíveis como destinados exclusiva ou principalmente aos artigos deste capítulo se classificam com os mesmos.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD- VALOREM"
97.01	—	Carros e veículos de rodas para recreio de crianças, tais como bicicletas, triciclos, patinetes, cavalos mecânicos, automoveis de pedais, carros de bonecas e semelhantes	10%
97.02	—	Bonecos e bonecas de todos os tipos	10%
97.03	—	Outros brinquedos; modelos reduzidos para recreio	10%
97.04	—	Artigos para jogos de salão (inclusive jogos com motor ou mecanismo para lugares públicos, tênis-de-mesa, mesas de bilhar e mesas especiais de jogo nos cassinos):	
	1	Baralhos ou cartas de jogar, de qualquer matéria	40%
		Outros	10%
97.05	—	Artigos para recreio e festa; acessórios para jogos de salão e surpresas; artigos e acessórios para árvores de Natal e artigos semelhantes para festas de Natal (árvores de Natal artificiais, presépios, figuras para presépios, etc.)	10%

Posição	Inciso	Produtos	Alíquota "ad valorem"
97.06	—	Artigos e artefatos para jogos ao ar livre, ginásticas, atletismo e outros esportes, com exclusão dos artigos da posição 97.04;	10%
97.07	—	Anzóis, camorceiros e rédes pequenas com armaduras; artigos para pesca à linha; chamarizes, espelhos para a caça de caçadores e artigos de caça semelhantes;	10%
97.08	—	Carrosseis, balanços, instalações de tiro ao alvo e outras atrações para parques de diversões, inclusive circos, zoológicos e teatros-ambulantes	10%

Capítulo 98 — Manufaturas Diversas

Notas

(98-1) O presente capítulo não compreende:

a) os lápis para sobancelhas ou maquiagem (posição 33.06);

b) os botões e seus esboços, os pentes, travessas, pregadores e artigos semelhantes, constituídos total ou parcialmente de metais preciosos, de esboçados de metais preciosos (sem prejuízo das disposições da nota (71-2) a) do capítulo 71), ou que levem pérolas finas, pedras preciosas ou pedras sintéticas ou reconstituídas (capítulo 71);

c) as partes e acessórios de uso geral no sentido da nota (XVIII-2) da Alínea XVIII;

d) os tira-linhas (posição 90.16);

e) os brinquedos do capítulo 97.

(98-2) Sem prejuízo das disposições da nota (98-1) do presente capítulo, os artigos constituídos total ou parcialmente de metais preciosos, esboçados de metais preciosos, pedras preciosas e semipreciosas, pedras sintéticas ou reconstituídas, ou então pérolas finas, ficam compreendidos neste capítulo.

(98-3) Os estojos ou caixas semelhantes que se apresentem com os artigos deste capítulo destinados aos mesmos e com os quais se vendem normalmente classificam-se com os referidos artigos. Apresentados isoladamente, seguem seu próprio regime.

POSIÇÃO	INCISO	PRODUTOS	ALÍQUOTA "AD" VALOREM"
98.01	—	Botões, botões de pressão, abotoaduras e semelhantes (inclusive esboços e marcas para botões e partes de botões)	10%
98.02	—	Fechos de correr e suas partes (Cursors, etc.)	10%
98.03	—	Canetas, inclusive as de tinta permanente, lapiseiras e semelhantes, suas peças separadas e acessórios (tampas, molas, etc.)	

Posição	Inciso	Produtos	Aliquota "ad valorem"
		com exclusão dos artigos das posições 98.04 e 98.05:	
	1	De ouro, prata, platina e respectivas ligas ou ornamentados com perolas, pedras preciosas e semipreciosas, ouro, prata, platina e suas ligas	20%
98.04	2	Outros, inclusive folheados (plaqué ou doublé) com metais preciosos	10%
	—	Penas para escrever e pontas para penas:	
	1	De ouro, prata, platina e respectivas ligas, ou ornamentadas com perolas, pedras preciosas e semipreciosas, ouro, prata, platina e suas ligas	20%
98.05	2	Outros	10%
	—	Lápis inclusive de carvão, ardósia e para pintura de pastel), minas e carvão para desenho; giz para escrever e desenhar; giz de alifantes e para olhares	10%
98.06	—	Ardósias e quadros para escrever e desenhar, com ou sem caixilho	8%
98.07	—	Carimbos numeradores, alfabetos, datadores, sinêtes e semelhantes, manuais	10%
98.08	—	Fitas impregnadas de tinta ou corantes, montadas ou não sobre carretéis, para máquinas de escrever, de calcular e semelhantes; almofadas para carimbos, impregnadas ou não, com ou sem caixa	10%
98.09	—	Lacre para escritório ou para garrafas, apresentado em pastilhas, bastões ou semelhantes; pastas à base de gelatina para reproduções gráficas para rolos de imprensa e usos semelhantes, inclusive em suporte de papel ou de matérias têxteis	8%
98.10	—	Acendedores e isqueiros (mecânicos, elétricos, de catalisadores, etc.) e suas peças separadas, exceto as pedras e pavios:	
	1	De ouro, prata, platina e respectivas ligas ou ornamentados com perolas, pedras preciosas e semipreciosas, ouro, prata, platina e suas ligas	30%
	2	Outros, inclusive folheados (plaqués ou doublés) com metais preciosos	20%
98.11	—	Cachimbos (inclusive os não acabados e as cabeças); boquilhas, pontas, tubos e demais peças separadas:	
	1	Com partes de ouro, prata, platina e suas ligas	20%
	2	Outros, inclusive folheados (plaqués ou doublés) com metais preciosos	15%
98.12	—	Pentes, travessas, grampos e artigos semelhantes	10%
98.13	—	Varetas para espartilhos, vestuários ou acessórios de vestuários e semelhantes	10%

Posição	Inciso	Produtos	Alíquota "ad valorem"
98.14	—	Pulverizadores para toucador, completos, armações e cabeças de armações;	
	1	De ouro, prata, platina e suas ligas, ou ornamentados com perolas, pedras preciosas e semipreciosas, ouro, prata, platina e respectivas ligas	20%
	2	Outros, inclusive folheados (plaqués ou doublés) com metais preciosos	10%
98.15	—	Garrafas térmicas e outros recipientes isotérmicos montados, bem como suas partes (com exclusão das ampolas de vidro)	8%
98.16	—	Manequins e semelhantes; autômatos e cenas animadas para exposição	10%

LEI Nº 4.503, — DE 30 DE
NOVEMBRO DE 1964

Institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação e dá outras providências.
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CADASTRO GERAL DE PESSOAS JURÍDICAS

Art. 1º É instituído, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de contribuintes, no qual obrigatoriamente se registrarão as firmas individuais e demais pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as domiciliadas no exterior, que possuam capitais aplicados no País.

§ 1º O Cadastro geral conterá as informações indispensáveis à identificação, localização e classificação das pessoas jurídicas e seus estabelecimentos, e será administrado pelo Departamento de Arrecadação, na forma do Capítulo II desta Lei.

§ 2º O cadastro geral previsto neste artigo não exclui a existência de cadastros especiais, nos órgãos competentes, com as informações complementares que se tornem indispensáveis à administração, controle e fiscalização de cada um dos tributos federais.

Art. 2º O registro de que trata o artigo anterior será requerido em formulário próprio, apresentado aos órgãos competentes do Ministério, com as indicações e nos prazos estabelecidos em Regulamento.

Parágrafo único. Os dados do registro serão atualizados, igualmente, mediante requerimento em formulário próprio, dentro de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato determinante da alteração.

Art. 3º. O pedido de registro das pessoas jurídicas será instruído com os documentos comprobatórios de sua existência legal.

Art. 4º As pessoas jurídicas e seus estabelecimentos receberão um número cadastral básico, de caráter permanente, que as identificará em todas as suas relações com os órgãos do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. O número referido neste artigo poderá ser adicionado de códigos numéricos complementares, quando indispensáveis à administração de determinados tributos.

Art. 5º. O número cadastral básico das pessoas jurídicas e seus estabelecimentos constará obrigatoriamente:

I — dos documentos que apresentarem as repartições públicas, autarquias e estabelecimentos de crédito da União;

II — dos contratos que firmarem no País;

III — das publicações de seus balanços e contas de resultado;

IV — dos livros, notas fiscais e demais documentos exigidos pela legislação tributária federal;

V — dos invólucros, rótulos e embalagens dos produtos gravados por impostos federais.

Parágrafo único. A cada um dos estabelecimentos das pessoas jurídicas será fornecido um "Certificado de Registro", que será mantido no estabelecimento a que se referir, em lugar visível, à disposição da fiscalização.

Art. 6º. Será requerida a baixa do registro das pessoas jurídicas quando de sua extinção.

Art. 7º O Poder Executivo promoverá a celebração de convênios com os Estados e Municípios para intercâmbio de informações fiscais e generalização do sistema de número cadastral básico, previsto nesta Lei.

Art. 8º A falta de cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo sujeita o infrator às multas estabelecidas na legislação do Imposto de Consumo para a inobservância de obrigações acessórias.

Parágrafo único. São competentes para a imposição de penalidades as autoridades julgadoras de primeira instância dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda.

Art. 9º O sistema de registro estabelecido nesta Lei substituirá, no que couber e à medida em que for sendo implantado, a "Patente de Registro" de que trata o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 45.422, de 12 de fevereiro de 1959, a inscrição de pessoas jurídicas decorrente da aplicação da legislação do Imposto de Renda e o registro de importadores e exportadores, previsto nas leis e regulamentos aduaneiros.

CAPÍTULO II

DO DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO

Art. 10. Fica criado, no Ministério da Fazenda, diretamente subordinado à Direção Geral da Fazenda Nacional, o Departamento de Arrecadação, competindo-lhe especificamente:

I — Dirigir e controlar os serviços de arrecadação e recolhimento dos tributos e demais rendas da União, salvo quando tais atribuições sejam conferidas, por lei, a outros órgãos não fazendários;

II — promover a arrecadação das rendas diretamente ou por intermédio da rede bancária.

III — proceder a inscrição das pessoas jurídicas e administrar o sistema de número cadastral básico, a que se refere o Capítulo I desta Lei;

IV — executar, nas localidades não servidas por fiscalização específica, serviços auxiliares relacionados com o controle e fiscalização de tributos federais, nos termos em que tais funções vierem a ser atribuídos aos órgãos exatores, no Regimento do Departamento de Arrecadação.

§ 1º O Departamento de Arrecadação contará, para o exercício de suas atribuições, com Delegacias e Inspetorias, regionais e seccionais, cuja competência, sede e jurisdição serão estabelecidas em Regimento.

§ 2º Passam a integrar o Departamento de Arrecadação os serviços de sua competência que estejam a cargo da Diretoria de Rendas Internas, Delegacias Fiscais, Recebedorias Federais e Alfândegas.

§ 3º As atuais Coletorias Federais passam a denominar-se Exatorias Federais.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a instalar as Exatorias que se tornarem necessárias, assim como a extinguir aquelas cuja manutenção não mais se justifique.

Art. 11. Fica criado, na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Arrecadação, símbolo 2-C.

Art. 12. Os cargos ocupados e vagos, das séries de classe de Coletor e Escrivão de Coletoria, observada a situação decorrente da aplicação da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 e do Decreto nº 51.913, de 24 de abril de 1963, passam a constituir uma única série de classes denominada Exator Federal.

Art. 13. A série de classes de Auxiliar de Coletoria passa a denominar-se Auxiliar de Exatoria, assegurado o acesso à série de classes de Exator Federal.

Art. 14. Os Fiéis do Tesouro do Ministério da Fazenda passam a integrar o Grupo Ocupacional AF-300

— Fisco —, de que trata o Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de junho de 1960, com a codificação AF-310.

Art. 15. As Delegacias e Inspetorias, regionais e seccionais e as Exatorias corresponderão funções gratificadas a serem preenchidas por designação do Diretor do Departamento de Arrecadação.

§ 1º As Exatorias Federais serão chefiadas por funcionários da série de classes de Exator Federal e, na sua ausência, da de Auxiliar de Exatora, recaído a primeira designação, prioritariamente, nos seus atuais titulares.

§ 2º Será computado para os fins previstos no art. 180, §§ 1º e 2º, da Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952, e Lei nº 1.741, de 22 de novembro de 1952, o tempo de serviço efetivamente prestado pelo Exator Federal ou Auxiliar de Exatoria, à data da vigência desta Lei, nas chefias das Coletorias.

Art. 16. A lotação do pessoal do Departamento de Arrecadação será fixada por decreto, obedecidas as seguintes normas:

I — a lotação dos cargos de Exator e Auxiliar de Exatoria será feita por Estado;

II — os demais cargos integrarão a lotação única do Departamento.

Parágrafo único. A movimentação do pessoal será feita pelo Diretor do Departamento de Arrecadação, dentro do limite das respectivas lotações.

CAPÍTULO III

Disposições Gerais

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a cometer a arrecadação das rendas federais a estabelecimentos bancários oficiais e privados, e, onde não houver estabelecimento bancário ou Exatoria Federal, às Agências do Departamento Nacional de Correios e Telégrafos.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) destinados a atender, nos exercícios de 1965 e 1966, às despesas indispensáveis ao reaparelhamento dos serviços do Ministério

da Fazenda e à reestruturação de seus órgãos, inclusive as decorrentes do provimento das funções gratificadas de chefia, assessoramento e secretariado a serem criadas em consequência da referida reestruturação, vedada porém a admissão de pessoal à conta do mencionado crédito.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos previstos neste artigo far-se-á de conformidade com planos aprovados pelo Presidente da República.

Art. 19. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 20. As sociedades por ações, cujos balanços anuais sejam encerrados a 31 de dezembro, poderão apresentar a sua declaração de rendimentos durante o mês de maio, do exercício financeiro em que o imposto for devido, observada a escala estabelecida, na forma da lei, pela repartição lançadora competente.

Art. 21. O Poder Executivo baixará o Regulamento do Departamento de Arrecadação e o Regulamento desta Lei dentro dos prazos, respectivamente de 120 (cento e vinte) e 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 22. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1965, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.504 — DE 30 DE
NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Princípios e Definições

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens

imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhe o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

§ 2º É dever do Poder Público:

- a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais o aconselharem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;
 - b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.
- § 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultiva, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho.

§ 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras

que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas.

Art. 3º O Poder Público reconhece às entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, o direito à propriedade da terra em condomínio, que sob a forma de cooperativas quer como sociedades abertas constituídas na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os estatutos das cooperativas e demais sociedades, que se organizarem na forma prevista neste artigo, deverão ser aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.) que estabelecerá condições mínimas para a democratização dessas sociedades.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I — "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II — "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III — "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior";

IV — "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidade inferiores às da propriedade familiar;

V — "Latifúndio", o imóvel rural que:

- a) exceda à dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea "b", desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;

- b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido explorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural.

VI — “Empresa Rural” é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico ...**VERADO**... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias;

VII — “Parceleiro”, aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada;

VIII — “Cooperativa Integral de Reforma Agrária (C.I.R.A.)”, toda sociedade cooperativista mista, de natureza civil, ...**VERADO**... criada nas áreas prioritárias de Reforma Agrária, contando temporariamente com a contribuição financeira e técnica do Poder Público, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente;

IX — “Colonização”, toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de Cooperativas ...**VERADO**...

Parágrafo único — Não se considera latifúndio:

a) o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado;

b) o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objetivo de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública.

Art. 5º A dimensão da área dos módulos de propriedade rural será fixada para cada zona de características econômicas e ecológicas homogêneas, distintamente, por tipos de exploração rural que nela possam ocorrer.

Parágrafo único. No caso de exploração mista, o módulo será fixado pela média ponderada das partes do imóvel destinadas a cada um dos tipos de exploração considerados.

Capítulo II

Das Acórdos e Convênios

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão unir seus esforços e recursos, mediante acordos, convênios ou contratos para a solução de problemas de interesse rural, principalmente os relacionados com a aplicação da presente Lei, visando à implantação da Reforma Agrária e à unidade de critérios na execução desta.

Parágrafo único. Para os efeitos da Reforma Agrária, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária representará a União nos acordos, convênios ou contratos multilaterais referidos neste artigo.

Art. 7º Mediante acordo com a União, os Estados poderão encarregar funcionários federais da execução de leis e serviços estaduais ou de atos e decisões das suas autoridades, pertinentes aos problemas rurais, e, reciprocamente, a União poderá, em matéria de sua competência, cometer a funcionário estaduais encargos análogos, provendo às necessárias despesas de conformidade com o disposto no parágrafo terceiro do artigo 18 da Constituição Federal.

Art. 8º Os acordos, convênios ou contratos poderão conter cláusula que permita expressamente a adesão de outras pessoas de direito público, interno ou externo, bem como de pessoas físicas nacionais, ou estrangeiras, não participantes direta dos atos jurídicos celebrados.

Parágrafo único. A adesão efetivar-se-á com a só notificação oficial às partes contratantes, independentemente de condição ou termo.

Capítulo III

Das Terras Públicas e Particulares

Seção I

Das Terras Públicas

Art. 9º Dentre as terras públicas, terão prioridade, subordinando-se aos fins previstos nesta Lei, as seguintes:

I — as de propriedade da União, que não tenham outra destinação específica;

II — as reservadas pelo Poder Público para serviços ou obras de qualquer natureza, ressalvadas as pertencentes à segurança nacional, desde que o órgão competente considere sua utilização econômica compatível com a atividade principal, sob a forma de exploração agrícola;

III — as devolutas da União, dos Estados e dos Municípios.

Art. 10. O Poder Público poderá explorar direta ou indiretamente, qualquer imóvel rural de sua propriedade, unicamente para fins de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento visando o desenvolvimento da agricultura, a programas de colonização ou fins educativos de assistência técnica e de readaptação.

§ 1º Somente se admitirá a existência de imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, em caráter transitório, desde que não haja possibilidade de transferi-los para a propriedade privada.

§ 2º Executados os projetos de colonização nos imóveis rurais de propriedade pública, as frações de terra restantes serão obrigatoriamente vendidas.

§ 3º Os imóveis rurais pertencentes à União, cuja utilização não se enquadre nos termos deste artigo, poderão ser transferidos ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária ou com ele permutados por ato do Poder Executivo.

Art. 11. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária fica investido de poderes de representação da União, para promover a discriminação das terras devolutas federais, restabelecida a instância administrativa disciplinada pelo Decreto-Lei número 9.760, de 5 de setembro de 1946 e com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas através de cultura efetiva e morada habitual, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegamente ocupadas e as que se encontrarem desocupadas.

§ 1º Através de convênios, celebrados com os Estados e Municípios, iguais poderes poderão ser atribuídos ao Instituto Brasileiro de Reforma

ma Agrária quanto às terras devolutas estaduais e municipais, respeitada a legislação local, o regime jurídico próprio das terras situadas na faixa da fronteira nacional bem como a atividade dos órgãos de valorização regional.

§ 2º Tanto quanto possível o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária imprimirá ao instituto das terras devolutas orientação tendente a harmonizar as peculiaridades regionais com os altos interesses do desbravamento através da colonização racional visando a erradicar os males do minifúndio e do latifúndio.

SEÇÃO II

Das Terras Particulares

Art. 12. A propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei.

Art. 13. O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social.

Art. 14. O Poder Público facilitará e prestigiará a criação e a expansão de empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas que tenham por finalidade o racional desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário ou agro-industrial. Também promoverá a ampliação do sistema cooperativo e a organização daquelas empresas, em companhias que objetivem a democratização do capital.

Art. 15. A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social.

TÍTULO II

Da Reforma Agrária

Capítulo 1

Dos Objetivos e dos Meios de Acesso à Propriedade Rural

Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a

gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será o órgão competente para promover e ordenar a execução dessa reforma, observadas as normas gerais da presente Lei e do seu regulamento.

Art. 17. O acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição ou a redistribuição de terras, pela execução de qualquer das seguintes medidas:

a) desapropriação por interesse social;

b) doação;

c) compra e venda;

d) arrecadação dos bens vagos;

e) reversão à posse (verano) do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros;

f) herança ou legado.

Art. 18. A desapropriação por interesse social tem por fim:

a) condicionar o uso da terra a sua função social;

b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade;

c) obrigar a exploração racional da terra;

d) permitir a recuperação social e econômica de regiões;

e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica;

f) efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais;

g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural;

h) facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias.

Art. 19. A desapropriação far-se-á na forma prevista na Constituição Federal, obedecidas as normas constantes da presente Lei.

§ 1º Se for intentada desapropriação parcial, o proprietário poderá optar pela desapropriação de todo o imóvel que lhe pertence, quando a área agrícola remanescente, inferior a cinquenta por cento da área original, ficar:

a) reduzida a superfície inferior a três vezes a dimensão do módulo de propriedade; ou

b) prejudicada substancialmente em suas condições de exploração econômica, caso seja o seu valor inferior ao da parte desapropriada.

§ 2º Para efeito de desapropriação observar-se-ão os seguintes princípios:

a) para a fixação da justa indenização na forma do art. 147, § 1º, da Constituição Federal, levar-se-ão em conta o valor declarado do imóvel para efeito do Imposto Territorial Rural, o valor constante do cadastro acrescido das benfeitorias com a correção monetária porventura cabível, apurada na forma da legislação específica, e o valor venal do mesmo;

b) o poder expropriante não será obrigado a consignar, para fins de imissão de posse dos bens, quantia superior à que lhes tiver sido atribuída pelo proprietário na sua última declaração, exigida pela Lei do Imposto de Renda, a partir de 1965, se se tratar de pessoa física ou o valor constante do ativo, se se tratar de pessoa jurídica, num e noutro casos, com a correção monetária cabível.

c) efetuada a imissão de posse, fica assegurado ao expropriado o levantamento de oitenta por cento da quantia depositada para obtenção da medida possessória.

§ 3º Salvo por motivo de necessidade ou utilidade pública, estão isentos de desapropriação:

a) os imóveis rurais que, em cada zona, não excederem de três vezes o módulo de propriedade, fixado nos termos do artigo 4º, inciso III;

b) os imóveis que satisfizerem os requisitos pertinentes à empresa rural, enunciados no artigo 4º, inciso VI;

c) os imóveis que, embora não classificados como empresas rurais situados fora da área prioritária de Reforma Agrária, tiverem aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e em execução projetos que, em prazo determinado, os elevem àquela categoria.

§ 4º O foro competente para desapropriação é o da situação do imóvel.

§ 5º De toda decisão que fixar o preço em quantia superior à oferta formulada pelo órgão expropriante, haverá obrigatoriamente, recurso de ofício para o Tribunal Federal de Recursos. Verificado, em ação expropriatória, ter o imóvel valor superior

ao declarado pelo expropriado, e apurada a má-fé ou o dolo d'este, poderá a sentença condemná-lo à penalidade prevista no artigo 49, § 3º, desta Lei, deduzindo-se do valor da indenização o montante da penalidade.

Art. 20. As desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público nas áreas prioritárias, recairão sobre:

- I — os minifúndios e latifúndios;
- II — as áreas já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto;
- III — as áreas cujos proprietários desenvolverem atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação dos recursos naturais;
- IV — as áreas destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos;
- V — as áreas que apresentem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros;
- VI — as terras cujo uso atual estudos levados a efeito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária comprovem não ser o adequado à sua vocação de uso econômico.

Art. 21. Em áreas de minifúndio, o Poder Público tomará as medidas necessárias à organização de unidades econômicas adequadas, desapropriando, aglutinando e redistribuindo as áreas.

Art. 22. É o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária autorizado, para todos os efeitos legais, a promover as desapropriações necessárias ao cumprimento da presente Lei.

Parágrafo único. A União poderá desapropriar, por interesse social, bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, precedido o ato, em qualquer caso, de autorização legislativa.

Art. 23. Os bens desapropriados por sentença definitiva, uma vez incorporados ao patrimônio público, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Parágrafo único. A regra d'este artigo aplica-se aos imóveis rurais incorporados ao domínio da União, em consequência de ações por motivo de enriquecimento ilícito em prejuízo do Patrimônio Federal, os quais transferidos ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, serão aplicados aos objetivos desta Lei.

Capítulo II

Da Distribuição de Terras

Art. 24. As terras desapropriadas para os fins da Reforma Agrária que a qualquer título, vierem a ser incorporadas ao patrimônio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária respeitada a ocupação de terras devolutas federais manifestada em cultura efetiva e morada habitual, só poderão ser distribuídas:

- I — sob a forma de propriedade familiar, nos termos das normas aprovadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;
- II — a agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;
- III — para a formação de glebas destinadas à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, por associações de agricultores organizadas sob regime cooperativo;
- IV — para fins de realização, a cargo do Poder Público, de atividades de demonstração educativa, de pesquisa, experimentação, assistência técnica e de organização de colônias-escolas;
- V — para fins de reflorestamento ou de conservação de reservas florestais a cargo da União, dos Estados ou dos Municípios.

Art. 25. As terras adquiridas pelo Poder Público, nos termos desta Lei, deverão ser vendidas, atendidas as condições de maioridade, sanidade e de bons antecedentes, ou de reabilitação, de acordo com a seguinte ordem de preferência:

- I — ao proprietário do imóvel desapropriado, desde que venha a explorar a parcela, diretamente ou por intermédio de sua família;

II — aos que trabalhem no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;

III — aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar da região;

IV — aos agricultores cujas propriedades sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;

V — aos tecnicamente habilitados na forma da legislação em vigor, ou que tenham comprovada competência para a prática das atividades agrícolas.

§ 1º. Na ordem de preferência de que trata este artigo, terão prioridade os chefes de família numerosa cujos membros se proponham a exercer atividade agrícola na área a ser distribuída.

§ 2º. Só poderão adquirir lotes os trabalhadores sem terra, salvo as exceções previstas nesta Lei.

§ 3º. Não poderá ser beneficiário da distribuição de terras a que se refere este artigo o proprietário rural, salvo nos casos dos incisos I, III e IV, nem quem exerça função pública, autárquica ou em órgão paraestatal, ou se ache investido de atribuições parafiscais.

§ 4º. Sob pena de nulidade, qualquer alienação ou concessão de terras públicas, nas regiões prioritárias, definidas na forma do art. 43, será precedida de consulta ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que se pronunciará obrigatoriamente no prazo de sessenta dias.

Art. 26. Na distribuição de terras regulada por este Capítulo, ressaltar-se-á sempre a propriedade pública dos terrenos de marinha e seus acréscimos na orla oceânica e na faixa marginal dos rios federais, até onde se faça sentir a influência das marés, bem como a reserva à margem dos rios navegáveis e dos que formam os navegáveis.

Capítulo III

Do Financiamento da Reforma Agrária

Seção I

Do Fundo Nacional de Reforma Agrária

Art. 27. É criado o Fundo Nacional de Reforma Agrária, destinado a fornecer os meios necessários para o

financiamento da Reforma Agrária e dos órgãos incumbidos da sua execução.

Art. 28. O Fundo Nacional de Reforma Agrária será constituído:

I — do produto da arrecadação da Contribuição de Melhoria cobrada pela União de acordo com a legislação vigente;

II — da destinação específica de 3% (três por cento) da receita tributária da União;

III — dos recursos destinados em lei à Superintendência de Política Agrária (SUPRA), ressalvado o disposto no art. 117;

IV — dos recursos oriundos das verbas de órgãos e de entidades vinculados por convênios ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;

V — de doações recebidas;

VI — da receita do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

§ 1º. Os recursos de que tratam os incisos I e II, deste artigo, bem como os provenientes de quaisquer créditos adicionais destinados à execução dos planos nacional e regionais de Reforma Agrária, não poderão ser suprimidos, nem aplicados em outros fins.

§ 2º. Os saldos dessas dotações em poder do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária ou a seu favor verificados no final de cada exercício, não prescrevem, e serão aplicados, na sua totalidade, em consonância com os objetivos da presente Lei.

§ 3º. Os tributos, dotações e recursos referidos nos incisos deste artigo terão a destinação, durante vinte anos, vinculada à execução dos programas da Reforma Agrária.

§ 4º. Os atos relativos à receita do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária constituída pelos recursos previstos nos incisos II, e pelos resultados apurados no exercício anterior, nas hipóteses dos incisos I, III e IV, considerar-se-ão registrados, pelo Tribunal de Contas, a 1º de janeiro, e os respectivos recursos distribuídos ao Tesouro Nacional, que os depositará no Banco do Brasil, a disposição do referido Instituto, em quatro parcelas, até 31 de janeiro, 30 de abril, 31 de julho e 31 de outubro, respectivamente.

Art. 29. Além dos recursos do Fundo Nacional de Reforma Agrária, a execução dos projetos regionais contará com as contribuições financeiras

ras dos órgãos e entidades vinculados por convênios ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, notadamente os de valorização regional, como a Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SUDOESTE), os quais deverão destinar, para este fim, vinte por cento, no mínimo, de suas dotações globais.

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo, depois de aprovados os planos para as respectivas regiões, serão entregues ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que, para a execução destes, contribuirá com igual quantia.

Art. 30. Para fins da presente Lei, e o Poder Executivo autorizado a receber doações, bem como a contrair empréstimos no País e no exterior, até o limite fixado no art. 105.

Art. 31. E' o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária autorizado a:

I — firmar convênios com os Estados, Municípios entidades públicas e privadas, para financiamento, execução ou administração dos planos regionais de Reforma Agrária;

II — colocar os títulos da Dívida Agrária Nacional para os fins desta Lei;

III — realizar operações financeiras ou de compra e venda para os objetivos desta Lei;

IV — praticar atos, tanto no contencioso como no administrativo, inclusive os relativos à desapropriação por interesse social ou por utilidade ou necessidade públicas.

Seção II

Do Patrimônio do Órgão de Reforma Agrária

Art. 32. O Patrimônio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será constituído:

I — do Fundo Nacional de Reforma Agrária;

II — dos bens das entidades públicas incorporadas ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;

III — das terras e demais bens adquiridos a qualquer título.

Capítulo IV

Da Execução e da Administração da Reforma Agrária

Seção I

Dos Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária

Art. 33. A Reforma Agrária será realizada por meio de planos periódicos, nacionais e regionais, com prazos e objetivos determinados, de acordo com projetos específicos.

Art. 34. O Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e aprovado pelo Presidente da República, consignará necessariamente:

I — a delimitação de áreas regionais prioritárias;

II — a especificação dos órgãos regionais, zonais e locais, que vierem a ser criados para a execução e a administração da Reforma Agrária;

III — a determinação dos objetivos que deverão condicionar a elaboração dos Planos Regionais;

IV — a hierarquização das medidas a serem programadas pelos órgãos públicos, nas áreas prioritárias, nos setores de obras de saneamento, educação e assistência técnica;

V — a fixação dos limites das dotações destinadas à execução do Plano Nacional e de cada um dos planos regionais.

§ 1º Uma vez aprovados, os Planos terão prioridade absoluta para atuação dos órgãos e serviços federais já existentes nas áreas escolhidas.

§ 2º As entidades públicas e privadas que firmarem acordos, convênios ou tratados com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, nos termos desta Lei, assumirão, igualmente compromisso expresso, quanto à prioridade aludida no parágrafo anterior, relativamente aos assuntos e serviços de sua alçada nas respectivas áreas.

Art. 35. Os Planos Regionais de Reforma Agrária antecederão, sempre, qualquer desapropriação por interesse social, e serão elaborados pelas Delegacias Regionais do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

(I.B.R.A.R.), obedecidos os seguintes requisitos mínimos:

- I — delimitação da área de ação;
- II — determinação dos objetivos específicos da Reforma Agrária na região respectiva;
- III — fixação das prioridades regionais;
- IV — extensão e localização das áreas desapropriáveis;
- V — previsão das obras de melhoria;
- VI — estimativa das inversões necessárias e dos custos.

Art. 36. Os projetos elaborados para regiões geo-econômicas ou grupos de imóveis rurais, que possam ser tratados em comum, deverão consignar:

- I — o levantamento sócio-econômico da área;
- II — os tipos e as unidades de exploração econômica perfeitamente determinados e caracterizados;
- III — as obras de infra-estrutura e os órgãos de defesa econômica dos parcelários necessários à implementação do projeto;
- IV — o custo dos investimentos e o seu esquema de aplicação;
- V — os serviços essenciais a serem instalados no centro da comunidade;
- VI — a renda familiar que se pretende alcançar;
- VII — a colaboração a ser recebida dos órgãos públicos ou privados que celebrarem convênios ou acordos para a execução do projeto.

Seção II

Dos Órgãos Específicos

Art. 37. São órgãos específicos para a execução da Reforma Agrária:

- I — o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.R.);
- II — as Delegacias Regionais do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.R.);
- III — as Comissões Agrárias.

§ 1º O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, (I.B.R.A.R.) é órgão autárquico, dotado de personalidade jurídica e autonomia financeira, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, diretamente subordinado à Presidência;

§ 2º O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária tem as seguintes atribuições:

- a) promover a elaboração e coordenar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, a ser submetido à aprovação do Presidente da República;
- b) sugerir ao Presidente da República as medidas necessárias à articulação e cooperação das três ordens administrativas da República para a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, inclusive as alterações da presente Lei, bem como os atos complementares que se tornarem necessários;
- c) promover, direta ou indiretamente, a execução da Reforma Agrária, no âmbito nacional, orientando fiscalizando e assistindo tecnicamente os órgãos executivos regionais, zonais e locais, bem como coordenando os órgãos federais interessados na execução da presente Lei e do seu Regulamento;
- d) administrar o Fundo Nacional de Reforma Agrária, promover ou firmar convênios e colocar os títulos da Dívida Agrária Nacional, emitidos nos termos desta Lei e de seu Regulamento;
- e) promover a criação das Delegacias Regionais da Reforma Agrária e das Comissões Agrárias, bem como outros órgãos e serviços descentralizados que se tornarem necessários para execução da presente Lei;
- f) exercer quaisquer outras atividades compatíveis com as finalidades desta Lei, inclusive baixando os atos normativos tendentes a facilitar o seu funcionamento, nos termos do regulamento que for expedido.

Art. 38. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será dirigido por uma Diretoria composta de cinco membros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros de notável saber e idoneidade depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.

§ 1º O Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, também nomeado com prévia aprovação do Senado Federal, dentre os membros da Diretoria, terá remuneração correspondente a setenta e cinco por cento do que percebem os Ministros de Estado.

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá na regulamentação desta Lei, as funções do Presidente e dos demais

membros da Diretoria do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

§ 3º Integrarão, ainda, a administração do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária:

a) um Conselho Técnico, anualmente renovado pelo terço, constituído por nove membros de comprovada experiência no campo dos problemas rurais, com mandatos renováveis de três anos, tendo como Presidente o do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;

b) uma Secretaria Executiva.

§ 4º Os membros do Conselho Técnico serão de nomeação do Presidente da República, e o Secretário Executivo, de confiança e nomeação do Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Art. 39. Ao Conselho Técnico competirá discutir e propor as diretrizes dos planos nacional e regionais de Reforma Agrária, estudar e sugerir medidas de caráter legislativo e administrativo, necessárias à boa execução da Reforma.

Art. 40. A Secretaria Executiva competirá elaborar e promover a execução do plano nacional de Reforma Agrária, assessorar as Delegacias Regionais, analisar os projetos regionais e dirigir a vida administrativa do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Art. 41. As Delegacias Regionais do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.R.), cada qual dirigida por um Delegado Regional, nomeado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária dentre técnicos de comprovada experiência em problemas agrários e reconhecida idoneidade, são órgãos executores da Reforma nas regiões do País, com áreas de jurisdição, competência e funções que serão fixadas na regulamentação da presente Lei, compreendendo a elaboração do cadastro, classificação, das terras, formas e condições de uso atual e potencial da propriedade, preparo das propostas de desapropriação, e seleção dos candidatos à aquisição das parcelas.

Parágrafo único. Dentro de cento e oitenta dias, após a publicação do decreto que a criar, a Delegacia Regional apresentará ao Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária o plano regional de Reforma Agrária, na forma prevista nesta Lei.

Art. 42. A Comissão Agrária, constituída de um representante do Ins-

tituto Brasileiro de Reforma Agrária, que a presidirá, de três representantes dos trabalhadores rurais, eleitos ou indicados pelos órgãos de classe respectivos, de três representantes dos proprietários rurais eleitos ou indicados pelos órgãos de classe respectivos, um representante categorizado de entidade pública vinculada à agricultura e um representante dos estabelecimentos de ensino agrícola, é o órgão competente para:

I — instruir e encaminhar os pedidos de aquisição e de desapropriação de terras;

II — manifestar-se sobre a lista de candidatos selecionados para a adjudicação de lotes;

III — oferecer sugestões à Delegacia Regional na elaboração e execução dos programas regionais de Reforma Agrária;

IV — acompanhar, até sua implantação, os programas de reforma nas áreas escolhidas, mantendo a Delegacia Regional informada sobre o andamento dos trabalhos.

§ 1º A Comissão Agrária será constituída quando estiver definida a área prioritária regional de reforma agrária e terá vigência até a implantação dos respectivos projetos.

§ 2º VETADO.

Seção III

Do Zoneamento e dos Cadastros

Art. 43. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá a realização de estudos para o zoneamento do País em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, visando a definir:

I — as regiões críticas que estão exigindo reforma agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e dos latifúndios;

II — as regiões em estágio mais avançado de desenvolvimento social e econômico, em que não ocorram tensões nas estruturas demográficas e agrárias;

III — as regiões já economicamente ocupadas em que predomine economia de subsistência e cujos lavradores e pecuaristas careçam de assistência adequada;

IV — as regiões ainda em fase de ocupação econômica, carentes de pro-

grama de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras.

§ 1º Para a elaboração do zoneamento e caracterização das áreas prioritárias, serão levados em conta, essencialmente, os seguintes elementos:

a) a posição geográfica das áreas, em relação aos centros econômicos de várias ordens, existentes no País;

b) o grau de intensidade de ocorrência de áreas em imóveis rurais acima de mil hectares e abaixo de cinquenta hectares;

c) o número médio de hectares por pessoa ocupada;

d) as populações rurais, seu incremento anual e a densidade específica da população agrícola;

e) a relação entre o número de proprietários e o número de rendeiros, parceiros e assalariados em cada área.

§ 2º. A declaração de áreas prioritárias será feita por decreto do Presidente da República, mencionando:

a) a criação da Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária com a exata delimitação de sua área de jurisdição;

b) a duração do período de intervenção governamental na área;

c) os objetivos a alcançar, principalmente o número de unidades familiares e cooperativas a serem criadas;

d) outras medidas destinadas a atender a peculiaridades regionais;

Art. 44. São objetivos dos zoneamentos definidos no artigo anterior:

I — estabelecer as diretrizes da política agrária a ser adotada em cada tipo de região;

II — programar a ação dos órgãos governamentais, para desenvolvimento do setor rural, nas regiões delimitadas como de maior significação econômica e social.

Art. 45. A fim de completar os trabalhos de zoneamento, serão elaborados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária levantamentos e análises para:

I — orientar as disponibilidades agropecuárias nas áreas sob o controle do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária quanto à melhor destinação econômica das terras, adoção de práticas adequadas segundo as

condições ecológicas, capacidade potencial de uso e mercados interno e externo;

II — recuperar, diretamente, mediante projetos especiais, as áreas degradadas em virtude de uso predatório e ausência de medidas de proteção dos recursos naturais renováveis e que se situem em regiões de elevado valor econômico.

Art. 46. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá levantamentos, com utilização, nos casos indicados, dos meios previstos no Capítulo II do Título I, para a elaboração do cadastro dos imóveis rurais em todo o País, mencionando:

I — dados para caracterização dos imóveis rurais com indicação:

a) do proprietário e de sua família;

b) dos títulos de domínio, da natureza da posse e da forma de administração;

c) da localização geográfica;

d) da área com descrição das linhas de divisas e nome dos respectivos confrontantes;

e) das dimensões das testadas para vias públicas;

f) do valor das terras, das benfeitorias, dos equipamentos e das instalações existentes discriminadamente;

II — natureza e condições das vias de acesso e respectivas distâncias dos centros demográficos mais próximos com população:

a) até 5.000 habitantes;

b) de mais de 5.000 a 10.000 habitantes;

c) de mais de 10.000 a 20.000 habitantes;

d) de mais de 20.000 a 50.000 habitantes;

e) de mais de 50.000 a 100.000 habitantes;

f) de mais de 100.000 habitantes.

III — condições da exploração e do uso da terra, indicando:

a) as porcentagens da superfície total em cerrados, matas, pastagens, glebas de cultivo (especificadamente em exploração e inexploradas) e em áreas inaproveitáveis;

b) os tipos de cultivo e de criação as formas de proteção e comercialização dos produtos;

c) os sistemas de contrato de trabalho, com discriminação de arrenda-

tários, parceiros e trabalhadores rurais;

- d) as práticas conservacionistas empregadas e o grau de mecanização,
- e) os volumes e os índices médios relativos à produção obtida;
- f) as condições para o beneficiamento dos produtos agropecuários

§ 1º. Nas áreas prioritárias de reforma agrária serão complementadas as fichas cadastrais elaboradas para atender às finalidades fiscais, com dados relativos ao relevo, às pendentes, à drenagem, aos solos e a outras características ecológicas que permitam avaliar a capacidade do uso atual e potencial, e fixar uma classificação das terras para os fins de realização de estudos micro-econômicos, visando, essencialmente, à determinação por amostragem para cada zona e forma de exploração:

- a) das áreas mínimas ou módulos de propriedade rural determinados de acordo com elementos enumerados neste parágrafo e, mais, a força de trabalho do conjunto familiar médio o nível tecnológico predominante e a renda familiar a ser obtida;

- b) dos limites permitidos de áreas dos imóveis rurais, os quais não excederão a seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona;

- c) das dimensões ótimas do imóvel rural do ponto de vista do rendimento econômico;

- d) do valor das terras em função das características do imóvel rural, da classificação da capacidade potencial de uso e da vocação agrícola das terras;

- e) dos limites mínimos de produtividade agrícola para confronto com os mesmos índices obtidos em cada imóvel nas áreas prioritárias de reforma agrária.

§ 2º. Os cadastros serão organizados de acordo com normas e fichas aprovadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária na forma indicada no regulamento, e poderão ser executados centralizadamente pelos órgãos de valorização regional, pelos Estados ou pelos Municípios, caso em que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária lhes prestará assistência técnica e financeira com o objetivo de acelerar sua realização em áreas prioritárias de Reforma Agrária.

§ 3º. Os cadastros terão em vista a possibilidade de garantir a classifica-

ção, a identificação e o grupamento dos vários imóveis rurais que pertencem a um único proprietário, ainda que situados em municípios distintos, sendo fornecido ao proprietário o certificado de cadastro na forma indicada na regulamentação desta Lei.

§ 4º. Os cadastros serão continuamente atualizados para inclusão das novas propriedades que forem sendo constituídas e, no mínimo, de cinco em cinco anos serão feitas revisões gerais para atualização das fichas já levantadas.

§ 5º. Poderão os proprietários requerer a atualização de suas fichas, dentro de um ano da data das modificações substanciais relativas aos respectivos imóveis rurais, desde que comprovadas as alterações, a critério do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

§ 6º. No caso de imóvel rural em comum por força de herança, as partes ideais, para os fins desta Lei, serão consideradas como se divisão houvesse, devendo ser cadastrada a área que, na partilha, tocara a cada herdeiro e admitidos os demais dados médios verificados na área total do imóvel rural.

§ 7º. O cadastro inscreverá o valor de cada imóvel de acordo com os elementos enumerados neste artigo, com base na declaração do proprietário relativa ao valor da terra nua, quando não impugnado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ou o valor que resultar da avaliação cadastral.

TÍTULO III

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Capítulo I

Da Tributação da Terra

Seção I

Critérios Básicos

Art. 47. Para incentivar a política de desenvolvimento rural, o Poder Público se utilizará da tributação progressiva da terra, do Imposto de Renda, da colonização pública e particular, da assistência e proteção à economia rural e ao cooperativismo e, finalmente, da regulamentação do

uso e posse temporários da terra, objetivando:

I — desestimular os que exercem o direito de propriedade sem observância da função social e econômica da terra;

II — estimular a racionalização da atividade agropecuária dentro dos princípios de conservação dos recursos naturais renováveis;

III — proporcionar recursos à União, aos Estados e Municípios para financiar os projetos de Reforma Agrária;

IV — aperfeiçoar os sistemas de controle da arrecadação dos impostos.

Seção II

Do Imposto Territorial Rural

Art. 48. Observar-se-ão, quanto ao Imposto Territorial Rural, os seguintes princípios:

I — a União poderá atribuir, por convênio, aos Estados e Municípios, o lançamento, tendo por base os levantamentos cadastrais executados e periodicamente atualizados;

II — a União também poderá atribuir, por convênio, aos Municípios, a arrecadação, ficando a eles garantida a utilização da importância arrecadada;

III — quando a arrecadação for atribuída, por convênio, ao Município, a União caberá o controle da cobrança;

IV — as épocas de cobrança deverão ser fixadas em regulamento, de tal forma que, em cada região, se ajustem, o mais possível, aos períodos normais de comercialização da produção;

V — o imposto arrecadado será contabilizado diariamente como depósito à ordem, exclusivamente, do Município a que pertencer e a ele entregue diretamente pelas repartições arrecadadoras, no último dia útil de cada mês;

VI — o imposto não incidirá sobre sítios de área não excedente a vinte hectares, quando os cultive só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel (artigo 29, parágrafo único, da Constituição Federal).

Art. 49. As normas gerais para a fixação do imposto territorial obedecerão a critérios de progressividade e

regressividade, levando-se em conta os seguintes fatores:

I — os valores da terra e das benfeitorias do imóvel;

II — a área e dimensões do imóvel e das glebas de diferentes usos;

III — a situação do imóvel em relação aos elementos do inciso II do art. 46;

IV — as condições técnicas e econômicas de exploração agropecuária-industrial;

V — a natureza da posse e as condições de contratos de arrendatários, parceiros e assalariados;

VI — a classificação das terras e suas formas de uso e rentabilidade;

VII — a área total agricultável do conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário no País.

§ 1º. Os fatores mencionados neste artigo, exceção feita dos indicados no inciso III, serão declarados pelo proprietário ou obtidos em levantamento cadastral.

§ 2º. Todos os proprietários rurais ficam obrigados, para os fins previstos nesta Lei, a fazer declaração de propriedade, nos prazos e segundo normas fixadas na regulamentação desta Lei.

§ 3º. As declarações dos proprietários, para fornecimento de dados destinados à inscrição cadastral, são feitas sob sua inteira responsabilidade e, no caso de dolo ou má-fé, os obrigam ao pagamento em dobro dos tributos realmente devidos, além das multas decorrentes das despesas com as verificações necessárias.

Art. 50. O valor básico do imposto será determinado em alíquota de dois décimos por cento sobre o valor real da terra nua, declarado pelo proprietário e não impugnado pelo órgão competente, ou resultante da avaliação cadastral.

§ 1º. Levando-se em conta a área total agricultável do conjunto de imóveis de um mesmo proprietário no País, nestes consideradas as áreas correspondentes às frações ideais quando em condomínio, esse valor básico será multiplicado por um coeficiente de progressividade, de acordo com a seguinte tabela:

a) área total no máximo igual à média ponderada dos módulos de área estabelecidos para as várias regiões em que se situem as propriedades; coeficiente um;

b) área maior do que uma até dez vezes o módulo definido na alínea a: coeficiente um e meio;

c) área maior do que dez, até trinta vezes o módulo definido na alínea a: coeficiente dois;

d) área maior do que trinta, até oitenta vezes o módulo definido na alínea a: coeficiente dois e meio;

e) área maior do que oitenta, até cento e cinquenta vezes o módulo definido na alínea a: coeficiente três;

f) área maior do que cento e cinquenta, até trezentas vezes o módulo definido na alínea a: coeficiente três e meio;

g) área maior do que trezentas, até seiscentas vezes o módulo definido na alínea a: coeficiente quatro;

h) área superior a seiscentas vezes o módulo definido na alínea a: coeficiente quatro e meio.

§ 2º O produto da multiplicação do valor básico pelo coeficiente previsto no parágrafo anterior será multiplicado por um coeficiente de localização que aumente o imposto em função da proximidade aos centros de consumo definidos no inciso II do art. 46, e das distâncias, condições e natureza de vias de acesso aos referidos centros. Tal coeficiente, variando no território nacional de um a um e seis décimos, será fixado por tabela a ser baixada por decreto do Presidente da República, para cada região considerada no zoneamento previsto no artigo.

§ 3º O valor obtido pela aplicação do disposto no parágrafo anterior será multiplicado por um coeficiente que aumente ou diminua aquele valor, segundo a natureza da posse e as condições dos contratos de trabalho, na forma seguinte:

a) segundo o grau de alheamento do proprietário na administração e nas responsabilidades de exploração do imóvel rural, segundo a forma e natureza dos contratos de arrendamento e parceria, e à falta de atendimento em condições condignas de conforto doméstico e de higiene aos arrendatários, parceiros e assalariados — coeficientes que aumentem aquele valor, variando de um a um e seis décimos, na forma a ser estabelecida na regulamentação desta Lei;

b) segundo o grau de dependência e de participação do proprietário nos frutos, na administração e nas responsabilidades da exploração do imóvel

rural; em função das facilidades concedidas para habitação, educação e saúde dos assalariados — coeficientes que diminuam o valor do imposto de um a três décimos, na forma a ser estabelecida na regulamentação desta Lei.

§ 4º Uma vez obtidos os elementos cadastrais relativos ao item III do art. 46 — fixados os índices previstos no § 1º deste artigo, o valor obtido pela aplicação do disposto no parágrafo anterior será multiplicado por um coeficiente que aumente ou diminua aquele valor, segundo as condições técnico-econômicas de exploração, na forma seguinte:

a) na proporção em que a exploração se faça com rentabilidade inferior aos limites mínimos fixados na forma do § 1º do art. 46 e com base no tipo, condições de cultivo e nível tecnológico de exploração — coeficientes que aumentem o valor do imposto, variando de um a um e meio, na forma a ser estabelecida na regulamentação desta Lei;

b) na proporção em que a exploração se faça com rentabilidade superior ao mínimo referido na alínea anterior, e segundo o grau de atendimento à vocação econômica da terra, emprego de práticas de cultivo ou de criação adequadas, e processos de beneficiamento ou industrialização dos produtos agropecuários. — coeficientes que diminuam o valor do imposto, variando eles de um a quatro décimos, na forma a ser estabelecida pela regulamentação desta Lei.

§ 5º Se o imposto territorial rural lançado for superior ao do exercício anterior, mesmo que a área agricultável explorada do imóvel rural seja inferior ao mínimo necessário para classificá-lo como empresa rural, nos termos do artigo 4º, inciso VI, será permitido ao seu proprietário requerer redução de até cinquenta por cento do imposto lançado, desde que, em função das características ecológicas da zona onde se localize o referido imóvel, elabore projeto de ampliação da área explorada e o mesmo seja considerado satisfatório pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

§ 6º No caso de propriedade em condomínio, o coeficiente de progressividade referido no parágrafo primeiro será calculado como média ponderada em que os coeficientes da tabela correspondentes à situação de cada con-

dômino definida no corpo do mesmo parágrafo são multiplicados pela sua área ideal e 2º final somados e dividida a soma pela área total da propriedade.

§ 7º Os coeficientes de progressividade de que tratam este artigo e os parágrafos anteriores só serão aplicados às terras não aproveitadas racionalmente.

§ 8º As florestas ou matas, as áreas de reflorestamento e as por elas ocupadas, cuja conservação for necessária, nos termos da legislação florestal, não podem ser tributadas.

Art. 51. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 52. O proprietário rural que deseje pleitear os benefícios referidos no artigo 50, § 5º ... VETADO ... desta Lei, deverá solicitar da União o seu deferimento, anexando, ao requerimento, comprovante da aprovação do projeto pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

§ 1º O projeto apresentado ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será por este aprovado ou rejeitado dentro do prazo máximo de noventa dias, sendo considerado aprovado se dentro desse prazo não houver pronunciamento do órgão.

§ 2º Aprovado o projeto, o proprietário terá prazo de noventa dias para assinar, junto ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, termo de compromisso de sua execução.

§ 3º Se ao final de dois anos, contados da data da aprovação do projeto, não estiverem executados no mínimo trinta por cento dos trabalhos nele previstos, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária fará à União a competente notificação, para efeito de ser cobrada a parte reduzida ou suspensa dos impostos lançados, acrescida da taxa de correção monetária, calculada na forma da lei que regula a matéria.

Seção III

Do Rendimento da Exploração Agrícola e Pastoril e das Indústrias Extrativas, Vegetal e Animal

Art. 53. Na determinação, para efeitos do Imposto de Renda, do rendimento líquido da exploração agri-

cola ou pastoril, das indústrias extrativas, vegetal e animal, e da transformação de produtos agrícolas e pecuários feita pelo próprio agricultor ou criador, com matéria-prima da propriedade explorada, aplicar-se-á o coeficiente de três por cento sobre o valor referido no inciso I do art. 49 desta Lei, constante da declaração de bens ou do balanço patrimonial.

§ 1º As construções e benfeitorias serão deduzidas do valor do imóvel, sobre elas não recaindo a tributação de que trata este artigo.

§ 2º No caso de não ser possível apurar o valor exato das construções e benfeitorias existentes, será ele arbitrado em trinta por cento do valor da terra nua, conforme declaração para efeito do pagamento do imposto territorial.

§ 3º Igualmente será deduzido o valor do gado, das máquinas agrícolas e das culturas permanentes, sobre ele aplicando-se o coeficiente de um por cento para a determinação da renda tributável.

§ 4º No caso de imóvel rural explorado por arrendatário, o valor anual do arrendamento poderá ser deduzido da importância tributável, calculado nos termos deste artigo e §§ 1º, 2º e 3º. Admitir-se-á essa dedução dentro do limite de cinquenta por cento do respectivo valor, desde que se comuniquem à repartição arrecadadora o nome e endereço do proprietário, e o valor do pagamento que lhe houver sido feito.

§ 5º Poderá também ser deduzida do valor tributável, referido no parágrafo anterior, a importância paga pelo contribuinte no último exercício, a título de Imposto Territorial Rural.

§ 6º Não serão permitidas quaisquer outras deduções do rendimento líquido calculado na forma deste artigo, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º.

§ 7º Ao proprietário do imóvel rural, total ou parcialmente arrendado, conceder-se-á o direito de excluir o valor dos bens arrendados, desde que declarado e comprovado o valor do arrendamento e identificado o arrendatário.

§ 8º As pessoas físicas é facultado reajustar o valor dos imóveis rurais em suas declarações de renda e de

bens, a partir do exercício financeiro de 1965, independentemente de qualquer comprovação, sem que seja tributável o aumento de patrimônio resultante desse reajustamento. As empresas rurais, organizadas sob a forma de sociedade civil, serão outorgadas idênticos benefícios quanto ao registro contábil e ao aumento do ativo líquido.

§ 9º A falta de integralização do capital das empresas rurais, referidas no parágrafo anterior, não impede a correção do ativo, prevista neste artigo. O aumento do ativo líquido e do capital resultante dessa correção não poderá ser aplicado na integralização de ações ou quotas.

§ 10. Os aumentos de capital das pessoas jurídicas resultantes da incorporação, a seu ativo, de ações distribuídas em virtude da correção monetária realizada por empresas rurais, de que sejam acionistas ou sócias nos termos deste artigo, não sofrerão qualquer tributação. Idêntica isenção vigorará relativamente às ações resultantes daquele aumento de capital.

§ 11. Os valores de que tratam os §§ 8º e 10, deste artigo, não poderão ser inferiores ao preço de aquisição do imóvel e das inversões em benfeitorias, atualizadas de acordo com os coeficientes de correção monetária, fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 54. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

§ 3º VETADO.

§ 4º VETADO.

§ 5º VETADO.

Capítulo II

Da Colonização

Seção I

Da Colonização Oficial

Art. 55. Na colonização oficial, o Poder Público tomará a iniciativa de recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agro-industriais, podendo encarregar-se de seu transporte, recepção, hospedagem e encaminhamento, até a sua colocação e integração nos respectivos núcleos.

Art. 56. A colonização oficial deverá ser realizada em terras já incorporadas ao Patrimônio Público ou que venham a sê-lo. Ela será efetuada, preferencialmente, nas áreas:

I — Ociosas ou de aproveitamento inadequado;

II — Próximas a grandes centros urbanos e de mercados de fácil acesso, tendo em vista os problemas de abastecimento;

III — de exodo, em locais de fácil acesso e comunicação, de acordo com os planos nacionais e regionais de vias de transporte;

IV — de colonização predominantemente estrangeira, tendo em mira facilitar o processo de interculturalização;

V — de desbravamento ao longo dos eixos viários, para ampliar a fronteira econômica do País.

Art. 57. Os programas de colonização têm em vista, além dos objetivos especificados no artigo 56:

I — a integração e o progresso social e econômica do parceleiro;

II — o levantamento do nível de vida do trabalhador rural;

III — a conservação dos recursos naturais e a recuperação social e econômica de determinadas áreas;

IV — o aumento da produção e da produtividade no setor primário.

Art. 58. Nas regiões prioritárias definidas pelo zoneamento e na fixação de suas populações em outras regiões, caberão ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária as atividades colonizadoras.

§ 1º Nas demais regiões, a colonização oficial obedecerá à metodologia observada nos projetos realizados nas áreas prioritárias, e será coordenada pelo órgão do Ministério da Agricultura referido no artigo 74, e executada por este, pelos Governos Estaduais ou por entidades de valorização regional, mediante convênios.

§ 2º As atribuições referentes à seleção de imigrantes são da competência do Ministério das Relações Exteriores, conforme diretrizes fixadas pelo Ministério da Agricultura, em articulação com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, cabendo ao órgão referido no art. 74 a recepção e o encaminhamento dos imigrantes.

Art. 59. O órgão competente do Ministério da Agricultura referido no artigo 74, poderá criar núcleos de colonização, visando a fins especiais, e deverá igualmente entrar em entendimentos com o Ministério da Guer-

ra para o estabelecimento de colônias, com assistência militar, na fronteira continental.

SEÇÃO II

Da Colonização Particular

Art. 60. Para os efeitos desta Lei, consideram-se empresas particulares de colonização as pessoas físicas e jurídicas de direito privado que tiverem por finalidade executar programas de valorização de áreas ou de distribuição de terras.

§ 1º E' dever do Estado estimular, pelos meios enumerados no artigo 73, as iniciativas particulares de colonização.

§ 2º A empresa rural, definida no inciso VI do artigo 4º, desde que incluída em projeto de colonização, deverá permitir a livre participação em seu capital dos respectivos parceiros.

Art. 61. Os projetos de colonização particular, quanto à metodologia, deverão ser previamente examinados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que inscreverá a entidade e o respectivo projeto em registro próprio. Tais projetos serão aprovados pelo Ministério da Agricultura, cujo órgão próprio coordenará a respectiva execução.

§ 1º Sem prévio registro da entidade colonizadora e do projeto e sem a aprovação deste, nenhuma parcela poderá ser vendida em programas particulares de colonização.

§ 2º O proprietário de terras próprias para a lavoura ou pecuária, interessado em loteá-las para fins de urbanização ou formação de sítios de recreio, deverá submeter o respectivo projeto à prévia aprovação e fiscalização do órgão competente do Ministério da Agricultura ou do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, conforme o caso.

§ 3º A fim de possibilitar o cadastro, o controle e a fiscalização dos loteamentos rurais, os Cartórios de Registro de Imóveis são obrigados a comunicar aos órgãos competentes, referidos no parágrafo anterior, os registros efetuados nas respectivas circunscrições, nos termos da legislação em vigor, informando o nome do proprietário, a denominação do imóvel e sua localização, bem como a área, o número de lotes e a data do registro nos citados órgãos.

§ 4º Nenhum projeto de colonização particular será aprovado para gozar das vantagens desta Lei, se não consignar para a empresa colonizadora as seguintes obrigações mínimas:

a) abertura de estradas de acesso e de penetração à área a ser colonizada;

b) divisão dos lotes e respectivo piqueteamento, obedecendo a divisão, tanto quanto possível, ao critério de acompanhar as vertentes, partindo a sua orientação no sentido do espigão para as águas, de modo a todos os lotes possuírem água própria ou comum;

c) manutenção de uma reserva florestal nos vértices dos espigões e nas nascentes;

d) prestação de assistência médica e técnica aos adquirentes de lotes e aos membros de suas famílias;

e) fomento da produção de uma determinada cultura agrícola já predominante na região ou ecologicamente aconselhada pelos técnicos do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária ou do Ministério da Agricultura;

f) entrega de documentação legalizada e em ordem aos adquirentes de lotes.

§§ 5º — 6º — 7º — 8º — VETADO.

Art. 62. Os interessados em projetos de colonização, destinados à ocupação e valorização econômica da terra, em que predominem o trabalho assalariado ou contratos de arrendamento e parceria, não gozarão dos benefícios previstos nesta Lei.

Seção III

Da Organização da Colonização

Art. 63. Para atender aos objetivos da presente Lei e garantir as melhores condições de fixação do homem à terra e seu progresso social e econômico, os programas de colonização serão elaborados prevendo-se os agrupamentos de lotes em núcleos de colonização, e destes em distritos, e a associação dos parceiros em cooperativas.

Art. 64. Os lotes de colonização podem ser:

I — *parcelas*, quando se destinem ao trabalho agrícola do parceleiro e de sua família cuja moradia, quando não for no próprio local, há de ser

no centro da comunidade a que elas correspondam;

II — *urbanos*, quando se destinem a constituir o centro da comunidade, incluindo as residências dos trabalhadores dos vários serviços implantados no núcleo ou distritos, eventualmente às dos próprios parceiros, e as instalações necessárias à localização dos serviços administrativos assistenciais, bem como das atividades cooperativas, comerciais, artesanais e industriais.

§ 1º Sempre que o órgão competente do Ministério da Agricultura ou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária não manifestarem, dentro de noventa dias da consulta, a preferência a que terão direito, os lotes de colonização poderão ser alienados:

a) a pessoas que se enquadrem nas condições e ordem de preferência, previstas no art. 25; ou

b) livremente, após cinco anos, contados da data de sua transcrição.

§ 2º No caso em que o adquirente ou seu sucessor venha a desistir da exploração direta, os imóveis rurais, vendidos nos termos desta Lei, reverterão ao patrimônio do alienante, podendo o regulamento prever as condições em que se dará essa reversão, resguardada a restituição da quantia já paga pelo adquirente, com a correção monetária de acordo com os índices do Conselho Nacional de Economia, apurados entre a data do pagamento e da restituição, se tal cláusula constar do contrato de venda respectivo.

§ 3º Se os adquirentes mantiverem inexploradas áreas suscetíveis de aproveitamento, desde que à sua disposição existam condições objetivas para explorá-las, perderão o direito a essas áreas, que reverterão ao patrimônio do alienante, com a simples devolução das despesas feitas.

§ 4º Na regulamentação das matérias de que trata este capítulo, com a observância das primazias já codificadas, se estipularão:

a) as exigências quanto aos títulos de domínio e à demarcação de divisas;

b) os critérios para fixação das áreas-limites de parcelas, lotes urba-

nos e glebas de uso comum, bem como dos preços, condições de financiamento e pagamento;

c) o sistema de seleção dos parceiros e artesãos;

d) as limitações para distribuição, desmembramentos, alienação e transmissão dos lotes;

e) as sanções pelo inadimplemento das cláusulas contratuais;

f) os serviços que devam ser assegurados aos promitentes compradores, bem como os encargos e isenções tributárias que, nos termos da lei, lhes sejam conferidos.

Art. 65. O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural.

§ 1º Em caso de sucessão *causa mortis* e nas partilhas judiciais ou amigáveis, não se poderão dividir imóveis em áreas inferiores às da dimensão do módulo de propriedade rural.

§ 2º Os herdeiros ou os legatários, que adquirirem por sucessão o domínio de imóveis rurais, não poderão dividi-los em outros de dimensão inferior ao módulo de propriedade rural.

§ 3º No caso de um ou mais herdeiros ou legatários desejar explorar as terras assim havidas, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária poderá prover no sentido de o requerente ou requerentes obterem financiamentos que lhes facultem o numerário para indenizar os demais condôminos.

§ 4º O financiamento referido no parágrafo anterior só poderá ser concedido mediante prova de que o requerente não possui recursos para adquirir o respectivo lote.

Art. 66. Os compradores e promitentes compradores de parcelas resultantes de colonização oficial ou particular, ficam isentos do pagamento dos tributos federais que incidam diretamente sobre o imóvel durante o período de cinco anos, a contar da data da compra ou compromisso.

Parágrafo único. O órgão competente firmará convênios com o fim de obter, para os compradores e promitentes compradores, idênticas isenções de tributos estaduais e municipais.

Art. 67. O Núcleo de Colonização, como unidade básica, caracteriza-se por um conjunto de parcelas integradas por uma sede administrativa e serviços comunitários.

Parágrafo único. O número de parcelas de um núcleo será condicionado essencialmente pela possibilidade de conhecimento mútuo entre os parceiros e de sua identificação pelo administrador, em função das dimensões adequadas a cada região.

Art. 68. A emancipação do núcleo ocorrerá quando este tiver condições de vida autônoma, e será declarada por ato do órgão competente, observados os preceitos legais e regulamentares.

Art. 69. O custo operacional do núcleo de colonização será progressivamente transferido aos proprietários das parcelas, através de cooperativas ou outras entidades que os congreguem. O prazo para essa transferência, nunca superior a cinco anos, contar-se-á:

- a) a partir de sua emancipação;
- b) desde quando a maioria dos parceiros já tenha recebido os títulos definitivos, embora o núcleo não tenha adquirido condições de vida autônoma.

Art. 70. O Distrito de Colonização caracteriza-se como unidade constituída por três ou mais núcleos interligados, subordinados a uma única chefia, integrado por serviços gerais administrativos e comunitários.

Art. 71. Nos casos de regiões muito afastadas dos centros urbanos e dos mercados consumidores, só se permitirá a organização de Distrito de Colonização.

Art. 72. A regulamentação deste capítulo estabelecerá, para os projetos de colonização que venham a gozar dos benefícios desta Lei:

- a) a forma de administração, a composição, a área de jurisdição e os critérios de vinculação, desmembramento e incorporação dos núcleos aos Distritos de Colonização;
- b) os serviços gerais administrativos e comunitários indispensáveis para a implantação de núcleos e Distrito de Colonizações;
- c) os serviços complementares de assistência educacional, sanitária, social, técnica e creditícia;

d) os serviços de produção, de beneficiamento e de industrialização e de eletrificação rural, de comercialização e transportes;

e) os serviços de planejamento e execução de obras que, em cada caso, sejam aconselháveis e devam ser considerados para a eficácia dos programas.

Capítulo III

Da Assistência e Proteção à Economia Rural

Art. 73. Dentro das diretrizes fixadas para a política de desenvolvimento rural, com o fim de prestar assistência social, técnica e fomentista e de estimular a produção agropecuária, de forma a que ela atenda não só ao consumo nacional, mas também à possibilidade de obtenção de excedentes exportáveis, serão mobilizados, entre outros, os seguintes meios:

- I — assistência técnica;
- II — produção e distribuição de sementes e mudas;
- III — criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial;
- IV — mecanização agrícola;
- V — cooperativismo;
- VI — assistência financeira e creditícia;
- VII — assistência à comercialização;
- VIII — industrialização e beneficiamento dos produtos;
- IX — eletrificação rural e obras de infra-estrutura;
- X — seguro agrícola;
- XI — educação, através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional;
- XII — garantia de preços mínimos à produção agrícola.

§ 1º Todos os meios enumerados neste artigo serão utilizados para dar plena capacitação ao agricultor e sua família e visam, especialmente, ao preparo educacional, à formação empresarial e técnico-profissional;

a) garantindo sua integração social e ativa participação no processo de desenvolvimento rural;

b) estabelecendo, no meio rural, clima de cooperação entre o homem e o Estado, no aproveitamento da terra.

§ 2º No que tange aos campos de ação dos órgãos incumbidos de orientar, normalizar ou executar a política de desenvolvimento rural, através

dos meios enumerados neste artigo, observar-se-á o seguinte:

a) nas áreas abrangidas pelas regiões prioritárias e incluídas nos planos nacional e regionais de Reforma Agrária, a atuação competirá sempre ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;

b) nas demais áreas do País, esses meios de assistência e proteção serão utilizados sob coordenação do Ministério da Agricultura; no âmbito de atuação dos órgãos federais, pelas repartições e entidades subordinadas ou vinculadas àquele Ministério; nas áreas de jurisdição dos Estados, pelas respectivas Secretarias de Agricultura e entidades de economia mista, criadas e adequadamente organizadas com a finalidade de promover o desenvolvimento rural;

c) nas regiões em que atuem órgãos de valorização econômica, tais como a Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), a Fundação Brasil Central (FBC), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País (SUDOESTE), a utilização desses meios poderá ser, no todo ou em parte, exercida por esses órgãos.

§ 3º Os projetos de Reforma Agrária receberão assistência integral, assim compreendido o emprego de todos os meios enumerados neste artigo, ficando a cargo dos organismos criados pela presente Lei e daqueles já existentes, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

§ 4º Nas regiões prioritárias de Reforma Agrária, será essa assistência prestada, também, pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, em colaboração com os órgãos estaduais pertinentes, aos proprietários rurais aí existentes, desde que se constituam em cooperativas, requeiram os benefícios aqui mencionados e se comprometam a observar as normas estabelecidas.

Art. 74. É criado, para atender às atividades atribuídas por esta Lei ao Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), entidade autárquica vinculada ao mesmo Ministério, com personalidade jurídica e autonomia finan-

ceira, de acordo com o prescrito nos dispositivos seguintes:

- I — o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário tem por finalidade promover o desenvolvimento rural nos setores da colonização, da extensão rural e do cooperativismo;
- II — o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário terá os recursos e o patrimônio definidos na presente Lei;
- III — o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário será dirigido por um Presidente e um Conselho Diretor, composto de três membros, de nomeação do Presidente da República, mediante indicação do Ministro da Agricultura;
- IV — Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário integrará a Comissão de Planejamento da Política Agrícola;
- V — além das atribuições que esta Lei lhe confere, cabe ao Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário:

a) VETADO.

b) planejar, programar, orientar, promover e fiscalizar as atividades relativas ao cooperativismo e associativismo rural;

c) colaborar em programas de colonização e de recolonização;

d) planejar, programar, promover e controlar as atividades relativas à extensão rural e cooperar com outros órgãos ou entidades que a executem;

e) planejar, programar e promover medidas visando à implantação e desenvolvimento da eletrificação rural;

f) proceder à avaliação do desenvolvimento das atividades de extensão rural ... VETADO

g) realizar estudos e pesquisas sobre a organização rural e propor as medidas delas decorrentes;

h) VETADO

i) atuar, em colaboração com os órgãos do Ministério do Trabalho incumbidos da sindicalização rural visando a harmonizar as atribuições legais com os propósitos sociais, econômicos e técnicos da agricultura;

f) estabelecer normas, proceder ao registro e promover a fiscalização do funcionamento das cooperativas e de outras entidades de associativismo rural;

k) planejar e promover a aquisição e revenda de materiais agropecuários, reprodutores, sementes e mudas;

l) controlar os estoques e as operações financeiras de revenda;

m) centralizar a movimentação de recursos financeiros destinados à aquisição e revenda de materiais agropecuários, de acordo com o plano geral aprovado pela Comissão de Planejamento da Política Agrícola;

n) exercer as atribuições de que trata o art. 88, desta Lei, no âmbito federal;

o) desempenhar as atribuições constantes do art. 162 da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 58, desta Lei, coordenadas as suas atividades com as do Banco Nacional de Crédito Cooperativo;

p) firmar convênios com os Estados, Municípios e entidades privadas para execução dos programas de desenvolvimento rural nos setores da colonização, extensão rural, cooperativismo e demais atividades de sua atribuição;

VI — a organização do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e de seus sistemas de funcionamento será estabelecida em regulamento, com competência idêntica à fixada para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, no art. 104 e seus parágrafos.

Seção I

Da Assistência Técnica

Art. 75 — A assistência técnica, nas modalidades e com os objetivos definidos nos parágrafos seguintes, será prestada por todos os órgãos referidos no art. 73, § 2º, alíneas a, b e c.

§ 1º — Nas áreas dos projetos de reforma agrária, a prestação de assistência técnica será feita através do Administrador do Projeto, dos agentes de extensão rural e das equipes de especialistas. O Administrador residirá obrigatoriamente, na área do projeto. Os agentes de extensão rural e as equipes de especialistas atuarão ao nível da Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e deverão residir na sua área de jurisdição, e durante a fase da implantação, se necessário, na própria área do projeto.

§ 2º — Nas demais áreas, fora das regiões prioritárias, este tipo de assistência técnica será prestado na forma indicada no art. 73, parágrafo 2º, alínea b.

§ 3º — Os estabelecimentos rurais isolados continuarão a ser atendidos pelos órgãos de assistência técnica do Ministério da Agricultura e das Secretarias Estaduais, na forma atual ou através de técnicas e sistemas que vierem a ser adotados por aqueles organismos.

§ 4º — As atividades de assistência técnica tanto nas áreas prioritárias de Reforma Agrária como nas previstas no § 3º deste artigo, terão, entre outros, os seguintes objetivos:

a) a planificação de empreendimentos e atividades agrícolas;

b) a elevação do nível sanitário, através de serviços próprios de saúde e saneamento rural, melhoria de habitação e de capacitação de lavradores e criadores, bem como de suas famílias;

c) a criação do espírito empresarial e a formação adequada em economia doméstica, indispensável à gerência dos pequenos estabelecimentos rurais e à administração da própria vida familiar;

d) a transmissão de conhecimentos e acesso a meios técnicos concernentes a métodos e práticas agropecuárias e extrativas, visando a escolha econômica das culturas e criações, racional implantação e desenvolvimento, e ao emprego de medidas de defesa sanitária vegetal e animal;

e) o auxílio e a assistência para o uso racional do solo, a execução de planos de reflorestamento, a obtenção de crédito e financiamento, a defesa e preservação dos recursos naturais;

f) a promoção, entre os agricultores, do espírito de liderança e de associativismo.

Seção II

Da Produção e Distribuição de Sementes e Mudanças

Art. 76 — Os órgãos referidos no artigo 73, § 2º, alínea b, deverão expandir suas atividades no setor de produção e distribuição e de material de plantio, inclusive o básico,

de modo a atender tanto aos parceiros como aos agricultores em geral.

Parágrafo único — A produção e distribuição de sementes e mudas, inclusive de novas variedades, poderão também ser feitas por organizações particulares, dentro do sistema de certificação de material de plantio, sob a fiscalização, controle e amparo do Poder Público.

Seção III

Da Criação, Venda, Distribuição de Reprodutores e Uso da Inseminação Artificial

Art. 77 — A melhoria dos rebanhos e plantéis será feita através de criação, venda de reprodutores e uso da inseminação artificial, de vendo os órgãos referidos no artigo 73, § 2º, alínea b, ampliar para esse fim, a sua rede de postos especializados.

Parágrafo único — A criação de reprodutores e o emprêgo da inseminação artificial poderão ser feitos por entidades privadas, sob fiscalização, controle e amparo do Poder Público.

Seção IV

Da Mecanização Agrícola

Art. 78 Os planos de mecanização agrícola, elaborados pelos órgãos referidos no artigo 73, § 2º, alínea b, levarão em conta o mercado de mão-de-obra regional, as necessidades de preparação e capitalização de pessoal, para utilização e manutenção de maquinaria.

§ 1º Esses planos serão dimensionados em função do grau de produtividade que se pretende alcançar em cada uma das áreas geoeconômicas do País, e deverão ser condicionados ao nível tecnológico já existente e à composição da força de trabalho corrente.

§ 2º Nos mesmos planos poderão ser incluídos serviços adequados de manutenção e de orientação técnica para o uso econômico das máquinas e implementos, os quais, sempre que possível deverão ser realizados por entidades privadas especializadas.

SEÇÃO V

Do Cooperativismo

Art. 79 A Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA) contará com a contribuição financeira do Poder Público, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, durante o período de implantação dos respectivos projetos.

§ 1º A contribuição financeira referida neste artigo será feita de acordo com o vulto do empreendimento, a possibilidade de obtenção de crédito, empréstimo ou financiamento externo e outras facilidades.

§ 2º A Cooperativa Integral de Reforma Agrária terá um Delegado indicado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, integrante do Conselho de Administração, sem direito a voto, com a função de prestar assistência técnico-administrativa à Diretoria e de orientar e fiscalizar a aplicação de recursos que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária tiver destinado à entidade cooperativa.

§ 3º As cooperativas assim constituídas será permitida a contratação de gerentes não-cooperados na forma de lei.

§ 4º A participação direta do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária na constituição, instalação e desenvolvimento da Cooperativa Integral de Reforma Agrária, quando constituir contribuição financeira, será feita com recursos do Fundo Nacional de Reforma Agrária, na forma de investimentos sem recuperação direta, considerada a finalidade local e econômica desses investimentos. Quando se tratar de assistência creditária, tal participação será feita por intermédio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, de acordo com normas traçadas pela entidade coordenadora do crédito rural.

§ 5º A contribuição do Estado será feita pela Cooperativa Integral de Reforma Agrária, levada à conta de um Fundo de Implantação da própria cooperativa.

§ 6º Quando o empreendimento resultante do projeto de Reforma Agrária tiver condições de vida autônoma, sua emancipação será declarada pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, cessando as funções do Delegado de que trata o § 2º deste artigo e incorporando-se ao patrimônio da co-

operativa o Fundo requerido no parágrafo anterior.

§ 7º. O Estatuto da Cooperativa integral de Reforma Agrária deverá determinar a incorporação ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo do remanescente patrimonial no caso de dissolução da sociedade.

§ 8º. Além da sua designação qualitativa, a Cooperativa Integral de Reforma Agrária adotará a denominação que o respectivo Estatuto estabelecer.

§ 9º. As cooperativas já existentes nas áreas prioritárias poderão transformar-se em Cooperativas Integrais de Reforma Agrária, a critério do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

§ 10. O disposto nesta seção aplica-se, no que couber, às demais cooperativas, inclusive às destinadas a atividades extrativas.

Art. 80. O órgão referido no artigo 74 deverá promover a expansão do sistema cooperativista, prestando, quando necessário, assistência técnica, financeira e comercial às cooperativas visando à capacidade e ao treinamento dos cooperados para garantir a implantação dos serviços administrativos, técnicos, comerciais e industriais.

Seção VI

Da Assistência Financeira e Creditícia

Art. 81. Para aquisição de terra destinada a seu trabalho e de sua família, o trabalhador rural terá direito a um empréstimo correspondente ao valor do salário-mínimo anual da região, pelo Fundo Nacional de Reforma Agrária, prazo de vinte anos, ao juro de seis por cento ao ano.

Parágrafo único. Poderão acumular o empréstimo de que trata este artigo, dois ou mais trabalhadores rurais que se entenderem para aquisição de propriedade de área superior à que estabelece o número 2 do artigo 4º, desta Lei, sob a administração comum ou em forma de cooperativa.

Art. 82. Nas áreas prioritárias de Reforma Agrária, a assistência creditícia aos parceiros e demais cooperados será prestada, preferencialmente, através das cooperativas.

Parágrafo único. Nas demais regiões, sempre que possível, far-se-á o mesmo com referência aos pequenos e médios proprietários.

Art. 83. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, em colaboração com o

Ministério da Agricultura, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e a Coordenação Nacional do Crédito Rural, promoverá as medidas legais necessárias para a institucionalização do crédito rural, tecnicamente.

§ 1º. A Coordenação Nacional do Crédito Rural fixará as normas do contrato-padrão de financiamento que permita assegurar proteção ao agricultor, desde a fase do preparo da terra, até a venda de suas safras, ou entrega das mesmas à cooperativa para comercialização ou industrialização.

§ 2º. O mesmo organismo deverá prover à forma de desconto de títulos oriundos de operações de financiamento a agricultores ou de venda de produtos, máquinas, implementos e utilidades agrícolas necessários ao custeio de safras, construção de benfeitorias e melhoramentos fundiários.

§ 3º. A Superintendência da Moeda e do Crédito poderá determinar que dos depósitos compulsórios dos Bancos particulares, à sua ordem, sejam deduzidas as quantias a serem utilizadas em operações de crédito rural, na forma por ela regulamentada.

Seção VII

Da Assistência à Comercialização

Art. 84. Os planos de armazenamento e proteção dos produtos agropecuários levarão em conta o zoneamento de que trata o artigo 43, a fim de condicionar, aos objetivos desta Lei, as atividades da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) e de outros órgãos federais e estaduais com atividades que objetivem o desenvolvimento rural.

§ 1º. Os órgãos referidos neste artigo, se necessário, deverão instalar em convênio com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, armazéns, silos, frigoríficos, postos ou agências de compra, visando a dar segurança à produção agrícola.

§ 2º. Os planos deverão também levar em conta a classificação dos produtos e o adequado e oportuno escoamento das safras.

Art. 85. A fixação dos preços mínimos de acordo com a essencialidade dos produtos agropecuários, visando aos mercados interno e externo, deverá ser feita, no mínimo, sessenta dias antes da época do plantio em

cada região e reajustados, na época da venda, de acordo com os índices de correção fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

§ 1º Para fixação do preço mínimo se tomará por base o custo efetivo da produção, acrescido das despesas de transporte para o mercado mais próximo e da margem de lucro do produtor, que não poderá ser inferior a trinta por cento.

§ 2º As despesas do armazenamento, expurgo, conservação e embalagem dos produtos agrícolas correrão por conta do órgão executor da política de garantia de preços mínimos, não sendo dedutíveis do total a ser pago ao produtor.

Art. 86 Os órgãos referidos no artigo 73, § 2º, alínea "b", deverão, se necessário e quando a rede comercial se mostrar insuficiente, promover a expansão desta ou expandir seus postos de revenda para atender aos interesses de lavradores e de criadores na obtenção de mercadorias e utilidades necessárias às suas atividades rurais, de forma oportuna e econômica, visando à melhoria da produção e ao aumento da produtividade, através, entre outros, de serviços locais, para distribuição de produção própria ou revenda de:

I — tratores, implementos agrícolas, conjuntos de irrigação e perfuração de poços, aparelhos e utensílios para pequenas indústrias de beneficiamento da produção;

II — arames, herbicidas, inseticidas, fungicidas, rações, misturas, soros, vacinas e medicamentos para animais;

III — corretivo de solo fertilizantes e adubos, sementes e mudas.

Seção VIII

Da Industrialização e Beneficiamento dos Produtos Agrícolas

Art. 87 Nas áreas prioritárias da Reforma Agrária, a industrialização e o beneficiamento dos produtos agrícolas serão promovidos pelas Cooperativas Integrais de Reforma Agrária.

Art. 88 O Poder Público, através dos órgãos referidos no art. 73, § 2º, alínea "b", exercerá atividades de orientação, planificação, execução e controle, com o objetivo de promover o incentivo da industrialização, do

beneficiamento dos produtos agropecuários e dos meios indispensáveis ao aumento da produção e da produtividade agrícola, especialmente os referidos no art. 88.

Parágrafo único — **VETADO.**

Seção IX

Da Eletrificação Rural e Obras de Infra-estrutura.

Art. 89 Os planos nacional e regional de Reforma Agrária incluirão, obrigatoriamente, as providências de valorização relativas a eletrificação rural e outras obras de melhoria de infra-estrutura, tais como reflorestamento, regularização dos deflúvios dos cursos d'água, açudagem, barragens submersas, drenagem, irrigação, abertura de poços, saneamento, obras de conservação do solo, além do sistema viário indispensável à realização do projeto.

Art. 90 Os órgãos públicos federais ou estaduais referidos no art. 73, § 2º, alíneas "a", "b" e "c", bem como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, na medida de suas disponibilidades técnicas e financeiras, promoverão a difusão das atividades de reflorestamento e de eletrificação rural, estas essencialmente através de cooperativas de eletrificação e industrialização rural, organizadas pelos lavradores e pecuaristas da região.

§ 1º Os mesmos órgãos, especialmente as entidades de economia mista destinadas a promover o desenvolvimento rural, deverão manter serviços para atender à orientação, planificação, execução e fiscalização das obras de melhoria e outras de infra-estrutura, referidas neste artigo.

§ 2º Os consumidores rurais de energia elétrica distribuída através de cooperativa de eletrificação e industrialização rural ficarão isentos do respectivo empréstimo compulsório.

§ 3º Os projetos de eletrificação rural feitos pelas cooperativas rurais terão prioridade nos financiamentos e poderão receber auxílio do Governo federal, estadual e municipal.

Seção X

Do Seguro Agrícola

Art. 91 A Companhia Nacional do Seguro Agrícola (C. N. S. A.), em con-

vênio com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, atuará nas áreas do projeto de Reforma Agrária, garantindo culturas, safras, colheitas, rebanhos e plantéis.

§ 1º O estabelecimento das tabelas dos prêmios de seguro para os vários tipos de atividade agropecuária nas diversas regiões do País será feito tendo-se em vista a necessidade de sua aplicação, não somente nas áreas prioritárias de Reforma Agrária, como também nas outras regiões selecionadas pela Companhia Nacional de Seguro Agrícola, nas quais a produção agropecuária represente fator essencial de desenvolvimento.

§ 2º Os contratos de financiamento e empréstimo e os contratos agropecuários de qualquer natureza, realizados através dos órgãos oficiais de crédito, deverão ser segurados na Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Capítulo IV

Do Uso ou da Posse Temporária da Terra

Seção I

Das Normas Gerais

Art. 92 A posse ou uso temporário da terra serão exercidos em virtude de contrato expresso ou tácito, estabelecido entre o proprietário e os que nela exercem atividade agrícola ou pecuária, sob forma de arrendamento rural, de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa, nos termos desta Lei.

§ 1º O proprietário garantirá ao arrendatário ou parceiro o uso e gozo do imóvel arrendado ou cedido em parceria.

§ 2º Os preços de arrendamento e de parceria fixados em contrato... **VETADO**... serão reajustados periodicamente, de acordo com os índices aprovados pelo Conselho Nacional de Economia. Nos casos em que ocorra exploração de produtos com preço oficialmente fixado, a relação entre os preços reajustados e os iniciais não pode ultrapassar a relação entre o novo preço fixado para os produtos e o respectivo preço na época do contrato, obedecidas as normas do Regulamento desta Lei.

§ 3º. No caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário terá

preferência para adquiri-lo em igualdade de condições devendo o proprietário dar-lhe conhecimento da venda, a fim de que possa exercer o direito de preempção dentro de trinta dias, a contar da notificação judicial ou comprovadamente efetuada, mediante recibo.

§ 4º. O arrendatário a quem não se notificar a venda poderá, depositando o preço, haver para si o imóvel arrendado, se o requerer no prazo de seis meses, a contar da transcrição do ato de alienação no Registro de Imóveis.

§ 5º. A alienação ou a imposição de ônus real ao imóvel não interrompe a vigência dos contratos de arrendamento ou de parceria ficando o adquirente sub-rogado nos direitos e obrigações do alienante.

§ 6º. O inadimplemento das obrigações assumidas por qualquer das partes dará lugar, facultativamente, à rescisão do contrato de arrendamento ou de parceria, observado o disposto em lei.

§ 7º. Qualquer simulação ou fraude do proprietário nos contratos de arrendamento ou de parceria, em que o preço seja satisfeito em produtos agrícolas, dará ao arrendatário ou ao parceiro o direito de pagar pelas taxas mínimas vigentes na região para cada tipo de contrato.

§ 8º. Para prova dos contratos previstos neste artigo, será permitida a produção de testemunhas. A ausência de contrato não poderá elidir a aplicação dos princípios estabelecidos neste Capítulo e nas normas regulamentares.

§ 9º. Para solução dos casos omissos na presente Lei, prevalecerá o disposto no Código Civil.

Art. 93. Ao proprietário é vedado exigir do arrendatário ou do parceiro:

- I — prestação de serviço gratuito;
- II — exclusividade da venda da colheita;
- III — obrigatoriedade do benefício da produção em seu estabelecimento;
- IV — obrigatoriedade da aquisição de gêneros e utilidades em seus armazéns ou barracões;
- V — aceitação de pagamento em "ordens", "vales", "borós" ou outras formas regionais substitutivas da moeda.

Parágrafo único. Ao proprietário que houver financiado o arrendatário

rio ou parceiro, por inexistência de financiamento direto, será facultado exigir a venda da colheita até o limite do financiamento concedido, observados os níveis de preços do mercado local.

Art. 94. É vedado contrato de arrendamento ou parceria na exploração de terras de propriedade pública, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderão ser arrendadas ou dadas em parceria terras de propriedade pública, quando:

- a) razões de segurança nacional o determinarem;
- b) áreas de núcleos de colonização pioneira, na sua fase de implantação, forem organizadas para fins de demonstração;
- c) forem motivo de posse pacífica e a justo título, reconhecida pelo Poder Público, antes da vigência desta Lei.

Seção II

Do Arrendamento Rural

Art. 95. Quanto ao arrendamento rural, observar-se-ão os seguintes princípios:

I — os prazos de arrendamento terminarão sempre depois de ultimada a colheita, inclusive a de plantas forrageiras temporárias cultiváveis. No caso de retardamento da colheita por motivo de força maior, considerar-se-ão esses prazos prorrogados nas mesmas condições, até sua últimação;

II — presume-se feito, no prazo mínimo de três anos, o arrendamento por tempo indeterminado, observada a regra do item anterior;

III — o arrendatário que iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser colhidos antes de terminado o prazo de arrendamento deverá ajustar previamente com o locador do solo a forma pela qual serão eles repartidos;

IV. em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até seis meses antes do vencimento do contato, fazer-lhe a competente notificação das propostas existentes. Não se verificando a notificação, o contrato con-

sidera-se automaticamente renovado, desde que o locatário, nos trinta dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos;

V — os direitos assegurados no inciso anterior não prevalecerão se, no prazo de seis meses antes do vencimento do contrato, o proprietário, por via de notificação, declarar sua intenção de retomar o imóvel para explorá-lo diretamente ou através de descendente seu;

VI. sem expresso consentimento do proprietário é vedado o subarrendamento;

VII — poderá ser acertada, entre o proprietário e arrendatário, cláusula que permita a substituição de área arrendada por outra equivalente no mesmo imóvel rural, desde que respeitadas as condições de arrendamento e os direitos do arrendatário;

VIII. o arrendatário, ao termo do contrato, tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis. Será indenizado das benfeitorias voluptuárias quando autorizadas pelo locador do solo. Enquanto o arrendatário não seja indenizado das benfeitorias necessárias e úteis, poderá permanecer no imóvel, no uso e gozo das vantagens por ele oferecidas, nos termos do contrato de arrendamento e nas disposições do inciso I;

IX. constando do contrato de arrendamento animais de cria, de corte ou de trabalho, cuja forma de restituição não tenha sido expressamente regulada, o arrendatário é obrigado, findo ou rescindido o contrato, a restituí-los em igual número, espécie e valor;

X. o arrendatário não responderá por qualquer deterioração ou prejuízo a que não tiver dado causa;

XI — na regulamentação desta Lei, serão complementadas as seguintes condições que, obrigatoriamente, constarão dos contratos de arrendamento:

a) limites dos preços de aluguel e formas de pagamento em dinheiro ou no seu equivalente em produtos colhidos;

b) prazos mínimos de locação e limites de vigência para os vários tipos de atividades agrícolas;

c) bases para as renovações convencionadas;

d) formas de extinção ou rescisão;

e) direito e formas de indenização

ajustadas quanto às benfeitorias realizadas.

XII — o preço do arrendamento, sob qualquer forma de pagamento, não poderá ser superior a quinze por cento do valor cadastral do imóvel, incluídas as benfeitorias que entrarem na composição do contrato, salvo se o arrendamento fôr parcial e recair apenas em glebas selecionadas para fins de exploração intensiva de alta rentabilidade, caso em que o preço poderá ir até o limite de trinta por cento.

XIII — a todo aquêle que ocupar, sob qualquer forma de arrendamento, por mais de cinco anos, um imóvel rural desapropriado, em área prioritária de Reforma Agrária, é assegurado o direito preferencial de acesso à terra, VETADO.

Seção III

Da Parceria Agrícola, Pecuária, Agro-Industrial e Extrativa

Art. 96. Na parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa, observar-se-ão os seguintes princípios:

I — o prazo dos contratos de parceria, desde que não convenção por partes, será no mínimo de três anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita pendente, observada a norma constante do inciso I do art. 95;

II — expirado o prazo, se o proprietário não quiser explorar diretamente a terra por conta própria, o parceiro em igualdade de condições com estranhos, terá preferência para firmar novo contrato de parceria;

III — as despesas com o tratamento e criação dos animais, não havendo acôrdo em contrário, correrão por conta do parceiro tratador e criador;

IV — o proprietário assegurará ao parceiro que residir no imóvel rural, e para atender ao uso exclusivo da família deste, casa de moradia higiênica e área suficiente para horta e criação de animais de pequeno porte;

V — no Regulamento desta Lei, serão complementadas, conforme o caso, as seguintes condições, que constarão, obrigatoriamente, dos contratos de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial ou extrativa:

a) quota-limite do proprietário na participação dos frutos, segundo a natureza de atividade agropecuária e facilidades oferecidas ao parceiro;

b) prazos mínimos de duração e os limites de vigência segundo os vários tipos de atividade agrícola;

c) bases para as renovações convenionadas;

d) formas de extinção ou rescisão; e) direitos e obrigações quanto às indenizações por benfeitorias levantadas com consentimento do proprietário e aos danos substanciais causados pelo parceiro, por práticas predatórias na área de exploração ou nas benfeitorias, nos equipamentos, ferramentas e implementos agrícolas a ele cedidos;

f) direito e oportunidade de dispor sobre os frutos repartidos;

VI — Na participação dos frutos da parceria, a quota do proprietário não poderá ser superior a:

a) dez por cento, quando concorrer apenas com a terra nua;

b) vinte por cento, quando concorrer com a terra preparada e moradia;

c) trinta por cento, caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;

d) cinquenta por cento, caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea c e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a cinquenta por cento do número total de cabeças objeto de parceria;

e) setenta e cinco por cento, nas zonas de pecuária ultra-extensiva em que forem os animais de cria em proporção superior a vinte e cinco por cento do rebanho e onde se adotem a meação de leite e a comissão mínima de cinco por cento por animal vendido;

f) o proprietário poderá sempre cobrar do parceiro, pelo seu preço de custo, o valor de fertilizantes e inseticidas fornecidos no percentual que corresponder à participação deste, em qualquer das modalidades previstas nas alíneas anteriores;

g) nos casos não previstos nas alíneas anteriores, a quota adicional do proprietário será fixada com base em percentagem máxima de dez por cento do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro.

VII — aplicam-se à parceria agrícola, pecuária, agropecuária, agro-industrial ou extrativa as normas pertinentes ao arrendamento rural, no que couber, bem como as regras do contrato de sociedade, no que não estiver regulado pela presente Lei.

Parágrafo único. Os contratos que prevejam o pagamento do trabalhador, parte em dinheiro e parte percentual na lavoura cultivada, ou gado tratado, são considerados simples locação de serviço, regulada pela legislação trabalhista, sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário, locatário do serviço a quem cabe todo o risco, assegurando-se ao locador, pelo menos, a percepção do salário-mínimo no cômputo das duas parcelas.

Seção IV

Dos Ocupantes de Terras Públicas Federais

Art. 97. Quanto aos legítimos possuidores de terras devolutas federais, observar-se-á o seguinte:

I — o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá a discriminação das áreas ocupadas por posseiros, para a progressiva regularização de suas condições de uso e posse da terra, providenciando, nos casos e condições previstos nesta Lei, a emissão dos títulos de domínio;

II — todo o trabalhador agrícola que, à data da presente Lei, tiver ocupado, por um ano, terras devolutas, terá preferência para adquirir um lote da dimensão do módulo de propriedade rural, que for estabelecido para a região, obedecidas as prescrições da lei.

Art. 98. Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família, garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta Lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

Art. 99. A transferência do domínio ao posseiro de terras devolutas

federais efetivar-se-á no competente processo administrativo de legitimação de posse, cujos atos e termos obedecerão às normas do Regulamento da presente Lei.

Art. 100. O título de domínio expedido pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será, dentro do prazo que o Regulamento estabelecer, transcrito no competente Registro Geral de Imóveis.

Art. 101. As taxas devidas pelo legítimante de posse em terras devolutas federais, constarão de tabela a ser periodicamente expedida pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, atendendo-se à anciandade da posse, bem como às diversificações das regiões em que se verificar a respectiva discriminação.

Art. 102. Os direitos dos legítimos possuidores de terras devolutas federais estão condicionados ao cumprimento dos requisitos absolutamente indispensáveis da cultura efetiva e da morada habitual.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 103. A aplicação da presente Lei deverá objetivar, antes e acima de tudo, a perfeita ordenação do sistema agrário do País, de acordo com os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

§ 1º. Para a plena execução do disposto neste artigo, o Poder Executivo, através dos órgãos da sua administração centralizada e descentralizada, deverá prover no sentido de facultar e garantir todas as atividades extrativas, agrícolas, pecuárias e agro-industriais, de modo a não prejudicar, direta ou indiretamente, o harmônico desenvolvimento da vida rural.

§ 2º. Dentro dessa orientação, a implantação dos serviços e trabalhos previstos nesta Lei processar-se-á progressivamente, seguindo-se os critérios, as condições técnicas e as prioridades fixados pelas mesmas, a fim de que a política de desenvolvimento rural de nenhum modo tenha solução de continuidade.

§ 3º. De acordo com os princípios normativos deste artigo e dos parágrafos anteriores, será dada prioridade à elaboração do zoneamento e do cadastro, previstos no Título II, Capítulo IV, Seção III, desta Lei.

Art. 104. O Quadro de servidores do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será constituído de pessoal dos órgãos e repartições a ele incorporados, ou para ele transferidos, e de pessoal admitido na forma da lei.

§ 1º. O disposto neste artigo não se aplica aos cargos ou funções cujos ocupantes estejam em exercício como requisitados, nos mencionados órgãos incorporados ou transferidos, bem como aos funcionários públicos civis ou militares, assim definidos pela legislação especial.

§ 2º. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária poderá admitir, mediante portaria ou contrato, em regime especial de trabalho e salário, dentro das dotações orçamentárias próprias, especialistas necessários ao desempenho de atividades técnicas e científicas para cuja execução não dispuser de servidores habilitados.

§ 3º. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária poderá requisitar servidores da administração centralizada ou descentralizada, sem prejuízo dos seus vencimentos, direitos e vantagens.

§ 4º. Nenhuma admissão de pessoal, com exceção do parágrafo segundo, poderá ser feita senão mediante prestação de concurso de provas ou de títulos e provas.

§ 5º. Os servidores da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), pertencentes aos quadros do extinto Instituto Nacional de Imigração e Colonização (I.N.I.C.), e do Serviço Social Rural (S.S.R.) poderão optar pela sua lotação em qualquer órgão onde existirem cargos ou funções por eles ocupados.

Art. 105. É o Poder Executivo autorizado a emitir títulos, denominados de *Títulos da Dívida Agrária*, distribuídos em séries autônomas, respeitado o limite máximo de circulação de Cr\$ 300.000.000.000,00 (trezentos bilhões de cruzeiros).

§ 1º. Os títulos de que trata este artigo vencerão juros de seis por cento a doze por cento ao ano, terão cláusula de garantia contra eventual desvalorização da moeda, em função dos índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, e poderão ser utilizados

a) em pagamento de até cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural;

b) em pagamento de preço de terras públicas;

c) em caução para garantia de quaisquer contratos, obras e serviços celebrados com a União;

d) como fiança em geral;

e) em caução como garantia de empréstimos ou financiamentos em estabelecimentos da União, autarquias federais e sociedades de economia mista, em entidades ou fundos de aplicação às atividades rurais criadas para este fim;

f) em depósito, para assegurar a execução em ações judiciais ou administrativas.

§ 2º. Esses títulos serão nominativos ou ao portador e de valor nominal de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) e Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), de acordo com o que estabelecer a regulamentação desta Lei.

§ 3º. Os títulos de cada série autônoma serão resgatados a partir do segundo ano de sua efetiva colocação em prazos variáveis de cinco, dez, quinze e vinte anos, de conformidade com o que estabelecer a regulamentação desta Lei. Dentro de uma mesma série não se poderá fazer diferenciação de juros e de prazo.

§ 4º. Os orçamentos da União, a partir do relativo ao exercício de 1966, consignarão verbas específicas destinadas ao serviço de juros e amortização decorrentes desta Lei, inclusive as dotações necessárias para cumprimento da cláusula de correção monetária, as quais serão distribuídas automaticamente ao Tesouro Nacional.

§ 5º. O Poder Executivo, de acordo com autorização e as normas constantes deste artigo e dos parágrafos anteriores, regulamentará a expedição, condições e colocação dos *Títulos da Dívida Agrária*.

Art. 106. A lei que for baixada para institucionalização do crédito rural tecnicificado nos termos do artigo 83 fixará as normas gerais a que devem satisfazer os fundos de garantia e as formas permitidas para aplicação dos recursos provenientes da colocação, relativamente aos *Títulos da Dívida Agrária* ou de Bônus Rurais, emitidos pelos Governos Estaduais, para que estes possam ter direito à cobrança da União Federal.

Art. 107. Os litígios judiciais entre proprietários e arrendatários rurais obedecerão ao rito processual previsto pelo artigo 685, do Código do Processo Civil.

§ 1º Não terão efeito suspensivo os recursos interpostos quanto as decisões proferidas nos processos de que trata o presente artigo.

§ 2º Os litígios às relações de trabalho rural em geral, inclusive as reclamações de trabalhadores agrícolas, pecuários, agro-industriais ou extrativos, são de competência da Justiça do Trabalho, regendo-se o seu processo pelo rito processual trabalhista.

Art. 108. Para fins de enquadramento serão revistos, a partir da data da publicação desta Lei, os regulamentos, portarias, instruções, circulares e outras disposições administrativas ou técnicas expedidas pelos Ministérios e Repartições.

Art. 109. Observado o disposto nesta Lei, será permitido o reajustamento das prestações mensais de amortizações e juros e dos saldos devedores nos contratos de venda a prazo de:

I — lotes de terra com ou sem benfeitorias, em projetos de Reforma Agrária e em núcleos de colonização;

II — máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, a cooperativas agrícolas ou entidades especializadas em prestação de serviços e assistência à mecanização;

III — instalação de indústrias de beneficiamento, para cooperativas agrícolas ou empresas rurais.

§ 1º O reajustamento de que trata este artigo será feito em intervalos não inferiores a um ano, proporcionalmente aos índices gerais de preços, fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

§ 2º Os contratos relativos às operações referidas no inciso I, serão limitados ao prazo máximo de vinte anos; os relativos às do inciso II ao prazo máximo de cinco anos; e os referentes às do inciso III ao prazo máximo de quinze anos.

§ 3º. A correção monetária ... (VETADO) ... não constituirá rendimento tributável dos seus beneficiários.

Art. 110. Será permitida a negociação nas Bolsas de Valores do País,

de *warrants* fornecidos pelos armazéns-gerais, silos e frigoríficos.

Art. 111. Os oficiais do Registro de Imóveis inscreverão obrigatoriamente os contratos de promessa de venda ou de hipoteca, celebrados de acordo com a presente Lei, declarando expressamente que os valores deles constantes são meramente estimativos, estando sujeitos, como as prestações mensais, às correções de valor determinadas nesta Lei.

§ 1º Mediante simples requerimento, firmado por qualquer das partes contratantes, acompanhado da publicação oficial do índice de correção aplicado, os oficiais do Registro de Imóveis averbarão, à margem das respectivas instruções, as correções de valor determinadas por esta Lei, com indicação do novo valor do preço ou da dívida e do saldo respectivo, bem com da nova prestação contratual.

§ 2º Se o promitente comprador ou mutuário se recusar a assinar o requerimento de averbação das correções verificadas, ficará, não obstante, obrigado ao pagamento da nova prestação, podendo a entidade financiadora, se lhe convier, rescindir o contrato com notificação prévia no prazo de noventa dias.

Art. 112. Passa a ter a seguinte redação o artigo 38, alínea b, do Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, revigorado pelo Decreto-lei nº 8.401, de 19 de dezembro de 1945:

"b) do beneficiamento, industrialização e venda em comum de produtos de origem extrativa, agrícola ou de criação de animais".

Art. 113. O Estabelecimento Rural do Tapajós, incorporado à Superintendência de Política Agrária pela Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, fica, para todos os efeitos legais e patrimoniais, transferido para o Ministério da Agricultura.

Art. 114. Para fins de regularização, os núcleos coloniais e as terras pertencentes ao antigo Instituto Nacional de Imigração e Colonização, incorporados à Superintendência de Política Agrária pela Lei Delegada referida no artigo anterior, serão transferidos:

a) ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, os localizados nas áreas prioritárias de reforma agrária;

b) ao patrimônio do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, os situados nas demais áreas do País.

Art. 115. As atribuições conferidas à Superintendência de Política Agrária pela Lei Delegada número 11, de 11 de outubro de 1962, e que não são transferidas para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ficam distribuídas pelos órgãos federais, na forma dos seguintes dispositivos:

I — para os órgãos próprios do Ministério da Agricultura transferem-se as atribuições de:

a) planejar e executar, direta ou indiretamente, programas de colonização visando à fixação e ao acesso à terra própria de agricultores e trabalhadores sem terra nacionais ou estrangeiros, radicados no País, mediante a formação de unidades familiares reunidas em cooperativas nas áreas de ocupação pioneira e nos vazios demográficos e econômicos;

b) Promover, supletivamente, a entrada de imigrantes necessários ao aperfeiçoamento e à difusão de métodos agrícolas mais avançados;

c) fixar diretrizes para o serviço de imigração e seleção de imigrantes, exercido pelo Ministério das Relações Exteriores, através de seus órgãos próprios de representação;

d) administrar, direta ou indiretamente, os núcleos de colonização fora das áreas prioritárias de Reforma Agrária;

II — para os órgãos próprios de representação do Ministério das Relações Exteriores, as atividades concernentes à seleção de imigrantes;

III — para os órgãos próprios do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os assuntos pertinentes à legalização de permanência prorrogação e retificação de nacionalidade de estrangeiros, no território nacional;

IV — para a Divisão de Turismo e Certames, do Departamento Nacional de Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio, o registro e a fiscalização de empresas de turismo e venda de passagens;

V — para os órgãos próprios do Ministério do Trabalho e Previdência Social:

a) a assistência e o encaminhamento dos trabalhadores rurais migrantes de uma para outra região, à vista das necessidades do desenvolvimento harmônico do País;

b) a recepção dos imigrantes selecionados pelo Ministério das Relações Exteriores, encaminhando-os para áreas predeterminadas de acordo com as normas gerais convencionadas com o Ministério da Agricultura.

Art. 116. Fica revogada a Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, extinta a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e incorporados ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ao Ministério da Agricultura, ao Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e aos demais Ministérios, na forma do art. 115, para todos os efeitos legais, jurídicos e patrimoniais, os serviços, atribuições e bens patrimoniais, na forma do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. São transferidos para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e para o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, quando for o caso, os saldos das dotações orçamentárias e dos créditos especiais destinados à Superintendência de Política Agrária, inclusive os recursos financeiros arrecadados e os que forem a ela devidos até a data da promulgação da presente Lei.

Art. 117. As atividades do Serviço Social Rural, incorporado à Superintendência de Política Agrária pela Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, bem como o produto da arrecadação das contribuições criadas pela Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, serão transferidas, de acordo com o disposto nos seguintes incisos:

I — ao Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário caberão as atribuições relativas à extensão rural e cinquenta por cento da arrecadação;

II — ao órgão do Serviço Social da Previdência que atenderá aos trabalhadores rurais, ... Vetado ... caberão as demais atribuições e cinquenta por cento da arrecadação. Enquanto não for criado esse órgão, suas atribuições e arrecadações serão da competência da autarquia referida no inciso I;

III — VETADO

Art. 118. São extensivos ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária os privilégios da Fazenda Pública no tocante à cobrança dos seus créditos e processos em geral, custas, prazos de prescrição, imunidades tributárias e isenções fiscais.

Art. 119. Não poderão gozar dos benefícios desta Lei, inclusive a obtenção de financiamentos, empréstimos e

outras facilidades financeiras, os proprietários de imóveis rurais, cujos certificados de cadastro os classifiquem na forma prevista no art. 4º, inciso V.

§ 1º O órgão competente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e do Ministério da Agricultura, poderão acordar com o proprietário, a forma e o prazo de enquadramento do imóvel nos objetivos desta Lei, dando deste fato ciência aos estabelecimentos de crédito de economia mista.

§ 2º VETADO.

Art. 120. É instituído o Fundo Agro-Industrial de Re conversão, com a finalidade de financiar projetos apresentados por proprietários cujos imóveis rurais tiverem sido desapropriados contra pagamento por meio de Títulos da Dívida Agrária.

§ 1º O Fundo, administrado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (B.N.D.E.), terá as seguintes fontes:

I — dez por cento do Fundo Nacional de Reforma Agrária;

II — recursos provenientes de empréstimos contraídos no País e no exterior;

III — resultado de suas operações,

IV — recursos próprios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ou de outras entidades governamentais que venham a ser atribuídos ao Fundo.

§ 2º O Fundo somente financiara projetos de desenvolvimento agropecuário ou industrial, que satisfaçam as condições técnicas e econômicas estabelecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e que se enquadrem dentro dos critérios de propriedade fixados pelo Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

§ 3º Os encargos resultantes do financiamento, inclusive amortização e juros, serão liquidados em Títulos da Dívida Agrária.

§ 4º Dentro dos recursos do Fundo, o financiamento será concedido em total nunca superior a cinquenta por cento do montante dos Títulos da Dívida Agrária que tiverem entrado na composição do preço da desapropriação.

Art. 121. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para atender às despesas

de qualquer natureza com a instalação, organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, bem como as relativas ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 122. O Poder Executivo, dentro do prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação da presente Lei, deverá baixar a regulamentação necessária à sua execução.

Art. 123. O critério da tributação constante do Título III, Capítulo I, passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1965.

Parágrafo único. Do Imposto Territorial Rural, calculado na forma do disposto no art. 50 e seus parágrafos serão feitas, nos três primeiros anos de aplicação desta Lei, as seguintes deduções:

a) no primeiro ano, setenta e cinco por cento do acréscimo verificado entre o valor apurado e o imposto pago no último exercício anterior à aplicação da Lei;

b) no segundo ano, cinquenta por cento do acréscimo verificado entre o valor apurado naquele ano e o imposto pago no último exercício anterior à aplicação da Lei, com a correção monetária pelos índices do Conselho Nacional de Economia;

c) no terceiro ano, vinte e cinco por cento do acréscimo verificado para o respectivo ano, na forma do disposto na alínea anterior.

Art. 124. A aplicação do disposto no art. 19, § 2º, a e b, só terá vigência respectivamente a partir das datas de encerramento da inscrição do cadastro das propriedades agrícolas e da de declaração do Imposto de Renda relativa ao ano-base de 1964.

Art. 125. Dentro de dez anos contados da publicação da presente Lei ficam isentas do pagamento do imposto sobre lucro imobiliário as transmissões de imóveis rurais realizadas com o objetivo mediato de eliminar latifúndio ou efetuar reagrupamentos de glebas, no propósito de corrigir minifúndios, desde que tais objetivos sejam verificados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Art. 126. A Carteira de Colônização do Banco do Brasil, sem prejuízo de suas atribuições legais, atuará como entidade financiadora nas operações de venda de lotes rurais

VETADO

§ 1º As Letras Hipotecárias que o Banco do Brasil está autorizado a

emitir, em provimento de recursos e em empréstimos da sua Carteira de Colonização, poderão conter cláusula de garantia contra eventual desvalorização de moeda, de acordo com índices que forem sugeridos pelo Conselho Nacional de Economia, assegurando ao mesmo Banco o ressarcimento de prejuízos já previstos no artigo 4º da Lei nº 2.237, de 19 de junho de 1954.

§ 2º Caberá à Diretoria do Banco do Brasil fixar o limite do valor dos empréstimos que o Banco fica autorizado a realizar no País ou no estrangeiro para aplicação, pela sua Carteira de Colonização, revogado, portanto, o limite estabelecido no parágrafo único do art. 8º da Lei número 2.237 de 19 de junho de 1954, e as disposições em contrário.

Art. 127. **VEDADO.**

Art. 128. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1964, 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
Vasco da Cunha
Octavio Gouvêa de Bulhões
Juarez Távora
Hugo de Almeida Leme
Flávio Suplicy de Lacerda
Arnaldo Sussekind
Nelson Lavenère Wandertey
Raymundo de Brito
Daniel Faraco
Mauro Thibau
Roberto Campos
Osvaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.505 — DE 30 DE
NOVEMBRO DE 1964

*Dispõe Sobre o Imposto do Selo e ad
outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Imposto

Art. 1º O Imposto do Selo incide sobre os atos regulados por lei fe-

deral, especificados na Tabela constante do Anexo I desta lei.

Parágrafo único. Compreendem-se no disposto neste artigo os atos praticados no estrangeiro, que tiverem de produzir efeito no país.

Art. 2º O imposto tem como fato gerador a prática do ato, por qualquer forma de exteriorização prevista nesta lei, com abstenção de sua validade ou eficácia jurídica.

Parágrafo único. No caso do parágrafo único do artigo anterior, constitui fato gerador do imposto o recebimento, no país, do instrumento referente ao ato ou o seu lançamento, se houver contabilização antes do recebimento.

Art. 3º A palavra "obrigação", quando usada nesta lei de modo geral, designa qualquer ato sujeito ao imposto na forma do art. 1º, e "instrumento", qualquer papel, documento ou registro que o exteriorize.

CAPÍTULO II

Das Contribuintes e Responsáveis

Art. 4º Serão contribuintes do imposto:

I — originariamente, os que praticarem ato tributável;

II — como substitutivo, os cartórios, em relação aos atos lavrados em suas notas.

Art. 5º Responderão solidariamente pelo pagamento do imposto os que forem parte na obrigação e os que estiverem na posse do respectivo instrumento por título que legitime qualquer interesse nêle.

§ 1º Se algum dos responsáveis gozar de isenção, o ônus do imposto recairá sobre os demais.

§ 2º Quando um dos responsáveis estiver sujeito ao livro de Registro do Imposto de Selo, referido no artigo 7º, a ele incumbirá o pagamento do imposto.

§ 3º Se houver mais de um responsável sujeito ao livro, o pagamento incumbirá, sucessiva e excludentemente:

a) àquele que possuir organização especializada para a prática do ato sujeito ao imposto;

b) a qualquer dêles, cabendo aos demais registrar a obrigação em seu livro, com a menção de quem efetuou o pagamento.

§ 4º Pelo mandante domiciliado ou residente no estrangeiro responderá o mandatário que o houver representado na obrigação.

§ 5º Nos atos lavrados em notas públicas, a responsabilidade pelo pagamento e recolhimento do imposto caberá ao titular do cartório.

Art. 6º Nos contratos realizados por meio de correspondência, epistolar ou telegráfica, o imposto será devido pelo aceitante provada a aceitação por qualquer forma que a caracterize.

Parágrafo único. Quando a aceitação fôr expedida do estrangeiro, o imposto será devido pelo proponente.

CAPÍTULO III

Do Pagamento e Recebimento do Imposto

Art. 7º E' instituído o livro de registro do Imposto do Sêlo no qual serão lançados, em relação a cada ato tributado, a natureza e o valor da obrigação, os nomes das partes, o valor do imposto e outras informações determinadas em Regulamento.

Parágrafo único. O livro será autenticado pela repartição fiscal do domicílio do contribuinte e não poderá conter emendas nem rasuras.

Art. 8º São obrigados a manter o Registro de Imposto de Sêlo.

- I — os estabelecimentos bancários;
- II — as sociedades de crédito, financiamento e investimento;
- III — as companhias de seguro e de capitalização;
- IV — os cartórios, para os atos lavrados em suas notas;
- V — as firmas e sociedades distribuidoras de filmes cinematográficos;
- VI — as firmas e sociedades que operem na venda de mercadorias pelo sistema de crediário;
- VII — as firmas e sociedades administradoras de bens imóveis.
- VIII — VETADO.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda, por seu órgão competente, poderá estender o regime de regis-

tro de imposto de sêlo a outras classes de contribuintes, e dêle excluir qualquer contribuinte ou classe de contribuintes.

Art. 9º Ter-se-á como pago e retido pelo contribuinte o imposto lançado no Registro do Imposto de Sêlo.

§ 1º O lançamento será feito dentro de 3 (três) dias da ocorrência do fato gerador do imposto.

§ 2º Os contribuintes declararão o valor do imposto pago, bem como a data e número do lançamento, em cada uma das vias do instrumento, as quais somente poderão ter curso uma vez satisfeita essa exigência.

Art. 10. Os contribuintes que mantiverem o Registro do Imposto de Sêlo, recolherão, por guia, o imposto correspondente a cada quinzena, dentro dos primeiros 8 (oito) dias da quinzena seguinte.

Art. 11. O pagamento do imposto, quando o contribuinte não estiver sujeito ao Registro do Imposto de Sêlo, far-se-á, dentro de 8 (oito) dias da ocorrência do fato gerador, mediante guia em que serão consignados a natureza e o valor da obrigação, os nomes das partes, o valor do imposto e outras informações determinadas em Regulamento.

Parágrafo único. O agente que receber o pagamento declarará o valor do imposto pago em cada uma das vias do instrumento, as quais somente poderão ter curso uma vez satisfeitas essa exigência.

Art. 12. A complementação do imposto (art. 25, parágrafo único) relativa a cada semestre do ano será feita até 31 de janeiro e 31 de julho imediatos.

§ 1º Vencida a obrigação no curso dos primeiros três meses do semestre, o pagamento se fará dentro de (trinta) dias do vencimento.

§ 2º A complementação far-se-á mediante lançamento no Registro do imposto de Sêlo ou por guia, como couber.

Art. 13. Ter-se-ão por vencidos os prazos para o pagamento de imposto relativo a instrumento não datado.

Art. 14. A aposição de qualquer assinatura, em instrumento sujeito a mais de uma, obriga, desde logo, ao pagamento do imposto.

Art. 15. As declarações referidas no § 2º, do art. 9º, e parágrafo úni-

co do art. 11 far-se-ão, sucessiva e excludentemente, nos seguintes instrumentos e na ordem indicada:

I — instrumento formal correspondente à natureza da obrigação, na conformidade do direito aplicável;

II — qualquer documento escrito que comprove a existência da obrigação, ainda que não observada a forma prescrita em lei;

III — documento de quitação, plena ou parcial, da obrigação;

IV — ficha de caixa ou de lançamento, relativo à operação;

V — livro "Diário" em que a operação foi registrada.

CAPÍTULO IV

Do Cálculo do Imposto

Art. 16. O imposto será calculado sobre o valor da obrigação, de conformidade com o disposto neste Capítulo e especificações constantes da Tabela.

Parágrafo único. Na determinação do imposto serão arredondadas para Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) as frações inferiores a esta quantia.

Art. 17. Quando, num mesmo instrumento, se formalizarem várias obrigações, o imposto será calculado sobre cada uma, isoladamente.

Art. 18. Para efeito de cálculo do imposto, serão consideradas puras e simples as obrigações condicionais.

Art. 19. Quando da obrigação constar promessa de pagamento de juros, comissões e outras vantagens, o valor tributável será a soma do principal e dos acessórios, calculados estes por um período de 2 (dois) anos, se não for estipulado prazo menor, complementado o imposto, posteriormente, na forma do art. 25.

Art. 20. Na prorrogação de prazo não vencido, o imposto será calculado apenas sobre os acréscimos decorrente do novo prazo, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 21. A novação, inclusive a prorrogação de prazo operada depois de vencimento da obrigação, sujeita ao pagamento de novo imposto.

Art. 22. No cálculo do imposto relativo a instrumento que constitua cumprimento de promessa ou ratificação de obrigação, já tributadas, se-

rá levado em conta o imposto comprovadamente pago.

Art. 23. Nos contratos em virtude dos quais se passem, na mesma data, letras de câmbio ou notas promissórias, será levado em conta o selo pago nesses títulos, desde que tenham inequívoca vinculação ao contrato, não sejam de emissão de terceiros, nem tenham vencimento em branco.

§ 1º O imposto pago nos títulos deverá ser declarado:

a) na escritura pública — pelo tabelião;

b) no escrito particular (tódas as vias) — pelos contribuintes referidos no art. 8º, quando o imposto for lançado no livro "Registro do Imposto de Selo", ou pela repartição fiscal, nos demais casos.

§ 2º Nos títulos, será declarada sua vinculação ao contrato.

Art. 24. Se o valor da obrigação não puder ser determinado por depender de apuração posterior, o cálculo e pagamento do imposto serão feitos por estimativa do contribuinte, sob sua exclusiva responsabilidade, sem prejuízo da complementação do tributo e atendidas as medidas de controle que o Regulamento indicar.

Parágrafo único. A complementação do imposto far-se-á em cada primeira quinzena de julho e de janeiro, em relação ao tributo devido até 30 de junho e 31 de dezembro, respectivamente. Nos casos em que o contrato terminar antes de qualquer destas duas últimas datas, a complementação será feita nos (quinze) dias seguintes ao vencimento.

Art. 25. Nos contratos em que houver prestações de valor determinado, mas em número indeterminado, o imposto será calculado e pago sobre o valor correspondente a 2 (dois) anos e complementado, posteriormente, na forma do artigo anterior.

Art. 26. No caso de obrigação de valor determinado em que houver promessa de pagamento de tributos, despesas de condomínio ou administração e prêmios de seguro, cujo montante não seja desde logo conhecido, o imposto será calculado sobre o valor do principal, acrescido de 20% (vinte por cento).

Art. 27. Na obrigação em que o valor estiver expresso em moeda es-

trangeira, o imposto será calculado sobre a quantia equivalente em moeda nacional, ao câmbio do dia anterior ao da ocorrência do respectivo fato gerador, se não houver taxa estipulada de que resulte imposto mais elevado.

Parágrafo único. Tratando-se de obrigações previstas no art. 24, a taxa de conversão será a vigente no dia anterior ao da complementação do imposto.

CAPITULO V

Das Isenções

Art. 28. Além dos casos previstos na Tabela, são isentos do imposto:

I — entidades nacionais e estrangeiras:

a) União, Estados, Territórios Federais, Distrito Federal e Municípios;

b) Autarquias, Sociedades de Economia Mista e Fundações instituídas pelo poder público;

c) Estados estrangeiros, diretamente ou por seus representantes diplomáticos e consulares;

d) agências e representações, no país, de organismos internacionais de que seja membro o Brasil, por força de tratados ou convênios ratificados pelo Congresso Nacional;

e) instituições beneficentes e de assistência social, sem objetivo de lucro e cujas rendas sejam integralmente aplicadas no país;

f) instituições de ensino oficialmente reconhecidas;

g) instituições de pesquisas técnicas ou científicas;

h) empresas que produzem, transmitem ou distribuem energia elétrica;

i) atos jurídicos ou os seus instrumentos quando forem partes a União, os Estados, os Municípios e respectivamente autarquias.

II — Operações de crédito, financiamento e seguro de interesse da agricultura:

a) cédulas de crédito rural, compreendidos os atos de inscrição, averbação, cessão, transferência e endosso;

b) operações de crédito sob *warrants* de produtores rurais representativos de produtos agrícolas;

c) operações de financiamento, locação de serviço e arrendamento de

máquinas e implemento, destinados à mecanização da lavoura;

d) operações de seguro e atos correlativos, em que seja parte ou interveniente a Companhia Nacional de Seguro Agrícola;

e) as operações de seguro agrário;

III — Operações referentes às cooperativas:

a) operações entre as cooperativas e seus associados;

b) operações de financiamento efetuadas com as cooperativas pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Banco do Brasil S. A.;

IV — Operações realizadas por firmas e sociedades civis ou comerciais:

a) aumentos de capital resultantes das correções monetárias de que tratam os §§ 4º e 13 do artigo 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964;

b) os lançamentos relativos à atualização do valor em moeda nacional dos débitos em moeda estrangeira, resultantes da correção monetária a que se referem o artigo 3º e parágrafos, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964;

c) negócios entre matrizes e filiais e destas entre si, quando estabelecidas no território nacional;

d) atos de constituição e respectivas alterações das sociedades que se destinem a explorar atividades que o Poder Executivo, por seus órgãos competentes, declarar de fundamental interesse para o desenvolvimento econômico do país;

V — Operações de câmbio:

a) operações de câmbio realizadas entre Bancos, de acordo com o disposto no artigo 9º do Decreto-lei número 9.023, de 27 de fevereiro de 1946;

b) operações de câmbio relativos à exportação de produtos industrializados.

VI — Financiamento de investimentos:

a) financiamentos de investimentos realizados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A.;

b) Operações de financiamento previstas no Plano do Carvão Nacional, nos termos do art. 17 da Lei nº 1.386, de 11 de junho de 1953;

c) financiamento, por outras entidades oficiais, de investimentos que o Poder Executivo, por seus órgãos competentes, declarar de fundamental interesse para o desenvolvimento econômico do país;

VII — Operações do sistema financeiro da habitação, instituído pela Lei nº 4.320, de 21 de agosto de 1964;

a) letras imobiliárias, compreendidos os atos de emissão, colocação, transferências, cessão, endossos, inscrição ou averbação;

b) operações de qualquer natureza entre as entidades integrantes do sistema;

c) operações contratuais de que participem entidades integrantes do sistema e que tenham por objeto, habitações de menos de 50 (cinquenta) metros quadrados, não incluídas as partes comuns, se for o caso, e de valor inferior a 60 (sessenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país;

d) Construção, promessa de venda a prazo e promessa de cessão de habitações que satisfaçam os requisitos da letra anterior;

VIII — Operações diversas:

a) ato relativos à aquisição e financiamento da aquisição do imóvel de valor não superior a Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), que se destine à residência de quem não possua outro imóvel residencial;

b) títulos da dívida pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendidos os atos de emissão, substituição, subdivisão, conversão, transferência e resgate;

c) Operações realizadas entre a Superintendência da Moeda e do Crédito e os estabelecimentos bancários, e entre os estabelecimentos Bancários e o Banco do Brasil S. A., quando este atuar como agente da autoridade monetária ou do Tesouro Nacional;

d) operações realizadas entre os órgãos de previdência social e seus segurados;

e) obrigações de valor até Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), excluídas as notas promissórias e letras de câmbio.

CAPÍTULO VI

Das Infrações e Penalidades

Art. 29. Sem prejuízo da ação penal cabível, ficarão sujeitos:

I — à multa de valor igual ao do imposto devido, a qual não será inferior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), os que, tendo pago o imposto por estimativa, deixarem de cumprir as medidas de controle previstas no art. 24;

II — à multa de 3 (três) vezes o valor do imposto devido, a qual não será inferior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros):

a) os que, sujeitos ao Registro do Imposto de Selo, deixarem de lançar o imposto no todo ou em parte na forma do artigo 7º;

b) os que, tendo lançado o imposto no Registro do Imposto de Selo, deixarem de efetuar o respectivo recolhimento, na forma do artigo 10;

c) os que, não sujeitos ao Registro do Imposto de Selo, deixarem de pagar o imposto, no todo ou em parte, nos prazos legais;

d) os que, tendo atendido às medidas de controle de que trata o artigo 24, deixarem de completar o imposto dentro do prazo regulamentar, nos atos sujeitos ao regime de cálculo por estimativa, ou não representarem, também, no prazo regulamentar, os respectivos instrumentos de repartição fiscal, nos casos em que, de acordo com o Regulamento, o registro nela deve ser feito.

III — à multa de 4 (quatro) vezes o valor do imposto, a qual não será inferior a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), os que, intimados, não apresentarem, com a demonstração do seu valor, os instrumentos cujo imposto tenha sido pago por estimativa, salvo se a repartição tiver elementos para aplicar multa mais elevada.

IV — À multa de 5 (cinco) vezes o valor do imposto devido, os que extrazem ou sonegarem o livro Registro do Imposto de Selo.

V — à multa de 20 (vinte) vezes o valor do imposto devido, a qual não será inferior a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros);

a) os que fizerem declaração de pagamento do imposto em instrumento, sem o correspondente lançamento

no livro Registro do Imposto de Selo;

b) os que usarem de falsidade na declaração de que trata o art. 9º

2º, adulterarem ou falsificarem declaração em instrumento, em guia de recolhimento ou no livro Registro do Imposto de Selo, ou contribuírem para a sua adulteração ou falsificação;

e) os que deixarem de pagar o imposto em operações legítimas de câmbio;

VI — à multa de Cr\$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) a Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), os que, por qualquer forma, embaraçarem, impedirem ou iludirem a ação fiscal, ou, ainda, se recusarem a apresentar livros ou papéis exigidos pela fiscalização;

VII — à multa de valor igual ao inscrito no cheque, a qual não será inferior a Cr\$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros), os que emitirem cheques sem cobertura, bem como os que emitirem, aceitarem ou conservarem cheques sem data ou com data falsa, ou, ainda, nas mesmas condições, lhes derem curso;

VIII — à multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros):

a) os que, tendo lançado e recolhido o imposto, deixarem de fazer a declaração exigida no artigo 9º, § 2º;

b) os que não prestarem informações solicitadas para fins estatísticos;

c) os servidores públicos em geral que atenderem, informarem ou encaminharem papéis com infração desta Lei ou de seu Regulamento, sem que representem nesse sentido;

d) os que, nos registros de comércio, de imóveis, de títulos e documentos, de hipotecas ou nos registros marítimos, arquivarem, registrarem ou mandarem arquivar ou registrar instrumentos com infração desta Lei ou de seu Regulamento;

e) os que cometerem infração desta Lei ou de seu Regulamento, para a qual não haja penalidade específica.

§ 1.º Para efeito de aplicação da multa do inciso I, considera-se imposto devido o correspondente à estimativa feita pelo contribuinte, ou, no caso de operações já iniciada, o que houver sido apurado pela fiscalização se mais elevado.

§ 2º No caso do inciso II, se a infração resultar de artifício doloso cu

apresentar evidente intuito de fraude, a multa será agravada para 20 (vinte) vezes o valor do imposto devido e nunca inferior a Cr\$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros).

§ 3.º Ainda no caso do inciso II, se se tratar da nota promissória ou letra de câmbio, a multa será, em qualquer hipótese, de 20 (vinte) vezes o valor do imposto devido, igualmente aplicável aos que aceitarem, pagarem ou negociarem tais títulos, ou, ainda, lhes derem curso, sem o pagamento do imposto, no todo ou em parte, atendido o disposto no parágrafo seguinte.

§ 4.º Resservada a hipótese de dolo ou evidente intuito de fraude, a responsabilidade pelo pagamento das multas aplicáveis no caso dos incisos I, II, letras "c" e "d", e III, terá caráter solidário.

§ 5.º Não sendo possível apurar o imposto referido no inciso IV a multa será igual à soma dos três últimos recolhimentos, não podendo, em qualquer caso, ser inferior a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

§ 6.º No caso de recusa de apresentação de livros ou papéis a que se refere o inciso VI, a multa será aplicada independentemente do pedido de exibição judicial e de qualquer outra penalidade que, no caso, venha a caber depois do exame.

§ 7.º Responderão solidariamente pelas multas previstas neste artigo, conforme o caso, as que derem curso e instrumento com infração desta Lei, ou o conservarem por mais de 8 (oito) dias.

§ 8.º Incurrerão na multa do inciso V, letra "b", os que conservarem por mais de 8 (oito) dias instrumento com declaração falsa ou adulterada, tendo, em qualquer caso, conhecimento dessa circunstância.

Art. 30. Os que, antes de qualquer procedimento fiscal, espontaneamente pagarem ou recolherem o imposto, fora dos prazos previstos nesta Lei, ficarão sujeitos às multas de 30% (trinta por cento), 50% (cinqüenta por cento) e 100% (cem por cento) do valor do imposto, conforme o pagamento ou recolhimento se efetue, respectivamente, até 30 (trinta), 60 (sessenta) e após 60 (sessenta) dias do término dos referidos prazos.

§ 1.º Tratando-se de nota promissória ou letra de câmbio, a multa será, em qualquer caso, de (dez) vezes o valor do imposto.

§ 2.º Continuarão sujeitos à multa os que deixarem de computá-la no pagamento ou recolhimento do imposto, na forma prevista neste artigo.

§ 3.º A multa será cobrada, independentemente de despacho ou outra formalidade, na própria guia de pagamento ou recolhimento, ou, se se tratar de imposto ainda não lançado, no Registro do Imposto de Selo.

Art. 31. O titular do cartório responderá pelas infrações desta Lei, praticadas em suas notas, ainda que pelo seu substituto ou outro serventuário ou preposto.

Art. 32. A indenização do imposto é sempre devida, independentemente da multa que houver sido aplicada.

Art. 33. A cada responsável, condenado em processo, aplicar-se-á a multa relativa à falta cometida.

Parágrafo único. Ocorrendo responsabilidade solidária, o processo poderá instaurar-se contra qualquer dos corresponsáveis, assegurado, ao que pagar a multa, direito regressivo contra os demais.

Art. 34. A reincidência punir-se-á com multa em dobro; a cada reincidência subsequente aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte por cento) do seu valor.

Parágrafo único. Considera-se reincidência a nova infração, cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica, sob a mesma capitulação legal, dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referentes à infração anterior.

Art. 35. Não se procederá contra quem, apoiado em decisão irrecurável e no período em que prevalecer a interpretação sancionada pelo julgado, tiver agido, pago ou deixado de pagar o imposto.

Art. 36. Não será passível de multa quem, baseado em decisão de primeira instância administrativa de seu domicílio, e no período em que prevalecer essa decisão, tiver agido, pago ou deixado de pagar o imposto.

Art. 37. O procedimento fiscal para imposição de penalidades prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da infração.

Parágrafo único. Quando o prazo de vigência da obrigação for superior a 5 (cinco) anos, a prescrição incidirá com o término desse prazo.

Art. 38. O disposto no artigo 11 da Lei n.º 4.357, de 16 de julho de 1964,

aplica-se a qualquer caso de falta de recolhimento do imposto pago e retido pelo contribuinte, na forma do artigo 9.º.

Parágrafo único. Aos casos previstos nesta Lei, aplicam-se as disposições do art. 38 da Lei n.º 4.357, de 16 de julho de 1964.

CAPÍTULO VII

Da Fiscalização

Art. 39. A fiscalização do imposto compete especialmente ao Ministério da Fazenda e, em geral, a todos os que exerçam funções públicas.

Art. 40. As firmas e sociedades comerciais e industriais, os estabelecimentos bancários, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as companhias de seguro e de capitalização, as sociedades civis que revestirem a forma comercial, as cooperativas, os leiloeiros, os corretores e outros intermediários de negócios, e todos os que são obrigados a manter escrita comercial ou fiscal, não poderão escusar-se de exibir à fiscalização os papéis e livros de sua escrituração e arquivo, ainda que guardados em armários, estantes, gavetas, cofres, casas-fortes e locais semelhantes.

§ 1.º No caso de recusa, a autoridade administrativa providenciará junto ao representante do Ministério Público para que se faça a exibição judicial.

§ 2.º Quando se tratar de serventuários de ofício, a providência será tomada junto à autoridade a que estiverem subordinados.

§ 3.º Ainda no caso de recusa, a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos onde possivelmente estejam os papéis e livros exigidos, lavrando termo desse procedimento, do qual deixará cópia com o contribuinte.

Art. 41. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que terá por base o auto ou a representação, conforme a verificação da falta se dê no serviço externo da fiscalização ou no serviço interno das repartições.

Art. 42. No caso de ação fiscal que envolva documento em idioma estrangeiro, será feita a sua tradução para o vernáculo, pelo autor do procedimento, por funcionário da repartição preparadora do processo ou pessoa que esta designar.

Parágrafo único. Se o acusado impugnar a tradução, providenciará outra, às suas expensas, por tradutor público.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 43. As notas constantes da Tabela, em relação a cada alínea, prevalecerão como exceções às normas de caráter geral.

Art. 44. A autoridade que verificar falta ou insuficiência do imposto em instrumento constante de processo administrativo ou judicial não sustará o andamento deste, devendo, porém, se o aconselhar o interesse da Fazenda Nacional em razão do vulto da importância devida, substituir por cópia, o instrumento e encaminhá-lo à repartição fiscal para a cobrança do débito.

Parágrafo único. É facultado a qualquer pessoa recolher o tributo e fazer a prova do seu recolhimento.

Art. 45. Os prazos estabelecidos nesta lei entendem-se em dias corridos, e se computam excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento; se neste dia não funcionar, por qualquer motivo, o órgão onde deve ser cumprida a obrigação fiscal, o prazo se prorrogará até o dia útil seguinte.

Art. 46. O Poder Executivo promoverá, anualmente, a correção monetária das multas, limites e outros valores expressos em cruzeiro nesta lei, adotando, para tal fim, os coeficientes estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia.

CAPÍTULO IX

Disposições finais e transitórias

Art. 47. Continuam em vigor, no que não tiver sido alterado por esta lei, os §§ 2.º e 3.º do art. 81; artigos 82, 85, 86 e 87, e seus parágrafos; artigo 88; §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 89; artigos 90 e 92; art. 94 e parágrafos; artigos 95 e 96; arts. 98 e parágrafo, e 99; arts. 100 e parágrafos, e 101; artigos 102, 103, 104 e 105, e parágrafos; arts. 106, 107, 108 e § 2.º, 112, 113, 114 e 115 e parágrafo, das Normas Gerais, da Consolidação das Leis do Imposto do Selo, baixada com o Decreto número 45.421, de 12 de fevereiro de 1959.

Art. 48. São revogadas as isenções gerais ou especiais não constantes desta lei.

Art. 49. Para fins estatísticos e de controle o Ministério da Fazenda, pelo órgão competente, poderá desdobrar ou reagrupar as incidências previstas na Tabela, e dar-lhes nova distribuição ou numeração.

Art. 50. Os casos omissos nesta lei serão resolvidos pelo órgão competente do Ministério da Fazenda, aplicando-se, quanto a parte processual, a legislação sobre o Imposto de Consumo.

Art. 51. Na arrecadação do imposto, é dispensada a expedição de conhecimento de receita.

Art. 52. É extinta a cobrança do imposto sobre Prêmios de Seguros, de que trata o Decreto n.º 19.957, de 6 de maio de 1931.

Art. 53. Os que possuírem estampilhas do Imposto do Selo poderão utilizá-las, até 30 de junho de 1965, em obrigações cujo imposto, em cada uma, não exceda de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 54. Os que em 1.º de julho de 1965 ainda possuírem as estampilhas referidas no artigo anterior poderão recolhê-las dentro de 15 (quinze) dias à repartição arrecadadora local, por meio de guia, em três vias, para exame de sua legitimidade pela Casa da Moeda e posterior restituição do seu valor, mediante anulação de receita.

Art. 55. Dentro de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo regulamentará esta lei e expedirá os modelos de livros e guias que os contribuintes ficarão obrigados a adotar, podendo ainda estabelecer, no Regulamento que expedir, normas e cautelas de ordem fiscal, tendentes a evitar a evasão do tributo e garantir a sua eficiente arrecadação.

Art. 56. Os tributos a que se referem os arts. 6.º, 9.º, 13, 21, 23 e 31 da Tabela da Consolidação das Leis do Imposto de Selo, aprovada pelo Decreto n.º 45.421, de 12 de fevereiro de 1959, passarão a ser cobrados sob a denominação de Taxa de Serviços Federais, em conformidade com os valores e especificações constantes do Anexo II.

§ 1.º O recolhimento da taxa far-se-á antes da prestação do serviço ou da ocorrência do respectivo fato gerador, mediante guia, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte atendidas as normas estabelecidas em Regulamento próprio, que o Poder Executivo baixará no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 2.º Salvo expressa disposição em contrário, o recolhimento da taxa posteriormente à prestação do serviço ou da ocorrência do respectivo fato gerador ficará sujeito à multa de 10% (dez por cento) sobre a importância devida.

§ 3.º Sujeitar-se-ão à multa de 10 (dez) vezes o valor da taxa devida, multa não inferior a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), os que adulterarem ou falsificarem guias de recolhimento ou contribuírem para a sua adulteração ou falsificação, ou, ainda, fizerem nesses documentos declarações falsas.

§ 4.º Incurrerão na mesma penalidade prevista no parágrafo anterior

os que conservarem por mais de 8 (oito) dias guias de recolhimento falsas ou adulteradas ou com declarações falsas, tendo, em qualquer caso, conhecimento dessa circunstância.

Art. 57. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 58. Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1965, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

ANEXO I

TABELA — ALÍNEA I

Operações de Crédito — Títulos de Crédito

1.1 — Abertura de crédito	1 %
1.2 — Desconto de títulos cambiais, inclusive faturas ou suas duplicatas	0,5%
1.3. — Empréstimo por meio de obrigações ou debêntures	1 %
1.4 — Financiamento de compra de bens móveis, mediante parcelamento de preço ou abertura de crédito	1 %
1.5 — Empréstimo não especificado, sob qualquer modalidade, incluídos o mútuo, o financiamento, o adiantamento, o suprimento de caixa e o depósito não bancário	1 %
1.6 — Confissão e sub-rogação de dívida	1 %
1.7 — Letra de câmbio e nota promissória	1 %

Notas

1ª) Equiparam-se à abertura de crédito para efeito de tributação, as retiradas feitas em estabelecimento bancário ou sociedade de crédito, financiamento e investimento:

- a) independentemente de contrato;
- b) além dos limites contratuais;
- c) além dos saldos em conta corrente.

2ª) No caso da nota anterior, o imposto será devido sobre o maior saldo devedor em cada semestre do ano, acrescido dos respectivos juros, comissões e outras vantagens, e será lançado no Registro do Imposto de Selo dentro dos oito primeiros dias da quinzena subsequente, deduzido, quanto à letra "b", o valor do limite contratual, a fim de que o imposto incida apenas sobre o maior excesso verificado no semestre, mais a diferença de juros comissões e outras vantagens, se houver.

3ª) Se se verificar abertura de crédito sem limite, o imposto será pago semestralmente, pelo montante do crédito utilizado, acrescido dos juros, comissões e outras vantagens.

4ª) No caso de desconto de títulos cambiais (inciso 1.2), observar-se-á o seguinte:

- a) o imposto será pago independentemente de que fôr devido no título;
- b) o imposto será calculado sobre o total dos descontos de cada dia, e será lançado no Registro do Imposto de Selo mediante relações diárias das

quais deverão constar os elementos necessários à identificação das operações.

5ª) Os títulos mencionados no inciso 1.7 estarão livres do imposto quando este for devido de acordo com os incisos 2.4. e 2.5, da Alínea II.

6ª) Quando o empréstimo for representado por nota promissória, emitida pelo próprio tomador do empréstimo, será devido apenas o imposto relativo ao título.

7ª) Não estão sujeitos ao imposto:

a) as antecipações de pagamento de salários, comissões, gratificações, honorários e "pro-labore" de empregados, viajantes, vendedores, representantes, sócios ou diretores de entidades comerciais ou industriais, assim como a distribuição de lucros ou de dividendos apurados em balanço ou por reversão de fundos de reserva, desde que, em qualquer caso, não haja fluência de juros ou estipulação de prazo para pagamento ou entrega;

b) as entregas de dinheiro feitas por sócios ou acionistas, para aumento de capital das respectivas sociedades, desde que não vençam juros e o aumento seja realizado no prazo máximo de sessenta dias;

c) os recebimentos ou pagamentos de aluguéis, seguros, impostos ou taxas, de responsabilidade das pessoas mencionadas na letra "a" desta nota;

d) os fornecimentos de dinheiro feitos por estabelecimentos comerciais ou industriais a seus viajantes, empregados, vendedores ou representantes, para cobertura de despesa de conta das referidas entidades;

e) as entregas de dinheiro às sociedades de crédito, financiamento e investimento, para utilização na forma e nos prazos estabelecidos pela Superintendência da Moeda e do Crédito;

f) os adiantamentos feitos pelos estabelecimentos bancários aos exportadores por conta do valor de contratos de câmbio, desde que não haja fluência de juros;

g) o redesconto;

h) o comodato;

i) a promissória rural (Lei nº 3.253, de 7-8-1957);

j) o financiamento, inclusive por meio de abertura de crédito ou adiantamento destinado a atividades rurais, quando a operação for feita diretamente com o produtor ou suas cooperativas;

k) o financiamento, ainda que haja parcelamento do preço, da compra de bens móveis, para fins mercantis, entre comerciantes e produtores, inclusive industriais por prazo não superior a 120 dias.

ALÍNEA II

Operações de Câmbio e Afins

2.1. — Cheque em moeda estrangeira	1 %
2.2 — Cheque em moeda nacional; a) emitido no exterior ou sobre o exterior, b) emitido no país, a favor de pessoa natural ou jurídica e por esta endossado a entidade do exterior	1 %
2.3 — Endosso de cheque, letra de câmbio, nota promissória e outros títulos em moeda estrangeira	1 %
2.4 — Carta de crédito, letra de câmbio e ordem de pagamento, emitidas no país sobre o exterior ou vice-versa	1 %
2.5 — Nota promissória emitida no exterior, quando negociada ou cobrada no Brasil	1 %
2.6 — Transferência ou remessa de quantia do ou para o exterior, em moeda nacional ou estrangeira	1 %
2.7 — Pagamento, recebimento ou transferência, de qualquer natureza, efetuados no País em moeda nacional, a débito ou a crédito de entidade do exterior	1 %

Notas

- 1ª) Responderão pelo imposto:
- 1 — nos casos dos incisos 2.1, 2.2 e 2.5:
 - a) o emitente, quando se tratar de papel emitido no Brasil;
 - b) o primeiro portador no país, quando o papel for emitido no exterior;
 - c) o endossante na hipótese da letra "b", do inciso 2.2;
- II — nos casos do inciso 2.4, quando se tratar de papéis emitidos no exterior, o intermediário da operação no país, quanto às importâncias pagas ou creditadas ao beneficiário de carta de crédito ou ordem de pagamento, e o primeiro portador no Brasil, no caso da letra de câmbio;
- III — no caso do inciso 2.6, o intermediário da transferência;
- IV — no caso do inciso 2.7, o creditor ou devedor.
- 2ª) O imposto de que trata o inciso 2.4 (letra de câmbio) será também devido:
- a) quando, não tendo havido saque relativo à mercadoria importada, o respectivo preço for coberto por abertura de crédito no estrangeiro ou outra forma de pagamento;
 - b) quando a liquidação de contrato de câmbio se processar por meio de recibo, ordem telegráfica ou outro documento não previsto nesta Alínea.
- 3ª) Não estão sujeitos ao imposto:
- I — quanto ao inciso 2.1, as operações de câmbio manual, inclusive por *traveller's checks*;
 - II — quanto ao inciso 2.3:
 - a) o primeiro endosso de título em que tenha sido pago o imposto, desde que não seja feito em branco;
 - b) o endosso feito pelo estabelecimento bancário comprador das cambiais emitidas pelos exportadores;
 - c) o endosso-mancado;
 - III — quanto ao inciso 2.6, a transferência ou remessa, quando o imposto tiver sido pago em papel emitido para o mesmo fim;
 - IV — quanto ao inciso 2.7:
 - a) os lançamentos referentes a despesas ou rendas de bens existentes no país e pertencentes ao titular da conta;
 - b) os lançamentos referentes a câmbio comprado ou vendido, desde que já tenha sido pago o imposto devido;
 - c) os lançamentos relativos a instrumentos em que o imposto já tenha sido pago;
 - d) os lançamentos referentes à importação de mercadorias sujeita à tributação prevista no inciso 2.4;
 - e) os lançamentos a débito relativos à utilização de créditos de entidades do exterior em aumentos de capital da sociedade devedora.

ALÍNEA III

Seguro e Capitalização

3.1 — Seguros de vida, pecúlio, rendas, anuidades e congêneres	2 %
3.2 — Capitalização e congêneres	1 %
3.3 — Seguros de acidentes pessoais	5 %
3.4 — Seguros de acidentes do trabalho	4, 5 %
3.5 — Seguros de bens, valores, coisas e outros não especificados	20 %
3.6 — Responsabilidades provisórias de seguros, em geral ..	0,01 %

Notas

- 1ª) O imposto será devido no ato da aceitação da apólice de seguro ou da emissão da responsabilidade provisória, ou, ainda, quando se tratar

de capitalização, no ato da inscrição do contrato ou título no registro da sociedade.

2ª) O imposto será lançado, e recolhido, até o último dia do segundo mês subsequente ao em que se tornou devido, pela sociedade seguradora ou de capitalização, onde esta tiver sede; no caso de cosseguro, com a emissão de apólice única, o lançamento e recolhimento caberão à sociedade líder.

3ª) A guia do recolhimento de que trata a Nota anterior, deverá, antes de sua apresentação ao órgão arrecadador, ser visada pela fiscalização do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

4ª) Calcular-se-á o imposto:

I — quanto aos incisos 3.1 e 3.2:

a) sobre o valor total do contrato, ainda que o pagamento seja feito parceladamente;

b) sobre o valor da prestação de um ano, se o contrato obrigar ao pagamento de certas quantias, por tempo indeterminado, durante a vida do segurado ou de seus beneficiários;

c) sobre a importância mínima prometida, se o contrato estabelecer diferentes capitais a serem pagos, e, ainda, sobre a diferença, se afinal houver pagamento de capital maior;

d) sobre o menor valor convencionado pela vida de um dos segurados, nos seguros em grupo, e, ainda, sobre o total que fôr pago, quando ocorrer qualquer sinistro, e sobre os capitais que forem excluídos ou cancelados.

Nesta última hipótese, o imposto será calculado sobre o total contratado, na data do cancelamento, deduzido o que tiver sido anteriormente pago;

e) sobre o valor previsto nas cláusulas acessórias ou suplementares relativas ao eventual pagamento de capitais;

f) sobre os lucros ocasionalmente pagos no curso ou na liquidação do contrato.

II — quanto aos incisos 3.3 a 3.5:

a) sobre o valor do prêmio, incluídas quaisquer outras importâncias cobradas do segurado em razão do contrato;

b) sobre o total contratado e, posteriormente, sobre qualquer excesso de prêmio, por ocasião de cada averbação, nas apólices de averbação com valor declarado, ou, se se tratar de apólices sem valor declarado, sobre a importância relativa a cada averbação, separadamente;

III — quanto ao inciso 3.6: sobre o valor da responsabilidade assumida, por período de trinta dias ou fração levado em conta o imposto no que fôr devido na aceitação do título definitivo (apólice).

5ª) A reforma, renovação, reabilitação, prorrogação ou alteração de qualquer dos atos previstos nesta Alínea, dentro do prazo contratual, fica sujeita ao imposto sobre a diferença de valor, ou de prêmio, salvo se houver emissão de novo contrato, caso em que o imposto será devido integralmente.

6ª) Não incidirão no imposto as operações: a) de resseguro; o) de seguro de crédito à exportação; c) de seguro de transporte de mercadorias em viagens internacionais.

ALÍNEA IV

Transferência de Bens, Créditos e Direitos

4.1 — Promessa de compra e venda, de permuta e de doação de bens móveis ou imóveis	1 %
4.2 — Promessa de compra e venda de imóveis rurais	0.5%
4.3 — Cessão e promessa de cessão de crédito ou de direitos, inclusive a dação em pagamento de título de crédito	1 %
4.4 — Procurações, e seus substabelecimentos; a) com a cláusula <i>in rem propriam</i> ou cláusula equivalente; b) com	

podêres irrevogáveis, fora dos casos previstos nos itens II e III do artigo 1.317 do Código Civil	1 %
4.5 — Endosso de qualquer título, depois do vencimento ...	1 %
4.6 — Operações mediante emissão de títulos para sorteio na forma do Decreto-lei nº 7.930, de 3 de setembro de 1945	1 %

Notas

- 1ª) O imposto será calculado:
- a) na promessa de permuta, sobre o bem de maior valor; se não for indicado o valor, por estimativa;
 - b) na promessa de doação, por estimativa;
 - c) no caso do inciso 4.3, sobre o valor do crédito cedido ou prometido ceder, e não sobre a importância por que foi feita a cessão ou a promessa;
 - d) no caso do inciso 4.6, sobre o valor do objeto da compra;
 - e) nos demais casos, sobre o valor da obrigação.
- 2ª) Na hipótese de dação em pagamento de título de crédito, será levado em conta o imposto que houver sido pago no endosso, desde que este seja feito expressamente para o mesmo fim.
- 3ª) Nas operações referidas no inciso 4.6, que se equiparam, para efeito fiscal, a promessa de compra e venda, o imposto será pago pelas organizações autorizadas e incidirá ainda:
- a) sobre o valor excedente, quando os títulos emitidos forem sorteados com valor superior ao do objeto da compra;
 - b) sobre a transferência de títulos de prestamistas ou de plano, dentro da mesma organização ou entre organizações diversas.
- 4ª) Não estará sujeita ao imposto a promessa de compra e venda de bem imóvel, quitada e irrevogável, desde que, sobre o mesmo ato, tenha sido pago o imposto de transmissão *inter vivos*.

ALÍNEA V

Arrendamento ou Locação

5.1 — Arrendamento ou locação, e outros atos que transmitam uso e gozo de bens móveis ou imóveis	1%
--	----

Notas

- 1ª Se não for firmado contrato ou ocorrer a hipótese do artigo 1.195 do Código Civil, ou, ainda, a locação a prazo indeterminado, o imposto será calculado e pago sobre o valor correspondente a seis meses e complementado, posteriormente, na forma do art. 24.
- 2ª) Não estão sujeitas ao imposto:
- a) a constituição e a extinção de aforamento e de usufruto;
 - b) os contratos de locação residencial;
 - c) a locação de serviço em que o locador (pessoa física) apenas forneça o próprio trabalho;
 - d) a locação de serviço entre estabelecimentos bancários e seus correspondentes, quando versarem exclusivamente sobre assunto de natureza bancária.

ALÍNEA VI

Empreitada

6.1 — Empreitada, sob qualquer modalidade	1 %
---	-----

Notas

- 1ª) No caso de acréscimo ao valor ajustado, o imposto será devido sobre o valor acrescido, ou, se não existir contrato escrito, sobre as importâncias entregues ou creditadas ao empreiteiro.
- 2ª) Nas empreitadas de mão-de-obra, o imposto recairá sobre as quantias entregues, pagas ou creditadas ao empreiteiro para remunerá-lo, ainda que a título de reembolso de mão-de-obra de terceiros, fornecida por seu intermédio.

3ª) Nas empreitadas de mão-de-obra e material, o imposto recairá sobre as quantias entregues ou creditadas ao empreiteiro, a título de adiantamento ou pagamento do preço da obra.

4ª) A locação de serviço, quando relacionada com a empreitada, está sujeita ao imposto de acordo com esta Alínea, ressalvada a hipótese da nota seguinte.

5ª) Não estão sujeitas ao imposto:

- a) a empreitada de atividades rurais;
- b) a empreitada de labor em que o empreiteiro (pessoa física) apenas forneça o próprio trabalho.

ALÍNEA VII

Constituição de Sociedades e Atos Afins

7.1 — Constituição	0,1%
7.2 — Alteração	1 %
7.3 — Distrato, liquidação ou dissolução	1 %
7.4 — Fusão e incorporação	1 %
7.5 — Amortização de ações	1 %
7.6 — "Partes Beneficiárias" (artigo 31 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940)	1 %

Notas

1ª) O imposto incidirá, nas sociedades comerciais e nas civis que revestirem forma estabelecida nas leis comerciais, exceto as cooperativas:

- a) na constituição — sobre o capital declarado, e na alteração — sobre qualquer entrada, aumento ou retirada de capital;
- b) no distrato, liquidação ou dissolução — sobre a quantia que se repartir pelos sócios ou acionistas;
- c) na fusão — sobre o capital da nova sociedade, e na incorporação — sobre o capital da sociedade incorporada, devido ainda o imposto em qualquer caso, sobre as retiradas de capital, se houver;
- d) na amortização de ações — sobre o valor das ações amortizadas;
- e) nas "Partes Beneficiárias" — sobre o valor do resgate ou da percentagem de lucro, no ato do pagamento ou do crédito correspondente, ou, ainda, da conversão em ações.

2ª) Havendo alteração social de que resulte a saída de todos os sócios, menos um, a entrada de outros sócios, considera-se, para pagamento do imposto, que na hipótese há um distrato da antiga e a constituição de nova sociedade.

3ª) Também, para efeitos fiscais, considera-se alteração social, importando em entrada e saída de capital, a cessão ou transferência de cotas das sociedades limitadas, ainda que de um a outro sócio, levado em conta o imposto porventura pago em separado, no instrumento de cessão.

4ª) Quando se tratar de sociedade anônima ou em comandita por ações o imposto será pago:

- a) nos casos de aumento de capital e de amortização de ações — até trinta dias após a data da assembleia que aprovou o aumento ou a amortização;
- b) no caso de dissolução ou liquidação — até trinta dias após a organização do inventário e balanço (artigo 140 do Decreto-lei número 2.627, de 1940);
- c) nos demais casos — até trinta dias após os respectivos atos.

5ª) Se se tratar de sociedade que dependa de autorização do governo, o prazo para pagamento do imposto será contado a partir da data do órgão oficial que publicar a autorização.

6ª) Quanto a sociedade com sede no estrangeiro, calcular-se-á o imposto sobre o capital destinado às operações no Brasil.

7º) Nas sociedades em conta de participação, o imposto incidirá sobre o capital entregue pelo sócio oculto ou sócio ostensivo.

8º) A prorrogação levada a efeito após o término do prazo de vigência equipara-se a liquidação da antiga sociedade e constituição de nova, incidindo o tributo em dobro sobre o valor do capital social.

ALINEA VIII

Obrigações Diversas

8.1 — Promessa ou obrigação de pagamento, de entrega ou transmissão de bens móveis ou valores	1 %
8.2 — Distrato, exoneração ou sub-rogação, excluída a sub-rogação de dívida, já prevista na Alínea I	1 %
8.3 — Comissão e representação mercantis	1 %
8.4 — Extrato de conta, quando ajuizado	1 %
8.5 — Juros de mora e cláusula penal	1 %
8.6 — Sinal ou arras	1 %

Notas

1º) O imposto será devido:

a) no caso do inciso 8.3 sobre o valor das comissões pagas ou creditadas em cada mês e será pago pelo comissário, dentro da primeira quinzena do mês seguinte, deduzido o imposto pago no contrato escrito, se houver;

b) no caso do inciso 8.4, sobre a importância do saldo, antes da apresentação da conta em juízo;

c) no caso do inciso 8.5, sobre o valor dos juros ou da cláusula, no ato do respectivo recebimento;

d) no caso do inciso 8.6 sobre o valor do sinal, desde que este não importe em princípio de pagamento, com característica de obrigação prevista em outra parte desta Tabela.

2º) Não estão sujeitos ao imposto:

a) a comissão e representação mercantis, quando desempenhadas diretamente pelo comissário ou representante (pessoa física);

b) os extratos de contas (inciso 8.4) relativos ao desempenho de funções cuja demonstração seja obrigatória em juízo;

c) a operação que consista em transferência de crédito, em moeda nacional de uma conta para outra, da mesma pessoa física ou jurídica, domiciliada no país ou no exterior, com o mesmo creditor, mediante simples lançamento;

d) a proposta de desconto de letras de câmbio, notas promissórias, faturas e suas duplicatas, feita a estabelecimento bancário, desde que a obrigação nela assumida se restrinja a promessa de reembolso, independentemente de protesto, que, por falta de aceite, quer por falta de pagamento;

e) a parceria com colonos, ainda que haja emprego de capital, máquinas, trabalho de pessoas da família do colono e braço assalariado;

f) a compra e venda de bens móveis;

g) os contratos de compra e venda de câmbio;

h) as garantias, quando constituírem atos acessórios de obrigações tributadas ou isentas;

i) em qualquer caso:

1. o aval;

2. as garantias em favor de servidores públicos, prestadas para efeito de exercício dos respectivos cargos;

3. as garantias prestadas para efeito de pagamento parcelado de débitos ou de interposição de recursos, em processos fiscais;

4. as cauções de ações de sociedades anônimas ou em comandita por ações, feitas para o fim de garantir a gestão de seus diretores;

5. as cauções de títulos de capitalização ou apólices de seguro de vida, para garantia de empréstimos ou adiantamentos feitos pelas companhias emitentes sobre os respectivos valores de resgate.

7) as duplicatas e triplicatas e que se refere a Lei nº 187, de 15-1-36, assim como o respectivo reconhecimento".

ANEXO II

Taxa de Serviços Públicos

I — Capitania dos Portos:

(Art. 6º da Tab. da C.L.I.S.)

	Cr\$
1. Certificado de arqueação ou internacional de borda livre	5.000,00
2. Inscrição de embarcação nacional até 20 t de registro	1.000,00
3. Registro de embarcação nacional de mais de 20 t de registro	4.000,00
4. Licença anual de embarcação inscrita	5.000,00
5. Licença anual de embarcação registrada	10.000,00
6. Licença anual a estaleiros de construção naval	20.000,00
7. Licença anual a oficinas de construção naval	10.000,00
8. Licenças não especificadas	500,00
9. Termo de vistoria em embarcações, exceto nas empregadas em pequena cabotagem	5.000,00
10. Termo de vistoria em embarcações de qualquer tonelagem, quando requerida no interesse da parte	10.000,00

II — Certidões e Fotocópias:

(Art. 9º da Tab. da C.L.I.S.)

1. Certidões de quitação de tributos federais	500,00
2. Certidões não especificadas, expedidas por repartições públicas, desde que não tributadas em outra parte, por folha	500,00
3. Fotocópia de livro ou documento, extraídas e autenticadas por repartições públicas, por folha de dimensões até 0,22 m x 0,33 m	1.500,00

Notas:

1º) Não incidirão na taxa:

a) as certidões de pagamento da taxa de utilização de faróis, de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 4.202, de 1963;

b) as certidões de depósito expedidas por força do art. 36, § 5º, do Decreto nº 24.637, de 1934;

c) as certidões *ex officio* para aposentadoria e pensões;

d) as certidões *ex officio* passadas no interesse da Justiça ou da Fazenda Nacional;

e) as certidões para habilitação de herdeiros de praças à pensão instituída pelos Decretos-leis nºs 4.319, de 1942 e 4.839, de 1942.

2º) As certidões ou cópias fotostáticas poderão ser fornecidas mediante pedido verbal da parte interessada, devendo, em qualquer caso, ser visadas pelo chefe da repartição ou do setor a que estiver subordinado o funcionário que as houver extraído.

III — Concessão de regalias de pacote:

(Art. 13 da Tab. da C.L.I.S.)	100.000,00
-------------------------------------	------------

IV — Departamento Federal de Segurança Pública:

(Art. 21 da Tab. da C.L.I.S.)

1. Alvará para qualquer fim, exceto o de soltura	2.000,00
2. Atestado de qualquer natureza, exceto de miserabilidade	500,00

3. Auto de exame pericial, a requerimento das partes por folha	100,00
4. Carteira de condutor de veículo:	
a) particular-amador	3.000,00
b) profissional	2.000,00
c) internacional de habilitação	3.000,00
d) não especificadas	1.000,00
5. Carteira de identidade:	
a) comum	500,00
b) para serviço doméstico	200,00
6. Exame médico para qualquer fim	1.000,00
7. Folha corrida	100,00
8. Guia de aquisição, entrega, retirada, trânsito, embarque ou desembarque de explosivos, armas e munições	500,00
9. Licença (anual) para fabrico, comércio, depósito, trânsito ou emprego de explosivos, inclusive fogos de artifício, armas e munições	10.000,00
10. Licença (anual) para fabrico, comércio, ou depósito de inflamáveis petrolíferos e derivados	10.000,00
11. Licença para funcionamento de circos, parques de diversões, <i>dancing</i> , cabarés e semelhante	10.000,00
12. Licença anual para portar arma ou conduzi-la em veículo, exceto quando pedida por autoridades e funcionários públicos em razão de exercício de suas funções	3.000,00
13. Reboque de veículo providenciado pelo Serviço de Trânsito	3.000,00
14. Registro de arma para ser conservada em casa residencial	1.000,00
15. Registro de arma para qualquer outro fim	2.000,00
16. Registro de transferência de propriedade de arma ...	2.000,00
17. Registro de licença de veículo (anual):	
a) de automóvel tipo máximo	3.000,00
b) de automóvel tipo médio	2.000,00
c) de automóvel tipo pequeno	1.000,00
d) de automóvel de aluguel, inclusive camionetas de lotação	1.000,00
e) de auto-caminhão para carga até 1.500 quilos ...	1.000,00
f) de auto-caminhão para carga superior a 1.500 quilos	2.000,00
g) de auto-ônibus	3.000,00
18. Registro de transferência de propriedade de veículo	1.000,00
19. Visto em carteira de motorista emitida fora do local de visto	500,00

V — Departamento Nacional da Propriedade Industrial:

(Art. 22 da Tab. da C.L.I.S.)

1. Depósito de qualquer pedido de patentes ou de registro de marcas ou semelhantes	10.000,00
2. Taxa suplementar por ponto característico que exceder de 10 (dez)	500,00
3. Taxa suplementar pela alteração do relatório ou do desenho, quando não for exigida pela repartição	4.000,00
4. Taxa suplementar pela apresentação, posteriormente ao depósito do pedido, do certificado do país de origem	4.000,00
5. Taxa suplementar por artigo ou produto declarado no exemplar das marcas que exceder de 20 (vinte)	500,00
6. Anotação de transferência	4.000,00
7. Anotação de alteração de nome	2.000,00

8.	Anotação de qualquer contrato de licença para uso ou exploração de patentes ou de marcas	12.000,00
9.	Pedido de licença obrigatória	12.000,00
10.	Anuidade de patente de invenção ou de modelo de utilidade	8.000,00
11.	Contribuição trienal da patente de desenho ou modelo industrial	6.000,00
12.	Pedido de prorrogação do prazo de vigência de patente de modelo de utilidade e de desenho ou modelo industrial	10.000,00
13.	Pedido de prorrogação do prazo de registro de marca, título, nome comercial, insignia, expressão ou sinal de propaganda:	
a)	quando apresentado dentro de seis meses antes do término do prazo de vigência do registro	12.000,00
b)	quando apresentado dentro de três meses depois de vencido o prazo de vigência do registro	15.000,00
14.	Busca pessoal de patentes	2.000,00
15.	Certidão de buscas sobre a existência de marcas	2.000,00
16.	Pedido de caducidade de patente ou registro de marca	20.000,00
17.	Pedido de garantia de prioridade	2.000,00
18.	Pedido de cancelamento de garantia de prioridade	1.500,00
19.	Pedido de registro de recompensa industrial	4.000,00
20.	Pedido de desarquivamento de processo de patente de invenção, modelo de utilidade, desenho ou modelo industrial, quando apresentado dentro de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação do despacho de arquivamento	12.000,00
21.	Pedido de restauração de patente	20.000,00

Nota:

Não incidem no pagamento do tributo as cartas-patentes, os certificados de marca ou de recompensa industrial.

VI — Departamento Nacional da Saúde:

(Art. 23 da Tab. da C.L.I.S.)

1.	Autorização para fabricar produtos, oficiais, equiparados a oficiais e químicos	5.000,00
2.	Concessão de modificação de fórmula, forma farmacêutica ou nome de produto	3.000,00
3.	Licença anual para:	
a)	importar, exportar e reexportar substâncias entorpecentes ou produtos que as contenham	8.000,00
b)	fabricar, extrair, transformar ou purificar substâncias entorpecentes	12.000,00
c)	fabricar especialidades farmacêuticas	6.000,00
4.	Pedido de:	
a)	autorização para fabricar produtos oficiais, equiparados a oficiais e químicos	2.000,00
b)	autorização para fabricar antissépticos, desinfetantes, raticidas, inseticidas, produtos químicos de higiene e toucador	2.000,00
c)	licença anual para fabricar especialidades farmacêuticas	2.000,00
d)	licença para fabricar ligas e metais não preciosos para uso em odontologia	2.000,00
e)	modificação de fórmula, forma farmacêutica ou nome de produto	2.000,00
5.	Transferência de:	
a)	responsabilidade técnica de qualquer produto ...	2.000,00
b)	licença para fabricação de qualquer produto ...	2.000,00

6. Vistoria de substâncias entorpecentes ou de produtos que as contenham e de quaisquer outros produtos, em armazéns alfandegários	3.000,00
7. Exame médico em estrangeiro, nos termos do Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938	3.000,00
8. Expurgo em embarcações (Decreto-lei nº 4.003, de 8 de janeiro de 1962)	50.000,00

VII — Junta de Corretores de Mercadorias;

(Art. 31 da Tab. da C.L.I.S.)

1. Certidão de cotação de mercadorias	500,00
2. Certidões não especificadas, por folha	500,00
3. Certificados de qualquer natureza	500,00
4. Laudos de verificação de qualidade de mercadorias	500,00

30.11.64

LEI Nº 4.506 — DE 30 DE
NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As pessoas físicas, domiciliadas ou residentes no Brasil que tiverem renda líquida anual superior a vinte e quatro vezes o salário-mínimo fiscal, apurada de acordo com a lei, são contribuintes do imposto de renda, sem distinção de nacionalidade, sexo, idade, estado ou profissão.

Art. 2º — VETADO.

Art. 3º — A partir do exercício financeiro de 1965, os valores expressos em cruzeiros, na legislação do Imposto de Renda, serão atualizados anualmente em função de coeficientes de correção monetária estabelecida pelo Conselho Nacional de Economia, desde que os índices gerais de preços se elevem acima de 10% (dez por cento) ao ano ou de 15% (quinze por cento) em um triênio.

Parágrafo único — Os valores expressos, VETADO em salários mínimos, VETADO, serão convertidos em cruzeiros e ficarão sujeitos ao disposto neste artigo.

Art. 4º Os rendimentos de menores serão tributados conjuntamente com os seus pais.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica:

a) aos filhos emancipados;
b) aos filhos de primeiro leito de binuba no exercício do pátrio poder, que poderão apresentar declaração em separado;

c) aos filhos menores que, auferindo rendimento de trabalho, optem pela apresentação da declaração em separado.

§ 2º Os menores serão representados por seus pais ou representante legal.

§ 3º Os rendimentos dos menores só responderão pela parcela de imposto proporcional à relação entre seus rendimentos líquidos e o total da renda bruta declarada conjuntamente com a de seus pais.

Art. 5º Estão isentos do imposto os rendimentos do trabalho auferidos por:

I — Servidores diplomáticos de governos estrangeiros;

II — Servidores de organismos internacionais de que o Brasil faça parte e aos quais se tenha obrigado, por tratado ou convênio, a conceder isenção;

III — Servidor não brasileiro de embaixada, consulado e repartições oficiais de outros países no Brasil, desde que no país de sua nacionalidade seja assegurado igual tratamento a brasileiros que ali exerçam idênticas funções.

Parágrafo único. As pessoas referidas nos itens II e III deste artigo serão contribuintes como residentes no estrangeiro em relação a outros rendimentos produzidos no país.

Art. 6º Os brasileiros serão tributados pelos rendimentos recebidos de governo estrangeiro, quando correspondam à atividade exercida no território nacional.

Art. 7º A partir do exercício financeiro de 1965 inclusive, deixarão de incidir impostos cedulares sobre os rendimentos líquidos declarados pelas pessoas físicas, na forma da lei.

Art. 8º — VETADO.

§ 1º. VETADO.

§ 2º. VETADO.

§ 3º. VETADO.

Art. 9º. Mantidos os abatimentos da renda bruta da pessoa física, previstos na legislação em vigor, fica elevado para 50% (cinquenta por cento) o limite estabelecido no § 2º do art. 14 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

§ 1º. Equiparam-se a juros de dívidas pessoais, para fins de abatimento da renda bruta, as respectivas comissões e taxas pagas a estabelecimentos de crédito.

§ 2º. Na declaração de bens deverão figurar, individualizados e destacadamente, os investimentos previstos no art. 14 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

§ 3º. Sob as mesmas condições de abatimento de prêmio de seguros de vida, poderão ser, igualmente, abatidos da renda bruta das pessoas físicas os prêmios de seguros de acidentes pessoais e os destinados à cobertura de despesas de hospitalização e cuidados médicos e dentários, relativos ao contribuinte, seu cônjuge e dependentes.

§ 4º. Não poderão ser abatidas da renda bruta das pessoas físicas as despesas com hospitalização e cuidados médicos e dentários, quando cobertas por apólices de seguro.

Art. 10. Os rendimentos de trabalho assalariado, a que se refere o artigo 16, a partir de 1º de janeiro de 1965, sofrerão desconto do imposto de renda na fonte, observadas as seguintes normas:

— Isenção até duas vezes o salário-mínimo fiscal, mensais;

II — A partir de duas vezes o salário-mínimo fiscal, mensais, o imposto será calculado, consideradas as deduções relativas a contribuição de previdência do empregado, ao imposto sindical, aos encargos de família, VETADO mediante a aplicação da seguinte tabela:

Entre 2 e 15 vezes — 5%

Acima de 15 vezes — 10%

§ 1º. O imposto de que trata este artigo será cobrado como antecipação do que foi apurado na declaração de rendimentos.

§ 2º. Não haverá obrigação de apresentação da declaração de rendimentos quando o contribuinte tiver percebido durante o ano base exclusivamente rendimentos do trabalho assalariado em importância até Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) e, observado esse limite quando houver auferido, juntamente com os do trabalho assalariado, rendimentos de outras categorias em importância anual não excedente a 3% (três por cento) dos primeiros.

§ 3º. Para efeito do disposto neste artigo, considerar-se-ão, na sua totalidade, os rendimentos previstos no art. 51 desta lei, independentemente dos limites nele estabelecidos.

Art. 11. Os domiciliados no país ausentes no estrangeiro, a serviço da Nação ou por motivo de estudos que receberem rendimentos, em moeda estrangeira, através da Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior ou de qualquerarquia ou sociedade de economia mista, sofrerão desconto do imposto de renda na fonte, de acordo com a seguinte tabela:

CLASSES DE RENDA LÍQUIDA	Taxa	Imposto por faixa de renda	Acumulado	Taxa média efetiva
US\$ 1,00	%	US\$ 1,00	US\$ 1,00	%
Até 300	Isento	—	—	—
De 301 a 600	3	9,00	9,00	1,5
De 601 a 900	5	15,00	24,00	2,66
De 901 a 1.200	7	21,00	45,00	3,75
De 1.201 a 1.500	9	27,00	72,00	4,8
De 1.501 a 1.800	11	33,00	105,00	5,83
De 1.801 a 2.200	13	52,00	157,00	7,13
De 2.201 a 2.700	15	75,00	232,00	8,59
De 2.701 a 3.400	17	111,00	351,00	10,32
De 3.401 a 4.200	19	152,00	503,00	11,97
Acima de 4.200	21	—	—	—

§ 1º Para determinação da renda líquida sujeita à taxaçaõ na fonte, prevista neste artigo, serão admitidos os seguintes abatimentos:

I — Os prêmios de seguro de vida e os destinados à cobertura de despesas com hospitalização e cuidados médicos e dentários até 5% (cinco por cento) da renda bruta, quando comprovados;

II — Os encargos de família, a razão de US\$ 150,00 (cento e cinquenta dólares), mensalmente, para o outro cônjuge e para cada filho menor ou inválido, filha solteira viúva sem arrimo ou abandonada sem recursos pelo marido, descendente menor ou inválido sem arrimo de seus pais, desde que residam no estrangeiro, as expensas do contribuinte;

III — As contribuições para constituição de fundo de beneficência até 1% (um por cento) da renda bruta recebida em dólares;

IV — 20% (vinte por cento), a título de representação, calculados sobre o total de remuneração recebido, salvo em relação aos chefes de missões diplomáticas ou militares, de repartições oficiais ou órgãos de caráter permanente cujas deduções serão admitidas na base de 30% (trinta por cento) do total das respectivas remunerações.

§ 2º Os contribuintes sujeitos à taxaçaõ na fonte, de conformidade com o que dispõe o parágrafo anterior, se não tiverem percebido no ano de base outros rendimentos de qualquer natureza, ficam dispensados de apresentar declaração de renda.

§ 3º Se as pessoas previstas neste artigo perceberem, além dos rendimentos do trabalho taxados na fonte, outros de qualquer natureza, deverão apresentar declaração de renda à Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, incluindo nela, também os rendimentos já taxados em dólares, declaração esta que será encaminhada posteriormente à repartição competente no Brasil para fins de controle.

§ 4º Para a inclusão dos rendimentos do trabalho acima referidos na declaração de renda de que trata o parágrafo anterior, será computada apenas a quinta parte da remuneração total recebida em dólares norte-

americanos, cuja conversão em cruzéis será feita pela taxa média de dólar fiscal adotado no ano de base.

§ 5º O imposto descontado na fonte, de acôrdo com o disposto neste artigo, será convertido em moeda nacional na conformidade do parágrafo anterior e deduzido do total apurado na declaração de rendimentos da pessoa física.

Art. 12. Ficam sujeitas ao imposto de 10% (dez por cento) mediante desconto na fonte, como antecipação do que for apurado na declaração de rendimentos do beneficiário as importâncias superiores a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a pessoas físicas, em cada mês, a título de comissões, corretagens, gratificações, honorários ou remunerações por qualquer serviços prestados quando o beneficiário não seja diretor, sócio ou empregado da fonte pagadora do rendimento, observadas as seguintes regras:

a) quando se tratar de rendimento de qualquer montante relativo ao transporte de carga em veículo de propriedade do beneficiário, o imposto a ser antecipado será cobrado na base de 2% (dois por cento) sobre o frete recebido, em cada pagamento;

b) quando se tratar de rendimentos pagos a vendedores, viajantes comerciais, corretores ou representantes comerciais autônomos, o imposto incidirá sobre a importância correspondente a 70% (setenta por cento) do rendimento bruto;

c) nos demais casos, o imposto incidirá sobre a importância correspondente a 80% (oitenta por cento) do rendimento bruto.

Art. 13. Estão sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte, à razão de 10% (dez por cento):

a) as importâncias pagas ou creditadas mensalmente pelas pessoas jurídicas a pessoas físicas, a título de aluguéis;

b) as importâncias pagas ou creditadas pelas pessoas jurídicas a pessoas físicas, a título de juros, cujo montante exceda em cada semestre a Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros).

§ 1º Os rendimentos de que trata a alínea a serão tributados com a redu-

ção de 20% (vinte por cento), quando os impostos e taxas incidentes sobre bens imóveis forem pagos pelo locatário, e de 40% (quarenta por cento) nos demais casos de locação de propriedades imobiliárias.

§ 2º. As importâncias retidas nos termos deste artigo serão abatidas do imposto apurado na declaração anual da pessoa física.

Art. 14. Ficam sujeitos ao imposto de 30% (trinta por cento), mediante desconto na fonte pagadora, os lucros decorrentes de prêmios em dinheiro obtidos em loterias, mesmo as de finalidade assistencial, inclusive as exploradas diretamente pelo Estado, concursos desportivos em geral, compreendidos os de turfe e sorteios de qualquer espécie, exclusive os de antecipação nos títulos de capitalização e os de amortização e resgate das ações das sociedades anônimas.

Art. 15. A partir do exercício financeiro de 1965, inclusive, fica revogada a cobrança dos adicionais criados pela Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951.

§ 1º A partir do exercício financeiro de 1965, será consignada anualmente no Orçamento da União, até o exercício de 1975, inclusive, cotação de importância equivalente a 20% (vinte por cento) da estimativa da arrecadação do Imposto de Renda, nos termos desta lei, em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), como recursos destinados ao Fundo do Reaparelhamento Econômico de que tratam as Leis nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, nº 1.628, de 26 de junho de 1952 e nº 2.973, de 26 de novembro de 1956.

§ 2º As estações arrecadadoras da União escriturarão como depósito e transferirão, ao Banco do Brasil S.A., à conta e ordem do BNDE, 20% (vinte por cento) do produto do imposto arrecadado nos termos da presente lei.

§ 3º Terminado o exercício financeiro, o Ministro da Fazenda mandará proceder os acertos necessários à fixação exata do montante a ser apropriado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico como gestor do Fundo do Reaparelhamento Econômico.

§ 4º. VETADO.

§ 5º Na liberação do produto decorrente do plano de economia orçamentária ou fundo de reserva que resulte da contenção de despesas orçamentárias, o Poder Executivo utilizará montante de até Cr\$

80.000.000.000,00 (oitenta bilhões de cruzeiros) anuais para satisfazer os débitos acumulados, no BNDE, pelos respectivos setores contemplados no Orçamento.

§ 6º Os contribuintes do Imposto de Renda que tiverem direito à restituição do adicional pago de acordo com o Art. 3º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, na forma estabelecida pelo Art. 1º da Lei nº 1.628, de 26 de junho de 1952, poderão optar, no prazo de 3 (três) anos, a partir desta data, entre o recebimento das Obrigações do Reaparelhamento Econômico, referidas na mencionada Lei nº 1.628, e o recebimento de 20% (vinte por cento) do respectivo valor nominal em títulos do Tesouro Nacional com a cláusula de correção monetária.

§ 7º Para atender no exercício de 1965 ao disposto no parágrafo 1º deste artigo, fica aberto o crédito especial de Cr\$ 121.000.000.000,00 (cento e vinte e um bilhões de cruzeiros), que o Tribunal de Contas registrará e distribuirá automaticamente.

§ 8º. VETADO.

Art. 16. Serão classificados como rendimentos do trabalho assalariado todas as espécies de remuneração por trabalho ou serviços prestados no exercício dos empregos, cargos ou funções referidos no artigo 5º do Decreto-lei número 5.844, de 27 de setembro de 1943 e no art. 16 da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, tais como:

I — Salários, ordenados, vencimentos, soldos, soldadas, vantagens, subsídios, honorários, diárias de deslocamento;

II — Adicionais, extraordinários, suplementações, abonos, bonificações, gorjetas;

III — Gratificações, participações, interesses, percentagens, prêmios e cotas-partes em multas ou receitas;

IV — Comissões e corretagens;

V — Ajudas de custo, diárias e outras vantagens por viagens ou transferência do local de trabalho;

VI — Pagamento de despesas pessoais do assalariado, assim entendidas aquelas cuja dedução ou abatimento a lei não autoriza na determinação da renda líquida;

VII — Aluguel do imóvel ocupado pelo empregado e pago pelo empregador a terceiros, ou a diferença entre o aluguel que o empregador paga pela locação do prédio e o que cobra a menos do empregado pela respectiva sublocação;

VIII — Pagamento ou reembolso do imposto ou contribuições que a lei prevê como encargo do assalariado;

IX — Prêmio de seguro individual de vida do empregado pago pelo empregador, quando o empregado é o beneficiário do seguro, ou indica o beneficiário deste;

X — Verbas, dotações ou auxílios, para representações ou custeio de despesas necessárias para o exercício de cargo, função ou emprego.

XI — Pensões, civis ou militares de qualquer natureza, meios-soldos, e quaisquer outros proventos recebidos do antigo empregador de institutos, caixas de aposentadorias ou de entidades governamentais, em virtude de empregos, cargos ou funções exercidas no passado excluídas as correspondentes aos mutilados de guerra ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira.

Parágrafo único. Serão também classificados como rendimentos de trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pelo atraso no pagamento das remunerações previstas neste artigo.

Art. 17. Não serão incluídos entre os rendimentos tributados de que trata o artigo anterior:

I — As gratificações por quebra de caixa pagas aos tesoureiros e a outros empregados, enquanto manipularem efetivamente valores, desde que em limites razoáveis nessa espécie de trabalho;

II — A indenização por despedida ou rescisão de contrato de trabalho que não exceder os limites garantidos pela Lei;

III — Os proventos de aposentadoria ou reforma quando motivada pelas moléstias enumeradas no item

III do artigo 178 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952;

IV — As indenizações por acidente no trabalho;

V — Os prêmios de seguro de vida em grupo pagos pelo empregador em benefício dos seus empregados;

VI — Os serviços médicos, hospitalares e dentários mantidos ou pagos pelo empregador em benefício dos seus empregados;

VII — A alimentação fornecida gratuitamente pelo empregador aos seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado pela alimentação fornecida e o seu valor de mercado;

VIII — O valor do transporte gratuito, ou subvencionado, fornecido ou pago pelo empregador em benefício dos seus empregados, seus familiares ou dependentes;

IX — Os uniformes, roupas ou vestimentas especiais indispensáveis ao exercício do emprego, cargo ou função, fornecidos pelo empregador gratuitamente ou a preços inferiores ao custo

X — Salário-família, VETADO e aviso prévio pago em dinheiro.

Art. 18. Para a determinação do rendimento líquido, o beneficiário de rendimentos do trabalho assalariado poderá deduzir dos rendimentos brutos:

I — As contribuições para institutos e caixas de aposentadoria e pensões, ou para outros fundos de beneficência;

II — O imposto sindical e outras contribuições para o sindicato de representação da respectiva classe.

III — As contribuições para associações científicas e as despesas com aquisição ou assinatura de livros, revistas e jornais técnicos, VETADO.

IV — As despesas com aquisição de instrumentos, utensílios e materiais necessários ao desempenho de seus cargos, funções, trabalhos ou serviços, quando por conta do empregado;

V — Os gastos pessoais de passagens, alimentação e alojamento, bem como os de transporte de volumes e aluguel de locais destinados a mostruários, nos casos de viagens e estada fora do local de residência

a) até o limite das importâncias recebidas para o custeio desses gastos,

quando pagos pelo empregador, desde que suficientemente comprovados ou justificados;

b) efetivamente comprovados, quando correrem por conta do empregado, ressalvados o disposto na alínea "C";

c) independentemente de comprovação, até 30% (trinta por cento) do rendimento bruto, no caso de caixa-viajante, quando correrem por conta destes.

VI — As despesas pessoais de locomoção de servidores ou empregados que exerçam permanentemente as funções externas de vendedor, propagandista, cobrador, fiscal, inspetor e semelhantes, que exijam constante locomoção, até 5% (cinco por cento) do rendimento bruto, independentemente de comprovação, quando correrem por conta do empregado;

VII — As ajudas de custo e diárias pagas por cofres públicos ou qualquer empregador, destinadas à indenização de gastos de transferência e de instalação do contribuinte e da sua família em localidade diferente daquela em que residia;

VIII — As despesas de representação pagas pelos cofres públicos:

a) para o exercício de funções transitórias no exterior, de duração até seis meses consecutivos;

b) até o limite estabelecido para cada caso, quando se tratar de exercício de funções no exterior por prazo superior a seis meses consecutivos;

IX — As despesas de representação pagas por entidades privadas aos seus dirigentes ou administradores ou a empregados cujas atribuições impliquem gastos desta natureza desde que compreendidas no limite de 15% (quinze por cento) da remuneração mensal fixa a eles devida;

X — As despesas efetivamente realizadas pelo contribuinte para aquisição de uniformes ou roupas especiais exigidas pelo trabalho ou serviço, quando não sejam fornecidas pelo empregador, e desde que não ultrapassem:

a) de 20% (vinte por cento) dos rendimentos brutos, nos casos de cantores e artistas que representem em espetáculos públicos; ou

b) de 5% (cinco por cento) dos rendimentos brutos nos demais casos;

XI — As diferenças de caixa e as perdas efetivamente pagas por tesoureiros ou por outros empregados que manipulem valores, desde que não cobertas por seguro ou por gratificação de quebra de caixa, excluídas as resultantes de ação dolosa do empregado;

XII — Os encargos de juros e amortização dos empréstimos contraídos pelo assalariado para pagar a sua educação, treinamento ou aperfeiçoamento;

XIII — As despesas com ação judicial necessária ao recebimento dos rendimentos, inclusive de advogados, se tiverem sido pagos pelo contribuinte, sem indenização.

XIV — independentemente de comprovação, até 30% (trinta por cento) do rendimento bruto, excluídas as ajudas de custo e diárias de viagem, quando se tratar de mandato eletivo de representação popular.

Parágrafo único. Em relação às pensões civis ou militares, meios-soldos e quaisquer outros proventos recebidos do antigo empregador, ou institutos de aposentadoria ou pensões em virtude de empregos, cargos ou funções exercidas no passado, somente serão admitidas as deduções previstas no item XIII.

Art. 19. Para efeito de tributação poderão ser distribuídos por mais de um exercício financeiro os rendimentos recebidos acumuladamente em determinado ano:

I — Como remuneração de trabalhos ou serviços prestados em anos anteriores e em montante que exceda de 10% (dez por cento) dos demais rendimentos do contribuinte no ano do recebimento, se o recebimento acumulado resultar:

a) de anterior incapacidade financeira do devedor para pagá-los;

b) de disputa judicial ou administrativa sobre o respectivo pagamento;

c) de estipulação contratual prevenindo o recebimento acumulado ou final, nos casos de honorários ou remunerações dos profissionais liberais;

II — Nos casos de prêmios ou winnetas do testamentário, nos inventários que não se encerrem dentro de 18 meses da sua abertura;

III. — No caso de "royalties" e direitos autorais de obras artísticas, didáticas, científicas, urbanísticas, projetos técnicos de construção, instalações ou equipamentos, quando os rendimentos percebidos em determinado ano excederem em mais de 30% (trinta por cento) da média dos mesmos rendimentos nos cinco anos anteriores.

Art. 20. Serão classificados como juros pelo uso ou detenção de capital alheio:

I — Juros fixos ou variáveis, ou quaisquer outras bonificações ou anuidades, de apólices, títulos ou obrigações ao portador ou nominativas, emitidas pelas pessoas jurídicas brasileiras de direito público;

II — Juros fixos ou variáveis, ou outras bonificações ou anuidades, de obrigações ao portador ou nominativas, emitidas por pessoas jurídicas de direito privado, nacionais ou estrangeiras ou por pessoas jurídicas estrangeiras de direito público;

III — Juros de depósitos em dinheiro, a prazo ou a vista, para qualquer fim, seja qual for o depositário;

IV — Juros, fixos ou variáveis, de empréstimos civis ou comerciais garantidos ou não, seja qual for a natureza do bem emprestado e a forma do contrato ou título,

V — Juros de cauções, fianças ou depósitos em garantia de contratos, obrigações ou exercício de profissões, cargos, funções ou empregos, públicos ou privados;

VI — Saldo do balanço de juros em contas correntes mantidas com o mesmo devedor ou depositário;

VII — Juros resultantes da alienação de bens e direitos, quando o adquirente ficar a dever parte ou totalidade do preço;

VIII — Juros compensatórios ou moratórios de qualquer natureza, inclusive os que resultarem de sentença, classificáveis, nos termos da lei, como rendimento de outra categoria;

IX — Lucros nas operações de "report" e "swap";

X — Importâncias pagas ao credor nos contratos de financiamento ou abertura de crédito, a título de reserva dos fundos mutuados, en-

quanto não, são sacados ou a título de comissão ou juros mínimos em contas correntes;

XI — Importâncias pagas pelo devedor ao credor como indenização ou compensação pela liquidação antecipada do empréstimo;

XII — Juro fixo até 12% (doze por cento) ao ano atribuído aos titulares do capital social das cooperativas.

§ 1º Não serão tributados os juros, prêmios, bonificações ou anuidades de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, que gozarem de isenção do imposto de renda, expressamente assegurada ou concedida por lei federal.

§ 2º — Não será equiparado a juros, para efeito de tributação, nos exercícios de 1965 e 1966, o deságio concedido, por pessoa jurídica, na venda ou colocação de debêntures, letras de câmbio ou outros títulos de crédito, o qual fica sujeito, tão-somente, ao imposto descontado na fonte.

§ 3º — Considera-se deságio, para aplicação do Imposto de Renda, a diferença, para menos, entre o valor nominal do título e o preço de venda, ou, no caso de revenda, entre o valor da aquisição e o da respectiva alienação, qualquer que seja a pessoa adquirente.

§ 4º — Não constitui rendimento tributável, quer para a pessoa natural, quer para a pessoa jurídica, a variação do valor dos depósitos em dinheiro, resultante de correção monetária procedida de acordo com o § 3º do art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 21. Serão classificados como alugueis os rendimentos de qualquer espécie oriundos da ocupação, uso ou exploração de bens corpóreos, tais como:

I — Aforamento, locação ou sublocação, arrendamento ou subarrendamento, direito de uso ou passagem de terrenos, seus acréscidos e benfeitorias, inclusive construções de qualquer natureza;

II — Locação ou sublocação, arrendamento ou subarrendamento de pastos naturais ou artificiais, ou campos de invernada;

III — Direito de uso ou aproveitamento de águas privadas, ou da força hidráulica;

IV — Direito de uso ou exploração de películas cinematográficas;

V — Direito de uso ou exploração de outros bens móveis, de qualquer natureza;

VI — Direito de exploração de conjuntos industriais.

Art. 22. Serão classificados como "royalties" os rendimentos de qualquer espécie decorrentes do uso, fruição, exploração de direitos, tais como:

a) direito de colher ou extrair recursos vegetais, inclusive florestais;

b) direito de pesquisar e extrair recursos minerais;

c) uso ou exploração de invenções, processos e fórmulas de fabricação e de marcas de indústria e comércio;

d) exploração de direitos autorais, salvo quando percebidos pelo autor ou criador do bem ou obra.

Parágrafo único. Os juros de mora e quaisquer outras compensações pelo atraso no pagamento dos "royalties" acompanharão a classificação destes.

Art. 23. Serão classificados como aluguéis ou "royalties" todas as espécies de rendimentos percebidos pela ocupação, uso, fruição ou exploração dos bens e direitos referidos nos artigos 21 e 22, tais como:

I — As importâncias recebidas periodicamente ou não, fixas ou variáveis, e as percentagens, participações ou interesses;

II — Os pagamentos de juros, comissões, corretagens, impostos, taxas e remuneração do trabalho assalariado, autônomo ou profissional, feitos a terceiros por conta do locador do bem ou do cedente dos direitos;

III — As luvas, os prêmios, gratificações ou quaisquer outras importâncias pagas ao locador, ou cedente do direito, pelo contrato celebrado.

IV — As benfeitorias e quaisquer melhoramentos realizados no bem locado, e as despesas para preservação dos direitos cedidos, se de acordo com o contrato fizeram parte da compensação pelo uso do bem ou direito;

V — A indenização pela rescisão ou término antecipado do contrato;

VI — O valor locativo do prédio urbano construído, quando cedido seu uso gratuitamente.

§ 1º O preço de compra de móveis ou benfeitorias, ou de qualquer outro bem do locador ou cedente, integrará o aluguel ou "royalty", quando constituir compensação pela anuidade do locador ou cedente à celebração do contrato.

§ 2º Não constitui "royalty" o pagamento do custo da máquina, equipamento ou instrumento patentado.

§ 3º Salvo na hipótese do item IV, as benfeitorias ou melhorias feitas pelo locatário não constituem aluguel para o locador, e para o locatário constituirão aplicação de capital que poderá ser depreciado no prazo de vida útil do bem ou amortizada no prazo do contrato, se este for inferior ao da vida útil do bem.

§ 4º Se o contrato de locação assegura opção de compra ao locatário e prevê a compensação de aluguéis com o preço de aquisição do bem, não serão classificados como aluguéis os pagamentos, ou a parte dos mesmos, que constituem prestação do preço de aquisição.

Art. 24. Para determinação do rendimento líquido, o beneficiário dos aluguéis ou "royalties" poderá deduzir dos rendimentos brutos realizados:

I — Os impostos, taxas e emolumentos federais, estaduais e municipais que incidam sobre o bem ou direito que produzir o rendimento;

II — Os foros e taxas de ocupação, nos casos de enfiteuse;

III — Os juros sobre o saldo devedor do preço pago pela aquisição dos bens ou direitos que produzam os rendimentos;

IV — Os prêmios de seguros dos bens que produzam os rendimentos;

V — As despesas de conservação do bem corpóreo;

VI — As despesas pagas para a cobrança ou recebimento do rendimento;

VII — As despesas de consumo de luz e força, ar condicionado, aqueci-

mento e refrigeração de água, ordenados de zelador e ascensorista, despesas com a manutenção de elevadores e materiais de limpeza e conservação de edifícios de apartamentos, condomínios, vilas ou prédios em ruas particulares, ou as quotas-partes nessas despesas, quando fôr o caso.

§ 1º Presume-se líquido o "royalty" pelo uso ou exploração de invenções, processos ou fórmulas de fabricação e marcas de indústria e comércio, quando pago a pessoa residente ou domiciliada no exterior.

§ 2º Em se tratando de alugueis quando o beneficiário do rendimento fôr pessoa física, as deduções constantes dos itens V e VI não poderão exceder, respectivamente, de 10% (dez por cento) e 5% (cinco por cento) do rendimento bruto declarado.

Art. 25. Os rendimentos recebidos e as deduções pagas sob a forma de extinção de obrigações serão avaliados pelo montante das obrigações extintas, inclusive juros vencidos, se houver.

Art. 26. Os rendimentos derivados de atividades ou transações ilícitas, ou percebidos com infração à lei, são sujeitos a tributação sem prejuízo das sanções que couberem.

Art. 27. A partir de 1º de janeiro de 1966, as pessoas físicas que tiverem receita bruta de exploração conjunta ou separada, de atividade agrícola ou pastoril e das indústrias extrativas vegetal e animal, em valor anual superior a Cr\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), são obrigadas a ter escrituração legalizada de acordo com o artigo 23 e seu parágrafo único do Decreto-lei número 5.844 de 23 de setembro de 1943, para apuração do resultado líquido de suas operações, classificável na cédula "G" da declaração de rendimentos.

§ 1º A inobservância do disposto neste artigo dará às autoridades lançadoras do imposto de renda a faculdade de arbitrar o rendimento líquido com base na receita bruta mediante a aplicação de coeficiente de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), atendida a natureza da atividade exercida.

§ 2º No caso da receita bruta não ultrapassar o limite estabelecido neste artigo, desde que o contribuinte

não tenha optado pela tributação baseada no resultado real da exploração, a autoridade lançadora poderá arbitrar o rendimento líquido em função da receita bruta, mediante a aplicação de coeficiente de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento), atendida a natureza da atividade explorada.

Art. 28. As repartições do Imposto de Renda instituirão um serviço especial de Registro das Pessoas Jurídicas no qual serão obrigatoriamente inscritas todas as empresas que exerçam atividades no território brasileiro com objetivo de lucro.

§ 1º No registro a que se refere este artigo, serão inscritas as pessoas jurídicas mencionadas no art. 27 e parágrafos do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, e art. 176, da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958.

§ 2º Nenhum estabelecimento industrial ou comercial nem mesmo simples depósitos ou escritórios, poderão funcionar no território brasileiro, sem a prévia inscrição da respectiva firma ou sociedade proprietária no Registro das Pessoas Jurídicas mantido pela repartição lançadora do imposto de renda da sua jurisdição.

Art. 29. As firmas individuais que tenham, anualmente, receita bruta inferior a Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) ficam isentas do imposto de renda.

§ 1º As firmas de que trata este artigo, com receita bruta anual superior a Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), ficam equiparadas às pessoas jurídicas, para todos os efeitos legais.

§ 2º Somente serão computados na cédula F da declaração do titular de firma individual os lucros que lhe tenham sido creditados ou pagos.

Art. 30. As sociedades, associações e fundações referidas nas letras a e b do art. 28 do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, gozarão de isenção do Imposto de Renda, desde que:

I — Não remunerem os seus dirigentes e não distribuam lucros a qualquer título;

II — Apliquem integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;

III — Mantêm escrituração das suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que asseguram a respectiva exatidão;

IV — Prestem a administração do imposto as informações determinadas pela lei e recolham os tributos arrecadados sobre os rendimentos por eles pagos.

§ 1.º As pessoas jurídicas referidas neste artigo que deixarem de satisfazer às condições constantes dos itens I e II, perderão, de pleno direito, a isenção.

§ 2.º Nos casos de inobservância do disposto nos itens III e IV as pessoas jurídicas ficarão sujeitas à multa de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), podendo ter a sua isenção suspensa por ato da administração do imposto, enquanto não cumprirem a obrigação.

§ 3.º Sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei, a administração do imposto suspenderá, por prazo não superior a dois anos, a isenção de pessoa jurídica prevista neste artigo que for co-autora de infração a dispositivo da legislação sobre imposto de renda, especialmente no caso de informar ou declarar recebimento de contribuição em montante falso ou de outra forma cooperar para que terceiro sonegue impostos.

§ 4.º Nos casos do parágrafo anterior, se a pessoa jurídica reincidir na infração a autoridade fiscal suspenderá sua isenção por prazo indeterminado.

Art. 31. São isentas do imposto de renda as sociedades cooperativas a seguir enumeradas:

I — De produção ou trabalho agrícola;

II — De beneficiamento e venda, em comum, de produtos agrícolas ou de origem animal ou da pesca;

III — De industrialização de produtos agropecuários dos seus associados;

IV — De compra em comum, para uso dos seus associados, e sem intuito de revenda a terceiros, de animais, plantas, mudas, sementes adubos inseticidas, máquinas, instrumentos, matérias-primas e produtos industrializados destinados à lavoura e à pecuária ou a abastecimento das propriedades agropastoris de seus associados;

V — De seguros mútuos contra geadas, mortandade de gado e outros flagelos;

VI — De crédito agrícola;

VII — De consumo, quando não tenham estabelecimento aberto ao público e vendam exclusivamente aos seus associados;

VIII — Editoras e de cultura intelectual, ainda que mantenham oficinas próprias para compor, imprimir, gravar, brochar e encadernar livros, opúsculos, revistas e periódicos, desde que tais edições e trabalhos gráficos sejam de exclusivo proveito dos associados ou se destinem unicamente a propaganda da sociedade ou instituição cooperativa, sem estabelecimento aberto ao público;

IX — Escolares;

X — De seguros contra acidentes de trabalho.

XI — De construção de habitações populares, para venda unicamente a associados;

XII — De produção ou distribuição de energia elétrica, de transporte e de telecomunicações, em zona rural, para venda ou prestação de serviços exclusivamente a associados.

§ 1.º Cessará de pleno direito a isenção da cooperativa que distribuir dividendos aos seus associados, não se considerando dividendos:

a) o juro fixo até a taxa de 12% (doze por cento) ao ano, atribuído, de acordo com a legislação cooperativista vigente, ao capital social realizado, que poderá ser atualizado monetariamente nos termos do art. 3.º da Lei n.º 4.537, de 16 de julho de 1964;

b) o retorno ou sobra correspondente ao reajustamento de preços pagos ou recebidos de seus associados.

§ 2.º Fica revogada, a partir de 1.º de janeiro de 1965, a isenção do imposto de renda atualmente concedida às demais sociedades cooperativas não enumeradas neste artigo.

Art. 32. Todas as sociedades de economia mista de que participem a União, os Estados, os Municípios ou os Territórios, inclusive por intermédio de autarquias, estarão sujeitas, a partir de 1.º de janeiro de 1965, à tributação dos lucros apurados em cada

ano, relativamente às parcelas atribuídas a seus acionistas que sejam pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, residentes ou domiciliados no Brasil ou no exterior, ficando revogadas as isenções de imposto de renda anteriormente concedidas.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, consideram-se vinculados aos acionistas os lucros apurados anualmente, ainda que não distribuídos.

Art. 33. A isenção de tributação da pessoa jurídica não a exime das demais obrigações previstas na legislação sobre imposto de renda, especialmente as relativas à retenção e recolhimento de impostos sobre rendimentos pagos e prestação de informações.

Art. 34. As pessoas jurídicas, ressalvado o disposto no art. 35, apresentarão anualmente as declarações dos seus rendimentos nos seguintes prazos:

- a) as pessoas jurídicas que optarem pela tributação do lucro presumido, até o último dia útil de fevereiro;
- b) as firmas individuais e sociedades em nome coletivo que não optarem pela tributação do lucro presumido, durante o mês de março;
- c) as demais pessoas jurídicas, durante o mês de abril.

§ 1.º As repartições lançadoras do imposto de renda poderão estabelecer escala para a entrega das declarações, conforme as instruções que forem baixadas pelo Diretor do Imposto de Renda, observados os prazos previstos neste artigo, ficando vedada, nesse caso, a remessa de declaração pelo correio.

§ 2.º No ato da entrega, dentro da escala estabelecida previamente, de acordo com o parágrafo 1.º, a repartição competente para receber a declaração dará o respectivo recibo juntamente com a notificação das quotas para recolhimento do imposto.

§ 3.º O débito a que se refere o parágrafo anterior será apurado mediante a conferência sumária do respectivo cálculo feito na declaração de rendimentos.

§ 4.º Quando for apurado, mediante revisão posterior, que a indicação da receita bruta ou de lucro tributável feita pela pessoa jurídica, na fórmula da sua declaração de rendi-

mentos, o foi com inobservância das disposições legais, a diferença do imposto resultante será cobrada com o acréscimo da multa de 30% (trinta por cento), ressalvada a hipótese de evidente intuito de fraude.

§ 5.º O parágrafo primeiro do artigo 85 do Regulamento do Imposto de Renda, segundo dispõe o parágrafo único do art. 31 da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação: "§ 1.º: Se o imposto for superior a essas quantias, é permitido o pagamento parcelado, em quotas mensais iguais e sucessivas até o máximo de (oito) e nunca inferiores à metade das importâncias indicadas neste artigo.

§ 6.º A primeira quota do imposto poderá ser recolhida no mês seguinte ao da entrega da declaração, de conformidade com a escala fixada.

§ 7.º Nos casos de entrega da declaração de rendimento fora dos prazos estabelecidos de acordo com a presente lei, o imposto deverá ser recolhido de uma só vez, em sua totalidade, sempre que o prazo for excedido de 10 (dez) dias, sem prejuízo das penalidades fiscais aplicáveis na forma da legislação em vigor.

§ 8.º O imposto devido pela pessoa jurídica, em face da sua declaração anual de rendimentos, deverá ser recolhido por meio de guias próprias, assinadas pelos contribuintes ou por seus representantes, dentro dos prazos indicados na notificação.

Art. 35. A firma ou sociedade de qualquer natureza, que instruir a sua declaração anual de rendimentos com o resultado real de suas operações verificado em balanço levantado até 30 de setembro do ano-base é obrigada a apresentar a sua declaração de pessoa jurídica até o último dia útil de janeiro do exercício financeiro em que o imposto for devido.

Parágrafo único. Tratando-se de balanço levantado em outubro ou novembro do ano-base, o prazo de entrega de declaração terminará, respectivamente, no último dia útil de fevereiro ou de março do exercício financeiro a que corresponder o imposto.

Art. 36. Nos casos do artigo anterior, observadas as normas estabelecidas nos parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do artigo 34, o montante do imposto devi-

do pela pessoa jurídica poderá ser recolhido respectivamente em 10 (dez), 9 (nove) e 8 (oito) quotas mensais.

Art. 37. O imposto de Renda, previsto no artigo 18, da Lei número 4.154, de 28 de novembro de 1962, será cobrado à razão de 28% (vinte e oito por cento);

§ 1º As pessoas jurídicas enumeradas nas letras a e b do § 1º do artigo 18 da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, pagarão o imposto de que trata este artigo à razão de 15% (quinze por cento) e de 10% (dez por cento), respectivamente.

§ 2º Considera-se lucro real, para os efeitos desta lei, o lucro operacional da empresa, acrescido ou diminuído dos resultados líquidos de transações eventuais.

Art. 38. Além do imposto de que trata o artigo anterior, será cobrado o imposto de 7% (sete por cento) sobre os lucros distribuídos, sob qualquer título ou forma, exceto os atribuídos ao titular da empresa individual e aos sócios das entidades referidas na letra b do § 1º do artigo 18 da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às bonificações em ações novas resultantes de correção monetária do ativo imobilizado, procedida de acordo com a lei, ou de incorporação de lucros ou reservas, nos termos do art. 83 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

§ 2º Em se tratando de filiais, sucursais ou agências no Brasil, de empresas com sede no estrangeiro, o imposto a que se refere este artigo incidirá sobre os lucros creditados, entregues, pagos ou remetidos à matriz no exterior.

§ 3º As disposições deste artigo não se aplicam às sociedades de qualquer espécie, cuja soma de capital social mais reservas não ultrapassem de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Art. 39. O imposto de que trata o artigo anterior não será exigido das sociedades anônimas de capital aberto assim consideradas as que tenham ações efetivamente cotadas nas Bolsas de Valores e cujo capital, com direito

a voto, pertença na porcentagem mínima de 30% (trinta por cento) a mais de 200 (duzentos) acionistas que não possuam cada um mais de 3% (três por cento) do capital da sociedade e sejam pessoas físicas ou fundos mútuos de participação e capitalização.

Parágrafo único. A partir de 1966 a porcentagem de 30% (trinta por cento) sobre o capital com direito a voto e o número de 200 (duzentos) acionistas a que se refere o artigo, será acrescida anualmente de 1% (um por cento) e 20 (vinte) acionistas, até perfezerem o total de 45% (quarenta e cinco por cento) e 500 (quinhentos), respectivamente.

Art. 40. Será classificado como lucro operacional da empresa o resultado auferido em qualquer atividade econômica destinada à venda de bens ou serviços a terceiros tais como:

I — Extração de recursos minerais ou vegetais, pesca, atividades agrícolas e pecuárias;

II — Indústrias de qualquer espécie, construção, serviços de transporte, de comunicações, serviços de energia elétrica, fornecimento de gás e água, exploração de serviços públicos concedidos ou de utilidade pública;

III — Comerciais ou mercantis de compra e venda de quaisquer bens, inclusive imóveis, títulos e valores, distribuição e armazenamento;

IV — Bancárias, de seguros e outras atividades financeiras de serviços de qualquer natureza, inclusive hotéis e divertimentos públicos.

Art. 41. Constituirá lucro operacional o resultado das atividades normais da empresa com personalidade jurídica de direito privado, seja qual for a sua forma ou objeto, e das empresas individuais.

§ 1º São empresas individuais, para os efeitos desta lei:

a) as firmas individuais;

b) as pessoas naturais que explorem em nome individual qualquer atividade econômica, mediante venda a terceiros de bens ou serviços, inclusive:

1 — a compra e venda habitual de imóveis;

2 — a construção de prédios para revenda, ou a incorporação de prédios em condomínio;

3 — a organização de loteamento de terrenos para a venda a prestações, com ou sem construção.

§ 2º Fica revogado, a partir de 1º de janeiro de 1965, o disposto no artigo 81 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, ressalvado o estabelecido no § 3º.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica à venda, promessa de compra e venda e à cessão de direitos de promessa de compra e venda de propriedades imobiliárias, cujos contratos tenham sido celebrados até 31 de dezembro de 1964, devendo o lucro apurado nessas operações ser tributado da forma estipulada no artigo 81 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Art. 42. O lucro operacional determina-se pela escrituração da empresa, feita com observância das prescrições legais.

Art. 43. O lucro operacional apurado será formado pela diferença entre a receita bruta operacional e os custos, as despesas operativas, os encargos, as provisões e as perdas autorizadas por esta lei.

Parágrafo único. Estão excluídos do lucro operacional os proventos em moeda estrangeira ou em títulos e participações acionárias emitidas no exterior, enviadas ao Brasil e correspondentes à prestação de serviços técnicos, de assistência técnica, administrativa e semelhantes, prestados por empresas nacionais a empresas no exterior.

Art. 44. Integram a receita bruta operacional:

I — O produto da venda dos bens e serviços nas transações ou operações de conta própria;

II — O resultado auferido nas operações de conta alheia;

III — As recuperações ou devoluções de custos, deduções ou provisões;

IV — As subvenções correntes, para custeio ou operação, recebidas de pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou de pessoas naturais.

Art. 45. Não serão consideradas na apuração do lucro operacional as despesas, inversões ou aplicações do capital, quer referentes à aquisição ou melhorias de bens ou direitos, quer à

amortização ou ao pagamento de obrigações relativas àquelas aplicações.

§ 1º Salvo disposições especiais, o custo dos bens adquiridos ou das melhorias realizadas, cuja vida útil ultrapasse o período de um exercício deverá ser capitalizado para ser depreciado ou amortizado.

§ 2º Aplicam-se aos custos e despesas operacionais as disposições sobre dedutibilidade de rendimentos pagos a terceiros.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior não se aplica às gratificações ou participações no resultado, atribuídas aos dirigentes ou administradores de pessoa jurídica, que não serão dedutíveis como custos ou despesas operacionais.

Art. 46. São custos as despesas e os encargos relativos à aquisição, produção e venda dos bens e serviços objeto das transações de conta própria, tais como:

I — O custo de aquisição dos bens ou serviços revendidos ou empregados na produção dos bens ou serviços vendidos;

II — Os encargos de depreciação, exaustão e amortização;

III — Os rendimentos pagos a terceiros;

IV — Os impostos, taxas e contribuições fiscais ou parafiscais, exceto o imposto de renda;

V — As quebras e perdas razoáveis, de acordo com a natureza do bem e da atividade, ocorridas na fabricação, no transporte e manuseio;

VI — As quebras ou perdas de estoque por deterioração, obsolescência ou pela ocorrência de riscos não cobertos por seguro, desde que comprovadas:

a) por laudo ou certificado de autoridade sanitária ou de segurança que especifique e identifique as quantidades destruídas ou inutilizadas, e as razões da providência;

b) por certificado de autoridade competente nos casos de incêndios, inundações, ou outros eventos semelhantes;

c) mediante laudo de autoridade fiscal chamada a certificar a destruição de bens obsoletos, inventáveis ou

danificados, quando não houver valor residual apurável.

Art. 47. São operacionais as despesas não computadas nos custos, necessárias à atividade da empresa e a manutenção da respectiva fonte produtora.

§ 1º. São necessárias as despesas pagas ou incorridas para a realização das transações ou operações exigidas pela atividade da empresa.

§ 2º. As despesas operacionais admitidas são as usuais ou normais no tipo de transações, operações ou atividades da empresa.

§ 3º. Somente serão dedutíveis como despesas os prejuízos por desfalque, apropriação indébita, furto, por empregados ou terceiros, quando houver inquérito instaurado nos termos da legislação trabalhista ou quando apresentada queixa perante a autoridade policial.

§ 4º. No caso de empresa individual, a administração do imposto poderá impugnar as despesas pessoais do titular da empresa que não forem expressamente previstas na lei como deduções admitidas, se esse não puder provar a relação da despesa com a atividade da empresa.

§ 5º. Os pagamentos de qualquer natureza a titular, sócio ou dirigente da empresa, ou a parente dos mesmos, poderão ser impugnados pela administração do imposto, se o contribuinte não provar:

a) no caso de compensação por trabalho assalariado, autônomo ou profissional, a prestação efetiva dos serviços;

b) no caso de outros rendimentos ou pagamentos, a origem e a efetividade da operação ou transação.

§ 6º. Poderão ainda ser deduzidas como despesas operacionais as perdas extraordinárias de bens objeto da inversão, quando decorrerem de condições excepcionais de obsolescência de casos fortuitos ou de força maior, cujos riscos não estejam cobertos por seguro, desde que não compensadas por indenizações de terceiros.

§ 7º. Incluem-se, entre os pagamentos de que trata o § 5º, as despesas feitas, direta ou indiretamente, pelas empresas, com viagens para o exterior, equiparando-se os gerentes e dirigentes de firma ou sociedade.

Art. 48. Serão admitidas como custos ou despesas operacionais as despesas com reparos e conservação corrente de bens e instalações destinadas a mantê-los em condições eficientes de operação.

Parágrafo único. Se dos reparos, da conservação ou da substituição de partes resultar aumento da vida útil prevista no ato de aquisição do respectivo bem, as despesas correspondentes, quando aquele aumento for superior a um ano, deverão ser capitalizadas, a fim de servirem de base a depreciações futuras.

Art. 49. Não serão admitidas como custos ou despesas operacionais as importâncias creditadas ao titular ou aos sócios da empresa, a título de juros sobre o capital social, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São admitidos juros de até 12% (doze por cento) ao ano sobre o capital, pagos pelas cooperativas de acordo com a legislação em vigor.

Art. 50. Somente serão dedutíveis como custo ou despesas os impostos, taxas e contribuições cobrados por pessoas jurídicas de direito público, ou por seus delegados, que sejam efetivamente pagos durante o exercício financeiro a que corresponderem, ressalvados os casos de reclamação ou de recurso, tempestivos, e os casos em que a firma ou sociedade tenha crédito vencido contra entidades de direito público, inclusive empresas estatais, autarquias e sociedades de economia mista, em montante não inferior à quantia do imposto, taxa ou contribuição devida.

§ 1º. Não será dedutível o Imposto de Renda pago pela empresa, qualquer que seja a modalidade de incidência.

§ 2º. As contribuições de melhoria não serão admitidas como despesas operacionais, devendo ser acrescidas ao custo de aquisição dos bens respectivos.

§ 3º. Os impostos incidentes sobre a transferência da propriedade de bens ou direitos, objeto de inversões, poderão ser considerados, a critério do contribuinte, como despesas operacionais ou como acréscimo do custo de aquisição dos mesmos bens ou direitos.

Art. 51. O valor da remuneração dos sócios-gerentes, diretores ou adminis-

tradores, individual ou colegialmente considerados, de sociedades comerciais ou civis, de qualquer espécie, assim como a dos negociantes em firma individual, não poderá exceder:

I — Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) mensais, quando o capital da firma ou sociedade fôr até Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros);

II — Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) mensais, quando o capital da firma ou sociedade fôr superior a Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) e inferior a Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros);

III — Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) mensais, quando o capital da firma ou sociedade fôr superior a Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) e inferior a Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros);

IV — Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) mensais, quando o capital da firma ou sociedade fôr superior a Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) e inferior a Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros);

V — Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) mensais, quando o capital da firma ou sociedade fôr superior a Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros).

§ 1º. Para efeito de dedutibilidade da remuneração dos sócios-gerentes ou diretores de firmas ou sociedades, na apuração do lucro operacional da empresa, serão observadas as seguintes normas:

a) quando o capital realizado fôr inferior a Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o total de diretores ou gerentes não poderá exceder o número de 3 (três) beneficiados;

b) quando o capital realizado ficar compreendido entre Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) e Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), o total de diretores ou gerentes não poderá exceder o número de 5 (cinco) beneficiados;

c) quando o capital realizado ultrapassar de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), o total de di-

retores ou sócios-gerentes não poderá exceder o número de 7 (sete) beneficiados.

§ 2º. A remuneração de cada um dos conselheiros fiscais ou consultivos de sociedades comerciais ou civis, de qualquer espécie, não poderá ultrapassar a Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) anuais.

Art. 52. As importâncias pagas a pessoas jurídicas ou naturais domiciliadas no exterior a título de assistência técnica, científica, administrativa ou semelhante, quer fixas quer como percentagens da receita ou do lucro, somente poderão ser deduzidas como despesas operacionais quando satisfizerem aos seguintes requisitos:

a) constarem de contrato por escrito registrado na Superintendência da Moeda e do Crédito;

b) corresponderem a serviços efetivamente prestados à empresa através de técnicos, desenhos ou instruções enviados ao país, ou estudos técnicos realizados no exterior por conta da empresa;

c) o montante anual dos pagamentos não exceder ao limite fixado por ato do Ministro da Fazenda, de conformidade com a legislação específica.

Parágrafo único. Não serão dedutíveis as despesas referidas neste artigo quando pagas ou creditadas:

a) pela filial de empresa com sede no exterior, em benefício da sua matriz;

b) pela sociedade com sede no Brasil a pessoa domiciliada no exterior que mantenha, direta ou indiretamente, o controle de seu capital com direito a voto.

Art. 53. Serão admitidas como operacionais as despesas com pesquisas científicas ou tecnológicas inclusive com experimentação para criação ou aperfeiçoamento de produtos, processos, fórmulas e técnicas de produção, administração ou venda.

§ 1º. Serão igualmente dedutíveis as despesas com prospecção e abate de jazidas ou depósitos, realizadas por concessionários de pesquisas ou lavra de minérios, sob a orientação técnica de engenheiro de minas.

§ 2º. Não serão incluídas como despesas operativas as inversões de capital em terrenos, instalações fixas ou

equipamentos adquiridos para as pesquisas referidas neste artigo.

§ 3º Nos casos previstos no parágrafo anterior, poderá ser deduzida como despesa a depreciação anual ou o valor residual de equipamentos ou instalações industriais no ano em que a pesquisa for abandonada por insucesso, computado como receita o valor do salvado dos referidos bens.

Art. 54. Somente serão admitidas como despesas de propaganda, desde que diretamente relacionadas com a atividade explorada pela empresa:

I — Os rendimentos de trabalho assalariado, autônomo ou profissional, e a aquisição de direitos autorais de obra artística;

II — As importâncias pagas a empresas jornalísticas, correspondentes a anúncios ou publicações;

III — As importâncias pagas a empresas de radiodifusão ou televisão, correspondentes a anúncios, horas locadas, ou programas;

IV — As despesas pagas a qualquer empresa, inclusive de propaganda, desde que sejam registradas como contribuintes do imposto de renda e mantenham escrituração regular.

V — O valor das amostras, tribuáveis ou não pelo Imposto de Consumo, distribuídas gratuitamente por laboratórios químicos ou farmacêuticos, e por outras empresas que utilizem esse sistema de promoção de venda de seus produtos, sendo indispensável:

a) que a distribuição das amostras seja contabilizada, nos livros de escrituração da empresa, pelo preço de custo real;

b) que a saída das amostras esteja documentada com a emissão das correspondentes notas fiscais;

c) que o valor das amostras distribuídas em cada ano não ultrapasse os limites estabelecidos pela Divisão do Imposto de Renda, até o máximo de 5% (cinco por cento) da receita bruta obtida na venda dos produtos, tendo em vista a natureza do negócio.

Parágrafo único. Poderá ser admitido, a critério da Divisão do Imposto de Renda, que as despesas de que trata o item V ultrapassem, excepcional-

mente, os limites previstos na letra c, nos casos de planos especiais de divulgação destinados a produzir efeito além de um exercício, devendo a importância excedente daqueles limites ser amortizada no prazo mínimo de 3 (três) anos, a partir do ano seguinte ao da realização das despesas.

Art. 55. Serão admitidas como despesas operacionais as contribuições e doações efetivamente pagas:

I — As organizações desportivas recreativas e culturais, constituídas para os empregados da empresa.

II — A pessoa jurídica de direito público;

III — As instituições filantrópicas, para educação, pesquisas científicas e tecnológicas, desenvolvimento cultural ou artístico;

IV — Sob a forma de bolsas de estudo e prêmios de estímulo a produção intelectual.

§ 1º Somente serão dedutíveis do lucro operacional as contribuições e doações a instituições filantrópicas de educação, pesquisas científicas e tecnológicas, desenvolvimento cultural ou artístico que satisfaçam aos seguintes requisitos:

a) estejam legalmente constituídas no Brasil e em funcionamento regular;

b) estejam registrados na Administração do Imposto de Renda;

c) não distribuam lucros, bonificações ou vantagens aos seus administradores, mantenedores ou associados, sob qualquer forma ou pretexto;

d) tenham remetido à Administração do Imposto de Renda, no ano anterior ao da doação, se já então constituídas, demonstração da receita e despesa e relação das contribuições ou doações recebidas.

§ 2º Somente poderão ser deduzidas como despesas operacionais as contribuições ou doações sob a forma de prêmios de estímulo a produção intelectual, de bolsas de estudo ou especialização, no país ou no exterior, que sejam concedidos:

a) por intermédio de universidades, faculdades, institutos de educação superior, academias de letras, entidades de classe estabelecimentos de ensino, órgãos de imprensa de grande

circulação, empresas de radiodifusão ou de televisão, sociedades ou fundações de ciência e cultura, inclusive artísticas, legalmente constituídas e em funcionamento no país;

b) mediante concurso público, de livre inscrição pelos candidatos que satisfaçam as condições divulgadas com antecedência, cujo julgamento seja organizado de modo a garantir decisão imparcial e objetiva.

c) a empregados da empresa, desde que freqüentem entidades legalmente constituídas em funcionamento regular, registradas na Administração do Imposto de Renda e que não estejam, direta ou indiretamente, vinculadas à própria empresa.

§ 3º Em qualquer caso, o total das contribuições ou doações admitidas com despesas operacionais não poderá exceder, em cada exercício, de 5% (cinco por cento) do lucro operacional da empresa, antes de computada essa dedução.

Art. 56. Serão dedutíveis como despesas operacionais ou registráveis como complemento do custo de aquisição dos bens ou direitos, conforme o caso, as perdas de câmbio, em relação à taxa de conversão adotada na última correção monetária dos valores do balanço efetivamente verificadas no decurso do ano-base, mediante:

a) compra ou venda de moeda estrangeira ou de valores expressos em moeda estrangeira, desde que efetuada de acordo com a legislação sobre câmbio;

b) a extinção de dívida pela liquidação, total ou parcial, do valor de empréstimo em moeda estrangeira, através da respectiva conversão em moeda nacional, com autorização da Carteira de Câmbio, para a subscção de capital social da empresa devedora.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplicar-se-á igualmente às obrigações contraídas em moeda nacional quando indexadas, ou sujeitas a correção ou atualização monetária.

Art. 57. Poderá ser computada como custo ou encargo, em cada exercício, a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do ativo resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência normal.

§ 1º. A quota de depreciação registrável em cada exercício será estimada pela aplicação da taxa anual de depreciação sobre o custo de aquisição do bem depreciável, atualizado monetariamente, observadas nos exercícios financeiros de 1965 e 1966, as disposições constantes do § 15 do artigo 3º da Lei nº 4.357 de 16 de julho de 1964.

§ 2º. A taxa anual de depreciação será fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar a utilização econômica do bem pelo contribuinte, na produção dos seus rendimentos.

§ 3º. A administração do Imposto de Renda publicará periodicamente o prazo de vida útil admissível a partir de 1º de janeiro de 1965, em condições normais ou médias, para cada espécie de bem, ficando assegurado ao contribuinte o direito de computar a quota efetivamente adequada às condições de depreciação dos seus bens, desde que faça a prova dessa adequação, quando adotar taxa diferente.

§ 4º. No caso de dúvida, o contribuinte ou a administração do imposto de renda poderão pedir pericia do Instituto Nacional de Tecnologia, ou de outra entidade oficial de pesquisa científica ou tecnológica, prevalecendo os prazos de vida útil recomendados por essas instituições, enquanto os mesmos não forem alterados por decisão administrativa superior ou por sentença judicial, baseadas, igualmente, em laudo técnico idôneo.

§ 5º. Com o fim de incentivar a implantação, renovação ou modernização de instalações e equipamentos, o Poder Executivo poderá mediante decreto, autorizar condições de depreciação acelerada, a vigorar durante prazo certo para determinadas indústrias ou atividades.

§ 6º. Em qualquer hipótese, o montante acumulado das cotas de depreciação não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem, atualizado monetariamente.

§ 7º. A depreciação será deduzida pelo contribuinte que suporta o encargo econômico do desgaste ou obsolescência, de acordo com as condições de propriedade, posse ou uso de bem.

§ 8º. A quota de depreciação é dedutível a partir da época em que

o bem é instalado, pôsto em serviço ou em condições de produzir.

§ 9º. Podem ser objeto de depreciação todos os bens físicos sujeitos a desgaste pelo uso ou por causas naturais, ou obsolescência normal, inclusive edifícios e construções.

§ 10. Não será admitida quota de depreciação referente a:

a) terrenos, salvo em relação aos melhoramentos ou construções;

b) prédios ou construções não alugados nem utilizados pelo proprietário na produção dos seus rendimentos, ou destinados à revenda;

c) os bens que normalmente aumentam de valor com o tempo, como obras de arte ou antiguidades.

§ 11. O valor não depreciado dos bens sujeitos à depreciação que se tornarem imprestáveis, ou caírem em desuso, importará na redução do ativo imobilizado.

§ 12. Quando o registro do imobilizado for feito por conjunto de instalação ou equipamentos, sem especificação suficiente para permitir aplicar as diferentes taxas de depreciação de acordo com a natureza do bem, e o contribuinte não tiver elementos para justificar as taxas médias adotadas para o conjunto, será obrigado a utilizar as taxas aplicáveis aos bens de maior vida útil que integrem o conjunto.

§ 13. Não será admitida depreciação dos bens para os quais seja registrada quota de exaustão.

§ 14. A quota de depreciação dos bens aplicados exclusivamente na exploração de minas, jazidas e florestas, registrável em cada exercício, poderá ser determinada de acordo com o § 2º do art. 59, se o período de exploração total da mina, jazida ou floresta for inferior ao tempo de vida útil dos mesmos bens.

Art. 58. Poderá ser computada como custo ou encargo, em cada exercício, a importância correspondente à recuperação do capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração limitada, ou de bens cuja utilização pelo contribuinte tenha o prazo legal ou contratualmente limitado, tais como:

a) patentes de invenção, fórmulas e processos de fabricação, direitos

autorais, licenças, autorizações ou concessões;

b) investimento em bens que, nos termos da lei ou contrato que regule a concessão de serviço público, devem reverter ao poder concedente ao fim do prazo da concessão, sem indenização;

c) custo de aquisição, prorrogação ou modificação de contratos e direitos de qualquer natureza, inclusive de exploração de fundos de comércio;

d) custo das construções ou benfeitorias em bens locados ou arrendados, ou em bens de terceiros, quando não houver direito ao recebimento do seu valor.

§ 1º. A quota anual de amortização será fixada com base no custo de aquisição do direito ou bem, atualizado monetariamente, e tendo em vista o número de anos restantes de existência do direito, observado o disposto no § 1º do artigo 57 desta lei.

§ 2º. Em qualquer hipótese, o montante acumulado das quotas anuais de amortização não poderá ultrapassar o custo de aquisição do direito ou bem, atualizado monetariamente.

§ 3º. Poderão ser também amortizados, no prazo mínimo de 5 (cinco) anos:

a) a partir do início das operações as despesas de organização pré-operacionais ou pré-industriais;

b) o custo de pesquisas referidas no art. 53 e seu § 1º, se o contribuinte optar pela sua capitalização;

c) a partir da exploração da jazida ou mina, se do início das atividades das novas instalações, os custos e as despesas de desenvolvimento de jazidas e minas ou de expansão de atividades industriais que foram classificados como ativo, até o término da construção ou da preparação para exploração;

d) a partir do momento em que é iniciada a operação ou atingida a plena utilização das instalações a parte dos custos, encargos e despesas operacionais registrados como ativo durante o período em que a empresa, na fase inicial de operação, utilizou apenas parcialmente o seu equipamento ou as suas instalações.

§ 4º Se a existência ou exercício do direito, ou a utilização do bem, terminar antes da amortização integral do seu custo, o saldo não amortizado constituirá prejuízo no ano em que se extinguir o direito ou terminar a utilização do bem.

§ 5º Somente são admitidas as amortizações de custos ou despesas que observem as condições estabelecidas nesta lei.

§ 6º Não será admitida amortização de bens, custos ou despesas para os quais seja registrada quota de exaustão.

Art. 59. Poderá ser computada como custo ou encargo, em cada exercício, a importância correspondente à diminuição do valor de recursos minerais e florestais, resultante da sua exploração.

§ 1º A quota anual de exaustão será determinada de acordo com os princípios de depreciação a que se refere o § 1º do art. 57, desta lei, com base:

a) no custo de aquisição ou prospecção, corrigido monetariamente, dos recursos minerais explorados;

b) no custo de aquisição ou plantio, corrigido monetariamente, dos recursos florestais explorados.

§ 2º O montante anual da quota de exaustão será determinado tendo em vista o volume da produção no ano e sua relação com a possança conhecida da mina, ou a dimensão da floresta explorada, ou em função do prazo de concessão ou do contrato de exploração.

§ 3º O proprietário de florestas exploradas poderá optar pela dedução, como quota anual de exaustão, das importâncias efetivamente aplicadas em cada ano no replantio de árvores destinadas ao corte.

§ 4º A quota de exaustão na exploração dos recursos minerais cujo relatório de pesquisa venha a ser aprovado a partir da data de publicação desta lei poderá ser determinada como equivalente a 15% (quinze por cento) da receita bruta ou dos "royalties" pagos a terceiros pelo ração.

§ 5º A receita bruta que servirá de base à quota de exaustão, no caso do

parágrafo anterior, será a correspondente ao valor dos minerais extraídos no local da extração, deduzido dos "royalties" pagos a terceiros pelo direito à exploração da mina.

§ 6º A quota de exaustão, para aquela que recebe "royalties" da exploração das minas referidas no § 4º, será calculada sobre o montante dos "royalties" recebidos, deduzido dos "royalties" porventura pagos a terceiros em relação à mesma mina.

Art. 60. Poderão ser registradas como custo ou despesas operacionais as importâncias necessárias à formação de provisões:

I — Para créditos de liquidação duvidosa;

II — Para responsabilidade pela eventual despedida dos empregados;

III — Para o ajuste do custo de ativos ao valor de mercado, nos casos em que este ajuste é determinado por lei.

Art. 61. A importância dedutível como provisão para créditos de liquidação duvidosa será a necessária a tornar a provisão suficiente para absorver as perdas que provavelmente ocorrerão no recebimento dos créditos existentes ao fim de cada exercício.

§ 1º O saldo adequado da provisão serão fixado periodicamente pela Divisão do Imposto de Renda, a partir de 1º de janeiro de 1965, para vigorar durante o prazo mínimo de um exercício, como percentagem sobre o montante dos créditos verificados no fim de cada ano, atendida a diversidade de operações e excluídos os de que trata o § 4º.

§ 2º Enquanto não forem fixadas as percentagens previstas no parágrafo anterior, o saldo adequado da provisão será de 3% (três por cento) sobre o montante dos créditos, excluídos os provenientes de vendas com reserva de domínio, ou de operações com garantia real podendo essa percentagem ser excedida até o máximo da relação, observada nos últimos 3 (três) anos, entre os créditos não liquidados e o total dos créditos da empresa.

§ 3º As provisões existentes no último balanço, encerrado anteriormente a esta lei, se ultrapassarem os limites do § 2º, deverão ter o excesso eliminado durante os 4 (quatro) anos seguintes.

§ 4º Além da percentagem acima a provisão poderá ser acrescida de:

a) a diferença entre o montante do crédito e a proposta de liquidação pelo concordatário nos casos de concordata, desde o momento em que esta fôr requerida;

b) até 50% (cinquenta por cento) do crédito, nos casos de falência do devedor, desde o momento de sua decretação.

§ 5º Nos casos de concordata ou falência do devedor, não serão admitidos como perdas os créditos que não forem habilitados, ou que tiverem a sua habilitação denegada.

§ 6º Os prejuízos realizados no recebimento de créditos serão obrigatoriamente debitados à provisão referida neste artigo.

Art. 62. A importância dedutível como provisão para responsabilidade pela eventual despedida de empregados será determinada de acordo com as disposições do art. 2º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, correndo obrigatoriamente à conta dessa provisão, desde que haja saldo suficiente, os pagamentos efetuados pela empresa aos empregados, estáveis ou não, a título de indenização trabalhista, nos limites da lei.

Art. 63. No caso de empresas cujos resultados provenham de atividades exercidas parte no País e parte no exterior, somente integrarão o lucro operacional os resultados produzidos no País.

§ 1º Consideram-se atividades exercidas parte no País e parte no exterior as que provierem:

a) das operações de comércio e outras atividades lucrativas iniciadas no Brasil e ultimadas no exterior, ou vice-versa;

b) da exploração de matéria-prima no território nacional para ser beneficiada, vendida ou utilizada, no estrangeiro, ou vice-versa;

c) dos transportes e meios de comunicação com os países estrangeiros.

§ 2º Se a empresa que explora atividade nas condições previstas neste artigo não puder apurar separadamente o lucro operacional produzido no País, será ele estimado ou arbitrado como equivalente a 20% (vinte

por cento) da receita bruta operacional.

Art. 64. As empresas domiciliadas no exterior e autorizadas a funcionar no País somente poderão deduzir como custos ou despesas aqueles realizados por suas dependências no território nacional, bem como:

a) as quotas de depreciação, amortização ou exaustão dos bens situados no País;

b) as provisões, relativas às operações de suas dependências no País.

Parágrafo único. Não serão dedutíveis como custos ou despesas quaisquer adicionais ou reajustamentos de preços após o faturamento original das mercadorias enviadas às suas dependências no País, por empresas com sede no estrangeiro.

Art. 65. As empresas que tenham por objeto a exploração agrícola e pastoril poderão incluir como custos ou despesas operacionais:

I — O custo de demarcação de terrenos, inclusive cercas, muros ou valas;

II — As despesas com a conservação e proteção do solo e das águas inclusive obras de prevenção contra a erosão, canalização de águas e saneamento;

III — O custo do plantio de florestas, quer para proteção do solo, quer para corte;

IV — O custo de construção e manutenção de escolas primárias e vocacionais, hospitais e ambulatórios para os seus empregados;

V — As despesas de qualquer espécie, com fertilizantes;

VI — As despesas com a conservação de prédios residenciais dos titulares da empresa ou dos sócios e diretores que habitem permanentemente a propriedade agrícola ou pastoril;

VII — O valor dos produtos alimentares de produção da propriedade agrícola ou pastoril consumidos na alimentação das pessoas referidas no item anterior, e de seus dependentes.

§ 1º O valor dos prédios residenciais e dos bens de consumo de que tratam os itens VI e VII deste artigo não serão computados como rendimentos das pessoas ali referidas.

§ 2º As empresas agrícolas poderão calcular as quotas anuais de depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas com base na metade do prazo de vida útil desses bens.

Art. 66. As empresas que exploram a venda de propriedade ou direitos imobiliários a prestações ou a construção de imóveis para a venda a prestações deverão destacar na sua escrituração, em relação às prestações recebidas em cada exercício:

- a) os juros;
- b) a parcela correspondente aos custos de aquisição ou construção dos bens ou direitos vendidos;
- c) a parcela do lucro na transação.
- d) a parcela de reajustamento monetário de que trata o art. 57 da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964.

§ 1º Nos casos de construções, poderão ser computadas no custo dos imóveis as despesas efetivamente pagas e as contratadas.

§ 2º No caso de terrenos loteados, sem construção as despesas correspondentes às obras e melhoramentos a que se obrigou a empresa vendedora somente serão computadas no custo dos lotes vendidos na medida em que forem efetivamente pagas.

Art. 67. As companhias de seguro e capitalização poderão computar como encargo de cada exercício, as importâncias destinadas a completar as provisões técnicas para garantia de suas operações, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável.

Art. 68. Para os efeitos da tributação, as importâncias recebidas pelas empresas de navegação nos termos do art. 8º da Lei nº 3.381, de 1958, correspondentes à Taxa de Renovação da Marinha Mercante, não integrarão a receita bruta operacional.

§ 1º As importâncias referidas neste artigo serão registradas como depreciação adicional dos navios a que corresponderem, sem prejuízo da inclusão da depreciação calculada nos termos do art. 57, como custo ou despesa operacional.

§ 2º Não serão computados no lucro operacional os prêmios à construção naval.

Art. 69. Para os efeitos de tributação, não serão computadas no

lucro operacional das empresas de navegação aérea as contribuições de que trata o art. 24 da Lei nº 4.200, de 5 de fevereiro de 1963.

Art. 70. Na determinação do lucro operacional da distribuição, no território brasileiro, de películas cinematográficas estrangeiras, serão observadas as seguintes normas:

I — Considerar-se receita bruta operacional a obtida na atividade de distribuição, excluída, quando for o caso, a parcela do resultado correspondente ao setor de exibição;

II — Os custos ou despesas operacionais correspondentes à participação, a qualquer título, dos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, não poderão ultrapassar de:

- a) 70% (setenta por cento) da receita bruta produzida pelas fitas comuns; e
- b) 80% (oitenta por cento) da receita bruta produzida pelas superproduções, limitadas estas a 12 (doze) em cada ano em relação a cada produtor ou distribuidor.

III — Não serão admitidas como custos ou despesas do distribuidor no País as despesas com as películas cinematográficas inclusive as de frete, direitos aduaneiros, taxas de censura ou fiscalização, cópias e material de propaganda, as quais correrão por conta da participação dos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior.

Art. 71. A dedução de despesas com aluguéis ou "royalties", para efeito de apuração de rendimento líquido ou do lucro real sujeito ao imposto de renda, será admitida:

- a) quando necessárias para que o contribuinte mantenha a posse, uso ou fruição do bem ou direito que produz o rendimento; e
- b) se o aluguel não constituir aplicação de capital na aquisição do bem ou direito, nem distribuição disfarçada de lucros de pessoa jurídica.

Parágrafo único. Não são dedutíveis:

a) os aluguéis pagos pelas pessoas naturais pelo uso de bens que não produzam rendimentos, como o prédio de residência;

b) os aluguéis pagos a sócios ou dirigentes de empresas, e a seus

parentes ou dependentes, em relação à parcela que exceder do preço ou valor do mercado;

c) as importâncias pagas a terceiros para adquirir os direitos de uso de um bem ou direito e os pagamentos para extensão ou modificação do contrato, que constituirão aplicação de capital amortizável durante o prazo do contrato;

d) os "royalties" pagos a sócios ou dirigentes de empresas, e a seus parentes ou dependentes;

e) os "royalties" pelo uso de patentes de invenção, processos e fórmulas de fabricação ou pelo uso de marcas de indústria ou de comércio, quando;

1) Pagos pela filial no Brasil de empresa com sede no exterior, em benefício da sua matriz;

2) Pagos pela sociedade com sede no Brasil a pessoa com domicílio no exterior que mantenha, direta ou indiretamente, controle do seu capital com direito a voto;

f) os "royalties" pelo uso de patentes de invenção, processos e fórmulas de fabricação pagos ou creditados a beneficiário domiciliado no exterior:

1) Que não sejam objeto de contrato registrado na Superintendência da Moeda e do Crédito e que não estejam de acordo com o Código da Propriedade Industrial; ou

2) Cujos montantes excedam dos limites periodicamente fixados pelo Ministro da Fazenda para cada grupo de atividades ou produtos, segundo o grau de sua essencialidade e em conformidade com o que dispõe a legislação específica sobre remessa de valores para o exterior;

g) os "royalties" pelo uso de marcas de indústria e comércio pagos ou creditados a beneficiário domiciliado no exterior:

1) Que não sejam objeto de contrato registrado na Superintendência da Moeda e do Crédito e que não estejam de acordo com o Código da Propriedade Industrial; ou

2) Cujos montantes excedem dos limites periodicamente fixados pelo Ministro da Fazenda para cada grupo de atividade ou produtos, segundo o

grau de sua essencialidade, de conformidade com a legislação específica sobre remessas de valores para o exterior.

Art. 72. Consideram-se formas de distribuição disfarçada de lucros ou dividendos pela pessoa jurídica:

I — A alienação, a qualquer título, a acionista sócio, dirigente ou participante nos lucros de pessoa jurídica, ou aos respectivos parentes ou dependentes de bem ou direito, por valor notoriamente inferior ao de mercado;

II — A aquisição, de qualquer das pessoas referidas no artigo anterior, de bem ou direito por valor notoriamente superior ao de mercado;

III — O pagamento de remuneração por trabalho assalariado, autônomo ou profissional, que não corresponda a serviços efetivamente prestados;

IV — O pagamento de aluguéis ou "royalties" a qualquer das pessoas referidas no item I que não corresponda ao efetivo uso, exploração ou fruição de bem ou direito, ou em montante que exceda o valor do mercado;

V — O pagamento de despesas particulares das pessoas referidas no item I, salvo quando satisfizerem as condições legais para serem classificadas com remuneração do trabalho assalariado, autônomo ou profissional;

VI — O não exercício de direito à aquisição de bem ou direito pertencentes a qualquer das pessoas referidas no item I quando dele resultar a perda do sinal, depósito em garantia, ou importância paga para obter opção de aquisição;

VII — Os empréstimos concedidos a quaisquer das pessoas referidas no item I, se a pessoa jurídica dispõe de lucros acumulados ou reservas não impostas pela lei, salvo se:

a) revestirem forma escrita;

b) estabelecerem as condições de juros, deságios, indexação ou correção monetária semelhantes aos empréstimos mais onerosos tomados pela pessoa jurídica;

c) sejam resgatados no prazo máximo de três anos.

VIII — A redução do capital social e conseqüente amortização de ações ou quotas, devolução de participação de sócios, antes de decorridos dois anos da incorporação de reservas ou lucros ao capital social;

IX — O resgate, dentro de dois anos da sua emissão, de ações preferenciais resultantes da incorporação de lucros ou reservas ao capital;

X — A transferência aos sócios ou acionistas, sem pagamento ou por valor inferior ao do mercado, do direito de preferência à subscrição de ações no capital de outra sociedade;

XI — A incorporação ao capital, com a conseqüente distribuição de ações, de dividendos fixos ou mínimos de ações preferenciais, devidos há menos de dois anos;

XII — A amortização ou resgate de partes beneficiárias antes de cinco anos da sua emissão, se emitidas para colocação gratuita.

§ 1º O disposto no item VII não se aplica aos empréstimos concedidos a seus acionistas por bancos, empresas de seguro e capitalização, sociedades de crédito ou financiamento, e de investimento.

§ 2º No caso de lucros ou reservas acumuladas após a concessão do empréstimo, o disposto no item VII aplicar-se-á a partir do momento em que atingirem o montante do empréstimo.

§ 3º Nas hipóteses previstas neste artigo, serão classificados como dividendos os lucros distribuídos:

a) nos casos dos itens I e II, a diferença entre o valor de mercado e o de alienação, ou aquisição, respectivamente;

b) nos casos do item III, a remuneração que não corresponder a serviços efetivos;

c) nos casos do item IV, os aluguéis ou "royalties" que não corresponderem ao efetivo uso, exploração ou fruição de bem ou direito ou que excederem do valor do mercado;

d) nos casos do item V as despesas pagas;

e) nos casos do item VI, as importâncias perdidas;

f) nos casos do item VII, a importância mutuada;

g) nos casos do item VIII, o valor das ações, quotas ou participações correspondentes ao aumento do capital, que fôr objeto de redução do capital;

h) nos casos do item IX, o valor das ações resgatadas;

i) nos casos do item X, o valor do direito de transferência, ou a diferença entre esse valor e o pago pelos sócios;

j) nos casos do item XI, o valor dos dividendos incorporados ao capital;

k) nos casos do item XII, o valor da amortização ou resgate.

Art. 73. Sobre os lucros ou dividendos disfarçadamente distribuídos, nos casos previstos no artigo anterior, incidirá o imposto de 50% (cinquenta por cento), sem prejuízo do imposto que couber à pessoa física beneficiada.

Art. 74. A partir do exercício financeiro de 1966, os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas, residentes ou domiciliadas no Brasil, obedecerão a nova classificação, ser estabelecida, para fins estatísticos, pelo Poder Executivo, mediante decreto.

Art. 75. Pela arrecadação do imposto de renda, na fonte, sobre rendimentos do trabalho pagos pelo Estado ou Municípios, ou por suas autarquias, a seus servidores ou a terceiros poderá o Governo Federal, mediante convênio com aquelas entidades, remunerar os serviços prestados, até 10% (dez por cento) do montante que fôr, por essa forma, recolhido.

Art. 76. A partir de 1º de janeiro de 1967 a correção monetária do ativo imobilizado das empresas procedida de acordo com o art. 3º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, não sofrerá nenhum ônus financeiro, a título de imposto ou de empréstimo compulsório.

Parágrafo único. A disposição deste artigo não atinge as prestações pagas a partir de 1º de janeiro de 1967, que correspondem a correções monetárias procedidas anteriormente à referida data.

Art. 77. Ficam desobrigadas de promover a correção monetária de que

trata o art. 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, as sociedades que se encontrarem em concordata, falência, liquidação promovida por autoridades administrativas ou judiciais, e aquelas cujos bens imóveis estejam situados em áreas demarcadas para desapropriação ou em relação aos quais haja processos em andamento visando a esse fim.

Art. 78. O parágrafo 17 do art. 3º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 17. Quando o pagamento na forma dos §§ 7º, 8º e 16 importar em exigência de prestações mensais superiores a 2% (dois por cento) da média mensal da receita bruta da pessoa jurídica, indicada no seu último balanço, o recolhimento do imposto ou as quantias destinadas a subscrição das Obrigações poderão ser limitados ao mínimo de 24 (vinte e quatro) prestações, desde que o aumento de capital seja reduzido ao valor cuja tributação corresponda às aludidas prestações.

Art. 79. A atual Divisão do Imposto de Renda passa a denominar-se Departamento do Imposto de Renda, que será estruturado de acordo com as necessidades dos serviços.

§ 1º O Departamento do Imposto de Renda contará, para o exercício de suas atribuições, com Delegacias e Inspetorias, regionais e seccionais.

§ 2º A estrutura do Departamento do Imposto de Renda bem como a sede e jurisdição dos órgãos subordinados serão estabelecidas em Regulamento aprovado por decreto do Poder Executivo, ficando revogados para esse efeito, os Decretos-leis números 4.042, de 22 de janeiro de 1942, e 6.457, de 2 de maio de 1944.

Art. 80. Nos casos de alteração do exercício social, quando a pessoa jurídica instruir a sua declaração de rendimentos com os resultados de operações correspondentes a período inferior a 12 (doze) meses, ficará sujeita a uma pena compensatória, nunca inferior a Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), se já houver procedido à mudança do exercício social no decurso do triênio precedente.

Parágrafo único. A multa a que se refere este artigo será fixada pela autoridade lançadora, à razão de múltiplos de 1/36 (um trinta e seis avos)

dos lucros anuais correspondentes ao balanço que instruir a declaração, em número igual ao dos meses faltantes para completar 12 (doze) meses.

Art. 81. Fica dispensada a exigência de interstício para efeito de preenchimento dos cargos vagos na série de classes de Agente Fiscal do Imposto de Renda, do Ministério da Fazenda, existentes na data da publicação desta lei, mediante promoção dos funcionários das classes inferiores.

Art. 82. As pessoas físicas que até 30 de abril de 1965 pedirem retificação das respectivas declarações de bens, relativas aos exercícios de 1963 e 1964, para efeito de inclusão de valores, bens e depósitos, mantidos no estrangeiro, e anteriormente omitidos, ficam dispensados de qualquer penalidade.

Parágrafo único. Até 30 de abril de 1965, as pessoas físicas poderão, independentemente de comprovação, atualizar o valor das propriedades agro-pastoris mencionadas em suas declarações de rendimentos e de bens, relativas aos exercícios anteriores, sem que o aumento do valor do patrimônio, resultante desse reajustamento, seja tributável retroativamente.

Art. 83. A penalidade prevista no artigo 18 da Lei número 4.131, de 3 de setembro de 1962, somente será aplicada às pessoas referidas no artigo 17 da mesma lei, que deixarem de cumprir a obrigação nele estabelecida, depois de 30 de abril de 1965.

Parágrafo único. O prazo para os pedidos de retificação de que trata o artigo 23 da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, fica prorrogado até 30 de abril de 1965.

Art. 84. O imposto a que se refere o inciso 3º do art. 96 do regulamento aprovado pelo Decreto número 51.900, de 10 de abril de 1963, será exigido, no exercício de 1965, à razão de 20% (vinte por cento), e, a partir de 1 de janeiro de 1966, à razão de 15% (quinze por cento), ressalvado o disposto no artigo 18 da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964.

Parágrafo único. O imposto a que se refere este artigo, em relação aos rendimentos atribuídos a ações pertencentes a portador identificado, quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto, definida no art. 39 desta lei, será de 15% (quinze por cento) no exercício de 1965 e de 10% (dez

por cento) a partir de 1º de janeiro de 1966.

Art. 85. A variação do valor original dos bens de que trata o art. 29 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, deverá figurar destacadamente no ativo das empresas e não poderá, sob nenhuma forma, ser computada como custo ou despesa operacional.

Art. 86. Ao art. 1º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, é acrescido o seguinte parágrafo:

“§ 9º As Obrigações, a qualquer tempo, poderão ser recebidas, pelo seu valor atualizado, como caução fiscal ou contratual perante quaisquer repartições ou autarquias federais.”

Art. 87. A alíquota de 45% (quarenta e cinco por cento), instituída pelo § 2º do art. 3º, da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, fixada em 60% (sessenta por cento), pelo art. 18 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e exigida aos beneficiários de rendimentos de títulos ao portador que optem pela não-identificação, somente será devida, quanto à diferença excedente da alíquota normal, no mo-

mento do efetivo pagamento ou crédito dos aludidos rendimentos.

Parágrafo único. O imposto descrito na fonte, na forma deste artigo, deverá ser recolhido, pela empresa que o houver retido, dentro do mês seguinte àquele em que houver sido feita a retenção.

Art. 88. VETADO.

Art. 89. O Poder Executivo regulamentará esta Lei dentro do prazo de 30 (trinta) dias, consolidando toda a legislação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 90. As disposições desta Lei entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 1965, salvo as disposições dos artigos 75, 77, 78 e 79, que entram em vigor na data da publicação desta Lei, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.507 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 6.000.000.000,00, para atender ao pagamento do pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o crédito suplementar de Cr\$ 6.000.000.000,00 seis bilhões de cruzeiros), à Verba 2.0.00 — Transferências, Consignação 2.7.00 — Pessoal dos Órgãos da Administração Descentralizada, Subconsignação 2.7.36 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para atender ao pagamento do pessoal do mencionado Órgão, amparado pelas Leis números 3.772, de 13 de junho de 1960 e 4.069, de 11 de junho de 1962.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.508 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 18.079.505,80, para pagamento de gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, a funcionários do Departamento Nacional da Produção Mineral, em decorrência de mandado de segurança.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 18.079.505,80 (dezoito milhões, setenta e nove mil, quinhentos e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para atender ao pagamento da gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, devida no exercício de 1962 a funcionários do Departamento Nacional da Produção Mineral, em decorrência de mandados de segurança.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Mauro Thibau

LEI Nº 4.509 — DE 30 NOVEMBRO DE 1964

Altera dispositivos da Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962, que constitui a Siderúrgica de Santa Catarina S.A., e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 3º, 6º e 8º, *caput*, da Lei n. 4.122, de 27 de agosto de 1962, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de um Diretor-Presidente, livremente escolhido e nomeado pelo Presidente da República, e quatro Diretores, eleitos, em Assembléia-Geral, por quatro anos, podendo ser renovados os mandatos”.

“Art. 6º Além das entidades mencionadas no art. 5º, as pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado, nacionais ou estrangeiras, poderão subscrever ações.

§ 1º Para efeito deste artigo, a União poderá vender em bolsa as ações de sua propriedade.

§ 2º A venda das ações da União em bolsa será condicionada à manutenção da maioria do capital social com direito a voto, em poder de acionistas nacionais.

§ 3º Sempre que houver venda de ações em bolsa, deverá ela ser precedida de editais publicados nos *Diários Oficiais* da União e do Estado de Santa Catarina e nos jornais de grande circulação da sede da sociedade, por três vezes, sendo a primeira com antecedência mínima de vinte dias”.

“Art. 8º Fica o Ministério da Fazenda, através do Tesouro Nacional, autorizado a dar garantias a operações de financiamento

externo destinadas à execução do empreendimento a que se refere esta Lei, até o montante de US\$ 30.000.000.00 (trinta milhões de dólares), ou o equivalente em outra moeda, mais os respectivos juros e despesas”.

Art. 2º Ao art. 4º da Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962, é acrescido o seguinte parágrafo:

“§ 3º Constituída a sociedade, o Representante da União nas Assembleias-Generais passará a ser indicado pela Comissão do Plano do Carvão Nacional”.

Art. 3º O capital social, que fica elevado para vinte bilhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000.000,00), será constituído de ações nominativas, ordinárias e preferenciais, cabendo aos estatutos fixar a forma de integralização, número, vantagens e restrições cabíveis a cada categoria de ações, respeitadas as disposições da presente Lei e ressalvados os direitos das ações já subscritas.

§ 1º E a União autorizada a subscrever a totalidade do capital e elevações futuras, utilizando, para tanto, a dotação global da Comissão do Plano do Carvão Nacional, inscrita nas leis orçamentárias, de conformidade com o art. 7º, § 1º, da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960.

§ 2º A União poderá, a qualquer época, transferir ao Estados, Municípios, Institutos, Autarquias e Sociedades de Economia Mista as ações que subscrever, nos termos desta Lei, independentemente daquelas que cada órgão, por conveniência de sua administração, vier a subscrever.

Art. 4º A sede da sociedade será na cidade de Florianópolis, independentemente da localização da usina, que obedecerá aos critérios técnicos.

Art. 5º O prospecto, estatutos e decretos formarão o conjunto de normas complementares à presente Lei.

Art. 6º (VETADO).

Art. 7º A autorização prevista no art. 8º da Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962, só vigorará enquanto a União ou seus órgãos detiverem a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Daniel Faraco

Mauro Thibau

LEI Nº 4.510 — DE 1º DE DEZEMBRO DE 1964

Reorganiza a Casa da Moeda, e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica transformada em autarquia, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, técnica e financeira, a atual Casa da Moeda, que terá seu fóro no Distrito Federal e será vinculada ao Ministério da Fazenda, através da Direção-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 2º Compete à Casa da Moeda:

I — com exclusividade, a fabricação e o controle:

- a) dos valores relativos à Receita;
- b) dos títulos da Dívida Pública Federal;
- c) da moeda nacional;
- d) de quaisquer outros títulos ou valores da União Federal;

II — a execução de trabalhos de medalharia e outros de natureza artística ou industrial, relacionados com suas atividades específicas.

Parágrafo único. Sem prejuízo dos serviços ou encomendas da União, que serão prioritários em relação a quaisquer outros, a Casa da Moeda poderá executar, mediante o preço que for fixado pelos seus órgãos próprios, trabalhos de sua especialidade, para os Estados, Municípios e outras entidades públicas, bem como para particulares.

Art. 3º Compete à Casa da Moeda, em caráter de exclusividade, a fabricação dos selos postais, ordinários ou comemorativos.

Parágrafo único. Os selos de que trata este artigo serão fabricados nas taxas e quantidades determinadas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e terão os seus temas e características técnicas e artísticas fixadas pela Casa da Moeda, salvo quando se tratar de selos comemorativos, cujos temas serão também determinados pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 4º Cabe à Casa da Moeda a fixação das características técnicas e artísticas da moeda nacional.

Art. 5º A Casa da Moeda terá a seguinte organização básica:

I — Conselho Deliberativo;

II — Diretoria Executiva.

Art. 6º O Conselho Deliberativo, composto de seis membros, será integrado pelo Diretor Executivo da Casa da Moeda, que nele exercerá as funções de presidente, e por representante do Conselho de Segurança Nacional, da Direção-Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Diretoria das Rendas Internas do Ministério da Fazenda e da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Diretor Executivo da Casa da Moeda, a Presidência do Conselho será exercida pelo seu membro mais idoso.

Art. 7º Os membros do Conselho Deliberativo, inclusive o Diretor Executivo da Casa da Moeda, serão nomeados pelo Presidente da República, mediante aprovação prévia do Senado Federal e exercerão mandato de cinco anos, permitida a recondução, à exceção do Diretor-Executivo da Casa da Moeda cuja recondução é permitida mas que será demissível *ad nutum*.

Parágrafo único. O Diretor-Executivo da Casa da Moeda deverá ser pessoa notoriamente familiarizada com as atividades da autarquia, e de reconhecida probidade.

Art. 8º O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana, e suas decisões serão tomadas por maioria de votos, com o *quorum* mínimo de quatro membros, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o voto de qualidade.

§ 1º As deliberações do Conselho serão tomadas sob forma de Resolução e as suas sessões serão secretas sempre que se tratar de assunto que interesse à segurança nacional.

§ 2º Para aprovação das medidas previstas nos incisos IV, V e VII do art. 10, será obrigatório o *quorum* previsto neste artigo, ainda que se trate de reunião extraordinária.

Art. 9º Aos membros do Conselho Deliberativo será atribuída uma retribuição fixa, correspondente à metade do valor do símbolo 2-C, ressalvado o direito de opção pelos vencimentos, proventos, salário e demais vantagens do respectivo cargo ou posto.

§ 1º Além da retribuição prevista neste artigo ser-lhes-á atribuída, por sessão a que comparecerem, até o máximo de quatro sessões mensais, uma gratificação correspondente a 1/10 (um décimo) do valor do símbolo 2-C.

§ 2º O Diretor-Executivo da Casa da Moeda somente perceberá, como membro do Conselho, a gratificação prevista no parágrafo anterior.

Art. 10. Compete ao Conselho Deliberativo:

- I — aprovar o orçamento geral e o programa de trabalho da Casa da Moeda, que lhe serão submetidos pelo Diretor Executivo da autarquia, após pronunciamento dos órgãos técnicos da mesma;
- II — aprovar os projetos e as respectivas discriminações técnicas propostas, planos ou esquemas para investimentos ou quaisquer medidas extraordinárias não compreendidos no orçamento geral ou no programa anual de trabalho;
- III — aprovar os contratos de qualquer natureza a serem celebrados pela autarquia;
- IV — aprovar o Regimento Geral da Casa da Moeda e os regimentos dos seus vários órgãos, modificando-os sempre que necessário;
- V — aprovar a criação ou modificação do quadro do pessoal e seu sistema de promoção, submetendo-os ao Presidente da República e quaisquer vantagens financeiras que lhe digam respeito, na medida dos recursos disponíveis;
- VI — aprovar os dispositivos de segurança indispensáveis à execução das tarefas específicas da Casa da Moeda;
- VII — apreciar e emitir parecer fundamentado sobre a prestação anual de Contas do Diretor-Executivo da Casa da Moeda, antes do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;
- VIII — sugerir e aprovar, quando da sua competência, todas as medidas necessárias ao perfeito funcionamento da autarquia, zelando pelo fiel atendimento de suas finalidades.

§ 1º A matéria constante dos incisos I e VI somente poderá ser objeto de deliberação mediante proposta do Diretor-Executivo da Casa da Moeda, ouvidos os seus órgãos próprios.

§ 2º O Diretor-Executivo da Casa da Moeda não terá direito a voto nas deliberações relativas ao inciso VII.

Art. 11. A Diretoria Executiva será integrada basicamente pelos seguintes órgãos, que lhe serão diretamente subordinados:

- I — Procuradoria;
- II — Departamento de Organização e Planejamento;
- III — Departamento de Controle e Estatística;
- IV — Departamento de Produção;
- V — Departamento de Movimentação de Valores;
- VI — Departamento de Serviços Administrativos;
- VII — Escola de Formação, Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal.

Art. 12. Ao Diretor Executivo, além das atribuições previstas nos artigos 4º e 8º, compete a representação legal da autarquia e a direção, orientação e coordenação de todas as atividades da Casa da Moeda.

Art. 13. O Departamento de Movimentação de Valores superintenderá a Tesouraria de Valores da Receita, a Tesouraria de Valores Monetários e a Tesouraria Financeira.

Art. 14. A Escola de Formação, Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal obedecerá aos programas que forem aprovados pelo Conselho Deliberativo e manterá, além dos cursos intensivos ou práticos de aprendizagem, cursos de formação e especialização de pessoal técnico, os quais corresponderão, respectivamente, aos níveis médio e superior.

§ 1º A Escola de Formação, Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal expedirá diploma de conclusão de curso, ou certificado de habilitação, indispensáveis ao ingresso nas séries de classes de natureza técnica, do quadro da autarquia.

§ 2º O Conselho Deliberativo, em ato próprio, definirá as séries e classes às quais se aplicará o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º A Escola de Formação, Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal aplicar-se-á, no que couber, a legislação do ensino industrial.

Art. 15. O controle previsto no art. 2º será exercido pelo Departamento de Controle e Estatística em tudo que se relacionar com a segurança dos.

valores da União e em íntima colaboração com os próprios do Ministério da Fazenda.

Art. 16. As atribuições e competência dos órgãos subordinados à Direção Executiva serão fixadas no Regimento Geral da Casa da Moeda.

Art. 17. Fica instituído o Fundo de Fabricação de Valores que será consignado anualmente a partir de 1968 inclusive no Orçamento-Geral da União destinado a atender a quaisquer despesas da Casa da Moeda.

Art. 18. O Fundo a que se refere o artigo anterior será calculado sobre a previsão da arrecadação dos Impostos de Consumo e do Selo, constante da proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, relativa ao exercício imediatamente anterior, e corresponderá a 0,75% daquela previsão.

§ 1º O Fundo de Fabricação de Valores será depositado pelo Ministro da Fazenda no Banco do Brasil Sociedade Anônima, em nome da Tesouraria Financeira da Casa da Moeda, em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 31 de janeiro e a outra até 31 de julho do respectivo exercício financeiro.

§ 2º Sempre que o Fundo de Fabricação de Valores ultrapassar a previsão das despesas aprovadas pelo Conselho Deliberativo, o saldo verificado em 31 de dezembro de cada ano será recolhido, pela autarquia, como renda eventual da União.

§ 3º A dotação orçamentária correspondente ao Fundo de Fabricação de Valores será considerada automaticamente registrada e distribuída à Tesouraria Financeira da Casa da Moeda, pelo Tribunal de Contas.

Art. 19. Constituem receita da Casa da Moeda:

- a) as dotações orçamentárias ou os créditos autorizados por leis especiais;
- b) o produto de operações de crédito;
- c) os juros de seus depósitos bancários;
- d) as taxas ou rendas provenientes de seus serviços ou da exploração;
- e) as rendas eventuais.

Art. 20. Todos os depósitos da Casa da Moeda serão feitos no Banco do Brasil S. A., ou, na falta deste, em estabelecimento oficial de crédito.

Art. 21. Anualmente, até 31 de março, o Diretor Executivo encaminhará ao Tribunal de Contas da União a prestação global de suas contas relativas ao exercício anterior, na forma do disposto no art. 6º da Lei número 4.370, de 28 de julho de 1964, e no inciso VII do art. 10 desta lei.

Art. 22. O patrimônio da autarquia será constituído dos haveres, bens e papéis da atual Casa da Moeda, bem como de outros bens ou direitos patrimoniais que vier a adquirir.

Art. 23. A Casa da Moeda terá quadro próprio de pessoal, aprovado por decreto do Poder Executivo, observado, no que não contrariar esta lei, o sistema de classificação de cargos instituído pela Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 24. Ressalvado o disposto no art. 42, o ingresso inicial no quadro do pessoal dependerá de concurso público de provas, ou de provas e títulos.

§ 1º A inobservância do disposto neste artigo, além da nulidade de pleno direito do respectivo ato de provimento, acarretará, para o designado e para o Diretor da Casa da Moeda, a responsabilidade solidária na devolução, aos cofres da autarquia, de todas as importâncias que houverem sido pagas em decorrência do provimento.

§ 2º A condição prevista neste artigo poderá ser substituída pela apresentação do diploma ou certificado referidos no § 1º do art. 14, desde que o ingresso no curso ou a participação no exame de habilitação tenham o caráter de concurso público de provas, ou de provas e títulos.

Art. 25. Mediante prévia aprovação do Conselho Deliberativo, poderão ser contratados, pelo prazo e nas condições fixadas no Regimento Geral da Casa da Moeda, técnicos ou especialistas, nacionais ou estrangeiros, selecionados de acordo com as condições no mercado de trabalho.

Art. 26. O Conselho Deliberativo, por proposta do Diretor Executivo, poderá fixar para os servidores dos setores industriais da Casa da Moeda

uma gratificação de produtividade, nos termos e nas condições que forem estabelecidos pelo Regimento Geral da autarquia.

Art. 27. Aplica-se aos servidores da Casa da Moeda ou àqueles que ali tiverem exercício o disposto no § 3.º do art. 7.º da Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, competindo ao Conselho Deliberativo fixar as respectivas gratificações.

Art. 28. Os servidores da Casa da Moeda terão suas aposentadorias, na forma da legislação específica dos servidores públicos civis da União, custeadas pelo Tesouro Nacional, contribuirão obrigatoriamente para o IPASE e gozarão, neste, dos mesmos benefícios e vantagens assegurados aos servidores da administração centralizada.

Art. 29. Aos servidores da autarquia fica assegurada a percepção da percentagem de que trata a Lei nº 3.756, de 20 de abril de 1960, com a restrição prevista no art. 14, e seus parágrafos, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 30. Ficam criados os seguintes cargos de direção, em comissão, a serem integrados no quadro previsto no art. 23:

- um cargo de Diretor Executivo da Casa da Moeda, símbolo 2-C;
- cinco cargos de Diretor de Departamento da Casa da Moeda, símbolo 3-C;
- um cargo de Procurador da Casa da Moeda, símbolo 3-C;
- um cargo de Diretor da Escola de Formação, Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal da Casa da Moeda, símbolo 3-C.

Art. 31. A Casa da Moeda gozará de isenção de direitos de importação do Imposto de Consumo e de qualquer taxa na importação de maquinaria, seus sobressalentes e acessórios, matérias-primas, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramentos, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações.

Parágrafo único. Todos os materiais, equipamentos ou mercadorias importados pela autarquia serão desembaraçados mediante portaria dos Inspectores de Alfândega, independentemente de qualquer outra formalidade ou exigência.

Art. 32. A aquisição de máquinas e os contratos para execução de obras, bem como para a aquisição de materiais destinados a aquele fim, serão precedidos de concorrência pública, nos termos da legislação em vigor.

Art. 33. A Casa da Moeda é isenta do Imposto do Selo em todos os atos em que intervier.

Art. 34. As dotações orçamentárias ou extra-orçamentárias atribuídas à Casa da Moeda serão consideradas automaticamente registradas e distribuídas à sua Tesouraria Financeira, pelo Tribunal de Contas.

Art. 35. Os contratos celebrados pela Casa da Moeda, com a aprovação do Conselho Deliberativo, independem de registro prévio pelo Tribunal de Contas, ao qual serão remetidos por ocasião da prestação de contas do Diretor Executivo, nos termos do art. 6.º da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964.

Art. 36. Os órgãos civis e militares, federais, estaduais e municipais, da administração direta ou das entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, deverão prestar toda colaboração à Casa da Moeda, no sentido de assegurar o cumprimento de suas finalidades.

Parágrafo único. Será passível de suspensão e, na reincidência, de demissão, todo o servidor público federal, de qualquer categoria, que dificultar ou embarçar por qualquer modo o processamento de diligências relacionadas com as atividades da Casa da Moeda, ou, por qualquer outro meio, procurar obstar o cumprimento de suas finalidades.

Art. 37. Os cinco primeiros membros do Conselho Deliberativo terão mandatos de cinco, quatro, três, dois e um ano, respectivamente para os representantes da Direção-Geral da Fazenda Nacional, do Conselho de Segurança Nacional, da Superintendência da Moeda e do Crédito, da Diretoria das Rendas Internas e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 38. Até que a Casa da Moeda esteja aparelhada, o contróle dos valôres previstos no inciso I do art. 2º continuará a ser feito pelos processos atuais.

Art. 39. Ficam mantidos os atuais contratos para fornecimento de papel-moeda, vedada, entretanto, celebração de novos contratos com aquela finalidade.

Art. 40. São transferidos para a autarquia, na data desta Lei, todos os bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio da União que integram o acervo da atual Casa da Moeda.

Parágrafo único. O Poder Executivo formalizará, por ato próprio, a transferência determinada neste artigo.

Art. 41. Até que entre em vigor o Regimento Geral previsto no inciso IV do art. 8º, a Casa da Moeda continuará a reger-se, no que couber, pela atual legislação.

Art. 42. Aos atuais servidores da Casa da Moeda, qualquer que seja sua qualidade ou categoria, bem como aos servidores que, embora pertencendo a outros órgãos da administração federal, estejam em exercício na Casa da Moeda há mais de cinco anos na data da publicação desta lei, fica assegurado o direito de optarem pela sua inclusão no quadro a que se refere o art. 23.

Parágrafo único. A opção será exercida até trinta dias da expiração do prazo a que se refere o § 3º do art. 44, mediante requerimento do interessado, com firma reconhecida, formulado ao Diretor Executivo da Casa da Moeda, e produzirá efeito a partir da expedição do respectivo ato de provimento.

Art. 43. Os servidores que não exercerem o direito de opção, nos termos do artigo anterior, continuarão a fazer parte dos quadros em que se acham integrados na data desta lei, considerando-se extintos, entretanto, no Ministério da Fazenda, à medida em que vagarem, os atuais cargos das séries de classes específicas da Casa da Moeda.

§ 1º Serão consideradas como específicas, para este efeito, às séries de classes integradas pelo pessoal que, anteriormente à Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 pertencia às carreiras profissionais ou às tabelas numéricas de diaristas e mensalistas de que trata o Decreto nº 29.139, de 16 de janeiro de 1951.

§ 2º A extinção de que trata este artigo processar-se-á a partir dos menores níveis de cada série de classes e somente se operará após o aproveitamento do último concursado, ainda não nomeado, na data desta lei.

§ 3º Os servidores não optantes permanecerão em exercício na autarquia, correndo à conta do Fundo de Fabricação de Valôres o pagamento de seus vencimentos e quaisquer outras vantagens a que fizerem jus nos quadros em que se acham integrados, salvo quanto à percentagem prevista na Lei nº 3.756, de 20 de abril de 1960 que lhes continuará a ser paga pelo Ministério da Fazenda, observada a restrição da Lei nº 4.345, de 26 de julho de 1964.

§ 4º Mediante requerimento do funcionário e respeitado sempre o interesse do serviço, poderá o Conselho Deliberativo autorizar, em caráter excepcional, o seu retorno ao Ministério de origem.

§ 5º Aos servidores abrangidos por este artigo, ficam assegurados todos os direitos e vantagens de que forem titulares, inclusive o recebimento da percentagem de que trata a Lei nº 3.756, de 20 de abril de 1960 que lhes será paga, com a restrição prevista na Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, mesmo quando exercerem cargo em comissão ou função gratificada na autarquia.

Art. 44. No prazo de trinta dias, a contar da vigência desta lei, o Diretor-Geral do DASP designará uma comissão especial de cinco membros, que terá a incumbência de receber e examinar, nos termos das Leis números 3.780 de 12 de julho de 1960, e 4.242, de 17 de julho de 1963, os pedidos de readaptação formulados pelos servidores que, na data desta lei, estiverem em exercício na Casa da Moeda.

§ 1º A Comissão Especial será obrigatoriamente integrada por um representante da Comissão de Classificação de Cargos, por um da Divisão de

Classificação de Cargos do DASP, por um do órgão de Classificação de Cargos do Ministério da Fazenda e por dois representantes da atual Casa da Moeda, devendo concluir seus trabalhos no prazo máximo de sessenta dias de sua designação.

§ 2º Os trabalhos da Comissão Especial serão encaminhados diretamente à Comissão de Classificação de Cargos, que os apreciará no prazo máximo de trinta dias, contados do seu recebimento.

§ 3º O quadro do pessoal a que se refere o art. 23 será aprovado no prazo máximo de cento e oitenta dias da vigência desta lei.

§ 4º A readaptação produzirá efeitos a contar da data da publicação do decreto no *Diário Oficial*, para os servidores que não exercerem o direito de opção previsto no art. 42, e da data do ato que os incluir no quadro da autarquia, para os demais.

Art. 45. Aos financiamentos, créditos ou empréstimos que forem obtidos no exterior, pela autarquia, fica autorizado o Poder Executivo a dar garantia ao Tesouro Nacional, até o limite de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), ou seu equivalente em outras moedas.

Art. 46. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial, com vigência de quatro exercícios, de Cr\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros), para atender às despesas de pessoal, construção, aparelhamento, instalação, matérias-primas, funcionamento e demais encargos da presente lei, o qual será aplicado segundo os planos aprovados pelo Conselho Deliberativo da Casa da Moeda.

§ 1º A importância correspondente ao crédito autorizado neste artigo poderá ser entregue à autarquia, em parcelas anuais nunca inferiores aos seguintes montantes:

1965 — Cr\$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de cruzeiros);

1966 — Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros);

1967 — Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros);

1968 — Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros).

§ 2º Até que esteja instalada o Conselho Deliberativo e aprovados os planos a que se refere este artigo, fica o Diretor Executivo da Casa da Moeda autorizado a movimentar o referido crédito até o total de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), para atender a quaisquer despesas da Casa da Moeda, inclusive despesas de pessoal, devendo comprovar a aplicação desse total mediante prestação de contas, observação o disposto no art. 21 e no inciso VII do art. 10.

Art. 47. Como reforço dos recursos ora atribuídos à Casa da Moeda, e com a finalidade de atender a todas as suas despesas, serão consignados no Orçamento Geral da União, nos exercícios de 1966 e 1967, respectivamente, os créditos globais de Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros) e Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros). Na eventualidade de verificar-se anualmente depreciação monetária superior a dez por cento, com os índices que forem reconhecidos pelo Conselho Nacional de Economia, serão aqueles créditos reajustados.

Parágrafo único. Os créditos referidos neste artigo, automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos à Casa da Moeda, serão depositados em conta especial no Banco do Brasil S. A.

Art. 48. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.511 — DE 1º DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o meio circulante, e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A unidade do sistema monetário brasileiro é o "Cruzeiro".

§ 1º. Fica extinta a fração do cruzeiro, denominada "centavo".

§ 2º. As importâncias em dinheiro escrever-se-ão precedidas do símbolo Cr\$.

Art. 2º. O meio circulante é constituído de moedas metálicas e de cédulas.

Art. 3º. As moedas metálicas, que corresponderão aos valores de 1, 2, 5, 10, 20, 50, 100, 200 e 500 cruzeiros terão as suas características técnicas bem como pormenores artísticos determinados pela Casa da Moeda.

Art. 4º. As cédulas serão dos valores de 1.000, 5.000 e 10.000 cruzeiros.

Parágrafo único. Cada cédula conterá, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

No anverso:

"República dos Estados Unidos do Brasil"

"Tesouro Nacional"

"Valor Legal"

No reverso:

"República dos Estados Unidos do Brasil".

Art. 5º. Compete à Casa da Moeda a determinação das características técnicas e artísticas do papel-moeda.

Parágrafo único. Enquanto a Casa da Moeda não iniciar a fabricação do papel-moeda, este terá os seus pormenores fixados pela Junta Administrativa da Caixa de Amortização.

Art. 6º. É vedada, sob qualquer motivo, a cunhagem de moedas comemorativas.

Art. 7º. As moedas de 10, 20 e 50 centavos e as dos antigos cunhos serão desamoedadas de acordo com instruções que forem expedidas pelo Ministro da Fazenda.

Art. 8º. As cédulas de 1, 2, 5, 10, 20, 50, 100, 200 e 500 cruzeiros ora em circulação, serão gradualmente substituídas por moedas metálicas, as cédulas dos demais valores o serão por novos modelos, tão logo a Casa da Moeda inicie a fabricação do papel-moeda.

Art. 9º. É autorizado o Ministro da Fazenda a fixar, anualmente, o limite das moedas metálicas a serem cunhadas pela Casa da Moeda, nos valores estabelecidos no art. 3º desta Lei.

Art. 10. A Caixa de Amortização e a Casa da Moeda deverão manter estoques de cédulas e moedas metálicas.

Art. 11. Sempre que julgar conveniente, a Junta Administrativa da Caixa de Amortização, através de instruções específicas, ordenará o recolhimento de cédulas de determinado valor, estampa e série, observados, para a substituição das cédulas a serem recolhidas, os seguintes prazos e condições:

- nos primeiros seis meses, sem qualquer desconto;
- do sétimo ao décimo-segundo, com desconto de 5%;
- do décimo-terceiro ao décimo-quinto, com desconto de 10%;
- do décimo-sexto ao décimo-oitavo, com desconto de 20%;
- do décimo-nono ao vigésimo-primeiro, com desconto de 40%;
- do vigésimo-segundo ao vigésimo-quarto com desconto de 70%.

Parágrafo único. Perderá, totalmente, o valor, a cédula que não for trocada dentro de dois anos, a contar da publicação da decisão que ordenar o seu recolhimento.

Art. 12. As encomendas de papel-moeda serão efetuadas pela Caixa de Amortização à Casa da Moeda.

Art. 13. É proibido o uso, para qualquer fim, de cheques, vales, bilhetes, bônus, brindes ou qualquer outra forma de impresso, seja qual for a sua procedência ou origem, de natureza particular ou pública, que, de algum modo, se assemelhem às cédulas de papel-moeda ou às moedas metálicas.

§ 1º. A infração deste dispositivo, quando por particular, será punida com multa de cinquenta mil a quinhentos mil cruzeiros, fixada pelo Ministro da Fazenda, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei; quando por autoridade pública, o Ministro da Fazenda instaurará inquérito competente, sendo o fato considerado "crime de responsabilidade".

§ 2º. O Ministério da Fazenda, dentro de sessenta dias, a partir da vigência desta Lei, baixará instruções para a execução deste artigo, determinando, inclusive, a forma de apreensão dos referidos materiais e respectivas matrizes.

Art. 14. A cédula de papel-moeda que contenha marcas, símbolos, desenhos ou quaisquer caracteres a ela estranhos, perderá o poder de circulação, devendo ser substituída por seu valor na Caixa de Amortização, ou em outros órgãos, a critério da Junta Administrativa e de acordo com instruções que esta expedirá.

Art. 15. As parcelas referentes a centavos, atualmente consignadas, quer na escrituração pública, quer na particular, ficam desprezadas para todos os efeitos legais.

Parágrafo único. Nos bancos e estabelecimentos de crédito em que a soma das parcelas desprezadas ultrapassar 50.000 cruzeiros, o total apurado será entregue ao Tesouro Nacional, que o receberá como receita extraordinária.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.512 — DE 1º DE DEZEMBRO
DE 1964

Isenta de imposto de importação equipamento destinado à instalação de uma usina central piloto para beneficiamento de chá.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação para o equipamento relacionado nos Certificados de Cobertura Cambial ns. 18-64-23.599, 18-64-00771, 18.64.25.979, 18.64.28.053 e seus anexos, bem como para os jogos de feltros destinados às máquinas secadoras de chá e para o equi-

pamento de fermentação e transporte de folhas, destinadas à Cooperativa Agrícola de Cotia, sediada em São Paulo, para a instalação de uma usina central piloto de chá, no Município de Registro, Estado de São Paulo.

Art. 2º A isenção de que trata esta lei não abrange o material com similar nacional registrado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Hugo de Almeida Leme

LEI Nº 4.513 — DE 1º DE
DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Instituição, Regime e Fins da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, dentro de noventa dias, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente da República.

Art. 2º A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor será uma entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica, a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os estatutos e o decreto que os aprovar.

Parágrafo único. A União representará-se, no ato da instituição, pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3º A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor gozará de autonomia administrativa e financeira, terá sede e fóro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 4º O Patrimônio da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor será constituído:

a) pelo acervo do Serviço de Assistência a Menores (SAM), bens móveis e imóveis pertencentes à União, atualmente ocupados, administrados ou utilizados por esse Serviço e para cuja doação fica desde logo autorizado o Poder Executivo;

b) dotações orçamentárias e subvenções da União dos Estados e dos Municípios;

c) dotações de autarquias de sociedades de economia mista, de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras;

d) rendas eventuais, inclusive as resultantes da prestação de serviços;

Parágrafo único. Os bens, rendas e serviços da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor são isentos de qualquer imposto federal, estadual ou municipal, nos termos do art. 31, V, da Constituição Federal.

Art. 5º A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tem como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política.

Parágrafo único. As atribuições do atual Serviço de Assistência a Menores passam à competência da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

Art. 6º Fixam-se como diretrizes para a política nacional de assistência a cargo da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, além dos princípios constantes de documentos internacionais, a que o Brasil tenha aderido e que resguardem os direitos do menor e da família:

I — Assegurar prioridade aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos;

II — Incrementar a criação de instituições para menores que possuam características aprimoradas das que informam a vida familiar, e, bem assim, a adaptação, a esse objetivo, das entidades existentes de modo que somente se venha a admitir internamento do menor à falta de instituições desse tipo ou por determinação judicial. Nenhum internamento se fará sem observância rigorosa da escala de prioridade fixada em preceito regimental do Conselho Nacional;

III — Respeitar, no atendimento às necessidades de cada região do País, as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, e atuando como fator positivo na dinamização e autopromoção dessas comunidades.

Art. 7º Competirá à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor:

I — Realizar estudos, inquéritos e pesquisas para desempenho da missão que lhe cabe, promovendo cursos, seminários e congressos, e procedendo ao levantamento nacional do problema do menor;

II — Promover a articulação das atividades de entidades públicas e privadas;

III — Propiciar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar necessário a seus objetivos;

IV — Opinar, quando solicitado pelo Presidente da República, pelos Ministros de Estado ou pelo Poder Legislativo, nos processos pertinentes à concessão de auxílios ou de subvenções, pelo Governo Federal, a entidades públicas ou particulares que se dediquem ao problema do menor;

V — Fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos com êle celebrados;

VI — Fiscalizar o cumprimento da política de assistência ao menor, fixada por seu Conselho Nacional;

VII — Mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda a comunidade na solução do problema do menor;

VIII — Propiciar assistência técnica aos Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas, que a solicitarem.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

Art. 8º Serão órgãos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor:

- o Conselho Nacional (C.N.);
- o Conselho Fiscal (C.F.);
- a Diretoria;
- as Comissões Regionais (C.R.);

Art. 9º O Conselho Nacional compor-se-á de:

I — Seis representantes do Poder Executivo, designados pelo Presidente da República, pelos Ministros da Justiça e Negócios Interiores, Educação e Cultura, Trabalho e Previdência Social, Agricultura e Saúde;

a) o representante do Ministério da Saúde deverá ser o Diretor do Departamento Nacional da Criança;

II — Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, designado por seu Conselho Federal;

III — Um representante de cada uma das seguintes entidades:

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- Conselho Federal dos Assistentes Sociais (CFAS);
- Legião Brasileira de Assistência (LBA);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- Serviço Social Internacional — (SSI);
- União das Associações Familiares (UNAF);
- Associação Brasileira de Crédito Agrícola Rural (ABCAR);
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB);
- Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB);
- Confederação Evangélica do Brasil;
- Confederação das Entidades Representativas da Coletividade Israelita do Brasil;

e mais três pessoas de notório saber, no campo de proteção à família e ao menor, escolhidas em lista de nove, a ser submetida por êsses representantes ao Presidente da República, que as designará.

§ 1º A designação de membro do Conselho Nacional, nos termos deste artigo, será acompanhada da indicação do respectivo suplente.

§ 2º No caso de extinção ou desistência de entidade incluída no item III deste artigo, caberá ao Conselho Nacional, por maioria absoluta de seus membros, designar nova entidade que a substitua.

§ 3º O representante do Presidente da República será o Presidente do Conselho Nacional e, nessa qualidade, Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, com poderes para representá-la em juízo e fora d'êle, ativa e passivamente.

Art. 10. Ao Conselho Nacional competirá:

a) elaborar, no prazo de 30 dias, após sua instalação, os estatutos da Fundação Nacional do Bem-Estar do

Menor, encaminhando-os à aprovação do Presidente da República;

b) definir a política nacional do bem-estar do menor;

c) designar e destituir os membros da Diretoria;

d) aprovar anualmente os planos de trabalho a elle submetidos pela Diretoria e zelar por sua execução;

e) votar anualmente o orçamento e deliberar, após o parecer do Conselho Fiscal, sobre a prestação de contas da Diretoria;

f) autorizar a Diretoria a praticar atos relativos a bens patrimoniais da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que não sejam gravames ou alienação;

g) criar ou extinguir cargos, por proposta da Diretoria, e fixar os proventos e condições gerais da admissão e exoneração dos respectivos servidores, também por proposta da Diretoria;

h) exercer em geral os poderes não atribuídos a outros órgãos por esta Lei e pelos estatutos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor;

i) fixar remuneração dos membros da Diretoria;

j) instituir Comissões Regionais, com a estrutura estabelecida nos estatutos, nomear seus membros e fixar-lhes os proventos.

§ 1º Os membros do Conselho Nacional receberão gratificação por sessão a que comparecerem, fixada pela Presidência da República, além de ajuda para transporte e diárias, quando residentes fora da sede da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

§ 2º O Presidente do Conselho Nacional perceberá, em regime de tempo integral, vencimentos arbitrados pelo mesmo Conselho e aprovados pelo Presidente da República.

CAPÍTULO III

Do Conselho Fiscal

Art. 11. O Conselho Fiscal será composto de:

- um representante do Presidente da República;
- um representante do Ministério da Fazenda; e
- um contador designado pelo Conselho Nacional.

Parágrafo único. Ao Conselho Fiscal compete emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pela Diretoria e sobre a execução das despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho Nacional, dentro dos recursos disponíveis.

CAPÍTULO IV

Da Diretoria

Art. 12. A Diretoria, designada pelo Conselho Nacional, compor-se-á de um Diretor-Geral e quatro Diretores, que trabalharão em regime de tempo integral e terão funções especificadas nos Estatutos.

§ 1º Dois dos quatro Diretores, que serão escolhidos entre pessoas de notória experiência e conhecimento do problema do menor, deverão possuir um destes diplomas: licenciado em pedagogia, assistente social, psicólogo, médico, orientador educacional ou técnico de administração.

§ 2º Os membros dos Conselhos não poderão fazer parte da Diretoria.

§ 3º O Diretor-Geral deverá participar das reuniões do Conselho Nacional, sem direito de voto.

Art. 13. Competirá à Diretoria, pelo voto majoritário dos seus membros:

a) administrar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor com observância do plano de estrutura administrativa, aprovada pelo Conselho Nacional;

b) elaborar os projetos de Planejamento Geral e o Orçamento Anual;

c) aprovar os planos parciais de cada setor;

d) admitir, punir, transferir, remover, exonerar ou demitir os servidores da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

§ 1º Até 30 de outubro de cada ano, a Diretoria submeterá à aprovação do Conselho Nacional seus planos de trabalho e a proposta das despesas a serem efetuadas nos limites da dotação orçamentária para o exercício seguinte.

§ 2º Qualquer modificação na execução orçamentária deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Nacional, mediante proposta fundamentada da Diretoria.

§ 3º A Diretoria deverá, até 31 de março de cada ano, submeter ao Conselho Nacional o relatório do exercício anterior.

CAPÍTULO V

Das Comissões Regionais

Art. 14. As Comissões Regionais, abrangendo um ou mais Estados ou Territórios, serão os órgãos de implantação da política assistencial do menor, adaptando-se às peculiaridades locais. Curadores de menores integrarão essas Comissões.

Parágrafo único. Caberá às Comissões Regionais a administração dos estabelecimentos federais que, nos Estados sob sua jurisdição, estiverem afetos ao SAM à data desta Lei. Poderão as Comissões, mediante prévia aprovação do Conselho Nacional, celebrar convênio com entidades públicas ou privadas para confiar-lhes tal atribuição, assegurada, em qualquer caso, prioridade ao atendimento de menores encaminhados pelo respectivo juizado.

Art. 15. As Comissões Regionais deverão submeter ao Conselho Nacional, até 30 de setembro de cada ano, seus planos de trabalho e proposta orçamentária, e até 28 de fevereiro, os relatórios do exercício anterior.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 16. As entidades que receberem dotações compulsórias, subvenções ou auxílios de qualquer natureza, por parte dos poderes públicos, para a prestação de assistência à família, à infância ou à juventude, serão obrigadas a planejar suas atividades em obediência às diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional e submeter-lhe, anualmente, seus planos de trabalho e o relatório circunstanciado dos serviços executados.

Parágrafo único. O inadimplemento dessa obrigação importará na perda da subvenção ou auxílio.

Art. 17. Os servidores da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, inclusive os membros da Diretoria, serão contratados na conformidade das leis trabalhistas vigentes.

Parágrafo único. As despesas com pessoal não poderão exceder a 10% do total da receita orçamentária da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

Art. 18. O Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, por proposta da Diretoria, poderá requisitar técnicos dentre os serviços federais ou autárquicos da União, para exercerem cargos e funções na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor sob o regime de tempo integral e sem ônus para as entidades públicas a que pertencerem.

Art. 19. Os servidores públicos lotados no SAM, cujos serviços forem julgados dispensáveis pela Diretoria da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, serão apresentados aos órgãos de pessoal dos respectivos Ministérios.

Parágrafo único. Os servidores cuja lotação seja privativa do SAM serão readaptados, em funções compatíveis em qualquer órgão do serviço público federal.

Art. 20. As dotações orçamentárias e os créditos destinados à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor serão considerados registrados pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuídos ao Tesouro Nacional, que os depositará no Banco do Brasil à disposição do Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

Art. 21. As contas da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, com parecer do Conselho Fiscal, serão anualmente sujeitas a exame e aprovação do Tribunal de Contas.

Art. 22. A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, por sua Diretoria ou suas Comissões Regionais, poderá, mediante prévia autorização do Conselho Nacional, firmar acordos ou convênios com os Estados, Territórios e Municípios, através dos respectivos governos, ou com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 23. Os membros dos Conselhos exercerão o cargo por três anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 1º Na primeira reunião após a instalação do Conselho, far-se-á, por sorteio, a designação dos conselheiros a que se referem os itens II e III do artigo 8º, para efeito de fixação de seus mandatos em 1, 2 e 3 anos,

de forma a assegurar anualmente a renovação do Conselho pelo terço.

§ 2º Perderá o mandato o conselheiro, titular ou suplente, que faltar a três sessões ordinárias consecutivas.

§ 3º Perderá o direito de representação a entidade que tiver três representantes com mandatos extintos nos termos do parágrafo anterior.

§ 4º No caso de perda da representação, a maioria absoluta do Conselho escolherá, em votação secreta, a nova entidade a fazer-se representar.

Art. 24. A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor instalar-se-á com sede provisória na cidade do Rio de Janeiro, até sua transferência para o Distrito Federal, o que se dará, impreterivelmente, até 31 de dezembro de 1966.

Art. 25. Em caso de dissolução, os bens da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor reverterão ao Patrimônio da União.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive o Decreto-Lei nº 3.779, de 5 de novembro de 1941.

Brasília, em 1º de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos
Otávio Gouveia de Bulhões
Hugo de Almeida Leme
Flavio Lacerda
Arnaldo Sussekind
Raimundo Brito

LEI Nº 4.514 — DE 1º DE DEZEMBRO DE 1964

Modifica dispositivo do Decreto-lei nº 5.252, de 16 de fevereiro de 1943, que institui com personalidade própria, de natureza autárquica, o Serviço de Navegação da Baía do Prata, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A letra "c" do art. 8º do Decreto-lei nº 5.252, de 16 de fevereiro

de 1943, passa a ter a seguinte redação.

"c" — assinar contratos e autorizar despesas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 4.515 — DE 1º DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Zona de Proteção de Aeroportos.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As propriedades vizinhas dos aeródromos estão sujeitas a restrições especiais.

Parágrafo único. As restrições a que se refere este artigo são relativas ao aproveitamento das propriedades quanto a edificações, instalações, o pouso e a subida de aeronaves.

Art. 2º As restrições às propriedades, previstas no artigo 1º, serão estabelecidas pela autoridade aeronáutica competente, mediante a aprovação de um plano da zona de proteção de cada aeródromo devidamente configurada.

Parágrafo único. Esse plano será aprovado por decreto e transmitido à administração dos Municípios em que se acharem os aeródromos a fim de serem observadas as restrições.

Art. 3º Quando as restrições estabelecidas no plano da zona de proteção do aeródromo impuserem demolições ou impedirem construções de qualquer natureza, terão os proprietários direito a indenização fixada judicialmente na falta de acordo direto.

Art. 4º Considerar-se-á aeródromo toda área de terra, água ou flutuante destinada a chegadas, partidas e movimentos de aeronaves.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Capítulo IX — arts. 133 a 136 —

do Código Brasileiro do Ar (Decreto-lei nº 7.917, de 30 de agosto de 1945) e demais disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Nelson Lavenère Wanderley

LEI Nº 4.516 — DE 1º DE
DEZEMBRO DE 1964

Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criado, com vinculação ao Ministério da Fazenda, o Serviço Federal de Processamento de Dados.

Art. 2º O Serviço Federal de Processamento de Dados terá por objeto a execução, com exclusividade, por processos eletromecânicos ou eletrônicos, de todos os serviços de processamento de dados e tratamento de informações, necessários aos órgãos do Ministério da Fazenda, a execução de serviços congêneres que venha a contratar com outros órgãos da administração federal, estadual ou municipal; a prestação de assessoramento técnico a esses mesmos órgãos, no campo de sua especialidade.

Art. 3º O Serviço Federal de Processamento de Dados terá o capital inicial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) constituído integralmente pela União.

Art. 4º Para constituição do capital inicial do Serviço Federal de Processamento de Dados, a União doará dos bens e direitos que possuir, no Ministério da Fazenda, relacionados com atividades de processamento de dados e informações.

Parágrafo único. O valor dos bens e direitos referidos neste artigo, apurado em avaliação aprovada pelo Ministro da Fazenda, será complementado em dinheiro, utilizando-se os recursos do crédito especial a que se refere o artigo 22.

Art. 5º O capital inicial do Serviço Federal de Processamento de Dados poderá ser aumentado:

I — por incorporação das reservas a que se refere o artigo 18;

II — em decorrência de reavaliação do ativo.

Art. 6º A administração do Serviço Federal de Processamento de Dados será exercida por um Conselho de Administração e um Diretor-Superintendente.

Art. 7º O Conselho de Administração será constituído de um Presidente, com mandato de dois anos, e mais dois membros, igualmente com mandato de dois anos, renováveis pela metade, permitida a recondução de um e outros, por uma vez.

Art. 8º O Conselho de Administração terá poderes normativos e de controle, cabendo-lhe, especialmente:

a) a aprovação prévia de convênios e contratos de prestação de serviços, inclusive os ajustes *pro forma*, a que se refere o artigo 13;

b) a aprovação prévia dos contratos de aquisição ou locação de equipamentos eletromecânicos ou eletrônicos;

c) a autorização de despesas e compras, de valor superior, respectivamente, a cinquenta e a duzentas vezes o maior salário-mínimo vigente no País;

d) a aprovação do número e categoria profissional dos cargos e funções necessários e bastantes ao funcionamento eficiente de cada órgão ou serviço da entidade;

e) a aprovação da forma de admissão dos empregados das diversas categorias profissionais;

f) a aprovação das escalas de salário do pessoal;

g) a aprovação dos padrões de custos para elaboração de orçamentos, convênios e contratos de serviço.

h) a determinação dos balancetes, demonstrativos contábeis, boletins estatísticos e outros elementos de controle, que os diversos órgãos da entidade lhe deverão periodicamente remeter;

i) a aprovação dos balanços anuais, previamente a seu encaminhamento ao Ministro da Fazenda e ao Tribunal de Contas;

j) a aprovação dos aumentos de capital do Serviço, quando não decorrentes de lei especial;

l) a aprovação prévia dos anteprojatos do regimento interno da entidade.

dade e respectivas alterações, a serem submetidos ao Ministro da Fazenda.

Art. 9º. Ao Diretor-Superintendente caberão todas as funções de administração não expressamente reservadas ao Conselho de Administração, de cujas reuniões participará, sem direito a voto.

Art. 10. Os membros do Conselho de Administração e o Diretor-Superintendente serão nomeados e terão remuneração fixada pelo Presidente da República por indicação do Ministro da Fazenda.

Art. 11. Os cargos permanentes do Serviço Federal de Processamento de Dados somente serão provido mediante prova de habilitação ou concursos públicos, na conformidade dos critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. O pessoal do Serviço Federal de Processamento de Dados reger-se-á pela legislação trabalhista, incluído na categoria profissional de industriários, e terá salários fixados com base nas condições do mercado de trabalho, em cada uma das regiões do País em que vier a operar.

Art. 12. O Serviço Federal de Processamento de Dados poderá requisitar funcionários ao Ministério da Fazenda para o exercício de funções técnicas diretamente relacionadas com o processamento de dados.

§ 1º Os servidores requisitados continuarão recebendo pelo Tesouro Nacional os vencimentos e vantagens permanentes relativos aos cargos públicos que ocuparem, podendo, se lhes convier, optar pelo salário pago pelo Serviço Federal de Processamento de Dados.

§ 2º Ressalvada a hipótese do § 1º, o servidor somente poderá perceber, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, o que este estabelecer como pagamento por produção efetiva e participação em lucros, em igualdade de condições com os seus empregados.

§ 3º O disposto neste artigo é extensivo aos servidores dos demais órgãos federais, com os quais o Serviço Federal de Processamento de Dados firmar convênio de prestação de serviços.

Art. 13. As estimativas de créditos orçamentários ou adicionais destinados ao pagamento dos serviços pela presente Lei atribuídos, com exclusividade, ao Serviço Federal de Pro-

cessamento de Dados, serão baseadas em ajustes preliminares, firmados por essa entidade e pela unidade administrativa interessada, dos quais constarão as especificações técnicas, prazos e custos diretos de execução dos trabalhos.

Parágrafo único. Nos ajustes a que se refere este artigo, deduzir-se-á do preço dos serviços a serem prestados ao Ministério da Fazenda a importância relativa:

a) ao valor locativo das áreas que o Serviço Federal de Processamento de Dados eventualmente ocupar em edifícios públicos;

b) ao custo da energia elétrica paga pelo Tesouro Nacional;

c) ao custo da mão-de obra correspondente aos servidores públicos requisitados, calculado segundo os padrões salariais do Serviço Federal de Processamento de Dados.

Art. 14. Os créditos orçamentários ou adicionais destinados aos serviços a que se refere o artigo anterior serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas, devendo os respectivos montantes ser creditados no Banco do Brasil, em conta especial, movimentável exclusivamente pelo Serviço Federal de Processamento de Dados.

§ 1º. O Serviço não poderá efetuar, em cada mês, saques cujo total exceda o duodécimo dos créditos orçamentários, ou a fração do crédito suplementar determinada pelo número de meses que se contarem da data da sua abertura ao término do exercício. Tratando-se de crédito especial, o total dos saques, em cada mês, terá por limite a fração determinada pelo número de meses de sua vigência.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior não exclui a disponibilidade dos saldos mensais anteriores.

§ 3º. Os saques far-se-ão por cheques, assinados pelo Diretor-Superintendente e pelo Presidente do Conselho de Administração.

Art. 15. Mediante representação do órgão interessado, e ouvido o Serviço Federal de Processamento de Dados, o Ministro da Fazenda poderá bloquear na conta especial mencionada no artigo anterior, até determinação em contrário, parcela correspondente a serviços não prestados nos termos e prazos constantes do ajuste a que se refere o artigo 13.

Art. 16. O Poder Executivo ouvirá o Serviço Federal de Processamento

de Dados sobre projetos de lei que possam acarretar repercussão no desempenho das atribuições dessa entidade.

Art. 17. Os administradores e empregados do Serviço Federal de Processamento de Dados, bem como os servidores públicos com exercício nessa entidade, são obrigados a guardar sigilo quanto aos elementos manipulados.

Parágrafo único. Sem prejuízo do que determina a lei civil ou criminal, a violação do sigilo:

- a) constituirá falta grave, para os efeitos da legislação do trabalho;
- b) sujeitará os servidores públicos às penas do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União;
- c) constituirá motivo para destituição de diretores ou membros do Conselho de Administração.

Art. 18. Os lucros líquidos do Serviço Federal de Processamento de Dados constituirão fundo de reserva destinado a atender a aumento de capital da entidade.

Art. 19. O Serviço Federal de Processamento de Dados enviará ao Tribunal de Contas, até 31 de março de cada ano, as suas contas gerais relativas ao exercício anterior.

Parágrafo único. O Tribunal emitirá parecer sobre as contas, e as remeterá ao Congresso Nacional, que, por qualquer de suas Casas, adotará as medidas que entender convenientes.

Art. 20. A entidade ora criada gozará, como serviço público federal, de todas as regalias respectivas, inclusive as relativas a impostos, taxas, direitos aduaneiros, juros moratórios e impenhorabilidade de bens.

Art. 21. Aos financiamentos, créditos ou empréstimos que forem obtidos no exterior, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, fica autorizado o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional, até o limite global de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares) ou seu equivalente em outras moedas.

Art. 22. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), para atender às despesas de instalação e constituição do capital inicial da entidade criada na presente Lei.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será automati-

camente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.517 — DE 2 DE
DEZEMBRO DE 1964

Altera o Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei número 925, de 2 de dezembro de 1938.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ao art. 261 do Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938, são acrescidos os seguintes parágrafos:

“Art. 261

§ 3º Lavrada a parte de ausência a que se referem os arts. 263 e 266, começará a correr o prazo legal para que se consuma o crime de deserção.

§ 4º O prazo previsto no parágrafo anterior será contado a partir de zero hora do dia seguinte ao da verificação da ausência.

§ 5º No espaço de tempo decorrido entre a declaração de ausência e a consumação do crime de deserção a autoridade competente realizará compulsoriamente, diligências no domicílio do ausente e tomará as providências que julgar necessárias a fim de que ele seja compelido a regressar à sua Unidade ou Estabelecimento.

§ 6º Regressando o ausente à sua Unidade ou Estabelecimento nos termos do parágrafo anterior, não se caracterizará o crime de deserção ficando o evento circunscrito à esfera disciplinar.

§ 7º Decorrido o prazo legal sem que o ausente tenha regressado à sua Unidade ou Estabelecimento lavrar-se-á, de tudo, termo circunstanciado que constituirá elemento essencial e supletivo do Termo de Deserção”.

Art. 2º O caput dos arts. 263 e 266 do Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei nº 295 de 2 de dezembro de 1938, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 263. Vinte e quatro horas depois de se verificar a ausência de alguma praça (cadeie, sargento graduado ou soldado), o comandante da respectiva subunidade apresentará uma parte circunstanciada a qual encaminhada imediatamente ao comandante do corpo ou chefia do estabelecimento ou repartição, dará lugar à designação, feita em continuação de dois oficiais de patente para assistirem ao inventário dos objetos deixados e dos extraviados pelo ausente, e que será feito pelo comandante da subunidade dele se lavrando um termo assinado por este e pelas testemunhas e ordenará, concomitantemente, diligências para a recondução do ausente nos termos do § 5º do art. 261".

"Art. 266. Vinte e quatro horas depois de verificar a ausência de qualquer militar da Armada desde que não seja oficial o comandante do navio ou autoridade sob cujas ordens servir mandará proceder ao inventário, designando um oficial que com duas testemunhas idôneas da preferência também oficiais assistam ao ato e ordenará, concomitantemente diligências para a recondução do ausente nos termos do § 5º do artigo 261".

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.518 — DE 2 DE
DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre associados obrigatórios do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os servidores que foram admitidos pelo Conselho Superior e

Caixas Econômicas Federais com idade superior a 36 (trinta e seis) anos, até a data de 26 de junho de 1964, poder o ser inscritos como associados facultativos do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas, desde que fiquem sujeitos a um período de carência de 5 (cinco) anos, para efeitos de benefícios de aposentadoria e pensão.

§ 1º O período de carência é contado dia a dia a partir da data de inscrição, não podendo ser antecipado, excetuando a concessão de aposentadoria por invalidez ao associado facultativo que for acometido de tuberculose ativa, lepra, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia, cardiopatia grave, doença profissional ou acidental em serviço, bem como a de pensão aos seus dependentes.

da fixação do período de carência as

§ 2º Serão computadas, para efeitos contribuições já pagas pelos servidores e recolhidas à conta do S. A. S. S. E.

Art. 2º A contribuição sobre o vencimento dos associados mencionados nesta lei conforme a idade verificada na data da admissão sofrerá acréscimo, durante 10 (dez) anos consecutivos na seguinte proporção:

- a) de 36 a 40 anos — 1% (um por cento);
- b) de 41 a 45 anos — 2% (dois por cento);
- c) de 46 a 50 anos — 3% (três por cento);
- d) de 51 a 55 anos — 4% (quatro por cento).

Parágrafo único. A igual acréscimo de contribuição ficam sujeitas as entidades autárquicas empregadoras.

Art. 3º Qualquer associado que no ato de sua inscrição no Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas conte tempo de serviço público, ficará sujeito a uma contribuição suplementar, durante dez (10) anos consecutivos, incidente sobre o vencimento, nas seguintes bases:

- a) até 5 (cinco) anos — 1% (um por cento);
- b) até 10 (dez) anos — 2% (dois por cento);
- c) até 15 (quinze) anos — 3% (três por cento);
- d) até 20 (vinte) anos — 4% (quatro por cento).

Art. 4º Os proventos de aposentadoria dos associados de que trata o art. 3º da Lei nº 3.149, de 21 de maio de 1957, não poderão ser de valor superior ao fixado por lei para o vencimento do símbolo 1-C.

Parágrafo único. Os Diretores do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais serão inscritos no Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas, como associados facultativos, desde que o requereram no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do respectivo ato de nomeação, hajam sido julgados aptos em exame médico, procedido pelo mesmo Serviço, e tenham menos de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

Art. 5º Não será inscrito, no Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas, o Diretor que, à data do decreto de nomeação, já esteja associado a qualquer outro órgão de previdência, ainda que em decorrência de emprego ou atividade privada, ou que, em consequência de função pública, militar ou civil, tenha aposentadoria ou inatividade remunerada prevista em lei.

Parágrafo único. Resalvado o disposto neste artigo, o diretor que vier a ser inscrito ficará sujeito a um período de carência de 5 (cinco) anos, para efeito da aposentadoria ou pensão.

Art. 6º O Associado obrigatório ou facultativo que perder o emprego, for suspenso de suas funções ou se licenciar para tratamento de interesses particulares somente poderá continuar a contribuir para o S. A. S. S. E. com direito aos benefícios e vantagens pelo mesmo concedidos, se pagar a contribuição de seguro e mais a que seria devida pela Instituição a que estava vinculado.

Art. 7º Nenhum servidor poderá ser admitido, a qualquer título, no Conselho Superior e nas Caixas Econômicas Federais, sem que prove ter menos de 36 (trinta e seis) anos de idade e haja sido julgado apto em exame médico a ser procedido pelo Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas, sob pena de nulidade de pleno direito do ato e responsabilidade civil, penal e administrativa da autoridade que o praticar.

Art. 8º Os funcionários das Caixas Econômicas Estaduais, bem como os

servidores das Associações de Classe que congreguem exclusivamente economistas, serão inscritos no Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas, como associados facultativos, desde que o requeriram no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data desta lei ou da admissão na entidade empregadora, provem ter menos de 36 (trinta e seis) anos de idade na data de sua admissão, recolham as correspondentes contribuições e hajam sido julgados aptos em exame médico procedido pelo mesmo Serviço.

Parágrafo único. A inscrição desses servidores será feita mediante requerimento do interessado encaminhado pela entidade empregadora com a sua respectiva concordância e declaração de vencimentos.

Art. 9º Para o efeito de aposentadoria dos associados mencionados no artigo anterior, deverá ser considerado o tempo de serviço prestado na respectiva entidade empregadora e os benefícios de aposentadoria e pensão serão concedidos em função da média do salário pago nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, limitado o provento ao máximo da retribuição que corresponder, no serviço público federal, ao atual símbolo 1-C, ou ao que a este vier a ser equivalente.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.519 — DE 2 DE
DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A liquidação por acordo das desapropriações, por utilidade

pública ou interesse social, necessárias à execução dos programas de obras de defesa contra os efeitos da seca, de bens localizados no Nordeste, regular-se-á por esta lei e demais disposições que não a contrarie.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica às desapropriações em consequência de represamento dos rios, nas áreas de interesse do desenvolvimento da produção agrícola, localizadas dentro do polígono federal de secas, compreendendo aquelas a serem cobertas pelas águas açudadas, as destinadas à implantação das barragens e suas obras complementares, as que serão irrigadas e as que se destinam aos postos agrícolas de fomento da produção situadas nestas últimas nas imediações dos açudes.

§ 2º As áreas, objeto do § 1º deste artigo poderão ser acrescidas de uma faixa envoltória com largura máxima de até 500 (quinhentos) metros além dos limites acima definidos.

Art. 2º Após a expedição do decreto declaratório de utilidade pública ou interesse social, será divulgado, em órgão oficial na imprensa do município onde estiver localizada a área objeto da expropriação e afixado à porta da respectiva Prefeitura, edital de convocação de quem se julgue proprietário da referida gleba ou titular de quaisquer direitos que sobre a mesma recaiam ou com ela diretamente se relacionem, estabelecendo o prazo de 30 dias para a necessária comprovação desses direitos.

Parágrafo único. Nesse edital deverá ser caracterizada a área expropriada, sua localização e confrontações, bem assim as benfeitorias nela existentes indicando, separadamente, o valor dessa área e o valor das benfeitorias descritas.

Art. 3º Aos proprietários de bens desapropriados objeto desta lei, será exigido tão somente, a prova da propriedade, a quitação de impostos e a certidão negativa de ônus porventura sobre a mesma incidente.

Art. 4º Em caso de dúvida sobre quem seja o dono das benfeitorias descritas e avaliadas no edital de convocação, o expropriante pagará o preço previsto àquela que apresentar despacho declaratório da autoridade judicial competente, proferido em

processo de justificação testemunhal assistido pelo representante da União e promovido pelo interessado nos termos dos arts. 736, 737 e 738 do Código de Processo Civil.

Art. 5º Na hipótese de não se encontrar atualizada a prova de propriedade da área desapropriada, em virtude exclusivamente de demora na conclusão de processo judicial de qualquer espécie, será reconhecido o domínio a quem apresentar decisão judicial em processo complementar de justificação, nos termos do artigo 4º desta lei.

Art. 6º Na hipótese de contestação de direito de propriedade da área desapropriada, o expropriante pagará as benfeitorias existentes e depositará na agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal mais próxima, o valor do domínio direto referido no edital de convocação dos interessados.

Parágrafo único. Esse depósito só poderá ser movimentado à vista de sentença judicial definitiva declaratória do direito de propriedade.

Art. 7º VETADO.

Parágrafo único VETADO.

Art. 8º Extinto o prazo do edital a que se refere o art. 2º, ou proferida a sentença na justificação a que se refere o art. 4º, será celebrado o termo de acordo com o interessado e lavrada a escritura de venda ou de permuta, cuja transcrição no Registro de Imóveis possibilitará o pagamento da indenização.

Art. 9º Na hipótese de contestação do domínio direto da área expropriada, feito o depósito a que se refere o art. 6º, será lavrado termo de acordo da parte não contestada e lavrada a respectiva escritura, procedendo-se do mesmo modo, logo que resolvido judicialmente o direito ao domínio.

Art. 10. No prazo de 60 dias, a contar do pagamento a que se referem os artigos anteriores, o expropriante remeterá ao Tribunal de Contas uma das vias do respectivo contrato para o competente registro *a posteriori*.

Art. 11. Para o cumprimento desta lei fica modificado para Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) a autorização prevista na letra "g" do art. 11, da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.

Art. 12. Todas as despesas do processo de desapropriação amigável na forma desta lei correrão à conta do órgão desapropriante.

Art. 13. O pagamento pelo expropriante, do valor de qualquer área de terreno desapropriada poderá ser feito, no todo ou em parte, com a permuta da referida área com um dos lotes integrantes da área desapropriada disponível.

Art. 14. Nas desapropriações previstas nesta lei, serão excluídas da indenização as valorizações decorrentes de obras hidráulicas ou complementares construídas pelo Poder Público ou por ele projetadas.

Parágrafo único Entende-se por obras complementares todas as obras públicas que contribuam para o aproveitamento racional da terra e da água nas áreas de irrigação.

Art. 15. Em face do previsto nesta lei, os acordos relativos às desapropriações no Nordeste, necessários à execução dos programas de obras de defesa contra os efeitos das secas, só poderão ser ajustados, pessoalmente, com os interessados, aos quais, também pessoalmente, deverão ser pagas as indenizações relativas a qualquer desapropriação.

Art. 16. As autoridades judiciais marcarão no mínimo todos os prazos legais em quaisquer processos decorrentes do cumprimento, desta lei.

Art. 17. A liquidação por acordo, de que trata a presente lei, se estende, no que for aplicável, às desapropriações decorrentes da execução de obras compreendidas no programa de eletrificação do País, das quais participa a União direta ou indiretamente.

Art. 18. As disposições desta lei se aplicam, inclusive, às desapropriações ainda em andamento.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 4.520 — DE 7 DE
DEZEMBRO DE 1964

Altera o § 1º do Art. 4º da Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É revalidado, até dois anos, o prazo a que se refere o § 1º do art. 4º da Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Suplicy de Lacerda

LEI Nº 4.521 — DE 7 DE DEZEMBRO
DE 1964

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica de Passos — Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento telefônico constante da licença DG-58/9332-9902, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Companhia Telefônica de Passos, para a instalação do serviço de telefones na Cidade de Passos — Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O favor concedido não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.522 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1964

Isenta do imposto de importação, exclusive a taxa de despacho aduaneiro, equipamento destinado à instalação de uma fábrica de leite em pó, em Belo Horizonte — Minas Gerais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção do imposto de importação, exclusive a taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento constante do certificado de cobertura cambial nº DG-.... 62/36479, — com aditivo DG-63/287, destinado à instalação de uma fábrica de leite em pó, importado pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais, Ltda..

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1964
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.523 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$. 27.700.000,00 (vinte e sete milhões e setecentos mil cruzeiros), às verbas que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 27.700.000,00 (vinte e sete milhões e setecentos mil cruzeiros), ao Orça-

mento vigente (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963), para reforço das seguintes subconsignações:

Anexo 5 — Poder Judiciário

5.06 — Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

Cr\$

1.1.0 — Vencimentos e vantagens fixas 26.200.000,00

1.1.05 — Substituições 1.200.000,00

Consignação 1.6.00 —

Encargos Diversos

1.6.23 — Diversos

1) Despesas com a manutenção do Tribunal do Júri, inclusive fornecimento de alimentação aos jurados

300.000,00

27.700.000,00

Art. 2º Os créditos de que trata esta lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.524 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1964

Isenta do imposto de importação e de consumo equipamento destinado à ampliação de usina siderúrgica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' concedida isenção do imposto de importação e de consumo

para equipamento relacionado nas licenças de importação números
 DG-60/11115 — 18096, DG-60/11116 — 18097, DG-60/11344 — 18098
 DG-60/11343 — 18099 e DG-60/11114 — 18100, destinado à ampliação de conjunto industrial da Siderúrgica J. L. Aliperti S.A., localizado no bairro de Água Funda, em São Paulo.

Art. 2º A isenção de que trata esta lei não abrange o material com similar nacional registrado

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1964;
 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.525 — DE 7 DE DEZEMBRO
 DE 1964

Revoga o Decreto-lei nº 8.986, de 15 de fevereiro de 1946, que dispõe sobre a especialização do pessoal do Corpo de Pessoal Subalterno da Armada, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É revogado o Decreto-lei nº 8.986, de 15 de fevereiro de 1946, que dispõe sobre a especialização do pessoal do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Art. 2º. A especialização e o aperfeiçoamento de praças de todos os Quadros da Marinha serão regulados por Instruções aprovadas pelo Ministério da Marinha.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1964;
 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ernesto de Mello Baptista

LEI Nº 4.526 — DE 8 DE DEZEMBRO
 DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção dos tributos alfandegários à Ericson do Brasil, Comércio e Indústria, S.A., para a importação de material destinado a Telefônica de Sete Lagoas, Minas Gerais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida isenção dos impostos de importação e consumo, exceto a taxa de despachos aduaneiros para o material importado pela Ericson do Brasil Comércio e Indústria S.A., e destinado à instalação de um centro automático para a Telefônica de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, a que se refere a licença DG-61/8945 N, expedida pelo Banco do Brasil.

Art. 2º A isenção concedida no artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1964;
 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.527 — DE 8 DE DEZEMBRO
 DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para atender a despesas com a concessão de um prêmio pecuniário de Cr\$... 150.000,00 a cada um dos quatro jardineiros empregados do Cemitério Militar Brasileiro em Pistóia.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Guerra, o crédito especial de Cr\$... 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), para atender a despesas com a concessão de um prêmio pecuniário de Cr\$ 150.000,00 a cada um dos quatro jardineiros empregados do Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia, que serão dispensados por ocasião da transladação dos restos mortais dos militares brasileiros que repousam naquele Cemitério, em reconhecimento aos quinze anos de trabalho ininterrupto na conservação do referido campo-santo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Arthur da Costa e Silva

LEI Nº 4.528 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1964

Isenta os impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de despacho aduaneiro, equipamento telefônico destinado à Empresa Telefônica de Uberaba S.A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, excetuando-se a taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento telefônico constante da licença nº DG-57/45268-45711, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Empresa Telefônica de Uberaba S.A. e destinado ao serviço urbano da Cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O favor concedido não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.529 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito suplementar de Cr\$ 11.400.000.000,00 (onze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas que específica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito suplementar de Cr\$ 11.400.000.000,00 (onze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros) para atender ao pagamento de despesas com o abono familiar em face do que dispõe o art. 45 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, que elevou o valor daquele benefício em reforço à seguinte dotação orçamentária:

4.022 — Ministério do Trabalho e Previdência Social

06.02 — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Encargos Gerais)

Verba 2.0.00 — Transferências

Consignação 2.6.00 — Transferências Diversas

Subconsignação 2.6.04 — Abono-Familiar

1) Para atender ao pagamento de abono-familiar, a que se refere o Decreto-lei nº 3.200, de 19 de abril de 1951.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Arnaldo Sussekund

LEI Nº 4.530 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1964

Extingue a Comissão de Reparações de Guerra e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica extinta a Comissão de Reparações de Guerra, criada pelo

Decreto-lei nº 8.553, de 4 de janeiro de 1946.

Art. 2º A solução dos processos pendentes ficará a cargo de Agência Especial de Defesa Econômica do Banco do Brasil S. A. (AGEDE), mediante aprovação do Ministério da Fazenda, sempre que importe em indenização por parte da União.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.531 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1964

Fixa os vencimentos de Membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam incluídos nos Anexos da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, os quantitativos de vencimentos mensais relativos aos seguintes Membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União:

ANEXO IV

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PERANTE A JUSTIÇA COMUM	
2) Subprocurador-Geral da República	710.000,00
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL JUNTO À JUSTIÇA MILITAR	
2) Subprocurador-Geral	480.000,00
3) Promotor de 1ª Categoria	450.000,00
4) Promotor de 2ª Categoria	380.000,00
5) Promotor de 3ª Categoria	320.000,00
6) Advogado de Ofício de 2ª Entrância	280.000,00
7) Advogado de Ofício de 1ª Entrância	250.000,00
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL JUNTO À JUSTIÇA DO TRABALHO	
2) Procurador do Trabalho de 1ª Categoria	450.000,00
3) Procurador do Trabalho de 2ª Categoria	380.000,00
4) Procurador Adjunto	320.000,00
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	
2) Adjunto de Procurador	450.000,00
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	
2) Procurador Adjunto	420.000,00

ANEXO V

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL JUNTO À JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	
1) Procurador-Geral da Justiça	670.000,00
2) Subprocurador-Geral	500.000,00
3) Curador	450.000,00
4) Promotor Público	400.000,00
5) Promotor Substituto	350.000,00
6) Defensor Público	280.000,00

ANEXO VI

SERVIÇO JURÍDICO DA UNIÃO

2) Consultor Jurídico e Procurador-Geral da Fazenda Nacional	600.000,00
--	------------

Art. 2º Aos funcionários de que trata esta lei aplica-se, no que couber, a Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, inclusive quanto à retroação prevista em seu artigo 23.

Art. 3º VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Milton Soares Campos
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
A.B.L. Castello Branco Filho
Otávio Gouveia de Bulhões
Juarez Távora
Hugo de Almeida Leme
Flávio Lacerda
Arnaldo Sussekind
Nelson Freire Lavenère Wanderley
Raimundo Brito
Daniel Faraco
Mauro Thibau
Roberto de Oliveira Campos
Oswaldo Cordeiro de Farias*

LEI Nº 4.532 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1964

Dá a denominação de "Campo Fontenelle" ao Aeródromo Militar de Pirassununga, Estado de São Paulo

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica designado de "Campo Fontenelle" o Aeródromo Militar de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Nelson Freire Lavenère Wanderley

LEI Nº 4.533 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1964

TÍTULO I

Altera a Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências.

Dos Fins e da Competência do Conselho Nacional de Pesquisas

CAPÍTULO I

Dos Fins

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) criado pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, tem por finalidade promover e esti-

mular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio e conhecimento.

§ 1º O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), direta e imediatamente subordinada ao Presidente da República, é pessoa jurídica de direito público, com autonomia técnico-científica, administrativa e financeira, nos termos da presente Lei.

§ 2º O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) entrará em entendimento direto com as autoridades federais, estaduais e municipais, bem como entidades públicas e privadas, para obter apoio e cooperação.

§ 3º O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) é representado por seu Presidente em juízo e fora dele, ativa e passivamente.

Art. 2º É órgão consultivo do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) a Academia Brasileira de Ciências.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 3º Compete, principalmente, ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq):

a) formular a política científica e tecnológica nacional e executá-la, mediante planejamento com programas a curto e a longo prazo, periodicamente revistos;

b) articular-se com Ministérios e mais órgãos do Governo nas questões científicas e tecnológicas, de modo a assegurar a coordenação de programas e melhor aproveitamento de esforços e recursos;

c) incentivar as pesquisas, visando ao aproveitamento das riquezas potenciais do País, sobretudo as que mais diretamente possam contribuir para a economia, a saúde e o bem-estar;

d) promover e estimular a realização de pesquisas científicas e tecnológicas em instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes recursos sob a forma de auxílios especiais;

e) promover a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizar ou cooperar na organização de cursos especializados, com a participação de professores nacionais ou estrangeiros, conceder

bolsas de estudo ou de pesquisas e promover estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais do País ou do exterior;

f) cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior, no desenvolvimento da pesquisa e da formação de pesquisadores;

g) manter entendimentos com instituições de pesquisa científica ou tecnológica do País, a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos;

h) favorecer o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, mediante a participação em congressos, reuniões, exposições no País e no exterior;

i) realizar em cooperação com outros órgãos, o cadastro das instituições de pesquisa, dos especialistas e o levantamento dos recursos naturais, e promover estudos relativos à pesquisa fundamental e aplicada de interesse para o desenvolvimento econômico do País;

j) promover campanhas nacionais que visem ao desenvolvimento científico-tecnológico;

k) manter entendimentos com os órgãos científicos de representações diplomáticas, para o melhor aproveitamento das oportunidades do intercâmbio técnico-científico e de assistência;

l) colaborar, especialmente com o Conselho de Segurança Nacional e o Estado-Maior das Forças Armadas, na formulação de conceito estratégico nacional nos aspectos que dependam da ciência e da tecnologia;

m) cooperar com as organizações industriais do País, facilitando-lhes assistência científica e técnica;

n) contribuir, por todos os meios a seu alcance, para o desenvolvimento no Brasil, dos trabalhos de informação científica.

Art. 4º Para cada exercício financeiro, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) estabelecerá um plano básico de trabalho e promoverá, para sua execução, a discriminação dos recursos necessários.

Art. 5º Ficará sob controle do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) ou, quando necessário, do Estado-Maior das Forças Armadas ou de ou-

tro órgão que fôr designado pelo Presidente da República, as atividades relacionadas com as pesquisas de interesse militar.

TÍTULO II

Da Organização do Conselho Nacional de Pesquisas e seus órgãos

CAPÍTULO I

Da Organização

Art. 6º O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) passa a ter a seguinte organização:

- a) Presidência (Pr);
- b) Conselho Deliberativo (C.D.);
- c) Procuradoria (P);
- d) Departamento Técnico-Científico (D.T.C.);
- e) Departamento de Administração (D.A.).

Art. 7º A direção do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) é constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Gabinete.

§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente são de livre escolha e nomeação do Presidente da República.

§ 2º O Gabinete terá a organização e atribuição definidas no Regimento Interno do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

CAPÍTULO II

Da Presidência

Art. 8º O Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) exercerá a direção superior do órgão e será responsável pela execução das resoluções do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. O Vice-Presidente auxiliará o Presidente na direção do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), substituindo-o em suas faltas e impedimentos.

CAPÍTULO III

Do Conselho Deliberativo

Art. 9º O Conselho Deliberativo, órgão soberano de planejamento e orientação das atividades do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), será constituído dos seguintes membros, todos brasileiros:

- a) Presidente e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq);

b) sete (7) membros, nomeados pelo Presidente da República, como representantes dos Ministérios da Agricultura, da Educação e Cultura, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, das Relações Exteriores e da Saúde e do Estado-Maior das Forças Armadas;

c) dezoito (18) membros, no máximo, representando, um deles, a Academia Brasileira de Ciências, e dois (2) outros, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e órgão representativo da Administração Pública, escolhidos, os mais dentre homens de ciência, professores, pesquisadores ou profissionais técnicos, pertencentes a Universidades, Escolas Superiores, Instituições Científicas, Tecnológicas e de alta cultura, civis ou militares, e que se recomendem pelo notório saber, reconhecida idoneidade moral e devotamento aos interesses do País.

§ 1º Os membros do Conselho Deliberativo serão nomeados por decreto do Presidente da República, e suas funções consideradas de alta relevância.

§ 2º Os membros do Conselho Deliberativo, exceto os referidos nas letras a e b, exercerão mandato por três anos, que poderá ser renovado.

§ 3º A renovação e o preenchimento de vaga dos membros referidos na letra b ficam a critério do Presidente da República.

Art. 10. No caso da representação prevista na letra c do artigo anterior, far-se-á a renovação anual de um terço dos membros.

§ 1º Em caso de vaga, o membro que fôr nomeado em substituição exercerá o mandato até o fim do período que caberia ao substituído.

§ 2º Para efeito da renovação do terço, ou do preenchimento de vaga, o Conselho Deliberativo organizará lista triplíce, com os nomes das personalidades indicadas e especificação das instituições a que pertencam.

Art. 11. O Conselho Deliberativo, visando salvaguardar o seu conceito e as instituições, poderá, por maioria absoluta de votos, propor a exoneração de qualquer um de seus membros.

Parágrafo único. Tal deliberação só poderá ser tomada em reunião com a presença de dois terços de seus membros em pleno exercício de suas funções. O membro cuja exoneração estiver em pauta poderá, se assim o

desejar, deixar de comparecer à reunião.

Art. 12. O membro que faltar sem motivo justo a oito (8) reuniões consecutivas, ou dezesseis (16) alternadas, perderá automaticamente o cargo.

§ 1º O Regimento Interno do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) disporá sobre a justificação das faltas.

§ 2º Serão nulas as deliberações de que participarem, com voto decisivo, membros que tenham incorrido nas sanções deste artigo.

Art. 13. O Conselho Deliberativo reunir-se-á quando convocado pelo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), ou mediante requerimento subscrito, pelo menos, por um terço de seus membros.

§ 1º O Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) poderá convocar sessões do Conselho Deliberativo, a serem realizadas em qualquer localidade do País.

§ 2º Para os membros que sejam servidores públicos, civis ou militares, as reuniões do Conselho Deliberativo terão preferência sobre suas funções ordinárias, sem prejuízo dos vencimentos e mais vantagens do cargo ou posto.

Art. 14. Os membros do Conselho Nacional de Pesquisas farão jus, por sessão a que compareçam, à gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva, fixada na forma da legislação em vigor.

Art. 15. Aos membros que não residirem no local onde se realizarem as sessões do Conselho Deliberativo, serão concedidas diárias iguais a quarenta por cento (40%) do maior salário mínimo vigente no País, ficando as despesas de transporte por conta do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

Art. 16. Ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) caberá, mensalmente uma verba de representação, fixada pelo Presidente da República, e periodicamente revista.

CAPÍTULO IV

Da Procuradoria

Art. 17. A Procuradoria, dirigida pelo Procurador-Geral do Conselho direta e imediatamente subordinada ao Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), compete o

procuratório judicial e a emissão de pareceres sobre assuntos jurídicos, quando submetidos a seu exame pelo Presidente.

Art. 18. Os interesses do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) serão atendidos em juízo, no Distrito Federal e no Estado da Guanabara, pela sua Procuradoria, e nos demais Estados, pelos Procuradores da República.

CAPÍTULO V

Do Departamento Técnico-Científico

Art. 19. O Departamento Técnico-Científico é encarregado de executar os planos gerais de pesquisas e a programação aprovados pelo Conselho Deliberativo, e terá, a critério deste, as Divisões necessárias ao atendimento de suas atividades.

§ 1º A Direção do Departamento Técnico-Científico é exercida por um Diretor-Geral e a de cada Divisão por um Diretor, todos de livre escolha e designação do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas — (CNPq).

§ 2º Para efeito da elaboração dos estudos e planos previstos neste artigo, poderá o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) instituir comissões consultivas de especialistas e requisitar, na forma da legislação em vigor, ou contratar pessoal científico e técnico nacional ou estrangeiro, de comprovada idoneidade.

CAPÍTULO VI

Do Departamento de Administração

Art. 20. O Departamento de Administração é encarregado dos serviços de administração e terá, a critério do Conselho Deliberativo, as Divisões necessárias ao atendimento de suas atividades.

Parágrafo único. A Direção do Departamento de Administração é exercida por um Diretor-Geral, e a de cada Divisão por um Diretor, todos de livre escolha e designação do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

CAPÍTULO VII

Dos Órgãos Subordinados

Art. 21. Para atender às suas finalidades o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) é autorizado a pro-

mover a criação e a organização de laboratórios ou institutos, que lhe ficarão subordinados científica técnica e administrativamente, mantida a situação dos órgãos já criados com base no art. 13 da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

TÍTULO III

CAPÍTULO I

Do Patrimônio

Art. 22. O Patrimônio do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) será formado:

a) pelos bens e direitos que lhe forem doados ou por ele adquiridos;

b) pelos saldos de rendas próprias ou de recursos orçamentários, quando transferidos para a conta patrimonial.

Art. 23. A aquisição de bens patrimoniais por parte do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) independe de aprovação do Governo Federal, mas a transferência ou alienação desses bens somente poderá ser efetuada quando especificamente autorizada pelo Presidente da República.

CAPÍTULO II

Da Utilização

Art. 24. Os bens e direitos pertencentes ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) somente poderão ser utilizados para a realização de objetivos próprios à sua finalidade, na forma desta Lei, permitida, porém, sua aplicação para a obtenção de rendas.

TÍTULO IV

Dos Recursos e da sua Aplicação

CAPÍTULO I

Dos Recursos

Art. 25. Os recursos para a manutenção e desenvolvimento dos serviços do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), conservação, renovação e ampliação de suas instalações provirão de:

a) dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União;

b) produto de créditos especiais abertos por lei;

c) subvenções, dotações, legados e outras rendas que eventualmente receber;

d) renda de aplicação de bens patrimoniais;

e) produto de venda de material ou de alienação de bens patrimoniais.

CAPÍTULO II

Da Aplicação

Art. 26. A dotação global correspondente a cada exercício financeiro constará do orçamento da União, com título próprio, será entregue ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) no máximo em quatro parcelas, e depositada para movimentação, em conta corrente, em instituições oficiais de crédito.

§ 1.º O Conselho Deliberativo decidirá sobre a distribuição dos recursos concedidos e examinará, para a devida comprovação, as demonstrações das despesas efetuadas.

§ 2.º A movimentação dos recursos será feita mediante a assinatura conjunta do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e do Diretor-Geral do Departamento de Administração.

TÍTULO V

CAPÍTULO ÚNICO

Do Regime Financeiro

Art. 27. O regime financeiro do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) obedecerá aos seguintes preceitos:

a) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil;

b) a proposta de orçamento será organizada pelo Conselho Deliberativo e Justificada com a indicação dos planos e programas de trabalho correspondentes.

Parágrafo único. A proposta de orçamento do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) será submetida à aprovação do Presidente da República.

Art. 28. Para a realização de planos cuja execução possa exceder a um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas dotações.

Art. 29. A prestação anual de contas ao Presidente da República será feita até o último dia útil do mês de

fevereiro e constará, além de outros, dos seguintes elementos:

- a) balanço patrimonial;
- b) balanço econômico;
- c) balanço financeiro;
- d) quadro comparativo entre a receita estimada e a receita realizada;
- e) quadro comparativo entre a despesa fixada e a despesa realizada.

§ 1.º A prestação de contas referente às dotações orçamentárias será apresentada no Tribunal de Contas da União até o último dia útil do mês de fevereiro, respeitando-se os assuntos considerados sigilosos pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

§ 2.º Até o último dia útil do mês de fevereiro, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) apresentará os seus balanços à Contadoria Geral da República, para os efeitos legais.

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

Do Fundo Nacional de Pesquisas

Art. 30. É mantido o Fundo Nacional de Pesquisas, destinado a pesquisas científicas e tecnológicas, administrado o movimento pelo Conselho Deliberativo.

§ 1.º Durante o exercício financeiro, desde que a necessidade dos programas e dos serviços o exijam, poderão ser feitos destaques à conta do Fundo Nacional de Pesquisas.

§ 2.º Serão incorporados ao Fundo de que trata este artigo os créditos especialmente concedidos para este fim, os saldos de dotações orçamentárias e outras rendas e receitas.

Art. 31. O Fundo Nacional de Pesquisas poderá receber doações, com ou sem finalidades determinadas.

Parágrafo único. A aplicação dessas doações será estabelecida pelo Conselho Deliberativo.

TÍTULO VII

CAPÍTULO ÚNICO

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 32. O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), dentro de sessenta (60) dias, elaborará projeto de regulamentação da presente Lei, a ser aprovado pelo Presidente da República, e, depois, organizará seu Regulamento Interno a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. O Regulamento disporá sobre a estrutura dos De-

pertamentos e mais órgãos e serviços previstos nesta lei e sobre as normas gerais para o desempenho de seus encargos.

Art. 33. O Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), será submetido à aprovação do Poder Executivo, observados os princípios da legislação em vigor quanto à classificação de cargos e sistema de retribuição.

§ 1.º São da competência do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) os atos de provimento e vacância dos cargos e funções do Quadro de Pessoal.

§ 2.º Além dos servidores do Quadro de Pessoal, poderá o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) admitir pessoal temporário, requisitar funcionários e contratar pessoal científico ou técnico especializado nacional ou estrangeiro.

Art. 34. Os trabalhos e os resultados das pesquisas realizadas por iniciativa ou sob o patrocínio do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) excluídos os casos que interessem à Segurança Nacional, serão divulgados pela fórmula mais apropriada, trazendo expressa referência a contribuição do Conselho.

Art. 35. Qualquer pessoa a serviço do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que, em virtude da função exercida ou de trabalho a seu cargo tiver conhecimento de matéria julgada sigilosa, responderá pela inobservância das disposições legais a respeito.

Parágrafo único. O caráter sigiloso e sua classificação, quando ocorrer a hipótese, deverão constar expressamente da resolução, ordem de serviço ou contrato a que se referir.

Art. 36. São isentos de impostos e taxas os aparelhos, instrumentos utensílios de laboratório, produtos químicos e quaisquer outros materiais, sem similar nacional, que o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) importar para a execução de pesquisas, e o respectivo desembaraço alfandegário far-se-á mediante simples requisição ao Chefe de Repartição competente, acompanhada da prova de aquisição do material importado.

Art. 37. Os atos jurídicos ou instrumentos do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) gozam da ampla isenção tributária, e seus bens e rendas não serão passíveis de penhora, arresto, sequestro ou embargo.

Art. 30. O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e os órgãos a que se refere o art. 21 gozarão de franquia postal, telegráfica e radiotelegráfica, nas redes oficiais e nas que estejam obrigadas, por qualquer forma, a serviço oficial, e, ainda das facilidades de transporte terrestre, marítimo fluvial e aéreo, concedidas a serviço público federal.

Art. 39. Anualmente, até o último dia útil do mês de fevereiro, o Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) apresentará ao Presidente da República relatório das atividades do Conselho no exercício anterior.

Parágrafo único. Depois de apresentado ao Presidente da República, o Conselho enviará gratuitamente cópias do relatório, ressalvadas as partes sigilosas que contiver, às instituições de pesquisas e às Universidades.

Art. 40. Os servidores da administração centralizada ou autárquica da União, bem como os da Fundação Brasil Central, ora em exercício como requisitados, no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e órgãos a ele subordinados, poderão optar, no prazo de sessenta (60) dias, a partir da publicação desta lei, pelo ingresso no Quadro do Pessoal do Conselho.

§ 1.º O disposto neste artigo também se aplica aos funcionários estaduais em exercício no Museu Paraense "Emílio Goeldi", ora integrando o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, do referido Conselho.

§ 2.º Será considerada como de efetivo exercício de cargo em comissão a direção dos institutos subordinados ao Conselho Nacional de Pesquisas no período anterior ao Decreto número 40.975, de 1957.

Art. 41. As atividades da Procuradoria continuarão sendo dirigidas e exercidas pelo atual Consultor Jurídico efetivo do Conselho, até a vacância do cargo respectivo.

Art. 42. Enquanto não houver condições para o seu funcionamento no Distrito Federal, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) continuará instalado no Estado da Guanabara.

Art. 43. Os atuais membros do Conselho Deliberativo, de que trata o art. 7.º da Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, continuam a integralo até o término dos mandatos em que foram investidos.

Art. 44. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1964. — 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.534 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a doar à Cúria Diocesana de Santos o domínio pleno ou útil de área de terreno localizada no Morro de Jabaquara, no Município de Santos.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Cúria Diocesana de Santos o domínio pleno ou útil de "uma área de terreno, localizada no Morro de Jabaquara, no Município de Santos, de forma paralelogramica regular, com lados de 200,00 m e 297,00 m e superfície de 55.210 m². Os seus limites principiam em um marco de bronze cravado na Pedra da Campina e seguem na Direção do Morro das Vigárias, em uma extensão de 200,00 m, até um marco de concreto, cravado na divisa entre o terreno ocupado pela Companhia Docas de Santos e o terreno ocupado pelos herdeiros de Luigia Marinangelli Laier, confrontando nesse trecho com o terreno último citado; nesse ponto defletem à esquerda, formando um ângulo interno de 111º 38' 30" com o alinhamento anterior e seguem em uma distância de 200,00 m até um marco de concreto cravado na divisa entre o terreno ocupado pela Companhia Docas de Santos e o terreno ocupado pelos herdeiros de Luigia Marinangelli Laier, confrontando, nesses trechos, com o terreno ocupado pela Companhia Docas de Santos; nesse ponto defletem à esquerda formando um ângulo interno de 111º 38' 30" com o alinhamento anterior e seguem em uma extensão de 297,00 m até o marco de bronze cravado na Pedra Campina, onde tiveram início esses limites, formando um ângulo interno de 68º 21'

30" com a linha inicial, confrontando, nesse trecho, com o terreno ocupado pelos herdeiros de Luigia Marinangelli Laier."

Art. 2º A referida área de terreno será doada à Cúria Diocesana de Santos para a construção do novo prédio do Seminário Diocesano de Santos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.535 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) destinado à Rodovia Belém-Brasília.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), para aplicação no corrente exercício e destinada à continuação das obras da Rodovia Belém-Brasília, BR-14, bem como à construção de ramais de acesso a centros produtores da região.

Art. 2º O crédito de que trata esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional, à disposição da Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

*Octavio Gouveia de Bulhões,
Juarez Távora.*

LEI Nº 4.536 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.221.025,50, para atender às despesas que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.221.025,50 (dez milhões, duzentos e vinte e um mil vinte e cinco cruzeiros e cinquenta centavos), destinado ao pagamento dos servidores da Escola Técnica de São Luiz, no Estado do Maranhão, relativo aos encargos da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, no exercício de 1963.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata o presente artigo, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Flavio Suplicy de Lacerda

LEI Nº 4.537 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1964

Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criadas na 4ª Região da Justiça do Trabalho mais 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, respectivamente, nos Municípios de Porto Alegre (7ª), Cruz Alta, Bagé,

Santo Angelo, Vacaria e Canoas, tôdas no Estado do Rio Grande do Sul, Lajes e Tubarão, em Santa Catarina.

§ 1º A jurisdição das Juntas sediadas em Porto Alegre fica restringida aos Municípios de Porto Alegre, Gravataí, Viçosa e Guaiíba.

§ 2º A jurisdição das Juntas ora criadas no interior da 4ª Região da Justiça do Trabalho fica restrita ao território dos Municípios em que têm sede, com exceção das Juntas de Conciliação e Julgamento de Vacaria, cuja jurisdição fica estendida aos Municípios de Lagoa Vermelha e Bom Jesus; e Bagé, que terá sua jurisdição estendida ao Município de Dom Pedrito.

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam criados, e serão providos na forma da lei, 8 (oito) cargos de Juiz do Trabalho, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento; 16 (dezesseis) funções de Vogal, sendo 8 (oito) para a representação de empregados e 8 (oito) para a de empregadores; e 7 (sete) cargos de suplente de Juiz do Trabalho, respectivamente, para as Juntas de Conciliação e Julgamento de Cruz Alta, Bagé, Santo Angelo, Vacaria, Canoas, Lajes e Tubarão.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada Vogal.

Art. 3º O vencimento dos cargos de Juiz do Trabalho e a gratificação de representação dos Vogais de que trata esta lei serão os fixados pela Lei. (VETADO.)

Art. 4º Os mandatos dos Vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento criados por esta lei terminarão simultaneamente com os dos titulares atuais nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Art. 5º São igualmente criados no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região os Cargos constantes da tabela anexa.

Art. 6º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região promoverá a instalação das Juntas ora criadas no artigo primeiro, bem como as outras medidas decorrentes da aplicação da presente lei.

Art. 7º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial necessário a execução desta lei, até o limite de Cr\$ 35.000 000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros).

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 5º

Número de cargos	Carreiras ou Cargos	Padrões
<i>Cargos em Comissão</i>		
1	Subsecretário do Tribunal	PJ- 3
1	Chefe do Serviço de Imprensa e Divulgação	PJ- 3
1	Chefe do Serviço de Comunicação	PJ- 4
<i>Cargos Isolados de Provimento Efetivo</i>		
8	Chefe de Secretaria	PJ- 1
1	Médico	PJ- 2
2	Taquigrafos	PJ- 4
8	Oficiais de Justiça	PJ- 5
1	Contador Auxiliar	PJ- 5
1	Almoxarife Auxiliar	PJ- 6
1	Zelador	PJ- 6
8	Porteiros de Auditório	PJ- 9

Número de cargos	Carreiras ou Cargos	Padrões
1	Enfermeiro	PJ-10
1	Artífice	PJ-10
2	Ascensoristas	PJ-12
16	Auxiliar de Portaria	PJ-12
6	Guardas Judiciários	PJ-12
<i>Cargos de Carreiras</i>		
8	Oficial Judiciário	PJ- 5
32	Auxiliar Judiciário	PJ- 7

Brasília, em 9 de dezembro de 1964.

LEI N.º 4.538 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 833.570.000,00 para atender a compromissos com o programa de expansão de matrículas no ensino superior.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É autorizada a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 833.570.000,00 (oitocentos e trinta e três milhões, quinhentos e setenta mil cruzeiros), para atender a despesas decorrentes de convênios firmados com estabelecimentos de ensino superior, para o aumento de vagas nas primeiras séries de diversos cursos, em

decorrência da aplicação dos Decretos ns. 53.642, de 28 de fevereiro de 1964, e 53.325, de 18 de dezembro de 1963, que ratificou a Portaria Ministerial n.º 25, de 22 de janeiro de 1963, obedecido, ainda, o disposto no Decreto n.º 53.932, de 26 de maio de 1964, no que couber.

Art. 2.º O crédito mencionado no artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas, e distribuído ao Tesouro Nacional à disposição da Diretoria do Ensino Superior.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Flavio Suplicy de Lacerda

(*) LEI N.º 4.539 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1964

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Orçamento-Geral da União para o exercício financeiro de 1965, discriminado pelos Anexos integrantes desta lei, estima a Receita

em Cr\$ 3.000.100.000.000,00 (três trilhões e cem milhões de cruzeiros) e fixa a Despesa em Cr\$ 3.774.962.795.000,00 (três trilhões, setecentos e setenta e quatro bilhões novecentos e sessenta e dois milhões setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros).

Art. 2º Será a Receita realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
1 — Receitas Correntes		
Receita Tributária	2.938.450.011	
Receita Patrimonial	25.850.318	
Receita Industrial	10.669.165	
Transferências Correntes	202	
Receitas Diversas	25.000.003	2.999.969.699
2 — Receita de Capital		130.301
Total		3.000.100.000

Art. 3º Fica autorizada a cobrança do imposto único, criado pelo Decreto-lei nº 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pelas Leis números 1.749, de 28 de novembro de 1952, e 2.975, de 27 de novembro de 1956, cujo produto será aplicado de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto único a que se refere este artigo continuará a processar-se de acordo com o estabelecido no artigo 4º da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Art. 4º A despesa será realizada na forma dos Quadros Analíticos constantes dos Anexos 2 a 4 e respectivos subanexos, conforme o seguinte desdobramento:

	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
2 — Poder Legislativo e Órgãos Auxiliares		
01 — Câmara dos Deputados	22.492.700	
02 — Senado Federal	11.168.100	
03 — Tribunal de Contas da União	2.752.253	
04 — Conselho Nacional de Economia	760.654	37.173.707
3 — Poder Judiciário		
01 — Supremo Tribunal Federal	1.199.841	
02 — Tribunal Federal de Recursos	2.098.665	
03 — Justiça Militar	2.469.354	
04 — Justiça Eleitoral	6.973.595	
05 — Justiça do Trabalho	11.773.684	
06 — Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	756.728	25.271.867
4 — Poder Executivo		
07 — Presidência da República	128.121.898	
02 — Departamento Administrativo do Serviço Público	4.387.352	
03 — Estado Maior das Forças Armadas	2.932.252	
04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	64.500	
05 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	17.764.988	
06 — Comissão do Vale do São Francisco	21.940.450	
07 — Conselho Nacional de Telecomunicações	1.717.862	
08 — Conselho de Segurança Nacional	1.554.863	

09 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	26.559.482	
10 — Superintendência do Plano de Valorização da Região da Fronteira Sudoeste do País	3.924.000	
11 — Ministério da Aeronáutica	239.462.670	
12 — Ministério da Agricultura	147.937.556	
13 — Ministério da Educação e Cultura	417.968.106	
14 — Ministério da Fazenda	721.562.102	
15 — Ministério da Guerra	410.052.330	
16 — Ministério da Indústria e do Comércio	3.495.108	
17 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	127.816.043	
18 — Ministério da Marinha	219.814.325	
19 — Ministério das Minas e Energia	112.696.832	
20 — Ministério das Relações Exteriores	18.126.946	
21 — Ministério da Saúde	113.128.349	
22 — Ministério do Trabalho e Previdência Social	86.489.213	
23 — Ministério da Viação e Obras Públicas	880.000.000	3.712.517.221
		<u>3.774.962.795</u>

Art. 5º A discriminação das dotações globais de despesa será feita:

I — No Anexo 2 — Poder Legislativo e Órgãos Auxiliares, pelas Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, Presidente do Tribunal de Contas e Presidente do Conselho Nacional de Economia;

II — No Anexo 3 — Poder Judiciário, pelos Presidentes dos Tribunais e demais órgãos componentes;

III — No Anexo 4 — Pelo Poder Executivo.

§ 1º A discriminação a que se refere este artigo obedecerá ao disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Os Orçamentos analíticos de que trata este artigo serão obrigatoriamente publicados no "Diário Oficial" e poderão ser alterados até 29 de outubro.

§ 3º Os Balanços Gerais da União apresentarão as despesas orçamentárias discriminadas, na forma do parágrafo primeiro, devendo o Ministério da Fazenda expedir instruções a todas as repartições para o fiel cumprimento do disposto neste parágrafo.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer um fundo de reserva até 30% (trinta por cento) ... VETADO ... no Anexo 4 desta lei.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 7º A entrega de qualquer importância pelo Tesouro, para a cobertura de déficit de autarquias ou de empresas públicas ou privadas subvencionadas, ficará condicionada a um esforço comprovado dessas entidades, no sentido de corrigir seu desequilíbrio financeiro, através da revisão de tarifas e preços de seus serviços ou da redução dos respectivos custos.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as operações de crédito necessárias à cobertura do déficit do exercício de 1965, inclusive, para a mesma finalidade, a elevar até Cr\$ 1.200.000.000.000,00 (um trilhão e duzentos bilhões de cruzeiros), o limite de emissão das Obrigações do Tesouro Nacional de que trata a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 9º As Divisões ou Serviços de Pessoal, Material, Orçamentos e Obras dos Ministérios, inclusive a Diretoria da Despesa Pública do Ministério da Fazenda, sempre que necessário, movimentarão as dotações de

pessoal, material de consumo, material permanente, serviços de terceiros, encargos diversos, obras e equipamento, que se acham discriminadas por unidades orçamentárias.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964, 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Ernesto de Mello Baptista

Arthur da Costa e Silva

A. B. L. Castello Branco Filho

Octavio Gouveia de Bulhões

José Chrysantho Seabra Fagundes

Hugo de Almeida Leme

Flávio Suplicy de Lacerda

Arnaldo Sussekind

Nelson Lavenère Wanderley

Raymundo Brito

Daniel Faraco

Mauro Thibau

Sebastião de Sant'Anna e Silva

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.540 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrienais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A implantação do Plano Nacional de Viação se fará mediante Planos Quadrienais de Obras elaborados e executados de acordo com as disposições da presente lei.

Art. 2º Os Planos Quadrienais serão elaborados pelos Conselhos Setoriais do Ministério da Viação e Obras Públicas e Órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica, no primeiro ano de cada período governamental, aprovados pelo Conselho Nacional de Transportes e sujeitos a homologação, por Decreto do Poder Executivo para vigência nos 4 (quatro) anos seguintes.

§ 1º A sua execução se fará através de Programas Anuais, com metas físicas determinadas pelos Conselhos Setoriais do Ministério da Viação e Obras Públicas e Órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica aprovados pelo Conselho Nacional de Transportes e homologados pelos Ministros de Estado interessados, até 31 de janeiro de cada ano.

§ 2º As alterações dos Planos Quadrienais de Obras serão feitas por Decreto, mediante propostas dos Conselhos Setoriais do Ministério da Viação e Obras Públicas e Órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica e aprovadas pelo Conselho Nacional de Transportes.

Art. 3º Os Planos Quadrienais de Obras serão custeados pelos Fundos com destinação específica, dotações orçamentárias globais e outros recursos necessários à sua realização.

Parágrafo único. Obrigatoriamente, pelo menos 70% das receitas anuais dos Fundos específicos serão aplicados na implantação, expansão ou conservação dos empreendimentos constantes do Plano Quadrienal, bem como na aquisição de equipamentos necessários à sua execução, destinando-se o restante às despesas de custeio.

Art. 4º Serão obrigatoriamente, aprovados pelos Conselhos Setoriais do Ministério da Viação e Obras Públicas e Órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica, antes do início da execução:

a) Os projetos e orçamentos dos empreendimentos incluídos nos Programas Anuais;

b) Os contratos de adjudicação de serviços referentes aos empreendimentos acima.

Art. 5º As obras e serviços quando não realizados por administração direta serão adjudicados e medidos de

acôrdo com o disposto na Lei número 4.401, de 20-9-1964 e na Lei número 4.370, de 28-7-1964.

Parágrafo único. Quando, por motivo de força maior pela autoridade competente, dispensada a concorrência pública, far-se-á, obrigatoriamente, a concorrência administrativa ou coleta de preços entre firmas registradas nas Autarquias, Entidades paraestatais e órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica.

Art. 6º Os Conselhos Setoriais do Ministério da Viação e Obras Públicas e órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica realizarão estudos e pesquisas, através de órgãos federais regionais, civis e militares, destinadas à revisão e uniformização das tabelas de custos unitários na mesma região geo-econômica e assim consideradas: Norte (Acre — Amazonas — Pará — Amapá e Rondônia); Nordeste (Maranhão — Piauí Ceará — Rio Grande do Norte — Paraíba — Pernambuco — Alagoas e Fernando de Noronha); Leste (Sergipe e Bahia); Sudeste (Minas Gerais — Espírito Santo — Rio de Janeiro e Guanabara); Sul (São Paulo — Paraná — Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Centro-Oeste (Mato Grosso — Goiás e Distrito Federal).

Art. 7º Caberá ao Conselho Nacional de Transportes, em geral, a orientação superior e aos Conselhos Setoriais do Ministério da Viação e Obras Públicas e órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica, em suas atividades específicas, a fiscalização e o controle da execução dos empreendimentos realizados, quer diretamente pelos órgãos executivos respectivos, quer mediante convênio com entidades federais ou estaduais.

§ 1º Os órgãos executivos deverão remeter trimestralmente, aos Conselhos Setoriais do Ministério da Viação e Obras Públicas e órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica e estes ao Conselho Nacional de Transportes, os Relatórios pormenorizados sobre a situação dos empreendimentos em realização, bem como de aplicação dos recursos a eles destinados.

§ 2º O Conselho Nacional de Transportes por sua vez, remeterá ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, vetado, cópias autênticas dos

relatórios e da aplicação de recursos mencionados no parágrafo anterior.

Art. 8º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
A. B. L. Castello Branco Filho
Octavio Gouveia de Bulhões
José Chrysantho Seabra Fagundes
Hugo de Almeida Leme
Flavio Suplicy de Lacerda
Arnaldo Sussekind
Nelson Lavenère Wanderley
Raymundo de Brito
Daniel Faraco
Mauro Thibau
Sebastião de Sant'Anna e Silva
Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.541 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como de emolumentos consulares e demais taxas a mercadorias e materiais destinados às comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro.

O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a isenção dos impostos de importação e de consumo, taxas de despacho aduaneiro, de melhoramento dos portos e de renovação da Marinha Mercante e quaisquer outros, bem como de emolumentos consulares, para as mercadorias e materiais destinados a exposições, feiras de amostras e congêneres, no decorrer do ano de 1965, relacionados com as comemorações do Quarto Centenário da Cidade do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Gozarão das mesmas isenções livros em brochura ou encadernados, ilustrados ou não, outras publicações que tratem de matéria histórica, artística ou literária, re-

ferentes à Cidade do Rio de Janeiro, redigidas em qualquer idioma, inclusive o português, e impressas em qualquer país.

Art. 2.º A importação das mercadorias, inclusive livros, a que alude o artigo 1.º, independe de licença de importação e de cobertura cambial.

§ 1.º No desembaraço das mercadorias e materiais a que alude este artigo serão observadas, no que couberem, as normas em vigor, referentes ao regime de franquia aduaneira temporária.

§ 2.º Quando, no caso do parágrafo anterior, as mercadorias ou materiais pertencerem a particulares ou firmas comerciais, será indispensável a prévia assinatura de termo de responsabilidade com fiador bancário, ressalvados os livros e publicações similares, referidos no parágrafo único do artigo 1.º.

Art. 3.º As mercadorias que tiverem gozado dos privilégios acima enumerados, ao serem vendidas, estarão sujeitas aos tributos que normalmente couberem, nem como a regularização cambial junto ao Banco do Brasil, dando-se por extintos os efeitos da isenção concedida nesta lei, ressalvados os livros e publicações similares que, mesmo vendidos, continuarão a gozar das isenções a que se refere o artigo 1.º e do privilégio estabelecido no artigo 2.º e seu parágrafo 2.º.

Art. 4.º As isenções e privilégios a que se referem os artigos 1.º e 2.º e seus parágrafos serão concedidos para as mercadorias, materiais e livros chegados ao País até 31 de dezembro de 1965.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de seis meses a contar dessa data, salvo para livros e publicações similares, referidos no parágrafo único do artigo 1.º, as mercadorias que não tiverem sido reexportadas ou doadas a instituições oficiais ou reconhecidas de utilidade pública, deixarão de gozar das isenções previstas nesta lei, ficando sujeitas ao tratamento normal, de acordo com a legislação vigente.

Art. 5.º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.542 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza a abertura ao Poder Executivo — Presidência da República — do crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da aplicação do Decreto Legislativo nº 40, de 20 de agosto de 1964.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Presidência da República, o crédito suplementar, de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) referente à seguinte dotação orçamentária:

4.01 — Presidência da República.
Despesas Ordinárias.
Verbas 1.0.00 — Custeio.
Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil.
Subconsignação 1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de dezembro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.543 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1964

Isenta do imposto de importação equipamento industrial.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de imposto de importação para equipamento constante das licenças números DG-64-1.333-1.686, DG-64-1.334-1.687, DG-64-1.335-1.688, DG-64-1.336-1.689, DG-64-1.337-1.690, DG-64-1.338-1.691, DG-64-1.359-1.692, DG-64-1.340-1.693, DG-64-1.341-1.694, DG-64-1.342-1.695, DG-64-1.343-1.696, DG-64-1.344-1.697, DG-64-1.345-1.698, DG-64-1.346-1.699, DG-64-1.347-1.700, DG-64-1.348-1.701,

DG-64-1.349-1.702, DG-64-1.350-1.703, DG-64-1.351-1.704, DG-64-1.352-1.705, DG-64-1.353-1.706, emitidas pela Carteira de Comércio Interior, importado pela Indústria Sul Americana de Metais S.A., para a ampliação de suas instalações fabris.

Art. 2º. A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.544 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1964

Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1965

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1965 discriminado pelo s anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em Cr\$ 116.876.816.000,00 (cento e dezesseis bilhões, oitocentos e setenta e seis milhões e oitocentos e dezesseis mil cruzeiros) e fixa a Despesa em Cr\$ 116.876.816.000,00 (cento e dezesseis bilhões, oitocentos e setenta e seis milhões e oitocentos e dezesseis mil cruzeiros), respeitado o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º A Receita do Distrito Federal será realizada, mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimento de fundos e outras receitas ordinárias e extraordinárias, na forma da legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento

RECEITAS CORRENTES

	Receita Tributária	Cr\$
Impostos		3.873.000.000,00
Taxas		110.970.000,00
Contribuição de Melhoria		1.000.000,00
Receita Patrimonial		15.350.000,00
Receita Industrial		300.000,00
Transferências Correntes		55.994.658.000,00
Receitas Diversas		365.000.000,00
Total das Receitas Correntes		60.360.272.000,00

RECEITA DE CAPITAL

Transferências de Capital	56.516.538.000,00
Total das Receitas de Capital	56.516.538.000,00
Total Geral da Receita	116.876.816.000,00

Art. 3º A Despesa do Distrito Federal será efetuada na forma dos quadros analíticos anexos e distribuídos pelas unidades orçamentárias abaixo especificadas:

UNIDADES ADMINISTRATIVAS	Valor
Gabinete do Prefeito	542.185.000,00
Comissão de Turismo e Recreação	383.182.000,00
Assessoria de Planejamento	450.964.000,00

Consultoria Jurídica	27.876.000,00
Procurador-Geral	79.712.000,00
Secretaria-Geral de Administração	8.270.128.000,00
Superintendência Geral da Fazenda	76.859.640.000,00
Junta de Recursos Fiscais	34.450.000,00
Secretaria-Geral de Saúde	5.898.934.000,00
Superintendência Geral de Agricultura	4.872.375.000,00
Superintendência Geral de Serviços Sociais	2.904.336.000,00
Superintendência Geral de Economia	662.785.000,00
Superintendência Geral de Educação e Cultura	6.446.422.000,00
Superintendência Geral de Segurança e Interior	4.009.437.000,00
Departamento de Estradas de Rodagem do D. F.	5.200.000.000,00
Tribunal de Contas	324.290.000,00

Total Geral da Despesa 116.876.816.000,00

Art. 4º As dotações de pessoal e material das diversas unidades orçamentárias serão movimentadas pelos órgãos próprios da Secretaria Geral de Administração, seguido o disposto no art. 66 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º Fica o Prefeito autorizado a:

I — realizar operações de crédito por antecipação da Receita até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Tributária;

II — abrir os créditos suplementares e especiais que se fizerem necessários até 100% (cem por cento) da Receita Tributária orçada, mediante Decreto e de acordo com o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III — firmar convênio com a União para a administração e cobrança dos tributos previstos na presente Lei.

Art. 6º A Receita a que se refere a presente Lei será arrecadada de acordo com o disposto na Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962 — Código Tributário do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1965, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.545 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 1º A estrutura básica da administração do Distrito Federal compreende:

a) a Secretaria do Governo (SEG);

b) a Secretaria de Administração (SEA);

c) a Secretaria de Finanças (SEF);

d) a Secretaria de Educação e Cultura (SEC);

e) a Secretaria de Saúde (SES);

f) a Secretaria de Serviços Sociais (SSS);

g) a Secretaria de Viação e Obras (SVO);

h) a Secretaria de Serviços Públicos (SSP);

i) a Secretaria de Agricultura e Produção (SAP).

Art. 2º Integram ainda a administração do Distrito Federal:

a) o Gabinete do Prefeito (GAP);

b) o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

c) o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE);

d) o Conselho de Educação do Distrito Federal (CED);

e) outros Conselhos ou Comissões que vierem a ser criados por Lei ou por ato do Poder Executivo do Distrito Federal;

f) VETADO

g) a Procuradoria-Geral (PRG);

h) os órgãos da administração descentralizada.

Parágrafo único. As Secretarias, o Gabinete do Prefeito, e a Procuradoria-Geral são dirigidos, respectivamente, por um Secretário, um Chefe de Gabinete e um Procurador-Geral, os quais, ... VETADO ..., serão livremente escolhidos e nomeados pelo Prefeito.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA

Art. 3º A administração descentralizada da Prefeitura do Distrito Federal compreende:

I — Sem personalidade jurídica:

a) as Administrações Regionais;

b) os serviços ou estabelecimentos relativamente autônomos.

II — Com personalidade jurídica: as autarquias, empresas ou fundações instituídas por ato do Poder Público.

§ 1º Cada um dos órgãos que integram a administração descentralizada fica obrigatoriamente sujeito à supervisão e controle da Secretaria Interessada em sua principal atividade, sem prejuízo da auditoria financeira, a cargo do órgão próprio da Secretaria de Finanças.

§ 2º Os assuntos de interesse dos órgãos da administração ... VETADO ... indireta serão sempre encaminhados através da Secretaria incumbida a supervisão e controle do órgão, na forma deste artigo.

TÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

Art. 4º Os assuntos compreendidos na competência de cada uma das secretarias são adiante especificados:

I — Secretária do Governo: Coordenação do Sistema de Planejamen-

to e Elaboração Orçamentária, acompanhamento da execução de Planos e Orçamentos; supervisão do Sistema Regional; estatística.

II — Secretaria de Administração. Pessoal; Material; Transportes Interiores; Documentação; Administração e Vigilância de Próprios do Distrito Federal; Organização e Métodos.

III — Secretaria de Finanças. Receita; Despesa; Contabilidade; Administrações Fazendária Financeira e Patrimonial; Auditoria Financeira.

IV — Secretaria de Educação e Cultura. Ensinos Elementar, Médio Supletivo e Emendativo; Atividades Culturais e Intercâmbio.

V — Secretaria de Saúde. Saúde Pública; Assistências Médica, Dentária e Hospitalar; Atividades Complementares.

VI — Secretaria de Serviços Sociais. Recuperação e Orientação Social; Assistência ao Menor; Assistência à População Desfavorecida; Atividades Econômicas de Interesse Social.

VII — Secretaria de Viação e Obras. Urbanismo e Arquitetura; Estudos e Projetos de Parques e Jardins; Fiscalização de Construções; Estruturação Física do Distrito Federal; Zoneamento Rodovias.

VIII — Secretaria de Serviços Públicos. Transportes Coletivos; Telecomunicações; Controle ou Administração dos Serviços de Utilidade Pública; Limpeza Urbana; Abastecimento de Água; Esgotos; Energia Elétrica.

IX — Secretaria de Agricultura. Produção; Expansão Econômica; Agricultura; Assistência ao Agricultor; Abastecimento; Defesas Sanitárias Animal e Vegetal; Recursos Naturais.

Art. 5º Ao Gabinete do Prefeito compete:

a) assistir o Prefeito em suas representações social e política;

b) funcionar como secretária do Prefeito;

c) incumbir-se das atividades de divulgação, relações públicas, esporte e turismo, além de outras atribuições que lhe forem cometidas.

Art. 6º Ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo compete:

a) orientar os planejamentos urbanístico e arquitetônico, com apoio

nos órgãos próprios da Secretaria de Viação e Obras;

b) opinar sobre os projetos de urbanismo e arquitetura a serem executados na área do Plano Piloto;

c) coordenar iniciativas diretamente relacionadas com o interesse urbanístico do Distrito Federal;

d) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas

§ 1º O Conselho será presidido pelo Prefeito, que lhe fixará a composição e as normas de funcionamento.

§ 2º Serão membros natos do Conselho o autor do Plano Urbanístico de Brasília, o autor do Plano Arquitetônico de Brasília e o primeiro Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Art. 7º O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, presidido pelo Prefeito, contará com representantes da Indústria, do Comércio e da Agricultura e terá sua composição, atribuições e normas de funcionamento definidos por ato do Prefeito.

Art. 8º O Conselho de Educação do Distrito Federal, criado por força da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, terá a constituição e as atribuições previstas no Decreto número 171, de 7 de março de 1962.

TÍTULO IV

DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

Art. 9º O Distrito Federal será dividido em Regiões Administrativas para fins de descentralização e coordenação dos serviços de natureza local.

§ 1º A cada Região Administrativa corresponderá uma Administração Regional à qual caberá representar a Prefeitura do Distrito Federal e promover a coordenação dos serviços em harmonia com o interesse público local.

§ 2º A Administração Regional será chefiada por um Administrador Regional, de livre nomeação do Prefeito, dentre servidores de comprovada idoneidade e experiência administrativa, integrantes ou à disposição do sistema de administração do Distrito Federal.

§ 3º O Administrador Regional deverá residir obrigatoriamente, na sede

de sua Região, desde que lhe sejam proporcionadas condições para este fim.

Art. 10. Os órgãos e serviços enquadrados no regime de Administração Regional, ficam subordinados à autoridade do Administrador Regional, sem prejuízo da orientação normativa, do controle técnico (verano) dos órgãos centrais competentes de cada Secretaria.

§ 1º A supervisão global do sistema de Administração Regional competirá à Secretaria do Governo.

§ 2º Cada Região Administrativa terá anexo próprio no Orçamento Geral do Distrito Federal.

Art. 11. Aplicam-se às Administrações Regionais as disposições do artigo seguinte e seu parágrafo único.

TÍTULO V

DOS ÓRGÃOS RELATIVAMENTE AUTÔNOMOS

Art. 12. O Poder Executivo do Distrito Federal assegurará autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente, aos serviços em regime industrial, como tais entendidos os órgãos ou estabelecimentos incumbidos da supervisão ou execução de serviços que, pela natureza peculiar de suas atividades, devam ter flexibilidade administrativa e financeira. (VETADO) observado, em qualquer caso, o disposto no art. 3º e seus parágrafos.

Parágrafo único. Além do pessoal submetido ao regime do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União e legislação complementar, os serviços de que trata este artigo poderão utilizar pessoal sujeito ao regime da legislação geral do trabalho.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. As atividades auxiliares de administração, tais como sejam organização, pessoal, material, compras, planejamento, orçamento, contabilidade, relações públicas, transportes internos e outras serão organizadas em sistema integrado por todos os órgãos, que, na Administração do Distrito Federal, exerçam a mesma atividade.

Parágrafo único. Os órgãos integrantes de um sistema de atividades

auxiliares de administração, qualquer que seja a sua subordinação, ficam submetidos à orientação normativa, controle técnico (vetado) e à fiscalização específica do órgão central do sistema.

Art. 14. Ressalvados os casos de competência privativa, expressa em Lei, e as exceções estabelecidas pelos dirigentes de órgãos diretamente subordinados ao Prefeito, as decisões, em primeira instância, caberão aos dirigentes de nível departamental, aos dirigentes dos órgãos relativamente autônomos e aos administradores regionais.

Parágrafo único. A competência de que trata este artigo será delegada, sempre que possível, aos órgãos ou serviços incumbidos do contrato direto com o público.

Art. 15. Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a constituir, nos termos desta Lei e da legislação que lhes for aplicável, as seguintes sociedades por ações:

a) Companhia de Telefones de Brasília (COTELB), destinada a administrar os serviços telefônicos urbanos e interurbanos;

b) Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB), destinada a administrar os serviços de energia elétrica;

c) Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), destinada a promover a expansão das atividades econômicas do Planalto Central;

d) Banco Regional de Brasília S.A. (BRB) (vetado).

§ 1º Nas empresas de que trata este artigo, a Prefeitura detém, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto, e, através de seus representantes fará observar, nos atos constitutivos de cada empresa, os preceitos legais aplicáveis.

§ 2º A quota de participação da Prefeitura do Distrito Federal, na formação do capital de cada uma das entidades a que se refere o artigo anterior, será integralizada mediante:

a) avaliação e subsequente transferência e incorporação dos bens atualmente vinculados às atribuições específicas das sociedades integrantes do patrimônio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil;

b) transferência de quaisquer recursos orçamentários e outros fundos especialmente in alio ao serviço.

c) dotações ou créditos que com esse objetivo, vierem a ser autorizados por Lei;

d) doações ou contribuições de qualquer natureza.

§ 3º A partir da data de sua constituição, passarão a ser recolhidas às entidades de que trata o art. 15, as contribuições ou taxas destinadas à manutenção ou retribuição dos serviços que passarem à sua responsabilidade, assim como as receitas que, com o mesmo objetivo, vierem a ser instituídas em Lei.

§ 4º As entidades citadas pela presente Lei poderão recadar as contribuições e taxas para os usuários através de uma coletoria de rendas industriais comum ou pelo Banco Regional de Brasília S.A., mediante convênio.

§ 5º As empresas de que trata este artigo, assim como as operações que realizarem, gozarão de isenção de pagamento dos tributos de competência da União e do Distrito Federal, aplicando-se-lhes, nos artigos 13 e 14 da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.

§ 6º (vetado).

Art. 16. Ficam criadas as seguintes autarquias:

a) Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DERDF), como órgão integrante da estrutura administrativa do Distrito Federal e coadjuvante do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

b) (vetado).

c) (vetado).

Parágrafo único. (vetado).

Art. 17. O Prefeito confirmará a condição de órgãos relativamente autônomos, na forma do art. 12, entre outros, ao Serviço Autônomo de Águas e Esgotos (SAE), ao Serviço Autônomo de Limpeza Urbana (SLU), à Loteria de Brasília (LOB), ao Teatro Nacional de Brasília (TNB), ao Instituto de Educação do Excepcional (IEE) e à Biblioteca Pública de Brasília (BPP).

Art. 18. Para fins de exercício do controle e supervisão de que trata o (vetado) art. 3º, são a seguir indicadas as secretarias interessadas na atividade de cada um dos órgãos a

que se refere o inciso II do mesmo artigo, existentes ou a serem constituídos:

(VETADO).

Secretaria de Agricultura e Produção
Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB);

Fundação Zootécnica do Distrito Federal (FZDF).

Secretaria de Educação e Cultura

Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF);

Fundação Cultural do Distrito Federal (FCDF);

(VETADO).

(VETADO).

(VETADO).

Secretaria de Finanças

Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN);

Banco Regional de Brasília S.A. (BRB);

(VETADO).

Secretaria de Serviços Públicos

Companhia de Telefones de Brasília (COTELB);

Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB);

Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB);

(VETADO).

(VETADO).

Secretaria de Saúde

Fundação Hospitalar do Distrito Federal (FHDF).

Secretaria de Serviços Sociais

Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS);

Fundação do Serviço Social do Distrito Federal (FSSDF).

Secretaria de Viação e Obras

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP);

Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DERDF).

Art. 19. (VETADO).

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 20. Ficam criados 7 (sete) cargos de Secretário; (VETADO) 1 (um) cargo de Procurador-Geral (VETADO)

Parágrafo único. Os cargos de Secretário-Geral criados pela Lei núme-

ro 3.751, de 13 de abril de 1960 passam a denominar-se cargos de Secretário.

Art. 21. O § 2º do art. 12 da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º A Diretoria será constituída de 1 (um) Superintendente e 3 (três) Diretores”.

§ 1º As funções de Superintendente serão exercidas cumulativamente pelo Secretário de Viação e Obras.

§ 2º Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, serão nomeados, por livre escolha do Prefeito, dentre pessoas de ilibada reputação e reconhecida competência técnica.

Art. 22 — Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para revisão e atualização dos estatutos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), visando ajustá-lo à estrutura decorrente desta lei.

Parágrafo único. Os atos necessários ao cumprimento do disposto, neste artigo serão baixados pelo Prefeito do Distrito Federal.

Art. 23. A Prefeitura do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil ficam autorizadas a ultimar a transferência de bens, imóveis e semoventes para integralização do capital das seguintes sociedades:

I — Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB);

II — Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS) e

III — Sociedade de Abastecimento de Brasília Ltda. (SAB).

Art. 24 — A utilização de espaços em próprios da Prefeitura do Distrito Federal ou de empresas a ela vinculadas será feita em caráter precário, a juízo exclusivo do Prefeito, e mediante pagamento de taxa de ocupação, reajustável na conformidade do critério estabelecido no art. 5º da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 25 — A seleção de pessoal para ingresso nos quadros da Prefeitura e das entidades por ela jurisdicionada só poderá ser feita mediante concurso público.

§ 1º O Prefeito e os dirigentes de órgãos da administração indireta poderão admitir pessoal mediante con-

trato para funções altamente especializadas ou de natureza braçal.

§ 2º Os contratos a que se refere o parágrafo anterior serão feitos na conformidade da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 26. O Prefeito organizará no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta lei o quadro de pessoal da Prefeitura Federal.

Parágrafo único. A organização do quadro se processará segundo as normas de pessoal adotadas pelo Governo Federal, aplicando-se-lhe, no que couber, o sistema de classificação instituído pela Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 27. Os vencimentos e vantagens dos cargos e funções das administrações direta e indireta do Distrito Federal não poderão ultrapassar os vencimentos e vantagens dos cargos e funções correspondentes do Serviço Público Federal.

Parágrafo único. Enquanto não for aprovado o quadro de pessoal de que trata o artigo anterior fica mantido o sistema de funções em comissão, em vigor na Prefeitura do Distrito Federal e nas entidades a ela jurisdicionadas.

Art. 28. O pessoal da Prefeitura do Distrito Federal sujeito ao regime estatutário contribuirá para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

Art. 29. Os servidores da Prefeitura do Distrito Federal e os da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, abrangidos pelo artigo 4º da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, poderão ter exercício nos órgãos de administração descentralizada previstos nesta lei.

Art. 30. As despesas dos órgãos transformados em autarquias e em sociedade por ações continuarão a ser custeadas no corrente exercício, com recursos orçamentários e extra-orçamentários das entidades a que se achavam vinculados.

Art. 31. O Distrito Federal será dividido em 8 (oito) regiões administrativas, a saber: Taguatinga, Planaltina, Sobradinho, Brasília, Gama, Jardim, Paranoá e Brasília.

Parágrafo único. A Região Administrativa compreenderá áreas urba-

nas, áreas de expansão urbana e áreas rurais a serem fixadas por decreto do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 32. Fica mantida a Junta de Recursos Fiscais com as características e as atribuições que lhe foram deferidos pela Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962.

Art. 33. Para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente lei, o Poder Executivo remeterá ao Congresso Nacional pedido de abertura de crédito necessário.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas da União e terá vigência no corrente e no próximo exercícios.

Art. 34. O Prefeito baixará os atos de regulamentação necessários à execução desta lei, no prazo máximo e improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da sua vigência.

Parágrafo único. Da regulamentação de que trata este artigo constará, obrigatoriamente, a estrutura interna das Secretarias e demais órgãos integrantes da estrutura administrativa da Prefeitura.

Art. 35. O Prefeito expedirá os atos necessários à progressiva adaptação da estrutura administrativa do Distrito Federal às disposições da presente lei.

Parágrafo único. A redistribuição de órgãos e serviços implicará na redistribuição automática dos créditos respectivos.

Art. 36. Atendido o interesse da administração o Prefeito poderá transformar em sociedade por ações qualquer das Sociedades por quotas relacionadas entre os órgãos indicados no art. 23, caso em que deverão ser estritamente observadas as normas constantes dos parágrafos do artigo 15.

Art. 37. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro, de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.546 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para a importação de pertences e acessórios para órgãos destinados à Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de direitos imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para a importação da Alemanha, sem cobertura cambial de quatro volumes embarcados pelo navio Ravensberg, para o porto de Santos, contendo pertences e acessórios para órgão destinados à Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, conforme licença de importação concedida pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., sob número 18-57/44.301-4.763, com a seguinte discriminação:

1 consola (mesa de teclado) elétrica com dois manuais de 56 teclas cada, pedal Dó-Fá — 30 teclas e 20 registros, inclusive duas transmissões, contendo acoplamentos, cilindro pedal para o crescendo transversal, Voltímetro e iluminação do pedal;

160 eletromagnetos para os "relais" dos manuais, pedal e registro;

1 cabo de ligação entre a consola e o someiro;

1 retificador de selênio para a corrente débil (14 volts);

1 Gerador 220/380 Volts, 3 fases, 60 períodos;

535 flautas (tubos) de estanho;

60 flautas (tubos) de zinco;

3 flautas (tubos) de madeira.

Art. 2º Igual isenção é concedida para a importação, da Itália, dos veículos abaixo relacionados e destinados à Prelazia de Parintins, Estado do Amazonas:

Motocicleta tipo Guzzino, usada, 65 CC — matrícula 32.398;

Motocicleta tipo Guzzino, usada, 65 CC — matrícula 53.929;

Motocicleta tipo Guzzino, usada, 65 CC — matrícula 159.823;

Carrinho, marca Fiat, usado, 500 CC — matrícula 509.031;

Motocicleta marca Vespa, usada; Bicicleta Motorizada, usada, tipo Alpino, e

Lambreta, usada, modelo antigo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.547 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00, destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos na Enseada de São Joaquim, Cidade do Salvador, Estado da Bahia.

§ 1º As obras de reconstrução a que se refere este artigo serão executadas mediante concorrência pública.

§ 2º As obras de reconstrução da Feira de Água de Meninos serão começadas simultaneamente com os trabalhos de remoção dos depósitos de combustível, localizados nessa região.

§ 3º As obras de remoção dos depósitos de combustíveis não poderão ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses a contar da entrada em vigor da presente lei.

§ 4º O não cumprimento do disposto no § 3º deste artigo resultará na proibição do fornecimento de combustíveis às companhias proprietárias dos citados depósitos pela Petrobrás S. A., que será responsabilizada pela não aplicação dessa sanção.

Art. 2º A crédito de que trata esta Lei será registrada pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional, creditado no Banco do Brasil S. A., para utilização e aplicação pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.548 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1964

Extingue a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Piauí, em Urussu, criada pela Lei nº 1.473-B, de 24 de novembro de 1951.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica extinta a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Piauí, em Urussu, criada pela Lei nº 1.473-B, de 24 de novembro de 1951.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ernesto de Mello Baptista

LEI Nº 4.549 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1964

Concede, pelo prazo de 24 meses, isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e taxa de despacho aduaneiro para importação de equipamentos e material cinematográfico.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, isenção de direitos, adicionais e imposto de consumo, para importação de equipamentos e materiais destinados à instalação e ampliação de estúdios cinematográficos para os seguintes setores: som, luz, câmera, montagem e trilha.

Parágrafo único. A presente isenção não abrangerá as taxas do despacho aduaneiro e previdência social.

Art. 2º A concessão dos favores previstos no artigo anterior é extensiva às importações anteriormente feitas e despachadas mediante termo de responsabilidade, observadas as condições previstas na presente lei, e dependerá de aprovação dos projetos de instalação e ampliação dos estúdios cinematográficos pelo Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica.

Art. 3º A baixa do termo de responsabilidade, referente à isenção de que trata esta lei, só será efetivada à vista da respectiva verificação fiscal.

Art. 4º A isenção de que trata o art. 1º desta lei não se aplica a equipamentos e materiais com similar de fabricação nacional registrado.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.550 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), destinada à aquisição e fabricação de munições.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$... 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), destinado à aquisição e fabricação de munições, para atender às necessidades do Exército.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arthur da Costa e Silva

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.551 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para os fins que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para atender a despesa com a compra de um carro, destinado ao serviço daquele Tribunal, conforme discriminação abaixo:

Subconsignação 4.2.02 — Automóveis de passageiros: Cr\$ 2.500.000,00.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.552 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República — Conselho Nacional de Telecomunicações — o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir à Presidência da República — Conselho Nacional de Telecomunicações — o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00, como reforço da seguinte dotação do vigente exercício:

“4.07 — Conselho Nacional de Telecomunicações — Despesas Ordinárias

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros

Subconsignação 1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de bagagens e pedágios — Cr\$ 10.000.000,00.”

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.553 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 34.300.000,00 às verbas que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de Cr\$ 34.300.000,00 (trinta e quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros) suplementar às verbas abaixo indicadas do Anexo 4.14 — Ministério da Fazenda ao vigente Orçamento Geral da União (Lei número 4.295 de 16 de dezembro de 1963) a saber:

Verba 1.0.00 — Custeio

1.3.00 — Material de Consumo e de transformação	
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes	6.000.000,00
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, viaturas e aparelhos	3.200.600,00
1.3.10 — Matérias-primas e produtos manufaturados destinados a qualquer transformação	2.500.000,00
1.3.15 — Lâmpadas incandescentes e fluorescentes	2.600.000,00
1.4.00 — Material Permanente	
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações elétricas	2.500.000,00
1.5.00 — Serviços de Terceiros	
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis	6.000.000,00

Verba 4.0.00 — Investimentos

4.1.00 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com os bens imóveis	12.000.000,00
--	---------------

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.554 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1964

Isenta de tributos convênios que visem a atender ao disposto no art. 168, inciso III, da Constituição Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São isentos de quaisquer tributos, inclusive o imposto de selo, os convênios que, visando ao atendimento do disposto no art. 168, inciso III, da Constituição Federal, ou diplomas estaduais que o regulamentem, sejam assinados por instituições educacionais, sem fins lucrativos, com

firmas individuais ou coletivas, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo único. Para gozar dos benefícios desta lei as referidas instituições educacionais devem ter estatutos devidamente registrados no Registro de Pessoas Jurídicas, ter sede no País e estar inscritas no Ministério da Educação e Cultura ou nas Secretarias Estaduais de Educação.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões
Milton Soares Campos
Flavio Lacerda

LEI Nº 4.555 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S. A., para instalação e manutenção de sua Refinaria em Manguinhos, no Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação, excetuando a taxa de despacho aduaneiro, para os materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S. A., para a instalação e manutenção de sua refinaria de Manguinhos, no Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal.

Art. 2º Os favores previstos nesta lei, abrangem os materiais já desembaraçados, mediante a assinatura de termo de responsabilidade. Fica excluído da isenção o material com similar nacional na época da importação.

Art. 3º A baixa do Termo de Responsabilidade, referente à isenção de que trata esta lei, só será efetivada à vista da respectiva verificação fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1964;
143ª da Independência e 76ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.556 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Isenta do Imposto do Sêlo o contrato e demais atos subsequentes relativos ao empréstimo firmado pelo Departamento de Aguas e Esgoto da Prefeitura Municipal de Porto Alegre com o Bnco Interamericano de Desenvolvimento (B.I.D.).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto do Sêlo, o contrato e demais atos subsequentes, inclusive o da garantia do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, relativos ao empréstimo firmado pelo Departamento de Aguas e Esgoto da Prefeitura Municipal de Porto Alegre com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (B.I.D.).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964;
143ª da Independência e 76ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.557 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Dispõe sobre a marcação de volumes para exportação e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os volumes que contiverem produtos fabricados, beneficiados ou extraídos no Brasil, destinados à exportação, serão marcados de forma a indicar a sua origem brasileira e o nome do produtor ou exportador.

Art. 2º A marcação a que se refere o artigo anterior, que será efetuada tendo em vista as conveniências da política de exportação, obedecerá às normas constantes de regulamento, a ser baixado pelo Poder Executivo.

Art. 3º A fiscalização da observância desta lei incumbirá aos órgãos encarregados da fiscalização do embarque.

Parágrafo único. Não será permitido o embarque dos volumes que não satisfaçam às exigências desta lei e das normas baixadas na forma do artigo 2º.

Art. 4º O registro de exportador ficará centralizado na Carteira de Comércio Exterior que fornecerá, aos órgãos governamentais interessados, os dados de registro necessários ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias depois de publicada, revogada a Lei nº 1.563, de 1º de março de 1952, e mais disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.558 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Cria uma Coletoria Federal no Município de Osasco, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada uma Coletoria Federal no Município de Osasco, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Para atender às despesas decorrentes desta lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.559 — DE 10 DE DEZEMBRO
DE 1964

Isenta dos impostos de importação e de consumo o equipamento telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica de Patrocínio, na cidade do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento telefônico constante das licenças DG-58-8.717 — 8.801 e DG-58-8.718 — 8.802, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Companhia Telefônica de Patrocínio, sediada na Cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O favor concedido não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.560 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1964

Concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959, o abono provisório de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, unidade da Rede Ferroviária Federal S. A., aposentados até 31 de dezembro de 1959, é concedido o abono provisório de

que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959.

Art. 2º O abono provisório ora concedido só é devido de 1º de janeiro a 31 de dezembro também de 1959, descontando-se do mesmo abono provisório concedido, naquele período, pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º O pagamento das vantagens desta lei será feito pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que descontará a recolherá as contribuições devidas ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público.

Art. 4º ... (vetado)

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 75.800.000,00 (setenta e cinco milhões e oitocentos mil cruzeiros), para atender às despesas decorrentes desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

José Chrysantho Seabra Fagundes

LEI Nº 4.561 — DE 11 de
DEZEMBRO DE 1964

Cria cargos isolados de provimento em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Saúde.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Saúde os seguintes cargos isolados, de provimento em comissão:

1 — Diretor de Serviço de Documentação, símbolo 5-C.

1 — Diretor do Serviço de Estatística da Saúde — símbolo 5-C.

1 — Diretor do Serviço Nacional da Fiscalização de Odontologia — símbolo 3-C.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta lei será atendida com os recursos da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Brito

LEI Nº 4.562 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1964

Isenta dos impostos de importação e de consumo, ressalvada a taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à montagem de uma base de revisão para motores a reação e de combustão interna importados pela firma Rolls Royce S.A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, ressalvada a taxa de despacho aduaneiro, para os equipamentos, máquinas e ferramentas constantes da licença n.º DG 59-11.029-11.196, importados pela firma Motores Rolls-Royce S.A., e destinados à montagem de uma base de revisão para motores a reação e de combustão interna, na cidade de São Paulo.

Art. 2º A concessão, de que trata o artigo anterior abrangerá os equipamentos, máquinas e ferramentas, importados até 31 de dezembro de 1961, que venham a ser licenciados em favor da referida empresa pela Carteira de Comércio Exterior, sem cobertura cambial, sob a forma de investimento de capital estrangeiro, e que se destinarem à aludida base de revisão.

Parágrafo único. A isenção a que se refere este artigo somente se tornará efetiva pela publicação, no *Diário Oficial*, de portarias do Ministro da Fazenda, em que sejam mencionadas as quantidades, peso, natureza e valor dos bens isentos, além de outras características, cuja discriminação, for julgada conveniente.

Art. 3º A isenção concedida não compreenderá os materiais com similar nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

(*) LEI Nº 4 563 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1964

Institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É criado, no Ministério da Viação e Obras Públicas, o Conselho Nacional de Transportes, com a finalidade de participar da formulação e assegurar a coordenação harmônica da política nacional de transportes.

Art. 2º Para os fins do art. 1º deverá o Conselho Nacional de Transportes:

- 1) coordenar a execução do Plano Nacional de Viação;
- 2) apreciar e aprovar, previamente, os planos e os programas de investimento de qualquer natureza ... **VETADO** ... relativos à implantação ou melhoramento de vias e terminais, reequipamento de material e coordenação de sistemas de transporte;
- 3) estudar e propor medidas que visem ao aperfeiçoamento dos meios de transporte e sua exploração econômica;
- 4) propor medidas que assegurem a coordenação técnica, financeira e econômica na expansão e exploração dos diversos sistemas de transporte;
- 5) Deliberar sobre questões ... **VETADO** ... referentes aos diversos sistemas de transportes, tendo em vista a expansão e exploração adequada dos mesmos;
- 6) apreciar os orçamentos das entidades de exploração de órgãos autárquicos e normativos de transporte, bem assim os balanços das empresas particulares, quando subvencionadas pela União, e das estatais, encaminhando-os, com parecer, ao Mi-

nistro de Estado ao qual estiverem subordinados;

7) desincumbir-se de todos os encargos referentes a assuntos de transporte, que lhe forem cometidos pelos Ministros de Estado interessados;

8) coordenar, levantar ou atualizar e analisar, anualmente, as estatísticas nacionais de transportes, especialmente em relação a tráfego pessoal, custos totais da operação, fatores empregados na produção dos serviços e investimentos executados ou programados;

9) conhecer e apreciar as prestações de contas das entidades estatais e dos órgãos de transporte, encaminhando-os, com parecer, ao Ministro de Estado, para remessa ao Tribunal de Contas, bem como conhecer e apreciar os relatórios das prestações de contas dos órgãos de transporte do Ministério da Aeronáutica;

10) manter atualizadas as informações sobre características técnicas, situação e capacidade das vias, equipamentos, instalações e meios do sistema nacional de transportes, bem como dos planos aprovados e programas em execução;

11) conhecer as resoluções dos Conselhos Setoriais submetidas à aprovação ministerial;

12) opinar sobre anteprojetos de lei ou regulamentos relativos a transporte;

13) traçar a política tarifária dos diferentes meios de transporte.

§ 1º. As recomendações, sugestões, pareceres ou resoluções do Conselho Nacional de Transportes, previstas nos itens 1, 2, 3, 5, 6, 9, 12 e 13, ficam sujeitas à aprovação dos Ministros da Viação e Obras Públicas ou da Aeronáutica.

§ 2º. Se, dentro do prazo de trinta dias ... **VETADO** ... não houver pronunciamento, as resoluções serão consideradas aprovadas.

§ 3º. Os planos e programas referentes ao setor aeroviário terão por base os programas particulares e específicos, elaborados, pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 3º. O Conselho Nacional de Transportes será constituído dos seguintes membros, todos brasileiros natos:

- a) um Presidente;
- b) um representante do Estado-Maior das Forças Armadas;

c) o Presidente do Conselho Rodoviário Nacional;

d) o Presidente do Conselho Ferroviário Nacional;

e) o Presidente do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis;

f) o Diretor de Aeronáutica Civil, ou de órgão deliberativo que vier substituí-lo;

g) o Presidente da Comissão de Marinha Mercante, ou de órgão deliberativo que vier substituí-lo;

h) um representante do Ministério da Fazenda;

i) VETADO

j) um representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica;

l) VETADO;

m) VETADO;

n) um representante da Contadoria-Geral dos Transportes ou órgão que o substituir;

o) VETADO;

p) VETADO;

q) VETADO;

r) VETADO;

s) VETADO;

t) VETADO;

§ 1º. Os membros do Conselho Nacional de Transportes, correspondentes às letras a, b, h, ... VETADO ... j, ... VETADO ... n, ... VETADO ... deste artigo, exercerão mandato por três anos, ... VETADO ...

§ 2º. O Conselho Nacional de Transportes terá assessores permanentes para assuntos ligados aos seguintes Ministérios:

— do Trabalho e Previdência Social;

— das Minas e Energia;

— da Agricultura;

— da Indústria e do Comércio;

— e, eventualmente, de outros Ministérios.

§ 3º VETADO

Art. 4º. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 5º. O Conselho Nacional de Transportes reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por quinzena, com a presença da maioria de seus membros sem prejuízo das sessões extraordinárias convocadas pelo Presidente.

Art. 6º. As resoluções do Conselho Nacional de Transportes serão tomadas, sempre, com a presença do representante do órgão interessado, por maioria dos membros presentes, salvo em se tratando de matéria de

interesse da segurança nacional, quando só serão válidas se adotadas por maioria absoluta.

Art. 7º. A indicação dos representantes e assessores do Conselho Nacional de Transportes deverá recair em servidores com atividades funcionais do mais alto nível, pertencentes aos Quadros dos respectivos Ministérios.

Parágrafo único. A indicação dos membros do Conselho Nacional de Transportes deverá recair, sempre em pessoas com tradição no setor de transportes e de reconhecido mérito público.

Art. 8º. O representante do Estado-Maior das Forças Armadas e o Diretor de Aeronáutica Civil poderão recorrer, com efeito suspensivo, das decisões do Conselho ... VETADO ... respectivamente, ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e ao Ministro da Aeronáutica, e estes, se for o caso, ao Presidente da República.

Art. 9º. Os membros do Conselho Nacional de Transportes receberão, por sessão a que comparecerem, uma gratificação equivalente a 1/4 (um quarto) do maior salário-mínimo vigente, até o máximo de oito sessões mensais.

Art. 10. As nomeações dos representantes do Estado-Maior das Forças Armadas, do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, do Ministério da Fazenda e dos assessores, previstas no § 1º do art. 3º serão feitas por decreto, mediante indicação do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e dos respectivos Ministros.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 11. São órgãos componentes do Conselho Nacional de Transportes:

I — Secretaria Administrativa;

II — Departamento Técnico;

III — VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 12. Para preenchimento dos Quadros dos ... VETADO ... órgãos indicados no artigo anterior, poderá o Ministro da Viação e Obras Públicas designar funcionários do próprio Ministério, ou requisitá-los das autarquias e sociedades de economia mista, a ele vinculadas.

§ 1º. A Chefia do Departamento Técnico, a que corresponderão vencimentos do Padrão 2-C, será exerci-

da, em comissão, por engenheiro civil escolhido na forma deste artigo.

§ 2º. VETADO.

§ 3º A Chefia da Secretaria Administrativa, a que corresponderão vencimentos do Padrão 3.C, será exercida, em comissão, por funcionário categorizado, escolhido pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, na forma deste artigo.

Art. 13. O Ministro da Viação e Obras Públicas submeterá à aprovação do Presidente da República, dentro de 90 (noventa) dias, após a publicação da presente Lei, o Regimento Interno do Conselho Nacional de Transportes.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), destinados a atender, no exercício de 1965, às despesas de qualquer natureza, com a organização e funcionamento do Conselho Nacional de Transportes.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Ernesto de Mello Baptista

Arthur da Costa e Silva

A.B.L. Castello Branco

Octávio Gouveia de Bulhões

José Chrysantho Seabra Fagundes

Hugo de Almeida Leme

Flávio Suplicy de Lacerda

Arnaldo Sussekind

Nelson Lavenère Wanderley

Raymundo de Brito

Daniel Faraco

Mauro Thibau

Sebastião de Sant'Anna e Silva

Oswaldo Cordeiro de Farias

(*) LEI Nº 4.564 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Rede Ferroviária S.A., e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Rede Ferroviária Federal S. A. autorizada a proceder ao

reajustamento dos salários vigentes a 31 de maio de 1964, do pessoal a seu serviço, cedido e trabalhista, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º Na elaboração das novas tabelas salariais, a R.F.F.S.A. adotará critério de zoneamento segundo regiões geoeconômicas abrangidas pelos seus serviços, levando em consideração a desigualdade de evolução das despesas de pessoal nas diversas Estradas, ocorridas de janeiro de 1963 a maio de 1964, não podendo o maior valor dessas tabelas, excetuados os cargos em comissão, ultrapassar o fixado para o nível 22, no art. 1º da Lei nº 4.345, de 28 de junho de 1964.

§ 1º Para os fins deste artigo, a R.F.F.S.A. observará, sempre que possível, a analogia como a classificação de cargo da Lei nº 3.780, de 12 de junho de 1960, notadamente o disposto em seus Anexos VII e VIII.

§ 2º As tabelas referidas neste artigo deverão ser submetidas, pela R.F.F.S.A. à homologação do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 3º O pessoal a que se refere o art. 1º e que, em virtude da aplicação do disposto nesta Lei, venha a fazer jus, mensalmente, a um total de vencimentos e vantagens inferior ao total de vencimentos e vantagens que percebia em maio de 1964, por força de decisões com amparo legal, ou judiciais, transitadas em julgado, terão direito a um complemento igual ao valor da diferença entre os dois totais.

§ 1º Não serão consideradas, para qualquer efeito, as vantagens cujo pagamento tenha sido suspenso, de abril de 1964 até a data desta Lei, por falta de fundamento legal.

§ 2º O complemento de que trata este artigo decrescerá, progressivamente, ou se extinguirá, em face de futuros reajustamentos, readaptações, promoções, acessos e alterações em gratificações adicionais por tempo de serviço.

Art. 4º Ao pessoal da União, cedido à Rede Ferroviária Federal S. A., na forma da alínea d, do § 2º, do art. 15, da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, será paga a gratificação adicional prevista nos arts. 10 e 32, da Lei nº 4.345, de 28 de junho de 1964, calculada, exclusivamente, sobre o vencimento dos níveis do enquadramento efetuado por força da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 5º Para o atendimento dos recursos financeiros, no exercício em curso, decorrentes da revisão autorizada no art. 1º, desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 39.200.000.000,00 (trinta e nove bilhões e duzentos milhões de cruzeiros), que será, automaticamente, registrado pelo Tribunal de Contas da União, ficando autorizada a sua vigência, também, no exercício de 1963.

Parágrafo único. Em consequência do disposto neste artigo, fica a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima excluída da participação prevista no crédito especial de Cr\$ 330.000.000.000,00 (trezentos e trinta bilhões de cruzeiros), a que se refere o art. 42, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 6º A partir da vigência desta Lei, deixa de ter aplicação, no que diz respeito à R.F.F.S.A., o art. 19 e seus parágrafos, bem como os incisos, 1 e 2, do art. 20, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 7º VETADO.

Art. 8º VETADO.

Art. 9º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo suas vantagens financeiras a 1º de junho de 1964, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

José Chrysantho Seabra Fagundes

LEI Nº 4.565 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Altera o art. 4º da Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959 (pagamento de débitos de cafeicultores), e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Em garantia do pagamento de suas responsabilidades, os cafeicul-

tores beneficiados destinarão ao Banco do Brasil S.A., para venda e amortização dos débitos na forma do estatuído no art. 1º desta lei, o café colhido nos imóveis respectivos. Para esse fim, a União é credora pignoratícia independentemente de qualquer convenção, ficando-lhe assim assegurado o penhor legal sobre as safras obtidas, ressalvado, todavia, ao Banco do Brasil S.A. o direito de conceder novos financiamentos para custeio das mesmas lavouras e outros previstos no Regulamento de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial mediante constituição do penhor convencional das ajudas colheitas.”

Art. 2º Fica prorrogado por um ano, a partir de 31 de outubro de 1964, o vencimento da primeira prestação do débito a que se refere o artigo 1º da Lei nº 3.879, de 30 de janeiro de 1961.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.566 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Altera a subvenção concedida à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Sul-Riograndense.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A subvenção concedida à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Sul-Riograndense (denominação que tomou a Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas), pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, fica aumentada, nos termos do § 2º do art. 16 da mesma lei, com a redação que lhe deu a Lei nº 3.641, de 10 de outubro de 1959, em Cr\$... 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), passando a ser de Cr\$... 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros), aumento esse a partir de 1961.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para ocorrer ao pagamento da diferença, objeto desta lei, nos anos de 1961 e 1962.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Flávio Suplicy de Lacerda

LEI Nº 4.567 — DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1964

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 397.246.024,90, destinado ao ressarcimento do Banco de Crédito da Amazônia S.A. pelas despesas efetuadas com o pagamento do aumento de 25% sobre os preços de compra da borracha nacional.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 397.246.024,90 (trezentos e noventa e sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil, vinte e quatro cruzeiros e noventa centavos), para atender ao ressarcimento do Banco de Crédito da Amazônia S.A. pelas despesas efetuadas com o pagamento de aumento de 25% sobre os preços da compra da borracha nacional, na conformidade da resolução tomada em sessão realizada, em 24 de fevereiro de 1958, pela Assembleia Geral Extraordinária de acionistas do referido estabelecimento.

Art. 2º O crédito ao qual se refere a presente lei é automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.568 — DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1964

Concede prorrogação até 30 de junho de 1964 do prazo estabelecido no art. 1º da Lei nº 3.963, de 20 de setembro de 1961 (Faculta isenção de direitos alfandegários para importação de material destinado à fabricação de máquinas agrícolas).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida prorrogação, até 30 de junho de 1964, do prazo estabelecido no art. 1º da Lei número 3.963, de 20 de setembro de 1961, que concede isenção de imposto aduaneiro (exceto a taxa de despacho aduaneiro a que se refere o art. 66 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957) e do imposto de consumo, para importação de partes complementares da produção nacional de tratores agrícolas.

Art. 2º A concessão dos favores previstos no artigo anterior se aplica somente às partes complementares importadas de acordo com o plano de nacionalização constante dos projetos aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR), já desembaracadas nas alfândegas mediante a assinatura de termos de responsabilidade, na conformidade do artigo 42 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.569 — DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1964

Autoriza o Poder Executivo o doar a Cooperativa Agrícola Samborjense Ltda., com sede na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, uma área de terrenos de seu domínio patrimonial, sob a administração da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a doar à Cooperativa Agrícola Samborjense Ltda., com sede na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, uma área de terrenos de seu domínio patrimonial, sob a administração da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, situada naquela cidade, com frente de cento e trinta e dois metros e meio (132,50), ao norte para a rua Engenheiro Manoel Fagundes; de cento e trinta e três metros e trinta centímetros (133,30), ao sul, para a rua Dr. Moraes; de duzentos e noventa e cinco metros (295,00), a Leste, para a rua Bernardo de Mello, medindo o lado esquerdo, norte-sul, duzentos e setenta e três metros e dez centímetros (273,10), com frente, numa parte para a rua Benjamin Constant a Oeste, e entestando, noutra parte, com terreno também pertencente ao domínio da União, que apresenta frentes para as ruas doutor Moraes, Silva Jardim e Cabo Pedroso.

Art. 2º Destinar-se-á o terreno, de que trata o artigo anterior, à construção e instalação de depósito, silos e equipamento industrial, para armazenamento, expurgo e beneficiamento de trigo e demais produtos agrícolas dos associados da Cooperativa Agrícola Samborjense Ltda., que perderá direitos sobre o imóvel, com reversão automática ao domínio da União, se, dentro de dois anos após a celebração da respectiva escritura não tiver iniciado as obras programadas ou se der à referida área, a qualquer tempo, destinação diferente da prevista na presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

José Chrysantho Seabra Fagundes

LEI Nº 4.570 — DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1964.

Transfere verbas do Orçamento da Comissão do Vale do São Francisco.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os saldos das verbas 3.2.03.10, 3.2.03.13 e 3.2.03.12, dos Orçamentos de 1960, 1961 e 1962, Subanexo 4.06 — Comissão do Vale do São Francisco, destinados à Usina Hidroelétrica de Paialá, no Município de Saúde, Estado da Bahia, ficam transferidos para a instalação da Residência Agrícola da C.V.S.F., no mesmo Município, e complementação da rede elétrica da cidade e zonas rurais.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Gouveia de Bulhões

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.571 — DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1964.

Concede amparo aos alunos dos Centros de Formação de Reservistas e dos Tiros de Guerra, quando invalidados em consequência de acidentes verificados em serviço.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Estado dará amparo aos alunos dos Centros de Formação de Reservistas e aos alunos dos Tiros de Guerra quando invalidados em conse-

quência de acidentes verificados em serviço ou na instrução com relação de causa e efeito, devidamente comprovados em torno do acidente ou inquérito sanitário de origem.

Art. 2º Os alunos dos Centros ou Escolas de Formação de Oficiais da Reserva das Forças Armadas, portadores de quaisquer das doenças especificadas na alínea d, do art. 30, da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, devidamente comprovadas em termo de acidente ou inquérito sanitário de origem, farão jus ao amparo concedido pela Lei nº 3.606, de 8 de agosto de 1959.

Art. 3º Para os fins do Art. 1º, os alunos nele referidos terão os direitos e vantagens correspondentes aos do soldado incorporado.

Art. 4º Os benefícios desta Lei serão concedidos a contar da data em que se verificar a incapacidade.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ernesto de Mello Baptista

Arthur da Costa e Silva

Nelson Lavenère Wanderley

LEI Nº 4.572 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964.

Estende à União dos Ferroviários do Brasil as vantagens da Lei nº 2.339, de 20 de novembro de 1954, que inclui a Associação dos Servidores Civis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatórias de que trata a Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São extensivas à União dos Ferroviários do Brasil, reconhecida pelo Ministério da Viação e Obras Públicas como órgão legal de representação do pessoal ferroviário, no âmbito nacional, as vantagens estabelecidas no Artigo 1º, da Lei nº 2.339, de 20 de novembro de 1954.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

José Chrysantho Seabra Fagundes

LEI Nº 4.573 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 2.507.880,00 (dois milhões, quinhentos e sete mil oitocentos e oitenta cruzeiros), em reforço de subconsignação que especifica.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Eº o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 2.507.880,00 (dois milhões quinhentos e sete mil e oitocentos e oitenta cruzeiros) à Lei número 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que orça a receita e fixa a despesa da União para o Exercício financeiro de 1964, para reforço da seguinte subconsignação:

— Anexo 5 — Poder Judiciário.

5 — 04 — Justiça Eleitoral

02 — Tribunais Regionais Eleitorais

02.05 — Distrito Federal — Brasília
Despesas Ordinárias.

Verba 1.6.00 — Custeio

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignação 1.1.04 — Járças

Item 2 — Cr\$ 2.507 880,00

Art. 2º O crédito a que se refere a presente lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Octavio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.574 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$... 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros) para atender às despesas urgentes de pessoal da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros), para atender a despesas urgentes de pessoal da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

A. B. L. Castello Branco.

Otávio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.575 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 24.804.500,00, para atender às despesas com a desapropriação, pela União, do imóvel situado na Praia do Flamengo, 130-132, no Estado da Guanabara, e que se destina a abrigar a Campanha de Assistência ao Estudante.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 24.804.500,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e quatro mil e quinhentos cruzeiros) para atender às despesas com a desapropriação, pela União, do imóvel situado à Praia do Flamengo nº 130-132, no Estado da Guanabara, pertencente à Sociedade Alemanha e que se destina a abrigar a Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), órgão do mencionado Ministério.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Otávio Gouveia de Bulhões.

Flavio Suplicy de Lacerda

LEI Nº 4.576 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Define a competência julgadora de recursos fiscais.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Compete aos Conselhos de Contribuintes e ao Conselho Superior de Tarifa, na esfera da atribuição própria de cada um desses órgãos, julgar os recursos fiscais interpostos pelas empresas produtoras, transmissoras ou distribuidoras de energia hidrelétrica ou termelétrica.

Art. 2º VETADO.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.577 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Isenta do imposto de importação material destinado à fabricação de centrais telefônicas a ser importado pela Siemens do Brasil Companhia de Eletricidade.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação e consumo, para máquinas e equipamentos constantes da licença DG-58-5.622 — 5.645, emitida pela Cartera de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., a serem importados pela Siemens do Brasil Companhia de Eletricidade, para a fabricação de centrais telefônicas.

Parágrafo único. A isenção referida no artigo não abrange a taxa de despacho aduaneiro de 5%.

Art. 2º O favor de que trata o artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964, 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Otávio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.578 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — crédito especial de Cr\$ 5.422.893,50 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e noventa e três cruzeiros e cinquenta centavos), para atender a despesas com pessoal civil, salário-família e gratificações adicionais por tempo de serviço dos servidores de sua Secretaria.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário

— Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 5.422.893,50 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e noventa e três cruzeiros e cinquenta centavos) para atender a despesas com pagamentos de salário-família, diferenças de gratificações adicionais e diferenças de vencimentos dos funcionários de sua Secretaria, relativos ao exercício de 1960.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964, 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Milton Soares Campos.

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.579 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.360.000,00 em favor do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir à Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — o crédito especial de Cr\$ 1.360.000,00 (um bilhão, trezentos e sessenta mil cruzeiros), destinado a ocorrer às despesas com a aquisição de fichários e um automóvel ou camioneta de fabricação nacional para os seus serviços.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964, 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Milton Soares Campos.

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.580 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até Cr\$ 2.502.419,80 (dois milhões, quinhentos e dois mil, quatrocentos e dezenove cruzeiros e oitenta centavos), para ocorrer a despesas com pagamento devido ao pessoal admitido por conta da verba de obras, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até Cr\$... 2.502.419,80 (dois milhões, quinhentos e dois mil quatrocentos e dezenove cruzeiros e oitenta centavos), para ocorrer a despesas correspondentes aos exercícios de 1952 a 1955 e relativas ao pagamento de salário-família e dos abonos de emergência e especial, temporário, instituídos pelas Leis números 1.765, de 18 de dezembro de 1952 e 2.412, de 1º de fevereiro de 1955, devidos ao pessoal admitido por conta da Verba de Obras, bem como remessa, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e Legião Brasileira de Assistência das contribuições do mesmo pessoal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, 11 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Arthur da Costa e Silva.

Otávio Gouveia de Bulhões.

LEI Nº 4.581 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a venda das casas residenciais que integram a "Vila Demóstenes Rockert" em Fortaleza, a seus atuais ocupantes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Rede Ferroviária Federal S. A. venderá a seus atuais ocupantes, desde que servidores estáveis da Rede de Viação Cearense, as casas residenciais que integram a "Vila Demóstenes Rockert", sediada em Fortaleza.

Art. 2º A operação de que trata esta Lei, realizada mediante contrato de promessa de compra e venda ou garantia hipotecária, far-se-á por preços módicos, previamente fixados pela RFFSA.

§ 1º O prazo do pagamento, que também poderá ser feito à vista, se assim o desejar o interessado, não poderá exceder de 30 (trinta) anos, e será estabelecido de modo que, na data do vencimento, não tenha o adquirente mais de 75 (setenta e cinco) anos de idade.

§ 2º O pagamento do imóvel quando transacionado a prazo, será efetuado em prestações mensais sucessivas mediante consignação em folha.

§ 3º Na prestação mensal serão compreendidos, além da cota de amortização e respectivos juros, os quais não poderão ser superiores aos normalmente fixados para transações idênticas realizadas entre os Institutos de Previdência Social e seus segurados, os prêmios dos seguros que tiverem de ser feitos para cobrir o saldo do preço, em caso de falecimento do adquirente.

Art. 3º Os imóveis adquiridos com fundamento nesta lei não poderão ser alienados, nem os respectivos direitos transferidos a terceiros, pelo adquirente ou seus herdeiros, nem tampouco alugados, senão com autorização expressa da RFFSA, a qual não será concedida se verificada, no caso, finalidade especulativa.

Parágrafo único. Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, a autorização somente será deferida se o novo adquirente cessionário ou inquilino, for servidor estável da RFFSA.

Art. 4º Os requerimentos para aquisição dos imóveis de que trata esta lei deverão ser apresentados no prazo de 120 (cento e vinte) dias após baixadas as instruções previstas no art. 7º.

Art. 5º A RFFSA baixará, dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, as instruções necessárias a sua fiel e rápida execução, valendo-se, nos casos omissos, do que dispõe a respeito o Regulamento Geral da Previdência Social (Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960).

Parágrafo único. As operações de que trata esta lei poderão ser realizadas através da Urbanizadora Ferroviária S.A., subsidiária da RFFSA.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

José Crysantho Seabra Fagundes

LEI Nº 4.582 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para centros telefônicos automáticos a serem importados pelas Companhias Telefônicas de Valinhos, em Valinhos, e Empresa Telefônica Araraense S.A., em Araras, ambas no Estado de São Paulo, e pela Companhia Telefônica de Goiás, em Goiás, Estado de Goiás.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, exclusiva a taxa de 5% a que se refere o artigo 66 da Lei nº 3.244

de 14 de agosto de 1957, para os centros telefônicos automáticos constantes das licenças números DG-58/9329.9889, DG-58/10867-11614 e DG-58/9321.9891, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, a serem importados, respectivamente, pelas Companhias Telefônica de Valinhos, em Valinhos, Estado de São Paulo, Empresa Telefônica Araraense S. A. em Araras, Estado de São Paulo, e Companhia Telefônica de Goiás em Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º O favor concedido não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.583 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 125.251.270,60 (cento e vinte e cinco milhões, duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e setenta cruzeiros e sessenta centavos), para pagamento de débitos da Divisão do Material do mesmo Ministério.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 125.251.270,60 (cento e vinte e cinco milhões, duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e setenta cruzeiros e sessenta centavos), para pagamento de débitos da Divisão do Material, apurados no exercício de 1963, provenientes da efetuação de despesas com o fornecimento de alimentação ao Serviço Nacional de Doenças Mentais, Departamento Nacional da Criança, Serviço Nacio-

nal do Câncer e Instituto Oswaldo Cruz, na forma seguinte:

Contribuições devidas ao IAPC relativas ao Pessoal Tabelado	889.352,80
Contribuições atinentes ao 13º salário..	702.450,40
Diferença de ordenação do Pessoal Tabelado de junho a dezembro	2.020.040,30
Faturas que deixaram de ser pagas quando vigente o exercício .	121.639.427,10
	<hr/> 125.251.270,60 <hr/>

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Raimundo Brito

LEI N.º 4.584 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Concede, pelo prazo de 4 (quatro) anos, isenção dos impostos de importação e consumo, para importação do material destinado à instalação ou ampliação da Indústria Nacional de Mecânica Pesada e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir da vigência desta lei, a isenção dos impostos de importação e consumo, para importação de equipamentos de produção, com os respectivos acessórios, ferramentas e instrumentos, destinados à instalação ou ampliação de empresas que tenham diversas linhas de fabricação ligadas à Indústria Mecânica Pesada, cujos projetos tenham sido aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (GEIMAPE).

§ 1.º A isenção de que trata este artigo não abrange a taxa de despacho aduaneiro, nem se aplica ao material com similar nacional registrado.

§ 2.º A isenção prevista nesta lei se estende aos materiais destinados à execução dos projetos industriais já aprovados pelo GEIMAPE e que foram desembaraçados nas Alfândegas, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade, de acordo com o art. 42, da Lei n.º 3.244.

Art. 2.º A baixa do Termo de Responsabilidade, referente à isenção de que trata esta lei, só será efetivada à vista da respectiva verificação fiscal.

Art. 3.º Para tornar efetiva a isenção prevista nesta lei o Poder Executivo, à medida que se processarem as importações, expedirá decretos especificando a quantidade e a natureza dos bens isentos.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI N.º 4.585 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara — o crédito suplementar de Cr\$ 66.679.000,00 (sessenta e seis milhões seiscentos e setenta e nove mil cruzeiros), em reforço à dotação do Orçamento vigente.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara — o crédito suplementar de Cr\$ 66.679.000,00 (sessenta e seis milhões, seiscentos e setenta e nove mil cru-

zeiros), em reforço à dotação do Orçamento vigente (Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963), com a seguinte discriminação:

Poder Judiciário — Anexo 5

04 — Justiça Eleitoral

08 — Tribunal Regional — Eleitoral da Guanabara

Verba 1.0.00 — Custeio
Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil
Subconsignação 1.1.01 — Vencimentos — Cr\$ 46.599.000,00.

1.1.01.05 — Salário família — Cr\$ 280.000,00.

1.1.01.11 — Gratificação adicional — Cr\$ 19.800.000,00.

Total: Cr\$ 66.679.000,00.

Art. 2º O referido crédito será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional dispensadas as formalidades do art. 93, do Regulamento Geral de Contabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.586 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 23.418.880,00 (vinte e três milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta cruzeiros) destinado à instalação e adaptação de sua sede.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho — 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 23.418.880,00 (vinte e três milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), a fim de ocorrer às despesas com a instalação

e adaptação da sede do Tribunal em novo prédio.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.587 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 47.130.000,00 (quarenta e sete milhões, cento e trinta mil cruzeiros), destinado ao pagamento de despesas que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 47.130.000,00 (quarenta e sete milhões, cento e trinta mil cruzeiros) destinado à liquidação de débitos existentes com o comércio em geral, com a diocese de Fortaleza; Marinha de Guerra, Lóde Brasileiro Patrimônio Nacional, Companhia Nacional de Navegação Costeira Rede Ferroviária Federal S.A., Comissão Federal de Abastecimento e Preços e Serviço de Alimentação da Previdência Social, decorrentes dos socorros prestados aos nordestinos durante o período do flagelo da seca que assolou a região em 1958.

Art. 2º O crédito especial a que se refere esta lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Hugo de Almeida Leme

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.588 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1964

Altera, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1964, na parte referente ao Subanexo 4.17 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — 17 — Territórios Federais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É alterada a Lei Orçamentária, na parte referente ao Anexo 4 — Poder Executivo, Subanexo 4.17 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 17 — Territórios Federais, na forma a seguir indicada:

17.01 — Administração do Território do Amapá

Rubricas de Despesa

Onde se lê:

Despesas Ordinárias

Verba:

1.0.00 — Custeio

Consignação:

1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação

Subconsignações:

	Cr\$
1.3.01 — Animais destinados a estudos e preparação de produtos	70.000,00
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	17.000.000,00
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos	15.000.000,00
1.3.06 — Material de coudelaria ou de uso zootécnico ..	300.000,00
1.3.09 — Material para serviços de acampamento e de campanha; munições	120.000,00
1.3.14 — Material para acondicionamento e embalagem .	500.000,00
Consignação:	
1.4.00 — Material Permanente	
Subconsignações:	
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações elétricas	4.000.000,00
1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria	1.250.000,00
1.4.10 — Viaturas de pequeno porte	2.500.000,00
1.4.13 — Objetos históricos e obras de arte	50.000,00

Consignação:

1.5.00 — Serviços de Terceiros

Subconsignação:

1.5.13 — Seguros em geral

Consignação:

1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignação:

1.6.23 — Diversos

1) Reparelhamento e desenvolvimento de programas, trabalhos e serviços específicos:

1) Para realização do planejamento global do Território

4.000.000,00

Despesa de Capital

Verba:

3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social

Consignação:

3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento

Subconsignação:

3.1.03 — Desenvolvimento da Produção 48.000.000,00

Verba:

4.0.00 — Investimentos

Consignação:

4.1.00 — Obras

Subconsignações:

4.1.03 — Prosseguimento e conclusão de obras

1) Prosseguimento da construção da Olaria,
no Município de Calçoene 3.000.000,002) Prosseguimento da construção da Serra-
ria Territorial, em Oiapoque 5.000.000,003) Prosseguimento da construção do Subposto
Médico de Tartarugaizinho 4.000.000,004.1.04 — Reparos, adaptações conservação e despesas
de emergência com bens imóveis 20.000.000,00

4.2.01 — Máquinas motores e aparelhos 15.000.000,00

4.2.02 — Automóveis e camionetas de passageiros 4.000.000,00

4.2.03 — Ônibus, ambulâncias, jipes, autocaminhões, au-
tobombas camionetas de carga, auto-socorro 16.000.000,004.2.08 — Embarcações e material flutuante, dragas e
material de dragagem 12.000.000,00

4.2.10 — Instalações e equipamentos para obras 2.500.000,00

4.2.11 — Reparos, adaptações conservação e despesas
de emergência com equipamentos 6.000.000,004.3.02 — Prosseguimento e conclusão da desapropria-
ção de imóveis ... 3.000.000,00

TOTAL . . . 185.790.000,00

Lê-se:

17.01 — Administração do Território do Amapá

RUBRICAS DE DESPESA

Despesas Ordinárias

Verba:

1.0.00 — Custeio

Consignação:

1.3.00 — Material de Consumo e Transformação

Subconsignações:

1.3.01 — Animais destinados a estudos e preparação de
produtos . . . 27.000,001.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e edu-
cação . . . 18.244.000,001.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viatu-
turas e de aparelhos 17.154.909,00

1.3.06	— Material de coudelaria ou de uso zootécnico ..	300.000,00
1.3.09	— Material para serviços de acampamento e de campanha; munições	120.000,00
1.3.14	— Material para acondicionamento e embalagem	500.000,00
1.4.05	— Materiais e acessórios para instalações elétricas	4.000.000,00
1.4.09	— Utensílios de copa, cozinha, dormitórios e enfermaria	1.250.000,00
1.4.10	— Viaturas de pequeno porte	2.500.000,00
1.4.13	— Objetos históricos e obras de arte	50.000,00
	Consignação:	
1.6.00	— Encargos Diversos	
	Subconsignação:	
1.6.23	— Diversos	
	1) Reparelhamento e desenvolvimento de programas, trabalhos e serviços específicos:	
	1) Para realização de planejamento global do Território	4.000.000,00
	<i>Despesas de Capital</i>	
	Verba:	
3.0.00	— Desenvolvimento Econômico e Social	
	Consignação:	
3.1.00	— Serviços em Regime Especial de Financiamento	
	Subconsignação:	
3.1.03	— Desenvolvimento da Produção	48.000.000,00
	Verba:	
4.0.00	— Investimentos	
	Consignação:	
4.1.00	— Obras	
	Subconsignações:	
4.1.03	— Prosseguimento e conclusão de obras:	
	1) Prosseguimento da construção da olaria no Município de Calgoene	3.000.000,00
	2) Prosseguimento da construção da Serraria Territorial, em Oiapoque	5.000.000,00
	3) Prosseguimento da construção do Subposto Médico de Tartarugazinho	4.000.000,00
4.1.04	— Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis	20.000.000,00
4.2.01	— Máquinas, motores e aparelhos	15.000.000,00
4.2.02	— Automóveis, camionetas de passageiros	4.000.000,00
4.2.03	— Ônibus, ambulâncias, jipes, autocaminhões, autobombas, camionetas de carga, auto-socorro ..	16.000.000,00
4.2.08	— Embarcações e material flutuante, dragas e material de dragagem	12.000.000,00
4.2.10	— Instalações e equipamentos para obras	2.500.000,00
4.2.11	— Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com equipamentos	6.000.000,00
4.3.02	— Prosseguimento e conclusão de desapropriação de imóveis	3.000.000,00
	TOTAL	185.790.000,00

Onde se lê:

17.02 — Administração do Território de Rondônia
RUBRICAS DE DESPESA*Despesas Ordinárias*

Verba:

1.0.00 — Custeio	
Consignação:	
1.3.00 — Material de Consumo e Transformação	
Subconsignações:	
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	5.000.000,00
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes	110.000.000,00
Consignação:	
1.5.00 — Serviços de Terceiros	
Subconsignações:	
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens, pedágios	5.000.000,00
1.5.03 — Serviços clínicos e de hospitalização	3.000.000,00
Consignação:	
1.6.00 — Encargos Diversos	
Subconsignações:	
1.6.05 — Reprodutores e material para revenda	10.000.000,00
Verba:	
3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social	
Consignação:	
3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento	
Subconsignação:	
3.1.02 — Defesa sanitária animal e vegetal	4.000.000,00
Verba:	
4.0.00 — Investimentos	
Consignação:	
4.1.00 — Obras	
Subconsignações:	
4.1.03 — Prosseguimento e conclusão de obras	150.000.000,00
4.2.02 — Automóveis e camionetas de passageiros	6.000.000,00
4.2.07 — Aeronaves	15.000.000,00
4.3.02 — Prosseguimento e conclusão de desapropriação e aquisição de imóveis	3.000.000,00
TOTAL	311.000.000,00

Leia-se:

17.02 — Administração do Território de Rondônia

RUBRICAS DE DESPESA

Despesas Ordinárias

Verba:

1.0.00 — Custeio	
Consignação:	
1.3.00 — Material de Consumo e Transformação	
Subconsignações:	
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	5.000.000,00
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes	150.500.000,00

Cr\$

Consignação:		
1.5.00 — Serviços de Terceiros		
Subconsignações:		
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens, pedágios		3.000.000,00
1.5.08 — Serviços clínicos e de hospitalização		5.000.000,00
Consignação:		
1.6.00 — Encargos Diversos		
Subconsignação:		
1.6.05 — Reprodutores e material para revenda		10.000.000,00

Despesas de Capital

Verba:		
3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social		
Consignação:		
3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento		
Subconsignação:		
3.1.02 — Defesa Sanitária Animal e Vegetal		1.200.000,00
Verba:		
4.0.00 — Investimentos		
Consignação:		
4.1.00 — Obras		
Subconsignação:		
4.1.03 — Prosseguimento e conclusão de obras		136.300.000,00
TOTAL		311.000.000,00
Onde se lê:		
17.02 — Administração do Território de Roraima		

RUBRICAS DE DESPESAS

Despesas Ordinárias

Verba:		
1.0.00 — Custeio		
Consignação:		
1.3.00 — Material de Consumo e Transformação		
Subconsignações:		
1.3.01 — Animais destinados a estudos e preparação de produtos		1.500.000,00
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação		5.000.000,00
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção		1.500.000,00
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes		60.000.000,00
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos		8.000.000,00
1.3.06 — Material de coudelaria ou de uso zootécnico		250.000,00
1.3.09 — Material para serviços de acampamento e de campanha; municípios		250.000,00
1.3.10 — Matérias-primas e produtos manufaturados e semimanufaturados destinados a qualquer transformação		6.000.000,00
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos, artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios		16.000.000,00
1.3.12 — Sementes e mudas de plantas		800.000,00
1.3.14 — Material para acondicionamento e embalagem		600.000,00

Consignação:

1.4.00 — Material Permanente

Subconsignações:

1.4.01 — Animais destinados a trabalho, produção e a outros fins	4.000.000,00
14.04 — Ferramentas e utensílios de oficinas	700.000,00
Lê-se:	
17.02 — Administração do Território de Roraima	

RUBRICA DE DESPESAS

Despesas Ordinárias

Verba:

1.0.00 — Custeio

Consignação:

1.3.00 — Material de Consumo e Transformação

Subconsignações:

1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	8.000.000,00
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção	3.000.000,00
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes	100.000.000,00
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos	50.000.000,00
1.3.06 — Material de coudelaria ou de uso zootécnico	150.000,00
3.1.09 — Material para serviços de acampamento e de campanha, munições	150.000,00
1.3.10 — Matérias-primas e produtos manufaturados e semimanufaturados, destinados a qualquer transformação	9.000.000,00
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos, artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios	36.000.000,00
1.3.12 — Sementes e mudas de plantas	500.000,00
1.3.14 — Material para acondicionamento e embalagem	400.000,00

Consignação:

1.4.00 — Material permanente

Subconsignações:

1.4.01 — Animais destinados a trabalho, produção e a outros fins	1.000.000,00
1.4.04 — Ferramentas e utensílios de oficinas	2.000.000,00
1.4.06 — Material e acessórios para instalações, conservação e segurança dos serviços de transporte, de comunicação, de canalização e de sinalização, material para extinção de incêndios	1.200.000,00
1.4.07 — Material de acampamento, de campanha e de paraquedismo, armamento	300.000,00
1.4.08 — Material artístico, instrumentos de música, insignias, flâmules e bandeiras	200.000,00
1.4.10 — Viaturas de pequeno porte	600.000,00
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico	800.000,00
1.4.12 — Mobiliário em geral	4.000.000,00

Consignação:

1.5.00 — Serviços de Terceiros

Subconsignações:

1.5.01 — Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais em geral	5.000.000,00
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens, pedágios	2.100.000,00
1.5.08 — Serviços clínicos e de hospitalização	3.000.000,00
1.5.12 — Aluguel ou arrendamento de imóveis, foros e despesas de condomínio	1.000.000,00

Consignação:

1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignações:

1.6.03 — Prêmios, diplomas, condecorações e medalhas	50.000,00
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens	700.000,00
1.6.05 — Reprodutores e material para revenda	5.500.000,00
1.6.08 — Comissões e corretagens	
1) Pagamento ao Banco do Brasil da taxa de 1/8% para transferência de numerário de interesse do Território	200.000,00
1.6.11 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	500.000,00
1.6.13 — Serviços educativos e culturais:	
1) Honorários de regentes de ensino que ministram cursos de nível primário no interior do Território e bolsas de estudos para alunos do curso secundário	18.100.000,00
1.6.14 — Exposições, congressos e conferências	350.000,00

Despesas de Capital

Verba:

3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social

Consignação:

3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento

Subconsignações:

3.1.01 — Saúde e Higiene	11.000.000,00
3.1.02 — Defesa sanitária animal e vegetal	15.000.000,00
3.1.03 — Desenvolvimento da produção	3.000.000,00

Verba:

4.0.00 — Investimentos

Consignação:

4.1.00 — Obras

Subconsignação:

4.1.03 — Prosseguimento e conclusão de obras	170.000.000,00
--	----------------

Consignação:

4.2.00 — Equipamentos e Instalações

Subconsignações:

4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos	50.000.000,00
4.2.02 — Automóveis e camionetas de passageiros	70.000.000,00
4.2.03 — Ônibus, ambulâncias, jipes, autocamhões, autotombas, camionetas de carga, auto-socorro ..	25.000.000,00

4.2.08 — Tratores, equipamentos para rodovias, implementos agrícolas	57.500.000,00
4.2.08 — Embarcações e material flutuante, dragas e material de dragagem	4.000.000,00
TOTAL	514.950.000,00

Consignação:

1.4.00 — Material Permanente

Subconsignações:

1.4.06 — Material e acessórios para instalações, conservação e segurança dos serviços de transporte, de comunicação de canalização e de sinalização, material para extinção de incêndio	300.000,00
1.4.07 — Material de acampamento, de campanha e de paraquedismo, armamento	150.000,00
1.4.08 — Material artístico, instrumentos de música, insignias, flâmulas e bandeiras	100.000,00
1.4.10 — Viaturas de pequeno porte	300.000,00
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico	1.800.000,00
1.4.12 — Mobiliário em Geral	5.737.200,00

Consignação:

1.5.00 — Serviços de Terceiros

Subconsignações:

1.5.01 — Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais em geral	24.000.000,00
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens, pedágios	2.500.000,00
1.5.08 — Serviços clínicos e de hospitalização	5.000.000,00
1.5.12 — Aluguel ou arrendamento de imóveis, foros e despesas de condomínio	2.100.000,00

Consignação:

1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignações:

1.6.03 — Prêmios, diplomas, condecorações e medalhas	50.000.000,00
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens	700.000,00
1.6.05 — Reprodutores e material para revenda	5.500.000,00
1.6.08 — Comissões e corretagens:	
1) Pagamento ao Banco do Brasil da taxa de 1/8% para transferência de numerário de interesse do Território	660.000,00
1.6.11 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	250.000,00
1.6.13 — Serviços educativos e culturais:	
1) Honorários de regentes de ensino que ministram cursos de nível primário no interior do Território e bolsas de estudos para alunos do curso secundário	18.100.000,00
1.6.14 — Exposições, congressos e conferências	350.000,00

Despesas de Capital

Verba:

3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social

Consignação:

3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento

Subconsignações:

3.1.01 — Saúde e Higiene	11.968.000,00
3.1.02 — Defesa sanitária e vegetal	16.232.000,00
3.1.03 — Desenvolvimento da produção	31.971.200,00

Verba:

4.0.00 — Investimentos

Consignação:

4.1.00 — Obras

Subconsignação:

4.1.03 — Prosseguimento e conclusão de obras	130.000.000,00
--	----------------

Consignação:

4.2.00 — Equipamentos e Instalações

Subconsignações:

4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos	10.000.000,00
4.2.02 — Automóveis e camionetas de passageiros	5.000.000,00
4.2.03 — Ônibus, ambulâncias, jipes, autocaminhões, autobombas, camionetas de carga, auto-socorro	20.000.000,00
4.2.06 — Tratores, equipamentos para rodovias, implementos agrícolas	10.000.000,00
4.2.08 — Embarcações e material flutuante, dragas e material de dragagem	2.000.000,00

TOTAL	514.950.000,00
-----------------	----------------

Art. 2º. Na parte relativa ao Subanexo 4.06 — Comissão do Vale do São Francisco — é feita a retificação seguinte:

Onde se lê:

4.06 — Comissão do Vale do São Francisco para construção e reconstrução de hospitais e maternidades:

Hospital Regional de Montes Claros	CR\$ 20.000.000,00
--	--------------------

Leia-se:

4.06 — Comissão do Vale do São Francisco — Para construção e reconstrução de hospitais e maternidades:

Sanatório Regional Clemente Faria, mantido pela Fundação Imaculada Contra a Tuberculose, Montes Claros	20.000.000,00
--	---------------

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.589 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1964

Extingue, a Comissão do Imposto Sindical a Comissão Técnica de Orientação Sindical cria órgãos no Ministério do Trabalho e Previdência Social, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Introdução

Art. 1º São extintas a Comissão do Imposto Sindical e a Comissão Técnica de Orientação Sindical e feitas, na estrutura administrativa do Ministério do Trabalho e Previdência Social e nas atribuições dos seus órgãos, as alterações constantes desta Lei.

Art. 2º São criados o Departamento Nacional de Emprego e Salário, o Conselho Superior do Trabalho Marítimo e as Delegacias Regionais do Trabalho do Distrito Federal e do Estado da Guanabara, e transformada a atual Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, do Departamento Nacional do Trabalho, em Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

Parágrafo único. Os órgãos ora criados ou transformados terão a organização fixada nos respectivos Regimentos, consoante as atribuições gerais estabelecidas nesta Lei.

CAPÍTULO II

Do Departamento Nacional de Emprego e Salário

Art. 3º O Departamento Nacional de Emprego e Salário (D.N.E.S.) é o órgão destinado a estudar, orientar, coordenar e executar a política salarial e de emprego do País, observado o estatuído no artigo seguinte.

Parágrafo único. O D.N.E.S. será dirigido por um Diretor-Geral, nomeado em comissão, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, devendo a escolha recair em pessoa de notórios conhecimentos especializados na matéria.

Art. 4º Ao D.N.E.S., além do que decorre normalmente de sua finalidade compete em especial:

I — Promover os estudos técnicos necessários à fixação e revisão dos níveis mínimos ou básicos de salário para as diferentes regiões do País;

II — Promover o levantamento periódico do custo de vida, através da coleta dos preços, e elaborar os respectivos índices;

III — Promover a realização, em caráter permanente, de estudos e pesquisas regionais, relacionados com as condições econômicas e com o padrão de vida do trabalhador e sua família;

IV — Prestar informações, quando solicitado, para instrução de processos de reajustamento salarial dependente de decisão da Justiça do Trabalho;

V — Estudar as condições do mercado de trabalho do País, de modo geral, e, em particular, no que se refere a emprego, desemprego e mão-de-obra qualificada;

VI — Promover, regularmente, estudos sobre a força de trabalho do País;

VII — Promover, observada a conjuntura do mercado de trabalho, a colocação de trabalhadores;

VIII — Orientar, coordenar e fiscalizar os serviços de emprego de entidades públicas ou privadas;

IX — Promover a identificação e o registro profissional em todo o País;

X — formular a política governamental de formação profissional em todo o território nacional, tendo em vista as condições do mercado de trabalho e as perspectivas do desenvolvimento econômico e social do País, ressalvada a competência do Ministério da Educação e Cultura e dos Conselhos de Educação dos Estados, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

XI — Conhecer dos recursos, em segunda e última instância, voluntários e *ex officio*, das decisões proferidas pelos Delegados Regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre a observância das normas legais que lhes são pertinentes.

Art. 5º Junto ao D.N.E.S., funcionará um Conselho Consultivo de Emprego e Salário (C.C.E.S.), com a finalidade de opinar sobre os planos e estudos que lhe forem submetidos pelo Diretor-Geral do Departamento.

Parágrafo único. O Conselho, além do Diretor-Geral do D.N.E.S., que o presidirá, constituir-se-á dos seguintes membros, designados pelo Ministro de Estado:

I — Dois técnicos em assuntos de salário ou emprego, sendo um economista, como representantes do Governo;

II — Dois representantes das categorias econômicas, escolhidos dentre as listas triplices organizadas pelas Confederações de empregadores;

III — Dois representantes das categorias profissionais, escolhidos dentre as listas triplices organizadas pelas Confederações de trabalhadores.

Art. 6º Os processos de fixação e revisão dos níveis mínimos ou básicos de salário serão obrigatoriamente, submetidos ao C.C.E.S. após pronunciamento das Confederações de empregadores e de trabalhadores, sobre as tabelas salariais elaboradas pelo D.N.E.S.

§ 1º As Confederações terão o prazo de dez dias para se manifestarem sobre os níveis salariais propostos pelo D.N.E.S.

§ 2º A decisão proferida no caso deste artigo, pelo C.C.E.S., ressalvada a hipótese de recurso para o Ministro de Estado, interposto por entidade sindical interessada, no prazo de dez dias, será encaminhada ao Presidente da República para os fins previstos no art. 115 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 7º Os integrantes do C.C.E.S. farão jus a uma gratificação de presença, para um mínimo de quatro sessões a que comparecerem, até o máximo mensal correspondente ao salário-mínimo de maior valor no País.

CAPÍTULO III

Do Conselho Superior do Trabalho Marítimo

Art. 8º Ao Conselho Superior do Trabalho Marítimo (C.S.T.M.) compete julgar, em última e definitiva instância, os recursos interpostos das decisões dos Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo (C.R.T.M.), bem como expedir instruções regulamentares da aplicação da legislação de proteção ao trabalho nos portos, na navegação e na pesca e do funcionamento dos serviços de inspeção disciplina e policiamento de que trata

o Decreto-lei nº 3.346 de 12 de junho de 1941.

Parágrafo único. Os Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo cumprirão e farão cumprir as decisões do Conselho Superior do Trabalho Marítimo e as normas de serviço que forem expedidas.

Art. 9º O Conselho Superior do Trabalho Marítimo será constituído por sete membros nomeados pelo Presidente da República, sendo um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que exercerá a Presidência do Conselho; um representante do Ministério da Marinha; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; um representante do Ministério da Agricultura; um representante de empregadores e um de empregados, escolhidos os dois últimos em listas triplices organizadas pelas entidades sindicais marítimas de grau superior.

Art. 10 Os atuais Conselhos das Delegacias do Trabalho Marítimo passarão a denominar-se Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo, mantidas a sua composição, a jurisdição e competência, nos termos da legislação em vigor, cabendo ao Ministro do Trabalho e Previdência Social a designação dos respectivos membros.

Parágrafo único. As atuais Delegacias do Trabalho Marítimo continuarão a ter a organização e as atribuições de que trata o Decreto-lei nº 3.346 de 12 de junho de 1941.

Art. 11. Os membros do Conselho Superior do Trabalho Marítimo farão jus a uma gratificação de presença, para um mínimo de quatro sessões a que comparecerem, até o máximo mensal correspondente a uma vez e meia o salário-mínimo de maior valor no País.

Art. 12. Os membros dos Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo farão jus a uma gratificação de presença, para um mínimo de quatro sessões a que comparecerem, até o máximo mensal correspondente a um salário-mínimo de maior valor da região.

CAPÍTULO IV

Do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho

Art. 13.. O Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (D.N.S.H.T.) é o órgão de orienta-

ção e fiscalização da legislação e dos assuntos em geral relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como do estudo de todos os problemas e aspectos inerentes à medicina e à engenharia do trabalho.

Parágrafo único. Ao D.N.S.H.T., além do que decorre normalmente de sua finalidade, compete, em especial:

I — Promover investigações sobre condições de segurança e higiene de locais e métodos de trabalho, inclusive das condições de trabalho peculiares à mulher e ao menor, estabelecer normas de caráter técnico e orientar a fiscalização da legislação concernente ao assunto;

II — Realizar estudos sobre a patologia ocupacional e a fadiga no trabalho;

III — Promover a educação sanitária do trabalhador e as campanhas de prevenção de acidentes do trabalho;

IV — Orientar o funcionamento e supervisionar o controle das Comissões Internas e Prevenção de Acidentes (CIPA);

V — Expedir normas para a notificação de doenças profissionais e fiscalizar seu cumprimento;

VI — Promover estudos sobre a engenharia de segurança, visando ao aperfeiçoamento dos processos de prevenção de acidentes no trabalho;

VII — Colaborar nos estudos de medicina, segurança e higiene do trabalho, de âmbito internacional;

VIII — Promover o serviço social do trabalho no âmbito de suas atribuições legais;

IX — Conhecer, em segunda e última instância dos recursos voluntários ou *ex officio* das decisões proferidas pelos Delegados Regionais do Trabalho sobre a observância das normas legais pertinentes ao D.N.S.H.T.

CAPÍTULO V

Das Delegacias Regionais do Trabalho

Art. 14. As Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, nos Estados, compete, no território de sua jurisdição, além

das atribuições decorrentes da legislação em vigor ainda as seguintes:

I — quanto aos assuntos referentes ao Departamento Nacional de Emprego e Salário:

a) realizar a identificação e o registro profissional no âmbito de sua jurisdição;

b) levantar os dados relativos às condições do mercado de trabalho, principalmente no que se referir a emprego, desemprego e formação profissional;

c) promover a colocação de trabalhadores;

d) fiscalizar o funcionamento dos serviços e agências de emprego;

e) coletar os elementos necessários à fixação e revisão dos níveis mínimos ou básicos de salário;

f) realizar as coletas dos preços necessários ao levantamento periódico de custo de vida;

g) realizar os levantamentos e pesquisas relacionadas com as condições sociais e econômicas do trabalhador e suas famílias;

h) impor as penalidades cabíveis decorrentes da inobservância das normas relativas aos assuntos de que tratam as alíneas anteriores.

II — Quanto aos assuntos de competência do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho:

a) fiscalizar a observância das normas de segurança e higiene do trabalho;

b) fiscalizar as condições peculiares ao trabalho da mulher e do menor;

c) receber e registrar as relações de menores;

d) promover a educação sanitária do trabalhador;

e) realizar campanhas de prevenção de acidentes do trabalho e controlar as Comissões de Prevenção de Acidentes (CIPA);

f) fiscalizar o cumprimento das normas atinentes à notificação obrigatória das doenças profissionais;

g) realizar as pesquisas necessárias ao estudo de patologia ocupacional e de fadiga no trabalho e da engenharia de segurança;

h) realizar as atividades concernentes ao serviço social do trabalho; e

i) impor penalidades cabíveis decorrentes de inobservância das normas relativas aos assuntos de que tratam as alíneas anteriores.

Parágrafo único. No trato dos assuntos de sua alçada, as Delegacias obedecerão às normas e determinações que lhes forem diretamente transmitidas pelos Departamentos do Ministério no âmbito das respectivas competências.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 15. Compete ao D. N. T., além das atribuições previstas na legislação vigente:

a) incentivar a realização de atividades culturais e recreativas, assim como a instituição de colônia de férias e de cooperativas, para o trabalhador e sua família, prestando assistência quando solicitada, às empresas e entidades sindicais ou executando-as diretamente, quando conveniente;

b) manter cursos de interesse dos trabalhadores e de divulgação da legislação social-trabalhista;

c) fiscalizar a aplicação do Imposto Sindical e dirimir as dúvidas suscitadas quanto ao seu recolhimento, expedindo, para esse efeito, as normas que se fizerem necessárias.

Art. 16. O Poder Executivo, através do Ministro do Trabalho e Previdência Social designará uma Comissão composta de representantes do Governo e de todas as entidades sindicais de grau superior para realizar os necessários estudos e apresentar relatório circunstanciado ao titular da Pasta do Trabalho, propondo a extinção ou não do Imposto Sindical, para efeito no primeiro caso, de envio de mensagem ao Congresso Nacional.

Art. 17. O Ministro do Trabalho e Previdência Social designará, junto

ao seu Gabinete, um grupo de trabalho composto de três membros, com a incumbência de:

a) transferir à Secretaria de Estado o acervo da CIS e da OTOS;

b) distribuir pelas repartições do Ministério o pessoal aproveitado;

c) proceder ao tombamento dos bens dos órgãos extintos e sua distribuição pelos órgãos do Ministério;

d) movimentar, no Banco do Brasil, com a aprovação do Ministro do Trabalho a conta especial "Emprêgo e Salário", a que se refere o art. 18, para a qual serão também transferidas as contas dos órgãos extintos, ate que se processe a incorporação ao patrimônio da União, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 18;

e) elaborar os orçamentos para as despesas de pessoal dos órgãos extintos e para a aquisição do material necessário à instalação e funcionamento dos órgãos criados ou transformados pela presente Lei;

f) praticar os demais atos reclamados pela extinção dos órgãos, bem como decidir quanto à aplicação de verbas necessárias à organização dos novos serviços.

Art. 18. Os vinte por cento do Imposto Sindical que formam o "Fundo Social Sindical", passarão a constituir uma conta especial denominada "Emprêgo e Salário" que será utilizada, no exercício de 1965, exclusivamente nas despesas de instalação e funcionamento dos órgãos criados ou transformados pela presente Lei, no pagamento do pessoal transferido dos seus cargos em comissão e funções gratificadas.

Parágrafo único. A partir do exercício financeiro de 1966 e enquanto vigorar o atual sistema concernente ao Imposto Sindical, o Banco do Brasil transferirá, ao Tesouro Nacional, os vinte por cento da conta especial "Emprêgo e Salário", para serem acrescidos ao orçamento do Ministério do Trabalho e Previdência Social, como reforço de suas verbas ordinárias.

Art. 19. A lei orçamentária discriminará no Anexo correspondente ao Ministério do Trabalho e Previdência Social a partir do exercício de 1966 os recursos necessários ao

funcionamento dos órgãos criados ou transferidos pela presente Lei e ao pagamento do pessoal transferido, bem como dos cargos em comissão criados e as funções gratificadas necessárias.

Art. 20. Ao D.N.S.H.T. compete orientar a atuação do SENAI e do SENAC na execução da política governamental da formação profissional em todo o País, ressalvada a competência do Ministério da Educação e Cultura e dos Conselhos de Educação dos Estados, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Parágrafo único. Para este efeito, as entidades, a que se refere este artigo no prazo de noventa dias da vigência desta Lei, remeterão ao D.N.S.H.T. circunstanciado relatório sobre a situação do aprendizado industrial e comercial do País.

Art. 21. São revogados os artigos 595, 596 e 597 da Consolidação das Leis do Trabalho, e o Decreto-lei nº 5.199, de 16 de janeiro de 1943.

Art. 22. O § 2º do art. 588, os arts. 590, 591, 600 e 610 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) passam a ter a seguinte redação:

"Art. 588.

§ 2º O Banco do Brasil remeterá, anualmente, em dezembro, ao Departamento Nacional do Trabalho, o extrato da conta especial de contribuição de cada entidade sindical.

"Art. 590. Das importâncias recolhidas de acordo com o artigo 586, o Banco do Brasil transferirá a uma conta especial denominada "Emprêgo e Salário", vinte por cento do Imposto Sindical.

"Art. 591. As empresas ou indivíduos, integrantes de categorias econômicas ou profissionais que não se tenham constituído em sindicato devem, obrigatoriamente, concorrer com a importância correspondente à contribuição sindical para a federação representativa do grupo dentro do qual estiver incluído na respectiva categoria, de acordo com o plano de enquadramento sindical a que se refere o Capítulo II.

Nesse caso, das importâncias arrecadadas, vinte por cento serão deduzidos em favor da respectiva confederação e vinte por cento para a conta "Emprêgo e Salário".

§ 1º Operar-se-á da mesma forma quando não existir a federação, cabendo a contribuição à confederação representativa do correspondente grupo do qual serão deduzidos vinte por cento para a conta "Emprêgo e Salário".

§ 2º Na hipótese de não haver sindicato nem entidade sindical, de grau superior, o imposto do respectivo grupo será recolhido inteiramente em favor da conta "Emprêgo e Salário".

"Art. 600. O pagamento da contribuição sindical efetuado fora do prazo do recolhimento referido neste Capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de mora de dez por cento revertendo a importância correspondente a essa multa em favor do sindicato respectivo, ficando, nesse caso, o infrator isento de outra penalidade.

§ 1º Na inexistência de sindicato, o disposto neste artigo será recolhido à respectiva federação e, na sua inexistência, à confederação respectiva.

§ 2º Não existindo sindicato ou entidade de grau superior será recolhido para a conta "Emprêgo e Salário".

"Art. 610. As dúvidas no cumprimento deste Capítulo serão resolvidas pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, que expedirá as instruções que se tornarem necessárias à sua execução".

Art. 23. São revogados os artigos da Consolidação das Leis do Trabalho referentes às Comissões de Salário-mínimo, passando as respectivas atribuições ao D.N.E.S. e às D.R.T., na forma da presente Lei.

Art. 24. São extintos os cargos em comissão de Diretor da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho e de Diretor do Serviço de Identificação Profissional.

Art. 25. Para atender ao disposto nesta Lei, são criados 2 (dois) car-

gos em comissão, símbolo 2-C, de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho 2 (dois) cargos em comissão de Delegado Regional do Trabalho, símbolo 4-C, e 14 (quatorze) cargos em comissão de Diretor de Divisão símbolo 4-C, atribuídos aos órgãos criados ou transformados pela presente Lei e às Divisões que integram a respectiva organização, conforme dispuserem os respectivos Regimentos.

Art. 26. O Ministro do Trabalho e Previdência Social providenciará no sentido de que sejam organizados ou readaptados à nova lei os Regimentos dos órgãos nela referidos e proporá a reestruturação das funções gratificadas existentes assim como a criação das que forem julgadas indispensáveis aos mesmos órgãos, para a execução do disposto nesta Lei, a serem expedidos por Decreto do Poder Executivo, correndo o respectivo pagamento, assim como os dos cargos criados no artigo 25, no exercício de 1965, pela conta especial prevista no art. 18, movimentada na forma do artigo 17.

Art. 27. Os bens de qualquer natureza, pertencentes às Comissões do Imposto Sindical e à Comissão Técnica de Orientação Sindical, serão incorporados ao patrimônio da União e distribuídos aos órgãos do Ministério do Trabalho e Previdência Social tendo em vista sua melhor utilização, observado o disposto nos artigos 17 e 18.

Art. 28. Os servidores das Comissões referidas no art. 28 serão aproveitados em quadro Suplementar do Ministério do Trabalho e Previdência Social, nas condições em que se encontrarem.

Parágrafo único. Computar-se-á o tempo de serviço prestado na C.I.S. e na C. T. O. S., pelos servidores transferidos, para fins de direitos e vantagens assegurados aos funcionários públicos, na forma da legislação em vigor.

Art. 29. A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1965 revogadas as disposições em contrário, devendo ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, contado de sua publicação, inclusive nos pontos que afeta-

rem os demais órgãos do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Arnaldo Sussekind

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.590 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o custeio pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. VETADO.

Art. 2º. A União auxiliará a manutenção, durante cinco anos, dos órgãos federais transferidos para o Estado da Guanabara, observada uma redução anual de 20 % (vinte por cento) das respectivas despesas, até sua integral absorção pelo Estado da Guanabara.

Art. 3º. VETADO.

Art. 4º. Os créditos a que alude esta lei serão distribuídos ao Tesouro Nacional e movimentados pelo Estado da Guanabara, mediante convênio a ser estabelecido entre a União e o Estado da Guanabara.

Art. 5º. As consignações em pagamento, ou as importâncias em dinheiro, cujo levantamento ou utilização dependam de autorização judicial, estando em causa o interesse do Estado da Guanabara, serão obrigatoriamente recolhidas ao Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 6º. VETADO.

Art. 7º. VETADO.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Otávio Gouveia de Bulhões

LEI Nº 4.591 — DE 16 DE
DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO CONDOMÍNIO

Art. 1º. As edificações ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não-residenciais, poderão ser alienados, no todo ou em parte, objetivamente considerados, e constituirá, cada unidade, propriedade autônoma sujeita às limitações desta Lei.

§ 1º. Cada unidade será assinalada por designação especial, numérica ou alfabética, para efeitos de identificação e discriminação.

§ 2º. A cada unidade caberá, como parte inseparável, uma fração ideal do terreno e coisas comuns, expressa sob forma decimal ou ordinária.

Art. 2º. Cada unidade com saída para a via pública, diretamente ou por processo de passagem comum, será sempre tratada como objeto de propriedade exclusiva, qualquer que seja o número de suas peças e sua destinação, inclusive (VETADO) edificação-garagem, com ressalva das restrições que se lhe imponham.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 3º. O terreno em que se levantam a edificação ou o conjunto de edificações e suas instalações, bem como as fundações, paredes externas, o teto, as áreas internas de ventilação, e tudo o mais que sirva a qualquer dependência de uso comum dos proprietários ou titulares de direito à aquisição de unidades ou ocupantes, constituirão condomínio de todos, e serão insuscetíveis de divisão, ou de alienação destacada da respectiva unidade. Serão, também, insuscetíveis de utilização exclusiva por qualquer condômino (VETADO)

Art. 4º. A alienação de cada unidade, a transferência de direitos pertinentes à sua aquisição e a constituição de direitos reais sobre ela inde-

pendarão do consentimento dos condôminos, (VETADO)

Parágrafo único. O adquirente de uma unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multas.

Art. 5º. O condomínio por meação de parede, soalhos, e tetos das unidades isoladas, regular-se-á pelo disposto no Código Civil, no que lhe for aplicável.

Art. 6º. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, regular-se-á pelas disposições de direito comum o condomínio por quota ideal de mais de uma pessoa sobre a mesma unidade autônoma.

Art. 7º. O condomínio por unidades autônomas instituir-se-á por ato entre vivos ou por testamento, com inscrição obrigatória no Registro de Imóveis, dele constando: a individualização de cada unidade, sua identificação e discriminação, bem como a fração ideal sobre o terreno e partes comuns, atribuída a cada unidade, dispensando-se a descrição interna da unidade.

Art. 8º. Quando, em terreno onde não houver edificação, o proprietário, o promitente comprador, o cessionário deste ou o promitente cessionário sobre ele desejar erigir mais de uma edificação, observar-se-á também o seguinte:

a) em relação às unidades autônomas que se constituírem em casas térreas ou assobradadas, será discriminada a parte do terreno ocupada pela edificação e também aquela eventualmente reservada como de utilização exclusiva dessas casas, como jardim e quintal, bem assim a fração ideal do todo do terreno e de partes comuns, que corresponderá às unidades;

b) em relação às unidades autônomas que constituírem edifícios de dois ou mais pavimentos, será discriminada a parte do terreno ocupada pela edificação, aquela que eventualmente for reservada como de utilização exclusiva, correspondente às unidades do edifício, e ainda a fração ideal do todo do terreno e de partes comuns, que corresponderá a cada uma das unidades;

c) serão discriminadas as partes do total do terreno que poderão ser utilizadas em comum pelos titulares de direito sobre os vários tipos de unidades autônomas;

d) serão discriminadas as áreas que se constituírem em passagem comum para as vias públicas ou para as unidades entre si.

CAPÍTULO II

Da Convenção de Condomínio

Art. 9º. Os proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários dos direitos pertinentes à aquisição de unidades autônomas, em edificações a serem construídas, em construção ou já construídas, elaborarão, por escrito, a Convenção de condomínio, e deverão, também, por contrato ou por deliberação em assembléia, aprovar o Regulamento Interno da edificação ou conjunto de edificações.

§ 1º. Far-se-á o registro da Convenção no Registro de Imóveis, bem como a averbação das suas eventuais alterações.

§ 2º. Considera-se aprovada, e obrigatória para os proprietários de unidades, promitentes compradores, cessionários e promitentes cessionários, atuais e futuros, como para qualquer ocupante, a Convenção que reúna as assinaturas de titulares de direitos que representem, no mínimo, 2/3 das frações ideais que compõem o condomínio.

§ 3º. Além de outras normas aprovadas pelos interessados, a Convenção deverá conter:

a) a discriminação das partes de propriedade exclusiva, e as de condomínio, com especificações das diferentes áreas;

b) o destino das diferentes partes;

c) o modo de usar as coisas e serviços comuns;

d) encargos, forma e proporção das contribuições dos condôminos para as despesas de custeio e para as extraordinárias;

e) o modo de escolher o síndico e o Conselho Consultivo;

f) as atribuições do síndico, além das legais;

g) a definição da natureza gratuita ou remunerada de suas funções;

h) o modo e o prazo de convocação das assembléias gerais dos condôminos;

i) o quorum para os diversos tipos de votações;

j) a forma de contribuição para constituição de fundo de reserva;

l) a forma e o quorum para as alterações de convenção;

m) a forma e o quorum para a aprovação do Regulamento Interno quando não incluídos na própria Convenção.

Art. 10. É defeso a qualquer condômino:

I — alterar a forma externa da fachada;

II — decorar as partes e esquadrias externas com tonalidades ou cores diversas das empregadas no conjunto da edificação;

III — destinar a unidade a utilização diversa de finalidade do prédio, ou usá-la de forma nociva ou perigosa ao sossego, à salubridade e à segurança dos demais condôminos;

IV — embarçar o uso das partes comuns.

§ 1º. O transgressor ficará sujeito ao pagamento de multa prevista na convenção ou no regulamento do condomínio, além de ser compelido a desfazer a obra ou abster-se da prática do ato, cabendo ao síndico, com autorização judicial, mandar desmanchá-la, à custa do transgressor, se este não a desfizer no prazo que lhe for estipulado.

§ 2º. O proprietário ou titular de direito à aquisição de unidade poderá fazer obra que ou modifique sua fachada, se obtiver a aquiescência da unidade dos condôminos.

Art. 11. Para efeitos tributários, cada unidade autônoma será tratada como prédio isolado, contribuindo o respectivo condômino, diretamente, com as importâncias relativas aos impostos e taxas federais, estaduais e municipais, na forma dos respectivos lançamentos.

CAPÍTULO III

Das Despesas do Condomínio

Art. 12. Cada condômino concorrerá nas despesas do condomínio, recolhendo, nos prazos previstos na Convenção, a quota-parte que lhe couber em rateio.

§ 1º. Salvo disposição em contrário na Convenção, a fixação da quota no rateio corresponderá à fração ideal de terreno de cada unidade.

§ 2º. Cabe ao síndico arrecadar as contribuições competindo-lhe pro-

mover, por via executiva, a cobrança judicial das quotas atrasadas.

§ 3º. O condômino que não pagar a sua contribuição no prazo fixado na Convenção fica sujeito ao juro moratório de 1% ao mês, e multa de ate 20% sobre o débito, que será atualizado, se o estipular a Convenção, com a aplicação dos índices de correção monetária levantados pelo Conselho Nacional de Economia, no caso da mora por período igual ou superior a seis meses.

§ 4º. As obras que interessarem a estrutura integral da edificação ou conjunto de edificações, ou ao serviço comum, serão feitas com o concurso pecuniário de todos os proprietários ou titulares de direito à aquisição de unidades, mediante orçamento prévio aprovado em assembleia-geral, podendo incumbir-se de sua execução o síndico, ou outra pessoa, com aprovação da assembleia.

§ 5º. A renúncia de qualquer condômino aos seus direitos, em caso algum valerá como escusa para exonerá-lo de seus encargos.

CAPÍTULO IV

Do Seguro, do Incêndio, da Demolição e da Reconstrução Obrigatória

Art. 13. Proceder-se-á ao seguro da edificação ou do conjunto de edificações, neste caso, discriminadamente, abrangendo todas as unidades autônomas e partes comuns, contra incêndio ou outro sinistro que cause destruição no todo ou em parte, computando-se o prêmio nas despesas ordinárias do condomínio.

Parágrafo único. O seguro de que trata este artigo será obrigatoriamente feito dentro de 120 dias, contados da data da concessão do "habite-se", sob pena de ficar o condomínio sujeito à multa mensal equivalente a 1/12 do imposto predial, cobrável executivamente pela Municipalidade.

Art. 14. Na ocorrência de sinistro total, ou que destrua mais de dois terços de uma edificação, seus condôminos reunir-se-ão em assembleia especial, e deliberarão sobre a sua reconstrução ou venda do terreno e materiais, por *quorum* mínimo de votos que representem metade mais uma das frações ideais do respectivo terreno.

§ 1º. Rejeitada a proposta de reconstrução, a mesma assembleia, ou outra para este fim convocada, de-

cidirá, pelo mesmo *quorum*, do destino a ser dado ao terreno, e aprovará a partilha do valor do seguro entre os condôminos, sem prejuízo do que receber cada um pelo seguro facultativo de sua unidade.

§ 2º. Aprovada, a reconstrução será feita, guardados, obrigatoriamente, o mesmo destino, a mesma forma externa e a mesma disposição interna.

§ 3º. Na hipótese do parágrafo anterior, a minoria não poderá ser obrigada a contribuir para a reedificação, caso em que a maioria poderá adquirir as partes dos dissidentes, mediante avaliação judicial, feita em vistoria.

Art. 15. Na hipótese de que trata o § 3º do artigo antecedente, a maioria poderá ser adjudicadas, por sentença, as frações ideais da minoria.

§ 1º. Como condição para o exercício da ação prevista neste artigo, com a inicial, a maioria oferecerá e depositará, à disposição do Juízo, as importâncias arbitradas na vistoria para avaliação, prevalecendo as de eventual desempatador.

§ 2º. Feito o depósito de que trata o parágrafo anterior, o Juiz, liminarmente, poderá autorizar a adjudicação à maioria, e a minoria poderá levantar as importâncias depositadas; o Oficial de Registro de Imóveis, nestes casos, fará constar do registro que a adjudicação foi resultante de medida liminar.

§ 3º. Feito o depósito, será expedido o mandado de citação, com o prazo de dez dias para a contestação, verado.

§ 4º. Se não contestado, o Juiz, imediatamente, julgará o pedido.

§ 5º. Se contestado o pedido, seguirá o processo o rito ordinário.

§ 6º. Se a sentença fixar valor superior ao da avaliação feita na vistoria, o condomínio em execução restituirá à minoria a respectiva diferença, acrescida de juros de mora à razão de 1% ao mês, desde a data da concessão de eventual liminar, ou pagará o total devido, com os juros da mora a contar da citação.

§ 7º. Transitada em julgado a sentença, servirá ela de título definitivo para a maioria, que deverá registrá-la no Registro de Imóveis.

§ 8º. A maioria poderá pagar e cobrar da minoria, em execução de sentença, encargos fiscais necessários à adjudicação definitiva a cujo pagamento se recusar a minoria.

Art. 16. Em caso de sinistro que destrua menos de dois terços da edificação, o síndico promoverá o recebimento do seguro e a reconstrução ou os reparos nas partes danificadas.

Art. 17. Em caso de condenação da edificação pela autoridade pública, ou ameaça de ruína, pelo voto dos condôminos que representem mais de dois terços das quotas ideais do respectivo terreno poderá ser decidida a sua demolição e reconstrução.

Parágrafo único. A minoria não fica obrigada a contribuir para as obras, mas assegura-se a maioria o direito de adquirir as partes dos disidentes, mediante avaliação judicial, aplicando-se o processo previsto no art. 15.

Art. 18. Em caso de desapropriação parcial de uma edificação ou de um conjunto de edificações, serão indenizados os proprietários das unidades expropriadas, ingressando no condomínio a entidade expropriante, que se sujeitará às disposições desta Lei e se submeterá às da Convenção do condomínio e do Regulamento Interno.

Parágrafo único. VETADO.

CAPÍTULO V

Utilização da Edificação ou do Conjunto de Edificações

Art. 19. Cada condômino tem o direito de usar e fruir, com exclusividade, de sua unidade autônoma, segundo suas conveniências e interesses, condicionados, umas e outros, às normas de boa vizinhança, e poderá usar as partes e coisas comuns, de maneira a não causar dano ou incômodo aos demais condôminos ou moradores, nem obstáculo ou embaraço ao bom uso das mesmas partes por todos.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 20. Aplicam-se ao ocupante do imóvel, a qualquer título, todas as obrigações referentes ao uso, fruição e destino da unidade.

Art. 21. A violação de qualquer dos deveres estipulados na Convenção sujeitará o infrator à multa fixada na própria Convenção ou no Regulamento Interno, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que, no caso, couber.

Parágrafo único. Compete ao síndico a iniciativa do processo e a cobrança da multa, por via executiva,

em benefício do condomínio, e, em caso de omitir-se ele, a qualquer condômino.

CAPÍTULO VI

Da Administração do Condomínio

Art. 22. Será eleito, na forma prevista pela Convenção, um síndico do condomínio, cujo mandato não poderá exceder de 2 anos, permitida a reeleição.

§ 1º Compete ao síndico:

a) representar, ativa e passivamente, o condomínio, em juízo ou fora dele, e praticar os atos de defesa dos interesses comuns, nos limites das atribuições conferidas por esta Lei ou pela Convenção;

b) exercer a administração interna da edificação ou do conjunto de edificações, no que respeita à sua vigilância, moralidade e segurança, bem como aos serviços que interessam a todos os moradores;

c) praticar os atos que lhe atribuem as leis, a Convenção e o Regulamento Interno;

d) impor as multas estabelecidas na Lei, na Convenção ou no Regulamento Interno;

e) cumprir e fazer cumprir a Convenção e o Regulamento Interno, bem como executar e fazer executar as deliberações da assembleia;

f) prestar contas à assembleia dos condôminos.

§ 2º As funções administrativas podem ser delegadas a pessoas de confiança do síndico, e sob a sua inteira responsabilidade, mediante aprovação da assembleia geral dos condôminos.

§ 3º A Convenção poderá estipular que dos atos do síndico caiba recurso para a assembleia, convocada pelo interessado.

§ 4º Ao síndico, que poderá ser condômino ou pessoa física ou jurídica estranha ao condomínio, será fixada a remuneração pela mesma assembleia que o eleger, salvo se a Convenção dispuser diferentemente.

§ 5º O síndico poderá ser destituído, pela forma e sob as condições previstas na Convenção, ou, no silêncio desta, pelo voto de dois terços dos condôminos, presentes, em assembleia geral especialmente convocada.

§ 6º A Convenção poderá prever a eleição de subsíndicos, definindo-lhes atribuições e fixando-lhes o man-

dato, que não poderá exceder de 2 anos, permitida a reeleição.

Art. 23. Será eleito, na forma prevista na Convenção, um Conselho Consultivo, constituído de três condôminos, com mandatos que não poderão exceder de 2 anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único. Funcionará o Conselho como órgão consultivo do síndico, para assessorá-lo na solução dos problemas que digam respeito ao condomínio, podendo a Convenção definir suas atribuições específicas.

CAPÍTULO VII

Da Assembléa Geral

Art. 24. Haverá, anualmente, uma assembléa geral ordinária dos condôminos, convocada pelo síndico na forma prevista na Convenção, à qual compete, além das demais matérias inscritas na ordem do dia, aprovar, por maioria dos presentes, as verbas para as despesas de condomínio, compreendendo as de conservação da edificação ou conjunto de edificações, manutenção de seus serviços e correlatas.

§ 1º As decisões da assembléa, tomadas, em cada caso, pelo *quorum* que a Convenção fixar, obrigam todos os condôminos.

§ 2º O síndico, nos oito dias subsequentes à assembléa, comunicará aos condôminos o que tiver sido deliberado, inclusive no tocante à previsão orçamentária, o rateio das despesas, e promoverá a arrecadação, tudo na forma que a Convenção previr.

§ 3º Nas assembléas gerais, os votos serão proporcionais às frações ideais do terreno e partes comuns, pertencentes a cada condômino, salvo disposição diversa da Convenção.

Art. 25. Ressalvado o disposto no § 3º do art. 22, poderá haver assembléas gerais extraordinárias, convocadas pelo síndico ou por condôminos que representem um quarto, no mínimo, do condomínio, sempre que o exigirem os interesses gerais.

Parágrafo único. Salvo estipulação diversa da Convenção, esta só poderá ser modificada em assembléa geral extraordinária, pelo voto mínimo de condôminos que representem 2/3 do total das frações ideais.

Art. 26. VETADO.

Art. 27. Se a Assembléa não se reunir para exercer qualquer dos po-

dêres que lhe competem, 15 dias após o pedido de convocação, o Juiz decidirá, a respeito, mediante requerimento dos interessados.

TÍTULO II

DAS INCORPORAÇÕES

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 28. As incorporações imobiliárias, em todo o território nacional, reger-se-ão pela presente Lei.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, considera-se incorporação imobiliária a atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial, de edificações ou conjunto de edificações compostas de unidades autônomas, VETADO.

Art. 29. Considera-se incorporador a pessoa física ou jurídica, comerciante ou não, que, embora não efetuando a construção, compromisse ou efetive a venda de frações ideais de terreno objetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, VETADO em edificações a serem construídas ou em construção sob regime condominial, ou que meramente aceite propostas para efetivação de tais transações, coordenando e levando a termo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega, a certo prazo, preço e determinadas condições, das obras concluídas.

Parágrafo único. Presume-se a vinculação entre a alienação das frações do terreno e o negócio de construção, se, ao ser contratada a venda, ou promessa de venda ou de cessão das frações de terreno, já houver sido aprovado e estiver em vigor, ou pender de aprovação de autoridade administrativa, o respectivo projeto de construção, respondendo o alienante como incorporador.

Art. 30. Estende-se a condição de incorporador aos proprietários e titulares de direitos aquisitivos que contratem a construção de edifícios que se destinem a constituição em condomínio, sempre que iniciarem as alienações antes da conclusão das obras.

Art. 31. A iniciativa e a responsabilidade das incorporações imobiliá-

rias caberão ao incorporador, que somente poderá ser:

a) o proprietário do terreno, o promitente comprador, o cessionário deste ou promitente cessionário com título que satisfaça os requisitos da alínea a do art. 32;

b) o construtor (Decreto número 23.569, de 11-12-33, e 3.995, de 31 de dezembro de 1941, e Decreto-lei número 8.620, de 10 de janeiro de 1946) ou corretor de imóveis (Lei nº 4.116, de 27-8-62).

§ 1º No caso da alínea b, o incorporador será investido, pelo proprietário de terreno, o promitente comprador e cessionário deste ou o promitente cessionário, de mandato outorgado por instrumento público, onde se faça menção expressa desta Lei e se transcreva o disposto no § 4º do art. 35, para concluir todos os negócios tendentes à alienação das frações ideais de terreno, mas se obrigará pessoalmente pelos atos que praticar na qualidade de incorporador.

§ 2º Nenhuma incorporação poderá ser proposta à venda sem a indicação expressa do incorporador, devendo também seu nome permanecer indicado ostensivamente no local da construção.

§ 3º Toda e qualquer incorporação, independentemente da forma por que seja constituída, terá um ou mais incorporadores solidariamente responsáveis, ainda que em fase subordinada a período de carência, referido no art. 34.

CAPÍTULO II

Das Obrigações e Direitos do Incorporador

Art. 32. O incorporador somente poderá negociar sobre unidades autônomas após ter arquivado, no cartório competente de Registro de Imóveis, os seguintes documentos:

a) título de propriedade de terreno, ou de promessa, irrevogável e irreatável, de compra e venda ou de cessão de direitos ou de permuta do qual conste cláusula de imissão na posse do imóvel, não haja estipulações impeditivas de sua alienação em frações ideais e inclua consentimento para demolição e construção, devidamente registrado;

b) certidões negativas de impostos federais, estaduais e municipais, de

protesto de títulos de ações cíveis e criminais e de ônus reais relativamente ao imóvel, aos alienantes do terreno e ao incorporador;

c) histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 anos, acompanhado de certidão dos respectivos registros;

d) projeto de construção devidamente aprovado pelas autoridades competentes;

e) cálculo das áreas das edificações, discriminando, além da global, a das partes comuns, e indicando, cada tipo de unidade a respectiva metragem de área construída;

f) certidão negativa de débito para com a Previdência Social, quando o titular de direitos sobre o terreno for responsável pela arrecadação das respectivas contribuições;

g) memorial descritivo das especificações da obra projetada, segundo modelo a que se refere o inciso IV, do art. 53, desta Lei;

h) avaliação do custo global da obra, atualizada à data do arquivamento, calculada de acordo com a norma do inciso III, do art. 53 com base nos custos unitários referidos no art. 51, discriminando-se, também, o custo de construção de cada unidade, devidamente autenticada pelo profissional responsável pela obra;

i) discriminação das frações ideais de terreno com as unidades autônomas que a elas corresponderão;

j) minuta da futura Convenção de condomínio que regerá a edificação ou o conjunto de edificações;

l) declaração em que se defina a parcela do preço de que trata o inciso II, do art. 39;

m) certidão do instrumento público de mandato, referido no § 1º do artigo 31;

n) declaração expressa em que se fixe, se houver, o prazo de carência (art. 34);

o) atestado de idoneidade financeira, fornecido por estabelecimento de crédito que opere no País há mais de cinco anos.

§ 1º A documentação referida neste artigo, após o exame do Oficial de Registro de Imóveis, será arquivada em cartório, fazendo-se o competente registro.

§ 2º Os contratos de compra e venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de unidades autô-

nomas, serão também averbáveis à margem do registro de que trata este artigo.

§ 3º O número do registro referido no § 1º, bem como a indicação do cartório competente, constará, obrigatoriamente, dos anúncios, impressos, publicações, propostas, contratos, preliminares ou definitivos, referentes à incorporação, salvo dos anúncios "classificados".

§ 4º O Registro de Imóveis dará certidão ou fornecerá, a quem o solicitar, cópia fotostática, heliográfica, termofar, microfilmagem ou outra equivalente, dos documentos especificados neste artigo, ou autenticará cópia apresentada pela parte interessada.

§ 5º A existência de ônus fiscais ou reais, salvo os impeditivos de alienação, não impedem o registro, que será feito com as devidas ressalvas, mencionando-se, em todos os documentos, extraídos do registro, a existência e a extensão dos ônus.

§ 6º Os Oficiais de Registro de Imóveis terão 15 dias para apresentar, por escrito, todas as exigências que julgarem necessárias ao arquivamento, e, satisfeitas as referidas exigências, terão o prazo de 15 dias para fornecer certidão, relacionando a documentação apresentada, e devolver, autenticadas, as segundas vias da mencionada documentação, com exceção dos documentos públicos. Em casos de divergência, o Oficial levantará a dúvida segundo as normas processuais aplicáveis.

§ 7º O Oficial de Registro de Imóveis responde, civil e criminalmente, se efetuar o arquivamento de documentação contraveniente à lei ou der certidão... VERADO... sem o arquivamento de todos os documentos exigidos.

Art. 33 O registro da incorporação será válido pelo prazo de 120 dias, findo o qual, se ela ainda não se houver concretizado, o incorporador só poderá negociar unidades depois de atualizar a documentação a que se refere o artigo anterior, revalidando o registro por igual prazo.

Art. 34 O incorporador poderá fixar, para efetivação da incorporação, prazo de carência, dentro do qual lhe é lícito desistir do empreendimento.

§ 1º A fixação do prazo de carência será feita pela declaração a que se

refere a alínea "n", do art. 32 onde se fixem as condições que autorizarão o incorporador a desistir do empreendimento.

§ 2º Em caso algum poderá o prazo de carência ultrapassar o termo final do prazo de validade do registro ou, se for o caso, de sua revalidação.

§ 3º Os documentos preliminares de ajuste, se houver, mencionarão, obrigatoriamente, o prazo de carência, inclusive para efeitos do art. 45.

§ 4º A desistência da incorporação será denunciada, por escrito, ao Registro de Imóveis... VERADO... e comunicada, por escrito, a cada um dos adquirentes ou candidatos à aquisição, sob pena de responsabilidade civil e criminal do incorporador.

§ 5º Será averbada no registro da incorporação a desistência de que trata o parágrafo anterior arquivando-se em cartório o respectivo documento.

§ 6º O prazo de carência é improrrogável.

Art. 35 O incorporador terá o prazo máximo de 45 anos, a contar do termo final do prazo de carência, se houver, para promover a celebração do competente contrato relativo à fração ideal de terreno, e, bem assim, do contrato de construção e da Convenção do condomínio, de acordo com discriminação constante da alínea "i", do art. 32.

§ 1º No caso de não haver prazo de carência, o prazo acima se contará da data de qualquer documento de ajuste preliminar.

§ 2º Quando houver prazo de carência, a obrigação somente deixará de existir se o incorporador tiver denunciado, dentro do mesmo prazo e nas condições previamente estabelecidas, por escrito, ao Registro de Imóveis, a não concretização do empreendimento.

§ 3º Se, dentro do prazo de carência, o incorporador não denunciar a incorporação, embora não se tenham reunido as condições a que se refere o § 1º, o outorgante do mandato de que trata o § 1º, do art. 31, poderá fazê-lo nos cinco dias subsequentes ao prazo de carência, e nesse caso ficará solidariamente responsável com o incorporador pela devolução das quantias que os adquirentes ou candidatos à aquisição houverem entregue

ao incorporador, resguardado o direito de regresso sobre eles, dispensando-se, então, do cumprimento da obrigação fixada no *caput* deste artigo.

§ 4º Descumprida pelo incorporador e pelo mandante de que trata o § 1º do art. 31 a obrigação da outorga dos contratos referidos no *caput* deste artigo, nos prazos ora fixados, a carta-proposta ou o documento de ajuste preliminar poderão ser averbados no Registro de Imóveis, averbação que conferirá direito real oponível a terceiros, com o consequente direito à obtenção compulsória do contrato correspondente.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, o incorporador incorrerá também na multa de 50% sobre a quantia que efetivamente tiver recebido, cobrável por via executiva, em favor do adquirente ou candidato à aquisição.

§ 6º Ressalvado o disposto no artigo 43, do contrato de construção deverá constar expressamente a menção dos responsáveis pelo pagamento da construção de cada uma das unidades. O incorporador responde, em igualdade de condições, com os demais contratantes, pelo pagamento da construção das unidades que não tenham tido a responsabilidade pela sua construção assumida por terceiros e até que o tenham.

Art. 36 No caso de denúncia de incorporação, nos termos do art. 34, se o incorporador, até 30 dias a contar da denúncia, não restituir aos adquirentes as importâncias pagas, estes poderão cobrá-la por via executiva, reajustado o seu valor a contar da data do recebimento, em função do índice geral de preços mensalmente publicado pelo Conselho Nacional de Economia, que reflita as variações no poder aquisitivo da moeda nacional, e acrescido de juros de 6% ao ano, sobre o total corrigido.

Art. 37 Se o imóvel estiver gravado de ônus real ou fiscal ou se contra os alienantes houver qualquer ação que possa comprometê-lo, o fato será obrigatoriamente mencionado em todos os documentos de ajuste, com a indicação de sua natureza e das condições de liberação.

Art. 38 Também constará, obrigatoriamente, dos documentos de ajuste, se fôr o caso, o fato de encontrar-se ocupado o imóvel, esclarecendo-se a

que título se deve esta ocupação e quais as condições de desocupação.

Art. 39 Nas incorporações em que a aquisição do terreno se der com pagamento total ou parcial em unidades a serem construídas, deverão ser discriminadas em todos os documentos de ajuste:

I — a parcela que, se houver, será paga em dinheiro;

II — a quota-parte da área das unidades a serem entregues em pagamento do terreno que corresponderá a cada uma das unidades, a qual deverá ser expressa em metros quadrados.

Parágrafo único. Deverá constar, também, de todos os documentos de ajuste, se o alienante do terreno ficou ou não sujeito a qualquer prestação ou encargo.

Art. 40 No caso de rescisão de contrato de alienação do terreno ou de fração ideal, ficarão rescindidas as cessões ou promessas de cessão de direitos correspondentes à aquisição do terreno.

§ 1º Nesta hipótese, consolidar-se-á, no alienante em cujo favor se opera a resolução, o direito sobre a construção porventura existente.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, cada um dos ex-titulares de direito à aquisição de unidades autônomas haverá do mencionado alienante o valor da parcela de construção que haja adicionado à unidade, salvo se a rescisão houver sido causada pelo ex-titular.

§ 3º Na hipótese dos parágrafos anteriores, sob pena de nulidade, não poderá o alienante em cujo favor se operou a resolução voltar a negociar seus direitos sobre a unidade autônoma, sem a prévia indenização aos titulares, de que trata o § 2º.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, se os ex-titulares tiverem de recorrer à cobrança judicial da que lhes fôr devido, somente poderão garantir o seu pagamento a unidade e respectiva fração de terreno objeto do presente artigo.

Art. 41 Quando as unidades imobiliárias forem contratadas pelo incorporador por preço global compreendendo quota de terreno e construção, inclusive com parte do pagamento após a entrega da unidade, descri-

minar-se-ão, no contrato, o preço da quota de terreno e o da construção.

§ 1º Poder-se-á estipular que, na hipótese de o adquirente atrasar o pagamento de parcela relativa a construção, os efeitos da mora recairão não apenas sobre a aquisição da parte construída, mas, também, sobre a fração ideal de terreno, ainda que esta tenha sido totalmente paga.

§ 2º Poder-se-á também estipular que, na hipótese de o adquirente atrasar o pagamento da parcela relativa à fração ideal de terreno, os efeitos da mora recairão não apenas sobre a aquisição da fração ideal, mas, também, sobre a parte construída, ainda que totalmente paga.

Art. 42 No caso de rescisão do contrato relativo à fração ideal de terreno e partes comuns, a pessoa em cujo favor se tenha operado a resolução sub-rogar-se-á nos direitos e obrigações contratualmente atribuídos ao inadimplente, com relação a construção.

Art. 43 Quando o incorporador contratar a entrega da unidade a prazo e preços certos, determinados ou determináveis, mesmo quando pessoa física, ser-lhe-ão impostas as seguintes normas:

I — informar obrigatoriamente aos adquirentes, por escrito, no mínimo de seis em seis meses, o estado da obra;

II — responder civilmente pela execução da incorporação, devendo indenizar os adquirentes ou compromissários, dos prejuízos que a estes advierem do fato de não se concluir a edificação ou de se retardar injustificadamente a conclusão das obras, cabendo-lhe ação regressiva contra o construtor, se fôr o caso e se a este couber a culpa;

III — em caso de falência do incorporador, pessoa física ou jurídica, e não ser possível à maioria prosseguir na construção das edificações, os subscritores ou candidatos à aquisição de unidades serão credores privilegiados pelas quantias que houverem pago ao incorporador, respondendo subsidiariamente os bens pessoais deste;

IV — é vedado ao incorporador alterar o projeto, especialmente no que se refere à unidade do adquirente e às partes comuns, modificar as especifica-

ções, ou desviar-se do plano da construção, salvo autorização unânime dos interessados ou exigência legal;

V — não poderá modificar as condições de pagamento nem reajustar o preço das unidades, ainda no caso de elevação dos preços dos materiais e da mão-de-obra, salvo se tiver sido expressamente ajustada a faculdade de reajustamento, procedendo-se, então, nas condições estipuladas.

VI — se o incorporador, sem justa causa devidamente comprovada, paralisar as obras por mais de 30 dias, ou retardar-lhes excessivamente o andamento, poderá o Juiz notificá-lo para que no prazo mínimo de 30 dias as reinicie ou torne a dar-lhes o andamento normal. Desatendida a notificação, poderá o incorporador ser destituído pela maioria absoluta dos votos dos adquirentes, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal que couber, sujeito à cobrança executiva das importâncias comprovadamente devidas, facultando-se aos interessados prosseguir na obra (VETADO).

Art. 44 Após a concessão do "habite-se" pela autoridade administrativa, o incorporador deverá requerer, (VETADO) a averbação da construção das edificações, para efeito de individualização e discriminação das unidades, respondendo perante os adquirentes pelas perdas e danos que resultem da demora no cumprimento dessa obrigação.

§ 1º Se o incorporador não requerer a averbação (VETADO) o construtor requerê-la-á (VETADO) sob pena de ficar solidariamente responsável com o incorporador perante os adquirentes.

§ 2º Na omissão do incorporador e do construtor, a averbação poderá ser requerida por qualquer dos adquirentes de unidade.

Art. 45 É lícito ao incorporador recolher o imposto do selo devido, mediante apresentação dos contratos preliminares, até 10 dias a contar do vencimento do prazo de carência a que se refere o art. 34, extinta a obrigação se, dentro deste prazo, fôr denunciada a incorporação.

Art. 46 Quando o pagamento do imposto sobre lucro imobiliário e respectivos acréscimos e adicionais fôr de responsabilidade do vendedor do terreno, será lícito ao adquirente reter o pagamento das últimas prestações anteriores à data-limite em que é lícito pagar, sem reajuste, o refe-

rido imposto e os adicionais, caso o vendendo não apresente a quitação até 14 dias antes do vencimento das prestações cujo pagamento torne inferior a débito fiscal a parte do preço a sua ainda paga até a referida data-limite.

Parágrafo único. No caso de retenção pelo adquirente, esse ficará responsável para todos os efeitos perante o Fisco, pelo recolhimento do tributo, adicionais e acréscimos, inclusive pelos reajustamentos que vier a sofrer o débito fiscal, (verado).

Art. 7 Quando se fixar no contrato que a obrigação do pagamento do imposto sobre lucro imobiliário acrescidos e adicionais devidos pelo alienante é transferida ao adquirente, dever-se-á explicitar o montante que tal obrigação atingiria, se sua satisfação se desse na data da escritura.

§ 1º Neste caso, o adquirente será tido, para todos os efeitos, como responsável perante o Fisco.

§ 2º Havendo parcela restituível, a restituição será feita ao adquirente e, se for o caso em nome deste serão emitidas as obrigações do Tesouro Nacional a que se refere o art. 4º da Lei, nº 4.357, de 16.7.64.

§ 3º Para efeitos fiscais, não importará em aumento, do preço de aquisição a circunstância de obrigarse o adquirente ao pagamento do imposto sobre lucro imobiliário, seus acréscimos e adicionais.

CAPITULO III

Da Construção de Edificação em Condomínio

Seção I

Da Construção em Geral

Art. 48 A construção de imóveis, objeto de incorporação, nos moldes previstos nesta Lei poderá ser contratada sob o regime da empreitada ou de administração conforme adiante definidos, e poderá estar incluída no contrato com o incorporador (verado), ou ser contratada diretamente entre os adquirentes e o construtor.

§ 2º O Projeto e o memorial descritivo das edificações farão parte integrante e complementar do contrato;

§ 2º Do contrato deverá constar o prazo da entrega das obras e as con-

dições e formas de sua eventual prorrogação.

Art. 49 Os contratantes da construção, inclusive no caso do art. 43, para tratar de seus interesses, com relação a ela, poderão reunir-se em assembleia, cujas deliberações, desde que aprovadas por maioria simples dos votos presentes, serão válidas e obrigatórias para todos eles, salvo no que afetar ao direito de propriedade previsto na legislação.

§ 1º As assembleias serão convocadas, pelo menos, por 1/3 (um terço) dos votos dos contratantes, pelo incorporador ou pelo construtor, com menção expressa do assunto a tratar, sendo admittido comparecimento de procurador bastante.

§ 2º A convocação da assembleia será feita por carta registrada ou protocolo, com antecedência mínima de 5 dias para a primeira convocação, e mais 3 dias para a segunda, podendo ambas as convocações ser feitas no mesmo aviso.

§ 3º A assembleia instalar-se-á, no mínimo, com metade dos contratantes, em primeira convocação, e com qualquer número, em segunda, sendo, porém, obrigatória a presença, em qualquer caso, do incorporador ou do construtor, quando convocantes, e pelo menos, com metade dos contratantes que a tenham convocado, se for o caso.

§ 4º Na assembleia, os votos dos contratantes serão proporcionais às respectivas frações ideais de terreno.

Art. 50 Será designada no contrato de construção, ou eleita em assembleia especial devidamente convocada antes do início da obra, uma Comissão de Representantes, composta de 3 membros pelo menos, escolhidos entre os contratantes, no caso do art. 43 em tudo que interessar ao bom andamento da obra.

§ 1º Uma vez eleita a Comissão, cuja constituição se comprovará com a ata da assembleia, devidamente inscrita no Registro de Títulos e Documentos, esta ficará de pleno direito investida dos poderes necessários para exercer todas as atribuições e praticar todos os atos que esta Lei e o contrato de construção lhe deferirem, sem necessidade de instrumento especial outorgado pelos contratantes ou se for caso, pelos que se sub-rogarem nos direitos e obrigações destes.

§ 2º A assembléa poderá revogar, pela maioria absoluta dos votos dos contratantes, qualquer decisão da Comissão, ressalvados os direitos de terceiros quanto aos efeitos já produzidos.

§ 3º Respeitados os limites constantes desta Lei, o contrato poderá discriminar as atribuições da Comissão e deverá dispor sobre os mandatos de seus membros, sua destituição e a forma de preenchimento das vagas eventuais, sendo lícita a estipulação de que o mandato conferido a qualquer membro, no caso de sub-rogação de seu contrato a terceiros, se tenha por transferido, de pleno direito, ao sub-rogatário, salvo se este não o aceitar.

§ 4º Nas incorporações em que o número de contratantes de unidades for igual ou inferior a 3, a totalidade deles exercerá, em conjunto, as atribuições que esta Lei confere à Comissão, aplicando-se, no que couber, o disposto nos parágrafos anteriores.

Art. 51 Nos contratos de construção, seja qual for seu regime deverá constar expressamente a quem caberão as despesas com ligações de serviços públicos, devidas ao Poder Público, bem como as despesas indispensáveis à instalação, funcionamento e regulamentação do condomínio.

Parágrafo único. Quando o serviço público for explorado mediante concessão, os contratos de construção deverão também especificar a quem caberão as despesas com as ligações que incumbam às concessionárias no caso de não estarem elas obrigadas a fazê-las, ou, em o estando, se a isto se recusarem ou alegarem impossibilidade.

Art. 52 Cada contratante da construção só será limitado na posse de sua unidade se estiver em dia com as obrigações assumidas, inclusive as relativas à construção, exercendo o construtor e o condomínio até então, o direito de retenção sobre a respectiva unidade; no caso do art. 43 este direito será exercido pelo incorporador.

Art. 53 O Poder Executivo, através do Banco Nacional da Habitação, promoverá a celebração de contratos com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (A.B.N.T.), no sentido de que esta, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.150, de novembro de 1962, prepare, no prazo má-

ximo de 120 dias, normas que estabeleçam, para cada tipo de prédio que padronizar:

I — critérios e normas para cálculo de custos unitários de construção, para uso dos sindicatos, na forma do art. 54;

II — critérios e normas para execução de orçamentos de custo de construção, para fins de disposto no artigo 59;

III — critérios e normas para a avaliação de custo global de obra, para fins da alínea h, do art. 32;

IV — modelo de memorial descritivo dos acabamentos de edificação, para fins do disposto no art. 32.

V — critério para entrosamento entre o cronograma das obras e o pagamento das prestações, que poderá ser introduzido nos contratos de incorporação, inclusive para o efeito de aplicação do disposto no § 2º do art. 48.

§ 1º O número de tipos padronizados deverá ser reduzido e na fixação se atenderá primordialmente:

a) o número de pavimentos e a existência de pavimentos especiais (subsolo, pilotis etc);

b) o padrão da construção (baixo, normal, alto), tendo em conta as condições de acabamento, a qualidade dos materiais empregados, os equipamentos, o número de elevadores e as inovações de conforto;

c) as áreas de construção.

§ 2º Para custear o serviço a ser feito pela A.B.N.T., definido neste artigo, fica autorizado o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), em favor do Banco Nacional de Habitação, vinculado a este fim, podendo o Banco adiantar a importância à A.B.N.T., se necessário.

§ 3º No contrato a ser celebrado com a A.B.N.T., estipular-se-á a atualização periódica das normas previstas neste artigo, mediante remuneração razoável.

Art. 54 Os sindicatos estaduais da indústria da construção civil ficam obrigados a divulgar mensalmente, até o dia 5 de cada mês, os custos unitários de construção a serem adotados nas respectivas regiões jurisdicionais, calculados com observância dos critérios e normas a que se refere o inciso I, do artigo anterior.

§ 1º O sindicato estadual que deixar de cumprir a obrigação prevista

neste artigo deixará de receber dos cofres públicos, enquanto perdurar a omissão, qualquer subvenção ou auxílio que pleiteie ou a que tenha direito.

§ 2º Na ocorrência de omissão de sindicato estadual, o construtor usará os índices fixados por outro sindicato estadual, em cuja região os custos de construção mais lhe pareçam aproximados dos da sua.

§ 3º Os orçamentos ou estimativas baseados nos custos unitários a que se refere este artigo só poderão ser considerados atualizados, em certo mês, para os efeitos desta Lei, se baseados em custos unitários relativos ao próprio mês ou a um dos dois meses anteriores.

Seção II

Da Construção por Empreitada

Art. 55 Nas incorporações em que a construção seja feita pelo regime de empreitada, esta poderá ser a preço fixo, ou a preço reajustável por índices previamente determinados.

§ 1º Na empreitada a preço fixo, o preço da construção será irremovível, independentemente das variações que sofrer o custo efetivo das obras e quaisquer que sejam suas causas.

§ 2º Na empreitada a preço reajustável, o preço fixado no contrato será reajustado na forma e nas épocas nele expressamente previstas, em função da variação dos índices adotados, também previstos obrigatoriamente no contrato.

§ 3º Nos contratos de construção por empreitada, a Comissão de Representantes fiscalizará o andamento da obra e a obediência ao Projeto e às especificações exercendo as demais obrigações inerentes à sua função representativa dos contratantes e fiscalizadora da construção.

§ 4º Nos contratos de construção fixados sob regime de empreitada, reajustável, a Comissão de Representantes fiscalizará, também, o cálculo do reajustamento.

§ 5º No contrato deverá ser mencionado o montante do orçamento atualizado da obra, calculado de acordo com as normas do inciso III, do art. 53, com base nos custos unitários referidos no art. 54, quando o preço estipulado for inferior ao mesmo.

§ 6º Na forma de expressa referência, os contratos de empreitada entendem-se como sendo a preço fixo.

Art. 56 Em toda a publicidade ou propaganda escrita, destinada a promover a venda de incorporação com construção pelo regime de empreitada reajustável, em que conste preço, serão discriminados explicitamente o preço da fração ideal do terreno e o preço da construção, com indicação expressa da reajustabilidade.

§ 1º As mesmas indicações deverão constar em todos os papéis utilizados para a realização da incorporação, tais como cartas, propostas, escrituras, contratos e documentos semelhantes.

§ 2º Esta exigência será dispensada nos anúncios "classificados" dos jornais.

Art. 57 Ao construtor que contratar, por empreitada a preço fixo, uma obra de incorporação, aplicar-se-á, no que couber, o disposto nos itens II, III, IV, (VETADO) e VI, do art. 43.

Seção III

Da Construção por Administração

Art. 58. Nas incorporações em que a construção for contratada pelo regime de administração, também chamado "a preço de custo", será de responsabilidade dos proprietários ou adquirentes o pagamento do custo integral de obra, observadas as seguintes disposições:

I — todas as faturas, duplicatas, recibos e quaisquer documentos referentes às transações ou aquisições para construção, serão emitidos em nome do condomínio dos contratantes da construção;

II — todas as contribuições dos condôminos para qualquer fim relacionado com a construção serão depositadas em contas abertas em nome do condomínio dos contratantes em estabelecimentos bancários, as quais, serão movimentadas pela forma que for fixada no contrato.

Art. 59. No regime de construção por administração, será obrigatório constar do respectivo contrato o montante do orçamento do custo da obra, elaborado com estrita observância dos critérios e normas referidos no inciso II, do art. 53 e a data em que se iniciará efetivamente a obra.

§ 1º — Nos contratos lavrados até o término das fundações, este montan-

te não poderá ser inferior ao da estimativa atualizada, a que se refere o § 3º, do art. 54.

§ 2º. — Nos contratos celebrados após o término das fundações, este montante não poderá ser inferior à última revisão efetivada na forma do artigo seguinte.

§ 3º. — As transferências e sub-rogações do contrato, em qualquer fase da obra, aplicar-se-á o disposto neste artigo.

Art. 60. As revisões da estimativa de custo da obra serão efetuadas, pelo menos semestralmente, em comum entre a Comissão de Representantes e o construtor. O contrato poderá estipular que, em função das necessidades da obra sejam alteráveis os esquemas de contribuições quanto ao total, ao número, ao valor e à distribuição no tempo das prestações.

Parágrafo único. Em caso de majoração de prestações, o novo esquema deverá ser comunicado aos contratantes, com antecedência mínima de 45 dias da data em que deverão ser efetuados os depósitos das primeiras prestações alteradas.

Art. 61. A Comissão de Representantes terá poderes para, em nome de todos os contratantes e na forma prevista no contrato:

a) examinar os balancetes organizados pelos construtores, dos recebimentos e despesas do condomínio dos contratantes, aprová-los ou impugná-los, examinando a documentação respectiva;

b) fiscalizar concorrências relativas às compras dos materiais necessários à obra ou aos serviços a ela pertinentes;

c) contratar, em nome do condomínio, com qualquer condômino, modificações por ele solicitadas em sua respectiva unidade, a serem administradas pelo construtor, desde que não prejudiquem unidade de outro condômino e não estejam em desacordo com o parecer técnico do construtor;

d) fiscalizar a arrecadação das contribuições destinadas à construção;

e) exercer as demais obrigações inerentes à sua função representativa dos contratantes e fiscalizadora da construção, e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular do condomínio.

Art. 62. Em toda publicidade ou propaganda escrita destinada a pro-

mover a venda de incorporação com construção pelo regime de administração em que conste preço, serão discriminados explicitamente o preço da fração ideal de terreno e o montante do orçamento atualizado do custo da construção, na forma dos artigos 59 e 60, com a indicação do mês a que se refere o dito orçamento e do tipo padronizado a que se vincule o mesmo.

§ 1º. — As mesmas indicações deverão constar em todos os papéis utilizados para a realização da incorporação, tais como cartas, propostas, escrituras, contratos e documentos semelhantes.

§ 2º. — Esta exigência será dispensada nos anúncios "classificados" dos jornais.

CAPÍTULO IV

Das Infrações

Art. 63. É lícito estipular no contrato, sem prejuízo de outras sanções, que a falta de pagamento, por parte do adquirente ou contratante, de 3 prestações do preço da construção, quer estabelecidas inicialmente, quer alteradas ou criadas posteriormente, quando for o caso, depois de previa notificação com o prazo de 10 dias para purgação da mora, implique na rescisão do contrato, conforme nele se fixar, ou que, na falta de pagamento, pelo débito respondem os direitos à respectiva fração ideal de terreno e à parte construída adicionada, na forma abaixo estabelecida, se outra forma não fixar o contrato.

§ 1º. — Se o débito não for liquidado no prazo de 10 dias, após solicitação da Comissão de Representantes, esta ficará, desde logo, de pleno direito, autorizada a efetuar, no prazo que fixar, em público leilão anunciado pela forma que o contrato previr, a venda, promessa de venda ou de cessão, ou a cessão da quota de terreno e correspondente parte construída e direitos, bem como a sub-rogação do contrato de construção.

§ 2º. — Se o maior lance obtido for inferior ao desembolso efetuado pelo inadimplente, para a quota do terreno e a construção, despesas acarretadas e as percentagens expressas no parágrafo seguinte serão realizadas na praça no prazo estipulado no contrato. Nesta segunda praça, será

aceito o maior lance apurado, ainda que inferior àquele total, VERADO.

§ 3º. — No prazo de 24 horas após a realização do leilão final, o condomínio, por decisão unânime de Assembleia-Geral em condições de igualdade com terceiros, terá preferência na aquisição dos bens, caso em que serão adjudicados ao condomínio.

§ 4º. — Do preço que fôr apurado no leilão, serão deduzidas as quantias em débito, todas as despesas ocorridas, inclusive honorário de advogado e anúncios, e mais 5%, a título de comissão e 10% de multa compensatória, que reverterão em benefício do condomínio de todos os contratantes, com exceção do falto, ao qual será entregue o saldo, se houver.

§ 5º. — Para os fins das medidas estipuladas neste artigo, a Comissão de Representantes ficará investida de mandato irrevogável, isento do imposto de selo, na vigência do contrato geral de construção da obra, com poderes necessários para, em nome do condomínio inadimplente, efetuar as citadas transações, podendo para este fim fixar preços, ajustar condições, sub-rogar o arrematante nos direitos e obrigações decorrentes do contrato de construção e da quota de terreno e construção; outorgar as competentes escrituras e contratos, receber preços, dar quitações; imitar o arrematante na posse do imóvel; transmitir domínio, direito e ação; responder pela evicção; receber citação, propor e variar de ações; e também dos poderes *ad iudicia*, a serem subestabelecidos a advogado legalmente habilitado;

§ 6º. — A morte, falência ou concordata do condômino ou sua dissolução, se se tratar de sociedade, não revogará o mandato de que trata o parágrafo anterior, o qual poderá ser exercido pela Comissão de Representantes até a conclusão dos pagamentos devidos, ainda que a unidade pertença a menor de idade.

§ 7º. — Os eventuais débitos, fiscais ou para com a Previdência Social, não impedirão a alienação por leilão público. Neste caso, ao condômino somente será entregue o saldo, se houver, desde que prove estar quite com o Fisco e a Previdência Social, devendo a Comissão de Representantes, em caso contrário, consignar judicialmente a importância equivalente aos débitos existentes dando ciência ao fato à entidade credora.

§ 8º. — Independentemente das disposições deste artigo e seus parágrafos, e como penalidades preliminares, poderá o contrato de construção estabelecer a incidência de multas e juros de mora em caso de atraso no depósito de contribuições sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.

§ 9º. — O contrato poderá dispor que o valor das prestações pagas com atraso, seja corrigível em função da variação do índice geral de preços mensalmente publicado pelo Conselho Nacional de Economia, que reflita as oscilações do poder aquisitivo da moeda nacional.

§ 10. — O membro da Comissão de Representantes que incorrer na falta prevista neste artigo, estará sujeito à perda automática do mandato e deverá ser substituído segundo dispuser o contrato.

Art. 64. Os órgãos de informação e publicidade que divulgarem publicidade sem os requisitos exigidos pelo § 3º do artigo 32 e pelos artigos 56 e 62, desta Lei, sujeita-se-ão à multa em importância correspondente ao dobro do preço pago pelo anunciante, a qual reverterá em favor da respectiva Municipalidade.

Art. 65. É crime contra a economia popular promover incorporação, fazendo, em proposta, contratos, prospectos ou comunicação ao público ou aos interessados, afirmação falsa sobre a constituição do condomínio, alienação das frações ideais do terreno ou sobre a construção das edificações.

PENA — reclusão de um a quatro anos e multa de cinco a cinquenta vezes o maior salário-mínimo legal vigente no País.

§ 1º. — Incorrem na mesma pena:

I — o incorporador, o corretor e o construtor, individuais bem como os diretores ou gerentes de empresa coletiva incorporadora, corretora ou construtora que, em proposta, contrato, publicidade, prospecto, relatório, parecer, balanço ou comunicação ao público ou aos condôminos, candidatos ou subscritores de unidades, fizerem afirmação falsa sobre a constituição do condomínio, alienação das frações ideais ou sobre a construção das edificações;

II — o incorporador, o corretor e o construtor individuais, bem como os diretores ou gerentes de empresa coletiva, incorporadora, corretora ou construtora que usar, ainda que a ti-

tulo de empréstimo, em proveito próprio ou de terceiro, bens ou haveres destinados a incorporação contratada por administração, sem prévia autorização dos interessados.

§ 2º. — O julgamento destes crimes será de competência de Juízo singular, aplicando-se os artigos 5º, 6º e 7º da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951.

Art. 66. São contravenções relativas à economia popular, puníveis na forma do artigo 10 da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951:

I — negociar o incorporador frações ideais de terreno, sem previamente satisfazer às exigências constantes desta Lei.

II — omitir o incorporador, em qualquer documento de ajuste, as indicações a que se referem os artigos 37 e 38, desta Lei;

III — deixar o incorporador, sem justa causa, no prazo do artigo 35 e ressalvada a hipótese de seus §§ 2º e 3º, de promover a celebração do contrato relativo à fração ideal de terreno, do contrato de construção ou da convenção do condomínio;

IV — VETADO.

V — omitir o incorporador, no contrato, a indicação a que se refere o § 5º do artigo 53, desta Lei;

VI — paralisar o incorporador a obra, por mais de 30 dias, ou retardar-lhe excessivamente o andamento sem justa causa.

PENA — Multa de 5 a 20 vezes o maior salário-mínimo legal vigente no País.

Parágrafo único. No caso de contratos relativos a incorporações, de que não participe o incorporador, responderão solidariamente pelas faltas capituladas neste artigo o construtor, o corretor, o proprietário ou titular de direitos aquisitivos do terreno, desde que figurem no contrato, com direito regressivo sobre o incorporador, se as faltas cometidas lhe forem imputáveis.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 67. Os contratos poderão consignar exclusivamente as cláusulas,

térmo ou condições variáveis ou específicas.

§ 1º. — As cláusulas comuns a todos os adquirentes não precisarão figurar expressamente nos respectivos contratos.

§ 2º. — Os contratos no entanto, consignarão obrigatoriamente que as partes contratantes, adotem e se comprometam a cumprir as cláusulas, termos e condições contratuais a que se refere o parágrafo anterior, sempre transcritas, *verbo ad verbum* no respectivo cartório ou ofício, mencionando, inclusive, o número do livro e das folhas do competente registro.

§ 3º. Aos adquirentes, ao receberem os respectivos instrumentos, será obrigatoriamente entregue cópia impressa ou mimeografada, autenticada, do contrato-padrão, contendo as cláusulas, termos e condições referidas no § 1º deste artigo.

§ 4º. Os cartórios de Registro de Imóveis, para os devidos efeitos, receberão dos incorporadores, autenticadamente, o instrumento a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 68. Os proprietários ou titulares de direito aquisitivo sobre as terras rurais ou os terrenos onde pretendam construir ou mandar construir habitações isoladas para aliená-las antes de concluídas, mediante pagamento do preço a prazo, deverão, previamente, satisfazer às exigências constantes no art. 32, ficando sujeitos ao regime instituído nesta Lei para os incorporadores, no que lhes for aplicável.

Art. 69. O Poder Executivo baixará, no prazo de 90 dias, regulamento sobre o registro no Registro de Imóveis VETADO.

Art. 70. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 5.421, de 25 de junho de 1928 e quaisquer disposições em contrário.

Brasília, 16 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

LEI Nº 4.592 — DE 29 DEZEMBRO DE 1964

Aprova o Plano Nacional de Viação

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Viação (PNV) representado e descrito nos seguintes documentos que com este baixam:

a) Quatro Cartas do Brasil com a indicação das vias e terminais de transportes terrestres, marítimas e fluviais, lacustres e aéreas nas quais se representam:

Na 1.ª — As "Rodovias" do PNV;

Na 2.ª — As "Ferrovias" do PNV;

Na 3.ª — As "Terminais Marítimas e Fluviais" e as "Vias Navegáveis Marítimas e Interiores" do PNV;

Na 4.ª — As "Terminais Aéreas" do PNV.

b) Uma carta com as vias e terminais do PNV que permitam conexões internacionais.

c) Quatro "Relações Descritivas" das vias de transporte e terminais marítimas e áreas com a respectiva conceituação.

§ 1º As localidades intermediárias constantes das relações mencionadas neste artigo não devem ser consideradas como pontos obrigatórios mas, apenas, como indicação geral de diretriz das vias consideradas, cujos traçados só serão fixados pelos estudos definitivos.

§ 2º As instalações destinadas à segurança, regularidade e proteção do transporte aéreo se incluem no presente Plano.

Art. 2º As dotações orçamentárias e os fundos específicos destinados à execução do Plano Nacional de Viação serão entregues aos órgãos competentes, escriturando-se os saldos não aplicados em "Restos a Pagar", após o processamento regular.

Parágrafo único. Somente às vias de transporte terminais, previstas no art. 1.º, serão atribuídos recursos à conta do Orçamento Geral da União, de fundos específicos e de quaisquer outras fontes.

Art. 3º As vias de transportes incluídas no Plano Nacional de Viação só poderão ser concedidas após prévia aprovação dos órgãos competentes do Governo Federal.

Art. 4º As vias de transporte e terminais, constantes do PNV ficam, sejam quais forem os regimes de concessão e de propriedade, subordinadas às especificações e normas técnicas aprovadas pelo Governo Federal.

Art. 5º A execução do PNV obedecerá a Plano Quadrienal de Obras elaborados pelos órgãos competentes do Ministério da Viação e Obras Públicas e do Ministério da Aeronáutica, aprovados pelos Conselhos Setoriais respectivos, (VERADO) pelo Conselho Nacional de Transportes e homologados pelo Poder Executivo.

Art. 6º O Plano Nacional de Viação será revisto (VERADO) de 5 em 5 anos.

Parágrafo único. VERADO.

Art. 7º Os critérios estabelecidos para execução e os recursos que tenham sido destinados para atendimento das obras constantes do Plano Nacional de Viação em vigor, serão transferidos automaticamente para a execução das mesmas obras consideradas no novo Plano, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1965, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de dezembro de 1964 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Márcio de Souza e Mello

1. RELAÇÃO DESCRITIVA E NOMENCLATURA DAS RODOVIAS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

1.1 — Rodovias Radiais

BR	DESCRIÇÃO	Extensão Km
010	Brasília — Paranã — Carolina — Pôrto Franco — Guamá — Belém	1.886
020	Brasília — Barreiras — Picos — Fortaleza	1.909
030	Brasília — Brumado — Ubaitaba — Campinho	1.108
040	Brasília — Três Marias — Belo Horizonte — Muriaé — Campos — São João da Barra	1.138
050	Brasília — Cristalina — Catalão — Araguari — Uberlândia — Uberaba — Ribeirão Preto — Limeira — Campinas — São Paulo — Santos	1.095
060	Brasília — Anápolis — Goiânia — Rio Verde — Jataí — Campo Grande — Bela Vista (Paraguai)	1.320
070	Brasília — Jaraguá — Aragarças — Cuiabá — Cáceres — Fronteira com a Bolívia (Marco São Matias)	1.263
080	Brasília — Uruaçu — Dianarum — Cachimbo — Jacareacanga — Canumã — Manaus — Tapuruquara — Içana — Divisa da Colômbia (Bogotá)	3.050

1.2 — Rodovias Longitudinais

BR	DESCRIÇÃO	Extensão Km
101	Natal — João Pessoa — Recife — Maceió — Aracaju — Feira de Santana — Itabuna — Vitória — Campos — Niterói — Rio (Verão) — Mangaratiba — Angra dos Reis — Caraguatatuba — Santos — Iguape — Antonina — Joinville — Itajaí — Florianópolis — Tubarão — Osório	4.080
104	Macau — Lajes — Santa Cruz — Esperança — Campina Grande — Caruaru — Atalaia — (Entroncamento da BR-316)	576
110	Areia Branca — Mossoró — Augusto Severo — Patos — Monteiro — Petrolândia — Paulo Afonso — Ribeira do Pombal — Alagoinhas — Salvador	1.020

BR	DESCRIÇÃO	Extensão Km
116	Fortaleza — Russas — Jaguaribe — Salgueiro — Canudos — Feira de Santana — Vitória da Con- quista — Teófilo Otoni — Muriae — Leopoldina — Alem Paraíba — Três Rios — Volta Redonda — Lorena — São Paulo — Registro — Curitiba — Porto Alegre — Pelotas — Jaguarão	4.470
120	(VETADO)	
122	Montes Claros — Seabra — Juazeiro — Petrolina — — Parnamirim — (VETADO)	1.560
135	São Luiz — Peritoró — Pastos Bons — Bertolina — Bom Jesus — Barreiras — Januária — Montes Claros — Cordesburgo — Sete Lagoas — Belo Horizonte — Três Rios — Rio de Janeiro (Ga- zômetro)	2.730
146	Patos de Minas — Araxá — Poços de Caldas — São Paulo	690
153	Tucuruí — Jatobá — Marabá — Araguaína — Gu- rupi — Ceres — Goiânia — Itumbiara — Prata — Frutal — São José do Rio Preto — Ourinhos — Irati — Porto União — Erechim — Passo Fun- do — Soledade — Cachoeira do Sul — Bagé — Aceguá	3.708
156	Macapá — Calçoene — Oiapoque — Fronteira com a Guiana Francesa	658
158	São Felix — Xavantina — Aragarças — Jataí — Paranaíba — Três Lagoas — Presidente Wances- lau — Porto Marcondes — Paranaíba — Campo Mourão — Laranjeiras do Sul — Irajá — Cruz Alta — Santa Maria — Rosário do Sul — Livra- mento	2.628
163	Rondonópolis — Campo Grande — Rio Brilhante — Dourados — Porto Murumbi — Porto Guaira — Barracão — São Miguel do Oeste	1.180
165	Santarém — Porto Artur — Cuiabá	1.425
172	Canumã — Vilhena	1.100
174	Manaus — Caracará — Boa Vista — Fronteira com a Venezuela	972

1.3 — Rodovias Transversais

222	Fortaleza — Piripiri	390
226	Natal — Santa Cruz — Currais Novos — Augusto Severo — Jaguaribe — Independência — Crateús — Terezinha — Presidente Dutra — Porto Franco Araguaína	1.806
230	Cabedelo — João Pessoa — Campina Grande — Pa- tos — Cajazeiras — Lavras da Mangabeira — Picos — Floriano — Pastos Bons — Balsas — Carolina	1.605
232	Recife — Arco Verde — Salgueiro — Parnamirim	562
235	Aracaju — Jeremoabo — Canudos — Juazeiro — Pe- trolina — Remanso — Caracol — Bom Jesus — Araguacema	1.637

BR	DESCRIÇÃO	Extensão Km
234	Caruaru — Garanhuns — Paulo Afonso — VETADO	570
236	Abunã — Rio Branco — Sena Madureira — Feijó — Tarauacá — Cruzeiro do Sul — Vila Japiim — Fronteira com o Peru	1.107
242	São Roque — Seabra — Barreiras — Paranã — São Felix — Vale do Xingu — Pôrto Artur	2.006
251	(VETADO) — Camaçã — Potiraguá — Pedra Azul — Salinas — Montes Claros — (VETADO) — Brasília (VETADO)	1.950
259	João Neiva — Governador Valadares — Guanhanes — Gouvêa — Curvelo — Felixlândia	400
262	Vitória — Realeza — Belo Horizonte — Araxá — Uberaba — Frutal — Três Lagoas — Icem — Campo Grande — Aquidauana — Pôrto Esperan- ça — Corumbá	1.950
265	Muriáe — Barbacena — São João Del Rei — Lavras — (VETADO)	750
267	Leopoldina — Bicas — Juiz de Fora — Caxambu — Fogos de Caldas — Araraquara — Lins — Presidente Venceslau — Rio Brilhante — Pôrto Murtinho	1.832
272	São Paulo — Sorocaba — Ibatí — Campo Mourão — Pôrto Guafra	300
273	(VETADO)	
277	Paranaguá — Curitiba — Irati — Relógio — Foz do Iguaçu	797
280	São Francisco do Sul — Joinville — Pôrto União — São Lourenço — Barracão — Dionísio Cerqueira	576
282	Florianópolis — Lajes — Joaçaba — São Miguel do Oeste	609
285	Vacaria — Passo Fundo — Santo Angelo — São Borja	569
290	Osonio — Pôrto Alegre — São Gabriel — Alegrete — Uruguaiana	751
293	Pelotas — Bagé — Livramento — Quaraí — Uru- guaiana	560

1.4 — Rodovias Diagonais

304	Doqueirão do Cesário — Aracati — Mossoró — La- jes — Natal	514
307	Benjamin Constant — Cruzeiro do Sul — Pôrto Walter — Taumaturgo	680
308	(VETADO) — Ico — Crateús — Piripiri — Buriti — Crapadilha — Vargem Grande — Itapicuru Mirim (VETADO)	1.720
316	Belém — Peritoró — Terezina — Picos — Parnami- rim — Cabrogó — Floresta — Petrolândia — Pal- meira dos Índios — Maceió	2.090
317	Brasileia — Xapuri — Rio Branco — Bôca do Acre — Lábrea	650
319	Beruri — Humaitá — Pôrto Velho — Abunã — Gua- jará Mirim	1.063

BR	DESCRIÇÃO	Extensão Km
324	Remanso — Feira de Santana — Salvador	564
330	Bom Jesus — Seabra — Ubaitaba	800
342	Carinhanha — Espinosa — Salinas — Araçuaí — Nôvo Cruzeiro — Teófilo Otoni — Linhares	840
343	Luiz Corrêa — Piripiri — Teresina — Floriano — Bertolina	574
349	Estância — Itapicuru — Olindina — Araci — No- venta — Capela — Mairi — Mundo Nôvo — Utinga — Seabra — Bom Jesus da Lapa — Cor- rentina — Posse	1.070
352	(VETADO)	690
354	Engenheiro Passos — Capivari — Vidinha — Ca- xambu — (VETADO)	760
359	(VETADO)	609
364	Porto Velho — Barra do Bugres — Cuiabá — Ron- donópolis — Jataí — S. Simão — Campina Ver- de — Frutal — Matão — Limeira	2.964
365	Montes Claros — Pirapora — Patos de Minas — Uberlândia — Monte Alegre de Minas — Itutu- taba — Canal de S. Simão	810
367	(VETADO)	600
369	(VETADO) — Ourinhos — Londrina — Jandaia do Sul — Campo Mourão — Cascavel	960
373	Limeira — Itapetininga — Capão Bonito — (VETADO)	800
374	Presidente Wenceslau — Ourinhos — Irapé — Torre da Pedra — Brituva — S. Paulo	640
376	Dourados — Maringá — Apucarana — Ponta Gros- sa — São Luiz do Purunã	729
377	Carazinho — Cruz Alta — Santiago — Alegrete — Quaraí	467
381	Governador Valadares — Itabira — Belo Horizonte Betim — Pouso Alegre — Bragança Paulista ...	832
383	(VETADO) — São João Del Rei — (VETADO) — Itajubá — Campos do Jordão — Pinda — Redenção — Natividade — Caraguatatuba — São Sebastião	450
386	São Miguel do Oeste — Irajá — Carazinho — Soleca- de — Porto Alegre	450
392	Porto Lucena — Santo Angelo — Santa Maria — Pelotas	558
393	Cachoeiro do Itapemirim — Itaperuna — Pádua — Além Paraíba — Teresópolis — Magé — Manilha	390

1.5 — Ligações

401	Boa Vista — Guana Inglesa	140
402	Içana — Venezuela	120
403	Itaituba — BR-163	150
405	Mossoró — BR-116	100
406	Labrea — Humaitá	234
407	Picos e Petrolina	303
408	Itapicuru Mirim — Santa Inês	115
409	Feijó — Santa Rosa (AC)	150
410	Tucano — Ribeira do Pombal	35

ER	DESCRIÇÃO	Extensão Km
411	Elvira — BR-307	220
412	Campina Grande — São José do Cariri — Serra Branca — Sumé — Monteiro	177
413	Caxias (Estirão do Aqueduto) — BR-307	165
414	Anápolis — Niquelândia	243
415	Ilheus — Vitória da Conquista	198
416	Caceres — Mato Grosso	330
417	(VETADO)	230
418	Teófilo Otoni — Carlos Chagas — Nanuque — Ca- ravelas	375
419	(VETADO)	380
420	(VETADO)	180
451	Montes Claros — Governador Valadares	369
452	Rio Verde — Itumbiara — Tupanciguara — Uber- lândia — Araxá	490
453	Itaqui — Santiago	188
454	Porto Esperança — Forte Coimbra	85
455	BR-381 — Ipatinga — Entre Fôlhas — BR-116	60
456	Iandeara — São José do Rio Preto — Matão	206
457	(VETADO)	120
458	(VETADO)	95
459	Pocos de Caldas — Lorena — (VETADO)	265
460	Camouquira — Lameira — São Lourenço — Vicinça (VETADO)	110
461	(VETADO)	129
462	Rio (BR-161) — Volta Redonda — Angra dos Reis	180
463	Dourados — Ponta Porã	128
464	Mage — BR-135 — (VETADO)	60
465	Campo Grande — Garganta — Viúva Graça	22
466	Santiago — Santo Angelo	120
467	Porto Mendes — Cascavel	110
468	Curitiba — Garuva — Joinville	131
469	Foz do Iguaçu — Parque Nacional	25
470	Itajaí — Blumenau — Curitiba — Campos Novos (VETADO)	385
471	(VETADO) — Pelotas — Chui	510
472	São Borja — Itaqui — Uruguai — Barra do Quaraí	264
473	Aceguá — Guarda Nova — Herval — Arroio Gran- de BR-471	180
474	(VETADO)	260
475	(VETADO)	150
476	(VETADO)	340
477	(VETADO)	165
478	(VETADO)	290
479	(VETADO)	440
480	(VETADO)	150
481	(VETADO)	150
482	(VETADO)	140
483	Itumbiara — Paranaíba (MT)	320
484	São Mateus — São Domingos — Colatina — Ita- guçu — Afonso Cláudio — BR-262 — Guaçuí — São José do Calçado — Bom Jesus do Itabapoana — Itaperuna	320
485	(VETADO)	60
486	(VETADO)	205

1.6 — *Ligações Internacionais*

a — *Com a República Oriental do Uruguai*

- (1) Chuí — BR-471
- (2) Jaguarão — BR-116
- (3) Aceguá — BR-153
- (4) Livramento — BR-473
- (5) Barra do Quaraí — BR-472

b — *Com a República Argentina*

- 1) Urugualana — BR-290

c — *Com o Paraguai*

- (1) Foz do Iguaçu — BR-369
- (2) Guaira — BR-272
- (3) Ponta Porã — BR-463
- (4) Bela Vista — BR-60
- (5) Porto Murtinho

d — *Com a Bolívia*

- (1) Corumbá — BR-454
- (2) Mato Grosso — BR-416
- (3) Guajará Mirim — BR-319
- (4) Brasília

e — *Com o Peru*

- (1) Cruzeiro do Sul — BR-236

f — *Com a Colômbia*

- (1) Içana

g — *Com a Venezuela*

- (1) Içana — BR-402
- (2) Boa Vista

h — *Com a Guiana Inglesa*

- (1) Boa Vista

i — *Com a Guiana Francesa*

- (1) Oiapoque

Conceituação

No Plano Nacional de Viação são consideradas *Rodovias Nacionais* as que satisfazem as seguintes condições:

a) Ligar a Capital Federal a uma ou mais Capitais de Estados ou Territórios ou ainda a pontos importantes da orla oceânica ou fronteira terrestre;

b) ligar duas ou mais capitais estaduais ou ponto importante da orla marítima com a fronteira terrestre, através de um ou mais Estados ou Territórios;

c) ligar duas ou mais rodovias federais em pontos adequados para encurtamento de traçado interestadual;

d) permitir o acesso;

A instalações federais de importância, tais como Parques Nacionais, Estabelecimentos, Indústrias e Bases Militares;

As estâncias minero-metálicas e outros pontos de atração turística notoriamente conhecidas e exploradas;

As principais terminais marítimas, fluviais, aeroviárias e ferroviárias constantes do Plano Nacional de Viação.

2. RELAÇÃO DESCRITIVA DAS FERROVIAS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

Denominação	Descrição	Extensão Km
2.1 — Troncos Radiais		
Tronco Nordeste	Brasília — Urandi — Ourives — Iaquã — Cruz das Almas — Conceição da Feira — Mapele (Salvador) — Alagoinhas — Aracaju — Propriá — Colégio — Maceté — Recife — Itabaiana — João Pessoa — Natal ..	3.354
Tronco Sudeste	Brasília — Divisor — Pirapora — Corinto — Belo Horizonte — Belo Vale — Joaquim Murtinho — Três Rios — Barra do Piraí — Japeri — Rio de Janeiro	1.500
Tronco Sul	Brasília — (VETADO) — Gandira — Araguari — Uberlândia — Uberaba — São Joaquim da Barra — Ribeirão Preto — Casa Branca — Campinas — São Paulo — Garça — Ponta Grossa — Eng ^o Bley — Rio Negro — Mafra — Ponte Alta do Norte — Lages — Vacaria — Junção — Roca Sales — General Luz — Pelotas — Rio Grande	2.967
2.2 — Troncos Longitudinais, Transversais e Diagonais		
T-1	São Luiz — Terezina — Altos — Crateus — Piquet Carneiro — Arrojado — Missão Velha — Salgueiro — Petrolina — Juazeiro — Senhor do Bonfim — Água Fria — Alagoinhas — Mapele — Salvador	2.063
T-2	João Pessoa — Campina Grande — Souza — Arrojado	560
T-3	Recife — Salgueiro	588
T-4	Goiânia — Leopoldo Bulhões — Pires do Rio — Goiandira — Ibiá — Garças — Lavras — Andrélandia — Bom Jardim — Barra Mansa — Angra dos Reis	1.465
T-5	Vitória — Governador Valadares — Ipatinga — Desembargador Drummond — Itabira — Belo Horizonte	689

Denomi- nação	Descrição	Extensão Km
T-6	Ipatinga — Capitão Martins — Ponte Nova — Ubá — Ligação Furtado de Campos — Três Rios — Pa- raíba do Sul — Governador Portela — Japeri — Rio de Janeiro	722
T-7	Rio de Janeiro — Saracuruna — Magé — Visconde de Itaboraí — Macaé — Campos — Vitória	639
T-8	Campos — Recreio — Cisneiros — Cataguazes — Fur- tado de Campos — Juiz de Fora — Benfica — Lima Duarte — Bom Jardim — Soledade — Pouso Alegre — Mogi Mirim	961
T-9	Itirapina — Araraquara — Presidente Vargas	510
T-10	Belo Horizonte — Divinópolis — Lavras — Pouso Alegre — Vargem — Campo Limpo	731
T-11	Rio de Janeiro — Barra do Piraí — São Paulo	500
T-12	Santos — São Paulo — Campinas — Itirapina — Bauru — Campo Grande — Corumbá	1.732
T-13	Itirapina — Bauru — Marília — Panorama	560
T-14	Santos — Mairinque — Iperó — Rubião Junior — Ou- rinhos — Presidente Prudente — Ponta Porá	1.401
T-15	Ourinhos — Marques dos Reis — Cruzeiro do Oeste — Guaira	594
T-16	Itapeva — Jaguariaíva — Ponta Grossa — Engenheiro Gutierrez — Pôrto União — Marcelino Ramos — Passo Fundo — Cruz Alta — Santa Maria — Diler- mando de Aguiar — Cacequi — Livramento	1.757
T-17	Paranaguá — Curitiba — Engenheiro Gutierrez — Guarapuava — Foz do Iguaçu	834
T-18	Pôrto Alegre — General Luz — Santa Maria — Di- lermando de Aguiar — Santiago — São Borja ..	734
T-19	Pelotas — São Sebastião — Cacequi — Alegrete — Uruguaiana ..	696
2.3 — <i>Ligações</i>		
L-1	Luiz Corrêa — Altos	308
L-2	Fortaleza — Sobral — Crateús	442
L-3	Sobral — Camocim	129
L-4	Fortaleza — Piquet Carneiro	320
L-5	Areia Branca — Mossoró — Souza	290
L-6	Natal — Itaretama — Macau — Grosso — Areia Branca	311
L-7	Senhor do Bonfim — Iagü	930
L-8	Cruz das Almas — Santo Antônio de Jesus — Je- quiê ..	286
L-9	Santo Antônio de Jesus — São Roque	64
L-10	Ourives — Jequiê — Ubaitaba — Campinho	364
L-11	Corinto — Montes Claros — Monte Azul — Urandi ..	569
L-12	Cisneiros — Manhuaçu	246
L-13	Recreio — Três Rios	132
L-14	Nova Era — Dom Silvério — Ponte Nova	132
L-15	Desembargador Drumond — Nova Era — Santa Bár- bara — Sabará	174
L-16	Ponte Nova — Miguel Burnier	145
L-17	Miguel Burnier — Sabará — General Carneiro	93
L-18	Uberaba — Ibiá	276
L-19	Divinópolis — Garças	82

Denomi- nação	Descrição	Extensão Km
L-20	Japeri — Terminal Marítimo de Santa Cruz	39
L-21	Deodoro — Santa Cruz — Mangaratiba — Angra dos Reis	131
L-22	Irês Corações — Soledade — Cruzeiro	170
L-23	Pôrto de São Sebastião — Jundiapéba	136
L-24	Presidente Altino — Evangelista de Souza	64
L-25	Jundiapéba — Ribeirão Pires	24
L-26	Colômbia — Guataparã — Araraquara	253
L-27	Ribeirão Preto — Guataparã	73
L-28	Mairimque — Itú — Campinas	116
L-29	Rubião Júnior — Baurú	122
L-30	Jaguaraiva — Marques dos Reis	218
L-31	Apucarana — Ponta Grossa	360
L-32	São Francisco — Mafra — Pôrto União	431
L-33	Blumenau — Guaramirim	56
L-34	Itajaí — Blumenau — Ponte Alta do Norte — Marce- lino Ramos	413
L-35	Roca Sales — Passo Fundo	163
L-36	Engenheiro Pestana — Rio dos Sinos — Montenegro — Carlos Barbosa — Bento Gonçalves — Junção	197
L-37	Cruz Alta — Santo Angelo — Serro Largo — Santiago	344
L-38	Santo Angelo — Santa Rosa	71
L-39	Alegrete — Quaraí	117
L-40	São Sebastião — Dom Pedro — Livramento	166
L-41	Basilio — Jaguarão	114
L-42	Leopoldo — Bulhões — Anapólis	53
L-43	Ribeirão Preto — São Sebastião do Paraíso — Passos	222
L-44	Agua — Poços de Caldas	75
L-45	Cordópolis — Pirassununga — Baldeação	113
L-46	Presidente Prudente — Pte. Epitácio	104
L-47	L-31 — Monte Alegre — Joaquim Murtinho — Tronco Sul	172
L-48	Indubrasil — Ponta Porã	311
L-49	Mauá — Jurubatuba	33
L-50	Domingos de Moraes — Mandaguai — Jacanã	19
L-51	Cumbica — São Miguel Paulista	6
L-52	Visconde de Itaboraí — Niterói	34
L-53	Campos Elísios — Ambai	19
L-54	Pires do Rio — Brasília	246
L-55	(VETADO)	119
L-56	(VETADO)	55
2.4 — Linhas Isoladas		
LI-1	Santana — Serra do Navio	196
LI-2.1	Imbituba — Laguna — Tubarão — Lauro Müller ..	109
LI-2.2	Tubarão — Araranguá	91

2.5 — CONCEITUAÇÃO

No "Plano Ferroviário Nacional" foi adotada a seguinte orientação:

a) *Troços Radiais*

Ferrovias que ligam a Capital Federal aos pontos extremos do Fer-
rório Nacional (Natal, Rio de Janeiro e Rio Grande (RS), considerados de
maior importância sócio-econômica ou político-estratégica;

b) Trocos Longitudinaes e Transversais ou Diagonais

Ferrovias de extensão maior que 500km, atendendo a regiões sócio-econômicas ou politico-estratégicas definidas;

c) Ligações

Ferrovias de extensão inferior a 500 quilômetros, atendendo, em geral, a regiões compreendidas entre os troncos formando malhas das estradas de ferro, ou melhor, completando a Rede Ferroviária Federal;

d) Linhas isoladas

São Ferrovias desligadas da Rede Ferroviária, servindo a regiões isoladas com economia específica.

3. RELAÇÃO DESCRITIVA E NOMENCLATURA DOS PORTOS E VIAS NAVEGAVEIS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO.

3.1. *Portos Marítimos:*

PÓRTO	Classe
1. Manaus	2ª
2. Itacoatiara	3ª
3. Óbidos	3ª
4. Santarém	3ª
5. Macapá	Especial
6. Breves	3ª
7. Belém	2ª
8. Itaqui	2ª
9. Luiz Corrêa	3ª
10. Mucuripe	2ª
11. Areia Branca	Especial
12. Macau	Especial
13. Natal	3ª
14. Cabedelo	3ª
15. Recife	1ª
16. Maceió	3ª
17. Aracaju	3ª
18. Salvador	2ª
19. Campinho	Especial
20. Ilheus	3ª
21. (VETADO)	3ª
22. (VETADO)	3ª
23. Vitória	Especial
24. Forno	Especial
25. Niterói	3ª
26. Rio de Janeiro	1ª
27. Terminal de Sepetiba	Especial
28. Angra dos Reis	3ª
29. São Sebastião	3ª
30. Santos	1ª
31. (VETADO)	3ª
32. Antonina	3ª
33. Paranaguá	2ª
34. São Francisco do Sul	3ª
35. Itajaí	3ª
36. (VETADO)	3ª
37. Imbituba	Especial
38. Laguna	3ª
39. Porto Alegre	1ª
40. Pelotas	3ª
41. Rio Grande	1ª

3.2 — Portos Fluviais

Bacia Hidrográfica	Via Fluvial	Porto	Classe
Amazônica	Rio Amazonas	1. Manaus	3ª
		2. Tefé	3ª
		3. Benjamim Constant	3ª
	Rio Xingu	4. Porto Vitória	3ª
		5. Porto de Moz	3ª
	Rio Tapajós	6. Itaituba	3ª
	Rio Madeira	7. Porto Velho	3ª
	Rio Mamoré	8. Guarájá Mirim	3ª
	Rio Guaporé	9. Mato Grosso	3ª
	Rios Purus e Acre	10. Boca do Acre	3ª
		11. Rio Branco	3ª
		12. Brasileira	3ª
		13. Sena Madureira	3ª
	Rios Juruá e Tarauacá	14. Eirunepé	3ª
		15. Cruzeiro do Sul	3ª
		16. Tarauacá	3ª
		17. Caracará	3ª
		18. Boa Vista	3ª
	Rios Negro e Branco	19. Tucuruquara	3ª
	Rios Tocantins e Araguaia	20. Tucuruí	3ª
		21. Marabá	3ª
		22. Tocantinópolis	3ª
		23. Carolina	3ª
		24. Conceição do Araguaia	3ª
		25. Aragarças	3ª
Nordeste	Rios Mearim, Grajaú e Pindara	26. Pedreiras	3ª
		27. Barra do Corda	3ª
		28. Engenho Central	3ª
	Rio Itapicuru	29. Caxias	3ª
		30. Picos	3ª
	Rio Parnaíba	31. Parnaíba	3ª
		32. Terezina	3ª
		33. Floriano	3ª
		34. Santa Filomena	3ª
	Rios São Francisco e afluentes	35. Penedo	3ª
		36. Propriá	3ª
		37. Piranhas	3ª
		38. Juazeiro	3ª
		39. Petrolina	3ª
		40. (VETADO)	3ª
		41. (VETADO)	3ª
		42. Barra	3ª
		43. Bom Jesus da Lapa	3ª
		44. (VETADO)	3ª
		45. (VETADO)	3ª

Bacia Hidrográfica	Via Fluvial	Pôrto	Classe
		46. (VETADO)	3ª
		47. (VETADO)	3ª
		48. (VETADO)	3ª
		49. Pirapora	3ª
		50. (VETADO)	3ª
Sudeste	Rios Jacui e Taquari	51. Rio Pardo	3ª
		52. Cachoeira	3ª
		53. Dona Francisca	3ª
		54. São Jerônimo	3ª
	Lagoas dos Patos e Mirim	55. Bom Retiro do Sul	3ª
		56. Mussum	3ª
		57. Santa Isabel	3ª
		58. Santa Vitória do Palmar	3ª
Uruguai	Rio Uruguai	59. São Borja	3ª
		60. Uruguaiana	3ª
		61. Pôrto Lucena	3ª
Paraná	Rio Paraná e afluentes	62. Foz de Iguaçu	3ª
		63. Pôrto Mendes	3ª
		64. Guaíra	3ª
		65. Tui	3ª
		66. Pôrto XV	3ª
		67. Pôrto Epitácio	3ª
		68. Juracy	3ª
		69. Juriá	3ª
		70. Panorama	3ª
Paraguai	Rios Paraguai e Cuiabá Itaquiri	71. Pôrto Murtinho	3ª
		72. Pôrto Esperança	3ª
		73. Manga	3ª
		74. Corumbá	3ª
		75. Cáceres	3ª
		76. Cuiabá	3ª
		77. Coxim	3ª

3.3 - Vias Navegáveis Marítimas

Pôrto	Extensão	
	Milhas	Km
Manaus — Belém	924	1.711
Belém — Rio de Janeiro	2.222	4.134
Rio de Janeiro — Rio Grande	802	1.485
Rio Grande — Pôrto Alegre	135	250
	4.083	7.580

3.4 - Vias Navegáveis — Fluviais

Amazônica	Amazonas	Manaus e Benjamin Cons. tant	1.658
	Negro	Manaus a Tapuruquara	783
	Branco	— da foz a Caracarai	630

Bacia Hidrográfica	Via Fluvial	Trecho Navegável	Extensão Km
	Juruá	— da foz a Cruzeiro do Sul	1.679
	Tarauacá	— da foz a Tarauacá	2.404
	Purus	Boca do Purus a Sena Madureira	2.954
	Acre	Boca do Acre a Brasília	7.796
	Madeira	— da foz a Porto Velho	1.180
	Tapajós	Santarém a Barra	952
	Tocantins	Belém a Peixe	2.017
	Araguaia	São José de Araguaia a Balisa	2.041
	Mamoré	Forte Príncipe da Beira a Guajará-Mirim	190
Paraná	Paraná	— da foz do Iguazu a Porto Mendes	128
		Guaira à confluência do Rio Grande com o Paraná	670
	Paranapanema	— da foz a Salto Grande	420
	Tietê	— da foz a Mogy das Cruzes	1.300
	Pardo	— da foz à Fazenda Desembarque	475
	Inhandui	— da foz a Porto Tupi	96
	Ivinhema	— da foz a confluência do Rio Vacaria	250
Sudeste	Jacui	Porto Alegre a Pinhal Grande	400
	Vacacaí	— da foz a Passo Verde	65
	Itaquari	— da foz a Mussum	84
	Cai	Porto Alegre a São Sebastião do Cai	81
	Sinos	Porto Alegre a Porto Palciencia	110
	Gravatá	Porto Alegre a Gravataí	62
	Canaquã	— da foz a São José Palocínio	119
	Jaguarão	— da foz a Jaguarão	32
	Canaie Lacustres e Lagoa Mirim	Pelotas à Santa Vitória do Palmar	265
	Lagoa dos Patos	Porto Alegre a Rio Grande	300
São Francisco	São Francisco	— da foz a Marechal Floriano	300
		Boa Vista a Pirapora	1.420
		Pirapora a Porto Real	450
	Paracatu	— da foz a Buriti	306
Paraguai	Paraguai	— da foz do Rio Apa a Cáceres	1.335
	Cuiabá	— da foz a Cuiabá	250
	Itaquari	— da foz a Coxim	200

Bacia Hidrográfica	Via Fluvial	Trecho Navegável	Extensão Km
Uruguai	Uruguai	Barra do Quarai a Itai	600
		— da foz a São Pedro do Sul	340
Nordeste	Mearim	São Luiz a Barra do Corda	596
	Grajaú	— da foz a Grajaú	500
	Itapecuru	— da foz a Colinas	469
	Parnaíba	— da foz a Santa Filomena	1.250
	Balsas	Uruguí, a Balsas	280
	Gurgeia	— da foz a Lagoa Parnaaguá	732

3.5 - Canais

- 1 - Canal Rio Tartaruga — Rio Jenipapocu — Rio Arari na foz de Marajó.
- 2 - Canal Iguape — Cananeia na baía de Paranaguá.
- 3 - Canal Vacacaí — Ibicuí (RGS)
- 4 - Canal Cassiquiare (Amazonas — Oranoco).

3.6 - Conceituação

Os portos são classificados de acordo com a sua finalidade principal e com a tonelagem que movimentam anualmente.

Especiais:

Portos destinados principalmente a grãos.

1ª Classe:

Portos que movimentam mais de 5 milhões de toneladas, anualmente.

2ª Classe:

Portos que movimentam de 1 milhão a 5 milhões de toneladas, anualmente.

3ª Classe:

Portos que movimentam de 100 mil a 1 milhão de toneladas, anualmente.

4. RELAÇÃO DESCRITIVA E NOMENCLATURA DOS AEROPORTOS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

Estado ou Território	Denominação	Classe
Acre	Brasília	2ª
	Cruzeiro do Sul	2ª
	Feijó	2ª
	Rio Branco	1ª
	Santa Rosa	2ª
	Sena Madureira	2ª
	Tarauacá	2ª
	Taumaturgo	2ª
	Vila Japim	2ª
	Xapuri	2ª
Amapá	Amapá	2ª
	Jari	2ª
	Macapá	1ª
	Oiapoque	2ª

Estado ou Território	Denominação	Classe
Amazonas	Barcelos	2ª
	Boa Esperança	2ª
	Boca do Acre	2ª
	Borba	2ª
	Carauari	2ª
	Canaburis	2ª
	Coari	2ª
	Codajás	2ª
	Cucui	2ª
	Cuiari	2ª
	Demeni	2ª
	Eirunepé	2ª
	Estirão do Equador	2ª
	Fonte Boa	2ª
	Guajaratuba	2ª
	Humaitá	2ª
	Iauretê	2ª
	Ipiranga	2ª
	Itacoatiara	2ª
	Lábrea	2ª
	Manaus (Ponta Pelada)	1ª
	Manicoré	2ª
	Moura	2ª
	Pari	2ª
	Paritins	2ª
	Santo Antônio do Içá	2ª
	Tabatinga	1ª
	Tapuruquara	2ª
	Tefé	2ª
	Toledo	2ª
	Uaupés	1ª
	Vila Bittencourt	2ª
Pará	Abaetuba	2ª
	Altamira	2ª
	Anajás	2ª
	Belém (Val de Cães)	1ª
	Bragança	2ª
	Camatá	2ª
	Cachimbo	1ª
	Carajá	2ª
	Chaves	2ª
	Creputiá	2ª
	Concelção do Araguaia	2ª
	Cururu	2ª
	Garotire	2ª
	Gurupá	2ª
	Itaituba	2ª
	Jacaréacanga	1ª
	Mapurá	2ª
	Marabá	2ª
	Monte Alegre	2ª
	P. I. N. Peçanha	2ª
	Óbidos	2ª
	Paga Conta	2ª
	Portel	2ª

Estado ou Território	Denominação	Classe
	Pôrto de Moz	2ª
	Piracauá	2ª
	Santarém	1ª
	São Felix	1ª
	Soledade	2ª
	Soure	2ª
	Tiriós	2ª
	Tucuruí	3ª
Fondônia	Abunã	2ª
	Ariquenes	2ª
	Guajaramirim	2ª
	Pedras Negras	2ª
	Pimenta Bueno	2ª
	Pôrto Velho	1ª
	Príncipe da Beira	2ª
	Rondônia	2ª
	Vilhena	2ª
Roraima	Boa Vista	1ª
	Caracarai	2ª
	Ilha de Aruanã	2ª
	Normandia	2ª
	Parima	2ª
	Puxa Faca	2ª
	Surucucu	2ª
	Surumu	2ª
	Tepequem	3ª
	Waterloo	3ª
Maranhão	Alta Parnaíba	2ª
	Bacabal	2ª
	Balsas	2ª
	Barra do Corda	2ª
	Barreirinhas	2ª
	Benedito Leite	2ª
	Brejo	2ª
	Carolina	1ª
	Carutapera	2ª
	Caxias	2ª
	Chapadinha	2ª
	Cocoi	2ª
	Codó	2ª
	Coroatá	2ª
	Cururupu	2ª
	Grajaú	2ª
	Imperatriz	2ª
	Loreto	2ª
	São Luiz — Tiririca	1ª
Piauí	Bom Jesus	2ª
	Correntes	2ª
	Florianópolis	2ª
	Gilbués	2ª
	Parnaíba	2ª
	Picos	2ª

Estado ou Território	Denominação	Classe
Ceará	Piripiri	2ª
	Raimundo Nonato	2ª
	Terezina	1ª
	Aracati	2ª
	Camocim	2ª
	Crato	2ª
	Crato — Joazeiro	2ª
	Fortaleza	1ª
	Iguatu	2ª
	Quixadá	2ª
	Sobral	2ª
Rio Grande do Norte	Currais Novos	2ª
	Macau	2ª
	Mossoró	2ª
	Natal — Augusto Severo	1ª
Paraíba	Cajazeiras	2ª
	Campina Grande	2ª
	João Pessoa	1ª
	Patos	2ª
Pernambuco	Arco Verde	2ª
	Caruaru	2ª
	Garanhuns	2ª
	Recife — Guararapes	1ª
	Salgueiro	2ª
	Serra Talhada	2ª
	Ouricuri	2ª
	Petrolina	2ª
Alagoas	Maceió	2ª
	Palmeira dos Índios	2ª
	Penedo	2ª
	Barra	2ª
	Barreiras	1ª
	Belmonte	2ª
	Bom Jesus da Lapa	2ª
	Caculé	2ª
	Caetité	2ª
	Camamu	2ª
	Canavieiras	2ª
	Caravelas	1ª
	Carinhanha	2ª
	Cipó	2ª
	Cócos	2ª
	Esplanada	2ª
	Feira de Santana	2ª
	Ilhéus	2ª
	Itaberaba	2ª
	Itabuna	2ª
	Itapetinga	2ª

Estado ou Território	Denominação	Classe
Sergipe	Aracaju	1ª
Bahia	Jacobina Jequié Morro do Chapéu Paulo Afonso Poções Porto Seguro Remanso Salvador Senhor do Bonfim Vitória da Conquista Xique-Xique	2ª 2ª 2ª 1ª 2ª 2ª 2ª 1ª 2ª 2ª 2ª
Espírito Santo	Baixo Guandu Colatina Guarapari Linhares São Mateus Vitória — Goiabeira	2ª 2ª 2ª 2ª 2ª 2ª
Rio de Janeiro	Campos Itaperuna Macaé Rezende Saquarema Volta Redonda	2ª 2ª 2ª 2ª 2ª 2ª
Guanabara	Galeão Santa Cruz Santos Dumont	1ª 1ª 2ª
Minas Gerais	Alfenas Almenara Arassuaí	2ª 2ª 2ª
Minas Gerais	Araxá Barbacena Belo Horizonte — Pampulha Capelinha Caratinga Carlos Prates Caxambu Diamantina Divinópolis Frutal Furnas	2ª 2ª 1ª 2ª 2ª 2ª 2ª 2ª 2ª 2ª 2ª

Estado ou Território	Denominação	Classe
	Governador Valadares	2ª
	Itambacuri	2ª
	Ituiutaba	2ª
	Januária	2ª
	Juiz de Fora	2ª
	Leopoldina	2ª
	Monte Azul	2ª
	Montes Claros	2ª
	Nanuque	2ª
	Paracatu	2ª
	Patos de Minas	2ª
	Patrocínio	2ª
	Pedra Azul	2ª
	Pirapora	2ª
	Poços de Caldas	2ª
	Pouso Alegre	2ª
	Salinas	2ª
	São Lourenço	2ª
	São Romão	2ª
	Três Marias	2ª
	Uberaba	2ª
	Uberlândia	1ª
	Varginha	2ª
São Paulo	Araçatuba	2ª
	Araraquara	2ª
	Assis	2ª
	Avaré	2ª
	Bauru	2ª
	Botucatu	2ª
	Campinas (Viracopos)	1ª
	Cananéia	2ª
	Caraguatatuba	2ª
	Catanduva	2ª
	Draçena	2ª
	Franca	2ª
	Guaratinguetá	2ª
	Marília	2ª
	Pirassununga	1ª
	Presidente Prudente	2ª
	Presidente Venceslau	2ª
	Registro	2ª
	Ribeirão Preto	2ª
	São José do Rio Preto	2ª
	Santos	2ª
	São José dos Campos	1ª
	São Paulo — Congonhas	1ª
	São Paulo — Cumbica	1ª
	Sorocaba	2ª
	Tupã	2ª
Mato Grosso	Alto Araguaia	2ª
	Amambai	2ª
	Aparecida do Tabuado	2ª
	Aquidauana	2ª
	Aripuanã	2ª

Estado ou Território	Denominação	Classe
	Barra dos Bugres	2ª
	Baús	2ª
	Bela Vista	2ª
	Cáceres	2ª
	Campo Grande	1ª
	Corumbá	2ª
	Coxim	2ª
	Cuiabá	1ª
	Curuene	2ª
	Descalvados	2ª
	Divisão	2ª
	Dourados	2ª
	Fazenda Rebojos	2ª
	Forte Coimbra	2ª
	Gleba Arinos	2ª
	Gleba Camargo Corrêa	2ª
	Guiratinga	2ª
	Manissaua Missu	2ª
	Mato Grosso	2ª
	Poconé	2ª
	Ponta Porã	2ª
	Pôrto Murtinho	2ª
	Poxoréu	2ª
	Quebrachos	2ª
	Ribas do Rio Pardo	2ª
	Rondonópolis	2ª
	São Domingos	2ª
	Travessão	2ª
	Três Lagoas	1ª
	Utiariti	2ª
	Xavantina	2ª
	Xingu	2ª
Astrito Federal	Brasília	1ª
Goiás	Aragarças	2ª
	Araguacema	2ª
	Araguatin	2ª
	Arraias	2ª
	Aruanã	2ª
	Caldas Novas	2ª
	Calapônia	2ª
	Cristalândia	1ª
	Dianópolis	2ª
	Goiânia	1ª
	Goiás	2ª
	Gurupi	2ª
	Iaciara	2ª
	Ipameri	2ª
	Iporã	2ª
	Jataí	2ª
	Natividade	2ª
	Niquelândia	2ª

Estado ou Território	Denominação	Classe
Distrito Federal	Brasília	1ª
	Paraná	2ª
	Paraúna	2ª
	Pedro Afonso	2ª
	Peixe	2ª
	Porangatu	2ª
	Pôrto Nacional	2ª
	Rio Verde	2ª
	Santa Isabel do Môro	1ª
	Santa Teresinha	2ª
	São Domingos	2ª
	São Miguel do Araguaia	2ª
	Taguatinga	2ª
	Tocantínia	2ª
	Tocantinópolis	2ª
Paraná	Bacacheri	2ª
	Campo Mourão	2ª
	Cascavel	2ª
	Clanorte	2ª
	Cornélio Procopio	2ª
	Curitiba — (Afonso Pena)	1ª
	Foz do Iguaçu	1ª
	Guaira	2ª
	Guarapuava	2ª
	Irati	2ª
	Jacarezinho — Ourinhos	2ª
	Loanda	2ª
	Londrina	1ª
	Maringá	2ª
	Monte Alegre	2ª
	Moreira Sales	2ª
	Nova Esperança	2ª
	Palmas	2ª
	Paranaguá	2ª
	Paranavaí	2ª
	Pato Branco	2ª
	Ponta Grossa	2ª
	Toledo	2ª
	Umuarama	2ª
	União da Vitória	2ª
	Goiê Erê	2ª
Santa Catarina	Blumenau	2ª
	Caçador	2ª
	Chapecó	2ª
	Concórdia	2ª
	Criciúma	2ª
	Florianópolis	1ª
	Itajaí	2ª
	Joaçaba	2ª
	Joinville	2ª
	Lajes	2ª
	Mafra	2ª

Estado ou Território	Denominação	Classe
	Rio do Sul	2ª
	São Miguel do Oeste	2ª
	Tubarão	2ª
	Videira	2ª
Rio Grande do Sul	Santana do Livramento	2ª
	Santa Rosa	2ª
	Alegrete	2ª
	Bagé	2ª
	Cachoeira do Sul	2ª
	Canoas (Gravataí)	1
	Caxias do Sul	2ª
	Cruz Alta	2ª
	Dom Pedrito	2ª
	Encruzilhado — Sul	2ª
	Erechim	2ª
	Irai	2ª
	Itaqui	2ª
	Jaguará	2ª
	Passo Fundo — Carazinho	2ª
	Pelotas	1ª
	Porto Alegre — (Salgado Filho)	1ª
	Quaraí	2ª
	Rosário do Sul	2ª
	Santa Maria	1ª
	Santa Vitória do Palmar	2ª
	Santiago	2ª
	Santo Angeló	2ª
	São Gabriel	2ª
	São Borja	1ª
	São Luiz Gonzaga	2ª
	Tramandaí	2ª
	Uruguaiana	1ª
	Vacaria	2ª
Fernando Noronha	Fernando Noronha	1ª

4.1 CONCEITUAÇÃO

A classificação dos aeroportos obedecerá ao seguinte critério:

1ª Classe

(VETADO)

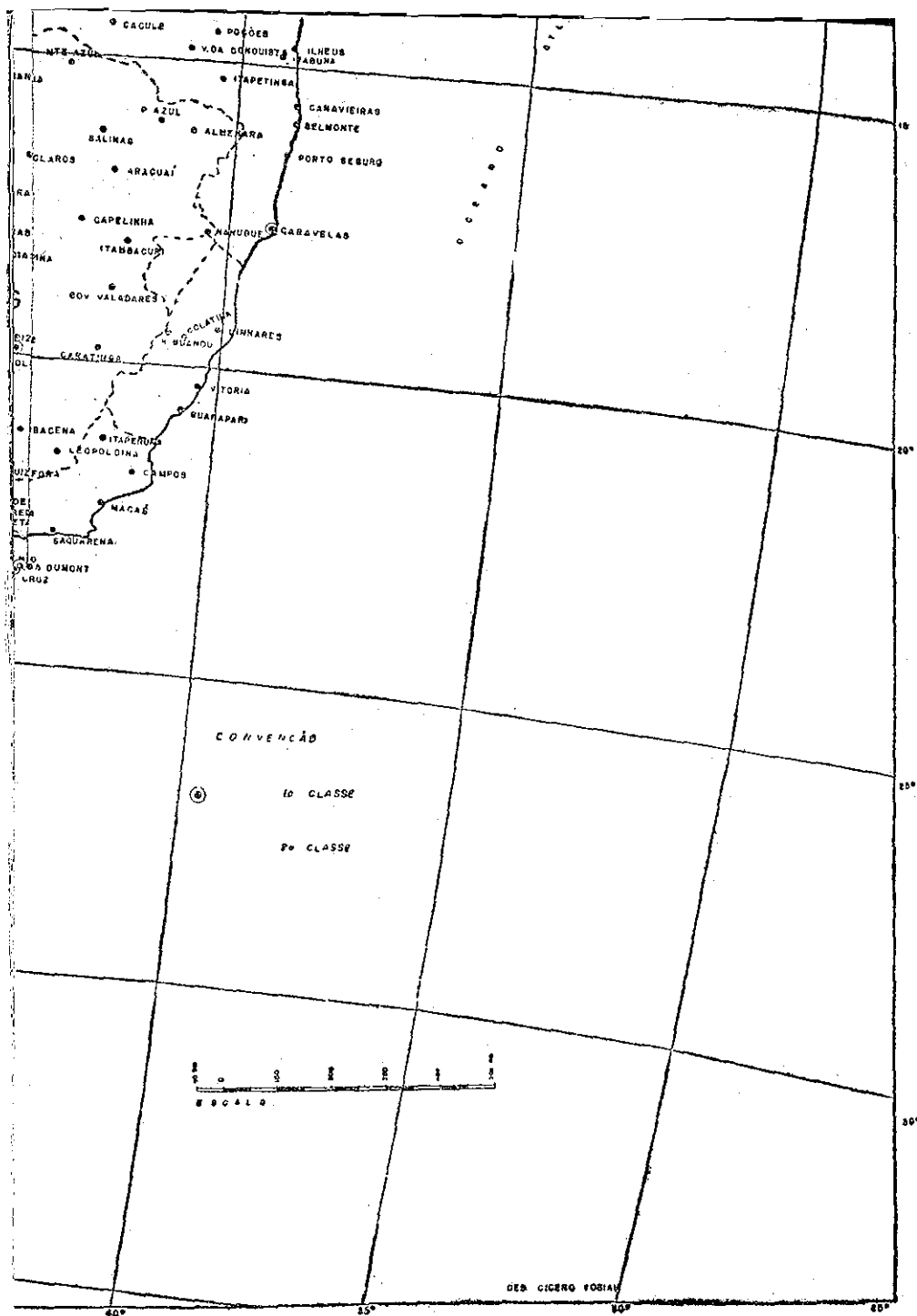
(VETADO)

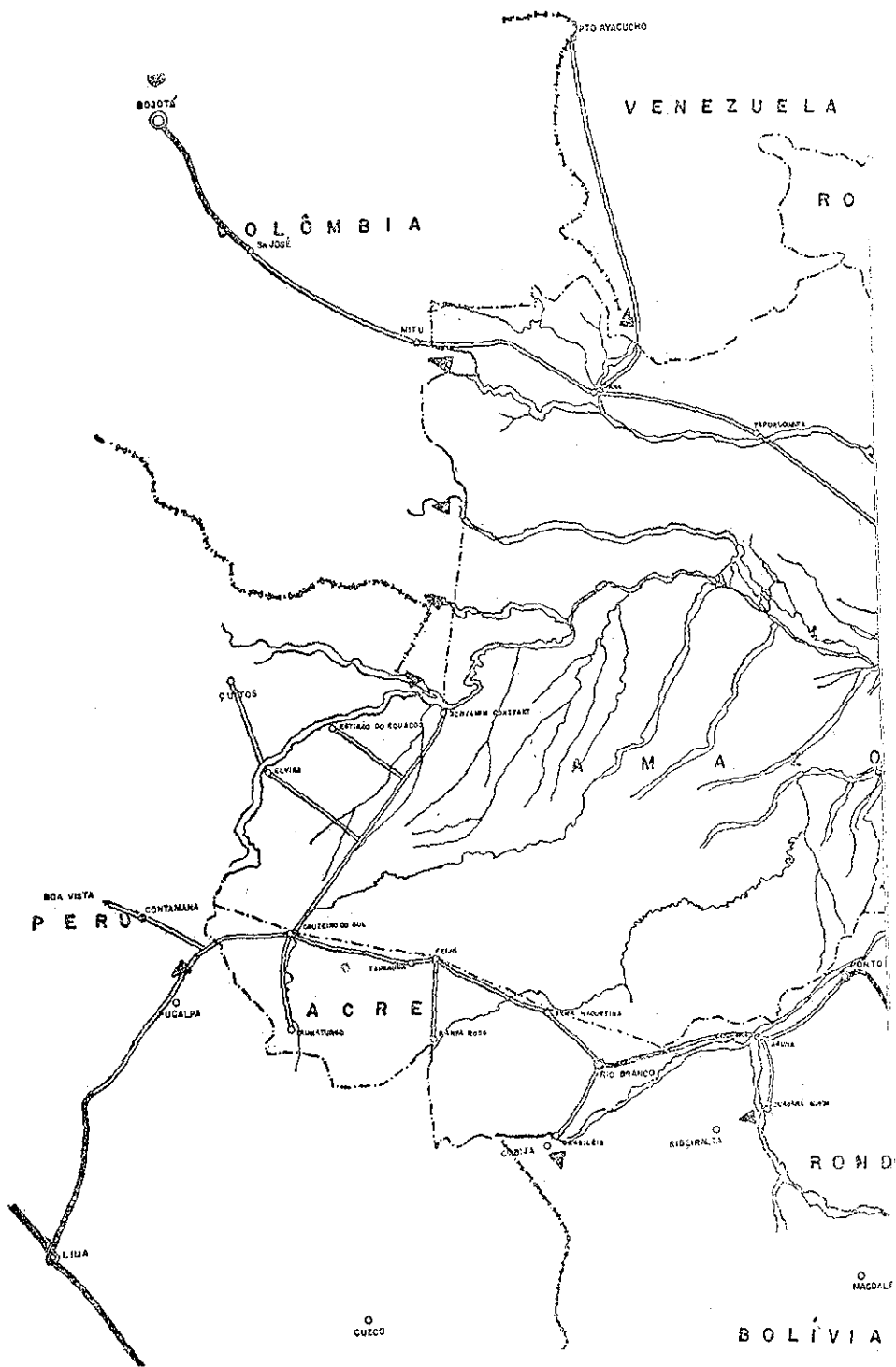
(VETADO)

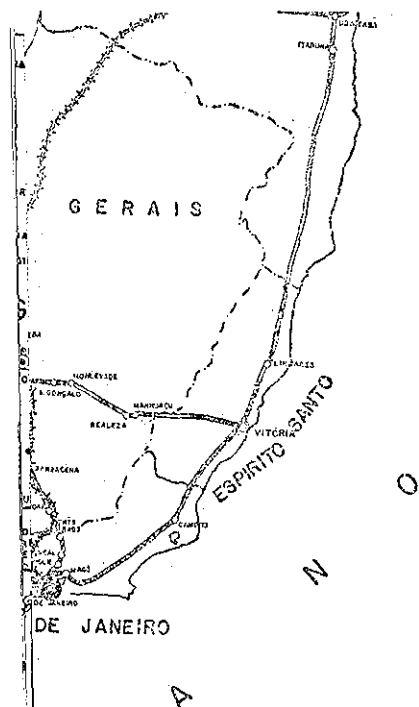
2ª Classe

(VETADO)

(VETADO)







CONVENÇÕES

FERROVIAS EM TRÁFEGO



FERROVIAS EM CONSTRUÇÃO



RODOVIAS CONSTRUIDAS



RODOVIAS EM CONSTRUÇÃO



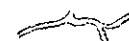
RODOVIAS PROJETADAS



AERÓDROMO INTERNACIONAL



VIAS NAVEGÁVEIS



CONEXÕES COM O EXTERIOR



LEI Nº 4.593 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1964

Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do nordeste.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A União promoverá o aproveitamento intensivo das terras irrigadas e irrigáveis pelo Poder Público, nos Estados da Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, de acordo com os planos regionais de irrigação, elaborados pelos órgãos competentes.

Art. 2º Os planos de irrigação determinarão as áreas irrigáveis e as adjacentes não irrigáveis necessárias ao aproveitamento racional da terra e da água, assim como as condições do seu uso, tendo em vista os interesses econômico-sociais da região.

Art. 3º A terras irrigadas em virtude de obras públicas somente serão utilizadas pela forma e para os fins permitidos nos planos de irrigação, que especificarão os casos de suspensão ou cancelamento do uso da água.

Art. 4º Para possibilitar a execução dos planos de irrigação, poderão ser efetuadas desapropriações por utilidade ou necessidade públicas, assim como por interesse social.

Art. 5º São desapropriáveis por interesse social as terras destinadas à constituição de lotes agrícolas, assim como quaisquer outras que, segundo os planos ou projetos de irrigação, devam ser ocupadas com obras ou serviços necessários à utilidade pública dos regantes e das suas comunidades rurais.

Art. 6º Nas desapropriações previstas nesta lei (art. 4º), serão excluídas indenização às valorizações decorrentes de obras hidráulicas ou complementares construídas pelo Poder Público ou por ele projetadas.

Parágrafo único. Por complementares entendem-se não só as obras hidráulicas de distribuição como todas as demais que contribuem para o aproveitamento racional da terra e da água nas áreas de irrigação, tais como canais, drenos, estradas de penetração, armazéns e silos, produção e transmissão de energia, terraplenagem e instalações diversas.

Art. 7º A exploração das terras dos sistemas públicos de irrigação será efetuada através do lote agrícola, irrigáveis nas bacias dos açudes ou em áreas servidas por poços. VETADO.

Parágrafo único. Os projetos de irrigação determinarão o tamanho e a composição do lote agrícola, tendo em vista a qualidade do solo, os fins de exploração, a situação do imóvel e a disponibilidade de água.

Art. 8º Nas áreas desapropriadas, serão os lotes agrícolas distribuídos a agricultores radicados na região, que exerçam diretamente a agricultura, como atividade exclusiva. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

§ 3º VETADO.

§ 4º Os aluguéis dos lotes serão fixados pelo órgão executor, para cada sistema de irrigação.

Art. 9º VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 10. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 11. VETADO.

Art. 12. Os preços dos lotes agrícolas serão compostos das seguintes parcelas:

- a) parcela de instalação correspondente ao custo médio das obras complementares de irrigação referentes ao lote (art. 6º, parágrafo único);
- b) parcela fundiária, correspondente ao valor das terras incluídas no lote, baseado nos preços de desapropriação;
- c) parcela de edificações, correspondente ao custo das construções edificadas nos lotes.

Parágrafo único. A parcela de instalação (alínea "a") compreende os custos dos canais, da drenagem, da terraplenagem e da regularização do solo.

Art. 13. O pagamento do lote será realizado em 20 prestações anuais.
VETADO.

Art. 14. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 15. A propriedade do lote agrícola pelo regante é resolúvel e indivisível de acordo com esta lei.

Art. 16. Por morte (VETADO) do proprietário, havendo sucessores, estes escolherão entre si o administrador do lote agrícola, se não preferirem extinguir a comunhão.

Art. 17. VETADO.

Art. 18. VETADO.

a) VETADO.

b) VETADO.

Art. 19. VETADO.

a) VETADO.

b) VETADO.

c) VETADO.

Art. 20. Extingue-se o condomínio:

- a) pela adjudicação das partes indivisas ao cônjuge sobrevivente ou a um dos condôminos, tendo preferência, por ordem de idade, herdeiro varão ou marido de herdeira, domiciliado no lote e com experiência de irrigação.
- b) pela venda, nos termos do art. 28.

Art. 21. VETADO.

Art. 22. A administração dos sistemas de irrigação, do mesmo modo que qualquer comunheiro ou condômino, poderá ter a iniciativa dos processos de extinção (VETADO) do condomínio.

Art. 23. Em qualquer dos casos de reversão do lote agrícola ao domínio ou posse direta do Poder Público ou das empresas a que se refere o art. 31, são assegurados (VETADO) ao proprietário:

- a) direito à colheita da lavoura fundada;
- b) indenização de benfeitorias à base do respectivo custo histórico, reajustado de acordo com os índices de oscilação da moeda, fixados pelo Conselho Nacional de Economia, e das desvalorizações decorrentes do uso, avaliadas pela administração do sistema de irrigação.

Parágrafo único. Não serão indenizáveis as benfeitorias realizadas sem autorização expressa das administrações dos sistemas de irrigação, salvo as necessárias.

Art. 24. O lote agrícola só poderá ser gravado em garantia de financiamento concedido para sua aquisição ou para garantia de crédito agrícola por estabelecimento oficial de crédito de que a União ou os Estados detenham maioria do capital.

Art. 25. Serão passíveis de penhor as culturas do lote agrícola definido nesta lei.

Art. 26. As propriedades que, na data desta lei, tiverem ou vierem a ter terras irrigadas com águas de sistema público de irrigação, serão total ou parcialmente desapropriadas nos seguintes casos:

a) se pertencerem a proprietários que não exerçam a agricultura como atividade preponderante;

b) quando forem maiores do que dois lotes agrícolas do sistema.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

§ 3º VETADO.

§ 4º VETADO.

Art. 27. VETADO.

Art. 28. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 29. A água de sistemas públicos de irrigação será distribuída aos regantes mediante o pagamento das seguintes taxas de utilização:

a) taxa fixa por hectare, devida independentemente do uso da água e variável de acôrdo com a categoria da terra irrigável, destinada à conservação dos canais e drenos;

b) taxa por metro cúbico utilizado, variável de acôrdo com a lavoura irrigada.

Art. 30. Além das demais obrigações estabelecidas nesta lei, os regantes são obrigados a:

a) adotar medidas e práticas recomendadas pela administração do sistema, para a conservação da fertilidade do solo;

b) permitir a fiscalização de suas atividades pela administração do sistema e prestar-lhe qualquer informação que lhes seja solicitada;

c) proporcionar facilidades para a execução de trabalhos necessários à conservação, ampliação e modificação das obras e instalações do sistema de irrigação.

§ 1º Se, em decorrência das alterações previstas na alínea "c", houver redução da área do lote ou danos materiais, o regante terá direito à indenização correspondente.

§ 2º A inobservância do disposto neste artigo constitui causa de rescisão (VETADO) da promessa de compra e venda e de resolução de domínio.

Art. 31. Para administrar os sistemas públicos de irrigação, poderão ser constituídas empresas com estrutura jurídica adequada e com a participação de órgãos ou entidades governamentais.

§ 1º Os orçamentos dos órgãos e entidades de que trata este artigo consignarão dotações específicas para a realização do capital das empresas a que se refere este artigo.

§ 2º Na composição do capital referido no parágrafo anterior, o Poder Público, através dos órgãos ou entidades oficiais ou paraestatais participantes, deterá parcela não inferior a 50%, com direito a voto, quando for o caso.

§ 3º As administrações dos sistemas públicos de irrigação poderão ser também contratadas com pessoas ou empresas privadas especializadas.

Art. 32. Para auxiliar a execução dos objetivos desta lei, fica instituído (VETADO) um "Fundo de Irrigação", que será formado de:

a) VETADO.

b) preços das revendas das áreas desapropriadas;

c) lucros obtidos nas revendas das áreas abrangidas pelo plano de irrigação;

- d) tarifas de águas para irrigação;
- e) dotações orçamentárias ou não;
- f) doações;
- g) lucros dos capitais aplicados pela União, de acordo com os §§ 1º e 2º deste artigo, bem como de quaisquer taxas ou remunerações a que se obriguem as empresas respectivas, de acordo com os contratos;
- h) taxas ou rendas de serviços prestados;
- i) rendas eventuais.

§ 1º Os recursos do "Fundo" serão movimentados (VETADO) à base de orçamentos anuais de aplicação, aprovados pelo Poder Executivo com os seguintes fins:

- a) desapropriação de novas áreas para irrigação;
- b) indenizações previstas nesta lei;
- c) aquisição de máquinas, implementos agrícolas, sementes, adubos, inseticidas e fungicidas, plantas e animais para serem cedidos aos regantes ou às suas organizações, mediante aluguel ou venda;
- d) preparo dos lotes agrícolas para efeito de exploração racional;
- e) subscrição de quotas de capital de cooperativas de regantes e de empresas administradoras do sistema de irrigação;
- f) garantias de empréstimos contraídos com bancos para efeito de exploração e melhoramentos do lote, de acordo com convênio entre a administração do "Fundo" e o estabelecimento bancário.

§ 2º As provisões do "Fundo" serão aplicadas para os fins do parágrafo anterior, com o objetivo de manter, melhorar ou ampliar os sistemas de irrigação, inclusive estudos e pesquisas sobre o uso da água e do solo.

Art. 33. Ficam isentos de quaisquer impostos e taxas os contratos, termos, ajustes e registros lavrados ou procedidos em virtude desta lei, inclusive para a concessão de financiamento.

Art. 34. As dotações orçamentárias ou não, destinadas à execução dos planos, programas e projetos de que trata esta lei, considerar-se-ão automaticamente registradas pelo Tribunal de Contas da União e distribuídas ao Tesouro Nacional, que as contabilizará como despesas efetivadas, colocando-as no Banco do Brasil S. A. e no Banco do Nordeste S. A. em conta especial, à disposição da entidade a que forem atribuídas.

§ 1º Os saldos das referidas dotações, quando não distribuídas até o fim do respectivo exercício, serão escriturados como "Restos a Pagar", para aplicação nos exercícios subsequentes.

§ 2º Os saldos de recursos distribuídos terão aplicação nos exercícios subsequentes. VETADO.

Art. 35. Todas as despesas decorrentes das ações de desapropriação previstas nesta lei recairão sobre o órgão federal executor, cujos recursos serão retirados das verbas dos orçamentos, fundo ou recursos de qualquer natureza, até dez por cento das disponibilidades reservadas para aplicação no Estado onde é efetuada a obra.

Art. 36. Não estão sujeitas ao pagamento do imposto sobre o lucro imobiliário as alienações decorrentes de desapropriações previstas nesta lei.

Art. 37. As desapropriações previstas no art. 4º desta lei e aquelas em curso ou a se efetuarem (VETADO) nos (VETADO) Estados previstos no art. 1º, necessárias à execução de obra de defesa contra os efeitos das secas, obedecerão ao regime instituído na presente lei e às disposições legais que com esta não colidirem.

Art. 38. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Hugo de Almeida Leme

Otávio Bulhões

Juarez Távora

Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.594 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1964

Regula a profissão de corretor de seguros

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Corretor de Seguros e da sua Habilitação Profissional

Art. 1º O corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e a promover contratos de seguro, admitidos pela legislação vigente, entre as Sociedades de Seguros e as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado.

Art. 2º O exercício da profissão de corretor de seguros depende da prévia obtenção do título de habilitação, o qual será concedido pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, nos termos desta lei.

Parágrafo único. O número de corretores de seguro é ilimitado.

Art. 3º O interessado na obtenção do título a que se refere o artigo anterior, o requererá ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, indicando o ramo de seguro a que se pretenda dedicar, provando documentalmente:

- a) ser brasileiro ou estrangeiro com residência permanente;
- b) estar quite com o serviço militar, quando se tratar de brasileiro ou naturalizado;
- c) não haver sido condenado por crimes a que se referem as Seções II, III e IV do Capítulo VI do Título I; os Capítulos I, II, III, IV, V, VI e VII do Título II; o Capítulo V do Título VI; Capítulos I, II e III do Título VIII; os Capítulos I, II, III e IV do Título X e o Capítulo I do Título XII, parte especial do Código Penal;
- d) não ser falido;
- e) ter habilitação técnico-profissional referente aos ramos requeridos.

§ 1º Se se tratar de pessoa jurídica deverá a requerente provar que está organizada segundo as leis brasileiras, ter sede no país, e que seus diretores, gerentes ou administradores preencham as condições deste artigo.

§ 2º Satisfeitos pelo requerente os requisitos deste artigo terá ele direito a imediata obtenção do título.

Art. 4º O cumprimento da exigência da alínea "e" do artigo anterior poderá consistir na observância comprovada de qualquer das seguintes condições:

- a) servir há mais de dois anos como preposto de corretor de seguros para os ramos requeridos;
- b) haver concluído curso (VETADO) técnico-profissional de seguros, oficial (VETADO).
- c) apresentar atestado de exercício profissional anterior a esta lei, fornecido pelo sindicato de classe ou pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

Art. 5º O corretor, seja pessoa física ou jurídica, antes de entrar no exercício da profissão deverá:

- a) prestar fiança em moeda corrente ou em títulos da dívida pública, no valor de um salário-mínimo mensal, vigente na localidade em que exercer suas atividades profissionais.
- b) estar quite com o imposto sindical.
- c) inscrever-se para o pagamento do imposto de Indústrias e Profissões.

Art. 6º Não se poderá habilitar novamente como corretor aquêle cujo título de habilitação profissional houver sido cassado, nos termos do artigo 24.

Art. 7º O título de habilitação de corretor de seguros será expedido pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização e publicado no *Diário Oficial* da República.

Art. 8º O atestado, a que se refere a alínea "c" do art. 4º, será concedido na conformidade das informações e documentos colhidos pela Diretoria do Sindicato, e dêle deverão constar os dados de identidade do pretendente, bem como as indicações relativas ao tempo de exercício nos diversos ramos de seguro e as empresas a que tiver servido.

§ 1º Da recusa do Sindicato em fornecer o atestado acima referido, cabe recurso, no prazo de 60 dias, para o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

§ 2º Os motivos da recusa do atestado, quando se fundarem em razões que atentem à honra do interessado, terão caráter sigiloso e somente poderão ser certificados a pedido de terceiros por ordem judicial ou mediante requisição do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

Art. 9º Nos municípios onde não houver sindicatos da respectiva categoria, delegacias ou seções desses sindicatos, poderá o atestado ser fornecido pelo sindicato da localidade mais próxima.

Art. 10. Os sindicatos organizarão e manterão registro dos corretores e respectivos prepostos, habilitados na forma desta lei, com os assentamentos essenciais sobre a habilitação legal e o "curriculum vitae" profissional de cada um.

Parágrafo único. Para os efeitos dêste artigo, o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização fornecerá aos interessados os dados necessários.

Art. 11. Os sindicatos farão publicar semestralmente, no *Diário Oficial* da União e dos Estados, a relação devidamente atualizada dos corretores e respectivos prepostos habilitados.

CAPÍTULO II

Dos Prepostos dos Corretores

Art. 12. O corretor de seguros poderá ter prepostos de sua livre escolha bem como designar, entre êles, o que o substitua nos impedimentos ou faltas.

Parágrafo único. Os prepostos serão registrados no Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, mediante requerimento do corretor e preenchimento dos requisitos exigidos pelo art. 3º.

CAPÍTULO III

Dos Direitos e Deveres

Art. 13. Só ao corretor de seguros devidamente habilitado nos termos desta lei e que houver assinado a proposta, deverão ser pagas as corretagens admitidas para cada modalidade de seguro, pelas respectivas tarifas, inclusive em caso de ajustamento de prêmios.

§ 1º Nos casos de alterações de prêmios por erro de cálculo na proposta ou por ajustamentos negativos, deverá o corretor restituir a diferença da corretagem.

§ 2º Nos seguros efetuados diretamente entre o segurador e o segurado, sem intervenção de corretor, não haverá corretagem a pagar.

Art. 14. O corretor deverá ter o registro devidamente autenticado pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização das pro-

postas que encaminhar às Sociedades de Seguros com todos os assentamentos necessários à elucidação completa dos negócios em que intervier.

Art. 15. O corretor deverá recolher incontinenti à Caixa da Seguradora o prêmio que porventura tiver recebido do segurado para pagamento de seguro realizado por seu intermédio.

Art. 16. Sempre que fôr exigido pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização e no prazo por ele determinado, os corretores e prepostos deverão exhibir os seus registros bem como os documentos nos quais se baseiam os lançamentos feitos.

Art. 17. É vedado aos corretores e aos prepostos:

a) aceitarem ou exercerem empregos de pessoa jurídica de direito público, inclusive de entidade paraestatal;

b) serem sócios, administradores, procuradores, despachantes ou empregados de empresa de seguros.

Parágrafo único. O impedimento previsto neste artigo é extensivo aos sócios e diretores de empresa de corretagem.

CAPÍTULO IV

Da aceitação das propostas de seguros

Art. 18. As sociedades de seguros, por suas matrizes, filiais, sucursais, agências ou representantes, só poderão receber proposta de contrato de seguros:

- a) por intermédio de corretor de seguros devidamente habilitado;
- b) diretamente dos proponentes ou seus legítimos representantes.

Art. 19. Nos casos de aceitação de propostas pela forma a que se refere a alínea "b" do artigo anterior, a importância habitualmente cobrada a título de comissão, calculada de acordo com a tarifa respectiva, reverterá para a criação de escolas profissionais (VETADO) e criação de um "Fundo de Prevenção contra incêndios".

§ 1º As empresas de seguros escriturarão essa importância em livro devidamente autenticado pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

§ 2º A criação e funcionamento dessas instituições ficarão a cargo do Instituto de Resseguros do Brasil, que arrecadará essas importâncias diretamente das entidades seguradoras.

CAPÍTULO V

Das Penalidades

Art. 20. O corretor responderá profissional e civilmente pelas declarações inexatas contidas em propostas por ele assinadas, independentemente das sanções que forem cabíveis a outros responsáveis pela infração.

Art. 21. Os corretores de seguros, independentemente de responsabilidade penal e civil em que possam incorrer no exercício de suas funções, são passíveis das penas disciplinares de multa, suspensão e destituição.

Art. 22. Incorrerá na pena de multa de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 e, na reincidência, em suspensão pelo tempo que durar a infração, o corretor que deixar de cumprir o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 23. Incorrerá em pena de suspensão das funções, de 30 a 180 dias, o corretor que infringir as disposições desta lei, quando não foi cominada pena de multa ou destituição.

Art. 24. Incorrerá em pena de destituição o corretor que sofrer condenação penal por motivo de ato praticado no exercício da profissão.

Art. 25. Ficam sujeitos a multa correspondente a 25% do prêmio anual da respectiva apólice, e ao dobro no caso de reincidência, as em-

prêças de seguro e corretores que, transgredindo o art. 14 desta lei e as disposições do Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, concederem, sob qualquer forma, vantagens que importem no tratamento desigual dos segurados.

Art. 26. O processo para cominação das penalidades previstas nesta lei reger-se-á, no que for aplicável, pelos arts. 167, 168, 169, 170 e 171 do Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940.

CAPÍTULO VI

Da Repartição Fiscalizadora

Art. 27. Compete ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização aplicar as penalidades previstas nesta lei e fazer cumprir as suas disposições.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 28. A presente lei é aplicável aos territórios estaduais nos quais existem Sindicatos de Corretores de Seguros legalmente constituídos.

Art. 29. Não se enquadram nos efeitos desta lei as operações de cosseguro e de resseguro entre as Empresas seguradoras.

Art. 30. Nos Municípios onde não houver corretor legalmente habilitado, as propostas de contratos de seguro relativos a bens e interesses de pessoas físicas ou jurídicas nele domiciliadas continuarão a ser encaminhadas às empresas seguradoras por corretor de seguros ou por qualquer cidadão, indiferentemente, mantido o regime de livre concorrência na mediação do contrato de seguro em vigor na data da publicação desta lei.

§ 1º As comissões, devidas pela mediação de contratos de seguro de pessoa física ou jurídica, domiciliada nos Municípios a que se refere este artigo e nêles agenciados e assinados, continuarão também a ser pagas ao intermediário da proposta, seja corretor habilitado ou não.

§ 2º As companhias seguradoras deverão encaminhar instruções, nos termos da presente lei, a fim de, os referidos corretores possam se habilitar e se registrar, dando ciência dessa providência ao sindicato de classe mais próximo.

CAPÍTULO VIII

Disposições Transitórias

Art. 31. Os corretores, já em atividade de sua profissão quando da vigência desta lei, poderão continuar a exercê-la desde que apresentem ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização seus requerimentos, acompanhados dos documentos exigidos pelas alíneas a, c e d do art. 3º, c do art. 4º, e prova da observância do disposto no art. 5º.

Art. 32. Dentro de noventa dias, a contar da vigência desta lei, o Poder Executivo regulamentará as profissões de corretor de seguro de vida e de capitalização, obedecidos os princípios estabelecidos na presente lei.

Art. 33. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Daniel Faraco

LEI Nº 4.595 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 1º O Sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:

I — do Conselho Monetário Nacional;

II — do Banco Central da República do Brasil;

III — do Banco do Brasil S. A.;

IV — do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

V — das demais instituições financeiras públicas e privadas.

CAPÍTULO II

Do Conselho Monetário Nacional

Art. 2º Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito, e criado, em substituição, o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País.

Art. 3º A política do Conselho Monetário Nacional objetivará:

I — Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;

II — Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;

III — Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira;

IV — Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo

em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;

V — Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;

VI — Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;

VII — Ordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

Art. 4º Compete privativamente ao Conselho Monetário Nacional:

I — Autorizar as emissões de papel-moeda (Verao) as quais ficarão, na prévia dependência de autorização legislativa, quando se destinarem ao financiamento direto, pelo Banco Central da República do Brasil, das operações de crédito com o Tesouro Nacional, nos termos do artigo 49 desta Lei.

O Conselho Monetário Nacional pode, ainda autorizar o Banco Central da República do Brasil a emitir, anualmente, até o limite de 10% (dez por cento) dos meios de pagamentos existentes a 31 de dezembro do ano anterior, para atender as exigências das atividades produtivas e da circulação da riqueza do País, devendo, porém, solicitar autorização do Poder Legislativo, mediante Mensagem do Presidente da República, para as emissões que, justificadamente, se tornarem necessárias além daquele limite.

Quando necessidades urgentes e imprevistas para o financiamento dessas atividades o determinarem, pode o Conselho Monetário Nacional autorizar as emissões que se fizerem indispensáveis, solicitando imediatamente, através de Mensagem do Presidente da República, homologação do Poder Legislativo para as emissões assim realizadas;

II — Estabelecer condições para que o Banco Central da República do Brasil emita moeda-papel (Verao) de curso forçado, nos termos e limites decorrentes desta Lei, bem como as normas reguladoras do meio circulante;

III — Aprovar os orçamentos monetários, preparados pelo Banco Central da República do Brasil, por meio dos quais se estimarão as necessidades globais de moeda e crédito;

IV — Determinar as características gerais (VETADO) das cédulas e das moedas;

V — Fixar as diretrizes e normas (VETADO) da política cambial, inclusive compra e venda de ouro e quaisquer operações em moeda estrangeira;

VI — Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras;

VII — Coordenar a política de que trata o art. 3º desta lei com a de investimentos do Governo Federal;

VIII — Regular a constituição, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas a esta lei, bem como a aplicação das penalidades previstas;

IX — Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover:

- recuperação e fertilização do solo;
- reflorestamento;
- combate a epizootias e pragas, nas atividades rurais;
- eletrificação rural;
- mecanização;
- irrigação;
- investimentos indispensáveis às atividades agropecuárias;

X — Determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas;

XI — Estipular índices e outras condições técnicas sobre encaixes, imobilizações e outras relações patrimoniais, a serem observadas pelas instituições financeiras;

XII — Expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras;

XIII — Delimitar, com periodicidade não inferior a dois anos o capital mínimo das instituições financeiras privadas, levando em conta sua natureza, bem como a localização de suas sedes e agências ou filiais;

XIV — Determinar recolhimento (VETADO) de até 25% (vinte e cinco cento) do total dos depósitos das

instituições financeiras, seja na forma de subscrição de letras ou obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, até 50% do montante global devido, seja através de recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central da República do Brasil, na forma e condições que o Conselho Monetário Nacional determinar, podendo este:

a) adotar percentagens diferentes em função:

- das regiões geo-econômicas;
- das prioridades que atribuir às aplicações;

— da natureza das instituições financeiras;

b) (VETADO).

c) determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

XV — Estabelecer para as instituições financeiras públicas, a dedução dos depósitos de pessoas jurídicas de direito público que lhes detenham o controle acionário, bem como dos das respectivas autarquias e sociedades de economia mista, no cálculo a que se refere o inciso anterior;

XVI — Enviar obrigatoriamente ao Congresso Nacional, até o último dia do mês subsequente, relatório e mapas demonstrativos da aplicação dos recolhimentos compulsórios, (VETADO).

XVII — Regulamentar, fixando limites, prazos e outras condições as operações de redesconto e de empréstimo, efetuadas com quaisquer instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária;

XVIII — Outorgar ao Banco Central da República do Brasil o monopólio das operações de câmbio quando ocorrer grave desequilíbrio no balanço de pagamentos ou houver sérias razões para prever a iminência de tal situação;

XIX — Estabelecer normas a serem observadas pelo Banco Central da República do Brasil em suas transações com títulos públicos e de entidades de que participe o Estado;

XX — Autoriza o Banco Central da República do Brasil e as instituições financeiras públicas federais a efetuar a subscrição, compra e venda de ações e outros papéis emitidos ou de responsabilidade das so-

ciedades de economia mista e empréstas do Estado;

XXI — Disciplinar as atividades das Bolsas de Valores e dos corretores de fundos públicos;

XXII — Estabelecer normas para as operações das instituições financeiras públicas, para preservar sua solidez e adequar seu funcionamento aos objetivos desta lei;

XXIII — Fixar, até quinze (15) vezes a soma do capital realizado e reservas livres, o limite além do qual os excedentes dos depósitos das instituições financeiras serão recolhidos ao Banco Central da República do Brasil ou aplicados de acordo com as normas que o Conselho estabelecer;

XXIV — Decidir de sua própria organização, elaborando seu regimento interno no prazo máximo de trinta (30) dias;

XXV — Decidir da estrutura técnica e administrativa do Banco Central da República do Brasil e fixar seu quadro de pessoal, bem como estabelecer os vencimentos e vantagens de seus funcionários, servidores e diretores, cabendo ao Presidente deste apresentar as respectivas propostas;

XXVI — Conhecer dos recursos de decisões do Banco Central da República do Brasil;

XXVII — Aprovar o regimento interno e as contas do Banco Central da República do Brasil, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

XXVIII — Aplicar aos bancos estrangeiros que funcionem no País as mesmas vedações ou restrições equivalentes, que vigorem, nas praças de suas matrizes, em relação a bancos brasileiros ali instalados ou que nelas desejem estabelecer-se;

XXIX — Colaborar com o Senado Federal, na instrução dos processos de empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para cumprimento do disposto no art. 63, nº II, da Constituição Federal;

XXX — Expedir normas e regulamentação para as designações e demais efeitos do art. 7º, desta lei.

XXXI — Baixar normas que regulem as operações de câmbio, inclusive *swaps*, fixando limites, taxas, prazos e outras condições.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional, no exercício das atribuições pre-

vistas no inciso VIII deste artigo, poderá determinar que o Banco Central da República do Brasil recuse autorização para o funcionamento de novas instituições financeiras, em função de conveniências de ordem geral.

§ 2º Competirá ao Banco Central da República do Brasil acompanhar a execução dos orçamentos monetários e relatar a matéria ao Conselho Monetário Nacional, apresentando as sugestões que considerar convenientes.

§ 3º As emissões de moeda metálica serão feitas sempre contra recolhimento (Verano) de igual montante em cédulas.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional poderá convidar autoridades, pessoas ou entidades para prestar esclarecimentos considerados necessários.

§ 5º Nas hipóteses do art. 4º, inciso I, e do § 6º, do art. 49, desta lei, se o Congresso Nacional negar homologação à emissão extraordinária efetuada, as autoridades responsáveis serão responsabilizadas nos termos da Lei nº 1.059, de 10 de abril de 1950.

§ 6º O Conselho Monetário Nacional encaminhará ao Congresso Nacional, até 31 de março de cada ano, relatório da evolução da situação monetária e creditícia do País no ano anterior, no qual descreverá, minuciosamente, as providências adotadas para cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta lei, justificando destacadamente os montantes das emissões de papel-moeda que tenham sido feitas para atendimento das atividades produtivas.

§ 7º O Banco Nacional da Habitação é o principal instrumento de execução da política habitacional do Governo Federal e integra o sistema financeiro nacional, juntamente com as sociedades de crédito imobiliário, sob orientação, autorização, coordenação e fiscalização do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central da República do Brasil, quanto à execução, nos termos desta lei, revogadas as disposições especiais em contrário.

Art. 5º As deliberações do Conselho Monetário Nacional entendem-se de responsabilidade de seu Presidente para os efeitos do art. 104, nº I, letra "b", da Constituição Fe-

deral e obrigarão também os órgãos oficiais, inclusive autarquias e sociedades de economia mista, nas atividades que afetem o mercado financeiro e o de capitais.

Art. 6º O Conselho Monetário Nacional será integrado pelos seguintes membros:

I — Ministro da Fazenda, que será o Presidente;

II — Presidente do Banco do Brasil S. A.;

III — Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

IV — Seis (6) membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômicos-financeiros, com mandato de seis (6) anos podendo ser reconduzidos.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional deliberará por maioria de votos, com a presença, no mínimo, de 6 (seis) membros, cabendo ao Presidente também o voto de qualidade.

§ 2º Poderão participar das reuniões do Conselho Monetário Nacional (VETADO) o Ministro da Indústria e do Comércio e o Ministro para Assuntos de Planejamento e Economia, cujos pronunciamentos constarão obrigatoriamente da ata das reuniões.

§ 3º Em suas faltas ou impedimentos, o Ministro da Fazenda será substituído, na Presidência do Conselho Monetário Nacional, pelo Ministro da Indústria e do Comércio, ou, na falta deste, pelo Ministro para Assuntos de Planejamento e Economia.

§ 4º Exclusivamente motivos relevantes, expostos em representação fundamentada do Conselho Monetário Nacional, poderão determinar a exoneração de seus membros referidos no inciso IV, deste artigo.

§ 5º Vagando-se cargo com mandato o substituto será nomeado com observância do disposto no inciso IV deste artigo, para completar o tempo do substituído.

§ 6º Os membros do Conselho Monetário Nacional, a que se refere o inciso IV deste artigo, devem ser escolhidos levando-se em atenção, o quanto possível, as diferentes regiões geoeconômicas do País.

Art. 7º Junto ao Conselho Monetário Nacional funcionarão as seguintes Comissões Consultivas:

I — Bancária, constituída de representantes:

1 — do Conselho Nacional de Economia;

2 — do Banco Central da República do Brasil;

3 — do Banco do Brasil S. A.;

4 — do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

5 — do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais;

6 — do Banco Nacional de Crédito Cooperativo;

7 — do Banco do Nordeste do Brasil S. A.;

8 — do Banco de Crédito da Amazônia S. A.;

9 — dos Bancos e Caixas Econômicas Estaduais;

10 — dos Bancos Privados;

11 — das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos;

12 — das Bolsas de Valores;

13 — do Comércio;

14 — da Indústria;

15 — da Agropecuária;

16 — das Cooperativas que operam em crédito.

II — de Mercado de Capitais, constituída de representantes:

1 — do Ministério da Indústria e do Comércio;

2 — do Conselho Nacional de Economia;

3 — do Banco Central da República do Brasil;

4 — do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

5 — dos Bancos Privados;

6 — das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos;

7 — das Bolsas de Valores;

8 — das Companhias de Seguros Privados e Capitalização;

9 — da Caixa de Amortização;

III — de Crédito Rural, constituída de representantes:

1 — do Ministério da Agricultura;

2 — da Superintendência da Reforma Agrária;

3 — da Superintendência Nacional de Abastecimento;

4 — do Banco Central da República do Brasil;

- 5 — da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A.;
- 6 — da Carteira de Colonização do Banco do Brasil S. A.;
- 7 — do Banco Nacional de Crédito Cooperativo;
- 8 — do Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
- 9 — do Banco de Crédito da Amazônia S.A.;
- 10 — do Instituto Brasileiro do Café;
- 11 — do Instituto do Açúcar e do Alcool;
- 12 — dos Bancos privados;
- 13 — da Confederação Rural Brasileira;
- 14 — das Instituições Financeiras Públicas Estaduais ou Municipais, que operem em crédito rural;
- 15 — das Cooperativas de Crédito Agrícola.

IV — (VETADO).

- 1 — (VETADO).
- 2 — (VETADO).
- 3 — (VETADO).
- 4 — (VETADO).
- 5 — (VETADO).
- 6 — (VETADO).
- 7 — (VETADO).
- 8 — (VETADO).
- 9 — (VETADO).
- 10 — (VETADO).
- 11 — (VETADO).
- 12 — (VETADO).
- 13 — (VETADO).
- 14 — (VETADO).
- 15 — (VETADO).

V — de Crédito Industrial, constituída de representantes:

- 1 — do Ministério da Indústria e do Comércio;
- 2 — do Ministério Extraordinário para os Assuntos de Planejamento e Economia;
- 3 — do Banco Central da República do Brasil;
- 4 — do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
- 5 — da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A.;
- 6 — dos Bancos privados;
- 7 — das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos;
- 8 — da Indústria.

§ 1º A organização e o funcionamento das Comissões Consultivas se-

rão regulados pelo Conselho Monetário Nacional, inclusive prescrevendo normas que:

- a) lhes concedam iniciativa própria junto ao mesmo Conselho;
- b) estabeleçam prazos para o obrigatório preenchimento dos cargos nas referidas Comissões;
- c) tornem obrigatória a audiência das Comissões Consultivas pelo Conselho Monetário Nacional, no trato das matérias atinentes às finalidades específicas das referidas Comissões, ressalvado os casos em que se impuser sigilo.

§ 2º. Os representantes a que se refere este artigo serão indicados pelas entidades nêle referidas e designados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 3º. O Conselho Monetário Nacional, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá ampliar a competência das Comissões Consultivas, bem como admitir a participação de representantes de entidades não mencionadas neste artigo, desde que tenham funções diretamente relacionadas com suas atribuições.

CAPÍTULO III

Do Banco Central da República do Brasil

Art. 8º A actual Superintendência da Moeda e do Crédito é transformada em autarquia federal, tendo sede e fóro na Capital da República, sob a denominação de Banco Central da República do Brasil, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, este constituído dos bens, direitos e valores que lhe são transferidos na forma desta Lei e ainda da apropriação dos juros e rendas resultantes, na data da vigência desta lei, do disposto no art. 9º do Decreto-Lei número 8.495, de 28 de dezembro de 1945, dispositivo que ora é expressamente revogado.

Parágrafo único. Os resultados obtidos pelo Banco Central da República do Brasil serão incorporados ao seu patrimônio.

Art. 9º Compete ao Banco Central da República do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 10. Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil:

I — Emitir moeda-papel e moeda metálica, nas condições e limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional (VETADO).

II — Executar os serviços do meio circulante;

III — Receber os recolhimentos compulsórios de que trata o inciso XIV, do art. 4º, desta lei, e também os depósitos voluntários das instituições financeiras, nos termos do inciso III e § 2º do art. 19, desta lei.

IV — Realizar operações de resconto e empréstimo a instituições financeiras bancárias e as referidas no Art. 4º, inciso XIV, letra "b", e no § 4º do Art. 49 desta lei;

V — Exercer o controle do crédito sob todas as suas formas;

VI — Efetuar o controle dos capitais estrangeiros, nos termos da lei;

VII — Ser depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira;

VIII — Exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas;

IX — Conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam:

- a) funcionar no País;
- b) instalar ou transferir suas sedes, ou dependências, inclusive no exterior;
- c) ser transformadas, fundidas, incorporadas ou encampadas;
- d) praticar operações de câmbio, crédito real e venda habitual de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, ações, debêntures, letras hipotecárias e outros títulos de crédito ou mobiliários;
- e) ter prorrogados os prazos concedidos para funcionamento;
- f) alterar seus estatutos.

X — Estabelecer condições para a posse e para o exercício de quaisquer cargos de administração de instituições financeiras privadas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, segundo normas que forem expedidas pelo Conselho Monetário Nacional;

XI — Efetuar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais;

XII — Determinar que as matrizes das instituições financeiras registrem

os cadastros das firmas que operam com suas agências há mais de um ano.

§ 1º No exercício das atribuições a que se refere o inciso IX deste artigo, com base nas normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central da República do Brasil, atenderá os pedidos que lhe sejam formulados e resolverá conceder ou recusar a autorização pleiteada, podendo (VETADO) incluir as cláusulas que reputar convenientes ao interesse público.

§ 2º Observado o disposto no parágrafo anterior, as instituições financeiras estrangeiras dependem de autorização do Poder Executivo, mediante decreto, para que possam funcionar no País (VETADO).

Art. 11. Compete ainda ao Banco Central da República do Brasil:

I — Entender-se, em nome do Governo Brasileiro, com as instituições financeiras estrangeiras e internacionais;

II — Promover, como agente do Governo Federal, a colocação de empréstimos internos ou externos, podendo, também, encarregar-se dos respectivos serviços;

III — Atuar no sentido do funcionamento regular do mercado cambial, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos, podendo para esse fim comprar e vender ouro e moeda estrangeira, bem como realizar operações de crédito no exterior e operar os mercados de câmbio financeiro e comercial;

IV — Efetuar compra e venda de títulos de sociedades de economia mista e empresas do Estado;

V — Emitir títulos de responsabilidade própria, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

VI — Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;

VII — Exercer permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre empresas que, direta ou indiretamente, interfiram nesses mercados e em relação às modalidades ou processos operacionais que utilizem;

VIII — Prover, sob controle do Conselho Monetário Nacional, os serviços de sua Secretaria.

Parágrafo único. O Banco Central da República do Brasil instalará delegacias, com autorização do Conselho Monetário Nacional, nas diferentes regiões geo-econômicas do País, tendo em vista a descentralização administrativa para distribuição e recolhimento da moeda e o cumprimento das decisões adotadas pelo mesmo Conselho ou prescritas em lei.

Art. 12. O Banco Central da República do Brasil operará exclusivamente com instituições financeiras públicas e privadas, vedadas operações bancárias de qualquer natureza com outras pessoas de direito público ou privado, salvo as expressamente autorizadas por lei.

Art. 13. A execução de encargos e serviços de competência do Banco Central da República do Brasil poderá ser contratada com o Banco do Brasil S. A. por determinação do Conselho Monetário Nacional, pelo prazo e nas condições por este fixados.

Parágrafo único. A execução de referidos encargos e serviços poderá também ser confiada a outras instituições financeiras em praças onde não houver agências do Banco do Brasil S. A., mediante contratação expressamente autorizada pelo Conselho Monetário Nacional, pelo prazo e nas condições por ele fixados.

Art. 14. O Banco Central da República do Brasil será administrado por uma Diretoria de 4 (quatro) membros, um dos quais será o Presidente, escolhidos pelo Conselho Monetário Nacional dentre seus membros mencionados no inciso IV, do artigo 6º, desta lei.

§ 1º O Presidente do Banco Central da República do Brasil será substituído pelo Diretor que o Conselho Monetário Nacional designar.

§ 2º O término do mandato, a renúncia ou a perda da qualidade de membro do Conselho Monetário Nacional determinam, igualmente, a perda da função de Diretor do Banco Central da República do Brasil.

Art. 15. O regimento interno do Banco Central da República do Brasil, a que se refere o inciso XXVII, do art. 4º, desta lei, prescreverá as atribuições do Presidente e dos Diretores e especificará os casos que dependerão de deliberação da Diretoria, a qual será tomada por maioria de votos, presentes no mínimo o Presi-

dente ou seu substituto eventual e dois outros Diretores, cabendo ao Presidente também o voto de qualidade.

Parágrafo único. A Diretoria se reunirá, ordinariamente, uma vez por semana, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente ou a requerimento de, pelo menos, dois de seus membros.

Art. 16. Constituem receita do Banco Central da República do Brasil:

I — Juros de descontos de empréstimos e de outras aplicações de seus recursos;

II — resultado das operações de câmbio, de compra e venda de ouro e quaisquer outras operações;

III — produto da arrecadação da taxa de fiscalização, prevista nesta lei;

IV — receitas eventuais, inclusive multa e mora, aplicadas por força do disposto na legislação em vigor.

§ 1º A partir do exercício de 1965, a taxa anual de fiscalização será devida semestralmente, devendo ser paga até 30 de abril e 31 de outubro de cada ano e passará a ser recolhida diretamente ao Banco Central da República do Brasil, pela forma que este estabelecer, e a ela ficam sujeitas todas as instituições financeiras referidas no art. 17 desta lei.

§ 2º A taxa de fiscalização será cobrada até 0,5/1.000 (meio por mil) sobre o montante global do passivo das instituições financeiras, exclusive o de compensação verificado no último balanço do ano anterior.

§ 3º Dentro do limite de que trata o parágrafo anterior, o Conselho Monetário Nacional fixará, anualmente, a taxa de fiscalização, tendo em vista cobrir, juntamente com as outras receitas previstas, a despesa do Banco Central da República do Brasil, levando em consideração a natureza das instituições financeiras.

CAPÍTULO IV

Das Instituições Financeiras

Seção I

Da caracterização e subordinação

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas

públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.

Art. 18. As instituições financeiras somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Banco Central da República do Brasil, ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.

§ 1º Além dos estabelecimentos bancários oficiais ou privados, das sociedades de crédito, financiamento e investimentos, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, também se subordinam às disposições e disciplina desta lei no que for aplicável, as bolsas de valores, companhias de seguros e de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras.

§ 2º O Banco Central da República do Brasil, no exercício da fiscalização que lhe compete, regulará as condições de concorrência entre instituições financeiras, coibindo-lhes os abusos com a aplicação da pena (VETADO) nos termos desta lei.

§ 3º Dependência de prévia autorização do Banco Central da República do Brasil as campanhas destinadas à coleta de recursos do público, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas abrangidas neste artigo, salvo para subscrição pública de ações, nos termos da lei das sociedades por ações.

SEÇÃO II

Do Banco do Brasil S. A.

Art. 19. Ao Banco do Brasil S. A. competirá precipuamente, sob a su-

pervisão do Conselho Monetário Nacional e como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal:

1 — na qualidade de Agente Financeiro do Tesouro Nacional, sem prejuízo de outras funções que lhe venham a ser atribuídas e ressalvado o disposto no art. 8º da Lei nº 1.623, de 29 de junho de 1952:

a) receber, a crédito do Tesouro Nacional, as importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais e ainda o produto das operações de que trata o art. 48, desta lei;

b) realizar os pagamentos e suprimentos necessários à execução do Orçamento Geral da União e leis complementares, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Ministério da Fazenda, as quais não poderão exceder o montante global dos recursos a que se refere a letra anterior, vedada a concessão, pelo Banco, de créditos de qualquer natureza ao Tesouro Nacional;

c) conceder aval, fiança e outras garantias, consoante expressa autorização legal;

d) adquirir e financiar estoques de produção exportável;

e) executar a política de preços mínimos dos produtos agropastoris;

f) ser agente pagador e recebedor fora do País;

g) executar o serviço da dívida pública consolidada;

II — como principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias, receber em depósito, com exclusividade, as disponibilidades de quaisquer entidades federais, compreendendo as repartições de todos os ministérios civis e militares, instituições de previdência e outras autarquias, comissões, departamentos, entidades em regime especial de administração e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por adiantamentos, ressalvados o disposto no § 5º deste artigo, as exceções previstas em lei ou casos especiais, expressamente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central da República do Brasil;

III — arrecadar os depósitos voluntários das instituições financeiras de que trata o inciso III, do art. 10, des-

ta lei, escriturando as respectivas contas;

IV — executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis;

V — receber, com exclusividade, os depósitos de que tratam os artigos 33, item 3º, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, e 1º do Decreto-lei nº 5.956, de 1.11.43, ressalvado o disposto no art. 27, desta lei;

VI — realizar, por conta própria, operações de compra e venda de moeda estrangeira e, por conta do Banco Central da República do Brasil, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

VII — realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central da República do Brasil, mediante contratação na forma do art. 13, desta lei;

VIII — dar execução à política de comércio exterior (VETADO).

IX — financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural, nos termos da legislação que regular a matéria;

X — financiar as atividades industriais e rurais, estas com o favorecimento referido no art. 4º, inciso IX, e art. 53, desta lei;

XI — difundir e orientar o crédito, inclusive as atividades comerciais suplementando a ação da rede bancária;

a) no financiamento das atividades econômicas, atendendo às necessidades creditícias das diferentes regiões do País;

b) no financiamento das exportações e importações.

§ 1º — O Conselho Monetário Nacional assegurará recursos específicos que possibilitem ao Banco do Brasil S.A., sob adequada remuneração, o atendimento dos encargos previstos nesta lei.

§ 2º — Do montante global dos depósitos arrecadados, na forma do inciso III deste artigo, o Banco do Brasil S.A. colocará à disposição do Banco Central da República do Brasil, observadas as normas que forem estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a parcela que exceder as necessidades normais de movimentação das contas respectivas, em função dos serviços aludidos no inciso IV deste artigo.

§ 3º — Os encargos referidos no inciso I, deste artigo, serão objeto de contratação entre o Banco do Brasil S. A. e a União Federal, esta representada pelo Ministro da Fazenda.

§ 4º — O Banco do Brasil S. A. prestará ao Banco Central da República do Brasil todas as informações por este julgadas necessárias para a exata execução desta lei.

§ 5º — Os depósitos de que trata o inciso II deste artigo, também poderão ser feitos nas Caixas Econômicas Federais, nos limites e condições fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 20. O Banco do Brasil S. A. e o Banco Central da República do Brasil elaborarão, em conjunto, o programa global de aplicações e recursos do primeiro, para fins de inclusão nos orçamentos monetários de que trata o inciso III, do artigo 4º desta lei.

Art. 21 O Presidente e os Diretores do Banco do Brasil S. A. deverão ser pessoas de reputação ilibada e notória capacidade.

§ 1º A nomeação do Presidente do Banco do Brasil S. A. será feita pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.

§ 2º As substituições eventuais do Presidente do Banco do Brasil S. A. não poderão exceder o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, sem que o Presidente da República submeta ao Senado Federal o nome do substituto.

§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO).

SEÇÃO III

Das instituições financeiras públicas

Art. 22 As instituições financeiras públicas são órgãos auxiliares da execução da política de crédito do Governo Federal.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional regulará as atividades, capacidade e modalidade operacionais das instituições financeiras públicas federais, que deverão submeter à aprovação daquele órgão, com a prioridade por ele prescrita, seus programas de recursos e aplicações, de forma que se ajustem à política de crédito do Governo Federal.

§ 2º A escolha dos Diretores ou Administradores das instituições financeiras públicas federais e a nomeação dos respectivos Presidentes e designação dos substitutos observarão o disposto no art. 21, parágrafos 1º e 2º, desta lei.

§ 3º A atuação das instituições financeiras públicas será coordenada nos termos do art. 4º desta lei.

Art. 23. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico é o principal instrumento de execução de política de investimentos do Governo Federal, nos termos das Leis números 1.628, de 20 de junho de 1952 e 2.973, de 26 de novembro de 1956.

Art. 24. As instituições financeiras públicas não federais ficam sujeitas às disposições relativas às instituições financeiras privadas, assegurada a forma de constituição das existentes na data da publicação desta lei.

Parágrafo único. As Caixas Econômicas Estaduais equiparam-se, no que couber, às Caixas Econômicas Federais, para os efeitos da legislação em vigor, estando isentas do recolhimento a que se refere o art. 4º, inciso XIV, e à taxa de fiscalização, mencionada no art. 16, desta lei.

Seção IV

Das instituições financeiras privadas

Art. 25. As instituições financeiras privadas, exceto as cooperativas de crédito, constituir-se-ão unicamente sob a forma de sociedade anônima, com a totalidade de seu capital representado por ações nominativas.

Art. 26. O capital inicial das instituições financeiras públicas e privadas será sempre realizado em moeda corrente.

Art. 27. Na subscrição do capital inicial e na de seus aumentos em moeda corrente, será exigida no ato a realização de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do montante subscrito.

§ 1º As quantias recebidas dos subscritores de ações serão recolhidas no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento, ao Banco Central da República do Brasil, permanecendo indisponíveis até a solução do respectivo processo.

§ 2º O remanescente do capital subscrito, inicial ou aumentado, em

moeda corrente, deverá ser integralizado dentro de um ano da data da solução do respectivo processo.

Art. 28. Os aumentos de capital que não forem realizados em moeda corrente, poderão decorrer da incorporação de reservas, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, e da reavaliação da parcela dos bens do ativo imobilizado, representado por imóveis de uso e instalações, aplicados no caso, como limite máximo, os índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 29. As instituições financeiras privadas deverão aplicar, de preferência, não menos de 50% (cinquenta por cento) dos depósitos do público que recolherem, na respectiva Unidade Federada ou Território.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional poderá, em casos especiais, admitir que o percentual referido neste artigo seja aplicado em cada Estado e Território isoladamente ou por grupos de Estados e Territórios componentes da mesma região geoeconômica.

§ 2º As agências ou filiais das instituições financeiras, sediadas em municípios que não o da matriz, publicarão, anualmente, no principal órgão da imprensa local, ou inexistindo esta, afixarão no edifício das mesmas boletins assinalando o volume dos depósitos e das aplicações localmente efetuadas.

Art. 30. As instituições financeiras de direito privado, exceto as de investimento, só poderão participar de capital de quaisquer sociedades com prévia autorização do Banco Central da República do Brasil, solicitada justificadamente e concedida expressamente, ressalvados os casos de garantia de subscrição, nas condições que forem estabelecidas, em caráter geral, pelo Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 31. As instituições financeiras levantarão balanços gerais a 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, obrigatoriamente, com observância das regras contábeis estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 32. As instituições financeiras públicas deverão comunicar ao Banco Central da República do Brasil a nomeação ou a eleição de diretores

e membros de órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, no prazo de 15 dias da data de sua ocorrência.

Art. 33. As instituições financeiras privadas deverão comunicar ao Banco Central da República do Brasil os atos relativos à eleição de diretores e membros de órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, no prazo de 15 dias de sua ocorrência, de acordo com o estabelecido no art. 10, inciso X, desta lei.

§ 1º O Banco Central da República do Brasil, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, decidirá aceitar ou recusar o nome do eleito, que não atender às condições a que se refere o artigo 10, inciso X, desta lei.

§ 2º A posse do eleito dependerá da aceitação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º Oferecida integralmente a documentação prevista nas normas referidas no art. 10, inciso X, desta lei, e decorrido, sem manifestação do Banco Central da República do Brasil, o prazo mencionado no § 1º, deste artigo, entender-se-á não ter havido recusa a posse.

Art. 34 E' vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos:

I — A seus diretores e membros dos conselhos consultivo ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges;

II — Aos parentes, até o 2º grau, das pessoas a que se refere o inciso anterior;

III — As pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central da República do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo Conselho Monetário Nacional, em caráter geral;

IV — As pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10% (dez por cento);

V — As pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento), quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus

cônjuges e respectivos parentes, até o 2º grau.

§ 1º A infração ao disposto no inciso I, deste artigo, constitui crime e sujeitará os responsáveis pela transgressão à pena de reclusão de um a quatro anos, aplicando-se, no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

§ 2º O disposto no inciso IV deste artigo não se aplica às instituições financeiras públicas.

Art. 35. E' vedado ainda às instituições financeiras:

I — Emitir debêntures e partes beneficiárias;

II — Adquirir bens imóveis não destinados ao próprio uso, salvo os recebidos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverão vendê-los dentro do prazo de um (1) ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central da República do Brasil.

Parágrafo único. As instituições financeiras que não recebem depósitos, poderão emitir debêntures, desde que previamente autorizadas pelo Banco Central da República do Brasil, em cada caso.

Art. 36. As instituições financeiras não poderão manter aplicações em imóveis de uso próprio, que, somadas ao seu ativo em instalações, excedam o valor de seu capital realizado e reservas livres.

Art. 37. As instituições financeiras, entidades e pessoas referidas nos artigos 17 e 18 desta lei, bem como os corretores de fundos públicos, ficam obrigados a fornecer ao Banco Central da República do Brasil, na forma por ele determinada, os dados ou informes julgados necessários para o fiel desempenho de suas atribuições.

Art. 38. As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º As informações e esclarecimentos ordenados pelo Poder Judiciário, prestados pelo Banco Central da República do Brasil ou pelas instituições financeiras, e a exibição de livros e documentos em Juízo, se revestirão sempre do mesmo caráter sigiloso, só podendo a eles ter acesso as partes legítimas na causa, que deles não poderão servir-se para fins estranhos à mesma.

§ 2º O Banco Central da República do Brasil e as instituições financeiras públicas prestarão informações ao Poder Legislativo, podendo, havendo relevantes motivos, solicitar sejam mantidas em reserva ou sigilo.

§ 3º As Comissões Parlamentares de Inquérito, no exercício da competência constitucional e legal de ampla investigação (art. 53 da Constituição Federal e Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952), obterão as informações que necessitarem das instituições financeiras, inclusive através do Banco Central da República do Brasil.

§ 4º Os pedidos de informações a que se referem os §§ 2º e 3º, deste artigo, deverão ser aprovados pelo Plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e, quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito, pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º. Os agentes fiscais tributários do Ministério da Fazenda e dos Estados somente poderão proceder a exames de documentos, livros e registros de contas de depósitos, quando houver processo instaurado e os mesmos forem considerados indispensáveis pela autoridade competente.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior se aplica igualmente à prestação de esclarecimentos e informes pelas instituições financeiras às autoridades fiscais, devendo sempre estas e os exames serem conservados em sigilo, não podendo ser utilizados senão reservadamente.

§ 7º A quebra do sigilo de que trata este artigo constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de um a quatro anos, aplicando-se, no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 39. Aplicam-se às instituições financeiras estrangeiras, em funcionamento ou que venham a se instalar no País, as disposições da presente lei, sem prejuízo das que se contêm na legislação vigente.

Art. 40. As cooperativas de crédito não poderão conceder empréstimos senão a seus cooperados com mais de 30 dias de inscrição.

Parágrafo único. Aplica-se às seções de crédito das cooperativas de qualquer tipo o disposto neste artigo.

Art. 41. Não se consideram como sendo operações de seções de crédito

as vendas a prazo realizadas pelas cooperativas agropastoris a seus associados, de bens e produtos destinados às suas atividades econômicas.

CAPÍTULO V

Das penalidades

Art. 42. O art. 2º, da Lei nº 1.808, de 7 de janeiro de 1953, terá a seguinte redação:

"Art. 2º Os diretores e gerentes das instituições financeiras respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pelas mesmas durante sua gestão, até que elas se cumpram.

Parágrafo único. Havendo prejuízos, a responsabilidade solidária se circunscreverá ao respectivo montante."

Art. 43. O responsável pela instituição financeira que autorizar a concessão de empréstimo ou adiantamento vedado nesta lei, se o fato não constituir crime, ficará sujeito, sem prejuízo das sanções administrativas ou civis cabíveis, à multa igual ao dobro do valor do empréstimo ou adiantamento concedido, cujo processamento obedecerá, no que couber, ao disposto no art. 44, desta lei.

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

- I — Advertência.
- II — Multa pecuniária variável.
- III — Suspensão do exercício de cargos.
- IV — Inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras.
- V — Cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras públicas, exceto as federais, ou privadas.
- VI — Detenção, nos termos do § 7º, deste artigo.
- VII — Reclusão, nos termos dos artigos 34 e 38, desta lei.

§ 1º A pena de advertência será aplicada pela inobservância das dis-

posições constantes da legislação em vigor, ressalvadas as sanções nela previstas, sendo cabível também nos casos de fornecimento de informações inexatas, de escrituração mantida em atraso ou processada em desacôrdo com as normas expedidas de conformidade com o art. 4º, inciso XIII, desta lei.

não podendo ser utilizados senão re-
§ 2º As multas serão aplicadas até 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, sempre que as instituições financeiras, por negligência ou dolo:

a) advertidas por irregularidades que tenham sido praticadas, deixarem de saná-las no prazo que lhes fôr assinalado pelo Banco Central da República do Brasil;

b) infringirem as disposições desta lei relativas ao capital, fundos de reserva, encaixe, recolhimentos compulsórios, taxa de fiscalização, serviços e operações, não atendimento ao disposto nos arts. 27 e 33, inclusive as vedadas nos arts. 34 (incisos II a V), 35 a 40 desta lei, e abusos de concorrência (art. 18, § 2º);

c) opuserem embargo à fiscalização do Banco Central da República do Brasil.

§ 3º As multas cominadas neste artigo serão pagas mediante recolhimento ao Banco Central da República do Brasil, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da respectiva notificação, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo e serão cobradas judicialmente, com o acréscimo da mora de 1% (um por cento) ao mês, contada da data da aplicação da multa, quando não forem liquidadas naquele prazo;

§ 4º As penas referidas nos incisos III e IV, deste artigo, serão aplicadas quando forem verificadas infrações graves na condução dos interesses da instituição financeira ou quando da reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 5º As penas referidas nos incisos II, III e IV deste artigo serão aplicadas pelo Banco Central da República do Brasil admitido recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho Monetário Nacional, interposto dentro de 15 dias, contados do recebimento da notificação.

§ 6º É vedada qualquer participação em multas, as quais serão recolhidas integralmente ao Banco Central da República do Brasil.

§ 7º Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem como instituição financeira, sem estar devidamente autorizada pelo Banco Central da República do Brasil, ficam sujeitas à multa referida neste artigo e detenção de 1 a 2 anos, ficando a esta sujeitos, quando pessoa jurídica, seus diretores e administradores.

§ 8º No exercício da fiscalização prevista no art. 10, inciso VIII, desta lei, o Banco Central da República do Brasil poderá exigir das instituições financeiras ou das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as referidas no parágrafo anterior, a exibição a funcionários seus, expressamente credenciados, de documentos, papéis e livros de escrituração, considerando-se a negativa de atendimento como embargo à fiscalização, sujeito à pena de multa, prevista no § 2º deste artigo, sem prejuízo de outras medidas e sanções cabíveis.

§ 9º A pena de cassação, referida no inciso V, deste artigo, será aplicada pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central da República do Brasil, nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com as penas previstas nos incisos III e IV deste artigo.

Art. 45. As instituições financeiras públicas não federais e as privadas estão sujeitas, nos termos da legislação vigente, à intervenção efetuada pelo Banco Central da República do Brasil ou à liquidação extrajudicial.

Parágrafo único. A partir da vigência desta lei, as instituições de que trata este artigo não poderão impetrar concordata.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Art. 46. Ficam transferidas as atribuições legais e regulamentares do Ministério da Fazenda relativamente ao meio circulante, inclusive as exercidas pela Caixa de Amortização para o Conselho Monetário Nacional, e (VETADO) para o Banco Central da República do Brasil.

Art. 47. Será transferida à responsabilidade do Tesouro Nacional, mediante encampação, sendo definitivamente incorporado ao meio circulante, o montante das emissões feitas por solicitação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A. e da Caixa de Mobilização Bancária.

§ 1º. O valor correspondente à encampação será destinado à liquidação das responsabilidades financeiras do Tesouro Nacional no Banco do Brasil S. A., inclusive as decorrentes de operações de câmbio concluídas até a data da vigência desta lei, mediante aprovação específica do Poder Legislativo, ao qual será submetida a lista completa dos débitos assim amortizados.

§ 2º. Para a liquidação do saldo remanescente das responsabilidades do Tesouro Nacional, após a encampação das emissões atuais por solicitação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. e da Caixa de Mobilização Bancária, o Poder Executivo submeterá ao Poder Legislativo proposta específica, indicando os recursos e os meios necessários a esse fim.

Art. 48. Concluídos os acertos financeiros previstos no artigo anterior, a responsabilidade da moeda em circulação passará a ser do Banco Central da República do Brasil.

Art. 49. As operações de crédito da União, por antecipação de receita orçamentária ou a qualquer outro título, dentro dos limites legalmente autorizados, somente serão realizadas mediante colocação de obrigações, apólices ou letras do Tesouro Nacional.

§ 1º. A lei de orçamento, nos termos do artigo 73, § 1º inciso II, da Constituição Federal, determinará, quando for o caso, a parcela do déficit que poderá ser coberta pela venda de títulos do Tesouro Nacional diretamente ao Banco Central da República do Brasil.

§ 2º. O Banco Central da República do Brasil mediante autorização do Conselho Monetário Nacional baseada na lei orçamentária do exercício, poderá adquirir diretamente letras do Tesouro Nacional, com emissão de papel-moeda.

§ 3º. O Conselho Monetário Nacional decidirá, a seu exclusivo critério, a política de sustentação em bolsa da cotação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

§ 4º. No caso de despesas urgentes e inadiáveis do Governo Federal, a serem atendidas mediante créditos suplementares ou especiais, autorizados após a lei do orçamento, o Congresso Nacional determinará, especificamente, os recursos a serem utilizados na cobertura de tais despesas, estabelecendo, quando e si-

tução do Tesouro Nacional for deficitária, a discriminação prevista neste artigo.

§ 5º. Na ocorrência das hipóteses citadas no parágrafo único, do artigo 73, da Constituição Federal, o Presidente da República poderá determinar que o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central da República do Brasil, faça a aquisição de letras do Tesouro Nacional com a emissão de papel-moeda até o montante do crédito extraordinário que tiver sido decretado.

§ 6º. O Presidente da República fará acompanhar a determinação ao Conselho Monetário Nacional, mencionada no parágrafo anterior, de cópia da mensagem que deverá dirigir ao Congresso Nacional, indicando os motivos que tornaram indispensável a emissão e solicitando a sua homologação.

§ 7º. As letras do Tesouro Nacional, colocadas por antecipação de receita, não poderão ter vencimentos posteriores a 120 (cento e vinte) dias do encerramento do exercício respectivo.

§ 8º. Até 15 de março do ano seguinte, o Poder Executivo enviará mensagem ao Poder Legislativo, propondo a forma de liquidação das letras do Tesouro Nacional emitidas no exercício anterior e não resgatadas.

§ 9º. É vedada a aquisição dos títulos mencionados neste artigo pelo Banco do Brasil S. A. e pelas instituições bancárias de que a União detenha a maioria das ações.

Art. 50. O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central da República do Brasil, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Banco do Brasil S. A. o Banco do Nordeste do Brasil S. A. e o Banco de Crédito da Amazônia. A gozará, dos favores, isenções e privilégios, inclusive fiscais, que são próprios da Fazenda Nacional, ressalvado quanto aos três últimos, o regime especial de tributação do Imposto de Renda a que estão sujeitos, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. São mantidos os os favores, isenções e privilégios de que atualmente gozam as instituições financeiras.

Art. 51. Ficam abolidas, após 3 (três) meses da data da vigência desta Lei, as exigências de "visto" em "pedidos de licença" para efeitos de exportação, excetuadas as referentes a armas, munições, entor-

pecentes, materiais estratégicos, objetos e obras de valor artístico, cultural ou histórico.

Parágrafo único. Quando o interessado nacional exigir, o Conselho Monetário Nacional, criará o "visto" ou exigência equivalente.

Art. 52. O quadro de pessoal do Banco Central da República do Brasil será constituído de:

I — Pessoal próprio, admitido mediante concurso público de provas ou de títulos e provas, sujeita à pena de nulidade a admissão que se processar com inobservância, destas exigências;

II — Pessoal requisitado ao Banco do Brasil S.A. e a outras instituições financeiras federais, de comum acordo com as respectivas administrações;

III — Pessoal requisitado a outras instituições e que venham prestando serviços à Superintendência da Moeda e do Crédito há mais de 1 (um) ano, contado da data da publicação desta lei.

§ 1º. O Banco Central da República do Brasil baixará dentro de 90 (noventa) dias da vigência desta lei, o Estatuto de seus funcionários e servidores, no qual serão garantidos os direitos legalmente atribuídos a seus atuais servidores e mantidos deveres e obrigações que lhes são inerentes.

§ 2º. Aos funcionários e servidores requisitados, na forma deste artigo as instituições de origem lhes assegurarão os direitos e vantagens que lhes cabem ou lhes venham a ser atribuídos, como se em efetivo exercício nelas estivessem.

§ 3º. Correrão por conta do Banco Central da República do Brasil todas as despesas decorrentes do cumprimento do disposto no parágrafo anterior, inclusive as de aposentadoria e pensão que sejam de responsabilidade das instituições de origem ali mencionadas, estas últimas rateadas proporcionalmente em função dos prazos de vigência da requisição.

§ 4º. Os funcionários do quadro de pessoal próprio permanecerão com seus direitos e garantias regidos pela legislação de proteção ao trabalho e de previdência social, incluídos na categoria profissional de bancários.

§ 5º. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados da data da vigência desta lei, é facultado aos funcionários de que tratam os incisos II e III deste artigo, manifestarem opção para transferência para o Quadro do

pessoal próprio do Banco Central da República do Brasil, desde que:

a) tenham sido admitidos nas respectivas instituições de origem, consoante determina o inciso I, deste artigo;

b) estejam em exercício (VETADO) há mais de dois anos;

c) seja a opção aceita pela Diretoria do Banco Central da República do Brasil, que sobre ela deverá pronunciar-se conclusivamente no prazo máximo de três meses, contados da entrega do respectivo requerimento.

Art. 53. As operações de financiamento rural ou pecuário, de valor até 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, ficam isentas de taxas, despesas de avaliação, imposto do selo e independem de registro cartorário.

CAPÍTULO VII

Disposições Transitórias

Art. 54. O Poder Executivo, com base em proposta do Conselho Monetário Nacional, que deverá ser apresentada dentro de 90 (noventa) dias de sua instalação, submeterá ao Poder Legislativo projeto de lei que institucionalize o crédito rural, regule seu campo específico e caracterize as modalidades de aplicação, indicando as respectivas fontes de recursos.

Parágrafo único. A Comissão Consultiva do Crédito Rural dará assessoramento ao Conselho Monetário Nacional, na elaboração da proposta que estabelecerá a coordenação das instituições existentes ou que venham a ser criadas, com o objetivo de garantir sua melhor utilização e da rede bancária privada na difusão do crédito rural, inclusive com redução de seu custo.

Art. 55. Ficam transferidas ao Banco Central da República do Brasil as atribuições cometidas por lei ao Ministério da Agricultura, no que concerne à autorização de funcionamento e fiscalização de cooperativas de crédito de qualquer tipo, bem assim da seção de crédito das cooperativas que a tenham.

Art. 56. Ficam extintas a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A. e a Caixa de Mobilização Bancária, incorporando-se seus bens, direitos e obrigações ao Banco Central da República do Brasil.

Parágrafo único. As atribuições e prerrogativas legais da Caixa de Mo-

bilização Bancária passam a ser exercidas pelo Banco Central da República do Brasil, sem solução de continuidade.

Art. 57. Passam a competência do Conselho Monetário Nacional as atribuições de caráter normativo da legislação cambial vigente e as executivas ao Banco Central da República do Brasil e ao Banco do Brasil S.A., nos termos desta lei.

Parágrafo único. Fica extinta a Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S. A., passando suas atribuições e prerrogativas legais ao Banco Central da República do Brasil.

Art. 58. Os prejuízos decorrentes das operações de câmbio concluídas e eventualmente não regularizadas nos termos desta lei bem como os das operações de câmbio contratadas e não concluídas até a data de vigência desta lei, pelo Banco do Brasil S.A., como mandatário do Governo Federal, serão na medida em que se efetivarem, transferidos ao Banco Central da República do Brasil, sendo neste registrados como responsabilidade do Tesouro Nacional.

§ 1º Os débitos do Tesouro Nacional perante o Banco Central da República do Brasil, provenientes das transferências de que trata este artigo serão regularizados com recursos orçamentários da União.

§ 2º. O disposto neste artigo se aplica também aos prejuízos decorrentes de operações de câmbio que outras instituições financeiras federais, de natureza bancária, tenham realizado como mandatárias do Governo Federal.

Art. 59. É mantida, no Banco do Brasil S.A., a Carteira de Comércio Exterior, criada nos termos da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e regulamentada pelo Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957, como órgão executor da política de comércio exterior, (VETADO).

Art. 60. O valor equivalente aos recursos financeiros que, nos termos desta lei, passarem a responsabilidade do Banco Central da República do Brasil, e estejam, na data de sua vigência em poder do Banco do Brasil S.A., será neste escriturado em

conta em nome do primeiro, considerando-se como suprimento de recursos, nos termos do § 1º, do artigo 19, desta lei.

Art. 61. Para cumprir as disposições desta lei o Banco do Brasil S.A. tomará providências no sentido de que seja remodelada sua estrutura administrativa, a fim de que possa eficazmente exercer os encargos e executar os serviços que lhe estão reservados, como principal instrumento de execução da política de crédito do Governo Federal.

Art. 62. O Conselho Monetário Nacional determinará providências no sentido de que a transferência de atribuições dos órgãos existentes para o Banco Central da República do Brasil se processe sem solução de continuidade dos serviços atingidos por esta lei.

Art. 63. Os mandatos dos primeiros membros do Conselho Monetário Nacional, a que alude o inciso IV, do artigo 6º desta lei serão respectivamente de 6 (seis), 5 (cinco), 4 (quatro), 3 (três), 2 (dois) e 1 (um) anos.

Art. 64. O Conselho Monetário Nacional fixará prazo de até 1 (um) ano da vigência desta lei para a adaptação das instituições financeiras às disposições desta lei.

§ 1º. Em casos excepcionais o Conselho Monetário Nacional poderá prorrogar até mais 1 (um) ano o prazo para que seja complementada a adaptação a que se refere este artigo.

§ 2º Será de um ano, prorrogável, nos termos do parágrafo anterior, o prazo para cumprimento de estabelecido por força do art 30 desta lei.

Art. 65. Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília em 31 de dezembro de 1964; 143ª da Independência e 76ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

Daniel Faraco

Roberto de Oliveira Campos

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 4.295 — DE 16 DE
DEZEMBRO DE 1963

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1964.

Na página 422 — 06 Ceará — 1ª coluna, onde se lê:

Fundação Antônio Dias de Macedo — Fortaleza — 10.500.000

Fundação Audisio Pinheiro — Fortaleza — 500.000

Leia-se:

Fundação Antônio Dias de Macedo — Fortaleza — 10.500.000

Fundação Audisio Pinheiro — Fortaleza — 3.500.000.

LEI Nº 4.380 — DE 21 DE
AGOSTO DE 1964

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Na primeira página, 2ª coluna, após o Preâmbulo, onde se lê: Art. 54.

Leia-se: Art. 4º.

Após o item V, onde se lê: Artigo 5º.

Leia-se Art. 54.

(*) LEI Nº 4.380 — DE 21 DE AGOSTO DE 1964

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber, que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Coordenação dos Órgãos Públicos e da Iniciativa Privada

Art. 1º. O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no

(*) Republica-se por ter saído com incorreções no Vol. V de 1964, desta Coleção.

sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

Art. 2º. O Governo Federal intervirá no setor habitacional por intermédio:

- I — do Banco Nacional da Habitação;
- II — do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo;
- III — das Caixas Econômicas Federais, IPASE, das Caixas Militares, dos órgãos federais de desenvolvimento regional e das sociedades de economia mista.

Art. 3º. Os órgãos federais enumerados no artigo anterior exercerão de preferência atividades de coordenação, orientação e assistência técnica e financeira, ficando reservados:

- I — aos Estados e Municípios, com a assistência dos órgãos federais, a elaboração e execução de planos diretores, projetos e orçamentos para a solução dos seus problemas habitacionais;
- II — à iniciativa privada, a promoção e execução de projetos de construção de habitações segundo as diretrizes urbanísticas locais.

§ 1º. Será estimulada a coordenação dos esforços, na mesma área ou local, dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como das iniciativas privadas, de modo que se obtenha a concentração e melhor utilização dos recursos disponíveis.

§ 2º. A execução dos projetos somente caberá aos órgãos federais para suprir a falta de iniciativa local, pública ou privada.

Art. 4º. Terão prioridade na aplicação dos recursos:

- I — a construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições sub-humanas de habitação;
- II — os projetos municipais ou estaduais que com as ofertas de terrenos já urbanizados e dotados dos necessários melhoramentos, permitirem o início imediato da construção de habitações;
- III — os projetos de cooperativas e outras formas associativas de construção de casa própria.
- IV — os projetos da iniciativa privada que contribuam para a solução de problemas habitacionais ... (Vetado) ...
- V — (VETADO)

CAPÍTULO II

Da Correção Monetária dos Contratos Imobiliários

Art. 5º. Observado o disposto na presente lei, os contratos de vendas ou construção de habitações para pagamento a prazo ou de empréstimos para aquisição ou construção de habitações poderão prever o reajustamento das prestações mensais de amortização e juros, com a consequente correção do valor monetário da dívida toda a vez que o salário-mínimo legal for alterado.

§ 1º. O reajustamento será baseado em índice geral de preços mensalmente apurado ou adotado pelo Conselho Nacional de Economia que reflita adequadamente as variações no poder aquisitivo da moeda nacional.

§ 2º. O reajustamento contratual será efetuado ... (Vetado) ... na mesma proporção da variação do índice referido no parágrafo anterior:

a) desde o mês da data do contrato até o mês da entrada em vigor do novo nível de salário-mínimo, no primeiro reajustamento após a data do contrato;

b) entre os meses de duas alterações sucessivas do nível de salário-mínimo nos reajustamentos subsequentes ao primeiro.

§ 3º Cada reajustamento entrará em vigor após 60 (sessenta) dias da data de vigência da alteração do salário-mínimo que o autorizar e a prestação mensal reajustada vigorará até novo reajustamento.

§ 4º Do contrato constará, obrigatoriamente, na hipótese de adotada a cláusula de reajustamento, a relação original entre a prestação mensal de amortização e juros e o salário-mínimo em vigor na data do contrato.

§ 5º Durante a vigência do contrato, a prestação mensal reajustada não poderá exceder, em relação ao salário-mínimo em vigor, a percentagem nêle estabelecida.

§ 6º Para o efeito de determinar a data do reajustamento e a percentagem referida no parágrafo anterior, tomar-se-á por base o salário-mínimo da região onde se acha situado o imóvel.

§ 7º (VETADO).

§ 8º (VETADO).

§ 9º O disposto neste artigo, quando o adquirente fôr servidor público ou autárquico, poderá ser aplicado tomando como base a vigência da lei que lhes altere os vencimentos.

Art. 6º O disposto no artigo anterior somente se aplicará aos contratos de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão, ou empréstimo que satisfaçam as seguintes condições:

- a) tenham por objeto imóveis construídos, em construção, ou cuja construção seja simultaneamente contratada, cuja área total de construção, entendida como a que inclua paredes e quotas-partes comuns, quando se trata de apartamento, de habitação coletiva ou vila, não ultrapasse 100 (cem) metros quadrados.
- b) o valor da transação não ultrapasse 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- c) ao menos parte do financiamento, ou do preço a ser pago, seja amortizado em prestações mensais sucessivas, de igual valor, antes do reajustamento, que incluam amortização e juros;
- d) além das prestações mensais referidas na alínea anterior, quando convenienciadas prestações intermediárias, fica vedado o reajustamento das mesmas e do saldo devedor a elas correspondente;
- e) os juros convencionais não excedam de 10% ao ano;
- f) se assegure ao devedor, comprador, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário o direito a liquidar antecipadamente a dívida em forma obrigatoriamente prevista no contrato, a qual poderá prever a correção monetária do saldo devedor, de acordo com os índices previstos no § 1º do artigo anterior.

Parágrafo único. As restrições dos incisos a e b não obrigam as entidades integrantes do sistema financeiro da habitação, cujas aplicações, a este respeito, são regidas pelos arts. 11 e 12.

Art. 7º Após 180 dias da concessão do "habite-se", caracterizando a conclusão da construção, nenhuma unidade residencial pode ser vendida, ou prometida vender ou ceder com o benefício de pagamentos regidos pelos arts. 5º e 6º desta Lei.

§ 1º Para os efeitos deste artigo equipara-se ao "habite-se" das autoridades municipais a ocupação efetiva da unidade residencial.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos imóveis já construídos, cuja alienação seja contratada, nos termos dos arts. 5º e 6º, pelos respectivos titulares desde que estes incorporem ao capital de Sociedade de Crédito Imobiliário o preço da transação.

§ 3º Aos imóveis de propriedade das pessoas jurídicas de direito público ou de sociedade de economia mista, de que o Poder

- Público seja majoritário, não se aplica o disposto neste artigo.
- § 4º A restrição deste artigo não se aplicará àquele que, não sendo proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário de mais de uma habitação, desejar aliená-la de modo a adquirir outra, na forma dos arts. 5º e 6º desta lei, desde que a aquisição seja de qualquer forma contratada simultaneamente com a alienação.

CAPÍTULO III

Do Sistema Financeiro da Habitação de Interesse Social

Seção I

Órgãos Componentes do Sistema

Art. 8º O sistema financeiro da habitação, destinado a facilitar e promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população, será integrado;

- I — pelo Banco Nacional da Habitação;
- II — pelos órgãos federais, estaduais e municipais, inclusive sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do Poder Público, que operem, de acordo com o disposto nesta lei, no financiamento ... (Vetado) ... de habitações e obras conexas;
- III — pelas sociedades de crédito imobiliário;
- IV — pelas fundações, cooperativas, mútuas e outras formas associativas para construção ou aquisição da casa própria, sem finalidade de lucro, que se constituirão de acordo com as diretrizes desta lei, as normas que forem baixadas pelo Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação e serão registradas, autorizadas a funcionar e fiscalizadas pelo Banco Nacional da Habitação.

Parágrafo único. O Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito fixará as normas que regulem as relações entre o sistema financeiro da habitação e o restante do sistema financeiro nacional, especialmente quanto à possibilidade, às condições e aos limites de aplicação de recursos da rede bancária em letras imobiliárias, emitidas, nos termos desta lei, pelo Banco Nacional da Habitação.

Seção II

Das Aplicações do Sistema Financeiro da Habitação

Art. 9º Todas as aplicações do sistema terão por objeto, fundamentalmente, a aquisição de casa para residência do adquirente, sua família e seus dependentes, vedadas quaisquer aplicações em terrenos não construídos, salvo como parte de operação financeira destinada à construção da mesma.

§ 1º As pessoas que já forem proprietárias, promitentes compradoras ou cessionárias de imóvel residencial na mesma localidade, ... (VETADO) ... não poderão adquirir imóveis objeto de aplicação pelo sistema financeiro da habitação.

§ 2º Após 180 dias da concessão do "habite-se", caracterizando a conclusão da construção, nenhuma unidade residencial pode ser objeto de aplicação pelo sistema financeiro da habitação, equiparando-se ao "habite-se" das autoridades municipais a ocupação efetiva da unidade residencial.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior não se aplicará aos imóveis já construídos, que sejam alienados a partir desta lei por seus proprietários ou promitentes compradores por motivo de aquisição de outro imóvel que satisfaça às condições desta lei para ser objeto de aplicação pelo sistema financeiro da habitação.

Art. 10. Todas as aplicações do sistema financeiro da habitação reverterão a forma de créditos reajustáveis de acordo com os arts. 5º e 6º desta lei.

§ 1º Os financiamentos para aquisição ou construção de habitações e as vendas a prazo de habitações efetuadas pelas Caixas Econômicas ... (Vetado) ... e outras autarquias ... (Vetado) ... ou por sociedade de economia mista ... (Vetado) ... estabelecerão obrigatoriamente o reajustamento do saldo devedor e das prestações de amortização e juros obedecendo as disposições dos arts. 5º e 6º.

§ 2º As entidades estatais, inclusive as sociedades de economia mista, em que o Poder Público seja majoritário, adotarão, nos seus financiamentos, critérios e classificação dos candidatos aprovados pelo Banco Nacional da Habitação ouvidos o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e darão, obrigatoriamente, ampla publicidade das inscrições e dos financiamentos concedidos.

§ 3º Os órgãos federais deverão aplicar os recursos por eles arrecadados para o sistema financeiro da habitação, até 50% no Estado de origem dos recursos, redistribuindo o restante pelas unidades federativas compreendidas em regiões de menor desenvolvimento econômico.

Art. 11. Os recursos destinados ao setor habitacional pelas entidades estatais, inclusive sociedades de economia mista de que o Poder Público seja majoritário, distribuir-se-ão, permanentemente, da seguinte forma:

- I — no mínimo 70% deverão estar aplicados em habitações de valor unitário inferior a 60 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País;
- II — no máximo 15% poderão estar aplicados em habitações de valor unitário compreendido entre 200 e 300 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País, vedadas as aplicações em habitações de valor unitário superior a 300 vezes o maior salário-mínimo mensal citado.

§ 1º Dentro do limite de recursos obrigatoriamente aplicados em habitações de valor unitário inferior a 60 vezes o maior salário-mínimo do País, o Banco Nacional da Habitação fixará, para cada região ou localidade, a percentagem mínima de recursos que devem ser aplicados no financiamento de projetos destinados a eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições sub-humanas de habitações.

§ 2º Nas aplicações a que se refere o inciso II, a parcela financiada do valor do imóvel não poderá ultrapassar 80% do mesmo.

§ 3º Os recursos aplicados ou com aplicação contratada, no setor habitacional, na data da publicação desta lei, pelas entidades estatais, inclusive sociedades de economia mista, não serão computados nas percentagens de aplicação a que se refere este artigo.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos processos das Caixas Econômicas Federais, Caixas Militares e IPASE, já deferidos pelos órgãos e autoridades competentes, na data da publicação desta lei.

Art. 12. Os recursos aplicados pelas entidades privadas integrantes do sistema financeiro da habitação se distribuirão permanentemente da seguinte forma:

- I — no mínimo 60% dos recursos deverão estar aplicados em habitações de valor unitário inferior a 100 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País;
- II — no máximo 20% dos recursos poderão estar aplicados em habitações de valor unitário superior a 250 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País;
- III — serão vedadas as aplicações em habitações de valor unitário superior a 400 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País.

Parágrafo único. Nas aplicações a que se refere o inciso II, a parcela financiada do valor do imóvel não poderá ultrapassar de 80% do mesmo.

Art. 13. A partir do 3º ano da aplicação da presente lei, o Banco Nacional da Habitação poderá alterar os critérios de distribuição das aplicações previstas nos artigos anteriores.

Art. 14. Os adquirentes de habitações financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação contratarão seguro de vida de renda temporária, que integrará, obrigatoriamente, o contrato de financiamento, nas condições fixadas pelo Banco Nacional da Habitação.

Seção III

Dos Recursos do Sistema Financeiro da Habitação

Art. 15. As entidades integrantes do sistema financeiro da habitação poderão assegurar, reajustamento monetário nas condições previstas no art. 5º:

- I — aos depósitos no sistema que obedçam às normas gerais fixadas pelo Banco Nacional da Habitação cujo prazo não poderá ser inferior a um ano, e que não poderão ser movimentados com cheques;
- II — aos financiamentos contraídos no País ou no exterior para a execução de projetos de habitações, desde que observem os limites e as normas gerais estabelecidas pelo Banco Nacional da Habitação;
- III — as letras imobiliárias emitidas nos termos desta lei pelo Banco Nacional da Habitação ou pelas sociedades de crédito imobiliário.

§ 1º Em relação às Caixas Econômicas Federais e a outras entidades do sistema, que não operem exclusivamente no setor habitacional, o reajustamento previsto neste artigo somente poderá ser assegurado aos depósitos e empréstimos das suas carteiras especializadas no setor habitacional.

§ 2º O sistema manterá depósitos especiais de acumulação de poupanças para os pretendentes a financiamento de casa própria, cujos titulares terão preferência na obtenção desses financiamentos, obedecendo as condições gerais estabelecidas pelo Banco Nacional da Habitação.

§ 3º Todos os financiamentos externos e acordos de assistência técnica relacionados com a habitação dependerão da aprovação prévia do Banco Nacional da Habitação e não poderão estar condicionados à utilização de patentes, licenças e materiais de procedência estrangeira.

CAPÍTULO IV

Do Banco Nacional da Habitação

Art. 16. Fica criado, vinculado ao Ministério da Fazenda, o Banco Nacional da Habitação (BNH), que terá personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio próprio e autonomia administrativa, gozando de imunidade tributária.

§ 1º O Banco Nacional da Habitação poderá instalar agências em todo o território nacional, mas operará de preferência, usando como agentes e representantes as Caixas Econômicas Federais e Estaduais, os bancos oficiais e de economia mista e as demais entidades integrantes do sistema financeiro da habitação.

§ 2º O Banco Nacional da Habitação poderá utilizar-se da rede bancária comercial nas localidades em que não haja agentes ou representantes das entidades referidas no parágrafo anterior.

Art. 17. O Banco Nacional da Habitação terá por finalidade:

- I — orientar, disciplinar e controlar o sistema financeiro da habitação;
- II — incentivar a formação de poupanças e sua canalização para o sistema financeiro da habitação;

- III — disciplinar o acesso das sociedades de crédito imobiliário ao mercado nacional de capitais;
- IV — manter serviços de redesconto e de seguro para garantia das aplicações do sistema financeiro da habitação e dos recursos a ele entregues;
- V — manter serviços de seguro de vida de renda temporária para os compradores de imóveis objeto de aplicações do sistema;
- VI — financiar ou refinarçar a elaboração e execução de projetos promovidos por entidades locais ... (Vetado) ... de conjuntos habitacionais, obras e serviços correlatos;
- VII — refinarçar as operações das sociedades de crédito imobiliário;
- VIII — financiar ou refinarçar projetos relativos a ... (Vetado) ... instalação e desenvolvimento da indústria ... (Vetado) ... de materiais de construção e pesquisas tecnológicas, necessárias a melhoria das condições habitacionais do país ... (Vetado).

Parágrafo único. O Banco Nacional da Habitação operará exclusivamente como órgão orientador, disciplinador e de assistência financeira, sendo-lhe vedado operar diretamente em financiamento, compra e venda ou construção de habitações, salvo para a venda dos terrenos referidos no artigo 26 ou para realização de bens recebidos em liquidação de garantias.

Art. 13. Compete ao Banco Nacional da Habitação:

- I — autorizar e fiscalizar o funcionamento das sociedades de crédito imobiliário;
- II — fixar as condições gerais quanto a limites, prazos, retiradas, juros e seguro obrigatório das contas de depósito no sistema financeiro da habitação;
- III — estabelecer as condições gerais a que deverão satisfazer as aplicações do sistema financeiro da habitação quanto a limites de risco, prazo, condições de pagamento, seguro, juros e garantias;
- IV — fixar os limites, em relação ao capital e reservas, dos depósitos recebidos e dos empréstimos tomados pelas Sociedades de Crédito Imobiliário;
- V — fixar os limites mínimos de diversificações de aplicações a serem observados pelas entidades integrantes do sistema financeiro da habitação;
- VI — fixar os limites de emissão e as condições de colocação, vencimento e juros das Letras Imobiliárias, bem como as condições dos seguros de suas emissões;
- VII — fixar as condições e os prêmios dos seguros de depósitos e de aplicações a que serão obrigadas as entidades integrantes do sistema financeiro da habitação.
- VIII — fixar as condições gerais de operação da sua carteira de redesconto das aplicações do sistema financeiro da habitação;
- IX — determinar as condições em que a rede seguradora privada nacional operará nas várias modalidades de seguro previstas na presente lei;
- X — (Vetado).
- XI — exercer as demais atribuições previstas nesta lei.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o Banco Nacional da Habitação obedecerá aos limites globais e às condições gerais fixadas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, com o objetivo de subordinar o sistema financeiro de habitação à política financeira, monetária e econômica em execução pelo Governo Federal.

Art. 19. O Banco Nacional da Habitação ... (Vetado) ... poderá receber depósitos:

- a) de entidades governamentais, autárquicas, paraestatais e de economia mista;
- b) das entidades integrantes do sistema financeiro da habitação;

c) que resultarem de operações realizadas pelo Banco ou que a elas estejam diretamente vinculadas.

Art. 20. Mediante autorização do Ministro da Fazenda, o Banco Nacional da Habitação poderá tomar empréstimos, no País ou no exterior, a fim de obter recursos para a realização das suas finalidades.

§ 1º Os empréstimos internos referidos neste artigo poderão ser corrigidos de acordo com o Art. 5º ou revestir a forma de Letras Imobiliárias.

§ 2º O Ministro da Fazenda poderá dar a garantia do Tesouro Nacional aos empréstimos referidos neste artigo, até um saldo devedor total, em cada momento, de um trilhão de cruzeiros para os empréstimos internos e US\$ 300 milhões, ou equivalente em outras moedas, para os empréstimos em moeda estrangeira.

§ 3º O limite em cruzeiros constante do parágrafo anterior será anualmente reajustado pelos índices referidos no art. 5º.

Art. 21. O Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC) inclusive os Departamentos Regionais, aplicarão anualmente, na aquisição de letras imobiliárias de emissão do Banco Nacional da Habitação, a partir do exercício de 1965, 20% (vinte por cento) das receitas compulsórias a eles vinculadas.

§ 1º (VETADO).

§ 2º O Ministro do Trabalho e da Previdência Social fixará, anualmente, a percentagem dos recursos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que será obrigatoriamente aplicada em depósitos no Banco Nacional da Habitação, e que não poderá ser inferior a 20% do orçamento anual de aplicações de cada Instituto, excetuadas as aplicações em serviços próprios e em material permanente.

§ 3º O Ministro da Fazenda fixará periodicamente a percentagem dos depósitos das Caixas Econômicas Federais, que deverá ser obrigatoriamente aplicada em depósitos no BNH.

Art. 22. Todas as empresas do país que mantenham empregados sujeitos a desconto para Institutos de Aposentadoria e Pensões são obrigadas a contribuir com a percentagem de 1% mensal sobre o montante das suas folhas de pagamento para a constituição do capital do Banco Nacional da Habitação.

§ 1º A cobrança dessa percentagem obedecerá aos dispositivos da legislação vigente sobre as contribuições previdenciárias.

§ 2º Os Institutos de Aposentadoria e Pensões recolherão, mensalmente ao Banco Nacional da Habitação o produto da arrecadação prevista neste artigo, descontada a taxa correspondente às despesas de administração fixada de comum acordo entre o DNPS e o Banco Nacional da Habitação.

§ 3º O recolhimento a que se refere o presente artigo será devido a partir do segundo mês após a promulgação desta lei.

§ 4º Na forma a ser estabelecida em regulamento a ser baixado pelo BNH, as empresas abrangidas por este artigo poderão deduzir a importância correspondente a 50% do valor das aplicações que façam em planos de habitação destinados à casa própria de seus empregados, da contribuição prevista neste artigo.

§ 5º Os planos a que se refere o parágrafo anterior dependem de prévia aprovação e execução controlada pelo BNH, diretamente ou por delegação.

Art. 23. A emissão de licença para construção de prédios residenciais de custo de construção superior a 500 vezes o maior salário-mínimo do País, considerado esse custo para cada unidade residencial, seja em prédio individual, seja em edifícios de apartamentos ou vilas, será precedida da subscrição, pelo proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário do respectivo terreno, de Letras Imobiliárias emitidas pelo BNH.

§ 1º O montante dessa subscrição será de 5% sobre o valor da construção, quando este estiver entre os limites de quinhentos e mil e quinhentas vezes aquele salário-mínimo, e de mais 10% sobre o que exceder a mil e quinhentas vezes.

§ 2º As letras imobiliárias referidas neste artigo terão as características referidas no Art. 45 desta lei.

§ 3º As autoridades municipais, ao examinarem projetos de construção de habitações nas condições referidas neste artigo, verificarão se a subscrição nele criada corresponde ao custo da construção fixado pelo profissional responsável pela obra à base de preços unitários então vigentes e, com fundamento nesse custo exigirão prova da subscrição prevista neste artigo. Antes da concessão do "habite-se" deverá o construtor prestar nova declaração do custo efetivo do prédio sujeita a verificação do Poder Público, e se for apurado excesso sobre a previsão inicial, antes da concessão do "habite-se", o titular do imóvel fará prova de ter sido feita a subscrição relativa ao excesso de custo.

§ 4º Só poderão gozar dos benefícios e vantagens previstos na presente lei os municípios que obedecerem ao disposto neste artigo.

Art. 24. O Banco Nacional da Habitação poderá operar em:

- I — prestação de garantia em financiamento obtido, no País ou no exterior, pelas entidades integrantes do sistema financeiro da habitação destinados a execução de projetos de habitação de interesse social;
- II — carteira de seguro dos créditos resultantes da venda ou construção de habitação a prazo, ou de empréstimos para aquisição ou construção de habitações;
- III — carteira de seguro dos depósitos nas entidades integrantes do sistema financeiro da habitação;
- IV — carteira de redesconto para assegurar a liquidez do sistema financeiro da habitação;
- V — carteira de seguro de vida de renda temporária dos adquirentes, financiados pelo sistema financeiro da habitação;
- VI — carteira de seguro de resgate e pagamento de juros das Letras Imobiliárias emitidas pelas sociedades de crédito imobiliário;
- VII — financiamento ou refinanciamento da elaboração ou execução de projetos de construção de conjuntos habitacionais ... (Vetado) ... instalação e desenvolvimento da indústria ... (Vetado) ... de materiais de construção e pesquisas tecnológicas;
- VIII — refinanciamento parcial dos créditos concedidos pelas sociedades de crédito imobiliário.

§ 1º O Banco Nacional da Habitação somente operará ... (Vetado) ... para aplicação dos recursos disponíveis, depois de asseguradas as reservas técnicas necessárias às operações referidas nos incisos I a VI, inclusive.

§ 2º Os recursos disponíveis do Banco Nacional da Habitação serão mantidos em depósito no Banco do Brasil S.A. ... (Vetado) ...

§ 3º Dos recursos recolhidos ao Banco Nacional da Habitação, serão destinadas anualmente as verbas necessárias ao custeio das atividades do Serviço Federal da Habitação e Urbanismo ... (Vetado) ...

Art. 25. O capital do Banco Nacional de Habitação pertencerá integralmente à União Federal.

Parágrafo único. O capital inicial do Banco Nacional da Habitação será de Cr\$ 1. bilhão de cruzeiros.

Art. 26. O Poder Executivo transferirá, dentro de um ano, para o patrimônio do Banco Nacional da Habitação, terrenos de propriedade da União Federal que não sejam necessários aos serviços públicos federais ou que possam ser vendidos, para realizar recursos líquidos destinados ao aumento do Capital do Banco, desde que se prestem à construção de conjuntos residenciais de interesse social.

§ 1º O Banco poderá igualmente receber dos Governos Estaduais, Municipais e particulares ou de entidades de direito privado, estes sob a

forma de doações, terras ou terrenos rurais ou urbanos, apropriados para a construção de imóveis.

§ 2º No caso de doações previstas no parágrafo anterior nenhum ônus recairá sobre o doador de terras ou terrenos recebidos pelo Banco.

Art. 27. O Banco Nacional da Habitação será administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal.

§ 1º O Conselho de Administração será composto de:

- a) o Presidente do Banco Nacional da Habitação, como seu Presidente, e com voto de qualidade;
- b) de seis a nove Conselheiros, com mandato de 3 anos cada um;
- c) os Diretores do Banco.

§ 2º A Diretoria será composta de:

- a) o Presidente do Banco Nacional da Habitação, demissível *ad nutum*;
- b) O Diretor-Superintendente com mandato de 4 anos;
- c) dois a cinco Diretores com mandato de 4 anos.

Art. 28. Os membros da Diretoria e três dos membros do Conselho de Administração serão escolhidos dentre cidadãos de reconhecida idoneidade moral e comprovada capacidade em assuntos econômico-financeiros, sendo dois outros membros do Conselho de Administração escolhidos dentre os especialistas, respectivamente, em assuntos de saúde pública, de previdência social, e o sexto o Superintendente do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

§ 1º (VETADO)

§ 2º Os Conselheiros serão anualmente renovados pelo terço e na composição inicial, 1/3 terá mandato de um ano, 1/3 mandato de dois anos e 1/3 mandato de três anos.

§ 3º Na composição inicial da diretoria, metade dos diretores terá mandato de dois anos.

Art. 29. Compete ao Conselho de Administração:

- I — organizar e modificar o regimento interno do Banco, que será aprovado por ato do Ministro da Fazenda;
- II — decidir sobre a orientação geral das operações do Banco;
- III — exercer as atribuições normativas do Banco, como órgão de orientação, disciplina e controle do sistema financeiro da nação;
- IV — aprovar os orçamentos de custeio, recursos e aplicações do Banco e as normas gerais a serem observadas nos seus serviços;
- V — distribuir os serviços do Banco entre os Diretores, observado o disposto nesta lei;
- VI — criar ou extinguir cargo e funções, fixando os respectivos vencimentos e vantagens, mediante proposta do Diretor-Superintendente, bem como dirimir dúvidas quanto aos direitos, vantagens e deveres dos servidores, podendo ainda baixar o Regulamento do Pessoal do Banco;
- VII — examinar e aprovar os balancetes e balanços do Banco, financeiros e patrimoniais;
- VIII — escolher substitutos no caso de vaga ou impedimento dos Diretores, até que o Presidente da República o faça em caráter efetivo;
- IX — examinar e dar parecer sobre a prestação anual das contas do Banco;
- X — deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria.

Art. 30. Compete à Diretoria:

- I — decidir sobre todos os assuntos da direção executiva do Banco, de acordo com o seu Regimento Interno;

II — aprovar as operações do Banco, que excedam os limites fixados pelo Regimento Interno para cada Diretor.

Art. 31. Compete ao Presidente do Banco:

- I — representar o Banco em suas relações com terceiros em juízo ou fora dele, sem prejuízo do disposto no art. 29;
- II — convocar extraordinariamente o Conselho e a Diretoria, sempre que necessário;
- III — enviar ao Tribunal de Contas, até 31 de janeiro de cada ano, as contas dos administradores do Banco relativas ao exercício anterior, para os fins do art. 77, II, da Constituição;
- IV — enviar ao Tribunal de Contas até 31 de janeiro de cada ano as contas gerais do Banco relativas ao exercício anterior.

Art. 32. Compete ao Diretor-Superintendente:

- I — substituir o Presidente nos seus impedimentos ocasionais, sem prejuízo do exercício normal de suas funções;
- II — administrar e dirigir os negócios ordinários do Banco decidindo das operações que se contiverem no limite da sua competência, de acordo com o Regimento Interno;
- III — outorgar e aceitar escrituras, ou assinar contratos, conjuntamente com o Presidente ou outro Diretor;
- IV — designar, conjuntamente com o Presidente, procuradores com poderes especiais, agentes ou representantes do Banco;
- V — praticar os atos referentes à administração do pessoal, podendo delegar poderes, salvo quando se tratar de nomeação, promoção ou demissão;
- VI — superintender e coordenar os serviços dos diferentes setores do Banco e zelar pelo fiel cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria;
- VII — prover, interinamente, até que o Presidente da República o faça em caráter efetivo, as vagas dos membros do Conselho de Administração, cuja substituição não esteja prevista no Regulamento do Banco.

Art. 33. Os Diretores referidos no artigo 27, § 2, alínea "c" terão as atribuições que forem determinadas no Regimento Interno.

Art. 34. O pessoal contratado pelo Banco será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar e admitido mediante concurso de provas ou de provas e títulos.

§ 1º Poderão ser requisitados pelo Banco servidores dos quadros do serviço público federal, das autarquias federais, ou de sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal.

§ 2º (VETADO)

CAPÍTULO V

Das Sociedades de Crédito Imobiliário

Art. 35. As sociedades de crédito imobiliário são instituições de crédito especializado, dependem de autorização do Banco Nacional da Habitação para funcionar, e estão sujeitas a permanente fiscalização do Governo Federal, através do referido Banco e da Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 1º As sociedades de crédito imobiliário se organizarão sob a forma anônima de ações nominativas, observando nos atos de sua constituição todos os dispositivos legais aplicáveis, mas só poderão dar início às suas atividades após publicação, no *Diário Oficial* da União, da autorização do Banco Nacional da Habitação.

§ 2º As sociedades de crédito imobiliário serão constituídas com o capital mínimo de 100 milhões de cruzeiros em moeda corrente, na forma da legislação que rege as sociedades anônimas, mas a emissão de autori-

zação para funcionar dependerá da integralização mínima de 50 %, mediante depósito do BNH.

§ 3º O limite mínimo referido no parágrafo anterior será anualmente atualizado, com base nos índices de que trata o Art. 5º § 1º.

Art. 36. A autorização para funcionar será concedida por tempo indeterminado, enquanto a sociedade observar as disposições legais e regulamentares em vigor.

§ 1º Somente poderão ser membros dos órgãos da administração e do Conselho Fiscal das sociedades de crédito imobiliário, pessoas de reconhecida idoneidade moral e comercial, sendo que dois diretores deverão comprovar capacidade financeira e técnica.

§ 2º Os diretores somente poderão ser investidos nos seus cargos depois da aprovação pelo Banco Nacional da Habitação, à vista das provas exigidas pela SUMOC para investimento de diretores de estabelecimento bancário em geral.

§ 3º A responsabilidade dos administradores de sociedade de crédito imobiliário é a mesma prevista na lei para os diretores de bancos.

§ 4º A expressão "crédito imobiliário" constará obrigatoriamente da denominação das sociedades referidas neste artigo.

§ 5º As sociedades de crédito imobiliário enviarão para publicação até o 10º dia de cada mês, no "Diário Oficial do Estado" onde funcionarem os balancetes mensais.

Art. 37. Ficarão sujeitos à prévia aprovação do Banco Nacional da Habitação:

- I — as alterações dos estatutos sociais das sociedades de crédito imobiliário;
- II — a abertura de agências ou escritórios das referidas sociedades;
- III — a cessação de operações da matriz ou das dependências das referidas sociedades.

Art. 38. Os pedidos de autorização para funcionamento, alteração estatutária, abertura ou fechamento de agências ou dependências e aprovação de administradores deverão ser decididos pelo Banco Nacional da Habitação, dentro de 120 dias da sua apresentação e das decisões do Banco caberá recurso voluntário para o Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. O regulamento discriminará a documentação a ser apresentada, com os requerimentos referidos neste artigo, podendo o Banco Nacional da Habitação fazer as exigências que considerar de interesse para a apreciação do pedido e fixar prazo razoável para o seu atendimento.

Art. 39. As sociedades de crédito imobiliário somente poderão operar em financiamentos para construção, venda ou aquisição de habitações, mediante:

- I — abertura de crédito a favor de empresários que promovam projetos de construção de habitações para venda a prazo;
- II — abertura de crédito para a compra ou construção de casa própria com liquidação a prazo de crédito utilizado;
- III — desconto, mediante cessão de direitos de receber a prazo o preço da construção ou venda de habitações;
- IV — outras modalidades de operações autorizadas pelo Banco Nacional da Habitação.

§ 1º Cada sociedade de crédito imobiliário somente poderá operar com imóveis situados na área geográfica para a qual for autorizada a funcionar.

§ 2º As sociedades de crédito imobiliário não poderão operar em compra e venda ou construção de imóveis, salvo para liquidação de bens que tenham recebido em pagamento dos seus créditos ou no caso dos imóveis necessários a instalação de seus serviços.

§ 3º Nas suas operações as sociedades de crédito imobiliário observarão as normas desta lei e as expedidas pelo Banco Nacional da Habitação, com relação aos limites do valor unitário, prazo, condições de pagamento, juros, garantias, seguro, ágios e deságios na colocação de letras imobiliárias e deversificação de aplicações.

§ 4º As disponibilidades das sociedades de crédito imobiliário serão mantidas em depósito no Banco Nacional de Habitação, no Banco do Brasil, nos demais bancos oficiais da União e dos Estados e nas Caixas Econômicas ... (VETADO)

Art. 40. As sociedades de crédito imobiliário não poderão:

- a) receber depósitos de terceiros que não sejam proprietários de ações nominativas, a não ser nas condições e nos limites autorizados pelo Banco Nacional da Habitação;
- b) tomar empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, a não ser nas condições mínimas de prazo e nos limites máximos, em relação ao capital e reservas estabelecidos pelo Banco Nacional da Habitação;
- c) emitir Letras Imobiliárias em valor superior aos limites máximos aprovados pelo Banco Nacional da Habitação em relação ao capital e reservas e ao montante dos créditos em carteira;
- d) admitir a movimentação de suas contas por meio de cheques contra ela girados ou emitir cheques na forma do Decreto nº 24.777, de 14 de julho de 1934;
- e) possuir participação em outras empresas.

§ 1º O Banco Nacional da Habitação fixará o limite de recursos de terceiros que as sociedades poderão receber, até o máximo de 15 vezes os recursos próprios.

§ 2º O Banco Nacional da Habitação fixará também os limites mínimos de prazo dos vencimentos dos recursos de terceiros recebidos pela sociedade em relação aos prazos de suas aplicações.

Art. 41. O Banco Nacional da Habitação e a SUMOC manterão fiscalização permanente e ampla das Sociedades de Crédito Imobiliário podendo para isso, a qualquer tempo, examinar livros de registros, papéis e documentação de qualquer natureza, atos e contratos.

§ 1º As sociedades são obrigadas a prestar toda e qualquer informação que lhes for solicitada pelo Banco Nacional da Habitação ou pela SUMOC.

§ 2º A recusa, a criação de embarços, a divulgação ou fornecimento de informações falsas sobre as operações e as condições financeiras da sociedade serão punidas na forma da lei.

§ 3º O Banco Nacional da Habitação e a SUMOC manterão sigilo com relação a documentos e informações que as sociedades de crédito imobiliário lhe fornecerem.

Art. 42. As sociedades de crédito imobiliário são obrigadas a observar o plano de contas e as normas de contabilização aprovadas pelo Banco Nacional da Habitação bem como a divulgar, em seus relatórios semestrais, as informações mínimas exigidas pelo Banco Nacional da Habitação, quanto às suas condições financeiras.

§ 1º As sociedades de crédito imobiliário são obrigadas a enviar ao Banco Nacional da Habitação, até o último dia do mês seguinte, cópia do balancete do mês anterior, do balanço semestral e da demonstração de lucros e perdas, bem como prova de envio para publicação das atas de assembleias gerais, dentro de 30 dias da realização destas.

§ 2º O BNH poderá exigir quando, a seu critério, considerar necessário, que Sociedades de Crédito Imobiliário se sujeitem à auditoria externa por empresas especializadas por ele aprovadas.

§ 3º As sociedades de crédito imobiliário mencionarão em sua publicidade os respectivos capitais realizados, suas reservas e o total de recursos mutuados aplicados, constantes de seu último balancete mensal.

Art. 43. A infração dos preceitos legais ou regulamentares sujeitará a sociedade às seguintes penalidades:

- a) multas, até 5% do capital social e das reservas especificadas, para cada infração de dispositivos da presente lei;
- b) suspensão da autorização para funcionar pelo prazo de 6 meses;
- c) cassação da autorização para funcionar.

§ 1º As multas serão impostas pelo Banco Nacional da Habitação após a apuração em processo cujas normas serão expedidas pelo Ministro da Fazenda, assegurada às sociedades ampla defesa.

§ 2º Da suspensão ou cassação de funcionamento caberá recurso, com efeito suspensivo, para o Ministro da Fazenda.

CAPÍTULO VI

Letras Imobiliárias

Art. 44. O Banco Nacional da Habitação e as sociedades de crédito imobiliário poderão colocar no mercado de capitais "letras imobiliárias" de sua emissão.

§ 1º A letra imobiliária é promessa de pagamento e quando emitida pelo Banco Nacional de Habitação será garantida pela União Federal.

§ 2º As letras imobiliárias emitidas por sociedades de crédito imobiliário terão preferência sobre os bens do ativo da sociedade emitente em relação a quaisquer outros créditos contra a sociedade, inclusive os de natureza fiscal ou para-fiscal.

§ 3º As Sociedades de Crédito Imobiliário é vedado emitir debêntures ou obrigações ao portador, salvo Letras Imobiliárias.

§ 4º As letras imobiliárias emitidas por sociedades de crédito imobiliário poderão ser garantidas com a coobrigação de outras empresas privadas.

Art. 45. O certificado ou título de letra imobiliária deve conter as seguintes declarações, lançadas no seu contexto:

- a) a denominação "letra imobiliária" e a referência à presente lei;
- b) a denominação do emitente, sua sede, capital e reserva, total dos recursos, de terceiro e de aplicações;
- c) o valor nominal, por referência à Unidade Padrão de Capital do Banco Nacional da Habitação (Art. 52);
- d) a data do vencimento, a taxa de juros e a época do seu pagamento;
- e) o número de ordem bem como o livro, folha e número da inscrição no Livro de Registro do emitente;
- f) a assinatura do próprio punho do representante ou representantes legais do emitente;
- g) o nome da pessoa a quem deverá ser paga no caso de letra nominativa.

Parágrafo único. O titular da letra imobiliária terá ação executiva para a cobrança do respectivo principal e juros.

Art. 46. O Banco Nacional da Habitação e as sociedades de crédito imobiliário manterão obrigatoriamente um "Livro de Registro de Letras Imobiliárias Nominativas", no qual serão inscritas as Letras nominativas e averbadas as transferências e constituição de direitos sobre as mesmas.

Parágrafo único. O Livro de Registro de Letras Imobiliárias nominativas das sociedades de crédito imobiliário será autenticado no Banco Nacional da Habitação e o seu modelo e escrituração obedecerão às normas fixadas pelo mesmo Banco.

Art. 47. As Letras Imobiliárias poderão ser ao portador ou nominativas, transferindo-se as primeiras por simples tradição e as nominativas:

- a) pela averbação do nome do adquirente no Livro de Registro e no próprio certificado, efetuada pelo emitente ou pela emissão de novo certificado em nome do adquirente, inscrito no Livro de Registro;
- b) mediante endosso em preto no próprio título, datado e assinado pelo endossante

§ 1º Aquêle que pedir a averbação da letra em favor de terceiro ou a emissão de novo certificado em nome dásse deverá provar perante o emitente sua identidade e o poder de dispor da letra.

§ 2º O adquirente que pedir a averbação da transferência ou a emissão de novo certificado deve apresentar ao emitente da letra o instrumento da aquisição, que será por este arquivado.

§ 3º A transferência mediante endosso não terá eficácia perante o emitente enquanto não for feita a averbação no Livro de Registro e no próprio título, mas o endossatário, que demonstrar ser possuidor do título com base em série-contínua de endossos, tem direito a obter a averbação da transferência, ou a emissão de novo título em seu nome ou no nome que indicar.

Art. 48. Os direitos constituídos sobre as letras imobiliárias nominativas só produzem efeitos perante o emitente depois de anotadas no Livro de Registro.

Parágrafo único. As letras poderão, entretanto, ser dadas em penhor ou mandato mediante endosso, com a expressa indicação da finalidade e, a requerimento do credor pignoratício ou do titular da letra, o seu emitente averbará o penhor no Livro de Registro.

Art. 49. O emitente da letra fiscalizará, por ocasião da averbação ou substituição, a regularidade das transferências ou onerações da letra.

§ 1º As dúvidas suscitadas entre o emitente e o titular da letra ou qualquer interessado, a respeito das inscrições ou averbações previstas nos artigos anteriores, serão dirimidas pelo juiz competente para solucionar as dúvidas levantadas pelos oficiais dos Registros Públicos, excetuadas as questões atinentes à substância do direito.

§ 2º A autenticidade do endosso não poderá ser posta em dúvida pelo emitente da letra, quando atestada por corretor de fundos públicos, Cartório de Ofício de Notas ou abonada por Banco.

§ 3º Nas vendas judiciais, o emitente averbará a carta de arrematação como instrumento de transferência.

§ 4º Nas transferências feitas por procurador, ou representante legal do cedente, o emitente fiscalizará a regularidade da representação e arquivará o respectivo instrumento.

Art. 50. No caso de perda ou extravio do certificado da Letra Imobiliária nominativa, cabe ao respectivo titular, ou aos seus sucessores requerer a expedição de outra via ... (VETADO)

Art. 51. As letras imobiliárias serão cotadas nas bolsas de valores.

Art. 52. A fim de manter a uniformidade do valor unitário em moeda corrente e das condições de reajustamento das letras em circulação, todas as letras imobiliárias emitidas pelo Banco Nacional da Habitação e pelas sociedades de crédito imobiliário terão valor nominal correspondente à Unidade Padrão de Capital do referido Banco, permitida a emissão de títulos múltiplos dessa Unidade.

§ 1º A Unidade-Padrão de Capital do Banco Nacional da Habitação corresponderá a dez mil cruzeiros, com o poder aquisitivo do cruzeiro em fevereiro de 1964.

§ 2º O valor em cruzeiros corrente da Unidade-Padrão de Capital será reajustado toda vez que o salário-mínimo legal for alterado, com base no índice geral de preços referidos no artigo 5º, parágrafo 1º, desta lei.

§ 3º Os reajustamentos serão feitos 60 dias depois da entrada em vigor de cada alteração do salário-mínimo após a vigência desta lei, na proporção da variação do índice referido no parágrafo anterior:

- a) desde fevereiro de 1964 até o mês de entrada em vigor da primeira alteração do salário-mínimo, após a data desta lei;
- b) entre os meses de duas alterações sucessivas do nível de salário-mínimo, nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, após a vigência desta lei.

§ 4º O valor nominal da letra imobiliária, para efeitos de liquidação do seu principal e cálculo dos juros devidos, será o do valor reajustado da

Unidade Padrão de Capital no momento do vencimento ou pagamento do principal ou juros, no caso do título simples, ou esse valor multiplicado pelo número de Unidades-Padrão de Capital a que correspondem a letra no caso de título múltiplo.

§ 5º Das letras imobiliárias devem constar, obrigatoriamente, as condições de resgate quando seu vencimento ocorrer entre duas alterações sucessivas do valor de Unidade-Padrão de Capital, as quais poderão incluir correção monetária do saldo devedor, a partir da última alteração da Unidade-Padrão até a data do resgate.

Art. 53. As letras imobiliárias vencerão o juro de, no máximo, 8% (oito por cento) ao ano, e não poderão ter prazo de resgate inferior a 2 (dois) anos.

CAPÍTULO VII

Do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

Art. 54. A Fundação da Casa Popular, criada pelo Decreto-lei nº 9.218, de 1º de maio de 1946, passa a constituir com o seu patrimônio, revogada a legislação que lhe concerne, o "Serviço Federal de Habitação e Urbanismo", entidade autárquica ... (VETADO).

§ 1º O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo será dirigido por um Superintendente ... (VETADO) ..

§ 2º O Superintendente, de notória competência em matéria de habitação e urbanismo, será nomeado ... (VETADO) .. pelo Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação.

§ 3º (VETADO).

§ 4º Ficam extintos o Conselho Central, o Conselho Técnico e a Junta de Controle da Fundação da Casa Popular.

§ 5º Os servidores do Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo serão admitidos no regime da legislação trabalhista ... (Vetado).

§ 6º (VETADO)

Art. 55. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo terá as seguintes atribuições:

- a) promover pesquisas e estudos relativos ao "deficit" habitacional, aspectos do planejamento físico, técnico e sócio-econômico da habitação;
- b) promover, coordenar e prestar assistência técnica a programas regionais e municipais de habitação de interesse social, os quais deverão necessariamente ser acompanhados de programas educativos e de desenvolvimento e organização de comunidade;
- c) fomentar o desenvolvimento da indústria de construção, através de pesquisas e assistência técnica, estimulando a iniciativa regional e local;
- d) incentivar o aproveitamento de mão-de-obra e dos materiais característicos de cada região;
- e) estimular a organização de fundações, cooperativas, mútuas e outras formas associativas em programas habitacionais, propiciando-lhes assistência técnica;
- f) incentivar a investigação tecnológica, a formação de técnicos, em qualquer nível, relacionadas com habitação e urbanismo;
- g) prestar assistência técnica aos Estados e Municípios na elaboração dos planos diretores, bem como no planejamento da desapropriação por interesse social, de áreas urbanas adequadas a construção de conjuntos habitacionais;
- h) promover, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a realização de estatísticas sobre habitação no País;
- i) (VETADO);

- f) prestar assistência técnica aos Estados, aos Municípios e às empresas do País para constituição, organização e implantação de entidades de caráter público, de economia mista ou privadas, que terão por objetivo promover a execução de planos habitacionais ou financiá-los, inclusive assisti-los para se candidatarem aos empréstimos do Banco Nacional da Habitação ou das sociedades de crédito imobiliário.
- g) prestar assistência técnica na elaboração de planos de emergência, intervindo na normalização de situações provocadas por calamidades públicas;
- m) estabelecer normas técnicas para a elaboração de Planos Diretores, de acordo com as peculiaridades das diversas regiões do País;
- n) assistir aos municípios na elaboração ou adaptação de seus Planos Diretores às normas técnicas a que se refere o item anterior.

§ 1º Os municípios que não tiverem códigos de obras adaptados às normas técnicas do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo ou que aprovarem projetos e planos habitacionais em desacordo com as mesmas normas, não poderão receber recursos provenientes de entidades governamentais, destinados a programas de habitação e urbanismo.

§ 2º (VETADO).

Art. 56. A organização administrativa do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo será estabelecida em decreto, devendo ser prevista a sua descentralização regional.

Parágrafo único. (VETADO).

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 57. Não constitui rendimento tributável, para efeitos do imposto de renda, o reajustamento monetário:

- a) do saldo devedor de contratos imobiliários corrigidos nos termos dos Arts. 5º e 6º desta lei;
- b) do saldo devedor de empréstimos contraídos ou dos depósitos recebidos nos termos desta lei, pelas entidades integrantes do sistema financeiro da habitação;
- c) do valor nominal das letras imobiliárias.

Art. 58. Ficam isentos do Imposto de Renda, até 31 de dezembro de 1970, os lucros e rendimentos auferidos pelas pessoas físicas ou jurídicas, resultantes de operações de construção e primeira transação, inclusive alienação e locação, relativos aos prédios residenciais que vierem a ser construídos no Distrito Federal, cujo valor não ultrapasse 60 (sessenta) vezes o salário-mínimo da região.

Parágrafo único. Ficam igualmente isentos os mesmos imóveis, pelo mesmo prazo, dos impostos de transmissão, causa mortis e inter vivos relativos à primeira transferência de propriedade.

Art. 59. São isentos de imposto de selo:

- a) a emissão, colocação, transferência, cessão, endosso, inscrição ou averbação de letras imobiliárias;
- b) os atos e contratos, de qualquer natureza, entre as entidades que integram o sistema financeiro da habitação;
- c) os contratos de que participem entidades integrantes do sistema financeiro da habitação, e que tenham por objeto habitações de menos de 50 metros quadrados, não incluídas as partes comuns, se for o caso, e de valor inferior a 60 vezes o maior salário-mínimo legal vigente no país;
- d) os contratos de construção, venda, ou promessa de venda a prazo, promessa de cessão e hipoteca, de habitações que satisfaçam aos requisitos da alínea anterior.

Art. 60. A aplicação da presente lei, pelo seu sentido social, far-se-á de modo a que sejam simplificados todos os processos e métodos pertinentes às respectivas transações, objetivando principalmente:

- I — o maior rendimento dos serviços e a segurança e rapidez na tramitação dos processos e papéis;
- II — economia de tempo e de emolumentos devidos aos Cartórios;
- III — simplificação das escrituras e dos critérios para efeito do Registro de Imóveis.

Art. 61. Para plena consecução do disposto no artigo anterior, as escrituras deverão consignar exclusivamente as cláusulas, termos ou condições variáveis ou específicas.

§ 1º As cláusulas legais, regulamentares, regimentais ou, ainda, quaisquer normas administrativas ou técnicas e, portanto, comuns a todos os mutuários não figurarão expressamente nas respectivas escrituras.

§ 2º As escrituras, no entanto, consignarão obrigatoriamente que as partes contratantes adotam e se comprometem a cumprir as cláusulas, termos e condições a que se refere o parágrafo anterior, sempre transcritas, *verbum ad verbum*, no respectivo Cartório ou Ofício, mencionado inclusive o número do livro e das folhas do competente registro.

§ 3º Aos mutuários, ao receberem os respectivos traslados de escritura, será obrigatoriamente entregue cópia, impressa ou mimeografada, autenticada, do contrato padrão constante das cláusulas, termos e condições referidas no parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º Os Cartórios de Registro de Imóveis, obrigatoriamente, para os devidos efeitos legais e jurídicos, receberão, autenticadamente, das pessoas jurídicas mencionadas na presente Lei, o instrumento a que se refere o parágrafo anterior, tudo de modo a facilitar os competentes registros.

Art. 62. Os oficiais do Registro de Imóveis inscreverão, obrigatoriamente, os contratos de promessa de venda, promessa de cessão ou de hipoteca celebrados de acordo com a presente lei, declarando expressamente que os valores deles constantes são meramente estimativos, estando sujeitos os saldos devedores, assim como as prestações mensais, às correções de valor, determinadas nesta lei.

§ 1º Mediante simples requerimento, firmado por ambas as partes contratantes, os Oficiais do Registro de Imóveis averbarão, à margem das respectivas inscrições, as correções de valores determinados por esta lei, com indicação do novo valor do preço ou da dívida e do saldo respectivo, bem como da nova prestação contratual.

§ 2º Se o promitente comprador, promitente cessionário ou mutuário se recusar a assinar o requerimento de averbação das correções verificadas, ficará, não obstante, obrigado ao pagamento da nova prestação, podendo a entidade financiadora, se lhe convier, rescindir o contrato, com notificação prévia no prazo de 90 dias.

Art. 63. Os órgãos da administração federal, centralizada ou descentralizada ficam autorizados a firmar acordos ou convênios com as entidades estaduais e municipais, buscando sempre a plena execução da presente lei e o máximo de cooperação interadministrativa.

Art. 64. O Banco Nacional da Habitação poderá promover desapropriações por utilidade pública ou por interesse social.

Art. 65. A partir da data da vigência desta lei as Carteiras Imobiliárias dos Institutos de Aposentadoria e Pensões não poderão iniciar novas operações imobiliárias e seus segurados passarão a ser atendidos de conformidade com este diploma legal.

§ 1º Os Institutos de Aposentadoria e Pensões efetuarão, no prazo máximo de doze meses, a venda dos seus conjuntos e unidades residenciais em consonância com sistema financeiro da habitação de que trata esta lei, de acôrdo com as instruções expedidas, no prazo de noventa dias, conjuntamente pelo Serviço Federal de Habitação e o Departamento Nacional da Previdência Social.

§ 2º Os recursos provenientes da alienação a que se refere o parágrafo anterior serão obrigatoriamente aplicados em Letras Imobiliárias emitidas pelo BNH, de prazo de vencimento não inferior a 10 (dez) anos.

§ 3º Os órgãos referidos no parágrafo 1º, bem como o IPASE, as autarquias em geral, ... (VETADO) ... e as Sociedades de Economia Mista, excluído o Banco do Brasil, que possuam unidades residenciais ... (VETADO) ... conjuntamente com a Caixa Econômica Federal ... (VETADO) ... submeterão à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro do Planejamento, no prazo de 90 dias, sugestões e normas em consonância com o sistema financeiro da habitação referentes à alienação das unidades residenciais de sua propriedade ... (VETADO).

§ 4º Os órgãos de que trata o parágrafo anterior celebrarão convênio com a Caixa Econômica Federal de Brasília, incumbindo-a da alienação, aos respectivos ocupantes, dos imóveis residenciais que possuírem no Distrito Federal, devendo o produto da operação constituir fundo rotativo destinado a novos investimentos em construções residenciais em Brasília, assegurado às entidades convenientes rateio financeiro anual, que lhes permita a retirada de valores correspondentes no mínimo, a cinquenta por cento (50%) da renda líquida atual, efetivamente realizada, com a locação de tais imóveis.

§ 5º Os imóveis residenciais que deixarem de ser alienados aos ocupantes, por desinteresse ou impossibilidade legal dos mesmos, serão objeto de aquisição pela União que poderá para resgatá-los, solicitar a abertura de crédito especial dar em pagamento imóveis não necessários aos seus serviços ou ações de sua propriedade em empresas de economia mista, mantida, nesta hipótese, a situação majoritária da União.

§ 6º A administração dos imóveis adquiridos pela União, na forma do parágrafo anterior, será feita pelo Serviço do Patrimônio da União.

§ 7º Realizadas as operações previstas no parágrafo primeiro, extinguir-se-ão as Carteiras Imobiliárias dos IAPs.

§ 8º Os atuais inquilinos ou ocupantes de imóveis residenciais dos IAPs e, sucessivamente, os seus contribuintes, estes inscritos e classificados de acôrdo com a legislação vigente, terão preferência no atendimento pelos órgãos estatais integrantes do sistema financeiro da habitação.

Art. 66. O Ministro do Planejamento adotará as medidas necessárias para a criação de um Fundo de Assistência Habitacional objetivando o financiamento às populações de renda insuficiente, destinando-lhes recursos próprios.

Art. 67. O Banco Nacional da Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo deverão publicar mensalmente a relação dos servidores admitidos ao seu serviço, a qualquer título, no mês anterior à publicação.

Art. 68. O Poder Executivo baixará os regulamentos necessários à execução desta lei, inclusive os relativos à extinção dos órgãos federais que vêm exercendo funções e atividades que possam ser por ela reguladas, podendo incorporar serviços, órgãos e departamentos, dispondo sobre a situação dos respectivos servidores e objetivando o enquadramento dos órgãos federais que integram o sistema financeiro da habitação.

Parágrafo único. Dentro do prazo de noventa (90) dias, o Poder Executivo baixará os atos necessários à adaptação do funcionamento das Caixas Econômicas Federais, Caixas Militares e IPASE aos dispositivos desta lei.

Art. 69. O contrato de promessa de cessão de direitos relativos a imóveis não loteados, sem cláusula de arrependimento e com imissão de posse, uma vez inscrita no Registro Geral de Imóveis, atribui ao promittente cessionário direito real oponível a terceiro e confere direito a obtenção compulsória da escritura definitiva de cessão, aplicando-se, neste caso, no que couber, o disposto no artigo 16 do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, e no artigo 346 do Código do Processo Civil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos contratos em via de execução compulsória, em qualquer instância.

Art. 70. Fica assegurada às Caixas Econômicas Federais, na forma em que o Poder Executivo regulamentar, dentro do prazo previsto no parágrafo único do art. 68, a exploração da Loteria Federal.

Parágrafo único. Setenta por cento da renda líquida da exploração da Loteria Federal destinam-se à construção de habitações de valor unitário inferior a 60 vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 71. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial no montante de Cr\$ 1 bilhão, com vigência durante três anos, destinado à integralização gradativa do capital do Banco Nacional da Habitação.

Art. 72. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Campos

Ernesto de Mello Baptista

Arthur da Costa e Silva

Vasco da Cunha

Octavio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora

Hugo de Almeida Leme

Flávio Suplicy de Lacerda

Arnaldo Sussekind

Nelson Lavenère Wanderley

Raymundo de Brito

Mauro Thibau

Daniel Faraco

Roberto Campos

Osvaldo Cordeiro de Farias

LEI Nº 4.388 — DE 28 DE AGOSTO
DE 1964

Modifica a legislação dos impostos de consumo e do selo e dá outras providências.

Republica-se a retificação do *Diário Oficial* de 9 de setembro de 1964, por ter saído com omissões e incorreções:

Na primeira página, 1ª coluna, no § 1º do art. 1º, onde se lê:

...; IV, inciso 2 (Sacos de Embalagens de ...

Leia-se:

...; IV, incisos 2 (Sacos de Embalagens de ...

Na mesma página, 2ª coluna, no art. 2º, na citação da alínea XII do item III, onde se lê:

Alínea VII — inciso II — Canos e tubos com. ...

Leia-se:

Alinea XII — Inciso II — Canos e tubos com...

Na página 7.754, 1ª coluna, no item II, onde se lê:

II — Até Cr\$ 2.000.000,00 1,%

Leia-se:

II — Até Cr\$ 2.000.000,00 1,5%

LEI Nº 4.390 — DE 29 DE
AGOSTO DE 1964

Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.

Na pág. 8.096, no Art. 1º, quando transcreve o Art. 28 da referida Lei, onde se lê: "...reinvestimentos..."

Leia-se: "...rendimentos..."

LEI Nº 4.420 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1964

Concede pensão especial de Cr\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte cruzeiros) a Nicolau Janró, ex-extramunerário-diarista do Ministério da Marinha.

Retificação

No art. 1º, onde se lê: ...Ministério da Marinha.

Leia-se: ... Ministério da Marinha

LEI Nº 4.421 — DE 29 DE
SETEMBRO DE 1964

Transforma a Escola Paulista de Medicina em estabelecimento isolado de ensino superior de natureza autárquica, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Escola Paulista de Medicina, federalizada pela Lei nº 2.712, de 21 de janeiro de 1956, é transformada em estabelecimento isolado de ensino superior de natureza autárquica.

Art. 2º A Escola Paulista de Medicina terá personalidade jurídica, com

sede e fóro na Cidade de São Paulo, e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar.

Art. 3º A manutenção da Escola Paulista de Medicina, no corrente exercício, correrá à conta das verbas consignadas à Universidade Federal de São Paulo, no vigente Orçamento da República, que deverá destinar anualmente recursos para a manutenção e desenvolvimento do estabelecimento.

Art. 4º O patrimônio da Escola Paulista de Medicina será formado:

a) pelos bens móveis e imóveis que foram incorporados ao patrimônio da União em cumprimento à Lei número 2.712, de 21 de janeiro de 1956, bem como por aqueles adquiridos posteriormente;

b) pelos bens imóveis e móveis adquiridos pela Universidade Federal de São Paulo, criada pela Lei número 3.835, de 13 de dezembro de 1960, que tenham sido destinados à referida Escola.

Parágrafo único. Ficam transferidos para a Escola Paulista de Medicina todos os direitos decorrentes das ações de desapropriação, movidas pela Universidade Federal de São Paulo com fundamento no Decreto nº 50.342, de 15 de março de 1961.

Art. 5º A Escola Paulista de Medicina poderá importar com isenção de impostos alfandegários, excluída a taxa de despacho aduaneiro, os equipamentos de laboratórios, as publicações, os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessitar para o seu funcionamento, desde que não tenham similar na indústria nacional.

Art. 6º O Quadro do Pessoal da Escola Paulista de Medicina é o previsto no Decreto nº 52.367, de 19 de agosto de 1963, e será fixado por Decreto do Poder Executivo, dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º Aos atuais servidores dos Quadros do Ministério da Educação e Cultura, lotados na Escola Paulista de Medicina, fica assegurado o direito de optarem dentro de 180 (cento e oitenta) dias pela situação que detêm ou pela de funcionários autárquicos sem prejuízo dos direitos e vantagens previstos na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

§ 1º Os funcionários, que optarem pela permanência no quadro a que pertencem, continuarão em exercício na Escola Paulista de Medicina na

qualidade de pessoal cedido, sem prejuízo de suas vantagens.

§ 2º Os cargos integrantes dos Quadros do Ministério da Educação e Cultura, ocupados por funcionários que optarem pelo quadro próprio da Escola Paulista de Medicina, serão considerados extintos, efetuando-se supressões dos cargos iniciais à medida que vagarem.

§ 3º Os cargos em comissão e as funções gratificadas atualmente existentes nos quadros do Ministério da Educação e Cultura, com lotação na Escola Paulista de Medicina, serão suprimidos imediatamente após a aprovação do Quadro da Autarquia.

Art. 8º A Escola Paulista de Medicina, dentro de 60 (sessenta) dias, or-

ganizará o projeto de seu estatuto, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Art. 9º É revogado o art. 12 da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Gouveia de Bulhões

Flavio Suplicy de Lacerda

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes VII e VIII, de 1964, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto nº 54.997 — de 13 de novembro de 1964.

ABASTECIMENTO

Cria a Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento e da outras providências.

Decreto nº 54.358 — de 30 de setembro de 1964.

ABERTURA DE CRÉDITO — Ver o nome do Ministério ou órgão a que se refere.

ABUSO DO PODER ECONÔMICO

Torna sem efeito o Decreto número 52.882, de 20 de novembro de 1963.

Decreto nº 54.549 — de 22 de outubro de 1964.

— *Torna sem efeito o Decreto número 52.882, de 20 de novembro de 1963.*

Decreto nº 55.368 — de 31 de dezembro de 1964.

ACÓRDOS

Aprova o Acôrdio sobre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos.

Decreto Legislativo nº 99, de 1964.

— *Aprova o Acôrdio de Migração entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Italiana, assinado em Roma, a 9 de dezembro de 1960.*

Decreto Legislativo nº 101, de 1964.

— *Aprova o Protocolo de Emenda do Acôrdio Internacional que visa a garantir uma proteção eficaz contra o tráfico de brancas e dá outras providências.*

Decreto Legislativo nº 109, de 1964.

— *Aprova o Acôrdio de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assinado no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1963.*

Decreto Legislativo nº 111, de 1964.

— *Aprova as Notas trocadas entre o Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acôrdio sobre Serviços Técnicos Especiais, concluído em 1953.*

Decreto Legislativo nº 115, de 1964.

— *Aprova o Acôrdio sobre Privilégios e Vantagens a Peritos e Técnicos Franceses, concluído no Rio de Janeiro, conforme notas trocadas a 16 e 22 de janeiro de 1963, entre a França e o Brasil.*

Decreto Legislativo nº 116, de 1964.

— *Aprova o texto do Acôrdio sobre Privilégios e Imunidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, previsto no artigo 47 do Tratado de Montevidéu.*

Decreto Legislativo nº 118, de 1964.

— *Promulga o Acôrdo de Comércio, pagamentos e Cooperação Econômica Brasil-Hungria.*

Decreto nº 53.046 — de 2 de dezembro de 1963.

— *Promulga o Acôrdo sobre Transporte Aéreo Regulares com a República Federal da Alemanha.*

Decreto nº 54.173 — de 21 de agosto de 1964.

— *Promulga o Acôrdo de Cooperação para Emprego Pacífico da Energia Nuclear Brasil-França.*

Decreto nº 54.496 — de 16 de outubro de 1964.

— *Promulga o Acôrdo de Comercio e Pagamentos entre o Brasil e a Polônia, firmado no Rio de Janeiro, a 19 de março de 1960.*

Decreto nº 54.967 — de 10 de novembro de 1964.

— *Promulga o Acôrdo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão firmado em Tóquio, a 23 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 54.968 — de 10 de novembro de 1964.

— *Promulga o Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Polónia.*

Decreto nº 55.088 — de 26 de novembro de 1964.

ADIDOS MILITARES

— *Dá nova redação ao § 3º do art. 1º do Decreto nº 53.937, de 29 de maio de 1964, que fixa a lotação dos Adidos e Adjuntos de Adidos Militares, Navais e Aeronáuticos junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 54.383, de 6 de outubro de 1964.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Lei nº 4.468 — de 12 de novembro de 1964.

AERONÁUTICA

— *Aprova os termos aditivos aos contratos celebrados entre o Governo Federal e Luciano Pupo Nogueira Neto.*

Decreto Legislativo nº 114, de 1964.

— *Estabelece a precedência funcional entre Oficiais Generais dos postos de Almirante-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro.*

Lei nº 4.476, de 12 de novembro de 1964.

— *Dá nova redação ao § 3º do art. Fontenelle' ao Aeródromo Militar de Pirassununga, Estado de São Paulo.*

Lei nº 4.632, de 6 de dezembro de 1964.

— *Dá nova redação ao § 3º do artigo 1º do Decreto nº 53.937, de 29 de maio de 1964, que fixa a lotação dos Adidos e Adjuntos de Adidos Militares, Navais e Aeronáuticos junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 54.383, de 6 de outubro de 1964.

— *Determina providências transitórias para o funcionamento dos Cursos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto nº 54.399, de 9 de outubro de 1964.

— *Altera o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.*

Decreto nº 54.400, de 9 de outubro de 1964.

— *Altera o Decreto que definiu, na Aeronáutica, os cursos e exames do pessoal subalterno para fins da Lei de Inatividade e das Leis Especiais.*

Decreto nº 54.503, de 20 de outubro de 1964.

— *Manda incluir Oficiais como homologos, no Quadro de Administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto nº 55.070, de 24 de novembro de 1964.

— *Altera o Regulamento da Escola de Aeronáutica.*

Decreto nº 55.092, de 30 de novembro de 1964.

— Regula a função de Ajudante-de-Ordens no Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 55.133, de 2 de dezembro de 1964.

— Fixa o número mínimo de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Aeronáutica.

— Ver, também, Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 55.134, de 2 de dezembro de 1964.

AEROPORTOS

Dispõe sobre a Zona de Proteção de Aeroportos.

Lei nº 4.515, de 1º de dezembro de 1964.

AFORAMENTOS

— Ver: Terrenos de Marinha.

ÁGUA DE MESA

Autoriza o cidadão brasileiro Milton Voss a lavar água potável de mesa, no município de Itirapina, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.522, de 21 de outubro de 1964.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Romão Cuenca Borrego a pesquisar água mineral no município de Assis, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.445, de 13 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Raphael Garzouzi a pesquisar água mineral, no município de Diadema, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.462, de 14 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Ribeiro Jardim a lavar água mineral, no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.510, de 21 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Ambrogi a pesquisar água mineral no município de Mariporã, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.624, de 27 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Fernando Matos de Souza a pesquisar água mineral, no município de Manaus, Estado do Amazonas.

Decreto nº 54.739, de 30 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Francisco Belieni a lavar água mineral, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.786, de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Otávio Mortati a pesquisar água mineral no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.792 — de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Palma a pesquisar água mineral, no município de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 54.795 — de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Boim a pesquisar água mineral, no município de João Ramalho, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.798 — de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza Águas Minerais Naturais Limitada a pesquisar água mineral no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.800 — de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Niels Erik Hedeager a pesquisar água mineral, no município de Matiporã, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.805 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Massillon Saboia de Albuquerque a pesquisar água mineral no município de Sobral, Estado do Ceará.*

Decreto nº 54.806 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro André Felix da Silva a pesquisar água mineral, no município de Arapiraca, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 54.808 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Esio Toledo Martins a pesquisar água mineral, no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.825 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Toshio Hara a pesquisar água mineral no município de Cotia, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.846 — de 3 de novembro de 1964.

AGUAS MARINHAS

Autoriza o cidadão brasileiro Ponciano Ferreira Souto a pesquisar águas marinhas, cassiterita, columbita e quartzo no município de Carai, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.429 — de 12 de outubro de 1964.

AGUAS PUBLICAS

Declara públicas, de uso comum, as águas do curso que especifica.

Decreto nº 54.679 — de 29 de outubro de 1964.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas dos cursos d'água que especifica.*

Decreto nº 54.680 — de 29 de outubro de 1964.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas dos cursos d'água que especifica.*

Decreto nº 55.143 — de 4 de dezembro de 1964.

— Ver, também o Estado a cujo domínio são submetidas.

AJUSTES

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo aditivo a ajuste, celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Companhia Everest Engenharia e Comércio.

Decreto Legislativo nº 90, de 1964.
ALALC — Ver: Associação Latino Americana de Livre Comércio.

AMAZÔNIA

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Ordem dos Servos de Maria.

Decreto Legislativo nº 91, de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — o crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica, com a BR-14 (Belém-Brasília), e dá outras providências.*

Lei nº 4.467 — de 12 de novembro de 1964.

— *Prorroga o prazo do art. 4º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.149, de 25 de junho de 1963.*

Decreto nº 54.486 — de 15 de outubro de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000.000,00 (cem bilhões de cruzeiros) para os fins que especifica.*

Decreto nº 55.074 — de 25 de novembro de 1964.

— *Classifica os cargos de nível superior da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 55.268 — de 22 de dezembro de 1964.

— *Proroga por mais 120 (cento e vinte) dias o prazo de que trata o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 54.104, de 6 de agosto de 1964.*

Decreto nº 55.303, de 30 de dezembro de 1964.

AMENDOIM

Dispõe sobre os preços básicos mínimos para operações de financiamentos e aquisição de feijão e amendoim e dá outras providências.

Decreto nº 55.326, de 17 de dezembro de 1964.

AMETISTA

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Bento dos Santos a pesquisar quartzo e ametista, no município de Chambicá, Estado de Goiás.

Decreto nº 54.615, de 27 de outubro de 1964.

AMIANTO

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Zacarias Vieira a pesquisar amianto, no município de Itapaci, Estado de Goiás.

Decreto nº 54.748, de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Cândido de Souza a pesquisar amianto no município de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.797, de 3 de novembro de 1964.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Gomes Seabra Filho a pesquisar areia quartzosa, no município de Mongaguá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.349, de 29 de setembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mendes a pesquisar argila e areia quartzosa, no município de São Gonçalo do Abaeté, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.638, de 28 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Armando Della Monica a pesquisar areia*

quartzosa no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.787, de 3 de novembro de 1964.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Abel Alves Couto, a pesquisar argila, no município de Governador Valadares Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.346, de 29 de setembro de 1964.

— *Autoriza a S. A. de Cimento Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar argila no município de Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.440, de 13 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Mineração Matheus Leme Ltda. a lavar argila, no município de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.519, de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leodônio Carnio a pesquisar argila no município de São Simão, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.536, de 23 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Cia. Cimento Portland Brasília a pesquisar argila no município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto nº 54.618, de 27 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Emigdio de Souza a pesquisar filita e argila, no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.619, de 27 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mendes a pesquisar argila e areia quartzosa, no município de São Gonçalo do Abaeté, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.638, de 28 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leônidas Afonso Primo a pesquisar argila, no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.699, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sinezio Borges a pesquisar argila no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.768, de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Cerâmica Togni Limitada a pesquisar argila, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.823, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz da Costa Telles a pesquisar argila no município de Rio Claro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.845, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jean Claude Abel Heymann a lavar caulim, argila e feldspato, no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.880, de 4 de novembro de 1964.

ARGILA BENTONÍFERA

Autoriza o cidadão brasileiro João Jerônimo a pesquisar argila bentonífera, no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.842 — de 3 de novembro de 1964.

ARMADA

Revoga o Decreto-lei nº 8.936, de 15 de fevereiro de 1946, que dispõe sobre a especialização do pessoal do Corpo de Pessoal Subalterno da Armada, e dá outras providências.

Lei nº 4.525 — de 7 de dezembro de 1964.

ARRENDAMENTO RURAL

Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prorroga por 60 dias o prazo estabelecido no art. 2º do Decreto número 54.210, de 26 de agosto de 1964 e dá outras providências.

Decreto nº 54.543 — de 22 de outubro de 1964.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO

Concede à Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação, com sede em São Paulo, a prerrogativa da alienação do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Decreto nº 54.541 — de 22 de outubro de 1964.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

Aprova o texto do Acôrdio sobre Privilégios e Imunidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, previsto no artigo 47 do Tratado de Montevideu.

Decreto Legislativo nº 118, de 1964.

— *Reorganiza a Comissão Brasileira para Assuntos da Indústria Automobilística na ALALC.*

Decreto nº 54.396 — de 9 de outubro de 1964.

ATIVO IMOBILIZADO

Altera disposições das Leis números 4.357, de 16 de julho de 1964, e número 4.388, de 28 de agosto de 1964.

Lei nº 4.481 — de 14 de novembro de 1964.

AUTARQUIAS

Fixa os vencimentos de Magistrados, membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.

Lei nº 4.439 — de 27 de outubro de 1964.

— *Dispõe sobre o aproveitamento de funcionários, das autarquias que menciona, e dá outras providências.*

Lei nº 4.449 — de 29 de outubro de 1964.

— *Dispõe sobre a elaboração orçamentária das entidades autárquicas e paraestatais da União.*

Decreto nº 54.397 — de 9 de outubro de 1964.

— *Dispõe sobre os editais de concorrência pública para aquisição de veículos.*

Decreto nº 54.576 — de 23 de outubro de 1964.

— *Dispõe sobre normas destinadas a disciplinar o ingresso em cargos públicos e a nomeação de candidatos habilitados em concurso, e dá outras providências.*

Decreto nº 55.003 — de 13 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre a revisão das gratificações pela participação em órgãos de deliberação coletiva da administração direta e das autarquias, e dá outras providências.*

Decreto nº 55.090 — de 26 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre a corretagem dos seguros dos órgãos centralizados da União, autarquias e sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do Poder Público e dá outras providências.*

Decreto nº 55.245 — de 21 de dezembro de 1964.

— *Retifica a classificação a que se refere o Decreto nº 54.015, de 13 de julho de 1964 na parte referente à série de classes de Assistente Social.*

Decreto nº 55.246 — de 21 de dezembro de 1964.

AUTOMOBILISMO

— *Revoga o Decreto nº 53.889, de 14 de abril de 1964 e dispõe sobre o automobilismo nacional.*

Decreto nº 54.387 — de 7 de outubro de 1964.

AUTORIZAÇÃO PARA LAVRA —

Ver o nome do elemento lavrado.

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA —

Ver o nome do elemento pesquisado.

AVIAÇÃO CIVIL

— *Aprova a emenda que dá nova redação ao artigo 48 da Convenção de Aviação Civil Internacional de 1944.*

— *Determina a observância, no Brasil, das normas e recomendações constantes do novo texto do Anexo 9 à Convenção da Aviação Civil Internacional (quinta edição), que dispõe sobre a facilitação do transporte aéreo.*

Decreto nº 54.203, de 24 de agosto de 1964.

— *Revoga os arts. 35 e seu parágrafo único, do Decreto nº 50.660, de 29 de maio de 1961, que cria a Comissão Permanente de Estudos Técnicos da Aviação Civil e define suas atribuições.*

Decreto nº 56.193, de 10 de dezembro de 1964.

AUXILIADORA PREDIAL S.A.

— *Prorroga prazo de autorização para funcionamento da Instituição que menciona.*

Decreto nº 54.981, de 12 de novembro de 1964.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 107.484.000,00, para atender às despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro ao Concílio Ecumênico Vaticano II.*

Lei nº 4.459, de 7 de novembro de 1964.

— *Altera a subvenção concedida à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Sul-Riograndense.*

Lei nº 4.566, de 11 de dezembro de 1964.

— *Aprova o regulamento para sub-
venção das linhas aéreas internacio-
nais operadas por empresas brasilei-
ras.*

Decreto nº 53.385, de 31 de dezem-
bro de 1963.

— *Abre pelo Ministério da Fa-
zenda o crédito especial de
Cr\$ 2.000.000.000,00 para os fins que
especifica.*

Decreto nº 54.610, de 27 de outubro
de 1964.

— *Dispõe sobre as dotações orça-
mentárias destinadas às Entidades
Estudantis e dá outras providências.*

Decreto nº 55.057, de 24 de novem-
bro de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fa-
zenda, o crédito extraordinário de
Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de
cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto nº 55.060 de 24 de novem-
bro de 1964.

B

BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA

*Dispõe sobre a política e as insti-
tuições Monetárias, Bancárias e Cre-
ditícias, cria o Conselho Monetário
Nacional e dá outras providências.*

Lei nº 4.595, de 31 de dezembro
de 1964.

BANCO DE CRÉDITO DA AMA- ZÔNIA S.A.

*Autoriza a abertura, pelo Ministério
da Fazenda, do crédito especial de
Cr\$ 397.246.024,90, destinado ao res-
sarcimento do Banco de Crédito da
Amazônia S.A., pelas despesas efe-
tuadas com o pagamento do aumento
de 25% sobre os preços de compra da
borracha nacional.*

Lei nº 4.567, de 11 de dezembro
de 1964.

BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A.

*Aprova o aumento de capital e a
reforma estatutária promovida pelo*

*Banco de Crédito Real de Minas Ge-
rais S.A.*

Decreto nº 54.487, de 15 de outubro
de 1964.

BANCO DE LA NACION ARGENTINA

*Autoriza o Banco de La Nacion
Argentina, a instalar filial em São
Paulo (SP.).*

Decreto nº 54.433, de 12 de outubro
de 1964.

BANCO DO BRASIL S.A.

*Determina registro de contrato fir-
mado entre a Delegacia Regional do
Imposto de Renda em Minas Gerais
e o Banco do Brasil S.A.*

Decreto Legislativo nº 86, de 1964.

— *Financiamento de papel para
impressão de jornais, revistas e livros.*

Lei nº 4.442, de 29 de outubro
de 1964.

BANCO DO ESTADO DA GUA- NABARA S.A.

*Aprova o aumento de capital do
Banco do Estado da Guanabara So-
ciedade Anônima.*

Decreto nº 55.306, de 30 de dezem-
bro de 1964.

BANCO HOLANDÊS UNIDO S.A.

*Concede à sociedade estrangeira
Banco Holandês Unido S.A. (Hol-
landsche Bank-Unie N. V.), auto-
rização para aumentar o seu capital.*

Decreto nº 54.489, de 15 de outubro
de 1964.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

*Isenta do Imposto do Sêlo o con-
trato e demais atos subsequentes re-
lativos ao empréstimo firmado pelo
Departamento de Águas e Esgoto da
Prefeitura Municipal de Porto Alegre
com o Banco Interamericano de De-
senvolvimento (B.I.D.).*

Lei nº 4.556, de 10 de dezembro
de 1964.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dispõe sobre autorização à C.A.P.E.S para contratar financiamento, em nome da União, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 55.049, de 23 de novembro de 1964.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

— Dispõe sobre a arrecadação da contribuição de um por cento devida pelas empresas ao Banco Nacional da Habitação, e dá outras providências.

Decreto nº 54.955, de 6 de novembro de 1964.

— Autoriza Sandra Martins Calvalcanti a praticar, sem prejuízo de suas funções de Presidente do Banco Nacional da Habitação, os atos da competência do Diretor-Superintendente do mesmo.

Decreto nº 54.974, de 11 de novembro de 1964.

São Mateus a pesquisar calcário no

— Estende ao Banco Nacional da Habitação o disposto no § 1º do artigo 424 do Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.

Decreto nº 54.975, de 11 de novembro de 1964.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de (Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 55.050, de 23 de novembro de 1964.

BANCOS

Dispõe sobre a política e as instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

BAUXITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Gonçalves Filho a pesquisar bauxita e minério de ferro, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.621, de 27 de outubro de 1964.

— Retifica o Decreto nº 2.231, de 22 de janeiro de 1963.

Decreto nº 54.654, de 29 de outubro de 1964.

— Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a pesquisar bauxita no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.658, de 29 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Curimbaba a pesquisar bauxita, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.850, de 3 de novembro de 1964.

BENS IMÓVEIS DA UNIÃO

Declara incorporado ao Patrimônio Nacional o imóvel que menciona, situado no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.079, de 25 de novembro de 1964.

— Autoriza a cessão gratuita ao Estado da Guanabara do terreno que menciona.

Decreto nº 55.080, de 25 de novembro de 1964.

BENTONITA

Renova o Decreto nº 48.333, de 21 de junho de 1960.

Decreto nº 54.404, de 10 de outubro de 1964.

BORRACHA

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 397.246.024,90, destinado ao ressarcimento do Banco de Crédito da Amazônia S. A. pelas despesas efetuadas com o pagamento do aumento de 25% sobre os preços de compra da borracha nacional.

Lei nº 4.567, de 11 de dezembro de 1964.

BRITISH OVERSEAS AIRWAYS INCORPORATED

Cancela a autorização à empresa de transporte aéreo "British Overseas Airways Incorporated" — BOAC — para funcionar no Brasil.

Decreto nº 55.100, de 1º de dezembro de 1964.

BRITISH UNITED AIRWAYS LTDA.

Concede à "British United Airways Ltda." autorização para funcionar no Brasil.

Decreto nº 55.101, de 1º de dezembro de 1964.

C**CADASTRO GERAL DE PESSOAS JURÍDICAS**

Institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação e dá outras providências.

Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964.

CAFÉ

Altera o art. 4º da Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959 (pagamento de débitos de cafeicultores), e dá outras providências.

Lei nº 4.565, de 11 de dezembro de 1964.

CAFEICULTORES

Altera o art. 4º da Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959 (pagamento de débitos de cafeicultores), e dá outras providências.

Lei nº 4.565, de 11 de dezembro de 1964.

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para atender as despesas que especifica.

Decreto nº 54.434, de 12 de outubro de 1964.

CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA

Aprova o enquadramento de pessoal da Caixa de Crédito da Pesca (em extinção), do Ministério da Agricultura, beneficiado pela Lei número 3.780 de 1960.

Decreto nº 55.084, de 26 de novembro de 1964.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Retifica o enquadramento da Caixa Econômica Federal de Brasília e dá outras providências.

Decreto nº 54.585, de 26 de outubro de 1964.

— *Dispõe sobre a revisão dos quadros de pessoal das Caixas Econômicas Federais e dá outras providências.*

Decreto nº 55.167, de 9 de dezembro de 1964.

— *Altera o Decreto nº 54.585, de 26 de outubro de 1964, que retifica o enquadramento da Caixa Econômica Federal de Brasília, e dá outras providências.*

Decreto nº 55.168, de 9 de dezembro de 1964.

— *Aprova a revisão do Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Brasília e dá outras providências.*

Decreto nº 55.169, de 9 de dezembro de 1964.

— *Dispõe sobre a adaptação das Caixas Econômicas Federais ao Sistema Financeiro da Habitação.*

Decreto nº 55.279, de 22 de dezembro de 1964.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Rui de Melo e Faro a pesquisar calcário,

caulim, dolomita, feldspato, quartzo e talco no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.350, de 29 de setembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Anibal Garcia da Silva a pesquisar calcário no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.443, de 18 de outubro de 1964.

— *Renova o Decreto nº 49.929, de 13 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 54.450, de 13 de outubro de 1964.

— *Renova o Decreto nº 49.893, de 12 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 54.451, de 13 de outubro de 1964.

— *Renova o Decreto nº 49.895, de 12 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 54.455, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Luiz da Silva Campos a pesquisar calcário e quartzo no município de Pompeu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.465, de 14 de outubro de 1964.

— *Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário e fosfato, no município de Iguaçu, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 54.467, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Lino Cordova de Láz a pesquisar calcário, no município de Lajes, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.575, de 23 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Cia. de Mineração São Mateus a pesquisar calcário no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.627, de 27 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rui de Melo e Faro a pesquisar calcário, caulim, dolomita, feldspato, quartzo e talco no Município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.686, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Indústria de Cal Ituaçu Ltda. a pesquisar calcário, no município de Ituaçu, no Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.710, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Felix Segundo Pelizari a pesquisar calcário, no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.711, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Mineira de Cimento Portland S. A. — COCINCI a pesquisar calcário, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.741, de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Mitra Arquidiocesana de São Paulo a pesquisar minério de ferro e calcário, no Município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.788, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Hossri a pesquisar calcário no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.791, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Lyra Aguiar de Araujo a pesquisar calcário, no município de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.803 de 3 de novembro de 1964

— *Autoriza o cidadão brasileiro Osmar Joppert a pesquisar calcário no município de Almirante Tamandaré — Estado do Paraná.*

Decreto nº 54.847 — de 3 de novembro de 1964

— *Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos municípios de Ouro Preto e Ouro Branco, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.848 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos municípios de Ouro Preto e Ouro Branco — Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.849 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a Cia. Cimento Brasileiro a pesquisar calcário, no município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 54.853 — de 4 de novembro de 1964.

— *Autoriza a Cia. Catarinense de Cimento Portland a pesquisar calcário no município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 55.035 — de 18 de novembro de 1964.

CALCÁRIO DOLOMITICO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Túlio Guimarães da Gama a lavrar minérios de ferro, de manganês e calcário dolomítico no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 55.034 — de 18 de novembro de 1964.

CALCITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Anibal Garcia da Silva a pesquisar calcita no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.722 — de 30 de outubro de 1964.

CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA

— *Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para donativos remetidos a instituições de benemerência.*

Lei nº 4.485 — de 19 de novembro de 1964.

CAPITAL ESTRANGEIRO

— *Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.*

Lei nº 4.390 — de 29 de agosto de 1964.

CAPITAL NACIONAL

— *Torna sem efeito o Decreto número 1.179, de 18 de junho de 1962 e restabelece o parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 50.916, de 6 de julho de 1960.*

Decreto nº 54.432 — de 12 de outubro de 1964.

CAPITANIAS DE PORTOS — Ver:

Ministério da Marinha

CARBONÍFERA ALENCASTRO LIMITADA

— *Concede à Carbonífera Alencastro Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 54.453 — de 14 de outubro de 1964.

CARMONITA LTDA.

— *Concede à Carmonita Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 54.427 — de 12 de outubro de 1964.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

— *Retifica as Resoluções ns. 1.991-A e B, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua XVIII sessão, de 17 de dezembro de 1963, que emendaram a Carta das Nações Unidas elevando o número dos membros do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico Social.*

Decreto Legislativo nº 102, de 1964.

CARVÃO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Júnior a pesquisar carvão, no município de São Félix do Xingu — Estado do Pará.*

Decreto nº 54.771 — de 30 de outubro de 1964.

CASA DA MOEDA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 28.145.795,40, à verba que especifica.

Lei nº 4.490 — de 26 de novembro de 1964.

— Reorganiza a Casa da Moeda, e dá outras providências.

Lei nº 4.510 — de 1º de dezembro de 1964.

CASSITERITA

— Autoriza "MAM" — Mineração, Comércio e Indústria de Minérios Limitada, a pesquisar quartzo, mica e cassiterita no município de Pirenópolis, Estado de Goiás.

Decreto nº 54.331 — de 28 de setembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Ponciano Ferreira Souto a pesquisar águas marinhas, cassiterita, columbita e quartzo no município de Carai, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.429 — de 12 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Gomes Ferreira Leite a pesquisar cassiterita, no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.527 — de 21 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Aguiar a pesquisar cassiterita, no município de Labrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 54.532 — de 21 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro, Jacintho Henrique Corrêa a pesquisar cassiterita no município de Porto Velho — Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.540 — de 22 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Otiama de Macedo a pesquisar cassi-

terita no município de Labrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 54.546 — de 22 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Gomes Casanova a pesquisar cassiterita, no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.547 — De 22 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Gomes Casanova a pesquisar cassiterita, no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.548 — De 22 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Gomes Casanova a pesquisar cassiterita, no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.567 — De 23 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Gomes Casanova a pesquisar cassiterita, no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.568 — De 23 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Gomes Casanova a pesquisar cassiterita, no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.569 — De 23 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Severo Luís Sobrinho a pesquisar cassiterita no Município de Araçuaí, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.653 — De 29 de outubro de 1964.

— Autoriza a Companhia de Estanho São João del Rei a lavar cassiterita, tântalo, columbita e ouro, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.779 — De 31 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Oidama de Macedo a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 54.812 — De 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Oidama de Macedo a pesquisar cassiterita no Município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 54.813 — De 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Oidama de Macedo a pesquisar cassiterita no Município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 54.814 — De 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Oidama de Macedo a pesquisar cassiterita no Município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 54.815 — De 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Anilson Varizo a pesquisar cassiterita no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 54.827 — De 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Anilson Varizo a pesquisar cassiterita no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 54.828 — De 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Anilson Varizo a pesquisar cassiterita no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 54.829 — De 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Anilson Varizo a pesquisar cassiterita no município de Macapá, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 54.830 — de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Flodoaldo Pontes Pinto a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.940 — De 5 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Flodoaldo Pontes Pinto a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.941 — De 5 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Flodoaldo Pontes Pinto a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.942 — De 5 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Flodoaldo Pontes Pinto a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 54.943 — De 5 de novembro de 1964.

Concede à Castro N Vilas Bôas Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.801 — De 3 de novembro de 1964.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Rui de Melo e Faro a pesquisar calcário, caulim, dolomita, feldspato, quartz e talco no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.350 — De 29 de setembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Djahy Farina Romero a pesquisar caulim no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.460 — de 14 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jamil de Oliveira Ferraz a pesquisar, caulim e xisto angiloso, no município de Piedade, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.623 — De 27 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Pedro Rodrigues da Silva* a pesquisar dolomita, caulim e minérios de ferro e manganês, no município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.661 — De 29 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Rui de Melo e Faro* a pesquisar calcário, caulim, dolomita, feldspato, quartzo e talco no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.686 — De 29 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro *João Luiz de Freitas* a pesquisar caulim, no município de Fortuna, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.706 — De 20 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Djahy Farina Romero* a pesquisar caulim no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.713 — De 29 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro *João Tozatto Filho* a pesquisar caulim no município de Campo Largo — Estado do Paraná.

Decreto nº 54.790 — De 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Ricardo Coimbra de Almeida Brenand* a pesquisar caulim, no município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 54.804 — De 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro *João Sattim* a pesquisar feldspato, quartzo e caulim, no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.841 — De 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Jean Claude Abel Heymann* a lavrar caulim, argila e feldspato, no município de Santana de Parnaíba — Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.880 — De 4 de novembro de 1964.

CAVALO NACIONAL

Fixa o valor das gratificações de apresentação de gabinete para atender, provisoriamente, aos encargos de chefia, assessoramento e secretariado da Comissão Coordenadora da Criação de Cavalos Nacionais e dá outras providências.

Decreto nº 55.310 — De 30 de dezembro de 1964.

CEMITÉRIO BRASILEIRO DE PISTOIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para atender a despesas com a concessão de um prêmio pecuniário de Cr\$ 150.000,00 a cada um dos quatro jardineiros empregados do Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia.

Lei nº 4.527 — De 8 de dezembro de 1964.

CENTENÁRIO DO RIO DE JANEIRO (IV)

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como taxas e mercadorias e materiais destinados às comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.541 — De 10 de dezembro de 1964.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A. — ELETROBRAS

Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS a adquirir, por compra, ações de empresas concessionárias de serviços públicos que menciona e dá outras providências.

Lei nº 4.428 — De 14 de outubro de 1964.

— Cria, junto ao Ministério das Minas e Energia, Comissão Especial para os fins que menciona e dá outras providências.

Decreto nº 55.212 — De 15 de dezembro de 1964.

CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS

Mantém o registro da despesa de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cru-

zeiros), destinados ao pagamento à firma Importadora de Automóveis e Máquinas S. A., pela aquisição, por permuta, de uma ambulância para o Serviço Médico do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 6 de junho de 1961.

Decreto Legislativo n.º 96, de 1964.

CENTRO DE FORMAÇÃO DE RESERVISTAS

Concede amparo aos alunos dos Centros de Formação de Reservistas e dos Tiros de Guerra, quando invalidados em consequência de acidentes verificados em serviço.

Lei n.º 4.571, de 11 de dezembro de 1964.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza cessão gratuita de imóvel da União Federal, no Estado da Guanabara, à Fundação Getúlio Vargas, com o apoio no parágrafo 3.º do artigo 64 e artigos 125 e 126, todos do Decreto-lei n.º 8.760, de 1946.

Decreto n.º 54.435, de 12 de outubro de 1964.

— Autoriza a cessão gratuita de imóvel que menciona, situado em Belém, Estado do Pará.

Decreto n.º 55.203, de 11 de dezembro de 1964.

CHÁ

Isenta de imposto de importação equipamento destinado à instalação de uma usina central piloto para beneficiamento de chá.

Lei n.º 4.512, de 1.º de dezembro de 1964.

CHUMBO

Revoga o Decreto n.º 49.701, de 31 de dezembro de 1960.

Decreto n.º 54.918 de 4 de novembro de 1964.

CIANITA

Retifica o artigo 1.º do Decreto n.º 45.488, de 26 de fevereiro de 1959.

Decreto n.º 54.517, de 21 de outubro de 1964.

CIMENTO

Constitui Grupo de Trabalho para examinar a viabilidade técnica, econômica e financeira de uma fábrica de cimento em Barbalha, Ceará, bem como promover a sua concretização.

Decreto n.º 54.365, de 1.º de outubro de 1964.

CINEMA

Concede, pelo prazo de 24 meses, isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e taxa de despacho aduaneiro para importação de equipamento e material cinematográfico.

Lei n.º 4.549, de 10 de dezembro de 1964.

— Modifica a redação do Decreto n.º 51.106, de 1.º de agosto de 1961, que definiu o que se considera filme brasileiro e incorpora o Decreto n.º 53.011, de 27 de novembro de 1963.

Decreto n.º 55.202, de 11 de dezembro de 1964.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Altera disposições da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960 (Plano de Classificação), relativas às séries de classes de Impressor, Encadernador, Mestre e Técnico de Artes Gráficas e dá outras providências.

Lei n.º 4.491, de 21 de novembro de 1964.

COBRE

Autoriza o cidadão brasileiro Nagib Jafet a pesquisar minério de cobre, no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto n.º 54.476, de 14 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Nagib Jafet a pesquisar minério de cobre, no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto n.º 54.809, de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Nagib Jafet a pesquisar minério de cobre, no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto n.º 54.810, de 3 de novembro de 1964.

CÓDIGO DA JUSTIÇA MILITAR

Altera o Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei n.º 925, de 2 de dezembro de 1938.

Lei n.º 4.517, de 29 de dezembro de 1964.

CÓDIGO DE AGUAS

Regulamenta o Decreto-lei número 3.128, de 19 de março de 1941, e dá outras providências.

Decreto n.º 54.937, de 4 de novembro de 1964.

— Altera dispositivos do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e dá outras providências.

Decreto n.º 54.938, de 4 de novembro de 1964.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES

Regula dispositivo da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

Decreto n.º 54.466, de 14 de outubro de 1964.

CÓDIGO PENAL

Altera a redação do artigo 281 do Código Penal.

Lei n.º 4.451, de 4 de novembro de 1964.

CÓDIGOS FEDERAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 14.600.000,00 (quatorze milhões e seiscentos mil cruzeiros) destinado à despesas com a elaboração dos anteprojetos de reforma dos Códigos Federais.

Lei n.º 4.443, de 29 de outubro de 1964.

COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA

Fixa a gratificação, a título de representação, do Assessor Civil brasileiro do Colégio Interamericano de Defesa.

Decreto n.º 55.331, de 31 de dezembro de 1964.

COLÉGIO PEDRO II

Torna sem efeito o Decreto número 54.001, de 3 de julho de 1964.

Decreto n.º 55.062, de 24 de novembro de 1964.

— Dispõe sobre funções gratificadas do Colégio Pedro II, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n.º 55.063, de 24 de novembro de 1964.

— Aprova o Regimento do Colégio Pedro II.

Decreto n.º 55.235, de 17 de dezembro de 1964.

COLETORIAS FEDERAIS

Cria uma Coletoria Federal no Município de Osasco, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei n.º 4.558, de 10 de dezembro de 1964.

COLÔNIAS MILITARES

Estabelece, na forma do art. 5.º da Lei n.º 2.597, de 12 de setembro de 1955, a Colônia Militar do Oiapoque, no Município de Oiapoque, Território Federal do Amapá.

Decreto n.º 54.507, de 20 de outubro de 1964.

COLONIZAÇÃO

Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.

COLUMBITA

Autoriza o cidadão brasileiro Ponciano Ferreira Souto a pesquisar águas-marinhas, cassiterita, columbita e quartzo no município de Carai, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.429, de 12 de outubro de 1964.

— Autoriza a Companhia de Estanho São João del Rei a lavar cassiterita, tântalo, columbita e ouro, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.779, de 31 de outubro de 1964.

COMBUSTÍVEIS

Altera a Legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Lei n.º 4.452, de 5 de novembro de 1964.

**COMÉRCIO E MINERAÇÃO
ITABIRITO LTDA.**

Concede a Comércio e Mineração Itabirito Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 54.794, de 3 de novembro de 1964.

COMÉRCIO E PAGAMENTOS

Aprova o Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assinado no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1963.

Decreto Legislativo n.º 111, de 1964.

— *Promulga o Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica Brasil-Hungria.*

Decreto n.º 53.046, de 2 de dezembro de 1963.

— *Promulga o Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a Polônia, firmado no Rio de Janeiro, a 19 de março de 1960.*

Decreto n.º 54.967, de 10 de novembro de 1964.

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
CAPITAIS NACIONAIS**

Torna sem efeito o Decreto número 1.179, de 18 de junho de 1962 e restabelece o parágrafo único do artigo 10 do Decreto n.º 50.916, de 6 de julho de 1960.

Decreto n.º 54.432, de 12 de outubro de 1964.

**COMISSÃO DO IMPOSTO
SINDICAL**

Extingue, a Comissão do Imposto Sindical, a Comissão Técnica de Or-

entação Sindical, cria órgãos no Ministério do Trabalho e Previdência Social, e dá outras providências.

Lei n.º 4.589, de 11 de dezembro de 1964.

**COMISSÃO DO PLANO DO
CARVÃO NACIONAL**

Fixa valores de gratificações especiais aos Diretores da Comissão do Plano do Carvão Nacional (C. P. C. A. N.).

Decreto n.º 54.367, de 1.º de outubro de 1964.

— *Altera o Decreto nº 54.269, de 8 de setembro de 1964.*

Decreto n.º 54.970, de 11 de novembro de 1964.

**COMISSÃO DO VALE DO
SÃO FRANCISCO**

Transfere verbas do Orçamento da Comissão do Vale do São Francisco.

Lei n.º 4.570, de 11 de dezembro de 1964.

— *Torna sem efeito o Decreto n.º 53.410, de 17 de janeiro de 1964, e revogada o de n.º 52.379, de 19 de agosto de 1963.*

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Comissão do Vale do São Francisco, a área que menciona.*

Decreto n.º 54.390, de 8 de outubro de 1964.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, no Estado de Goiás.*

Decreto n.º 54.482, de 14 de outubro de 1964.

— *Classifica os cargos de nível superior da Comissão do Vale do São Francisco e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto n.º 55.267, de 22 de dezembro de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de*

cruzeiros) para atender às despesas que especifica.

Decreto n.º 55.302, de 30 de dezembro de 1964.

COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de ... Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), para atender à despesas com o funcionamento da Comissão Geral de Investigações.

Lei n.º 4.438, de 20 de outubro de 1964.

— *Extingue a Comissão Geral de Investigações, criada pelo Decreto n.º 53.897, de 27 de abril de 1964, e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.609, de 26 de outubro de 1964.

COMISSÃO MISTA FERROVIÁRIA BRASILEIRO-BOLIVIANA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$... 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros) para atender às despesas urgentes de pessoal da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Lei n.º 4.574, de 11 de dezembro de 1964.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Classifica os cargos de nível superior da Comissão Nacional de Energia Nuclear e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto n.º 55.207, de 15 de dezembro de 1964.

— *Fixa o valor das gratificações de representação de gabinete para atender, provisoriamente, aos encargos de direção e chefia da Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências.*

Decreto n.º 55.208, de 15 de dezembro de 1964.

— *Fixa o valor das gratificações de representação de gabinete para atender, provisoriamente, aos encargos de direção e chefia da Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências.*

Decreto n.º 55.208, de 15 de dezembro de 1964.

COMISSÃO TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO SINDICAL

Extingue, a Comissão do Imposto Sindical, a Comissão Técnica de Orientação Sindical, cria órgãos no Ministério do Trabalho e Previdência Social, e dá outras providências.

Lei n.º 4.589, de 11 de dezembro de 1964.

COMISSÕES

Extingue a Comissão de Reparações de Guerra e dá outras providências.

Lei n.º 4.530, de 8 de dezembro de 1964.

— *Dispõe sobre a política e a instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.*

Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

— *Cria a Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.358, de 30 de setembro de 1964.

— *Altera o parágrafo 2.º do artigo 2.º do Decreto n.º 51.860, de 22 de março de 1963.*

Decreto n.º 54.393, de 8 de outubro de 1964.

— *Cria Comissão Especial de Estudos de Reforma Administrativa e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.401, de 9 de outubro de 1964.

— *Cria, no Ministério da Fazenda, a Comissão de Programação Financeira, e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.506, de 20 de outubro de 1964.

— *Prorroga por 60 dias o prazo estabelecido no art. 2.º do Decreto n.º 54.210, de 26 de agosto de 1964 e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.543, de 22 de outubro de 1964.

— *Altera a organização da Comissão Desportiva das Forças Armadas.*

Decreto n.º 54.559, de 23 de outubro de 1964.

— *Extingue a Comissão Especial da Adutora do Rio das Velhas (C. E. A. R. V.), criada pelo Decreto n.º 1.148, de 6 de junho de 1962 e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.592, de 26 de outubro de 1964.

— *Abre, ao Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.*

Decreto n.º 54.636, de 27 de outubro de 1964.

— *Institui, no Ministério da Saúde, a Comissão de Assuntos Internacionais.*

Decreto n.º 55.041 — De 19 de novembro de 1964.

— *Aprova a nova redação do Regulamento da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).*

Decreto n.º 55.162 — De 8 de dezembro de 1964.

— *Revoga os Artigos 35 e seu parágrafo único, do Decreto 50.680 de 29 de maio de 1961, que cria a Comissão Permanente de Estudos Técnicos da Aviação Civil e define suas atribuições.*

Decreto n.º 35.193 — De 10 de dezembro de 1964.

— *Fixa o valor das gratificações de representação de gabinete para atender, provisoriamente, aos encargos de chefia, assessoramento e secretariado da Comissão Coordenadora da Criação de Cavalos Nacionais e dá outras providências.*

Decreto n.º 55.310 — De 30 de dezembro de 1964.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS — (COBAL)

Dispõe sobre estoques de trigo em grão, importadas, e dá outras providências.

Decreto n.º 54.969 — De 11 de novembro de 1964.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO

Dispõe sobre a revisão da tabela de pessoal da Companhia Brasileira de Armazenamento, na forma prevista no artigo 19 da Lei n.º 4.345, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.

Decreto n.º 54.502 — De 20 de outubro de 1964.

COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA

Autoriza a Companhia Cervejaria Brahma a trabalhar aos domingos e feriados (civis e religiosos).

Decreto n.º 54.558 — De 23 de outubro de 1964.

COMPANHIA CONTINENTAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Continental de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 54.625 — De 27 de outubro de 1964.

COMPANHIA DE SAVEIROS DO RIO DE JANEIRO

Concede nacionalização à sociedade anônima Rio de Janeiro Lighterage Company Limited, sob a denominação de Companhia de Saveiros do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 55.288 — De 26 de dezembro de 1964.

COMPANHIA DE SEGUROS COMERCIAL DO PARÁ

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Comercial do Pará, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 55.018 — De 17 de novembro de 1964.

**COMPANHIA DE SEGUROS
NICTHEROY**

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Nactheroy, inclusive aumento do capital social e extensão das operações ao Ramo Vida.

Decreto nº 54.611 — De 27 de outubro de 1964.

**COMPANHIA DE SEGUROS RIO
BRANCO**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Rio Branco, inclusive aumento do Capital social.

Decreto nº 54.631 — De 27 de outubro de 1964.

**COMPANHIA ESPÍRITO SANTO
DE SEGUROS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Espírito Santo de Seguros, inclusive transferência de sede social.

Decreto nº 54.633 — De 27 de outubro de 1964.

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO
SÃO FRANCISCO**

Dilata a área do suprimento da Companhia — Hidro Elétrica do São Francisco.

Decreto nº 54.160 — De 20 de agosto de 1964.

**COMPANHIA INTERNACIONAL DE
SEGUROS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Internacional de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 54.675 — De 29 de outubro de 1964.

**COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS AGRÍCOLA**

Altera a constituição da Companhia Nacional de Seguro Agrícola e dá outras providências.

Lei nº 4.420 — De 20 de outubro de 1964.

**COMPANHIA NACIONAL DE
NAVEGAÇÃO COSTEIRA**

Decreta a intervenção na Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Decreto nº 55.159 — De 4 de dezembro de 1964.

**COMPANHIA PARAENSE DE
MINERAÇÃO (CPM)**

Concede à Companhia Paraense de Mineração (CPM) autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.651 — De 29 de outubro de 1964.

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE
BORRACHA SINTÉTICA**

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro, para os equipamentos e materiais a serem importados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPEBO — destinados à instalação e montagem de uma unidade de produção de butadieno e uma de polimerização e unidades auxiliares de conjunto industrial, no município de Cabo, Estado de Pernambuco.

Lei nº 4.453 — De 6 de novembro de 1964.

**COMPANHIA SUL BRASIL DE SE-
GUROS TERRESTRES E
MARÍTIMOS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Sul Brasil de Seguros Terrestres e Marítimos, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 54.629 — De 27 de outubro de 1964.

**COMPANHIA URBANIZADORA DA
NOVA CAPITAL DO BRASIL**

Fica os vencimentos de Magistrados, membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.

Lei nº 4.439 — De 27 de outubro de 1964.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da

Companhia Vale do Rio Doce, as áreas de terras que menciona.

Decreto nº 54.954 — De 6 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre as medidas destinadas a incrementar a exploração e exportação do minério de ferro.*

Decreto nº 55.282 — De 22 de dezembro de 1964.

COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE

Reconhece a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade.

Decreto nº 54.398 — De 9 de outubro de 1964.

CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS — a adquirir, por compra, ações de empresas concessionárias de serviços públicos que menciona e dá outras providências.

Lei nº 4.428 — De 14 de outubro de 1964.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 107.484.000,00, para atender às despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro ao Concílio Ecumênico Vaticano II.

Lei nº 4.459 — De 7 de novembro de 1964.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Dispõe sobre os editais de concorrência pública para aquisição de veículos.

Decreto nº 54.578 — De 23 de outubro de 1964.

CONCURSOS

Aprova as Instruções Gerais para o Concurso de Procurador da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 54.573 — De 23 de outubro de 1964.

— *Dispõe sobre normas destinadas a disciplinar o ingresso em cargos públicos e a nomeação de candidatos habilitados em concurso, e dá outras providências.*

Decreto nº 55.003 — De 13 de novembro de 1964.

CONDOMÍNIO

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

Lei nº 4.591 — De 16 de dezembro de 1964.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO

Revoga o Decreto nº 53.889, de 14 de abril de 1964, e dispõe sobre o automobilismo nacional.

Decreto nº 54.387 — De 7 de outubro de 1964.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE

Reconhece a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade.

Decreto nº 54.398 — De 9 de outubro de 1964.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Institui a Conferência Nacional de Educação e dá outras providências.

Decreto nº 54.999 — De 13 de novembro de 1964.

CONGRESSOS

Oficializar o Primeiro Congresso Panamericano de Conservação do Solo.

Decreto nº 55.281 — De 22 de dezembro de 1964.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

Fixa o valor das gratificações pela representação de gabinete para atender, provisoriamente aos encargos de direção, assessoramento e chefia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, e dá outras providências.

Decreto nº 54.484 — De 14 de outubro de 1964.

CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos de Contribuintes e do Conselho Superior de Tarifa, e dá outras providências.

Decreto nº 54.767 — De 30 de outubro de 1964.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

Aprova a inclusão do pessoal do extinto Conselho de Desenvolvimento no Quadro do Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 54.498 — De 19 de outubro de 1964.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Retifica o Decreto nº 54.217, de 28 de agosto de 1964, que modifica o Regulamento do Conselho Federal de Educação, aprovado pelo Decreto número 52.617, de 7 de outubro de 1963.

Decreto nº 55.014 — De 17 de novembro de 1964.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Lei nº 4.595 — De 31 de dezembro de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA

Retifica o quadro de pessoal do Conselho Nacional de Águas e Energia do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências.

Decreto nº 55.009 — De 16 de novembro de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Fixa os vencimentos de Magistrados, membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.

Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964.

Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Conselho Nacional de Economia.

Decreto nº 55.006, de 16 de novembro de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Altera a Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências.

Lei nº 4.533, de 8 de dezembro de 1964.

— *Retifica o enquadramento do Conselho Nacional de Pesquisas, Institutos subordinados e dá outras providências.*

Decreto nº 54.392, de 8 de outubro de 1964.

— *Fixa o valor das gratificações de representação de gabinete para atender, provisoriamente, a encargos de direção e chefia de órgãos subordinados ao Conselho Nacional de Pesquisas.*

Decreto nº 54.714, de 29 de outubro de 1964.

— *Classifica os cargos de nível superior do Conselho Nacional de Pesquisas e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 55.099, de 1 de dezembro de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Altera o Regulamento do Conselho Nacional de Proteção aos Índios e dá outras providências.

Decreto nº 55.042, de 20 de novembro de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Reestrutura o Conselho Nacional de Saúde.

Decreto nº 55.242, de 18 de dezembro de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República — Conselho Nacional de Telecomunicações — o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00.

Lei nº 4.552, de 10 de dezembro de 1964.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto nº 54.691, de 29 de outubro de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES

Institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências.

Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964.

CONSELHO NACIONAL DE TARIFA

Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos de Contribuintes e do Conselho Superior de Tarifa, e dá outras providências.

Decreto nº 54.767, de 30 de outubro de 1964.

CONSERVAÇÃO DO SOLO

Oficializa o Primeiro Congresso Pan-americano de Conservação do Solo.

Decreto nº 55.281, de 22 de dezembro de 1964.

CONSIGNAÇÃO EM FOLHA

Estende à União dos Ferroviários do Brasil as vantagens da Lei número 2.339, de 20 de novembro de 1964, que inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950.

Lei nº 4.572, de 11 de dezembro de 1964.

CONSÓRCIO DE CAULIM LTDA.

Concede à Consórcio de Caulim Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.422, de 12 de outubro de 1964.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Emenda Constitucional nº 10,

CONSTRUÇÃO NAVAL

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para os equipamentos, suas peças e sobressalentes, destinados à instalação ou ampliação de indústrias complementares de construção naval.

Lei nº 4.482, de 14 de novembro de 1964.

CONSULADOS

Ver: Ministério das Relações Exteriores.

CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

Dispõe sobre o Quadro do Pessoal da Consultoria-Geral da República e dá outras providências.

Lei nº 4.463, de 7 de novembro de 1964.

CONTRATOS

Determina registro de contrato firmado entre a Delegacia Regional do Imposto de Renda em Minas Gerais e o Banco do Brasil S.A.

Decreto Legislativo nº 86, de 1964.

— *Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a termo aditivo ao contrato celebrado entre a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o Instituto de Cacau da Bahia.*

Decreto Legislativo nº 88, de 1964.

— *Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro a contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Eratóstenes Fraga Lima.*

Decreto Legislativo nº 89, de 1964.

— *Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Ordem dos Servos de Maria.*

Decreto Legislativo nº 91, de 1964.

— *Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo aditivo referente ao contrato celebrado entre o Departamento de Administração da Marinha e José Roque.*

Decreto Legislativo nº 93, de 1964.

— *Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto Legislativo nº 94, de 1964.

— *Determina o registro do contrato celebrado a 4 de dezembro de 1963 entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio Sociedade Anônima.*

Decreto Legislativo nº 97, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos (Diretoria Regional do Ceará) e a firma Construtora Ecra Limitada.*

Decreto Legislativo nº 98, de 1964.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher Hilda Cordeiro Brandão.*

Decreto Legislativo nº 100, de 1964.

— *Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Paraíba.*

Decreto Legislativo nº 105, de 1964.

— *Determina o registro do termo de rescisão contratual celebrado a 31*

de dezembro de 1953, entre a União Federal — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Companhia Brasileira de Material Elétrico.

Decreto Legislativo nº 106, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia.*

Decreto Legislativo nº 107, de 1964.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Piauí.*

Decreto Legislativo nº 108, de 1964.

— *Aprova os termos aditivos aos contratos celebrados entre o Governo Federal e Luciano Pupo Nogueira Neto.*

Decreto Legislativo nº 114, de 1964.

— *Revoga o artigo da Lei nº 4.370 de 28 de julho de 1964, que aprova normas para revisão de preço em contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal e dá outras providências.*

Lei nº 4.470, de 12 de novembro de 1964.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 53.386, de 7 de outubro de 1964.

CONTRATOS IMOBILIÁRIOS

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o

Banco Nacional de Habitação (BNH) as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

CONVENÇÕES

Aprova a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, assinada pelo Brasil e outros países, a 18 de abril de 1961.

Decreto Legislativo nº 103, de 1964.

Aprova a Convenção concernente à discriminação em matéria de emprego e de profissão, concluída em Genebra.

Decreto Legislativo nº 104, de 1964.

Aprova a emenda que dá nova redação ao artigo 48 da Convenção de Aviação Civil Internacional de 1964.

Decreto Legislativo nº 113, de 1964.

Determina a observância, no Brasil, das Normas e Recomendações constantes do novo texto do Anexo e à Convenção da Aviação Civil Internacional (5ª edição), que dispõe sobre a facilitação do transporte aéreo.

Decreto nº 54.203, de 24 de agosto de 1964.

Promulga a Convenção Única sobre entorpecentes.

Decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964.

CONVÊNIO

Aprova o Convênio para o estabelecimento, na cidade de Porto Velho, no Território de Rondônia, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela Bolívia.

Decreto Legislativo nº 117, de 1964.

Financiamento de papel para impressão de jornais, revistas e livros.

Lei nº 4.442, de 29 de outubro de 1964.

Isenta de tributos convênios que visam a atender ao disposto no artigo 168, inciso III, da Constituição Federal.

Lei nº 4.554, de 10 de dezembro de 1964.

Promulga o Convênio Básico com a Organização Mundial de Saúde.

Decreto nº 54.366, de 1 de outubro de 1964.

COOPERATIVAS

Isenta do imposto de importação, exclui a taxa de despacho aduaneiro, equipamento destinado à instalação de uma fábrica de leite em pó, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Lei nº 4.522, de 7 de dezembro de 1964.

Autoriza o Poder Executivo a doar à Cooperativa Agrícola Somborjense Ltda., com sede na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, uma área de terrenos de seu domínio patrimonial, sob a administração da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.569, de 11 de dezembro de 1964.

COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Dispõe sobre autorização à C.A.P.E.S. para contratar financiamento, em nome da União, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 55.049, de 23 de novembro de 1964.

CORINDON

Autoriza a empresa de mineração Esmeraldas de Conquista Limitada a pesquisar corindon, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto nº 54.456, de 14 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Newton Costa a pesquisar corindon, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto nº 54.473, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Newton Costa a pesquisar corindon, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.533, de 21 de outubro de 1964.

CORREÇÃO MONETÁRIA

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

— *Eleva os limites das autorizações concedidas ao Poder Executivo pela Lei nº 1.518, de 24 de dezembro de 1951, para contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.*

Lei nº 4.457, de 6 de novembro de 1964.

— *Altera disposições das Leis números 4.357, de 16 de julho de 1964, e 4.388, de 28 de agosto de 1964.*

Lei nº 4.481, de 14 de novembro de 1964.

— *Regulamenta, para as empresas concessionárias de serviços de energia elétrica, a aplicação do art. 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958 e dos arts. 3º a 6º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, relativos à correção da tradução monetária do valor original dos bens do ativo imobilizado das pessoas jurídicas.*

Decreto nº 54.936, de 4 de novembro de 1964.

CORRETAGEM DE SEGUROS

Dispõe sobre a corretagem de seguros dos órgãos centralizados da União, autarquias e sociedades de

economia mista em que haja participação majoritária ao Poder Público e dá outras providências.

Decreto nº 55.245, de 21 de dezembro de 1964.

CORRETOR DE NAVIOS

Regula a profissão de corretor de seguros.

Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964.

— *Regulamenta a profissão de Corretor de Navios e de seus prepos- tos e dá outras providências corre- latas.*

Decreto nº 54.956, de 6 de novembro de 1964.

CORRETOR DE SEGUROS

Regula a profissão de corretor de seguros.

Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964.

CRÉDITO EXTERIOR

Eleva os limites das autorizações concedidas ao Poder Executivo pela Lei nº 1.518, de 24 de dezembro de 1951, para contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.

Decreto nº 4.457, de 6 de novembro de 1964.

CROMO

Autoriza o cidadão brasileiro José da Silva Marques a lavar minério de cromo, no município de Campo Formoso, no Estado da Bahia.

Decreto nº 54.538, de 22 de outubro de 1964.

— *Retifica o artigo 1º do Decreto nº 11.057, de 9 de dezembro de 1942.*

Decreto nº 54.777 de 31 de outubro de 1964.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA

Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para donativos reme- tidos a instituições de benemerência.

Lei nº 4.485, de 19 de novembro de 1964.

CULTURA

Promulga o Acôrdo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão firmado, em Tôquio, a 23 de janeiro de 1961.

Decreto nº 54.968, de 10 de novembro de 1964.

CÚRIA DIOCESANA DE SANTOS

Autoriza o Poder Executivo a doar à Cúria Diocesana de Santos o domínio pleno ou útil de área de terreno localizada no Morro de Jabaquara, no Município de Santos.

Lei nº 4.534, de 9 de dezembro de 1964.

CURSOS

Concede reconhecimento ao Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.126, de 12 de agosto de 1964.

Concede reconhecimento a cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Marcelina, de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.227, de 1 de setembro de 1964.

Concede reconhecimento a cursos do Conservatório Musical Santa Marcelina, de Botucatu, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.275, de 10 de setembro de 1964.

Concede reconhecimento ao Curso de Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora do Patrocínio, de Itú, Estado de São Paulo para os efeitos que especifica.

Decreto nº 54.277, de 10 de setembro de 1964.

Concede autorização para o funcionamento do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", agregada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Decreto nº 54.278, de 10 de setembro de 1964.

Concede reconhecimento ao curso de Professor de Educação Musical da Faculdade de Música da Universidade Católica de Campinas.

Decreto nº 55.166, de 9 de dezembro de 1964.

D

DASP — Ver: Departamento Administrativo do Serviço Público.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Prorroga até 30 de setembro de 1966, os contratos de arrendamento celebrados entre o Governo Federal, representado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), através do Grupo de Trabalho de Brasília, e os órgãos da administração indireta.

Decreto nº 54.371, de 2 de outubro de 1964.

Classifica os cargos de nível superior do Departamento Administrativo do Serviço Público e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.095, de 1 de dezembro de 1964.

Retifica a relação nominal dos atuais ocupantes dos cargos de nível superior, na parte referente aos Técnicos de Administração, bem como, altera o número de cargos da classe A da carreira de Bibliotecário.

Decreto nº 55.284, de 24 de dezembro de 1964.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Altera disposições da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 (Plano de Reclassificação), relativas às séries de classes de Impressor, Encadernador, Mestre e Técnico de Artes Gráficas e dá outras providências.

Classifica os cargos de nível superior do Departamento de Imprensa Nacional do Ministério da

Justiça e Negócios Interiores e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 56.191, de 10 de dezembro de 1964.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos (Diretório Regional do Ceará) e a firma Construtora Ebra Limitada.

Decreto Legislativo nº 96, de 1964.

Aprova enquadramento de pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos do M.V.O.P. e dá outras providências.

Decreto nº 54.100, de 6 de agosto de 1964.

Altera enquadramento de pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos e dá outras providências.

Decreto nº 54.357, de 30 de setembro de 1964.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Parapuá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.945, de 6 de novembro de 1964.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Agui, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.946, de 6 de novembro de 1964.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Orlandia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.947, de 6 de novembro de 1964.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona situado no Município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.948, de 6 de novembro de 1964.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.949, de 6 de novembro de 1964.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Serra Negra, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.073, de 25 de novembro de 1964.

Altera o enquadramento do pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos e dá outras providências.

Decreto nº 55.078, de 25 de novembro de 1964.

Aprova o enquadramento na classe de Guarda-Fios do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto nº 55.280, de 22 de dezembro de 1964.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências.

Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 18.079.505,80, para pagamento de gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, a funcionários do Departamento Nacional da Produção Mineral, em decorrência de mandado de segurança.

Lei nº 4.508, de 30 de novembro de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, situada

no Município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.424, de 12 de outubro de 1964.

— Retifica o enquadramento de cargos, funções e empregos do Quadro de Pessoal — Parte Especial do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto nº 55.064, de 24 de novembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.081, de 25 de novembro de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Determina o registro do termo de rescisão contratual celebrado a 31 de dezembro de 1953, entre a União Federal — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Companhia Brasileira de Material Elétrico.

Decreto Legislativo nº 106, de 1964.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 6.000.000.000,00, para atender ao pagamento do pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Lei nº 4.507, de 30 de novembro de 1964.

— Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste.

Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964.

— Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a instalar uma usina hidrelétrica, no açude Boqueirão de Cabaceiras, Estado da Paraíba.

Decreto nº 54.394, de 8 de outubro de 1964.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 44.199, de 29 de julho

de 1958, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno, necessária à construção do açude público Orós, no município de Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

Decreto nº 54.491, de 16 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe.

Decreto nº 54.957, de 6 de novembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Mororó", no Município de Pedra, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 54.972, de 11 de novembro de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Extingue a Comissão Especial da Adutora do Rio das Velhas (C.E.A. R.V.), criada pelo Decreto nº 1.148 de 6 de junho de 1962 e dá outras providências.

Decreto nº 54.592, de 26 de outubro de 1964.

— Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 55.048, de 23 de novembro de 1964.

— Autoriza a cessão gratuita de imóvel que menciona, situado em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 55.203, de 11 de dezembro de 1964.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo aditivo a ajuste, celebrado

entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Companhia Interest Engenharia e Comércio.

Decreto Legislativo nº 90, de 1964.

DEPÓSITO FRANCO

Aprova o Convênio para o estabelecimento, na cidade de Porto Velho, no Território Federal de Rondônia, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela Bolívia.

Decreto Legislativo nº 117, de 1964.

DESAPROPRIAÇÕES

Emenda Constitucional nº 10.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 600.000.000,00, para atender às despesas com a desapropriação dos bens da Fundação Gaffrée-Guinle.

Lei nº 4.461, de 7 de novembro de 1964.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 278.690.500,00 (duzentos e setenta e oito milhões seiscentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros), destinado a atender as despesas com a ligação ferroviária Belo Horizonte-Itabira-Peçanha.

Lei nº 4.479, de 12 de novembro de 1964.

— Dispõe sobre a liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste e dá outras providências.

Lei nº 4.519, de 2 de dezembro de 1964.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 24.804.500,00, para atender às despesas com a desapropriação, pela União, do imóvel situado na Praia do Flamengo, 130-132, no Estado da Guanabara, e que se destina a abrigar a Campanha de Assistência ao Estudante.

Lei nº 4.575, de 11 de dezembro de 1964.

— Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste.

Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, terras situadas no município de Canoas no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 54.337, de 5 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Cedros e de outro de seu afluente Palmeiras, no distrito de Arrozeira, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, e autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A., com sede na cidade de Blumenau, no mesmo Estado, a promover as desapropriações.

Decreto nº 54.381, de 5 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento progressivo da energia hidráulica de trechos dos rios Parapanema e Itararé e, em todo o curso, do rio Taquari e seus afluentes, e autoriza a Usinas Elétricas do Parapanema S.A. — USELPA — a promover sua desapropriação.

Decreto nº 54.382, de 5 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Comissão do Vale do São Francisco, a área que menciona.

Decreto nº 54.390, de 8 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno, situada no Município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.424, de 12 de outubro de 1964.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 44.199, de 29 de julho de 1958, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno, necessário à construção do açude público Orós, no município de Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.491, de 16 de outubro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Centrais Elétricas Fluminenses S.A. CELF, terreno situado no município de Teresópolis — Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.561, de 23 de outubro de 1964.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem de linha de transmissão.*

Decreto nº 54.586, de 26 de outubro de 1964.

— *Revoga, em parte, o Decreto número 47.950, de 18 de março de 1960, exclusivamente quanto à declaração de utilidade pública, para efeito de desapropriação, das áreas de terras situadas no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, descritas nos artigos 2º e 3º do mesmo decreto e que haviam sido destinadas a obras de proteção dos mananciais para o abastecimento de água da Refinaria Duque de Caxias, de propriedade da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima — PETROBRAS.*

Decreto nº 54.616, de 27 de outubro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 54.837, de 3 de novembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública para desapropriação, o terreno que menciona, em Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro, necessário ao Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 54.944, de 5 de novembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Ministério da Agricultura, a área de terreno que menciona, situada em Samaritã, Município de São Vicente, Santos, Estado de São Paulo e destinada à instalação e funcionamento de um Quarentenário Veterinário.*

Decreto nº 54.950, de 6 de novembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Companhia Vale do Rio Doce, as áreas de terras que menciona.*

Decreto nº 54.954, de 6 de novembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe.*

Decreto nº 54.957, de 6 de novembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Mororó", no Município de Pedra, no Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 54.972, de 11 de novembro de 1964.

— *Retifica área declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 267, de 1º de dezembro de 1961, reduzindo-a de 40 ha.*

Decreto nº 54.977, de 12 de novembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, bens encravados na área da Universidade Rural de Pernambuco, de propriedade de Mineração e Indústrias de Kieselguhr Nacional, de Dois Irmãos.*

Decreto nº 55.020, de 17 de novembro de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, para atender as despesas que especifica.*

Decreto nº 55.029, de 18 de novembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel destinado à proteção de monumento histórico e paisagístico, em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.047, de 23 de novembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.081, de 25 de novembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S.A., Petróbrás, terras situadas nos municípios de Santo Antônio da Patrulha e de Gravataí, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.210, de 15 de dezembro de 1964.

— Cria, junto ao Ministério das Minas e Energia, Comissão Especial para os fins que menciona e dá outras providências.

Decreto nº 55.212, de 15 de dezembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos edificados que menciona, em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 55.297, de 28 de dezembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação do imóvel que menciona, situado em Curitiba, no Estado do Paraná.

Decreto nº 55.298, de 29 de dezembro de 1964.

— Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada a passagem da linha de subtransmissão que se estenderá entre a subestação de manobra de Barra do Pirai, município de Barra do Pirai, e a subestação de distribuição de Valença, município de Valença, Estado do Rio de Janeiro e autoriza a Rio Light S.A. — Serviços de Eletricidade e

Carris a promover constituição de servidão ou a desapropriação da mesma.

Decreto nº 55.304, de 30 de dezembro de 1964.

DIA DE MAUÁ

Estabelece o nome de Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, como "Patrono do Ministério da Viação e Obras Públicas" e institui o "Dia de Mauá".

Decreto nº 54.971, de 11 de novembro de 1964.

DIAMANTES

Autoriza Dragagem Fluvial S.A. a lavar ouro e diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.345, de 29 de setembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro David Paulo Dana a lavar diamante e ouro no município de Itupiranga, Estado do Pará.

Decreto nº 54.370, de 30 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Antônio Meira a pesquisar diamante, ouro e Quartzo, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.513, de 21 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Boaventura Leite Júnior a pesquisar diamantes e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.514, de 21 de outubro de 1964.

— Revoga o Decreto nº 46.312, de 30 de junho de 1959.

Decreto nº 54.601, de 26 de outubro de 1964.

— Revoga o Decreto nº 46.309, de 30 de junho de 1959.

Decreto nº 54.602, de 26 de outubro de 1964.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 45.887, de 28 de abril de 1959.*

Decreto nº 54.655, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Thomaz de Aquino Pereira a pesquisar diamantes, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.772, de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gastone Sartori a pesquisar ouro e diamantes, no município de Iturama, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.785, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Júlio da Silva Pereira a pesquisar diamante no município Sêro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.783, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gastone Sartori a pesquisar ouro e diamante no município de Iturama, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.784, de 3 de novembro de 1964.

DIREITO DE AUTOR

Regula a tributação, pelo imposto de renda, dos direitos de autor, da remuneração de professores e jornalistas e dos vencimentos dos magistrados.

Lei nº 4.480, de 14 de novembro de 1964.

DIREITO SOCIAL

Altera o § 2º do art. 2º do Decreto nº 51.860, de 22 de março de 1963.

Decreto nº 54.393, de 8 de outubro de 1964.

DIRETORIA DE RENDAS INTERNAS

Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Regulamenta o registro dos diplomas que, nos termos do art. 68, parágrafo único, in fine, da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, "conferem privilégio para admissão a cargos públicos" e dá outras providências.

Decreto nº 55.175, de 10 de dezembro de 1964.

DISTRITO FEDERAL

Fixa os vencimentos de Magistrados, membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.

Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964.

— *Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1965.*

Lei nº 4.544, de 10 de dezembro de 1964.

— *Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964.

— *Altera o art. 114 da Lei número 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.*

Lei nº 4.489, de 19 de novembro de 1964.

— *Prorroga até 30 de setembro de 1966, os contratos de arrendamento celebrados entre o Governo Federal, representado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), através do Grupo de Trabalho de Brasília, e os órgãos da administração indireta.*

Decreto nº 54.371, de 2 de outubro de 1964.

— *Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito espe-*

cial de Cr\$ 980.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 54.952, de 6 de novembro de 1964.

— Inclui a Inspetoria do Imposto de Renda e a Coletoria Federal em Brasília no regime estabelecido pelo artigo 2º do Decreto nº 10.280, de 19 de agosto de 1942, alterado pelo Decreto nº 51.990, de 6 de maio de 1963.

Decreto nº 54.993, de 13 de novembro de 1964.

DOAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a doar à Cúria Diocesana de Santos o domínio pleno ou útil de área de terreno localizada no Morro de Jabaquara, no Município de Santos.

Lei nº 4.534, de 9 de dezembro de 1964.

— Autoriza o Poder Executivo a doar a Cooperativa Agrícola Sambaorjense Ltda., com sede na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, uma área de terrenos de seu domínio patrimonial, sob a administração da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Lei nº 4.569, de 11 de dezembro de 1964.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, no Estado de Goiás.

Decreto nº 54.482, de 14 de outubro de 1964.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar uma área de terreno em Quarai, Estado do Rio Grande do Sul, destinada ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 54.483, de 14 de outubro de 1964.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Castilho, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.504, de 20 de outubro de 1964.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do

terreno que menciona, situado no Município de Parapuá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.945, de 6 de novembro de 1964.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Aguai, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.946, de 6 de novembro de 1964.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Orlândia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.947, de 6 de novembro de 1964.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que mencionada situado no Município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.948, de 6 de novembro de 1964.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.949, de 6 de novembro de 1964.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno sito na Cidade de Ladário, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 54.953, de 6 de novembro de 1964.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado do Paraná.

Decreto nº 55.040, de 19 de novembro de 1964.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Serra Negra, Estado de São Paulo.

Decreto nº 55.073, de 25 de novembro de 1964.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Rui de Melo e Faro a pesquisar calcário, caulim, dolomita, feldspato, quartzo e talco no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.350, de 29 de setembro de 1964.

Autoriza a Mineração Itaguai Ltda., a pesquisar dolomita, no Município de Itaguai, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.378, de 5 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Batista Sampaio a pesquisar minério de ferro, minério de manganês e dolomita no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.463, de 14 de outubro de 1964.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavar minério de ferro, de manganês, dolomita, mármore e ocre, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.520, de 21 de outubro de 1964.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavar minério de ferro e dolomita no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.525, de 21 de outubro de 1964.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavar minério de ferro, de manganês, dolomita, mármore e ocre, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.530, de 21 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Rodrigues da Silva a pesquisar dolomita, caulim, e minérios de ferro e manganês, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 54.661, de 29 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Rui de Melo e Faro a pesquisar calcário, caulim, dolomita, feldspato, quartzo e talco no Município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.686, de 29 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Vlnicius Valladares Vasconcellos a pesquisar dolomita, minérios de ferro e de manganês, no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.700 — de 26 de outubro de 1964.

Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos municípios de Ouro Preto e Ouro Branco — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.848 — de 3 de novembro de 1964.

Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos municípios de Ouro Preto e Ouro Branco — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.849 — de 3 de novembro de 1964.

DOMINA — COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LIMITADA

Concede à DOMINA — Comércio e Representações Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.824 — de 3 de novembro de 1964.

E

"ECOMIL" — EMPRESA DE COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA.

Concede à "ECOMIL" — Empresa de Comércio e Mineração Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.426 — de 12 de outubro de 1964.

ECONOMIARIOS

Dispõe sobre associados obrigatórios do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários.

Lei n.º 4.518 — de 2 de dezembro de 1964.

EMENDA CONSTITUCIONAL

Emenda Constitucional n.º 10.

EMISSÕES

Dispõe sobre a política e as instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO SANTA CATARINA LIMITADA

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de despacho aduaneiro, para equipamento a ser importado pela Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada, sediada na Cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.

Lei n.º 4.456 — de 6 de novembro de 1964.

EMPRESAS EDITORIAS

Financiamento de papel para impressão de jornais, revistas e livros.

Lei n.º 4.442 — de 29 de outubro de 1964.

EMPRESAS ESTATAIS

Dispõe sobre os editais de concorrência pública para aquisição de veículos.

Decreto n.º 54.576 — de 23 de outubro de 1964.

EMPRESAS INCORPORADAS

Mantém ato do Tribunal de Contas da União, denegatório do registro da escritura, celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas

do Patrimônio Nacional e Salvador Sahib.

Decreto Legislativo n.º 87 — de 1964.

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Aprova o Regulamento para a cobrança do empréstimo compulsório instituído pelo artigo 72 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963, e alterado pelos artigos 19 e 21, da Lei n.º 4.357, de 16 de julho de 1964.

Decreto n.º 54.334 — de 28 de setembro de 1964.

EMPRÉSTIMO NO EXTERIOR

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito entre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

Decreto n.º 55.053 — de 24 de novembro de 1964.

ENERGIA ELÉTRICA

Dispõe sobre a unificação de frequência da corrente elétrica no País.

Lei n.º 4.454 — de 6 de novembro de 1964.

— Define a competência julgadora de recursos fiscais.

Lei n.º 4.576 — de 11 de dezembro de 1964.

— Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., concessão para distribuir energia elétrica, e dá outras providências.

Decreto n.º 54.155 — de 20 de agosto de 1964.

— Outorga à Canoinhas Força e Luz S. A., concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 54.159 — de 20 de agosto de 1964.

— Dilata a área do suprimento da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Decreto n.º 54.159 — de 20 de agosto de 1964.

— *Amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas de Goiás S. A.*

Decreto nº 54.309 — de 28 de setembro de 1964.

— *Outorga à Empresa de Luz e Força de Florianópolis S. A. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.316 — de 28 de setembro de 1964.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S. A. a construir linha de transmissão e subestações abastecedoras.*

Decreto nº 54.321 — de 28 de setembro de 1964.

— *Amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas de Goiás S. A.*

Decreto nº 54.322 — de 28 de setembro de 1964.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.323 — de 28 de setembro de 1964.

— *Outorga à Companhia Força e Luz do Oeste, concessão para o aproveitamento de um desnível no Rio Jordão, existente no distrito de Guarapuava, Município do mesmo nome, Estado do Paraná.*

Decreto nº 54.325 — de 28 de setembro de 1964.

— *Transfere da Empresa Melhoramentos de Pires do Rio S. A., para Centrais Elétricas de Goiás S. A., a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no Município de Pires do Rio, Estado de Goiás.*

Decreto nº 54.326 — de 28 de setembro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a ampliar as suas instalações.*

Decreto nº 54.328 — de 28 de setembro de 1964.

— *Autoriza a Usina Termelétrica de Figueira S. A. — UTEFPA — a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 54.329 — de 28 de setembro de 1964.

— *Outorga a Centrais Elétricas do Maranhão S. A. concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica.*

Decreto nº 54.330 — de 28 de setembro de 1964.

— *Autoriza a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S. A. a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 54.332 — de 28 de setembro de 1964.

— *Outorga ao Município de Almino Afonso concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.335 — de 29 de setembro de 1964.

— *Transfere do Município de Santo Antônio de Jesus para Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia a concessão para distribuir energia elétrica no Município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.336 — de 29 de setembro de 1964.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Campo Belo para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica nos Municípios de Campo Belo e Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.337 — de 29 de setembro de 1964.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 54.338 — de 28 de setembro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Nacional de Energia Elétrica a vender unidade geradora no município de Borborema, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.343 — de 29 de setembro de 1964.

— *Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no Município de Cianorte, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 54.347 — de 29 de setembro de 1964.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuir energia elétrica no município, e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.348 — de 29 de setembro de 1964.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S. A. a construir hipoteca de segundo grau.*

Decreto n.º 54.353 — de 30 de setembro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Nacional de Energia Elétrica a dar em garantia os bens constitutivos do seu patrimônio.*

Decreto n.º 54.362 — de 1 de outubro de 1964.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Centrais Elétricas do Amazonas S. A.*

Decreto n.º 54.363 — de 1 de outubro de 1964.

— *Outorga à firma Moinho Caramuru Limitada concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível no rio Catiretê, Município de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 54.373, de 5 de outubro de 1964.

— *Autoriza Centrais Elétricas de Goiás S.A. a suprir grandes consumidores localizados em sua zona de influência.*

Decreto n.º 54.375, de 5 de outubro de 1964.

— *Outorga à Centrais Elétricas do Rio das Contas S.A. concessão para*

distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto n.º 54.376, de 5 de outubro de 1964.

— *Transfere, da Companhia Força e Luz de Ibiá S.A., para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n. 54.379, de 5 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Ford Motor do Brasil S.A. a instalar grupo Diesel-elétrico para uso exclusivo.*

Decreto n.º 54.380, de 5 de outubro de 1964.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Cedros e de outro de seu afluente Palmeiras, no distrito de Arrozeira, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, e autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A., com sede na cidade de Blumenau, no mesmo Estado, a promover as desapropriações.*

Decreto n.º 54.381, de 5 de outubro de 1964.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento progressivo da energia hidráulica de trechos dos rios Parapanema e Itararé e, em todo o curso do rio Taquari e seus afluentes, e autoriza a Usinas Elétricas do Parapanema S.A. — USELPA — a promover sua desapropriação.*

Decreto n.º 54.382, de 5 de outubro de 1964.

— *Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a instalar uma usina hidrelétrica, no açude Boqueirão de Cabaceiras, Estado da Paraíba.*

Decreto Nº 54.394, de 5 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Porto da Folha, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 54.408, de 10 de outubro de 1964.

— *Outorga ao município de Igarapé-Açu, no Estado do Pará, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.409, de 10 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Fôrça e Luz de Minas Gerais a vender os bens que especifica.*

Decreto nº 54.410, de 10 de outubro de 1964.

— *Restringe a zona de concessão da Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul e outorga ao Município de Tapes concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Cerro Grande, município de Tapes, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 54.411, de 10 de outubro de 1964.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. concessão para distribuir energia elétrica nos Municípios de Prados, Resende Costa, Tiradentes e Dorcas do Campo, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.412, de 12 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de São João do Cariri, Estado da Paraíba, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.413, de 12 de outubro de 1964.

— *Amplia a zona de concessão da Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará "CENORTE".*

Decreto nº 54.414, de 12 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Lagarto, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.415, de 12 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Simplicio Mendes, Estado do Piauí, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.420, de 12 de outubro de 1964.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.*

Decreto nº 54.452, de 14 de outubro de 1964.

— *Outorga concessão à Companhia Estadual de Energia Elétrica, para distribuir energia elétrica no Município de Sobradinho, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.468, de 14 de outubro de 1964.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.469, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Estadual de Energia Elétrica a ampliar suas instalações no Município de Rosário do Sul.*

Decreto nº 54.470, de 14 de outubro de 1964.

— *Transfere à Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no Município de Espumoso, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 54.471, de 14 de outubro de 1964.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no Município de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.472, de 14 de outubro de 1964.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no Município de Tucunduba.*

Decreto nº 54.480, de 14 de outubro de 1964.

— *Transfere à Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.481, de 14 de outubro de 1964.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Carira, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.508, de 21 de outubro de 1964.

— *Outorga à Transbrasil S.A. de Comércio, Exportação e Importação concessão para o aproveitamento de um desnível no rio São Francisco Falso existente no Município de Marechal Rondon, Estado do Paraná.*

Decreto nº 54.509, de 21 de outubro de 1964.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.516, de 21 de outubro de 1964.

— *Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 52.703, de 21 de outubro de 1963.*

Decreto nº 54.518, de 21 de outubro de 1964.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no Município de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 54.529, de 21 de outubro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor, da Centrais Elétricas Fluminenses S.A., CELF., terreno situado no município de Teresópolis — Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.561, de 23 de outubro de 1964.

— *Outorga à Indupinho Limitada concessão para o aproveitamento de um desnível denominado Salto Buriti, existente no curso d'água Butiá, município de Palmas, Estado do Paraná.*

Decreto nº 54. 574, de 23 de outubro de 1964.

— *Transfere do Município de Lambari para a Companhia Sul Mineira*

de Eletricidade a concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 54.582, de 26 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de São Cristóvão, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.583, de 26 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.584, de 26 de outubro de 1964.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem de linha de transmissão.*

Decreto nº 54.586, de 26 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a montar usina termelétrica em Alegrete.*

Decreto nº 54.587, de 26 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S.A. (CELG) a construir linhas de transmissão.*

Decreto nº 54.588, de 26 de outubro de 1964.

— *Amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas de Goiás S.A.*

Decreto nº 54.589, de 26 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a vender instalações.*

Decreto nº 54.590, de 26 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto Nº 54.591, de 26 de outubro de 1964.

— *Transfere da Central Elétrica do Piauí S. A. para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) a concessão para produzir energia elétrica no Estado de Minas Gerais.*

Decreto Nº 54.593, de 26 de outubro de 1964.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto Nº 54.594, de 26 de outubro de 1964.

— *Autoriza à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir linha de transmissão.*

Decreto Nº 54.595, de 26 de outubro de 1964.

— *Transfere concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto Nº 54.596, de 26 de outubro de 1964.

— *Autoriza à Companhia de Eletricidade de Manaus a vender bens e instalações.*

Decreto Nº 54.597, de 26 de outubro de 1964.

— *Dá nova redação ao art. 1º do Decreto Nº 50.802, de 16 de junho de 1961.*

Decreto Nº 54.598, de 26 de outubro de 1964.

— *Amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas de Goiás S. A.*

Decreto Nº 54.604, de 26 de outubro de 1964.

— *Amplia a zona de concessão de Centrais Elétricas de Goiás S. A.*

Decreto Nº 54.605, de 26 de outubro de 1964.

— *Outorga à Centrais Elétricas do Pará S. A. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Capanema, Estado do Pará.*

Decreto Nº 54.607, de 26 de outubro de 1964.

— *Outorga à Empresa de Luz e Força de Florianópolis S. A. concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.*

Decreto Nº 54.608, de 26 de outubro de 1964.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir linha de transmissão.*

Decreto Nº 54.622, de 27 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Itabi, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto Nº 54.623, de 27 de outubro de 1964.

— *Transfere da Empresa de Eletricidade Divinópolis — Cajuru S. A. para o Consórcio constituído pela Companhia Fiação e Tecelagem Divinópolis e Companhia Siderúrgica São Marcos concessão para aproveitamento de energia hidráulica.*

Decreto Nº 54.639, de 23 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Nacional de Alcalis a construir linha de transmissão.*

Decreto Nº 54.640, de 28 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a construir linha de transmissão.*

Decreto Nº 54.641, de 28 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Campina Grande, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto Nº 54.642, de 28 de outubro de 1964.

— *Transfere de Fenelon Lima & Cia. para a Companhia de Eletricidade do Cariri a concessão para distribuir energia elétrica no Município de Iguatu — Estado do Ceará.*

Decreto Nº 54.657, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S. A. a construir linha de transmissão.*

Decreto Nº 54.659, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo a construir linha de transmissão.*

Decreto Nº 54.660, de 29 de outubro de 1964.

— *Outorga à Madeireira Nacional S. A. concessão para aproveitamento de energia hidráulica.*

Decreto Nº 54.681, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Luz e Força Santa Cruz a vender os bens imóveis que especifica.*

Decreto Nº 54.682, de 29 de outubro de 1964.

— *Transfere concessão para produção e distribuição de energia elétrica no Município de Guiratinga, Estado de Mato Grosso.*

Decreto Nº 54.683, de 29 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível denominado Candieiros, no Município de Caiapônia, Estado de Goiás.*

Decreto Nº 54.684, de 29 de outubro de 1964.

— *Transfere da Empresa Mineira de Eletricidade para Centrais Elétricas de Goiás S. A. (CELG) a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás.*

Decreto Nº 54.685, de 29 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de São Caetano de Odvelas concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto Nº 54.692, de 29 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Caruru, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto Nº 54.693, de 29 de outubro de 1964.

— *Amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas de Goiás S. A.*

Decreto Nº 5.694, de 20 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A. a construir linha de transmissão.*

Decreto Nº 54.702, de 20 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S. A. a construir linha de transmissão.*

Decreto Nº 54.703, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S. A. a construir linha de transmissão.*

Decreto Nº 54.704, de 29 de outubro de 1964.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica das corredeiras do Funil, no rio Grande, Estado de Minas Gerais.*

Decreto Nº 54.705, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza Pirelli S. A. Companhia Industrial Brasileira a instalar uma usina termoeletrica para uso exclusivo.*

Decreto Nº 54.709, de 29 de outubro de 1964.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. — CELESC — concessão para aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um trecho do rio Santa Cruz.*

Decreto Nº 54.718, de 30 de outubro de 1964.

— *Transfere da Empresa de Eletricidade de Poxoréu Ltda., ao Municí-*

pio de Poxoréu, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto Nº 54.719, de 30 de outubro de 1964.

— Outorga ao Município de Valença do Piauí, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto Nº 54.721, de 30 de outubro de 1964.

— Outorga a Primo Tedesco concessão para o aproveitamento parcial do desnível Abelardo Luz, em Santa Catarina.

Decreto Nº 54.723, de 29 de outubro de 1964.

— Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S. A. a vender grupos geradores vinculados aos serviços de que é concessionária.

Decreto Nº 54.724, de 30 de outubro de 1964.

— Outorga à Companhia Agrícola Fibrasil concessão para o aproveitamento de um desnível existente no distrito de Pilar do Sul, Município de Pilar do Sul, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.

Decreto Nº 54.725, de 30 de outubro de 1964.

— Amplia a zona de concessão da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Estado do Paraná.

Decreto Nº 54.729, de 30 de outubro de 1964.

— Transfere concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto Nº 54.731, de 30 de outubro de 1964.

— Transfere do Serviço de Luz e Força do Município de Fortaleza para a Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza a concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto Nº 54.733, de 30 de outubro de 1964.

— Transfere do Município de Descanso para o Consórcio Intermunicipal de Eletricidade, concessão para

aproveitamento hidrelétrico, existente no rio Famoso, Município de Descanso, Estado de Santa Catarina.

Decreto Nº 54.735, de 30 de outubro de 1964.

— Outorga ao Município de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso, concessão para distribuir energia elétrica, e dá outras providências.

Decreto Nº 54.737, de 30 de outubro de 1964.

— Aprova a construção da linha de transmissão entre Pongai e Guarantã, bem como o sistema de distribuição em Pongai, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto Nº 54.740, de 30 de outubro de 1964.

— Transfere da firma F. Machado & Companhia para a Companhia de Eletricidade do Cariri a concessão para distribuir energia elétrica, e dá outras providências.

Decreto Nº 54.744, de 30 de outubro de 1964.

— Outorga à Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe S. A. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Simão Dias.

Decreto Nº 54.745, de 30 de outubro de 1964.

— Transfere da Empresa Ottoni & Cia. Ltda. para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto Nº 54.752, de 30 de outubro de 1964.

— Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, autorização de estudos da bacia do rio Pardo.

Decreto Nº 54.753, de 30 de outubro de 1964.

— Outorga ao Município de Cedro de São João, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto Nº 54.754, de 30 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Graco Cardoso, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.755, de 30 de outubro de 1964.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Goiás S. A. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Quirinópolis, Estado de Goiás.*

Decreto nº 54.756, de 30 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Campestre, Estado de Minas Gerais, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica.*

Decreto nº 54.826, de 3 de novembro de 1964.

— *Outorga ao Comércio de Eletricidade do Rio do Prado — Rubim concessão para o aproveitamento da energia hidráulica.*

Decreto nº 54.857, de 3 de novembro de 1964.

— *Outorga à Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível, situado no Município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.904, de 4 de novembro de 1964.

— *Regulamenta, para as empresas concessionárias de serviços de energia elétrica, a aplicação do art. 57, da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958 e dos arts. 3º a 6º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, relativos à correção da tradução monetária do valor original dos bens do ativo imobilizado das pessoas jurídicas.*

Decreto nº 54.936, de 4 de novembro de 1964.

— *Regulamenta o Decreto-lei número 3.128, de 19 de março de 1941, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.937, de 4 de novembro de 1964.

— *Altera dispositivos do Decreto número 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.938, de 4 de novembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada a passagem da linha de subtransmissão que se estenderá entre a subestação de manobra de Barra do Pirai, município de Barra do Pirai, e a subestação de distribuição de Valença, município de Valença, Estado do Rio de Janeiro e autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris a promover constituição de servidão ou a desapropriação da mesma.*

Decreto nº 55.304, de 30 de dezembro de 1964.

Energia Hidráulica — Ver: Energia Elétrica.

ENERGIA TERMELÉTRICA — Ver: ENERGIA ELÉTRICA

ENERGIA NUCLEAR

Promulga o Acórdão de Cooperação para Emprêgo Pacífico da Energia Nuclear. Brasil-França.

Decreto nº 54.496, de 16 de outubro de 1964.

ENSINO

Relaciona para os efeitos previstos no § 1º do art. 4º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, os cargos vinculados ao magistério federal dos níveis superior e médio e dá outras providências.

Decreto nº 55.244, de 21 de dezembro de 1964.

ENSINO PRIMÁRIO

Isenta de tributos convênios que visem a atender ao disposto no artigo 168, inciso III, da Constituição Federal.

Lei nº 4.554, de 10 de dezembro de 1964.

ENSINO SUPERIOR

Revoga o Decreto nº 53.642, de 28 de fevereiro de 1964.

Decreto nº 54.354, de 30 de setembro de 1964.

— *Dispõe sobre o Regime de Orga-*
dá outras providências.

soal de Nível Superior".
nização e Funcionamento da "Coor-

Decreto nº 45.356, de 30 de setembro de 1964.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 833.570.000,00 para atender a compromissos com o programa de expansão de matrículas no ensino superior.

Lei nº 4.538, de 9 de dezembro de 1964.

— Regulamenta o registro dos diplomas que, nos termos do art. 68, parágrafo único, in fine, da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, "conferem privilégio para admissão a cargos públicos" e dá outras providências.

Decreto nº 55.175, de 10 de dezembro de 1964.

ENTIDADES ESTUDANTIS

Dispõe sobre as dotações orçamentárias destinadas às Entidades Estudantis e dá outras providências.

Decreto nº 55.057, de 24 de novembro de 1964.

ENTIDADES PARAESTATAIS

Dispõe sobre a elaboração orçamentária das entidades autárquicas e paraestatais da União.

Decreto nº 54.397, de 9 de outubro de 1964.

ENTORPECENTES

Altera a redação do artigo 281 do Código Penal.

Lei nº 4.451, de 4 de novembro de 1964.

— Promulga a Convenção Única Sobre Entorpecentes.

Decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964.

ENTRADA NO TERRITÓRIO NACIONAL

Dispõe sobre atribuições das autoridades para fiscalizar a entrada de

denação do Aperfeiçoamento de Pessoas estrangeiros no território nacional, e

Lei nº 4.473, de 12 de novembro de 1964.

EPITÁCIO PESSOA

Dispõe sobre as solenidades comemorativas do centenário de Epitácio Pessoa, e dá outras providências.

Decreto nº 55.333, de 31 de dezembro de 1964.

ERSA — INDÚSTRIA E MINERAÇÃO S. A.

Concede à ERSa — Indústria e Mineração S. A. autorização para funcionar como empreza de Mineração.

Decreto nº 55.117, de 2 de dezembro de 1964.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

Dispõe sobre a retribuição de atividades didáticas exercidas na Escola Nacional de Saúde Pública.

Decreto nº 54.492, de 16 de outubro de 1964.

ESCOLA TÉCNICA NACIONAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 51.572.600,00, para atender às despesas que especifica.

Lei nº 4.433, de 20 de outubro de 1964.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 51.572.600,00 para atender às despesas que especifica.

Decreto nº 55.164, de 3 de dezembro de 1964.

ESCOLAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.221.025,50, para atender às despesas que especifica.

Lei nº 4.536, de 9 de dezembro de 1964.

— *Aprova o Regimento da Escola de Engenharia Industrial de Rio Grande.*

Decreto n° 54.300, de 24 de setembro de 1964.

Altera a denominação de estabelecimento de ensino.

Decreto n° 53.924, de 20 de maio de 1964.

— *Concede reconhecimento à Escola de Enfermagem "Lauriston Job Lane", da Sociedade Hospital Samaritano de São Paulo.*

Decreto n° 54.930, de 4 de novembro de 1964.

Ver, também, *Cursos, Faculdades e Universidades*. Quanto às militares ver também, *Aeronáutica, Exército e Marinha*.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

Aprova registro de despesa sob reserva, relativa ao pagamento de Cr\$ 452.045,10 (quatrocentos e cinquenta e dois mil e quarenta e cinco cruzeiros e dez centavos) a Amazlle Leite Gambarra e outros.

Decreto Legislativo n° 92, de 1964.

ESTADO DO ACRE

Retifica o Quadro de Pessoal do ex-Território Federal do Acre.

Decreto n° 54.939, de 5 de novembro de 1964.

ESTADO DA BAHIA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia.

Decreto Legislativo n° 107, de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00, destinado a atender às despesas com a reconstrução da Ferra de Água de Meninos, Estado da Bahia.*

Lei n° 4.547, de 10 de dezembro de 1964.

ESTADO DO CEARÁ

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), para o fim que especifica.

ESTADO DE GOIÁS

Aprova o ato do Presidente da República que determinou a intervenção federal no Estado de Goiás.

Decreto Legislativo n° 112, de 1964.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas do curso que especifica.*

Decreto n° 54.603, de 26 de outubro de 1964.

... — *Decreta a intervenção federal no Estado de Goiás.*

Decreto n° 55.082, de 26 de novembro de 1964.

— *Declara feriado bancário no Estado de Goiás.*

Decreto n° 55.087, de 26 de novembro de 1964.

ESTADO DA GUANABARA

Dispõe sobre o custeio pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei n° 3.752, de 14 de abril de 1960.

Lei n° 4.590, de 11 de dezembro de 1964.

ESTADO DO MARANHÃO

Ratifica a Lei n° 2.327, de 17 de novembro de 1963, do Governo do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Decreto n° 54.673, de 19 de outubro de 1964.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas do curso que especifica.*

Decreto n° 54.696, de 29 de outubro de 1964.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas, de uso comum, as águas dos cursos de água que especifica.

Decreto n° 54.606, de 26 de outubro de 1964.

ESTADO DA PARAÍBA

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo, celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Paraíba.

Decreto Legislativo nº 105, de 1954.

ESTADO DO PARANÁ

Declara públicas, de uso comum, as águas dos cursos de água que especifica.

Decreto nº 54.701, de 29 de outubro de 1964.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas dos cursos de água que especifica.*

Decreto nº 54.906, de 4 de novembro de 1964.

— *Declara públicas, de uso comum, as águas dos cursos de água que especifica.*

Decreto nº 55.147, de 4 de dezembro de 1964.

ESTADO DO PIAUÍ

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de empréstimo no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Piauí.

Decreto Legislativo nº 108, de 1964.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro a construir linha de transmissão.

Decreto nº 54.338, de 29 de setembro de 1964.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório ao registro ao contrato de empréstimo celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto Legislativo nº 94, de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto nº 55.060, de 24 de novembro de 1964.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Restringe a zona de concessão da Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul e outorga ao Município de Tapes concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Cêro Grande, município de Tapes, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 54.411, de 10 de outubro de 1964.

— *Declara públicas de uso comum as águas do curso d'água que especifica.*

Decreto nº 54.905, de 4 de novembro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Estadual de Energia Elétrica a ampliar suas instalações no Município de Rosário do Sul.*

Decreto nº 54.470, de 14 de outubro de 1964.

— *Transfere a Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no Município de Espumoso, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 54.471, de 14 de outubro de 1964.

— *Outorga a Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no Município de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.472, de 14 de outubro de 1964.

— *Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no Município de Tucanduva.*

Decreto nº 54.480, de 14 de outubro de 1964.

— *Transfere para a Companhia Estadual de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.481, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a montar usina termelétrica em Alegrete.*

Decreto nº 54.587, de 26 de outubro de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 54.610, de 27 de outubro de 1964.

ESTADO DE SANTA CATARINA

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do curso água que especifica.*

Decreto nº 55.149, de 4 de dezembro de 1964.

— *Declara públicas, de uso comum as águas do curso que especifica.*

Decreto nº 54.695, de 29 de outubro de 1964.

ESTADO DE SÃO PAULO

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir linha de transmissão.*

Decreto nº 54.622, de 27 de outubro de 1964.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

— *Classifica os cargos de nível superior do Estado Maior das Forças Armadas e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 54.341, de 29 de setembro de 1964.

ESTADOS

— *Eleva os limites das autorizações concedidas ao Poder Executivo pela Lei nº 1.518, de 24 de dezembro de*

1951, para contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.

Lei nº 4.457, de 6 de novembro de 1964.

— *Altera o art. 114 da Lei número 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.*

Lei nº 4.489, de 19 de novembro de 1964.

ESTANCIAS HIDROMINERAIS

— *Altera a redação do inciso IV do artigo 2º da Lei nº 2.661, de 3 de dezembro de 1955, que dispõe sobre a regulamentação do § 4º do artigo 153 da Constituição Federal e dá outras providências.*

Lei nº 4.458, de 6 de novembro de 1964.

ESTATUTO DA TERRA

— *Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.*

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

— *Estabelece as normas gerais para a regulamentação da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e dá outras providências.*

Decreto nº 55.286, de 24 de dezembro de 1964.

ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ-SOUZA

— *Retifica relação que acompanhou o Decreto nº 51.988, de 3 de maio de 1963, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Mossoró-Souza.*

Decreto nº 55.036, de 18 de novembro de 1964.

ESTRANGEIROS

— *Dispõe sobre atribuições das autoridades para fiscalizar a entrada de*

estrangeiros no território nacional, e dá outras providências.

Lei Nº 4.473, de 12 de novembro de 1964.

ESTUDANTES

Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências.

Lei Nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 24.804.500,00, para atender às despesas com a desapropriação, pela União, do imóvel situado na Praia do Flamengo, 130-132, no Estado da Guanabara, e que se destina a abrigar a Companhia de Assistência ao Estudante.*

Lei Nº 4.575, de 11 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre as dotações orçamentárias destinadas às Entidades Estudantis e dá outras providências.*

Decreto Nº 55.057, de 24 de novembro de 1964.

EXÉRCITO

Regula as promoções de Oficiais do Exército.

Lei Nº 4.448, de 29 de outubro de 1964.

— *Dá nova redação ao art. 56 da Lei nº 3.654, de 1959, que dispõe sobre a criação e organização do Quadro de Material Bélico, das Armas de Comunicações e de Engenharia, regula as condições de extinção do Quadro Técnico da Ativa e dá outras providências.*

Lei Nº 4.469, de 12 de novembro de 1964.

— *Estabelece a precedência funcional entre Oficiais Gerais dos postos de Almirante-Esquadra, General de Exército e Tenente-Brigadeiro.*

Lei Nº 4.476, de 12 de novembro de 1964.

— *Estabelece, na forma do art. 5º da Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955, a Colônia Militar do Oiapoque, no Município de Oiapoque, Território Federal do Amapá.*

Decreto Nº 54.507, de 20 de outubro de 1964.

— *Dá nova redação ao Nº 1, do parágrafo 4º, do artigo 473, do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais — RISG — (Decreto nº 42.018-57).*

Decreto Nº 54.369, de 1 de outubro de 1964.

— *Dá nova redação ao § 3º, do artigo 1º do Decreto nº 53.937, de 29 de maio de 1964, que fixa a lotação dos Adidos e Adjuntos de Adidos Militares, Navais e Aeronáuticos junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências.*

Decreto Nº 54.383, de 6 de outubro de 1964.

— *Altera o art. 1º do Decreto número 54.036, de 3 de agosto de 1964.*

Decreto Nº 55.077, de 25 de novembro de 1964.

— *Regulamenta a Lei de Promoções de Oficiais do Exército (Lei número 4.448, de 29 de outubro de 1964).*

Decreto Nº 55.090-A, de 28 de novembro de 1964.

— *Cria a 11ª Companhia Depósito de Subsistência.*

Decreto Nº 55.171, de 10 de dezembro de 1964.

— *Altera o art. 40 do Regulamento da Lei nº 3.654, de 4 de novembro de 1959, que dispõe sobre a criação e organização do Quadro de Material Bélico, das Armas de Comunicações e de Engenharia.*

Decreto Nº 55.172, de 10 de dezembro de 1964.

— *Cria o 4º Batalhão de Comunicações de Exército.*

Decreto Nº 55.277, de 22 de dezembro de 1964.

— *Transfere de sede o 2º Batalhão Ferroviário.*

Decreto Nº 55.278, de 22 de dezembro de 1964.

— *Permite a prorrogação do estágio de serviço aos 2º Tenentes R-2 das Armas.*

Decreto Nº 55.307, de 30 de dezembro de 1964.

— Ver, também, *Ministério da Guerra.*

EXPORTAÇÃO

Dispõe sobre a marcação de volumes para exportação e da outras providências.

Lei Nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964.

— *Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização da exportação do milho visando à sua padronização.*

Decreto Nº 54.858, de 3 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre as medidas destinadas a incrementar a exploração e exportação do minério de ferro.*

Decreto Nº 55.282, de 22 de dezembro de 1964.

F

FABRICA NACIONAL DE MOTORES.

Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 16.000.000.000,00 (dezesseis bilhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica.

Decreto Nº 55.293, de 29 de dezembro de 1964.

FACULDADES

Altera a denominação de estabelecimento de ensino.

Decreto Nº 53.924, de 20 de maio de 1964.

— *Concede reconhecimento à Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto Nº 54.125, de 12 de agosto de 1964.

— *Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Serviço Social de Baurú, no Estado de São Paulo.*

Decreto Nº 54.274, de 10 de setembro de 1964.

— *Concede reconhecimento à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá — Estado do Paraná.*

Decreto Nº 54.355, de 30 de setembro de 1964.

— *Concede reconhecimento à Faculdade Católica de Ciências Econômicas.*

Decreto Nº 54.908, de 4 de novembro de 1964.

FAZENDA NACIONAL DE SANTA CRUZ

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.038.400,00 (um milhão, trinta e oito mil e quatrocentos cruzeiros), destinado ao pagamento da indenização devida a José Vasco Junior pelas benfeitorias realizadas em terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

Lei nº 4.496, de 26 de novembro de 1964.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS

Autoriza a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais a filiar-se a Federação Interamericana de Organizações de Periodistas Profissionais (FIOPP), com sede no Paraná.

Decreto Nº 54.542, de 22 de outubro de 1964.

**FEDERACION INTERAMERICANA
DE ORGANIZACIONES DE PE-
RIODISTAS PROFESIONALES
(FIOPP)**

Autoriza a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais a filiar-se a Federación Interamericana de Organizaciones de Periodistas Profesionales (FIOPP), com sede no Panamá.

Decreto Nº 54.542, de 22 de outubro de 1964.

FELJÃO

Dispõe sobre os preços básicos mínimos para operações de financiamento e aquisição de feijão e de amendoim e dá outras providências.

Decreto Nº 55.236, de 17 de dezembro de 1964.

FEIRA DE AGUA DE MENINOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00, destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Agua de Meninos, Estado da Bahia.

Lei Nº 4.547, de 10 de dezembro de 1964.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Rui de Melo e Faro a pesquisar calcário, caulim, dolomita, feldspato, quartzo e talco no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto Nº 54.350, de 29 de setembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alberto José Moore a pesquisar feldspato, no município de Mesquita, Estado de Minas Gerais.

Decreto Nº 54.418, de 12 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Osório de Oliveira Azevedo a pesquisar feldspato, no Município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

Decreto Nº 54.421, de 12 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Preto de Godoy a pesquisar feldspato, no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto Nº 54.438, de 13 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Otomar Dietrich a pesquisar feldspato e pedras coradas no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Decreto Nº 54.444, de 18 de outubro de 1964.

— Autoriza a cidadã brasileira Palmira Alexandroni Zanescio a pesquisar feldspato no município de Sororro, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 54.515 — de 21 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Souza Franco a lavar feldspato no município de Andradas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.524 — de 21 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Rui de Melo e Faro a pesquisar calcário, caulim, dolomita, feldspato, quartzo e talco no Município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 54.686 — de 29 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Amaury de Souza Mello, a pesquisar feldspato, no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 54.698 — de 29 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Levindo Gonçalves da Silva a pesquisar feldspato no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.717 — de 30 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mendes a lavar feldspato no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 54.742 — de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Sattim a pesquisar feldspato, quartzo e caulim, no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 54.841 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Otaviano Francisco Pires a pesquisar malacacheta e feldspato no município de Raul Soares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.852 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jean Claude Abel Heymann a lavar caulim, argila e feldspato, no município de Santana do Parnaíba — Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 54.880 — de 4 de novembro de 1964.

FERRO

Retifica o artigo 1.º do Decreto número 48.317, de 20 de junho de 1960.

Decreto n.º 54.406 — de 10 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raul Mourão Guimarães a pesquisar quartzo e minério de ferro no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.459 — de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Usina Queiroz Júnior S. A. — Indústria Siderúrgica, a pesquisar minério de ferro, no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.460 — de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Batista Sampaio a pesquisar minério de ferro, minério de manganês e dolomita no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.463 — de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a pesquisar minérios de*

ferro e manganês, nos municípios de Ouro Preto, Itabirito e Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.477 — de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a pesquisar minérios de ferro e manganês, nos municípios de Ouro Preto, Itabirito e Belo Vale, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.478 — de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a pesquisar minérios de ferro e manganês, nos municípios de Ouro Preto, Itabirito e Belo Vale, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.479 — de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Linhares Cabral a pesquisar minério de ferro, no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.497 — de 19 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavar minério de ferro, de manganês, dolomita, mármore e ocre, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.520 — de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavar minério de ferro, e dolomita no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.525 — de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavar minério de ferro, de manganês, dolomita, mármore e ocre, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.530 — de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues de Almeida a pes-*

quisar minério de ferro, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 54.537 — de 22 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Rio Acima a pesquisar minério de ferro e de manganês, ocre, bauxita e argila, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.545 — de 22 de outubro de 1964.

— *Renova a autorização contida no Decreto n.º 48.574, de 22 de junho de 1960.*

Decreto n.º 54.600 — de 26 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Gonçalves Filho a pesquisar bauxita e minério de ferro, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.621 — de 27 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Rodrigues da Silva a pesquisar dolomita, caulim e minérios de ferro e manganês, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 54.661 — de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringá a lavrar minério de ferro no município de Ribeira, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 54.697 — de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vinicius Valladares Vasconcellos a pesquisar dolomita, minérios de ferro e de manganês, no município de Nova Lima Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.700 — de 26 de outubro de 1964.

— *Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município*

de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.707 — de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Félix Soares a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 54.708 — de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza a A. S. Moura, firma individual a pesquisar minério de ferro, no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.712 — de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Heraldo dos Santos Andrade a pesquisar minério de ferro, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.728 — de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Argentina Silva Soares a pesquisar minério de ferro e de manganês, no Município de Corumbá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.732 — de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Sérgio Marinho Nunes a pesquisar ocre e minério de ferro no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.780 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Argentina de Souza Oliveira a pesquisar minério de ferro no município de Belo Vale, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.781 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Argentina de Souza Oliveira a pesquisar minério de ferro no município*

de Belo Vale, na Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.782 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a Mitra Arquidiocesana de São Paulo a pesquisar minério de ferro e calcário, no Município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 54.788 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a pesquisar minérios de ferro e manganês, nos municípios de Ouro Preto, Itabirito e Belo Vale, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.811 — De 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Santos Silva a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 54.817 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Santos Silva a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 54.818 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Santos Silva a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 54.819 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Santos Silva a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 54.820, de 3 de novembro de 1964.
-4.613

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Santos Silva a pesquisar*

minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso

Decreto n.º 54.821, de 3 de novembro de 1964.

— *Renova o Decreto nº 50.029, de 24 de janeiro de 1961.*

Decreto n.º 54.822, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Adelaide de Oliveira Ribas a pesquisar minério de ferro, no município de Xingu, Estado do Pará.*

Decreto n.º 54.833, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Adelaide de Oliveira Ribas a pesquisar minério de ferro, no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.*

Decreto n.º 54.834, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Adelaide de Oliveira Ribas a pesquisar minério de ferro, no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.*

Decreto n.º 54.835, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Adelaide de Oliveira Ribas a pesquisar minério de ferro, no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.*

Decreto n.º 54.836, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Adelaide de Oliveira Ribas a pesquisar minério de ferro, no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.*

Decreto n.º 54.839, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos municípios de Ouro Preto e Ouro Branco — Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.848, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos municípios de Ouro Preto e Ouro Branco, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.849, de 3 de novembro de 1964.

— *Declara caduco o decreto 25.980 de 8 de dezembro de 1948.*

Decreto nº 54.929, de 4 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Túlio Guimarães da Gama, a lavrar minérios de ferro, de manganês, e calcário dolomítico no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 55.034, de 18 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre as medidas destinadas a incrementar a exploração e exportação do minério de ferro.*

Decreto nº 55.282, de 22 de dezembro de 1964.

FERROVIAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 278.690.500,00 (duzentos e setenta e oito milhões seiscentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros), destinado a atender as despesas com a ligação ferroviária Belo Horizonte-Itabira-Pecanha.

Lei nº 4.479, de 12 de novembro de 1964.

— *Aprova o Plano Nacional de Viação.*

Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

— *Altera o artigo 1º do Decreto nº 54.086, de 3 de agosto de 1964.*

Decreto nº 54.959, de 9 de novembro de 1964.

— *Altera o artigo 1º do Decreto nº 54.086, de 3 de agosto de 1964.*

Decreto nº 55.077, de 25 de novembro de 1964.

FILITO

Autoriza o cidadão brasileiro José Emygdio de Souza a pesquisar, filito e argila, no município de Pirapora do Bom Jesus — Estado de São Paulo

Decreto nº 54.619, de 27 de outubro de 1964.

FIRST NATIONAL CITY BANK

Aprova a reforma de estatutos do First National City Bank com sede em New York, E.U.A.

Decreto nº 55.044, de 20 de novembro de 1964.

— *Aprova a reforma de estatutos do First National City Bank, com sede em New York, E.U.A.*

Decreto nº 55.045, de 20 de novembro de 1964.

FLUORITA

Autoriza a Mineração Brasileira de Fluorita Ltda., a pesquisar fluorita, no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto nº 54.531, de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Quarezemim a pesquisar fluorita, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.534, de 21 de outubro de 1964.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para automóvel com transmissão automática, que fôr adquirido por ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira, mutilado em consequência de ferimentos recebidos na Campanha da Itália.

Lei nº 4.427, de 14 de outubro de 1964.

FORÇAS ARMADAS

Altera a alínea "j" do art. 3º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955,

que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz.

Lei n.º 4.446, de 29 de outubro de 1964.

— *Altera a organização da Comissão Desportiva das Forças Armadas.*

Decreto n.º 54.559, de 23 de outubro de 1964.

— *Ver, também, Aeronáutica Exército e Marinha.*

FORTE DEFENSOR PERPÉTUO

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel destinado à proteção de monumento histórico e paisagístico, em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 55.047, de 23 de novembro de 1964.

FOSFATO

Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren, a pesquisar calcário e fosfato, no município de Igarauçu, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 54.467, de 14 de outubro de 1964.

FRONTEIRA SUDOESTE

Fixa o valor das gratificações de representação de gabinete para atender, provisoriamente, aos encargos de direção e chefia da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, e dá outras providências.

Decreto n.º 55.308, de 30 de dezembro de 1964.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências.

Lei n.º 4.513, de 1.º de dezembro de 1964.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Altera o parágrafo 1.º do art. 4.º da Lei n.º 3.858, de 23 de dezembro de 1960.

Lei n.º 4.520, de 7 de dezembro de 1964.

— *Dispõe sobre o Regulamento de Acesso dos funcionários públicos civis do Poder Executivo, e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.488, de 15 de outubro de 1964.

— *Dispõe sobre normas destinadas a disciplinar o ingresso em cargos públicos e a nomeação de candidatos habilitados em concurso, e dá outras providências.*

Decreto n.º 55.003, de 13 de novembro de 1964.

— *Inclui nas relações de que trata o Decreto n.º 54.015, de 13 de julho de 1964, os cargos que especifica.*

Decreto n.º 55.004, de 13 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre a revisão das gratificações pela participação em órgãos de deliberação coletiva da administração direta e das autarquias, e dá outras providências.*

Decreto n.º 55.090, de 26 de novembro de 1964.

— *Altera a taxa de conversão aplicável às operações de receita e despesa realizáveis no Exterior e dá outras providências.*

Decreto n.º 55.098, de 1 de dezembro de 1964.

— *Regulamenta o registro dos diplomas que, nos termos do art. 68, parágrafo único, "in fine", da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, "conferem privilégio para admissão a cargos públicos", e dá outras providências.*

Decreto n.º 55.175, de 10 de dezembro de 1964.

— *Altera o Decreto n.º 41.195, de 26 de março de 1957, que regulamen-*

tou a aplicação do art. 7.º da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954.

Decreto n.º 55.185, de 10 de dezembro de 1964.

— *Dispõe sobre a execução do parágrafo único do art. 65 da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960, e do art. 31 da Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963.*

Decreto n.º 55.195, de 10 de dezembro de 1964.

— *Exclui da proibição constante do Decreto n.º 54.003, de 3 de julho de 1964, as nomeações interinas para cargos vagos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.*

Decreto n.º 55.197, de 10 de dezembro de 1964.

— *Inclui nas relações de que trata o Decreto n.º 54.015, de 13 de julho de 1964, os cargos que especifica.*

Decreto n.º 55.204, de 11 de dezembro de 1964.

— *Estabelece normas transitórias para preenchimento dos Boletins de Merecimento de que trata o Decreto n.º 53.489, de 23 de janeiro de 1964 (Regulamento de Promoção dos Funcionários Públicos Cíveis da União).*

Decreto n.º 55.232, de 16 de dezembro de 1964.

— *Retifica a classificação a que se refere o Decreto n.º 54.015, de 13 de julho de 1964, na parte referente à série de classes de Assistência Social.*

Decreto n.º 55.246, de 21 de dezembro de 1964.

— *Dispõe sobre a execução da Lei n.º 3.738, de 4 de abril de 1960, no âmbito das autarquias federais.*

Decreto n.º 55.248, de 21 de dezembro de 1964.

— *Estabelece normas para a execução do Decreto n.º 51.061, de 27 de julho de 1961, que institui medalha-prêmio para os funcionários civis do Poder Executivo.*

Decreto n.º 55.249, de 21 de dezembro de 1964.

— *Dispõe sobre o enquadramento provisório do pessoal de nível universitário.*

Decreto n.º 55.301, de 29 de dezembro de 1964.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Fixa os vencimentos de Magistrados, membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.

Lei n.º 4.439, de 27 de outubro de 1964.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Autoriza cessão gratuita de imóvel da União Federal, no Estado da Guanabara, à Fundação Getúlio Vargas, com apoio no parágrafo 3.º do artigo 64 e artigos 125 e 126, todos do Decreto-lei n.º 9.760, de 1946.

Decreto n.º 54.435, de 12 de outubro de 1964.

Autoriza a Associação Civil "Lar Proletário" a transferir, à Fundação Leão XIII, o imóvel situado à Rua Ricardo Machado, no Rio de Janeiro.

Lei n.º 4.429, de 14 de outubro de 1964.

FUNDO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS — "FINAME"

Cria o "Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais — FINAME" e dá outras providências.

Decreto n.º 55.275, de 22 de dezembro de 1964.

FUNDO NACIONAL DE MINERAÇÃO

Cria o imposto único sobre os minerais do País; dispõe sobre o produto de sua arrecadação; institui o "Fundo Nacional de Mineração", e dá outras providências.

Lei n.º 4.425, de 8 de outubro de 1964.

FUNDO NACIONAL
DE REFORMA AGRÁRIA

Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.

— *Estabelece as normas gerais para regulamentação da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 e dá outras providências.*

Decreto n.º 55.286, de 24 de dezembro de 1964.

G

GALENA

Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Ferreira Santos a pesquisar galena, no município de Altamira, Estado do Pará.

Decreto n.º 54.324, de 28 de setembro de 1964.

— *Renova o Decreto n.º 49.022, de 4 de outubro de 1960.*

Decreto n.º 54.454, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Empresa de Mineração Paqueiro Ltda., a pesquisar galena, no município de Ribeira, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 54.716, de 30 de outubro de 1964.

GARANTIA DO TESOUREIRO
NACIONAL

Eleva os limites das autorizações concedidas ao Poder Executivo pela Lei n.º 1.518, de 24 de dezembro de 1951, para contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.

Lei n.º 4.457, de 6 de novembro de 1964.

GIPSITA

Autoriza o cidadão brasileiro Clóvis Ramalho Ribeiro Dantas a pes-

quisar gipsita no município de Boacó, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 54.464, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Fernandes Alves da Costa a lavar gipsita, no município de Araripina, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 54.521, de 21 de outubro de 1964.

GRAFITE

Autoriza o cidadão brasileiro Aquilino Peres de Moura a pesquisar grafite no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.840, de 3 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo de Moura Carvalho a pesquisar grafite no município de Carvalhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.844, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Peres de Moura a pesquisar grafite no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 54.356, de 3 de novembro de 1964.

GRAFITE DO BRASIL S. A.

Concede à Grafite do Brasil S. A., "Grafisa", autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 54.364, de 1 de outubro de 1964.

GRUPOS EXECUTIVOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP).

Lei n.º 4.434, de 20 de outubro de 1964.

GRUPOS DE TRABALHO

Constitui Grupo de Trabalho para examinar a viabilidade técnica, econômica e financeira de uma fábrica de cimento em Barbalha, Ceará, bem como promover a sua concretização.

Decreto n.º 54.365, de 1.º de outubro de 1964.

— *Cria Grupo de Trabalho para estudar e propor a legislação disciplinadora da hemoterapia no Brasil e dá outras providências.*

Decreto n.º 54.494, de 16 de outubro de 1964.

— *Institui Grupo de Trabalho para o fim que menciona.*

Decreto n.º 55.184, de 10 de dezembro de 1964.

H

HEMOTERAPIA

Cria Grupo de Trabalho para estudar e propor a legislação disciplinadora da hemoterapia no Brasil e dá outras providências.

Decreto n.º 54.494, de 16 de outubro de 1964.

I

IBGE — Ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBRASA — INDÚSTRIA
BRASILEIRA DE MÁRMORES
SOCIEDADE ANÔNIMA

Concede à Ibrasa — Indústria Brasileira de Mármore S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 54.453, de 14 de outubro de 1964.

ICISA S. A. — INDÚSTRIA E
COMÉRCIO

Concede permissão à Icisa S. A. Indústria e Comércio, estabelecida na cidade de Rio Grande, Estado do

Rio Grande do Sul, para funcionar com suas seções de produção de ácido sulfúrico, bem como as seções supridoras de energia e matéria-prima, em caráter permanente, nos dias de domingos e feriados civis e religiosos.

Decreto n.º 54.689, de 29 de outubro de 1964.

IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA
DE SÃO PAULO

Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para a importação de pertences e acessórios para órgãos, destinados à Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei n.º 4.546, de 10 de dezembro de 1964.

IGUASSU COMPANHIA DE
SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Iguaçu Companhia de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 54.635, de 27 de outubro de 1964.

ILMENITA

Autoriza o cidadão brasileiro Simão Weitisky Dutter a pesquisar ilmenita, no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.

Decreto n.º 54.570, de 23 de outubro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Simão Weitisky Dutter a pesquisar ilmenita no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.

Decreto n.º 54.816, de 3 de novembro de 1964.

IMÓVEIS RURAIS

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.

IMPOSTO DE CONSUMO

Dispõe sobre a venda de vinho em recipientes de volume superior ao estabelecido pela legislação em vigor e dá outras providências.

Lei nº 4.426, de 8 de outubro de 1964.

— *Altera disposições das Leis números 4.357, de 16 de julho de 1964, e 4.388, de 28 de agosto de 1964.*

Lei nº 4.481, de 14 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.*

Lei nº 4.502, de 20 de novembro de 1964.

— *Modifica a legislação dos impostos de consumo e do selo e dá outras providências.*

Lei nº 4.388, de 28 de agosto de 1964.

IMPOSTO DE RENDA

Determina registro de contrato firmado entre a Delegacia Regional do Imposto de Rendas, em Minas Gerais, e o Banco do Brasil S. A.

Decreto Legislativo nº 86, de 1964.

— *Regulamenta artigos da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, artigo 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.295, de 23 de setembro de 1964.

— *Regulamenta as disposições dos artigos 4º, 12 e 16 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.*

Decreto nº 54.333, de 28 de setembro de 1964.

— *Aprova o Regulamento para a cobrança do empréstimo compulsório, instituído pelo artigo 72 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963 e alterado pelos artigos 19 e 21 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.*

Decreto nº 64.334, de 28 de setembro de 1964.

— *Prorroga o prazo do artigo 4º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 52.149, de 25 de junho de 1964.*

Decreto nº 54.486, de 15 de outubro de 1964.

— *Regulamenta, para as empresas concessionárias de serviços de energia elétrica, a aplicação do art. 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, e dos arts. 3º a 6º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, relativos à correção da tradução monetária do valor original dos bens do ativo imobilizado das pessoas jurídicas.*

Decreto nº 54.933, de 4 de novembro de 1964.

— *Altera disposições das Leis números 4.357, de 16 de julho de 1964, e 4.398, de 28 de agosto de 1964.*

Lei nº 4.481 de 14 de novembro de 1964.

— *Regula a tributação, pelo imposto de renda, dos direitos de autor da remuneração de professores e jornalistas e dos vencimentos dos magistrados.*

Lei nº 4.480, de 14 de novembro de 1964.

— *Inclui a Inspeção do Imposto de Renda e a Coletoria Federal em Brasília, no regime estabelecido pelo artigo 2º do Decreto número 10.280, de 19 de agosto de 1942, alterado pelo Decreto nº 51.990, de 6 de maio de 1963.*

Decreto nº 54.998, de 13 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza.*

Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre o Imposto do Selo e dá outras providências.*

Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964.

— *Modifica a legislação dos impostos de consumo e do selo e dá outras providências.*

Lei nº 4.388, de 28 de agosto de 1964.

IMPÓSTO TERRITORIAL RURAL

Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

IMPÓSTO ÚNICO SOBRE MINEIRAIS

Cria o imposto único sobre os minerais do País; dispõe sobre o produto de sua arrecadação; institui o "Fundo Nacional de Mineração e dá outras providências."

Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964.

IMPOSTOS

Emenda Constitucional nº 10.

— Altera a Legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

IMUNIDADES

Aprova o texto do Acôrdo sobre Privilégios e Imunidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, previsto no artigo 47 do Tratado de Montevidéu.

Decreto Legislativo nº 118, de 1964.

INCORPORADORA IMOBILIÁRIA

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

INDULTO

Concede indulto a sentenciados pela forma que menciona.

Decreto nº 55.102, de 1º de dezembro de 1964.

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Reorganiza a Comissão Brasileira para Assuntos da Indústria Automobilística na ALALC.

Decreto nº 54.396, de 9 de outubro de 1964.

— Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excentuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material destinado a indústrias de fabricação de material automobilístico, motores de explosão e de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica.

Lei nº 4.492, de 24 de novembro de 1964.

INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA

Modifica a redação do Decreto número 51.106, de 1º de agosto de 1961, que definiu o que se considera filme brasileiro e incorpora o Decreto número 53.011, de 27 de novembro de 1963.

Decreto nº 55.202, de 11 de dezembro de 1964.

— Concede, pelo prazo de 24 meses, isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e taxa de despacho aduaneiro para importação de equipamento e material cinematográfico.

Lei nº 4.549, de 10 de dezembro de 1964.

INDÚSTRIA NACIONAL DE MECÂNICA PESADA

Concede, pelo prazo de 4 (quatro) anos, isenção dos impostos de importação e consumo, para importação do material destinado a instalação ou ampliação da Indústria Nacional de Mecânica Pesada e dá outras providências.

Lei nº 4.584, de 11 de dezembro de 1964.

INDÚSTRIA SUL-AMERICANA DE METAIS S.A.

Isenta do imposto de importação equipamento industrial.

Lei nº 4.543, de 10 de dezembro de 1964.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Decreta a intervenção na Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Decreto nº 55.159, de 4 de dezembro de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA e DOCUMENTAÇÃO

Classifica os cargos de nível superior ao Conselho Nacional de Pesquisas e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.099, de 1 de dezembro de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Altera o Decreto nº 51.053, de 26 de julho de 1961, que estende ao Pessoal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a concessão do auxílio previsto no artigo 137 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Decreto Nº 54.368, de 1º de outubro de 1964.

— *Retifica o enquadramento do Conselho Nacional de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências.*

Decreto nº 55.272, de 22 de dezembro de 1964.

— *Fixa o valor das gratificações de representação de gabinete para atender provisoriamente, nos encargos de direção, chefia, assessoramento e secretariado, do Serviço Nacional de Recenseamento, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências.*

Decreto nº 35.309, de 30 de dezembro de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

— *Estabelece as Normas gerais para a regulamentação da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964 e dá outras providências.*

Decreto nº 55.286, de 24 de dezembro de 1964.

INSTITUTO CULTURAL BRASIL-CUBA

Suspende o funcionamento do Instituto Cultural Brasil-Cuba, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 54.645, de 29 de outubro de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

Classifica os cargos de nível superior do Instituto dos Bancários e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.170, de 9 de dezembro de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Revoga o Decreto nº 51.500, de 8 de julho de 1962, que autorizou a instalação de uma Delegacia Regional do IAPFESP, no Estado de Mato Grosso, com sede em Cuiabá.

Decreto nº 54.557, de 23 de outubro de 1964.

— *Classifica os cargos de nível superior do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP) e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 55.076, de 26 de novembro de 1964.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

Dispõe sobre a execução do artigo 3º e seu parágrafo único da Lei número 4.463, de 7 de novembro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 55.021, de 17 de novembro de 1964.

IAPI

Classifica os cargos de nível superior do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e

dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.072, de 25 de novembro de 1964.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Classifica os cargos de nível superior do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e do Hospital dos Servidores do Estado.

Decreto nº 55.071, de 25 de novembro de 1964.

INSTITUTO DO CACAU DA BAHIA

Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a termo aditivo ao contrato celebrado entre a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o Instituto de Cacau da Bahia.

Decreto Legislativo nº 88, de 1964.

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Dispõe sobre a execução do artigo 2º e seu parágrafo único da Lei nº 4.463, de 7 de novembro de 1964, e dá outras providências.

Decreto nº 55.021, de 17 de novembro de 1964.

Dispõe sobre a arrecadação da contribuição de um por cento devida pelas empresas ao Banco Nacional de Habitação, e dá outras providências.

Decreto nº 54.955, de 6 de novembro de 1964.

— Institui o Salário-Educação e dá outras providências.

Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964.

INTERINOS

Exclui da proibição constante do Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964, as nomeações interinas para

cargos vagos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Decreta intervenção federal no Estado de Goiás.

Decreto nº 55.082, de 26 de novembro de 1964.

— Aprova o ato do Presidente da República que determinou a intervenção federal no Estado de Goiás.

Decreto Legislativo nº 112, de 1964.
IPASE — Ver: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

ISENÇÕES

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para automóvel com transmissão automática, que fôr adquirido por ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira, mutilado em consequência de ferimentos recebidos na Campanha da Itália.

Lei nº 4.427, de 14 de outubro de 1964.

— Isenta do imposto de importação equipamento adquirido pela Rádio Bandeirantes S.A., com sede em São Paulo — S.P.

Lei nº 4.432, de 20 de outubro de 1964.

— Isenta de imposto de importação e de consumo equipamento de onda portadora.

Lei nº 4.437 — De 20 de outubro de 1964.

— Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro, para os equipamentos e materiais a serem importados pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO — destinados à instalação e montagem de uma unidade de produção de butadieno e uma de polimerização e unidades auxiliares de conjunto industrial, no Município de Cabo, Estado de Pernambuco.

Lei nº 4.453 — De 6 de novembro de 1964.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de despacho aduaneiro, para equipamento a ser importado pela Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada, sediada na Cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.*

Lei nº 4.456 — De 6 de novembro de 1964.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, emolumentos consulares, taxas de armazenagem e capatazias sobre um geroplano monomotor, instrumentos, máquinas, aparelhos e utensílios a serem importados pela Ordem dos Serviços de Maria, e dá outras providências.*

Lei nº 4.462 — De 7 de novembro de 1964.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para os equipamentos, suas peças e sobressalentes, destinados à instalação ou ampliação de indústrias complementares de construção naval.*

Lei nº 4.482 — De 14 de novembro de 1964.

— *Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para donativos remetidos a instituições de beneficência.*

Lei nº 4.485 — De 19 de novembro de 1964.

— *Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material destinado a indústrias de fabricação de material automobilístico, motores de explosão e de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica.*

Lei nº 4.492 — De 24 de novembro de 1964.

— *Isenta de imposto de importação equipamento destinado à instalação de uma usina central piloto para beneficiamento de chá.*

Lei nº 4.512 — De 1º de dezembro de 1964.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento tele-*

fônico a ser importado pela Companhia Telefônica de Passos — Estado de Minas Gerais.

Lei nº 4.521 — De 7 de dezembro de 1964.

— *Isenta do imposto de importação exclusiva a taxa de despacho aduaneiro, equipamento destinado à instalação de uma fábrica de leite em pó, em Belo Horizonte — Minas Gerais.*

Lei nº 4.522 — De 7 de dezembro de 1964.

— *Isenta do imposto de importação e de consumo equipamento destinado à ampliação de usina siderúrgica.*

Lei nº 4.524 — De 7 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção dos tributos alfandegários à Erierson do Brasil, Comércio e Indústria, S. A., para a importação de material destinado a Telefônica de Sete Lagoas, Minas Gerais.*

Lei nº 4.526 — De 8 de dezembro de 1964.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de despacho aduaneiro, equipamento telefônico destinado à Empresa Telefônica de Uberaba S. A.*

Lei nº 4.528 — De 8 de dezembro de 1964.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como de emolumentos consulares e demais taxas a mercadorias e materiais destinados às comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro.*

Lei nº 4.541 — De 10 de dezembro de 1964.

— *Isenta do imposto de importação equipamento industrial.*

Lei nº 4.548 — De 10 de dezembro de 1964.

— *Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social para a importação de pertences e acessórios para órgãos, destinados à Igreja Evangélica Luterana de São Paulo,*

Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei nº 4.546 — De 10 de dezembro de 1964.

— Concede, pelo prazo de 30 meses, isenção de direito alfandegários, imposto de consumo e taxa de despacho aduaneiro para importação de equipamento e material cinematográfico.

Lei nº 4.549 — De 10 de dezembro de 1964.

— Isenta de tributos convênios que visem a atender ao disposto no artigo 168, inciso III, da Constituição Federal.

Lei nº 4.554 — De 10 de dezembro de 1964.

— Concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S. A., para instalação e manutenção de sua Refinaria em Manguinhos, no Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal.

Lei nº 4.555 — De 10 de dezembro de 1964.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo o equipamento telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica de Patrocínio, na cidade do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

Lei nº 4.559 — De 10 de dezembro de 1964.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo, ressalvada a taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à montagem de uma base de revisão para motores a reação e de combustão interna importados pela firma Rolls Royce S. A.

Lei nº 4.562, de 11 de dezembro de 1964.

— Concede prorrogação até 30 de junho de 1964 do prazo estabelecido no art. 1º da Lei nº 3.963, de 20 de setembro de 1961 (Faculta isenção de direitos alfandegários para importa-

ção de material destinado à fabricação de máquinas agrícolas).

Lei nº 4.568, de 11 de dezembro de 1964.

— Isenta do imposto de importação material destinado à fabricação de centrais telefônicas a ser importado pela Siemens do Brasil Companhia de Eletricidade.

Lei nº 4.577, de 11 de dezembro de 1964.

— Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para centros telefônicos automáticos a serem importados pelas Companhias Telefônicas de Valinhos, em Valinhos, e Empresa Telefônica Araraense S. A., em Araras, ambas no Estado de São Paulo, e pela Companhia Telefônica de Goiás, em Goiás, Estado de Goiás.

Lei nº 4.582, de 11 de dezembro de 1964.

— Concede, pelo prazo de 4 (quatro) anos, isenção dos impostos de importação e consumo, para importação do material destinado à instalação ou ampliação da Indústria Nacional de Mecânica Pesada e dá outras providências.

Lei nº 4.584, de 11 de dezembro de 1964.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Companhia Fábrica Yolanda S. A.", de Recife, Pernambuco.

Decreto nº 54.388, de 8 de outubro de 1964.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "SIBRASIL S. A. — Indústria Sisaleira do Brasil", de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Decreto nº 54.395, de 8 de outubro de 1964.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia Química do Recôncavo (COR)", de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto Nº 55.059, de 24 de novembro de 1964.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à Empresa "Artefatos de Borracha Mucambo Ltda.", de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto Nº 55.075, de 25 de novembro de 1964.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à Empresa "Laticínios do Nordeste S. A.", de Batalha, Estado de Alagoas.

Decreto nº 55.269, de 22 de dezembro de 1964.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à Empresa "SABAP do Norte S. A. Brasileira de Artefatos Plásticos", de Recife (PE).

Decreto nº 55.270, de 22 de dezembro de 1964.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à Empresa "E. Lucena S. A. Indústrias Metalúrgicas", de Recife (PE).

Decreto nº 55.271, de 22 de dezembro de 1964.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de

isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à Empresa "Brasquip" — Indústria Brasileira de Equipamentos S. A., de Salvador (Bahia).

Decreto nº 55.285, de 24 de dezembro de 1964.

ITALBRAS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Italbras Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto Nº 54.678, de 29 de outubro de 1964.

J

J. WALTER THOMPSON COMPANY DO BRASIL

Concede nacionalização à sociedade anônima J. WALTER THOMPSON COMPANY DO BRASIL, sob a denominação de J. WALTER THOMPSON S. A. — SERVIÇOS DE PUBLICIDADE.

Decreto n: 54.614, de 27 de outubro de 1964.

JORNADA LUSO-BRASILEIRA DE ENGENHARIA CIVIL (II)

Dispõe sobre a realização da "Segunda Jornada Luso-Brasileira de Engenharia Civil" e dá outras providências.

Decreto Nº 55.240, de 18 de dezembro de 1964.

JORNALISTAS

Regula a tributação, pelo imposto de renda, dos direitos de autor, da remuneração de professores e jornalistas e dos vencimentos dos magistrados.

Lei Nº 4.480, de 14 de novembro de 1964.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Cria, na 8ª Região da Justiça do Trabalho, cargos e funções necessários ao funcionamento das Juntas de Conciliação e Julgamento de Manaus e Parintins, no Estado do Amazonas.

Lei Nº 4.478, de 12 de novembro de 1964.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Lei Nº 4.537, de 9 de dezembro de 1964.

JUTA

Fixa os preços mínimos básicos relativos ao ano agrícola 1964-65, para a juta e malva da Região Amazônica.

Decreto Nº 55.061, de 24 de novembro de 1964.

L**LAR PROLETARIO**

Autoriza a Associação Civil "Lar Proletário" a transferir, à Fundação Leão XIII, o imóvel situado à Rua Ricardo Machado, no Rio de Janeiro.

Lei Nº 4.429, de 14 de outubro de 1964.

**LEGIAO BRASILEIRA DE ASSIS-
TENCIA**

Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para donativos remetidos a instituições de benemerência.

Lei Nº 4.485, de 19 de novembro de 1964.

LEI DO INQUILINATO

Regula a Locação de Prédios Urbanos.

Lei Nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

LLOYD BRASILEIRO

Aprova o orçamento geral do Lloyd Brasileiro para o exercício de 1964.

Decreto Nº 54.342, de 29 de setembro de 1964.

LOCAÇÃO DE PRÉDIOS

Regula a Locação de Prédios Urbanos.

Lei Nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

LOTERIAS

Ratifica a Lei nº 2.327, de 17 de novembro de 1963, do Governo do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Decreto Nº 54.673, de 19 de outubro de 1964.

LUBRIFICANTES

Altera a Legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Lei Nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

M**MAGISTÉRIO FEDERAL**

Relaciona, para os efeitos previstos no § 1º do art. 4º da Lei nº 4.325, de 26 de junho de 1964, os cargos vinculados ao magistério federal dos níveis superior e médio e dá outras providências.

Decreto Nº 55.244, de 21 de dezembro de 1964.

MAGISTRADOS

Fixa os vencimentos de Magistrados, membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.

Lei Nº 4.439, de 27 de outubro de 1964.

— *Regula processamento da aposentadoria e do montepio dos magis-*

trados remunerados pela União e dá outras providências.

Lei Nº 4.492, de 24 de novembro de 1964.

MALACACHETA

Autoriza o cidadão brasileiro Otaviano Francisco Pires a pesquisar malacacheta e feldspato no município de Raul Soares, Estado de Minas Gerais.

Decreto Nº 54.852, de 3 de novembro de 1964.

MALVA

Fixa os preços mínimos básicos relativos ao ano agrícola 1964-65, para a juta e malva da Região Amazônica.

Decreto Nº 55.061, de 24 de novembro de 1964.

MANGANÊS

Autoriza a Mineração Urandi S.A. a lavar minério de manganês no município de Urandi, Estado da Bahia.

Decreto Nº 54.430, de 12 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Oscar Machado Vieira a pesquisar minério de manganês, no município de Saúde, Estado da Bahia.*

Decreto Nº 54.441, de 13 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Louza Netto a pesquisar manganês, no município de Canumã, Estado do Amazonas.*

Decreto Nº 54.442, de 13 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Mineração Urandi S. A. a lavar minério de manganês no município de Jacaraci, Estado da Bahia.*

Decreto Nº 54.446, de 18 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Batista Sampaio a pesquisar minério de ferro, minério de manga-*

nês e dolomita no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto Nº 54.463, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a pesquisar minérios de ferro e manganês, nos municípios de Ouro Preto, Itabirito e Belo Vale, Estado de Minas Gerais.*

Decreto Nº 54.477, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a pesquisar minérios de ferro e manganês, nos municípios de Ouro Preto, Itabirito e Belo Vale, Estado de Minas Gerais.*

Decreto Nº 54.478, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a pesquisar minérios de ferro e manganês, nos municípios de Ouro Preto, Itabirito e Belo Vale, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.479 — De 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavar minério de ferro, de manganês, dolomita, mármore e ocre, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.520 — de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavar minérios de ferro, de manganês, dolomita, mármore e ocre, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.530 — De 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Rio Acima a pesquisar minério de ferro e de manganês, ocre, bauxita e argila, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.545 — De 22 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Rodrigues da Silva a pesquisar*

dolomita, caulim, e minérios de ferro e manganês, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 54.661 — De 29 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Vinicius Valladares Vasconcellos a pesquisar dolomita, minérios de ferro e de manganês no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.700 — De 26 de outubro de 1964.

— Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minério de ferro e de manganês no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.707 — De 29 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Felix Soares a pesquisar minério de ferro e manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 54.708 — De 29 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Argentina Silva Soares a pesquisar minério de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 54.732 — De 30 de outubro de 1964.

— Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a pesquisar minérios de Ferro e manganês, nos municípios de Ouro Preto, Itabirito e Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.811 — De 3 de novembro de 1964.

— Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos municípios de Ouro Preto e Ouro Branco — Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.848, de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza a Companhia de Mineração Serra da Moeda a pesquisar dolomita, calcário, minérios de ferro e de manganês, nos municípios de

Ouro Preto e Ouro Branco, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 54.849, de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Túlio Guimarães da Gama, a lavar minérios de ferro, de manganês, e calcário dolomítico no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 55.034, de 18 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Santos Silva a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 54.817, de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Santos Silva a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 54.818, de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Santos Silva a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 54.819, de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Santos Silva a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 54.820, de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Santos Silva a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 54.821, de 3 de novembro de 1964.

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Concede prorrogação até 30 de junho de 1964 do prazo estabelecido

no art. 1º da Lei nº 3.963, de 20 de setembro de 1961 (Faculta isenção de direitos alfandegários para importação de material destinado à fabricação de máquinas agrícolas).

Lei nº 4.568, de 11 de dezembro de 1964.

MARCAÇÃO DE VOLUMES

Dispõe sobre a marcação de volumes para exportação e dá outras providências.

Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964.

MARECHAL JOÃO BATISTA MASCARENHAS DE MORAES

Dispõe sobre os vencimentos e vantagens do Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes.

Lei nº 4.450, de 4 de novembro de 1964.

MARINHA

Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo aditivo referente ao contrato celebrado entre o Departamento de Administração da Marinha e José Roque.

Decreto Legislativo nº 93, de 1964.

— Estabelece a precedência funcional entre Oficiais Gerais dos postos de Almirante-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro.

Lei nº 4.476, de 12 de novembro de 1964.

— Dá nova redação ao § 3º do artigo 1º do Decreto nº 53.937, de 29 de maio de 1964, que fixa a lotação dos Adidos e Adjuntos de Adidos Militares, Navais e Aeronáuticos junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências.

Decreto nº 54.383, de 6 de outubro de 1964.

— Altera o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil, aprovado pelo Decreto número 34.868 de 3 de dezembro de 1953.

Decreto nº 55.299, de 29 de dezembro de 1964.

— Altera dispositivo do Regulamento aprovado pelo Decreto número 47.973, de 2 de abril de 1960.

Decreto nº 55.300, de 29 de dezembro de 1964.

— Ver, também, Armada e Ministério da Marinha.

MARINHA MERCANTE

Dispõe sobre remuneração de conferentes e consertadores da Marinha Mercante e dá outras providências.

Decreto nº 55.230, de 15 de dezembro de 1964.

MARMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Garibaldi de Oliveira Lopes a lavar mármore, no município de Bonsucesso, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.402, de 10 de outubro de 1964.

— Autoriza a Mineração Pedra Branca Ltda. a pesquisar mármore, no município de Cachoeiro do Itape-mirim — Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 54.428, de 12 de outubro de 1964.

— Renova o decreto nº 49.929 de 13 de janeiro de 1961.

Decreto nº 54.450, de 13 de outubro de 1964.

— Renova o decreto nº 49.893, de 12 de janeiro de 1961.

Decreto nº 54.451, de 13 de outubro de 1964.

— Renova o Decreto nº 49.895, de 12 de janeiro de 1961.

Decreto nº 54.455, de 14 de outubro de 1964.

— Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavar minério de ferro, de manganes, dolomita, mármore e ocre, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.520, de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza a empresa de mineração Silva Areal, Mármore e Granitos Sociedade Anônima a lavrar mármore no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.523, de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavrar minérios de ferro, de manganês, dolomita, mármore e ocre, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.530, de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Moreira de Souza a pesquisar mármore no município de Curaçá, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.726, de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Indústria Mineração Alvo Mármore Limitada a pesquisar mármore, no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 54.778, de 31 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro de Araújo Lima a lavrar mármore, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 54.796, de 3 de novembro de 1964.

MATERIAL ELÉTRICO

Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuando a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material destinado a indústrias de fabricação de material automobilístico, motores de explosão e de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica.

Lei nº 4.492, de 24 de novembro de 1964.

MEIO CIRCULANTE

Dispõe sobre o meio circulante, e dá outras providências.

Lei nº 4.511, de 1º de dezembro de 1964.

MICA

Autoriza "MAM" — Mineração, Comércio e Indústria de Minérios Limitada a pesquisar quartzo, mica e cassiterita no município de Pirnópolis, Estado de Goiás.

Decreto nº 54.331, de 28 de setembro de 1964.

— *Renova o Decreto nº 47.393, de 10 de dezembro de 1959.*

Decreto nº 54.344, de 29 de setembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mesy da Silva Spirito a pesquisar mica e quartzo no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.339, de 29 de setembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Batista de Melo a pesquisar mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.419, de 12 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sival Pereira da Rocha a pesquisar mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.436, de 13 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Levído Gonçalves da Silva a pesquisar mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.437, de 13 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Diniz a pesquisar quartzo e mica, no município de Santa Maria do Suacuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.446, de 13 de outubro de 1964.

— *Renova o Decreto nº 49.260, de 17 de novembro de 1960.*

Decreto nº 54.449, de 13 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Júlio de Oliveira a pesquisar mica e quartzo, no município de Santa Maria do Suaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.457, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Dias Duarte a pesquisar mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.475, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mauro Eugênio Pimentel a pesquisar mica no município de eófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.526, de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Júlio de Oliveira a pesquisar mica, no município de Santa Maria do Suaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.544, de 22 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Gonçalves da Silva a pesquisar quartzo e mica no município de Coroadi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.617, de 27 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Amaury de Souza Mello a pesquisar mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.838, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Altino José Antunes a pesquisar quartzo e mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.851, de 3 de novembro de 1964.

MIGRAÇÃO

Aprova o Acórdão de Migração entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Italiana, assinado em Roma, a 9 de dezembro de 1960.

Decreto Legislativo nº 101, de 1964.

MILHO

Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização da exportação do milho, visando à sua padronização.

Decreto nº 54.858, de 3 de novembro de 1964.

MILITARES

Altera o Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938.

Lei nº 4.517, de 29 de dezembro de 1964.

— *Dá nova redação ao § 3º do artigo 1º do Decreto nº 53.937, de 29 de maio de 1964, que fixa a lotação dos Adidos e Adjuntos de Adidos Militares, Navais e Aeronáuticos junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 54.466, de 14 de outubro de 1964.

— *Regulamenta dispositivo da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).*

Decreto nº 54.807, de 3 de novembro de 1964.

— *Altera a taxa de conversão aplicável às operações de receita e despesa realizáveis no Exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 55.098, de 1 de dezembro de 1964.

— *Dispõe sobre a execução da Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960, no âmbito das autarquias federais.*

Decreto nº 55.248, de 21 de dezembro de 1964.

MINERAÇÃO BELVEDERE LIMITADA

Concede à Mineração Belvedere Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.535, de 21 de outubro de 1964.

MINERAÇÃO FERREIRA LTDA.

Concede à Mineração Ferreira Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 4.652, de 29 de outubro de 1964.

MINERAÇÃO MAGNECAL, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Concede à Mineração Magnecal, Indústria e Comércio Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.431, de 12 de outubro de 1964

MINÉRIO DE FERRO

Dispõe sobre as medidas destinadas a incrementar a exploração e exportação do minério de ferro.

Decreto nº 55.282, de 22 de dezembro de 1964.

MINÉRIOS BRASILEIROS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Concede à Minérios Brasileiros Comércio e Exportação Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.511, de 21 de outubro de 1964.

MINÉRIOS MONTANHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Concede à Minérios Montanha Indústria e Comércio Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.327, de 28 de setembro de 1964.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Dispõe sobre a Zona de Proteção de Aeroportos.

Lei nº 4.515, de 1º de dezembro de 1964.

— *Retifica o enquadramento de cargos, funções e empregos do Quadro Permanente de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 54.261, de 4 de setembro de 1964.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Castilho, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.504, de 20 de outubro de 1964.

— *Altera o Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.637, de 27 de outubro de 1964.

— *Declara de utilidade pública para desapropriação, o terreno que menciona, em Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro, necessário ao Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 54.944, de 5 de novembro de 1964.

— *Retifica o Decreto nº 54.285, de 14 de setembro de 1964.*

Decreto nº 55.132, de 2 de dezembro de 1964.

— *Retifica a classificação dos cargos de nível superior do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 55.196, de 10 de dezembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel que menciona, situado em Curitiba, no Estado do Paraná.*

— Ver, também, Aeronáutica.

Decreto nº 55.298, de 29 de dezembro de 1964.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Determina o registro do contrato celebrado a 4 de dezembro de 1958 entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atias do Brasil Indústria e Comércio S. A.

Decreto Legislativo nº 97, de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.038.400,00 (um milhão trinta e oito mil e quatrocentos cruzeiros), destinado ao pagamento da indenização devida a José Vasco Júnior pelas benfeitorias realizadas em terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz.*

Lei nº 4.496, de 26 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura,*

o crédito especial de Cr\$ 47.130.000,00 (quarenta e sete milhões, cento e trinta mil cruzeiros), destinado ao pagamento de despesas que especifica.

Decreto nº 4.587, de 11 de dezembro de 1964.

— Cria funções gratificadas no Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Decreto nº 53.774, de 20 de março de 1964.

— Autoriza, em caráter excepcional, o provimento interino dos cargos que especifica.

Decreto nº 54.485, de 15 de outubro de 1964.

— Altera a tabela de funções gratificadas do Gabinete do Ministro da Agricultura e dá outras providências.

Decreto nº 54.770, de 30 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Ministério da Agricultura, a área de terreno que menciona, situada em Samaritã, Município de São Vicente, Santos, Estado de São Paulo e destinada à instalação e funcionamento de um Quarantenário Veterinário.

Decreto nº 54.950, de 6 de novembro de 1964.

— Fixa as sedes das Coordenarias Regionais do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 54.955, de 10 de novembro de 1964.

— Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importadas, e dá outras providências.

Decreto nº 54.969, de 11 de novembro de 1964.

— Revogam-se os Decretos ns. 50.163 e 50.194, ambos de 28-1-61 e o de número 1.193 de 19-6-62.

Decreto nº 55.292, de 20 de dezembro de 1964.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 600.000.000,00, para atender às despesas com a desapropriação dos bens da Fundação Gaffree-Guinle.

Lei nº 4.461, de 7 de novembro de 1964.

— Enquadra os atuais professores fundadores em cargos de Professor do Ensino Superior.

Lei nº 4.495, de 25 de novembro de 1964.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 833.570.000,00 para atender a compromissos com o programa de expansão de matrículas no ensino superior.

Lei nº 4.538, de 9 de dezembro de 1964.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 24.804.500,00, para atender às despesas com a desapropriação, pela União, do imóvel situado na Praia do Flamengo, 130-132, no Estado da Guanabara, e que se destina a abrigar a Companhia de Assistência do Estudante.

Lei nº 4.575, de 11 de dezembro de 1964.

— Inclui funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 54.572, de 23 de outubro de 1964.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto nº 54.775, de 30 de outubro de 1964.

— Retifica o enquadramento do Ministério da Educação e Cultura, apro-

vado pelo Decreto nº 52.794, de 31 outubro de 1963.

Decreto nº 55.038, de 18 de novembro de 1964.

— *Dá nova redação ao art. 30 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 52.339, de 8 de agosto de 1963, e no art. 8º do Decreto número 52.341, da mesma data.*

Decreto nº 56.043, de 20 de novembro de 1964.

— *Torna sem efeito o Decreto número 54.001, de 3 de julho de 1964.*

Decreto nº 55.062, de 24 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre funções gratificadas do Colégio Pedro II do Ministério da Educação e Cultura*

Decreto nº 55.063, de 24 de novembro de 1964.

— *Retifica o Decreto nº 52.794 de 31 de outubro de 1963.*

Decreto nº 55.111, de 30 de dezembro de 1964.

— *Cria função gratificada no Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto nº 55.241, de 18 de dezembro de 1964.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 51.572.600,00 para atender as despesas que especifica.*

Lei nº 4.433, de 20 de outubro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 797.904.300,00 para atender às despesas de custeio dos serviços mecanizados do referido Ministério.*

Lei nº 4.455, de 6 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o*

crédito suplementar de Cr\$ 17.005.578,00 (dezesete milhões, cinco mil quinhentos e setenta e oito cruzeiros) à verba que especifica.

Lei nº 4.486 — de 19 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 40.000.000,00, à verba que especifica.*

Lei nº 4.488 — de 19 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 28.145.795,40, à verba que especifica.*

Lei nº 4.490 — de 26 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), à verba que especifica.*

Lei nº 4.497 — de 26 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros) à verba que especifica.*

Lei nº 4.501 — de 26 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) destinado à Rodovia Belém-Brasília.*

Lei nº 4.535 — de 9 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.221.025,60, para atender as despesas que especifica.*

Lei nº 4.536 — de 9 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000,00, destinado a atender às despesas com*

a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia.

Lei nº 4.547 — de 10 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 34.800.000,00 às verbas que especifica.*

Lei nº 4.553 — de 10 de dezembro de 1964.

— *Altera a lotação numérica do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 54.391 — de 8 de outubro de 1964.

— *Torna sem efeito o Decreto número 1.179, de 13 de junho de 1962 e restabelece o parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 50.916, de 6 de julho de 1960.*

Decreto nº 54.432 — de 12 de outubro de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para atender às despesas que especifica.*

Decreto nº 54.434 — de 12 de outubro de 1964.

— *Altera a lotação numérica do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 54.408 — de 16 de outubro de 1964.

— *Cria, no Ministério da Fazenda, a Comissão de Programação Financeira e dá outras providências.*

Decreto nº 54.506 — de 26 de outubro de 1964.

— *Aprova as Instruções Gerais para o Concurso de Procurador da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 54.573 — de 23 de outubro de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 54.610 — de 27 de outubro de 1964.

— *Retifica o Decreto nº 36.291, de 5 de outubro de 1954.*

Decreto nº 54.690 — de 29 de outubro de 1964.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto nº 54.691, de 29 de outubro de 1964.

— *Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos de Contribuinte e do Conselho Superior de Tarifa, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.676 — de 30 de outubro de 1964.

— *Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 54.994 — de 13 de novembro de 1964.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 797.904.300,00 (setecentos e noventa e sete milhões, novecentos e quatro mil e trezentos cruzeiros), para atender às despesas de custeio dos serviços mecanizados dos seus órgãos.*

Decreto nº 56.005, de 16 de novembro de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) para atender às despesas que especifica.*

Decreto nº 55.050, de 28 de novembro de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto nº 55.160, de 7 de dezembro de 1964.

— *Dispõe sobre promoções na Série de classes de Agente Fiscal do Imposto de Renda, do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 55.161, de 3 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar uma área de*

terreno em Guarai, Estado do Rio Grande do Sul, destinada ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 54.483, de 14 de outubro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 54.837, de 3 de novembro de 1964.

— *Dá nova redação ao Art. 2º, do Decreto nº 54.028, de 17 de junho de 1964, incorporando a área de terra que pertence à extinta Coudelaria de Saican ao CIBSB.*

Decreto nº 55.103, de 1º de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para atender a despesas com a concessão de um prêmio pecuniário de Cr\$ 150.000,00 a cada um dos quatro jardineiros, empregados do Cemitério Militar Brasileiro em Pistóia.*

Lei nº 4.527, de 8 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), destinado à aquisição e fabricação de munições.*

Lei nº 4.550, de 10 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até Cr\$ 2.592.419,80 (dois milhões quinhentos e dois mil, quatrocentos e dezenove cruzeiros e oitenta centavos), para ocorrer a despesas, com pagamento devido ao pessoal admitido por conta da verba de obras, e dá outras providências.*

Lei nº 4.580, de 11 de dezembro de 1964.

— *Ver, também, Exército e Militares.*

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Aprova a inclusão do pessoal do extinto Conselho de Desenvolvimento no Quadro do Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio.

Decreto nº 54.498, de 19 de outubro de 1964.

— *Exclui do Ministério da Indústria e Comércio os cargos da série de classes de Inspetor de Indústria e Comércio, com os respectivos ocupantes, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.505, de 20 de outubro de 1964.

— *Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.*

Decreto nº 54.636, de 27 de outubro de 1964.

— *Altera o Regulamento do Ministério da Indústria, e do Comércio, aprovado pelo Decreto nº 531, de 23 de janeiro de 1962, e dá outras providências.*

Decreto nº 55.247, de 21 de dezembro de 1964.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com o funcionamento da Comissão Geral de Investigações.

Lei nº 4.438, de 20 de outubro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 14.600.000,00 (quatorze milhões e seiscentos mil cruzeiros) destinado a despesas com a elaboração dos anteprojeto de reforma aos Códigos Federais.*

Lei nº 4.443, de 29 de outubro de 1964.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 54.952, de 6 de novembro de 1964.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 53.386, de 7 de outubro de 1964.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Extingue a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Piauí, em Urussu, criada pela Lei nº 1.473-B, de

Lei nº 4.548, de 10 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno sito na Cidade de Ladário, Estado de Mato Grosso.*

Decreto nº 54.953, de 6 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado do Paraná.*

Decreto nº 55.040, de 19 de novembro de 1964.

— *Classifica os cargos de nível superior do Ministério da Marinha e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 55.165, de 8 de dezembro de 1964.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Prorroga por mais 15 (quinze) dias o prazo de que trata o art. 4º do Decreto nº 54.238, de 2 de setembro de 1964.

Decreto nº 54.932, de 4 de novembro de 1964.

— *Aprova a Parte Especial do Quadro de Pessoal do Ministério das Minas e Energia.*

Decreto nº 51.958, de 9 de novembro de 1964.

— *Classifica os cargos de nível superior do Ministério das Minas e Energia e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 55.237, de 17 de dezembro de 1964.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 28 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961 (que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores) e dá outras providências.

Lei nº 4.423, de 8 de outubro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América.*

Lei nº 4.447, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 65.000.000,00, para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Francesa.*

Lei nº 4.471, de 12 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República do Senegal.*

Lei nº 4.487, de 19 de novembro de 1964.

— *Cria o Consulado do Brasil em Ríjeka.*

Decreto nº 54.430, de 15 de outubro de 1964.

— *Extingue os Consulados Privativos do Brasil em Posadas (República Argentina) e Salto (Uruguai)*

Decreto nº 54.577, de 26 de outubro de 1964.

— *Transforma o Consulado Privativo do Brasil em Paso de Los Libres (República Argentina) em Consulado de Carreira.*

Decreto nº 54.578, de 26 de outubro de 1964.

— *Transforma o Consulado Privativo do Brasil em Rivera (Uruguai) Consulado de Carreira.*

Decreto nº 54.579, de 26 de outubro de 1964.

— *Transforma o Consulado Privativo do Brasil em Barranguilla (Colômbia), em Consulado Honorário.*

Decreto nº 54.580, de 26 de outubro de 1964.

— *Transforma o Consulado Privativo do Brasil em Paramaribo (Surinam) em Consulado de Carreira.*

Decreto nº 54.581, de 26 de outubro de 1964.

— *Aprova o Regulamento para o Setor de Identificação do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 54.769, de 30 de outubro de 1964.

— *Cria, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Brasileira do Decênio Internacional de Hidrologia, promovido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).*

Decreto nº 55.008, de 16 de novembro de 1964.

— *Aprova o Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata.*

Decreto nº 55.312, de 31 de dezembro de 1964.

— *Dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 55.098, de 1-12-64, e dá outras providências.*

Decreto nº 55.332, de 31 de dezembro de 1964.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 226.403.500,00 à verba que especifica.*

Lei nº 4.498, de 26 de novembro de 1964.

— *Cria cargos isolados de provimento em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Saúde.*

Lei nº 4.561, de 11 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 125.251.270,00 (cento e vinte e cinco milhões duzentos e cinqüenta e um mil, duzentos e setenta cruzeiros e sessenta centavos), para pagamento de débitos da Divisão do Material do mesmo Ministério.*

Lei nº 4.583, de 11 de dezembro de 1964.

— *Classifica os cargos de nível superior da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 54.359, de 30 de setembro de 1964.

— *Institui, no Ministério da Saúde, a Comissão de Assuntos Internacionais.*

Decreto nº 55.041, de 19 de novembro de 1964.

— *Inclui função gratificada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.*

Decreto nº 55.190, de 10 de dezembro de 1964.

— *Aprova o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.*

Decreto nº 55.276, de 22 de dezembro de 1964.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

— *Mantém o registro da despesa de Cr\$ 579.000,00 (quinhentos e setenta e nove mil cruzeiros), correspondente ao pagamento, à Empresa Limpadora Imperial Limitada, de serviços gerais de limpeza, encerramento e conservação das dependências do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto Legislativo nº 95, de 1964

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito suplementar de Cr\$ 11.400.000.000,00 (onze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas que especifica.*

Lei nº 4.829, de 8 de dezembro de 1964.

— *Extingue, a Comissão do Imposto Sindical, a Comissão Técnica de Orientação Sindical, cria órgão no Ministério do Trabalho e Previdência Social, e dá outras providências.*

Lei nº 4.589, de 11 de dezembro de 1964.

— *Altera o § 2º do art. 2º do Decreto nº 51.860, de 22 de março de 1963.*

Decreto nº 54.393, de 8 de outubro de 1964.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mantém o registro da despesa de Cr\$ 579.000,00 (quinhentos e setenta e nove mil cruzeiros), correspondente ao pagamento, à Empresa Limpadora Imperial Limitada, de serviços gerais de limpeza, encerramento e conservação das dependências do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Decreto Legislativo nº 96, de 1964.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Retifica, sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1964.

Lei nº 4.431, de 20 de outubro de 1964.

— *Dispõe sobre o aproveitamento de funcionários das autarquias que menciona, e dá outras providências.*

Lei nº 4.449, de 29 de outubro de 1964.

— *Aprova o enquadramento dos cargos, funções e emprego do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 54.135, de 17 de agosto de 1964.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 54.500, de 20 de outubro de 1964.

— *Estabelece o nome de Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, como "Patrono do Ministério de Viação e Obras Públicas" e institui o "Dia de Mauá".*

Decreto nº 54.971, de 11 de novembro de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto nº 55.048, de 23 de novembro de 1964.

— *Classifica os cargos de nível superior do Ministério da Viação e Obras Públicas e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.*

Decreto nº 55.228, de 15 de dezembro de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00 para o fim que menciona.*

Decreto nº 55.243, de 18 de dezembro de 1964.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Fixa os vencimentos de Magistrados, membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.

Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964.

— *Regula processamento da aposentadoria e do montepio dos magistrados remunerados pela União e dá outras providências.*

Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964.

— *Fixa os vencimentos de Membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.*

Lei nº 4.531, de 8 de dezembro de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 800.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto nº 54.992, de 13 de novembro de 1964.

MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Modifica os arts. 1º e 3º da Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956, que atualiza a contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964.

MOAGEIROS

Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importado, e dá outras providências.

Decreto nº 54.969, de 11 de novembro de 1964.

MONTEPIO CIVIL

Modifica os arts. 1º e 3º da Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956, que atualiza a contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964.

MOTORES

Concede isenção dos impostos de consumo e de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para a importação de material destinado a indústria de fabricação de material automobilístico, motores de explosão e de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica.

Lei nº 4.492, de 24 de novembro de 1964.

MUNICÍPIOS

Elewa os limites das autorizações concedidas ao Poder Executivo pela Lei nº 1.518, de 24 de dezembro de 1951, para contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.

Lei nº 4.457, de 6 de novembro de 1964.

— *Altera o art. 114 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.*

Lei nº 4.489, de 19 de novembro de 1964.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à Navegação Minuano Sociedade Anônima autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 54.305, de 25 de setembro de 1964.

— *Concede à sociedade Brasilmar Meridional de Navegação Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação e cabotagem.*

Decreto nº 54.384, de 6 de outubro de 1964.

— *Concede à sociedade Luiz G. A. Valente S.A. — Comércio e Navegação autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 55.016, de 17 de novembro de 1964.

— *Concede à Navegação Antônio Ramos S.A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 55.065, de 24 de novembro de 1964.

— *Manda observar as regras do Decreto nº 47.225, de 12 de novembro de 1959, nos casos que menciona.*

Decreto nº 55.231, de 15 de dezembro de 1964.

NAVEGAÇÃO INTERIOR

Revoga o Decreto nº 1.334, de 30 de agosto de 1962.

Decreto nº 55.015, de 17 de novembro de 1964.

NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Inclui nas relações de que trata o Decreto nº 54.015, de 13 de julho de 1964, os cargos que especifica.

Decreto nº 55.004, de 13 de novembro de 1964.

NORDESTE

Determina a arborização das margens das rodovias do Nordeste, bem como a construção de aterros-barra-gens para represamento de águas.

Lei nº 4.466, de 12 de novembro de 1964.

Dispõe sobre a liquidação, por acôrdo, das desapropriações efetuadas no Nordeste e dá outras providências.

Lei nº 4.519 de 2 de dezembro de 1964.

Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste.

Lei nº 4.593 de 29 de dezembro de 1964.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação dos equipamentos novos sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Companhia Fábrica Yolanda S.A.", de Recife, Pernambuco.

Decreto nº 54.388, de 8 de outubro de 1964.

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Sibrasil S. A. — Indústria Siseira do Brasil", de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Decreto nº 54.395, de 8 de outubro de 1964.

Autoriza o Ministério da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito entre a Superintendência do Desenvolvimento

do Nordeste — SUDENE — e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — B.I.D.

Decreto nº 58.058, de 24 de novembro de 1964.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional, registrados e consignados à "Companhia Química do Recôncavo (C.O.R.)", de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.059, de 24 de novembro de 1964.

Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 100.000.000.000,00 (cem bilhões de cruzeiros) para os fins que especifica.

Decreto nº 55.074, de 25 de novembro de 1964.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à Empresa "Artefatos de Borracha Mucambo Ltda.", de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 55.075, de 25 de novembro de 1964.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignado à "Empresa "Laticínios do Nordeste Sociedade Anônima", de Batalha, Estado de Alagoas.

Decreto nº 55.269, de 22 de dezembro de 1964.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignado à Empresa "Sabap do Norte S.A. Brasileira de Artefatos Plásticos", de Recife (PE).

Decreto nº 55.270, de 22 de dezembro de 1964.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à Empresa "E. Lucena S.A. Indústrias Metalúrgicas", de Recife (Pe).*

Decreto nº 55.271, de 22 de dezembro de 1964.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descrito, e consignados à empresa "Brasquip" — Indústria Brasileira de Equipamentos S.A., de Salvador (Bahia).*

Decreto nº 55.285, de 24 de dezembro de 1964.

NOVA AMÉRICA, COMPANHIA

DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Nova América Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 54.630, de 27 de outubro de 1964.

NÓVO HAMBURGO, COMPANHIA

DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Nôvo Hamburgo, Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 55.017, de 17 de novembro de 1964.

O

OBRAS E SERVIÇOS

Revoga o artigo da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964, que aprovou normas para revisão de preço em contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal e das outras providências.

Lei nº 4.470, de 12 de novembro de 1964.

OCRE

Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavrar minério de ferro, de manganês, dolomita, mármore e ocre, no Município de Santa Bárbara Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.520, de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a lavrar minérios de ferro, de manganês, dolomita, mármore e ocre, no Município de Santa Bárbara Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.530, de 21 de outubro de 1964.

— *Renova o Decreto nº 50.729, de 6 de junho de 1961.*

Decreto nº 54.599, de 26 de outubro de 1964.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1964.

Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963.

— *Retifica, sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1964.*

Lei nº 4.431 de 20 de outubro de 1964.

— *Altera disposições da Lei número 3.682, de 1 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1960.*

Lei nº 4.445, de 29 de outubro de 1964.

— *Retifica a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro.*

Lei nº 4.501-A, de 26 de novembro de 1964.

— *Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965.*

Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

— Altera, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1964, na parte referente ao Subanexo 4.17 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — 17 — Territórios Federais.

Lei nº 4.588, de 11 de dezembro de 1964.

ORÇAMENTOS E BALANÇOS

Altera o art. 114 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei nº 4.489, de 19 de novembro de 1964.

ORDEN DOS SERVOS DE MARIA

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, emolumentos consulares, taxas de armazenagem e capatazias sobre um aeroplano monomotor, instrumentos, máquinas, aparelhos e utensílios a serem importados pela Ordem dos Servos de Maria, e dá outras providências.

Lei nº 4.462, de 7 de novembro de 1964.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Ratifica as Resoluções ns. 1.991-A e B, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua XVIII sessão, de 17 de dezembro de 1963, que emendem a Carta das Nações Unidas elevando o número dos membros do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico Social.

Decreto Legislativo nº 102, de 1964.

— Aprova a nova redação do Regulamento da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

— Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 53.968, de 16 de junho de 1964.

Decreto nº 55.163, de 8 de dezembro de 1964.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Aprova o Acórdão sobre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos.

Decreto Legislativo nº 99, de 1964.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Formulga o Convênio Básico com a Organização Mundial de Saúde.

Decreto nº 54.366, de 1 de outubro de 1964.

ÓRGÃOS DE REPRESENTAÇÃO DOS ESTUDANTES

Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências.

Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.

OURO

Autoriza Dragagem Fluvial S. A. a lavar ouro e diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.345, de 29 de setembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro David Paulo Dana a lavar diamante e ouro no município de Itupiranga, Estado do Pará.

Decreto nº 54.370, de 30 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Assis Fonseca Filho a pesquisar ouro, no município de São Gonçalo do Rio Abaixo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.423, de 12 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Antônio Meira a pesquisar diamante, ouro e quartzito, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.513, de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bouventura Leite Junior a pesquisar diamantes e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.514, de 21 de outubro de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 46.312, de 30 de junho de 1959.*

Decreto nº 54.601, de 28 de outubro de 1964.

— *Revoga o Decreto nº 46.309, de 30 de junho de 1959.*

Decreto nº 54.602, de 26 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Henrique Soares e Silva a pesquisar minério de ouro no município de Dianópolis, Estado de Goiás.*

Decreto nº 54.626, de 27 de outubro de 1964.

— *Revoga a autorização contida no Decreto nº 45.887, de 28 de abril de 1959.*

Decreto nº 54.655, de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ruy Nunes de Campos Rosa a lavar ouro, no Município de Maués, Estado do Amazonas.*

Decreto nº 54.715, de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Solon Edson de Almeida a pesquisar ouro, no município de Anicuns, Estado de Goiás.*

Decreto nº 54.773, de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia de Estanho São João del Rei a lavar cassiterita, tântalo, columbita e ouro, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.779, de 31 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gastone Sartori a pesquisar ouro e diamante no município de Iturama, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.784, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gastone Sartori a pesquisar ouro e diamantes, no município de Iturama, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.785, de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Minérios e Metais, Comércio e Indústria a pesquisar minério de ouro no município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.799, de 3 de novembro de 1964.

— *Declara caduco o Decreto número 21.322, de 18 de junho de 1943.*

Decreto nº 54.891, de 4 de novembro de 1964.

P

PAPEL DE IMPRENSA

Financiamento de papel para impressão de jornais, revistas e livros.

Lei nº 4.442, de 29 de outubro de 1964.

PEDRAS CORADAS

Renova o Decreto nº 47.393, de 10 de dezembro de 1959.

Decreto nº 54.344, de 29 de setembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ottomar Dietrich a pesquisar jeldspato e pedras coradas no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.444, de 18 de outubro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Alzira Vieira Freede a pesquisar pedras coradas, no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.447, de 18 de outubro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Inez Balassa Silveira a pesquisar talco e pedras coradas, no município de Pilão Arcado, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.620, de 27 de outubro de 1964.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza o cidadão brasileiro Euclides Marcola a pesquisar pedras preciosas no Município de Ibagi, Estado do Paraná.

Decreto nº 54.512, de 21 de outubro de 1964.

Autoriza a firma Mica do Brasil Ltda. "Micabrasil", a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.562, de 23 de outubro de 1964.

Autoriza Alexandre Hahn a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.563, de 23 de outubro de 1964.

Autoriza Oliveiros Rodrigues a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.564, de 23 de outubro de 1964.

Autoriza a firma J. Q. Carvalho a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.565, de 23 de outubro de 1964.

Autoriza José Vieira dos Santos a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 54.566, de 23 de outubro de 1964.

PENSÕES

Concede pensão especial de Cr\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte e quatro cruzeiros) a Nicolau Jênro, extranumerário-diarista do Ministério da Marinha.

Lei nº 4.420, de 29 de setembro de 1964.

Concede pensão especial de .. Cr\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros) ao servidor Francisco Teixeira Dantas, acidentado em serviço na Base Naval de Natal.

Lei nº 4.460, de 7 de novembro de 1964.

Concede pensão especial a Lucinda de Jesus Maduro, viúva de José Augusto Maduro.

Lei nº 4.475, de 12 de novembro de 1964.

Modifica os arts. 1º e 2º da Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956, que atualiza a contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Lei nº 4.477 — de 12 de novembro de 1964.

Dispõe sobre a execução da Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960, no âmbito das autarquias federais.

Decreto nº 55.248 — de 21 de dezembro de 1964.

PERITOS E TÉCNICOS
FRANCESES

Aprova o Acórdão sobre Privilégios e Vantagens a Peritos e Técnicos Franceses, concluído no Rio de Janeiro, conforme notas trocadas a 16 e 22 de janeiro de 1963, entre a França e o Brasil.

Decreto Legislativo nº 116 — de 1964.

PETROBRAS — Ver: Petróleo Brasileiro S. A.

PETRÓLEO

Prorroga por mais 15 (quinze) dias o prazo de que trata o art. 4º do Decreto nº 54.238, de 2 de setembro de 1964.

Decreto nº 54.932 — de 4 de novembro de 1964.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. —
PETROBRAS

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, terras situadas no município de Canoas no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 54.337 — de 5 de outubro de 1964.

Outorga a Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, concessão para derivar águas do ribeirão Sarzedo.

Decreto nº 54.374 — de 5 de outubro de 1964.

— *Revoga, em parte, o Decreto número 41.550, de 18 de março de 1960, exclusivamente quanto à declaração de utilidade pública, para efeito de desapropriação das áreas de terras situadas no Município de Petrópolis — Estado do Rio de Janeiro, descritas nos arts. 2º e 3º do mesmo decreto e que haviam sido destinadas a obras de proteção dos mananciais para o abastecimento de água da Refinaria Duque de Caxias, de propriedade da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima — Petrobrás.*

Decreto nº 54.616 — de 27 de outubro de 1964.

— *Prorroga por mais 15 (quinze) dias, o prazo de que trata o artigo 4º do Decreto nº 54.238, de 2 de setembro de 1964.*

Decreto nº 54.932 — de 4 de novembro de 1964.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, terras situadas nos municípios de Santo Antônio da Patrulha e de Gravataí, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 55.210 — de 15 de dezembro de 1964.

PFIZER CORPORATION DO BRASIL

Concede à sociedade anônima Pfizer Corporation do Brasil, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 55.019 — de 17 de novembro de 1964.

PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO

Considerar autorizadas as despesas realizadas pelo Plano Trienal de Educação, no exercício de 1963, com dispensa de concorrência pública.

Decreto nº 55.007 — de 16 de novembro de 1964.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre a fiscalização da aplicação dos recursos do Plano Nacio-

nal de Educação e dá outras providências.

Decreto nº 55.066 — de 24 de novembro de 1964.

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

Dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrienais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação.

Lei nº 4.540 — de 10 de dezembro de 1964.

— *Aprova o Plano Nacional de Viação.*

Lei nº 4.592 — de 29 de dezembro de 1964.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza a abertura de crédito especial do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, para pagamento de dívida de exercícios findos.

Lei nº 4.424 — de 8 de outubro de 1964.

— *Autoriza ao Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 405.400.000,00 (quatrocentos e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), para fins que especifica.*

Lei nº 4.435 — de 20 de outubro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito suplementar de Cr\$ 226.131.375,40 (duzentos e vinte e seis milhões, cento e trinta e um mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos).*

Lei nº 4.436 — de 20 de outubro de 1964.

— *Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências.*

Lei nº 4.465 — de 11 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 402.322.243,10, em reforço à dotação que especifica.*

Lei nº 4.472 — de 12 de novembro de 1964.

— *Cria, na 8ª Região da Justiça do Trabalho, cargos e funções necessários ao funcionamento das Juntas de Conciliação e Julgamento de Manaus e Parintins, no Estado do Amazonas.*

Lei nº 4.473 — de 12 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.580.200,00, em reforço de dotação que especifica.*

Lei nº 4.500 — de 26 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 27.700.000,00 (vinte e sete milhões e setecentos mil cruzeiros), às verbas que especifica.*

Lei nº 4.523 — de 7 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para os fins que especifica.*

Lei nº 4.551 — de 10 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 2.507.880,00 (dois milhões, quinhentos e sete mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), em reforço de sub-
consignação que especifica.*

Lei nº 4.573 — de 11 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — crédito es-*

pecial de Cr\$ 5.422.893,50 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e noventa e três cruzeiros e cinquenta centavos), para atender a despesas com gratificações civis, salário-família e gratificações adicionais por tempo de serviço dos servidores de sua Secretaria.

Lei nº 4.578 — de 11 de dezembro de 1964.

— *Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.360.000,00 em favor do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.*

Lei nº 4.579 — de 11 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara — o crédito suplementar de Cr\$ 66.679.000,00 (sessenta e seis milhões, seiscientos e setenta e nove mil cruzeiros), em reforço à dotação do Orçamento vigente.*

Lei nº 4.585 — de 11 de dezembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 23.418.880,00 (vinte e três milhões, quatrocentos e dezoito mil oitocentos e oitenta cruzeiros), destinado à instalação e adaptação de sua sede.*

Lei nº 4.586 — de 11 de dezembro de 1964.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região — o crédito especial de Cr\$ 167.344.800,00, para execução da Lei nº 4.192, de 24 de dezembro de 1962.*

Decreto nº 54.951 — de 6 de novembro de 1964.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 54.992 — de 13 de novembro de 1964.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito suplementar de Cr\$ 3.797.200.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 55.091 — de 30 de novembro de 1964.

POLÍTICA AGRÍCOLA

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e da outras providências.

Lei nº 4.504 — de 30 de novembro de 1964.

PONTE "SENADOR FERNANDES TAVORA"

Dá o nome de "Senador Fernandes Távora" à ponte sobre o Rio Jaguaribe, em Limoeiro do Norte — Estado do Ceará.

Lei nº 4.444 — de 29 de outubro de 1964.

POSSEIROS

Emenda Constitucional nº 10.

PRACINHAS

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares, para automóvel com transmissão automática, que for adquirido por ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira, mutilado em consequência de ferimentos recebidos na Campanha da Itália.

Lei nº 4.427 — de 1.ª de outubro de 1964.

PREÇOS MÍNIMOS

Fixa os preços mínimos básicos relativos ao ano agrícola 1964-65, para a juta e malva da Região Amazônica.

Decreto nº 55.661 — de 2.ª de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre os preços básicos mínimos para operações de financiamento e aquisição de feijão e de amendoim, e dá outras providências.*

Decreto nº 55.236 — de 17 de dezembro de 1964.

PREFEITURAS

Isenta do Imposto do Selo o contrato e demais atos subsequentes relativos ao empréstimo firmado pelo Departamento de Águas e Esgoto da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (B.I.D.).

Lei nº 4.556 — de 10 de dezembro de 1964.

— *Outorga ao Município de Almino Afonso, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.325 — de 29 de setembro de 1964.

— *Transfere do Município de Santo Antônio de Jesus para Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia a concessão para distribuir energia elétrica no Município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.336 — De 29 de setembro de 1964.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Campo Belo para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica nos Municípios de Campo Belo e Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.337 — De 29 de setembro de 1964.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuir energia elétrica no município, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.348 — De 29 de setembro de 1964.

— *Outorga ao Município de Porto da Folha, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.408 — De 10 de outubro de 1964.

— *Outorga ao município de Igaraapé-Açu, no Estado do Pará, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.409 — De 10 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de São João do Cariri, Estado da Paraíba, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.413 — De 12 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Lagarto, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.415 — De 12 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Simplicio Mendes, Estado do Piauí, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.420 — De 12 de outubro de 1964.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Carira, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.508 — De 21 de outubro de 1964.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.516 — De 21 de outubro de 1964.

— *Transfere do Município de Lambari para a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.582 — De 26 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de São Cristóvão, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.583 — De 26 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.584 — De 26 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.591 — De 26 de outubro de 1964.

— *Transfere concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.596 — De 26 de outubro de 1964.

— *Autoriza a Companhia de Eletricidade, de Manaus a vender bens e instalações.*

Decreto nº 54.597 — De 26 de outubro de 1964.

— *Dá nova redação ao art 1º do Decreto nº 50.802, de 16 de junho de 1961.*

Decreto nº 54.598 — De 26 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Itabi, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.628 — De 27 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Campina Grande, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.642 — De 28 de outubro de 1964.

— *Transfere concessão para produção e distribuição de energia elétrica no Município de Guiratinga, Estado de Mato Grosso.*

Decreto nº 54.683 — De 29 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível denominado Candeieiros, no Município de Caiapônia, Estado de Goiás.*

Decreto nº 54.684 — De 29 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de São Caetano de Odívetas concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.692 — De 29 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Cararu, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.693 — De 29 de outubro de 1964.

— *Transfere da Empresa de Eletricidade de Poxoréu Ltda., ao Município de Poxoréu, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.719, de 30 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Valença do Piauí, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.721 — De 30 de outubro de 1964.

— *Transfere concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.731 — De 30 de outubro de 1964.

— *Transfere do Serviço de Luz e Força do Município de Fortaleza para a Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza a concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.733 — De 30 de outubro de 1964.

— *Transfere do Município de Descanso para o Consórcio Intermunicipal de Eletricidade, concessão para aproveitamento hidrelétrico, existente no rio Famoso, Município de Descanso, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 54.735 — De 30 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso, concessão para distribuir energia elétrica, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.737 — De 30 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Cedro de São João, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.754 — De 30 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Graco Cardoso, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 54.755 — De 30 de outubro de 1964.

— *Outorga ao Município de Campestre, Estado de Minas Gerais, con-*

cessão para o aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto nº 54.826 — De 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza restituição do imóvel à Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul, por inexecução de encargo.*

Decreto nº 55.274 — De 22 de dezembro de 1964.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP).*

Lei nº 4.434 — De 20 de outubro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito suplementar de Cr\$ 250.340.000,00 (duzentos e cinquenta milhões trezentos e quarenta mil cruzeiros), como reforço das verbas que enumera.*

Lei nº 4.484 — De 19 de novembro de 1964.

— *Autoriza a abertura ao Poder Executivo — Presidência da República — do crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da aplicação do Decreto Legislativo nº 40, de 20 de agosto de 1964.*

Lei nº 4.542 — De 10 de dezembro de 1964.

— *Abre o crédito suplementar de Cr\$ 250.340,00 autorizado pela Lei nº 4.484, de 19 de novembro de 1964.*

Decreto nº 55.296 — De 29 de dezembro de 1964.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO SENEGAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender às despes-

sas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República do Senegal.

Lei nº 4.487 — De 19 de novembro de 1964.

**PRESIDENTE DOS ESTADOS
UNIDOS DA AMÉRICA**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América.

Lei nº 4.447 — De 29 de outubro de 1964.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Institui o Salário-Educação, e dá outras providências.

Lei nº 4.440 — De 27 de outubro de 1964.

— *Altera a redação do art. 3º do Decreto nº 54.067, de 29 de julho de 1964, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.973 — de 11 de novembro de 1964.

Estende ao Banco Nacional da Habitação o disposto no § 1º do artigo 424 do Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.

Decreto nº 54.975 — de 11 de novembro de 1964.

Prorroga até 31 de janeiro de 1965 o prazo a que se refere o art. 3º do Decreto nº 54.067, de 20 de julho de 1964.

Decreto nº 55.283 — de 23 de dezembro de 1964.

PRIVILÉGIOS

Aprova o texto do Acôrdio sobre Privilégios e Imunidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, previsto no art. 47 do Tratado de Montevidéu.

Decreto legislativo nº 118 — de 1964

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Institui Grupo de Trabalho para o fim que menciona.

Decreto nº 55.184 — de 10 de dezembro de 1964.

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS FLEISCHMANN E ROYAL LTDA.

Concede nacionalização à sociedade Standard Brands of Brasil, Inc., sob a nova forma social de Produtos Alimentícios Fleischmann e Royal Limitada.

Decreto nº 55.089 — de 28 de novembro de 1964.

PROFESSORES

Regula a tributação, pelo imposto de renda, dos direitos de autor, da remuneração de professores e jornalistas e dos vencimentos dos magistrados.

Lei nº 4.480 — de 14 de novembro de 1964.

— *Enquadra os atuais professores fundadores em cargos de Professor do Ensino Superior.*

Lei nº 4.495 — de 25 de novembro de 1964.

PROFISSÕES

Aprova a Convenção concernente à discriminação em matéria de emprego e de profissão, concluída em Genebra.

Decreto legislativo nº 104 — de 1964

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Cria, no Ministério da Fazenda, a Comissão de Programação Financeira, e dá outras providências.

Decreto nº 54.506 — de 20 de outubro de 1964.

PUBLICIDADE

Reconhece a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade.

Decreto nº 54.398 — de 4 de outubro de 1964.

Q

QUARTZITO

Renova o Decreto nº 49.403, de 2 de dezembro de 1960.

Decreto nº 64.403 — de 10 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Adonias Martins de Carvalho a pesquisar quartzo no município de Boquira — Estado da Bahia.

Decreto nº 54.425 — de 12 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Adonias Martins de Carvalho a pesquisar quartzo no município de Boquira — Estado da Bahia.

Decreto nº 54.528 — de 21 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Sampaio Corrêa a lavar quartzo, no município de Mogi das Cruzes — Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.831 — de 3 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Adonias Martins de Carvalho a pesquisar quartzo no município de Boquira — Estado da Bahia.

Decreto nº 55.031 — de 18 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Adonias Martins de Carvalho a pesquisar quartzo no município de Boquira — Estado da Bahia.

Decreto nº 55.032 — de 18 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Adonias Martins de Carvalho a pesquisar quartzo no município de Boquira — Estado da Bahia.

Decreto nº 55.033 — de 18 de novembro de 1964.

QUARTZO

Autoriza "MAM" Mineração, Comércio e Indústria de Minérios Limitada a pesquisar quartzo, mica e cassiterita no município de Pirenópolis — Estado de Goiás....

Decreto nº 54.331 — de 23 de novembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Messy da Silva Spirito a pesquisar mica e quartzo no município de Governador Valadares — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.339 — de 29 de setembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Rui de Melo e Faro a pesquisar calcário, caulim, dolomita, feldspato, quartzo e talco no município de Jacupiranga — Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.350 — de 29 de setembro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Elpidio Celso de Abreu Rosa a pesquisar quartzo, no município de Morro do Pilar — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.417 — de 12 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Ponciano Ferreira Souto a pesquisar águas marinhas, cassiterita, columbita e quartzo no município de Carai — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.429 — de 12 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Mauro da Rocha Xavier a pesquisar quartzo, no município de Amparo — Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.439 — de 13 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Diniz a pesquisar quartzo e mica, no município de Santa Maria do Suaqui — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.446 — de 18 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro João de Oliveira a pesquisar mica e quartzo, no município de Santa Maria do Suaqui — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.457 — de 14 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Raul Mourão Guimarães a pesquisar quartzo e minério de ferro no município de Nova Lima — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.459 — de 14 de outubro de 1964.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Lutz da Silva Campos a pesquisar calcário e quartzo no município de Pompeu — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.465 — de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Antonio Meira a pesquisar diamante, ouro e quartzo, no município de Diamantina — Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.513 — de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Bento dos Santos a pesquisar quartzo e ametista, no município de Chambicá — Estado de Goiás.*

Decreto nº 54.615 — de 21 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Gonçalves da Silva a pesquisar quartzo e mica no município de Coroaci — Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.617 — de 27 de outubro de 1964.

— *Renova o Decreto nº 45.254, de 15 de janeiro de 1959.*

Decreto nº 54.656 — de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rui de Melo e Faro a pesquisar calcário, caulim, doômita, feldspato, quartzo e talco, no município de Jupiranga — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.686 — de 29 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Almir Moraes a pesquisar quartzo no município de Marabá — Estado do Pará.*

Decreto nº 54.720 — de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Almir Moraes a pesquisar quartzo no município de Marabá — Estado do Pará*

Decreto nº 54.734 — de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Almir Moraes a pesquisar quartzo no município de Marabá — Estado do Pará.*

Decreto nº 54.736 — de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Almir Moraes a pesquisar quartzo no*

município de Marabá — Estado do Pará.

Decreto nº 54.738 — de 30 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Walter Khouri a pesquisar quartzo, no município de Vitória da Conquista — Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.789 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Milton Vieira de Araujo a pesquisar quartzo no município de Itamarandiba — Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.793 — de 3 de novembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Zenon Afonso Carlos Pereira a pesquisar quartzo no município de Simonésia — Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.802 — de 3 de novembro de 1964.

Autoriza Metáis de Goiás S. A. METAGO a pesquisar quartzo, no município de Xambioá, Estado de Goiás.

Decreto nº 54.807, de 3 de novembro de 1964.

Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUSUL — a lavar quartzo no município de Congonhas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.832, de 3 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro João Sattim a pesquisar feldspato, quartzo e caulim, no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.841, de 3 de novembro de 1964.

Autoriza o cidadão brasileiro Altino José Antunes a pesquisar quartzo e mica, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.851, de 3 de novembro de 1964.

RADIODIFUSÃO

Isenta do imposto de importação equipamento adquirido pela Rádio

Bandeirantes S. A., com sede em São Paulo — S. P.

Lei nº 4.432, de 20 de outubro de 1964.

Outorga concessão à Rádio Princessa do Oeste Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora, na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 55.093, de 1º de novembro de 1964.

Outorga a concessão à Rádio Canoinhas Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, onde operará com a denominação de Rádio Santa Catarina.

Decreto nº 55.094, de 1º de dezembro de 1964.

Outorga concessão à Sociedade Rádio Blumenau Limitada.

Decreto nº 55.206, de 14 de dezembro de 1964.

Outorga concessão à Rádio Diju-sora de Cariacica Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora e revoga permissão que atualmente detém.

Decreto nº 55.226, de 15 de dezembro de 1964.

RECURSOS FISCAIS

Define a competência julgadora de recursos fiscais.

Lei nº 4.576, de 11 de dezembro de 1964.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.

Dispõe sobre vencimentos e salários de pessoal da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências.

Lei nº 4.564, de 11 de dezembro de 1964.

Dispõe sobre a venda das casas residenciais que integram a "Vila Demóstenes Rockert" em Fortaleza, a seus atuais ocupantes.

Lei nº 4.581, de 11 de dezembro de 1964.

Determina providências para a volta da Rede Ferroviária Federal S. A. à normalidade de sua vida administrativa.

Decreto nº 54.613, de 27 de outubro de 1964.

Dispõe sobre as medidas destinadas a incrementar a exploração e exportação do minério de ferro.

Decreto nº 55.282, de 22 de dezembro de 1964.

REDE DE VIAÇÃO CEARENSE

Dispõe sobre a venda das casas residenciais que integram a "Vila Demóstenes Rockert", em Fortaleza, a seus atuais ocupantes.

Lei nº 4.581, de 11 de dezembro de 1964.

REDE VIAÇÃO PARANA-SANTA CATARINA

Classifica os cargos de nível superior da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.173, de 10 de dezembro de 1964.

REFINARIA DE PETRÓLEO

Prorroga por mais 15 (quinze) dias o prazo de que trata o art. 4.º do Decreto nº 54.228, de 2 de setembro de 1964.

Decreto nº 54.932, de 4 de novembro de 1964.

REFINARIA DE PETRÓLEO DE MANGUINHOS S. A.

Concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A. para instalação e manutenção de sua Refinaria em Manguinhos, no Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal.

Lei nº 4.555, de 10 de dezembro de 1964.

REFLORESTAMENTO

Altera disposições das Leis nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e nº 4.388, de 28 de agosto de 1964.

Lei nº 4.481, de 14 de novembro de 1964.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Cria Comissão Especial de Estudos de Reforma Administrativa e dá outras providências.

Decreto nº 54.401, de 9 de outubro de 1964.

R

REFORMA AGRÁRIA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento da Zona Franca de Manaus e dá outras providências.

Decreto nº 54.174, de 21 de agosto de 1964.

Retifica o Decreto nº 54.217, de 23 de agosto de 1964, que modifica o Regulamento do Conselho Federal de Educação, aprovado pelo Decreto número 52.617, de 7 de outubro de 1963.

Decreto nº 55.014, de 17 de novembro de 1964.

Altera o Regimento do Conselho Nacional de Proteção aos Índios e dá outras providências.

Decreto nº 55.042, de 20 de novembro de 1964.

Aprova o Regimento do Colégio Pedro II.

Decreto nº 55.255, de 17 de dezembro de 1964.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento para a cobrança do empréstimo compulsório instituído pelo art. 72 da Lei nú-

mero 4.242, de 17 de julho de 1963, e alterado pelos arts. 19º e 21 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Decreto nº 54.334, de 28 de setembro de 1964.

Dá nova redação ao nº 1, do parágrafo 4º, do art. 473, do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais — RISC — (Decreto nº 42.013-57)

Decreto nº 54.369, de 1º de outubro de 1964.

Altera o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

Decreto nº 54.400, de 9 de outubro de 1964.

Prorroga o prazo do art. 4º do Regulamento aprovado pelo Decreto número 52.149, de 25 de junho de 1963.

Decreto nº 54.486, de 15 de outubro de 1964.

Modifica parte do art. 42 do Decreto nº 54.620, de 13 de dezembro de 1962.

Decreto nº 54.663, de 29 de outubro de 1964.

Aprova o Regulamento para o Setor de Identificação do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto nº 54.769, de 30 de outubro de 1964.

Altera dispositivos do Decreto número 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e dá outras providências.

Decreto nº 54.933, de 4 de novembro de 1964.

Regulamenta a profissão de Corretor de Navios e de seus Prepostos e dá outras providências correlatas.

Decreto nº 54.956, de 6 de novembro de 1964.

Estende ao Banco Nacional de Habitação o disposto no § 1º do artigo 424 do Decreto nº 48.359-A, de 16 de setembro de 1960.

Decreto nº 54.975, de 11 de novembro de 1964.

Dá nova redação ao art. 30 do Regulamento aprovado pelo Decreto nú-

mero 52.339, de 8 de agosto de 1963, e ao art. 8º do Decreto nº 52.341, da mesma data.

Decreto nº 56.043, de 20 de novembro de 1964.

Altera o Regulamento da Escola de Aeronáutica.

Decreto nº 55.092, de 30 de novembro de 1964.

Aprova a nova redação do Regulamento da Comissão Nacional de Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Decreto nº 55.162, de 8 de dezembro de 1964.

Aprova Regulamento do Serviço Nacional de Informações.

Decreto nº 56.194, de 10 de dezembro de 1964.

Altera o Regulamento do Ministério da Indústria e do Comércio, aprovado pelo Decreto nº 531, de 23 de janeiro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 55.247, de 21 de dezembro de 1964.

Revogam-se os Decretos ns. 50.163 e 50.194, ambos de 28-1-61 e o de nº 1.198 de 19-6-62.

Decreto nº 55.292, de 20 de dezembro de 1964.

Altera o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 34.868 de 3 de dezembro de 1953.

Decreto nº 55.299, de 29 de dezembro de 1964.

Altera dispositivo do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 47.973, de 2 de abril de 1960.

Decreto nº 55.300, de 29 de dezembro de 1964.

Aprova o Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata.

Decreto nº 55.312, de 31 de dezembro de 1964.

RELAÇÕES DIPLOMATICAS

Aprova a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, assinada pelo Brasil e outros países, a 18 de abril de 1961.

Decreto Legislativo nº 103, de 1964.

REMESSA DE LUCROS

Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.

Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

REMESSA DE VALORES PARA O EXTERIOR

Altera a Lei ns 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.

Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

REPARAÇÕES DE GUERRA

Extingue a Comissão de Reparações de Guerra e dá outras providências.

Lei nº 4.530, de 8 de dezembro de 1964.

REVISÃO DE PREÇOS

Revoga o artigo da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964, que aprova normas para revisão de preço em contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal e dá outras providências.

Lei nº 4.470, de 12 de novembro de 1964.

RIO DE JANEIRO LIGHTERAGE COMPANY LIMITED

Concede nacionalização à sociedade anônima Rio de Janeiro Lighterage Company Limited, sob a denominação de Companhia de Saveiros do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.288, de 28 de dezembro de 1964.

RODOBRAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — o crédito especial de Cr\$.....

10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica, com a BR-14 (Belém-Brasília), e dá outras providências.

Lei nº 4.467, de 12 de novembro de 1964.

RODOVIAS

Determina a arborização das margens das rodovias do Nordeste, bem como a construção de aterros-barragem para represamento de águas.

Lei nº 4.466, de 12 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — o crédito especial de Cr\$..... 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica, com a BR-14 (Belém-Brasília), e dá outras providências.*

Lei nº 4.467, de 12 de novembro de 1964.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$..... 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) destinado à Rodovia Belém-Brasília.*

Lei nº 4.535 — de 9 de dezembro de 1964.

— *Aprova o Plano Nacional de Viagem.*

Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00 para o fim que menciona.*

Decreto nº 55.287, de 28 de dezembro de 1964.

ROLLS ROYCE S. A.

Isenta dos impostos de importação e de consumo, ressalvada a taxa de despacho, aduaneiro, materiais destinados à montagem de uma base de revisão para motores a reação e de

combustão interna importados pela firma Rolls Royce S. A.

Lei nº 4.562, de 11 de dezembro de 1964.

S

SANDSPAR MINÉRIOS LTDA.

Concede à Sandspar Minérios Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 54.727, de 30 de outubro de 1964.

SANEAMENTO

Altera a redação do inciso IV do art. 2º da Lei nº 2.661, de 8 de dezembro de 1955, que dispõe sobre a regulamentação do § 4º do art. 153 da Constituição Federal e dá outras providências.

Lei nº 4.458, de 6 de novembro de 1964.

SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Institui o Salário-Educação e dá outras providências.

Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964.

SAPS

Ver: Serviço de Alimentação da Previdência Social.

SCANDINAVIAN AIRLINES SYSTEM (SAS)

Autorização para operação da SAS em território brasileiro.

Decreto nº 54.499, de 20 de outubro de 1964.

SCHEELITA

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Forte Maia a lavar scheelita, no município de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

Decreto nº 54.571, de 23 de outubro de 1964.

— *Declara caduco o Decreto número 29.413, de 29 de março de 1951.*

Decreto nº 54.890, de 4 de novembro de 1964.

SEGURO AGRÍCOLA

Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

SEGUROS

Dispõe sobre a corretagem de seguros dos órgãos centralizados da União, autarquias e sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do Poder Público e dá outras providências.

Decreto nº 55.245, de 21 de dezembro de 1964.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Classifica os cargos de nível superior do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 54.664, de 29 de outubro de 1964.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES

Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências.

Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964.

SERVIÇO DE EXPANSÃO DO TRIGO

Extingue o Serviço de Expansão do Trigo (S. E. T.), transfere bens e atribuições do órgão extinto e dá outras providências.

Decreto nº 54.501, de 20 de outubro de 1964.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Modifica dispositivo do Decreto-lei nº 5.252, de 16 de fevereiro de 1943, que institui com personalidade própria, de natureza autárquica, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, e dá outras providências.

Lei nº 4.514, de 1º de dezembro de 1964.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Eratósteles Fraga Lima.

Decreto Legislativo nº 89, de 1964.

SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

Altera o art. 14 da Lei nº 3.750, de 11 de abril de 1960, que autoriza o Poder Executivo a transformar em Fundação o Serviço Especial de Saúde Pública e dá outras providências.

Lei nº 4.441, de 29 de outubro de 1964.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH) as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

— Designa administrador para o Serviço Federal de Habitação e Urbanização até a nomeação do Superintendente.

Decreto nº 54.385, de 6 de outubro de 1964.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.

Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964.

SERVIÇO JURÍDICO DA UNIÃO

Fixa os vencimentos de Magistrados, membros do Ministério Público

e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.

Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964.

— Fixa os vencimentos de Membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.

Lei nº 4.531, de 8 de dezembro de 1964.

— Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$...... 800.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto nº 54.992, de 13 de novembro de 1964.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Aprova Regulamento do Serviço Nacional de Informações.

Decreto nº 55.194, de.... de Dezembro de 1964.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Classifica os cargos de nível superior da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 54.359, de 30 de setembro de 1964.

— Dispõe sobre os editais de concorrência pública para aquisição de veículos.

Decreto nº 54.576, de 23 de outubro de 1964.

— Dispõe sobre normas destinadas a disciplinar o ingresso em cargos públicos e a nomeação de candidatos habilitados em concurso, e dá outras providências.

Decreto nº 55.003, de 13 de novembro de 1964.

— Dispõe sobre a revisão das gratificações pela participação em órgãos de deliberação coletiva da administração direta e das autarquias, e dá outras providências.

Decreto nº 55.090, de 28 de novembro de 1964.

SERVIÇO TELEFÔNICO

Isenta do imposto de importação e de consumo equipamento de onda portadora.

Lei nº 4.437, de 20 de outubro de 1964.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica de Passos — Estado de Minas Gerais.

Lei nº 4.521, de 7 de dezembro de 1964.

— Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção dos tributos alfandegários à Ericson do Brasil, Comércio e Indústria, S. A., para a importação de material destinado a Telefônica de Sete Lagoas, Minas Gerais.

Lei nº 4.526, de 8 de dezembro de 1964.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de despacho aduaneiro, equipamento telefônico destinado à Empresa Telefônica de Uberaba S.A.

Lei nº 4.528, de 8 de dezembro de 1964.

Isenta dos impostos de importação e de consumo o equipamento telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica de Patrocínio, na cidade do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

Lei nº 4.559, de 10 de dezembro de 1964.

— Isenta do Imposto de importação material destinado à fabricação de centrais telefônicas a ser importado pela Siemens do Brasil Companhia de Eletricidade.

Lei nº 4.577, de 11 de dezembro de 1964.

— Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para centros telefônicos automáticos a serem importados pelas Companhias Telefônicas de Valinhos, em Valinhos, e Empresa Telefônica Araraense S. A., em Araras, ambas no Estado de São

Paulo, e pela Companhia Telefônica de Goiás, em Goiás, Estado de Goiás.

Lei nº 4.582 de 11 de dezembro de 1964.

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIAIS

— *Aprova as Notas trocadas entre o Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acôrdio sobre Serviços Técnicos Especiais, concluído em 1963.*

Decreto Legislativo nº 115, de 1964.

SIDERÚRGICA SANTA CATARINA S. A.

Altera dispositivos da Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962, que constitui a Siderúrgica de Santa Catarina S.A., e dá outras providências.

Lei nº 4.509, de 30 de novembro de 1964.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Dispõe sobre a política e as instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

SISTEMA MONETÁRIO

Dispõe sobre o meio circulante, e dá outras providências.

Lei nº 4.511, de 1º de dezembro de 1964.

SOCIEDADE ANÔNIMA SOUTHERN TERRITORIES LIMITED

— *Concede à Sociedade Anônima Southern Territories Limited autorização para continuar a funcionar na República*

Decreto nº 54.253, de 3 de setembro de 1964

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MINERAÇÃO SANTA BÁRBARA LIMITADA

— *Concede à Sociedade Brasileira de Mineração Santa Bárbara Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 54.407, de 10 de outubro de 1964.

SOCIEDADE CARBONÍFERA CRISOLÚMA LIMITADA

Cancela o Decreto nº 7.518, de 9 de julho de 1941.

Decreto nº 55.030, de 18 de novembro de 1964.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

— *Dispõe sobre o aproveitamento de funcionários das autarquias que menciona, e dá outras providências.*

Lei nº 4.449, de 29 de outubro de 1964.

Eleva os limites das autorizações concedidas ao Poder Executivo pela Lei nº 1.518, de 24 de dezembro de 1951, para contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, e dá outras providências.

Lei nº 4.457, de 6 de novembro de 1964.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000.000,00 (cem bilhões de cruzeiros) para os fins que especifica.*

Decreto nº 55.074, de 25 de novembro de 1964.

— *Dispõe sobre a corretagem de seguros dos órgãos centralizados da União, autarquias e sociedades de economias mista em que haja participação majoritária ao Poder Público e dá outras providências.*

Decreto nº 55.245, de 21 de dezembro de 1964.

— *Dispõe sobre os editais de concorrência pública para aquisição de veículos.*

Decreto nº 54.576, de 23 de outubro de 1964.

STANDARD BRANDS OF BRAZIL, INC.

— *Concede nacionalização à Sociedade Standard Brands of Brazil Inc. sob a nova forma social de Produtos Alimentícios Fleischmann e Royal Ltda.*

Decreto nº 55.030, de 23 de novembro de 1964.

SUDENE — Ver: *Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste.*

SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Sul América Terrestres Marítimos e Acidentes, Companhia de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 54.674, de 29 de outubro 1964.

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍTICA AGRÁRIA

Dispõe sobre a execução do art. 3º e seu parágrafo único da Lei número 4.463, de 7 de novembro de 1964, e dá outras providências

Decreto nº 55.021, de 17 de novembro de 1964.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

— Ver: *Empresas Incorporadas*

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE (SUDENE)

— *Abre, pela Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), o crédito especial no montante de Cr\$ 62.091.094.800,00, para os fins que especifica.*

Lei nº 4.490, de 20 de novembro de 1964.

— *Aprova a revisão do Quadro de Pessoal da SUDENE e dá outras providências.*

Decreto nº 54.351, de 29 de setembro de 1964.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito entre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.*

Decreto nº 55.058, de 24 de novembro de 1964.

— *Exclui da proibição constante do Decreto nº 54.003, de 3 de julho de 1964, as nomeações inseridas para cargos vagos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.*

Decreto nº 55.197, de 10 de dezembro de 1964.

— *Regulamenta a aplicação de incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).*

Decreto nº 55.334, de 31 de dezembro de 1964.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO DA FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS — Ver:

Fronteira Sudoeste.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

— *Extingue o Serviço de Expansão do Trigo (S.E.T.), transfere bens e atribuições do órgão extinto e dá outras providências.*

Decreto nº 54.501, de 20 de outubro de 1964.

Exclui do Ministério da Indústria e Comércio os cargos da série de classes de Inspetor de Indústria e Comércio, com os respectivos ocupantes, e dá outras providências.

Decreto nº 54.535, de 20 de outubro de 1964.

— *Modifica parte do art. 42 do Decreto nº 54.620, de 13 de dezembro de 1962.*

Decreto nº 54.663, de 29 de outubro de 1964.

— *Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importadas, e dá outras providências.*

Decreto nº 54.969, de 11 de novembro de 1964.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA — Ver: *Amazônia*.

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICA AGRÁRIA

Dispõe sobre o Orçamento da Superintendência de Política Agrária e dá outras providências.

Decreto nº 54.361, de 1º de outubro de 1964.

SUPRA

Ver: *Superintendência de Política Agrária*.

T

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Rui de Melo e Faro a pesquisar calcário, caulim, dolomita, feldspato, quartzo e talco no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.350, de 29 de setembro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aureliano José Pereira a pesquisar talco no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 54.474, de 14 de outubro de 1964.

— *Autoriza a cidadã brasileira Inez Balassa Silveira a pesquisar talco e pedras coradas, no município de Pílão Arcado — Estado da Bahia.*

Decreto nº 54.620, de 27 de outubro de 1964.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rui de Melo e Faro a pesquisar calcário, caulim, dolomita, feldspato, quartzo e talco no Município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 54.686, de 29 de outubro de 1964.

TANTALO

Autoriza a Companhia de Estanho São João Del Rei a lavar cassiterita, tantalita, columbita e ouro, no Mu-

nicipio de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.779, de 31 de outubro de 1964.

TAXA DE CONVERSÃO

Altera a taxa de conversão aplicável às operações de receita e despesa realizáveis no Exterior e dá outras providências.

Decreto nº 55.098, de 1 de dezembro de 1964.

TELEFONES

Ver: *Serviço telefônico*.

TERMINAIS AÉREAS

Aprova o Plano Nacional de Viação.

Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

TERMINAIS MARÍTIMAS E TERRESTRES

Aprova o Plano Nacional de Viação.

Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

TERRAS DEVOLUTAS

Emenda Constitucional nº 10.

TERRAS PÚBLICAS

Emenda Constitucional nº 10.

— *Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.*

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo de confirmação de aforamento concedido pela Prefeitura do antigo Distrito Federal a Adolf Dorf.

Decreto Legislativo nº 110, de 1964.

TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

Retifica o Quadro de Pessoal do ex-Território Federal do Acre.

Decreto nº 54.939, de 5 de novembro de 1964.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Classifica os cargos de nível superior do Território Federal do Amapá e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.192, de 16 de dezembro de 1964.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

Aprova o Convênio para o estabelecimento, na cidade de Porto Velho, no Território Federal de Rondônia, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias importadas e exportadas pela Bolívia.

Decreto Legislativo nº 117, de 1964.

THE FORD FOUNDATION

Concede a "The Ford Foundation" autorização para funcionar no Brasil e aprova os seus estatutos.

Decreto nº 54.554, de 23 de outubro de 1964.

TIROS DE GUERRA

Concede amparo aos alunos dos Centros de Formação de Reservistas e dos Tiros de Guerra, quando invalidados em consequência de acidentes verificados em serviço.

Lei nº 4.571, de 11 de dezembro de 1964.

TRÁFICO DE BRANCAS

Aprova o Protocolo de Emenda ao Acórdão Internacional que visa a garantir uma proteção eficaz contra o tráfico de brancas e dá outras providências.

Decreto Legislativo nº 109, de 1964.

TRANSPORTES

Aprova o Plano Nacional de Viação.

Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

TRANSPORTE AÉREO

Aprova o regulamento para subvenção das linhas aéreas internacionais operadas por empresas brasileiras.

Decreto nº 53.385, de 31 de dezembro de 1963.

— Promulga o Acórdão sobre Transporte Aéreo Regulares com a República Federal da Alemanha.

Decreto nº 54.173, de 21 de agosto de 1964.

TRIBUNAIS DE CONTAS

Fixa os vencimentos de Magistrados, membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências.

Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964.

— Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

Lei nº 4.474, de 12 de novembro de 1964.

— Regula processamento da aposentadoria e do montepio dos magistrados remunerados pela União e dá outras providências.

Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964.

TRIBUNAL MARÍTIMO

Altera o enquadramento dos cargos e funções do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Marítimo e dá outras providências.

Decreto nº 55.135, de 2 de dezembro de 1964.

TRIGO

Extingue o Serviço de Expansão do Trigo (S. E. T.), transfere bens e atribuições do órgão extinto e dá outras providências.

Decreto nº 54.501, de 20 de outubro de 1964.

— Autoriza o destaque da importância de Cr\$ 7.521.655,50, dos recursos provenientes das medidas estabelecidas pelo Decreto nº 2.096, de 1963, para atender às despesas de supervisão.

Decreto nº 54.774, de 30 de outubro de 1964.

— Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importadas, e dá outras providências.

Decreto nº 54.969, de 11 de novembro de 1964.

TUNGSTÊNIO

Autoriza o cidadão brasileiro Hiroshi Urushima a pesquisar minério de tungstênio no município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.843, de 3 de novembro de 1964.

U

UNIÃO DOS FERROVIÁRIOS DO BRASIL

Estende à União dos Ferroviários do Brasil as vantagens da Lei número 2.339, de 20 de novembro de 1954, que inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei número 1.046, de 2 de janeiro de 1950.

Lei nº 4.572, de 11 de dezembro de 1964.

UNIFICAÇÃO DE FREQUÊNCIA

Dispõe sobre a unificação de frequência da corrente elétrica no País.

Lei nº 4.454, de 6 de novembro de 1964.

UNIVERSIDADES

Altera o § 1º do art. 4º da Lei número 3.858, de 23 de dezembro de 1960.

— Transforma a Escola Paulista de Medicina em estabelecimento isolado de ensino superior de natureza autárquica, e dá outras providências.

Lei nº 4.421, de 29 de setembro de 1964.

— Altera a subvenção concedida à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Sulriograndense.

Lei nº 4.566, de 11 de dezembro de 1964.

— Cria a Escola de Arquitetura na Universidade do Ceará, dispõe sobre o respectivo funcionamento e dá outras providências.

Decreto nº 54.370, de 2 de outubro de 1964.

— Retifica o enquadramento das funções de Escritório Técnico da Universidade do Brasil, do DASP.

Decreto nº 54.935, de 4 de novembro de 1964.

— Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Paraná.

Decreto nº 54.976, de 12 de novembro de 1964.

— Retifica área declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 2872 de 1º de dezembro de 1961, reduzindo-a de 40 ha.

Decreto nº 54.977, de 12 de novembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, bens encravados na área da Universidade Rural de Pernambuco, de propriedade de Mineração e Indústrias de Kieselguhr Nacional, de Dois Irmãos.

Decreto nº 55.020, de 17 de novembro de 1964.

— Classifica os cargos de nível superior da Universidade de Juiz de Fora e dispõe sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

Decreto nº 55.037, de 18 de novembro de 1964.

— Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 55.039, de 19 de novembro de 1964.

— Retifica o enquadramento da Universidade Rural de Pernambuco, aprovado pelo Decreto nº 51.666, de 17 de janeiro de 1963.

Decreto nº 56.085, de 26 de novembro de 1964.

— Retifica o Decreto nº 51.391, de 10 de janeiro de 1962.

Decreto nº 55.086 de 26 de novembro de 1964.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos edificados que menciona, em Belém, do Pará.

Decreto nº 55.297, de 28 de dezembro de 1964.

Ver, também, *Faculdades, Escolas e Cursos*.

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública a Sociedade Civil Arnaldinum São José, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.553, de 23 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública o Sanatório Nossa Senhora das Mercês, com sede em Campos do Jordão, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.560, de 23 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública a União Norte Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, com sede em Belém, Estado do Pará.

Decreto nº 54.643, de 29 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública o "Instituto Nossa Senhora do Carmo", com sede em Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.644, de 29 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública a "Inspeção Salesiana São Pio X", com sede em Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 54.646, de 29 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública a Sociedade Humanitária Primeiro de Dezembro (Hospital Português), com sede em São Luiz, Estado do Maranhão.

Decreto nº 54.648, de 29 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública o "Instituto Dom Bosco", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.650, de 29 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública a Misericórdia Botucatuense, com sede em Botucatu, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.665, de 29 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública a Ação Social Nossa Senhora de Copacabana com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 54.746, de 30 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública o "Hospital e Maternidade Samaritano", com sede em Garça, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.748, de 30 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública a Sociedade do Santo Rosário com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 54.749, de 30 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública o "Patronato Agrícola Antônio Alves Ramos", com sede em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 54.750, de 30 de outubro de 1964.

— Declara de utilidade pública a Fundação "Sanatório Santa Cruz", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.962, de 10 de novembro de 1964.

— Declara de utilidade pública a Faculdade Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.963, de 10 de novembro de 1964.

V

VIAÇÃO FÉRREA RIO GRANDE DO SUL

Concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959, o abono provisório de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959, e dá outras providências.

Lei nº 4.560, de 11 de dezembro de 1964.

VIAS NAVEGÁVEIS

Aprova o Plano Nacional de Viação.
Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

VINHO

Dispõe sobre a venda de vinho em recipientes de volume superior ao estabelecido pela legislação em vigor e dá outras providências.

Lei nº 4.426, de 8 de outubro de 1964.

— *Regula as condições para venda a tórno, do vinho nacional.*

Decreto nº 55.291, de 29 de dezembro de 1964.

X

XISTO ARGILOSO

Autoriza o cidadão brasileiro Jamil de Oliveira Ferraz a pesquisas caulim e xisto argiloso, no município de Piedade, Estado de São Paulo.

Decreto nº 54.623, de 27 de outubro de 1964.

ZONA FRANCA DE MANAUS

Aprova o Regimento da Zona Franca de Manaus e dá outras providências.

Decreto nº 54.174, de 21 de agosto de 1964.

R O R A I M A
(TERRITORIO) DOA V

(TERRITORIO) NOA V

१०३ ५

BOGOT

TAPURUSUERA

— 0. —

Comissão de Relatores

BENJAMIN CONSTANT

A M A Z S N

1543

NO 06 SUR

E1.5

A C R E

မတ် ၁၅ ရက်နေ့

RIO BRANCO

57064 00

AREA

MUNAIZ

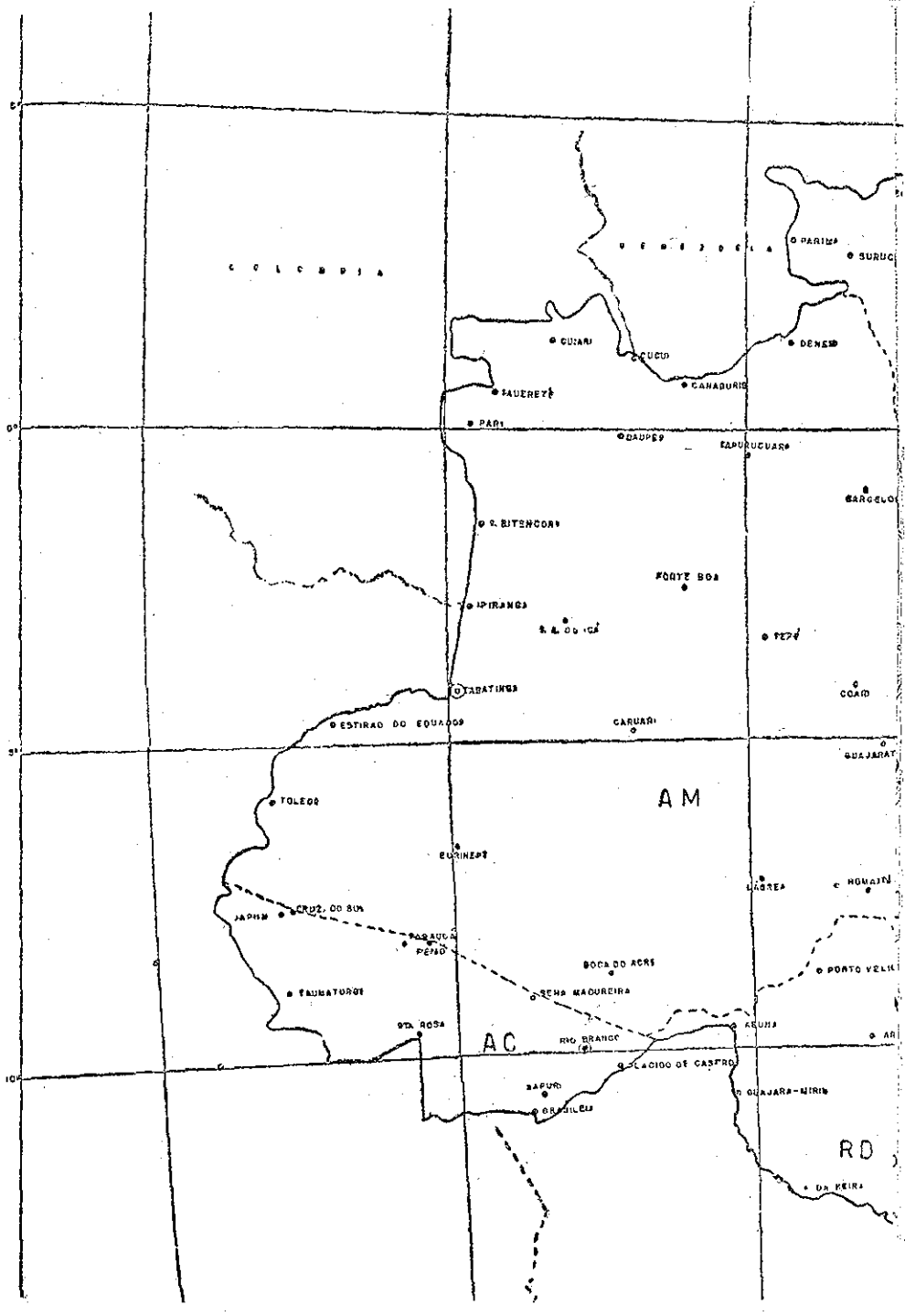
PORTO VELHO:

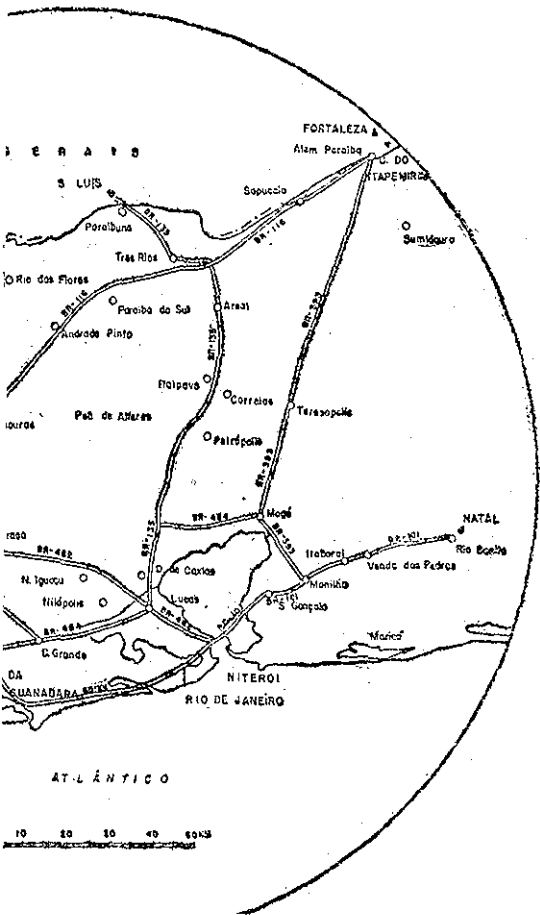


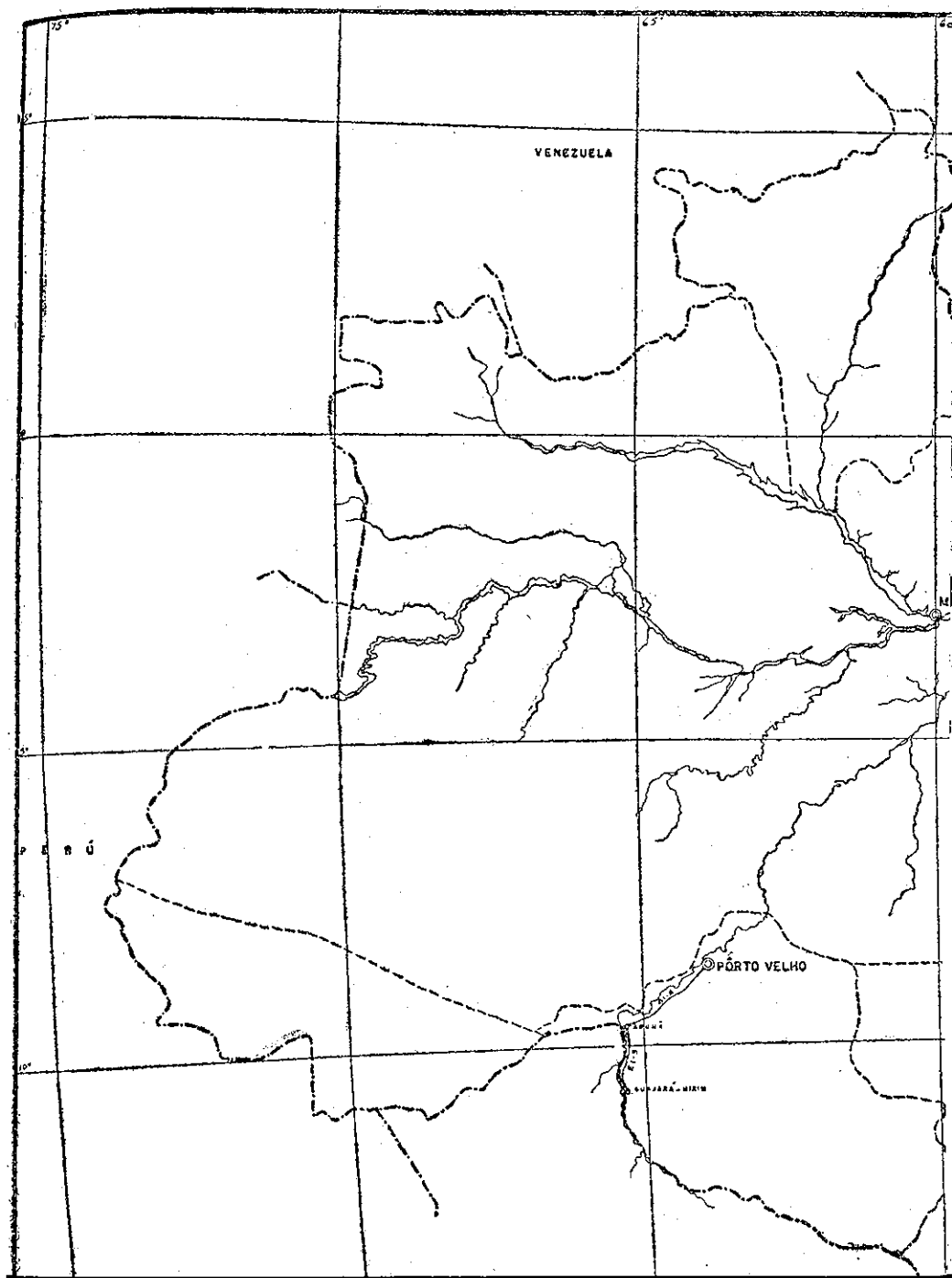
ARIQUENE

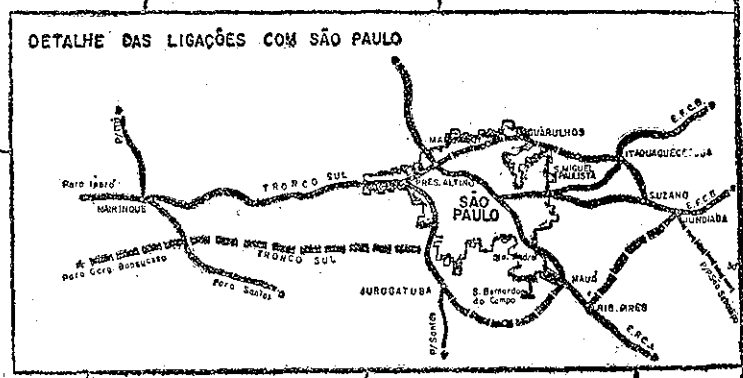
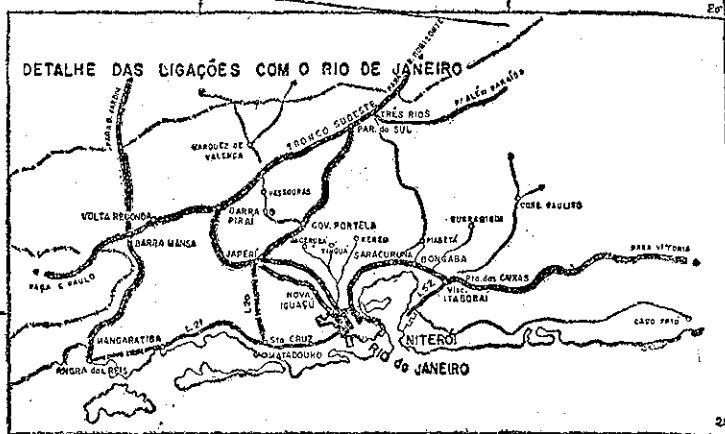
R O N D Ô N I A

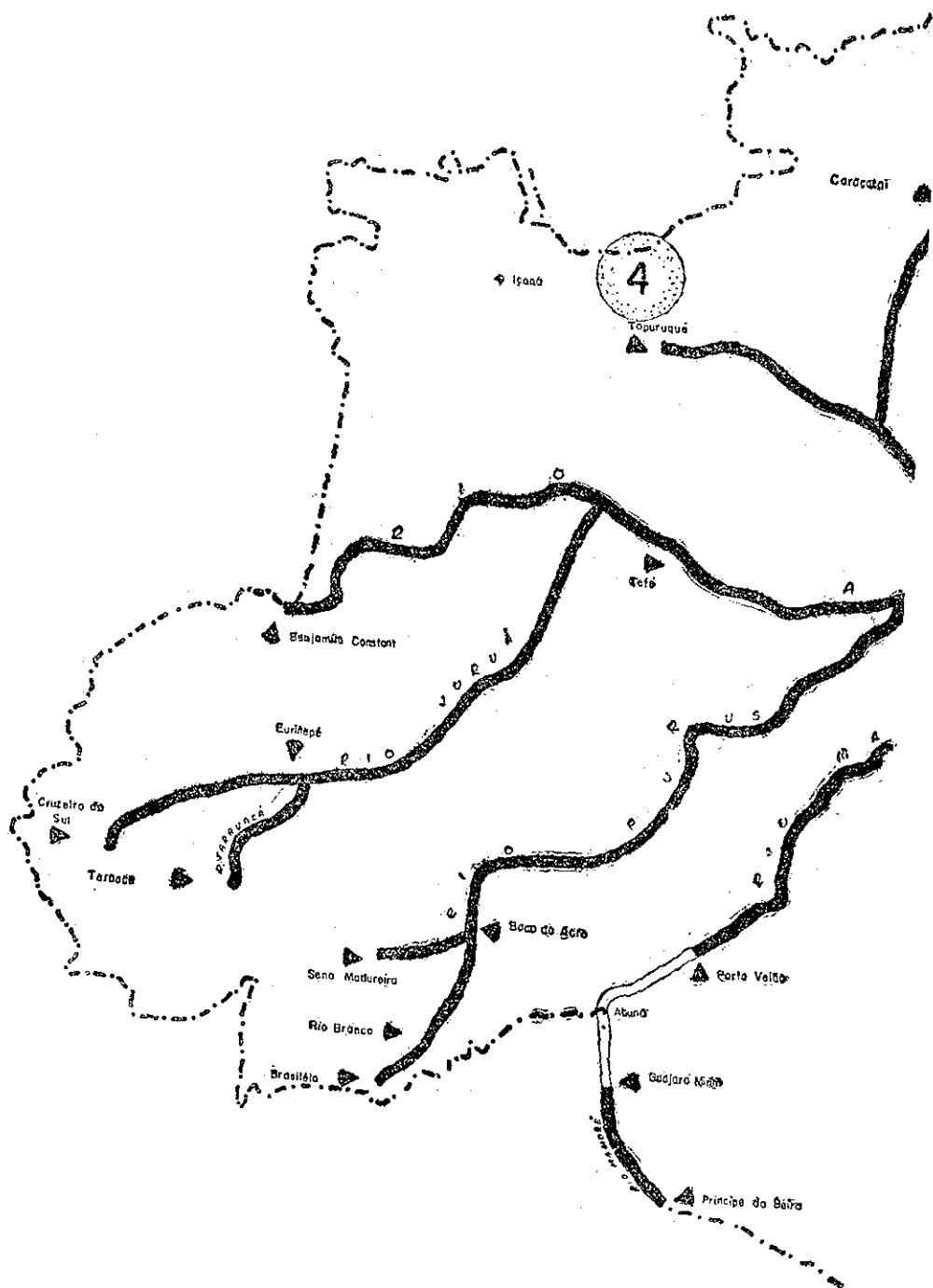
(TERRITORY)

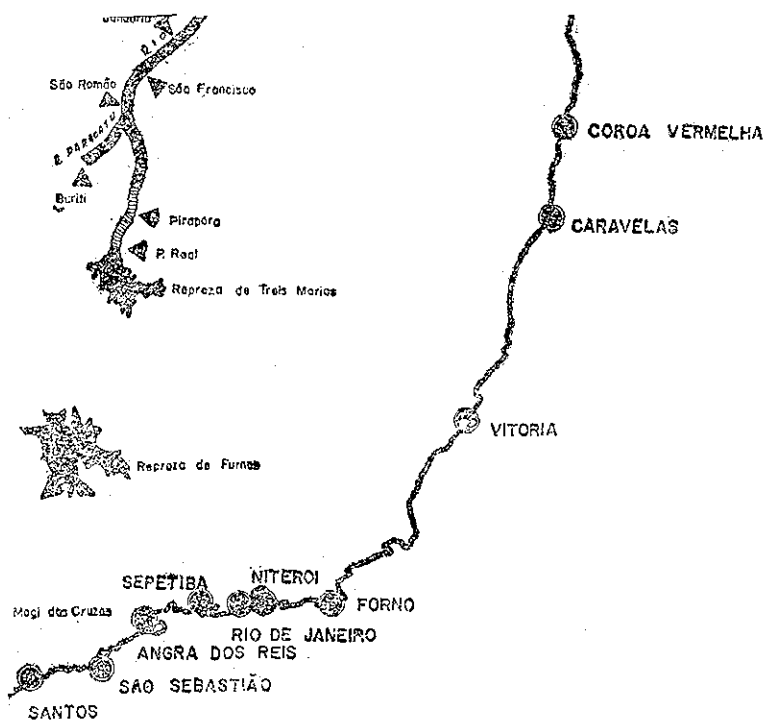












IA

GO DO SUL

M

E S C A L A